

ANAIS DO
IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

COLONIZAÇÃO E
MIGRAÇÃO

XXXI

Coleção de *Revista de História* sob
a direção do Prof. Eurípedes
Simões de Paula.



São Paulo
1969

ANAIS DO
IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA.

Organizado pelo Prof. Eurípedes Simões de Paula.



São Paulo

1969

I. — INTRODUÇÃO.

O IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA.

(Pôrto Alegre, 3 a 8 de setembro de 1967).

MARIA REGINA DA CUNHA RODRIGUES SIMÕES DE PAULA

Instrutora de História da Civilização Ibérica da Faculdade
de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Dentro do prazo deliberado na Assembléia-Geral em Franca (SP), de 7 de novembro de 1965, realizou-se em Pôrto Alegre, sob os auspícios das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, tanto da Universidade Federal como da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Dos 181 professores, observadores e convidados especiais, 26 apresentaram comunicações relacionadas com o temário proposto, isto é:

1. — Migração e Colonização.
2. — Fontes primárias da História.

Comunicações que, de acordo com o Regulamento do IV Simpósio (1) foram apresentadas pessoalmente pelos autores e discutidas em plenário. Dos professores inscritos, 4 enviaram comunicações que até chegaram a ser impressas, mas, como não puderam comparecer, não foram discutidas. Lembramos que tal decisão já fôra tomada no III Simpósio, quando não se discutiu valioso trabalho enviado de Portugal (2).

Uma outra originalidade do Simpósio que estamos relatando foi a seguinte: juntamente com os Anais de Franca distribuiu-se aos que se inscreveram, um volume de 428 páginas, com os 19 trabalhos que tinham sido entregues antes de 1.º de agosto do ano em curso, editado sob a responsabilidade do Prof. Eurípedes Simões de Paula. Idéia concretizada graças à inextinguível colaboração, ou dir-se-ia me-

(1). — Artigo 5. — Os autores de comunicações, deverão apresentá-las sob a forma de exposição oral, de maneira sintética, na sessão de estudos que lhes fôr programada.

(2). — Artigo de Mário Cardoso, *Metalurgia na Proto-história da Península Ibérica*, publicado na revista "Dédalo" n.º 2, págs. 29-52. São Paulo. 1965.

lhor, invulgar dedicação da Secção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Além dos trabalhos já impressos, 10 professôres que compareceram ao Simpósio, escudados no parágrafo 2 do artigo 5 do Regulamento, apresentaram à Secretaria-Geral comunicações em três vias acompanhadas de 150 resumos. Êsses resumos foram distribuídos com o volume das comunicações impressas no ato da inscrição, dentro de pastas, juntamente com o material a ser utilizado pelos simposiastas. Assim, tiveram êles a oportunidade de defenderem pessoalmente os seus trabalhos em plenário nas sessões de estudos programadas. Tôdas essas comunicações serão reunidas em um nôvo volume que conterà, pormenorizadamente, tudo o que se passou e que integrarão os *Anais* do IV Simpósio.

Um outro aspecto positivo merece ser destacado, logo de início: cinco cidades (3), das quais três capitais estaduais, disputaram a honra de hospedar o V Simpósio, a realizar-se dentro de 2 anos e cujo temário, votado na última Assembléia-Geral, versará sôbre:

1. — Portos, Rotas e Comércio.
2. — Fontes primárias da História.
3. — Didática da História.

Diante dêsse fato, que equiivale a uma autêntica afirmação da entidade fundada em Marília (SP), aos 20 de outubro de 1961, pode sentir-se que a APUH alcançou a sua própria maioria. Caberá à direção da Associação, a cuja presidência e secretaria foram reconduzidos os professôres Eurípedes Simões de Paula e Alice Piffer Canabrava, assim como ao seu Conselho Consultivo, analisar as propostas apresentadas e comunicar em tempo hábil aos associados a data exata e o local do V Simpósio da APUH. Por ora, esclarece-se que, à maneira dos Simpósios anteriores (4), conseguiu-se abôno de faltas às aulas dos professôres de História que requereram aos seus superiores hierárquicos. Pois, considerando que se trata de uma entidade de âmbito nacional, o presidente da APUH, Prof. Eurípedes Simões de Paula, oficiou nesse sentido ao Sr. Ministro da Educação e Cultura e aos Secretários de Educação dos Estados (5) e do Município de São Paulo. Cumpre esclarecer que, embora se trate de uma Associação específica de professôres do ensino superior, há sócios que acumulam seus cargos com o ensino médio, tanto estadual como municipal.

(3). — Recife, João Pessoa, Salvador, Nova Friburgo e Assis.

(4). — I Simpósio, Marília (15 a 20 de outubro de 1961); II Simpósio, Curitiba (27 a 31 de outubro de 1962); III Simpósio, Franca (3 a 7 de novembro de 1965).

(5). — Até a data que elaboramos estas notas, tem-se conhecimento do abôno de faltas concedido aos funcionários paulistas, mediante o Ato que se transcreve em seguida:

Uma última observação. O IV Simpósio resultou da sintonização de esforços da Diretoria da APUH com o Núcleo Sul-Riograndense. Da Diretoria destaca-se a temeridade do presidente que arcou com a responsabilidade da organização dos Anais do Simpósio de Franca e da edição dos trabalhos apresentados até 1.º de agosto. Foi ainda de avião a Pôrto Alegre a fim de, alicerçado na proverbial receptividade dos gaúchos, arquitetar com êles os últimos preparativos para a realização do conclave. Cumpre destacar também a eficiência da secretária, Profa. Alice Piffer Canabrava, que expediu oito circulares e manteve ativa correspondência com os Núcleos Regionais existentes ou em organização, tomando providências outras, enfim identificando seu setor com os das suas congêneres do mais alto nível científico.

Quanto à Comissão Executiva do Núcleo Regional do Rio Grande do Sul, é de justiça destacar a atuação de dois associados: o Prof. Dante de Laytano e o Prof. Astrogildo Fernandes. O primeiro respondeu prontamente à consulta que lhe fêz o presidente da APUH na oportunidade da realização do I Colóquio Brasil-Japão em julho de 1966 nesta Capital. A cativante receptividade do presidente do Núcleo Sul-Riograndense facultou a tramitação dos preparativos, consolidado com a valiosa cooperação de um outro gaúcho, o Prof. Astrogildo Fernandes. Impõe-se reconhecer a dedicação, capacidade de trabalho, carinhosa hospitalidade e a irradiante simpatia dos universitários gaúchos, de maneira especial dos dirigentes do Centro de Pesquisas "Pandiá Calógeras", da Pontifícia Universidade Católica e do Centro de Estudos "Franklin Delano Roosevelt" da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sem êsse auxílio, é justo reconhecer,

"Resolução n.º 1.918, de 8 de setembro de 1967. Autoriza o afastamento de Professores Universitários e Secundários a fim de participarem do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.

Roberto Costa de Abreu Sodré, Governador do Estado de São Paulo,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1.º. — São considerados de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, os dias em que os Professores Universitários e Secundários, subordinados à Secretaria da Educação, participarem do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, em Pôrto Alegre, no período de 3 a 8 de setembro do corrente ano.

Artigo 2.º. — Para obtenção das vantagens previstas no artigo anterior, deverão os interessados fazer prova cabal do comparecimento ao Simpósio.

Artigo 3.º. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º. — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de setembro de 1967.

Roberto Costa de Abreu Sodré.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estados dos Negócios do Governo, aos 8 de setembro de 1967.

Domingos Licco, Diretor Geral, Subs. (D. O. de 9-IX-1967, pág. 3)''.

o êxito do programa do Simpósio, tanto do ponto de vista científico, como do ponto de vista social, teria sido precário.

*

Estudantes.

Cumprê lembrar que a presença dos estudantes, alunos de hoje, professôres de amanhã, é provocada pelos Estatutos da APUH. Desde o primeiro conclave, as organizações universitárias que têm por objeto o estudo da História, semeadas por todo o país, vêm recebendo, além das circulares de rotina, um convite oficial para enviarem um representante ao certame, na qualidade de observador. A secretaria da entidade mantém, em seus arquivos, cópias dos ofícios remetidos e das eventuais respostas. Além do representante credenciado, outros estudantes podem e têm comparecido, também como observadores aos Simpósios da APUH. E desde que compareçam às sessões de estudo fazem jus ao respectivo certificado de presença, da mesma maneira que os sócios efetivos. Como os associados, os estudantes assumem pessoalmente os gastos com a viagem e a estadia, muitas vêzes facilitadas pelas associações estudantis locais que lhes propiciam hospedagem.

*

Convidados Especiais.

Além dos sócios efetivos e dos representantes de entidades estudantis, a direção da APUH, escudada em dispositivo regulamentar (6), convocou e teve a grata satisfação de contar com a participação dos especialistas: Professôres Jean Roche, Aziz Nacib Ab'Sáber e Helmut Andrä, que elevaram o nível dos debates, assegurando à APUH grande projeção dentro e fora do país. Êsses nomes dispensam apresentação. Lembramos apenas que convite semelhante foi feito por ocasião do I Simpósio, em Marília, quando compareceu o Prof. Michel Mollat (7), da *École Pratique des Hautes Etudes* (Sorbonne,

(6). — Artigo 1.o, 2.o. — Além do sócio participante haverá o especialista convidado em caráter excepcional pela Comissão Executiva do IV Simpósio, de notório saber, o qual poderá dar pareceres, proferir palestras e ler comunicações.

(7). — Lembramos também que o Prof. Michel Mollat é o presidente da Comissão Internacional de História Marítima. Este ano, em fins de setembro, será realizado em Sevilha o IX Congresso Internacional. Esboça-se a hipótese, se bem que remota, de uma interligação com o V Simpósio da APUH, tendo-se em vista o temário aprovado: "Portos, rotas e comércio".

Paris), então ministrando um curso de extensão universitária junto à Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Nessa oportunidade pronunciou erudita conferência subordinada ao título: *Pour une étude équilibré de l'Histoire. Recherche et Enseignement* (8). Desta vez, um outro mestre francês, o Prof. Jean Roche, da Cadeira de Estudos Portugueses da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade de Toulouse, que havia retornado ao Brasil para um ciclo de conferências nesta e em outras capitais, a convite da direção da APUH, proferiu uma conferência sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, assunto de sua erudita tese de doutoramento (9), que aliás estava inteiramente de acordo com o temário do Simpósio: Migração e Colonização.

Quanto ao Prof. Aziz Nacib Ab'Sáber, dada a modéstia que o individualiza e às pessoas realmente superiores, limitou-se a assistir as sessões de estudo. Todavia, a presença de regente da cadeira de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, diretor e fundador do Laboratório de Fotografias Aéreas, instalado no Departamento de Geografia da mesma Faculdade, geomorfólogo dos mais reputados no país e no estrangeiro, foi das mais atuantes nos diálogos travados nos intervalos das sessões de estudo e principalmente na interpretação dos quadros paisagísticos da região que lhe é tão familiar e que foi percorrida com ele por simposiastas privilegiados. Além disso, a presença do Prof. Aziz Nacib Ab'Sáber foi solicitada pela direção da APUH em reconhecimento pelo muito que ele fez, desinteressadamente, pela instalação e funcionamento do Centro de Documentação Histórica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, instalado no Departamento de História da Universidade de São Paulo.

O Prof. Helmut Andrä, um dos diretores do Instituto Hans Staden, de São Paulo, professor de História, historiador e pesquisador, com mais de uma centena de trabalhos publicados, entre livros, e artigos divulgados em periódicos do Brasil e do estrangeiro, fez diversas intervenções, das mais eficazes, que serão publicadas juntamente com tôdas as outras nos *Anais* do IV Simpósio. Coube-lhe também representar a Sociedade de Estudos Históricos, de São Paulo, na qualidade de membro de sua Diretoria.

*

(8). — Cf. *Anais do I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior em 1961*. Marília, 1962, pp. 49-61.

(9). — Roche (Jean). — *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul*. Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine. 1959. 698 pp. e mais 14 pp. de fotografias.

Eleições e nova Diretoria.

Ao contrário dos Simpósios anteriores, em Pôrto Alegre instalou-se, desde o primeiro dia, uma mesa receptora no saguão da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, devidamente equipada com listas, cédulas impressas, urna, etc. para o processo eleitoral que foi finalizado na última Assembléia-Geral com a apuração, proclamação e posse da nova Diretoria e Comissão consultiva para o biênio 1968-1969. Para a direção dos trabalhos eleitorais, a direção da entidade designou o Prof. Luís César Bittencourt Silva que, além de ser o chefe da delegação da Universidade Fluminense também é Juiz Eleitoral no Estado do Rio de Janeiro.

O Prof. Bittencourt, assessorado por uma equipe de colegas, depois de exaustivo trabalho, proclamou os resultados obtidos na Assembléia-Geral de 7 de setembro e declarou empossados os membros da nova Diretoria que regerá os destinos da APUH no biênio 1968-1969. O resultado foi o seguinte:

Presidente: Eurípedes Simões de Paula (São Paulo. SP.) (re-eleito).

Vice-Presidente: Amaro Quintas (Recife. PE).

Secretário-Geral: Sérgio Buarque de Holanda (São Paulo. SP.) (re-eleito).

1.o *Secretário:* Alice Piffer Canabrava (São Paulo. SP.) (re-eleita).

2.o *Secretário:* Amaro Xisto de Queiroz (Belo Horizonte. M.G.).

1.o *Tesoureiro:* Cecília Maria Westphalen (Curitiba. PR.) (re-eleita).

2.o *Tesoureiro:* Célia Freire d'Aquino Fonseca (Recife. PE).

Imprensa e Propaganda: José Ferreira Carrato (São Paulo. SP.).

Conselho Consultivo: Alvamar Mendonça Furtado (Natal. RN.);

Dante de Laytano (Pôrto Alegre. RS.); Carl Laga (Marília. SP.); Luís César Bittencourt Silva (Niterói. RJ.); Luís Henrique Dias Tavares (Salvador. BA.); José Figueiredo Filho (Crato, CE.) e Maria Yeda Leite Linhares (Rio de Janeiro. GB.).

*

As comunicações apresentadas e discutidas.

O IV Simpósio foi, até agora, o que alcançou maior número de comunicações. Trinta e seis sócios elaboraram trabalhos originais subordinados ao temário proposto. Dêsse total, somente vinte e seis serão — de acôrdo com o artigo 5.o do regulamento — publicados nos *Anais*, por terem seus autores comparecido e defendido os seus trabalhos.

Esclarecemos ainda que a comunicação que deveria ser apresentada pela Profa. Maria Aparecida Cintra, do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo foi, por não ter a mesma podido comparecer, substituída pelo trabalho da Profa. Célia Freire d'Aquino Fonseca, ex-professora de Didática Especial de História e mais tarde de Introdução aos Estudos Históricos da Universidade Federal de Pernambuco. A comunicação recebeu o nome de: "Alguns problemas do ensino da História".

Essas trinta e cinco comunicações foram assim distribuídas pelos diversos núcleos regionais: :

1.o). — *Núcleo de São Paulo*: 22 comunicações, das quais 14 defendidas em plenário (9 da FFCL da Universidade de São Paulo, 2 da FFCL de Rio Claro, 1 da FFCL de Marília e, 1 da FFCL de Bauru e 1 de Assis). Das 8 comunicações não defendidas, 7 são da FFCL da USP e 1 da PUCSP. A Universidade de São Paulo contribuiu, assim, com 16 trabalhos para êste IV Simpósio.

2.o). — *Núcleo do Paraná*: 5 comunicações, das quais 4 defendidas em plenário, sendo 1 delas de uma equipe de três professores.

3.º). — *Núcleo do Rio Grande do Sul*: 3 comunicações.

4.º). — *Núcleo de Pernambuco*: 2 comunicações.

5.º). — *Núcleo de Minas Gerais*: 1 comunicação.

6.º). — *Núcleo de Santa Catarina*: 1 comunicação.

7.º). — *Núcleo do Ceará* (em organização): 1 comunicação.

Devemos informar ainda que o Núcleo da Guanabara apresentou uma comunicação, que chegou até a ser publicada no volume apresentado em Pôrto Alegre, mas como sua autora não pôde comparecer, o trabalho não foi discutido (10).

(10). — Das nove comunicações enviadas, mas não discutidas, quatro já haviam sido publicadas no volume apresentado ao IV Simpósio, justificando-se a seguinte relação:

1. — *Pedro Moactr Campos* (FFCL da USP), A colonização medieval alemã no Oriente Europeu através dos "Bilder aus der Deutschen Vergangenheit" de Gustav Freytag, págs. 91-109.
2. — *Eulália Maria Lahmeyer Lobo* (FFCL da UF. do Rio de Janeiro), Imigração e colonização no Chile colonial (1540-1565), págs. 125-145.
3. — *Sérgio Buarque de Holanda* (FFCL da USP), Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do grão-duque Fernando I (1587-1609), págs. 147-170.
4. — *Manuel Nunes Dias* (FFCL da USP), Colonização da Amazônia (1755-1778), págs. 171-190.

Completar-se-á a relação das comunicações com as cinco que, remetidas a Pôrto Alegre, ainda inéditas, não foram e nem poderão ser publicadas nos Anais do IV Simpósio, de acôrdo com o Regulamento. A relação é a seguinte:

1. — *Carlos Guilherme Mota* (FFCL da USP), Mentalidade ilustrada na colonização portuguesa: Luís dos Santos Vilhena.

A relação dos sócios presentes em Pôrto Alegre será publicada nos *Anais* do IV Simpósio.

*
* *
*

O DESENROLAR DO SIMPÓSIO.

O programa elaborado pela Diretoria e divulgado na 8.ª circular, sofreu algumas alterações provocadas pela ausência e substituições de autores de comunicações anteriormente anunciadas. Além disso, as mesas que presidiram as sessões foram organizadas *in loco* e houve também alterações no programa devido ao comparecimento de autoridades gaúchas que resolveram prestigiar pessoalmente os trabalhos do Simpósio.

As comunicações e intervenções serão publicadas na íntegra pelos *Anais*. Nestas condições, nos limitaremos a relatar o que ocorreu durante as sessões e não constam dessas comunicações e intervenções.

*

Instalação e Sessão Solene do Simpósio.

Com o funcionamento da Secretaria na Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tiveram início as atividades do Simpósio. Os sócios que iam comparecendo confirmavam a sua inscrição e recebiam o material necessário para as sessões de estudo.

A Sessão Solene ocorreu no Salão Nobre da Reitoria, precisamente às 17 horas do dia 3 de setembro, domingo, e foi aberta pelo Prof. Dante de Laytano, diretor do Núcleo Sul-Riograndense, a quem coube convidar para a mesa, dentre outras, as seguintes autoridades:

- Prof. Luís Leseigneur de Faria, Secretário da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul;
- Dom Vicente Scherer, Arcebispo Metropolitano;
- Prof. Eurípedes Simões de Paula, Presidente da APUH;

-
2. — *José Augusto Vaz Valente* (PUC de SP.), Língua: instrumento de colonização.
 3. — *Marisa Balsamo Steinberg* (FFCL da USP), Recolonização do Neguev.
 4. — *José Alves Figueiredo Filho* (FFCL de Crato. CE), A História Regional como parte integrante do ensino universitário.
 5. — *Jayme Antônio Cardoso* (FFCL da UF. Paraná), Nota prévia sobre o levantamento das fontes primárias existentes no Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba.

— Prof. Francisco Machado Carrión, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de algumas palavras iniciais, o Prof. Dante de Laytano passou a presidência da sessão ao Prof. Eurípedes Simões de Paula, presidente da Associação dos Professôres Universitários de História, que, de acôrdo com a pauta, concedeu a palavra ao Prof. Francisco Machado Carrión.

O Prof. Carrión em seu discurso, que será publicado nos *Anais*, depois de saudar os simposiastas, apresentou-lhes uma lúcida síntese das atividades de caráter nitidamente históricas que individualizam o Rio Grande do Sul.

Encerrada essa Sessão Solene, houve um pequeno intervalo para a despedida das autoridades que estiveram presentes. Seguiu-se-lhe a Assembléia-Geral, oportunidade em que o Prof. Eurípedes Simões de Paula, além de esclarecer tanto as disposições regimentais como algumas modificações do programa, soube tornar bem claros os objetivos da APUH, assim como as finalidades das Universidades brasileiras. Focalizou e justificou também a escôlha da capital gaúcha para a sede dêsse IV Simpósio.

Em seguida, realizou-se no Salão de Festas da Reitoria, ponto de encôntro da sociedade pôrto-alegrense com sua Universidade Federal, um *coquetel* oferecido aos simposiastas pelo Núcleo Sul-Rio-grandense, acompanhado de números de danças folclóricas e cantigas típicas gaúchas.

*

Sessões de estudo.

As sessões de estudo, com exceção das duas últimas, realizaram-se no Salão Nobre da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em dois períodos, com início às 8,00 e 14,30 horas respectivamente. Considerando que os *Anais*, além da transcrição das comunicações e das intervenções dará noticiário completo, limitar-nos-emos a declarar que a Diretoria sistematicamente deu a presidência das mesas aos diretores dos núcleos regionais e para a secretaria das mesmas indicou professôres de História do Ensino Superior, militantes em Estabelecimentos oficiais e particulares do Estado do Rio Grande do Sul.

As sessões de estudo tiveram início no dia 4, segunda-feira, e se prolongaram até o dia 7 de setembro, data em que se realizaram,

além das duas últimas programadas, a Assembléia-Geral e a Sessão de Encerramento nos salões da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul no seu nôvo *campus* universitário. O programa das sessões será também publicado nos *Anais* do IV Simpósio.

Durante a realização da 3.a sessão de estudos, os trabalhos foram interrompidos pelo Prof. Dante de Laytano, diretor do Núcleo Sul-Riograndense que apresentou aos simposiastas o Magnífico Reitor da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, o Irmão José Otão.

*

Excursão a São Leopoldo.

O Núcleo Sul-Riograndense proporcionou aos simposiastas uma excursão em ônibus que partiram da Reitoria, rumo a São Leopoldo, cidade que, como se sabe, foi o bêrço da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Tiveram êles a oportunidade de visitarem o Museu Histórico “Visconde de São Leopoldo”, onde foram recebidos pelo seu diretor que, após mostrar o seu Museu, os acompanhou até o Monumento ao Imigrante Alemão, situado na praça principal. Os congressistas também foram recepcionados pela Faculdade de Filosofia de São Leopoldo, tendo o seu diretor, Pe. Nedel S. J. saudado os visitantes. Em nome dêstes agradeceu o presidente da APUH, Prof. Eurípedes Simões de Paula, que disse das finalidades do Simpósio e agradeceu a recepção. Na área urbana de São Leopoldo, junto ao Santuário do Sagrado Coração de Jesus está sepultado o Pe. João Batista Reus, S. J., natural de Pottenstein, onde nasceu aos 10-VII-1868, havendo exercido fecundo apostolado, especialmente em São Leopoldo, onde faleceu aos 21-VII-1947. Aureolado de santidade, tem um processo de canonização, em andamento em Roma, justificando assim as peregrinações procedentes tanto do país, como do estrangeiro, ao seu túmulo anexo ao Santuário do Sagrado Coração de Jesus.

*

A conferência do Prof. Jean Roche.

As atividades do dia 5 de setembro foram encerradas com uma conferência do Prof. Jean Roche sôbre a “Colonização alemã no Rio Grande do Sul”. Na sessão presidida pelo Prof. Eurípedes Simões de Paula, tomaram parte na mesa o Cônsul-Geral da Alemanha em Pôrto Alegre e o Prof. Ângelo Ricci, diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E' desnecessário dizer

que a conferência agradou sobremaneira pois o Prof. Roche é tanto um professor, como um pesquisador do mais alto nível.

*

Palestra do Prof. Eurípedes Simões de Paula.

Como atividade complementar e a convite dos estudantes do Centro de Pesquisas "Pandiá Calógeras" da Pontifícia Universidade Católica, o Prof. Eurípedes Simões de Paula, catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval e Diretor do Departamento de História da mesma Universidade de São Paulo, pronunciou na sede da entidade (Praça D. Sebastião, 2), no dia 6 de setembro, uma palestra sobre: "Impressões de uma viagem ao Egito", acompanhada de projeção de *slides* por êle próprio tirados quando da sua viagem ao Egito em janeiro de 1965. O Prof. Simões de Paula foi apresentado oficialmente pelo presidente do Centro, o universitário Braz Augusto Brancato. Após a palestra estabeleceu-se um diálogo que se prolongou noite a dentro, dada a curiosidade dos alunos, principalmente a respeito dos Cursos de pós-graduação em História na Universidade de São Paulo.

*

Churrasco oferecido aos Simposiastas.

Às 12,30 horas do dia 7 de setembro, nas dependências do Colégio Champagnat foi servido um churrasco oferecido pelo Govêrno do Estado, havendo antes uma rodada do típico chimarrão. O governador, Coronel Walter Perachi Barcelos, apesar de compromissos oficiais devido à data da nossa Independência, participou do churrasco, dialogando, vivamente interessado, com os congressistas presentes. Na oportunidade foi êle saudado pelo Prof. Eduardo d'Oliveira França, catedrático de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Universidade de São Paulo, que em um daqueles inextinguíveis improvisos que bem o individualizam, alertou a S. Excia. quanto à "fôrça perigosa que os historiadores de ontem e de hoje, representam". O sr. Governador, depois de expressivas palavras de agradecimento, determinou que o chefe de sua Casa Civil e ao mesmo tempo dos mais ilustres membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Dr. Artur Ferreira Filho saudasse os simposiastas em nome do Govêrno do Estado.

*

Assembléia-Geral do dia 7 de setembro.

Após o término da 8.ª sessão de estudos, instalou-se na Pontifícia Universidade Católica a Assembléia-Geral que, de acordo com o artigo 7.º do Regulamento do IV Simpósio foi presidida pelo Prof. Eurípedes Simões de Paula. No expediente foram discutidas e aprovadas 11 moções e 8 propostas, que serão transcritas nos *Anais*. Entre as propostas houve cinco sugestões de locais para sede do V Simpósio, como já dissemos. O presidente, com a anuência do plenário, disse que aceitava tôdas as ofertas e deixava para a nova diretoria a solução do problema. Quanto ao prazo que deve mediar entre os Simpósios foi mantido o de dois anos e circulares a serem enviadas ainda no decurso dêste ano, eventualmente, informarão quanto à data e o local escolhidos.

Quanto ao temário, houve, como não poderia deixar de ser, expressiva discussão. Das propostas apresentadas venceu a seguinte:

- 1º — Portos, rotas e comércio.
- 2º — Fontes primárias da História.
- 3º — Didática da História.

Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o presidente, Prof. Eurípedes Simões de Paula suspendeu a sessão para reabri-la 5 minutos depois, dando a palavra ao Prof. Luís César Bittencourt da Silva, que proclamou o resultado final da eleição da nova Diretoria da APUH para o biênio 1968-1969, declarando empossados os eleitos.

Sem mais formalidades, o presidente e a 1.ª secretária, re-eleitos, reassumiram suas funções e deram prosseguimento aos trabalhos. Em nome dos simposiastas, agradecendo, falou o Prof. Brasil Pinheiro Machado, catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná e vice-reitor em exercício da mesma Universidade. Pelo Núcleo Sul-Riograndense falou o Prof. Dante de Laytano, catedrático de História da América da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Antes do término da sessão, o presidente da APUH transmitiu instruções sobre a excursão a ser feita no dia seguinte a Caxias do Sul, sob a direção da Profa. Regina de Castro, assistente do Prof. Dante de Laytano. Dessa realização merece ser destacado o encontro no "Rincão da Lealdade", onde os simposiastas foram brindados com uma demonstração do folclore do Rio Grande do Sul.

* * *

CONCLUSÕES.

Embora não se tenha elementos para testar o alcance dos objetivos colimados pelo presidente da APUH, na Assembléia-Geral de

instalação, podemos afirmar que o IV Simpósio, como é óbvio, teve um saldo positivo e um outro negativo, pois:

1º). — Realizou-se no prazo previsto em Franca;

2º). — Reuniu, até agora, o maior número de simposiastas, tendo comparecido 181 participantes, entre associados, observadores e convidados especiais que, em diálogos registrados nas sessões de estudo ou mesmo e mais ainda, oficiosos, espontâneos, marcaram o clima histórico do IV Simpósio;

3º). — Quanto aos Núcleos::

- a). — Registrou-se a presença do Núcleo da Paraíba, representado, pela primeira vez, por dois associados;
- b). — O Núcleo de Santa Catarina foi organizado e apareceu no Simpósio, devidamente estruturado;
- c). — Dois novos Núcleos, o do Ceará e o do Estado do Rio de Janeiro, irão ser estruturados.

4º). — Cinco cidades, cinco Universidades, disputaram a honra de hospedarem o V Simpósio, sendo até então o local das reuniões uma das maiores preocupações da Diretoria;

5º). — Foram distribuídos: os *Anais* do III Simpósio, realizado em Franca (3 a 7 de novembro de 1965) e o volume contendo 19 trabalhos apresentados ao IV Simpósio, com 428 páginas e que constituirão o núcleo do futuro *Anais* dêsse conclave;

6º). — Quanto às 26 comunicações apresentadas e discutidas em plenário, preferimos, por ora, colocá-las numa faixa neutra, considerando que a abordagem de um determinado problema é da livre escôlha do autor e inteiramente pessoal, desde que esteja vinculado ao temário proposto e aprovado;

7º). — Lamentavelmente, devido a razões que desconhecemos, não se registrou a sintonização do Simpósio, salvo honrosas exceções, com elementos representativos da historiografia gaúcha contemporânea;

8º). — Um outro setor que nos parece aberto à crítica, prende-se ao fato de não ter havido mais de uma sessão dedicada aos problemas didáticos da História. Ainda em se tratando de uma Associação de Professôres Universitários, espalhados por êste Brasil imenso, em luta com condições as mais adversas e que ao responder à convocação da entidade, quase sempre com sacrifício de ordem pessoal, esperariam, eventualmente, encontrar, além de sugestões oportunas, soluções para problemas discutidos em comum. Sôbre êsse assunto queremos apresentar dois fatos concretos:

- a). — A leitura do volume dos *Anais* do III Simpósio da APUH — em tão boa hora distribuído aos participantes do Simpósio que

lhe sucedeu — documenta que foi justamente a sessão dedicada à didática da História (11) aquela que despertou o mais vivo interesse, provado e comprovado pela fecundidade dos debates.

b). — Ainda recentemente realizou-se nesta Capital, de 9 a 24 de fevereiro, um Curso de Férias para Professôres de História, numa promoção conjunta da Sociedade de Estudos Históricos e do Serviço de Expansão Cultural da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Esse Curso, que contou com a colaboração de nomes expressivos do corpo universitário paulista e cuja freqüência foi das mais expressivas, teve um invulgar sucesso, principalmente a última conferência sôbre: “Os seminários no ensino da História: cursos ginasial e colegial” que, além de ultrapassar o programa balizado, serviu ainda de tônica para a prova de aproveitamento inerente ao certificado facultado por aquela repartição oficial. Sabe-se e é alviçareiro registrar, que os promotores do referido Curso vêm recebendo depoimentos de professôres que compareceram, até mesmo de outros Estados, com informações positivas a respeito da nova orientação recebida (12).

O registro acima pode ser equiparado a uma sugestão aos responsáveis pela promoção do V Simpósio da APUH, no sentido de que algo semelhante possa ser tentado com a efetiva colaboração de quem de direito como por exemplo, da Cadeira de Metodologia do Ensino da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

(11). — França (Eduardo d'Oliveira), *Uma experiência de Seminário de Utilização de textos*, in “Anais do III Simpósio dos Professôres Universitários de História”, Franca, 1966, págs. 273-289.

(12). — Rodrigues (Maria Regina da Cunha), *Curso de Férias para Professôres de História* (9 a 24 de fevereiro de 1967), in “Revista de História”, n.o 70, abril-junho de 1967.

II. — PROMOÇÃO DO SIMPÓSIO.

PROMOTORES

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Associação dos Professôres Universitários de História.

Diretoria:

Presidente: Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula (São Paulo, SP.).

Vice-Presidente: Prof. Dr. Francisco Iglésias (Belo-Horizonte, MG.).

Secretário-Geral: Prof. Sérgio Buarque de Holanda (São Paulo, SP.).

1º Secretário: Profa. Dra. Alice Piffer Canabrava (São Paulo, SP.).

2º Secretário: Prof. Dr. José Ferreira Carrato (São Paulo, SP.).

1º Tesoureiro: Profa. Dra. Cecília Maria Westphalen (Curitiba, PR.).

2º Tesoureiro: Prof. Walter Piazza (Florianópolis, SC.).

Imprensa e Propaganda: Prof. Dr. José Roberto do Amaral Lapa (Marília, SP.).

Conselho Consultivo: Profs. Drs. Eduardo d'Oliveira França (São Paulo.), Hélio Dantas (Natal, RN.), Leda Maria Rodrigues (Madre Maria Ângela) (São Paulo, SP.), Nícia Vilela Luz (São Paulo, SP.) e Olga Pantaleão (Marília, SP.).

Pelo Núcleo Regional Sul-Riograndense: Profs. Drs. Dante de Laytano, Astrogildo Fernandes e Francisco Machado Carrión.

*

* *

RELAÇÃO DOS INSCRITOS NO IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSÔRES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA.

Acyr de Paula Lobo (RJ.)

Adi M. da Rosa (RS.)

Aidyl Ferreira de Carvalho (RJ.)

Alberto André (RS.)

Alberto Borges dos Santos (SP.)

Alda Tirico (SP.)

Aldo Janotti (SP.)

Alfredo Zimmer (RS.)

Alice P. Canabrava (SP.)

Aloysio José Ribeiro (RS.)
Altiva Pilatti Balhana (PR.)
Alvamar Furtado de Mendonça (RN.)
Amália Introcaso Bandeira de Mello (MG.)
Amaro Xisto de Queiroz (MG.)
Amaury Castanho (SP.)
Amélia Americano F. Domingues de Castro (SP.)
Américo Augusto da Costa Souto (SC.)
Ana Maria de Almeida Camargo (SP.)
Ana Maria de Barros Petersen (RS.)
Ana Maria Bresolin Pinto (RS.)
Ana Maria Carlomagno Carchedi (RS.)
Ângela Carolina Bertoldo Langanó (RS.)
Ângela Elizabeth Dinuzzi (SP.)
Antônio Carlos Bernardo (SP.)
Antônio De David (RS.)
Antônio Carlos Ribeiro Merschmann (SP.)
Antonieta de Aguiar Nunes (SP.)
Arnaldo Daraya Contier (SP.)
Ariete Machado (RS.)
Arthemiza Rocha (RS.)
Astrogildo Fernandes (RS.)
Athos Ruy Rodrigues da Silva (RS.)
Aziz Ab'Saber (SP.)

Beatriz Westin de Cerqueira (SP.)
Benedita Marques Pinho (SP.)
Brasil Pinheiro Machado (PR.)

Camila Botelho Ayres Netto (SP.)
Carl Laga (SP.)
Carlos Germano Solhni (RS.)
Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota (SP.)
Carlos Humberto Pederneiras Correa (SC.)
Carmen Dotto Machado Soares (RS.)
Cecília Maria Westphalen (PR.)
Célia Freire d'Aquino Fonseca (PE.)
Cláudio Augusto Pinto Galvão (RN.)
Cileuse Soares Cruz (RS.)
Corcino Medeiros dos Santos (SP.)

Daisy Ribeiro de Carvalho (SP.)
Daniel do Valle Ribeiro (MG.)
Danilo Lazzarotto (RS.)
Déa Ribeiro Fenelon (MG.)
Décio Barbosa Machado (RS.)
Deícola Silveira (RS.)
Dante De Laytano (RS.)
Deodoro Martins (RS.)

Denise Zullo (RS.)
Deusdá Magalhães Mota (SP.)
Dionízio Angelo Busato (RS.)
Dyrce Pereira da Silva (RS.)

Earle Diniz Macarthy Moreira (RS.)
Eddy Stols (SP.)
Edna Therezinha de Jesus Cartozi (SP.)
Elza Regis de Oliveira (PB.)
Eduardo d'Oliveira França (SP.)
Emmanuel Soares Veiga Garcia (SP.)
Emilia Theresa Álvares Ribeiro (GB.)
Érsio Lensi (SP.)
Eurípedes Simões de Paula (SP.)

Fernando Antônio Novais (SP.)
Fernando Marciano de Oliveira (SP.)
Francisco Iglésias (MG.)
Francisco José Calazans Falcon (GB.)
Francisco Machado Carrion (RS.)
Francisco Zecher (SP.)

Gabriel Roy (SP.)
Geraldo Meyer Fagundes (RS.)
Gilda Maria Rios Martins (RS.)

Haroldo Niero (SP.)
Harry Rodrigues Bellomo (RS.)
Helena Maria Pereira (MG.)
Helena Pignatari Werner (SP.)
Helena Partidelli del Pino (RS.)
Helga Iracema Landgraf Picolo (RS.)
Hélio Dantas (RN.)
Heloisa Vellinho Corso (RS.)
Helmut Audrä (SP.)
Hilda Maria Lazzaretti (RS.)
Hugo Reinaldo Angst (RS.)

Idalina Gerosolina Curra (RS.)
Índio Brasileiro Cesar (RS.)
Inês Aparecida de Macedo Andreoli (RS.)
Iracema Amantino (RS.)
Irma Thereza Nunes (RS.)
Irmgard Cecilia Bornheim (RS.)
Izabel Marotzi (RS.)

Jaciro Campante Patrício (SP.)
Jaime Pinsky (SP.)
James Slade III (RS.)

Janete Teresinha Grazziotin (RS.)
Jayme Antônio Cardoso (PR.)
Jeanne Berrance de Castro (SP.)
João José Planello (RS.)
Joaquim Manuel Godinho B. Barradas de Carvalho (SP.)
Joffre Alves Furquim (SP.)
Jorge S. Safady (SP.)
José Alves Figueiredo Filho (CE.)
José Augusto Vaz Valente (SP.)
José Ernesto Ballstaedt (MG.)
José Ferreira Carrato (SP.)
José Luiz Pasin (SP.)
José Egydio Flach (RS.)
José Olegário Ribeiro de Castro (MG.)
José da Paz Lopes (MG.)
José Roberto do Amaral Lapa (SP.)
José Sebastião Witter
Josephina Chaia (SP.)
Joubran El Murr (SP.)
Jiuvenius Junqueira Paoli (SP.)
Júlia Maria Scarano (SP.)
Júlia Folgueras Bécarea (MG.)
Jussara Chagas Buanchi (RS.)

Kátia Maria Abud (SP.)
Kunio Suzuki (SP.)

Léa Caldas Brenner (RS.)
Leda Maria Pereira Rodrigues (SP.)
Leonor Bernardes Bastos (SP.)
Leyda Tubino Abelin (RS.)
Líbia Maria Wendiling (RS.)
Luil Carlos de Mesquita Rothmann (RS.)
Luís César de Aguiar Bittencourt Silva (RJ.)
Luís Filipe Baêta Neves Alves (GB.)
Luis Henrique Dias Tavares (BA.)
Luis Palacin Gomez (GO.)
Luzia Garcia de Mello (RS.)

Manuel Nunes Dias (SP.)
Marcos Waldemar de Freitas Reis (RJ.)
Margarida V. Silveira (RS.)
Maria Amélia de Oliveira (SP.)
Maria Aparecida Carmona (SP.)
Maria Aparecida Vieira Pinho (SP.)
Maria Cardoso do Nascimento Junqueira (SP.)
Maria Cecília Mauro Freire (SP.)
Maria Célia Azeredo Souza (RJ.)
Maria Cleonice Sada Aita (RS.)

Maria da Glória Alves Portal (SP.)
Maria Helena Degani Rocha (SP.)
Maria Helena Loureiro (RS.)
Maria José Elias (SP.)
Maria da Conceição Martins Ribeiro (SP.)
Maria Conceição Vicente de Carvalho (SP.)
Maria Júlia Santana de Carvalho (SP.)
Maria Lúcia Crespo Merlo (RS.)
Maria Lúcia de Souza Rangel (SP.)
Maria Luiza de Andrade Camargo (SP.)
Maria Luiza Marcílio (SP.)
Maria Nascimento Barnewitz (RS.)
Maria Regina C. Rodrigues Simões de Paula (SP.)
Maria Yedda Leite Linhares (GB.)
Maria Zentai (RS.)
Marilena Monti Roberti (RS.)
Marilene Baldi (SP.)
Marilene Lugon (RS.)
Marilene Tavares (SP.)
Mariza Piza de Sampaio Góes (SP.)
Mario Silfredo Klassmann (RS.)
Mariza Bálamo Steinberg (SP.)
Mariza Arcuri Magalhães (RJ.)
Modesto Giroto (RS.)
Moisés José Ribeiro (RS.)
Myriam Ellis (SP.)

Nair Alves Fogaça (RS.)
Nair Soveral Agne (RS.)
Nello Garcia Migliorini (SP.)
Nelson de Moura (MG.)
Neuza Dalagna (SP.)
Ney Soares (MG.)
Norah de Toledo Boor (RS.)
Noriko Kudo (SP.)
Norma de Góes Monteiro (MG.)
Norma Marinovic Doro (SP.)

Odah Regina Guimarães Costa (PR.)
Odilon Nogueira de Matos (SP.)
Oksana Boruszenko (PR.)
Olga Pantaleão (SP.)
Orlando Carlos Navega (RJ.)
Orlando Sudbrack (RS.)
Oscar José Beretta (RS.)
Oswaldo M. Fagundes (RS.)
Oswaldo Souza Aranha (SP.)
Othelo Sanches Laurent (RS.)

Palmira Vetratti (RS.)
Paulo Pereira de Castro (SP.)
Pedro Figueira (SP.)
Plínio da Silva Russomano (RS.)
Raquel Glezer (SP.)
Rachel Marschall da Motta (RS.)
Regina Célia de Castro (RS.)
Raul de Andrada e Silva (SP.)
Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa (SP.)
Ricardo Mário Gonçalves (SP.)
Roberto de Carvalho Mattos (MG.)
Robert Preis (SP.)
Rodolpho Marques Filho (SP.)
Romeu Ricúpero (SP.)
Romilda Retezinha Semaghini (SP.)
Ruy Christovam Wachowicz (PR.)
Ruy Ruben Ruschel (RS.)
Sandra Joanina Vianna (RS.)
Sebastião Romano Machado (SP.)
Sérgio Ivan Borges (RS.)
Sérgio Alves Teixeira (RS.)
Sílvia Rossi (SP.)
Sônia Aparecida de Siqueira (SP.)
Sônia Lúcia de Moura C. Benozatti (SP.)
Sônia Maria Chaves Mendes (SP.)
Stella Fontoura Botelho (RS.)
Stella Ribeiro Maya (RS.)
Sylvia Magaldi (SP.)
Tarcísio Antônio Costa Taborda (RS.)
Thereza Nunes (RS.)
Tetsumo Zakini (SP.)
Uacury Ribeiro de Assis Bastos (SP.)
Valter Manoel Gomes (SC.)
Vera Lúcia Fonseca (RS.)
Vera Lúcia Barbosa (MG.)
Victor Deodato da Silva (SP.)
Victor Hugo O. da Silva (RS.)
Victória Namestnikov El Murr (SP.)
Vilma Lúcia Gagliardi (SP.)
Vilma Simões Marques (SP.)
Walter Fernando Piazza (SC.)
Wanda Pompeu Geribello (SP.)
Wilma Ladeia (SP.)
Wilma dos Santos Cardoso Monteiro (PE.)
Wilma Rossi (RS.)
Yacira Peixoto Valentim Meira (RJ.)

PROGRAMA DO IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA.

(Pôrto-Alegre, 3 a 8 de setembro de 1965).

Dia 3. Domingo.

14,30 horas. Instalação da Secretaria no edifício da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Apresentação de credenciais e entrega do material do Simpósio.

17,00 horas. Instalação solene do Simpósio no Salão Nobre da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Abertura da sessão pelo *Prof. Dante de Laytano*, diretor do do Núcleo Sul-Riograndense da Associação dos Professores Universitários de História.

— Passagem da presidência da sessão ao *Prof. Eurípedes Simões de Paula*, presidente da Associação dos Professores Universitários de História.

— Discurso do *Prof. Francisco Machado Carrión*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

18,00 horas. Assembléia-Geral. Instalação dos trabalhos do Simpósio pelo *Prof. Eurípedes Simões de Paula*, presidente da Associação dos Professores Universitários de História.

19,00 horas. Coquetel oferecido pelo Núcleo Sul-Riograndense aos Simposiastas.

*
* * *

Dia 4. Segunda-feira.

1ª sessão — 8,30 horas (Reitoria da UFRGS).

Presidente: *Prof. Dante de Laytano* (FFCL da UFRGS).

Secretária: *Profa. Helga Landgraf Picolo* (FFCL da UFRGS).

Comunicações:

1ª). — *Eurípedes Simões de Paula* (FFCL da USP). — As origens da colonização romana.

- 2ª). — *Maria da Glória Alves Portal* (FFCL de Baurú. SP.).
— A colonização romana na Dácia e no Baixo-Danúbio.
- 3ª). — *Ricardo Mário Gonçalves* (FFCLL da USP). — A imigração coreana no Japão, desde as origens até o século VIII e sua influência sobre a cultura japonesa.
- 4ª). — *Carl Valeer Franz Laga* (FFCL de Marília. SP.). — Os invasores e a sua absorção pelo Império Bizantino.

*

2ª sessão — 14,30 horas (Reitoria da UFRGS).

Presidente: *Prof. Walter Piazza* (FFCL da UF de Santa Catarina).
Secretária: *Profa. Irmgard C. Bornheim* (FFCL de Caxias do Sul. RS.).

Comunicações:

- 5ª). — *Paulo Pereira de Castro* (FFCL da USP). — Notas sobre a política assíria de remoção de populações.
- 6ª). — *Victor Deodato da Silva* (FFCL da USP). — As migrações numa conjuntura crítica: a propósito dos movimentos de população no fim da Idade Média.
- 7ª). — *Ruy Christovão Wachowicz* (FFCL UF do Paraná). — A imigração e os botocudos do Taió.
- 16,00 horas. Excursão a São Leopoldo. Visita à Faculdade de Filosofia “Cristo Rei” e ao Museu da Imigração Alemã.

*

* *

Dia 5. Terça-feira.

3ª sessão — 8,30 horas (Reitoria da UFRGS).

Presidente: *Profa. Cecília Maria Westphalen* (FFCL UF do Paraná).
Secretário: *Prof. Tarcísio Antônio da Costa Taborda* (FFCL de Bagé. RS.).

Comunicações:

- 8ª). — *Francisco Iglésias* (FCE da UFMG). — Natureza e ideologia do colonialismo.
- 9ª). — *Célia Freire d’Aquino Fonseca* (FFCL da UF de Pernambuco). — Sistema econômico-social. Portugal às vésperas de sua expansão ultramarina e movimentos migratórios do Nordeste do Brasil.
- 10ª). — *Oksana Boruszenko* (FFCL da UF do Paraná). — A imigração ucraniana no Paraná:

*

4ª sessão — 14,30 horas (Reitoria da UFRGS).

Presidência: *Prof. Eduardo d'Oliveira França* (FFCL da USP).

Secretária: *Profa. Dyrce Pereira da Silva* (FFCL. Uruguaiana. RS.).

Comunicações:

11ª). — *Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado* (relator) e *Cecília Maria Westphalen* (FFCL da UF do Paraná). — Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização.

12ª). — *Fernando A. Novais* (FFCL da USP). — Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectivas históricas.

13ª). — *José Alves de Figueiredo Filho* (FFCL de Crato. CE.). A sobrevivência portuguesa no Cariri cearense.

20,30 horas (Salão Nobre da Reitoria da UFRGS). — Conferência do *Prof. Jean Roche* (da Universidade de Toulouse. França) sobre: "A colonização alemã no Rio Grande do Sul".

*
* *
*

Dia 6. Quarta-feira.

5ª sessão — 8,30 horas (Reitoria da UFRGS).

Presidente: *Prof. Amaro Xisto de Querioz* (FFCL da UFMG).

Secretário: *Prof. Danilo Lazzaroto* (FFCL de Ijuí. RS.).

Comunicações:

14ª). — *Odah Regina Guimarães Costa* (FFCL da UF do Paraná). — O Arquivo da Catedral Metropolitana de Curitiba.

15ª). — *Jaime Pinsky* (FFCL de Assis. SP.). — A Colonização judaica moderna na Palestina.

16ª). — *Josefina Chaia* (FFCL de Marília. SP.). — Colonização e migração.

*

6ª sessão — 14,30 horas (Reitoria da UFRGS).

Presidente: *Prof. Luís César Bittencourt Silva* (FFCL da Universidade Federal Fluminense).

Secretária: *Profa. Maria Nascimento Barnewitz* (FFCL de Santa Maria. RS.).

Comunicações:

- 17ª). — *Eduardo d'Oliveira França* (FFCL da USP). — Engenhos, colonização e cristãos-nôvos na Bahia Colonial.
- 18ª). — *Dante de Laytano* (FFCL da UFRGS). — Colonização açoriana no Rio Grande do Sul.
- 19ª). — *Júlia Maria Leonor Scarano* (FFCL de Rio Claro. Universidade Estadual de Campinas. SP.). — Considerações preliminares sôbre uma cidade de imigração teuto-italiana e os efeitos do Segundo Conflito Mundial.
- 20ª). — *Walter Piazza* (FFCL da UF de Santa Catarina). — Migrações e movimentos migratórios em Santa Catarina.
- 20,00 horas. (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). — Conferência do Prof. Eurípedes Simões de Paula, sob os auspícios do Centro de Pesquisas "Pandiá Calógeras", sôbre o tema: "Uma viagem ao Egito" (com projeções).

*
* *
*

Dia 7. Quinta-feira.

7ª sessão — 8,30 horas (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

Presidência: *Prof. Alvar Furtado de Mendonça* (FFCL da UF do Rio Grande do Norte).

Secretária: *Profa. Leyda Tubino Abelin* (FFCL de Passo Fundo. RS.).

Comunicações:

- 21ª). — *Maria Conceição Martins Ribeiro* (FFCL de Rio Claro. Universidade Estadual de Campinas. SP.). — O curso de Introdução aos Estudos Históricos e Fontes primárias (Uma experiência).
- 22ª). — *Jeanne Berrance de Castro* (FFCL de Rio Claro. Universidade Estadual de Campinas. SP.). — Inventário analítico de uma fazenda paulista: Santa Gertrudes (1885-1961).
- 23ª). — *Célia Freire d'Aquino Fonseca* (FFCL da UF de Pernambuco). — Considerações em tórno do ensino da História: o trabalho socializado, suas dificuldades e vantagens. Uma experiência no Ginásio de Aplicação da Faculdade de

Filosofia e em estabelecimentos oficiais do Estado de Pernambuco.

12,00 horas. Churrasco oferecido pelo Governador do Rio Grande do Sul.

8ª sessão — 14,30 horas (Pontifícia Universidade de Católica do Rio Grande do Sul).

Presidência: *Profa. Maria Yeda Linhares* (FFCL da UF do Rio de Janeiro).

Secretário: *Prof. Modesto Giroto* (FFCL da PUC do RGS).

Comunicações:

24ª). — *Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula* (FFCL da USP). — O Centro de Documentação Histórica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

25ª). — *Pe. Arnaldo Brüxell* (FFCL “Cristo Rei”. São Leopoldo. RS.). — A filмотeca histórica da Faculdade de Filosofia “Cristo Rei” de São Leopoldo.

26ª). — *Heinrich A. W. Bunse* (FFCL da UFRGS). — Coloniização e língua.

*

17,30 horas. — Assembléia-Geral.

18,30 horas. — Sessão de encerramento. Discurso dos Professôres *Brasil Pinheiro Machado* (FFCL da UFP) e *Dante de Laytano* (FFCL da UFRGS).

*

* *

Dia 8. Sexta-feira.

7,00 horas — Excursão a Caxias do Sul sob a direção da *Profa. Regina de Castro*. Churrasco e danças folclóricas no “Rincão da Lealdade”.

*

* *

EXPOSIÇÕES.

Livros sôbre a História do Rio Grande do Sul.

Local:

Biblioteca da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Horário:

Manhã e tarde, durante os trabalhos do Simpósio.

Cartas Geográficas e outros elementos Geográficos.

No mesmo local e horário da Exposição de Livros sôbre a História do Rio Grande do Sul.

Documentos Históricos sôbre a Colonização no Rio Grande do Sul.

Departamento de Ciência e Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul:
11^o andar — sômente à tarde: até às 17 horas.

REGULAMENTO DO IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA.

TÍTULO I.

Das Inscrições.

Artigo 1º — A ficha de inscrição, devidamente referendada pela Comissão Organizadora do IV Simpósio da A.P.U.H. e pela Secretaria Geral, é o título hábil de participação efetiva nas sessões e assembleias do mesmo certame.

§ primeiro. — Cada sócio participante depositará, no ato de apresentação de suas credenciais à Secretaria local do IV Simpósio, a importância de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos) destinados ao pagamento da taxa de despesas da Secretaria Geral (São Paulo) e da impressão dos ANAIS do certame, ou apenas NCr\$ 5,00 (cinco cruzeiros novos), sem direito a receber os ANAIS.

§ segundo. — Além do sócio participante haverá o especialista convidado em caráter excepcional pela Comissão Executiva do IV Simpósio, de notório saber histórico, o qual poderá dar pareceres, proferir palestras e ler comunicações.

§ terceiro. — Os interessados em assistir às sessões e assembleias do IV Simpósio, embora não inscritos — por não preencherem os requisitos estatutários exigidos pela A.P.U.H. — serão considerados observadores.

§ quarto. — As organizações universitárias estudantis que têm por objeto o estudo da História, poderão enviar um representante ao certame, na condição de observador.

§ quinto. — É vedado aos observadores o direito de voto e o uso da palavra.

§ sexto. — A Secretaria local do IV Simpósio da A.P.U.H. providenciará distintivos diferentes para cada categoria de participantes.

Artigo 2º — A Secretaria local do IV Simpósio expedirá aos participantes e observadores um certificado de comparecimento às sessões.

TÍTULO II.

Das Comunicações.

Artigo 3º — A apresentação de comunicações ao IV Simpósio é da competência exclusiva dos sócios da A.P.U.H.

Artigo 4º — As comunicações oficiais ao IV Simpósio são reservadas aos sócios especialmente convidados pela Diretoria da A.P.U.H. Qualquer sócio poderá apresentar comunicação espontânea.

§ único. — A Comissão Organizadora do IV Simpósio e a Secretaria Geral, às quais cabem os convites e inscrições ao mesmo, encaminharão, em tempo hábil,

à Comissão Executiva local, a relação dos sócios inscritos e a dos que apresentarão comunicações, com os respectivos temas.

Artigo 5º — Os autores de comunicações deverão apresentá-las sob a forma de exposição oral, de maneira sintética, na sessão de estudo que lhes fôr programada.

§ primeiro. — O texto escrito das comunicações oficiais não deverá ultrapassar 30 (trinta) páginas datilografadas, tamanho officio, em espaço duplo, afora ilustrações, e as comunicações espontâneas 20 (vinte) páginas, sob as mesmas condições.

§ segundo. — As comunicações apresentadas à Secretaria Geral da A.P.U.H. até 1º de maio do corrente ano serão impressas pela Diretoria da entidade e constituirão o 1º volume dos ANAIS do IV Simpósio. As demais comunicações deverão ser apresentadas em 3 (três) vias acompanhadas de 150 exemplares de um resumo, de três páginas no máximo, tamanho officio, datilografadas em espaço duplo, para distribuição aos participantes do IV Simpósio, durante os trabalhos, e serão publicadas posteriormente, no 2º volume dos ANAIS.

§ terceiro. — A Comissão Executiva do IV Simpósio reserva-se o direito de condicionar o rigoroso cumprimento do estatuído nos §§ primeiro e segundo para publicação das comunicações nos ANAIS.

TÍTULO III.

Das Reuniões.

Artigo 6º — São consideradas reuniões constitutivas do IV Simpósio: I. — as Assembléias-Gerais, nas quais são discutidos assuntos pertinentes à Associação dos Professores Universitários de História (A.P.U.H.); II. — as Sessões de Estudo, nas quais serão apresentados e debatidos os trabalhos científicos dos temários propostos; e III. — as Reuniões Sociais, promovidas pela Comissão Executiva local, como recreio espiritual aos simposistas.

Artigo 7º — As Assembléias-Gerais serão dirigidas pelo presidente da A.P.U.H.; a condução das Sessões de Estudo caberá aos diretores dos Núcleos Regionais da entidade, e a realização das reuniões sociais será da responsabilidade da Comissão Executiva local do IV Simpósio.

Artigo 8º — Cada autor de comunicação nas Sessões de Estudo disporá de 10 (dez) minutos, no máximo, para sua exposição oral, que abordará apenas os pontos fundamentais do trabalho.

§ primeiro. — Os comentários atinentes às comunicações serão feitos imediatamente após a palavra do autor, mediante inscrição escrita encaminhada à presidência da Sessão, com o nome do interpelante.

§ segundo. — Cada intervenção terá a duração ideal de 3 (três) minutos).

§ terceiro. — Findas as intervenções, o autor da comunicação disporá, se assim o desejar, de 5 (cinco) minutos para responder, de modo geral e sucinto, às críticas formuladas, com o direito de encaminhar à Secretaria do IV Simpósio justificativa por escrito para constar do 2º volume dos ANAIS.

§ quarto. — Sempre que julgar necessário o presidente da Sessão poderá suspender o debate.

§ quinto. — É vedado o uso da palavra, mais de uma vez, em cada comunicação.

§ sexto. — As comunicações oficiais cujos autores não estiverem presentes ao IV Simpósio terão comentário feito por Relator designado pela Diretoria da A.P.U.H. e publicado no 2º volume dos ANAIS do IV Simpósio.

TÍTULO IV.

Das Moções.

Artigo 9º — As moções e propostas relativas aos interesses e objetivos próprios da A.P.U.H. deverão ser apresentadas por escrito à Secretaria local do IV Simpósio nos dias destinados às Sessões de Estudo, a fim de serem apenas discutidas e aprovadas durante as Assembléias Gerais.

§ primeiro. — Não serão recebidas novas propostas e moções durante as Assembléias Gerais.

§ segundo. — As moções e propostas serão puestas em votação pelo Presidente da Mesa, e as deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos sócios da A.P.U.H. presentes à reunião.

TÍTULO V.

Das Eleições.

Artigo 10º — A Secretaria local do IV Simpósio providenciará urna e registros dos votantes, destinados a receber os votos e assinaturas dos sócios da eleição da Diretoria da A.P.U.H. para o biênio 1968-69.

§ primeiro. — O Presidente da A.P.U.H. comunicará, na Assembléia Geral de instalação do IV Simpósio, os dias destinados ao recebimento de votos e respectivo horário, e designará previamente a Comissão encarregada de apurar o resultado final, antes da realização das Assembléias Gerais finais.

§ segundo. — O direito de voto é reservado aos sócios da A.P.U.H.

§ terceiro. — O resultado das eleições será proclamado na última Assembléia Geral do IV Simpósio.

TÍTULO VI.

Das Publicações.

Artigo 11º — Cabe somente à Comissão Executiva do IV Simpósio e à Diretoria Geral da A.P.U.H. o direito de editar, resumir e enviar ao público e às autoridades competentes, as comunicações, exposições, debates, moções e propostas relativos ao trabalho científico desenvolvido pelo IV Simpósio.

§ único. — As moções e propostas relativas à A.P.U.H. serão encaminhadas e publicadas pela Diretoria da mesma.

TÍTULO VII.

Das Disposições Gerais.

Artigo 12º — Caberá à Comissão Executiva do IV Simpósio, ouvida a Comissão Organizadora do certame e a Diretoria da A.P.U.H., resolver os casos omissos no presente Regulamento.

III. — SESSÃO DE ABERTURA DO SIMPÓSIO.
(3 de setembro de 1967).

DISCURSO DO PROF. FRANCISCO MACHADO CARRIÓN.

Professor e Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Senhores professores.

Reunidos estamos, para dar início aos trabalhos do IV Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História, que tem como tema fundamental o estudo da “Migração e Colonização”.

Desnecessário será ressaltar a importância do assunto que ora nos congrega, principalmente em um país onde os problemas da imigração e colonização ainda constituem um desafio às gerações contemporâneas.

Já vai longe o tempo em que o professor de História se atinha apenas à narração autêntica e bem ordenada dos acontecimentos memoráveis do evoluir humano, muitas vezes de caráter meramente episódico ou romanesco, sem conteúdo de profundidade, aguçantes de uma curiosidade fantasiosa.

Tanto o professor de História como o historiador modernos, entendem que, “sendo a História uma profunda realidade espiritual”, não é nem um simples empirismo, nem uma compilação material de fatos, como ensina Berdiaeff, mas deverá considerar os feitos humanos, não em si mesmos, e sim como produto de seres sociais e com encadeamento causal, na observação muito exata de Villada.

Permiti socorrer-me de Bloch, em sua *Introdução à História*, para dizer-vos que

“a História não terá direito de reivindicar seu lugar entre os conhecimentos verdadeiramente dignos de esforços, senão no caso de que, em vez de simples enumeração, sem laços e quase sem limites, nos prometa uma classificação racional e uma inteligibilidade progressiva”;

fugindo-se de nela ver, em lugar de um conhecimento verdadeiramente científico, uma espécie de jogo estético, dos “historiadores históricizantes”.

Assim, a velha História narrativa, depois de passar pela fase pragmática e genética, apresenta-se-nos, nos dias presentes, em seu aspecto marcadamente sociológico-cultural, que aglutina os anteriores, superando-os, e dando ao homem moderno uma visão de universo, em que se procura o sentido e o destino dela.

Não deveremos esquecer que o suceder, embora signifique tempo, não implica necessariamente em mudança, supondo, porém, um sentido finalístico.

O histórico tem um profundo significado ontológico, por sua essência mesma, e não apenas fenomenal; é a revelação do destino universal e do destino humano como eixo daquele.

Daí que a História, ao conhecer-se sua etiologia, para chegarmos ao diagnóstico do mistério humano, deverá, antes de tudo, ser encarada mais como uma realidade cultural do que cronológica.

E, detendo-se o historiador para contemplar a “caravana humana” em suas marchas e contramarchas, procurando conhecer-lhe o conteúdo e destino, no afã muito justo de desvendar profeticamente sua mensagem, esbarrará com os fatores que a condicionam, sem a determinar, modelando-a, porém, à sua imagem e semelhança.

E, dessa forma, constatará ser o homem realmente o sujeito agente da História, condicionado, entretanto, aos valores culturais e situado dentro da variável psicológica, da constante da natureza humana e do plano providencial.

Não poderá, ainda, desconhecer o sentimento de estabilidade social de povo e a oposta consciência dinâmica e de grande homogeneidade da massa; levará na devida consideração a influência da natureza externa, o meio físico, e a natureza interna da raça; terá que equacionar fatores como religião, o elemento econômico, social, político e tantos outros, modeladores da vida histórica no tempo e no espaço.

Ficará, outrossim, muitas vezes perplexo ao procurar saber se percorremos um período de progresso ou de decadência, se não se servir de uma escala de natureza axiológica.

Progredir, como nos ensina Maritain, é tender à perfeição; mas o progresso histórico não é a soma apenas dos progressos individuais; há um progresso social em si, que chamaremos de Civilização.

E, Civilização não será, como entendem Spengler ou Berdiaeff, um desenvolvimento material, mecânico e extrínseco da vida social, comprometedor da Cultura; também não aceitamos a posição de De los e do próprio Maritain, que distinguem os dois conceitos como graus de uma evolução ascendente.

Para nós, Cultura, é o desenvolvimento particular de um agrupamento, sujeito a todos os elementos que o caracterizam, enquanto que Civilização é o desenvolvimento eminente do grupo, segundo os valores ontológicos da pessoa humana.

Assim, haverá tantas Culturas quantos os meios agentes que dão característico próprio a determinado grupo; as Culturas progredem e, excepcionalmente, poderão regredir. A Civilização é “una unificadora”. Poderemos falar de uma Cultura pré-histórica, chinesa ou árabe, decadente ou progressista; conheceremos uma só Civilização, personalística, humanizante.

Uma Cultura progressista, no sentido axiológico, conduz à Civilização.

Civilização não é apenas processo, é também resultado; há nela um aspecto dinâmico, mas há também outro estático: é um *fieri* e um *factum*; constitue-se em uma *Weltanschauung*, uma concepção de vida.

O processo civilizador ultrapassa a mobilidade do histórico e serve-lhe de suporte. Constitui-se uma espécie de “poder criador anímico”, de que nos fala Weber, que se desenvolve em tôdas as direções e através das sucessivas épocas.

E, chegados a essa altura do perquirir histórico, assalta-nos uma pergunta que merece a devida resposta: tem sentido a História? E, qual é êsse sentido?

Antes de responder, diremos com Henri Berr:

“Muito mais que antropologia e que geografia, a História é lógica. A contingência favorece ou prejudica a esta lógica, mas ela é o princípio de inteligibilidade”.

A lógica da História constitui-se na doutrina dos princípios do conhecimento histórico, que, como Teoria da História, procura seu sentido, os fatores, as leis, a meta ou o fim da História, chegando à Filosofia da História.

A História fornece a substância, como que a matéria prima das observações da Filosofia da História, pois é ela que recolhe, controla e narra os acontecimentos; mas, é a Filosofia da História que separa e distingue, através da trama histórica, o permanente do passageiro, o necessário do contingente, o constante do acidental, enfim, procura o traço humano debaixo da máscara nacional, o sentimento universal sob os preconceitos de países ou do momento, a lei ante o fenômeno.

Entre as causas da ação humana há uma hierarquia ontológica, de tal forma que a causa final se constitui na causa das causas e a

causa eficiente entre as causas intrínsecas; não se nega o valor das últimas, mas se as valoriza à luz dos princípios absolutos.

O erro de muitos filósofos da História tem sido o de superestimar demasiadamente os valores materiais ou, de outro lado, em demasia a liberdade humana.

Para chegar-se à Filosofia da História e dar-se resposta à pergunta sobre o sentido da História, não há dúvida que é necessário conhecer-se a ação humana em sua individualidade concreta, objeto do simples historiador, e a filosofia do ser, do qual a realidade social não é mais do que um modo accidental do existir.

Só por um processo de particularização e de generalização, é que poderemos chegar ao conhecimento do sentido e do fim da História.

A Filosofia da História

“abraça em seu imenso horizonte o homem e o mundo, o homem de todos os tempos e de todos os países, o mundo inteiro, que lhe serve de moldura ao painel, de cena no drama de nosso destino”,

procurando sua “causa, lei e fim”.

E, a lei que rege o desenvolvimento da Humanidade, não será certamente o eterno retorno de que nos fala Vico, à semelhança do pensamento do grego Políbio.

A “História ideal” do filósofo renascentista, que defende uma filosofia da História dos “povos que se negam a morrer”, procura substituir, para a nova “barbárie refletida”, muito mais trágica do que a barbárie da natureza, a idéia de Juízo Final, pela perpétua renovação.

Não a teremos também explicada pela concepção romântica de Herder, que reduz a História a uma geometria, em que a orografia da Ásia, Europa, África, América, a distribuição de suas montanhas e de seus vales, o contorno de seus mares e a impetuosidade de seus rios moldam as culturas; além de reduzir “toda criatura a um simples número, o silêncio de suas selvas ou a aridez de seus desertos, modelador do grande denominador que é a natureza mesma”, nas palavras do romântico filósofo alemão, dá o mesmo à nação a unidade orgânica natural, representada pela cultura nacional, o que desloca o eixo da História.

Já Rousseau tentara explicar o sentido da História caindo em erro oposto, ao defender a liberdade absoluta de um homem associal, que, contraditoriamente, constituiria uma História meramente contratual.

Tal concepção, por antinatural, antijurídica e irreal, impede uma visão de universo dentro da História, redú-la a uma soma atômica de vontades; filho do Iluminismo, ao admitir que o homem em sociedade renuncia a todos os seus direitos, para reformulá-los por um pacto social, transforma a História num simples registro da degradação humana.

Embora com mais profundidade filosófica, Spencer, apoiando-se no positivismo de Comte e aceitando o transformismo de Darwin, enquadra a História dentro de uma evolução retilínea, no sentido da complexidade e da heterogeneidade, confundindo progresso com evolução.

Rejeita qualquer elemento metafísico e explica o progresso por sua lei de diferenciação, assim formulada:

“Tôda fôrça ativa produz mais de uma transformação, tôda causa produz mais de um efeito; a multiplicidade dos efeitos deriva da instabilidade do homogêneo, e esta instabilidade se explica por um duplo fato: de uma parte, a persistência da fôrça inerente aos seres; doutra, a impossibilidade de uma união homogênea infinita. A fôrça persistindo em agir, todo agregado em progresso perde sua homogeneidade e passa de um estado indefinido e incoerente a uma estrutura definida e coerente. Tudo no universo, não é senão ação e reação; tudo se une, se troca, se emaranha: donde se segue, por consequência, que uma mudança vindo a se efetuar sôbre um ponto, tem, por repercussão, prolongamentos quase indefinidos”.

Os efeitos de qualquer mudança seriam tanto mais numerosos, quanto mais modificado fôsse o meio sôbre o qual ela se produzisse.

Dá-nos o grande filósofo o meio de uma cadeia, sem apontar-nos sua origem e seu verdadeiro finalismo.

Outrossim, a teoria spenceriana das três etapas — caça, pastoreio, agricultura — foi cabalmente desmentida pelos estudos de Humboldt, Waitz, Bachofem, Hahn, Schmidt, Koppers, Gerland e tantos outros, o que provocou a dramática confissão do spenceriano Goldenweiser de que o esquema de Spencer já estaria previamente elaborado, antes de os pesquisadores de fatos etnográficos haverem fornecido o respectivo material.

Aproveitando, então, o quadro evolucionista-positivista, Marx, partindo da concepção dialética de Hegel e aceitando o materialismo de Feuerbach, entende ser a infraestrutura econômica, o fundamento e explicação de tôda a História.

A concepção ético-humanista do Estado de Hegel, por êle denominado “espírito vivente”, “razão encarnada”, “deus terreno”, leva

Marx ao materialismo histórico, visão econômica da História, e também visão histórica da economia, que termina no Estado totalitário.

A *praxis*, filosofia da ação, seria para o marxismo, o elemento de equilíbrio, uma síntese, no aparente conflito entre o determinismo histórico e o apêlo à luta.

Surgiria, pois, uma História em que os valores éticos desapareceriam frente a êsse existencialismo ateu; a filosofia da *praxis* explicaria o evolver do histórico.

Reagindo contra êsse quadro de fechamento do histórico dentro do simples fator econômico ou de sua predominância, surge a figura grandiosa de Toynbee que, respondendo ao autonomismo cultural de Spengler, retoma o verdadeiro sentido da História.

Spengler reduz o histórico a uma sucessão de unidades autônomas individuais, que denomina cultura, cada uma com caráter próprio, apenas assemelhadas por seu ciclo vital idêntico.

Toynbee restabelece o sentido de universo dentro da História; com sua idéia de “repto” e de “réplica” no ritmo das culturas, com o “retiro” e o “retôrno”, repõe nas mãos de sua “minoría criadora” o comando do histórico, ao mesmo tempo que responde, tomando o homem com centro, ao pessimismo de Vico.

Toynbee, sem fazê-lo expressamente, retoma também os valores da Civilização, no sentido de unidade, que lhe damos.

E, o “tempo-eixo” da História, de que nos fala Jaspers, numa visão escatológica do histórico, encontraria seu sentido no plano da filosofia agostiniana:

“tôda a História vae a Deus e vem d’Êle; o advento do Cristo é o eixo da História Universal”.

Para concluir êste esforço pela Filosofia da História, diríamos que, em nossos dias, o finalismo da tese evolutiva de Teilhard de Chardin, em vêz de negar, confirma plenamente o pensamento agostiniano, quando afirma:

“a história humana se desenvolve entre dois pontos críticos de Reflexão: um inferior e individual — o outro superior e coletivo — num lento processo de Cristogênese”.

Senhores.

Sabemos que há uma lei na História, situada além das suas demais leis de probabilidade e generalidade, como há um progresso na História, que se não confunde com a idéia de evolução, ocupando, seu conceito, o centro da metafísica da História.

A idéia de progresso pressupõe uma finalidade histórica não imanente, isto é, uma finalidade situada fora do processo histórico e

dirigindo-se a um fim extra-histórico, que fica além do domínio do tempo.

E' uma idéia escatológica, pois a História é destino; uma História imanente careceria de sentido.

Outrossim, do confrônto entre Culturas e Civilização, colhemos o princípio de que a Civilização é um processo de universalização:

“Inseparável da Civilização, há uma doutrina metafísica, uma sistematização de universo e das relações entre os seres, que lhe alimenta as energias íntimas e lhe anima e ilumina tôda a vida interior”.

O processo civilizador, como dissemos antes, ultrapassa a mobilidade do histórico e serve-lhe de suporte.

Senhores congressistas.

Estamos vivendo uma época de conflito de culturas; de outro lado, a Civilização humana está realizando a diáspora evangélica e o mundo parece reencontrar-se com os mananciais profundos da Cristogênese de que nos fala Chardin.

Nós, professôres de História, ora reunidos, para debates francos e construtivos, em tôrno de temas de alta atualidade, devemos ter o pensamento posto na dignidade da pessoa humana e em nossa missão de responsáveis, também, pelo destino da Civilização.

Esse foi nosso objetivo, ao meditarmos convosco, nestas palavras de abertura de nossos trabalhos, sôbre o sentido da História.

Antes de terminar, porém, apresento a saudação amiga da gente gaúcha, a todos aqui presentes, que sobremaneira nos honram, em aceitando nossa hospitalidade.

O Brasil inteiro está aqui reunido: são os irmãos do extremo Norte, das barrancas do Amazonas, que nos falam da “terra caída” cantada pelo estro de Catulo da Paixão Cearense; são os homens do Nordeste histórico, os desbravadores do “Grande Sertão: Verdades”, referidos por Guimarães Rosa; são os legítimos herdeiros das glórias dos caçadores de esmeraldas e dos bandeirantes, “violadores dos sertões e plantadores de cidades”; são, enfim, os irmãos do planalto meridional, que se emenda à terra gaúcha, todos unidos a nós, que também demos um pouco de nossos esforços pela grandeza da pátria comum, quando, por nossos antepassados, no antanho, frente à valente gente castelhana, na pata de nossos corcéis dilatamos os horizontes pátrios e com a ponta da lança traçamos as fronteiras sulinas.

Hoje, todos unidos, numa missão tão nobre como a de antes, do desenvolvimento da ciência e da cultura, de integração nacional, solidariedade continental e fraternidade internacional, o Rio Grande do Sul exulta com a vossa presença.

Sêde todos bem-vindos; nossa cidade vos acolhe, os fogões gaúchos estão acesos, para vos obsequiar.

DISCURSO DO PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA.

Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Presidente da Associação dos Professores Universitários de História.

Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas.

Professores e Simposiastas.

Alunos e observadores.

Senhoras e Senhores.

Nesta assembléia, em que se iniciam os trabalhos do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, justificam-se algumas considerações e outras tantas diretrizes oriundas do Regimento do Simpósio que está transcrito no 1º volume dos *Anais* que — graças à invulgar colaboração dos funcionários da seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo — temos sob as mãos. Podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que os objetivos da nossa Associação de Professores se entrozam, a nosso ver, com as finalidades da Universidade Brasileira, que para nós são:

- o ensino superior sem teto;
- o ensino permanentemente associado à pesquisa;
- sensibilidade às novas tendências, porém com esforço de integração entre o clássico e o moderno;
- A Universidade, que é mantida pela sociedade, tem obrigação de retribuir-lhe, em termos culturais com:
 - pessoal de alto nível técnico;
 - pessoal de alto nível científico;
 - gente capaz de dinamizar os quadros pré-existentes e contribuir para a melhoria dos setores menos desenvolvidos das velhas estruturas.

Formamos ao lado daqueles que reconhecem que esse assessoramento técnico e científico à sociedade se faz também no campo das ciências humanas. Por isso nos encontramos aqui, nós da confraria da História, prestando contas do que fizemos nos Simpósios anteriores, o que se fará neste e o que pretendemos fazer nos próximos encontros.

Como se sabe, a Associação dos Professôres Universitários de História nasceu precisamente em 19 de outubro de 1961, na cidade paulista de Marília, quando o Departamento de História da sua jovem Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras promoveu o I Simpósio Nacional dos Professôres Universitários de História. Seguiu-se-lhe o II Simpósio patrocinado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, realizado de 27 a 31 de outubro de 1962, cuja tônica girou em tôrno do temário: “A terra e o seu uso”. Lamentavelmente não se concretizou em Fortaleza, como estava programado, o III Simpósio. Êsse encontro só foi possível na tradicional cidade paulista de Franca, graças ao esforço de um grupo de professôres e de tôda a sociedade local. Reuniram-se em 1965, de 3 a 7 de novembro, 85 professôres universitários, dos quais 18 apresentaram trabalhos de acôrdo com o temário proposto na capital paranaense, ou seja:

I. — Artesanato, manufatura e indústria e

II. — Fontes primárias para a História”.

Comunicações que, com as respectivas intervenções, somaram as 620 páginas dos Anais do III Simpósio que trouxemos e aqui se encontram à disposição dos Simposiastas.

Quanto ao IV Simpósio, votou-se em Franca que o prazo de realização seria dilatado para dois anos e que o tema central seria: “Colonização e Migração”. Quanto ao local, sòmente em julho do ano passado, quando da oportunidade da realização do I Colóquio Brasil-Japão, patrocinado pelo Departamento de Estudos Orientais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e pela UNESCO, tivemos a oportunidade de consultar o *vosso* e o *nosso* querido Prof. Dante de Laytano que, imediatamente, aceitou a incumbência de, como diretor do núcleo regional da APUH, patrocinar em Pôrto-Alegre a realização dêste IV Simpósio.

E aqui estamos nós, uma leva de cêrca de 100 imigrantes temporários, procedentes do Ceará, de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, de Minas Gerais, de São Paulo, do Estado do Rio de Janeiro, da Guanabara, do Paraná, de Goiás, de Santa Catarina, trazendo na sua bagagem 20 comunicações impressas e outras tantas mimiografadas, para discutirmos em conjunto, irmanados no nosso tema principal: “Colonização e Migração”. Fomos todos atraídos para êste “estuário” tanto físico, como humano, que parece individualizar a vossa bela Capital, verdadeira metrópole regional. Físico, pois, como acontece também com o Paraná, trata-se de um território, da Federação dos Estados Unidos do Brasil — conceituação tradicional

e inexistente na conjuntura atual — que possui fronteiras com dois países platinos de cultura hispânica. Daí a importância desta área de contacto entre a civilização luso-brasileira e a civilização hispano-platina. Mais ainda, a ténpera dos fronteiros que identifica os agrupamentos humanos da Campanha, espalhados pelo mosaico gaúcho de serras, planaltos, depressões periféricas, planícies, coxilhas contribuem para fazer de Pôrto-Alegre uma síntese da cultura do Brasil Meridional. Essa mesma cultura tem suas colunas mestras nas suas Universidades, em seus Estabelecimentos de Ensino Superior, na obra dos seus Centros de Cultura e Tradições, tanto nesta Capital, como nas cidades do interior do Estado, pois aqui e acolá sente-se uma autêntica vinculação com tôdas as camadas da sociedade gaúcha.

Isso explica porque os “imigrantes” das ciências do Homem vieram procurar no vosso convívio de alguns dias:

- resposta à originalidade da cultura gaúcha;
- tomada de posição face ao problema angustiante, dada a conjuntura em que vivemos, do treinamento técnico e científico das futuras elites;
- possibilidade de abertura de novos “fronts” de ascensão social, através da cultura de nível universitário e finalmente,
- o desenvolvimento das aplicações da ciência, especificamente das ciências humanas.

Assim, encontramos aqui, historiadores de todo o Brasil e até mesmo um dos luminares da Universidade de Toulouse, o Prof. Jean Roche, tão conhecido de nós como de todos vós, irmanados no mesmo ideal histórico preconizado por Lucien Febvre e Marc Bloch, para juntos debatermos as comunicações apresentadas a êste IV Simpósio Nacional dos Professôres Universitários de História.

*

Feitas estas considerações iniciais, passemos às informações de ordem burocrática, assim como às proposições que deverão ser medidas para a sua votação na sessão de encerramento.

A primeira e a mais importante é a seguinte: recebemos muito mais trabalhos do que contávamos — o que é altamente estimulante. Inscreveram-se 34 associados, o que talvez nos obrigarà a desdobrar a última sessão de estudos em dois setores, devendo os Congressistas optarem por uma ou outra das sessões. O mesmo ocorrerá futuramente, no próximo Simpósio, onde seremos obrigados a ter um setor de História Geral e um outro de História do Brasil, sem falarmos das sessões tradicionais de fontes primárias e da didática da História.

A nossa Associação de Professôres Universitários de História é uma entidade que visa o diálogo. Nestas condições, não podemos receber comunicações orais, mas sim textos escritos que deverão ser-

vir de base para a discussão em plenário. Se tal não fizermos cairemos no ritmo dos velhos Congressos de História, onde apenas se aprovavam os pareceres dos relatores e o plenário não tomava conhecimento da íntegra dos trabalhos apresentados. Não é assim que se procede nos Congressos Internacionais de História, como tivemos ocasião de presenciar em Viena e em Beirute e nos Congressos de alto nível.

Infelizmente muitos relatores convidados pessoalmente, ou não cumpriram o compromisso assumido de enviar um trabalho ou enviaram e não compareceram para defendê-lo. Experiência que, pensamos, deverá ser evitado nos nossos próximos encontros. Como já afirmamos, a nossa Associação preconiza o diálogo, a discussão em torno de um tema pré-estabelecido e assim a presença do autor de uma comunicação é imprescindível.

Outra novidade apresentada neste Simpósio é o sistema de eleições para a renovação da Diretoria e o da apresentação de moções. As cédulas para a votação deverão ser procuradas na Secretaria e a eleição se processará durante tôdas as sessões de estudo, de tal maneira que na sessão de encerramento, sem tumulto, possamos proclamar o resultado. O mesmo deverá ser feito com as moções, que deverão ser apresentadas também durante o decorrer das sessões de estudo a fim de serem votadas na sessão de encerramento.

Na sessão de encerramento o plenário deverá decidir da sua filiação ou não a diversos organismos internacionais que congregam os diversos ramos da pesquisa histórica. Também nessa última sessão deverão ser decididos o temário do V Simpósio e o local provável de sua realização.

Essas são algumas das comunicações e propostas que a Diretoria se sente no dever de comunicar ao plenário para que êste decida dos rumos que a Associação deverá tomar. Se porventura houver outras deliberações a serem transmitidas, elas serão oportunamente anunciadas.

*

Que nos seja permitido uma palavra final, de caráter pessoal: queremos dizer que a realização do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História deu-nos a grande oportunidade de conhecer melhor o Rio Grande do Sul e a sua gente. Causa-nos especial e comovente impressão encontrar nêsse rincão da terra brasileira, tôdas as boas tradições luso-brasileiras muito bem preserva-

das e vinculadas a um processo de desenvolvimento e progresso, dignas das aspirações das novas gerações de brasileiros. Em chão gaúcho, em 1967, nos sentimos em presença de uma verdadeira região em desenvolvimento sem a perda da sua originalidade.

*

Senhores,
a nossa entidade venceu mais uma etapa: o IV Simpósio que ora tem início, pode ser considerado tanto um desafio, como uma esperança.

IV. — COMUNICAÇÕES.
(Colonização e Migração).

AS ORIGENS DA COLONIZAÇÃO ROMANA (*).

EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

Professor de História da Civilização Antiga e Medieval
da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Uni-
versidade de São Paulo (SP).

INTRODUÇÃO.

De acôrdo, tanto com o temário escolhido para nortear o IV Simpósio dos Professôres Universitários de História, como também pelo nosso campo específico de atividades profissionais, sentimos o imperativo de submeter ao pronunciamento dos colegas um modesto estudo sôbre a Colonização Romana.

Dir-se-ia desnecessário esclarecer que nossa abordagem incidiria sôbre um de seus múltiplos aspectos: a colonização romana na África do Norte, mais precisamente na região marroquina, pelo fato de haver sido, anos atraz, objeto de um nosso exaustivo trabalho. Delineado o plano, com imediato levantamento das fontes informativas, ocasião em que retomamos fichas bibliográficas, atualizando umas e elaborando outras, já pudemos avaliar a amplitude da pesquisa. Impressão essa que se consolidou com a concatenação dos primeiros capítulos. A continuidade ultrapassaria, de muito, às vinte páginas preconizadas pela Comissão Organizadora dêste Simpósio. Restringir ainda mais o plano, não nos pareceu admissível.

Optamos por uma outra solução. Rotulando a parte da pesquisa já elaborada, para ser retomada um dia, decidimos dedicar nossa abordagem sômente ao problema das Origens da Colonização Romana.

Justifica-se esclarecer que um outro motivo nos levou à escôlha dêste tema: o papel impar, pela sua extensão e pela sua fecundidade, que a colonização romana teve para a História. Pois nos parece ponto pacífico que Roma levou na ponta dos gládios de suas legiões a sua civilização, implantando-a através de um sistema de coloniza-

(*). — Comunicação apresentada na 1ª sessão de estudos, no dia 4 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

ção que, mantido durante alguns séculos, chegou até nós, indiretamente, pela colonização da Ibéria. Bordejando a bacia do *Mare Nostrum*, foram disseminadas colônias de Roma, que assim puderam alicerçar o próprio Império. Progressivamente êste sistema transformou-se no colonato, de marcante posição no Baixo-Império e que até mesmo se infiltrou pela Idade Média a dentro com sua “marcas”, como seja a fixação de populações em meio hostil.

Êsse sistema, como já dissemos acima, chegou até nós aqui no Brasil, sob uma outra modalidade, é óbvio, mas que na sua gênese, era ainda o velho estilo romano. Tanto no período colonial, como no Império e mesmo em nossos dias — quando se fala na eventual colonização militar da Amazônia — alguns dos argumentos invocados remontam à velha instituição de Roma.

Dada a amplitude do problema, resolvemos, numa primeira fase, balisá-lo, tomando como ponto de partida os seus primórdios em Roma, detendo-nos no estabelecimento das colônias latinas e romanas depois da crise de 338 a. C. Dentro desta conjuntura sentir-se-ia a fôrça das colônias, implantadas pelos romanos, nas regiões dominadas pelas suas legiões. Seja lembrada a quase completa inoperância das tentativas frustradas de Aníbal, no sentido de levantar contra Roma as populações subjugadas. Passaremos em sentir-se-a a fôrça das colônias, implantadas pelos romanos, nas cisivamente depois da guerra latina. Quanto à expansão dêsse sistema por tôdas as regiões conquistadas — ou mesmo pela África do Norte — pensamos em abordá-la em um outro trabalho.

*

* *

O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO.

A pré-história do Lácio nos mostra uma série de túmulos que indicam a preocupação de sedentarização. São restos de um pequeno povo que chamamos de latino e que parece ter tido como capital Alba Longa, que acreditamos reconhecer nas ruínas que se podem ver na direção de Castel-Gandolfo, sôbre o estreito rebordo compreendido entre as primeiras elevações do maciço e a depressão do lago Albano (1).

A tradição que chegou até aos nossos dias, através das fontes romanas, pretende reconhecer o nome de cêrca de 30 colônias latinas, das quais Alba Longa seria a metrópole. Plínio-o-Antigo (2)

(1). — Piganiol (André), *La conquête romaine*. Paris. Librairie Félix Alcan. 2ª edição. 1930, págs. 36-37.

(2). — *Idem*, pág. 37.

chegou mesmo a dar uma lista que deveria conservar o nome das comunidades pré-históricas desaparecidas. Essa pequena confederação possuía os seus lugares sagrados: a acrópole de Jupiter Latiaris; a fonte Ferentina (talvez na direção do ponto “degli Squarciarelli”) perto de Grotta Ferrata (3), em cujas proximidades eram realizados os conselhos da Liga Latina; o templo de Juno adorado em Lanúvio e, sobretudo, o santuário de Diana, perto do lago Nemi, onde existia um Rei da floresta (*Rex nemorensis*) (4). Aquêles que o matasse, após ter arrancado um ramo da árvore sagrada, tomava posse do seu lugar e ficava com a sua herança. Esse estranho sacerdócio se perpetuou até o século I da nossa éra, porque essa cerimônia é referida por Estrabão (5).

Os autores antigos consideravam Lavínio, perto da foz do Tibre, como a metrópole de Alba. Fato absurdo, segundo Piganiol (6), pois sendo cidade costeira teve que adotar antes de Alba Longa a legenda das origens troianas e se Lavínio fôsse filha de Tróia, Alba Longa não podia igualar-se a ela em prestígio. Mais verossímil é justamente o contrário: Lavínio deve ter sido uma colônia de Alba Longa.

A cidade vizinha, Ardéia, pátria dos rútuos, não tem talvez a mesma origem, pois a lenda conservou a lembrança das guerras que travou contra os latinos, antes de entrarem na Liga. E' possível que na região pantanosa das proximidades de Óstia já se explorassem salinas desde data bem remota (7).

Roma foi também uma fundação latina, instituída para vigiar a passagem do Tibre em face da ilha Tiberina. Conquistada pelos etruscos, seguiu o destino dêsse povo nas suas lutas na Itália, até que conseguiu a sua independência, após o fim do período da realeza.

A EXTENSÃO DO DOMÍNIO ROMANO.

De 510 a 367 a. C. a expansão romana foi muito lenta. Em 498 a. C., mais ou menos, parece que se constituíram as 20 primeiras tribos, às quais se vieram juntar, provavelmente em 493, a 21ª (*Crustumina*), constituída no território conquistado de Crus-

(3). — *Ibidem.*

(4). — *Ibidem.*

(5). — *Ibidem.*

(6). — *Ibidem.*

(7). — *Ibidem.*

tumerium (8). Mais tarde certos territórios, cuja posse parecia assegurada, foram incorporados ao Estado romano e atribuídos a uma ou outra das 21 tribos. Assim tinha-se feito desde a época real, pois o território de Óstia tinha sido entregue à tribo Palatina. Os proprietários de bens imóveis estabelecidos nesse território eram pois cidadãos romanos, aos quais tinham sido atribuídos lotes de terra na região, ou então os antigos habitantes que se tornaram cidadãos romanos quando essas terras foram entregues às tribos existentes (9).

O crescimento em área geográfica e em homens, entretanto, era realmente insignificante. Foi somente depois das vitórias de M. Furius Camillus sobre os etruscos e volscos que a extensão territorial cresceu e o número de habitantes aumentou consideravelmente. Tanto é assim que o censo de 387 a. C. criou 4 novas tribos rústicas (10). Como se tinha feito no caso da tribo Crustumarina, denominaram-se as novas tribos com os nomes das localidades que estavam incluídas no seu território: *Stellatina*, *Tromentina*, *Sabatina* e *Arniensis* (11).

A força cada vez maior do Estado romano é atestada pelo aumento crescente de territórios e de habitantes e ainda pela atitude que assumiu face à Confederação romano-latina e pela hegemonia que Roma explorou em seu benefício.

Roma havia travado relações com a velha Confederação latina após a destruição de Alba Longa, no tempo de Sêrvio Túlio (578-534 a. C.). Sua hegemonia efetiva já estava definida desde a época de Tarquínio-o-Soberbo (534-510 a. C.). O laço rompido entre Roma e a Confederação, no início da República, foi renovado pelo cônsul Sp. Cassius Vescellinus (ou Vecellinus) em 493 a. C. (12). O tratado que se seguiu reconhecia uma igualdade perfeita dos romanos

(8). — Lange (L.). — *Histoire intérieure de Rome jusqu'à la bataille d'Actium*. Resumo da sua obra "Roemische Alterthümer" por A. Berthelot e Didier. Paris. Ernst Leroux, 2 volumes. Volume I, pág. 293.

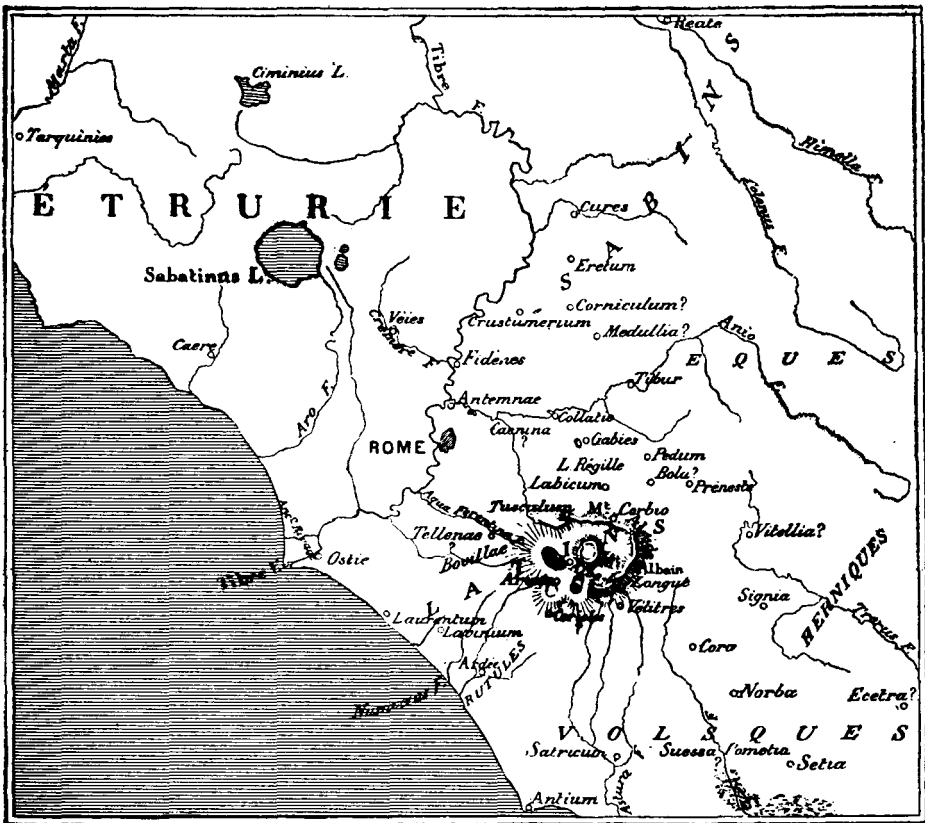
(9). — Tito-Lívio, *História Romana*. Tradução e notas por Eugène Lasserre. Paris. Librairie Garnier Frères, 7 volumes. Livro IV, capítulo 3. Vê-se seguintes textos sobre a colonização romana: a) Velleius Paterculus, I, 14; b) *Liber coloniarum*, que faz parte da coleção *Grammatici veteres*; c) Ettore Paris, *Liber coloniarum*, série V, XVI, 2, 1920; d) Ettore Paris, *Serie cronologica delle colonie romana e latine*. MAAL (Monumenti antichi pubblicati p. c. dell'Accademia dei Lincei); e) Ettore Paris, *Storia delle colonizzazioni di Roma antica*. Prolegom., I, 1922. Apud André Piagnoni, *Histoire de Rome*. Paris. Presses Universitaires de France. Coleção *Clio*. 1939, pág. 104.

(10). — *Idem*, 6, 4 e 5.

(11). — *Idem*, 6, 5.

(12). — *Idem*, 2, 22 e 23. Dion., 6, 21 e 95; Cícero, *Balb.*, 23, 53. Apud Lange, *op. cit.*, I, 294.

de um lado, e da Confederação latina do outro (13). Continha, por exemplo, a outorga recíproca do direito de comércio (*jus commercii*) implicando no direito de estabelecer-se como cidadão no Estado aliado; concedia mesmo o direito de casamento (*jus conubii*), naturalmente com as restrições impostas pela situação relativa da aristocracia e da plebe. Dionísio de Halicarnasso, dominado por lembrança de instituições gregas análogas (14), fala a êsse respeito da *ισπολιτεία* (15). Assim, desenvolvem-se, logo de início, uma he-



Mapa do Ager Romanus. Apud Duruy (Victor), *Histoire des Romains depuis les temps les plus reculés jusqu'à l'invasion des barbares*. Paris. Librairie Hachette. 1879. Volume I, pág. 177.

(13). — Dion., 6, 95; Fest., p. 166 e 241. Apud Lange, *op. cit.*, I, 294.

(14). — C.I.G., nº 2556 (tomo II, pág. 411). Apud Lange, *op. cit.*, I, 294.

(15). — Dion., 8, 70, 74 e 76. Apud Lange, *op. cit.*, I, 294.

gemonia de fato exercida por Roma. As causas desse fenômeno estava nas circunstâncias da realidade: Roma, Estado único, tratava em pé de igualdade com a Liga Latina e as cidades que a compunham que, aliás, não se entendiam entre si. A entrada dos hérnicos no tratado, como um terceiro elemento foi realizado em 486 a. C. pelo mesmo Sp. Cassius Vescellinus (16), fato que aumentou ainda mais a situação inferior em que se encontravam os latinos em face de Roma. A causa decisiva para o estabelecimento dessa hegemonia foi a luta vitoriosa que Roma sustentou contra os sabinos, éqüios e volscos. Roma adquiriu o hábito de ditar os tratados que ela concluía (por exemplo com os éqüios) (17) e obter benefícios que os seus aliados mais antigos deviam reconhecer (18). A Confederação latina perdeu, de fato ou *de jure*, — nós o ignoramos — o direito de declarar guerra pela sua própria vontade, assim como o direito de recrutar tropas ou de concluir tratados (19). A alternância dos comandos entre pretores latinos e romanos nas guerras comuns (20), tornou-se impraticável após a admissão dos hérnicos. Essa alternância transformou-se numa formalidade sem valor, porque os relatos dos historiadores não mais se referem a ela. A Confederação latina e os hérnicos foram obrigados a enviar os seus contingentes, não mais solicitados, mas sim exigidos por Roma, para guerras que só nominalmente eram lutas sustentadas pela comunidade e que na realidade eram apenas guerras romanas (21). Só a lembrança da igualdade primitiva das três potências era lembrada na divisão dos despojos (22).

Tito-Lívio tenta colorir a interpretação dos acontecimentos de modo favorável à dignidade de Roma, representando a divisão como a devida a graciosidade da mesma, ou ainda como mera recuperação de propriedade perdida (23).

(16). — Tito-Lívio, 2, 11; Dion., 8, 69 e segs. Apud Lange, *op. cit.*, I, 294.

(17). — Dion., 9, 59. Apud Lange, *op. cit.*, I, 294.

(18). — Tito-Lívio, 3, 57.

(19). — Dion., 8, 15; 9, 60 e 67; Tito-Lívio, 2, 53; 3, 19; 8, 4. Apud Lange, *op. cit.*, I, 295.

(20). — Fest., p. 241; cf. os dois pretores latinos segundo Tito-Lívio, 8, 3.

(21). — Tito-Lívio, 3, 4 e 22; 4, 26; 6, 10.

(22). — Plínio, *História Natural*, 34, 5, 11, 20. Apud Lange, *op. cit.*, I, 295.

(23). — Tito-Lívio, 4, 29, 4... "*Praedae pars sua cognoscentibus Latinis atque Hernicis reddita*"; 4, 51, 8... "*Hernicis ipsum (oppidum) agerque dono datus*"; 5, 19, 5... "*Lat'ni Hernicique... ad id bellum venere... qui particeps esse praedae vellet Veios iret-ingenti praeda cuius pars maxima ad quaestorem redacta est, haud ita multum militi datum*" (20, 4 e 19, 8). Apud Sherwin-White (A. N.), *The Roman Citizenship*. Oxford At The Clarendon Press. 1939, pág. 22.

AS COLÔNIAS LATINAS.

Na realidade, a importante instituição da colônia latina não podia ser esquecida. Através de todo o século V e IV a. C., romanos e latinos estiveram estabelecendo colônias em conjunto. É verdade que Roma, sempre interessada na conservação do poder, assegurou-se do controle da fundação dessas colônias, e por isso um grande número de lotes de terra deve ter sido destinado a cidadãos romanos; mas, a menos que uma grande proporção tenha sido assegurada aos latinos, não pode entender a verdadeira natureza dessas colônias. No período mais antigo, o elemento não-romano deve ter sido o mais forte, devido ao fato dessas colônias não hesitarem em lançar-se do lado latino contra Roma, como se pode verificar nas guerras civis do IV século a. C. A fundação dessas colônias pode ser tomada como a representação da exigência da cláusula do tratado de Cassiano, que mandava fazer a divisão das presas, desde que as terras ganhas na guerra, ou recuperadas, fossem divididas entre os romanos e os seus aliados, ainda que não necessariamente em proporções iguais.

A última manifestação tribal dos latinos encontra-se na criação das *coloniae latinae*. O caráter federal dessas colônias têm sido com freqüência negado. Na narração de Tito-Lívio o método de criação é considerado o mesmo que foi empregado mais tarde para as colônias de cidadãos (*coloniae civium Romanorum*). Os latinos, afirmase, eram apenas admitidos por favor especial de Roma. Mas esta opinião pode ter sido derivada da opinião de Tito-Lívio, tendenciosamente romano, como é óbvio. As colônias eram fundadas por outros poderes, além de Roma, ainda que se saiba muito pouco sobre eles (24). Os latinos, romanos e outros povos tinham interesse em ocupar posições fortes no Lácio; portanto, porque não podiam fundar colônias em comum?

“Norban in montes novam coloniam quae arx im Pomptinus esset miserunt (Romani) (25).

Isto em 491 a. C.. Mas, desde o *ager Pomptinus* não era nessa data território romano, a colônia deve ter sido assunto federal. Tito-Lívio, na verdade, chama essas colônias latinas das mais antigas *coloniae Romanae* (26), mas também dá êsse título às 30 colônias latinas do III século a. C., sem, entretanto, confundí-las com as dos

(24). — Tito-Lívio, 7, 27, 2.

(25). — *Idem*, 2, 34, 6. “Os romanos assentaram nova colônia em Norba, nas colinas, para ser fortaleza no território pontino”. Apud Sherwin-White, *op. cit.*, pág. 34.

(26). — Tito-Lívio, 7, 42, 8; 8, 3, 9.

cidadãos romanos (27). Além disso, uma vez êle descreve Pometia e Cora como *duae coloniae Latinae* (28). Se estas fundações eram compostas inteiramente de cidadãos romanos, é difícil compreender como eram com tanta freqüência desleiais à metrópole. Novamente, os ferentinos, em 187 a. C., afirmavam ter o direito de juntar-se às fundações coloniais romanas (29). Existe até alguns traços de ação federal no procedimento de *Antium*, ainda que esta opinião possa estar contaminada pelo conhecimento de acontecimentos posteriores (30). Federais ou não, a existência dessas colônias suporta as conclusões baseadas na evidência de outros participantes. Com esta suposição, quando um romano deixava seu Estado nativo por outro, cessava de ser cidadão romano e revertia à condição de *homo latinus*.

O efeito combinado dessas várias instituições é para mostrar quão firmes eram as bases sob o sentimento da unidade latina. Esse sentimento estava apto para persistir à despeito das tendências separatistas dos Estados particulares. Quando mais tarde foram necessários diversos instrumentos para a conquista e contrôle da Itália, essa força valiosa tomou lugar do antigo sentimento. Mais tarde ainda, o *ius Latii* tornou-se um laço de união intermediário e essencial na incorporação de novos membros ao Império romano.

Da mesma maneira as colônias latinas, fundadas nominalmente segundo o tratado, o foram de fato por Roma; na sua forma não estavam submetidas a Roma, mas eram membros independentes da liga concluída com a Confederação latina. A maioria deles era simplesmente o resultado e a garantia do crescimento do poderio romano, bem mais do que o da Confederação. Ela assegurava a hegemonia de Roma sobre os antigos latinos (*prisci latini*); designavam-se por êsse nome de “velhos latinos” os membros primitivos da Confederação latina (31), para distinguí-los dos habitantes das colônias latinas (*coloniae Latinae*). Os priscos latinos compreendiam, entre outras, fora das comunidades desaparecidas mais tarde, as seguintes povoações: *Laurentum, Lavinium, Tusculum, Aricia, Lanuvium, Momentum, Pedum, Bovillae, Corioli, Gabii, Labici, Tibur, Preneste*.

Entre as colônias latinas distinguimos as primitivas (*priscae coloniae*), fundadas antes da dissolução da comunidade em 338 a. C., e as novas (*novae coloniae*) (32).

(27). — *Idem*, 27, 9, 7.

(28). — *Idem*, 2, 16, 8.

(29). — *Idem*, 34, 42, 5. “*Novum ius... a Ferentinatibus temptatum ut Latini qui in coloniam Romanam nomina d'issent cives Romani essent*”.

(30). — Dion. Hal., 9, 50, 2; Tito-Lívio, 3, 1, 7. Apud Sherwin-White, *op. cit.*, pág. 34.

(31). — Fest., *ep.*, p. 226; Plínio-o-Antigo, *História Natural*, 34, 5, 11, 20. Apud Lange, *op. cit.*, I, 295.

(32). — Fest., p. 241. Apud Lange, *op. cit.*, I, 296.

Das colônias latinas primitivas, sôbre as quais só temos uma tradição incerta e obscura, duas já estavam fundadas, segundo essa informação, desde o reinado de Tarquínio-o-Soberbo. Eram elas: *Signia* e a cidade não muito distante de *Circeii* (33). Uma foi reorganizada em 495 a. C. (34) e a outra em 393 a. C. (35).

Parece também que a colonização de *Suessa Pometia* e *Cora*, na região dos volscos remonta à época real, pois sabemos que em 503 a. C. falava-se de sua defecção (36). A primeira logo pereceu (37) e a outra deve ter sido restabelecida numa época desconhecida, pois só reapareceu mais tarde no elenco das colônias latinas (38).

Quando Spurius Cassius Viscellinus renovou a aliança, fundou-se em 492 a. C., sempre na região volsca, *Velitrae* e *Norba* (39), uma dela já ocupada pelos romanos em 494 a. C. (40) e restabelecida em 404 a. C. (41).

A colônia conduzida em 467 a. C. para *Antium*, é a única sôbre a qual sabemos da existência de cooperação com os latinos e os hérnicos (42) e, talvez, por isso mesmo ela pôde-se manter muito pouco tempo (43).

O interêsse exclusivamente romano que dominava a fundação das colônias, aparece claramente na fundação de *Ardea*, na região dos rútuulos (44). Esse mesmo interêsse e manifestado no estabelecimento de *Vitellia* (45) entre os volscos. A reocupação de *Velitres* em 404 a. C. e de *Circeii* em 393, deve ter sido igualmente inspirada no interêsse romano.

A preocupação exclusiva do interêsse romano é evidente ainda na fundação de quatro colônias, instaladas nos anos que se seguiram ao incêndio de Roma pelos gauleses. O poderio romano parecia enfraquecido. Nestas condições os primitivos membros da Confederação

(33). — Tito-Lívio, 1, 56; Dion., 4, 63. Apud Lange, *op. cit.*, I, 296.

(34). — Tito-Lívio, 2, 21 e 39; Dion., 8, 14. Apud Lange, *op. cit.*, I, 296.

(35). — Diod., 14, 102. Apud Lange, *op. cit.*, I, 296.

(36). — Tito-Lívio, 2, 16.

(37). — *Idem*, 2, 17 e 25.

(38). — Tito-Lívio, 27, 9; 29, 15, onde se deve ler não *Sora*, mas *Cora*; Dion., 5, 61, diz que deve-se ler não *κόρυων* mas *κορανῶν*. Apud Lange, *op. cit.*, I, 296.

(39). — Tito-Lívio, 2, 34; Dion., 7, 13. Apud Lange, I, 296.

(40). — Tito-Lívio, 2, 30 e 31; Dion., 6, 42 e 43; Plut., *Cor.*, 12, 13. Apud Lange, *op. cit.*, I, 296.

(41). — Diod., 14, 34. Apud Lange, *op. cit.*, I, 296.

(42). — Tito-Lívio, 3, 1; Dion., 9, 59. Apud Lange, *op. cit.*, I, 296.

(43). — Tito-Lívio, 6, 33.

(44). — Tito-Lívio, 4, 7; 9, 11; Diod., 10, 34. Apud Lange, *op. cit.*, I, 296.

(45). — Tito-Lívio, 5, 24.

latina, e com êles *Circeii* e *Velitres* (46) procuraram fugir à hegemonia romana, que se tornara opressiva (47). Das quatro colônias citadas, *Satricum*, fundada em 385 a. C. (48) e *Setia* em 382 a. C. (49), estavam situadas entre os volscos; *Sutrium*, criada em 386 a. C. (50) e *Nepet* que o tinha sido no mesmo ano ou em 373 a. C. (51), encontravam-se já na Etrúria meridional. *Satricum* foi perdida desde 381 a. C. (52); mais ou menos na mesma época *Velitrae* perdeu o caráter de colônia latina (53) e *Circeii* tornou-se de nôvo fiel a Roma.

A tendência libertadora da Confederação latina, após a destruição de Roma pelos gauleses, não se manifestou por uma insurreição aberta, mas sim pela defecção de cidades isoladas. A extensão da Confederação é aceita por Mommsen que se apóia num texto de Dionísio (54) estabelecido para o ano de 498 a. C. Eram cêrca de 30 povos. Mesmo nas cidades que permaneceram fiéis a Roma oficialmente, vários de seus habitantes se engajaram nos exércitos dos seus inimigos (55) e essas mesmas cidades demonstraram má vontade em fornecer o contingente militar devido aos romanos (56).

Apoiada nas colônias de *Signi*, *Circeii*, *Cora*, *Norba*, *Ardea*, *Setia*, *Sutrium* e *Nepet*, que permaneceram mais ou menos fiéis no seu conjunto (57), Roma conseguiu enfrentar as dificuldades da situação. Ela soube dividir os interêsses dos latinos, pouco dispostos a se porem de acôrdo entre si; assim, o direito de cidadania completa (*civitas cum suffragio*) foi outorgado a *Tusculum* pouco depois de 381 a. C. (58), provàvelmente por ocasião do censo de 377 a. C. As cidades que tinham ousado abrir claramente a luta com Roma, foram vencidas uma pós outra (59). Quando os romanos em 358 a. C., segundo Tito-Lívio, um pouco mais cêdo segundo Políbio, re-

-
- (46). — Tito-Lívio, 6, 13, 17 e 21; Diod., 14, 102. Apud Lange, *op. cit.*, I, 297.
(47). — Tito-Lívio, 6, 2; Plut., *Cam.*, 33. Apud Lange, *op. cit.*, I, 297.
(48). — Tito-Lívio, 6, 8 e 16.
(49). — Vell., 1, 14; Tito-Lívio, 6, 30. Apud Lange, *op. cit.*, I, 297.
(50). — Vell., *l. cit.*; Tito-Lívio, 6, 9. Apud Lange, *op. cit.*, I, 297.
(51). — Tito-Lívio, 6, 21; Vell., *l. cit.*. Apud Lange, *op. cit.*, I, 297.
(52). — Tito-Lívio, 6, 22 e 33.
(53). — *Idem*, 6, 42; I.L.A., p. 285. Apud Lange, *op. cit.*, I, 297.
(54). — Dion., 5, 61. Apud Lange, *op. cit.*, I, 297.
(55). — Tito-Lívio, 6, 10 e 13.
(56). — *Idem*, 7, 12.
(57). — *Idem*, 8.
(58). — *Idem*, 6, 25, 26, 33 e 36; 8, 14; Dion., 14, 6, 9, ed. Kiessel; Plut., *Cam.*, 38; Val. Max., 7, 3; *ext.* 9; Cícero, *Planc.*, 8, 19. Apud Lange, *op. cit.*, I, 298.
(59). — Tito-Lívio, 6, 32 e 33.

novaram a aliança com a Confederação latina (60), estipularam sem dúvida alguma, condições menos favoráveis em relação às precedentes. As cidades latinas conservaram o direito de se reunirem para os atos coletivos na fonte da sua deusa local Ferentina (*ad caput Ferentinae*) (61), mas não lhes concedeu certamente o direito de guerra (62). Mais ainda. Não só perderam de vez a alternância do comando, como também tiveram que fornecer um contingente militar igual ao de Roma (63).

O tratado renovado pode ser chamado de equânime (*foedus aequum*), mas os latinos sentiram bem que sob êsse manto de igualdade existia uma sujeição efetiva (64). A consolidação das possessões romanas ao sul do Lácio é atestada pela criação de duas novas tribos: *Pompina* e *Poblilia*, criadas pelo censo de 358 a. C. (65).

Essa forma de sujeição, aplicada igualmente aos hérnicos vencidos também 358 a. C., não poderia ser a de outros povos que não se uniam ao povo romano por um parentesco de raça: faltavam-lhes pontos mais efetivos de contato. Deveriam pensar ainda os romanos em fazê-los entrar para o Estado, concedendo-lhes o direito de cidadania completa, como se tinha feito com os tusculanos. Roma não queria conceder o direito de cidade a todos os latinos, de mêdo que adquirissem uma situação preponderante (66). Devia ainda temer a concessão dessa igualdade às populações das cidades conquistadas na regiões de raça diferente da sua. Tinha-se concedido a mesma excepcionalmente a *Tusculum* (67), conservando-lhe a sua autonomia comunal na qualidade de município (*municipium*), mas os seus habitantes, inscritos na tribo *Papiria* podiam ter influência decisiva sôbre o voto da mesma (68), mas êsse pêso era imponderável no cômputo do voto de tôdas as tribos. Um tal concessão era evidentemente excepcional e não podia ser estendida a outras comunidades, senão de maneira muito lenta.

Por outro lado não era conveniente para o futuro que todos os habitantes das cidades conquistadas, extranhos aos povos latino e hérnico, fôsem inscritos individualmente, fora das tribos, como *aerarii* nas listas de cidadãos. Roma devia desejar, para simplificar a sua administração, que essas cidades pudessem continuar a sua vida sob a

(60). — *Idem*, 47, 12; 8, 2; Políbio, 2, 18. Apud Lange, *op. cit.*, I, 298.

(61). — Tito-Lívio, 7, 25. 8, 3.

(62). — *Idem*, 6, 8 e 8, 2.

(63). — *Idem*, 7, 25. 8, 4, 6 e 8.

(64). — *Idem*, 8, 4.

(65). — *Idem*, 8, 4.

(66). — *Idem*, 8, 4.

(67). — Cícero, *Planc.*, 8, 19; Fest., *ep.*, p. 127. Apud Lange, *op. cit.*, I, 299.

(68). — Gell., 16, 13; Varr., 5, 179; Dig., 50, 1. 1; 50, 16, 18. Apud Lange, *op. cit.*, I, 299.

forma de corporações comunais. A *nobilitas* adotou um meio que estava bem de acôrdo com a finalidade que ela visava: a inscrição da população das cidades vencidas no Estado romano, dando-lhe, não o direito de cidadania completo (*civitas cum suffragio*), mas sòmente cidadania, mas sem o direito de voto (*civitas sine suffragio*). Os habitantes dessas cidades eram *aerarii*, fora das tribos, portanto sem influência nos assuntos estritamente romanos. As cidades eram municípios, num sentido menos favorável que o de *Tusculum*, todavia com uma certa autonomia de forma comunal (69). Os autores antigos, davam às duas categorias o nome de *municipia* porque os seus habitantes (*municipes*) assumiam encargos (*munera*) de cidadãos; uma outra explicação tirada do velho direito de hospitalidade é, entretanto, mais verossímel (70).

A primeira localidade onde se applicou essa nova forma foi a cidade etrusca de *Caere* (71), unida outrora a Roma por laços de hospitalidade (*hospitium publicum*) (72). Ela recebeu, provàvelmente em 353 a. C. (73), segundo êsse processo (74) o direito de cidadania sem o de voto (*civitas sine suffragio*). As listas dos *aerarii* dessa categoria, e mais tarde a de todos os *aerarii* em geral, receberam o nome de *Caeritum tabulae*. Tinha-se encontrado uma forma de sujeição de Roma sòbre as suas conquistas, forma adaptada à constituição existente e não modificando-a de maneira sensível. E' uma relação de sujeição (75), mas não temos, entretanto, o direito de dizer que os *caerites* não adquiriam com isso nem a aparência de soberania possuída pelos latinos federados (*populi latini et coloniae latinae*), nem a aparência de igualdade em face dos títulos de cidadãos romanos obtidos pelos tusculanos. A conservação da constituição comunal não criou nem mesmo a aparência de uma independência política: o nome de cidadãos não criava uma aparência de igualdade de direitos, pois que, mesmo o direito de cidade completo não era desejado de maneira alguma por aquêles que acabavam de entrar para a cidadania romana; o direito de elegibilidade às honras, assim como o direito de voto, não tinham nessa época nenhuma importância prática, e não se aproveitavam do primeiro dêsses direitos senão em casos bem raros (76).

(69). — Fest., p. 142. Apud Lange, *op. cit.*, I, 299.

(70). — Lange, *op. cit.*, I, 299-300.

(71). — Gell., 16, 13; Fest., p. 233, aliás Fest., *ep.*, p. 127. Apud Lange, *op. cit.*, I, 300.

(72). — Tito-Lívio, 5, 50; cf. 1, 60; I.L. A., p. 285. Apud Lange, *op. cit.*, I, 300.

(73). — Tito-Lívio, 7, 20.

(74). — *Idem*, 28, 45.

(75). — *Idem*, 9, 45.

(76). — *Idem*, 8, 38.

Parece que as duas colônias latinas que se tinham rebelado e que foram retomadas aos volscos, *Satricum* e *Velitres* (77), tinham sido colocadas na condição de *caerites*. Uma em 346 a. C. tornou-se de nôvo romana (78) — e não em 348 a. C., quando os antiates a restabeleceram —, a outra numa época próxima dessa data (79).

A submissão dos latinos após a última guerra de independência teve como consequência, pouco após a legislação de Publilius Philo, um aumento considerável do território romano e uma aplicação maior das diversas formas de sujeição que acabamos de verificar. Os latinos, apesar ou talvez devido ao tratado de 358 a. C. (81), em 340 a. C., reclamaram a igualdade completa (82) e se levantaram em massa (83). A rebelião, cuja narrativa está muito ligada à tradição, não mereceu muita fé (84). A revolta foi tão geral que nela tomaram parte *Velitres* (que já tinham dominado) (85) e *Tusculum*, apesar da sua posição privilegiada. Outras colônias fizeram o mesmo. E' necessário citar entre os insurretos não sòmente os habitantes de *Circeii*, mas também aquelas cidades que até êsse momento se tinham mantido fiéis a Roma, como *Signia* e *Setia* (86).

Após a derrota dos latinos, coligados com as cidades volscas e campânias, por T. Manlius Torquatus e após a sua completa submissão, realizada por C. Maenius e L. Furius Camillus (em 338 a. C.) (87) acertou-se logo após a situação dos vencidos. *Tusculum* conservou, apesar de sua defecção o direito de cidade com sufrágio (88). Concedeu-se ainda êsse privilégio às cidades menos comprometidas (89): *Lanuvium*, *Aricia*, *Momentum*, *Pedum* (90).

O tratado com a Confederação latina, como até então tinha sido feito, não foi renovado por Roma. Ela tratou com as cidades latinas isoladamente, segundo o seu interêsse, como é óbvio. A melhor situação coube a *Laurentum* (91). *Tibur* e *Praeneste*, que tinham tomado parte saliente na insurreição (92) sofreram sanções particular-

(77). — *Idem*, 9, 16, 26 e 33.

(78). — *Idem*, 6, 27.

(79). — *Idem*, 7, 15. 8, 3, 13 e 14.

(80). — *Idem*, 8, 2.

(81). — *Idem*, 7, 25.

(82). — *Idem*, 8, 4.

(83). — *Idem*, 8, 2 e 3.

(84). — Diod., 16, 90. Apud Lange, *op. cit.*, I, 301.

(85). — Tito-Lívio, 8, 3.

(86). — *Idem*, 8, 3 e 5.

(87). — *Idem*, 8, 12 e segs; cf. Plínio, *Hist. Nat.*, 34, 5, 11 e 20.

(88). — Tito-Lívio, 8, 14.

(89). — *Idem*, 8, 11, 12 e 13.

(90). — *Idem*, 8, 14; Vell., 1, 14; Dio., C., fr., 35, 10 B.

(91). — *Idem*, 8, 11.

(92). — *Idem*, 8, 12 e 13.

mente severas (93). Conservaram, todavia, uma real independência, não somente nos assuntos comunais, mas também nos negócios públicos. Tiveram mesmo reconhecido o direito de asilo (94), o que implicava no reconhecimento de plena soberania. E' evidente que perante o desproporcionado poderio de Roma êsse reconhecimento era apenas simbólico.

Roma tentou isolar os latinos confederados (*populi Latini*), de a acôrdo com o velho brocardo: *divisa et impera*. Tiveram a proibição da concessão recíproca do direito de comércio e de casamento (*commercium, conubium*). Foram proibidos de manter assembléias comuns (*concilia*) (95). Em compensação, cada uma das cidades mantinha o direito de comércio e de casamento com Roma (96). Os latinos dessas comunidades primitivas: *Bovillae, Corioli, Corbio, Labici*, tinham o direito de estabelecer-se em Roma (conseqüência do seu *jus commercii*). Tornavam-se imediatamente cidadãos e se inscreviam nas tribos e eram recenseados como tais nos censos seguintes. E' necessário exceptuarmos somente dêsse direito os habitantes de Tibur e Praeneste (97).

O mesmo se dava em relação aos habitantes de oito colônias, federadas cada uma de per si como Roma. Daí a palavra *foedus*, aplicada às relações dos latinos com Roma significar um laço de sujeição, cujo sentido preciso se pode verificar pela história das relações de Roma e do Lácio. As festas latinas (*feriae latinae*) continuaram a reunir as comunidades que até então as haviam celebradas em comum (98). Eram celebradas nos Montes Albanos (Monte Cavo) em homenagem a *Jupiter Latiaris*. Elas representavam uma lembrança da velha Confederação.

O direito de cidade *sine suffragio* de *Velitrae* tornou-se ainda mais pesado para essa cidade, a mais gravemente comprometida (99), pelo exílio dos seus senadores para a outra margem do Tibre (100).

(93). — *Idem*, 8, 14.

(94). — Fest., *ep.*, p. 127; Políbio, 6, 14; Tito-Lívio, 43, 2.

(95). — Tito-Lívio, 8, 14.

(96). — Dion., 6, 1; Plut., *Cam.*, 33; Strab., 5, 3, 4. Apud Lange, *op. cit.*, I, 302.

(97). — Cícero, *Balb.*, 23, 53. Apud Lange, *op. cit.*, I, 302.

(98). — Tito-Lívio, 8, 11. 32; Dion., 4, 49; Plínio, *Hist. Nat.*, 3, 5, 9, 68 e segs; Cícero, *Planc.*, 9, 23; Varr., 6, 25. Apud Lange, *op. cit.*, I, 302; Koch (Julius), *Historia romana*. Tradução de José Camón Aznar. Editorial Labor. Barcelona. Buenos Aires. 1930, p. 53; Geer (Russel M.), *Classical civilization. Rome*. New York. Prentice-Hall Inc. 1946, pág. 27-28.

(99). — Tito-Lívio, 8, 12 e 13.

(100). — *Idem*, 8, 14.

Talvez a corporação comunal de *Velitrae* tivesse sido suprimida inteiramente; é possível, com efeito, que essa medida tivesse sido praticada também em *Ceare* (101).

Parece que o direito de *civitas sine suffragio* foi concedido a *Lavinium*. Também foi outorgado sem agravamento em 338 ou 334 a. C. (102) a *Fundi* e *Formiae* (103) e a certas cidades da Campânia, como *Capua* (104), *Cumae* e *Suessula* (105). Provavelmente, enfim, foi concedido êsse direito também a *Calatia* e *Atella* (106). Cápuia foi favorecida porque os seus aristocratas, que se tinham oposto à guerra, obtiveram o direito de cidadania completo (107).

Em 338 a. C. conduziu-se uma colônia de cidadãos à cidade volsca de *Antium*, que tinha outrora sido uma colônia latina. Esta é a colônia mais antiga, depois de Óstia, que conhecemos inteiramente formada por cidadãos romanos (108). Ficou estipulado que os habitantes de *Antium* poderiam tomar parte, na qualidade de colonos (109), nos assuntos políticos em Roma; daí concluimos que *Antium* tinha o direito de cidade integral, não como município, mas como colônia romana (*colonia romana*).

O aumento da população romana, verificado pelo censo de 338 a. C., e a entrega de lotes de terra a cidadãos no território do Lácio e de Falerno em geral (110), no de Velitres em particular (111), decidiram os censores seguintes, Q. Publius Philo e Sp. Postumius Albinus, à criação de duas novas tribos: *Moecia* (112) e *Scaptia* (113). O número de cidadãos recenseados em 339 a. C. (*civium capita*, isto é: todos os cidadãos incluídos nas classes e os proletários recrutados para o serviço militar) tinha-se elevado a mais de 160.000 (114).

Uma colônia romana foi logo enviada a *Terracina*, a *Anxur* dos volscos, quando êstes últimos foram vencidos (115). O número

(101). — Fest., *ep.*, p. 127 Apud Lange, *op. cit.*, I, 303.

(102). — Tito-Lívio, 8, 14; Vell., 1, 14. Apud Lange, *op. cit.*, I, 303.

(103). — Dion., 15, 7 e 9, ed. Kiessl. Apud Lange, *op. cit.*, I, 303.

(104). — Cf. Tito-Lívio, 26, 33 e 34. 31, 31.

(105). — Fest., *ep.*, p. 127 e 131; Fest., p. 124. Apud Lange, *op. cit.*, I, 303.

(106). — *Idem*, 142, 233; *ep.*, 131; Vell., 1, 14. Apud Lange, *op. cit.*, I, 303.

(107). — Tito-Lívio, 8, 11. 23, 2, 4 e 5.

(108). — A fundação de *Labici* em 336 a.C. (Tito-Lívio, 4, 47) é duvidosa. Apud Lange, *op. cit.*, I, 303.

(109). — Tito-Lívio, 8, 14; cf. 9, 20.

(110). — *Idem*, 8, 11.

(111). — *Idem*, 8, 14.

(112). — *Idem*, 6, 2.

(113). — Dion., 5, 61; Plínio, *Hist. Nat.*, 3, 5, 9, 68.

(114). — Tito-Lívio, 8, 17.

(115). — Euseb., e Hier., *Ol.* 110, p. p. 114 e 115. edição Schoene.

das colônias latinas, isoladas uma das outras depois de 338 a. C., foi logo acrescido de duas, a fim de garantir as aquisições feitas na direção do Sul. Essas duas colônias foram erigidas, uma na Campânia em Calas em 334 a. C. (116) e outra na região sanita, em Fregelas em 328 a. C. (117). Elas foram as primeiras colônias criadas pelo Estado romano agindo espontâneamente, de direito e de fato (*novae coloniae*) (118). Os cidadãos que tomaram parte nessas fundações (119) conservaram o direito de voltar à cidadania romana, mas com a condição de deixar um filho na colônia (120). Tinham também direito ao *jus commercii* e certamente ao *jus conubii* (121).

Mais ou menos por essa mesma época, uma cidade campânica, *Acerrae* (332 a. C.) (122) e uma cidade volsca chamada *Privernum* (329 a. C.) (123), foram classificadas como *civitas sine suffragio*.

Em face das comunidades vassalas, a velha população romana, provida do direito de sufrágio, sentia-se soberana. Era ela que outorgava o direito de cidade (124), decidia a fundação de colônias latinas (125), tanto mais que crescia a pretensão dos indivíduos que sofriam miséria e pediam ao Estado uma melhoria na condição de vida. A *nobilitas* podia fãcilmente dar-lhes satisfação. Sem dúvida alguma, quando concordou com a entrega de lotes de terras tiradas do território de *Velitrae* (126), quando estabeleceu colônias em *Antium* e *Terracina*, assim como quando decidiu estabelecer as colônias de Calas e Fregela, poderia ocupar-se antes de mais nada, com os cidadãos necessitados. Em Terracina foram enviados 300 colonos apenas e cada um dêles recebeu somente 2 geiras (127), o censo de 5ª classe (128). Para Calas foram enviados 2.500 colonos (129). Como os que foram para Fregela deviam renunciar o direito de cida-

(116). — Tito-Lívio, 8, 21; Vell., 1, 14.

(117). — Tito-Lívio, 8, 22 e 23; cf. 9, 12.

(118). — Fest., p. 241.

(119). — Cícero, *Coec.*, 33, 98. *de Dom.*, 30, 78. Gsi., 3, 56. 1. 131.

(120). — Tito-Lívio, 41, 8; cf. 39, 3.

(121). — *Idem*, 41, 8.

(122). — *Idem*, 8, 17; Vell., 1, 14; Fest., *ep.*, p. 127 e 131; Fest., p. 142. Apud Lange, *op. cit.*, I, 304.

(123). — Tito-Lívio, 8, 21; cf. Dio C., fr. 35, 11 B. Apud Lange, *op. cit.*, I, 304.

(124). — Tito-Lívio, 8, 117 e 21.

(125). — Fest., p. 241; Tito-Lívio, 32, 29, 31 e 53; cf. 10, 21. Apud Lange, *op. cit.*, I, 304.

(126). — Tito-Lívio, 8, 14.

(127). — *Um jugerum* (geira) vale 0,252 hectares.

(128). — Tito-Lívio, 8, 21.

(129). — *Idem*, 8, 16.

dania romana (130), em compensação recebiam um grande lote de terras. Era o pagamento (131) para aquêles que deviam viver no meio de uma população hostil (132).

AS COLÔNIAS MARÍTIMAS.

Óstia e Antium foram as primeiras colônias marítimas. Foram encarregadas de defender Roma pelo lado do mar. Pos isso os seus cidadãos estavam dispensados do serviço mi'itar nas legiões (133). Elas tinham por obrigação alertar Roma da aproximação de qualquer frota inimiga, para que a cidade se puzesse de sobreaviso. Deviam contrariar o inimigo, se êste tentasse desembarcar e, se êle fôsse fraco, desbaratá-lo (13). A fundação de Óstia era atribuída a Anco Márcio e foi o primeiro estabelecimento marítimo de Roma (*colonia marítima*).

*
* * *

CONCLUSÃO.

Roma estendeu o seu poder sôbre tôda a Itália. Os primeiros passos foram difíceis e vagarosos. Durante o período real e novamente no V século, obteve ela supremacia no Lácio, hegemonia que perdeu por diversas vêzes. Em 338 a. C. conseguiu consolidar finalmente a sua posição. Após essa data a sua expansão foi rápida e, duas gerações depois, tôda a Itália estava sob sua influência. Entretanto, Roma não conseguira estabelecer ainda uma política de expansão definida. As suas primeiras guerras tiveram como finalidade a sua proteção dentro do Lácio. Cada sucesso que obtinha a levava a contrair novas alianças e a necessidade de proteger os seus aliados conduzia-a a novas guerras, processo que continuou até a atingir suas fronteiras naturais.

A organização do Estado romano foi complicada. Em primeiro lugar teve que estabelecer a sua própria hegemonia dentro do Lácio. Em seguida, para consolidar as regiões vizinhas, criou o sistema de

(130). — Gai., 3, 56. 1, 131; Cícero, *Coec.*, 33, 98. *de Dom.*, 30, 78. Apud Lange, *op. cit.*, I, 305.

(131). — Tito-Lívio, 6, 16.

(132). — *Idem*, 9, 24 e 26.

(133). — *Idem*, 27, 38.

(134). — Le Gall (Joel), *Le Tibre, fleuve de Rome dans l'Antiquité*. Paris. Presses Universitaires de France. 1953, p. 66.

(135). — Lange, *op. cit.*, I, 74.

colônias que acabamos de examinar. Nas colônias romanas os cidadãos geralmente não pertenciam a nenhuma unidade da política local. Por tôda parte, cidades com um auto-govêrno receberam a cidadania romana parcial ou total e foram incorporadas ao Estado romano sem perder seu govêrno municipal próprio.

Roma estabeleceu pequenas colônias de seus cidadãos, organizados em municipalidades, em numerosos pontos da Itália, principalmente na costa marítima. Grande número de colônias de aliados foram enviadas a pontos de importância estratégica em tôda a península. Para ligá-las mais intimamente a si, deu-lhes direitos especiais que prèviamente havia conferido a algumas colônias de latinos, como por exemplo: os direitos de comércio e de casamento com os cidadãos romanos, além da possibilidade de se fixarem em Roma e serem eleitos para altos cargos. A maior parte dos latinos, a quem essa forma de aliança fôra originariamente aplicada e dêles tirou o nome, tornaram-se posteriormente cidadãos romanos. Essa designação de “latino” acabou sendo usada sem o seu sentido racial ou geográfico, mesmo fora da Itália, e foi aplicada a qualquer povo sob o domínio de Roma, em determinadas circunstâncias.

Roma aliou-se a diversas cidades por um *foedus* particular. Êsses tratados variavam, mas geralmente davam um auto-govêrno local, com estreitas ligações com Roma. Os aliados não pagavam tributos e não eram considerados súditos de Roma, ainda que definitiva e diretamente subordinado a ela.

Roma ao constituir o seu Estado, não foi guiada por nenhuma teoria ou preconceitos, mas também nada fêz por interêsse humanitário. A sua política foi sempre oportunista e levava apenas em conta os seus interêsses particulares, mas as medidas que tomou foram tão sábias, que poucas cidades desertaram quando Aníbal assolou a Itália por 18 anos consecutivos. Isso mostra a solidez do sistema colônial planejado e posto em prática por Roma.

* * *

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Luís César Bittencourt Silva* (Faculdade Fluminense de Filosofia. RJ.).

Observa que o Autor à pág. 59 do seu trabalho diz que Roma é uma fundação latina. Afirma que Roma é uma fundação etrusca, já que sòmente êsse povo tinha condições técnicas para a execução de trabalhos de drenagem dos pântanos que circundavam as colinas e que impediam a implantação de uma cidade.

*

Do Prof. *Carl Laga* (FFCL. de Marília. SP.).

Indaga, depois de ter confessado certa desconfiança quanto à imparcialidade de Tito-Lívio, se êsse Autor está suficientemente consciente das diferenças entre as colônias nos primeiros tempos de Roma e as que surgiram bem mais tarde, uma vez que é conhecida sua tendência de projetar para o passado suas instituições contemporâneas.

*

Da Profa. *Helga Picolo* (FFCL. da UFRGS. RS.).

Pergunta se o Autor considera Tito-Lívio, por ser o mais citado, a melhor fonte de estudo para Roma Antiga?

Indaga ainda a opinião do Autor sôbre Mommsem. Qual a sua importância no assunto em questão, por ter sido citado apenas uma vez?

*

Do Prof. *Sebastião Romano Machado* (FFCL. de Franca. SP.).

Pergunta se poder-se-ia falar de colonização romana sem ter em vista a temática e a problemática da península itálica?

Indaga se as colônias que Roma fundou ao longo de suas conquistas se unem a ela por integração ou juxtaposição? Ou seriam as duas cousas conjuntamente?

*

Do Prof. *José Alves de Figueiredo Filho* (FFCL. do Crato. CE.).

Pergunta qual seria a posição do Cristianismo se Cartago tivesse dominado o mundo mediterrâneo, em vez de Roma?

*

* *

RESPOSTAS DO PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA.

Inicialmente agradeceu as intervenções feitas ao seu trabalho e passou imediatamente às respostas na ordem em que foram formuladas.

*

Ao Prof. *Luís César Bittencourt Silva*.

Concorda em que a expressão “Roma colônia latina” não foi feliz. Quís dizer que foi uma fundação de pontos fortes, feita pelos

latinos, para vigiar os movimentos dos etruscos e que mais tarde se transformaram em aldeias e que, reunidas, deram origem à famosa *Liga do Septimontium*. Só mais tarde, com a dominação etrusca, é que se transformou numa *urbs*.

*

Ao Prof. *Carl Laga*.

Concorda em que Tito-Lívio é extraordinariamente parcial, vendo sempre Roma como a cidade predestinada a dominar o mundo. Mas, infelizmente, é êle uma das poucas fontes sôbre a época dos primórdios de Roma e da fundação das colônias. Afirma ainda que Tito-Lívio parece não demonstrar consciência da continuidade existente entre as velhas e as novas colônias que Roma foi fundando.

*

À Profa. *Helga Picolo*.

Afirma, como já respondeu ao Pe. Laga, que Tito-Lívio é um Autor que deve ser consultado com as devidas reservas. Quanto ao valor de Mommsen êle não se mede sòmente pelo número de citações. Os seus estudos sôbre a epigrafia, por exemplo, são ainda imprescindíveis para quem quiser estudar as origens de Roma.

*

Ao Prof. *Sebastião Romano Machado*.

Afirma que não se pode falar da colonização romana sem se levar em conta as populações locais, pois estas tiveram grande importância nos destinos posteriores das colônias. Isso explica os dialetos e as diferenças existentes entre as línguas neo-latinas, por exemplo. As colônias foram sendo fundadas de acôrdo com as necessidades. Não houve a preocupação de fundar-se colônias por integração ou justaposição.

*

Ao Prof. *José Alves de Figueiredo Filho*.

Respondeu que o problema conjectural em História não pode ser levado em consideração, pois o que importa é o fato. Mas, se Cartago tivesse vencido, provavelmente, a sorte do mundo teria sido outra. Deve-se levar também em conta que na época das Guerras Púnicas, Cartago já estava em decadência e Roma em plena ascensão. O Cristianismo sem o quadro do Império Romano dificilmente teria tido o sucesso político que alcançou.

A COLONIZAÇÃO ROMANA NA DÁCIA E NO BAIXO-DANÚBIO (*).

MARIA DA GLÓRIA ALVES PORTAL

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Baurú (SP).

Em congresso internacional sôbre os imperadores romanos da Espanha, realizado em Madrí, de 31 de março a 6 de abril de 1964, importantes questões foram propostas, cuja solução viria elucidar melhor os motivos do domínio romano nas ricas regiões da Dácia e do Baixo-Danúbio.

O presidente do congresso, professor André Piganiol, estudando moedas da época de Nerva (cuja legenda diz: *Quadragesimae Remissae*) foi levado a concluir que os homens de estado de Roma, no momento da ascensão dos imperadores da Espanha, contavam com uma provável revolta dos capitalistas espanhóis: as minas de prata da Espanha achavam-se esgotadas. Sendo válida esta tese, é provável que o fato tivesse determinado a conquista de outras zonas mineiras. O colóquio internacional citado julgou a legitimidade do “pessimismo” de Rostovtzeff sôbre o declínio do Império Romano no início do II século e a consciência dos imperadores sôbre isso. Concluíram os congressistas pela veracidade da afirmativa de Rostovtzeff.

Pretendemos apontar os povos que habitavam a Dácia e o Baixo-Danúbio antes da dominação romana. Descreveremos em síntese a penetração dos romanos na zona citada, indicando as causas econômicas, determinantes, desse domínio. Destacamos o soerguimento das antigas colônias gregas do Ponto Euxino sob o domínio dos romanos, e o progresso agrícola, industrial e comercial das províncias, em detrimento de Roma.

A conclusão, procurará evidenciar até que ponto a conquista da Dácia e do Baixo-Danúbio cumpriu sua finalidade política, militar e econômica.

Talvez a única originalidade dêste trabalho seja a comparação, sempre que possível, entre a fonte epigráfica (Coluna Trajana) e a fonte literária (Caius Plinius Caecilius Secundus).

(*) . — Comunicação apresentada na 1ª sessão de estudos, no dia 4 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

I. — A POPULAÇÃO PRIMITIVA.

No neolítico, na atual Rumânia, uma civilização original desenvolveu-se. Escavações em Cucuteni e Erosd mostraram uma cerâmica parda e vermelha, variada, delicada e policroma, apresentando motivos em espiral. Estatuetas representavam grosseiramente os ídolos; aparecem utensílios e armas de bronze (1).

Essa zona é cogitada como sendo um dos possíveis centros iniciais de dispersão dos indo-europeus.

Outra hipótese sobre o *habitat* inicial dos indo-europeus é a da Rússia meridional, entre o Baixo-Danúbio e o Volga, onde no fim da época neolítica (por volta de 2500 a. C.) floresceu uma interessante civilização, chamada dos *tumuli* ou dos *kurgans*, assim chamada porque os mortos, cobertos como tinta ocre, eram enterrados em urnas artificiais (2). Na Rumânia, túmulos visivelmente artificiais correspondem aos *kurgans* russos. Contêm com a cerâmica, armas e restos de animais sacrificados. Na Rússia Meridional os crânios encontrados são dolicocefalos e braquicefalos, comprovando que as populações do neolítico já eram mistas. Assim, conclui-se que sendo uma dessas duas teorias válida, a zona do Baixo Danúbio foi centro inicial de dispersão dos indo-europeus. O ramo dos trácios (indo-europeus) dominou não só o território cárpatodanubiano, como a península balcânica inteira e vales da Ásia Menor. Getas, dácios e agatirsos, pertencem a êsse ramo. O único monumento escrito que os trácios nos deixaram permanece ainda indecifrável. Possuíam vida agrícola-pastoril, organização tribal e se concentravam em aldeias. Alguns desses povoados eram fortificados (3).

Os getas ocupavam desde o quarto século a. C. as duas margens do baixo Danúbio. Eram a nação mais valente e justa do ramo trácio (4).

Os agatirsos habitavam a Transilvânia Ocidental, limitando-se com os citas. Aspectos da civilização dos agatirsos são relatados por Heródoto. Dois pontos da vida dêste povo nos chamam a atenção: seu luxo, especialmente em ornatos de ouro, assim como o uso das mulheres em comum (5). Os agatirsos recolhiam o mel e a cêra das abelhas e exploravam as minas.

- (1). — Na Universidade de Jassy, são conservados ricos materiais. Jorga (N.). *Histoire des Roumains et de leur Civilisation*, pág. 12-13.
- (2). — Jouguet (Pierre), *Les Premières Civilisations*, pág. 198.
- (3). — Rostovtzeff (M.), *História Social y Económica del Imperio Romano*, trad. López — Ballesteros (Luís), pág. 460.
- (4). — Heródoto, *Los Nueve Libros de la Historia*. Trad. Bartolomé Pou (P.), vol. I, liv. 4º, par. XCII, pág. 387.
- (5). — *Idem*, vol. I, liv. IV, par. CIV, pág. 393.

Os dácios eram, pròpriamente, os pastores da montanha. Dêles saíram os reis conquistadores dos Cárpatos. Seu centro fortificado encontrava-se no ângulo sudoeste da Transilvânia. Os romanos chamavam os dácios de: *davi*, *daii*, de *davae*, nome que serve para designar suas aldeias. Dácios seriam, pois, os habitantes das aldeias, camponeses (6). Sarmizegetusa, hoje Varhely, no meio do mais admirável círculo formado pelos Cárpatos, tornou-se sua capital. O tronco nacional trácio se confunde com o ilírio. Estes estenderam-se primeiro pelas terras que vão desde o Adriático até o Danúbio central.

A massa nômade de citas e sármatas não tinha uma distinção nacional profunda entre a raça ariana, dominante, e a raça submissa em grande parte turânica (7). Nos nomes dos chefes foram reconhecidos elementos que se encontram nas línguas arianas da Ásia; por outro lado, os costumes são semelhantes aos da massa turânica habitante da Ásia central, que ulteriormente rechaçara para a Europa a massa conquistadora dos povos hunos e turcos. Citas e sármatas apresentavam as características dos povos pastores, eram transumantes. Estes povos deram fundamento material e moral à população onde se formaram as províncias da Dácia e da Mésia.

Os eslavos aparecem pela primeira vez na História como um dos elementos da confederação sármata. O nome Sarmizegetusa pode conservar na sua voz a lembrança dos sármatas (8).

Heródoto menciona aspectos da civilização sármata (9).

A região cárpatodanubiana apresenta influências gaulesas; nomes de localidades são de origem céltica.

O Danúbio formava o limite sul da província da Dácia, constituída após as vitórias de Trajano, ao sul do rio era a Mésia Inferior, constituída em província imperial depois das guerras dálicas. A leste ficava o Ponto Euxino, zona dominada pelos gregos com a colonização do VIII ao VI século a. C.

A colonização grega possuiu caráter contínuo, entretanto pode-se distinguir duas fases agudas: a primeira que sucedeu à invasão dólica, e a segunda a que se estende do VIII ao VI século. Nota-se neste último período características especiais: a colonização foi obra de uma cidade determinada, aparece a ação dos poderes públicos,

(6). — Jorga (N.), *Histoire des Roumains et de leur Civilisation*, pág. 25.

(7). — Jorga (N.), *Leçons faites à la Sorbonne: Influences étrangères sur la Nation Roumaine. Études Roumaines*. I. As leis e os costumes dos citas são referidos por Heródoto: Liv. IV, Cap. LIX a LXXXI, vol. I, pág. 370 a 383.

(8). — Jorga (N.), *Histoire des Roumains et de leur Civilisation*, pág. 18. Aspectos da civilização sármata são mencionados em Heródoto: Liv. IV, par. CXVII, pág. 399.

(9). — Heródoto, *Los Nueve Libros de la Historia*. Trad. cit. Vol. I. Liv. IV, par. CXVII, pág. 399.

dirigindo a formação do império marítimo de Mileto (10). Segundo a tradição, Mileto formou noventa colônias em volta do Mar Negro. Entre elas destacamos: Ólbia, Tiras, Tomi, Odessus. Os mercadores dessas cidades puderam comerciar com trigo e outros produtos do sul da Rússia. Pelo Danúbio e estradas romanas que chegavam a êste rio, o Euxino se colocava em contacte com a Europa Central e a Itália.

II. — CAUSAS ECONÔMICAS DA PRESENÇA ROMANA NO BAIXO-DANÚBIO E NA DÁCIA.

Os impérios do Tigre-Eufrates e do Nilo, assim como o persa, tomaram uma forma predominantemente político-militar. A situação geográfica desses países e as monarquias absolutas de direito divino que aí imperavam, favoreceram a união dos nomos em principados e destes em impérios que almejavam a dominação mundial. O imperialismo grego, como o fenício, tomou a forma econômica. Os romanos apresentam um imperialismo político, militar e econômico. Jamais os romanos deram a liberdade colonial que se encontra no mundo grego. Tipicamente fundada sob a forma econômica, foi a dominação romana no Baixo-Danúbio e na Dácia. Paribeni, citando Amiano Marcelino mostra que Trajano tinha planos de futuras campanhas orientais antes das guerras dácicas (11). Lepper defende o princípio da premeditação para a campanha de Trajano na Pártia. A premeditação é vista pelo autor citado, como corolário da tese econômica que afirma como causa predominante desta guerra o desejo de domínio das rotas comerciais (12).

Também seria possível aceitar-se a tese da premeditação no caso do domínio da Dácia e Baixo-Danúbio, já que essa zona era propícia ao comércio. O Danúbio é navegável desde a moderna Ulm. O Ponto Euxino possuía as velhas colônias gregas de importância vital para o comércio de trigo, peles, cêra e peixe sêco, com a Rússia. Além disso havia o ouro dos dácios acumulado durante séculos pelos reis, as minas de ouro, prata e ferro, e o sal. A proximidade dos bárbaros e a humilhação de Domiciano parecem ter sido causas menos determinantes das guerras dácicas de Trajano, do que a riqueza da região.

As “cifras fantásticas” apresentadas por João Lydus (VI século) que dizia seguir Criton, médico de Trajano (13), relativas ao

(10). — Pirenne (Jacques), *Civilisations Antiques*, pág. 351.

(11). — Apud Lepper (F. A.), *Trajan's Parthian War*, pág. 167.

(12). — *Idem*, pág. 158.

(13). — Lydus, *De Magistratibus*, II, 28, apud Carcopino, *L'Or des Daces in Points de Vue sur L'Impérialisme Romain*, pág. 82.

botim das guerras dácicas, são estudadas por Carcopino (14), que as considera exageradas.

Em todo caso, trata-se de um tesouro valioso, além de que as cidades e as terras ao redor deveriam pagar tributo.

Um estudo comparativo entre a fonte epigráfica (Coluna Trajana) e a fonte literária (Plínio) nos mostra o imperador Trajano, colonizador do Baixo-Danúbio, como um monarca empreendedor, dissimulador de civilização. Seu físico bem apessoado, suas qualidades morais e militares, a integridade de sua família contribuíram para que o *Panegírico* fôsse tão bem aceito (15) e que o mesmo fôsse escrito com liberdade e prazer (16). A coluna nos mostra Trajano distinguindo-se dos demais pela estatura, sempre à frente das construções de pontes e fortalezas. Estas construções tinham mais que um fim militar, assegurariam o comércio aos conquistadores e o progresso na marcha civilizadora, aos conquistados. A autoridade deixada por Trajano aos chefes (17) foi, sem dúvida, um estímulo ao progresso. A confiança que êste imperador podia ter em sua pessoa não o impediu de prevenir os males; a prova disto é sua atuação com relação às corporações (18).

III. — PENETRAÇÃO ROMANA NO BAIXO-DANÚBIO E NA DÁCIA.

Com a crise do fim da República, o trabalho do camponês não era mais compensador. As importações a baixo custo e o trabalho escravo tornaram impraticável o trabalho do pequeno proprietário. A emigração se fêz sentir de um lado, na direção da Provença e, de outro, na da península balcânica.

A penetração romana, no sentido cultural, nas regiões danubianas deve ser colocada no II século antes de Cristo. *Conventus Civium Romanorum negotiandi causa consistentium*, não existiram somente no Oriente helenizado, mas mesmo nas regiões bárbaras, onde a imigração céltica tinha encaminhado o povo para as necessidades de uma vida civil mais organizada e de mais conforto. César men-

(14). — *Idem*, pág., 84. Mostra a possibilidade de êrro de transcrição do compilador, Lydus. Êste teria empregado dez mil por mil. Carcopino propõe as seguintes cifras que considera razoáveis: cinqüenta mil prisioneiros, cento e sessenta mil e quinhentos quilos de ouro, trezentos trinta e um mil quilos de prata.

(15). — Plínio, *Letras*. Trad. Sicard C. Vol. I, Livro IV carta V, pg. 211.

(16). — *Idem*, Livro III, carta XVIII, pg. 191.

(17). — Plínio, *Panegírico*, trad. Navarro (Francisco) e Barreda (Francisco) pág. 23.

(18). — Plínio, *Cartas*, livro X, carta XLIII. Trad. Navarro (Francisco) e Barreda (Francisco), pág. 141.

ciona o *conventus civium Romanorum* de Saloniae (19). Narona e Lissus aparecem na lista dos centros romanos que eram ativos no tempo da república. Nauportus, chave das passagens abaixo do Save, tinha seu próprio *conventus civium Romanorum* bem antes da organização imperial da região. Na Panônia, como na Dácia, os romanos quando dominaram pelas armas, encontraram rebeldes com conhecimento da língua latina. Ao tempo de Burebista, pelo ano 50 a. C.) a Dácia estava tão cheia de mercadores como a Gália. Além dos *negotiatores*, outros elementos penetraram na região danubiana: reis e chefes precisaram de grande quantidade de mão-de-obra especializada para construir suas fortalezas, fabricar engenhos de guerra ou cunhar suas moedas, geralmente tomando como modelo os *denari* da república romana. Os gregos de Ilíria faziam causa comum com os italianos e ao lado das centenas de denários da república romana encontrados na Dácia, a Moldávia apresenta quantidade de dracmas de Apolônia e Dyrrachium. Entretanto, a influência grega pouco ou nada vai-se fazer sentir na região. Apolônia e Dyrrachium eram romanas desde a dominação da Dalmácia. Por sua vez, os mercadores gregos das cidades da costa do Euxino, não parecem ter visitado as localidades do interior.

Existem fortificações à margem esquerda do Danúbio que são anteriores à conquista oficial da região, por Trajano. A localidade de Drobeta (Turnu-Severinu) é anterior à conquista oficial. Corria desde o sul desta localidade ao sul de Braila, separando o terreno dácio da Valáquia, um *valum* composto de um fôssco e um espadão de terra de três metros (20).

O rei dácio, Burebista, iniciou uma série de conquistas; em vários anos fundou um vasto império, impondo a lei gética a quase todos os seus vizinhos; tornou-se uma ameaça aos romanos, pois cruzou o Danúbio devastando a Trácia, a Ilíria, chegando até a Macedônia. Ofereceu seu apôio a Pompeu contra César.

Quando César foi assassinado, havia iniciado a concentração de tropas que se destinavam à guerra dáctica (21).

Otávio Augusto submeteu as populações da Dácia (22).

A zona do médio Danúbio não trouxe grandes preocupações durante a dinastia Júlio-Cláudia pois os suevos ou marcomanos (germanos) estavam dentro da zona de influência romana. Ao contrá-

(19). — *Apud Pârvan* (Vasile), *Dacia*, pág. 152.

(20). — Chapot (Victor), *Le Monde Romain*, pág. 430.

(21). — Suetônio Tranquilo (Caio), *Los doce Césares*, trad. de Jaime Arnal, *Vida de Caio Júlio César*, par. XLIV, pág. 31.

(22). — *Res Gestae*, cap. XXX. *Monumentum Ancyranum*, Espasa-Calpe S.A., Vol. II, pág. 433 e Suetônio, *obra cit.*, *Vida de Augusto*, cap. XXI, pág. 64.

rio, no Baixo-Danúbio se impôs uma vigilância mais séria: os bastarnos (germanos) e os roxolanos (sármatas) correm pelo que é hoje a Transilvânia, Moldávia e Bessarábia; os dácios devastaram a Mésia sem que Tibério nada fizesse. Numa segunda fase de sua vida este imperador não foi mais o guerreiro que fôra no início de sua carreira (23). Tibério, após as vitórias de Germânico, abandona a primitiva província da Germânia (entre o Reno e o Elba) por razões políticas, militares e econômicas. Mas é de seu tempo a primitiva estrada romana ao longo do Danúbio, entre dois campos legionários: Viminacium (V Macedônia) e Ratiaria (IV Cítica). Foi construída pelos soldados das duas legiões entre 33-34 de nossa era.

Quanto ao Baixo-Danúbio, não se tem nenhum documento anterior à carta enviada pelo governador da Mésia de 43 a 49 a. C. Flavius Sabinus aos cidadãos da Ístria. Vê-se que os bárbaros podiam entender o latim (24).

No reinado de Nero, o governador da Mésia, Plautius Silvanus derrota os bárbaros da esquerda do Danúbio, a Mésia, pelo ano de 52-53 d. C., é considerada como suficientemente romana para poder instalar em suas terras mais de 100 mil bárbaros, com suas mulheres e filhos, vencidos por Silvanus.

Domiciano fêz guerra por necessidade aos sármatas que haviam degolado uma legião e, campanhas contra os dácios (25); a primeira para vingar a derrota do cônsul Ópio Sabino e a segunda para vingar a de Cornélio Fusco, prefeito das coortes pretorianas. Realizou uma série de combates, que foram, nem favoráveis nem adversos. Recuou devido à ofensiva dos marcomanos da Boêmia e dos sármatas da Hungria. Os dácios exigem indenização e técnicos.

Trajano exigira a renúncia da soberania do país dácio, que passara a constituir a província da Dácia. Suas lutas com este povo são contadas em dois importantes documentos epigráficos: a coluna Trajana e o monumento de Adam Klissi.

As duas legiões com que contava a Mésia eram insuficientes para defender a margem do Danúbio, desde Belgrado até a sua desembocadura. No delta não havia um baluarte suficientemente poderoso.

A guerra da Dácia começa em 101. As causas militares dessa campanha são consideradas como determinantes por alguns (26), enquanto que ninguém nega a importância que teve a exploração das minas dessa região para os romanos. A primeira campanha foi assi-

(23). — Suetônio, *obra cit.*, *Vida de Tibério*, cap. XLI, pág. 135.

(24). — Pârvan (Vasile), *Dácia*, pág. 149.

(25). — Suetônio, *obra cit.*, *Vida de Domiciano*. Cap. VI, pág. 321.

(26). — Cook (S. A.), Adcock (F. E.), Charlesworth (M. P.), *The Cambridge Ancient History*, Vol. XI, pág. 231.

nalada pela passagem do Danúbio (27) e a derrota dos dácios em Tapas, conduz o exército romano até a entrada da zona montanhosa. No ano seguinte Trajano penetrou na Transilvânia e chega diante da capital dácia, Sarmizegetusa. Decébaló é vencido (28). L. Sicinius Sura é encarregado por Trajano de negociar a paz (29). O rei renuncia aos subsídios romanos, teve que arrasar suas fortificações, aceitar a presença de uma guarnição romana na capital e ceder uma parte de seu território. Recebe o título de aliado do povo romano, em 102. Para Decébaló a paz não era senão tréguas.

Reinicia-se a guerra em 105. Trajano rechaça uma ofensiva dos dácios no Baixo-Danúbio e penetra na Transilvânia. Decébaló enfrenta uma verdadeira guerra de extermínio e sucumbe; suicida-se. A população, na sua maioria, pereceu na luta ou foi desterrada. Permaneceram as mulheres; muitos dos exilados acabarão por voltar às suas terras. A conquista dessa zona vinha assegurar as posições romanas do Baixo-Danúbio.

A Dácia, reduzida à Província, foi protegida ao norte e a oeste por um *limes* fortificado e colonos chegaram de diversas partes do Império.

Na guerra que Marco Aurélio teve que travar com os marcomanos, viu-se que a conquista da Dácia servira para eliminar das fileiras dos adversários de Roma um elemento perigoso, e determinou provavelmente que os bastarnos, os roxolanos e outros povos não tomassem parte mais ativa na guerra marcomana.

A fronteira norte é provável que fôsse traçada entre o Bihor ao oeste e a parte sul dos Cárpatos a leste. Porolissum é a localidade mais avançada ao norte (30). Entretanto, o Danúbio continuava como a fronteira estratégica.

O *limes* romano tinha fins militares. Sua forma variou, de acôrdo com os locais e a época (31). O *limes* do Baixo-Danúbio reproduzia o essencial do dispositivo geral do *limes* fluvial, aplicado ao Médio Danúbio: série de acampamentos, tórres de sentinela e postos de observação. A Coluna Trajana (32) mostra a margem direita do Baixo-Danúbio protegido por elevadas tórres de madeira (*burgi*), rodeadas por paliçadas. A parte baixa destas tórres servia de aloja-

(27). — Coluna Trajana.

(28). — *C.I.L.*, VI 1444, ILS., 1022, Apud Robert Etienne, *Les Sénateurs Espagnols sous Trajan et Hadrien. Les Empereurs Romains d'Espagne*, pág. 79.

(29). — Dio Cassio, LXVIII, 9, 2, apud Robert Etienne, *obra citada*, pág. 79.

(30). — Vidal-Lablache, *Atlas — Conquêtes Roumaines*, pág. 17.

(31). — Homo (Leon), *Nueva Historia de Roma*, trad. Ferrán y Mayoral pág. 307.

(32). — Coluna Trajana, la. faixa, inferior.

mento à guarnição de soldados auxiliares, e o piso superior, provido de uma galeria, servia de posto de observação.

A defesa do Baixo-Danúbio completava-se até a Criméia, pelo litoral do mar Negro, onde o governador da Mésia inferior, como em sua província pròpriamente dita, exercia o supremo comando.

Os bárbaros visaram mais a região do sul do Danúbio do que a Dácia.

A Mésia fôra organizada em província consular na época de Cláudio. Domiciano, quando de suas guerras, julgou necessário repartir a Mésia em duas províncias: Mésia Superior e Mésia Inferior. Os governadores residiam respectivamente em Naissus (Nich) e em Tomi.

A Dácia foi inicialmente confiada a um personagem consular. Em 120 foi dividida em Dácia Superior (Transilvânia), governada por um legado pretoriano e Dácia Inferior, por um procurador. Durante o reinado de Antonino foi criada uma terceira província procuratória. (Dácias: Apulensis, Parolissensis, Malvensis). Septímio Severo reforça a zona. À antiga Drobeta deu seu nome atual: Turnu — Severinu.

A instabilidade vai acentuando-se durante o III século no Baixo-Danúbio; tornou-se crônica.

No início do III século a composição do exército romano destacado na região era a seguinte: duas legiões na Mésia inferior (a I Itálica e a XI Cláudia), duas na Dácia (a V Macedônia e a XIII Gêmina).

Maximiano, Décio, Galieno, Aureliano, receberam sucessivamente o título de Dacicus. Aureliano acabou por decidir-se pelo abandono da Dácia; provavelmente depois de uma reconquista, pois, segundo alguns autores, Galieno tinha abandonado o país, pela pressão gôda (33).

O nome de Dácia torna-se o de duas províncias novas, constituídas às expensas da Mésia, sobre a margem direita do Danúbio: Dácia Ripensis (capital Ratiaria) e Dácia Mediterrânea (capital Sérdica).

Apesar dessa marcha-à-ré dos romanos, os descendentes dos trácios romanizados permanecem. Já o *homo romanus*, o *romên*, estava fixado na margem esquerda do Danúbio. Não havia então na língua rumena um só termo de origem gôda (34). Este grupo estabeleceu-se no Danúbio inferior. Constantino-o-Grande foi quem restaurou as fortificações das fronteiras. Aos ávaros, na Bessarábia, sucedeu a avalanche dos eslavos (VI século). A antropologia e a etnografia não mostram a influência eslava entre os rumenos, mas sim a do tipo trá-

(33). — Chapot (Victor), *Le Monde Romain*, pág. 433.

(34). — Jorga (N.), *Histoire des roumains et de leur civilisation*, pág. 36.

cio: moreno, baixo de estatura, vivo de fisionomia. Os empréstimos tomados aos eslavos pela linguagem rumena foram superficiais. Têmos empregados na agricultura — não os fundamentais — são eslavos, assim como a nomenclatura geográfica da Transilvânia. Os búlgaros (nobres), no VII século, atravessaram o Danúbio na direção sul e impuseram a língua eslava nas duas Mésias.

Na Rumânia persistem ainda hoje as influências latinas.

IV. — A VIDA AGRÍCOLA.

As civilizações do Baixo-Danúbio eram milenarmente agrárias quando os romanos as conquistaram. A crise sócio-econômica do período republicano determinou uma emigração do cidadão romano, agricultor médio e pobre para essa zona. Os legionários romanos eram também agricultores. Entretanto, foram a indústria mineira e o comércio os principais elementos da economia dessa zona.

Nas zonas conquistadas, os soldados romanos faziam plantações de acôrdo com as possibilidades agrícolas do país (35). O fisco “comprava” a produção indígena (36), o que na realidade não passava de exploração do vencido pelo vencedor.

Colonos vieram de todo o mundo romano para a margem esquerda do Danúbio (37). Além disso a população indígena não foi totalmente exterminada.

Os legionários, dando baixa do serviço ativo do exército, permaneciam com suas mulheres no país conquistado e os filhos nascidos dessas relações. Jorga nos mostra o caráter militar, assim como rural, do latim vulgar que, após grande número de misturas ulteriores, tornou-se a língua rumena. Havia no Baixo-Danúbio os territórios correspondentes às fortalezas, às cidades gregas (em decadência) e os territórios dos habitantes indígenas. Nessa época não havia propriedade privada nas províncias; as propriedades pertenciam, segundo Gaius, ao Imperador, nas províncias imperiais, e ao *populus romanus*, nas províncias senatoriais. Os *possessores* eram proprietários de fato, mas não *domini* (38).

A agricultura itálica entrou em decadência em favor das províncias. Os esforços de Nerva, Trajano e Adriano, foram no sentido de resolver essa situação. Nerva quis redistribuir terras aos camponeses pobres. Trajano proibiu a emigração da Itália e estabeleceu colônias de veteranos nas imediações de Roma e obrigou os senado-

(35). — Plínio, *Panegirico*, trad., cit., pág. 33.

(36). — *Idem*, pág. 34.

(37). — Jorga (N.), *Histoire des Roumains et de leur Civilisation*, pág. 31.

(38). — D'Ors (M.), Aparte à tese de Piganiol sôbre a “Política Agrária de Adriano”, *Les Empereurs Romains d'Espagne*, pág. 144.

res a adquirirem terras na Itália. Os escravos vão sendo substituídos pelos colonos que podiam alugar terras dos grandes proprietários. Uma série de leis de datas variáveis irão prendendo o colono à terra. A ocupação de trinta anos tornar-se-á suficiente para criar um laço perpétuo, até que no fim do Baixo-Império a condição do colono define-se como intermediário entre o homem livre e o escravo. Entretanto, no Danúbio no II século, existia um número considerável de comunidades rurais nas quais os camponeses cultivam terras próprias e não arrendadas de ricos proprietários.

Pode-se considerar o *alimenta* de Trajano como um esforço pela restauração agrícola na Itália. Trata-se também de uma obra de assistência destinada às cidades da Itália, com exclusão de Roma e das províncias. A partir de 101 foi posta em prática, cidade por cidade, sem que se possa dizer se beneficiou as 1197 cidades da Itália (39). Em cada vila o Imperador fazia empréstimos sob hipotecas das propriedades e o juro anual era empregado em pensões alimentares às crianças pobres. As hipotecas eram feitas sob um valor doze vêzes superior ao empréstimo, o que garantia os juros.

O *alimenta* é o equivalente itálico da *Lex Manciana*. Essa lei, de origem desconhecida, foi feita para a África. As suas disposições essenciais figuraram depois na *Lex Hadriana*. Piganiol considera como um grande problema da história romana saber se esta lei se estendia a todo o Império. As disposições essenciais das duas leis citadas eram:

- a). — autorização a qualquer um de cultivar as terras incultas;
- b). — a definição do direito adquirido pelo explorador, que é um *usus proprius* (40).

O Danúbio, como a África, beneficiaram-se com a *Pax Romana*. O Império tinha interesse em pôr em ordem as províncias, para não depender da importação incerta de víveres.

V. — A URBANIZAÇÃO.

O governo romano dominou o curso inferior do Danúbio com uma cadeia de fortalezas: Oescus, Ratiaria, e desde Trajano: Durostorum e Troesmis. Foi Trajano que outorgou aos acampamentos fortificados de Ratiaria e Oescus a categoria de colônias romanas, logo que as legiões foram deslocadas para Singidunum e Troesmis. Também fundou novas cidades como Nicopolis ad Istrum. Esta foi construída nos mesmos moldes da africana Tingad, em forma

(39). — Eliano, *Var. Hist.*, IX, 16. *Apud*, Weyne (Paul), *Les Alimenta de Trajan, Les Empereurs Romains d'Espagne*, pág. 163.

(40). — Piganiol (A.), *La politique agraire d'Hadrien. Les Empereurs Romains d'Espagne*, pág. 135.

de acampamento (41). Em Nicopolis juntou-se à cidade civil uma fortaleza. O circuito da cidade era perfeitamente quadrangular com duas estradas principais, uma de norte ao sul e outra de este a oeste, que se entrecortavam no meio, onde começava o fóro; estas duas estradas conduziam às quatro portas da cidade, onde vinham desembocar estradas menores retilíneas (42). O afã construtor de Trajano é testemunhado por Plínio, que salienta a rapidez das construções (43). O monumento de Adam Klissi (Igreja do homem), na vasta planície da Dobrudja (na Mésia), é mais um atestado do trabalho construtor nas províncias. Trata-se de um monumento honorífico com embasamento circular, dedicado a Marte. Foi construído por Trajano, no ano 109. Possuía 30 metros de altura e 27 de diâmetro. Atribuía-se o monumento ao mesmo arquiteto da Coluna Trajana. — Apolodoro de Damasco. Havia um contraste entre o plano arquitetônico e a decoração figurada no relêvo. O trabalho decorativo é atribuído aos legionários ou a artistas locais; a êstes mais provávelmente. Trabalharam os artistas segundo uma corrente de arte bárbara, de que restam alguns exemplos, especialmente em estelas funerárias, no solo da Trácia. O monumento de Adam Klissi é inferior artisticamente aos monumentos históricos romanos contemporâneos; testemunha da arte provincial indígenas (44).

À sombra do monumento de Adam Klissi surge a pequena fundação de Tropaeum Trayani. Aí, vinte anos antes Ópio Sabino tinha sido derrotado.

A urbanização e colonização efetivas na zona do Baixo-Danúbio realizaram-se entre povos que já tinham absorvido formas superiores de civilização.

Sarmizegetusa (Varhély) ligava-se por vias romanas a Vimina-cium da Mésia, a Apulum e a Drobeta (Turnu-Severinu). Apulum era a colônia mais populosa.

VI. — A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO.

Havia o comércio internacional; mas o Império romano formava por si só uma unidade comercial viva. As produções complementavam-se. Tibério determinou a construção de uma estrada ligando o Médio ao Baixo-Danúbio. Aquiléia era o entroncamento das rotas de comércio entre a Europa oriental e a Europa ocidental. Esta ci-

(41). — Babcew, *Nocopolis ad Istrum*, in "Bull. de L'Inst. Arch. Bulg". 5, (1928) pág. 56, Apud Rostovtzeff (M.). Trad. López-Balesteros (Luis), vol. I. pág. 494.

(42). — Ducati (Pericle), *L'Arte Classica*, vol. I. pág. 631-632.

(43). — Plínio, *Panegírico*, pág. 59, trad. citada.

(44). — Ducati (Pericle), *L'Arte Classica*, vol. I. pág. 633-634.

dade era também rica em indústrias (tecidos, cristal); o âmbar, procedentes das regiões do Báltico, era trabalhado em oficinas locais, como mostram as escavações de Aquiléia. Esta localidade ligava-se a Carnutum no médio Danúbio. O sistema de estradas e a segurança das viagens produziu um florescimento no comércio provincial. Numerosas inscrições atestam o florescimento do comércio urbano. Assim, verifica-se que existia um comércio internacional, inter-provincial, provincial e urbano. A Itália inferiorizava-se frente às províncias no que concerne ao comércio, ocorrendo o mesmo quanto à agricultura e à indústria.

Além dos comerciantes romanos, que atuavam na zona do Danúbio de há muito, surgiu aí uma classe comercial. O declínio do pôrto de Puteoli, na Campânia é apontado como prova da decadência comercial da Itália em favor das províncias no II século de nossa era (45).

Mercadores da Gália chegavam ao vale do Danúbio, e entre esta zona, aquela província e a Germânia, desenvolveu-se um ativo comércio. Do Danúbio o comércio estendeu-se ao Dnieper, alcançando aí grande importância durante todo o II século.

As plantações em forma mais intensiva na Dobrudja não foram suficientes para abastecer de víveres o exército romano, daí a proteção militar que os romanos dispensaram a Ólbia e à cidade livre do Quersoneso no reino do Bósforo. Quersoneso exportava grande quantidade de trigo, couros e peixes que, através das cidades gregas da costa ocidental e sul do Mar Negro iam parar nos acampamentos do exército romano das margens do Danúbio e da Capadócia. Ólbia, Quersoneso, assim como Tanais, Pontecapeo, Sinope, Amisos, Tomi, floresceram novamente no II século, devido ao incremento do comércio. Jorga mostra-nos que a influência da civilização grega, viva nessas suas velhas colônias do Ponto Euxino, não atingiu o interior da zona danubiana (46). Entretanto, as pesquisas na fortaleza de Gradiste mostraram que os blocos de pedra tinham letras gregas (47). Em todo caso, não houve uma influência fundamental da civilização grega na Dácia. Uma das características diferenciativas básicas entre a colonização grega e a colonização romana é justamente o espírito liberal que se desenvolveu nas primeiras. As colônias gregas eram independentes da mãe pátria, com a qual se ligavam apenas por laços morais, lingüísticos e religiosos. Eram regidas por um conselho de cidadãos, enquanto que as colônias romanas, unidas em

(45). — Rostovtzeff (M.), *Historia Social y Económica del Imperio Romano*, trad. cit. pág. 301.

(46). — Jorga (N.), *Histoire des Roumains et de leur Civilisation*, pág. 21.

(47). — Cook (S. A.), Adcock (F. F.), Charlesworth (M. P.), *The Cambridge Ancient History*, vol. XI, pág. 89.

províncias imperiais e senatoriais desde a repartição de 13 de janeiro de 27 a. C., formavam parte de um todo governado por monarquia absoluta tida como de direito divino. Os dácios vinham sendo governados por reis que, originariamente, também tiveram a função de reis-sacerdotes. Assim, no aspecto básico da organização política, os gregos não chegaram a atuar para o interior da zona do Euxiro.

A primeira faixa da coluna trajana já nos mostra os soldados transportando rio acima víveres para o exército, procedentes das cidades gregas; ou rio abaixo, provisões vindas do norte da Itália e de Aquiléia (vinho). Nas margens do rio estão representados postos romanos de desembarque e de depósito, fortificados com paliçadas, possíveis núcleos de futuras cidades. A segunda faixa da coluna apresenta novo aspecto da vida comercial: uma cidade e soldados transportando vinho. Atrás uma fortaleza entre uma estrada que conduz ao interior do país e outra que costeia o rio (48).

No *Panegírico*, Plínio-o-Jovem fala da abundância de trigo e da mescla de distantes nações pelo comércio (49). Os produtos de qual quer parte pareciam naturais a todos.

A *annona* imperial foi a força motriz do comércio inter-provincial. A preocupação dos imperadores era Roma e os exércitos. Esta cidade não estava sujeita ao *alimenta*, mas aí realizavam *frumentationes*.

O tráfico com o sul da Rússia beneficiou as tribos sármatas que dominavam a estepe sul russa e o Cáucaso.

As províncias tomaram incremento quanto às indústrias. A Itália cedeu neste campo primazia à Gália.

Sabe-se que no II século a indústria não havia progredido, nem quanto à técnica nem quanto às formas. Só a técnica do vidro havia progredido desde o I século.

A descentralização industrial e sua estandarização não chegaram a beneficiar a grande massa dos habitantes do Império, que era constituída pelos proletários urbanos.

À tese de Weber sobre a permanência da economia doméstica no mundo antigo, contrapõe-se Rostovtzeff. Para este autor não houve, nem nos mais remotos tempos da Antigüidade, economia doméstica pura. Havia no mundo romano vestígios de economia doméstica, sobre tudo no que se refere à fabricação de tecidos; mas para tudo mais se recorria ao mercado.

(48). — Rostovtzeff (M.), *Historia Social y Económica del Imperio Romano*, trad. citada, lam. XLV, vol. I, pág. 29; Mommsen (Teodoro), *El Mundo de los Césares*, trad. Roces (Wenceslao), pág. 186; Bendinelli (Goffredo), *La Colonna Traiana*.

(49). — Plínio, *Panegírico*, trad. cit. pág. 33.

A crescente exploração das minas determinou a definitiva introdução da economia monetária em todo o Império: daí os esforços do governo em anexar novas zonas mineiras, como ocorreu com a Dácia.

Os minérios nunca foram monopólio do Estado, nem sob a República nem sob o Império; êle era apenas o maior proprietário. Nos antigos reinos helenísticos as minas eram de propriedade particular e no Ocidente as minas haviam pertencido ao Estado. Nestas duas zonas o Império romano tornou-se o herdeiro. No período republicano as minas foram entregues mais à exploração de capitais privados, reunidos em potentes companhias.

A exploração das zonas mineiras da Dácia era feita de várias formas, ordenadas conforme o distrito mineiro. Escapa à História a porcentagem que ficava ao Estado. Na Espanha a ordenação de Vipasca estabelecia a metade ao Estado e a outra metade ao explorador.

Pequenos empresários podiam alugar galerias, assim como grandes contratistas (*redemptores*) podiam obter a concessão da empreitada. Os primeiros pagavam seu direito de exploração aos arrendatários dos impostos ou a funcionários; os *redemptores* tinham sua remuneração proporcional ao material extraído. Os proprietários de minas particulares entregavam ao Estado uma parte do produto.

Pode-se dizer que a indústria e o comércio cresceram enquanto aumentou o Império, estagnando depois de Adriano. Aliás, a famosa crise do III século determinando uma alta de mil por cento na segunda metade do III século, contribuiu para a derrocada da indústria e comércio imperiais. Causas de ordem político-militares foram as principais responsáveis por essa crise.

Na região danubiana como havia um bom número de médios proprietários, êstes deveriam possuir um poder aquisitivo razoável. A burguesia municipal, sujeita cada vez mais a cargas crescentes, foi-se esgotando, e inclusive perde seu patriotismo municipal que fôra a causa da prosperidade do Império. Esta classe era exígua e o proletário urbano foi-se tornando cada vez mais pobre, menos apto a adquirir materiais manufaturados.

CONCLUSÕES.

A necessidade de rechaçar os germanos e sármatas é apontada como causa determinante da presença romana na margem esquerda do Danúbio pelos seguidores de uma tese político-militar. A chamada tese econômica afirma que as riquezas da Dácia foram o motivo determinante. Em 106 Trajano fêz terceira distribuição aos plebeus, superior às duas anteriormente realizadas. Sabe-se por Plínio que ini-

cialmente Trajano não teve o suficiente para pagar o que prometera: rações ao povo e donativos aos soldados (50).

Por outro lado, a sua conquista da Pártia, após a dominação da Dácia, também foi uma empreza que exigiu recursos. As construções nas províncias e em Roma levaram altas somas. As províncias contavam com seus arquitetos e as construções eram freqüentes (51). Assim: distribuição ao povo e aos soldados, as guerras e as construções exigiram gastos superiores ao que se arrecadava.

Não há riqueza que se não esvaia quando não é firmada num substrato econômico sólido: o comércio, a agricultura e a indústria decaíram em favor das províncias. Na Dobrudja intensificou-se a plantação de trigo. A força do comércio era a *annona* imperial. As colônias gregas do Mar Negro foram vitalizadas e através delas a Itália pôs-se em contacto comercial com o sul da Rússia. Daí afirmarmos que a conquista dessa zona tinha fim comercial. Entretanto, o trabalho escravo já não rendia como outrora. Além disso, faltava proteção equilibrada à indústria por parte do Estado. O mercado era limitado, o que determinou a falta de concorrência.

A colonização operou-se em maior escala ao longo dos rios: Oltu (Aluta), Maros (Marisus) e seus afluentes.

A língua latina expandiu-se graças aos legionários e ao progresso das associações; era o idioma adotado pelos colégios funerários, pelos agrupamentos de socorros mútuos e pelos sindicatos de bateleiros (*utricularii*) que transportavam a riqueza da região: cal, ferro, ouro e prata.

O reino dácio havia iniciado a exploração do ouro, o Estado romano a continuou.

Recentes pesquisas arqueológicas e numismáticas em antigos centros urbanos da Dácia, assim como em localidades rurais, mostram a persistência do elemento dácio-romano nos diversos traços da cultura material (cerâmica, utensílios, adornos), após a retirada das autoridades romanas. Continuou a haver um desenvolvimento fundamental da romanidade nas transformações históricas posteriores ocorridas na antiga província dáctica (52).

*

* *

(50). — Plínio, *Panegírico*, trad. cit. pág. 29.

(51). — Plínio, *Cartas*, trad. cit., Livro X, carta XXIX, pág. 134, carta XXV, pág. 133, e Coluna Trajana.

(52). — *Revue Roumaine d'Histoire*, 1966, 1, pág. 164.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA.

- 1). — *Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique. Les Empereurs Romains d'Espagne*. Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. Paris. 1965.
- 2). — Piganiol (André), *Histoire de Rome*. Coleção "Clio". Presses Universitaires de France. Paris, 1949.
- 3). — Rostovtzeff (M.), *Historia Social y Económica del Imperio Romano*. Trad. López-Ballesteros (Luis). Espasa-Calpe S. A. Madrí. 1937, 2 vol.
- 4). — Jorga (N.), *Histoire des Roumains et de leur Civilisation*. Henry Paulin, Editeur. Paris. 1920.
- 5). — Carcopino (Jérôme), *Points de Vue sur l'Impérialisme Romain*. Collection Saint-Germain-des-Prés n. 12. Le Divan. Paris, 1934.
- 6). — Homo (Leon), *Nueva Historia de Roma*. Trad. Ferrán (J.) Y Mayoral. Editorial Iberia, S.A. Barcelona, 1955.
- 7). — Cook (S. A.), Adcock (F. E.) Charlesworth (M. P.), *The Cambridge Ancient History*. Vol. XI. Cambridge, — At the University Press, 1936.
- 8). — Chapot (Victor), *Le Monde Romain*. Coleção "L'Evolution de l'Humanité", XXII. Éditions Albin Michel. Paris, 1951.
- 9). — Ducati (Pericle), *L'Arte Classica* — 3a. ed. Unione Tipografico. Editrice Torinese. Torino, 1944, vol. I.
- 10). — Bendinelli (Goffredo), *La Colonna Traiana*. Intituto Nazionale "L.U.C.E.". Bergamo, 1931.
- 11). — Hohl (Ernest), *El Imperio Romano*, in "Historia Universal", dir. por Goetz (Walter). Trad. García Morente (Manuel). Espasa-Calpe, S.A. Madrí, 1951, tom. II.
- 12). — Mommsen (Teodoro), *El Mundo de los Cesares*. Trad. Rocés (Wenceslao). Fondo de Cultura Economica. México, 1945.
- 13). — Párvan (Vasile), *Dácia*. Cambridge. At the University Press, 1928.
- 14). — Heródoto, *Los Nueve Libros de la Historia*. Trad. P. Bartolomé Pou, S. J. — Melpómene: liv. IV. Vol. I. Editorial Iberia. Barcelona, 1955.
- 15). — Suetônio Tranquilo (Caio), *Los Doce Césares*. Trad. Arnal (Jaime). Editorial Iberia Barcelona, 1955.
- 16). — Plinio, el Jovem, *Panegírico de Trajano Y Cartas*. Trad. Navarro (Francisco), Barreda (Francisco). Madrí, 1891.
- 17). — Plinio-o-Jovem, *Lettres*, Livres I a V. Tomo I. par Sicard C. Édition Garmier Frères. Paris, 1954.

- 18). — Vidal-Lablache, *Atlas Historique-Geographique* (400 cartas, index de 32.000 nomes). Librairie Armand Colin. Paris.
- 19). — *Revue Roumaine d'Histoire*, 1966, I. Éditions de l'Académie de la République Socialiste de Roumanie. Notes sur l'Article de D. Protase: Considérations sur la Continuité des Daco-Romains en Dacie post — Aurélienne à la Lumière des Recherches Archéologiques et Numismatiques, *Revue d'Archéologie et d'Histoire Ancienne* — publ. Inst. Archéologie de l'Académie de la R. S. R.

* * *

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Eurípedes Simões de Paula* (FFCL. da USP.).

A Autora, em seu trabalho, sustenta:

- a) que a Dácia, após conquista romana, recebeu algumas legiões e que estas aí permaneceram;
- b) que o território foi colonizado por elementos oriundos de todas as regiões do Império Romano;
- c) que *negotiatores* e outros mercadores invadiram a região.

Pergunta:

- a) se essas legiões, se esses mercadores e colonos eram oriundos da região ocidental do Império Romano, onde se falava o latim?
- b) se alguns desses elementos eram da parte oriental do Império Romano, onde o grego era a língua dominante?
- c) esses orientais teriam influenciado o rumeno, língua nitidamente neo-latina?

*

Do Prof. *Carl Laga* (FFCL. de Marília. SP.).

Diz que não acredita na afirmação da Autora de que entre a fase (pág. 79), que “sucedeu à invasão dórica” e “a segunda, a que se estende do VIII ao VI século” (*ibidem*);

Acha que a Coluna Trajana é um monumento predominantemente iconográfico e não epigráfico. A própria Autora parece tirar ela, alias, informações iconográficas (pág. 81).

Diz que vê uma certa discordância nos dizeres da própria Autora quando esta afirma (pág. 80), sucessivamente, que o imperialismo romano foi de cunho político-militar e econômico, e em seguida, que a dominação romana no Baixo-Danúbio e na Dácia foi “típicamente fundada sob a forma econômica” (*ibidem*).

Pede explicações sobre a área ocupada pelos getas na época pré-histórica, como um ramo dos trácios e no IV século a. C. (pág. 78). Se o seu local não mudou, como parece constar do texto, não vê necessidade da alínea que começa com as palavras: “Os getas ocupavam...” (pág. 78).

*

Do Prof. *Sebastião Romano Machado* (FFCL. de Franca. SP.).

Afirma que a História, como as demais ciências, é perfectível e evolutiva. Pergunta, pois, se na problemática atual da Arqueologia para que lado ela tenderia, propaganda, economia, ou político-militar?

*

Do Prof. *Luís César Bittencourt Silva* (Faculdade Fluminense de Filosofia. RJ.).

Indaga sobre o caráter predominantemente político-militar dos Impérios do Tigre-Eufrates e Nilo apontado pela Autora. Entende, “data venia”, que principalmente em relação ao estado faraônico tal não se verifica.

Pede à Autora que conceitui “Imperialismo” em relação aos gregos e fenícios.

*

Do Prof. *Francisco José Calazans Falcon* (FFCL. da Universidade Federal do Rio de Janeiro. GB.).

Diz que a Autora à página 80 e depois, novamente, à página 91, emprega a expressão “tese econômica” para, ao que parece, justificar uma relação de tipo causal. A êle parecia que é visível haver aí uma indecisão metodológica, algo assim como a concepção de que os “fatos” históricos não só admitem uma multiplicidade de explicações, mas, também, cada exposição — uma “tese” (?) — pode ser arbitrariamente escolhida por outros historiadores em seus trabalhos, ao sabor de suas preferências ou convicções. Indeterminação de causas, multiplicidade de teses, livre-arbítrio do historiador, irracionalidade da História.

Indaga: é esta a posição da Autora?

Continuando, diz que a Autora à página 90 não indica qual a obra de Max Weber que utilizou. Na página seguinte a Autora afir-

ma, quase gratuitamente, o predomínio das “causas de ordem político-militar” na gênese da crise do III século do Império Romano, entrando em contradição com todo seu raciocínio anterior, com a bibliografia já citada e com a própria *História*.

*

Do Prof. *Jaciro Campante Patrício* (FFCL. de Marília. SP.).

Pergunta em que sentido deve-se entender a expressão da página 80: “foram predominantemente político-militar dos Impérios Tigre-Eufrates e do Nilo”.

*

Do Prof. *Harry R. Bellomo* (Pontifícia Universidade Católica de Pôrto-Alegre. RS.).

Diz que as linhas gerais do trabalho tendem a considerar o fator econômico como o predominante na intervenção romana na Dácia. Assim sendo, pede os seguintes esclarecimentos:

Em vez do fator econômico, não seria o fator militar o predominante? Pois, continua, é sabido que desde o reinado de Nero (anterior, portanto, ao esgotamento das minas ibéricas) os romanos realizavam operações militares na região do Danúbio — a pressão militar dos bárbaros era evidente.

Aliás, no próprio texto do trabalho apresentado (pág. 84), consta que o imperador Trajano tentou pacificar a Dácia, dando o título de aliado do Império Romano a Decébalos.

Sendo o fator econômico o predominante, como o afirma a Autora, os romanos poderiam se apoderar do ouro da Dácia, usando o sistema de tributação.

* * *

RESPOSTAS DA PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA ALVES PORTAL.

Ao Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

Diz que mercadores e colonos itálicos chegaram à Dácia antes mesmo da conquista oficial. A crise do fim da República provocou uma emigração populacional na direção do Danúbio. Os oficiais superiores e inferiores eram “elementos urbanos”, representativos da

cultura que tinha como língua oficial da administração e do govêrno o latim. A Coluna Trajana representa o Imperador fazendo uma alocação às legiões durante as guerras dácias, portanto a maioria dos soldados deveria entender o latim. Eutrópio assegura que os colonos vieram, *ex toto orbe romano*, mas em primeiro lugar da Itália. As inscrições atestam que o país tinha recebido, pelos colonos oriundos do Oriente por exemplo, certos cultos asiáticos; mas na língua rumena são escassos os elementos gregos e quase todos êles penetraram através do latim.

*

Ao Prof. *Carl Laga*.

Afirma:

1. — que o seu texto diz: “duas fases agudas”;
2. — que deveria constar do texto a expressão: fonte epigráfica e iconográfica;
3. — que a conquista da Dácia foi realmente motivada por razões predominantemente econômicas. Daí afirmar ela que a dominação foi tipicamente estabelecida sob a forma econômica;
4. — a fixação dos getas (segundo as fontes) em ambas as margens do Danúbio deu-se no IV século a. C.

*

Ao Prof. *Sebastião Romano Machado*.

Diz que a Coluna Trajana segue a linha de propaganda característica da arte romana imperial. Mesmo estando enquadrada no espírito propagandístico da época, a Coluna não deixa de revelar aspectos econômicos, sociais, políticos, militares e religiosos dos povos e do período em estudo. Evidenciou o fator econômico no processo causal das Guerras Dácicas porque as fontes concordam com essa predominância, pois a Coluna Trajana, na sua primeira faixa, mostra o valor do Danúbio para o comércio entre a Itália e o Ponto Euxino. Com a conquista da Dácia êste comércio seria melhor defendido. J. Lidus cita as riquezas extraordinárias extraídas pelos romanos da Dácia. Suetônio, na *Vida de Domiciano* atesta a decadência financeira em que o Estado Romano se encontrava durante o reinado dêsse Imperador.

*

Ao Prof. *Luís César Bittencourt Silva*.

Respondendo, indaga: que foi a batalha de Kadesh senão o choque de dois imperialismos do tipo político-militar? Para a Autora

os povos do Egito e da Mesopotâmia se organizaram em Impérios em torno de monarcas de direito divino. A expansão do tipo citado resultou de uma necessidade inerente a essa forma de governo e às condições da época.

A obra *Vida de Péricles* de Plutarco, assim como a *República de Atenas* de Xenofonte, expressam de uma forma objetiva o que foi o imperialismo econômico dos gregos. A expansão cartaginesa revela êsse mesmo tipo de imperialismo, isto é, domínio de outros povos, realizado com o fim precípua de auferir riquezas.

*

Ao Prof. *Francisco José Calazans Falcon*.

Diz que F. A. Leper se opõe à tese antiga de Dião Cássio de que Trajano ao fazer guerra à Dácia procurava fama. A opinião moderna é de que êsse Imperador buscava riquezas. A expressão “tese econômica” dá realce a um fator do processo causal. Êsse processo é complexo. Entretanto, êle destaca-se como predominante, mas não de forma exclusiva. Na Dácia o fator precípua foi o econômico.

Quanto ao livro de Max Weber citado, trata-se da *História Econômica Geral* do Fundo de Cultura Econômica (3ª edição, 1961).

No que se refere à crise do III século, diz que ela nasceu da anarquia política e militar, pelo menos essa é a opinião de Léon Homo.

*

Ao Prof. *Jaciro Campante Patrício*.

Diz que a resposta que deu ao Prof. Luís César esclarece o assunto referente à forma político-militar dos Impérios do Tigre-Eufrates e do Nilo.

*

Ao Prof. *Harry R. Bellomo*.

Afirma que as fontes não amparam a predominância sugerida. Decéballo, pela sua própria personalidade, não era rei que se submetesse ao pagamento de tributos sem reagir. Também a tomada da margem esquerda do Danúbio defenderia o comércio através dêsse rio. O título de aliado não era somente simbólico, pois custou a Decéballo, nada mais, nada menos, do que a renúncia à soberania do país.

A IMIGRAÇÃO COREANA NO JAPÃO, DESDE AS ORIGENS ATÉ O SÉCULO VIII E SUA INFLUÊNCIA SÔBRE A CULTURA JAPONÊSA (*).

RICARDO MÁRIO GONÇALVES

Instrutor da Cadeira da História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (SP).

INTRODUÇÃO.

A imigração não é um fenômeno característico nem da época contemporânea, nem da civilização ocidental. Podemos encontrá-la em outras civilizações e outras éras. Num país como o Brasil, que recebeu e ainda recebe fortes contingentes de imigrantes, não será de todo destituído de interêsse estudar casos de imigração dêle distanciados, tanto no espaço como no tempo; tal estudo poderá suscitar reflexões sôbre as influências que a imigração pode exercer no desenvolvimento de uma cultura e fornecer dados para uma eventual “sociologia da imigração”.

Pretendemos estudar neste trabalho alguns aspectos de um problema até hoje não abordado entre nós — o da imigração coreana no Japão antigo. O Japão, que hoje se caracteriza por ser um país de elevada densidade demográfica, obrigado a recorrer à emigração para dar vazão a seus excessos de população, foi, nos inícios de sua história, paradoxalmente, um país de imigração. Apresentando fraca densidade demográfica e um grande atraso de desenvolvimento em relação às culturas continentais — no século III de nossa era o Japão ainda se encontrava em pleno neolítico enquanto que há séculos a China dispunha de uma cultura refinada que conhecia a escrita e o ferro e que já produzira admiráveis criações literárias e sistemas filosóficos — o Japão entrará em rápido desenvolvimento com a vinda de imigrantes do continente — na maior parte coreanos — que

(*) . — Comunicação apresentada na 1ª sessão de estudos, no dia 4 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

procuraram refúgio no arquipélago a partir do século III, quando o desmembramento do Império Chinês dos Han — comparável à queda do Império Romano no Ocidente — trouxe o fim da *pax sinica*, iniciando um período de vários séculos de anarquia e conflitos armados no Extremo-Oriente. Graças aos imigrantes, o Japão absorve em curto período os principais elementos da cultura continental, conseguindo em poucos séculos ombrear com a China em civilização material e cultura espiritual. Tal absorção teria sido realizada mesmo sem a imigração, mas procuramos mostrar que esta acelerou muitíssimo o processo. Um dos objetivos principais de nosso trabalho foi justamente verificar em que medida a imigração estrangeira contribuiu para o desenvolvimento da cultura japonesa em seus vários aspectos. Devotamos particular interesse ao estudo do papel dos imigrantes na introdução da escrita chinesa e do Budismo no Japão, pelo decisivo papel que êsses elementos desempenharam no processo de formação da cultura japonesa. Também tivemos empenho em apresentar vários exemplos de imigrantes e descendentes dêstes que alcançaram posição destacada na sociedade japonesa, para realçar ainda mais a importância da imigração dentro da História do Japão. Tomamos como limite de nosso trabalho o século VIII, porque além dessa época só encontramos exemplos esporádicos de imigração em pequena escala que estão longe de apresentar a importância e a amplitude dos primeiros séculos da história japonesa.

E' evidente que, graças à exigüidade de fontes à nossa disposição e às limitadas dimensões requeridas para êste trabalho, muito ainda ficou por dizer. Acreditamos, porém, que foi possível pelo menos dar uma visão geral do assunto e chamar a atenção sôbre um ou dois de seus problemas fundamentais.

Uma explicação se faz necessária no tocante aos nomes próprios citados no trabalho. A escrita chinesa ideográfica é usada tanto na Coréia como no Japão. O significado dos ideogramas é idêntico, na China e nêsses países, embora a pronúncia seja diferente, assim como o sinal *l* é pronunciado “um” em português, “one” em inglês e “un” em francês. Desconhecendo os idiomas chinês e coreano e consultando principalmente fontes japonesas, nós grafamos à maneira japonesa muitos nomes próprios cuja forma original, chinesa ou coreana, ignoramos. Quando um nome é citado pela primeira vez em nosso trabalho e há motivo para dúvidas por parte do leitor, indicamos entre parêntesis se sua grafia é chinesa, coreana ou japonesa. No caso de nomes em que conhecemos ambas as grafias (original e japonesa), apresentamos a grafia japonesa entre parêntesis. Ex.:

Ki-shi (jap.); *Silla* (jap. Shiragi); *Koguryo* (jap. Kôkuri).

A). — PRINCIPAIS FONTES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA ANTIGA DO JAPÃO E DA IMIGRAÇÃO COREANA.

A documentação escrita sobre a História Antiga do Japão e de suas relações com a Coréia é escassa e plena de inexatidões. Felizmente, abundante material arqueológico descoberto tanto na Coréia como no Japão permite, até certo ponto, suprir as lacunas e corrigir as inexatidões dos textos escritos. Esse material consiste principalmente em túmulos, armas, sinetes, espelhos, jóias, obeliscos de pedra com inscrições, cerâmica e vestígios de habitações.

Quanto às fontes escritas, destacam-se pela sua importância as seguintes crônicas oficiais da China, da Coréia e do Japão:

a). — *Crônicas chinesas.*

1. — “*Memórias Históricas*” de Ssu-ma Tsien (103 a. C.) — contém a crônica da conquista da Coréia pelo Imperador Wu-Ti.
2. — “*Crônica de Han Anterior*” (século I a. C.) — contém notícias sobre a Coréia.
3. — “*Crônica dos Três Reinos*” (século III) — contém notícias os reinos coreanos e uma detalhada relação dos reinos do Japão, notícias sobre sua localização, usos e costumes.
4. — Nas crônicas dos pequenos estados em que se fragmentou a China do Norte do século IV ao século VI de nossa era e da Dinastia Song (581-618), também se encontram capítulos referentes ao Japão e à Coréia.

b). — *Crônicas coreanas.*

1. — “*Crônica de Pakche*” (jap. Kudara) — trata principalmente das relações desse reino coreano com o Japão.
2. — “*Relato da História dos Três Reinos*” — contém informações sobre as relações nipo-coreanas.

c). — *Crônicas japonesas.*

1. — “*Kojiki*” (Crônica das Coisas Antigas) (712) — primeira crônica oficial nipônica, inicia-se com a mitologia e termina no reinado da Imperatriz Suiko (século VI).
2. — “*Nihon-gi*” (Crônica do Japão) (720) — mais detalhada que a anterior, vai dos tempos mitológicos até a Imperatriz Jitô (século VII).
3. — Além dessas crônicas, podem ser consultados com proveito: o “*Manyô-shû*” (Coleção das Dez Mil Fôlhas),

coletânea de poemas organizada pela Côrte japonesa no período de 759 a 790 e os “*Fûdoki*”, relatos sôbre a geografia e as tradições de várias províncias japonesas, compostos no período de 713 a 733.

B). — A CORÉIA E O JAPÃO DO INÍCIO DOS TEMPOS HISTÓRICOS ATÉ O SÉCULO VIII.

a). — *Esquema do desenvolvimento da Coréia.*

O passado remoto da Coréia está envolto em trevas. Sabe-se que sua porção meridional foi ocupada em meados do III milênio a. C. pelo povo neolítico Yao proveniente da China do Sul (1). Sua porção norte, em época incerta, foi ocupada pelos nômades tunguses, responsáveis pela formação posterior do reino de Koguryo (jap. Kôkuri). Os coreanos atuais, que falam um idioma ural-altaico, provêm da mistura dêsses povos e provàvelmente de outros invasores também.

Graças ao contacto com a China, a cultura coreana progrediu ràpidamente. No século IV a. C. já se conhecia o uso do ferro. No século III a. C. a cultura dos estados chineses do Norte já se implantara sòlidamente na porção norte da península e começava a expandir-se pela Coréia do Sul (2).

As crônicas chinesas procuram relacionar a história da Coréia com a das dinastias chinesas. Um personagem lendário, Ki-Shi (jap.), pertencente à família real de Yin, teria, após a queda dessa dinastia às mãos dos Chou (1050 a.C.), fugido para a Coréia e ali fundado um reino. Entretanto, só nos fins do século IV a. C. podemos admitir a existência de um estado organizado na Coréia. Ei-Nan (jap.), originário do estado de Yen, no norte da China, teria destruído êsse reino e formado o de Ei-shi (jap.) com Seul por capital. Muitos chineses teriam emigrado para êsse reino. Em 108 a. C., o Imperador Wu-Ti da Dinastia de Han conquistou êsse estado e instalou quatro colônias na porção ocidental da península: Rakurô, Shinban, Rindon e Gento (jap.) (3). O progressivo enfraquecimento do Império fêz com que, excetuando Rakurô, essas colônias fôssem abandonadas por volta de 82 a. C. Por volta de 37 a. C., nômades tunguses fundaram na porção norte da península o reino de Kôkuri, já citado, que compreendia também uma parte da Mandchúria. A

(1). — EBERHARD (W.), “*Histoire de la Chine*”, Paris, Payot, 1952, p. 19.

(2). — UEDA (Masaki), “*Kikajin*” *Os Estrangeiros Radicados no Japão*, Tokyo, Chuô Kôron, 1965, p. 37.

(3). — SSU-MA (Tsien), “*Shi King*” *Memórias Históricas*, Hong-Kong, 1960, 3º v., p. 956-957.

partir da mesma época começou ao sul da península um movimento de agregação das tribos, que levou, nos séculos II e III de nossa era à formação de três reinos, ou melhor, três confederações de tribos — “Sankan” (jap.) —, a saber: Shinkan (jap.), formado por 12 tribos, Benkan (jap.), também por 12 e Bakan (jap.), por 54 (4). Quanto à colônia de Rakurô, em 220 de nossa era, com a queda do Império Han, passou às mãos do Império Wei, que dominava o norte da China. Caindo êste, tornou-se vulnerável aos ataques dos bárbaros e acabou destruída por Kôkuri em 313.

Por volta de 346, as tribos de Bakan formaram o reino de Kudara e 10 anos depois, Silla (jap. Shiragi), uma das tribos de Shinkan, dominou as demais e formou o reino que tem seu nome. A região de Benkan foi dominada pela tribo Kara (jap.) que, em meados do século IV, tornou-se tributária do nascente Império Japonês, que instalou no território a colônia de Mimana. A História desses reinos está narrada com detalhes na parte relativa às relações nipo-coreanas. Kudara e Kôkuri foram destruídos pela dinastia chinesa de Tang aliada a Shiragi (660 e 668, respectivamente). Em 735 o reino de Shiragi tornou-se senhor de toda a Coréia e como tal permaneceu até 935, quando foi destruído pelo novo reino de Kôrai (jap.).

b). — *Esquema do desenvolvimento do Japão.*

Não se sabe ainda quando o homem fez sua aparição no território nipônico. Descobertas recentes em Iwajuku, prefeitura de Gunma e regiões vizinhas mostram que desde o pleistoceno o Japão já era habitado, mas até agora não temos nenhuma data segura. Cerca de 5.000 anos a. C. delineou-se no Japão a primeira cultura neolítica — Cultura Jomon — aparentada com as populações neolíticas do norte da Ásia. No século III a. C., invasores vindos do Sul da Ásia via Coréia, introduziram o cultivo do arroz, um novo tipo de cerâmica e objetos de bronze: é a Cultura Yayoi, que se estende até o século III de nossa era. As crônicas chinesas já citadas em relação à Coréia descrevem os pequenos estados japoneses que, como súditos, prestavam homenagens e pagavam tributos aos Imperadores das dinastias Han e Wei. Graças aos freqüentes contactos com o continente, o Japão entrou em rápido processo de desenvolvimento cultural e em meados do século IV de nossa era surgiu o Estado Imperial, em torno de um núcleo situado na Planície de Yamato, na região centro-oeste da ilha Honshû, a maior do arquipélago. Os primeiros séculos da História Japonesa representaram uma luta contínua entre o esforço

(4). — “GOKANSHO” (jap.). *Crônica de Han Posterior*, Hong-Kong, 1960, 2º v., p. 501-509 e “SANGOKUSHI” (jap.) *Crônica dos Três Reinos*, Hong-Kong, 1960, p. 176-183.

centralizador empreendido pela Corôa e as tendências descentralizadas representadas pelos grandes chefes de clãs detentores da maior parte das terras cultivadas do país e dos servos a elas ligados. Esses chefes descendiam de antigos líderes de comunidades independentes e sempre mostraram-se saudosos de sua antiga autonomia. As estreitas relações que a Côrte Imperial manteve com o Continente permitiram-lhe copiar as instituições do despotismo chinês e assim fortalecer seu poder. Em fins do século VI teve início a regência do Príncipe Shôtok que, com o auxílio do clã Soga, unido à Corôa por uma série de interesses até certo ponto comuns — no fundo, parece que êle pretendia o contrôle absoluto do país —, iniciou um amplo movimento de absorção de elementos culturais do Continente, inaugurando relações diplomáticas em pé de igualdade com a dinastia chinesa de Sui. Tomou também uma série de medidas internas, destinadas a regular as funções da burocracia imperial. Sua obra, retomada por seus seguidores, culminou na Reforma de Taika (645), que deu um golpe decisivo na facção descentralizadora confiscando as terras e servos dos grandes senhores, obrigando-os a viver daí em diante em dependência da Corôa, à qual prestavam serviços como ministros, funcionários, generais, etc. Controlando as terras e os agricultores teoricamente livres mas na realidade quase escravos, a Corôa japonesa inaugurou uma espécie de socialismo estatal copiado do chinês, caracterizado pela distribuição de terras aos lavradores, obrigados a ceder parte de sua produção à Corôa. A obra centralizadora foi coroada com a promulgação dos primeiros códigos de leis (710-718), copiados dos chineses e com a elaboração das primeiras crônicas oficiais, promovendo o prestígio da família imperial (712-720). Também foi nessa época que pela primeira vez o Japão teve como capital uma verdadeira cidade — Nara, construída em 710, cópia de Chang-An, capital da China dos Tang. O século VIII representou o auge do despotismo japonês, que principiou a decair no século seguinte, por motivos que não cumpre examinar aqui (5).

Ao período que vai desde os meados do século III até o século VI de nossa era, costumamos chamar de Período de Yamato, por causa da sede do poder imperial ou então Período dos Túmulos, por causa das grandes construções funerárias que o caracterizam. O período que vai da regência do Príncipe Shôtoku até a fundação de Nara é denominado Período de Asuka, nome da localidade em que residia a Côrte e, por fim, ao período em que Nara foi a capital do país (710-794) nós chamamos Período de Nara (6).

(5). — INOUE (Kiyoshi), "*Nihon no Rekishi*" *História do Japão*, 1º vol., Tokyo, Iwanami, 1964, p. 14-86.

(6). — INOUE (Kiyoshi), *op. cit.*, p. VIII-IX.

c). — *Breve Histórico das Relações Nipo-Coreanas.*

As relações entre o Japão e a Coréia têm suas raízes nos períodos geológicos anteriores ao aparecimento do homem. Até o pleistoceno, desde sua formação no período arqueozóico o Japão esteve quase sempre ligado ao continente através de faixas de terra que ligavam Kyû-Shû à Coréia e Hokkaido e Sakalina à Sibéria Oriental. A separação definitiva só se consumou com o término do último período de glaciação. Através dessas ligações terrestres, não só os animais mas também os homens do pleistoceno puderam atingir o Japão (7). A separação não veio dificultar muito as comunicações entre o Continente e o Japão: Fusan, pôrto da Coréia do Sul, dista pouco mais de 200 km. de Fukuoka (antigo Hakata), pôrto da costa noroeste da ilha de Kyû-Shû. Além disso, a travessia dêsse braço de mar conhecido como Estreito de Tsushima é facilitado pela presença das ilhas Iki e Tsushima, esta última exatamente a meio caminho entre a Coréia e o Japão.

Não nos enfronharemos no estudo cheio de controvérsias das migrações pré-históricas. Lembraremos apenas o advento da Cultura Yayoi ao Japão, via Coréia, antes de passar ao estudo das relações nipo-coreanas nos tempos históricos.

As crônicas chinesas já citadas anteriormente mostram-nos que já nos meados do período Han (século I a. C.) havia relações entre pequenos reinos japoneses e o Império da China. Barcos japoneses iam ter à colônia de Rakurô levando presentes e escravos em sinal de vassalagem e às vêzes êsses emissários iam até a capital do Império, onde se avistavam com os soberanos. No século III, quando a China do Norte era dominada pela Dinastia Wei, Himiko, rainha de Yamatai, estado japonês situado em Kyû-Shû, segundo uns e na planície de Yamato, segundo outros, mandou várias embaixadas a Wei, via Coréia (8).

O século IV é muito importante, tanto do ponto de vista da história da formação do Estado Japonês quanto do das relações nipo-coreanas. Foi nêle que se formou a Côrte Imperial Japonesa e que uma colônia, Mimana, foi por esta estabelecida na região de Benkan, ao cabo de uma expedição militar. Entretanto, as fontes escritas são escassas e ambíguas, as arqueológicas incompletas e passíveis de várias interpretações, fazendo desse século um dos mais obscuros da História Japonesa.

O "*Kojiki*" e o "*Nihon-gi*" narram a lenda da conquista da Coréia pela Imperatriz Jingû, personagem fabulosa por alguns identi-

(7). — MINATO (Masao) e Ijiri (Shoji), "*Nihon Rettô*" *O Arquipélago Japonês*, Tokyo, Iwanami, 1963, p. 47-110.

(8). — Vide nota nº 4.

ficada à rainha pré-histórica Himiko (9). E' impossível descobrir algo de verdadeiro nessa lenda, exceto a menção de uma expedição militar à Coréia, mas quanto aos relatos a respeito do Imperador Sujin — o 8º do Japão segundo as crônicas —, não só parece ter sido êle um personagem real, possivelmente o primeiro imperador do Japão, como também o conquistador do Sul da Coréia e fundador de Mimana. Há mesmo quem afirme que êsse imperador seja de origem coreana e que tenha conquistado o Japão à frente de um exército de cavaleiros (10). Em todo o caso, é inegável que a influência japonesa já se fazia representar na Coréia através da colônia de Mimana e que o Mikado começou a intervir nos assuntos da península.

Várias expedições militares, nos séculos V e VI foram mandadas ao Japão à Coréia, em defesa de Mimana, ameaçada por Shiragi. Também registraram-se campanhas contra Kôkuri. Elas não impediram que Shiragi anexasse Mimana a seu território em 562, após várias guerras em que Kudara sempre esteve aliada ao Japão. Êste só renunciou — temporariamente — à reconquista de Mimana durante a regência do Príncipe Shôtoku, que procurou estabelecer relações amigáveis com Shiragi. Em meados do século VII, um apêlo de Kudara, ameaçado por uma coligação de Shiragi com a China dos Tang, fêz com que tropas japonesas fossem novamente enviadas ao Continente. Sofreram elas fragorosa derrota na Batalha de Hakusuki-no-e (663), frente às fôrças conjuntas de Shiragi e Tang. Essa derrota tirou ao Japão tôda e qualquer esperança de reconquistar suas possessões no continente. Essa batalha coincidiu com a destruição do reino de Kudara pelas fôrças de Shiragi e Tang. As classes dominantes de Kudara refugiaram-se no Japão. A êste só restou uma nação amiga na península: Kôkuri, destruído poucos anos depois por Shiragi. Por volta de 686, o Japão iniciou relações amistosas com Shiragi, mantidas através de trocas de embaixadas. No século seguinte entrou em relações com Bokkai (jap.), reino estabelecido por refugiados de Kôkuri na Mandchúria. Só nos fins do século VI o Japão voltou a empreender uma ação militar contra a Coréia.

Do ponto de vista cultural, o mais importante dessas relações com a Coréia foi o longo contacto pacífico com Kudara, como veremos ao tratar dos problemas da escrita e do Budismo.

(9). — INOUE (Mitsusada), "*Shinwa kara Rekishi e*" *Da Mitologia à História*, Tokyo, Chuô-Kôron, 1965, p. 344-365.

(10). — INOUE (Mitsusada), *op. cit.*, p. 267-291.

C). — HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO COREANA NO JAPÃO.

a). — *Período dos Grandes Túmulos.*

Deixando de lado as controvertidas migrações pré-históricas, uma primeira vaga de imigração coreana no Japão é registrada no século IV e V, coincidindo com as expedições militares acima citadas. A maior parte desses imigrantes compunha-se na realidade de prisioneiros de guerra, conduzidos ao Japão pelas forças expedicionárias e colocados à disposição da Corôa Imperial para a prestação de serviços diversos. Além dos coreanos, muitos chineses de Rakurô foram assim levados ao Japão.

Esses imigrantes foram de uma importância extraordinária para o desenvolvimento da Cultura Japonesa. Foram eles agrupados em “*be*” (comunidades de servos especializados em tarefas diversas) ao serviço da Corôa Imperial. Uma enumeração dos “*be*” de origem estrangeira nos revela imediatamente os setores em que sua influência se fez sentir: “*osaka-be*” (comunidade de funcionários encarregados de funções judiciárias), “*takara-be*” (comunidade dos administradores do Tesouro Imperial), “*aya-be*” e “*fuhiito-be*” (comunidades de escribas), “*suetsukuri-be*” (ceramistas), “*kanuchi-be*” (ferreiros), etc. (11).

Notemos, quanto aos “*kanuchi-be*”, o problema das vinculações entre a imigração e a introdução e desenvolvimento da metalurgia do ferro no Japão. Há autores que sustentam que um dos principais objetivos das expedições militares à Coréia era obter armas e instrumentos de ferro, até então muito escassos no Japão. Teria havido assim, por parte da Corôa Imperial, um interesse todo especial em trazer ferreiros ao Japão (12).

Alguns clãs estrangeiros alcançaram posição proeminente na sociedade japonesa, como os *Aya* e os *Hata*, que se declaravam descendentes das famílias imperiais chinesas de Han e C’hin, respectivamente. Alcançaram no Japão a posição de “*tomo-no-myatsuko*” (líderes de comunidades de profissionais diversos). Os *Hata* tiveram grande importância no aperfeiçoamento das técnicas de tecelagem no Japão (13).

Foi também nesse período que a escrita chinesa foi introduzida e difundida no Japão, através da ação de embaixadas de Kudara e

(11). — WAKAMORI (Taro), “*Nihon Rekishi Jiten*” *Dicionário da História Japonesa* Tokyo, Tokyo, Jitsugyô no Nihon, 1958, pg. 125.

(12). — KUBOTA (Kurao), “*Tetsu no Seikatsu-shi*” *História do Ferro* Tokyo, Kadokawa, 1966, p. 54-65.

(13). — INOUE (Mitsusada), *op. cit.*, p. 417-423.

dos escribas estrangeiros a serviço da Côrte Imperial e que o Budismo fêz sua aparição (inícios do século VI).

b). — *Período de Asuka.*

Nêste período notamos uma segunda vaga de imigrantes no século VII, composta por fugitivos dos reinos de Kudara e Kôkuri, destruídos por Shiragi. Após o desastre de Hakusuki-no-e, fugitivos de Kudara, entre os quais muitos nobres, foram para o Japão junto com as tropas nipônicas em retirada. Em 665, a Côrte Imperial providenciou a instalação de cêrca de 400 imigrantes de Kudara na província de Ômi, no ano seguinte, de 2.000 na região Leste e em 669, de 700 novamente na província de Ômi. Durante a guerra contra Shiragi e Tang, coreanos de Shiragi e chineses também foram trazidos ao Japão como prisioneiros. Depois de Hakusuki-no-e nota-se também a vinda de coreanos de Kôkuri. Em 687, membros da família real de Kôkuri, liderando 56 imigrantes, foram instalados na província de Hitachi e em 716, 1.799 naturais do recém-formado reino de Kôrai vieram se estabelecer na província de Musashi. Feita a paz com Shiragi, até mesmo naturais dêsse reino emigraram para o Japão, sendo instalados na província de Shimousa (668) (14).

c). — *Período de Nara.*

No século VIII temos uma terceira e última vaga de imigrantes que buscaram o Japão. O Período de Nara caracterizou-se pelo estabelecimento de relações pacíficas entre o Japão e seus vizinhos do continente e por conseguinte não temos mais imigração de refugiados e prisioneiros de guerra. Embaixadas foram trocadas entre o Japão e a China dos Tang e, além de imigrantes coreanos, letrados e monges budistas chineses foram ter ao Japão, como Dôei, Bodai, Dôsen e Ganjin. Até persas, anamitas e indianos foram ao Japão nessa época, ainda que em pequeno número (15). A cerimônia de inauguração do “Daibutsu” (Grande Buda) construído no Templo Tôdai-ji de Nara, por ordem do Imperador Shômu, foi dirigida por um monge indiano de nome Bodhisena (16). Notamos na mesma época um grande desenvolvimento da música sacra budista, introduzida por monges chineses, coreanos e de outras procedências, destacando-se nêsse campo o anamita Buttetsu (17).

(14). — UEDA (Masaki), *op. cit.*, p. 159.

(15). — UEDA (Masaki), *op. cit.*, p. 164-167.

(16). — HASHIKAWA (Tadashi), “*Nihon Bukkyo — shi Gaisetsu*” *Introdução à História do Budismo Japonês*, Kyoto, Heirakuji, 1958, p. 63.

(17). — TAKAKUSU (Junjiro), “*Bukkyô no Shinzui*” *A Essência do Budismo*, Tokyo, Daiichi Shobô, 1940, p. 295-298.

Entretanto, já nos fins dêsse século as relações com o continente começaram a diminuir, o que teve por consequência o declínio e cessamento da imigração. Em 779, Shiragi cessou de enviar embaixadas ao Japão e no século seguinte as embaixadas japonesas à China foram rareando até serem de todo suspensas em 894. As relações com o Continente só foram reatadas no século XII, mas não houve mais imigração estrangeiras no Japão, excetuando-se o caso dos monges budistas chineses que se refugiaram no Japão nos séculos XIII e XVII, quando das invasões mongólica e mandchú na China (18).

D). — OS IMIGRANTES E A INTRODUÇÃO DA ESCRITA CHINESA NO JAPÃO.

A escrita japonesa compõe-se hoje em dia de três tipos de caracteres: “*kanji*” (ideogramas chineses) “*hiragana*” e “*katakana*” (silabários criados pelos japoneses através da simplificação de alguns “*Kanji*”, no século IX). Não obstante certos autores nacionalistas dos séculos XVIII e XIX terem pretendido que os japoneses tivessem inventado um sistema de escrita próprio — “*kamiyomoji*” ou “*Letras da Éra dos Deuses*” — anteriormente à introdução da escrita continental, nada confirma essa hipótese e a história da escrita japonesa deve começar com a da introdução dos ideogramas chineses no Japão.

Os ideogramas chineses foram levados ao Japão pelos imigrantes coreanos e isso pode explicar a facilidade com que êles foram adaptados à língua japonesa, uma vez que êsses imigrantes já os empregavam para escrever a língua coreana, dotada de uma estrutura fonética muito mais complexa que a japonesa (19).

A primeira inscrição que a história japonesa registra é a do sinete de ouro descoberto em Hakata em 1794, pelo lavrador Jinbee, que diz: “Rei de Wa-Nu de Han”. A “*Crônica de Han Posterior*” menciona êsse sinete, oferecido pela Côrte Chinesa ao embaixador do reino japonês de Wa-Nu no ano 57 a. C. (20). Dessa forma várias inscrições entraram esporadicamente no Japão em época remota, mas só a partir do século IV, quando a complexa organização do nascente império japonês reclamava um sistema de escrita, os ideogramas chineses começaram a ser realmente usados no Japão. Nem todos os imigrantes deviam conhecer a escrita e quando esta se tor-

(18). — UEDA (Masaki), *op. cit.*, p. 174-175.

(19). — KAMEI (Atsushi) e outros, “*Nihongo no Rekishi*” *História da Língua Japonesa*, Tokyo, Heibonsha, 1963, 7 vol. 2º v. p. 128-129.

(20). — INOUE (Mitsusada), *op. cit.*, p. 177.

nou necessária a Côrte Japonesa passou a promover a imigração de escribas profissionais. O *"Nihon-gi"* relata que em fins do século IV, durante o reinado do Imperador Ôjin, Kudara mandou ao Japão um embaixador de nome Achiki, que se radicou no país. Sabendo que Achiki conhecia a escrita chinesa, o Imperador chamou-o e perguntou-lhe se sabia de algum letrado superior a êle a Achiki mencionou Wa-Ni, de Kudara. O Imperador mandou então buscar Wa-Ni, que trouxe para o Japão o *"Senji-mon"* (coleção de mil caracteres arranjados numa ordem que facilita seu aprendizado) e o *"Lun-Yu"* (Livro das Analectas de Confúncio) e tornou-se depois o preceptor do Príncipe Herdeiro Uji-no-Wakiiratsuko. Os letrados e escribas vindos ao Japão, assim como os outros especialistas, foram organizados em *"be"* e os personagens supracitados são considerados ancestrais de dois clãs de escribas de origem estrangeira, os *"Yamato no Fuhito"*, descendentes de Achiki e os *"Kawachi no Fuhito"*, descendentes de Wa-Ni, estabelecidos respectivamente nas regiões de Yamato e Kawachi. O *"kabane"* (nome de família conferido pelo Imperador a especialistas diversos) *"Fuhito"* (de *"fumi"* = escrita e *"hito"* = pessoa) conferido a família de escribas, parece datar do século V. A abundância de documentos escritos citados no *"Nihon-gi"* a partir da época do Imperador Ginmei faz supor que a partir dessa época os escribas exercessem regularmente na Côrte a função de cronistas e escreventes, que como a dos outros especialistas, éra hereditária (21).

Graças à atividade dêsses escribas, pouco a pouco a escrita chinesa começou a ser utilizada para escrever a língua japonesa. Embora os documentos fôssem escritos em chinês literário, os nomes próprios japoneses apresentavam um grande problema quanto a sua grafia, que foi resolvido pelos escribas tomando-se uma série de ideogramas dos quais não se levava em conta o significado, mas apenas o som que representavam. E' como se, para escrever a palavra "soldado" desenhássemos a figura de um sol seguida pela de um dado. Pouco a pouco particularidades da sintaxe japonesa também começaram a surgir nos textos escritos no Japão, não só pelo esforço consciente dos escribas, já conhecedores do japonês, no sentido de grafar essa língua, mas também pela própria falta de contacto das comunidades de imigrantes com a terra natal, que provocou a desatualização e a deturpação do chinês literário dos escribas (22). Fenômeno semelhante notamos na linguagem dos imigrantes japoneses estabelecidos no Brasil, apresentando influências da sintaxe portuguesa,

(21). — KAMEI (Atsushi), *op. cit.*, 2^o v. p. 195-198.

(22). — KAMEI (Atsushi), *op. cit.*, 2^o v. p. 203-204; 212.

conservando têrmos que cairam em desuso e ignorando outros de uso corrente hoje em dia no Japão.

No século VI, nova vaga de letrados do continente, fortemente impregnados pela refinada cultura da China do Sul, suplantou os antigos escribas e formou os novos clãs de “*Funa no Fubito*”, “*Tsu no Fubito*” e “*Shirai no Fubito*”. Nos fins do mesmo século, a escrita chinesa deixou de ser monopólio dos escribas profissionais de origem estrangeira, começando a ser conhecida pelas camadas superiores da população japonesa, devido à progressiva implantação das instituições e doutrinas do Continente no Japão, cujo conhecimento só era possível através do domínio da escrita chinesa. A implantação da cultura continental no Japão foi bastante intensa durante o século VI, quando muitos letrados confucionistas, monges budistas, astrólogos e médicos coreanos e chineses se instalaram no Japão. Nos fins do século VI e inícios do VII já encontramos japoneses, como o Príncipe Shôtoku, escrevendo correntemente em chinês literário.

A partir da Reforma de Taika (645), que instituiu no Japão uma máquina governamental copiada da chinesa, tornou-se uma necessidade para os governantes japoneses conhecer profundamente o Confucionismo, base filosófica das instituições chinesas. A exigência de uma sólida educação confucionista para os candidatos à burocracia imperial data legalmente da Reforma de Taika, mas só passou a ser observada na prática após a vinda dos refugiados de Kudara depois de Hakusuki-no-e (23). A difusão da escrita chinesa entre a nobreza japonesa marcou o fim da era dos escribas de origem estrangeira e o século VIII assistiu ao desabrochar da Literatura Japonesa, com a publicação das primeira crônicas e coletâneas de poemas escritas por japoneses em sua própria língua, ainda que em caracteres chineses.

E). — OS IMIGRANTES E A INTRODUÇÃO DO BUDISMO NO JAPÃO.

Originando-se na Índia no século VI a. C., o Budismo ganhou a China através da Rota da Sêda nos primeiros anos de nossa era, sendo reconhecido oficialmente no ano de 67. A princípio não despertou muito interesse, só conseguindo certo desenvolvimento em fins do século II. Após a queda do Império Han, continuou a se difundir pela China do Norte, dali passando para a Coréia. Kôkuri foi o reino coreano que primeiro adotou oficialmente o Budismo (372), seguindo-se-lhe Kudara (384) e Shiragi (527). Ao estudar

(23). — KAMEI (Atsushi), *op. cit.*, 2º v. p. 212-217.

detalhadamente através das crônicas coreanas o processo de introdução do Budismo nos reinos da Península, vemos que *grosso modo* êle pode ser decomposto em duas fases: a). — O Budismo, pregado extra-oficialmente por missionários estrangeiros, obtem pouca repercussão e chega a ser alvo de perseguições; b). — ganha o apôio dos governantes e se desenvolve rapidamente. Vemos também que a segunda fase coincide com o processo de fortalecimento do poder central nêsses reinos, através da adoção das instituições do despotismo chinês. Isso leva a crer que a adoção do Budismo pelos governantes como religião oficial tenha sido realizada com o propósito de ajudar a fortalecer o poder central, enfraquecendo as velhas religiões tribais propícias à fragmentação ideológica e política e oferecendo a todos os súditos do reino um mesmo ideal de aperfeiçoamento moral e realização espiritual (24).

O Budismo penetrou no Japão durante o século VI, a princípio trazido pelos imigrantes e logo depois reconhecido oficialmente pela Côrte Imperial, ao receber o Imperador Ginmei em 538 uma embaixada de Kudara trazendo estátuas de Buda e coleções de textos búdicos. A introdução do Budismo por imigrantes antes dêsse reconhecimento oficial acha-se testemunhada por provas arqueológicas da prática da cremação, desconhecida no Japão antes da vinda do Budismo, em época anterior a essa data, e pelo "*Hokken-ki*", crônica escrita por Yokigô (século X), que, citando documentos antigos hoje perdidos, menciona a ida de Shiba Tatto, imigrante chinês especializado na fabricação de selas, que teria chegado ao Japão em 522 e construído um pequeno santuário budista na localidade de Sakata-hara (25).

A embaixada de Kudara responsável pela introdução oficial do Budismo foi um dos expedientes diplomáticos a que êsse reino, ameaçado por uma invasão de Kôkuri, recorreu para obter ajuda militar nipônica. O Budismo despertou curiosidade e interêsse na Côrte, mas logo suscitou uma violenta querela, para cuja compreensão se fazem necessários alguns esclarecimentos sôbre a situação política na época.

O Japão também atravessava um processo de fortalecimento do poder central, no qual se achavam envolvidos a Família Imperial e os grandes clãs nobres, outrora independentes. De um lado, vemos a Família Imperial esforçando-se, com a ajuda de alguns clãs devotados a ela, para estabelecer um regime despótico. O principal clã com que

(24). — UEDA (Masaki), *op. cit.*, p. 115-117; INOUE (Mitsusada), *op. cit.*, p. 499-502.

(25). — UEDA (Masaki), *op. cit.*, p. 120-121; INOUE (Mitsusada), *op. cit.*, p. 503-504.

a Corôa contava era o dos Mononobe, que tradicionalmente exercia funções militares, policiais e religiosas. De outro lado vemos o clã dos Soga, visando também o fortalecimento do poder central, com a diferença de que êste seria exercido por uma confederação de clãs chefiada pelos Soga, ficando o Imperador reduzido a uma mera figura decorativa. Aparentados a várias famílias de imigrantes, principalmente aos *Aya*, os Soga, em seus esforços pela centralização do poder, estavam interessados em introduzir no Japão as instituições características do despotismo continental e em reformar a velha estrutura econômico-social do país, baseada nas comunidades de servos — “*be*” e na nobreza hereditária constituída por chefes de clãs especializados em funções diversas. A introdução do Budismo foi o estopim que provocou um conflito entre os Soga e os Mononobe, os primeiros favoráveis e os segundos contra a adoção da nova doutrina. O “*Nihon-gi*” descreve com pormenores êsse conflito, que terminou com a aniquilação dos Mononobe e a vitória dos Soga e do nôvo culto. Nêsse relato está bem descrita a atitude tradicionalista dos Mononobe, para quem a introdução do Budismo constituía uma ofensa aos Ancestrais, adorados como deuses no Japão primitivo. (26).

O que nos interessa aqui é realçar o papel dos imigrantes nos primeiros tempos da difusão do Budismo no Japão. Os primeiros monges budistas vieram de Kudara, provávelmente com a embaixada de 538, e se destinavam mais a prestar assistência espiritual aos imigrantes do que a difundir o Budismo entre os japoneses (27). Em fins do século VI, Soga-no-Umako, chefe do clã Soga, desejoso de instalar um templo budista em suas propriedades, mandou Shiba Tatto e Ikebe-no-Ataihita procurar conhecedores do Budismo e êstes encontraram em Harima um imigrante coreano de nome Ebin, ex-bonzo, que se tornou mestre espiritual de Umako. Este fez Shima, filha de Shiba Tatto, ordenar-se monja com o nome de Zenshin-ni. Esta teve duas discípulas, ambas descendentes de imigrantes. Nasuna, filho de Shiba Tatto, também se ordenou monge e especializou-se na escultura búdica, assim como seu filho, o famoso escultor Tori Busshi. Por ordem de Umako, Zenshin-ni dirigiu-se a Kudara para estudar Budismo e ao regressar ao Japão, umas dez pessoas, na maioria imigrantes e seus descendentes, ingressaram na vida monástica. Assim, os pri-

(26). — NAOKI (Kôjira), “*Kodai Kokka no Jôritsu*” *A Formação do Estado Antigo*, Tokyo, Chûd-Kôron, 1965, p. 20-39; INOUE (Mitsusada), *op. cit.*, p. 497-519.

(27). — WATANABE (Shôkô) e outros, “*Bukkyô no Tôsen to Dôkyô*” *A Expansão do Budismo no Oriente e o Taoísmo*, Tokyo, Heibonsha, 1965, p. 172.

(28). — UEDA (Masaki), *op. cit.*, p. 120-123.

meiros monges e monjas budistas do Japão foram quase todos estrangeiros ou descendentes de imigrantes (28).

Paralelamente à ordenação de monges em território japonês ocorreu a vinda de monges vindos do continente. Até a época da Reforma de Taika, mais da metade dos monges que entraram no Japão era oriunda de Kudara (29). Em 577, o Príncipe Ôwake-no-Miko, de regresso de uma missão a Kudara, levou consigo para o Japão, três monges, uma monja, um escultor de imagens de Buda e um construtor de templos, fazendo-os residirem em seu templo particular em Naniwa. Em 588, nove monges, acompanhados por pintores, escultores e arquitetos vieram de Kudara. Em 598 mais dois monges de Kudara chegaram ao Japão. O Príncipe Shôtoku, que deu um extraordinário impulso à propagação do Budismo no Japão durante sua regência, teve como mestres espirituais monges coreanos. Mais tarde, monges chineses de elevada categoria como Ganjin (688-763) também chegaram se instalar no Japão. É importante notar também a importância das comunidades de imigrantes espalhadas pelas províncias no processo de difusão do Budismo no interior do país. Algumas delas contavam com monges, que sem dúvida ajudaram a espalhar o Budismo entre os japoneses. Essa difusão do Budismo nas províncias muito facilitou a construção dos “*Kokubun-ji*” (templos provinciais) por ordem do Imperador Shômu, em 741 (30).

A influência coreana na difusão do Budismo no Japão deixou sua marca inclusive no vocabulário budista japonês. As palavras “*tera*” (templo budista) e “*Hotoke*” (Buda) são por vários autores consideradas como de origem coreana (31).

F). — A POSIÇÃO DOS IMIGRANTES E SEUS DESCENDENTES NA SOCIEDADE JAPONESA — ALGUNS EXEMPLOS.

a). — *Considerações Gerais.*

Como um dos elementos para o estudo da situação dos imigrantes na sociedade japonesa seriam de extraordinário interesse dados estatísticos sobre a imigração, mas infelizmente eles não existem e ignoramos o número dos imigrantes e a porcentagem que eles representavam na população japonesa. Só sabemos que no Período de Nara mais ou menos metade das famílias residentes nas províncias

(29). — UEDA (Masaki), *op. cit.*, p. 124.

(30). — WATANABE (Shôkô), *op. cit.*, p. 272-358.

(31). — HASHIKAWA (Tadashi), *op. cit.*, p. 17.

próximas à Capital eram de origem estrangeira (32). Quanto à posição social dos imigrantes, temos felizmente dados numerosos.

A maior parte dos imigrantes, constituída por técnicos em atividades pouco difundidas e mesmo desconhecidas no Japão, passou a integrar a nobreza pequena e média. Muitos autores chegam a dizer que os imigrantes não foram simplesmente enquadrados numa hierarquia já existente, mas que sua própria presença e atuação ajudou a criar essa hierarquia (33).

Após a batalha de Hakusuki-no-e, os imigrantes tiveram função destacada na reorganização do Estado Japonês abalado pela derrota. Encontramos muitos dêles ocupando altos postos. Nas escolas oficiais destinadas à formação de funcionários, muitos eram alunos ou professores. Parece também que tiveram destacado papel na elaboração de códigos de leis e crônicas históricas. Os médicos do Imperador Tenmu e da Imperatriz Jitô (fins do século VII) foram estrangeiros. No Período de Nara, muitos técnicos de origem estrangeira foram convocados para trabalhar na construção do Grande Buda (34).

Também dispomos de dados sôbre a assimilação dos imigrantes. Ao chegar ao Japão, eram logo instalados em uma determinada localidade e inscritos no cadastro de contribuintes. Recebiam nomes de família japoneses. E' curioso notar que durante o Período de Nara, em que se fazia sentir a necessidade de especialistas em atividades diversas, muitos monges imigrantes voltavam à vida laica e passavam a desempenhar importantes tarefas em outros setores. Notamos também que os imigrantes estabelecidos nas províncias integravam-se rapidamente na vida local, conseguindo alguns dêles o posto de "gunshi" (prefeito). O govêrno aproveitava imigrantes agricultores para a colonização de terras incultas (35).

Do Período de Nara em diante notamos uma progressiva queda na posição social dos imigrantes. No Período de Nara os *Aya* e os *Hata* perderam tôda a influência política, conservando prestígio apenas nas províncias. Durante o reinado do Imperador Kanmu, cuja mãe descendia de imigrantes, experimentaram êles ainda um nôvo período de prestígio, mas à medida que o Japão foi diminuindo seus contactos com o continente, sua posição foi decrescendo. Nessa época de desprestígio dos imigrantes, muitas famílias de origem estrangeira tenderam a se apresentar como descendentes de famílias imperiais chinasas.

(32). — KAMEI (Atsushi), *op. cit.*, 2º v. p. 182-184.

(33). — KAMEI (Atsushi), *op. cit.*, 2º v. p. 185.

(34). — UEDA (Masaki), *op. cit.*, p. 161-167.

(35). — UEDA (Masaki), *op. cit.*, p. 168-171.

Nos inícios do século IX, os poucos imigrantes que entraram foram impedidos de se estabelecerem próximos à Capital e foram mandados para o norte do país. Em 820, imigrantes de Shiragi estabelecidos nas províncias de Tôtomí e Suruga revoltaram-se contra a atitude discriminatória tomada contra eles pelo governo. Em 830 a imigração foi definitivamente proibida. A essa atitude discriminatória contra os imigrantes correspondia, no plano diplomático, a tendência a tratar as embaixadas coreanas como representações de países tributários. Pode-se explicar tudo isso como tentativas feitas pelo Japão para reafirmar internacionalmente seu prestígio. Como resultado, tivemos o fechamento do país em 894 e o nascimento de uma xenofobia que tendeu a crescer como o passar dos séculos (36).

b). — *Imigrantes e descendentes de imigrantes notáveis.*

Além das figuras já citadas no decorrer dêsse trabalho, outros ainda podem ser enumerados como exemplo da contribuição estrangeira em diversos setores da Cultura Japonesa:

Takamuko no Genri, Min (monge) e Minafuchi no Shôan — letrados de origem estrangeira que foram mandados à China pelo Príncipe Shôtoku e que, depois de sua volta ao Japão, tiveram importante atuação durante a Reforma de Taika.

Dôshô e Gyôgi — monges budistas do Período de Nara, o primeiro introdutor do Budismo Zen e da Lógica Budista no Japão, o segundo pioneiro da pregação do Budismo entre os camponeses; descendentes de imigrantes radicados nas províncias.

Saichô, também conhecido por Denkyô Daishi — monge que introduziu no Japão a seita chinesa Tendai, na época do Imperador Kanmu; descendente de imigrantes.

Sakanoue no Kuritamaro — militar a serviço do Imperador Kanmu, que desposou sua filha; seu filho Sakanove no Tamuramaro, também militar, celebrou-se por suas vitórias contra os Ainu, no norte do Japão; descendentes de imigrantes.

Suga no Mamichi — letrado da Côrte do Imperador Kanmu; descendente de imigrantes.

CONCLUSÃO.

Acreditamos ter conseguido mostrar a extraordinária importância da imigração coreana para a formação do Japão. A atuação dos imigrantes foi assim relevante em primeiro lugar pela facilidade

(36). — UEDA (Masaki), *op. cit.*, p. 170-181.

(37). — KAMEI (Atsushi), *op. cit.*, p. 191; UEDA (Masaki), *op. cit.*, p. 172-174.

com que uma cultura mais rica se impõe sobre outra mais pobre e em segundo lugar pelo próprio esforço despendido pelos japoneses no sentido de se igualarem em nível cultural aos países do Continente. esforço que os levou a buscarem a cooperação dos imigrantes. E' óbvio que o progresso do Japão não foi devido apenas à imigração, mas também ao envio de estudantes à Coréia e à China, os quais voltaram para o Japão imbuidos de novos conhecimentos e idéias indispensáveis para o aprimoramento das instituições do Império. Sem a imigração, porém, é provável que a assimilação da cultura continental pelos japoneses tivesse sido mais lenta. E' significativo o fato do Japão, uma vez conquistado um nível de civilização em nada inferior a de seus vizinhos, ter se fechado à imigração: isso mostra que o que o Japão mais procurava através do incremento da vinda de estrangeiros era a elevação de seu nível cultural. Em suma, tivemos um exemplo de como a imigração estrangeira pode afetar o desenvolvimento cultural de um povo. Num país como o nosso, jovem, ávido de enriquecer sua cultura e recebedor de grandes contingentes de imigrantes, não será de todo inútil, pensamos, procurar meditar sobre casos como o que estudamos.

*
* *

CRONOLOGIA.

- 2.500 a.C. — Cultura neolítica Yao, proveniente do sul da China, espalha-se pela Coréia.
- 300? - 195 — Reino de Ki-Shi na Coréia.
- 195 - 108 — Reino de Ei-Shi na Coréia.
- 108 — Wu-Ti, Imperador da China, conquista parte oeste da Coréia, onde funda 4 colônias.
- 82 — Chineses abandonam colônias coreanas, com exceção de Rakurô.
- 37 — Formação do Reino de Kôkuri, na Coréia do Norte e Mandchúria.
- Secs. II-III d.C. — formação dos "Três Reinos" (Sankan) na Coréia do Sul.
- 220 d.C. — Queda da Dinastia chinesa de Han. Rakurô passa para o domínio da Dinastia de Wei.
- 238 — Embaixada da rainha japonesa Himiko a Wei.
- 239 — Embaixada do governador chinês de Rakurô a Wa (Japão).
- 265 — Queda da Dinastia de Wei.
- 346 — Fundação do Reino de Kudara, na Coréia do Sul.
- 350 — Começa o processo de unificação do Japão sob a Côrte do Yamato.
- 356 — Fundação do Reino de Shiragi, na Coréia do Sul.
- 369 — Expedição militar japonesa à Coréia derrota Shiragi e funda a colônia de Mimana.
- 372 — Introdução do Budismo em Kôkuri.
- 384 — Introdução do Budismo em Kudara.

- 391 — Expedição japonesa à Coréia submete Kudara e Shiragi.
451 — Imperador japonês é confirmado por um dos imperadores da China fragmentada como senhor de Shiragi e Mimana.
475 — Ataque de Kôkuri a Kudara.
538 — Introdução oficial do Budismo no Japão.
547 — Kudara pede reforços ao Japão contra Shiragi.
562 — Shiragi anexa colônia japonesa de Mimana.
593 — Início da regência do Príncipe Shôtoku, no Japão.
607 — Embaixada japonesa de Ono no Imoko à China.
611 — Imperador Yang, da China, tenta conquistar Kôkuri.
618 — Fundação da Dinastia Tang, na China.
621 — Embaixada de Shiragi ao Japão.
630 — Embaixada japonesa a Tang.
645 — Mimana passa a ser controlada por Kudara.
660 — Tang alia-se a Shiragi e destrói Kudara, aliado de Kôkuri.
663 — Batalha de Hakusuki-no-e: derrotados por forças chinesas na Coréia, os japoneses são obrigados a desistir de suas pretensões no continente.
668 — Kôkuri destruído por Tang e Shiragi.
690 — Grande número de imigrantes de Shiragi e Kudara estabelece-se no Japão.
698 — Emigrados de Kôkuri formam o reino de Bokkai.
710 — Nara, Capital do Japão.
735 — Shiragi unifica a Coréia.
753 — Embaixada de Bokkai ao Japão.
781 — Imperador Kanmu sobe ao trono do Japão.
794 — Mudança da Capital do Japão para Kyoto.
804 — Saichô e Kûkai, bonzos japoneses, partem para a China em viagem de estudos.
849 — Comerciantes chineses em Kyû-Shû (Sul do Japão).
894 — Japão cessa o envio de embaixadas à China.
935 — Queda de Shiragi e unificação da Coréia pelo reino de Kôrai.

*

* *

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Eurípedes Simões de Paula* (FFCL. da USP.).

Pergunta: os *ainos*, raça branca ainda hoje existente em solo nipônico, teriam vindo ou não, na sua migração rumo ao Japão, através da Coréia?

*

Do Prof. *Jaime Pinsky* (FFCL. de Assis. SP.).

Diz que o Autor na página 113 afirma que os governadores japoneses adotaram o Budismo para fortalecer o poder central. Ora,

se essa religião penetrou no Japão no século VI, trazida por imigrantes (da Coréia e da China) que constituíram-se numa espécie de grupo à parte, em termos de cultura e tecnologia; pergunta, pois: não teria sido a adoção do Budismo motivada, não apenas por razões de fortalecimento do poder central, mas também e ainda pela necessidade de integração de grupos técnica, cultural e economicamente superiores?

*

Da Profa. *Josephina Chaia* (FFCL. de Marília. SP.).

Diz que uma vez que o Autor afirma que foram os escribas coreanos que levaram os elementos constitutivos para a escrita japonesa, pergunta: até que ponto a educação chinesa teria influenciado a educação japonesa? Qual a influência resultante do estabelecimento dos monges budistas que se refugiaram no Japão do século XIII ao XVII?

*

Do Prof. *Sebastião Romano Machado* (FFCL. de Franca. SP.).

Pergunta: se a Coréia foi tão determinante na formação do Japão Antigo, como o Autor explica a estratificação japonesa em um período estático tão dilatado?

*

* *

RESPOSTAS DO PROF. RICARDO MÁRIO GONÇALVES.

Ao Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

Disse que os *ainos* constituem ainda hoje um mistério para os historiadores e etnólogos japoneses. Não se sabe ao certo a sua origem, mas provavelmente chegaram ao Japão vindos da Sibéria, através da Península do Kamtschatka e das ilhas Kurilas. Na Antiguidade espalharam-se por toda a ilha de Honshu, a principal do Japão, mas a medida que o Estado Japonês foi aumentando de extensão, foram sendo repelidos para o norte.

*

Ao Prof. *Jaime Pinsky*.

Afirma que não pode dizer que o Budismo tenha servido para a assimilação dos imigrantes à cultura japonesa, pois êle foi até o

século XII uma religião restrita à classe dominante, à qual os imigrantes foram assimilados, classe que apresentava características culturais totalmente diferentes da massa campesina, cuja religião era uma forma de chamanismo. Os imigrantes que não foram enquadrados na classe dominante, ao invés de guardarem o Budismo, foram absorvidos pelo chamanismo local

*

À Profa. *Josephina Chaia*.

Respondeu que a civilização chinesa influenciou bastante a japonesa. As primeiras escolas, criadas no século VIII para a formação de letrados e funcionários, foram organizadas segundo o modelo chinês e nelas eram ensinados os clássicos confucionistas. Além disso, os monges budistas chineses que entraram no Japão em diversas épocas foram responsáveis pela divulgação de novas idéias sobre a educação.

*

Ao Prof. *Sebastião Romano Machado*.

Disse que embora o Japão estivesse virtualmente fechado sobre si mesmo numa grande parte de sua história, isso não significa que êle tivesse permanecido estático, numa "escura Idade Média". Mesmo sem levar em conta os séculos XVI e XVII, em que o Japão teve contactos com o Ocidente antes de fechar os seus portos, só abertos no século XIX, notamos profundas transformações na sociedade e na cultura japonesa. Até o século XII encontramos um Estado centralizado, dominado por uma aristocracia latifundiária ligada à Côrte Imperial e a partir dessa época forma-se ma ordem feudal. Cada uma dessas fases é caracterizada por grandes realizações culturais, como por exemplo a literatura feminina na primeira, a reforma budista, o teatro *Nô*, o Ikebana (arranjo floral), a Cerimônia do Chá, os poemas *haikai* na segunda.

OS INVASORES E SUA ABSORÇÃO PELO IMPÉRIO BIZANTINO (*).

CARL V. F. LAGA

Da Cadeira de História Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (SP).

INTRODUÇÃO: LIMITES DO TRABALHO.

Parte êsse trabalho de várias preliminares e, através de uma exposição que pretende fugir de todo “bizantinismo”, mas que é forçada a seguir certas complicações do teatro dos acontecimentos e da variedade dos aspectos da questão, objetiva duas coisas.

Em primeiro lugar, gostaríamos naturalmente de mostrar que a história bizantina é mais do que o progressivo arruinamento de um pedaço sobrevivente do Antigo Império Romano, esclerosado, fechado em si, que ia se retraindo na sua ficção de continuidade, suas discussões estéreis e seus *complots* palacianos até a catástrofe de 1453. Qualquer exposição sobre Bizâncio deverá introduzir um ar de renovação nessa biblioteca mofenta que ainda parece ser aos olhos de muitos a história do Império de Constantinopla.

Mais especificamente, valemo-nos da oportunidade do assunto dêste certame para mostrar, ainda que com deficiência, que num quadro histórico tão radicalmente diverso do nosso, encontramos um paralelismo surpreendente de forças de invasão, de colonização, de assimilação; em outras palavras, tentaremos cumprimentar os organizadores dêste Simpósio pelo acerto na escôlha do assunto, cumprimentar não por palavras, mas sim escutando e ampliando a ressonância de um eco bem conhecido numa casa bem diferente. Alargar, em resumo, o conceito da história bizantina, e enriquecer os termos de comparação com a nossa realidade própria, eis os nossos dois objetivos.

Mencionemos agora as preliminares dêste trabalho. E' ocioso repetir que o bizantinólogo encontra-se numa situação de duplo constrangimento. Primeiramente porque não tem o direito de pressupor conhecimentos, junto a um grande grupo de pessoas, de uma história que quase nunca consta nos programas, ou então (salvo honrosíssimas exceções) é dada como campo apropriado de quem está à procura de

(*) — Comunicação apresentada na 1ª sessão de estudos, no dia 4 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

listas dinásticas ou então de assuntos para escárnios com relação a monges fanatizados por fúteis discussões (1). Daí um constrangimento psicológico: o assunto sendo Bizâncio, como escapar então do temível adjetivo “bizantino”? Sòmente por uma grande clareza e uma exposição nada *événementielle*. Acontece que os fatôres são complexos e que, na história bizantina, há até guerras, *horresco referens*, importantes.

Uma segunda restrição preliminar baseia-se no estado das pesquisas em tôrno de Bizâncio. Apesar dos enormes progressos, o mundo bizantino é ainda um campo semi-inexplorado. Fontes importantíssimas estão à espera de uma boa edição crítica (lembramos que coleções como o *Corpus* de Bonn ou a Patrologia grega são instrumentos de trabalho bem deficientes; lamentemos sobretudo agora, a falta de edições críticas de documentos econômicos), uma coordenação dos esforços só atualmente está se delineando; em resumo, estamos ainda numa historiografia precária que deverá reconhecer suas dúvidas, limitar suas afirmações.

No entanto, ao mesmo tempo que predomina o programa de preparar sólidos instrumentos de trabalho, não podemos dispensar os esforços para introduzir categorias e interêsses que se impõem à historiografia atual. Exemplifico com a história agrária bizantina, abordada de vários lados (2) recentemente, sempre dificultada pela insuficiência documentária. Teremos a oportunidade, mesmo num trabalho introdutório como êste, de mostrar como seria possível seguir os reflexos das invasões na vida e na sociedade do campo, mas como aquela abordagem rica defeituosa e parcial, enquanto não aparecerem estudos arqueológicos sôbre determinados lugares ou edições comentadas de documentos econômicos.

Essa complexidade das pesquisas não é melhor quando se trata agora de esboçar um quadro das invasões e da absorção dos povos que

-
- (1). — Quem deu o cunho de desprezo ao falar da história bizantina, não foram os primeiros estudiosos modernos, da época de Luís XIV, aliás felizes em encontrar um modelo do absolutismo monárquico no *basileus* de Constantinopla, ou empolgados pela teologia de inspiração tão diversa como a oriental (os beneditinos Mauristas), mas sim o século do iluminismo. Voltaire, por exemplo, declarou que existe “une histoire encore plus ridicule que l’histoire romaine depuis Tacite: c’est l’histoire byzantine. Cet indigne recueil ne contient que des déclarations et des miracles. Il est l’opprobre de l’esprit humain, comme l’empire grec était l’opprobre de la terre”, etc.
- (2). — ROUILLARD, G. — *La vie rurale dans l’empire byzantin*, Paris (Libr. d’Amérique et d’Orient), 1953, é um trabalho póstumo onde a parte referente ao Egito bizantino é a mais documentada. OSTROGORSKY, G. publicou dois estudos fundamentais a respeito, no *Corpus Bruxellense Historiae Byzantinae*, subsidia I e II, *Pour l’histoire de la féodalité byzantine*, Bruxelas, 1956, e *Quelques problèmes de la paysannerie byzantine*,

entraram na órbita bizantina. Essa penetração foi tão freqüente e de conseqüências tão diversas em todos casos, a troca de relações com os povos circunvizinhos foi tão intensa na história bizantina, sem falar ainda das investidas maciças e as sucessivas perdas de províncias inteiras que, sem exagero, seria dar um curso inteiro sobre a história bizantina, se quiséssemos pormenorizar, durante mais de mil anos. as invasões, infiltrações e a respectiva resposta do governo bizantino. Pedimos vênia, então, para interpretar o título de uma forma restritiva, tratando unicamente dos casos onde o Império soube absorver, pelo menos em grande parte, aquêles que no seu território penetraram. Dispensa-se, assim, a história dos lances da guerra interminável entre os árabes e os bizantinos, mais tarde contra os turcos. Os árabes muçulmanos não foram helenizados, quando da sua fulgurante conquista das antigas províncias romanas ou do seu contínuo progresso na Ásia Menor (nesses dois casos, a assimilação foi na direção contrária, e ela seria melhor estudada no contexto do regionalismo bizantino e da civilização islâmica). Tampouco trataremos aqui das relações entre minorias étnicas e governo, como é o caso dos judeus e, mais tarde, dos italianos. Não lhes damos o nome de “invasores”, nem houve uma absorção dêles no organismo bizantino. O âmbito onde se movimentaram os povos que enfocaremos é praticamente toda península Balcânica e a integração completa-se no tempo de Basílio II, isto é, um pouco depois do ano mil. Quanto à investida dos cruzados contra Constantinopla, ela é uma confrontação das duas civilizações cristãs, não um processo de penetração e absorção.

Circunscrito o assunto dessa maneira, no tempo e no espaço, o enfoque cairá sobre as regiões balcânicas, entre 400 e 1000 d. C., aproximadamente, os invasores podendo ser classificados em três grandes grupos: os germanos, os eslavos, os povos das estepes.

*

I. — CONSTANTINOPLA E AS INVASÕES GERMÂNICAS.

Escusado é lembrar que os germanos, que na alvorada do século V pareciam em melhores condições de inundar o mundo romano e

ibidem, 1956. As conclusões a respeito da progressiva feudalização não são universalmente aceitas, como se verifica no estudo de LEMERLE, P., *Esquisse pour une histoire agraire de Byzance: les sources et les problèmes*, in “Revue Historique”, t. 219 (1958), p. 32-74, p. 254-284; e t. 220 (1958), p. 43-94, onde encontrar-se-á a bibliografia até a data. Recentemente, para darmos um exemplo de tentativa de enquadrar realidades bizantinas em termos modernos, publicou-se, por ANTONIADIS-BIBICOU, H. — *Byzance et le mode de production asiatique*, in “La Pensée”, n° 129 (outubro de 1966), p. 47-72.

ferir-lhe no coração, não estavam no Reno mas sim na região do Baixo-Danúbio. São as diferentes tribos do grupo dos gôdos, entre os quais vão projetar-se os ostrogodos e visigodos.

Se os germanos quase que monopolizam o papel de invasores nos manuais de história, é mais um erro de perspectiva, pois põem em evidência grupos que brilharam por façanhas ou por crueldades fora do comum, e deixam na semi-obscuridão aqueles que tiveram um papel duradouro, ainda que mais obscuro. A historiografia ocidental, até há uns trinta anos, tem sido pouco generosa para com os grupos de eslavos, cuja presença nos Balcãs dura até os nossos dias, ao passo que cada estudante teve de decorar a caminhada (aliás impressionante) dos visigodos, desde as vizinhanças de Constantinopla até sua instalação na Península Ibérica.

Na tentativa de dar neste trabalho as devidas proporções a cada um desses fenômenos, logo colocamos a tese de que as incursões de Alarico foram fatos de superfície, enquanto estava em andamento um processo contínuo de absorção progressiva de grupos de germanos no fim do IV século, por parte do Império Romano. Nada mais errada, com efeito, de que a idéia de que os germanos tivessem sido um grupo “virgem” da influência do Império, consciente da sua realidade nacional e prestes a derrubar o Império na primeira ocasião. Nem se pense numa posição de mera ofensiva de um lado e de mera defensiva do outro, pois a penetração da cultura romana já começara bem antes da invasão propriamente dita.

Entre 271 e 375, isto é, um século inteiro, os gôdos tiveram contactos ininterruptos com a civilização do Império, ao longo do Danúbio inferior. Os fatores que sempre encontraremos na absorção dos bárbaros já estavam em plena atuação: os gôdos entravam no exército, que aos poucos se barbarizava, faziam comércio e recebiam tributos (Roma “pagava” dessa maneira sua tranquilidade e recuperava, aliás, largamente o dinheiro pela intensificação do comércio nos mercados da fronteira), e desde o início do IV século, receberam a influência do Cristianismo ainda que sob a forma do arianismo (consagração de Úlfilas em 341). Seria exagero pretender que os gôdos já estivessem romanizados quando entraram no Império como invasores; mas é honesto reconhecer que tinham sido influenciados profundamente pelos três canais de assimilação: os mercadores, os missionários e sua própria atuação como mercenários (3). Sejam eles ostro ou visigodos, parecia até que paulatinamente iam se enquadrar no Império como

(3). — Os contatos prévios que os germanos já tinham com os romanos são agora universalmente reconhecidos e os autores querem colocar mais o acento num intercâmbio contínuo. Citemos entre muitas obras, a de KATZ, S. — *The decline of Rome and rise of Mediaeval Europe*, Ithaca, N. Y., 1958, p. 106s.

nação-tampão, infiltrando-se talvez por pequenos grupos por meios semi-irregulares sem mostrar vontade de invadir realmente. Mas veio o momento do fulgurante ataque dos hunos, que os deixou em pânico; pediram asilo dentro do Império, o que foi concedido a uma grande parte dêles. Era uma nova fórmula que poderia acelerar a integração. Foram, porém, de tal maneira explorados pelos traficantes e funcionários romanos que se revoltaram e infligiram aos romanos a catastrófica derrota de Andrinopla (378). Numa exata perspectiva então, essa batalha não entra no quadro clássico de uma nação militarizada que ataca seus vizinhos, mas, trata-se de um grupo, ainda consciente de sua não-romanidade, mas em franca via de romanização e cristianização, aceito e instalado, oficialmente dentro do Império; aguerrido por seus contatos forçados com dois mestres em artes bélicas, os irânios (seus antigos vizinhos) e os romanos (seus vizinhos e hospedeiros atuais), agora revoltado pelo tratamento por parte daqueles que o receberam. Roma é quem provocou aquêles que normalmente iam tornar-se, com o tempo, o seu próprio escudo.

A vitória de 378 deve ter inspirado um sentimento nôvo ao jovem Alarico que logo veio à chefia do grupo: de que o Império já não era um bloco compacto, mas sim um terreno de ação ideal para seus homens semi-nômades e soldados treinados. O caminho de Alarico com seu grupo através do Império, balizado em côres de sangue e de glória, não é outra coisa que o rastro duma *razzia* sempre renovada e uma fuga ininterrupta ante os exércitos que tentaram cortar-lhes o caminho, cercá-los, mas ao que parece, nunca aniquilá-los (Estilicão, é bem conhecido, foi acusado de convivência com êsses germanos por tê-los deixados escapar). Essas “longas marchas” empolgam os espíritos epopéias, mas para as populações que atravessam não significam uma mudança de tipo de sociedade. Mal desaparecidos os soldados, o agricultor empobrecido que sobrevive põe o arado na terra e um nôvo sulco logo cobre os rastros dos saqueadores e o sangue que marcou seu caminho pelo horizonte ocidental.

Talvez mais prometedora e mais realista foi um outro esforço de penetração gôda, êste dentro da nova capital, onde um grupo de germanos, sob a direção de Gainas, tentou entrar no sistema romano e lhe galgar todos os degraus. Assimilação provocada pelo prestígio bizantino ou talvez uma pretensão explícita de se apoderar dos comandos? Fato é que o general gôdo Gainas foi nomeado *magister militum*, pôde dominar a cena em Constantinopla e impor sua vontade ao imperador Arcádio. Parecia que Gainas com sua manobra por dentro, ia apoderar-se das rédeas do poder na nova Roma, numa tentativa de amalgamar ou justapor elementos romanos e forças germânicas, formando um interessante paralelo à realização da obra de Teodorico e, entre os visigodos, os dois Teodoricos e Eurico, especialmente

na sua legislação. Mas Constantinopla não era Tolosa ou Bordus na Gália, ou mesmo a Antiga Roma. O Império oriental, mais sólido que o Ocidental, pôde ainda dar-se ao luxo de uma reação anti-germânica (4), forçando a nacionalização do exército e da administração pela integração dos isáurios, mas teve de abandonar o Ocidente ao seu próprio destino (5).

Como resumir, então, os efeitos da invasão germânica na parte oriental do Império? Os próprios germanos tiveram certamente pretensões variadas: saquear (Alarico), ou até apoderar-se diretamente dos instrumentos do poder na Nova Roma (Gáinas). Nunca, no Oriente, puderam pretender a uma criação política híbrida *sui generis*, como na Itália ou na Espanha. Nenhum deles deve ter pensado em derrubar o Império. Quanto aos resultados no campo étnico e demográfico, os efeitos, sem serem negligenciáveis, também são bem menos duráveis no Oriente do que no Ocidente. Não conhecemos nenhuma região germanizada, nem sequer parcialmente, não se sabe de nenhuma província onde a administração antiga não voltasse logo que desaparecessem os bárbaros. Digamos que a invasão dos germanos não modificou a vida bizantina e que os inúmeros elementos que ficaram em Bizâncio, logo foram assimilados (6).

*

II. — A INVASÃO DOS ESLAVOS: OS FATOS.

Com esta invasão estamos diante de um fenômeno incomparavelmente mais importante para Bizâncio. Digamo-lo desde o início, esse movimento afetou profundamente a vida bizantina em várias regiões dos Balcãs e suas influências perduram até os nossos dias. Implica em profundas mudanças etnológicas, culturais e numa nova maneira de se en-

-
- (4). — ENSSLIN, W. — *Einbruch in die antike Wölkerwanderung*, no vol. 5 da *Historia Mundi*, ed. por Fr. Valjavec, p. 106s. Mas dispensar pura e simplesmente os germanos não era possível. Leão I (454-475) só recebeu a corôa graças à colaboração do alano germanizado Aspar.
- (5). — RÉMONDON, R. — *La crise de l'empire romain*, p. 227 resume os esforços da parte oriental para salvar a parte ocidental do Império. Hoje em dia, não pode mais ser defendida a tese de que Constantinopla se desfez dos bárbaros, por um ato de perfídia, indicando-lhes a parte latina como engodo. TOYNBEE, A. — *A study of History*, t. IV, p. 324, representa ainda o antigo conceito: "... barbarian war-lords... were adroitly passed on by Constantinopolitan diplomacy...".
- (6). — Ou até vencidos pelas armas, especialmente quando o imperador Leão I apela para os isáurios, que sob o aspecto da civilização, são bem piores que os germanos, mas habitantes de uma região situada bem no coração da Ásia Menor, isto é, indubitavelmente súditos. Vide OSTROGORSKY, G. — *Histoire de l'Etat Byzantin*, p. 91s.

carar seu papel por parte do Império. Por parte dos eslavos, os contactos com Bizâncio marcaram-nos para sempre.

Estranhamente, boa parte dêsse acontecimento de maior importância fica ainda obscura e o ficará sempre, sem dúvida. Disso, duas razões devem ser apontadas imediatamente:

— primeiramente, a falta de relatos diretos nos autores latinos ou bizantinos, nos tira a ocasião de um esclarecimento global, do ponto de vista dos contemporâneos. Temos que basear-nos em informações ocasionais, ou então fazer induções a partir de situações ulteriores.

— depois, o método dêles, isto é, os eslavos, progrediram, é um método diametralmente oposto ao dos hunos, por exemplo, ou até dos germanos, e deixará fatalmente possibilidades bem mais reduzidas para as escavações.

Além disso, complicou-se ainda mais a pesquisa pela interferência dos nacionalismos do nosso tempo, como se verá logo.

Resumamos, como ponto de partida, um texto de Procópio onde êste contemporâneo de Justiniano mostra seus conhecimentos sobre os antes e “esclavenos”, numa passagem da sua obra *De Bello Gotico* (III, 22-30): antes e esclavenos, ainda que se combatam, tem muita coisa em comum, uma mesma forma de governo democrático (Procópio usa esta palavra), religião semelhante, habitação (cabanas pobres que trocam com facilidade), língua e aparência igual. O autor afirma que são descendentes do mesmo povo *spori* e lhes atribui uma maneira de viver rudimentária e um bom carácter.

A pressão eslava que interessava ao Império Bizantino, no tempo de Procópio, estava localizada no Baixo-Danúbio. Nesse rio, o governo mantinha sua frota fluvial que inspirava respeito aos bárbaros, mas que não pôde impedir que grupos reduzidos se introduzissem. Não constituiriam uma ameaça para a continuidade da vida bizantina, pois, ou se retirariam no inverno (no caso de *razzias*), ou então ficariam assimilados em pouco tempo (infiltrações no campo). Mas tudo se complicou quando os esclavenos começaram a ser liderados pelos chefes de grupos turcos, temíveis cavaleiros e excelentes soldados. Com efeito, no mosaico extremamente complexo, ou melhor, nesse mar confuso do além-Danúbio surgiram sempre novas ondas daqueles povos das estepes asiáticas, cuja primeira aparição (na forma de hunos) impelira os gôdos (já o vimos) a se atirar literalmente na fronteira romana. Os eslavos, quando enquadrados pelos búlgaros cutriguros, por exemplo — isto acontece no tempo de Justiniano — constituem bandos de saqueadores organizados e que, se deixavam as cidades do lado (não tinham meios técnicos para tomar praças fortificadas) penetraram fundo no Império, ao longo dos vales que descem do Norte

para o Sul, ao longo das estradas no eixo Este-Oeste (7), e amontoaram as ruínas no campo, onde os habitantes tinham tentado resistir. Sabemos que o assalto dos cutriguros em 540 foi extremamente bem sucedido e suas colunas com uma massa de 100.000 mil prisioneiros chegaram sob os muros da Capital e até ao Istmo de Corinto. Para contê-los — pois êstes grupos não podiam ser assimilados — Justiniano I constrói uma multidão de fortalezas ao longo do Danúbio, nos lugares mais expostos e cuja descrição temos através do trabalho do já referido de Procópio (*De Aedificiis*).

Qual é, então, a situação quando morre Justiniano (565)? Apesar dos campos arruinados, apesar das crueldades e das dificuldades económicas surgindo daí, a vida urbana, a administração continua. Prova disso um ato do Imperador que muda a capital do *Illyricum* mais para o Norte. Em uma palavra: o *limes* do Danúbio, ainda que menos impermeável, fica em pé, vai tapando suas brechas e continua a constituir realmente a fronteira do Império. E' uma situação diametralmente oposta à do Ocidente. Em compensação, os esclavos devem ter percebido o vácuo relativo que se estabelecera atrás das fronteiras. E' aqui que tocamos no ponto mais obscuro e no entanto mais fundamental da nossa exposição, ou seja, a escassez demográfica do Império de Bizâncio. Deixemos por enquanto êste problema, que fatalmente encontraremos mais adiante.

O *limes* danubiano deve ter cedido em largas partes entre Justiniano (+ 565) e Heráclio (610-641). O futuro imperador Tibério tentará desesperadamente manter a importante cidade de Sirmium, mas mesmo esta lhe escapa (582). Os avaros (são êles que formam agora a ala marchante) não ficarão na região atravessada. Os eslavos, porém, que foram levados na sua esteira, devem ter penetrado, silenciosamente, em todo lugar. Repetimos que, se precisássemos de um

- (7). — Três são as vias de acesso naturais para quem vem do Norte em direção de Constantinopla e da Grécia: a). — por Naissus (Nish), Scupi, Scobi e vale do Axios (Vardar), com duas possíveis variantes, até perto de Tessalônica; b). — pelo vale do Estrimon (Strymon), a partir de Sérstica (Sofia), com os desfiladeiros do Rupel até Antipolis; c). — seguindo o vale do Nestos (Mesta) por Nicópolis; na prática esta via de acesso é quase impraticável, por causa dos pântanos.

As vias no eixo Este-Oeste são as três seguintes nos Balcãs:

- a). — beirando o Danúbio, fora a parte oriental do Danúbio, onde a estrada corta a região entre Durostorum e o Mar Negro.
b). — a mais praticada ligava Bizâncio, Adrianópolis, Filipópolis, o passo de Succi, Sérstica (Sofia), Naissus (Nish), Singidunum, Sirmium, a capital no rio Savo.
c). — a terceira, mais ao sul, é a célebre via Egnatiana: Dirráquio (Durrazzo), Tessalônica (Salônica), Anfópolis, Filipi (não confundir com Filipópolis), Neópolis, desfiladeiro de Acontisma, Trajanópolis, Bizâncio.

exemplo para mostrar mudanças de caráter duradouro, mas pouco aparecendo nas fontes, estaríamos inclinados a indicar a ocupação das regiões que focalizamos agora, na década que segue o reino de Justiniano. Até agora, os grupos de eslavos do Sul ocupam largas partes do Sudeste europeu e sua presença suscitou sentimentos de nacionalismo feroz, sua imbricação com outros povos, restos de latinos ou grupos relatinizados (rumenos), gregos ou re-helenizados, albanos, provocou choques e contactos com magiares e búlgaros, enfim, tôda uma problemática que perdura até hoje, está condicionada pela lenta penetração dos inúmeros grupos e grupelhos de eslavos que se estabeleceram entre o tempo de Justiniano e o de Herácio (610-641), penetrando como inumeráveis formigas silenciosas. Infelizmente para nós, os historiadores lhes seguiram a discrição e os relatos são avaros de informações. Sòmente surgem uns poucos testemunhos e, assim mesmo mal localizáveis. As cronografias bizantinas quase nada nos dão sôbre o essencial, isto é, a própria instalação. E êsse mutismo é apenas matizado pelas informações que nos vêm de fontes muito longínquas.

A menção da Grécia pròpriamente dita (Hélade) e do Peloponese nos confronta com o problema que mais do que qualquer outro suscitou reações apaixonadas. Se é verdade que os esclavenos dominaram completamente aí, então a atual Grécia é uma parte do grupo eslavo, recuperado mais tarde pela civilização de Bizâncio medieval. A tese foi defendida, com ardor, pelo alemão Fallmerayer, no século passado. O brio dos gregos, especialmente depois de terem recuperado sua independência, ficou profundamente ferido. E as discussões tiveram, como sempre acontece nessas circunstâncias, um tom pouco científico... Como sair dêsse impasse? A onomástica não oferece grandes recursos. A arqueologia deveria revelar muito mais. Aqui, porém, como em outros problemas, a glória da Hélade Clássica ofuscou demasiadamente a pesquisa nos restos medievais da Grécia. Parece tanto mais glorioso descobrir um templo dórico, que classificar os restos pobres da cerâmica e dos utensílios dos séculos VII e seguinte d. C.!

Por enquanto, o Prof. Lemerle tem razão em insistir prudentemente numa pesquisa mais pormenorizada sôbre a história administrativa dos bizantinos. A partir do re-estabelecimento do aparelho administrativo, tanto eclesiástico quanto civil, é possível inferir algo sôbre o que aconteceu antes. Mas deixemos isto para um momento mais oportuno, na segunda parte dêste estudo. Necessário é, porém, dizer ainda uma palavra sôbre os eslavos no tempo de Herácio (610-641) e seus sucessores imediatos.

A data 626, cêrco de Constantinopla pelos ávaros, divide dois períodos, cujo primeiro é ainda marcado pela presença organizadora

dêsse povo das estepes que, como antigamente os hunos e mais tarde os magiares, tiveram talentos reais de organização. Antes disso, os mesmos ávaros tinham, por duas vêzes já, tentado tomar a segunda cidade do Império Bizantino europeu: o pôrto de Tessalônica (Saloniki). A segunda parte da obra hagiográfica *Miracula S. Demetrii*, quando bem interpretada (8), oferece umas conclusões que aqui sòmente podemos resumir:

— pelo menos uma vez, a iniciativa da campanha fica com os ávaros, mas a massa é constituída pelos esclavenos:

— êsses últimos já souberam utilizar suas embarcações precárias (*monoxylos*) para saquear as ilhas gregas.

Depois de 626, os ávaros desaparecem da cena do Império Oriental, e interessam mais à história do Ocidente. Mas os eslavos não arrefeceram em sua expansão lenta, ocupando cada vez mais a terra. Não tentaremos contar aqui a história do seu último ataque contra o grande pôrto que foi salvo, na interpretação da hagiografia, por um milagre de São Demétrio. Mas os pormenores da relação dos milagres indicam claramente que os eslavos dominam tôda a região e que já estão em vias de se aculturarem ao contacto dos gregos, pelo menos nas suas camadas mais altas. Agora, pelos meados do século VII, quando se fala na região das *sclavinias*, tem essa expressão o valor de um país diferente, fora das fronteiras do Império.

Antes de ver em ação a extraordinária máquina de recuperação bizantina, é necessário enumerar brevemente outros grupos, fora os chamados esclavenos, e que se estabeleceram nos confins do Império.

Na região dalmática, os grupos latinizados, mas que os gregos de Bizâncio consideram como membros de direito do Império, tinham sido reduzidos a insignificantes quistos separados, perto dos portos, incapazes de se unir para resistir à progressão inexorável dos eslavos. Entre êstes, o grupo que primeiro aí penetrou deve ter sido uma parte dos que os bizantinos chamam de esclavenos; mais tarde porém, chegaram, não se sabe exatamente como, os croatas (9) e os sérvios. Os primeiros localizaram-se numa parte da antiga Panônia e especialmente na parte superior da Dalmácia, mas foram integrados num contexto religioso latino e não souberam manter-se livres da expansão veneziana.

(8). — LEMERLE, P. — *La composition et la chronologie des Miracula S. Demetrii*, in "Byzant. Zeitschrift" XLVI (1953), p. 349-361.

(9). — A tentativa do bizantinista belga H. Grégoire, que quis aproximar o nome (e a presença) dos croatas do *Khan* búlgaro Kuvrat e até de um chefe revoltoso (de que grupo? gregos, perdidos num ambiente ávaro?) e que dataria sua presença nos anos de Heráclio, não parece muito convincente.

Nestas alturas um povo aparece no horizonte bizantino, e é necessário, antes de explicitarmos a reorganização e a re-helenização do território tradicionalmente grego, seguir brevemente a história e a aparição do povo e o surto do (primeiro) reino búlgaro (10). Como se sabe, êsse povo constitui uma nova onda dos povos das estepes, mas o que mais nos interessa, é seu caldeamento com os elementos eslavos e seus contactos com Bizâncio que fizeram com que se transformasse durante o “reinado” de Kuvrat e seu sucessor Asfaruque. De fato, já no século VII é que os imperadores em Constantinopla descobriram que, na região do Baixo-Danúbio, estava se processando uma curiosa simbiose entre os eslavos daquelas partes e elementos do grupo turco que lhes davam uma organização notavelmente disciplinada e um cunho guerreiro. Logo a diplomacia bizantina tentou domesticar o nôvo perigo por dois dos seus mais comprovados métodos, isto é, a cristianização e as boas relações com seus inimigos nas costas. Kuvrat recebeu o batismo mas, a expedição de Constantino IV não conseguiu outro resultado que o estabelecimento e reconhecimento por Bizâncio de um verdadeiro estado estrangeiro dentro dos tradicionais limites do Império. Um outro *Khan* (Tervel) recebeu mesmo, durante o tempo dos sucessores de Heráclio, o título de *Caesar* (daí o nome usado pelos búlgaros, mais tarde pelos russos, para designar seu soberano: *tzar*), o que associava êsse bárbaro às honras imperiais em Constantinopla.

Por enquanto, se o brio dos bizantinos sofreu bastante, os búlgaros não constituem ainda um perigo para as províncias vitais do Império e parecem até como seus aliados na luta contra os árabes. Mas um século mais tarde, isto é, nos primeiros do século IX, a situação é totalmente diferente e a Bulgária é agora mais ameaçadora que os próprios árabes. Conduzida por Krum, originário de um outro ramo dos búlgaros, êstes se viram libertados do jugo ávaro, na Panônia, pelas grandes vitórias de Carlos Magno, que indiretamente, infligiu dessa maneira um enorme prejuízo a Bizâncio. Krum estava longe de se aproximar dos bizantinos, pois quando os desfila-deiros traíram as tropas e a vigilância de Nicéforo I, que morreu no local com a quase totalidade dos seus soldados, o *khan* búlgaro utilizou o crânio do imperador como cálice para festejar com seus grandes. Parecia então (811), que as armas tivessem decidido para sempre contra a aproximação dos dois Impérios. No entanto, foi exa-

(10). — Chamâmo-lo de primeiro, para distinguir êsse império daquele que foi fundado por Asen I (1187-1195) e que deve ser interpretado no contexto das aspirações à independência que movimentaram várias províncias da periferia (os sérvios, por exemplo) neste século XII. Além disso, o surto desse reino cai fora dos limites cronológicos deste trabalho, ou seja, os preliminares da 1a. Cruzada.

tamente o contrário que aconteceu. Mas meio século mais tarde (864), Miguel III é o padrinho de batismo de Boris da Bulgária e este prefere a direção da Igreja de Constantinopla àquela de Roma, que se pôs como candidata para organizar a cristianização. Que força podia ter alcançado tão importante vitória, depois de tão catastrófica derrota? O revigorado exército e a esquadra bizantina (11) do tempo da dinastia dos Macedônios entram aí como persuasivos, sem dúvida. Mas não explicam o fenômeno em si. Mesmo desconhecendo em pormenores os métodos da obra missionária nessa província da área bizantina, o historiador moderno deverá deixar-se guiar, na interpretação deste fato, pela concomitância da eslavização e dos progressos do Cristianismo, na região dos búlgaros. Fenômeno dos mais interessantes, e que pode ser inferido “a contrário” também, pois, quando Boris-Miguel quebra a resistência dos seus boiardos (nobreza local), êle, conscientemente, abafa a grande força anti-eslávica e anti-cristã. A conclusão óbvia então, é a de que o Cristianismo não suscitou nenhuma resistência maior da parte dos eslavos, que, muito pelo contrário, consideram-no como um meio de promoção dentro do esquema político búlgaro.

E o sucesso do Cristianismo, junto aos eslavos, que quase sempre facilitavam uma aproximação política com Constantinopla, traz consigo também toda uma cultura e uma arte bizantina. O maior sucesso de Bizâncio, o mais durável, não foi a vingança militar de Basílio II (12), mas o fato de ter proporcionado a todas essas regiões uma inspiração para sua arte nacional (a arte bizantina encontrada na Iugoslávia atual, por exemplo, é extraordinariamente vigorosa e variada (13), de ter-lhes enquadrado numa hierarquia eclesiástica e uma liturgia que êsses povos aceitaram como parte do seu patrimônio nacional.

Para terminar esta parte do trabalho, umas poucas palavras sobre a última fase a ser considerada, ou seja, a fase da reinstalação dos temas. Via de regra, onde se reinstalam os temas e os bispados, aí o poder assimilador de Bizâncio já recuperou o terreno, não só pelas armas, como também já soube integrar as populações na economia

(11). — O obra fundamental sobre a marinha (de guerra) bizantina é agora a de Hélène AHRWEILER, *Byzance et la mer*, Paris, PUF, 1961.

(12). — Não menos cruel ou menos carregado de simbolismo que o cálice-crânio de Krum foi o gesto do vitorioso basileus *bulgaroctonos*: êle tirou ambos os olhos de todos os cativos (as fontes falam em 15.000 ou 14.000, mas devem exagerar), deixando um olho a um soldado em cada batalhão de 100, para conduzir seu grupo ao tzar Samuel que fugira. Êste sobreviveu somente durante dois dias ao terrível espetáculo (OSTROGORSKY, *Histoire de l'Etat Byzantin*, p. 336).

(13). — A coleção UNESCO da arte mundial (ed. New York Graphic Society) dedicou um dos seus volumes aos afrescos medievais da Iugoslávia.

do Império e, conseqüentemente, o processo de assimilação cultural já está funcionando normalmente. Teremos a ocasião de insistir, infra, no seu sentido, querendo mostrar aqui somente sua lenta progressão. Ora, sabemos que a administração central instalou o *tema*, primeiro na Trácia Européia (14), depois na Hélade (isto é, a Grécia central), ainda no século VII. O Peloponeso foi reintegrado ainda no século VIII, sem que possamos precisar bem a data (15), e depois veio o *tema* da Macedônia (ao redor de 800) (16), de Tessália, e o *tema* do Estrimon (século IX). Isto não significa ainda uma pacificação completa dos eslavos, e a maior cidade no gôlfo de Corintos, Patras, sofreu ainda um cerco em 805. Finalmente, a vigorosa ofensiva do Império para recuperar, nos séculos IX e X tôda a península balcânica, está refletida, mais claramente do que nunca, na organização de seus *temas*, que têm o significado de um manifesto de vitória: os *temas* de Tessalônica e de Dirraquio (Dyrrachium, Durazzo), ou seja, a parte ocidental e oriental daquela região que parecia definitivamente perdida no tempo das invasões.

Esta breve história de irrupção dos grupos eslavos, e dos grupos eslavizados (os búlgaros, principalmente) e da reação bizantina ficou tão resumida que chega a ser defeituosa. Mas ela permitirá uma classificação e apreciação dos meios com os quais Bizâncio contava para primeiramente, não perecer sob o impacto guerreiro e a penetração contínua, depois, para retomar a iniciativa e vencer ou assimilar os invasores.

Comparemos agora a situação sudeste européia com aquela, melhor conhecida, da Europa Ocidental, pelos anos 900 por exemplo. Vemos aí as antigas províncias romanas anarquizadas ou na mão de reinos efêmeros: a quase totalidade da península ibérica nas mãos dos mouros (e no entanto, o esforço árabe foi muito mais intenso no direção de Constantinopla, duas vêzes atacada diretamente (674-717) (17), o reino de Carlos Magno substituído (18) por um imenso mosaico onde vimos surgir os grandes senhores feudais, a economia

(14). — Por um ato de Justiniano II (685-695 e 705-711).

(15). — Há uma discussão sobre a data da ereção deste *tema*: antes ou depois da derrota dos eslavos ante Patras (805)?

(16). — LEMERLE, *Invasions et migrations*: tôda a última parte.

(17). — Estas vitoriosas resistências deveriam ser melhor frisadas em nossos livros de história, que a chamada batalha de Poitiers, cujos efeitos são bem menos nítidos e cuja localização ficará talvez incerta para sempre. E ainda não mencionemos que os vencedores não se comportaram de maneira muito mais cristã que os próprios árabes, na França Meridional. . . .

(18). — GANSHOF mantém — e com bons motivos — sua opinião de que a obra de Carlos Magno em boa parte malogrou. Vide GANSHOF, F. L. — *Karl der Grosse und sein Vermächtnis*, in *Karl der Grosse, Werk und Wirkung* (Ausstellung), Aachen, 1965, p. 7-8.

reduzida a um mínimo de trocas, a cultura a um nível incrivelmente baixo. No Sudeste europeu, por volta de 900, já começara a grande recuperação que está ligada ao nome (aliás errado) da dinastia macedônica. Recuperação militar, apesar dos revezes iniciais, que levou os generais vitoriosos contra as posições árabes, num movimento que tomou as feições, vez em quando, de uma verdadeira cruzada, em bases mais realistas que aquelas do Ocidente, dois séculos mais tarde. Recuperação econômica e da sociedade, pois é nesse tempo que estão sendo integrados os elementos estranhos e que eles vão ajudar para reconstruir a população e diminuir a sub-população crônica das províncias bizantinas. Nem é necessário insistir em que é no mesmo tempo que se desenvolverá, a partir dos *ateliers* da capital e a partir dos *scriptoria* dos grandes mosteiros, um estilo bizantino que merece o nome de renascimento e mostra a maior maturidade alcançada pela arte bizantina (19). Numa palavra, num díptico das duas partes da Europa, o contraste entre os dois quadros não poderia ser mais expressivo. E isso se deve, no que já foi dito, a um conjunto de métodos para arcar com o problema do elemento exterior que soube tornar o perigo mortal (os sucessores de Heráclio lutam pela mera sobrevivência do Império) em uma vantagem e um fortalecimento da vida do Império.

*

III. — A REAÇÃO BIZANTINA. 1). — O EXÉRCITO.

Está na hora de analisarmos sistematicamente êsses métodos de arcar com o problema dos invasores.

A primeira força que tem de ser citada é a força militar. Apesar de todos os esforços para se escrever somente páginas sobre a sociedade, a economia e a cultura bizantinas, o que nos daria uma boa consciência de historiador simultaneamente *à la page* e pacífico, continuamos achando que certos acontecimentos militares deverão ser mencionados como de grande relêvo. Antes de tornar-se, na última fase, uma cidade cercada, Bizâncio foi quase sempre um Império cercado. Batalhas que decidem sobre a evolução das décadas seguintes são numerosas. A vitória sobre árabes é uma delas, a aniquilação do exército de Nicéforo I que concretizou dramaticamente a ameaça búlgara é outra. A batalha de Mantzikert (1071) talvez foi a mais trágica, pois ela obrigou os bizantinos a recorrer a outras forças, especialmente italianas, e com isso de um passo decisivo na direção da de-

(19). — Não cabe aqui uma bibliografia sobre a arte bizantina. Retomamos apenas uma idéia de Grabar, *Bisansio* (tradução italiana da obra francesa do mesmo nome, de 1964) p. 99. No fim da mesma obra encontrar-se-à um apanhado da bibliografia.

pendência econômica. Mas ela está fora dos limites que estabelecemos para esse pequeno trabalho.

Porém, não é somente na medida que os fatos militares foram decisivos, que achamos o exército um fator de enorme importância. E' porque êle será extremamente revelador da própria sociedade bizantina, da qual é o escudo. Lembremos que as tropas mercenárias, no tempo das invasões germânicas, chegaram quase a apoderar-se das rédeas do govêrno. No Ocidente, Honório mandou trucidar a Estilício e o trono seguiu-se-lhe na queda, meio-século mais tarde. No Oriente, Aspar foi removido e os germanos não entraram mais no exército, a não ser a título individual e sem o comando dos próprios oficiais. Mas o govêrno soube, e aqui está o ponto essencial, substituí-los por soldados tirados do próprio território; em outras palavras, por vários séculos (mudou outra vez no tempo dos Comnenos) o exército bizantino foi um exército *nacional*. E' aí que encontramos, entranhados, o problema do recrutamento e o problema do camponês livre. Questão crucial, em Bizâncio, pois, sem camponês livre não haverá soldados nacionais e muito mais difícil tornar-se-á a arrecadação dos impostos. Depois da evicção dos gôdos perigosos, os isáurios, semi-bárbaros, mas habitantes da Ásia Menor, e súditos diretos do govêrno preencheram o papel de fornecedores de soldados aguerridos; não levou muito tempo para que êles também constituíssem um perigo étnico.

“Enquête d'un remède, l'empire en proie à sa fièvre germanique avait absorbé le contrepoison isaurien. Le remède opérât, mais la dose était trop forte et commençait, à son tour, à empoisonner l'organisme de l'Etat” (20).

Anastásio I (491-518) organizou então uma verdadeira colonização forçada de grandes grupos de isáurios da sua morada no interior da Ásia Menor, transplantando-os para a Trácia. Cronologicamente, é a primeira vez, mas não a última, que ocorre uma operação deste tipo, e gostaríamos de conhecer de mais perto como isso foi planejado e executado (21). Conhecemos de maneira certa pelo menos mais uma transplantação forçada ou seja aquela efetuada sob o imperador Justiniano II (o *rinometos*, o de nariz cortado) de tribos eslavas da Trácia para regiões despovoadas e daí perigosamente expostas às *razzias* dos árabes, na Ásia Menor, na região do *tema* de Opsikion. Ao mesmo tempo êsses grupos receberão terras, e for-

(20). — OSTROGORSKY, *Histoire de l'Etat Byzantin*, p. 93.

(21). — Existe um trabalho sobre esse assunto de CHARANIS, P., *The transfer of population as a policy in the Byzantine Empire*, in “Comparative Studies in Society and History”, t. 3, II (1961), p. 140-154, Ficou-nos inacessível, por enquanto.

necerão os contingentes de soldados para o exército: é a instituição dos *stratiotes*, aquela que será amparada em primeiro lugar, quando os imperadores macedônicos tentarão desesperadamente limitar a expansão das grandes propriedades, sabendo que esse processo sempre acarretava a desapareção dessa classe de proprietários livres. Como pano de fundo de todos esses casos, aparece a questão da demografia no campo, questão que da parte dos autores nunca mereceu atenção, como tal, e que desafia ainda o espírito de pesquisa dos autores modernos, mas questão crucial para o campo e para a organização militar, condição primária para a sobrevivência do Império (22).

*

III. — A REAÇÃO BIZANTINA. 2). — A DIPLOMACIA.

Ao lado das forças armadas trabalhava a diplomacia bizantina. Normalmente, o governo até preferia esse instrumento de ação, não menos eficiente, para diminuir o ímpeto dos invasores. Perderam-se naturalmente os arquivos, mas é indubitável que um tipo de *bureau* de informações coletava todas as informações úteis sobre os povos que entraram em contacto com Constantinopla e que organizou uma “interpretação oficial” das origens e da história desses povos, doutrina essa que inspirava a tão minuciosa etiqueta da corte. A obra de Constantino Porfirogênita, *De Administrando Imperio*, oferece disso exemplos interessantes. As informações eram colhidas por vários meios, mas especialmente por embaixadas ocasionais. O resultado das viagens do retor Priscos encontra-se naquilo que nos resta da sua *História Bizantina*, textos esses que foram interpretados, indevidamente, aliás, como verdadeiros relatórios das embaixadas. (*De Legationibus*) (23).

Os diplomatas tinham, dessa forma, uma sólida base para suas manobras. Uma das táticas preferidas pelos diplomatas bizantinos era provocar um ataque de um outro grupo de bárbaros, na retaguarda daqueles que ameaçavam mais diretamente Bizâncio. Dessa maneira, os húngaros ainda localizados entre o Dnieper e o Danúbio foram chamados para diminuir a pressão que os búlgaros eslavizados exerciam contra o Império, em 894; manobra idêntica foi tentada com os russos, sob o príncipe Svjaroslav, que devia debilitar a ofen-

(22). — Não cabe aqui uma exposição mais pormenorizada, que implicaria numa discussão da *pronia* (*pronoia*), da fuga dos parecos, etc. Todo o estudo de OSTROGORSKY, *Quelques problèmes d'histoire de la paysannerie byzantine*, Bruxelas, 1956, é consagrado a isto, assim como vários capítulos da obra do mesmo autor, *Pour l'Histoire de la féodalité Byzantine*, Bruxelas, 1954.

(23). — Introdução à obra de Priscos, com informes sobre as edições e comentários em MORAVCSIK, G., *Byzantinoturcica* I, p. 479-488.

siva búlgara. E há exemplos mais tardios. Essas relações continuamente cultivadas com os países suscetíveis de atacarem pelas costas os inimigos mais imediatos eram, calculando bem, muito menos dispendiosos que uma campanha militar. Continham, porém, um grande risco, o de que o inimigo do inimigo não ficasse necessariamente o amigo da primeira aliança, especialmente depois de ter descoberto a fraqueza da própria Constantinopla. Assim, João Tzimisces foi obrigado a uma campanha militar contra os russos, por causa do imprudente convite a Svjaroslav, que em vez de enfraquecer os búlgaros, substituiu o poder deles, na região danubiana, pelo seu, muito mais perigoso.

*

III. — A REAÇÃO BIZANTINA. 3). — MISSÕES E EXPANSÃO CULTURAL.

A terceira força de assimilação, e a que frutos mais duradouros deu, foi sem dúvida a expansão cultural, incluindo-se nisto o estabelecimento da hierarquia eclesiástica e a obra missionária. Somos obrigados a dispensar um estudo das missões que partiam do mundo bizantino para fora das fronteiras tradicionais do império, pelas limitações que nos impusemos no início deste trabalho. Fica então fora do nosso horizonte a missão gloriosa dos monges Constantino (Cirilo) e Metódio na Morávia, onde contrabalançaram o avanço do Cristianismo latino, partido de Roma (século IX); ficará fora do nosso escopo também seguir a penetração da cultura e ortodoxia bizantina na Rússia. Mas a cristianização dos eslavos meridionais foi um empreendimento grandioso, como também, foi o dos búlgaros. Essas duas regiões tiveram, aliás, seus destinos parcialmente ligados, quando da grande expansão búlgara em meados do século IX. Já foram mencionados o problema e os fatos. Cabe agora tirar conclusões acêrca dos métodos bizantinos.

Logo depois da expansão a côrte búlgara pediu ao patriarcado bizantino um clero e uma hierarquia, vacilou primeiro entre Roma e Constantinopla, para finalmente encontrar em Constantinopla a liturgia e os interlocutores mais acomodantes. Ainda que reconhecendo os direitos soberanos do patriarcado de Bizâncio, a igreja búlgara recebeu uma quase autonomia e, fato capital, sua língua litúrgica será o eslavo (870). Dessa maneira é que o senso diplomático de Bizâncio soube ceder o suficiente para deixar aos búlgaros uma consciência de viver dentro de uma *igreja nacional* e, ao mesmo tempo, reservar-se uma enorme influência cultural. A mesma flexibili- de,

nos a encontraremos no caso da sede de Oc(h)rida que se proclamou “patriarcado” na última fase do império búlgaro.

Mais ainda que a Bulgária, cuja independência e caráter específico Constantinopla foi bem a contra-gosto obrigada a reconhecer, os outros eslavos do sul, especialmente os sérvios e os croatas, foram impregnados simultaneamente pelo Cristianismo e pelo sentimento da soberania bizantina. Durante a segunda crise de iconoclasmo (aproximadamente primeira metade do século IX), aproveitando o afrouxamento do poder central, os sérvios chegaram a constituir uma espécie de reino independente, ao mesmo tempo que as cidades dalmáticas parecem ter-se consideradas como totalmente independentes. Mas as esquadras árabes fizeram com que todos se tornassem para o lugar donde podia vir proteção eficiente (24). O govêrno não deixou escapar essa ocasião de fortalecer sua autoridade sôbre essas regiões, fazendo acompanhar, como sempre, os administradores por missionários que contrabalançaram, aí também, a penetração da Igreja latina (fim do século IX). Esta influência foi definitiva na Sérvia, mas perdeu-se na Croácia.

Resumindo isso tudo, pode-se afirmar que praticamente tôdas as regiões balcânicas ao sul do Danúbio-Sava (talvez o Drava) fazem parte, já no século X, de um complexo cultural-religioso de cunho bizantino. Antecipa, dessa forma, o mapa religioso e cultural, o mapa político que será desenhado depois das conquistas dos macedônios, particularmente de Basílio II (+ 1025), profigurando-o com um século de antecedência. E não poderíamos encontrar prova mais inconstestável do acêrto do empreendimento que os inspiradores da grande política constantinopolitana planejaram.

Ligado à obra pròpriamente missionária, estava à disposição dos bizantinos, uma outra maneira de amainar a resistência dos povos com os quais tiveram contactos, enquadrando seus príncipes na chamada “família dos reis” (25). Apesar da extrema escassez das fontes sistemáticas, podemos tirar as classificações hierárquicas que os bizantinos estabeleceram entre os povos, a partir da titulação no *Livro das Cerimônias* de Constantino VII. O imperador não empre-

(24). — Sôbre a constituição e organização da esquadra bizantina, AHRWEILER Helène, *Byzance et la mer*, Paris (PUF), 1966, especialmente p. 90 e 93-97.

(25). — DÖLGER, F., Die “Familie der Könige im Mittelalter”, p. 34-35 da coletânea DÖLGER, F., *Byzanz und die Europäische Staatenwelt*, Darmstadt (Wissensch. Buchgesellsch.), 1964. Três outros estudos estão mais ligados ao caso particular da Bulgária, na mesma edição: 1º *Bulgarisches Zartum und byzantinisches Kaisertum* (p. 140-158); 2º *Die mittelalterliche “Familie der Fürster und Völker” und die Bulgarenherrscher* (p. 159-184); 3º *Der Bulgarenherrscher als geistlicher Sohn des byzantinischer Kaisers* (p. 185-196).

ga um qualificativo tirado das relações de família, quando se endereça aos chefes sérvios, venezianos ou croatas, sem dúvida, porque os considerava como súditos (Veneza escapará logo dessa categoria), ou porque não se sentia relacionado espiritualmente com eles (é o caso do *Khagan* dos croatas). Os reis da Germânia e da França porém, merecem o título de *adelfos* (irmão). Mais íntima ainda é a designação *teknon* (filho) com a qual foram honrados os príncipes da Armênia Maior e, mais interessante para nós: os chefes da Bulgária.

Antes do batismo de Boris I (864), os príncipes dessa nação não passavam, na opinião da côrte bizantina, de chefes de bárbaros infiéis, com os quais uma relação de família ficava totalmente excluída. Mudou a maneira de os tratar quando os bizantinos começavam a considerá-los como participantes da Cristandade, ainda mais que Miguel III (842-867) foi o padrinho de batismo de Boris, o que lhe deu logo direito ao título de pai *pneumáticos* (espiritual). Frisemos, a respeito, duas coisas: primeiro, que essa filiação não procede unicamente do batismo, como também, de uma espécie de adoção na própria “família” imperial, e em segundo lugar, mais importante ainda, ao nosso ver, que isto não está sujeito a situações políticas efêmeras. Muito pelo contrário, mesmo durante a guerra que Simeão-o-búlgaro faz contra o Império, êle não perde êsse título, como aparece claramente nos escritos do patriarca Nicolau (26). Como sempre, o *Livro das Cerimônias* explicita isso quando trata das saudações que o *Logoteto* “*tou dromou*” (encarregado das relações exteriores) endereçará quando da audiência de uma embaixada à côrte de Constantinopla; aí temos até o título quase cômico de “neto” do imperador, que não pode ser outro que Romanos I (Lecapenos), e chamado *Basileopater* ou pai do *basileus* (27). E se o referido tipo de filiação foge da nossa mentalidade, muito mais estranha ainda parece-nos a “paternidade” de todo o povo dos “romeus” (isto é, bizantinos) em relação ao povo dos búlgaros como tal. No entanto, um texto do já citado patriarca Nicolau é explícito, nesse sentido (28). A nossa estranheza procede, porém, de uma quase completa incapacidade moderna de conceber as relações entre povos, entre os príncipes ou até entre grupos do mesmo estado como sagradas, articulando-se num quadro de visão mítica. Em nossa mentalidade, a convivência entre os povos fora do tempo de guerra expressa-se em termos de coexistência pacífica ou quando muito, em termos de *com-*

(26). — *Idem, op. cit.*, p. 171, p. 176.

(27). — *Idem, op. cit.*, p. 173 ss; p. 183s; o autor, p. 184 ss tentará até inferir a história das relações entre as duas cortes, a partir dos títulos acumulados.

(28). — “Essa coisa lamentável (isto é a guerra entre os bizantinos e os búlgaros) aconteceu entre romeus e búlgaros, entre pais e filhos”.

panion, ou *partnership*. Numa perspectiva bizantina, porém, um corpo tão estranho como os búlgaros só podia ou ficar inaceitável no Reino que prefigurava o Reino Final do Cristo (aspecto escatológico) ou então entrar aí duma vez na qualidade de irmãos.

*

III. — A RAÇÃO BIZANTINA. 4). — A ADMINISTRAÇÃO.

Coroando êstes meios de assimilação, veio finalmenae a instalação ou re-instalação da rêde administrativa. Seguindo-lhe o rastro, podemos medir com segurança a extensão e o amadurecimento da integração. Mas não se trata mais dos órgãos administrativos do tempo de Justiniano, que poderíamos chamar de proto-bizantinos. O que aqui cabe explicar em breves têrmos é o elo administrativo chamado de *tema* (*thema*). Embora uma certa historiografia bizantina continui indicando sempre o imperador Heráclio (610-641) como o instituidor do nôvo elemento administrativo, êste é ao mesmo tempo mais antigo e recente, isto é, foi se estendendo paulatinamente à parte do Império que não mais era dividida em *eparchias* (cujos precursores já longínquos são as províncias e dioceses do Baixo Império), mas em regiões que foram regidas por um *estrategos* que detinha tanto o poder civil como o militar (29). Instituição de origem militar, o *tema* inspirou-se, tanto de experiências anteriores, como os exarcados de Ravena e Cartago quanto das necessidades enfrentadas, como era por exemplo o problema da vizinhança dos árabes, o problema da absorção dos invasores (o *tema* da Hélade, para fazer face ao enorme problema dos eslavos na Grécia). Houve até um *tema* marítimo, onde a força militar era constituída por uma esquadra (30). A nós interessa agora, de modo particular, o lento progresso da organização temática nos Balcãs, progresso êste que gostaríamos de ver esclarecido na obra *De Thematibus* de Constantino Porfirogênita (913-959). Porém, os notas históricas do autor imperial não são freqüentes e além disso, elas contém um tipo de explicação histórica que visivelmente se inspirou da “história oficial” que a própria côrte sempre ia formulando. O caminho mais seguro é o indireto, ou seja, anotar quando é que os vários *temas* são ocasionalmente mencionados. Já resumimos as principais datas de organização dos *temas* e podemos agora insistir na diferença administrativa entre as regiões “te-

(29). — O nome *Thema* designava um corpo do exército, originalmente. Foi a região onde êle estava acampado que foi-se chamando aos poucos pelo mesmo nome: por exemplo “Opsikion” é a região onde estava instalado o exército do nome Opsikion (*Obsequium*).

(30). — AHRWEILER, H., *Byzance et la mer*, p. 32.

máticas” e as outras, dando-lhe todo seu significado. No resto da península balcânica, onde os laços de dependência, tornaram-se simplesmente formais, a antiga subdivisão da *praefectura illyricum* substituiu, porque sendo ideal e não real não havia motivo para substituí-la. Concluamos, então, que o *tema* é sempre uma circunscrição do Império que corresponde a um funcionamento “real” em matéria de organização do exército e do ponto de vista econômico-social, isto é, podemos supor que aí os agentes do fisco encontrem a repartição do impôsto, e logo, explorações agrícolas pertencentes a particulares, comunas agrícolas (*choria*) (31), em resumo, tôda a sub-estrutura da vida do campo de Bizâncio Medieval. Temos o direito de supor também que os agentes de recrutamento para o exército aí encontrem os lotes pertencentes aos *strationes* cuja obrigação militar será herdada pelos filhos. Onde se instala o *tema*, sentimos a pulsação normal da vida bizantina.

*

CONCLUSÃO: A VISÃO DE A. J. TOYNBEE.

Quando tentamos fazer a comparação entre Ocidente e Oriente, pelos anos 900, que se lê nas páginas supra, não nos ocorreu que quase o mesmo díptico foi esboçado por Arnold J. Toynbee, numa das páginas onde êle trata do destino do Império Oriental até o século XI, ou seja antes da batalha de Manzikert (1071) (32). Encontram-se aí as qualidades que ninguém, honestamente, pode negar-lhe: aí entramos outra vez naquela vasta galeria de conhecimentos, onde as comparações com outros períodos quase que jorram do próprio texto; aí o pensamento veste-se dum estilo brilhante que aceita, com igual facilidade, a linguagem bíblica (33) e os ditos mordazes de um espírito que prefere o paradoxo; aí sente-se uma mentalidade de *grand-seigneur* intelectual, mas que não receia opor sua visão, com firmeza aristocrática, a tudo que se tem dito antes dêle sôbre determinado assunto. Ao lado de um quadro da sua mão, em resumo, muitos sentiriam, como nós, empaledecer rapidamente a pintura que tentaram.

(31). — Sôbre o significado dos *Choria* (comunas bizantinas), vide ANTONIADIS-BIBICOU, H., *Byzance et les modes de productions asiatiques*, já citado, p. 53-65 (aspectos jurídicos e econômicos).

(32). — TOYNBEE A., *A study of History*, vol. IV, p. 320-408. A comparação aludida encontra-se nas págs. 321 s.

(33). — “... it (isto é a idolização do Império Romano) shows up the perverse and sinful nature of idolatry itself as a transference of loyalty from the whole to the part and a transference of worship from the Creator to the creature”. *Idem, op. cit.*, p. 404.

À perspicácia de Toynbee não escapou, naturalmente, a enorme diferença entre o estado das coisas no Ocidente e no Oriente, pelos anos 900. Mas da evidente vantagem do Oriente êle tira conclusões inesperadas e que vão de encontro ao que todos que têm algumas leituras no campo bizantino, aceitam como ponto pacífico. Ora, não é um grande mal, ser obrigado a uma revisão radical das nossas costumeiras idéias e periodizações, muito pelo contrário, e aí encontramos umas das poucas tentativas para enquadrar num amplo afresco a história bizantina, quase sempre relegada a um cantinho reservado aos “bizantinistas” e amadores de fenômenos históricos semi-teratológicos. Toynbee não nega à história bizantina direitos de cidadania completa. Acontece que qualquer estudioso da história de Bizâncio achar-se-á obrigado a fazer umas perguntas fundamentais ou melhor, apontar uns dois ou três casos onde a brilhante e estimulante pena de historiador inglês pulou totalmente, ou então “minimalizou” realidades históricas.

Antes, porém, de expor o que nós achamos serem as distorções e silêncios mais graves, tentaremos sistematizar e esclarecer como Toynbee vê a história bizantina dentro das grandes categorias que êle criou ou adotou.

— Fiel ao princípio de que a civilização é o verdadeiro objeto do estudo histórico (*the intelligible field of historical study*), o estado romano representa, na Civilização helênica, a última fase, ou seja, o estado universalista. Depois desta fase, há naturalmente lugar para se formar civilizações afiliadas, a partir da matriz de uma igreja (proletariado interno) e do ocaso dos estados dos bárbaros (proletariado externo da Sociedade helênica). Surgiram, no caso em apreço, a Sociedade Ortodoxa Cristã e a Sociedade Ocidental Cristã.

— No Oriente cristão, os bárbaros que assumiram o papel dos germanos do Ocidente, são, é de se supor pela exposição ulterior, os eslavos (ajudados e organizados por grupos de povos das estepes) e os árabes.

— Êstes provocaram o estabelecimento da verdadeira Sociedade Ortodoxa Cristã, que surgiu quando Leão III-o-sírio, enxerta uma imagem, ou melhor, um fantasma (*a ghost*) do Império Romano no organismo do Cristianismo Ortodoxo (34). Daí, um *Imperium (Romanum) Redivivum* (35).

— A nova Sociedade Ortodoxa Cristã, dentro dessas limitações, foi bem sucedida (*a going concern*), mas a custa de uma idolização da instituição-fantasma (o Império Romano, o Estado), o que a in-

(34). — *Idem, op. cit.*, vol. II, p. 368.

(35). — *Idem, op. cit.*, vol. IV, p. 340 e *passim*.

duziu em graves erros e a levou ao desmoronamento final, provocado pelas guerras contra os búlgaros, das quais ela saiu mortalmente ferida nas suas províncias-esteios da Anatólia. Assim, o sucesso de Leão arruinou a Sociedade Ortodoxa Cristã, ao passo que o Ocidente foi salvo porque malogrou Carlos Magno em fazer a mesma coisa (36).

O conhecido gosto de Toynbee pelos paradoxos e pelo tom profético pode ter precipitado esta última formulação, pois, é só exagerando muito, ou melhor, subestimando muito determinados dados históricos que se chega a uma conclusão tão caústica e tão contundente. Quais são agora essas realidades obliteradas

1º). — Afirma-se que os imperadores das dinastias isaúrias (isto é, sírias) e amoriana tiveram o bom-senso de não mais dispensar esforços exagerados para salvar partes do Império que estavam numa distância exagerada do “torso sólido” (*the compact torso*) ou seja, a Anatólia. Até, na luta contra os búlgaros, mediram deliberadamente seus esforços; souberam refreiar-se e deixar boa parte da península dos Balcãs nas mãos dos bárbaros das estepes (37).

Ora, toda essa deliberada moderação dos imperadores Leão e sucessores, o historiador é o único a tê-las descoberto. Não acreditamos no que êle afirma a respeito dos territórios da área adriática e italiana (Ravena, Sicília, Apúlia), onde os bizantinos teriam evitado um engajamento total (38). Mas é quando êle faz afirmações desse tipo com referência aos conflitos com os búlgaros (respectivamente, os eslavos) que temos de discordar frontalmente, se não quisermos perder toda a lógica da nossa exposição. Toynbee vê uma linha demarcadora radical entre dois períodos: o período de Leão III e seus sucessores imediatos de um lado, e, de outro lado, o período dos imperadores “militaristas” da dinastia chamada macedônica; entre Leão III e Leão VI ter-se-ia mudado totalmente a tática e o espírito para com os búlgaros. Mas a guinada, como já foi dito, só existe no espírito de quem assim interpreta.

Em nossa opinião, o Império lutou com denodo, desde a entrada dos eslavos na península e lançou mão de todos os meios que estavam à sua disposição. Somente no fim do período em apreço, pelo fortalecimento interior, pelo enfraquecimento também da pressão árabe no exterior, é que o Império estava em condições de aniquilar o poderio búlgaro. Mas será que isso não foi tentado antes, por espí-

(36). — If the West was saved by saved by Charlemagne's failure, we may find that the Orthodox Christian Society was ruined by Leo's sucess. *Idem*, *op. cit.*, *cit*, vol. IV, p. 323.

(37). — *Idem*, *op. cit.*, vol. IV, p. 342-344.

(38). — AHRWEILER H., *Byzance et la mer*, por exemplo, chega a uma conclusão oposta.

rito de moderação? Toynbee o afirma (39), mas não conhecemos bizantinólogos que a seguiriam nessa interpretação (40). E mesmo se isso se verificasse no caso de Constantino V (741-775), ninguém pode, de bom juízo, negar que Nicéforo I (802-811) rejeitou por duas vezes ofertas de paz muito vantajosas do *khan* Krum porque êle

“était bien décidé à en finir avec le royaume bulgare” (41);

foi por excesso de confiança (por *hybris*, diriam os gregos) que êle foi ao encôntro do trágico destino que assinalamos. E' na luz dessa catástrofe que temos de interpretar a paz de 815-816, não fazendo dêste tratado um ato de restrição, no estilo do imperador-filósofo Adriano. Não mencionar, como faz o autor que estamos estudando, êste supremo esforço, êste trágico desfêcho no contexto, é uma distorsão — pois outra palavra não há — dos fatos históricos.

2º). — Toynbee reduz também o significado da lenta, porém segura penetração da civilização bizantina, das décadas de paciente reconstrução dos moldes e quadros bizantinos, que ia transformando, re-helenizando, regiões da península balcânica. Aí, onde o nome de “esclavínias” designara um país que parecia estar fora do Império, surgem, como já o notamos, vários *temas* antes da dinastia macedônica, ou seja em pleno período de “contenção”. Mas Toynbee não atribui importância alguma ao estabelecimento dos *temas* e falha totalmente na interpretação dêste fenômeno administrativo. Como também lhe escapou todo o lado positivo da penetração dos eslavos dentro das fronteiras do Império (os bárbaros, nas categorias toynbeeanas, são aquêles *quorum est totum quod est pessimum...*) e nem sequer menciona a repopulação de áreas trágicamente vazias. Mas realidades demográficas não parecem merecer a atenção do estudioso dos “campos inteligíveis da história”.

3º). — Talvez sua maior injustiça, porém, Toynbee a comete quando nega, pura e simplesmente, a qualidade de govêrno a todos os reinados que decorreram entre a morte de Justiniano (ou então de Maurício, 602) e o início do reinado de Leão III (717). Uma das suas frases particularmente, irritou outro historiador inglês (42),

(39). — *Idem, op. cit.*, vol. IV, p. 343: “Constantine ... was content to relax his effort as soon as this minimum objective (isto é, manter os búlgaros a distância) had been achieved”.

(40). — AHRWEILER H., *Byzance et la mer*, Paris (PUF), 1965, por exemplo, chega a uma conclusão oposta. LEMERLE P., *Histoire de Byzance*, Paris, 1965, no seu rápido esbôço da história bizantina, na série *Que sais-je*, não hesita em escrever: “Constantin V semble s'être donné pour tâche de détruire leur puissance”. (p. 78).

(41). — OSTROGORSKY G., *Histoire de l'état byzantin*, p. 225.

(42). — LINDSAY J., *Byzantium into Europe*, Londres (The Bodley Head), 1952, p. 464 s.; in TOYNBEE, *op. cit.*, vol. IV, p. 328.

e com razão. Traduzâmo-la pois, as poucas linhas dão a medida da facilidade com a qual freqüentemente o autor do *Estudo de História* se desfaz de uma realidade, assim como mostra o desprezo total das posições dos outros bizantinistas:

“... mas se não tomarmos conhecimento das pretensões (isto é, dos imperadores de Constantinopla que pretendiam continuar o império de Constantino Magno) e levarmos em conta somente realidades, temos de dizer claramente que, pelo menos a partir da morte de Maurício, o Império Romano, fora das muralhas de Constantinopla, era inexistente, da mesma maneira nas *ci-devant* províncias gregas e orientais, como o era nas *ci-devant* províncias latinas da mesma época. Um govêrno chamadamente imperial, em Constantinopla, que só pôde cruzar os braços quando a população eslava suplantava a população latina e grega na península balcânica, e quando na Anatólia um sistema improvisado de circunscrições militares substituiu o sistema herdado de Diocleciano, não pode ser considerado um govêrno real, em nenhum sentido real que possa ter essa palavra”.

Assim, os inúmeros leitores que o Diretor de Estudos do *Royal Institute for International Affairs* conquistou, saberão duma vez que, entre 565 ou 602 e 617, o Império Romano perecera (*had perished*), que não existiu mais no Oriente que no Ocidente (43), ou saberão, em outras palavras, que a invasão dos eslavos produziu os mesmos efeitos que a dos germanos. Os leitores do mais festejado entre os historiadores vivos terão a impressão que as lutas e as reorganizações administrativas de Heráclio, e de todos os imperadores da sua dinastia, não apresentam continuidade alguma com os efeitos de Justiniano.

E nesse caso, quanto às invasões e a contra-ofensiva por parte do Império Bizantino, não resta nada daquilo que tentamos mostrar, baseando-nos nas obras mais recentes e mais conceituadas que estão a nosso alcance. Na opinião de Toynbee, resumindo:

— não soube reagir o govêrno de Constantinopla às invasões dos eslavos, mas assistiu “passivamente”;

— não souberam os líderes profanos e espirituais organizar a reconquista, primeiro espiritual, depois, administrativa e política, das esclavínias, antes do IX século;

(43). — LINDSAY, *op. cit.*, p. 464 não nos parece ter interpretado adequadamente apoinião de A. T., ao falar que êste autor nega o caráter de govêrno ao estado dos Iconoclastas. Achamos que Toynbee somente afirma isto dos reinados entre 565 (ou 602) e 717, o que corresponde ao VII século, aproximadamente.

— não há diferença fundamental, enfim, entre a história do Ocidente e a do Oriente durante os períodos comparáveis (isto é, entre 476 e Carlos Magno no Ocidente e entre 565 e Leão III no Oriente); há, nos dois casos, um *interregnum*, um *breakdown* completo, ou seja, uma era de bárbaros sem mais.

E' para chegar a conclusões exatamente opostas que escrevemos este trabalho.

*
* *
*

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Eurípedes Simões de Paula* (FFCL. da USP.).

Diz que tendo o Autor tratado da absorção dos invasores por Bizâncio, pergunta porque não verificou o mesmo na aculturação e absorção das diversas populações que viviam dentro das fronteiras do Império?

Sabe-se, continuou, que em Bizâncio existiam mais de vinte nacionalidades e que tôdas elas se uniam em tórno de um *basileus*, de uma só língua (o grego) e de uma só religião (rito greco-ortodoxo). Porque não tratou dêsse aspecto que complementaria o assunto exposto?

*

Do Prof. *Jaime Pinsky* (FFCL. de Assis. SP.).

Ressaltou em primeiro lugar que o Autor conseguiu ser bizantinólogo sem ser "bizantino". Por isso mesmo, gostaria que êle explicasse mais detalhadamente a instituição dos *stratiotes*, a respeito da qual fala quanto cita as "transplantações" eslavas (págs. 135-136). Finalmente, desejava saber em que sentido coloca o Autor os termos de "missão gloriosa" e "empreendimento glorioso", referindo-se ao proselitismo cristão partindo de Bizâncio (pág. 137)?

*

Do Prof. *Eduardo d'Oliveira França* (FFCL. da USP.).

Diz que na comunicação do Pe. Laga não sabe o que mais apreciar, se a cultura histórica no campo, se a clareza das idéias traduzidas na fluidez e elegância da exposição, ou ainda a penetração e argúcia da análise que apresenta.

Afirma que de há muito deixara o campo da História Medieval, descendo no tempo para a História Moderna, por isso entrava com

cerimônia no tema, apenas para lembrar e registrar a viabilidade e outra forma de busca de explicações.

Encontrou certas referências à lentidão do processo de penetração cultural (pág. 136) e ao problema da continuidade (pág. 145). Acredita que a análise dos ritmos das invasões e a reações, das penetrações barbarizantes ou civilizadoras, pode oferecer uma linha de explicações. Invasões lentas ou rápidas, reações lentas ou rápidas. Da assincronia entre as invasões e as reações defensivas pode resultar a derrota dos defensores, muito lentos em se recuperar. O mesmo se diga, *mutatis mutandi* dos mecanismos de interpretações culturais mais lentos ou mais aceleradas, e na dependência de contactos em função de momentos de movimentos ou de atenções dos invasores e das penetrações bizantinas. E há ainda a considerar-se o encontro de gerações nos fenômenos de absorções culturais — de uma geração para outra diminui o poder ou a disposição de resistência à absorção.

Nas invasões do Império Bizantino ocorrem rupturas na cultura bizantina ou apenas distorções. E em relação aos invasores e sua cultura?

Diz que gostaria de ouvir quem conhece, sobre a viabilidade de semelhante linha de explicação que se fundaria basicamente sobre uma apuração minuciosa de cronologias. Afinal é o tempo o clima de explicações do historiador: comparar ritmos na coordenada dos tempos pode oferecer novas precisões.

*

Do Prof. *Harry Bellomo* (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. RS.).

Observa que o Autor, durante a apresentação do seu trabalho, fala em osmose cultural entre bizantinos e búlgaros. Pergunta: qual a contribuição búlgara para a civilização bizantina?

Diz também que o trabalho apresentado salienta a capacidade de assimilação dos bizantinos. No entanto, é sabido que durante o ataque final dos turcos, alguns grupos preferiram antes o domínio estrangeiro do que a luta. Não seria este fato um comprovante da existência de grupos não assimilados?

*

Da Profa. *Emília Thereza Alvares Ribeiro* (Faculdade de Filosofia de Campo Grande. Guanabara. GB.).

Inicialmente friza o brilhantismo do Autor, com qual vem mantendo diálogo desde o I Simpósio da APUH, sobre a sua especialidade que é a Idade Média. Deseja, pois, alguns esclarecimentos:

1. — Pergunta ao Autor se não lhe parece que Bizâncio — que vinha perdendo territórios desde o início das invasões e mesmo os que mantinha era à custa de diplomacia e altos gastos — não cuidava dos fatores assimilação, aculturação e miscigenação?
2. — Acredita que essa falta de entrosamento, nos três aspectos, facilitava a eclosão de heresias e revoltas que traziam a combinação dos elementos nacionalistas e culturais, acrescidos da falta de tolerância cultural e principalmente religiosa de Bizâncio. No caso pergunta se os dois Imperadores, comumente mais louvados, Justiniano e Heráclio, não foram grandes responsáveis por perseguições de caráter religioso, que gerariam separações?
3. — Acredita que se Bizâncio conseguia manter-se nos primeiros tempos, era graças à política já citada e em detrimento do Ocidente Cristão, para o qual desviava as invasões. Por outro lado, seu território passou a restringir-se progressivamente, ao mesmo tempo que se ia individualizando na cultura. Acredita que a imobilidade de Bizâncio no cenário histórico é devido mais a esta diminuição de territórios, à individualização e às muralhas e posição geográfica, que propriamente a fatores culturais de absorção.
4. — Deseja perguntar se não foram as perseguições bizantinas as principais responsáveis pela separação judaica e seu fechamento no *ghetto*?
5. — Pergunta ainda se não pode ser feita uma comparação com o sistema de conquista, assimilação e aculturação dos muçulmanos que, chegando depois e trazendo uma cultura não tão desenvolvida quanto a bizantina, conseguiram criar uma situação mais sólida?

*

Do Prof. *Luís César Bittencourt Silva* (Universidade Fluminense. RJ.).

Pergunta porque o Autor não considera os eslavos “povos da estepe”?

*

Do Prof. *Sebastião Romano Machado* (FFCL. de Franca. SP.).

Diz que o aspecto religioso é uma constante na História Bizantina. Pergunta pois, se haveria um ponto comum na evangelização do Oriente e do Ocidente, ou se seriam diferentes?

Pergunta também até que ponto teria sido atuante a influência religiosa de Bizâncio entre os povos invasores, dentro do seu Império, e qual a problemática suscitada por esta absorção religiosa?

*
* *

RESPOSTAS DO PROFESSOR CARL VALLER FRANZ LAGA.

Em resposta o Autor afirma:

Ao Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

A intervenção tem tôda razão em expressar uma certa estranheza diante da limitação que nos impusemos neste trabalho. Mas a matéria foi se revelando tão ampla que, querendo tratar de tudo, perder-se-ia por completo o caráter de estudo. A limitação seguiu então a seguinte diretriz: interpretar o título (invasão e absorção) de maneira completa e cumulativa, excluindo-se, dessa forma, os casos de conquista definitiva de províncias bizantinas (o que ocorreu no caso da conquista árabe), como também os casos onde não houve absorção total ou suficiente. Nesta última categoria é que se enquadra, achamos, a Armênia, que, mesmo que tenha recebido grande influência bizantina na sua arte e liturgia, guardou independência na língua (século V: início do atual alfabeto armênio, tradução da Bíblia e uso do armênio como língua litúrgica); na sua hierarquia (o *katholikos* não depende de Constantinopla) e até na doutrina (os armênios não seguem, em geral, a orthodoxia de Constantinopla apesar dos grandes esforços dos imperadores), e mesmo no seu *status* político, pelo menos em muitos períodos. Além disso, é difícil chamar os armênios de invasores, uma vez que já estavam estabelecidos nas regiões às quais deram seu nome, desde o tempo do Império Romano.

Sendo obrigados a uma limitação do tema, escolhemos aquela que interpretasse o título de modo estrito (invasores que foram absorvidos), mas reconhecemos que o assunto de interpretação de culturas, na área bizantina, é infinitamente mais vasto, e agradecemos a insistência do Prof. *Eurípedes Simões de Paula* nêsse particular.

*

Ao Prof. *Jaime Pinsky*.

Respondendo primeiramente à segunda pergunta, tomamos a palavra “gloriosa missão” no sentido de “aquela que conferiu glória”,

como de fato deu aos missionários bizantinos. Não é uma tentativa de avaliar o mérito dos seus métodos ou das suas intenções.

Quanto à instituição dos lotes militares (*ktémata stratiotika*) e sua ligação com as invasões, aproveitamos dos poucos momentos que nos são dados aqui para insistir na idéia de que o exército bizantino, sendo um exército “nacional” — depois das experiências com os germanos e antes das cruzadas dos ocidentais, e excluindo as guardas especiais que protegem o próprio imperador —, a administração encontrou uma maneira de pagamento e uma garantia de continuidade da profissão, numa instituição que ligou o uso e quase-propriedade de um lote de terra à profissão militar. Dizemos “quase-propriedade” porque havia restrições na venda desses lotes e a hereditariedade era provavelmente condicionada à continuação do serviço militar pelos filhos. Instituição semelhante, enfim, àquela que conhecemos no Baixo Império Romano, com os *limitanei*, com a diferença que no período bizantino em aprêço os lotes não se localizam perto das fronteiras a serem defendidas (Vide, bibliografia indicada no trabalho).

Agora, o problema crucial do exército bizantino deve ter sido uma falta de recrutamento de soldados, reflexo, aliás, de uma densidade demográfica em declínio. Nessas circunstâncias, as invasões dos povos bárbaros sempre tiveram um duplo significado: um, negativo, pelas devastações, outro, positivo, pela possibilidade de enquadrar essas populações nos quadros civis e militares do Império, pelo rejuvenescimento da população em geral. Assim, para aplicarmos essa ambigüidade de significado à invasão dos eslavos, patenteia-se através da documentação que, no tempo que a seguiu, a falta de braços no campo era menos cruelmente sentida (*Nomos georgikos* — lei agrária, de aproximadamente 700) e sabemos de empreendimentos imperiais para estabelecer populações recém-vindas, como “colonizadores” em regiões não contíguas à área de invasão (*vide* trabalho nosso, com referências). E’ honesto acrescentar, porém, que nos documentos anteriores ao período da dinastia chamada de Macedônica, não aparecem os *ktémata stratiotika* como tais. Falta de pesquisas em tôrno disso? Acaso da documentação?

*

Ao Prof. *Eduardo d’Oliveira França*.

A intervenção do Prof. d’Oliveira França consiste numa apreciação de caráter laudatório — o que não mereceu êste meu trabalho — e numa pergunta sôbre conhecimento dos ritmos de invasões e respectivas respostas, à qual responder não me será fácil, dado as

insuficiências gerais e momentâneas de fenômenos invasores que aqui não foram tratados.

O que foi enfocado nas páginas que V. S. tem em mãos é, de maneira explícita, a penetração dos eslavos e, ainda que com menor insistência a dos germanos no Império Bizantino. Limitando-me primeiramente a estes dois movimentos, não é tão difícil ver a diferença do ritmo de invasão e da resposta por esta provocada, sendo a invasão dos germanos uma invasão rápida e a outra, uma infiltração que se processa durante décadas e décadas, ganhando vulto e acabando por cobrir praticamente (não digo, eliminando totalmente, pois isto não sabemos, por falta de documentação adequada) as camadas que já aí estavam no Baixo Império Romano.

Agora, no tocante à resposta que o Império Bizantino soube dar, salta aos olhos que êle reagiu com muito maior vigor no caso dos germanos, bastando lembrar que o perigo germano no exército foi afastado graças ao apêlo que se fez aos Isaúrios, como apontamos (pág. 126) e as colunas dos visigodos dirigiram-se (*vide* *ibid.* nota 5) para o Ocidente. A resposta à invasão dos eslavos foi muito lenta a tomar corpo, através da atividade missionária, a diplomacia, e o gradativo reestabelecimento da administração, como foi indicado. Nesse contexto teria sido interessante se tivéssemos dado maior destaque à penetração dos valores bizantinos entre os povos eslavos que (momentâneamente ou definitivamente) não pertenciam ao Império. V. S. aceita a interpenetração cultural e com razão, ainda que não possamos satisfazer totalmente seu pedido de apurar minuciosamente, por cada região, a cronologia, por razões já citadas. Mas as páginas que escrevemos a respeito esclarecem suficientemente, esperamos, as grandes diferenças em ritmo de invasão e de resposta. Sem querer fazer disso uma regra — já o dissemos, o nosso horizonte não foi suficientemente amplo para isso — podemos dizer que, à penetração rápida, houve resposta rápida, à penetração lenta, a resposta processou-se num ritmo lento e de maneira mais complicada.

Finalmente, o Prof. Eduardo d'Oliveira França indaga se houve rupturas na cultura bizantina, como consequência das invasões aqui apontadas, ou então, apenas distorções. Há, sim, senão ruptura pelo menos hiato na documentação com respeito à cultura no século que se seguiu à invasão eslava. Mas aqui, mais uma vez, o argumento *cum hoc, ergo propter hoc*, seria sumamente perigoso, de vez que, paralelamente com a invasão eslava, ocorreu a expansão do mundo islâmico que arancou definitivamente várias províncias do Império Bizantino. Ora, a luta com a Pérsia dos Sassânidas, no fim do VI e início do VII e as sempre renovadas guerras com os árabes,

tiveram uma repercussão maior, pensamos, na cultura bizantina. Pensamos na orientalização do direito (penas corporais mais frequentes), em certas tendências religiosas e artísticas (incluindo-se aí os iconoclastas, provavelmente, e os pauliceanos) e talvez em aspectos da vida cotidiana que sem se escaparão. Quando o mesmo corpo é atacado por dois lados, e faz frente dos dois lados, não é fácil distinguir a origem das cicatrizes que leva.

Por fim, agradecemos ao Professor o estímulo que suscitou sua pergunta para nossos estudos, mesmo se não foi possível responder com igual densidade de aspectos a uma indagação tão rica de horizontes.

*

Ao Prof. *Harry Bellomo*.

1. — Se falamos em osmose cultural entre os búlgaros e os bizantinos, de maneira específica, foi nesta apresentação, e não, ao que nos conste, no trabalho que V. S. tem em mãos. E' evidente que, na parte cultural, a influência cultural de Bizâncio para os búlgaros foi muito maior do que o eventual movimento em sentido inverso. Verdade é que os bizantinos não ficaram sem sofrer impacto algum pelo contáto com os bárbaros; melhor porém chamar essa penetração de processo de barbarização. Repetimos, porém, que gostaríamos de ver indicado com maior precisão o texto e o contexto, em nosso trabalho escrito.
2. — Sugere o Professor ainda que o fato da fraca resistência dos turcos, no ataque final da História de Bizâncio, talvez esteja relacionada com grupos não assimilados. Sinceramente, isso não nos parece certo.

O ataque final, como todos se lembrarão, deu-se contra um "Império" que já não era muito mais do que a própria cidade de Constantinopla, e aí não se vêem bem esses grupos inassimilados. Houve, sim, da parte dos bizantinos, uma reação contra a pressão da Igreja do Ocidente que quis ligar uma ajuda militar a um ato de submissão da Igreja de Constantinopla à de Roma. A reação do povo e dos monges foi o grito: "Preferível o turbante à tiara!" Isto veio a enfraquecer naturalmente a resistência.

*

Ao Prof. *Luís César Bittencourt Silva*.

Indaga o Professor porque não considere os Eslavos “povos de estepe”. Se V. S. quiser sugerir que eu deveria tê-los assimilado, não tenho dificuldade em responder: porque não o são, conforme a classificação dos livros que eu mais estimo: MUSSET L., *Les Invasions, Le Second Assaut*, Paris (P. U. F.) 1965, pág. 51. (Le monde des Steppes...) e pág. 75 s. (sôbre os eslavos) distingue-os nitidamente. HALPHEN L., *Les Barbares* (série: Peuples et Civilisations), Paris (P. U. F.) 5a. edição: 1948, pág. 9 s. talvez tenha criado a confusão, falando dos povos das estepes russas (eslavos, lituanos etc.) e das estepes asiáticas (*idem, ibidem*, pág. 11) sem distinguir-lhes bem as diferenças. Não é o fato de êles terem atravessado as estepes russas ou aí terem morado, que é o suficiente para classificá-los entre os povos das estepes. O elemento distintivo é um determinado modo de viver, bem diferente, no caso dos povos que partem da Ásia Central e que são essencialmente nômades-cavaleiros, cujo tipo de vida foi descrito muitas vêzes (bibliografia nos livros já citados, no 1º vol. de L. MUSSET, *Les Invasions*, e na coleção História Mundi, 5 Bd, Frühes Mittelalter, por M. DE FERNANDY, pág. 497-500 etc.).

E’ verdade que certos eslavos entraram em convivência com grupos dêsses povos-cavaleiros (por exemplo búlgaros com eslavos; alanos com eslavos, eslavos e godos) (1) e adotaram determinados tipos de vida e de guerra, mas isto não nos permite dizer que “os” eslavos pertencem ao grupo dos “povos das estepes”.

*

Ao Prof. *Sebastião Romano Machado*.

1. — Não há dúvida de que o esforço missionário de Roma e o de Bizâncio apresentam traços comuns; o contrário seria de se estranhar, já que parte de dois centros da mesma igreja. Diferenças foram indicadas implicitamente no trabalho apresentado, a maior delas sendo a grande liberdade deixada por Constantinopla em questões de liturgia (especialmente na língua litúrgica, com reflexos evidentes na vida cultural dos povos atingidos) e grande flexibilidade também em questões de hierarquia. Interessante também serira seguir a influência artística das respectivas cidades-missionárias nas diversas regiões. Mas é impossível fazê-lo aqui, tanto menos que a própria arte pré-românica da Alta Idade Média recebeu influên-

(1). — Sôbre essas simbioses, M. DE FERNANDY, *op. cit.*, p. 255-259.

cias de Constantinopla. Um episódio típico da concorrência entre as duas forças é o da conversão dos búlgaros (tempo do patriarca Fócio).

2. — Que houve influência, já está afirmado na primeira parte da resposta. No trabalho indicamos que a religiosidade de certos povos ficou para sempre marcada pela influência bizantina, há casos onde essa influência foi superada (caso dos croatas).

Cria-se uma tensão entre tendência nacional e influência bizantina no momento em que um povo, que durante certo tempo ficou dentro dos limites do Império e depois consegue sair das fronteiras políticas do Império (os sérvios) ou então sempre ficou fora dessas fronteiras (os russos). Sem quereremos aprofundar a matéria aqui, achamos poder dizer que a penetração religiosa bizantina não impedia o surto de uma consciência nacional, nem mesmo dentro do clero.

*

À Profa. *Emília Thereza Alvares Ribeiro*.

1. — A primeira pergunta é um tanto complexa, pois, se bem a entendemos, há aí uma afirmação de ordem político-militar (Bizâncio vinha perdendo territórios desde o início das invasões) e uma sugestão de ordem cultural (Bizâncio “não cuidados”) dos fatores de assimilação nos territórios por ele mantidos”).

Que Bizâncio ia perdendo territórios continuamente é verdade, mas só *grosso modo*, pois houve período de franca recuperação, como o de Justiniano e o da dinastia dos Macedônios. Se a professora quiser sugerir por isso que os territórios iam se perdendo por descuido dos bizantinos que não fizeram nada para assimilação, caímos na segunda parte da pergunta, que sugere que Bizâncio foi realmente negligente neste particular.

Sinceramente, não acreditamos que este seja o caso. Afirmamos em nosso trabalho e continuamos acreditando que que as guerras são infelizmente coisa muito importante e decisiva na vida do Império. E não são as forças defensivas que determinam o armamento e a força do adversário. E os sentimentos da população conquistada ou ameaçada? E' conhecido o caso das províncias do Egito e da Síria, que se entregaram aos Árabes sem oferecer muita resistência. Este comportamento envolve, conforme é aceito entre historiadores, um

sentimento nacionalista, que constava de uma facêta religiosa (monofisismo), cultural (a língua nativa contra o grego) e hierárquica (sede de Constantinopla contra sede de Antíóquia e Alexandria respectivamente).

Tudo isto é verdade, mas que nos seja permitido insistir em dois tópicos. Primeiro, Bizâncio herdou todos êsses problemas do Baixo Império Romano, onde cada região já começara a tomar efeições próprias, que a distinguiam das outras, dentro do Império. Segundo, a história dos anos entre 450-610 está cheia de tentativas dos imperadores para resolver o espinhoso problema do monofisismo. O fanatismo religioso localizou-se bem menos na mais alta esfera do que entre os graus mais baixos do clero. Quanto à assimilação cultural, Bizâncio sempre manteve a língua grega como língua administrativa, sem impedir que a população continuasse usando sua língua nativa. Um método, em resumo, que não é tão especificamente bizantino, mas que fica na linha do Baixo Império.

Porém, evitemos as extrapolarizações. Diferente é a situação nas províncias da península balcânica, primeiro pelo ritmo em que ocorrem as invasões e especialmente pela situação estratégica de Bizâncio, que conseguiu recuperar militarmente essas províncias. O nosso trabalho, precisamente, quis mostrar como foi levado até seu término essa obra de absorção na região balcânica.

2. — A segunda parte já está parcialmente englobada na nossa resposta à primeira. O caso dos monofisistas que — já naquêlê momento! — preferiam o turbante é o mais conhecido e o sempre citado. Mostramos, porém, que o mesmo malôgro não se verifica na Macedônia, na Grécia, e em tôdas essas regiões, que também foram invadidas. Repetimos que não se pode generalizar ou exagerar uma falta de tolerância cultural e religiosa.

Quanto à menção que se faz dos imperadores Justiniano e Heráclio, que são dos mais conhecidos (“louvados” é um termo perigoso, pois, louvados por quem?) não achamos que êles tenham sido mais ferrenhos defensores da “ortodoxia” que seus sucessores. Valha como exemplo o episódio dos “três capítulos” durante o Concílio de Constantinopla de 553, que foi claramente uma tentativa de Justiniano para encontrar uma plataforma de possível entendimento com os monofisitas. No que diz respeito a Heráclio, temos um exemplo

mais evidente ainda, na sua tentativa de propagar, de acôrdo com o patriarca Sérgio, o Monoteletismo. O fato de êle ser malgrado nesse entendimento (e, com a conquista árabe, não valeu mais a pena insistir nisso) não tira nada do significado. Repetimos, não vemos como Justiniano e Heráclio fossem mais típicamente perseguidores do que muitos dos seus sucessores.

3. — Na terceira pergunta a Professôra afirma acreditar que Bizâncio conseguiu manter-se parcialmente em detrimento do Ocidente Cristão. Quanto ao primeiro período (entre, digamos, 350 e 476), talvez tenha escapado à Sra. a nota 5, pág. 126, do nosso trabalho, que expressa a nossa opinião, que não pretendemos mudar por enquanto. No período da Alta Idade Média (475-1000), quais são as invasões que por Bizâncio foram “desviadas” para o Ocidente? Certamente não os eslavos do Sul, que se instalaram dentro do território que Bizâncio sempre considerou como seu; nem os ávaros, de cujas incursões, até o cêrco de Constantinopla em 626, as províncias balcânicas foram o alvo constante, e que viviam em relativa paz com os reinos franco e longobardo, até que Carlos Magno organizasse a guerra que devia anular-lhes todo o poder político; nem os magiaros, como os outors povos da estepe que, por razões econômicas de sobrevivência, seguiam os caminhos que conduzem do Sul da Rússia à *puszta* húngara. Finalmente, na segunda parte da Idade Média, seria mais exato dizer que Constantinopla foi pelos ocidentais (Veneza, Pisa, Gênova) explorada do que o inverso.

Quando, ainda na mesma pergunta, a Professôra afirma que a imobilidade de Bizâncio *não* se devia a fatôres culturais de absorção, confessamos que não sabemos como responder, pois essa pretensa imobilidade, ao que pensamos, não existe, pelo menos não nos têrmos comumente aceitos.

4. — Certamente Bizâncio não teve o papel preponderante que a Professôra sugere no confinamento dos judeus em *ghetto*. O verdadeiro *ghetto* é uma instituição veneziana do século XVI. Houve, antes já, concentração dos judeus em bairros, porém sem êsse caráter obrigatório e exclusivista, e essa não foi prerrogativa de Bizâncio. A única obra que trata explicitamente dos judeus no Império Bizantino, a de J. Starr (2), mostra claramente como as poucas evidências que temos a respeito não permitem nenhuma conclusão nem quanto confinamento le-

(2). — J. STARR, *The Jews in Byzantine Empire*, Atenas, 1939.

gal, nem quanto à prioridade da concentração judaica, no Império Bizantino. Tudo isto é tão comum no Ocidente como no Oriente.

5. — A resposta à última pergunta, finalmente, tem de ser clara e breve. E' evidente que impor-se-ia uma comparação com a situação na civilização muçulmana. Quem está em melhores condições do que nós, para compreendê-la, é a Profa. Emília Thereza A. Ribeiro...

AS MIGRAÇÕES NUMA CONJUNTURA CRÍTICA:
A PROPÓSITO DOS MOVIMENTOS DE
POPULAÇÃO NO FIM DA
IDADE MÉDIA (*).

VICTOR DEODATO DA SILVA

Instrutor da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (SP).

Sem pretendermos expor de forma sistemática uma teoria concernente ao conhecimento histórico desejaríamos, porém, reafirmar o relativismo inevitável de que êste se reveste. Com efeito, cada época tem dos vários períodos do passado uma visão própria que reflete em grande parte os problemas e preocupações do presente. Se tal fato, por um lado, poderia aos olhos de alguns, que têm da ciência uma concepção excessivamente rígida, comprometer definitivamente o caráter científico da história, de outro autoriza a afirmação da inesgotabilidade do estudo do passado. Mas, ao mesmo tempo em que as maneiras de ver o passado se renovam constantemente entre os que trabalham na temática histórica no nível da especialização e pesquisa, há uma estranha persistência de certas idéias feitas e esquemas consagrados, mesmo entre pessoas que têm na história a sua atividade profissional. Sem pretendermos que êles sejam mais raros em outros setores do conhecimento histórico, não hesitaremos em afirmar que os "clichés" são particularmente numerosos relativamente à história medieval.

Assim, por exemplo, ainda são numerosos aqueles que insistem em afirmar o caráter estático da sociedade medieval, tendendo a ver na tendência estamental da organização social uma impermeabilidade entre as várias camadas da população apenas menos acentuada do que a vigente num sistema de castas. Ora, tal impermeabilidade não existiu em nenhuma fase da Idade Média e, inclusive, os mecanismos de formação dos vários grupos sociais bem como os processos

(*) . — Comunicação apresentada na 2ª sessão de estudos, no dia 4 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

(1) . — Entre os trabalhos pioneiros convém mencionar as páginas magistrais de Marc Bloch, presentes em quase tôdas as suas obras, por exemplo: *La Société Féodale*, Paris, 1939, sobretudo a segunda parte do primeiro

de transferência de indivíduos de uma para outra camada da população têm sido recentemente objeto recentemente de estudos sistemáticos (1).

Tal visão estática está igualmente presente na tendência a insistir no imobilismo espacial das populações medievais, ao menos em certas fases e presente, por exemplo, na noção do servo ligado à gleba. Ora, ao contrário do que se pretende por vezes ainda em nossos dias, em todo o transcurso da época medieval a deslocação de indivíduos, ou de pequenos grupos de pessoas ou de massas consideráveis de população sempre foi assaz intensa. Como afirma pertinentemente em livro recente o medievista francês Le Goff: “la société médiévale a été semi-nomade” (2).

*

No que diz respeito à chamada alta Idade Média (período que, seguindo as convenções obedecidas pela historiografia ocidental, caracterizaremos como aquêlo compreendido entre os séculos V e X, grosseiramente) parece-nos não haver maiores dúvidas visto ser o mesmo predominantemente caracterizado por sucessivas vagas migratórias de massas consideráveis de população, migrações essas vulgarmente denominadas “invasões”. Essas sucessivas vagas invasoras provocaram profundas e freqüentemente duradouras alterações na fisionomia étnico-cultural da Europa, Ásia ocidental e norte da África, não só pela pressão entre povos migradores, mas também dêstes sobre as populações das regiões ocupadas, freqüentemente forçadas também a se deslocarem. Como casos clássicos, lembraríamos a fuga dos bretões, acossados pelos jutos e anglo-saxões, para o País de Gales, Escócia e Armórica gauleza, ou ainda o das populações iberovisigóticas que, pressionadas pelos conquistadores muçulmanos, se refugiaram nos Pirineus. A partir dos meados do século XI verificou-se, porém uma crescente rarefação de tais formas migratórias, que tinham colocado em plano secundário outras formas de desloca-

volume; *Seigneurie Française et Manoir Anglais*, cap. 1, pp. 23 sqq.; o cap. para a *The Cambridge Economic History of Europe*, “The rise of dependent cultivation and seigniorial institutions”, Cambridge, 1941, pp. 224-277. Mais recentes, os artigos de Léopold Génicot publicado nos *Annales. Economies. Sociétés. Civilisations. Paris*, ano XVII, nº 1, jan.-fev. 1962, La noblesse au Moyen Age dans l'ancienne “Francie”, pp. 1-22, e nos *Comparative Studies in Society and History*, tomo V., nº 1 out.-dez. 1962, La noblesse au moyen age dans l'ancienne “Francie”. Continuité, rupture ou évolution?, pp. 52-59.

(2). — *La Civilisation de l'Occident Médiéval*, Paris, 1965, p. 13 e tb. pp. 172 sqq. Em *La Société Féodale*, já citada, são dignas de registro as considerações de Marc Bloch sobre a questão, pp.99 sqq.

ção de indivíduos ou grupos. Estas, por força de um aumento do índice de segurança, ganharam um novo impulso e a elas aos poucos se somaram novas modalidades de migração.

Antes de enumerá-las desejaríamos fazer algumas considerações sobre as relações entre a demografia e as migrações. A teoria do espaço vital, desenvolvida por Ratzel e outros geógrafos do século passado e primeira metade do atual, levaram freqüentemente a uma associação estreita, quase determinante, entre emigração e incremento demográfico. Tal noção tem sido contrariada em muitos casos concretos e, inclusive, no caso em exame estamos em presença de um caso de movimentação de populações provocada por uma verdadeira catástrofe demográfica, pelo menos em grande parte. Todavia, no concernente às deslocções de populações verificadas a partir do século XI, cumpre salientar a existência de uma assaz ponderável motivação demográfica. Não obstante a falta de cifras (por tratar-se de época situada em pleno coração da idade pré-estatística), hoje já não há mais lugar para dúvidas quanto a um notável incremento populacional a partir do século XI.

A mais clara manifestação evidenciadora de tal tendência, e que permitirá a retomada de nosso tema específico, é um considerável movimento de arroteamentos que transformou em terrenos agrícolas, amplas extensões de terra ocupadas por florestas e pântanos, modificando consideravelmente a paisagem agrária da Europa Ocidental, acompanhando-se da deslocação de massas consideráveis de população (3). O aumento da produção agrícola, simultâneo a uma melhora considerável nas condições de segurança forneceu aos comerciantes uma maior quantidade de mercadorias e também mais clientes, tendo aquêles ainda as suas fileiras aumentadas pela absorção crescente de elementos da parte ociosa dos excedentes de população. Estes forneceram ainda o principal contingente dos artesãos cujo número aumentou consideravelmente. Artesãos e comerciantes se constituíram nos elementos característicos das cidades renascentes, ainda que, dado o aspecto rústico das cidades medievais, não se deva minimizar o papel dos camponeses. Igualmente o florescimento urbano implicou na deslocação de quantidades consideráveis de população. Por outro lado é evidente que antes do século XI, mesmo nas fases mais agudas de invasão, subsistiam comerciantes,

(3). — A síntese mais recente sobre a vida agrária medieval é de G. Duby, *L'Économie Rurale et la Vie des Campagnes dans l'Occident Médiéval*, Paris, 1962, 2 vols. V. 1, pp. 28 sqq. e sobretudo o vol. II, pp. 131 sqq.

artezãos e conglomerados urbanos, porém numa escala muito mais reduzida (4).

Igualmente com intensidade menor verificavam-se, no período anterior ao século XI, outras formas de deslocamento de indivíduos ou grupos e que ganharam a partir de então novo impulso. Por exemplo, os monges giróvagos que, desde os inícios do monaquismo no Ocidente, mereceram restrições da regra e autoridades beneditinas e que, conhecidos como “vagantes”, “goliardos” e outras denominações, constituíram-se num setor característico do clero regular no período iniciado no século XI (5). As peregrinações nos fornecem outro exemplo de deslocamentos de indivíduos ou grupos cujo incremento então se verificou e cujas características de que se revestiam transformaram-se progressivamente, com as motivações religiosas encontrando rivaís, freqüentemente dominantes, no desejo de aventuras ou num verdadeiro impulso turístico “avant la lettre”. Em princípio, é bem verdade, as peregrinações não deveriam ser associadas às migrações ou colonizações, visto que, normalmente, o peregrino objetivava retornar aos seus, o que não acontecia com estas. Na verdade nem sempre esse retorno se verificava e também nem sempre a morte era responsável por tal fato (6). Ainda mais se justifica tal associação se considerarmos que as Cruzadas podem ser classificadas como derivação das peregrinações e que as mesmas foram recentemente classificadas como “le premier exemple de colonialisme européen” (7). O impulso expansivo que configura a maior parte das modalidades de deslocamentos de populações que acabamos de examinar indica claramente uma conjuntura amplamente favorável: incremento demográfico, aumento da produção agrícola, progressos na circulação comercial, desenvolvimento artesanal e expansão urbana. Se aduzirmos a êsse quadro a generalização de melhorias técnicas consideráveis e uma notável renovação no campo cultural, ficará

-
- (4). — Da vasta bibliografia existente reteremos somente o tomo II da *The Cambridge Economic History of Europe*, Cambridge, 1952, bem como o tomo II da *Histoire Générale du Travail*, “L’age de l’artisanat”, de F. Lot e F. Mauro, Paris, 1960.
 - (5). — Entre as obras mais recentes registre-se o tomo XII (1a. e 2a. parte) da *Histoire de l’Église*, dir. por A. Fliche e V. Martin, Institutions ecclésiastiques de la chrétienté médiévale por G. Le Bras, Paris, 1964.
 - (6). — Ao lado da conhecida obra de Romain Rousel, *Les Pèlerinages a travers les Siècles*, Paris, 1954, sobretudo 32 sqq, muito geral, anote-se o artigo de E.-R. nos *Cahiers de Civilisation Médiévale*, Poitiers, Tomo I, n.º 2, abr.-jun. 1958, pp. 159-169, cuja continuação se encontra no n.º 3 do mesmo tomo, jul.-set. 1958, pp. 339-347, *Recherches sur les pèlerins dans l’Europe des XIe. et XIIe. siècles*.
 - (7). — Le Goff, *op. cit.*, p. 98. Citaremos ainda o recente trabalho de Aziz Atiya, *Crusade, Commerce & Culture*, N. York, 1962, assaz esclarecedor para o aspecto que nos interessa aqui e completado por boa bibliografia.

bem delineada uma conjuntura de expansão. Esse impulso expansivo manteve-se até o século XIII, quando êle se enriqueceu, no aspecto que nos interessa aqui, o da deslocação de populações, com um acontecimento importante: a colonização alemã na Prússia, Silesia e outras regiões situadas ao Oriente e anteriormente ocupadas por populações eslavas. Nos inícios do século XIV transformações importantes começaram a prenunciar uma mudança de conjuntura, desta vez com tôdas as características de uma profunda depressão, sem dúvida uma das maiores por que passou a Europa Ocidental.

*

Este não é, evidentemente, o momento de entrarmos em detalhes mais minuciosos a respeito das crises dos séculos XIV e XV, de resto objeto de trabalhos de síntese recentes (ainda que necessariamente incompletos, dado o fato de não existirem ainda estudos parciais suficientemente numerosos) (8), pelo que nos limitaremos a acentuar alguns aspectos mais importantes para a compreensão dos fenômenos ora em exame, ou seja, as migrações no fim da Idade Média.

Assim, em primeiro lugar, mencionaríamos uma série de perturbações graves do ponto de vista demográfico que, não obstante o fato de atingir desigualmente as várias regiões da Europa Ocidental, no conjunto, provocaram um declínio populacional nos meados do século XIV, seguido de alternativas de estagnação, pequenas quedas e ligeiras ascensões (9). Encontrando suas primeiras manifestações nas epidemias de fome de 1315 a 1317, das quais foram particularmente estudadas as que atingiram os Países-Baixos, agravadas com a manifestação de um estado de guerra de caráter endêmico em algumas regiões, sobretudo a França e a Itália (10), tal declínio atingiu seu ponto crítico com a Peste Negra que, originária do Oriente, ceifou de 20 a 70% da população européia, variando sua incidência de região para região, mas situando-se sua média de mortalidade entre, provavelmente, 30 e 40%. Se com a Peste Negra as manifestações epidêmicas conheceram sua forma mais intensa e genera-

(8). — J. Heers, *L'Occidente aux XIVe et XVe. Siècles*, Paris, 1963, constituindo-se no vol. 23 da col. "Nouvelle Clio".; J. Glénisson, *Les Découvertes*, Paris, 1966, col. "Les Métamorphoses de l'Humanité". Mais antigos, porém úteis, Édouard Perroy e outros, *Le Moyen Age. L'expansion de l'Orient et la Naissance de l'Europe*, col. "Histoire Générale des Civilisations", Paris, 1955 e Robert S. Lopez, *La Naissance de l'Europe*, Col. "Destins du Monde", Paris, 1962. Todos com boas Bibliografias.

(9). — Heers, *op. cit.*, pp. 264 sqq.; Glénisson, *op. cit.*, pp. 81 sqq.

(10). — Heers, *op. cit.*, pp. 92 sqq.; Glénisson, *op. cit.*, pp. 37 sqq.

lizada, não cessaram aí seus ataques, verificando-se numerosas reincidências (11). Os efeitos acumulados das fomes, guerras e pestes sobre as atividades econômicas foram catastróficos, com incidência altamente negativa sobre a mão-de-obra e o consumo, daí resultando uma grande inquietação social manifestada através de múltiplas modalidades de desordens e migrações.

Se temos, todavia, no declínio demográfico e seus principais agentes — a fome, a guerra e a peste — os componentes mais espetaculares da crise do fim da Idade Média, neles não se resume a mesma. No setor religioso lembraríamos a transferência temporária da sede do papado de Roma para Avinhão desde 1305, agravada a partir de 1378 com o Cisma. No plano político verificou-se aquilo que poderíamos classificar como o nascimento do Estado moderno, acompanhado do surgimento do sentimento patriótico, não sem perturbações sérias, de que é o exemplo mais frisante a Guerra dos Cem Anos. A arte da guerra passou, por sinal, por modificações que elevaram extraordinariamente os seus efeitos destrutivos, transformando-se dos combates de pequenos grupos de nobres interessados no aprisionamento dos adversários para a obtenção de resgate, em que consistia essencialmente, em longas campanhas levadas a efeito por mercenários, preocupados em obter o máximo de vantagens em pilhagens e interessados em criar o máximo de dificuldades para o inimigo, através de destruições sistemáticas, sobretudo de colheitas, de molde a impedir-lo de abastecer-se (12).

No setor econômico, por outro lado, a depressão não se fundava unicamente nas já mencionadas perturbações no mercado de mão-de-obra e no consumo. Na circulação monetária a evasão de metal precioso, decorrente do *deficit* das relações comerciais com o Oriente e da tendência a um entesouramento excessivo, tiveram reflexos nocivos sobre o comércio, com repercussões indiretas na agricultura e artesanato (13). Provavelmente mais graves ainda seriam o imobilismo tecnológico (14), sobretudo, certas limitações inerentes à própria dinâmica do sistema feudal, tais como a canalização da maior parte dos benefícios econômicos para classes destituídas de mentali-

(11). — Heers, *op. cit.*, pp. 90 sqq.; Glénisson, pp. 65 sqq.

(12). — Além do livro já citado do prof. J. Glénisson, mencionaríamos o pequeno, mas sugestivo trabalho, de P. Contamine, *Azincourt*, Paris, 1964, além da obra clássica de J. Huizinga, traduzida inclusive para o português com o título de *O Outono da Idade Média*, Lisboa, s/d.

(13). — Heers, *op. cit.*, pp. 180 sqq.; Perroy, *op. cit.*, cap. 2 da 2a. parte e também o art. de W. C. Robinson em *The Economic History Review*, Utrecht, tomo XII, nº 1, 1959, pp. 63-76; Money, population and economic change in late medieval Europe.

(14). — Hilton, Y eut-il une crise générale de la féodalité?, in *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations*, Paris, ano VI, a. série, jan.-fev. 1951, p. 23.

dade investidora como a nobreza e alto clero, e a reduzida movimentação de capitais provocada — paradoxalmente — simultaneamente por um certo tipo de entesouramento excessivo e improdutivo (por exemplo, na forma de jóias entre membros da nobreza e, sobretudo, pelos objetos litúrgicos constituindo o “tesouro” das sés episcopais e mosteiros) e por uma tendência ao esbanjamento suntuário, própria às classes senhoriais (15). Todo êsses fatos parecem-nos bem caracterizar a extensão e a profundidade da depressão por que passou a Europa Ocidental nos dois últimos séculos da Idade Média e já permitem pressentir o sentido negativo da maior parte das migrações que então se verificaram.

*

Devemos por outro lado acentuar que, quão generalizada fôsse ela, a crise não atingiu nas mesmas proporções todos os setores da sociedade (da mesma forma que os seus efeitos se fizeram sentir desigualmente de região para região). Assim, do ponto de vista demográfico, se em certos momentos de crise aguda (pensamos sobretudo nas epidemias) a mortalidade parece ter sido bem mais acentuada nas cidades do que na zona rural, a longo têrmo esta parece ter pago o onus mais pesado de tais perdas, visto terem contingentes de seus habitantes, através da emigração, preenchido os claros verificados nos núcleos urbanos. Isto porque a cidade, de uma forma geral, sempre se constituiu em polo de atração para as populações rurais, acentuando-se ainda mais tal tendência nos momentos de crise (16).

Já por ocasião da grande crise alimentar que atingiu duramente algumas regiões da Europa em 1315-1317, sobretudo a Inglaterra, norte da França, Países-Baixos e grande parte da Alemanha, podemos discernir um dos mecanismos de tal tendência. Tal crise foi provocada essencialmente pela ocorrência de uma série catastrófica de intempéries (sobretudo na forma de chuvas torrenciais que se prolongaram da primavera até os meados do outono, além de um frio considerável) que provocaram a perda de parte preponderante das colheitas. Ainda que a armazenagem de alimentos se processasse então

(15). — Le Goff, *op. cit.*, pp. 437-444; Heers, *op. cit.*, p. 334.

(16). — Heers, *op. cit.*, p. 93; Glénisson, p. 85. O pioneiro dos estudos das aldeias abandonadas (wuestungen”, em alemão) foi W. Abel, *Die Wuestungen des ausgehenden Mittelalters*, Iena, 1943. Todavia, o estudo mais completo é a coletânea de trabalhos de especialistas de toda a Europa, publicada sob o título de *Villages Désertés et Histoire Économique (XIe.-XVIII siècles)*, Les Col. Les Hommes et la Terre, t. XI. Paris, 1965.

numa escala muito limitada, fato que, aliás, contribuiu poderosamente para que a crise agrícola atingisse proporções catastróficas, era ela muito mais freqüente nos centros urbanos (sobretudo por comerciantes, que aproveitavam tais crises para proceder a especulações altamente lucrativas) do que no campo (sobretudo entre as classes mais baixas, visto que pagas as contribuições devidas aos senhores e comprados os bens de consumo indispensáveis somente restava ao camponês o estritamente necessário para esperar a colheita seguinte, e se esta falhava, a situação do mesmo tornava-se crítica). Por outro lado, podiam as cidades, por iniciativa de seus corpos diretivos, proceder à importação de alimentos, o que representava uma perspectiva não desprezível de abastecimento. Todos êsse fatos faziam com que os camponeses desesperados e famintos, freqüentemente reduzidos à indigência, vissem na cidade uma esperança de sobrevivência, contando com a assistência das entidades caritativas lá existentes. O fato de tais esperanças serem freqüentemente frustradas não impedia a repetição do fenômeno a cada epidemia de fome (17).

Igualmente consideráveis eram as repercussões negativas das guerras. Todavia, deve-se frisar que estas, no conjunto, somente assumiam proporções realmente ponderáveis em algumas regiões da Europa. Embora por tôda a parte a guerra constituísse um fato corriqueiro, seus efeitos se manifestaram em tôda a sua plenitude no complexo franco-flamengo, palco da Guerra dos Cem Anos, e na Itália, fragmentada numa multidão de repúblicas municipais rivais e cujos desentendimentos se superpunham às rivalidades entre partidários do Papado (Guelfos) e do Santo Império Romano-Germânico (Gibelinos). Em ambos os casos estamos na presença de guerras em estado endêmico, geradoras de uma situação quase anárquica, na qual as fases de trégua se mostravam quase tão inquietantes quanto os períodos de hostilidades (18).

Se em tempo de guerra, os exércitos em retirada, preocupados em impedir o reabastecimento do inimigo e assim dificultar a sua marcha, competiam com as forças invasoras em preocupação destrutiva, em período de paz os mercenários de ambos os lados transformavam-se em saqueadores, depois de serem licenciados pelos seus contratantes, reunindo-se em grupos, freqüentemente sob a liderança de um capitão que impunha uma disciplina rígida e que procediam à pilhagem das regiões em que se instalavam de forma metódica. Na França citaríamos, por exemplo, o caso de Mérigot Marchès que, instalado no castelo de Roche-Vendeix, procedeu ao saque da Au-

(17). — Heers, *op. cit.*, p. 87; Glénisson, *op. cit.*, p. 53.

(18). — Heers, *op. cit.*, p. 92; Glénisson, *op. cit.*, p. 37; E.-R. Labande, *L'Italie de la Renaissance*, Paris, 1954, 2a. parte, pp. 172-366.

vergne com tal eficiência que conseguiu acumular a mui apreciável fortuna de cem mil francos de ouro (19). Embora nem todos os “routiers” (do latim “rupta”: tropa, portanto chefe de tropas) mostrassem a mesma eficácia, o exemplo é frisante. Na Itália, as perspectivas ainda se mostravam mais favoráveis, constituindo-se num verdadeiro paraíso dos elementos interessados em fazer fortuna pelas armas. Num exemplo entre muitos poderíamos reproduzir aqui o testemunho de Demétrio Cidônio, intelectual e homem de estado bizantino, partidário da união das igrejas romana e oriental, convertido ao catolicismo romano e que realizou numerosas viagens à Itália, a mais importante das quais verificada em 1369, no séquito do imperador João V Paleólogo. Pois bem, numa de suas viagens, realizada em 1353, depois de estadia em Veneza, onde desembarcou, desejava êle ir até Roma, sendo obrigado a abandonar tal projeto em virtude de as estradas que ligavam as duas cidades estarem infestadas de bandidos. Mas, ouçamô-lo:

“... Eu desejava... ir também a Roma e cumprir a promessa feita aos mui santos Apóstolos e ficar quites com meu voto, sendo êsse o objetivo que me tinha proposto ao partir... Mas meus amigos de Veneza... aconselhavam-me,... suplicavam,... mostravam mesmo claramente que não me deixariam partir e que, se pudessem, não hesitariam em recorrer à violência para impedir-nos de nos expor a perigos evidentes, eu e meus companheiros. “A viagem a Roma exigia muitos dias e a estrada estava infestada de bandidos, tiranos, homens de guerra uns contra os outros; tratava-se portanto de um perigo certo para os que viajavam”. Êles me provaram que, muitos dos que viajavam na Itália, alguns tinham sido despojados de tudo o que tinham inclusive a própria camisa, outros torturados, com os membros mais necessários amputados e obrigados por isso de resgatar o resto de seus corpos com tesouros de Crespo; outros, incapazes de suportar essas torturas, nelas tinham encontrado a morte; e êles me prediziam que nos passaríamos por essa experiência se, diante dos conselhos que êles nos davam em nosso interesse, não nos resignássemos em ficar...” (20).

Creemos que pelas linhas acima reproduzidas é fácil fazer-se uma idéia do clima político e social reinante na Itália e também avaliar as repercussões econômicas, sobretudo no que concerne às relações comerciais, de uma tal situação. Porém, mais importante parece-nos ressaltar a importância dessas Companhias, nomes por que eram conhecidos êsses grupos de mercenários liderados por um capitão, como

(19). — Contamine, *op. cit.*, cap. 3, p. 69; artigo de H. Moranvillé, La fin de Mériqot Marchès, *Bibliothèque de l'École des Chartes*, tomo 53, 1892 (Paris), pp. 77-87.

(20). — Vertido da trad. francesa de G. Cammelli, *Correspondence* (de Démétrius Cydonès), Paris, 1930, p. 14.

uma forma de migração. De fato, tratava-se sobretudo de estrangeiros, alemães, suíços, ingleses, catalães, etc., originários das mais diversas camadas sociais (bastardos ou filhos menores, portanto sem herança, de nobres, foragidos da justiça, camponeses com obrigações para com seus senhores, etc.). Sobretudo na Itália, as perspectivas de sucesso provocou a multiplicação dos “condottieri” que, efetivamente, conseguiam por vezes chegar a situações invejáveis, como o inglês John Hawkwood que, como prêmio aos serviços prestados a Bernabò Visconti, ao casar-se com uma filha bastarda deste apentou-se a ilustres famílias reinantes da Europa (21). Tais sucessos somente podiam estimular os elementos desejosos aventuras.

Ainda no que concerne à guerra, como já ocorrera com as acima mencionadas crises alimentares, as migrações por ela provocadas obediam o sentido campo-cidade, visto que as perspectivas de proteção oferecidas pelas muralhas destas eram evidentes. Por outro lado, mais talvez do que as outras modalidades agudas de crise, contribuiu a guerra para a dissolução dos vínculos senhor-dependente, visto figurar como dever número um do primeiro a proteção deste (22).

Porém, de todos os componentes da grave crise dos séculos XIV e XV, aquêle que mais consideráveis repercussões econômicas e sociais apresentou, parece ter sido a Peste Negra de 1348-1349 que, aliás, conheceu reincidências menos mortíferas nas décadas seguintes. Tal se deveu não somente à sua violência mas, sobretudo, à sua universalidade (em termos de Velho Mundo, é evidente), visto que a Eurásia e norte da África foram atingidos de forma generalizada (23). A intensa e súbita onda de mortes trouxe perturbações muitas sérias em todas as atividades, provocando uma grande efervescência social. E com ela uma vaga de migrações bastante intensa, ainda uma vez obedecendo predominantemente o sentido campo-cidade (24).

O mecanismo de tais migrações não é difícil de ser caracterizado. A súbita mortalidade (que, aliás, parece ter sido mais intensa nas cidades, onde tanto a promiscuidade quanto às más condições de higiene eram maiores) provocou uma repentina redução nos mercados consumidores dos produtos agrícolas da qual resultou uma momentânea baixa nos gêneros alimentícios, trazendo aos agricultores grandes dificuldades financeiras. Tendo se verificado concomitantemente uma notória carência de mão-de-obra, os salários conheceram

(21). — Labande, *L'Italie...*, p. 192.

(22). — Robert Boutruche, *La crise d'une Société. Seigneurs et Paysans du Bordelais pendant la Guerre de Cent Ans*. Paris, 1947. V. sobretudo pp. 295 sqq. e 429-432.; Herrs, *op. cit.*, p. 108.

(23). — Glénisson, *op. cit.*, pp. 69 sqq.

(24). — V. nota 16.

uma alta instantânea que, combinada com a situação desfavorável dos camponeses, fêz com que estes divizassem na obtenção de trabalho na cidade o remédio para seus problemas. De fato, o problema do abandono das culturas parece ter sido agudo e não parece ser menos evidente que as cidades conseguiram, graças à imigração, recobrar em parte o seu antigo índice demográfico (25).

O abandono dos campos obviamente repercutiu na produção agrícola, cuja queda provocou ulterior subida nos preços, visto terem os consumidores aumentado de número. De resto nesta alta teve seu papel o aumento dos salários agrícolas, provocado pela carência de braços decorrente das migrações para as cidades. A conjugação do aumento de preços dos alimentos com o dos artigos artesanais produzidos nas cidades (onde também tinha se verificado uma sensível alta nos salários, como já foi indicado anteriormente) provocou protestos ásperos dos consumidores (pertencentes em parte às classes altas tradicionais) que levaram às autoridades a baixar uma série de medidas legislativas repressora das situações então configuradas como abusivas, entre as quais se destacam uma série de grandes ordenações reais (26).

O exame dessa legislação confirma em grande parte o mecanismo acima descrito, introduzindo porém aspectos não incluídos nele. Uma das constantes que nela pode ser verificada é o combate à mendicância e à vagabundagem, com penalidades bastante severas. Um

-
- (25). — Alguns estudos monográficos têm confirmado o fato. Por exemplo, o artigo de William M. Bowsky, *The impact of the Black Death upon siennese government and society*, in *Speculum*, t. XXXIX, nº 1, pp. 1-34, jan.-mar. 1964. Sobretudo p. 26.
- (26). — O movimento parece ter se iniciado na Inglaterra, onde Eduardo III, na ausência do Parlamento, estabeleceu por ato algumas medidas gerais em 18 de junho de 1350, substituído pelo "Statute of Labourers", bem mais detalhado e promulgado pelo Parlamento em 9 de fevereiro de 1351. A Ordenação portuguesa está datada de 1349, mas tal data tem sido discutida (V. Marcelo Caetano, *A administração municipal de Lisboa durante a 1a. dinastia*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. VII, 1950, pp. 5-112, sobretudo pp. 81 sqq.). Em Aragão, depois de algumas Ordenações destinadas a fazer face aos problemas mais imediatos, de 1349, foi promulgada por ocasião das Córtes de Saragoça, em maio de 1350, a grande Ordenação. Na França a grande Ordenação relativa à cidade de Paris foi promulgada por João o Bom em 30 de janeiro de 1350. Para o reino de Castela foram elaboradas uma série de Ordenações, em consideração às variações regionais de salários e preços, sendo a mais antiga datada de 28 de setembro de 1351 e dirigida à região de Toledo e Cuenca. Além destas, talvez existam outras ordenações reais, além de numerosas posturas municipais, algumas já localizadas.

dos exemplos característicos é a passagem dedicada ao problema na Ordenação portuguesa, que reproduzimos em seguida:

“E sse achardes que alguuns homens e molheres sson taees que possam servir em algumas das cousas sobre ditas, que andam pedindo pelas portas e non querem servir e lhis dam as esmollas que devyam a seer para os velhos e mancos e cegos e doentes e outros que nom podem guaanhar, por que vyvam que razom e daguysado as devyam d'aver poys nom an corpos para fazer nem huum servyço, constrengendoos que sirvham em aquelo que vyrdes que compre. E sse nom quyserem fazer açoutade-os e deitade-os fora da vila. E nom consentades que os colham nas albergarias e espitaaes. E dade pena qual vyrdes que he aguisada aos albergueyros e a outros quaesquer que os en essas casas colherem” (27).

Essa permanente preocupação com a mendicância teria, uma primeira explicação no fato de parte da população ter-se realmente arruinado com as perturbações ocasionadas pela peste. Assim, D. Pedro IV de Aragão, por ato de 22 de novembro de 1348, concedeu aos habitantes da aldeia de San Miguel de Adamuz, que arruinados pela peste e crivados de dívidas pensavam em emigrar e mendigar, para tentar pagá-las, uma moratória de dois anos (28). Se pensarmos que nem todos os soberanos agiam com a mesma generosidade e presteza, pode-se facilmente admitir que muitos camponeses em condições similares saíssem a apelar para a caridade pública. Uma outra explicação residiria num possível aumento do espírito caritativo, que funcionaria como estimulante à mendicância e vagabundagem. E' hipótese que mereceria ser verificada, tanto mais que não são abundantes os trabalhos sôbre a assistência social no período considerado. Em todo o caso, um estudo recente sôbre as dotações testamentárias (29) revela uma clara tendência contrária, mas esta é apenas uma das modalidades de caridade, com a agravante de restringir-se o estudo em foco à sua incidência a um único grupo social, no caso a burguesia.

Uma explicação mais simples e convincente ou, ao menos, aplicável talvez à maioria dos casos, seria talvez a do insucesso daqueles que se deslocavam à procura de uma ocupação remunerativa. Na verdade é necessário não esquecer que na sua maioria êsses emigrantes não dispunham de qualificação profissional que facilitasse sua

(27). — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livro de leis e posturas antigas, fol. 159, vº, 1a. col. (126 vº).

(28). — Publ. por Amada Lopez de Menezes in *Documentos acerca de la Peste Negra en los Dominios de la Corona de Aragon*. Saragoço, 1956, p. 40.

(29). — F. Leclere, Recherches sur la charité des bourgeois envers les pauvres au XIVe. siècle à Douai, in *Revue du Nord*, Lille, t. XLVIII, nº 189, abr.-jun. 1966, pp. 139-154.

absorção no mercado de trabalho oferecido pelas cidades, tanto mais que os vários officios eram regidos por corporações de tendência monopolista e extremamente ciosas das prerrogativas de seus membros, encarando com hostilidade o ingresso de recém-vindos. Aliás, as legislações em questão incluem freqüentemente medidas restritivas às iniciativas das corporações, provávelmente por sentirem os poderes públicos constituírem as mesmas um obstáculo à normalização do mercado de trabalho. Assim, por exemplo, a Ordenação de Pedro, o Cruel estabelece com severidade que:

“Otrossi que ningunos omos nin mugeres non ssean ossados de ffazer confradias nin cabildos nin ordenamientos, ssin los officiales de cada lugar que ssean a danpno del pueblo” ((30).

Ainda para explicar tais migrações seria conveniente evocar o caso daqueles que recebiam heranças de parentes mortos durante a epidemia, os quais por vêzes podiam habitar em locais distantes daquele em que residia o herdeiro. Embora devendo ter-se verificado em maior ou menor escala em outros pontos da Europa, o problema parece ter preocupado sobretudo Afonso IV que, na já mencionada ordenação, dedica bastante atenção ao mesmo. Assim é que no prólogo pode ler-se:

“... Sabede que a mim he dito que em essa vila e em seu termho ha hommens e molheres que antes que Deus desse a pestilencia que hy ouve, guanhavam dinheiros para a ffam de seus corpos, obrando cada huum e cada huma de seuus mesteres e servyços e servyam esses concelhos como conpria. E que agora que cobrarom alguums bees por mortes d’algumas pessoas, que sse teem em tam grandes que non querem obrar de seus mesteres e servyços como antes faziam. E que poresto es dessa vila e termho rrecebem grandes perdas e danos...” (31).

E mais adiante, já entre as providências ordenadas:

“Tenho por bem e mandou que em cada huma freyguesia desse logar pnhades dous hommes boos dessa freyguesia sem sospeita, jurados dos Sanctos avangelhos que bem e dereitamente sabham todos aqueles e aquelas que husavam de mesteres e servyam nos lavores das vinhas e erdades e gaados e das outras cousas... E se alguuns dos sobre ditos a que acontecerom aueres por rrazom da morteydade ou por outra manero uos quisserem mostrar que por direita rrazom nom devem d’usar dos mesteres e servyços de que antes husava, vos conhecede-lhi delo chaamente e ssem delonga. E sse achardes que com rrazom e aguysado non deve husar deles, vos considerade a pessoa qual he e o auer e mandade lhy que huse de mercadoria ou

(30). — Art. 37 do exemplar destinado a Toledo e Cuenca (v. nota 26).

(31). — A.N.T.T., Livro de leis e posturas antigas, fol. 158, vº, 2a. coluna (125 vº).

de lauoyra ou d'outro mester ou servyço mais honrrado que o que antes avya..." (32).

Todos êsses fatos atestam eloqüentemente a mobilidade das populações medievais durante as epidemias. Um estudo relativo à cidade de Albi, no sul da França, permite avaliar a renovação das populações urbanas durante a Peste Negra. Da comparação de dois "compoix" (espécie de cadastro municipal, em que eram registrados, para efeitos fiscais, os bens dos habitantes possuidores de patrimônio), um anterior (1343) e outro posterior (1357) obtêm-se os dados seguintes: em um dos bairros da cidade, sôbre 638 nomes recenseados em 1343, 74 ocupavam o mesmo bairro em 1357, enquanto 68 tinham se transferidos para outros bairros e 496 (78%) desapareciam totalmente; em outro bairro de 242 nomes recenseados em 1343, 118 eram novos na cidade (47,5%). Tais porcentagens permitiram avaliar em mais de 50% a população urbana desaparecida pela doença ou pela fuga (33). Tais números são suficientemente expressivos e é pena que a raridade de documentos dêsse gênero não permita a multiplicação de tais estudos.

Em vista do expôsto acreditamos ter ficado salientados a extensão e a natureza das migrações verificadas no fim da Idade Média. Para elas contribuiu a reduzidíssima difusão do sistema de propriedade, sobretudo na zona rural, que fazia com que os camponeses se sentissem menos ligados à terra e moralmente autorizados a partir em busca de maior segurança, no momento em que o senhor não podia oferecer a proteção devida aos seus dependentes, em troca dos serviços prestados por êstes. Assim, uma crise da amplitude daquela verificada no período que nos ocupa sômente poderia contribuir para enfraquecer os laços de dependência.

Todavia, tal crise apresentou outras conseqüências importantes. O abandono do campo, como o desaparecimento temporário ou definitivo das aldeias permitiu que a floresta recuperasse parte do terreno perdido. A grande mortalidade favoreceu renovação ponderável nos vários setores da sociedade. Ainda que prolongadas, as provações da Europa deveriam conhecer seu fim na segunda metade do século XV, quando se verificou o início de nova fase de expansão, em termos novos, com o capitalismo parcialmente liberado de muitas das cadeias feudais. O quanto possam ter sido intensas as movimentações de populações durante a crise, viriam elas a ter suas proporções consideravelmente reduzidas em comparação com as que se iniciavam, que abririam à Europa as portas dos outros continentes.

(32). — *Idem*, fol. 159, r^o, 1a. col. (126 r^o).

(33). — Geneviève Prat, Albi et la Peste Noire, art. publ. em *Annales du Midi*, t. 64, fasc. 1, jan.-mar. 1952, pp. 15-25.

*
* * *

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Eurípedes Simões de Paula* (FFCL. da USP.).

Pergunta se os arquivos paroquiais podem fornecer dados sobre a diminuição de populações, não só devido ao êxodo rural, como também à Peste Negra?

Pergunta também se o Autor tem conhecimento do livro de Elisabeth Carpentier sobre Orvieto, onde ela trata dos efeitos da Peste Negra nessa cidade?

*

Do Prof. *Luís César Bittencourt* (Faculdade Fluminense de Filosofia. RJ.).

Indaga se as Cruzadas seriam apenas, como afirma o Autor, a continuação das peregrinações, ou teria um caráter eminentemente migratório, com ocupação de terras no Oriente?

Pergunta se a expansão aragonesa, com a implantação da Ática catalã não mostra um aspecto dos mais importantes da colonização no Oriente por ocidentais?

*

Da Profa. *Emília Thereza Álvares Ribeiro* (Faculdade de Filosofia de Campo Grande. GB.).

Inicialmente cumprimenta o Autor pelo fato do mesmo “sentir” a Idade Média, não como um período de trevas e, por isso, dar-lhe atenção. Pergunta se atrás das migrações não se pode entrever muitos fatores positivos para o desenvolvimento medieval?

Continuando, diz que a reforma de Cluny, já que o Autor inicia seu trabalho citando o século V e a reforma é do século X, indaga se êsses monges viajantes não levavam consigo elementos culturais de uma região para outra? Além desses, os cistercienses, os franciscanos, os dominicanos, etc., que pela filiação dos mosteiros transferiam-se de uma região da Europa para outra, sendo os dois últimos grupos de grande importância para o fim da Idade Média. Indaga também se êsses movimentos tiveram importância na migração cultural?

Pergunta ainda, no caso das migrações dos senhores feudais, donos de propriedades nos mais diferentes pontos (para a guerra, para

a administração e até para a alimentação, quando eram fracas a produção local). Não teriam também importância cultural?

Indaga o papel dos jograis itinerantes (transmissores da *geste* nos primeiros tempos e depois da literatura trovadoresca), pois acredita que eles têm grande importância, inclusive para os dados históricos (como os mosteiros também o tiveram)?

A criação de escolas especializadas em diversos assuntos e Universidades, fazendo com que as pessoas cultas viajassem e trocassem dados culturais (inclusive com o aparecimento de bôlsas de estudos)

Os comerciantes, também levavam essas influências em suas viagens chegando a ser criados os tribunais dos *piepowders*?

Também não teriam influência nas migrações a divisa cristã “crescei e multiplicai-vos”, criando problemas de excesso de população e de herança?

Diz querer lembrar as perseguições políticas na Itália e os exílios, como o de Dante (coisa comum) levando indiretamente a grandes trocas culturais.

Finalmente, lembrando que o Autor citou, e muito bem, Marc Bloch, pergunta se a sua conclusão de que a sociedade medieval, excessivamente particularistas e maravilhosamente universalistas (considerando no primeiro aspecto os traços particulares e no segundo os gerais) não é um reflexo dessas migrações?

*

Do Prof. *Ricardo Mário Gonçalves* (FFCL. da USP.).

Pergunta se a expedição mongol de Batu, neto de Gengis Khan à Europa Oriental provocou algum movimento migratório das populações dessa área?

*

Da Profa. *Helga Picolo* (FFCL. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RS.).

Diz que o Autor na página 170 faz uma referência a Portugal, portanto pergunta se o mesmo poderia fornecer bibliografia especializada sobre o assunto, fora das Ordenações?

No caso disso não ser possível no momento, pede detalhes sobre o assunto.

*

Do Prof. *Jaime Pinsky* (FFCL. de Assis. SP.).

Afirma que o Autor após citar (pág. 164) o entesouramento excessivo como importante fator de depressão, diz que “provavelmente mais graves ainda seriam o imobilismo tecnológico...” decorrentes de “... certo tipo de entesouramento excessivo e improdutivo...” (pág. 165).

Pergunta se não parece ao Autor que voltamos ao primeiro fator (entesouramento excessivo) não sendo como bem coloca o seu trabalho, o imobilismo tecnológico consequência ou desdobramento do mesmo?

*

Da Profa. *Maria Yedda Leite Linhares* (FFCL. da Universidade Federal do Rio de Janeiro. GB.).

A propósito da importância social dos movimentos de população na parte final da Idade Média, diz que em primeiro lugar é necessário notar que a legislação mencionada pelo Autor representa uma medida dos consumidores, basicamente elementos das classes dominantes, contra a fuga, o encarecimento e as reivindicações (inclusive revoltas na Inglaterra, *jaqueries*, etc.) dos “camponeses” (em sentido geral); em segundo lugar a migração para os centros urbanos é o resultado do dismantelamento do sistema agrário dominante, agravado, certamente, pela Peste Negra; finalmente, convém ressaltar a utilização do poder político em mãos das classes dominantes para tentar fixar o homem à terra e obter ao mesmo tempo mão-de-obra a preços satisfatórios.

Diz ainda que é evidente que o tema é inexgotável, podendo ser abordado de vários ângulos, como por exemplo, o impacto da Peste Negra sobre a cultura característica das classes eruditas na Inglaterra medieval, verificando-se que a obra de Chaucer reflete a popularização da língua inglesa.

*

Do Prof. *Eddy Stols* (FFCL. de Marília. SP.).

Declara que não se deveria, para melhor compreensão do tema, levar em conta a estrutura mental e psicológica do homem medieval que tende a resolver seus problemas pelas migrações. Um filósofo francês, Michel Foucault, no seu livro *Histoire de la folie à l'époque classique*, lembrou que os doentes mentais não eram encerrados, mas

sim tratados numa contínua migração de cidade para cidade. Tôda a extensa literatura dos *Narreschiffen* e a iconografia de um Hieronimo Bosch, por exemplo, poderiam esclarecer bastante êste aspecto.

*
* *

RESPOSTAS DO PROF. VICTOR DEODATO DA SILVA.

Ao Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

Afirma que, sem dúvida, os arquivos paroquiais têm sido utilizados recentemente na medida que forem sendo conhecidos pelos pesquisadores. Infelizmente, para o período por êle tratado, êsses arquivos são extremamente raros, sendo que os subsistentes, como por exemplo o de Givry na França, estão exaustivamente explorados pelos especialistas.

Diz que sòmente o encaminhamento do assunto o impediu de mencionar o excelente livro de Mme Elisabeth Carpentier, *Une Ville devant la Peste — Orvieto et la Peste Noir*. Verificará posteriormente a possibilidade de reforçar a bibliografia que apresenta.

*

Ao Prof. *Luís César Bittencourt Silva*.

Afirma que ao dizer que as Cruzadas representam um prolongamento das peregrinações quis apenas mostrar o parentesco das motivações dos dois movimentos, sem pretender negar o caráter migratório mais acentuado daquelas em comparação com estas. Pretende, porém, rever o seu trabalho e, eventualmente, alterá-lo no sentido de o tornar mais claro o seu ponto de vista.

Diz também que as atividades da Companhia Catalã no Oriente representam um dos exemplos mais típicos da forma de migrações representada pelo mercenariato militar. Afirma mesmo que cogita introduzir no seu trabalho uma menção a respeito.

*

À Profa. *Emília Thereza Álvares Ribeiro*.

Inicialmente agradece os elogios ao seu trabalho, que julga exagerados, no que concerne a renovação da visão da Idade Média. Passando a responder as perguntas formuladas, diz:

1º). — Não nega a importância cultural das deslocções de membros das ordens monásticas pela Europa durante a Idade

Média. No que tange ao período que é objeto de seu trabalho, essa importância já estava bastante atenuada, com o desenvolvimento do ensino universitário. Ademais as suas preocupações se dirigiam antes a outras formas de migrações.

- 2º). — Não acredita que as deslocções dos senhores feudais de um domínio para outro, por vizes bastantes distanciados, poderiam ser caracterizados como migrações. Constituem, sem dúvida, um exemplo de mobilidade da sociedade medieval, mas tratar-se-ia antes de um caso de transumância.
- 3º). — Diz que observação do mesmo gênero da anterior poderia ser feita quanto aos jograis.
- 4º). — Afirma também que a fixação do estudante em terra estrangeira não constituia a regra.
- 5º). — Sôbre os comerciantes julga ter feito alusões diretas no texto da comunicação.
- 6º). — Diz que se a “multiplicação” era acelerada, a mortalidade era também elevada e o objetivo do seu trabalho foi mostrar que não só o incremento demográfico é suscetível de provocar migrações, o mesmo ocorre por ocasião das perdas catastróficas de população.
- 7º). — O enquadramento dos exílios, assaz esporádicos, como forma de migração e (ou) colonização poderia fazer com que essas palavras passassem a ter um sentido excessivamente vago.
- 8º). — Sustenta que parece-lhe que o universalismo da Cristandade medieval decorria principalmente da sensação que tinham seus membros de pertencerem a uma mesma comunidade unida pelos laços de uma única crença religiosa. Tal sentimento antes foi um estímulo para as migrações do que uma decorrências destas.

*

Ao Prof. *Ricardo Mário Gonçalves*.

Diz que infelizmente os seus estudos se tem limitado à Europa Ocidental e não se arriscaria a nenhuma afirmação relativamente às invasões mongóis no Leste europeu, ainda que a lógica permita supor que parte das populações atingidas tenha procurado fugir aos invasores.

*

À Profa. *Helga Picolo*.

Afirma que tal temática (a das crises dos séculos XIV e XV) tendo passado a ser abordada somente após a II Guerra Mundial, a bibliografia em geral é escassa, em boa parte citada no correr do trabalho. Relativamente a Portugal tal carência é particularmente acentuada. A exigüidade do tempo que lhe fôra concedido somente lhe permitiria dar mais pormenores em diálogo direto, fora do quadro das sessões do Simpósio e declara estar a disposição da sua interlocutora.

*

Ao Prof. *Jaime Pinsky*.

Diz que em seu espírito faz uma distinção clara entre a crise monetária enquanto gerada pelo caráter deficitário das relações comerciais com o Oriente e a insuficiência do meio circulante enquanto originada por deficiências de mecanismos financeiros adequados e pela falta de mentalidade investidora das classes mais altas. Pretende rever a redação da comunicação para sanar qualquer ambigüidade.

*

À Profa. *Maria Yedda Leite Linhares*.

Afirma que tal legislação tinha por objeto o de primordialmente defender o consumidor contra os altos preços motivados pela subida dos salários. Porém, parece-lhe exagerado ver nelas uma política sistemática de contrôle das classes inferiores pelas camadas privilegiadas das populações. As revoltas de camponeses na França (*jacquerie*) e Inglaterra são bem posteriores à grande Peste de 1348 e estão mais ligadas aos problemas da Guerra dos Cem Anos. Foram revoltas contra a nobreza na medida em que esta era vista como a responsável pela guerra e suas conseqüências.

*

Ao Prof. *Eddy Stols*.

Diz que acredita ter sugerido, ao frizar o caráter semi-nômade da sociedade medieval, a importância do fator mentalidade nas deslocções de populações durante a Idade Média. Evidentemente a sedentarização é sempre um problema lento. A instabilidade seria tal-

vez agravada por deficiências alimentares suscetíveis de perturbar o equilíbrio emocional dos indivíduos de então (vide Lucien Febvre, *Le Problème de l'Incroyance au XVIe siècle — La Religion de Rabelais*). Seria útil mencionar ainda a falta de sentimento de apêgo à terra, resultante da inexistência do princípio da propriedade entre os camponeses: a incapacidade do senhor de proteger seus dependentes, mesmo contra males alheios à sua possibilidade de contrôle (como no caso da Peste Negra), fazia com que êstes se sentissem autorizados a abandonar suas tendências, em busca de melhores condições de vida.

ENGENHOS, COLONIZAÇÃO E CRISTÃOS-NO- VOS NA BAHIA COLONIAL (*).

EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA

Professor de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

I. — PROBLEMÁTICA: COLONIZAÇÃO COMO AÇÃO.

Quando se trata de analisar o *processus* da colonização do Brasil nos primeiros tempos, impõe-se a consideração fundamental de dois aspectos do fenômeno: quais os objetivos dos colonizadores? Quais os agentes da colonização? E' claro que o processo era dinâmico e sujeito a modificações com o correr dos tempos, inserindo-se a obra criadora dos portugueses em conjunturas históricas que sucessivamente se diversificavam. Queremos nos situar apenas nos primeiros tempos, para surpreender os momentos genéticos em seus aspectos quase que experimentais. E, em área restrita, a Bahia.

A colonização do início da época moderna foi um fenômeno essencialmente burguês, e por isso, nela os objetivos de caráter econômico predominavam. Isto não significa, porém, que na colonização não estivessem presentes outras preocupações — políticas, culturais, religiosas e mesmo as militares de preservação patrimonial. Os agentes econômicos eram portadores de uma cultura. Onde quer que se estabeleça, o homem civilizado leva uma carga de civilização da qual não se despoja para ser apenas *homo aeconomicus* e, como essa carga é dinâmica, êsse homem recria ao seu redor civilização como uma totalidade. A colonização apresentava-se assim como um processo global de reprodução — ou de tentativa de reprodução — pela multiplicação de núcleos dinâmicos, da civilização européia. Agências de europeização, a qual aliás não se processava com estrita fidelidade aos modelos, mas com distorções decorrentes da diferenciação dos

(*). — Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, no dia 6 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

ambientes, dos ritmos, das composições dos quadros sociais. Impossível, o mero decalque. A colonização não era cópia, era criação.

Sendo a colonização uma empresa coletiva mais ou menos espontânea, iniciada em determinada configuração histórico-social do século XVII, pede-se uma definição do que foi, ou melhor, do que constituiu o desafio, a ação dos homens daquele tempo nos limites de sua carga, então atual, de experiência e de cultura. No instante — primeira metade do século XVI — em que se propôs o desafio às virtualidades de ação dos portugueses, constituía êle um desdobramento e uma superação da atividade até então essencialmente marítima e mercantil que caracterizara a expansão ultramarina.

Até então, salvo a ocupação das ilhas atlânticas, Portugal realizara, com seus marinheiros e mercadores, descobertas e mercancias, freqüentando litorais e rotas oceânicas. O Brasil era algo de nôvo: oferecia um desafio diferente: a colonização, ou seja, a organização da ocupação com vistas à produção destinada ao tráfico oceânico. Não se tratava mais do puro comércio associado ao transporte a partir de empórios costeiros — as feitorias — nem da predação às expensas de populações nativas. Era preciso, para nutrir o comércio e preservar o patrimônio adquirido, juntar ao tráfico marítimo a produção continuada, consolidando-se a ocupação até então meramente simbólica. Não se tratava de substituir a atividade mercantil pela atividade produtora, mas de garantir a regularidade do comércio pela organização da produção. Era um desenvolvimento, de certa forma natural, da própria empresa mercantil. Uma etapa organizatória de indisfarçável caráter empresarial.

Há uma passagem de um plano para outro: do domínio econômico dos mares com suas rotas de comércio apoiadas em feitorias econômico-militares, para o domínio igualmente econômico de áreas continentais apoiadas em estruturas urbanas ou para-urbanas, sustentadas por campos mais ou menos extensos de produção para exportação. O que queremos dizer é que a colonização surgiu no século XVI em função da atividade mercantil oceânica e que, sem êsse prolongamento marítimo, o fenômeno não pode ser compreendido em sua inteireza.

Dada a simbiose colonização-tráfico, duas faces indissociáveis de um mesmo fenômeno da ação do homem do século XVI, pergunta-se qual foi o tipo de homem que aceitou o desafio e empreendeu a tarefa de ocupar efetivamente terras descobertas e organizá-las para a produção que reclamava o tráfico marítimo. Os agentes da colonização. Historiadores existem, que entendem ter sido a Corôa por sua iniciativa e atuação, o agente por excelência da

colonização do Brasil que era afinal patrimônio régio. Atuando-se êste pensamento, dir-se-ia que a colonização teria sido um prolongamento do “capitalismo monárquico”, tão bem estudado por Nunes Dias em relação ao século XV, não fôsse êle exclusivamente mercantil. Outros, como Oliveira Viana, põem em destaque a ação da nobreza que teria sido a pioneira a abrir caminho para o elemento popular meridional, moreno braquicéfalo, mas sedentário que só depois teria emigrado a ocupar os domínios conquistados pelos louros dolicocefalos nortenhos. Descendentes dessa nobreza peninsular colonizadora teriam constituído uma aristocracia senhorial, territorial, detentora, ao depois, de todo o prestígio social e do poder político. A iniciativa régia da repartição do país em capitanias hereditárias, com estatuto residualmente medievalizante, e sua atribuição a gente de extração afidalgada, a posterior seqüência de governadores considerados nobres seriam indício claro do caráter aristocrático — que alguns levam ao extremo de chamar feudal — da colonização do século XVI. A decorrência dessa linha de visão foi tôda uma linhagem de trabalhos, como o de Gilberto Freyre, o maior pela influência que tem exercido, a ver nos senhores de terras, aristocratas, gente fidalga. Para essa atribuição de autoria da colonização muito contribuíram os genealogistas que apanhados pela mentalidade ibérica de superestimação das nobrezas e linhagens, contagiaram os historiadores de um aristocratismo difuso que tende a atribuir ao sangue nobre tudo o que de mais significativo se faz na História.

Pode-se porém perguntar se foram fidalgos os homens ousados que, voluntariamente ou coactos, atravessaram o oceano e vieram estabelecer-se no Brasil. O século XVI, por tôda Europa ocidental é um tempo de ascensão da burguesia, de populações urbanas. Sob disfarce de afidalgamentos, ou ostensiva e persistentemente burguesas, não só absorviam o poder econômico graças ao declínio do primado da agricultura deslocada pela crescente importância das economias urbanas, mas alçavam-se à disputa do poder político ante a progressiva inércia da nobreza acomodada à dependência dos tronos que subvencionavam suas fidelidades amornadas e displicentes. Se o elemento mais ativo e empreendedor na faixa ocidental da Europa, era então o burguês, pode-se perguntar se na deflagração do enorme movimento de europeização dos outros continentes ter-se-ia atido a um papel secundário de coadjuvante da empresa à sombra das nobrezas já no outono de sua história. E a massa popular inquieta mercê de sua progressiva liberação da sofreante dependência senhorial, crescendo em número e em consciência de suas possibilidades de ascensão pela via do enriquecimento e do conseqüente anichamento

na plataforma da burguesia? Qual o papel do elemento popular na obra de povoamento e colonização das novas terras que se iam incorporando ao complexo da civilização cristã-ocidental?

Problema imenso que não se resolve nas dimensões de uma comunicação. Muita pesquisa, de vária natureza, muita documentação e muito refinamento metodológico têm de preceder às respostas. Aqui apenas havemos de abordar com limitados recursos uma amostragem que reputamos significativa: a presença de cristãos-novos na colonização inicial, sob o domínio espanhol, e numa faixa limitada — a Bahia. Uma sondagem, de resultados provisórios, de conclusões restritas. Porque os cristãos-novos constituíam o núcleo mais operoso da burguesia portuguesa lançada sobre o Atlântico e ligada aos meios econômicos continentais. Reencontrá-los, depois que a visão genealógica da historiografia tradicional intentou esquecê-los, é difícil e perigoso, não só porque a verificação da condição de cristão-novo tisna pretendidas frondes genealógicas, mas também porque dados os preconceitos vigentes, calavam os documentos essa condição, acumpliciando-se com o pendor à superação da mácula congênita. Uma conspiração para esquecer e livrar as descendências da fama indesejada. A indiscrição forçosa dos documentos inquisitoriais permite uma revisão das apressadas aristocracias dos primeiros tempos.

O papel dos cristãos-novos, dêsse burgueses ilhados na sua burguesia, há que ser visualizado em duas cenas onde a colonização se desenrolava como *processus* de complementação do *essor* comercial do Atlântico: a Colônia e a Metrópole. Todavia, focalizaremos apenas o cenário americano.

*

II. — O ENGENHO: AGÊNCIA DE COLONIZAÇÃO.

Ao capitalismo comercial europeu que para abastecer seus mercados animava as rotas atlânticas, por largo tempo, bastaram as feitorias embutidas nos litorais por onde se escoavam os produtos tropicais trazidos pelos nativos, à sombra de fortalezas de pedra cujas guarnições defendiam e policiavam o tráfico. Pequenas capelas, brancas e tristes, asseguravam a persistência do Cristianismo ainda militante — marco de fidelidade, quando português era sinônimo de cristão. Na África. No Oriente.

O Brasil porém, alongando a parca experiência insular atlântica, oferecia a partir da primeira metade do século XVI desafio de natureza diversa; no quadro de diversa conjuntura econômica. A feitoria

podia servir à obtenção do pau-brasil e de coisas exóticas recolhidas na selva pelos índios, bem como para afugentar o contrabando. Mas os mercados reclamavam quantidades crescentes de outros produtos, especialmente o açúcar, em fluxos regulares. Não mais viagens periódicas de coleta de produtos exógenos; impunha-se a ocupação permanente da terra para fazê-la produzir com regularidade. Terra imensa, raramente povoada por gente nômade, inconstante e imatura para o manejo do solo e para o trato, sempre pronta a mercadejar com os aventureiros do mar cuja ronda pelas enseadas era ameaça freqüente e concorrência indesejada. A apetência dos mercados que aumentava era um convite à ocupação efetiva, ao povoamento europeu, à implantação de uma exploração sistemática. Impunham-se investimentos que assegurassem cargas certas e abundantes para os navios. A colonização era um imperativo do próprio desenvolvimento do comércio atlântico.

As descobertas de terras e de rotas de navegação seguiu-se o estabelecimento de uma economia mercantil predatória, mas com o aumento da segurança e da regularidade das viagens advinha nova etapa de progressão com vistas ao abastecimento do tráfico. Novo desafio se apresentava depois do triunfo sobre o desconhecido: em áreas distantes e agrestes, a organização do espaço inculto e de estruturas sociais e econômicas capazes de relações comerciais ao nível de uma economia capitalista de mercado. Em lugar de feitoria onde, à espera de barcos europeus se acumulava a coleta indígena nos sertões, unidades de produção certa e regular.

Essas unidades novas foram os engenhos, na acepção mais ampla da palavra, fórmula de colonização que permitia superar a usura de elementos europeus e a refratariedade dos nativos ao trabalho continuado, associando-os na ocupação produtiva do solo. A resistência do indígena forçou à escravidão e à importação de braços. Algo de híbrido, mixto de rural e urbano, de agrícola e industrial, combinando o trabalho livre e o assalariado, a economia monetária e a economia natural. A estrutura viável no encôntro entre culturas desniveladas — a solução colonial.

As vilas e cidades que então se erigiram, menos que soluções colonizadoras, eram centros de polarização e coordenação dos multiplicados núcleos de colonização que eram os engenhos constelados a seu redor. Atuavam como bases administrativas, como mercados intermediários de distribuição, e sobre tudo como portos. Solução européia transplantada, apesar das adaptações, resultaram distróficas, quase artificiais na paisagem, sangradas em suas funções especificamente urbanas, funcionavam meio vazias, razoavelmente mal.

As unidades por excelência de nucleamento demográfico e econômico que irrigavam a vida colonial foram os engenhos, ou as fazendas, como solução ao desafio da nova etapa de desenvolvimento do capitalismo atlântico. Os engenhos e fazendas criavam as vilas que sem êles não passariam de burgos podres. Neste sentido, o estudo da colonização do Brasil, sobretudo nos primeiros tempos, há de centrar-se na história das rêdes de engenhos e fazendas mais que na crônica da sementeira de vilas tardígradas e mediocrizadas na dinâmica da colonização por carência de funções urbanas (1).

A Corôa empenhada na defesa do patrimônio territorial e na colheita de rendimentos fiscais, interessava-se pela fundação de cidades e vilas, quadro próprio para abrigar estruturas de govêrno, civil e militar. Não se dispunha a investir capitais no Brasil. Nem sequer enviava, como o fazia em direção ao Oriente, navios armados às expensas do Erário em busca de mercadorias. Contentava-se à prática parasitária da contratação dos estancos, o que não exigia a mínima inversão de capitais, nem a expunha a quaisquer riscos. Às iniciativas dos particulares foi largado o Brasil: êstes criavam engenhos e fazendas e os proviam de homens e equipamentos. Isto era colonizar. Do Rei, na Bahia, sòmente aquêle engenho de São Bartolomeu, em Pirajá, construído sòbre o que restou da iniciativa frustra do insulano João de Velosa, e que, ao depois existiu sempre arrendado. O Rei o mandara fabricar para animar os plantadores de canas (2).

No processo de europeização distinguem-se três momentos progressivos: o da descoberta, o da conquista e o da colonização. Na linha geral são sucessivos, mas em detalhe, podem ser paralelos ou intermitentes. Lógicamente a descoberta precede a conquista, e esta à colonização. Fugamos porém aos esquemas. Há recidivas. A conquista recomeça onde reações indígenas ameaçam a colonização; as penetrações continentais acarretam descobertas. No Brasil litorâneo, descoberto, atenuou-se a conquista devido ao fraco poder de reação do indígena à usurpação branca. Seus sucessos, ainda que reais como aconteceu em Ilheus e Pôrto Seguro onde desalojaram engenhos, foram efêmeros.

A distinção entre os dois últimos momentos tem implicações de caráter político-social. Na conquista, fundamentalmente militar, o pa-

(1). — Quando se pensa na ulterior fôrça política e prestígio social dos senhores de engenho e fazendeiros, na impotência das cidades face ao mandonismo, percebe-se melhor a importância histórica dêsses núcleos fundamentais da colonização.

(2). — V. Alvará de 5-10-1555 in *Documentos para a História do Açúcar*, I, pág. 121.

pel maior é da Corôa e da fidalguia que a serve, ainda que no segundo plano esteja o mercador burguês a prospectar interesses. Na colonização que o tráfico predatório prepara, apesar da cobertura militar que reclama, a tônica é dada pelos mecanismos econômicos, e o grande personagem é o burguês que investe capitais e recolhe lucros. A colonização é uma superação da conquista: ao predório sucede o organizatório, com seu compromisso de continuidade e de definitividade. A conquista juxtapõe patrimônio ao pré-existente, a colonização integra-o.

Descoberta, conquista, colonização constituem configurações históricas sucessivas sobre uma mesma realidade material geográfica que se vai modificando, como paisagem e como imagem. A descoberta é a terra que se sabe existir, a conquista é a que se ocupa *manu militari* e que se explora sob forma predatória, mediante violência, coação ou sedução dos naturais, e a ela correspondem as feitorias que marcam um apossamento simbólico, ainda quando acarretem a submissão formal de soberanos locais e a servilização dos nativos. A colônia é a terra ocupada cultural e economicamente com transmutação dos estilos de vida e redefinição das estruturas sociais, mediante a absorção e recondicionamento das populações indígenas, ou através de seu recalçamento ou eliminação. A ela correspondem unidades de nucleamento dos colonizadores: no caso do Brasil, o engenho ou a fazenda.

No Brasil, a conquista foi breve, a colonização demorada. Não raro, intercalaram-se os dois momentos conforme os imperativos da penetração territorial e os ritmos da expansão. O bandeirismo foi uma solução sintética: descobrimento, conquista e colonização. Marca a passagem da maritimidade da expansão portuguesa para a continentalização. Em nova configuração ecológica, uma reiteração abreviada das etapas fundamentais. Aconteceu também na África.

A passagem da conquista à colonização, deu-se no Brasil sob a égide da Corôa, pela instituição das capitânicas, princípio organizatório da colonização. A capitania marcou uma retirada parcial do Rei da exploração da conquista e uma transferência, com reservas, da iniciativa da colonização aos particulares, preservando-se o poder político-militar, apesar das delegações contidas nos forais. A promoção da colonização que exigia investimento de capitais transitava do poder régio para a iniciativa particular, respeitado o *jus eminens* do Trono.

O desafio da colonização pressupunha desde logo a partilha das terras entre particulares. Da terra e dos braços nativos coercitivamente associados à empresa, como escravos ou administrados. Os jesuitas, ao reclamarem a liberdade dos índios tornaram-se elementos de perturbação do sistema, pois criavam a figura do nativo livre que se

marginalizava em relação às estruturas econômicas ao ser absorvido apenas culturalmente e a produzir para si próprio. A sesmaria não logrou no Brasil o seu contrapêso humano — o *repartimiento*. Sem braços não se configurava a unidade de colonização — o engenho.

A repartição das terras acelerava o estabelecimento de condições de segurança, e em consequência, o próprio processo de repartição, e constituía um convite à fixação. Os que vinham porém, em geral, chegavam para enriquecer e voltar, com o mesmo espírito do mercador que viajava para ganhar, e não para povoar. Abriu-se então um duelo entre a instabilidade e a permanência, que aliás se refletia na humanização da paisagem, entre o provisório e o definitivo. Entre os barracos ou tabas recobertos de pindoba no estilo da fase predatória e a casa de taipa de pilão ou de pedra e cal. Alternavam-se no cenário. No fim do século XVI, Gabriel Soares ao arrolar engenhos e fazendas no Recôncavo, registrava os que eram de pedra e cal, o que nos permite supor que os demais seriam ainda de pau a pique, barracões de pindoba, casas de caboclo de taipa de sopapo. Na própria cidade, revela-nos o Livro Velho do Tombo de São Bento, persistiam as casas de palha dos herdeiros de Catarina Álvares. Nas construções religiosas a mesma precariedade: ermidas de palha que antecederam às igrejas de pedra e cal, coladas aos engenhos ou solitárias pelos outeiros. Traduções de um estado de espírito, a par com a indigência do artesanato local e com a carência de recursos para construções mais sólidas. Compunha-se uma paisagem pioneira: a taba indígena concorria com a casa européia.

O povoamento se processava nas áreas de maior segurança com tendências à dispersão imposta pelo parcelamento das terras. A cidade, criação política, constituía uma solução de condensação defensiva. Crescia apesar do artificialismo de sua ereção: centro administrativo, mercado e pôrto. Comércio e artesanato. Serviços. Mais espontâneas surgiam, ao redor das igrejas, ao longo do Recôncavo, as freguesias a responder pela busca de convivência, em tórno da função religiosa. Inestudadas. Atividades artesanais e pequeno comércio seriam as daqueles que não aderindo às unidades de produção, acostavam-se às igrejas rurais.

Tudo porém girava em tórno das unidades de produção — o engenho, a fazenda, e mais raros os currais. Produção para exportação — marca essencial da economia colonial, indispensável para se compreender o *processus* de colonização. Para a burguesia comercial que subsidiava a colonização, o que importava era a produção do açúcar. Pouco lhe importava o estabelecimento de um nôvo mundo europeu tropical e a expansão da civilização cristã. O povoamento e a fixa-

ção que acarretavam a montagem de uma nova sociedade surgiam como uma decorrência da organização da produção em base estável. O engenho com seu séquito de fazendas constituía essa base, e nele e em torno dêle agrupavam-se os indivíduos numa atividade remuneradora. Não eram a vida e os rendimentos da existência o que se vinha buscar atravessando o ceano: era a riqueza. Eventualmente, a segurança para os fugitivos.

Os que emigravam eram em geral jovens solteiros de menos de 30 anos, buscando iniciarem-se na vida ativa antes do casamento. Os casados que vinham quase sempre deixavam atrás as famílias. Uniões provisórias com índias ou mamelucas podiam induzi-los à permanência. Essa juventude dos elementos traduzia aventura, experimentalismo, provisoriedade. Capítulo em branco na história da colonização: a crônica dos retornos daquêles que enriqueceram e daquêles que se decepcionaram. Os degredados tão malsinados, êsses tendiam à fixação ainda que compulsória — eram fatores de continuidade.

A propriedade do engenho constituía um fator de estabilização e permanência — de colonização portanto. Os donos de engenho, também êles retornavam enriquecidos: homens como Brito Freire, como Diogo e Antônio Lopes Ulhoa, Baltasar Pereira, João de Barros Cardoso, e talvez outros cujos nomes desapareceram dos registros coloniais como Vasco Rodrigues Lobato, Lopo Fernandes d'Elvas ou Luís de Figueiredo, mas constituem exceções. Aquêles homens abastados em geral não eram, desde o início, chefes de famílias que por inteiro emigrassem — o que parece ocorrer com os que vinham das Ilhas tangidos por dificuldades econômicas ou políticas ou os que vinham a serviço da Corôa. A maior parte dos senhores de engenho casava-se na terra — tradução de uma disposição de permanência. Casados com moças da terra, eram em 1584-1592: André Fernandes Margalho, Antônio Dias Adorno, Antônio Lopes Ulhoa, Antônio Nunes Reimão, Baltasar Pereira, Bartolomeu Pires, Belchior Dias Porcalho, Cristovam de Barros, Dinís Gonçalves Varejão, Diogo Correia de Sande, Diogo da Rocha de Sá, Domingos da Fonseca Saraiva, Fernão Ribeiro de Sousa, Francisco de Aguilar, Francisco Dias, Gabriel Soares de Sousa, Gaspar Dias Barbosa (?), Gaspar Fernandes (?), Jorge Antunes, Martim Carvalho, Pero de Novais, Sebastião de Faria, Simão da Fonseca, ao todo 24 num total de 50 senhorios de engenho e casas de meles censeados para aquelas datas. Dos restantes: outros eram solteiros ainda, poucos eram certamente casados em Portugal ou nas Ilhas. Apenas 7, sendo entretanto que de 16 não pudemos apurar ou o casamento ou a procedência da mulher.

Os engenhos não só constituíam os núcleos da colonização, mas ainda contribuíam para a estabilização dela, como fator de continuidade. Quando os próprios mercadores, por natureza itinerantes então, se faziam donos de engenhos estavam conquistados para a terra. Sua descendência provavelmente ficaria no Brasil.

*

III. — ENGENHO: MICRO-CIDADE.

O engenho foi, em boa parte do Brasil, a resposta ao desafio da colonização. Indústria rural dispersa pelo imperativo do transporte, da distribuição da água motriz, pela necessidade de lenhas, e não propriamente pela partilha das terras de canaviais, embora se associasse às atividades rurais, visando a absorver a produção dos lavradores, não podia deixar de ter como teve uma ação de condensação do povoamento. Dispersando-se os engenhos na paisagem, eles tiveram um papel de condensadores de populações — de certa forma, a função que teriam as aldeias e vilas. Substituíram as aldeias rurais européias. Atuaram como mini-centros urbanos. Seu casario, visto de longe, lembrava um agrupamento citadino a contrastar com o verdume dos arredores como a cada passo mostra Gabriel Soares ao descrevê-los. Seu sentido, apesar de seus prolongamentos agrícolas, era eminentemente urbano.

E' o que revela a análise de suas funções (3): econômicas, militares, religiosas, administrativas. Do ponto de vista econômico, o engenho era uma unidade de produção industrial. Podia cuidar de seus próprios canaviais e cultivos de subsistência, mas podia não os ter, e adquirir a cana e os gêneros dos lavradores dos arredores, isto é, podiam dissociar-se o engenho e a sesmaria. A posse desta era uma garantia da continuidade do abastecimento pelos agricultores de alguma forma dependentes. Unidade industrial, era também um centro de consumo: consumo da produção agrícola de sua área e de produtos importados de vária espécie. Menos que com a cidade do Salvador, transacionavam os mercadores com os engenhos — para eles traziam suas mercadorias e com eles tinham os seus negócios. Projetava assim o engenho sua ação sobre o mundo rural do qual, pela natureza de suas atividades, se distinguia — não era uma fazenda.

De outro lado porém, dependia do centro urbano definido, compondo sua área maior de influência, sua rede urbana. Dependia do

(3). — A caracterização do urbano e rural faz-se hoje pela análise das funções, em geografia e em sociologia urbanas.

governo urbano e sobretudo do mercado de trabalho urbano onde buscava oficiais para seus serviços. Dependia sobretudo da praça e do pôrto do Salvador. Da praça aonde com as frotas afluíam os mercadores a comprar e a vender, onde estavam os comissários de comerciantes europeus, onde tinha seus caixeiros para os negócios, seus letrados para as pendências ante os juizes. A produção era encaminhada para os paços ou trapiches junto ao pôrto de onde era embarcada para os mercados europeus. O Salvador era um centro urbano redistribuidor, a capturar o fluxo de todos os pequenos portos e embarcadouros dos engenhos, ao longo do Recôncavo. Centralizava o movimento comercial. E fiscal, porque alí estava a Alfândega.

Essa dupla dependência do campo e da cidade, do abastecimento e da exportação, dava à economia do engenho o seu típico traço de economia aberta, de economia colonial. E o definia numa hierarquia de urbanização como algo de para-urbano em sua dispersão pelo espaço geográfico. Situava-se, na mecânica da economia, entre o campo e a cidade. Nem rural, nem urbano: rururbano, para aplicar-se-lhe um neologismo dos geógrafos e sociólogos. Foi com o crescimento e multiplicação dos núcleos urbanos e das vias de transporte que os engenhos acabaram quando não nuclearam vilas e cidades, por se incrustar no mundo rural — não eram assim definidos nos primeiros tempos.

Tiveram êsses engenhos primitivos uma função militar de defesa. Não só contra os índios bravos, mas também contra os corsários dadas as suas posições circunvizinhas do mar. O engenho era uma unidade armada de artilharia e casa forte, inclusive, porque a lei assim o determinava (4) e porque a necessidade o exigia. Implantou-se em tôrno de uma tórre cercada de varandas onde residia o responsável por êle: seu dono ou feitor. Na tórre recém-construída e de varandas ainda inacabadas do engenho de Sergipe, residia em 1572 Simão de Sá que geria o engenho do governador seu tio (5). Na tórre do engenho de Diogo Lopes Ulhoa, no Paraguaçu, morava em 1618 seu sobrinho e feitor André Lopes Ulhoa (6). A tórre significava defesa contra o índio hostil. E lá dentro juntavam-se os corpos d'armas, espingardas, espadas, pólvora, arcos e flexas como se vê no espólio de

(4). — V. Regimento de 17-12-1548 in *Documentos para a História do Açúcar*, vol. I, pág. 57.

(5). — “Um baluarte telhado e cercado de pau a pique derredor onde mora Simão de Sá”. V. Inventário de Mem de Sá in *Documentos para a História do Açúcar*, vol. III, pág. 61.

(6). — V. Confissão in *Segunda Visitação do Santo Officio* separata dos “Anais do Museu Paulista” T. XVII (1963) pág. 499.

Mem de Sá. E tinha tropas próprias pagas (7). Na sua versão primitiva, enfrentando inseguranças, o engenho era também uma praça de guerra, ainda que rudimentar e precária. Mas bastante forte para manter o respeito à indiada que apesar disso não raro os destruía como aconteceu ao próprio engenho de Sergipe, ao engenho de Nicolau Soares no Jaguaripe, e aos engenhos de Pôrto Seguro despovoados pelos aimorés.

O armamento dos engenhos, distantes léguas do centro defensivo do Salvador e obrigados a proverem sua resistência em caso de ataque, poderia sugerir similitudes com os castelos medievais. Pobres e frustrados castelos de barro e palha, normalmente desarmados por falta de recursos militares ou por relaxamento de seus possuidores. Mas principalmente porque, salvos os sobressaltos de eventuais descidas dos indígenas do sertão com suas correrias e santidades agressivas, muito rapidamente na Bahia o clima se tornou em geral de segurança. A fase armada dos engenhos não parece ter sido longa. Descuido fatal em outras capitanias menos felizes que se despovoa-

Esta função para-militar de auto-defesa, imperativo do caráter ram quase por completo face às arremetidas dos nativos. Aliás a disseminação dos engenhos na paisagem acompanhava a pacificação das áreas (8).

invasor da colonização branca, se não era uma função urbana no passado medieval, concorria para atrair para a sombra protetora do torreão armado, as populações brancas, mestiças ou de índios fiéis, população dos arredores que, como na Idade Média européia, nos momentos de perigo vinham-se refugiar em suas capelas ou dentro de suas cercas ou palissadas (9). Razão para não residirem longe desse refúgio ante o perigo sempre possível, dando, em conseqüência, ao engenho uma ação quase urbana de nucleador do povoamento. E teve, essa função, uma decorrência mais duradoura, de natureza social: o responsável pelo engenho, proprietário ou feitor, investiu-se de mando militar. A princípio de maneira eventual, inclusive, convocando os seus homens para participar da defesa coletiva, como aconteceu com

(7). — No seu engenho no rio Una, Sebastião da Ponte mantinha soldados seus.

(8). — V. Pinho, Vanderlei: "História de um engenho do Recôncavo" (Rio de Janeiro, 1946).

(9). — "... e estando este gentio assim alevantado, elle confessante mandou gente de armas para o fazerem vir do sertão com a qual gente se vio grande parte do gentio... e elle confessante consentiu que o dito gentio se aposentasse em uma aldeia dentro da dita sua fazenda onde é morador e nela se aposentou o gentio..." Confissão de Cabral de Ataíde in *Confissões — 1592*, pág. 28. Mandou Domingos Fernandes Nobre, o meluelco Tomacauna (pág. 87).

tantos dêles nos primeiros tempos: Sebastião de Faria, Margalho, os Rodrigues da Cachoeira e outros. Sem contar que eram êles que se botavam para o sertão em expedições punitivas que davam pretexto ao apresamento de escravos: Cristovam de Barros, os Rodrigues da Cachoeira. Com o tempo foram investidos de comandos nas milicias e foram os capitães do século XVII como por exemplo Antônio Dias Adorno, Agostinho de Paredes, os Brito. Êsses capitães de cuja descendência viriam os poderosos coronéis dos tempos seguintes. Essa componente militar do mandonismo que marcou por séculos a sociedade brasileira teve sua origem nesses defensores de tôrres de engenho, na luta contra o índio e o corsário. A dispersão da propriedade rural e seu distanciamento dos centros de govêrno sempre militarmente fracos e de pouca mobilidade fizeram o resto, permitindo a institucionalização do sistema de pulverização do comando da defesa da terra. O engenho se desencastelou quando os perigos de ataque desapareceram, mas a autoridade militar não mais foi devolvida. Nem quando entre êsses prestigiosos capitães ruralizados definiu-se para o comando urbano a figura por vêzes quase dinástica do capitão-mor das vilas e cidades, êsses alcaides sem castelos nem muralhas, mas não menos prepotentes que seus precedentes metropolitanos. Civis militarizados, positivamente não foram militares civilizados.

A essa função de defesa para si próprios e para os moradores das redondezas juntava o engenho atribuições de caráter administrativo, porque também o govêrno se atomizava. As autoridades coloniais implantadas no torvelinho de um mundo de pioneiros decididos a triunfar a qualquer custo — mundo de aventureiros, de fugitivos, de degradados que se misturavam com os que vinham impulsionados pela vocação colonial ou tangidos pela necessidade, com meios escassos de ação e presos ao intervencionismo de um govêrno metropolitano de tendências centralizadoras e autoritárias, resultavam pouco atuantes sem iniciativa e de pouco poder de mando. Situação que se agravava pela curta temporariedade das investidas e pelo temor de desagradar. Autoridades que tinham pressa de voltar. Desde os primeiros governadores gerais. Ou as autoridades absentéistas dos donatários das capitâneas, cujos lugares tenentes viviam intimidados pelos seus próprios mandantes, pelo governador geral e seus funcionários, pelo govêrno metropolitano. Autoridades sem autoridade, sem autonomia sequer para designar funcionários subalternos que as fiscalizavam mais do que por elas eram fiscalizados, sua ação resultava frágil e inoperante. Não se empenhavam em dilatar seus poderes quando logo ao fim de três anos teriam de voltar. Nem sequer de preservá-los. Com as aparências se contentavam, dispostos a disputar com

bispos e desembargadores as precedências em público, nas procissões ou tribunais. Mas isso era tudo, a autoridade efetiva necessária para a preservação da ordem social multipartia-se aceita e buscada por todos nas pessoas dos homens ricos do qual tantos dependiam economicamente e que detinham funções militares locais. Fôrça de mando e riqueza preparavam a usurpação sem contestação, e até desejada, dos donos de engenhos. A dispersão das unidades, as distâncias, a precariedade do sistema de transportes, a inércia da justiça, a inexistência de polícia organizada, tudo se combinava para a transferência, de fato, de funções administrativas que o centro urbano oficial não tinha condições para exercer, para os engenhos. O senhorio sôbre os escravos, que de resto possuíam também os lavradores sôbre os seus, associado ao poder disciplinar sôbre os assalariados, o uso efetivo do mando sem oposições, investia o homem do engenho de autoridade de govêrno que o próprio govêrno se resguardava de contestar. Sua presença na administração municipal, ou de parentes protegidos seus, dava-lhe ascendente no próprio meio urbano. Assim podiam os donos de engenhos exercer sem contraste funções patriarcalizadas de administração em largas faixas de povoamento. Exerciam funções de polícia e de justiça sôbre os escravos, e abusivamente, por extensão, sôbre os homens livres, aos quais, nos rebates, comandavam como capitães. No ambiente eram fáceis os excessos de homens como Fernão Cabral de Ataíde ou André Fernandes Margalho que, dizia-se, faziam matar ou queimar escravos. Ou como Sebastião da Ponte que por açoitar homem livre acabava seus dias nas prisões do Limoeiro. Ou como Gabriel Soares que desafiava as leis capturando e vendendo índios, como denunciavam os jesuítas.

Pulverizava-se o poder de mando. Era uma decorrência natural da dispersão do povoamento, mas era, sobretudo, decorrência da vitalidade dos engenhos — e, ao depois, das fazendas — na orgânica da colonização. Pode-se falar na ação dos governadores gerais, dos capitães-mores e seus lugares tenentes, ou das câmaras municipais. O govêrno que atuava de fato sôbre as populações fora do círculo urbano, era o dos senhorios de engenho. Govêrno de uma aristocracia costuma-se dizer. Govêrno de uma burguesia, de homens de emprêsa que copiavam o autoritarismo dos senhores europeus. E que, com o correr dos tempos pleiteavam distinções e privilégios de fidalgos, o que quase sempre podiam comprar. O que não conseguiam, e isso é sintomático, por grandes que fôssem suas fortunas, era obter títulos de nobreza. Havia limites para a ascensão dos burgueses e de sua descendência. De outro lado, há a notar-se que, embora usurpassem de fato a autoridade, nunca lograram institucionalizá-la na legislação.

O mais que obtinham eram patentes militares, ou investidas camerárias que desprezavam e que os nivelavam aos cidadãos urbanitas. Ao costume, à situação de fato, a lei metropolitana jamais reconheceu e a originalidade político-administrativa da vida colonial não se consagrou. Existiu, apenas. E isto é tudo historicamente.

Funções religiosas tinha-as o engenho. Sua capela e seu capelão subsidiado pelo senhorio dêle, o que lhe dava uma anômala independência dentro da hierarquia eclesiástica, dispensavam os moradores de procurar as igrejas urbanas para suas devoções. O batizado, o casamento, o óbito, — a existência e o estado civil resolviam-se no âmbito do próprio engenho que se furtava à jurisdição estranha. Uma auto-suficiência espiritual. Certo, podia-se freqüentar a igreja da cidade, para as festas mais significativas. Todavia a capela do engenho supria plenamente as necessidades das consciências e ainda atraía os moradores dos arredores. Por isso cresciam as capelas em dimensões e importância, e algumas delas muito cedo rivalizariam com as igrejas paroquiais e outras se erigiam em freguesias como a de Nossa Senhora do Rosário em Matoim no engenho de Sebastião de Faria, a de Nossa Senhora do Socorro em Passé, e outras para os lados do Paraguaçu e do Jaguaripe. Também no plano da espiritualidade os engenhos se comportavam como estruturas urbanas ou quase urbanas.

Esse caráter de unidade quase urbana dos engenhos como núcleos de colonização distintos destacava-os de qualquer semelhança com estruturas feudais ou senhoriais. Havia nascido numa conjuntura de aceleração da urbanização na Europa ocidental e recebiam para organizá-los não homens egressos de castelos ou mansões rurais, mas empresários em geral citadinos que ansiavam pelo clima urbano. Inviável a solução tipicamente urbana no quadro da vida colonial, sendo imperativa a dispersão e a ocupação com deficitários contingentes demográficos, os engenhos resultaram meio urbanos, meio rurais, com seu casario, sua capela, sua residência senhorializada. Marca de raízes urbanas numa situação rural: a indústria era geralmente urbana, o cultivo da cana forçosamente rural, e o engenho associava as duas formas de atividade. Similitude com os burgos ao redor de castelos? Nem material, nem social. A mentalidade e os costumes e relações eram outros. Aquí, a experiência de vida urbana era o antecedente: uma tentativa de ser cidade no campo. O burguês, o urbana por definição, muita vez antigo mercador, presidia ao engenho. Uma vila unicelular.

Assim aquêles que emigravam para explorar engenhos, e mesmo aquelas grandes fazendas que com êles rivalizavam a ponto de em dado momento se transformarem elas próprias em engenhos, ao se

inserir no processo de colonização não se desurbanizavam de todo. Podiam deixar as cidades metropolitanas sem se exporem a uma ruralização forçosa, porque colonização não era sinônimo de vida rural. Burgueses, mercadores, contratadores e funcionários da Corôa podiam fazer-se senhorios de engenho, adquirirem águas e terras, sem se exporem, na dispersão, às solidões rurais. Face às distâncias que se interpunham em relação à cidade, o engenho era uma fórmula intermédia. Isso explica a fácil adaptação dos burgueses às novas condições de vida que a colonização propiciava, da mesma forma que isso se explica pela mentalidade burguesa dos primitivos senhorios de engenho.

*

IV. — O CRISOTROPISMO DOS CRISTÃOS-NOVOS.

Da burguesia portuguesa, o elemento mais ativo e empreendedor eram os cristãos-novos que dominavam a vida econômica do país. Impedidos praticamente de imobilizarem seus capitais em investimentos imobiliários, expulsos da agricultura em consequência, seus capitais ganhavam mobilidade no comércio e na finança. Os mais pobres viviam do artesanato urbano e de profissões liberais. Os que podiam, por via de utilização de estruturas familiares, multiplicando graças aos parentescos, agências por tôda a parte e em vários setores, atravavam-se ao tráfico. Manipulavam o câmbio o que assegurava para seus capitais uma plasticidade internacional que além de lhes proporcionar lucros em várias etapas da circulação comercial, lhes garantia uma defesa permitindo-lhes migrar quando ameaçados. Seu supranacionalismo os libertava de fidelidades estritas e de rígidos compromissos e limitações de caráter nacional. Para êles o enriquecimento era uma forma de defesa.

Contra os cristãos-novos, vistos em suas heresias, como elementos de desagregação da unidade do reino que o absolutismo reclamava, na medida em que se identificava a unidade dos súditos com a unidade das consciências no catolicismo, constituiu-se o Santo Ofício da Inquisição. Ainda que não tenha sido formalmente transplantada como instituição para a Colônia, a Inquisição acabou por ter não pequena importância na história da colonização, na medida em que manipulava a vida dos elementos mais atuantes da burguesia mercantil que direta ou indiretamente financiava a empresa colonial.

Com seus processos de heresia, com os confiscos, com as exações dos perdões, ou simplesmente com as ameaças de rigores, a Inquisição constituiu-se em máquina de pressão responsável em grande

parte pelas saídas de cristãos-novos e de capitais rumo à Colônia, como aliás em outros rumos também. Descapitalização de Portugal, costuma-se denunciar no passivo do Santo Ofício. Isso porém significava migração de capitais para a Colônia, e no século XVII já era a economia do açúcar que sustentava a Metrópole. O crescimento dessa economia beneficiava o Reino. Evasões de capitais para as áreas da Europa setentrional? Decerto. Mas êsses capitais eram envolvidos no comércio atlântico e tôda a vida econômica do Brasil dêle era função. A descapitalização por essa via resultava aparente.

Os fluxos migratórios de homens e de capitais ficavam na dependência das flutuações da política da Corôa em suas crônicas dificuldades financeiras. Porque o problema deixava de ser de consciência. Seria longo enumerarem-se as leis e ordens régias que se sucederam pelos séculos XVI e XVII, desde a proibição de saídas, de retirada de bens, até as quase expulsões compulsórias, entremeadas de perdões totais ou parciais negociados na base de largos subsídios arrancados aos cristãos-novos, confundidos os bons católicos e os judaisantes na mesma obrigação de pagar a tranquilidade e a segurança por algum tempo. Estudo a se fazer êsse das relações entre as múltiplas oscilações da política inquisitorial da Realeza e as oscilações da migração de cristãos-novos para o Brasil associadas às intensificações ou depressões da colonização. Às chegadas de cristãos-novos autorizados ou fugitivos, conforme às disposições dos momentos, deviam corresponder mudanças nos ritmos da colonização, do povoamento, dos investimentos. Inclusive alterações na afluência de escravos negros, cujo tráfico era objeto de contratações nas quais estavam empenhados interesses de capitalistas cristãos-novos que transacionavam com a Corôa.

A Inquisição entretanto não era a responsável necessária pela mobilidade dos cristãos-novos uma vez que êstes tendiam a afluir para as áreas onde se condensassem as perspectivas de prosperidade econômica. O que chamamos crisotropismo. A atração da riqueza. Já cansado problema o indagar-se se os judeus foram os criadores do capitalismo, dado que onde êles se concentravam ocorria um surto de desenvolvimento econômico, tal como pensava Sombart, ou se, como argumentaram seus contraditores, vinham êles na esteira aberta pela intensificação do progresso econômico usufruir dessa prosperidade. Não é aqui lugar para a discussão do problema da autoria ou da gênese do capitalismo: apenas a participação dos cristãos-novos no desenvolvimento em uma área pioneira de colonização. Sua presença na economia do açúcar: vanguarda criadora ou aderentes de um movimento de condensação da exploração de gêneros tropicais? Pequeno

na amostra histórica de um fenômeno enorme: a gênese do capitalismo.

A colonização moderna, marcada por impulsão predominantemente econômica e na qual outros móveis — demográficos, políticos, religiosos, militares — convergem, mas têm menor impacto, se processou em uma conjuntura histórica eminentemente burguesa. Desde o século XV, em todo o mundo ocidental assiste-se a uma verdadeira efervescência de busca de riqueza acompanhada por um *rush* de elementos sociais novos que se deslocam inelutavelmente nos espaços sociais, contagiando-se todos os setores da vida coletiva, dessa mobilidade e dessa mentalidade em transformação. Há um emburguesamento coletivo — um programa de enriquecer ao qual nem os reis escapam, nem o clero, nem a nobreza, nem o povo. Uma corrida aos negócios, diretamente, ou por interpostas pessoas. Essa tendência se avoluma gradualmente num processo de difusão. A riqueza, a pouco e pouco, erige-se em critério de escalonamento social a concorrer com o nascimento, com o serviço ao Trono, com as hierarquias tradicionais.

Excluídos ou marginalizados dos quadros, hierárquicos tradicionais, apesar de suas conversões, reais ou fictícias, ao Cristianismo, os cristãos-novos, sobretudo na Península Ibérica, voltavam-se para as atividades de natureza econômica, essencialmente urbanas. Imperativo de sobrevivência e de anichamento numa sociedade em geral hostil. Quando êsse desencadear de atividades econômicas floresceu estavam êles envolvidos no processo, e quando êle frutificou em projeções coloniais era fatal que se deixassem arrastar pelo movimento global.

Se não eram os autores do *processus*, autoria de determinação difícil, eram coniventes, e por suas posições não poderiam alheiar-se aos seus desdobramentos. A colonização moderna tem um caráter claramente empresarial. Implicava desde o início em empenho de capitais. Se os cristãos-novos participavam, na Península e fora dela, dêsse espírito de emprêsa e eram figuras centrais no mercado europeu de capitais, e do tráfico marítimo à distância, era lógico e fatal que participassem dos desdobramentos mundiais da economia européia. Burgueses por coerção e por vocação, aspirantes a apagar essa condição pelo envernizamento de fidalguias compradas, quando a exploração do mar e das terras descobertas se tornou o caminho mais desempidido para a riqueza, êles buscaram essas terras novas, de sociedade nova onde as prevenções e pressões tendiam a se atenuar. Certo haveria os que vinham fugidos ou degredados, mas era a linha dos interesses, dos negócios rendosos que principalmente os induzia a

buscarem voluntariamente, e não raro, ao arrepio das proibições contra as quais clamavam, as rotas coloniais. Como contratadores, na África, como armadores de navios na Índia, como mercadores de açúcar no Brasil. Dessa forma participavam das flutuações da economia atlântica à qual davam o melhor de suas iniciativas e de seu espírito de organização. No Brasil, amanhecem com o trato do ibirapitanga com Fernão de Noronha, e daí por diante acompanham os fluxos da economia colonial.

De passagem, diga-se porém, que sua ação não se limitava a cumprir um destino de mercadores apenas. Havia os que eram artesãos: ourives, alfaiates, sapateiros, barbeiros. E os que se instalavam em profissões liberais: médicos (surgições) e advogados. E quando os cristãos-velhos capazes permaneciam na Metrópole, êsse “surgições” e letrados cristãos-novos, por iniciativa própria ou coagidos pelas circunstâncias, ousavam aventurar-se ao desconhecido colonial. E na terra nova, graças ao afrouxamento dos preconceitos, acabavam por se insinuar em tôdas as esferas: no clero, na vida militar, em postos de govêrno. E na propriedade de terras. Ao fim estavam em tôda a parte confundidos com os velhos-cristãos, casados nas melhores famílias, esquecidos de suas marcas de origem. A democracia colonial assimiladora por excelência, estaladas as fronteiras dos prejuízos tradicionais, era dinâmica e triturava uma ordem social que em vão se intentava reproduzir.

Beneficiavam-se os cristão-novos em seu crisotropismo, de sua adaptabilidade em todos os meios e do cosmopolitismo plástico do gênio de sua raça. Eles estavam em tôda a parte, o que lhes permitia, mobilizando as afinidades, internacionalizar seu comércio e sua atuação na exploração do Atlântico. Estavam em Portugal, estavam nas Ilhas oceânicas, estavam na África, estavam nos Países-Baixos, em Hamburgo, nos portos franceses, na Itália. Essa multi-presença lhes permitia múltiplas combinações. Na colonização, a Metrópole mantinha a direção da política econômica, das Ilhas vinham as técnicas da fabricação do açúcar, da África, o braço escravo, e os países europeus eram os mercados consumidores. Não há mistério em perceber-se que os cristãos-novos inspiravam a administração colonial, tinham terras e engenhos nas Ilhas onde também mantinham comissários seus em pontos de *relais* para a navegação transatlântica e negócios de vinhos e trigo; arrematavam contratos de escravos na costa africana dos quais dependia tôda a economia colonial, e colocavam nas praças européias a produção dos engenhos graças às conexões das casas portuguesas com as demais.

A viabilidade da colonização que não era no país descoberto um processo autônomo, autárquico, *en vase clos*, dependia das conexões com o exterior e dos mecanismos de funcionamento da vida econômica. Não bastava aportarem os colonos na Bahia, pedirem terras, caçarem índios, e plantar e moer canas. Nada era tão simples assim. A colonização pressupõe mecanismos de promoção e sustentação. Inclusive e principalmente, dada a sua natureza voluntária e empresarial, capitais a serem investidos. Isso compreenderam desde logo os próprios donatários das capitâneas que sabiam que não podiam povoar para fundar cidades para existirem cidades. Havia de criarem-se estruturas dinâmicas — a ocupação não podia ser gratuita e sem horizontes. Havia de ser uma ocupação com perspectivas econômicas. Havia que investirem-se capitais para produzir, produzir para vender com lucro, vender para comprar e produzir mais, e assim por diante, promovendo-se o desenvolvimento da ocupação. Empresas. E empresas significavam investimentos e organização. Montagem de mecanismos que permitissem a circulação dos bens econômicos a produzirem-se ou a consumirem-se. Percebe-se que a simples instalação dos homens da terra não significava colonização porque a terra não ia produzir para o auto-consumo. Era empresa para produzir para enriquecer os empresários e estes não eram necessariamente colonos. Os colonos sem o saber eram instrumentos de estruturas mais ou menos poderosas que permaneciam na Metrópole. Sim, é preciso penetrar-se no óbvio: toda a Colônia é de uma Metrópole, existe em função da Metrópole, rende para a Metrópole, não para si própria. Sem a retaguarda metropolitana com seus interesses, com suas iniciativas com suas estruturas administrativas, não há falar-se em colônias. As colônias pertencem a um sistema de gravitação econômica: sem a atração estelar da massa de interesses metropolitanos, desgarrar-se-ia recaído no seu primitivismo original. A colonização civiliza, mas a civilização, a criação de civilização não é um objeto gratuito ou humanitário. Ninguém monta uma fazenda para embelezar a paisagem, sanear os brejos ou dar emprego às populações. Nem o Estado com sua impessoalidade. Uma fazenda, uma colônia.

Para os homens de negócio uma colônia era uma dádiva. Quando uma colônia promissora se iniciava, logo depois de algum tempo superados os temores das primeiras experiências, afluíam os mercadores em revoada. Após a fundação do Rio de Janeiro como a posição oferecia perspectivas estimulantes, aí se concentravam já em 1567

mais de 150 mercadores (10). Enquanto escrevemos a História do Brasil quase que apenas com documentos oficiais, administrativos, os mercadores escapavam ao registro dos historiadores. Já os assentos do Santo Officio alteraram a idéia que se tinha da composição da população branca: na Bahia os homens de negócios eram proporcionalmente numerosos na cidade. E seu número tendia a aumentar. E entre êles, os cristãos-novos parece que predominavam, e alguns eram poderosos, e mesmo temidos (11). Dêles era a mais rica das confrarias religiosas (12). E seu prestígio e fôrça advinha-lhes não só das atividades comerciais, mas também da arrematação das rendas fiscais, principalmente dos dízimos.

Não se circunscrevia ao âmbito do mundo colonial sua esfera de ação. E isso lhes dava uma grande plasticidade e liberdade, apesar das prevenções residuais. O grande comércio conservava suas estruturas familiares tradicionais. Associavam-se pais, filhos, irmãos, sobrinhos numa mesma organização mercantil, e distribuíam-se por várias áreas onde houvesse interesses, mantendo-se as ligações entre êles. O parentesco era uma presunção de fidelidade. Na Metrópole ficava o centro de direção. Com o florescimento da economia do açúcar, a Bahia incorporou-se ao sistema. Agentes nos portos portugueses: Pôrto, Viana, Vila do Conde. Agentes na Holanda e na Flandres, agentes na Ilhas, na África. A Bahia recebia comissários ou feitores para a mercancia ou para a execução dos contratos, para a administração dos negócios. Sua permanência parece que, em geral, era temporária. “Estantes na cidade”, chamam-nos os textos do Santo Officio. Também eram cometas os dizimeiros dos contratos fiscais, ou os executores dos *asientos* africanos. Geralmente eram sobrinhos jovens solteiros que começavam a carreira da fortuna mercantil. Vinham para voltar, embora, ao cabo, nem todos regressassem.

A colonização estava ligada aos ritmos do tráfico marítimo. Seu sentido não era então continental. Estendia-se ao longo das rotas de navegação: estiolava-se quando as tangenciava. Eram pois o mercados que circulavam no Atlântico que a vitalizavam. Sua ausência,

-
- (10). — “Lí em uma carta que de lá veio, que havia já nêle 150 e tantos mercadores e que os mais dêles tinham já suas mulheres”. C. do Pe. Baltazar Fernandes a 5-12-1567. In Leite (S.), *Monumenta Brasiliae*, IV (Roma, 1960), pág. 424.
- (11). — “... ninguém se atrevia a repreender aos denunciados delas por serem muito soberbos e poderosos na terra...” *Denunciações*, 1618, in “Anais da Biblioteca Nacional”, nº 49, pág. 163.
- (12). — V. Confissão de Antônio Mendes in *Segunda Visitação do Santo Officio*, in “Anais do Museu Paulista” T. XVII (São Paulo, 1963). Separata, pág. 362.

a ausência de frotas compradoras, significava a estagnação, o desânimo, a detenção dos entusiasmos. Os que vinham, pequenos negociantes de aventura ou agentes de casas poderosas, abalavam-se da Europa em vária condição. Como os colonos. Uns vinham espontaneamente movidos pela esperança de enriquecer depressa e retornar às famílias. Homens casados que deixavam atrás espôsa e filhos. Outros chegavam já trazendo a família: vinham começar vida nova impulsionados pelas dificuldades ou misérias da existência que renegavam. Para aquêles primeiros tempos não é fácil descobrir êsses voluntários da colonização que se expatriavam para recomporem vida nova. Havia os que vinham por obrigação, em geral, a serviço da Corôa, a desfrutar cargos na Colônia — cargos administrativos, fiscais, judiciários, eclesiásticos, militares. Muitos ficariam definitivamente. Não poucos desertariam da vida colonial, promovidos ou decepcionados. E havia ainda aquêles que vinham coercitivamente. Degredados pela justiça civil ou inquisitorial ou fugitivos dela, os quais muitas vêzes, ao depois, não podiam ou não ousavam retornar a Portugal. Os cristãos-novos que a sedução do tráfico colonial atraía não seriam, quanto às motivações, diferentes dos demais. Nem todos viriam espontaneamente em busca de negócios. Alguns vinham pela obrigação de servir à casa da família em um pôsto de sacrifício, por algum tempo. Outros vinham fugitivos ou condenados — êstes sobretudo acabariam intimidados pelas dificuldades do retôrno, enraizando-se na terra.

Há que distinguiem-se as categorias dêsses mercadores, cristãos-novos ou não. Para o comércio que se fazia no ritmo das frotas, comércio itinerante de mascates do mar, vinham os mercadores de ida-e-vinda. No mar, nos navios passavam boa parte de sua vida. Em cada navio que apresavam, apanhavam os corsários certo número dêles que viajavam acompanhando suas mercadorias. Ou que eram senhorios ou mestres dos próprios navios mercantes que funcionavam como lógeas itinerantes. Êstes não eram povoadores, não cogitavam de se estabelecerem na terra — mas eram partícipes importantes da colonização. Batedores do mar, era ao mar que povoavam durante meses e meses, e sua presença na Colônia, ainda que efêmera cada ano, era estimulante da colonização. Seus interêsses, suas compras e vendas, seus financiamentos pelas concessões de créditos, sua rêde de compromissos, sua atuação como intermediários entre mercados resultava colonizadora, apesar da descontinuidade de sua presença física.

Outros eram os comissários e feitores — agentes de empresários ausentes na Metrôpole que não se arriscavam à travessia do

Atlântico. Havia os feitores de grandes proprietários de sesmarias ou de engenhos que vinham administrar patrimônios ou base territorial. Os feitores de Álvaro da Costa, dos Condes de Linhares, do Conde de Castanheira. Os feitores dos Lopes Ulhoa, dos Brito Freire (13). Nem todos eram modelos de honestidade. Frei Vicente refere-se às artimanhas verbais de Tomás Alegre, feitor do donatário de Ilhéus, para não prestar contas a seu comitente (14); anos depois vamos encontrá-lo dono de formoso engenho no Recôncavo (15). A administração de um feitor — Sebastião Barbosa, em 1677, quase levou à ruína um dos engenhos dos Brito Freire e por pouco não liquidou o patrimônio baiano da família que se transferira para a Metrópole, onde com destaque servia ao Rei Francisco de Brito Freire (16).

A ação dos feitores de sesmarias era substitutiva de colonizadores absenteístas. Administração de propriedades, sem atuação criadora. Alguns foram meros agentes de vendas de terras de sesmarias para fazendas e engenhos. Outros, feitores mores de engenhos, como parece ter sido André Lopes Ulhoa em relação aos engenhos do tio que vivia em Lisboa. Mais importantes eram os feitores ou comissários de mercados metropolitanos ou de contratadores da Corôa. Permaneciam, pelo menos durante algum tempo na Colônia na gestão de negócios de vulto, e dêles dependia grandemente a vida econômica de muita gente. Não só negociavam com os engenhos e fazendas, comprando açúcares para a chegada dos navios, mas supriam-nos de equipamentos e escravos. Se agentes de percepção de tributos, era dêles que dependia a execução dos contratos dos dízimos nos quais se baseava tôda a administração colonial e dos quais saíam os redízimos dos donatários das capitâneas. Saíam muitas vêzes das famílias do mercador ou do contratador: irmãos ou sobrinhos. Sobretudo, sobrinhos.

Outros eram os grandes mercadores chamados mercadores de sobrado que, conforme o montante de suas fortunas, tinham privilégios como se fidalgos ou letrados fôssem. De sobrado, cuja lógea ficava ao rés-do-chão, mas que faziam negócios de monta e eram figuras de respeito e consideração. Magnatas, muitas vêzes dadivosos e beneméritos como cidadãos de prol e chamados para as contribuições de serviço da Corôa e para os conselhos nos momentos graves.

(13). — Em 1618 era feitor dos engenhos de Vasco de Brito Freire, o cristão-nôvo Diogo Pires Diamante. *Denúncias de 1618*, pág. 164.

(14). — Frei Vicente, *História do Brasil*, pág. 113.

(15). — Soares de Sousa (Gabriel), *Notícia do Brasil* (Rio de Janeiro. Edição de Pirajá da Silva), I, pág. 280.

(16). — V. docs, in *Brasília*, vol. IX (1955) pág. 180-181.

Emparelhavam-se com os proprietários de terras e engenhos, e os casamentos eram freqüentes entre filhos dêsses mercadores e os de gente afidalgada. Nos magros quadros urbanos êles deviam avultar em importância e a êles sobretudo andavam presos os donos do engenho e lavradores. Alguns dêsses poderosos mercadores retornaram muito ricos a Europa onde tiveram ainda destacado papel. Duarte da Silva, que Vieira conheceu mercador na Bahia e de quem foi amigo depois, veio a ser o financiador da Revolução de 1640, graças sobretudo a suas conexões holandesas, e apanhado pelo Santo Offício, sua prisão provocava uma total retração aos créditos de D. João IV nos mercados setentrionais, e quando do casamento da princesa com o rei da Inglaterra, foi ainda êle que financiou as primeiras prestações do prometido dote acompanhando a nova rainha à Inglaterra, de onde não mais quis sair. Diogo Dias Querido que era na Bahia bastante rico para emprestar 30.000 cruzados para o governador Francisco de Sousa sair de suas dificuldades (17), trasladou-se depois para a Holanda, onde com nome judeu que adotou, chegou a ser uma das principais figuras da nação judia do norte e financiador de emprêsas marítimas dos neerlandeses. Mercador de relêvo era Pero Dias cuja descendência inseriu-se na constelação de proprietários de engenhos. Era Pero Garcia em cuja descendência há donatários de capitâneas. Era Francisco Fernandes, da Ilha, capitão proprietário de terras e engenho que se casou em família afidalgada, com Clara de Sande (18), matrona de raros dotes e enorme ascendência em seu meio. Êsses mercadores de sobrado, tanto quanto os grandes proprietários, quando na terra permaneceram, foram fundadores de dinastias de gente de projeção e prestígio no mundo colonial. Eram fortunas e sua descendência se aparentava com cristãos-velhos que podiam invocar estirpes e nomes em livros d'El Rei.

Às centenas eram os mercadores de vara-e-côvado, os pequenos negociantes que espalhados em suas lógeas viviam do comércio de varejo. Vendiam para a cidade, forneciam para engenhos e fazendas, e alguns começando modestos logravam enriquecer e sua descendência ao pleitear fidalguias tinha embaraços com a "mecânica" dos avós. Porque êstes não fruíam privilégios e eram equiparados aos oficiais mecânicos. Suas lógeas equívaliam às tendas dos artesãos. Dentre êles saíam os vendedores ambulantes: os mascates do futuro. Êles viviam às turras com a almotaceria das câmaras que fiscalizavam seus negócios com a gente do povo. Eram por excelência os distribuidores dos produtos de importação: dos vinhos, da farinha de trigo, do

(17). — Frei Vicente, *História do Brasil*, pág. 284.

(18). — Jaboatão, *Catálogo Genealógico* in "RIHGB", T. LII, pág. 181.

sal, dos tecidos e confecções. Mas não desdenhavam receber em açúcares para exportá-los também. Conhecemos mal os mecanismos de sua atuação — a mediocridade de suas transações os condenava ao anonimato como gente do povo. Alguns nomes sobreviveram ao acaso graças aos registros do Santo Ofício.

A presença de mercadores cristãos-novos, aliás ao lado de outros que eram bons cristãos-velhos, embora vital para a economia da colonização, não significa que fôsem urbanitas irreversíveis e que apenas a mercância os atraia às terras de colonização. Mercadores, por certo, mas não irremediavelmente mercadores ou perceptores de impostos. Se na Metrópole as precauções e a legislação que as refletia os arredavam da posse da terra e em consequência da agricultura, gerando o preconceito de sua nenhuma vocação para o amanhã da terra, aqui, na atmosfera colonial êles reencontravam as oportunidades perdidas e se reconciliavam com o solo. Podiam, na Bahia e alhures possuir imóveis e os desejavam, trasladando-se do comércio para outras formas de atividade econômica. Êste o fenômeno que principalmente desejamos acentuar porque dá outras dimensões à sua participação na colonização do Brasil. Senhores do tráfico, intentarão instalar-se em tôdas as plataformas do mecanismo da economia colonial do açúcar. Sua absorção posterior com o mascaramento da condição de cristãos-novos apagou sua presença em outros campos. Os preconceitos genealógicos conspiraram nêsse sentido, isto é, para acentuar os esquecimentos. Os papéis da Inquisição nos permitem recommear uma história interrompida.

*

V. — DE MERCADOR A SENHORIO DE ENGENHO.

Testemunhava em 1586 Gabriel Soares referindo-se aos engenhos do Rio de Matóim:

“... a mão direita, por um braço acima, está o famoso engenho de Paripe que foi de Afonso de Tôrres e é agora de Baltazar Pereira, mercador” (19).

Eis o mercador, o homem de negócios, sucedendo a outro, no senhorio de um dos maiores engenhos do Recôncavo. Era de Ponte de Lima, de onde passara para o Brasil em 1560. Êste engenho fun-

(19). — *Notícia do Brasil* (ed. Pirajá da Silva), I, pág. 277. “Baltazar Pereira, mercador” registrava-se em contas do Espólio de Mem de Sá, in “Docs. para a História do Açúcar”, III, pág. 444. A êle se refere Jaboatão, no “Catálogo Genealógico”: “mercador em Lisboa, moço da câmara”, “foi o opulento em cabedais”. págs. 191, 220, 236, 238-9.

dado por Afonso de Tórres, fôra de Jorge Gomes de Lamego morador em Lisboa antes, e depois em 1589 Baltazar Pereira o vendeu a Antônio Vaz e êste a Gaspar Pereira, o Velho. Uma seqüência de mercadores. Casou-se Baltazar Pereira, na Bahia, com D. Maria, fidalga filha do alcáide-mor Antônio de Oliveira Carvalhal e chegou a moço da câmara del-rei (20). Biografia de um cristão-nôvo mercador em Lisboa que se faz, por compra, senhorio de engenho; enriquecido, ingressa em família fidalga, regressa a Portugal e acaba afidalgo êle próprio. Não é uma história única. E' uma carreira freqüente na crônica da colonização.

Mercadores senhorios de engenho encontramos ainda no tempo de Gabriel Soares: André Fernandes Margalho, Antônio Lopes Ulhoa e seu irmão Diogo Lopes Ulhoa, Antônio Nunes Reimão, Francisco de Aguilar (contratador de dízimos), Francisco de Araújo, Gaspar Fernandes da Fonseca (?), Gaspar Pacheco, Jorge Antunes (filho do mercador Heitor Antunes), Lopo Fernandes d'Elvas, Manuel Ferreira, Miguel Batista, Tomás Alegre, Tristão Ribeiro. Em cêrca de 50 senhorios de engenhos, muitos dos quais ignoramos a procedência e que podiam também ter sido mercadores, nada menos de 14 o foram certamente, 28% portanto.

Em uma relação de 40 senhorios de engenho referidos na Visitação de 1618, pelo menos 10 haviam sido ou ainda eram mercadores: Dinís Bravo, Diogo Lopes Franco, o Velho, Diogo Lopes Ulhoa, Francisco Ribeiro, Manuel Rodrigues Sanches, Pero Garcia, Simão Nunes de Matos, Mateus Lopes Franco, Agostinho de Paredes (filho de mercador), Baltazar Ribeiro. Nada menos de 25%.

E' pois significativa a presença de mercadores no quadro dos senhorios de engenho. Tôda uma história de mudança social, de plasticidade do meio colonial.

Em suas mãos, tinham os mercadores o destino dos engenhos. Eles os equipavam, forneciam-lhes escravos, compravam-lhes os açúcares, custeavam as safras pela concessão de créditos. Esta situação lhes dava inegável ascendente sôbre uma clientela prestigiosa. Eram ricos em cabedais, mas lhes faltavam o prestígio e a fôrça que advinham da posse da terra e do mando ostensivo sôbre dependentes.

A atmosfera colonial porém abria horizontes: mercadores de certa condição de fortuna podiam transitar da mercancia para a agricultura e para os engenhos. Adquirindo-os ganhavam estabilidade na terra e se comprometiam mais sólidamente no processo de colonização. Sob a égide da mercancia, desenvolveram-se os engenhos que,

(20). — Jaboatão, *loc. cit.*

desde as origens, direta ou indiretamente foram empresas de homens ligados ao tráfico atlântico, ao qual sua produção devia alimentar.

Desde as origens, é uma constante a presença do mercador no quadro dos engenhos. Na Bahia ou fora dela. O engenho dos Erasmos em São Vicente, o primeiro da Colônia, deveu-se a um clã de mercadores — os Schetz. Os primeiros da Bahia, realizados ou apenas iniciados, fundaram-nos João de Velosa, insulano de biografia desconhecida e Afonso de Tôrres, este capitalista de família de mercadores, ao que parece, de procedência castelhana. O primeiro engenho que sabemos ter funcionado na Bahia, sob Duarte da Costa, foi do provedor-mor Antônio Cardoso de Barros, donatário frustrado que ao acompanhar Tomé de Sousa tinha capitais e relações para armar e carregar seu próprio navio. Com sua morte trágica, este engenho em Pirajá ficou para o filho legítimo João de Barros Cardoso que, vendendo-o, se retirou para a Metrópole.

Para o sul, os primeiros engenhos de Ilhéus foram do capitão-mor Jorge de Figueiredo, homem ligado aos meios financeiros de Lisboa. Negociou capitania e engenhos com Lucas Giraldes (21), homem de finança internacional que chegou a ter 8 engenhos, cujo filho já afidalgado quase veio a ser governador geral. Daquêles engenhos de Jorge de Figueiredo foi feito Tomás Alegre, mais tarde ele próprio senhorio de um engenho no Recôncavo.

Os capitães mores com engenhos pretenderam colonizar suas capitanias, e isto significava inversão de capitais; capitais em geral procedentes do tráfico do Atlântico, pessoais ou levantados em Portugal. Pero do Campo Tourinho era de Viana, o que já diz alguma coisa, e “muito visto na arte de marear”, informa Frei Vicente (21a.). Francisco Pereira Coutinho “fidalgo mui honrado” enriquecera na Índia, como também Vasco Fernandes Coutinho. História a se fazer esta dos primeiros capitais da colonização, o que equivale dizer, dos engenhos iniciais.

Da iniciativa de burgueses do tráfico terão surgido os primeiros engenhos da Bahia. Infelizmente não temos a cronologia deles — mas alguns dos primeiros senhorios de engenho eram ligados à burguesia reinol. Além do de Antônio Cardoso de Barros, o engenho de Sergipe foi instituído por Mem de Sá na sesmaria do filho. Não sabemos se o governador tinha marca de cristão-novo: sua mentalidade e sua conduta eram de comerciante. A publicação de seu espólio veio revelar-nos que tinham razão os que dêle se queixavam por mercadejar na Colônia: navios seus pejados de mercadorias chega-

(21a.). — *História do Brasil*, pág. 111.

(21). — Sobre Giraldes ver Rau (Virgínia), in “Estudos Italianos em Portugal” (Lisboa, 1965), nº 24, reeditado in “Estudos Históricos” (Lisboa, 1968), pág. 75 e segs.

ram ao Salvador na véspera de sua morte, mercadorias que foram entregues a um mercador Antônio Fernandes para vender. E o engenho foi arrendado judicialmente a outro mercador — Lopo Fernandes d'Elvas. E com êle vieram vários cristãos-novos entre os quais seu médico — mestre Afonso Mendes.

Dêsses cristãos-novos foi Heitor Antunes mercador e rendeiro dos dízimos que erigiu engenho em Matoim e que fez vir a família, Ana Roiz e as filhas que em 1591 foram apanhadas pela Inquisição. Filhas suas casaram-se com senhorios de engenho: Sebastião de Faria e Henrique Muniz Teles. Sócio seu no contrato dos dízimos, Francisco de Aguilar também teve seu engenho — o do Castelhanao — no Recôncavo.

Este início mercantil dos engenhos parece indicar um processo de investimento de capitais do comércio na criação dos engenhos. A sesmaria não era o germe necessário dêles: nada comprova que titulares de grandes sesmarias das primeiras quando se enraizaram na Colônia tenham sido forçosamente donos de engenhos. Se fidalgos, faziam-se grandes agricultores — Simão da Gama de Andrade e Antônio de Oliveira Carvalhal em suas sesmarias vizinhas do Salvador não parecem, ao contrário do que se pensa, terem fundado engenhos. O mesmo se pode dizer de Egas Muniz Barreto, pouco mais tarde; filhos seus, sim, foram senhorios de engenho, embora não todos. Ao fidalgo latifundiário, talvez faltassem capitais para engenhos.

Mercadores faziam-se donos de engenhos: obtinham águas ou as compravam em lugares propícios e podiam fundar engenhos e promover o plantio de canaviais nas terras correspondentes. Alguns se faziam primeiro lavradores, grandes lavradores, e ao depois, graças aos ganhos do açúcar e ao crédito obtido com outros mercadores de suas relações, ousavam fabricar o próprio engenho. Esta parece ser a história do mercador Manuel de Paredes, lavrador em 1591, e senhor de engenho em Passé em 1618. Filho seu, que na mocidade lutara com corsários, senhorio de engenho, já capitão da freguesia, um dos chefes da resistência aos holandeses em 1624, Agostinho de Paredes, tornou-se figura de prestígio e respeito, esquecida sua condição de cristão-novo. Também parece ser a história de Dinís Bravo, lavrador e foreiro nas terras do engenho do Conde, acabou por adquirí-las na Ilha de Cajaíba, onde fundou engenho, e filha sua casou-se com afidalgado senhorio de engenho fronteiro. Já seu irmão Pascoal Bravo, igualmente mercador, parece que não logrou passar de lavrador. Como ficou grande lavrador Antônio Gomes Vitória. Como não chegou a senhorio de engenho o riquíssimo Pero Dias apesar de seu casamento em família de senhorios de engenho.

Certo, nem todos os senhorios de engenho se recrutavam entre antigos mercadores. Com os elementos que temos, sequer podemos afirmar fôsem a maioria. A obtenção de terras não seria fácil quando fôsem também cristãos-novos. E' possível que essa infiltração se tenha acentuado sob os Filipes. Reação à política inquisitorial que instabilizava os capitais na Metrópole. Conjuntura atlântica: maior procura de açúcares quando os engenhos insulanos se desorganizavam, disponibilidade de capitais que se desinteressavam pelo tráfico das especiarias cada vez mais inseguro e abalado pela concorrência árabe-veneziana, associados ao aumento da segurança na rota do Brasil.

Na segunda metade do século XVI, testemunhavam mercadores que era o açúcar a mais interessante das mercadorias de comércio (21b): no seu crisotropismo intuitivo, os mercadores cristãos-novos orientavam seus capitais e intêresses para suas áreas de produção, e seus agentes passaram a freqüentar a Bahia. Alguns dêsses agentes acabaram, êles próprios, por adquirir para sí mesmos, ou talvez para seus comitentes, não sabemos, engenhos no Recôncavo. Lopo Fernandes d'Elvas no Paraguaçu, Simão Nunes de Matos, na Ilha de Maré são exemplos. Vindo pessoalmente, ou não, os mercadores financiavam a empresa colonial.

Paralelamente intensificava-se outra fonte de ganhos, o tráfico de negros, mais uma razão para estimularem os mercadores a instalação de engenhos, ampliando-se o mercado. Faltam dados estatísticos da afluência de mercadores e feitores à Bahia; mas as idades dos que aparecem depoentes no Santo Ofício e a freqüência das referências aos elementos *estantes* na cidade indicam uma intensificação dêsse afluxo no comércio do século XVII. Com recursos trazidos ou adquiridos tratavam de obter terras ou engenhos, condição de maior segurança.

Como chegavam à posse de terras e engenhos? Os elementos conhecidos, na falta de registros de sesmarias e de transações imobiliárias, reduzem as certezas. Questão relevante: envolve o conhecimento da procedência dos capitais da colonização, inclusive o da auto-capitalização no processo. Mercadores enriqueciam: compra e venda de açúcares, de escravos, de equipamentos, e eventualmente, de moedas de prata trazidas por peruleiros e a prática da usura. Que os lucros maiores se evadissem para as grandes casas da Metrópole seria fatal: os ganhos da venda do açúcar eram devorados pela compra de escravos da Guiné, de equipamentos especialmente de cobre,

(21b.).— Vide Gentil da Silva (J.), "Marchandises et Finances" (Paris, 1959-1961). 2 volumes. *Passim*.

de mercadorias de consumo — têxteis e gêneros europeus. Situação visível no inventário de Mem de Sá em 1572. Ou nas contas do engenho do Conde, anos depois. Pena que não tenhamos ainda livros de contas de mercadores.

De várias formas transitavam êstes para a constelação dos senhorios de engenho. Pela compra de engenhos. Pela compra de águas e fundação dêles. Pela cobrança de dívidas acumuladas. Por via de casamento com filhas de senhorios: dotes ou heranças.

O engenho de Santa Cruz de Tôrres foi, vimos, comprado por mercadores sucessivos: Diogo Gomes de Lamego, Baltazar Pereira, Antônio Vaz, Gaspar Pereira. Era um dos mais antigos e poderosos engenhos do Recôncavo e dêle dependiam numerosos lavradores. Vendido foi também o antigo engenho fundado em Pirajá por Antônio Cardoso de Barros. Lopo Fernandes d'Elvas, de uma dinastia de mercadores, comprou no Paraguaçu o engenho que teve: provavelmente um dos que foram de Antônio Dias Adôrno.

Diferente, o caso de Dinís Bravo. Era, com o irmão Pascoal Bravo, originário do Pôrto, chegados ambos à Bahia no comêço do século XVII. Mercadores, assim aparecem na Visitação de 1618. Adquiriram terras na sesmaria do engenho do Conde, e foreiros, forneciam canas cativas ao engenho dos Jesuitas e como tais figuram em suas contas. Dinís Bravo, de meação com outros adquiriu terras na Cajaiba e aí erigiu seu próprio engenho, libertando-se da dependência. Manuel de Paredes, em Passé, é caso semelhante: mercador, lavrador e afinal, senhorio de engenho.

Os engenhos viviam carregados de dívidas: testemunhos do tempo. Como as queixas dos senhorios e a legislação deixam entrever, os credores reclamavam os engenhos em pagamento. Sobretudo em anos ruins. Os engenhos sacavam demasiado: escravos e ostentação de padrões fidalgos de vida. Epidemias, fugas, ataques de índios, sêcas, quedas de cotação do açúcar significavam insolvabilidades e em consequência perda do engenho. Os casos deviam ocorrer. Sômente um caso concreto conhecemos de engenho que parece ter sido alienado em consequência, de dívidas a mercador, e não para êste: o do engenho de Nossa Senhora das Candeias em Pitanga — o engenho do Silveira nos mapas — vendido por Bernardo da Silveira a D. Filipe de Almeida para pagamento de débito a Afonso Mendes de Leão, que peto nome parece cristão-nôvo. D. Filipe, também, carregado de dívidas, vendeu em 1643 êste engenho aos Jesuitas (22).

Aos mercadores solteiros enriquecidos, proporcionava o casamento oportunidade de se inserirem em famílias de destaque na per-

(22). — *Documentos Históricas*, vol. 43, pág. 268 e segs.

meável sociedade colonial e de chegarem à posse de engenhos. O caso de Manuel Rodrigues Sanches é típico. Mercador, cristão-nôvo notório, casou-se com D. Brites, filha do fidalgo Bernardo Pimentel de Almeida, que serviria ao Prior do Crato e se refugiara em 1584 no Brasil, onde se casara com D. Custódia, filha de Sebastião de Faria e neta do cristão-nôvo Heitor Antunes, todos senhorios de engenho. Pela morte do cunhado Agostinho Caldeira recebeu Rodrigues Sanches o belo e cobiçado engenho de Nossa Senhora do Rosário — ao depois, da “Freguesia”, em Matoim. Este engenho pelo segundo casamento de D. Brites veio a ser de João Pais Florião, o desabusado castelhano que chegara com a frota restauradora de 1625. Mais sugestivo ainda foi o caso de Pero Garcia, aventureiro do mar e mercador que, mercê de seu casamento com Maria de Araújo, viúva do potentado Baltazar de Aragão, chegou a ter nada menos de 4 engenhos, tornando-se uma das figuras mais respeitadas do Salvador, pela qual, já velho, deu a vida lutando contra os holandeses.

Estas passagens da mercância para o senhorio de engenhos parecem acentuar-se no começo do século XVII. Em textos da Visitação de 1618 certos indivíduos aparecem qualificados ora como mercadores, ora senhores de engenho, declinando-se às vêzes ambas as condições. Diogo Lopes Franco ou Simão Nunes de Matos, por exemplo. Sinal da recentidade da mudança e de que a condição de senhorio de engenho ainda não difundia nenhum aristocrático prestígio que ofuscasse a respeitabilidade da condição de mercador rico e poderoso. Este fato indica principalmente uma clara bivalência de funções. O mercador, ao adquirir o engenho não renunciava às atividades mercantis. Antônio Nunes Reimão “mercador e lavrador” tinha sua casa de meles em Pirajá e sua lógea no Terreiro de Jesus.

Esta duplicidade de funções econômicas permitiria, eliminando-se a mediação de quaisquer mercadores estranhos, duplicarem-se os ganhos: como produtor e como intermediário, venderia diretamente à Metrópole seus açúcares; o mercador, dono de engenho, compraria seus escravos e equipamentos sem dar ganho a outrém. Esbôço aliás de uma concentração vertical, que, em geral, se supõe não ter ocorrido naqueles tempos: agricultura, indústria e comércio pelo mesmo indivíduo. Não seria de surpreender que armasse também seus navios, ganhando nos fretes, como parece fazia aquêle fabuloso Baltazar de Aragão, com seus engenhos no Paraguaçu, o Bangala, cuja fortuna, além do casamento com a herdeira de Francisco Araújo, parece ligar-se ao tráfico africano. Aliás, êste Francisco de Araújo recebia navio do sul carregado de pau brasil.

A acumulação de atividades propiciaria ao colono, como lavrador, a colheita de canas e gêneros de subsistência na sesmaria, como

industrial, o fabrico do açúcar no engenho, como mercador, as transações de açúcar, escravos, equipamentos para si mesmo e para outros. onde necessário, poria feitores. Talvez tenha sido esta a fórmula das fortunas de Francisco de Araújo (também dono de currais), de Baltazar de Aragão, de Pero Garcia. Ou dos Lopes Ulhoa. Bivalência é ainda a de Simão Nunes de Matos: mercador, agente na Bahia dos contratadores do tráfico africano, que adquiriu engenho na Ilha de Maré, possivelmente o de Bartolomeu Pires que terá descido a lavrador em Matoim, já que lá vivia em 1618. Base para negócios de escravaria? E' possível.

Senhorios de engenho mercadores foram muitos. Antônio Lopes Ulhoa que teve o seu no Paraguaçu, e depois voltou a Lisboa a continuar a mercancia. Mais famoso, seu irmão Diogo Lopes Ulhoa, com dois ou três engenhos, que por sua vez retornou também, e chegou a funções diplomáticas a serviço de D. João IV. Mercador fôra Francisco Ribeiro com engenho na Ilha das Fontes, parente do importante contratador Gabriel Ribeiro: Diogo Lopes Franco, o Velho com engenho em Matoim ou Mateus Lopes Franco que se estabeleceu mais tarde na Ilha de Maré, não sabemos se no mesmo engenho que fôra de Nunes de Matos, e se êste foi aquêle mesmo que abrigaria mais tarde o poeta Botelho de Oliveira.

A bivalência funcional marcava o caráter empresarial do engenho e suas relações com a cidade. Mercador, o senhorio não residiria no engenho onde poria feitor-mor, mas na cidade no seu sobrado com lógea no rez-do-chão. Figura urbana e não ruralizada, deslocando-se para o campo nas épocas de safra. Os que, nas qualificações, são dados como moradores na cidade (23). Em 1618 tinham casas no Salvador: Dinís Bravo, Diogo Muniz Teles, Diogo Lopes Franco, Henrique Muniz Teles, Manuel Rodrigues Sanches, Martim Carvalho, Diogo Lopes Ulhoa, Pero Garcia que aliás na sua confissão se dizia morador no Paraguaçu, mas que vivia em sua casa na cidade como revelam as denúncias. Dos senhorios contemporâneos de Gabriel Soares, além dêle próprio, mercadores ou não, possuíam moradas na cidade: Fernandes Margalho, Antônio da Costa, Antônio Dias Adórno, Nunes Reimão, Bartolomeu Pires, Leonor Soares, Miguel Batista, Sebastião de Faria, Sebastião da Ponte.

Esta presença urbana do senhorio em prejuízo do engenho condicionou um regime de bivalência urbano-rural que veio a marcar a vida do Brasil, apenas com uma posterior inversão da preferência em favor do engenho, ou fazenda. A duplicidade implicava numa ambi-

(23). — O mesmo acontecia com os que eram também funcionários da Corôa como Francisco Sutil de Siqueira.

guiidade ecológica, numa indiferenciação das mentalidades, urbana ou rural. Marca de origem.

Essa anfibiologia resultava na deficiência de quadros humanos, da pouca pressão de concorrências, da plasticidade do meio social que a tornavam possível. Escassez demográfica, abundância de oportunidades das áreas pioneiras. Compensava-se a escassez pelo exercício concomitante de várias funções pelo mesmo indivíduo que assim se pluralizava. Cada um valia por dois ou mais. Funcionário ou padre que era lavrador, mercador que era também dono de engenho, barbeiros que eram cirurgiões, e quase todos êles eram também soldados, com alardos semanais. Falta de quadros que a escravidão não lograva corrigir. Improvisavam-se artezãos à margem do regime das corporações — do escravo ao homem de officio.

Essa versatilidade estava na atmosfera e constituia um imperativo da colonização. Temos notícia de um ferreiro que chegou a senhorio de engenho, o pai de Francisco Nunes que teve casa de meles em Itaparica (24). Mundo de improvisações de mobilidades, insalubre para as continuidades de *status* através de gerações, fundamento da nobreza de sangue. Aqui as nobrezas decadentes se acabavam, e outras de *homini novi* podiam começar. Fim de velhas linhagens, começo de linhagens aguadas de "burguesidade". Hemopatia congênita.

Essa plasticidade do meio refletia a empresarialidade da colonização e a falta de rigidez de estruturas que eram experimentais. O sistema não se completava na própria paisagem colonial, porque a vida da colônia, econômica, administrativa, religiosa ou cultural não transcorria tôda na própria colônia. Tôda a colônia é sempre algo de inacabado. Um pedaço ficava na Metrópole para que a colônia continuasse colônia. Pressuposto da própria definição de realidade colonial: a Metrópole. Não apenas política, mas sobretudo econômica e cultural. A economia colonial só se completa no seu *front* metropolitano. A cultura colonial é um éco, embora infiel.

Dêsse contexto resultava um duelo básico nas pulsações demográficas do povoamento: absenteísmo *versus* fixação. Reversões contra povoamento. Movimentos de lançadeiras: ir e vir. Descontinuidades. Rupturas de permanências. No plano individual colonizar não é necessariamente povoar. Havia os que participavam do *processus* sem sair de Portugal. Algo como tele-colonização. Aquêles colonos ausentes ou ausentados. Empresários que investiam na terra ou ministros que sem a ver ordenavam providências positivas.

(24). — *Confissões da Bahia* (1591), pág. 99.

Govêrno distante, mas govêrno. Empresários ausentes, mas agentes de colonização. Um Lucas Giraldes que de além-mar explorava 8 engenhos que mantinha, ou ainda aquêles anônimos compradores de açúcares da praça de Lisboa ou Viana. Dupla a fachada do edificio econômico quando colonial.

Daí o absentéismo dos empresários às vêzes invisíveis que corria paralelo com o de fidalgos titulares de sesmarias enormes na Bahia. Fisicamente longe sua presença na colonização era a do comando das ações. Presentes na história não na geografia. Na vida não no espaço. O outro quadro da colonização: o metropolitano. Essa ausência corpórea compensava-se no plano político com os lugares-tenentes dos quais o maior sucedâneo do Rei era o governador geral; no plano religioso, havia os vigários; no plano econômico, os feitores, comissários, rendeiros.

Os feitores não foram inventados para o Brasil, mas aqui adquiriram especial importância, como elementos de ligação e de execução. Feitores tiveram, na Flandres, os reis para negócios de pimenta, desde o século XV. O florescimento e generalização do feitorado foi uma decorrência da colonização a distância. Feitores de fidalgos, feitores de mercadores e contratadores, feitores de senhorios de engenho ausentes.

Feitores na Bahia, Antônio da Serra ou Francisco de Negreiros, mantiveram os Condes de Linhares. O conde de Castanheira, Álvaro da Costa para administração de suas sesmarias-capitanias. Feitores chamados loco-tenentes mantinham os capitães-mores sempre ausentes. Mais representativos eram os feitores de contratadores, dos grandes mercadores e de senhorios de engenho. Os Brito Freire, donos de dois engenhos — o de aSnto Estêvão erigido em morgadio e o de Santiago, ausentando-se da Bahia, puzeram feitores a frente desses bens coloniais. Ao retornar à Europa, Diogo Lopes Ulhoa deixou feitor de seus engenhos do Paraguaçu, o sobrinho André Lopes Ulhoa. Em 1618 era o feitor dos engenhos de Vasco de Brito na Capanema o cristão-nôvo Diogo Pires Diamante. Feitores do contrato dos dízimos de Gabriel Ribeiro, eram seus próprios irmãos. Feitores do contrato do pau-brasil, do rico André Lopes Pinto, eram Manuel e Antônio Ribeiro.

Não eram também os feitores propensos à fixação. Permaneciam estantes na Bahia e depois retornavam, satisfeitas suas comissões. Alguns porém ficavam presos por interesses ou pelo casamento. Havia ainda os comissários de mercadores que aportavam com as frotas e com elas partiam de volta. Cometas. Outros enraizavam-se. Dêstes, Tomás Alegre, feitor de Lucas Giraldes, que teve enge-

nho na Bahia, ou Lopo Fernandes d'Elvas, arrendatário do engenho de Mem de Sá em 1572, e que veio a ter engenho no Paraguaçu, provavelmente parente e agente dos Fernandes d'Elvas de Lisboa, essa dinastia de mercadores. Exemplar de feitorado em família.

No quadro geral de instabilidade e movimento que caracteriza o século XVI tão bem acentuados por Lucien Febvre, pela natureza de seu ofício, os mercadores eram por excelência itinerantes. Se logravam na Colônia a posse de terras, tendiam à fixação. Adquirida riqueza, esta os tentava a ir desfrutá-la ou multiplicá-la na Europa. Não somente eles. Não poucos senhorios de engenhos desertaram da Colônia, sem nela deixarem descendência. Ausentes das genealogias. Alguns exportavam os filhos e filhas para melhor educação ou casamentos. Sabemos que voltaram homens como Baltazar Pereira, os Brito Freire, os Lopes Ulhoa, João de Barros Cardoso. Mercadores ou não. Nem todos para Portugal: Diogo Dias Querido, grande negociante que emprestava recursos para a Corôa procurou a Holanda. Era cristão-nôvo, e retornou também ao judaísmo. Alguns largavam o Brasil, pelas Índias de Castela, pela África, ou mesmo pelo Oriente, em sua impaciência de lograr fortuna. Ou aventura. Estes que não quiseram morrer na Colônia nem largar nela sua descendência certo não foram povoadores, mas em certa dimensão, foram colonizadores.

Em conjunto, através do tempo, o processo de colonização é algo de continuado, de incessante. Em pormenor porém resulta ser sincopado, um tecer e destecer, um chegar e partir. O povoamento resultava do saldo entre os retornos e as permanências. Destinos individuais de colonizadores que deixavam de ser, e tanto pelo insucesso como em razão do sucesso desertavam, ou ficavam. Vivendo um pouco na terra, um pouco no mar, êsse homens não foram porisso menos colonizadores. O povoamento era condição, e não o fim da colonização. Essenciais eram as comunicações — o poder vir e ir, e transportar. A chave da colonização era o uso do Atlântico.

Do confrônto entre povoamento e exploração econômica advinham duas decorrências na colonização: a fixação residual de emigrantes que ficavam colonos e a migração dos lucros que iam subvencionar a maturação do capitalismo e a prosperidade burguesa da Europa. Os que se fixavam não retinham todos os ganhos da empresa colonial, no sentido de uma auto-capitalização da Colônia, acelerando-se-lhe o desenvolvimento mercê de reinversões. Descompasso entre o povoamento e o enriquecimento: eram os ausentes os que mais ganhavam com a colonização. Tese a provar-se, mas de todo provável. Capitalista o sistema de colonização, evadia-se a mais

dos lucros em favor dos empresários dela — dos que, de alguma forma, e embora ausentes, nela investiam capitais. Adensava-se o povoamento à custa de escravos ou assalariados, coadjuvantes da remuneração dos capitais, sem os quais não haveria colonização eficaz.

Este fenômeno, ao mesmo tempo que situa a colonização do Brasil na órbita do capitalismo ocidental, explica em grande parte como, apesar das grandes margens de lucro, que proporcionava, foi relativamente lenta a valorização econômica e a elevação dos níveis de vida da Colônia. De outro lado condicionou o ritmo contido da sua capitalização que foi constante, mas não acelerada. Explica, por exemplo, entre outros aspectos, a crônica escassez do meio circulante e de bens de consumo. Muita gente enriquecia, mas a terra não se enriquecia. Uma episódica ostentação de luxo era apenas um efeito de ilusão que podia impressionar visitantes de passagem como Fernão Cardim. Quantos e quais seriam realmente ricos? A sucção dos rendimentos do trabalho de escravos e colonos tem algo que ver com o florescimento do capitalismo europeu. Ele, para si próprio, inventara a colonização: em seu benefício ela devia funcionar. Isso não era tudo, porque afinal, residual embora, também se ia sedimentando uma cultura no país novo — o papel maior dos agentes da cristianização. O missionarismo é a outra face da colonização.

A frequência dos retornos de elementos economicamente significativos é de mensuração difícil devido à falta de registros e suas conseqüências econômicas, sociais e culturais na Metrópole jazem esquecidas. Tem ainda seu paralelo na temporariedade das funções político-administrativas. Salvo os que recebiam cargos hereditários, os funcionários régios, por sua vez, não viriam para ficar. Quantos destes servidores da Corôa, vindos de Portugal para isso, governadores, provedores, tesoureiros, ouvidores, oficiais pagos, escrivães, enfim de toda a hierarquia administrativa, quantos terão deixado sua descendência no Brasil? Seria preciso que outras formas de atividade os retivessem: a obtenção de sesmarias e engenhos, por exemplo.

O caráter empresarial da colonização. Ainda que lhe assegurasse uma continuidade quando se examina a totalidade do fenômeno, considerado no plano individual, em grande parte responde pela fraqueza do capitalismo especificamente colonial e pelas descontinuidades do povoamento, uma vez que os que não vinham, ou apenas temporariamente o faziam, logravam reter as partes do leão.

Nessa condições, a possibilidade de acesso de mercadores à posse de engenhos por essa via, abrindo perspectivas de ascensão social, não só promovia uma certa retenção de capitais, e ainda de

atração de novos, mas com isso exercia uma ação positiva de fixação de elementos economicamente ativos e empreendedores. Ao mesmo tempo, através dêles, consolidavam-se conexões externas vitais para a economia colonial. O retôrno de alguns senhorios de engenho enriquecidos, não diminui o fato de que senhorios de engenho deram origem a descendências que dominaram o panorama social da Colônia. A descendência de Pero Garcia, mercador e cristão-nôvo, por exemplo, dentro da qual não só houve afidalgamentos, mas que chegou a ser bastante rica e poderosa para que um dêles chegasse a donatário ao comprar uma capitania inteira.

*

VI. — CRISTÃOS-NOVOS E ENGENHOS.

Em Memorial dirigido ao Rei, na época dos Filipes, afirmavam os cristãos-novos que dos engenhos de açúcar do Brasil, a maior parte lhes pertencia (25). Isso era o mesmo que dizer que em suas mãos estava a economia de Portugal a um tempo em que ela dependia inteiramente do fluxo das frotas que chegavam da Colônia americana (26). A Filipe IV junto a quem mendigavam atenuações dos rigores do Santo Ofício lembravam sua atuação no plano colonial,

“sustentando el Brazil y fabricando los ingenios de que se sacava el açucar para toda la Europa” (27).

A propósito afirmava Charles H. Lea (28):

“No Brasil, onde êles (os cristãos-novos) podiam possuir propriedades, quase tôdas as plantações de açúcar estavam em suas mãos, e estas aumentavam constantemente, para grande proveito da colônia e das rendas. Como por lei estavam êles excluidos de todos os officios e dignidades, era o comércio seu único recurso”.

Aparentemente contraditório, o texto de Lea define uma situação real: dominavam a produção e o comércio coloniais. Na depen-

(25). — Apud Azevedo (J. L.), *História dos cristãos-novos portugueses* (Lisboa, 1921, pág. 229).

(26). — Com a perda da Bahia, em 1624, escrevia Pero Rois Soares: “... ficando os mais dos mercadores perdidos e perdido o trato da Bahia que era o mor e de mor rendimento que êste Reino tinha...”, in *Memorial*, cap. 125, pág. 465 (Coimbra, 1953).

(27). — in *Révue des Études Juives* n^o 49, pág. 64 apud Azevedo (J. L.). — *Op. cit.*

(28). — Lea (Charles H.), *A History of the Inquisition of Spain* (N. York, 1907), II, pág. 272.

dência porém de uma legislação régia flutuante que ora lhes vedava o acesso às colônias, ora os fazia enxamear na direção das terras novas.

A afirmação dos próprios cristãos-novos de que detinham no comêço do século XVII a maioria dos engenhos pode ser ou não verdadeira. Houve quem dissesse que a êles se deve a própria iniciativa do estabelecimento de engenhos no Brasil (29), o que aliás não é improvável, dada a sua presença nas Ilhas Atlânticas. Lúcio de Azevedo, contestando Sombart, reclamou para os donatários e para as instigações da Corôa essa iniciativa (30). Resta saber qual a procedência daqueles que efetivamente vieram, a instâncias do poder político, investir capitais em engenhos.

À ocorrência da presença de cristãos-novos na estruturação da economia açucareira associa-se a difusa idéia, ou preconceito, de que sendo os judeus por natureza comerciantes, seriam em consequência refratários ao trato de terra (31), e sua condição jurídico-religiosa os impediria de se anicharem na aristocracia dos senhores de engenho (32). Há porém que considerar-se, não só a particular maleabilidade dos cristãos-novos, mas também a par da instabilidade da legislação restritiva e de sua insanidade nas áreas pioneiras, a extrema permeabilidade do meio social sem rigidez de tradições resistentes.

Problema demasiado complexo para ser solvido em algumas páginas. Apenas início de abordagem a espera de desdobramentos de pesquisas que podem levar ao alargamento da compreensão do próprio sentido da colonização do Brasil, especialmente em seus aspectos sociais.

Uma certa distorção na visão da realidade tem decorrido da utilização quase exclusiva de documentação oficial que tende a induzir à impressão de que nada acontecia sem a interferência direta e imediata do govêrno, cuja ação amentalidade regalista do tempo buscava sobrestimar. E ainda os cronistas e testemunhas da época, por sua vez, contagiados pelos preconceitos, por prevenção ou por

(29). — *Jewish Encyclopedia*, I, pág. 493.

(30). — *Épocas d' Portugal Económico* (2a. ed. Lisboa, 1947), pág. 244.

(31). — Escrevia um Anônimo no século XVII: "Não cavam as vinhas, não semeiam os campos, nem na fôrça da calma do estio regam e recolhem os pães e mais novidades". "Papel que prova serem os da nação a causa dos males que padecesse Portugal". ANTT. Inquirição. Cod. 1506, fol. 144 e segs.

(32). — Do problema ocupou-se de passagem Wanderlei Pinho in *História de um engenho do Recôncavo* (Rio de Janeiro, 1946), pág. 40 nt. 2.

discreção, eram levados a omissão da qualidade de cristão-nôvo de seus contemporâneos.

A verificação das dimensões da presença dos cristãos-novos na economia dos engenhos, ainda que apenas pela amostragem baiana em tempo restrito, envolve a questão essencial da origem dos capitais inicialmente empregados, e, em decorrência, a do caráter senhorial ou empresarial da colonização. Da natureza do processo, de seu artificialismo ou de sua espontaneidade, resultaram os lineamentos da arquitetura da sociedade colonial. Há que rever-se essa história de coloridos genealógicos da congênita fidalguia dos senhores de engenhos.

Teria sido a colonização a projeção de um processo para-senhorial de expansão de uma nobreza em crise, desocupada com o término do ciclo da Reconquista, continuada pela revulsão bérbere na África do Norte e desempregada com a saturação das recompensas no exíguo Reino, ou terá sido antes uma invenção do primeiro transbordamento de uma burguesia efervescente na sua ofensiva de crescimento? Isso nos leva à grande história: a colonização como uma técnica de europeização do mundo pela utilização dos caminhos recém-descobertos. Obra do experimentalismo burguês, ou prolongamento das ambições dos príncipes cansados de contorsões políticas nos quadros continentais saturados?

D. João III terá inventado o derivativo da colonização do Brasil ouvindo conselhos de letrados e mareantes? O rei? Ou D. João III terá sido apenas o pseudônimo de uma burguesia atlanticizada, insofrida e cúpida, para cujas ambições os horizontes europeus iam ficando estreitos e insatisfatórios?

Mesmo em Portugal, não se há de tomar burguês como sinônimo de cristão-nôvo. Estes porém inseriam-se na constelação social da burguesia, e eram no Reino, apesar de tôdas as vicissitudes de uma existência marcada por antagonismos, os elementos mais atuantes no mundo dos negócios (33). Quando a conjuntura o exigiu e o país se atirou à empresa da colonização era pois fatal que, na linha de seus interesses, participassem êles de um movimento do qual constituíam o próprio impulso. Era a própria burguesia mercadora que se punha em movimento.

(33). — "... na fazenda se melhoraram tanto que são sós os que têm o dinheiro, os contratos, as mercadorias, e o maior poder do Reino" dizia uma Consulta do Santo Ofício (30-9-1624) ANTT, Cod. 1508, fol. 211.

"... Quase todos os negócios têm tomado a sua conta" escrevia-se em 1629. ANTT, "Tratado sôbre a gente de nação hebreá" (1629). — Papéis da Junta de Tomar. *Cod. cit.*

Demográficamente: muitos? poucos? Faltam-nos elementos para medir-se o quantitativo de sua contribuição para a colonização do Brasil. Sequer para a avaliação das proporcionalidades em confronto com a Metrópole ou com as Ilhas. Proporções que, de resto, não seriam constantes. Sua afluência devia pulsar aritmica na intermitência das leis que iam da proibição de acesso a pressões que equivaliam a expulsões em massa em tôdas as direções. Diásporas periódicas. A exigência de fianças para garantia de retôrno não lhes impedia o derrame pelo mar, e as vagas migratórias chegavam ao Brasil, não raro depois de uma passagem pela Flandres ou pelas Ilhas Atlânticas. Progressivamente, a circulação que crescia no oceano unificava econômicamente seus bordos, e os cristãos-novos valiam-se destas circunstâncias para ladearem a legislação restritiva. Inseridos no tráfico africano, detentores de *asientos* e de licenças (34), em navios negreiros podiam alcançar portos americanos e neles ficar temporariamente ou definitivamente. Aliás, livre como era o comércio com o Brasil, aberto aos particulares, ou contratados os estancos como o pau-brasil ou o sal, eram êles quem grande parte o dominavam. Contratadores. Armadores. Mercadores. Em suas urcas ou caravelas, mercadores de ida-e-vinda teciam de Viana, do Pôrto, de Lisboa para o Brasil. Cada vez que um barco era apressado por corsários, lá se encontravam a bordo mercadores de vária procedência, cristãos-novos ou velhos (35). O tráfico justificava ainda a manutenção de feitores e comissários na Colônia. A mesma razão tinham os contratadores dos dízimos como os cristãos-novos Gabriel Ribeiro ou Simão de Leão que foi homem de confiança de D. Luís de Sousa (36). Muitos dêles, “estantes” na Bahia por algum tempo, retornariam depois, mas outros temerosos das repressões inquisitoriais ou retidos por interêsses mais duradouros, acabariam por se fixar na terra.

Assim, trazidos pela mercancia ou fugitivos, legal ou clandestinamente iam se tornando numerosos. Uma vez fixados com a família, atraíam outros parentes, não raro assutados com as investidas do Santo Ofício a prender-lhes pais, tios, irmãos, prenúncios de de-

(34). — Entre 1582 e 1619, por exemplo, o contrato de Angola foi dado aos Ximenes de Lisboa e Antuérpia que tinham correspondentes em várias capitanias: na Bahia era o cristão-nôvo Simão Nunes de Matos que chegou a possuir seu próprio engenho. V. Denucé (J), *L'Afrique au XVIIe siècle* (Antuérpia, 1937), pág. 53.

(35). — V. por exemplo as confissões de Baltazar André, de Pero Gonçalves, de Francisco Pires em 1592. *Confissões da Bahia* (Rio de Janeiro, 1935), págs. 142, 160 e 166.

(36). — V. *Livro Primeiro do Governo do Brasil* (ed. H. Viana), págs. 404 e *passim*.

vassas mais amplas. Vinham sobretudo sobrinhos — raros os cristãos-novos importantes que não os tivessem ao pé de si. Sobrinhos cercavam senhorios de engenho como Diogo Lopes Ulhoa, Simão Nunes de Matos, Francisco Ribeiro ou Luís Vaz de Paiva (37). Irmãos eram Mateus e Luís Lopes, e Nicolau da Maia, Pascoal e Dinís Bravo, Antônio e Diogo Lopes Ulhoa, Luís Vaz de Paiva e Manuel Nunes Miplata e outros que seria longo enumerar.

Importante o papel das parentelas na história da colonização, principalmente dos sobrinhos, jovens e aventureiros atraídos pela perspectiva de enriquecer. Não apenas sobrinhos de mercadores, de cristãos-novos. Sobrinhos de governadores, desde Mem de Sá. Sobrinhos de prelados e padres. Poder-se-ia falar de um nepotismo colonial.

Não era todavia apenas o comércio ou a contratação que atraíam os cristãos-novos à Colônia. Em outros setores também eles se instalavam a compor o quadro social em edificação. Eram artesãos. Eram advogados e cirurgiões. Eram eclesiásticos, a ponto de se reclamar contra sua infiltração no clero. Os textos do Santo Ofício documentam essa disseminação em toda a hierarquia social. Ourives, barbeiros, alfaiates, sapateiros. Advogados como Francisco Lopes Brandão, Filipe Tomás de Miranda ou Manuel Ferreira de Figueiredo. Ou o padre Baltazar Ribeiro que teve engenho em Matoim ou o padre Antônio Neto, capelão do engenho de Diogo Lopes Ulhoa.

Tiveram ainda os cristãos-novos decisivo papel no processo da colonização: aquêles que desempenhavam sem vir à Colônia, no *front* metropolitano. Com seus capitais ou com seu comércio, com sua atuação nas praças européias como intermediários entre a Colônia e seus mercados consumidores ou abastecedores, com sua atividade no tráfico africano equipando canaviais e engenhos de braços, figuravam como agentes da colonização que sem eles não se processaria. Sua ausência do cenário geográfico não os excluía do processo de que eram parte viva. Só uma confusão entre colonização e povoamento, ocupação continuada do solo, explica sua exclusão dos mecanismos totais da colonização. Dêstes, porém, não havemos de tratar nesta comunicação.

Chegavam cristãos-novos feitos mercadores, comissários, feitores, rendeiros de dízimos. Principalmente homens de negócios. Se os negócios prosperavam, enriqueciam: podiam aspirar a condição de proprietários de terras e de engenhos. Adquiriam propriedades que os emparelhavam aos cristãos-velhos em cujas famílias entravam.

(37). — V. *Denúncias de 1618* in “Anais da Biblioteca Nacional” (Rio de Janeiro, 1936), vol. 49 *passim*.

Essa transição do comércio para a agricultura e para a exploração dos engenhos permitiu-lhes inserir-se em todo o sistema da economia do açúcar desde a produção da matéria-prima — a cana, sua industrialização nos engenhos, sua comercialização na Bahia, na Metrópole, nas praças do Norte ou da Itália, seu transporte no Oceano.

Qual a sua presença nos engenhos? Sua inserção na chamada aristocracia dos senhores de engenho? Podemos elaborar uma contagem para a verificação das proporções aproximativas entre senhorios de engenhos cristãos-novos e cristãos-velhos, porque por sua importância social a maioria dos nomes foi registrada. O mesmo não podemos fazer para os lavradores de cana muito mais numerosos e entre os quais a grande maioria devia ser de cristãos-velhos. O caráter capitalista, empresarial do engenho e sua função de imediato produtor dos açúcares reclamados pelos mercados externos exerceria sôbre os homens de negócios particular atração.

O grupo social dos donos de engenho não era, nem podia ser numeroso no primeiro século da colonização. Os engenhos eram poucos, e o aumento de seu número implicava em capitais a investir e em conquista de novas áreas e formação de clientela de lavradores. Uma seleção havia de ocorrer dos elementos dotados de espírito de empresa, mas entre eles dos que fôsem capazes de resistir à erosão das resistências representadas principalmente pelos ataques ou fugas de índios ou pelas incursões de piratas que vinham assolar o Recôncavo a pilhar e incendiar engenhos no litoral ou à margem dos rios, obrigando os possuidores a reinvestimentos de reconstrução. Destruído pelos índios foi em certo momento o próprio engenho do Conde. Após a invasão holandesa quase tudo estava por refazer-se, testemunha o mapa de Barleus dos engenhos incendiados, e Belchior Brandão, senhorio de engenho no Paraguaçu, afastava-se da Câmara para reavivar o seu, totalmente paralisado. Havia ainda o problema do financiamento anual: recursos e créditos não se ofereceriam a qualquer, mas a indivíduos conceituados na praça. Neste particular, fidalguias poderiam facilitar sesmarias, mas não engenhos. Para homens de negócio isto seria mais fácil.

Difícil e precária a estatística do ritmo das fundações de engenhos, base para a avaliação do desenvolvimento do grupo de proprietários deles. Inseguros os testemunhos dos contemporâneos para os números como revela o seguinte quadro relativo à Bahia (38):

(38). — Quadro provisório que pode ser enriquecido com a busca de outras fontes.

<i>Datas</i>	—	<i>Engenhos</i>
1534-49	—	2
1553-57	—	1
1574-76	—	18 (Gandavo)
1585	—	36 (Cardim)
1584-87	—	36 (Gabriel Soares)
1585	—	46 (Informações)
1590-95	—	50 (D. Francisco Soares)
1611	—	50 (Livro da Razão)
1627	—	50 (Frei Vicente)
1629	—	80 (Jesuita anônimo)
1663	—	69 (Simão de Vasconcelos).

Esta progressão vale apenas como uma ordem de grandeza: são arbitrárias em geral e só pesquisa muito trabalhosa e de resultados sempre duvidosos poderá aproximar-nos melhor da realidade. Os registros dos imóveis (sesmarias) e de escrituras, ou da Alfândega desapareceram e do quadro só ficaram fragmentos a serem juntados. Tombos dos jesuitas e beneditinos, ou depoimentos do Santo Ofício, por exemplo.

Sob Pereira Coutinho iniciou-se a construção de dois engenhos: o de João de Velosa e o de Afonso de Tôrres. Aquêles inacabado, foi desapropriado pela Corôa e veio a ser o de São Bartolomeu concluído por Mem de Sá. O de Santa Cruz de Tôrres não sabemos quando se acabou, nem quando mudou de proprietário. Sob Duarte da Costa, comprovadamente, havia um — o de Antônio Cardoso de Barros em Pirajá, ao depois vendido por seu filho. Existiriam outros? Improvável. Sob Mem de Sá, ainda faltam elementos, e os 18 de Gandavo para os anos seguintes não devem ser exagêro. Insatisfatórios, ainda que coincidentes os 36 de Cardim e Gabriel Soares, desmentidos pela *Informacion de la Provincia* (39). Se contamos, na medida do possível, os engenhos enumerados no Recôncavo pelo próprio Gabriel Soares não há coincidência. Num levantamento provisório que fizemos para o período de 1587 (Gabriel Soares) a 1592 (Visitação do Santo Ofício) chegamos, entre engenhos e casas de meles, a mais de 50 unidades com os respectivos donos e localizações. Cremos que podemos, para argumentar apenas, dar para o final do século XVI e comêço do XVII, a cifra de 50 engenhos. Pouco menos, pouco mais conforme o ano. Amparam-nos os testemunhos coincidentes do Pe. Francisco Soares, do *Livro da Razão* de Soares Moreno, e o de Frei Vicente, além de não ficarmos longe da *Informacion*.

Outro dado importante para verificação de proporções são os cálculos de população. Nada de dados demográficos válidos. Sob

(39). — Publicado por Mauro (F), *Le Brésil au XVIIe siècle*, pág. 139. Aí também a Relação do Jesuita Anônimo, à pág. 177.

Tomé de Sousa e Duarte da Costa, chegados com as frotas, seria a população da Bahia de cêrca de mil habitantes. Dois mil, em 1584. No comêço do século, em 1611-12, segundo o *Livro que dá Razão*, haveria três mil moradores brancos (40). Se admitirmos esta cifra teríamos, em média, um senhorio de engenho para cada 60 habitantes. Quando viajantes como Cardim ou Pyrard de Laval nos descreveram o luxo e a ostentação da Bahia, a ser verdade, não se pode generalizar atribuindo-os aos senhorios de engenho simplesmente. Minoria de 50 famílias, ou menos porque senhorios havia de mais de um engenho, ou pouco mais se ao grupo incorporamos os grandes fazendeiros, e mesmo altos funcionários. Há que pensar se na presença, nessa ostentação, de grandes mercadores. Todos estadeando um *status* de vida fidalga, exibindo grandeza para merecê-la depois, conforme os critérios correntes de promoção para a fidalguia.

E' nêsse contexto que inserimos os cristãos-novos na vida dos engenhos avaliando-se o pêso relativo que podem ter tido. Durante o domínio de Espanha, por razões que não vamos aqui analisar, parece ter ocorrido uma afluência maior de cristãos-novos à Bahia, e em consequência maior presença dêles no quadro dos senhorios de engenho. Entre 1587-1592, de 54 engenhos e casas de meles que, a partir das informações de Gabriel Soares conseguimos anotar (41), 12 eram certamente de cristãos-novos, o que nos dá mais de 20% dos engenhos em suas mãos. Talvez seja maior esta porcentagem, mas menor não. Dos engenhos referidos nas *Visitações de 1618* que conseguimos levantar nas Confissões e Denunciações, em 34 engenhos que aparecem, nada menos de 20 eram de cristãos-novos certos, o que equivaleria a 60% dêles. Esta relação funda-se em documentação seletiva e é parcial apenas, a espera de novas pesquisas de levantamento dos senhorios do tempo; mas se levamos em conta que demos por cristãos velhos todos os que não temos prova de serem novos — o que é mera presunção, talvez isto compense a seletividade e a proporção se mantenha. Se porém adotamos o total de 50 engenhos (Pe. Francisco Soares, *Livro da Razão*, Frei Vicente), sendo 20 os de cristãos-novos, admitindo-se que os outros 30 eram de cristãos-velhos, o que é presunção apenas suscetível de se alterar com novos textos do Santo Officio, então a porcentagem é de 40% o que não deixa de ser impressionante e dar verosimilhança à alegação dêles de

(40). — Talvez o número fôsse maior: havia 10 companhias de ordenança com 1.100 homens. Mesmo com grande porcentagem de solteiros, a população seria maior.

(41). — Deixamos de juntar essa Relação por ser ainda provisória, como provisórios são, a espera de maiores pesquisas, êstes dados que só valem como idéia de grandezas relativas.

que possuíam a maioria dos engenhos. Em Pernambuco, não estudado por nós, a situação poderia ainda ser-lhes mais favorável.

Eram cristãos-novos e senhorios de engenhos em 1618 na Bahia: Agostinho Caldeira Pimentel, Dinís Bravo, Diogo Lopes Franco, o Velho, Diogo Lopes Ulhoa (3 engenhos), Diogo Muniz Teles, Estevam Brito Freire (2 engenhos), Francisco Ribeiro, Manuel Rodrigues Sanches, Pero Garcia (4 engenhos), Simão Nunes de Matos, referidos nas Confissões, e mais Baltazar Ribeiro, Agostinho de Paredes, Mateus Lopes Franco, Luís Vaz de Paiva, Francisco de Paiva (42). Dêstes quantos haviam sido mercadores? Difícil saber-se ao certo, mas certamente o foram: Dinís Bravo, Manuel Rodrigues Sanches, Diogo Lopes Franco, o Velho, Diogo Lopes Ulhoa, Francisco Ribeiro, Pero Garcia, Simão Nunes de Matos, Mateus Lopes Franco — oito portanto. Problema de trânsito da mercância para o senhorio de engenhos — mas abertura para o grande problema da origem dos capitais mesmo admitindo-se que alguns dêles como Rodrigues Sanches e Pero Garcia houveram engenhos através de herança, ou dote.

Êstes possuidores de engenho, os mais antigos como os mais novos, pelos nomes e pelas conexões que já conhecemos, sugerem ainda infiltrações da burguesia mercantil internacional na Bahia. Desde muito cêdo: desde Afonso de Tórres, com o infeliz donatário. Como aliás em outras capitânicas: os Schetz, os Giraldes, os Cavalcanti. Citemos alguns de muitos exemplos que poderíamos aduzir.

Não cremos seja mera coincidência haver na Bahia um senhorio de engenho chamado Antônio Nunes Reimão, também mercador como dissemos, e ser mercador na Península um Manuel Nunes Reimon. Dinís e Pascoal Bravo vêm do Pôrto estabelecer-se na Bahia; um João Bravo era mercador da constelação dos Ruis de Embito. O engenho da Ilha de Maré foi de Simão Nunes de Matos, agente dos Ximenes em negócios de escravos de Angola: ao depois na mesma Ilha, registra a cartografia do tempo, o senhorio de Mateus Lopes Franco que foi casado com uma Ximenes de Aragão. Os Lopes de Ulhoa eram aparentados, diz um texto do Santo Ofício, aos Solis de Lisboa, e êstes eram grandes expoentes da burguesia peninsular, inclusive o riquíssimo Heitor Mendes que era Heitor Mendes y Solis, ligado aos Rovelasco. Anteriormente, seria mera coincidência de nomes que haja existido na Bahia senhorio de engenho chegado com Mem de Sá, e cristão-nôvo Heitor Antunes e que, em 1578, os grandes mercadores

(42). — Dos 21 enumerados contamos 20 porque o engenho de Agostinho Caldeira deve ser o mesmo de Manuel Rodrigues Sanches, filho e genro do fidalgo Bernardo Pimentel de Almeida, casado com cristã-nova.

Álvaro e Duarte Furtado recomendassem parente seu que ia à feira de Medina del Campo, chamado Heitor Antunes de quem diziam

“não é prático em negócios porque residiu muito tempo no Brasil”? (43).

Um Lopo Fernandes d’Elvas teve engenho no Paraguaçu: Fernandes d’Elvas são uma linhagem de grandes capitalistas na Península (44). Antônio Fernandes d’Elvas, falecido em 1621 ou 22 foi uma das grandes fortunas peninsulares; foi contratador de Angola e Cabo Verde que abastecia o Brasil de escravos, estando portanto ligado à colonização do Brasil. Em 1610-1611 achava-se estante na Bahia Diogo Fernandes d’Elvas, da nação, morador em Lisboa. Justamente em 1611 Antônio Fernandes d’Elvas obtinha um *asiento* para o Rio da Prata, a seguir anulado: a Bahia era escala. Como explicar-se sem estas conexões internacionais que Duarte Osque ou Osquer flamengo que armava navios seus, tenha sido, já casado na terra, senhorio de engenho em Itaparica? Ou que Manuel Rodrigues Sanches (45), cujo caixeiro Luís Álvares estudara na Flandres, tenha tido, casado e bem casado que era na terra, uma conduta pelo menos suspeita, ao que parece, durante a ocupação holandesa?

Há tôda uma linha de investigações a serem feitas e que, cremos, levará à descoberta de sólidas conexões entre os mercadores e senhorios de engenhos do Brasil com a burguesia internacional, a revelar uma interferência burguesa, capitalista, no processo de colonização. E ainda havia os contratos da Corôa que não só punha êsses grandes burgueses peninsulares a mandar navios para os portos do Brasil — os contratos africanos, o estanco do pau-brasil, mas dentro do país a arrematação dos dízimos implicava em conexões externas, desde o tempo de Mem de Sá com Heitor Antunes e Francisco de Aguiar — há uma grande família e firma de Aguilares na Espanha (46) — ou,

(43). — In Gentil da Silva (J.), *Op. cit.*, III, pág. 383.

(44). — Uma letra sua foi paga em Lisboa por Lopo Duarte (Ximenes), homem de grande finança. Cf. *Documentos para a história do açúcar*, III, pág. 396, 397.

(45). — Vários Sanches aparecem envolvidos em contratos na Península. Um Pero Dias Sanches ao tempo de Diogo Botelho foi contratador de dízimos na Bahia. V. “Correspondência de Diogo Botelho” in RIHGB T. 73 (1910), pág. 208.

(46). — Uma firma de Burgos, aliás falida em 1606 era a dos Aguilares, e um João d’Aguilar teve trato no Atlântico. Cf. Gentil da Silva, *Strategie des affaires à Lisbonne*, *passim*.

ao tempo de D. Luís de Sousa, com Duarte Ximenes (47), sobre-nome que dispensa considerações. Contratadores foram Manuel Rodrigues Sanches, Pero Garcia, e outros mercadores como Domingos Álvares de Serpa, cristão-nôvo. A colonização do Brasil ilustra a captura pela circulação atlântica daquela burguesia continental atraída para a área da economia de produção agrícola e industrial, tanto quanto pelos contratos que significavam, em última análise, comércio privilegiado. Gabriel Ribeiro da Costa, homem ligado a operações da finança em Lisboa, relacionado com os Lopes de Évora e os Nunes Caldeira, obteve por 6 anos o contrato dos dízimos no Brasil do qual desistiu em 1605 (48). Longo seria enumerar exemplos: a convivência, a comunicação entre o mundo colonial e as áreas do capitalismo europeu era uma realidade desde os primórdios da colonização. Desde quando o donatário Pero de Gois saía para a Metrópole a contratar com Mateus Ferreira um “mercador de ferragens”, fornecimentos para os engenhos que tencionava fundar na Paraíba do Sul.

Poderíamos multiplicar os exemplos, não o fazemos. Estudos futuros virão aclarar essas conexões. Nomes como os Baião, os Brito, ou Serrão, os Caldeira, os Leão, os Frias ou Salasar que aparecem na burguesia mercantil metropolitana e que reaparecem no cenário da Bahia, no engenho ou na mercancia dão que pensar, mormente quando se pensa na base familiar das organizações econômicas e na prática do feitorado colonial. Presença burguesa na colonização, no engenho. Detendo em suas mãos, direta ou indiretamente, a vida dos engenhos essa burguesia atlântica que se associava à burguesia continental por múltiplos nexos de interesses, era ela que dinamizava a colonização. O engenho era, como vimos, a célula básica de todo o processo. E na cidade, mercado intermediário das exportações da produção e das importações de escravos e equipamentos, era ainda ela, com seus mercadores estabelecidos ou de arribada na época das frotas, que comandava os ritmos da vida econômica. Aristocracia rural? Resta a provar-se a fidalguia genuína daqueles senhores de engenho, pelo menos nos primeiros tempos. Fidalguias tardias negociadas nas chancelarias já são frutificações da colonização. Seriam antes resultados, no plano social, de raízes burguesas, e nelas de cristãos-novos cuja absorção a existência colonial propiciou.

*

(47). — V. *Livro Primeiro do Governo do Brasil*, pág. 409 e 415. Um André Ximenes teve com João Nunes Correia, o contrato do pau-brasil. *Idem*, pág. 98.

(48). — Figueiredo (Falcão), *Livro de toda a fazenda* (ed. Lisboa, 1959) pág. 8 e 27. Cf. Gentil da Silva, *op. cit.*, *passim*.

CONCLUSÕES.

Problema essencial para a compreensão do processo colonial é o da configuração social dos elementos que a realizam. Não só os mecanismos, mas o próprio sentido da colonização, bem como seus ritmos estão ligados à procedência de seus agentes. Tanto eram agentes de colonização os que vinham e ficavam a povoar, quanto os que, ausentes da Europa através de prepostos — feitores, comissários, rendeiros — atuavam no processo que só pode ser compreendido em sua totalidade se analisado nas duas frentes geográfico-históricas do fenômeno colonial: a própria Colônia e a Metrópole.

Na escassez de quadros demográficos que permitissem uma ocupação densa de base urbana, a solução para a ocupação produtiva do país nôvo, foram os engenhos e fazendas — as células dinâmicas da colonização do Brasil no plano econômico. Dessa forma, os engenhos, ao nuclearem a produção e o povoamento que resultou dispersivo, atuaram como verdadeiras micro-cidades, capturando funções urbanas, em prejuízo dos centros definidos como urbanos. A ocupação do Recôncavo baiano ilustra essa realidade: constelação de engenhos unidades de produção com suas estruturas, suburbanas, híbridas de indústria sobre base agrária, associando o trabalho escravo ao trabalho assalariado. A usurpação de funções urbanas, sem o paralelo desenvolvimento de estruturas urbanas de poder, desmesurava a força e o prestígio de seu senhorio cuja autoridade, de base militar decorrente de uma necessidade de defesa, se desenvolveu, e não mais foi devolvida, e permaneceu pelo tempo a fora, ainda que não institucionalizada legalmente. Nesta solução colonial podemos talvez encontrar as raízes do mandonismo que por séculos caracterizou a vida político-social do país atrofiando o que poderiam ter sido as instituições municipais. A melhor unidade de estudo da vida colonial são os engenhos e fazendas, as rês dêles, mais que as vilas e cidades, na medida em que foram, de fato, as unidades ativas. A elas se associam as capelas e sobretudo as freguesias rurais no que respeita à vida espiritual.

Na conjuntura econômico-social da época do início da colonização, o elemento dinâmico por excelência era a burguesia mercantil, sobretudo aquela que se atirou ao tráfico no Atlântico. Em Portugal, os elementos mais ativos dessa burguesia foram os cristãos-novos. Quando os mercados europeus exigiam maior regularidade no abastecimento de produtos coloniais, a fase do comércio predatório que se fundava nas feitorias de caráter econômico-militar teve de ser superada. Imperativo de promover-se a produção regular que permitisse cargas certas para as viagens periódicas dos navios do Atlântico. A

burguesia mercantil passou a subsidiar e promover a colonização como fórmula de garantia daquela produção que reclamavam os mercados. Ela promoveu a colonização na sua versão moderna. A grande burguesia continental intrometeu-se na produção de mercadorias — e para isso passando a ser o açúcar a mais requestada das mercadorias criou-se o engenho como unidade de produção, associado às fazendas produtoras da matéria-prima — a cana.

Os cristãos-novos no seu crisotropismo procuraram essas áreas mais de promissoras perspectivas econômicas, e tangidos por motivações de vária natureza, mas sem se desprenderem de suas conexões européias, inseriram-se no processo da colonização.

O ambiente colonial ofereceu, na Bahia, como alhures, um clima favorável a esse dinamismo econômico. Chegando como mercadores ou feitores, graças às suas ligações no exterior, e a uma natural solidariedade entre eles, os cristãos-novos, inseriram-se desde logo em todo o sistema da colonização. Logravam passar de mercadores a agricultores ou a senhorios de engenho. Muitos engenhos, desde os primeiros tempos a eles pertenceram, havendo períodos de intensificação de sua presença na terra. De várias formas chegavam eles apesar dos embaraços na obtenção de sesmarias, à posse de engenhos: pela compra, pela cobrança de dívidas, pelos casamentos. Eram ricos mercadores, credores de senhores de engenho aos quais financiavam a produção e isto lhes assegurava um marcante predomínio na vida econômica.

O enriquecimento assegurando-lhes ascendença na vida social, prometia-lhes, com a posse de engenhos e fazendas, um grande prestígio. Senhoreando boa parte dos engenhos, isso lhes permitia um verdadeiro contróle direto ou indireto de todo o processo de colonização que a eles, residentes ou distantes, estava ligado.

Esses cristãos-novos graças a suas ligações externas, dado o caráter familiar das estruturas econômicas, prendiam a colonização à grande burguesia capitalista internacional. E assim a colonização graças a eles, embora não somente a eles cristãos-novos, resultava eminentemente burguesa.

Essa presença de elementos recrutados na burguesia mercantil peninsular imprimiu à colonização um caráter nitidamente empresarial: organização da produção para nutrição do tráfico atlântico. As condições específicas da situação colonial obrigaram a soluções híbridas ou impuras do capitalismo, como por exemplo, a associação do trabalho assalariado com o escravo, a fusão na mesma estrutura de atividades agrárias, industriais e comerciais. A isso podemos chamar

um *capitalismo atípico*, aquêles que era viável nas condições de vida coloniais.

Êstes burgueses, cristãos-novos ou velhos também, que chegavam mercadores, se enriqueciam passavam a senhorios de engenho e na retaguarda do engenho obtinham junto com a água, a propriedade de terras. Esta nova situação lhes permitia acelerar sua ascensão social facilitada pela pouca rigidez das sociedades de áreas pioneiras e pela distensão das resistências sociais que se desorganizavam. O domínio do engenho com sua clientela criava para seu possuidor uma situação de prestígio e fôrça e um ajustamento nôvo na constelação social. Fundiam-se cristãos-novos e velhos, e a descendência daqueles podia alcançar à fidalguia e apagar as prevenções e fazer esquecer as origens.

A presença dos cristãos-novos proporcionalmente grande na economia do engenho, a julgar pela experiência baiana, como cremos tenha ocorrido ao longo de quase todo o Brasil, mesmo fora do quadro das estruturas da economia do açúcar, dada a conjuntura econômico-social do tempo, significava sobretudo que a colonização, menos que obra da Corôa, ou da nobreza decadente, foi uma fórmula de expansão da burguesia em sua primeira florescência.

*
* *
*

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *José Roberto do Amaral Lapa* (FFCL. de Marília. S. P.).

Diz que os resultados a que chegou o Prof. Eduardo d'Oliveira França com a pesquisa realizada sôbre os cristãos-novos na Bahia colonial são, ao seu ver, uma nova dimensão à sua atividade nos nossos primeiros séculos, que até agora pelos estudos que conhece limitam-se à emprêsa comercial, constatação essa que evidentemente apresenta profundas implicações econômico-sociais. Daí o grande valor dêsse trabalho em relação ao qual deseja levantar algumas questões motivadas apenas pelo desejo de obter informações que satisfaçam o seu interesse pelo assunto, que aliás mostra um ponto comum que tem com o Prof. França, isto é, a simpatia pela Bahia. Acredita, por outro lado, que a exigüidade de tempo de que dispõe o Prof. França seja a maior responsável pela ausência de informações para as quais solicita agora a atenção do Autor:

1º). — Desejaria saber se no processo de identificação dos cristãos-novos, usado pelo Prof. França em sua pesquisa, utilizou apenas documentação inquisitorial, ou se, para tanto, usou

também fontes de outra natureza e, neste caso, até que pontos os nomes lhe serviram de guia.

- 2º). — Pergunta se houve casos de transição de cristãos-novos da atividade comercial para a atividade empresarial dos engenhos. Em caso positivo, qual o mecanismo que permitiu essa transição, isto é, os recursos econômicos, as válvulas sociais, etc.? Na mesma linha de idéias apreciaria saber se houve cristãos-novos que foram ao mesmo tempo senhores de engenho e portanto, empresários, e mercadores?
- 3º). — Indaga quais as vinculações entre cristãos-novos senhores de engenho e cristãos-novos mercadores? Chegaram a articular-se para maior desembaraço e eficácia nas suas atividades?
- 4º). — Houve tolerância régia e mais do que isto, houve protecionismo estatal para os cristãos-novos que se tornaram proprietários de engenho?
- 5º). — A estrutura interna do complexo comunitário representado pelos engenhos de açúcar, de que eram proprietários os cristãos-novos, bem como a ação comercial que decorria desses engenhos guardava diferenças em relação aos engenhos dos cristãos-velhos?

*

Da Profa. *Helena Pignatari Werner* (Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. SP.).

Pergunta:

- 1º). — A ascensão social pelo casamento fazia-se em que termos?
- 2º). — Com quem se casavam os cristãos-novos, uma vez que já eram ricos? Isso provocou a sua absorção total?

*

Do Prof. *Sebastião Romano Machado* (FFCL. de Franca. SP.).

Indaga:

- 1º). — Como veria o governo espanhol esta floração de cristãos-novos na Bahia, uma vez que a Espanha se debatia no problema dos cristãos-novos e mouriscos?
- 2º). — E no caso em que houvesse tolerância por parte da Corôa espanhola, ela seria apenas de ordem econômica ou haveria outras causas que interferiam?

*

Da Profa. *Sônia Aparecida Siqueira* (FFCL. da USP.).

Parece-nos de certa forma, demasiado exclusivo o papel atribuído, nas explicações, ao aspecto econômico da colonização em detrimento dos valores espirituais, mormente dos religiosos, presentes sempre nas intenções e nos agentes colonizadores.

Pergunta se a posse do engenho, oferecendo uma via de ascensão social, porque possibilitava casamento com as filhas dos grupos de cristãos-velhos, favoreceria a assimilação dos dois grupos: cristãos-velhos e cristãos-novos, criando assim na colônia uma assimilação rápida do elemento judaico impossível e inexistente na Metrópole? Quanto essa assimilação teria marcado a sociedade colonial?

*

Da Profa. *Célia Freire d'Aquino Fonseca* (FFCL. da Universidade Federal de Pernambuco. PE.).

Diz que segundo opiniões de estudiosos atuais da colonização européia na América, entre êles o Prof. Berthé, da Escola de Altos Estudos de Paris (e com certa semelhança o caso em que toca Lucien Febvre nos seus artigos sôbre os primeiros comerciantes e comerciantes intinerantes no início da chamada Idade Moderna na Europa Ocidental); na América Latina ganhava-se dinheiro no comércio e enterrava-se nas terras (como, outras vêzes, na Igreja).

Indaga pois até que ponto é isso verdade e em que época se deu isso na colônia?

*

* *

RESPOSTAS DO PROF. EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA.

Diz o Professor:

Agradecemos ao Prof. *Amaral Lapa* as referências que faz à comunicação cujo resumo acabamos de apresentar, bem como a atenção com que acompanhou a apressada exposição que fizemos. As questões que propõe estão na linha da ativa e inteligente participação que vem tendo neste Simpósio, valorizando com suas intervenções os trabalhos que têm sido apresentados. Em relação às questões que levanta, devemos notar a presença entre nós de uma especialista, D. *Sônia Siqueira* que melhor poderia respondê-las. Todavia, como a palavra é nossa, intentamos fazê-lo.

A primeira delas diz respeito à identificação dos cristãos-novos. Basicamente nos utilizamos das fontes inquisitoriais, naturalmente as mais seguras para êste fim. Em alguns casos, como em relação aos

Brito Freire, por exemplo, encontramos indicações de outra procedência. Está claro que nestes casos há necessidade de confrontações, não bastando a simples ocorrência dos nomes nos textos do Santo Ofício. Precisamos saber quem é quem para não sermos eventualmente traídos por meras coincidências ou homonímias.

De outro lado, sempre podemos usar as genealogias, partindo da definição de cristão-nôvo na época: era cristão-nôvo quem tivesse ascendentes que o houvessem sido. Podia o indivíduo ser cristão-nôvo inteiro, se ambos os pais o fôsem, ou meio, ou quarto, ou oitavo de cristão-nôvo. Não é válido, em absoluto, o critério de determinação do *status* de cristão-nôvo pelos sobrenomes. Estes, conforme a época, dada a sua freqüência em certos meios, permitem, como hipótese inicial, suspeitar a condição de cristão-nôvo. Apelidos como Serrão, Mendes, Caldeira, Leão ou Ximenes. Em geral, pelos nomes confundem-se cristãos-novos e velhos. Ao serem batisados puderam os novos cristãos escolher livremente os apelidos cristãos que iriam adotar. As *Ordenações* os autorizavam a buscá-los até em famílias de solar conhecido, o que a outros era vedado. Desta forma passavam a ter sobrenomes de famílias de cristãos-velhos, mesmo das mais ilustres. Por isto, qualquer generalização neste particular nos induziria a erros. Em nenhum momento consideramos alguém cristão-nôvo pelo simples fato de se chamar Belquior, Baltazar ou Daví, ou de ser portador de sobrenome freqüente entre os cristãos-novos. Aliás, é de supor-se, na escôlha dos nomes ocorresse com freqüência o capricho de tomá-los os mais cristãos e antigos para melhor se disfarçarem as origens judias. A exploração da antroponomia é um procedimento tentador, e as verossimelhanças acentuavam as suspeitas e as possibilidades, mas preferimos as certezas às probabilidades.

À segunda questão sôbre a ocorrência de trânsito de cristãos-novos da mercância para o senhorio de engenhos, respondemos que os casos são muito freqüentes. Essa translação constitui uma das características do processo. Poderia citar a propósito muitos exemplos concretos desde Heitor Antunes chegado com Mem de Sá até Pero Garcia, Mateus Lopes Franco, Domingos Álvares de Serpa, Antônio Nunes Reimão, Lopo Fernandes d'Elvas, Manuel Rodrigues Sanches, Dinis Bravo, Simão Nunes de Matos, Francisco Dias Baião, e tantos outros. E' este justamente um dos aspectos sociais econômicos que procuramos acentuar em nossa comunicação. Nas *Confissões* e *Denúncias* encontramos expressa a dupla condição de "mercador e senhorio de engenho" apontada na qualificação de alguns desses homens como Pero Garcia, Rodrigues Sanches, Domingos Álvares, Nunes Reimão, Dias Baião. Eles acumulavam as duas formas de atividade econômica.

Quanto aos mecanismos do trânsito estamos menos seguros face à documentação que desapareceu. Parece-nos claro que os mercadores, cristãos-novos ou não, enriqueciam no tráfico, e com isto podiam dispor de capitais para investimento na empresa industrial rural que era o engenho. Perdidos os primitivos registros de sesmarias, não sabemos se muitos cristãos-novos obtinham as sesmarias com águas para engenho direta e imediatamente, e de posse delas promoviam sua ereção. Há casos assim, como o de Heitor Antunes, o de Diogo Lopes Ulhoa. Sabemos porém ao certo que obtinham engenhos comprando alguns já existentes, e, suspeitamos que talvez chegassem à propriedade deles, em razão de pagamentos de dívidas acumuladas por senhorios empenhados. Para período posterior, temos notícia de engenho que foi vendido em hasta pública. De outro lado, tudo parece indicar que, mediante compra ou encampação por dívidas, chegaram à posse de terras de lavradores de canas. Dispondo de capitais, podiam, havendo águas adequadas, acabar por fabricar engenhos, passando do *status* de lavradores ao de senhorios. Outra via é certa: a dos casamentos com herdeiras de senhorios de engenhos, casamentos facilitados pela fortuna que, como mercadores, conseguiam juntar. E' o caso de Pero Garcia ao casar-se com a viúva de Baltazar de Aragão, ou de Manuel Rodrigues Sanches que, pelo casamento, chegou ao senhorio do engenho de Matoim.

À terceira questão entendemos menos bem: vinculações entre senhores de engenho e mercadores cristãos-novos. Conhecemos ainda mal a intimidade dos mecanismos interiores da vida econômica da colônia. Na realidade não se podem opor cristãos-novos senhorios de engenho e cristãos-novos mercadores como grupos distintos. Constituíam eles a mesma gente a circular de uma para outra área, e as conexões entre uns e outros seriam basicamente diversas das que existiam entre quaisquer senhorios e quaisquer mercadores. Compreendemos que se possa indagar da existência de um espírito de clã. E' possível, mesmo provável, houvesse entre os cristãos-novos, dadas as afinidades decorrentes da condição comum, uma certa solidariedade. Em relação aos negócios ainda não encontramos evidências. Lembramo-nos de um depoimento de cristão-velho no qual se aponta essa solidariedade no plano social, mas não podemos precisar, aqui, êsse depoimento que era uma queixa contra o contraste que apresentava a desunião e desestima que havia entre cristãos-velhos.

Certo havia mais acentuada frequência de casamentos entre filhos de cristãos-novos de uma e outra condição, aliás, era tempo de muito casamento em família, também entre os velhos cristãos. Toda-

via, nada como círculo fechado, pois muitos casamentos, por conveniência social, eram com cristãos-velhos. Este aspecto do problema exige maior estudo: os genealogistas não gos'am de registrar cristãos-novos, mesmo tendo o cuidado de omitir esta condição. Havia também uma convivência social entre êles que as *Visitações* revelam: serões dêles em casa de Diogo Nunes de Lisboa ou de Simão Nunes de Matos. Reuniões suspeitas.

Não se pode porém perceber constituísem os cristãos-novos agrupamento isolado cujos membros procurassem combinar seus interesses em opposição, ou simplesmente à margem dos cristãos-velhos. Seria perigoso. Havia sim uma confraria muito rica a qual dominavam, e que supomos fôsse dos mercadores, e sem dúvida ajudavam-se uns aos outros, sem que buscassem ilhar-se num mundo separado, voluntariamente ou pressionados pelo ambiente. As condições da colonização favoreciam a miscibilidade entre velhos e novos cristãos e êstes haviam de tirar partido da situação propícia para mais depressa se integrarem, fazendo apagar-se na descendência o que então se considerava a mácula de origem. Esta atmosfera, por certo, favorecia também os cripto-judeus que persistiam explorando o afrouxamento das vigilâncias.

Que constituísem círculos de amigos e que entre muitos dêles houvesse maior convivência, ditada pela trama dos negócios, pelos parentescos, ou mesmo pela nostalgia residual da religião perdida e dos costumes, é de todo provável, e as *Denúncias* deixam entrever. Os preconceitos e desconfianças que suscitavam na Metrópole atenuavam-se na Colônia, mas não desapareciam por completo. As tertúlias em casa de um ou de outro eram mal vistas e comentadas. Ajudas e mútuos favores nos negócios? Não temos elementos para afirmar, mas deviam ocorrer. Certos indícios parecem sintomáticos: o caixeiro do rico Rodrigues Sanches era cristão-nôvo que se educara na Flandres — Luís Álvares; o jovem Manuel de Galegos acolhia-se em casa de Simão Nunes de Matos; o poderoso Pero Garcia tomava sob sua proteção homens de sua raça, ainda quando buscados pela Justiça.

À quarta questão respondemos que havia um clima de tolerância na Colônia. Vontade da Corôa, por razões de conveniência? E' de crer-se, dada a pouca presença do Santo Officio e a benignidade com que se houve então, quando das *Visitações*. Os pendores de rigor manifestados por Heitor de Mendonça, na primeira *Visitação* foram censurados por Lisboa. Umas cartas publicadas por Baião na revista *Brasília* o indicam claramente. Em relação à África existe uma carta rígia na qual se mandava contemporizar com os cristãos-

-novos. Quanto ao Brasil a mesma disposição de ânimo deveria ocorrer; desconhecemos porém prova concreta em texto expresso. Proteção especial do Trono aos cristãos-novos que se dispuzeram a largar a mercancia para investir em engenhos não houve. Os estímulos eram iguais para todos: a concessão de sesmarias e isenções fiscais por 10 anos. Não conhecemos outros. As moratorias de dívidas, chamadas “esperas” em tempos difíceis, que aliás descorrentavam muito aos mercadores, eram concedidas a todos os senhorios igualmente, bem como as limitações a parte das propriedades nas execuções judiciais dos débitos. Também os enfidalgamentos concedidos a título de serviços aos que se tornavam bastante ricos beneficiavam tanto cristãos-novos quanto velhos, fechando-se os olhos ao defeito de sangue impeditivo.

A última questão é difícil responder. Faltam informações das fontes sôbre as estruturas íntimas dos engenhos para que se possam comparar engenhos de cristão-novos e engenhos de cristãos-velhos. Deviam ser a mesma coisa. Certo havia prescrições que vedavam aos cristãos-novos terem cristãos-velhos por servidores. Nada indica fôsem observadas na Colônia, se é que o seriam na própria Metrópole. Dos mecanismos comerciais o que sabemos é bem pouco para podermos apontar diferenças entre uns e outros. Favorecimentos em créditos, no fornecimento de escravos e equipamentos, maior boa vontade na compra dos açúcares por parte dos mercadores de nação? Talvez, mas simples presunção. Percebemos o interesse da pergunta e podemos imaginar que houvesse, cá e lá, alguma discriminação. Mas com suposições, mesmo quando psicológicamente prováveis, não se faz boa História. Lembramos uma denúncia de cristão-velho na qual se diz com certa irritação que os cristãos-novos ajudavam-se uns aos outros, mas seria excessivo com uma queixa apenas, e vaga, situar esta ajuda no campo das relações de negócios entre senhorios, ou entre êstes e os mercadores. Dos engenhos, as estruturas que conhecemos são de caráter geral e para épocas posteriores, não são bastante minuciosas para registrarem diferenças entre engenhos; temos pois de admitir que eram iguais para todos.

*

Pergunta-nos D. *Helena Pignatari* pela ascensão social do cristão-nôvo pela via dos casamentos. Sem qualquer dúvida isto ocorria e contribuía para a integração da descendência no meio social, apressando o esquecimento da indesejada condição. A questão é importante. Esta absorção em muitos casos foi completa e os sucessores, não raro nobilitados pela Corôa, vieram a constituir clãs tradicionais,

desaparecendo quaisquer reservas no ambiente. Estudos de famílias sem superstições heráldicas precisam ser feitos.

Um ou dois exemplos para ilustração, exemplos que estão no corpo do nosso trabalho. Pero Garcia, o riquíssimo Pero Garcia, senhor de quatro engenhos e que, já velho, veio a morrer à frente de homens seus, lutando com os holandeses na defesa da Bahia em 1624. E' um típico aventureiro da colonização cuja biografia, se escrita, e bem mereceria que se fizesse, poderia ser empolgante. Gostamos dêle. Insulano, andejo do Atlântico, prisioneiro de piratas que, de uma feita, o largaram na França, não sabemos ainda por que artes veio parar na Bahia, nem quando. No comércio, pois foi fornecedor do engenho do Conde, e na contratação de tributos, logrou enriquecer. Casou-se com Maria de Araújo, descendente, pela mãe, do Caramurú, e filha do rico Francisco de Araújo, senhor de imensa sesmaria e provavelmente mercador também. Maria era viúva do potentado Baltazar de Aragão que governou interinamente a capitania em defesa da qual morreu no mar ao repelir corsários, e cuja riqueza impressionou o viajante belga Francisco Pyrard. Este casamento permitiu-lhe colecionar engenhos e tornar-se figura de relêvo na Bahia, onde deixou importante descendência que se enfi-dalgou. Não temos tempo para examinar esta descendência: seus filhos, seus enteados nascidos do primeiro casamento de Maria de Araújo. Tudo gente de escol. Basta lembrar que um dêles, Francisco Gil de Araújo, nobilitado, pôde, por 40 mil cruzados se não nos enganamos, comprar nada menos que uma capitania, a do Espírito Santo, sendo geralmente chamado o "Donatário" e senhoriar na Bahia enormes propriedades. E' a êle que o Pe. Simão de Vasconcelos, em têrmos laudatórios, dedica sua *Crônica*, sendo um dos grandes protetores da Companhia de Jesus, financiando a construção da nova Igreja dos Jesuitas, onde veio a ser sepultado nobremente em capela própria. Não sabemos se Francisco de Araújo, o sogro de Pero Garcia era cristão-nôvo, ou quem sabe, o próprio Baltazar de Aragão, o famosa Bangala que procedia da África e deve ter mercado escravos para enriquecer, embora tenhamos suspeitas neste particular. A verdade é que o cristão-nôvo Pero Garcia, típico aventureiro do século XVI, deixou linhagem de gente ilustre entre os grandes senhores de engenho. Sua posição perante o Santo Ofício foi um tanto escabrosa, mas não seremos indiscretos a seu respeito. Notamos porém que o Visitador de 1618 não quis ouvir duas escravas suas que podiam testemunhar suas fraquezas, tal era a consideração que inspirava. Uma nota marginal o diz expressamente.

Um segundo exemplo pode ser o de Manuel Rodrigues Sanches, cristão-nôvo e mercador enriquecido. Casou-se com D. Brites, fi-

Iha do fidalgo Bernardo Pimentel de Almeida, sobrinho do Governador Geral Luís de Brito, e partidário do Prior do Crato, vindo refugiar-se na Bahia, fugitivo das perseguições de Filipe II depois da derrota de D. Antônio. D. Brites por sua vez tinha sangue de cristão-nôvo, pois era bisneta de Heitor Antunes. Este casamento permitiu ao mercador Rodrigues Sanches herdar o engenho de Matoim, ao depois chamado engenho da Freguesia, historiado por Wanderlei Pinho. Morreu durante a ocupação holandesa em 1624, e bem suspeitamos houvesse tido ligações com o invasor. Tornou-se Rodrigues Sanches figura conceituada, pelo casamento. Sua descendência, duas filhas, não teve porém maior importância. O que importa acen-tuar é que o mercador enriquecido casou-se com fidalga e ascendeu ao senhorio de engenho.

À segunda questão respondemos que se casavam em todos os níveis, pois os cristãos-novos eram por sua vez de vária condição social; nem todos eram ou ficavam ricos. Havia o problema dos dotes: juntar riqueza com riqueza. Os que faziam fortuna como mercadores, comissários, arrematadores de impostos, êstes podiam casar-se melhor, procurando herdeiras também ricas. Cristãs-velhas, ou cristãs-novas também. Os casamentos com cristãs-velhas acele-rava sua integração e libertava a descendência das prevenções reli-giosas, mas não seria o caminho único para essa como que redenção. O rico Diogo Lopes Ulhoa, senhorio de engenho, casou-se com cris-tã-nova, e pôde, ao voltar, aconchegar-se ao serviço do Trono, mas seu filho Antônio Lopes Ulhoa alcançou ser provedor-mór da Colô-nia. Já o vianês Manuel de Paredes casou-se com uma filha do fi-dalgo Gaspar de Barros de Magalhães, e seu filho Agostinho de Pa-redes chegou a capitão em Passé, heroi das lutas com os holandeses, e casou-se, se não nos enganamos, com uma Dormondo, deixando larga descendência ligada a famílias principais da Bahia. Não temos pois dúvida em afirmar que, a par do enriquecimento, os casamentos foram uma das vias mais eficazes de assimilação dos cristãos-novos no Brasil.

*

As perguntas do prof. *Romano Machado* sôbre o comporta-mento do Gôverno espanhol em relação aos cristãos-novos da Bahia, res-pondemos que a política colonial no Brasil continuava, conforme os compromissos de Tomar, sob o domínio filipino a ser em geral diri-gida por Lisboa, de tal forma que a interferência da administração espanhola era reduzida. Além do vice-rei de Portugal, nem sempre espanhol, um Conselho de Portugal, em Madrí, assessorava o mo-narca nestes problemas. O sistema fazia com que não houvesse na

Colônia portuguesa incidência de uma orientação tipicamente espanhola. Os problemas do Brasil eram resolvidos como dantes, com orientação portuguesa, salvo quando se projetavam no plano internacional, como a investida holandesa.

A afluência de cristãos-novos na Bahia, embora ligada às alterações da legislação régia, era problema português. A descida do Santo Ofício em 1591 e em 1618 foi indício de que provocava inquietações, sobretudo quando se suspeitava de sua fidelidade, fôsse por suas simpatias pela causa do Prior do Crato ao tempo de Filipe II, fôsse por causa de suas ligações com as praças holandesas onde havia, é fato sabido, uma grande colônia de cristãos-novos portugueses emigrados. As suspeitas eram grandes, e havia denúncias, mas nenhum interesse havia em perseguí-los na Colônia, onde, no tráfico ou nos engenhos, eram elementos essenciais.

Uma tolerância da administração metropolitana afrouxava a vigilância em tôrno da migração dos cristãos-novos para a Colônia, o que, em princípio, era proibido. Eles nutriam o tráfico, eles eram contratadores. Em outras palavras: eles rendiam para a Corôa, e tinham conexões com a alta burguesia peninsular. Talvez houvesse ainda outras razões menos visíveis. Pensemos, por exemplo, nas simpatias que lhes concedia a Companhia de Jesus. Ou, no alívio às tensões internas que podia significar sua saída da Metrôpole. Ou na idéia que se poderia ter de que estariam menos perigosamente no Brasil do que em Amsterdão. Por desconfiança, por interesse ou por política, os reis espanhóis, de forma geral, não endureceram a Inquisição Portuguesa, e, apesar das reações de desgosto em Portugal, sua política foi a de pactuar ou negociar favores com os cristãos-novos portugueses, política à qual não foi estranha a Cúria Romana.

*

À pergunta de D. *Sônia Siqueira*, aliás conhecedora como poucos dos problemas da História da Inquisição, com os quais tem maior familiaridade que nós mesmos, porque a obteve nos Arquivos, podemos responder que a posse dos engenhos, sem dúvida favoreceu a assimilação. E não somente por causa dos casamentos dentro de famílias de prestígio como nos exemplos citados, mas também porque assegurava uma posição de comando na constelação social, o que fazia a todos, inclusive o clero, esquecerem as origens tismadas de seus donos. E ainda abria caminho aos enfidalgamentos facilitados pela propriedade de terras, se não do fundador, ao menos de sua descendência, apesar dos empecilhos legais que se tornavam letra morta, ante a consagração da opinião na atmosfera colonial. Quem pela riqueza e parentescos podia levar vida de fidalgo, como fidalgo era

visto, num clima barroco. A posse de terras e a composição de uma clientela funcionavam para o cristão-novo senhorio de engenho, da mesma forma que para o cristão-velho: davam prestígio social que acabava por se traduzir em mercês régias. De fato, a sociedade colonial, sendo muito mais plástica, assimilou mais depressa e mais completamente aos cristãos-novos. As barreiras das prevenções e preconceitos, afrouxadas no mundo em efervescência, perderam a rigidez, favorecendo-se a miscegenização, em menor tempo. Os casamentos mixtos facilitados já constituíam indício de atenuação das reservas, e por sua vez contribuíram para reduzi-las ainda mais.

Quando à referência que fez, em sua exposição, à tendência que em nossa comunicação aparece a fazer girar tudo em tórno de motivações econômicas, sabe D. Sônia, que prepara seu doutoramento sob nossa orientação e que, aliás, auxiliou esta pesquisa, que esta não é nossa diretriz. Reconhecemos que, dada a natureza das indagações, esta impressão possa ocorrer, e no futuro, por coerência, trataremos de precisar certos aspectos aqui negligenciados para recomposição do equilíbrio da visão dos fatos históricos. Estamos de acôrdo em que, a par de preocupações de ordem econômica, de inspiração burguesa, mercantil, entre outras de natureza política ou cultural, houve também, para usar expressão sua, uma “colonização das consciências”, isto é, uma vontade de criar mundos espirituais cristãos que respondessem ao clamor da nova militância tridentina. E haveria no secreto das consciências dos cripto-judeus, uma esperança inconfessada, de natureza espiritual, de encontrar no país novo um clima de liberdade que lhes permitisse o retôrno à crença dos antepassados. Afinal, estamos de acôrdo.

*

Diz D. *Célia Freire d'Aquino Fonseca*, citando o prof. Berthe, que na América Latina ganhava-se dinheiro no comércio e entrava-se nas terras, indagando até que ponto isto é verdade no período colonial. Não conhecíamos a frase, mas se a tivéssemos conhecido, bem poderíamos tê-la usado em nosso trabalho. E' uma verdade colonial também. Já não temos tempo para explicar mais detidamente esta verdade em relação à área dos engenhos. Todavia em duas palavras podemos resumir. Grande número de senhorios de engenho obtiveram seus capitais no comércio, e quando os tiveram acumulados os investiram nos engenhos — fundando-os novos em sesmarias que obtinham, ou em terras e águas que adquiriam, ou ainda comprando engenhos existentes. Da mercancia passavam ao engenho. Feitos senhorios de engenho, não se tornavam desde logo, típicos agricultores, mas comprometiam-se com o cultivo da terra, e ficavam

expostos aos riscos dos lavradores — secas, mortes de escravos, quedas de preço do açúcar e assim por diante. E mais, seu nôvo *status* obrigava-os a um nível de vida dispendioso — tinham obrigação de viverem “à lei da nobreza”. Por esta e outras razões os senhorios de engenho viviam individados. São constantes as queixas neste sentido, sobretudo quando pedem concessões de “esperas”, isto é, de moratórias. De senhorios de engenho que faliram, só nos lembramos no momento de dois casos e tardios no século XVII: o de João Pais Florão (o neto) e o de Gregório Mendes Mesas. Todavia a expressão é relativa, pois tudo ficava na dependência de certas conjunturas econômicas. Com exploração de terras, ao longo da História do Brasil, formaram-se belas fortunas e, sem dúvida, grandes prestígios sociais. A passagem da mercancia à exploração de terra é um fenômeno frequente: do inverso não conhecemos caso, salvo talvez de alguns que retornavam a Portugal.

COLONIZAÇÃO E SISTEMA COLONIAL: DISCUSSÃO DE CONCEITOS E PERSPECTIVA HISTÓRICA (*).

FERNANDO A. NOVAIS

Instrutor da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (SP).

Embora seja um lugar comum afirmar-se que o Brasil é fruto da colonização européia, nem sempre se levam na devida conta tôdas as implicações envolvidas nessa assertiva. Nas histórias gerais de nosso país, há sempre uma parte referente ao Brasil-colônia, ao período chamado colonial, mas a preocupação de indagar o alcance e o significado do fenômeno colonização sòmente reponta, via de regra, naqueles passos que descrevem as tentativas autonomistas e no estudo propriamente da independência; ou quando muito — e é o caso, por exemplo, da *História Geral da Civilização Brasileira*, em curso de publicação (1) — considerações pertinentes aparecem em análises setoriais da vida econômica, sem por isso ascender a uma visão global e integrada do sistema colonizador que lastreia todos os elementos formadores do Brasil moderno. Há, por outro lado, um conjunto de trabalhos polêmicos que de fato abordam diretamente o tema, mas o fazem numa perspectiva invariavelmente carregada de valorações e não isenta de bizantinismos. A explicitação do sentido mais profundo da colonização européia na época mercantilista (2) e mais ainda a caracterização da maneira pela qual o Brasil se insere nesse complexo e as sucessivas posições que nêle vai ocupando — constituem campo particularmente fecundo para a investigação e a reflexão do historiador, e tarefa ainda longe de ter sido esgotada. Sua importância, porém, dificilmente poderia ser exagerada, duma vez que o aprofunda-

(*) . — Comunicação apresentada na 4ª sessão de estudos, no dia 5 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

(1) . — Cf. *História Geral da Civilização Brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque Holanda, São Paulo, 1960 segs., já cinco volumes publicados, os dois primeiros relativos à época colonial.

(2) . — Adiantemos, desde logo, que Caio Prado Jr. (cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 1a. ed., 1942) constitui significativa exceção no quadro que descrevemos. Às suas reflexões teremos naturalmente de nos reportar ao longo dêste trabalho.

mento dessa análise irá necessariamente iluminar e reequacionar todo o período formativo de nossa história.

Não pretendemos, à evidência, nos limites desta comunicação, acometer tal empresa, que reservamos para tentar em futuros trabalhos em elaboração. Intentaremos, apenas, uma análise crítica dos conceitos de “colonização” e “sistema colonial”, a partir da perspectiva do estudioso de história em que nos colocamos; isto é, procuraremos indicar em que linha a utilização dessas categorias se torna fértil para a compreensão do nosso passado colonial. Notemos, outrossim, que, até certo ponto, essa discussão conceitual é uma exigência preliminar à consecução da tarefa mais ampla a que acima nos referimos. Quando menos, servirá como esforço de esclarecer os vários sentidos de termos correntes na historiografia nacional e mesmo nas variadas interpretações da realidade brasileira que se têm multiplicado nos últimos anos.

De fato, encarada em bloco, toda a história do Brasil pode referir-se a um imenso processo ainda não encerrado de absorção de correntes imigratórias e conseqüente ocupação e povoamento de uma vasta área geográfica de dimensões continentais; o Brasil apresenta-se, assim, como o país por excelência da imigração e da “colonização”, ainda em curso. Circunscrevendo-se a áreas mais restritas dentro do conjunto, identificam-se aquelas regiões onde o povoamento se processa mais recentemente, configurando as frentes pioneiras ou de “colonização”. “Economia colonial”, sua superação, sua persistência são temas correntes nas discussões contemporâneas sobre o problema do desenvolvimento econômico. Reportam-se os autores constantemente à “nossa formação colonial”, descreve-se a “situação colonial” — já Vilhena, na sua preciosa *Recopilação* (1802), referia-se ao “viver em colônias” (3). Indaguemos, portanto, os vários sentidos dessas expressões, para aquilatarmos o maior ou menor alcance analítico da sua utilização, o valor do seu emprêgo para a compreensão da realidade histórica.

*

Na perspectiva mais geral, — a das relações entre os homens e a paisagem, que é o ângulo de observação dos geógrafos — a colonização se apresenta como uma modalidade das migrações humanas.

(3). — Luís dos Santos Vilhena, *Recopilação de Noticias Soteropolitanas e Brasilicas* (1802), ed. Braz do Amaral, Salvador, 1921, p. 289. Carlos Guilherme Mota, em estudo que prepara, explora sob este ângulo ainda não examinado a personalidade e a obra de Vilhena.

como uma forma evoluída de elaboração do ecúmeno (4). Neste plano, os deslocamentos populacionais se inscrevem no processo de humanização da paisagem terrestre, na ampliação da área de expansão da espécie humana; êste crescente alargamento do espaço da habitação do homem no globo envolve sempre povoamento e valorização de novas regiões. Maximilien Sorre, que estamos seguindo neste passo, indica que o complexo geográfico que assim se forma, a paisagem humanizada que se cristaliza no *habitat*, comporta sempre um maior ou menor grau de mobilidade, levando continuamente a tensas às fronteiras do ecúmeno, e alterando assim a sua estrutura interna (5). A imobilidade perfeita é apenas um recurso teórico de análise, e representaria adequação ótima do grupo ao meio ambiente, o equilíbrio absoluto entre recursos, técnicas e crescimento demográfico; no polo oposto, a mobilidade total se exprime na situação em que o próprio *habitat* é móvel, como entre os pastores nômades. Se postularmos constante a massa do grupo humano e o aparato tecnológico, a utilização dos recursos ambientais tenderá a assumir caráter extensivo, ampliando-se a área de exploração, como na agricultura itinerante. Pressupondo-se, porém, crescimento demográfico, e constante e pois limitado o espaço disponível, ou se engendram técnicas progressivas de aproveitamento de recursos, ou se dá o fenômeno da migração. Neste contexto, é possível visualizar o movimento geral de valorização econômica do espaço terrestre; processo que, a partir dos Tempos Modernos, assume a feição de europeização do Mundo.

Examinemos, agora, em que medida esta sistemática conceitual se pode tornar fecunda para a compreensão de processos históricos concretos, e em particular, da história colonial do Brasil. Encarados dêste ângulo, os conceitos acima referidos revelam-se excessivamente generalizadores. De fato, procurando apreender em bloco os mecanismos de formação da paisagem atual, que é o seu campo específico de análise, o ponto de vista da geografia insiste naturalmente em destacar o seu substrato comum, as identidades que se encontram nas várias manifestações do fenômeno. Assim, “colonização” significa uma forma de ocupação e valorização (*mise en valeur*) de novas áreas, forma superior por ser orientada pelo Estado Moderno. Se encararmos, por exemplo, a colonização portuguesa no Brasil, não resta dúvida que ela configura ocupação, povoamento e valorização do espaço americano; entretanto, envolve êste processo histórico outros componentes — aquêles precisamente que lhe advém da peculiar-

(4). — Cf. Maximilien Sorre, *Les Migrations des peuples*, Paris, 1955, *passim*, especialmente pp. 125 segs. Vide também a tipologia das migrações, nos *Fondements de la Géographie Humaine* do mesmo autor, t. II, vol. I, p. 559 (Paris, 1948).

(5). — Cf. *Les Migrations des peuples*, pp. 11 segs.

ridade do “momento” em que ocorre — que eventualmente podem ser mais relevantes como categorias explicativas, e no caso são, como procurarei indicar mais adiante. Não quer isto dizer, convém para logo deixar claro, que imaginemos errados aqueles conceitos; êles se prestam admiravelmente aos fins a que se propõem, isto é, às análises geográficas, e os trabalhos dos geógrafos aí estão para demonstrá-lo. Mais ainda, e já agora tendo em conta a tendência ao entrosamento que cada vez mais se acentua nos domínios das ciências humanas (6), diremos que há determinadas situações históricas em que, no fenômeno colonização, são êsses elementos mais gerais, os denominadores comuns, que assumem importância maior em face de outros componentes, passando a defini-los e a não se definir por êles: nestes casos, é a perspectiva acima descrita que poderá conduzir à compreensão mais exata da realidade. Assim, para exemplificarmos dentro de nossa história, a colonização alemã ou italiana no Brasil meridional, ou a marcha da frente pioneira paulista modelarmente estudada por Pierre Monbeig (7).

Mas se, para a abordagem do Brasil-colônia, esta linha de explicação deixaria de lado os segmentos mais significativos da realidade, conduzindo portanto a uma visão inexata do fenômeno, isto não significa que seja inútil tê-la presente no esforço de reconstituição daquele passado. Como já dissemos, esta perspectiva ilumina uma face da realidade — colonização portuguesa no Brasil, na época mercantilista —, a qual face, entretanto, tem de ser combinada com outros elementos do conjunto que, no contexto da época, assumem a posição de componentes essenciais que definem os demais e estruturam o todo, dando sentido à realidade. Assim, na colonização da época mercantilista, a ocupação e valorização das novas áreas — a europeização do Nôvo Mundo — se processa dentro dos quadros do “sistema colonial” que informa todo o movimento. E é em função da fase e das características da vida econômica da Europa nessa época, isto é, em função da estrutura e do funcionamento do “capitalis-

-
- (6). — Caberia lembrar aqui a recente reedição (1966) do clássico *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II*, de Fernand Braudel (1a. ed. 1949), onde o entrelaçamento de geografia e história se realiza de forma admirável. O geógrafo Roger Dion, por seu turno, navega nas mesmas águas ao esboçar os lineamentos de uma “geografia humana retrospectiva” (*Cahiers internationaux de Sociologie*, vol. VI, 1949). Max. Sorre escreveu sobre as relações entre geografia e sociologia (cf. *Rencontres de la Géographie et de la Sociologie*, Paris, 1957). História e Sociologia, História e Economia são objeto das indagações de F. Braudel no capítulo que escreveu ao *Traité de Sociologie*, dirigido por Georges Gurvitch (Paris, 1958, vol. I) e no artigo dos *Annales* (outubro-dezembro de 1958) sobre a “longa duração”. Multiplicam-se ultimamente os encontros interdisciplinares.
- (7). — Cf. Pierre Monbeig, *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, Paris, 1952.

mo comercial” (8), em que as economias periféricas passam a ter papel essencial na dinâmica do desenvolvimento econômico, que a expansão da colonização passa a desenrolar-se balizada pelo arcabouço do sistema colonial do mercantilismo, dando assim lugar a formação das estruturas econômicas típicas das áreas dependentes, as economias coloniais. Há, portanto, uma forma específica de ocupação e valorização de novas áreas dentro do capitalismo comercial e da política mercantilista; ou noutros termos, a “colonização” assume a forma predominantemente mercantilista na época que medeia entre os Grandes Descobrimentos e a Revolução Industrial. E’, pois, a partir das coordenadas da estrutura sócio-econômica da época, a partir das relações dos homens entre si e não dos homens com a natureza, que se poderá apreender o sentido da colonização do Brasil. Sintetizando, para retomarmos mais adiante, o Brasil nessa perspectiva apresenta-se como produto da colonização européia e parte integrante do antigo sistema colonial.

Com o que fica dito, poderia talvez parecer que, de nosso ponto de vista, para a análise da colonização que se desenrola nos quadros do antigo sistema colonial do capitalismo mercantil, a perspectiva propriamente geográfica antes esboçada seria de utilidade nula. Mas, não; convém ainda insistir que se a realidade (colonização) torna-se naquele contexto mais complexa, isto é, povoamento e valorização das novas regiões inserem-se na estrutura do sistema colonial que passa a modelar a sua forma sem com isso anular essa camada do real — segue-se que, ao nível da consciência, isto é, na construção dos conceitos capazes de expressar toda a complexidade do fenômeno na sua manifestação histórica concreta, temos de formular uma categoria que inclua e situe a concepção primitiva. Retenhamos, portanto, nesta tentativa de elaborar o esquema conceitual e explicativo eficaz para compreensão do Brasil-colônia, esta primeira visão do processo colonizador como expansão do espaço terrestre da habitação humana (ecúmeno), como ocupação, povoamento e valorização de novas áreas geográficas.

*

Desloquemos, agora, o foco de nosso interesse para outra ordem de estudos que dizem respeito à colonização: referimo-nos à classifi-

(8). — Na historiografia econômica contemporânea acentuam-se cada vez mais os esforços no sentido de definir-se o capitalismo comercial como estrutura particular da vida econômica da época moderna, com seus mecanismos próprios. Cf. Frédéric Mauro, “Towards an “Intercontinental Model”: European Overseas Expansion between 1500 and 1800”, *Economic History Review*, vol. XIV, n. 1, 1961, pp. 1-17.

cação dos diversos tipos de colônias. Tais classificações aparecem via de regra em obras dos teóricos da colonização que também o são, às vezes, do colonialismo.

Nesta linha, a obra clássica é sem dúvida o famoso e irrecusavelmente brilhante *De la colonisation chez les peuples modernes* (1874), de Paul Leroy-Beaulieu. Sua publicação se dá no início da segunda fase do expansionismo colonialista europeu, que *grosso-modo* se pode localizar entre 1869 (abertura do canal de Suez) e a eclosão da primeira Grande Guerra, tendo seu ponto culminante na conferência de Berlim (1884-1885) que fixou as regras da partilha da África pelas grandes potências (9). De aí considerar a colonização o apanágio dos “povos civilizados”, das “sociedades mais adiantadas”, enfim “uma arte que se forma na escola da experiência”, cujos princípios o livro destina-se a explicitar. E’ neste espírito que investiga o passado, e não obstante êsse enviesamento do enfoque, a lucidez do autor permite-lhe traçar um quadro altamente sugestivo do movimento colonizador europeu desde o início dos tempos modernos; o exame da história da colonização visa pois possibilitar a elaboração de uma tipologia das colônias, o que por sua vez abre caminho à fixação dos princípios que devem orientar o regime a ser aplicado nos estabelecimentos coloniais.

A classificação das colônias que correu mundo e ganhou fama na pena de Leroy-Beaulieu se funda contudo diretamente na tipologia elaborada já desde 1848 pelo alemão Wilhelm Roscher (10). Neste quadro, são quatro as grandes categorias em que se classificam as colônias. Sintetizemos rapidamente êsses conceitos. Em primeiro lugar, as “colônias de conquistas” (*Eroberungskolonien*), aquelas em que os colonizadores visam vantagens não da produção mas da exploração política e militar dos indígenas; tais as dominações de Alexandre Magno no Oriente, ou dos normandos no sul da Itália, França, Inglaterra. Vêm a seguir as “colônias comerciais” (*Handelskolonien*), ou sejam entrepostos (*Zwischenstation*) onde há muito para comprar e vender, mas não condições para o comércio livre, por exemp’o Singapura ou as possessões estabelecidas desde o século XV pelos portugueses no Oriente. As “colônias agrícolas” (*Ackerbaukolonien*) formam o terceiro grupo: para estas, que se localizam naturalmente em áreas pouco habitadas, aptas à cultura e de clima semelhante ao da metrópole, dirigem-se povoadores (*Ansiedler*) com seus bens e

(9). — Cf. Maurice Baumont, *L’Essor industriel et l’Impérialisme colonial*, 2a. ed., Paris, 1949, especialmente pp. 58-116. (vol. XVIII da Col. “Peuples et Civilisations”).

(10). — Cf. Wilhelm Roscher e Robert Jannasch, *Kolonien, Kolonialpolitik und Auswanderung*, 3a. ed., Leipzig, 1885, pp. 2-32. A primeira edição é de 1848.

suas famílias, instalam-se autônomoamente, e pouco a pouco progredem; são, assim, necessariamente frouxos os laços com a mãe-pátria, tendem estas colônias a se tornarem nações independentes. As colônias da Nova Inglaterra, exemplificam esta categoria. Finalmente, as “colônias de plantaço” (*Pflanzungs kolonien*) completam o quadro. Servem, diz Roscher, para o aprovisionamento dos produtos coloniais (*Kolonialwaaren*): açúcar, café, indigo, cochonilha, etc., — importantíssimas mercadorias que se não podem produzir no clima metropolitano. Em suma, as estufas da Europa... (11). Os empresários coloniais, nessas paragens tropicais onde se estabelecem as plantações, utilizam trabalho escravo e, tão logo enriquecem, procuram retornar à mãe-pátria. As grandes lavouras antilhanas de holandeses, franceses e ingleses tipificam esta classe. Tal, em linhas muito gerais, a classificação do teórico germânico.

Reexaminando o assunto, Paul Leroy-Beaulieu começa por excluir a primeira categoria (as colônias de conquista) (12). Efetivamente, sendo a sua preocupação básica distinguir os tipos de colônias para indicar os regimes mais aplicáveis a cada um, em função dos “recursos, dos costumes e do gênio” da nação que quer colonizar, e não pròpriamente conquistar, a primeira categoria fica fora de suas cogitações. Tôdas as colônias se reportam, pois, a “três tipos irreduzíveis, entre os quais nenhuma confusão é possível”. São basicamente as três categorias já estabelecidas por Roscher. Na apresentação do economista francês, as colônias de comércio são pròpriamente “entrepostos” (*comptoirs*) e visam uma mercância excepcionalmente rentável à metrópole; fixam-se em países ricos e populosos, mas “primitivos” sob certos aspectos e onde o comércio não atingiu a liberdade de movimentos que é característico das nações civilizadas. A metrópole, por sua vez, não necessita, para estabelecer e manter tais colônias, ser muito populosa, mas é indispensável ter uma potente marinha; a atividade colonial vai exigir grandes inversões, mas pouca gente. Essencial para o êxito da empresa é a posição da colônia na rede das grandes rotas. Assim uma ilhota como São Tomás ou uma ponta de rochedo, como Singapura. Uma vez estabelecidas, essas colônias-entrepostos podem se encaminhar para três destinações: ou o povo, no qual elas se encravaram, entra em decadência em termos de unidade e força, e então elas se tornam cabeças de ponte para uma conquista continental (é o caso da Índia); ou povo visado progride, entrando em relação mercantil com tôdas as nações, e então o entreposto perde razão de ser e desaparece; ou enfim o equilíbrio

(11). — “Die Treibhäuser von Europa...”. *Op. cit.*, p. 23.

(12). — Cf. P. Leroy-Beaulieu, *De la Colonisation chez des Peuples Modernes*, Paris, 1874, pp. 533 segs.

mantém-se. Estabelecimentos desta ordem são os dos portugueses na África e na Ásia, dos holandeses e ingleses no Oriente, etc.

Os outros dois tipos são, diz Leroy-Beaulieu, mais complexos. As “colônias” agrícolas ou “de povoamento” (*peuplement*) instalam-se em regiões pouco habitadas e de ambiente geográfico semelhante ao da metrópole; esta deve ser grande e populosa para poder promover uma intensa emigração para o ultramar — do contrário perdem-nas, como ocorreu com os estabelecimentos da Holanda e Suécia na América do Norte. Não se exigem grandes investimentos, mas sim volumosa migração, pois trata-se de povoamento. O progresso é lento, a ambiência democrática, a autonomia inevitável. Em suma, a Nova Inglaterra. A terceira categoria — “colônias” de plantação ou “de exploração” (*exploitation*) — envolve aquelas capazes de produzir mercadorias de exportação, produtos destinados ao mercado exterior. O meio geográfico deve necessariamente ser diverso do metropolitano (para que a colônia possa produzir os produtos de que carece a metrópole); o inter-tropical é a zona de eleição para este gênero de empreendimento. Reclamam grandes inversões de capital e organização “artificial” (*sic!*) do trabalho, tais a escravidão ou a imigração engajada (*indented*) ou a colonização “sistemática” recomendada por Wakefield para garantir mão-de-obra aos empresários coloniais. A riqueza dessas colônias multiplica-se rapidamente, o crescimento demográfico é lento, a prosperidade é mais vulnerável às crises. O estado da sociedade “deixa sempre muito a desejar”. O espírito democrático é débil, e não amadurecem tão cedo para a independência (13).

Mais recentemente, George Hardy (14), retomando as preocupações classificatórias referentes à expansão colonizadora européia, começa por circunscrever o “fato colonial”. Não se confunde êle com invasão, migração, conquista; pressupõe o estado colonizador, e dá lugar a um organismo distinto, sorte de novo estado: colônia supõe metrópole, isto é, manutenção e reconhecimento de laços com o meio de origem. Chamar, por isso, “colonização” ao movimento de ocupa-

- (13). — Na primeira edição de sua obra (1874), Leroy-Beaulieu não usa as expressões “povoamento” e “exploração”, na realidade modelares para caracterizar duas estruturas fundamentalmente distintas como já acentuou incisivamente Caio Prado Jr. (cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 4a. ed., São Paulo, 1953, pp. 13-26). Tal nomenclatura, contudo, ocorre nas numerosas reedições do *De la colonisation chez les Peuples Modernes*; assim, veja-se a 5a. edição, Paris, 1902, t. II, pp. 563 segs.
- (14). — De Georges Hardy, historiador, geógrafo e perito em assuntos coloniais, vejamos: *La Politique coloniale et le Partage de la Terre au XIX et XX siècles*, Paris, 1937 (col. “Evolution de l’Humanité”); *Géographie et Colonisation*, 6a. ed., Paris, 1933; *Vue Générale de l’Histoire d’Afrique*, 3a. ed., Paris, 1937; *Histoire de la Colonisation Française*, 3a. ed., Paris, 1938.

ção e valorização (*defranchement*) da Europa, ou denominar “colônias” os agrupamentos de italianos no Brasil ou de russos em Paris — constitui abuso dos conceitos, linguagem só aceitável como metáfora (15). Critica, a seguir, o critério consagrado pelo seu antecessor: “povoamento” cobre realidades distintas, nem há “exploração” sem povoamento; são tôdas áreas de povoamento europeu (16). Há que distinguir a forma do povoamento. De aí, “colônias de enraizamento” (*enracinement*), onde os europeus se fixam seja por “substituição” da população pré-existente (Canadá, Austrália), seja por “associação” (Américas espanhola e portuguesa) ou “repovoamento”, que comporta importação de mão-de-obra (Antilhas); “colônias de enquadramento” (*encadrement*), onde o elemento indígena continua sempre constituindo a massa da população, porém dirigida, orientada, “enquadrada” pelos europeus (refere-se, supomos, às colônias mais recentes resultantes da partilha da África); enfim, estabelecimento que não visam exploração nem envolvem povoamento, simples colônias de “posição ou ligação”, presas antes a interesses políticos (17).

*

Critiquemos, agora, estas classificações, procurando isolar os elementos sugestivos, os conceitos fecundos que porventura possam conter para os objetivos que temos em vista. Teorizações feitas com fins práticos (colonialismo), as classificações em si mesmas não podem evidentemente apreender a peculiaridade dos momentos históricos em que se processa a colonização nas suas várias modalidades, como predomina tal tipo em determinada época, o que é mais significativo numa ou noutra fase — e tôdas essas questões são essenciais quando se vai analisar a história concreta da colonização portuguesa no Brasil, do XVI ao XVIII séculos. Nada obstante, ao discriminar os vários gêneros de colônias, as classificações procuram ordenar os componentes da realidade histórica da colonização em geral, e desta forma acabam por nos abrir caminho na tarefa de identificar os componentes essenciais da colonização mercantilista.

Preliminarmente, convém retomar a noção primeira que já fixamos: colonização significa sempre ocupação, povoamento e valorização de novas áreas; ora, estabelecida esta premissa, excluem-se naturalmente do campo de análise as “colônias de conquista” da

(15). — Cf. *La politique coloniale et le Partage de la Terre*, pp. 9 segs.

(16). — *Op. cit.*, pp. 15 segs.

(17). — A classificação de Georges Hardy ocorre em *La Politique coloniale et le Partage de la Terre*, pp. 15 segs., e *Géographie et colonisation*, pp. 27 segs.

classificação de Roscher, já abandonadas, aliás acertadamente quanto a nós, por Leroy-Beaulieu; mas abandonamos também, necessariamente, as “colônias comerciais” (Roscher), os “entrepósitos” (Leroy-Beaulieu) e as “colônias de posição” de Hardy. São fenômenos de outra ordem, que não envolvem propriamente povoamento e valorização de novas regiões e pois não entram no quadro histórico da colonização. O que não quer dizer que não se possam ligar, estar até na raiz do processo colonizador, como ainda veremos; porém, em si mesmos, ficam fora da colonização com tal.

Isto pôsto, importa para logo acrescentar que permanecem de um lado as categorias no fundo idênticas de Roscher e Leroy-Beaulieu, melhor formuladas por este último, e de outro os tipos de colônias discriminados por Hardy. Ora, a classificação mais recente parece-nos francamente inferior às categorias clássicas. De fato, enquanto Roscher e Leroy-Beaulieu fundam sua tipologia (agrícolas de povoamento, plantação de exploração) num critério basicamente sócio-econômico, e em função das relações com as metrópoles, Hardy encaminha-se para um critério em última instância étnico, tomando como base a composição populacional resultante da empresa colonizadora nas várias regiões em que incide a sua ação. Atente-se a que não é apenas a diversidade de critérios, sócio-econômico de uma parte e doutra étnico, que está fundamentando o nosso juízo; isto de si seria suficiente, pois a colonização da época mercantilista, dentro da qual se desenrolou o devassamento e povoamento do Brasil, é essencialmente empresarial e capitalista, como ainda esperamos deixar claro. E’ que Leroy-Beaulieu (aqui mais explícito do que Roscher) incide decisivamente nas *relações* metrópole-colônia, centro dinâmico-periferia complementar, e suas categorias resultam por isso mais flexíveis e pois mais aptas à análise de processos históricos, enquanto Hardy desloca o eixo da caracterização para o resultado do processo na área colonizada. Ora, empresarial e capitalista, a colonização provocada pelo capitalismo comercial da época moderna se realiza em função das tensões sócio-econômicas, das vicissitudes e das exigências das economias metropolitanas européias; é pois nessas relações que se deve buscar a linha diretriz da análise, são elas que, nos seus princípios informadores e nas suas práticas efetivas levam à configuração do “sistema colonial” que permeia toda a história da colonização mercantilista. Não é certamente inútil a caracterização de Hardy, mas não é essencial; poderá servir para fins outros que não a compreensão global da colonização do Brasil.

O que, a nosso ver, é de preservar-se dessas páginas de Hardy são as suas pertinentes considerações sobre a especificidade do “fato colonial” e sobretudo a necessidade da relação bilateral metrópole-

colônia (18). Com efeito, nem tôda migração há que envolver necessariamente ação colonizadora, embora seja evidente a impossibilidade de haver colônia sem deslocamento populacional. Assim, por exemplo, Joel Serrão, analisando o fenômeno “emigração”, constante, a partir do século XV, na história de Portugal, faz notar que não coincide sempre necessariamente com a expansão colonial portuguesa, e fixa, com nitidez, os conceitos de “emigrante” e “colono” (19). Entre nós, na segunda metade do século passado, em face da supressão do tráfico negreiro disputava-se sobre as vantagens da “imigração” (vinda de estrangeiros para os trabalhos da grande lavoura exportadora) ou “colonização” (fundação de núcleos “coloniais” de pequenos proprietários) (20) mas já vimos, com Hardy, que é pelo menos impreciso usar os termos “colônia”, “colonização” neste sentido.

Conservemos, portanto, neste passo, as categorias fundamentais de “povoamento” e “exploração”, como modalidades básicas da colonização da época do Antigo Regime. Nova Inglaterra e Brasil tipificam as duas estruturas, mas convém para logo dizer que em termos de predominância de caracteres e não de sua exclusividade, em termos relativos e não absolutos, como aliás tudo em História. O que Georges Hardy verdadeiramente não compreendeu, quanto a nós, na sua crítica desse critério de diferenciação, é que, posto que obviamente não possa haver exploração sem povoamento nem este sem aquela, numa estrutura o essencial é a exploração, noutra o povoamento; as colônias de exploração povoam-se para explorar (isto é, produzir para o mercado metropolitano) as de povoamento exploram os recursos do ambiente no fundamental para prover o seu próprio mercado (isto é, exploração para o povoamento); numa situação, povoamento explica a exploração, noutra é a partir da exploração que se pode entender o próprio povoamento. Caio Prado Júnior, que penetrantemente identificou a fecundidade destas duas configurações e lhes marcou nitidamente os contornos na introdução de sua extraordinária obra já citada, parte daí para a análise da estrutura econômica da colônia em dois setores básicos: um, essencial e imediatamente voltado para o centro dinâmico metropolitano (economia de exportação), outro dependente e que se explica a partir do primeiro (economia de subsistência), acentuando que naturalmente os produtos de exportação podem ser, e o são, também consumidos na colônia, e os de subsistência eventualmente exportados (ou passar de

(18). — Cf. *La Politique coloniale et le Partage de la Terre*, pp. 9 segs.

(19). — Cf. Joel Serrão, verbete “emigração” in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. II, pp. 19-29 (Lisboa, 1965).

(20). — Cf. J. Fernando Carneiro, *Imigração e colonização no Brasil*, Rio de Janeiro, 1950.

subsistência para exportação) sem que isto em nada retire a validade explicativa das duas características (21). Também a Celso Furtado, que sob outros aspectos se afasta das análises de Caio Prado Júnior, são as duas categorias fundamentais de colônias de exportação ou exploração e colônias de povoamento que interessam, para situar a formação econômica brasileira no quadro da expansão colonial européia (22). Já o velho Roscher parece que percebia bem o alcance da distinção; no curso de sua classificação, tendo fixado o tipo de “colônias agrícolas” (que como vimos já esboça o sentido de colônias de povoamento), ao passar a tratar das “colônias de plantação” (exploração) como categoria distinta, pergunta-se se não seria o caso de considerá-las um subtipo das colônias agrícolas, pois que de agricultura se trata; mas, insiste com acuidade, a diferença é tão essencial que se tornou o fundamento da tenebrosa guerra de secessão nos Estados Unidos da América (23). E o não menos agudo Leroy-Beaulieu, por sua vez, já prevenia que as diferentes categorias coloniais não se apresentavam “em estado puro” (24).

Fechemos esta parte, inventariando os resultados obtidos na discussão conceitual. *Colonização* significa, no plano mais genérico, alargamento do espaço humanizado, envolvendo ocupação, povoamento e valorização de novas áreas (Sorre); mais estritamente, como processo criador de colônias, essas novas regiões configuram entidades políticas específicas (*colônias*), que se definem na relação bilateral metrópole-colônia (Hardy); historicamente, na Época Moderna, entre a expansão ultramarina européia e a revolução industrial, *exploração e povoamento* (Leroy-Beaulieu) constituem-se nos dois sentidos básicos em que se processa o movimento de europeização no mundo, delimitando as duas categorias fundamentais de colônias geradas nesse período. Assim, a pouco e pouco, através da crítica dos conceitos, vamos nos aproximando da perspectiva histórica, pois somente ela permite enlaçar todos êsses elementos revelando-lhes o sentido como partes de uma totalidade concreta e dinâmica, que procuramos agora explicitar.

*

Rigorosamente, a consecução do desiderato acima formulado exigiria nada menos que toda a história da expansão ultramarina e co-

(21). — Cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 4a. ed., São Paulo, 1953, pp. 13-26, 113-123, 151-154.

(22). — Cf. Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1959, pp. 11-52.

(23). — Cf. *Kolonien...*, pp. 23-24.

(24). — P. Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les Peuples Modernes*, Paris, 1874, p. 537.

lonial européia nos séculos XVI, XVII e XVIII. O que evidentemente está além de nosso alcance e fora de nosso propósito, nesta comunicação. Na verdade, posto que somente o estudo histórico concreto do período pode resolver os problemas e explicitar as conexões entre os vários segmentos da realidade nas suas múltiplas manifestações, não será de certo inútil a tentativa de estabelecer, à base das linhas mais gerais da história da época, o esquema conceitual e explicativo com que se deva abordar a análise de uma das manifestações dêsse complexo: no caso, a história da colonização portuguesa no Brasil, no quadro do antigo sistema colonial. E' nesta faixa de indagações que nos colocamos, procurando fixar e explicitar os pressupostos com que se deve focar, de maneira efetivamente compreensiva, o Brasil-colônia.

Visualizada em conjunto, a chamada Época Moderna, isto é, o período que transcorre entre o Renascimento e a Revolução Francesa, ou entre a expansão ultramarina e a revolução industrial, apresenta-se-nos com a etapa da história do Ocidente em que predominam as formas políticas do absolutismo, e, no plano social, a organização da sociedade em "estados" ou "ordens"; deslocando o ângulo de observação para o universo das relações econômicas, defrontamos com o capitalismo comercial e a política mercantilista; contemporaneamente, assiste-se à prodigiosa expansão marítima e comercial da Europa, e seu conseqüente desdobramento na implantação das colônias no ultramar.

Tais as peças do sistema, e o seu simples enunciado já nos conduz à procura das conexões recíprocas. Entre a monarquia unitária e centralizada, ou mais exatamente entre o processo de unificação e centralização, e a política mercantilista são claras as relações, pois, como demonstrou definitivamente Herkscher (25), a política mercantilista foi um instrumento de unificação ao mesmo tempo aliás que pressupunha um certo grau de integração nacional para que se pudessem executar. Na base de ambos êsses segmentos, a expansão da economia de mercado em detrimento da economia domínial da Idade Média, envolve a conseqüente emersão das classes burguesas no bôjo do terceiro estado que assim tende a se diferenciar cada vez mais; efetivamente, a subordinação de tôda a sociedade ao poder da realeza — essa estranha e aparente projeção do poder para fora da estrutura social, a passagem da suzerania à soberania — representou no conjunto a forma de a burguesia assegurar-se das condições de garantir a sua própria ascensão e criar o quadro institucional do desenvolvimento do capitalismo comercial. Tratava-se, em última instância, de subordinar todos ao rei, e orientar a política da realeza

(25). — Cf. E. F. Heckscher, *La Época mercantilista*, trad. esp., México, 1943, pp. 17-29.

no sentido do progresso burguês, até que, a partir da Revolução Francesa e pelo século XIX afora, a burguesia se pudesse tornar, como diria Charles Morazé, “conquistadora” e modelar a sociedade à sua imagem, de acôrdo com seus interesses, segundo os seus valores. Estratégia nem sempre explícita ao nível da consciência individual, e sempre inçada de dificuldades sem conta; a história concreta desse processo é sobremaneira tortuosa e F. Braudel pôde falar nas “traições” da burguesia (26). De qualquer forma, Roland Mousnier, especialista no assunto, equaciona as variações do regime político dessa época em função da importância maior ou menor da burguesia nas várias partes da Europa, e pois do grau mais ou menos intenso de desenvolvimento do capitalismo mercantil (27).

Se, por outro lado, o regime político predominante nos séculos da época moderna, contrastado com o feudalismo típico, afigura-se quase o seu oposto, — o mesmo não se dá quando aproximamos os dois períodos nos seus aspectos sociais. Apesar do surto capitalista e burguês, persiste a estrutura estamental da sociedade organizada em “estados” juridicamente estanques, que se definem pelo nascimento, e isto significa a preservação da nobreza com seus privilégios, direitos senhoriais e em contrapartida necessária a manutenção das relações servis ou pelo menos de resquícios da servidão. Ora, isto revela o caráter de acomodação e ajustamento, o traço digamos menos revolucionário ou mesmo não-revolucionário dessa transição entre o feudalismo e a sociedade burguesa plenamente configurada (28). Os séculos XVI a XVIII surgem-nos, assim, portadores de permanências do passado e germes do futuro, tipicamente transitórios; o que não teria maior significado, já que essa é uma constante da história, se a representação dominante ou oficial que essa etapa se fazia de si própria não insistisse em considerar a estabilidade como o valor por excelência a se preservar: instaura-se, então, a “crise da consciência européia” (29). De aí as tensões e crises constantes, e as múltiplas formas de ajustamento; é na Inglaterra que as revoluções do século XVII, moderando o absolutismo, ajustam por assim dizer o sistema

(26). — Cf. F. Braudel, *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, 1949, pp. 619 seg.

(27). — Cf. Roland Mousnier, *Os séculos XVI e XVII*, tradução portuguesa São Paulo, 1957, pp. 116 (col. *História Geral das Civilizações*, dirigida por M. Crouzet, t. IV, vol. I).

(28). — Revolução, como se sabe, significa mudança estrutural em ritmo acelerado, cf. A. Mathiez, *La Révolution Française*, 4a. ed., Paris, 1960, vol. I, pp. 1-2.

(29). — Cf. Paul Hazard, *La Crise de la Conscience européenne*, Paris, 1935, *passim*, especialmente pp. 3-29.

aos seus fins históricos (30), e nem é por acaso que é esse país que se vai tornando paulatinamente hegemônico entre as grandes potências e se tornando o teatro das grandes transformações econômicas que marcam o advento do capitalismo industrial.

Absolutismo, sociedade de “estados”, capitalismo comercial, política mercantilista são portanto partes de um todo, inter-agem reversivamente neste complexo que se poderia denominar, mantendo um termo da tradição, *Antigo Regime*. E’ neste contexto e inseparavelmente dêle que se pode focalizar a expansão ultramarina européia e a criação das colônias no Nôvo Mundo. No plano ideológico, a política econômica do mercantilismo recomenda, para a obtenção de balança favorável de comércio, a abertura de novos mercados e a sua preservação monopolista; numa forma mais elaborada, preconiza-se o estabelecimento de colônias como respaldo para a “riqueza” da metrópole (31). E note-se a coerência dessa forma de política de desenvolvimento que foi o mercantilismo: ao mesmo tempo em que se procuram remover os obstáculos institucionais internos (esforço para supressão das aduanas interiores, burocratização da administração, etc.) diligencia-se a criação de complementos externos (*colônias*, que agora vão adquirindo seu verdadeiro sentido), que permitam à economia metropolitana adquirir o máximo possível de auto-suficiência, e pois situar-se vantajosamente no comércio internacional para o qual pode assim carrear os seus excedentes. Note-se que neste quadro a função das economias complementares coloniais é verdadeiramente essencial: são elas, as colônias, que irão permitir o funcionamento integrado da política mercantilista, criar-lhe as pré-condições.

A política mercantilista oferece-nos, pois, um prisma estratégico para apreendermos as conexões entre os diversos componentes do Antigo Regime. Executada pelo estado, que ao praticá-la se constitui e fortalece, abre condições para a expansão da economia de mercado em tôdas as direções, tudo convergindo no ativamento dessa acumulação de capital que Marx chamou de “originária” ou “primitiva”, por se realizar predominantemente na órbita da circulação, mas que constitui ao mesmo tempo pré-requisito para a penetração e expansão das relações capitalistas no parque prôpriamente produtor (32).

Efetivamente, a expansão ultramarina européia, que se inaugura com os descobrimentos portugueses no século XV, significou, na sua primeira fase digamos pré-colonizadora, uma extraordinária redefini-

(30). — Cf. Christopher Hill, “La Révolution anglaise du XVIIe. siècle: Essai d’interprétation”, *Revue Historique*, vol. CCXXI, janeiro-março 1959, pp. 5-32.

(31). — Cf. Paul Hugon, *História das Doutrinas econômicas*, 6a. ed., São Paulo, 1959, pp. 95 segs.

(32). — Cf. K. Marx, *Capital*, tradução espanhola, México, 1946, t. I. pp. 801 segs.

ção da geografia econômica do ocidente (33) pela abertura de novos mercados, montagem de novas rotas, conquista monopolista de novas linhas para a circulação econômica internacional; já na sua gênese, êste movimento expansionista revela pois suas relações profundas com o estado moderno em formação. Assim, enquanto tradicionalmente se procurava explicar os descobrimento ultramarinos em função de fatores externos, extra-europeus, a colocação moderna do problema (34) encara a expansão ultramarina como produto das “condições particulares dos próprios países atlânticos”, isto é, são os problemas da economia da Europa Ocidental que levam ao esforço para a abertura de novas frentes de expansão comercial à abertura de novos mercados — a expansão atlântica apresenta-se, de fato, como forma de “superação da crise” européia do fim da Idade Média (35). Ora, na organização e execução do movimento expansionista teve papel relevante o estado monárquico absolutista (36), e mais uma vez vêm a tona as conexões entre os componentes do antigo regime; por outro lado, a exploração do ultramar fortalece a posição do estado monárquico que a promove, internamente em face das resistências feudais, externamente diante das outras nações. Da inter-relação desses elementos é que resulta a conformação a pouco e pouco da doutrina e da prática da política mercantilista.

Esta primeira fase da expansão européia consistiu pois, basicamente, na abertura de novos mercados, e no estabelecimento de condições vantajosas para a realização deste comércio ultramarino; acelerava-se, assim, a acumulação capitalista na Europa. Mas, no processo de expansão, como é sabido, os europeus acabaram por descobrir (ou redescobrir) o Nôvo Mundo; aqui as condições diferiam radicalmente daquelas encontradas no Oriente: seria impossível prosseguir na exploração puramente comercial do ultramar, dado que inexistia nesta parte a produção organizada de produtos que interessassem ao mercado europeu. Para integrar essas áreas nas linhas do comércio europeu (e para preservar a soberania sôbre elas, dado que a

(33). — “Il n’y a point eu d’évenement aussi intéressant pour l’espèce humaine en général, et pour les peuples de l’Europe en particulier, que la découverte du Nouveau Monde et le passage aux Indes par le Cap de Bonne Espérance”. Raynal, *Histoire philosophique et politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes*, ed. de Geneva 1780, t. I, p. 1-2.

(34). -- Cf. Vitorino Magalhães Godinho, “Création et Dynamisme économique du Monde Atlantique (1420-1670)”, *Annales (Économies. Sociétés. Civilisations)*. Janeiro-março 1950, pp. 32 segs.

(35). -- M. Nunes Dias, *O Capitalismo Monárquico português (1415-1549)*, Coimbra, 1963, t. I, pp. 35 segs.

(36). -- V. M. Godinho estuda (in *A Expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa, 1945) as etapas dos descobrimentos portugueses no século XV em função das vicissitudes do absolutismo monárquico em Portugal.

expansão se dá no quadro da competição entre as potências europeias), havia mister organizar aí a produção para o mercado da economia central, européia; tornam-se indispensável, ocupação, povoamento, valorização — colonização em suma. Mas colonização de uma forma específica, dentro da expansão do capitalismo comercial e em conexão indissolúvel com todos os outros aspectos envolvidos nesse processo. A *colonização* moderna significou, pois, no fundo, um desdobramento da expansão puramente comercial, a transição da órbita da circulação para o nível da produção econômica no ultramar. Caio Prado Júnior, ainda uma vez, foi quem primeiro caracterizou a colonização como fenômeno essencialmente *comercial*, como um desdobramento da expansão comercial européia; produzir para o mercado exterior, fornecer produtos tropicais ou metal nobre ao comércio europeu — eis o “sentido da colonização” (37), e é sem dúvida a formulação dessa categoria (ou descoberta desse “sentido”) que permitiu ao autor definir os dois setores básicos (exportação, subsistência) a partir dos quais analisa a estrutura econômica da colônia.

Todavia, as indagações que fizemos até aqui, cremos, permitem levar ainda mais longe a análise do “sentido” da colonização. Efetivamente, inserida no contexto mais geral do Antigo Regime — isto é, no contexto da política mercantilista do capitalismo comercial executada pelo estado absolutista — a colonização da época moderna revela nos traços essenciais seu caráter mercantil e *capitalista*; queremos dizer, os empreendimentos colonizadores se promovem e se realizam com vistas, sim, ao mercado europeu, mas, tendo em consideração a etapa em que isto se dá, a economia européia assimila êsses estímulos coloniais, acelerando a acumulação primitiva, por parte da burguesia comercial. A *aceleração da acumulação primitiva* configura, pois, o sentido último da colonização moderna. Note-se que ao nos expressarmos assim envolvemos na formulação várias decorrências: situa-se, por um lado, o momento histórico-econômico em que se localiza o processo; mais ainda, a colonização fica indissolúvelmente ligada ao processo histórico de formação do capitalismo moderno, à transição do capitalismo comercial para o industrial (capitalismo pleno). Caio Prado Júnior, que abriu decisivamente o caminho para esta análise, talvez tenha pago até certo ponto seu tributo à tradição da historiografia brasileira sempre menos voltada para as vinculações da história do Brasil com a história geral da civilização ocidental; assim, apesar do passo fundamental que a sua obra representa, pensamos ser ainda possível ir além no esforço de apreender o sentido da colonização. De fato, ela se apresenta agora como uma peça no conjunto de mecanismos que, promovendo a acumulação ori-

(37). — Cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*, pp. 13-26.

ginária, tendiam a possibilitar a superação dos entraves institucionais e econômicos que ainda perturbavam a expansão do capitalismo moderno europeu (38). Peça aliás essencial; como parte integrante da política mercantilista, já vimos que a colonização fornecia uma espécie de retaguarda à economia metropolitana, independizando-a das outras potências nacionais; promovendo a acumulação de capital e ao mesmo tempo ampliando o mercado consumidor de manufaturas, criava os pré-requisitos da transição para o capitalismo industrial.

Situada neste contexto, articulada nos componentes do Antigo Regime, a colonização moderna revela, portanto, como traços essenciais aquêles mecanismos através dos quais o processo colonizador promove a aceleração da acumulação capitalista; a acumulação na economia européia configura os fins, os mecanismos de exploração colonial, os meios. O conjunto desses mecanismos — processos econômicos e normas de política econômica — constituem o *sistema colonial* que integra e articula a colonização com as economias centrais européias; tal sistema de relações torna-se portanto a categoria fundamental de toda esta análise. Reformulando agora: a colonização do Novo Mundo se dá nos quadros do Antigo Sistema Colonial, isto é, o sistema colonial do Antigo Regime. A colonização portuguesa no Brasil se desenrola dentro desse sistema de relações, que lhe imprime a sua marca, determinando as linhas definidoras da estrutura sócio-econômica que aqui se instaura, dando sentido às expressões “Brasil-colônia” e “período colonial” (39).

Nem toda a colonização da América, porém, se desenrola dentro das traves do sistema colonial. Os sistemas nunca se apresentam, historicamente, em estado puro. Apesar de coeva, a colonização da América setentrional temperada se dá fora dos mecanismos definidores do sistema colonial mercantilista; é em função dos problemas religiosos da Inglaterra, e sobretudo dos ajustamentos e das crises do absolutismo desse país durante o século XVII — época em que se inicia e se consolida a colonização da América do Norte — que se pode compreender a colonização de povoamento, e não de exploração que lá se realizou. E aqui retomamos as duas categorias — povoamento, exploração — para lhes explicitar o verdadeiro sentido na época moderna: colônias de exploração são as que se formam e se desenvolvem dentro dos quadros do sistema colonial; as de po-

(38). — Cf. Maurice Dobb, *Studies in the Development of Capitalism*, Londres, 1954, pp. 177 seg.

(39). — Considerado assim, o Brasil-colônia, como expressão de uma estrutura sócio-econômica definida nas relações do sistema colonial — vê-se bem que carecem de sentido as discussões a respeito de o Brasil ter sido ou não ter sido “colônia”, em face de encontrar-se ou não tal palavra (aliás, diga-se de passagem, ela se encontra) nos textos coevos. A esta bizantinice referiamo-nos no início deste trabalho.

voamento, posto que contemporâneas, situam-se à margem do sistema. A independência dos Estados Unidos da América originou-se, como se sabe, da resistência dos colonos à tentativa de aplicação, por parte da velha metrópole, do pacto colonial à Nova Inglaterra — revelando-se, assim, incompatibilidade entre sistema colonial e colônias de povoamento.

Isto nos conduz a uma última observação, indispensável antes de concluir. Inserindo a colonização moderna no contexto do Antigo Regime — absolutismo, capitalismo comercial, política mercantilista, sistema colonial — e procurando esclarecer as conexões que articulam os vários componentes dêsse todo, destacando as tensões sociais derivadas da ascensão burguesa a partir da estrutura feudal e através da época moderna, cremos ter escapado a um possível economismo que nos poderia ter viciado a análise, que se pretende globalizadora. Além disso, importa ficar bem claro que, ao tentarmos fixar as categorias essenciais dêsse processo histórico, não buscamos de forma alguma os denominadores comuns presentes necessariamente em tôdas as manifestações concretas, mas sim as determinantes estruturais, isto é, os componentes a partir dos quais é possível compreender o conjunto das manifestações, aquêles componentes que definem, explicitam, tornam inteligíveis os demais, e se não definem por êles. Em suma, tentamos demarcar a posição metodológica a partir da qual se deve proceder a análise da história da colonização. E' nestes termos que êste estudo se propõe, assim gostaríamos que fôsse entendido.

Assim, aceita essa perspectiva, torna-se claro que, por exemplo, existindo colônias de povoamento no bôjo da expansão ultramarina mercantilista que exige exploração — é a partir das colonização exploradora que se pode entender o conjunto e pois também as colônias de povoamento, e não o contrário. Igualmente, se o “Brasil-colônia” se enquadra como colônia de exploração nas linhas do Antigo Sistema colonial, não quer isto dizer que tôdas as manifestações da colonização portuguesa do Brasil expressem diretamente êsse mecanismo; mas, mais uma vez, os mecanismos do sistema colonial mercantilista constituem o componente básico do conjunto, a partir do qual deve pois ser analisado. No caso vertente, torna-se para logo essencial analisar a posição de Portugal no quadro do desenvolvimento econômico do Ocidente e no das relações políticas internacionais, para se perceber as mediações através das quais o sistema mais geral se expressa no segmento particular. Sistema global: as relações entre o capitalismo mercantil europeu em desenvolvimento e as economias coloniais periféricas; segmento particular: relações da metrópole portuguesa com a colônia-Brasil. Também não ignoramos que unicamente a investigação cientificamente conduzida das manifesta-

ções históricas concretas do fenômeno podem comprovar ou rejeitar uma perspectiva metodológica em confronto com outros modos de ver. Nenhum dogmatismo, pois, nos anima o espírito. Mas estamos igualmente conscientes da necessidade incontornável dos esforços deste gênero para orientar as pesquisas históricas; do contrário, corre-se o risco de submissão sem crítica aos dados colhidos na documentação, produzindo-se quando muito uma descrição empírica da realidade.

Concluamos agora, retomando os passos significativos da análise tentada. A ocupação, povoamento e valorização econômica do Brasil na época moderna, a sua *colonização* enfim, processando-se na etapa da ascensão burguesa vinculada ao capitalismo comercial, dá lugar a uma entidade específica (*colônia* da metrópole-Portugal): suas estruturas básicas configuram uma colônia *de exploração* por se formarem e desenvolverem nos quadros e ao ritmo do antigo *sistema colonial* de relações entre as economias centrais e periféricas do capitalismo mercantil. Parece não o ignorava Azeredo Coutinho, teórico ilustrado do final do colonialismo mercantilista, ao lembrar que as colônias, em troca da segurança provida pela mãe-pátria, devem reservar a esta o exclusivo de seu comércio e não ter uma produção concorrencial à metropolitana; assim, dizia, “os justos interesses e as relativas dependências mutuamente serão ligadas” (40).

*
* *
*

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Francisco José Calazans Falcon* (FFCL. da Universidade Federal do Rio de Janeiro. GB.).

Afirma que aplaude totalmente o trabalho apresentado e o endossa inteiramente. Diz que é importante tratar das questões conceituais, pois a ficarmos unicamente na questão da pesquisa empírica arriscamo-nos a apenas amontoar dados num laborioso trabalho artesanal, a espera de um historiador que os elabore intelectualmente. Sem noção clara e precisa dos problemas e sem uma hipótese de trabalho adequada, a pesquisa é inútil ou pelo menos aleatória. Não vê objeções de vulto ao trabalho e apenas a título de explicação, ou por uma questão de coerência, pode mencionar os seguintes tópicos:

1º). — Discorda da expressão “capitalismo comercial”, embora o próprio Autor reconheça seu caráter precário quando dis-

(40). — J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho, *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias* (1794), in *Obras Econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho*, apresentação de Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 1966, p. 155.

tingue o fenômeno a que ela se aplica do “capitalismo pleno” ou capitalismo propriamente dito.

- 2º). — Não entende bem a caracterização de situação de realeza com relação aos “estados” e “ordens” ou classes do Antigo Regime. Diz também que em recente Colóquio realizado em França (*Histoire, sources et méthodes*. PUF. 1967) ficou patente divergências entre os principais especialistas (franceses) parecendo estar talvez implícita uma certa concepção da monarquia absoluta como situada acima das classes ou ordens, algo assim como um “bonapartismo *avat la lettre*”.
- 3º). — Discorda da afirmação segundo a qual as Revoluções Ingêlas (*sic*) do século XVII teriam “moderado” o absolutismo, pois, na realidade, a Revolução Ingêla liquidou com o absolutismo. No próprio Autor citado (Ch. Hill) encontra-se argumentos.
- 4º). — Seria preciso dar certas *nuances* à oposição entre setores mercantis interessados na expansão marítima de Portugal e setores feudais a êle hostis. Sabe que vários setores feudais foram afinal os grandes beneficiários da expansão comercial e marítima através do mecanismo de transferência de renda representado pela monarquia absoluta, causa aliás, muito mais do que a incapacidade ou inoperância dos portugueses e espanhóis, do declínio ibérico na Idade Moderna.

*

Do Prof. *Eddy Stols* (FFCL. de Marília. SP.).

Diz, antes de mais nada, que queria associar-se às palavras do Prof. Falcon pela sua procura de uma conceituação clara, que, na verdade, vinha fazendo falta desde o início dêste Simpósio. Entretanto, parece-lhe haver uma pequena contradição quando o Autor diz que as colônias de exploração tendem para o povoamento e as colônias de povoamento para a exploração. Pois os países de grande desenvolvimento, os mais interessados na colonização de exploração, geralmente não dispõem de grande elasticidade no seu mercado interno de mão-de-obra e portanto não podem se permitir tão facilmente o luxo da colonização de povoamento. Por exemplo, a Inglaterra de Disraeili manda apenas um pequeno batalhão para manter seu domínio no Sudão quando do movimento madhista. As potências européias que possuem enclaves na costa da China se abstem de envolver-se no interior da mesma, apesar da crescente anarquia e da de-

cadência política que facilitavam o povoamento. A Bélgica endossa a contragosto a entrega por Leopoldo II do seu feudo pessoal, o Congo, pois já se vê para lá escapar uma mão-de-obra barata e dócil. Para a exploração dos minérios no Katanga ela deve recorrer ao deslocamento interior de povos do Kivu. A Holanda, por sua vez, procurará guardar a Indonésia utilizando os amenoenses. Diz que poderia estender bastante êsses exemplos, mas já parece evidente que dentro da colonização de exploração existe uma grande relutância para o povoamento e procura-se outras soluções.

*

Do Prof. *José Roberto do Amaral Lapa* (FFCL. de Marília. SP.).

Afirma que a comunicação que o Prof. Fernando Novais traz a êste Simpósio, apresenta uma problemática conceitual extremamente estimulante para o diálogo e nisto e, não apenas por isto, está o seu valor, mas, e também, na precisão dos conceitos, no rigor científico com que propõe, analisa e critica problemas de conceito e método que o historiador deve ter em mira para trabalhar com um tema como a colonização.

Assim, deseja apenas colocar duas observações que em nada desmerecem o nível e o esforço do Prof. Novais.

1º). — As alterações que ao longo do tempo e do espaço sofrem as colônias e cuja medição pode ser feita em função das modificações estruturais sofridas pelos “povos colonizadores” quanto pelos “povos colonizados”, implicando em variações rítmicas e de conceito em relação à tipologia nos mostram a relatividade das classificações analisadas e, mesmo criticadas pelo Autor. Assim, colônias de um tipo passam a se enquadrar em outro tipo, dadas aquelas alterações que apontam. O colonialismo não cessa, antes êle não implica necessariamente num processo de ocupação territorial tanto pelo volume, pelo objetivo ou pela movimentação populacional que acarreta, atendendo o interêsse do colonizador, como o Autor o aceita na página 254.

2º). — Também julga que se devia configurar melhor a promoção da colonização com a entidade promotora, seja o Estado, a iniciativa privada, os grupos econômicos, enfim.

Acredita mais, que não se deve considerar apenas como mecanismo da empresa colonial os fatores, as pressões, as infiltrações, os interêsses e instrumentos econômicos, mas e sobretudo no colonialismo moderno e contemporâneo a

colonização cultural, ideológica, etc. Claro que com esta afirmação não pretende confundir colonialismo com imperialismo, mas apenas não o considerar com os instrumentos econômicos esgotados do colonialismo.

*

Da Profa. *Célia Freire d'Aquino Fonseca* (FFCL. da Universidade Federal de Pernambuco. PE.).

Inicialmente apresenta parabens ao Prof. Fernando Novais pela precisão com que situa os tipos de colonização e os conceitos e pelo trabalho em geral.

Faz apenas uma observação quando o Autor, tratando da acumulação primitiva de capitais, diz que a colonização fornecia uma espécie de retaguarda à economia metropolitana, no que concorda inteiramente; mas acrescenta “independizando-a das outras potências nacionais”.

Observa que nem sempre isso acontece. Parece-lhe que, em muitos casos, essa independência era relativa. Diria que havia antes uma interdependência e até dependência em certas épocas aos centros que, em primeiro lugar, e vindo desde os fins da Idade Média, constituíram essa acumulação primitiva do capital. Acumulação ligada à rede dos mercados consumidores da Europa — daí o papel dos comerciantes e primitiva rede bancária da Europa, sobretudo nos séculos XIV e XV. O caso de Lisboa em sua interdependência com Antuérpia e outros centros econômico-financeiros da Europa, italianos e alemães por exemplo, e mais tarde ingleses. Só os mais fortes, possuidores desta acumulação é que, ao estabelecer colônias, teriam essa independência face às outras potências, como no caso da Inglaterra e da França, por exemplo.

*

* * *

RESPOSTAS DO PROF. FERNANDO A. NOVAIS.

Ao Prof. *Francisco José Calazans Falcon*.

Iniciamente, agradece em conjunto as referências elogiosas feitas à sua comunicação pelos vários interpelantes.

Acredita que das observações do prof. Falcon algumas tenham nascido de falta de clareza no texto da comunicação, talvez excessivamente sintética, pois pensa que seus pontos de vista são coincidentes; noutros casos, parece haver realmente divergência de opinião.

Assim, entre as do primeiro grupo, a observação relativa a “capitalismo comercial”: concorda que não se pode conceituar capitalismo comercial como *modo de produção* (seria quando muito “modo de circulação”), pois o modo de produção capitalista somente se integra a partir da revolução industrial; porém, prefere manter a expressão tradicional (o adjetivo “comercial” garante a especificidade), pois pensa que seria igualmente errôneo conceituar como fundamentalmente “feudal” a vida econômica do Ocidente entre os séculos XVI e XVIII. Uma discussão do problema, entretanto, ficaria além dos limites da comunicação.

Igualmente, no que diz respeito às relações do absolutismo com as “ordens” ou “estados” parece ter havido alguma incompreensão; o Autor, concordantemente com o Prof. Falcon, não concebe esse regime político como algo desligado da sociedade: precisamente por isso escreveu, no trabalho, — “estranha e *aparente* projeção do poder para fora da estrutura social”.

Já no que se refere ao significado das revoluções inglesas do século XVII, pensa que de fato seus pontos de vista discrepam dos do Prof. Falcon: a discussão do problema demandaria, entretanto, um espaço de tempo bem maior que o disponível, e deveria preliminarmente reexaminar a perspectiva de Christopher Hill (que aliás escreveu vários trabalhos sobre o assunto, motivo pelo qual o Autor da comunicação preferiu fundar-se num artigo de síntese em que Hill condensa suas análises).

Finalmente, é certo que o esquema de análise proposto deve ser “nuançado” — isto é, devem-se estabelecer tôdas as *mediações* entre as estruturas globais esboçadas e os fenômenos concretos. Acredita contudo que isto foi destacado na parte final do trabalho; aqui se pretendeu apenas uma tentativa de indicar as linhas gerais *a partir* das quais as análises concretas porventura ganhem mais sentido.

*

Ao Prof. *Eddy Stols*.

Acredita que o Prof. Stols enfoca diversamente os conceitos apresentados na comunicação. A idéia diretriz não é a de que colônias de povoamento tendam para exploração ou vice-versa; o que se afirma é que, posto que colonização envolva sempre ocupação, povoamento e valorização de novas áreas (do contrário será outro fenômeno que não colonização), em determinadas situações históricas o componente fundamental é o povoamento (isto é, valoriza-se, explora-se para povoar) noutras, pelo contrário, povoa-se para ex-

plorar, isto é constitui-se uma economia complementar à metropolitana. As segundas ficam dentro dos mecanismos típicos do sistema colonial, e predominam nos séculos XVI a XVIII, período em que se processou a colonização portuguesa do Brasil. A colonização de povoamento ocorre quase sempre por iniciativa particular fora dos desígnios da política econômica da metrópole (como a emigração inglesa em função das perseguições religiosas, por exemplo). Quanto à inelasticidade do mercado de mão-de-obra dos países colonizadores altamente desenvolvidos, cumpre observar que não afeta o processo colonizador: exatamente, o colonizador é o empresário que utiliza trabalho “indígena” local (da colônia) ou importado (por exemplo tráfico africano), através de cuja *exploração* obtém super-lucros. Deve-se contudo notar que os exemplos citados dizem respeito à segunda fase do expansionismo colonialista europeu, posterior à revolução industrial, ficando por isso fora do período abordado na comunicação; como esta talvez já peque por ser excessivamente generalizadora, o Autor preferiu restringir-se ao Antigo Sistema Colonial.

*

Ao Prof. *José Roberto do Amaral Lapa*.

Reafirma o Autor que seu trabalho visou explicitar as categorias básicas da colonização européia na época moderna, isto é, entre o Renascimento e a Revolução Francesa. Assim sendo, tinha que se limitar aos mecanismos globais e típicos, *a partir* dos quais, mas sem se restringir evidentemente a eles, devem se proceder as análises concretas; estas naturalmente poderão confirmar ou confutar o esquema proposto. Isto aliás crê, ficou enfatizado na parte final da comunicação. Dêste modo, concorda que as variações no tempo e no espaço, sejam do lado metropolitano ou colonial, lembradas pelo Prof. Lapa tenham de ser levadas na devida conta. Igualmente, não ignora que o fenômeno colonizador comporta outros elementos além dos apontados. Dada porém a natureza do trabalho, o Autor centrou a análise nos componentes que lhe parecem os essenciais, isto é, aqueles a partir dos quais os outros devem ser focalizados, e não o contrário. Quanto ao colonialismo contemporâneo, ficava fora dos limites cronológicos que o Autor se impôs.

*

A Profa. *Célia Freire d'Aquino Fonseca*.

O Autor acredita que pelo menos em parte as observações da Profa. Célia Freire ficaram tratadas nas respostas aos Profs. Falcon e

Lapa. De fato, tem o Autor consciência de que o caso específico da colonização portuguesa apresenta caracteres muito peculiares; chama aliás a atenção para isso no texto da comunicação. Na realidade, nem sempre a metrópole conseguia assimilar as vantagens, os estímulos, da exploração colonial. Nêsse caso, êsses estímulos se transferem a outros centros mais desenvolvidos, e dêsse modo a colonização não perde o caráter fundamental de “exploração”. A comunicação, contudo, procurou situar-se num plano mais geral, apanhando apenas os mecanismos globais.

NATUREZA E IDEOLOGIA DO COLONIALISMO NO SÉCULO XIX (*).

FRANCISCO IGLÉSIAS

da Faculdade de Ciência Econômicas da Universidade
Federal de Minas Gerais (MG).

I. — COLOCAÇÃO DO TEMA.

Para o estudo do colonialismo no século XIX é indispensável fixar alguns princípios. De acordo com os dicionários, colônia vem a ser o estabelecimento em terra estranha de um grupo de emigrantes, que a proclamam como sua; colonização é o ato de colonizar, ou seja, estabelecer colônia em, promover o aproveitamento de outra terra. É a transplantação de um grupo para outra área. O colonialismo é a doutrina que justifica a colonização. O tema vai desembocar então no imperialismo, que é o domínio de um povo por outro, sem que haja necessariamente colonização. Em nosso estudo, cuida-se principalmente do colonialismo, de modo que a colonização ou o imperialismo aparecem como elementos esclarecedores, não são o objeto da análise.

Como o tema do Simpósio é *Imigração e Colonização*, parece-nos legítimo falar do colonialismo no século XIX, que é realidade importante no período. Não se pode entender a colonização sem referência e estudo do colonialismo.

Esta breve comunicação não procura fixar certo aspecto do problema, mas ambiciona traçar quadro do seu todo. Apresentam-se, em linhas gerais, os elementos que nos parecem caracterizadores, sem aprofundamento de qualquer um. Não se procure aqui, portanto, a análise exaustiva, com a abundância de informações, mas apenas a busca do entendimento de um sentido. Reconhecemos que o propósito é ambicioso. Se nos abalançamos a êle é por supor que é indispensável o seu debate. E desde já aqui fica nosso pedido de desculpas pela insuficiência do tratamento dado e também pela pretensão. Este trabalho é fruto de leitura e cuidado de muitos anos, não tendo qualquer veleidade de ser original.

(*). — Comunicação apresentada na 3ª sessão de estudos, no dia 5 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

Lembre-se ainda que o período escolhido não é propriamente o que consta do calendário rígido, estendendo-se de 1801 a 1900. Pode-se dizer que os séculos são categorias históricas que nunca têm essa rigidez. No caso, por exemplo, mais que a observância dessa faixa temporal, deve-se levar em conta uma outra, um pouco mais extensa, mas que é, na lógica e na harmonia íntima, uma fase só, embora compreendendo possíveis sub-divisões. O século XIX vem, então, de 1787 a 1914, ou seja, da Revolução Francesa à Grande Guerra. Parece-nos que para a história do colonialismo é a conceituação que melhor corresponde à realidade, com prolongamento do século, embora reconheçamos que, no plano da História Geral, o melhor critério cronológico seja 1815-1914, como quase sempre se faz (1). Entre 1789 e 1815 não há acontecimento relevante do prisma do expansionismo, enquanto os anos são marcados pela imposição da burguesia e pela vitória — ainda que apenas teórica — do pensamento liberal. Ora, como burguesia e liberalismo têm papel básico na compreensão da história colonial do século XIX, é que começamos em 1789. Quanto ao mais, estamos de acordo com a divisão que já se convencionou e está mesmo oficializada.

II. — BREVE QUADRO DOS ANTECEDENTES.

A colonização pode ter várias explicações: certo núcleo cresceu de maneira excessiva, tem população que a área não comporta, necessitando assenhorear-se de outras terras; há carência de recursos naturais, de modo que é preciso buscá-los; há necessidade de garantia de mercados para colocação dos produtos; gosto de territórios além-fronteira, afirmação do poder; impulso de submissão dos outros, para impor idéias, crenças, padrões de comportamento. Um grupo mais audacioso da sociedade, então, abandona o núcleo nativo e vai tentar o domínio de outros, seja pela conquista militar, pela catequese, pela pregação de idéias consideradas superiores, pela ocupação de área para explorar certo recurso, logo ampliado a outros, ou pela atividade comercial, que aos poucos cresce.

Impõem-se, assim, as colônias de exploração e as de povoamento. O contacto entre povos apenas para a troca de seus produtos é a colônia comercial, de exploração; os comerciantes se estabelecem, em geral nos portos, instalam suas casas, às vezes bairros inteiros sem cuidar de ir além; são os entrepostos, as feitorias; nem sempre os agentes pretendem tomar conta da terra, preferindo aí ficar em regime de favor, com vantagens de várias ordens, em processo de domínio pelo dinheiro, através da corrupção; se houver embaraços é

(1). — Robert Schnerb, *Le XIXe. siècle*, p. 1.

que se pensa no uso da força, com a posse da área. Mais expressivas que as colônias de exploração são as colônias de povoamento. Ocupação real, plena, fruto da conquista pelas armas, realizada por povo mais equipado. Aí, o ocupante é não só explorador dos recursos naturais, mas governa; quer não só a riqueza, mas moldar o dominado. Em lugar de entrepostos ou feitorias, deseja-se o domínio pleno, a posse do território e a submissão dos habitantes.

Na história das experiências colonizadoras ocupam lugar expressivo os fenícios, que tiveram alto papel no mundo antigo. Foram os grandes comerciantes da época, avançando até pontos distantes e aí fazendo suas colônias. Entre elas, Cartago, que desempenhou o mesmo papel. Depois é a vez dos gregos, também fadados à aventura, pela posição geográfica e falta de recursos. Algumas cidades dedicaram-se à tarefa, mas, pela falta de unidade, o empreendimento não chegou à magnitude que podia ter, nem mesmo sob Alexandre. Já a colonização romana foi mais consistente, por obedecer a um programa, executado por força considerável, na primeira visão imperial. Os séculos medievais, no início, não foram favoráveis a atividades duradouras. Se é certo que cidades italianas estabeleceram depois colônias, ao longo de seus caminhos, fizeram sobretudo explorações comerciais, pois, como Cidades-Estados que eram, não podiam pretender mais. Por outro lado, os árabes muito fizeram no Oriente e no norte da África.

Os portugueses é que são os pioneiros na expansão moderna. A dinastia de Aviz, desde os primeiros anos do século XV, faz conquistas, um pouco como Cruzada, programa político e sobretudo busca de matérias-primas. É a aurora do capitalismo comercial. No primeiro instante, o capitalismo é descobrimento e conquista de novas terras, sua anexação ao universo econômico. De pontos do litoral africano e ilhas no Atlântico, os portugueses passam ao Índico, descobrem o ambicionado caminho marítimo para as Índias, vêm à América. Os espanhóis seguem seus passos, é preciso negociar a partilha do mundo. Espanhóis e portugueses é que devassam os caminhos, realizam o trabalho mais difícil, mas os concorrentes não tardam: franceses, holandeses, ingleses. Também eles viajam, organizam Companhias de Comércio. Querem entrepostos, feitorias, não pensam em fixação nesses pontos remotos. Os holandeses obtêm vitórias expressivas, conseguem o desalojamento dos iberos, mas sua proeminência é curta: já para o fim do século XVII estão superados pelos ingleses. Faltava-lhes a base essencial para ação vigorosa e contínua. Na época do Mercantilismo a posse de colônias é importante, os Estados se empenham por elas.

É a colônia para fornecimento de matérias-primas. Estrutura-se mesmo aí o “sistema colonial”, ou “Pacto colonial”, que consiste

na idéia que os europeus aceitam como incontroversa, de que a colônia é para servir à Metrópole; cabe-lhe apenas fornecer matéria-prima, para que a Metrópole a aproveite e elabore. E' uma divisão internacional do trabalho que se sanciona: cabe aos nativos das colônias plantar, extrair as riquezas, do solo ou sub-solo; a Metrópole, constituída por povo superior, deve aproveitar as matérias recebidas, elaborando-as como melhor lhe parecer. Foram agentes dessa política os particulares com espírito empresarial, que montaram as grandes expedições, ou os governos. Foram também agentes os homens que se transplantaram, em busca de posição e fortuna, que lhes faltavam no território de origem: quando a riqueza está quase tôda em mãos dos grandes proprietários, quando a principal fortuna é a terra, aquêles que não a possuem sobram nos quadros nacionais, vegetando, pobres e sem função, nos instáveis núcleos urbanos. Eles é que constituem as grandes correntes humanas que emigram da Europa e vão tentar a sorte além, de onde muitos voltam ricos. Outro agente que não pode ser esquecido é o religioso: o padre católico ou os pastores protestantes, no desempenho de suas missões, realizaram trabalho amplo, tentando a conversão dos nativos e dando-lhes outras crenças, outras línguas, outros hábitos. Alteraram as culturas primitivas, às vêzes mesmo distorcendo-as, com a imposição de práticas inadequadas ao meio, sem falar em verdadeira desordem mental, provocada com o combate às crenças antigas, às vêzes perdidas, sem que se lhes impusesse a nova, ou por sutil ou estranha, confundidos com dogmas, temores, preconceitos, em processo de desorganização cultural que já foi objeto de muito estudo de antropólogo. Tais missionários, evidentemente bem intencionados, mesmo colocando-se ao lado dos nativos, contribuíram muitas vêzes para destruí-los, exatamente por êsse processo de desorganização cultural que quebrou a harmonia de muitos grupos, facilitando a dominação do comerciante ou explorador.

E' a época do Mercantilismo, que marca com sua política a História Moderna, dos descobrimentos marítimos à Revolução Francesa: política dos Estados Nacionais, fundada em amplo e sólido ideal intervencionista, com prescrições de tôda ordem, com excesso de regulamentação, com monopólios. Se aí o que conta é a riqueza do Estado, não o bem-estar social do público, se essa política pensa na riqueza e não nas conveniências dos súditos, pode-se imaginar o que a colonização vem a ser: se os próprios nacionais são peças de uma engrenagem que visa à riqueza do Estado, os nativos das colônias são ainda menos e nada contam. O caminho foi aberto pelos iberos, mas quem realmente lucrou com a política encetada foram outros, notadamente os inglêses. Os iberos se adiantaram, mas não souberam organizar o que foi feito. Pioneiros a princípio, logo estagnaram, pelo

fato de se manterem presos a velhos princípios. Pioneiros nos séculos XV e XVI, passam a retrógrados, uma vez que querem enfrentar novos tempos com a ética e a organização de outras éras. Lançaram os fundamentos da revolução burguesa, mas apegados a princípios de uma sociedade latifundiária, aristocrática, que são o contrário daquela transformação. E assim se perderam, arruinados, enquanto outros povos souberam adequar-se aos novos tempos. No plano da colonização, enquanto os outros se enriqueceram com suas emprêsas, Portugal e Espanha, explorando áreas incomparavelmente ricas, foram ficando cada vez mais pobres e sufocados. Prepararam o caminho do Mercantilismo, para que outros os trilhassem com proveito. Não entenderam o sentido do que fizeram, vendo-se logrados na nova era de que foram os iniciadores.

O Mercantilismo começou a ser desgastado e a ter críticas violentas ao longo do século XVIII. A regulamentação e o intervencionismo, úteis no início, organizadores do prestígio e do poder do Estado, logo revelaram inconveniências. Passou-se a acreditar que o afrouxamento das determinações e a liberdade de atitudes também podem significar vantagens econômicas. Uma classe social cresceu, ganhou fortuna e passou a disputar o poder, exigindo revisão do quadro tradicional. O comerciante, o manufatureiro e o financista pretendem igualar-se ao grande proprietário de terras, querem posições políticas. Pelas razões econômicas e políticas, amplia-se o movimento de idéias de superação dos sistemas antigos: o racionalismo postula a liberdade. Generaliza-se a crença no homem, na ordem natural, na idéia de que o homem, essencialmente bom, pode chegar à felicidade, contanto não seja tolhido. A liberdade que se observava no mundo estrelado, descrito pelos astrônomos, devia ser transposta para o plano social. O resultado é o processo que culmina em 1789.

Deve-se ligar, pois, a colonização, na época do Mercantilismo, sobretudo ao afã de lucro, de riqueza. Ela vem a ser, assim, o instrumento do Imperialismo, nessa época que se estende das grandes viagens — de 1492, digamos, com o descobrimento do Nôvo Mundo —, até a Revolução Francesa. Assiste-se aí ao processo de europeização da terra, quando os padrões europeus se impõem ou tentam ser impostos a todos. Prega-se o Cristianismo nos vários continentes, como a religião por excelência; as línguas, a literatura e a arte dos europeus são vistas como superiores, enquanto o resto dos homens é constituído por gente rude, bárbara, pois êsses homens não são brancos, não se vestem como os europeus, não têm suas crenças nem suas idéias. E' preciso impor êsses produtos, ainda que necessário usar a força. O trabalho civilizador consistiria na submissão dêles, na perda de suas personalidades e características, substituídas por outras, adotadas por imitação. E' o processo que se desenvolve ao longo

da Idade Moderna, atingindo a plenitude na História Contemporânea, como se verá.

III. — O SÉCULO XIX.

O que explica a mudança verificada na Europa, no decurso do Setecentos, que leva à idéia de substituição do Mercantilismo pelos princípios de liberdade, é nova ordem econômica que requer outra composição da sociedade. Enquanto o mundo antigo era o domínio da grande propriedade territorial, que funda a nobreza com todo o seu quadro de valores, o Mercantilismo impõe outros grupos sociais, que se enriquecem muitas vezes em detrimento da velha nobreza. São os comerciantes, os manufatureiros, os financistas, que têm outra origem social, provêm de camadas modestas, que se afirmam pelo esforço simples. São os burgueses, os homens de negócios, voltados para o trabalho, o dinheiro, a poupança, ao contrário dos nobres, voltados para a ociosidade — só ela é digna —, as honras, consumo e ostentação. Os novos grupos ganham fortunas, mas têm que lutar pelo poder, que muitas vezes lhes é negado.

A sociedade que mais se abre para eles é a inglesa, notadamente depois da Revolução de 1688, mas é difícil ainda a ascensão política, que o quadro legislativo foi organizado com base em normas antigas, de modo que a representatividade dos núcleos urbanos, em que são fortes os comerciantes, manufatureiros e financistas, é débil: o Legislativo é recrutado predominantemente na área rural. Os antigos burgos não têm mais a importância que tinham, mas eles é que fazem a quase totalidade da representação na Câmara dos Comuns, uma vez que os núcleos urbanos, de maior número de habitantes, não são considerados. Os novos grupos teriam que esperar as reformas eleitorais do século XIX para obter a representação a que tinham direito. Na França, o domínio da aristocracia também era grande: fases de domínio de um Richelieu ou de um Colbert eram excepcionais. Aí, como na Inglaterra e em Estados menores, a burguesia já era rica, mas ainda sem expressão política. Daí a Revolução de 1789, que pregou a igualdade de todos. Essa igualdade era teórica, sendo real apenas para a burguesia. De fato, o grande vitorioso foi o burguês, que teve o acesso à vida política assegurado na França desde a última década do Setecentos. A reivindicação social da classe burguesa é fruto, pois, da mudança econômica, que impõe os bens móveis — o dinheiro e as manufaturas — sobre os bens imóveis. Essa mudança econômica é mais sensível na Inglaterra que no continente europeu: a solidez da monarquia inglesa, consolidada com as concessões que faz na revolução de 1688, garante a ordem política; as “leis dos cercos” asseguram a vida agrícola, e, impondo o êxodo rural,

vão garantir a fácil aquisição de homens para o trabalho, com as massas urbanas que têm que aceitar qualquer tarefa; depois, as leis de navegação garantem o aumento da marinha, de modo a assegurar o comércio em todos os mares, através das Companhias; lembre-se, ainda, a tendência utilitarista, que leva ao experimentalismo, que obtém os melhores resultados nas práticas de novas técnicas, novos aparelhos, racionalidade com a poupança de esforços e melhores rendimentos. Assim, a Inglaterra se adiantou aos demais Estados, tornando-se a iniciadora da chamada “Revolução Industrial”, explicável pela conjugação dos elementos referidos. Vai verificar-se então nova fase da história do capitalismo, marcada pela indústria. Se o primeiro foi o capitalismo comercial, o segundo é o capitalismo industrial, que tem outra estrutura e muito mais alcance, como se verá.

Pode-se dizer, pois, que o século XIX resulta, sobretudo, de duas transformações: uma, social e política, que é a idéia de igualdade, vitoriosa em teoria e só parcialmente na prática, com a Revolução Francesa, que implica no acesso ao poder da classe mais enérgica e inovadora; outra, tecnológica e econômica, que é a Revolução Industrial. As duas se conjugam e se completam, para moldar quadro bem diverso do anterior, que é o da Europa no século XIX.

Em decorrência, tem-se o fortalecimento da burguesia na Inglaterra e seu acesso ao poder, através das reformas eleitorais. Na França, em que a classe já era reconhecida, desde 1789, assiste-se ao seu crescimento. Mesmo em fases de volta do antigo regime político, é o burguês que domina, ao qual se identificam mesmo figuras que vieram a ocupar o trono. Nos Países-Baixos a burguesia já dominava, pelo poder de seus comerciantes e financistas, responsáveis pela proeminência no século XVII. Na medida em que os Estados italianos e alemães crescem e se fortalecem, até chegar à unidade, em 1861 e 1870, também a burguesia se impõe. Quanto aos demais Estados — Espanha e Portugal, por exemplo, ou o Império russo —, eles estão em lugar secundário, não têm papel decisivo no destino do continente, talvez exatamente pela fragilidade de suas burguesias. E fora só há a República dos Estados Unidos, cujo grupo dominante é evidentemente a burguesia, que a nação não tinha outra raiz.

O século XIX marca-se ainda pela pregação liberal, característica do interesse burguês. Torna-se imprescindível que todos os Estados se constituam em repúblicas, para evitar os possíveis arbítrios e para que se viva de acordo com leis ditadas pela razão. Suprime-se os monopólios e muitas de suas heranças, extinguem-se as corporações de ofício. Na Europa suprime-se a escravidão, depois, teoricamente, proíbe-se o estatuto mesmo nas Colônias: pode-se ver, no entanto, a ambigüidade de certos países, como o Brasil ou os Estados Unidos,

que se organizam à maneira liberal, mas mantêm o trabalho escravo. Também a servidão é aos poucos abolida. Lembre-se ainda que o liberalismo é mais um ideal que realidade: a filosofia liberal é uma das utopias que raramente se realizam; mesmo nesse século, que a proclama, ela só existe em certas áreas e em raros momentos, pois o comum é a herança de antigos privilégios ou o aparecimento de novos; os Estados continuam a adotar técnicas protecionistas, como se vê, em alta escala, nos exemplos norte-americanos e alemães, e, em menor e variável escala, em todos os outros — inclusive franceses e ingleses. A simples lembrança de que se admite o colonialismo — que cresce exatamente nesse período — é suficiente para denunciar o quanto o liberalismo é mais uma idéia que uma realidade.

Outra constante da centúria é o culto do princípio das nacionalidades. Pode-se afirmar até que a idéia de nação era antes coisa vaga, que só se corporifica e adquire caráter definido, até agressivo, no século XIX. Portugal era uma velha nação — talvez a mais antiga de todas; França e Inglaterra afirmam-se no século XV, depois da guerra dos Cem Anos; a Espanha tinha unidade — embora frágil e discutível — desde os últimos anos do século XV, enquanto a Rússia data do século XVI. Os Estados italianos e alemães caminham para a unidade, forçados pelas mudanças políticas e econômicas que impõem o Estado nacional amplo, além dos particularismos. Demais, há o fortalecimento norte-americano, com o expansionismo para o Oeste, enquanto surgem, tímidas e frágeis, as nações latino-americanas. E há no Extremo Oriente o exemplo agressivo do Japão. A idéia de nacionalismo é comum na filosofia política da época, na Economia, no Direito, no folclore, na literatura. O romantismo, com o culto de valores tradicionais, festeja a nação, valor novo, mas característico de peculiaridades que os românticos querem preservar.

No campo econômico, tem-se que a atividade industrial cresce em todos os sentidos. Se nos primeiros decênios ela só existe na Inglaterra, em meados do Oitocentos já atinge a França, certos Estados alemães, os Estados Unidos e o Japão. No fim do século a Inglaterra divide com outros o prestígio industrial, ultrapassada mesmo pelos Estados Unidos e pela Alemanha. Se a primeira fase do industrialismo é marcada pela máquina a vapor, assiste-se depois à revolução da eletricidade e do petróleo. É a segunda Revolução Industrial. O ritmo do desenvolvimento tornou-se acelerado, de modo que em um ano se verificam mais mudanças que em decênios ou séculos anteriores. A divulgação do emprêgo do aço, o aperfeiçoamento de certas máquinas, a invenção do dínamo elétrico e do motor de combustão interna como que assinalam outra fase da indústria, marcada pelo maior uso da ciência, em lugar de vago empirismo. Navios e ferrovias, armas de guerra e bens de consumo aumentam a produção in-

dustrial. A química adquire relêvo desconhecido antes. Há verdadeira revolução nos meios de transporte. As ferrovias, sobretudo, se multiplicam iniciadas na década de quarenta, já há centenas de milhares de quilômetros em 1900; a marinha cresce de modo vertiginoso, com navios que cruzam os oceanos em todo os sentidos; a abertura do Canal de Suez dá ao homem mais possibilidades de viagens e negócios. As relações são cada vez mais estreitas. O automóvel tem significado decisivo na mudança de padrões sociais, como se verifica depois com o avião. Novos inventos e outras matérias-primas mudam a vida humana. Os reflexos econômicos e sociais são quase transcendentais: no plano econômico, aparecimento do sistema fabril, aumento da produção e da produtividade, a divisão técnica do trabalho, concentração das indústrias, expansão do comércio e progresso nos transportes, as combinações financeiras, com os trustes e cartéis, o novo quadro das atividades econômicas, com o predomínio do setor terciário sobre o primário e secundário. No plano social, o aumento da população, o surgimento do proletariado, a intensificação da luta de classes, o fortalecimento da burguesia e o domínio do poder por ela, o abandono dos campos e a busca das cidades, os movimentos migratórios, nacionais e internacionais, o aumento do bem-estar social. É a indústria, sobretudo, que modela a economia do século, imprimindo-lhe características novas e impondo, direta ou indiretamente, mudanças em todos os sentidos.

IV. — A PARTILHA DO MUNDO.

Já se pretendeu estabelecer periodização para a moderna política colonial: da segunda metade do século XV até o fim das guerras de Napoleão a nota é dada pelo sistema do Mercantilismo; gradualmente, o sistema foi afrouxado, e, com o Congresso de Viena, política de moderação relativamente às colônias prevaleceu, fruto da capitulação do Mercantilismo ante a filosofia liberal; depois da metade do século, notável renascimento da expansão, resultado do ritmo do industrialismo e da competição dos mercados. São os três períodos principais, de acordo com John Donaldson (2). Georges Hardy reconhece três períodos na história colonial dos séculos XIX e XX: o primeiro, de 1815 a 1830, é o de expectativa; o segundo, de 1830 até o fim do século, é o de grandes partilhas, marcado pela rivalidade anglo-russa na Ásia, pelo impulso do Império colonial francês e pela corrida de todos pela África; o terceiro, que não data, marcado pela entrada em cena da Alemanha, dos Estados Unidos e do Japão. a guerra de 1914 e as inquietudes do pós-guerra (3).

(2). — John Donaldson, *Colonial Economic Policy*, p. 647.

(3). — Georges Hardy, *La politique coloniale et le partage de la terre*, p. 149-156.

Não nos parecem muito satisfatórias essas divisões, pois lhes falta o rigor indispensável que as torne claras e convincentes. Talvez seja possível, adaptando o que já se fez, tentar periodização em três momentos: 1). — de 1789 a 1815; 2). — de 1815 a 1880; 3). — de 1880 a 1919. Se o aumento de território de possessões é máximo na Inglaterra entre 1860 e 1880, mantendo-se constante depois, na França e na Alemanha êle se verifica sobretudo nas duas últimas décadas: o crescimento francês no período anterior é pequeno, aumentando agora, enquanto o alemão só se verifica nessas duas décadas, nada havendo antes, sem falar em outros, como o norte-americano, o belga. Parece-nos razoável, pois, tentar a periodização que se apresentou. Tratando dos “estádios do século XIX”, em campo vasto de análise em que a expansão européia é apenas um dado, Alfred Weber considerou também três estádios: o primeiro até 1830, o segundo de 1830 a 1880 e o terceiro de 1880 a 1914 (4).

E’ interessante observar o relativo desconhecimento do mundo ao longo da última centúria, sobretudo no seu início; muito se esclarece em cem anos, mas, no comêço do século XX, ainda não há plena ciência da terra, apesar do muito que se obtivera. Para o europeu, o mundo era, antes, o seu continente, um pouco do Oriente, algo da África, certos nomes e paisagens da América. A curiosidade científica, o espírito missionário, atividades comerciais e certas empresas de conquista ampliam êsse conhecimento. A África, principalmente, é devassada. Também a Ásia e a América são percorridas em certos trechos: deve-se muito a viajantes europeus no trabalho de identificação de nascentes de rios, de medida de montanhas, de revelação de lagos, de levantamento da fauna e da flora. Houve interesse científico, religioso e filantrópico pelas terras mal conhecidas, logo ultrapassado pelo interesse econômico, que faria apêlo à política e às armas. No fim do século XVIII, franceses e inglêses se distinguem em viagens, como se vê, por exemplo, nas extraordinárias empresas do capitão Cook pelo Pacífico, revelando muitos dos mistérios das ilhas dos mares do Sul, futuro cenário preferido das idealizações românticas ou do gôsto de evasão. Além do lucro científico, tais viagens valeram para o domínio inglês. A época de explorações mais intensas é a segunda metade do século: depois, entre 1900 e 1911, é a vez do conhecimento da área polar, em que se distinguem os nórdicos. O europeu vê tôdas essas terras como cenário exótico de populações exóticas, que interessam pela riqueza que podem fornecer ou, do ângulo humano, como entidades bizarras, estravagantes. Quanto à obtenção de colônias, África e Ásia, sobretudo, interessam. E’ fatal o domínio do europeu, superiormente dotado para a luta com a técnica de suas armas, ante as quais os indígenas nada podem.

(4). — Alfred Weber, *Historia de la cultura*, p. 320.

Não foi unânimemente aceita a idéia de aquisição de colônias: era mesmo comum, em círculos intelectuais e entre estadistas e economistas, a condenação dessas conquistas, encaradas como pouco proveitosas ou atentatórias dos princípios liberais, então proclamados. Se não foi constante a defesa da política de aquisições, a verdade é que ela foi prática comum. Para não alongar esta comunicação, dispensamo-nos de fazer o estudo minucioso da partilha da terra, que pode ser facilmente encontrado (na obra de Georges Hardy, por exemplo, já citada).

O estudo dêsse expansionismo deve ser, principalmente, o da situação que impulsiona a Metrôpole. Aquêle que se empolga com êsse estudo, no entanto, é atraído por certos lances em que é rica a história colonial, em que se distinguem certas personalidades. Daí Ch.-A. Julien afirmar que

“a história colonial é o triunfo da biografia” (5).

E' a atração pelos grandes exploradores, políticos ou missionários, aventureiros ou cientistas, viajantes ou homens de negócios, gente como os alemães Karl Peters e Nachtigal, os belgas Banning e Leopoldo II, os franceses Bugeaud, Faidherbe, Gallieni, Brazza, Pavie, Lyautey, Jules Ferry, os britânicos Wakefield, Lord Selkirk, Livingstone, Lord Durham, George Grey, Cecil Rhodes, Joseph Chamberlain, os italianos Crispi e Balbo, o português Serpa Pinto, o norte-americano Theodor Roosevelt, o norueguês Amundsen. Foram muitas vêzes os fundadores de Impérios. Ao lado dos que realizaram a empresa, há os seus entusiastas, como o inglês Kipling, que a cantou; ou os autores cujos cenários são as terras e mares distantes, que divulgam o gôsto pelo exótico e o interêsse pela aventura, gênero Melville, Pierre Loti, Jules Verne. Nos agentes da empresa há muito de curioso, como se vê por suas biografias, nesse afã de fuga, de busca de outras terras e gentes, na coragem, no gôsto vivo da ação. O estudo não pode ter êsse sentido, no entanto, pois assim se perde o essencial, que é menos a biografia dos personagens que o quadro que os explica e o que resulta de seus trabalhos. Demais, a perspectiva é unilateral, pois realça o conquistador e esquece o conquistado — os nativos, as tribos que se submetem, que se deformam e que por vêzes até são dizimadas. O espetacular do biográfico é um acidente de importância menor.

Até 1914 — notadamente nas duas últimas décadas do século XIX —, é amplo o movimento de anexações, acordos, conquistas, no anseio de domínio do mundo pelas grandes potências, que fazem a partilha da terra, para atender a seus interêsses, no exercício do im-

(5). — Ch.-A. Julien, *Coloniaux et colonisation*, p. 1.

perialismo em sua forma clara. Esta, contudo, não seria sua única maneira de atuação.

V. — DOMINAÇÃO DISSIMULADA.

Procurou-se mostrar um dos aspectos do Imperialismo — a obtenção de colônias. Outras faces do problema poderiam ser mostradas, mas vamos evitá-las aqui, por fugirem ao propósito do momento ou ampliarem o trabalho. Seria o caso de falar da emigração de europeus, cada vez mais intensa, sobretudo de 1870 a 1914, para várias partes do mundo, notadamente Estados Unidos, Canadá, Argentina ou mesmo o Brasil, emigração forçada pelas dificuldades de certos grupos das Metrôpoles, fruto das contradições do sistema econômico: eles vêm para os países novos, que precisam de seus esforços e conhecimentos e nos quais desempenham importante papel. Por vezes formam aí novas Europas, repetições dos modelos originais e que têm imitadores. Poder-se-ia falar ainda de formas sutis ou disfarçadas de imperialismo, como o contrôlo da vida de Estados tidos por independentes, através do comércio, dos investimentos, dos empréstimos. Os grandes centros políticos e econômicos do século XIX estavam na Europa. Inglaterra, Países-Baixos, Bélgica, França, Alemanha, depois Estados Unidos, dispunham de capitais suficientes para seus negócios e para possível exportação. Como eles é que eram os grandes compradores de matéria-prima e vendedores de produtos elaborados, estabelece-se uma relação entre êsses centros europeus e o resto do mundo em que o lado forte é o europeu. Os detentores do capital financeiro podem impor então condições, desde a qualidade até o preço. Os países mais pobres precisam de capital para os seus negócios, para a aquisição de terras, instrumentos agrícolas, mão-de-obra qualificada, com técnica e ciência; precisam de capital e tecnologia para os transportes e para as casas de crédito. A Europa envia a êsses centros não só os elementos qualificados — engenheiros, geólogos, agrônomos, veterinários, operários de alta qualificação, como o capital que reverte em lucro para o investidor, ou para as iniciativas pioneiras, em que os países se renovam, ou para a manutenção da dependência, financiando a classe alta que aceita o domínio externo — sua natural aliada —, pois lucra com êsses financiamentos, como se vê com freqüência nos grupos exportadores e importadores dos países sub-desenvolvidos e dependentes, cujo exemplo máximo era a “burguesia compradora” da China.

A ligação da política com o alto mundo das finanças e com as forças militares explica o imperialismo. O empréstimo que o capitalista metropolitano faz aos povos jovens ou necessitados pode ser o prelúdio de ocupação efetiva, tomada de território. Como o paga-

mento não é feito, a presença de uma frota de guerra pode ser a decorrência, para cobrança e estabelecimento. Dívidas provocaram questão na Venezuela, em 1902, quando forças inglesas, italianas e alemãs bombardearam aquêlê país, pela falta de pagamentos. Formulou-se assim a “doutrina Drago”, que recusa o procedimento do uso da força armada para cobrança, com repercussão não só na América Latina, mas nos Estados Unidos e na Europa.

Como escrevia Lenine,

“o que caracteriza o antigo capitalismo, no qual reinava plenamente a livre-concorrência, era a exportação das *mercadorias*. O que caracteriza o capitalismo atual, em que reinam os monopólios, é a exportação de capitais” (6).

Assim foi na Ásia e na América Latina. A Inglaterra, centro político, econômico e financeiro do século, tem nesses núcleos o palco de seus empreendimentos: não foi por simples apêgo à liberdade que ela apoiou com entusiasmo a independência dos países americanos; as antigas colônias da Espanha e Portugal, jovens e desaparelhadas nações, vêm a ser o campo ideal dessa procedência que está na origem da exploração de minas, na siderurgia incipiente, nas fábricas de todo tipo, nos estabelecimentos bancários, nas estradas de ferro, nas companhias de navegação. Através do empréstimo ou do investimento, obtêm as potências financeiras metropolitanas facilidades e uma renda que tende a perpetuar-se, com juros, amortizações. Obtêm mesmo privilégios na administração, como o direito de arrecadar impostos. A história do Brasil ilustra essa influência, talvez ainda maior em outros países. A diplomacia inglesa era nessas áreas algo mais que uma representação, mas um agente decisivo nos negócios, com influência às vêzes decisiva na vida interna das nações imaturas, com a imposição da política econômica a ser seguida. O mesmo se verificará depois, com a exportação do capital norte-americano, na chamada “diplomacia do dólar”. Essa é a razão da procedência do conceito de “economia colonial”, como aquela que não tem um centro próprio de crescimento, não tem autonomia, força interna de decisão, mas é uma economia reflexa, que cresce ou se atrofia em decorrência de uma vontade que não é sua, controlada pela dependência econômica e financeira.

Não só no campo econômico se verifica essa subordinação ou reflexo. Também no intelectual, no processo de importação de formas, no mimetismo que é a condenação de qualquer impulso autêntico, espontâneo, nacional. As forças realmente criadoras são abafadas, o espírito inventivo se estiola, em vassalagem que é a ruína do estilo próprio. Perde-se também o impulso para afirmação, uma

(6). — V. I. Lenine, *L'Impérialisme, stade suprême du Capitalisme*, p. 56.

vez que o povo que se considera inferior tem ressentimento, que procura válvulas de escape e raramente as encontra. O destino é a atrofia, o abafamento. São êsses alguns dos aspectos que têm interesse e gostaríamos de examinar, mas a matéria é ampla para estudo conveniente, mesmo resumido. Demais, não se liga de maneira tão direta ao tema que nos propomos. Fica de lado, portanto, com esta simples referência.

VI. — NOVA FASE DO CAPITALISMO.

E' no fim do século XIX e início dêste século que atinge o apogeu o Imperialismo. O capital industrial e o capital financeiro como que haviam criado sistema econômico que parecia perfeito e eterno. Era a elaboração do homem branco, da Europa ocidental, enriquecido pelo domínio que exercia sobre o resto do mundo. A sensação de plenitude e segurança criou mesmo a ilusão de que assim era por uma lei natural, que todos deviam reconhecer. Apesar das rivalidades entre os grandes — alemães e franceses, ingleses e alemães, por exemplo —, de crises que de vez em quando sacudiam o sistema, aquêle centro diretor podia julgar-se eleito, embevecido com a própria bem-aventurança. As crises, naturais nesse sistema econômico, não lhe causavam maior abalo: se houve depressão desde 1872, a contar de 1894 há prosperidade, que dura até 1914, só perturbada por episódicas dificuldades. E' a *belie époque*, idéia de segurança, felicidade. O século XX era uma aurora. Não se podia suspeitar que em breve aquela paz seria perturbada por conflito capaz de revogar muito do que se estabelecera.

E' nessa época que muitas conquistas são feitas, a ponto de poder-se marcar, em 1880, a terceira fase do colonialismo no século XIX. Nas nações colonialistas mesmo havia oposição ao impulso, como se pode mostrar em tôdas elas: nos Parlamentos muitas vozes ecoaram condenando essa política. No fim do século, no entanto, ela era de tal modo forte que até conferências internacionais se realizam, com a reunião dos grandes dominadores, como se viu na conferência colonial de Berlim, de 1885. O colonialismo tornara-se realidade comum na política internacional. E' o ápice do sistema de conquista. Jean Touchard lembra que o próprio termo

“imperialismo não aparece, com sua acepção moderna, antes dos anos 1880-90”:

a Inglaterra é que define imperialismo como “defesa do Império”, passando depois ao sentido mais amplo de “política de expansão” ou de “política de agressão”, que logo se torna pejorativo. Segundo êle, o livro de J. A. Hobson *Imperialism, a Study*, de 1902, assina-

laria essa passagem de um sentido para outro (7). Escrevendo no início de 1916 e publicando em 1917 importante obra sobre o imperialismo, Lenine assinalaria que

“nos quinze ou vinte últimos anos, sobretudo desde as guerras hispano-americanas (1898) e anglo-boers (1899-1902) a literatura econômica e política detém-se na noção de “imperialismo”, para caracterizar a época que vivemos”.

E cita as obras de Hobson e Hilferding (1910) (8), mas deixa de lado a de Rosa Luxemburgo *A acumulação do capital*, que é de 1913, que é “contribuição à explicação econômica do imperialismo”, como se lê no sub-título.

Poder-se-ia colocar o problema das razões da mudança das duas últimas décadas. A resposta talvez esteja em novas características econômicas, com transformação do capitalismo. Já se lembrou antes que até o fim do século XVIII domina o capitalismo comercial, iniciando-se depois o capitalismo industrial. Um bom economista e historiador assinala que, em decorrência do industrialismo, surge “o capitalismo industrial e concorrencial ou capitalismo atômico”, esclarecendo:

“ao Capitalismo comercial e regulamentar vai substituir-se um capitalismo industrial e concorrencial, qualificado por F. Perroux de *capitalismo atômico*, porque põe em presença múltiplas unidades de produção, cujas dimensões são restritas e que são, em consequência, submetidas à influência do mercado e incapazes de dominar. Nenhuma entre elas atinge o que propusemos chamar “o quantum de ação”. São átomos, perdidos em massa infinitamente maior”.

Depois de examinar êsse período, o economista estuda

“as transformações do fim do século XIX e do início do século XX: o capitalismo de grupos”, esclarecendo: “é difícil precisar a partir de qual momento o capitalismo na base de empresas, submetidas à lei do mercado, cedeu o lugar a um capitalismo de grupos, que aspiram a dominar o mercado. Estamos em presença de uma evolução, não de uma revolução. (...) O capitalismo de grupos ou capitalismo molecular difere profundamente do capitalismo atômico, mas um se desembaraçou de outro progressivamente”.

Marchal explica o termo que usa:

“o termo não é clássico, mas pensamos que se utiliza a expressão *capitalismo atômico* para designar o sistema do início do século

(7). — Jean Touchard, *Histoire des Idées Politiques*, II, p. 700-1.

(8). — V. I. Lenine, *L'Impérialisme, stade suprême du Capitalisme*, p. 22.

XIX, é preciso adotar igualmente a expressão *capitalismo molecular* para a ordem de coisas que se estabeleceu no fim do mesmo século. Os átomos, ou as unidades de produção que eram infinitamente pequenas em relação ao conjunto, aglomeraram-se em moléculas de dimensões apreciáveis. A escala de observação mudou e, como cada vez que tal acontece, a natureza dos fenômenos se modifica” (9).

A concepção de Marchal tem pontos comuns com a de Lenine. Este, no primeiro capítulo, sobre a concentração da produção e os monopólios, observa:

“os resultados principais da história dos monopólios são os seguintes: 1). — 1860-80, ponto culminante do desenvolvimento da livre-concorrência. Os monopólios não são mais que embriões. 2). — Após a crise de 1873, período de amplo desenvolvimento dos cartéis; entretanto, eles são ainda a exceção, falta-lhes a estabilidade. Constituem ainda fenômeno passageiro. 3). — Impulso do fim do século XIX e crise de 1900-03: os cartéis tornam-se uma das bases da vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo” (10).

Depois, estudando a partilha do mundo entre as potências, Lenine coloca o problema:

“há uma acentuação da política colonial, agravamento da luta pelas colônias justamente na época do capital financeiro?”

De acôrdo com êle, na Inglaterra

“o período de acentuação das conquistas coloniais é prodigioso entre 1860 e 1880 e muito intenso nos últimos vinte anos do século XIX. Para a França e Alemanha são sobretudo essas duas décadas que contam. Viu-se antes que o capitalismo anterior aos monopólios, capitalismo de predomínio da livre-concorrência, atinge o limite de seu desenvolvimento entre 1860 e 1880; ora, vê-se agora que é precisamente logo após êsse período que começa o impulso prodigioso das conquistas coloniais, que a luta pela partilha territorial do mundo fica infinitamente áspera. E’ então fora de dúvida que a passagem do capitalismo à sua fase dos monopólios, ao capitalismo financeiro, está ligada ao agravamento da luta pela partilha do mundo”.

Lenine reconhece que o imperialismo é muito antigo, mas faz questão de distinguir a fase dos monopólios de todas as anteriores: não só Roma e o mundo antigo tiveram imperialismo diverso, mas até os anos que antecederam de imediato a fase atual:

(9). — Jean Marchal, *Cours d'Économie Politique*, I, p. 79 e 146.

(10). — V. I. Lenine, *L'Impérialisme, stade suprême du Capitalisme*, p. 22.

“o que caracteriza essencialmente o capitalismo atual é a dominação dos monopólios constituídos pelos mais poderosos empresários”.

Para êle, em definição breve, o imperialismo

“é o estágio monopolizador do capitalismo”.

Em síntese:

“o imperialismo é o capitalismo chegado a um estágio de desenvolvimento no qual é afirmada a dominação dos monopólios e do capital financeiro; no qual a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano; no qual a partilha do mundo começou entre os trustes internacionais e no qual terminou a partilha de todo o território do globo entre os maiores países capitalistas” (11).

A citação não implica em subscrever inteiramente o pensamento de Lenine. Como assinalou Sternberg.

“é preciso distinguir imperialismo e capitalismo de monopólio”.

O autor rebate Hilferding e Lenine a êsse propósito, lembrando que fazem análise fundada sobretudo no caso alemão, esquecidos de que o impulso imperialista teve vigor na Inglaterra e na França antes de constituir-se concentração monopolista na indústria, enquanto os Estados Unidos, que a conheciam, tinham apagada expansão imperialista (12).

Apesar de tôdas as diferenças de enfoque e instrumentos interpretativos, as análises de Marchal e Lenine concordam em como o capitalismo se hipertrofia, com a tendência à concentração e aos monopólios que se verifica na época assinalada. Lenine é ainda mais decisivo na análise, concluindo pela associação dessa forma de capitalismo e da expansão política colonial dos grandes Estados. A análise marxista de Rosa Luxemburgo põe ainda mais vigor na referência a essa relação entre os centros de capitalismo avançado e os centros pré-capitalistas, que se vêm espoliados por aquêles. A grande potência econômica, fundada na indústria, precisa de áreas amplas, além de suas fronteiras. Economia e imperialismo são indissociáveis. E' essa situação, de pujança industrial e financeira de certos países, sobretudo Inglaterra e Alemanha, conduzidos a rivalidade implacável, que leva à guerra de 1914. A extensão do Império de uma é motivo de crítica de outra. Processo eminentemente competitivo, com a formação de blocos, não podia chegar a resultado diverso. A guerra é fatal no sistema capitalista, quando é ultra-

(11). — V. I. Lenine, *L'Impérialisme, stade suprême du Capitalisme*, p. 69, 70, 74, 79 e 80.

(12). — Fritz Sternberg, *Le conflit du siècle*, p. 45.

passada a fase possível de ajustes e as contradições se aguçam. Ela leva ao enfraquecimento das grandes potências, que se desgastam na luta, ao mesmo tempo que torna mais tensas as relações entre as Metrôpoles e as colônias. E' da contradição entre os interesses daqueles que encarnam as mesmas formas que vai surgir a luta que afrouxa o sistema, como se vê em 1919 e, principalmente, em 1945.

VII. — IDEOLOGIA DO COLONIALISMO.

Tôdas as correntes de pensamento se apresentam no século XIX. As mais diversas orientações se fazem presentes, como sempre acontece, quando o quadro é rico — mais que em qualquer período anterior —, pela população cada vez maior, riqueza crescente, relativa libertação das tutelas. Ao longo de fase tão extensa, se é possível reconhecer tôdas as manifestações e atitudes, torna-se difícil resumir a cena a algumas linhas gerais, na busca de um sentido. Só é admissível o trabalho com o encôntro de algumas idéias mais permanentes, gerais e duradouras. E' tentativa assim que se fará agora, de maneira esquemática, apenas para relacionamento com o tema desenvolvido, na busca de fixação de sua ideologia. Se a ideologia é um conjunto de idéias que anima um movimento ou é a elaboração de idéias para justificar determinada situação social, queremos fixar o último sentido. Através do liberalismo e do evolucionismo, parece-nos possível destacar o essencial da ideologia colonialista, no empenho racionalizador do uso de certas áreas em proveito das Metrôpoles.

1). — *Liberalismo.*

Destaque-se primeiramente, como idéia típica da epoca, o liberalismo. Contra a tradição do dogma religioso, do princípio político absolutista, da regulamentação da vida econômica, da organização social e ordem jurídica herdadas de outros tempos, coloca-se o espírito liberal. Da observação da Astronomia da perfeita ordem no cosmo, que permite a fixação de leis, chega-se ao otimismo da “harmonia das esferas”. A observação de uma realidade complexa, como é a cósmica, com seu sistema e suas leis, leva os estudiosos à procura de algo equivalente entre os homens. Experiência, observação, tudo contraria o dogmatismo antigo; partindo de uma atitude dubitativa, o homem pode concluir, pelo exercício da crítica, que lhe é possível por ser dotado de razão, seja no estudo da natureza ou no da sociedade. E' o que se começa a fazer, embora tímidamente, ainda no século XVII. A orientação racionalista continua a desenvolver-se e a ousar cada vez mais, como se observa depois com o Enciclopedismo.

A vitória dessa pregação no episódio de 1789 dá vigor ao liberalismo político.

Já antes dessa obra, a idéia liberal aparece no campo da Economia, em meados do século, com os Fisiocratas, que vulgarizam o *laissez faire*, em escola que teve visão clara da ciência social, mas cujo prestígio foi curto, superado logo que foi com *A riqueza das nações*, de Adam Smith, em 1776. Esse livro será a grande matriz do pensamento econômico, aparecendo como algo perfeito por muitos decênios. Entre os continuadores de Smith, destaquem-se Malthus e Ricardo, que aceitam em linhas gerais as premissas do mestre, desenvolvendo mais que êle algumas de suas partes. Malthus tornou-se famoso pela teoria do crescimento da população, enquanto Ricardo o foi pela teoria da renda. Ambos traçam perspectiva sombria para o mundo: as idéias sôbre população são pessimistas, anunciando possível catástrofe se faltar a prudência do homem, pois a população cresce mais que os meios de subsistência, enquanto a teoria da renda é igualmente pessimista, na denúncia de que o crescimento da população aumenta necessidade de consumo de gêneros agrícolas, enquanto são limitadas as terras férteis; o uso de terras de qualidade inferior implica em maiores gastos e menores rendimentos, com reflexos óbvios nos preços. E' a teoria do rendimento não proporcional. Embora reconheçam êsses perigos, Malthus e Ricardo são ainda mais liberais que o mestre, negando que a intervenção do Estado pudesse minorar os riscos; parece-lhes que antes os agravaria. Nem todos os liberais em economia são pessimistas; a maioria apresenta teses otimistas, mas são aquêles os que mais marcaram a ciência. A escola clássica continuaria, com importantes modificações, como se vê em Stuart Mill: se êle, pode ser visto como a melhor expressão da teoria, é que já não a apresenta com rigidez, marcando a transição para o socialismo. Ortodoxos, porém, continuam a aparecer, como se verifica mesmo hoje. O sistema econômico dos clássicos está fundado no hedonismo: o homem busca a maior satisfação possível, quer a felicidade, no que não pode ser contrariado e para cuja satisfação deve tudo fazer. Forma-se o tipo ideal do *homo oeconomicus*, abstração que é um dos fundamentos da escola. Do bem dos indivíduos decorre o bem geral. A livre iniciativa deve ser a regra, pois ela conduz o homem à ação e o Estado à riqueza.

Insistimos um pouco no liberalismo econômico pelo fato de que êle é que objetiva o liberalismo político, de modo que pode mais facilmente ser estudado em manifestações concretas. E' através de sua História, também, que se evidencia o quanto o liberalismo é em geral uma utopia. Só em momentos excepcionais e em algumas poucas áreas houve alguma aproximação ao seu modelo. Mesmo como teoria

êle foi poucas vêzes apresentado como completo: talvez só nos fisiocratas, em Malthus e Ricardo, em alguns franceses.

Quanto à prática, na Inglaterra, parece-nos que o liberalismo é vitorioso desde o período que começa com a revogação das leis reguladoras — a década dos quarenta, com a revogação das leis de navegação e dos cereais, fim da vigência de certos Tratados —; nas penúltimas décadas foram feitas campanhas protecionistas e favores foram concedidos a determinadas Companhias de Comércio, mas o país se manteve livre-cambista, até o início dêste século. A Inglaterra apresenta, pois, política liberal mais duradoura, no que se distingue de tôdas as outras nações. Na França, tentou-se a superação da velha ordem ainda no século anterior, na época de Turgot, mas sem êxito; com a Revolução, proclama-se a liberdade, mas as campanhas, com dificuldades para o país, logo a ameaçam; de 1815 a 1852 há franco protecionismo, embora sem os excessos mercantilistas; o único período liberal é o de 1852-1870 — sobretudo 1860-1870 —, seguido de reação protecionista, explicável pelos embaraços da derrota militar. A Alemanha foi sempre campeã de intervencionismos e regulamentações, bem como do nacionalismo econômico, com exceção do curto intervalo que é o princípio de vida do Império unificado, com Bismarck, com o pronto regresso do protecionismo, tornando-se símbolo do rigor dessa política, em sistema harmonioso, quase estatal. Outra nação do fim do Oitocentos é a República dos Estados Unidos, na qual o protecionismo foi sempre a regra. Aí é que o alemão Frederico List aprendeu a lição do nacionalismo, que sistematizaria na obra clássica dessa política, que é o *Sistema nacional de Economia Política*, de 1841.

No plano político e social, a derrubada de velhas instituições, com a vitória da tese liberal, é resultado sobretudo da Revolução Francesa: logo no início, vota-se, em 4 de agosto de 1789, o fim dos privilégios. A queda de instituições tidas por feudais repercute, e, ao longo do século seguinte, as nações vão sancionando as liberdades. E' o que se vê, por exemplo, com a proibição do trabalho escravo, primeiro nas Metrôpoles, depois nas colônias. Só nos Estados Unidos a supressão custou a ser feita, implicando em guerra civil. Outras formas de trabalho também foram liberadas, como a servidão: quase inexistente na Grã-Bretanha, desaparece na França em 89; nos Estados alemães vai desaparecendo, até que a Prússia a revogue, em 1848; na Rússia a revogação é feita em 1861. Outra forma de tolher o trabalho são as corporações de ofícios: suprimidas na França, também o são por todos os Estados, na medida em que se constituicionizam, como se viu com o Brasil, em 1824.

O que se observa nesse capítulo de substituição de formas obsoletas de trabalho é o avanço econômico, sobretudo com o industria-

lismo. Escravidão, servidão, corporações foram realidades impostas por certa ordem econômica, com fins econômicos, que acabam por ser anti-econômicas, pela mudança de condições gerais. A reivindicação liberal, portanto, não é algo fluido, sem base, mas tentativa de solucionar melhor certos aspectos da sociedade. No quadro do industrialismo crescente e da ascensão política da burguesia, a ordem pregada pela filosofia liberal é a que melhor atende a todos os interesses que têm condições de êxito. Daí seu aparecimento no fim do século XVIII e a sua vitória teórica no XIX, cumprindo papel importante de abertura de horizontes, de liberação de atividades, mas, como tôdas as correntes, ela trazia o germe de sua própria destruição. Assim é que a plenitude da iniciativa privada vai levar às grandes empresas, aos monopólios de toda forma, acabando pela negação do livre empreendimento. Os monopólios quebram o jogo do mecanismo dos preços. A concentração econômica é infalível no Estado pelos princípios liberais. Provoca então necessidade de ajuste de política econômica, com novas teorias. Estas não faltaram: desde o princípio do século XIX o socialismo, em todos os matizes, aparece, como ação ou pensamento; além do socialismo — das utopias delirantes ao comunismo organizado —, assinalem-se o nacionalismo econômico, o protecionismo, as diferentes formas intervencionistas, o anarquismo. São orientações condenadoras da doutrina liberal, por elas identificado como a ideologia de uma classe — a burguesia —, que não recua nem mesmo ante a brutalidade de negar qualquer ação filantrópica, no seu afã de riqueza. Garantido o lucro do empresário, pelo Estado-Polícia, cabe a este impedir qualquer ação reivindicativa que apele para o trabalho organizado. O pobre é culpado de sua situação, não lhe cabendo outro direito que o de subsistir, simples peça na engrenagem da máquina social, em que diferentes papéis cabem a uns e outros. Como expressão de uma classe que é, o liberalismo tem que viver as vicissitudes dessa classe. Data daí o desejo de uma revisão, mesmo por aqueles que o aceitam, mas lhe reconhecem a insubsistência, notadamente depois da guerra e da crise de 1929.

Relativamente ao colonialismo, a primeira atitude liberal é de reserva ou mesmo condenação. Em seu nome muita palavra dura foi dita contra o expansionismo, pelo que representava de ação do Estado ou menosprezo a outros povos. Há em muitas correntes liberais, no entanto, uma espécie de sentimento de superioridade: no processo competitivo que é a “luta pela vida” vence o mais capaz. As condenações do domínio de outros pelas Metrôpoles provêm sobretudo do ideal de omissão, contra as intensas atividades que a colonização impõe. A perspectiva dos subordinados não é assumida por esses autores. Mesmo um liberal menos rígido como Stuart Mill tem atitude de aceitação do colonialismo, embora preconize comportamento pa-

ternalista, como se vê no ensaio *Considerações sobre o Governo Representativo*, de 1861, cujo último capítulo é sobre o governo das possessões por Estados livres. O autor conhecia o problema, funcionário que fôra da Companhia das Índias Orientais. Aceita a situação, prega a eqüanimidade, mas admite o domínio:

“esta maneira de governar é tão legítima como qualquer outra, se fôr a única que no estado atual de civilização do povo submetido mais lhe facilite a transição para estádio mais elevado de aperfeiçoamento” (13).

Talvez a melhor expressão do liberalismo econômico clássico, quanto ao problema, seja Paul Leroy-Beaulieu, que lhe dedicou extenso livro — *De la colonisation chez les peuples modernes*, em 1874 —, que teve várias edições ainda no século XIX e cujas idéias encontramos resumidas em capítulo de outra obra: a colonização é aí vista como elemento civilizador, benéfica para quem a realiza e para quem é objeto; os povos civilizados têm o direito de intervir nos outros.

“como uma educação ou uma tutela, temporária ou permanente”; há “países e raças nas quais a civilização não pode nascer espontaneamente e que devem recebê-la por importação”,

devendo manter-se indefinidamente sob tutela externa; os Estados ricos necessitam de colônias, para benefício geral — dominadores e dominados (14). Todos os preconceitos — determinismo geográfico ou racial — aparecem no autor, representante do pensamento convencional. E' em figuras de divulgadores como Leroy-Beaulieu que se tem a opinião do liberalismo: os princípios filosóficos da escola não se chocam com a prática, que é justificada, pois é decorrência dos mesmos princípios. E' o modo de ver oficial da época, expressão dos interesses da classe dominante, da burguesia em plenitude. Um Estado pode julgar-se liberal, portanto, sem escrúpulo de ser colonialista. Tem uma orientação relativamente às suas coisas e outra para os povos que julga em plano inferior. Aos próprios olhos êle se desculpa, em interessante processo de racionalização que é um dos aspectos da ideologia liberal, como é, sobretudo, do evolucionismo — há ligação íntima entre os dois —, como se verá agora.

2). — *Evolucionismo.*

Outra nota importante, configuradora de uma ideologia, é o evolucionismo. Se antes já se falava em mudança, transformação, pro-

(13). — John Stuart Mill, *Considerações sobre o Governo Representativo*, p. 221.

(14). — Paul Leroy-Beaulieu, *Traité Théorique et Pratique d'Économie Politique*, IV, p. 633-663.

gresso, evolução, com sentidos algo diversos, mas com laços comuns, no intuito de explicar o processo geológico, biológico, social, histórico, é no século XIX que a idéia ganha força. As ciências naturais fazem do conceito de evolução uma de suas bases: principalmente a Biologia se assentará nêle. Quem o colocou com mais ênfase foi Darwin, cientista que o enunciou em pequena obra aparecida em 1858, de parceria com Wallace, sem maiores ecos. Darwin continuou e no fim do ano seguinte publicava *A origem das espécies*.

Deixando de lado o interêsse da obra para a ciência natural, desejamos fixar apenas o que representa para nosso tema: a idéia de evolução e seu fundamento no processo competitivo, na luta pela vida que leva à sobrevivência dos mais aptos, com a seleção das espécies. Sabe-se, de acôrdo com o próprio Darwin, que foi Malthus que o inspirou:

“em outubro de 1838 (...) ocorreu-me ler, para entretenimento, o ensaio de Malthus a população, e estando preparado, por uma larga e continuada observação dos hábitos de animais e plantas, para apreciar a luta pela existência, que se desenrola em tôdas as partes, ocorreu-me que nessas circunstâncias tenderiam a conservar-se as variações favoráveis e a destruir-se as desfavoráveis. O resultado seria a formação de novas espécies. Havia encontrado, por fim, uma teoria com a qual podia trabalhar” (15).

O reflexo da obra de Darwin não se resumiria à sua ciência, pois marcou ainda outra. Assiste-se, nas últimas décadas do século, ao processo de biologização da ciência social, aceitando-se as similitudes da sociedade com outros organismos. O organicismo teve voga e exprimiu-se em vários autores, marcando uma das orientações da época. Acontece, no entanto, que a extrapolação da idéia de luta e evolução para êsse plano social não foi feita por Darwin, mas por outros, que não se contiveram nos limites da prudência. Divulga-se o darwinismo social. Ora, Darwin não é responsável pelo muito que se disse em seu nome, em área na qual não entrava:

“se se entende por “darwinismo social” a glorificação da luta pela existência e a crença de que as classes superiores na ordem atual sobreviveram por uma aptidão peculiar em sentido moral ou ético, pode-se dizer categòricamente que Darwin não foi um darwinista social. (...) O que ocorreu com a sua doutrina é que pretensos filósofos sociais a puseram a seu serviço, e, dêsse modo, a teoria darwinista se viu recrutada sob as bandeiras do anti-clericalismo e do imperialismo” (16).

(15). — Barnes & Becker, *Historia del pensamiento social*, I, p. 679-680.

(16). — Barnes & Becker, *Historia del pensamiento social*, I, p. 680-681.

A Sociologia, a Etnologia, a Política e outras unem-se estreitamente à biologia, o mesmo verificando-se na arte, como se vê na escola literária do naturalismo. Procura-se explicar tudo em função de princípios e leis que marcam a evolução, havendo mesmo

“uma certa tendência ao fatalismo, ou ao menos ao dogmatismo” em todos os setores da opinião” (17).

Antes mesmo de Darwin, o princípio já aparecera no *Sistema de política positiva*, publicado por Auguste Comte entre 1851 e 1854. A idéia evolucionista terá a melhor expressão na obra de Herbert Spencer. Sabe-se que Spencer

“não tentou, como se afirma com freqüência, aplicar as teorias de Darwin a uma reexposição da ciência e da filosofia”:

antes mesmo do naturalista, Spencer já expunha o evolucionismo (18) Em ensaio de 1857 mostrava

“sua teoria de evolução universal como processo cósmico de equilíbrio do organismo com o meio” (19).

Comte, Spencer, Marx e tantos outros, maiores e menores, participam do mesmo clima, informado pelo naturalismo, pela busca de leis inflexíveis, ordenadoras de tudo, na crença de determinismo quase fatalista. Poderíamos facilmente alinhar aqui conceituação e tentativas de periodização de todo o processo social, na busca do universal no tempo e no espaço. Esses autores costumam apresentar esquemas explicativos globais, que se pretendem definitivos, válidos no espaço e no tempo, com o gosto do sentido geral, do determinismo, com a seqüência obrigatória, pelo processo de evolução que se proclamava. Ora, essas construções ideais foram feitas mais por dedução que por indução. Fazia-se o esquema, um modelo intelectual, sem partir propriamente da realidade, mas do conhecimento obtido, que se supunha abranger toda a realidade: feito o modelo, a realidade devia adaptar-se a êle; se não a comportasse, tanto pior para ela. O conhecimento histórico de seus autores, por maior que fosse, não podia abranger a história universal, de modo a permitir-lhe a generalização feita, sem falar que o conhecimento histórico em si mesmo era limitado. Demais, a Etnologia estava nascendo, pouco ou às vezes nada se sabia de muitos povos, enquanto as técnicas de estudo eram precárias. Como construir tais modelos, pois, a não ser como artifício mental? O resultado é que à medida que as ciências sociais se desenvolveram, com novos instrumentos de análise e mais gosto pela pes-

(17). — Jean Touchard, *Histoire des idées politiques*, II, p. 666.

(18). — Barnes & Becker, *Historia del pensamiento social*, I, p. 647.

(19). — *Idem, Idem, Historia del pensamiento social*, I, p. 680.

quisa que pela teorização, o conhecimento real se viu grandemente aumentado. E os esquemas começaram a evidenciar fragilidade: fases vistas como necessárias podem não ter existido; a seqüência pode ter sido outra. O reinado dessas fórmulas não foi longo. À segurança daqueles anos sucedeu a dúvida da ciência dêste século; à determinação infalível, uma certa indeterminação, ou, pelo menos, o reconhecimento da impossibilidade de fórmula permanente, pela falta de dados. Enfim, ao dogmatismo de então, o relativismo de agora.

E' interessante consignar o paradoxo. Antes, com base mínima, ousava-se muito, nas formulações de grandes linhas; hoje, quando a base é ampla, ousa-se menos, pelo temor do impressionismo ou da gratuidade. Exatamente o número de estudos é que revela que o processo não é tão simples como se pensava, exigindo cautela. A crítica de Max Scheler ao positivismo poderia ser estendida aos outros sistemas. Segundo Scheler, o positivismo seria o estado de espírito típico da burguesia européia do século XIX e se explicaria por uma carência de universalidade do espírito do europeu: o positivismo de Comte e Spencer

“não é uma filosofia, mas somente uma ideologia específica da Europa ocidental, a do industrialismo ocidental moderno” (20).

A denúncia do caráter ideológico dos sistemas é a grande contribuição da sociologia do conhecimento, capítulo que hoje se desenvolve, sobre premissas lançadas da primeira metade do século passado.

Ora, nosso propósito é fixar a ideologia do colonialismo. Daí as considerações feitas sobre o pensamento liberal e o evolucionista. Viu-se que o liberalismo acaba por ser o modo de ver de uma classe que detém o poder econômico e político, a classe burguesa, pensamento que só poderia originar-se e desenvolver-se na Inglaterra e na França, pelo pioneirismo dessas nações relativamente às outras. No século em estudo, é tal corpo de idéias que convém à classe burguesa daqueles países, como é ainda o que lhes convém no quadro internacional, pois estabelece o domínio que podem ter sobre os demais. Smith, Ricardo e outros exprimem os interesses de suas classes e nações, como não podia deixar de acontecer, não importando as contradições entre o que pregam e a realidade interna, nacional, ou a externa, sobretudo a das colônias. O evolucionismo concretiza mais ainda o lado brutal do liberalismo, de seu desinteresse pelo proletariado ou pelos povos que vivem em condições de dominados. O uso dos conceitos de luta, seleção natural, sobrevivência dos mais aptos — aplicação de princípios da Biologia à ciência social — vai criar uma ideologia de dominação, de imperialismo. De fato, se há povos mais evoluídos que outros, é decorrência de seleção natural, que san-

(20). — Max Scheler, *Sociologia del Saber*, p. 72.

ciona o direito dos mais evoluídos sôbre os menos evoluídos. Os princípios de certa ciência social vão ser aproveitados principalmente por políticos, comerciantes ou aventureiros, que têm aí justificação para o comportamento, racionalização para a atitude que adotam. A ideologia dominante não é feita expressamente, com a consciência do que se pretende, com objetivo certo. Voluntária ou involuntariamente, chega-se ao mesmo resultado. Malthus ou Bastiat, Darwin ou Spencer não pretenderam construir modelo para servir às suas classes ou nações; apenas enunciaram o que lhes pareceu exato. A coincidência frequente dessas idéias com os interesses dos grupos dominantes não é original, pois assim também foi em outras oportunidades, antes e depois.

Tem-se, pois, que o liberalismo e o evolucionismo são fruto da ascensão da burguesia no quadro social, do domínio de certas nações da Europa sôbre outras. Assim foi com o liberalismo político e econômico; com o positivismo; com o evolucionismo, em todos os tons: com o socialismo, ainda o mais radical. Tome-se por exemplo Marx: êle exprime a situação do Ocidente europeu, industrializado, em que a burguesia realizou extenso e alto trabalho — seu melhor elogio está nas primeiras páginas do *Manifesto Comunista*, de 48 —, na base da exploração de uma classe por outra, gerando contradição que acaba por ser insustentável. Atentando para a luta de classes, Marx viu do capitalismo sobretudo seu aspecto interno, a formação do capital pela mais-valia, pouco detendo-se, no entanto, no aspecto externo, não levando nem mesmo em conta a realidade da nação. O criador da Internacional não se preocupou com o Imperialismo — são autores do século XX, como Rosa Luxemburgo ou Lenine que fazem o estudo dessa categoria, no reconhecimento de seu significado. E' depois da morte de Marx que o imperialismo revela o seu poder. O estudioso comunista participou mesmo de juízos comuns do seu tempo, de superioridade do branco, europeu, cujos padrões seriam superiores aos demais, podendo ser impostos até pela força. O autor não fugia ao clima de sua época.

O evolucionismo fortalece as pretensões européias à superioridade. O continente criara padrões culturais que considera os mais altos. E fulmina então como inferiores todos os outros, que são tanto mais ou menos cultos quanto mais se aproximam ou se afastam do modelo europeu. Os outros são os bárbaros. Ora, já os gregos chamavam de bárbaros a todos os que não participavam de suas peculiaridades, no que foram imitados pelos romanos — e com o nome de bárbaros ficaram na História os povos do Norte que desceram sôbre o Império decadente. Para os judeus, que se consideravam o povo eleito, todos os mais eram gentios. Bem conceituava Montaigne que

“cada um chama barbárie o que não é de seu uso” (21).

A palavra estrangeiro, em tôdas as línguas, tem sentido amplo, que vai de curiosidade pelos homens de fora ao desprezo por êles. Chineses ou alemães, britânicos ou hotentotes, todos se consideram o melhor que há. Daí já se ter falado no “providencianismo europeu do século XIX”, só agora aos poucos retificado, a duras penas. Essa atitude é que leva aos racismos, em que se esmeram os europeus ao longo do século XIX e mesmo depois.

Ao verificar o processo mental da época, não se procure exaltar ou denegrir. Foi uma fase da história do pensamento, perfeitamente explicável pelas condições em que se gerou. Procurou-se colocar o problema, sem cuidados valorativos, mas apenas para chegar à sua compreensão, esclarecendo aspecto significativo para o assunto que se procura estudar. Ou seja, a justificação do domínio de outros povos pelo homem branco, pela inferioridade de uns e a superioridade de outros. O evolucionismo pode explicar a situação racionalizando êsse domínio e com o alívio da consciência de culpa do colonizador vitorioso. O comportamento do europeu e sua expressão intelectual fazem harmoniosa unidade.

VIII. — PERSPECTIVA FINAL.

Procurou-se mostrar a natureza e a ideologia do colonialismo no século XIX. Como é que se colocou o problema, quais os antecedentes — sobretudo a época Mercantilista. Depois, como é que o excesso de regulamentos, em certa época benéfico, pode tornar-se empecilho à ação proveitosa. O crescimento da burguesia, que se torna reivindicativa, bem como o fato de o quadro tradicional estar inadequado, tudo contribui a outra ordem, que se constitui sob o signo do liberalismo. Se a primeira fase do capitalismo é comercial, a segunda é a da indústria. Organizam-se os Estados nacionais na Europa, a classe burguesa assume a direção política, a indústria é o fundamento econômico. A antiga tendência ao expansionismo conhece nôvo impulso, as nações tornam-se imperialistas. Faz-se a partilha do mundo, com a proeminência britânica. Ao lado dessa forma de domínio, que é a ocupação de terras, consignent-se as formas dissimuladas, através do contrôle da economia de povos que politicamente são tidos como livres, mas na verdade são dependentes, pois têm sua economia ligada ao exterior, de cujos centros dependem. O revigoramento imperialista das últimas décadas é decorrência da mudança econômica, com a indústria que cresce e cria problemas que configuram nova fase na história do capitalismo.

(21). — Montaigne, *Essais*, I, p. 234.

Como o objeto de nosso estudo é não só a natureza do colonialismo, mas também sua ideologia, procurou-se mostrar como é que o pensamento europeu da época traduz êsses interesses expansionistas, numa racionalização do comportamento. Se o liberalismo, por seus princípios, é inimigo do domínio dos outros, êsse domínio está na ordem natural do Estado que cresce e se desenvolve. Como os liberais ortodoxos aceitam a sociedade como é, com sua estruturação rígida de classes, não há motivo para que o mesmo não se verifique no plano internacional, em que, como fruto da seleção, certos Estados se impõem a povos tidos como inferiores. Se o liberalismo é a ideologia da classe burguesa e a burguesia tem necessidade dêsse domínio, forma-se uma contradição entre a teoria e a prática. O problema, porém, não adquire maior importância, que são episódicas as referências dos mestres do liberalismo político e econômico às colônias — o que é explicável, uma vez que o imperialismo é sobretudo do fim do século, quando os grandes liberais são do seu princípio. E' partindo de algumas das premissas dos expoentes da teoria clássica que se desenvolve o evolucionismo, que conquista quase todos os autores: de maneira crua, reconhece-se a luta pela vida como princípio de seleção. O evolucionismo vem a ser mais um dado a racionalizar o comportamento do homem branco: êle está justificado por essa ideologia.

Aí está o quadro que se procurou desenvolver. A matéria parece-nos importante e mesmo sedutora. Só temos a lamentar a brevidade do espaço para tratá-la e nossas próprias deficiências, sem falar nas dificuldades da bibliografia. Gostaríamos agora de, em rapidíssimos traços, indicar o seu desenvolvimento depois, já em nosso século.

A situação culmina em 1914, quando as contradições do sistema conduzem à guerra. Entre os seus resultados, consigne-se o impacto que o colonialismo sofre. Tenta-se reformular a ordem, com ajustes na partilha do mundo. O golpe, no entanto, era grave, revelava-se a insubsistência do sistema. De 1919 a 1939, entre crises econômicas e políticas, com experiências de novas formas e tentativas de adaptações das antigas, o velho colonialismo vai sofrendo outros impactos. Os movimentos nacionalistas são fortalecidos em várias colônias, com suas reações naturais, criando problemas sem conta. A crise de 1929 não é como as outras, mas é a crise do próprio sistema capitalista, em sua versão antiga, que revela impossibilidade de subsistir. Mesmo os teóricos do pensamento oficial do Ocidente o reconhecem, proclamando a falência do *laissez faire* e a necessidade de novas formas, sob o signo da planificação. As dificuldades culminam com a guerra de 1939, da qual o colonialismo sai definitivamente condenado. Inúmeras nações aparecem, com a libertação de anti-

gas dependências. Ásia e África têm seus mapas revistos, notadamente a África, que vê a multiplicação de nações livres, em processo que lembra o que aconteceu à América Latina entre 1810 e 1825.

Se antes o mundo europeu é que detinha a prioridade, esta passa a duas forças que não as tradicionais: Estados Unidos e União Soviética. A Europa tem que rever a atitude de suposto centro, pois é visível o declínio de seu poder. Ao mesmo tempo, verifica-se a afirmação de outros continentes e nacionalidades, que tentam lugar próprio, sem as vinculações aos antigos europeus ou às novas potências dominantes.

No plano da ideologia, revê-se a oitocentista. A ciência não admite mais qualquer preconceito de superioridade de raça ou de grupo: a Etnologia, sobretudo, contribui para essa atitude, com suas pesquisas e o conceito de cultura. Hoje, a Europa aparece em têrmos de igualdade com os outros. A nova ordem é realmente universal, sem prioridades, exclusivismos ou omissões, como se vê, no estudo da História, na obra revisionista de Spengler, publicada em 1918, *A decadência do Ocidente*. O autor acusa aí, como êrro dos historiadores, o fato de fazerem girar em tórno da Europa tôdas as culturas, como centro universal. Do mesmo modo que Copérnico revolucionou a Astronomia com a apresentação do sistema heliocêntrico, que substituiu o geocentrismo de Ptolomeu, pretende revolucionar a História:

“eu os chamo (sistemas anteriores ao seu) sistema ptolomaico da História. E considero como o descobrimento copernicano, no terreno da História, o novo sistema que êste livro propõe, no qual a Antigüidade e o Ocidente aparecem juntos à Índia, Babilônia, China, Egito, a cultura árabe, a cultura mexicana, sem adotar de modo algum posição privilegiada” (22).

Essa perspectiva da História foi aos poucos sendo aceita, observando-se idêntica atitude no campo das outras ciências sociais.

A universalidade, aí pretendida e em parte alcançada, é o que se procura hoje no mundo, seja na consideração de todos os povos, em teoria, seja na prática. Os meios de comunicação, a técnica e a ciência fizeram com que o mundo se tornasse pequeno e pretendesse ser realmente uma unidade. Impõem-se novas formas sociais e políticas, pois o quadro é bem diverso do que apresenta o Oitocentos. Os estilos de vida são outros, que tudo mudou, em ritmo vertiginoso que provoca aceleração desconhecida antes. Os padrões têm que ser revistos permanentemente, pois em poucos anos um estilo pode ser subvertido. Na idade da automação o homem é outro, o que implica reajustamento de tudo. Se não se cria nova forma para solução das

(22). — O. Spengler, *La decadencia de Occidente*, I, p. 32.

disputas é a própria vida que pode desaparecer, que a técnica armou os povos com poder destruidor do próprio universo em alguns instantes. No campo da ciência social, o relativismo ocupa o lugar do dogmatismo do século passado. Ao impulso de colonização, sucede o de descolonização. E' claro que há enormes sobrevivências da velha ordem e há mesmo o surgimento de outras formas de domínio, claro ou dissimulado, que podem ser até mais virulentas e perigosas.

O estudo da realidade de agora, nesse ou em outros aspectos, escapa a nosso intento aqui (23). O que se quis assinalar, na parte final da comunicação — que está um tanto sentenciosa, pela lembrança de elementos tão fortes — é que o sistema do século XIX está superado, como forma de vida e sobretudo como espírito. Nesta altura do século XX, aquela realidade oitocentista pertence quase só ao campo da especulação do historiador. Que se interessa por aquêl colonialismo como pelo de hoje ou seu contrário — a chamada descolonização

*

* * *

OBRAS CITADAS.

- Harry Elmer BARNES & Howard BECKER, *Historia del Pensamiento Social*, I. México, Fondo de Cultura Económica, 1945.
- Maurice CROUZET, *L'Époque Contemporaine. À la recherche d'une civilisation nouvelle — Histoire Générale des Civilisations*, Tome VII. Paris, Presses Universitaires de France, 1957.
- John DONALDSON, *Colonial Economic Policy*. In *Encyclopaedia of the Social Sciences*, Volume Three. New York, The Macmillan Company, 1949 (p. 646-651).
- Georges HARDY, *La politique coloniale et le partage de la terre aux XIXe. et XXe. siècles*. Paris, Albin Michel, 1937.
- Ch.-A. JULIEN, *Coloniaux et colonisation*. In *Les Techniciens de la colonisation (XIXe.-XXe. siècles)*. Paris, Presses Universitaires de France, 1947 (Introduction).
- V. I. LÉNINE, *L'Impérialisme, Stade Suprême du Capitalisme*. Paris, Éditions Sociales, 1952.
- Paul LEROY-BEAULIEU, *Traité Théorique et Pratique d'Économie Politique*. Troisième édition. Tome Quatrième. Paris, Librairie Guillaumin, 1900.
- Jean MARCHAL, *Cours d'Économie Politique*. Tome Premier. Paris, Librairie de Médecis, 1950.
- MONTAIGNE, *Essais*. Livre premier, Chapitre XXXI. Paris, Garnier.
- Max SCHELER, *Sociologia del Saber*. Buenos Aires, Revista de Occidente, 1947.

(23). — Esse estudo está nos livros de Ciência Social, hoje publicados. Entre os de História, para referir apenas um: Maurice Crouzet, *L'Époque Contemporaine*.

- Robert SCHNERB, *Le XIXe. siècle, L'Apogée de l'expansion européenne (1815-1914)*. *Histoire Générale des Civilisations*, Tome VI. Paris, Presses Universitaires de France, 1955.
- Oswald SPENGLER, *La decadencia de Occidente*. Madrid, Espasa-Calpe, 1940.
- Fritz STERNBERG, *Le conflit du siècle*. Paris, Éditions du Seuil, 1958.
- John STUART MILL, *Considerações sobre o Governo Representativo*. São Paulo, IBRASA, 1964.
- Alfred WEBER, *Historia de la Cultura*. México, Fondo de Cultura Económica, 1956.

*
* *
*

INTERVENÇÕES E RESPOSTAS.

Profa. *Julia Folgueras*, Faculdade de Filosofia da Universidade do Sul de Minas ((Varginha):

Considera o tema de palpitante interêsse, desenvolvido com profundidade, mas queria esclarecimentos:

- 1). — em relação à “dominação dissimulada”;
- 2). — “subordinação no campo intelectual”, por que? Em minha humilde opinião não se deve considerar servil imitação, pois o fato de adotar qualquer coisa que faça referência ao desenvolvimento material ou espiritual não implica necessariamente em “condenação do próprio impulso”, pelo contrário, pode-se adaptar às formas de vida de cada país com elementos próprios, como é o caso do Renascimento ou as línguas neo-latinas. Ambos têm um ponto em comum, mas depois cada nação aportou sua especial colaboração;
- 3). — falta focalizar o temperamento idealista e, às vêzes, aventureiro dos colonizadores, que os levava longe de suas terras, perdendo alguns seus haveres, como temos exemplo nas Capitânicas, somente por serem dotados de almas inflamadas e quixotescas;
- 4). — o real esforço dos conquistadores em prol da cultura, dotando tôda América de uma rêde de Universidades;
- 5). — não vejo necessidade de repetir o pessimismo tendencioso de Spengler, afirmando que a Europa é considerada o centro de tôdas as culturas. Os historiadores se orgulham dos abundantes frutos espirituais que a Europa semeou por tôdas partes, mas reconhecem e admiram as grandes e velhas civilizações.

Professor *Francisco Iglésias*:

- 1). — Parece-me que o que se entende por “dominação dissimulada” está devidamente explícito no estudo. Pormenorizar prolongaria a resposta.
- 2). — A “subordinação no campo intelectual” representa o desêjo de imitar as formas do pensamento do dominador, com perda da própria substância. Nem sempre o desêjo é transparente, mas o comum é que êle exista. E’ certo que nem tôda importação de idéias é condenável, mas inúmeras vezes o que se dá é o que ficou escrito: “processo de importação, mimetismo que é a condenação de qualquer impulso autêntico, espontâneo, nacional. As forças realmente criadoras são abafadas, o espírito inventivo se estiola...” (pág. 281). O Autor reconhece que há adaptações, por parte do dominado (que pode até superar o dominador), mas o que quis destacar foi êsse aspecto de imposição mecânica de um pensamento de uma área a outra, com tôdas as suas consequências. Os estudos da moderna Etnologia, que não cita para não alongar o estudo e a resposta, dão-lhe razão e fundamentam suas afirmativas.
- 3). — E’ certo que deve ter havido idealismo no trabalho de conquistadores, bem como, eventualmente, o gôsto da aventura. E’ o aspecto biográfico do problema, ilustrado o idealismo com alguns casos individuais. Não interessou na comunicação a nota excepcional, mas o sentido do conjunto da colonização. E aí o que lhe parece correto é o que escreveu.
- 4). — O “esfôrço dos conquistadores” em prol da cultura, dotando tôda América de uma rêde de universidades é menos significativo do que parece à primeira vista. Basta que se lembre o que é o quadro intelectual do mundo americano no início do século XIX, com a totalidade da população ainda analfabeta. E o que é que se fêz em prol da cultura na África, na África, nas ilhas do Pacífico e do Índico? Ainda no século XX, os dominadores britânicos, franceses, belgas, portugueses, ou quaisquer outros, deixam ver que a situação dos povos que colonizaram ou colonizam é lamentável do ângulo intelectual, como não podia deixar de ser, aliás, uma vez que o é também de outros ângulos.
- 5). — Parece que houve imcompressão. Não se afirmou que a Europa “é o centro de tôdas as culturas”. Afirmou-se que os europeus é que assim pensavam. O que pode ser verifi-

cado pela História, pela Antropologia, pela Sociologia, enfim, por tôda a ciência social do século passado.

Em síntese, parece ao Autor da comunicação que há entre o que êle escreveu e o que pensa a interpelante uma diferença básica na interpretação do problema que estudou. Daí as dúvidas suscitadas.

*

Prof. *Fernando Antônio Novais*, Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo:

Preliminarmente, queremos salientar que as observações que se-guem são achegas de certo modo laterais, ou divergências naturais de pontos de vista, não afetando em nada o altíssimo nível da comunicação. Isto pôsto, pedimos vênia para os seguintes comentários:

- 1). — No início do trabalho não nos parece suficiente a explanação quanto aos conceitos de colônia, colonização, colonialismo, imperialismo. O conjunto do trabalho explicita alguns desses conceitos, ficando outros pouco esclarecidos, como, por exemplo, os sentidos do termo colonização.
- 2). — À pág. 276 parece-nos igualmente que não se distinguem bem “movimento das nacionalidades” e “nacionalismo”, que não coincidem necessariamente.
- 3). — Quanto à periodização, pág. 277 e segs. A de Donaldson, que nos parece muito lúcida (colonialismo mercantilista, colonialismo industrialista, com o hiato intermediário), não é criticada de modo convincente. A periodização proposta reclamaria, quanto a nós, maior justificação: de 1789 a 1815, por exemplo, sucedem-se em França um período anti-colonialista (Terror) e um francamente colonialista (Império).
- 4). — O liberalismo é colocado como um dos itens da ideologia do colonialismo; embora o texto explicita perfeitamente, a ambigüidade das relações entre liberalismo e colonialismo, talvez fôsse aconselhável que tal situação já se explicitasse no título do item.
- 5). — À pág. 292 Karl Marx é associado de modo um tanto quanto promíscuo a Comte e Spencer; ora, é sabido que o evolucionismo inerente ao marxismo é substancialmente diverso do daqueles Autores.
- 6). — A oposição entre o século XIX e XX, em termos de história das ciências humanas, pág. 293, parece-nos discutível. Na realidade, o confrônto pode ser favorável aos “clássicos” na

sua audácia globalizadora (nem sempre esquemática) em face do empirismo contemporâneo, que de resto não cobre todo o panorama do movimento atual das ciências humanas.

Professor *Francisco Iglésias*:

- 1). — O Autor reconhece não haver o indispensável rigor nas conceituações. E' que foi seu intento traçar quadro amplo do assunto, quase um painel, em que o cuidado era descrever uma situação e interpretá-la. Demais, acha que o público não ficou prejudicado, pois na comunicação que o interpellante apresentou e será apreciada depois o rigor conceitual foi cumprido.
- 2). — O Autor sabe que “movimento das nacionalidades” e “nacionalismo” não coincidem necessariamente. Não vê, no entanto, em que o parágrafo sobre o assunto (pág. 276) possa levar a confusão nêsse sentido.
- 3). — As periodizações já feitas e apresentadas não tiveram crítica pelo fato de que o propósito era apenas enunciá-las. Quanto a justificar mais a periodização que se propõe, com maior exame do caso francês, não lhe pareceu necessário, uma vez que o propósito da comunicação é apresentar o tema em suas linhas gerais.
- 4). — A ambigüidade das relações entre o liberalismo e o colonialismo é destacada no texto. Explicitar a questão no próprio título é fazer título longo, à maneira das obras clássicas dos séculos XVI ou XVII, dessas que até dispensam a leitura do estudo, pois o título já diz do que se trata.
- 5). — Não há promiscuidade em citar Marx ao lado de Comte e de Spencer (pág. 292). Se o “evolucionismo inerente ao marxismo é substancialmente diverso”, o que se quis assinalar não foi que o evolucionismo de todos é idêntico (sabe-se das diferenças não só de Marx com Spencer e Comte, mas entre Comte e Spencer), mas que o evolucionismo leva a uma atitude de despreço pelo mundo não-europeu. E aí Marx é idêntico aos outros, como não podia deixar de ser, pois sua obra é expressão da época: o fato de transcender o seu tempo em pontos importantes, de modo a ser mais significativo que os outros pensadores, não significa quem em tôda linha estivesse acima dos contemporâneos. Diante da atitude do pensamento europeu, de considerar que o mundo é a Europa, como se vê na ciência social do século XIX, Marx está no mesmo nível que Comte e Spencer. Foi o que

se escreveu no parágrafo criticado. Não há promiscuidade, portanto.

- 6). — A “oposição entre os séculos XIX e XX, em termos de ciências humanas” (pág. 293), pode ser discutível. O Autor, no entanto, reafirma o que escreveu, o que poderia demonstrar mais ainda, com outros e mais sólidos fundamentos. Acresce que fez mais uma verificação de fato do que emitiu um juízo de valor. Há aí muito de pessoal: deve dizer que, no confronto, também prefere os “clássicos”, com “sua audácia globalizadora”, que sabe que nem sempre era esquemática. Esquemáticos são os epígonos, como é comum nos divulgadores positivistas e marxistas, entre outros. Também êle prefere os “clássicos”, devidamente interpretados, ao “empirismo contemporâneo”. E sabe que êsse empirismo não cobre todo o panorama das ciências humanas de hoje. O texto que apresentou parece-lhe claro nesse particular.

*

Profa. *Helga Pico*, Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

Minha intervenção prende-se ao fato de o Autor da comunicação acentuar que a sua especialidade é a História do Brasil. O Autor diz que Portugal foi pioneiro na expansão moderna e que a Espanha lhe seguiu os passos (pág. 272), mas não souberam organizar o que foi feito. Estagnaram por se manterem presos a velhos princípios, etc.. No plano da colonização, enquanto outros se enriqueceram, Portugal e Espanha empobreciam. Destacam-se os ingleses. Pergunto: no colonialismo português, em relação ao Brasil, o século XVIII se destaca pela mineração. Tem ela, como Simonsen afirma, parcela considerável no surto industrial inglês? Ou seja, o colonialismo português tem responsabilidade no enriquecimento inglês, permitindo que a Inglaterra se tornasse a potência que foi no século XIX?

Professor *Francisco Iglésias*:

À pergunta sobre a influência da mineração brasileira, notadamente o ouro, na formação do capitalismo, o Autor responde que tem sido hipertrofiada por certos autores essa influência. A citação de Sombart, feita por Símonsens, de que sem o ouro do Brasil não haveria o homem econômico moderno, parece mais uma frase de efeito que realidade. O ouro brasileiro, levado para Portugal, iria

para no tesouro inglês, em pagamento pelas excessivas compras feitas, em decorrência do Tratado de Methuen — que coincide com o descobrimento do ouro no Brasil; criar-se-ia assim a base para o surto industrial inglês. Ora, o pioneirismo industrial inglês tem outras razões mais profundas, como a solidez do quadro institucional político, a expansão comercial, as leis de navegação, que levam ao domínio dos mares, afastando concorrentes, as “leis dos cercos”, que realizam uma verdadeira revolução agrícola no país, provocando êxodo rural e várias outras causas. Atribuir ao ouro, proveniente do Brasil, via Portugal, essa prosperidade, é um exagero. E’ claro que o afluxo dos metais preciosos para a Europa foi um dos fatores do fortalecimento econômico, na época do Mercantilismo: o ouro e a prata levados pelos espanhóis perturbaram a economia da Europa na segunda metade do século XVI, causando a chamada “revolução dos preços”, fenômeno compreendido no instante em que se verificava, por Jean Bodin, em seu célebre *Réponses aux paradoxes de M. Malestroict*, de 1569. Sem êsse afluxo não teria alcançado a expressão que alcançou a economia monetária e sem ela teria tardado um pouco o “homem econômico moderno”. Êsse afluxo, bem como o que se verifica no século XVIII com o ouro de Minas, só deve ser levado em conta junto a outros fatores, sem a ênfase que Sombart em certa passagem de sua obra *O burguês* lhe atribui (o que não aparece em outras obras do mesmo Autor) e que foi interpretado ao pé da letra por vários autores. Em síntese: se o colonialismo português tem responsabilidade no enriquecimento inglês é em pequena escala e, bem menor ainda, é a responsabilidade do ouro brasileiro na formação do quadro econômico do mundo no século XVIII.

*

Profa. *Maria Yedda Linhares*, Faculdade de Filosofia da Universidade de Guanabara:

Elogio inicial ao trabalho, ao tratar de tema fundamental para o entendimento da História Contemporânea, merecendo destaque especial o enfoque da ideologia do colonialismo.

Em segundo lugar, discordo de certos conceitos, achando inadequado o emprêgo do termo “colonialismo” para períodos da História anteriores ao final do século XIX. O colonialismo, a meu ver, representa o aspecto político-militar, por excelência, do imperialismo, e não a “doutrina que justifica a colonização” pág. 269), como afirma o Autor.

Da mesma forma, se o Autor aceita a conceituação de imperialismo de Lenine, parece-me indevida a extrapolação para a expansão

pré-capitalista. Finalmente, surpreende-nos a afirmação atribuída a Lenine quanto a um “imperialismo antigo”, quando sabemos que para Lenine, o teórico do imperialismo aplicado precisamente àquele etapa do capitalismo monopolista, em fase competitiva, iniciada no final do século XIX, chegava mesmo a fixar a data de 1898 (guerra hispanoamericana) como ponto de partida.

Professor *Francisco Iglésias*:

Ao contrário da interpelante, o Autor não concorda em que não se possa falar em “colonialismo” anteriormente ao final do século XIX. O conceito que usou, segundo o qual “o colonialismo é a doutrina que justifica a colonização” (pág. 269), parece-lhe exato. Antes de ser o aspecto político-militar por excelência do imperialismo, o colonialismo teve outras caracterizações. O conceito de Lenine, sobre imperialismo, refere-se a uma fase que considera superior, à última. Não se faz, portanto, extrapolação para outras épocas, mas tem-se em conta a existência de outras formas. Quanto a atribuir a Lenine palavras sobre o “imperialismo antigo”, não há razões para surpresa: em seu famoso livro, citado na comunicação, Lenine afirma que a “política colonial e o imperialismo existiram já antes da fase contemporânea do capitalismo e até antes do capitalismo” (ver p. 74 da edição francesa, citada na bibliografia). O teórico revolucionário russo reconhecia as formas anteriores à fase que examinou, não estabelecendo confusão entre elas, como Autor de profunda sensibilidade histórica que era.

*

Prof. *José Roberto do Amaral Lapa*, Faculdade de Filosofia de Marília, São Paulo:

A antecipação na programação dos trabalhos da comunicação do Prof. Iglésias limitou bastante o que iríamos dizer, uma vez que a leitura atenta que deveríamos ter feito ficou apenas nas primeiras páginas.

No esquema extremamente didático que o Prof. Iglésias propõe para as diversas conceituações que aparecem no início do seu trabalho, parece-nos não terem sido precisados como se fazia necessário tipos de colônias que não se enquadram nos conceitos propostos para *colônia de exploração* e *colônia de povoamento*. Exemplificaríamos, no caso, com a *colônia de posição*, menos pela importância que poderia ter e realmente chegou a ter e mais pelos seus objetivos próprios, residindo na tríade estratégica-militar-política, que nem

sempre se confundem com os objetivos das colônias de exploração e colônias de povoamento, propostas pelo Autor.

Como V. S. buscou nos dicionários as definições propostas, julgamos que nas mesmas fontes poderia ter encontrado êsses elementos definidores, que estenderiam ainda mais a dimensão didática do seu trabalho, pois para insistirmos ainda mais no exemplo que invocamos, com isso o leitor poderá nêle encontrar o conceito de colônias que serviram de trampolins para aumentar a esfera espacial do colonialismo, sem vida própria ou com a vida ritmada pelas colônias de povoamento que devia fazer referência.

Para terminar, desejamos cumprimentar o Autor pelo nível e pela ambição do seu trabalho, que continua assim a linha de contribuições com que êle vem enriquecendo nossas reuniões.

Professor Francisco Iglésias:

O Autor reconhece que devia ser mais explícito ao considerar os tipos de colônias, falando também em colônias de posição, como sugere o crítico. Se não o fêz, é que, para o quadro geral que pretendia traçar, era sobretudo às colônias de exploração e às colônias de povoamento que devia fazer referência.

*

Prof. Francisco J. C. Falcon, Faculdade de Filosofia da Universidade da Guanabara:

- 1). — Consideramos boa a parte relativa à ideologia pròpriamente dita, embora discordemos da associação entre Spencer, Comte e Marx.
- 2). — Discordamos, no entanto, totalmente, quase, da longa introdução, tal a flutuação de conceitos, a imprecisão de fatos, o anacronismos.

Logo de início define imperialismo como domínio de um povo sôbre outro povo. Não seria o caso de examinarmos o próprio conceito de povo?

Há anacronismo ao colocar certas características da expansão colonial capitalista (exemplo, a busca de matérias-primas) como típica da época pré-capitalista.

- 3). — Não sabemos porque Imperialismo ora aparece com maiúscula, ora não.
- 4). — Qual a época das colônias de exploração e de povoamento? São elas o fato essencial ou apenas um apêndice, um acidente do sistema caracterizado pelo capital comercial?

- 5). — Divisão internacional do trabalho (p. 254) antes da Revolução Industrial, do capitalismo mesmo?
- 6). — A visão da Revolução Inglesa (não apenas a “revolução” de 1688) é muito criticável, à luz dos estudos mais recentes, pois não parece o Autor ter consciência do caráter burguês dessa Revolução, já que associa o ascenso de burguesia na Inglaterra às reformas eleitorais do século XIX.
- 7). — Parecem-nos antiquados os conceitos de:
 1. — Capitalismo comercial (antes do próprio capitalismo?)
 2. — Primeira e segunda Revolução Industrial — uma a do vapor, outra a da eletricidade, quando hoje, cada vez mais, sabemos que as citadas revoluções nada mais foram que etapas na conquista pelo homem de solução do problema de energia, complementada no século XX pela energia atômica e paralelamente por grandes avanços no setor do domínio sobre o problema das matérias-primas (século XX — os plásticos, os sintéticos em geral) e a elevação da técnica do trabalho (automação, cibernética).
- 8). — Finalmente, lamentamos a ausência de contribuições mais atuais, como a de P. Sweezy, quando o Autor discute Lenine, Hilferding, etc..

*

Prof. *Francisco Iglésias*:

- 1). — Não há, como disse antes, associação identificadora entre Spencer, Comte e Marx, como se vê pela leitura atenta do parágrafo da pág. 292.
- 2). — O Autor já reconheceu que pode faltar rigor no uso das expressões. Não reconhece, porém, imprecisão de fatos, ou anacronismos. O interpelante fala nêles, mas não os aponta. O que aponta — a busca de matérias-primas como típica da época pré-capitalista — não é anacronismo. Poderia ser erro, mas não anacronismo. E não é erro: o Autor quis significar que a busca de matérias-primas, a ampliação de mercados, a dilatação do horizonte geográfico, tudo é típico da fase em que a economia era eminentemente comercial, busca e troca de matérias-primas, bem mais que elaboração de produtos sob o signo industrial.
- 3). — Questão insignificante, caprichos do datilógrafo ou tipógrafo, como se depreende do próprio texto.

- 4). — Não vê razão para a pergunta sobre qual a época das colônias de exploração e das colônias de povoamento. Pode haver sincronismo em colônias de exploração e colônias de povoamento. E, conforme o caso — não houve explicitação do Autor nem do crítico —, elas podem ser “o fato essencial ou apenas um apêndice”.
- 5). — Não parece procedente a pergunta. “Divisão internacional do trabalho”, sim, antes da Revolução Industrial. A divisão do trabalho do industrialismo é coisa sabida e reconhecida, enquanto o que se assinalou foi que com o domínio do mundo pelo europeu se sancionou uma divisão internacional do trabalho, como se lê à pág. 272: “cabe aos nativos das colônias plantar, extrair as riquezas; a Metrópole (...) deve aproveitar as matérias recebidas, elaborando-as como melhor lhe parecer. O texto é claro, como se vê mesmo em rápida leitura, não admitindo a confusão que se quis estabelecer com a divisão do trabalho do industrialismo.
- 6). — O Autor tem consciência do caráter burguês da revolução inglesa, como se lê no que escreveu. Não é preciso ler “estudos mais recentes” para ter visão do problema, sobejamente exposto até em obras didáticas de nível médio. A associação do ascenso da burguesia às reformas eleitorais do século XIX não significa que a burguesia já não viesse em ascensão há alguns decênios. O texto, lido com atenção, não pode levar o crítico a dizer o que disse. A pág. 274 é correta, não comporta a dúvida levantada.
- 7). — O conceito de “capitalismo comercial” é antiquado. Parece que realmente é, mas em uma exposição de linhas gerais é operacional e nesse sentido ainda é abundantemente usado. E’ problema sério e difícil êsse. O Autor da tese reconhece que é preciso que o assunto seja esclarecido, mas reconhece também que não se fez devidamente o trabalho. As ciências sociais ainda não encontraram a linguagem de necessário rigor; no caso presente, a tipologia severa do capitalismo está por ser feita. Ou já foi feita, em estudos recentes, que não são de seu conhecimento e sim do crítico, pessoa mais informada mas que não quis ajudar, adiantando os nomes e formulações.

Quanto ao que diz sobre a Revolução Industrial, não vê em que o texto da comunicação esteja incorreto. Também seu Autor sabe que as citadas revoluções “nada mais foram que etapas na conquista pelo homem de solução do

problema de energia . . .”, como consta de qualquer compêndio escolar. Por acaso a comunicação nega êsse fato? Se não falou na automação e na cibernética não foi por ignorar essas novidades e ser repetidor de conceitos antiquados, mas é que essas são realidades de agora, não do período que estudou (que se encerra em 1914). Não falou para não cometer anacronismo.

- 8). — Não há o que lamentar na “ausência de contribuições mais atuais como a de P. Sweezy, quando o Autor discute Lenine, Hilferding”. Não se fez no texto a discussão referida. Fêz-se a citação de Lenine, Hilferding, Rosa Luxemburgo, pelo fato de que escreveram na época estudada pelo Autor. Não se falou em Sweezy, como não se falou em Baran, em Althusser, em Sartre e tantos outros, pelo fato de que são autores de hoje, não do período estudado. A observação parece, pois insubsistente.

*

* * *

Em síntese, o Autor da comunicação agradece as críticas que lhe foram feitas, que vê como contribuições a serem levadas em conta. Se nem tôdas lhe parecem procedentes — umas por falta de fundamentação, outras por falta de entendimento do que pretendeu, ou por leitura menos atenta de seu texto —, o certo é que se sente feliz por ter provocado o debate e julga que é uma honra ser objeto de tais atenções. Concorde às vêzes com a objeção, outras vêzes a recusa. Em alguns casos talvez não seja possível o acôrdo, pelas premissas diversas ou até por diferenças que ousaria chamar de filosóficas, não fôsse o temor da ênfase. Agradece ainda os elogios que recebeu, nos quais vê ainda uma vez a generosidade de seus colegas ante o esforço que desenvolveu para contribuir com uma comunicação ao Simpósio.

SOBREVIVÊNCIA PORTUGUESA NO CARIRI CEARENSE (*).

JOSÉ ALVES DE FIGUEIREDO FILHO

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
do Crato (Ceará)

PRESENÇA PORTUGUESA.

A presença de Portugal no Cariri cearense é bem acentuada, ainda nos dias atuais. Essa grande nação, apesar de confinada em estreita faixa de terra da Europa, foi quem realmente forjou êste imenso Brasil de hoje. Deu-nos esta unidade inigualável, de língua, religião, costumes, que nos dá lugar de destaque na comunhão de nacionalidades modernas, do momento. De uma amálgama de raças, edificou um povo indivisível, identificado pelo mesmo ideal de progresso e de patriotismo.

O Cariri, região encravada no sul do Ceará, em pleno centro geográfico do Nordeste brasileiro, recebeu também os influxos benéficos de Portugal. Tal influência, graças a Deus, ainda sobrevive e não perecerá.

O Vale Caririense foi povoado, nos fins do século XVII para os mrcípios do século XVIII, por elementos étnicos já nacionalizados, chegados pelo caminho natural do rio São Francisco e seus afluentes. Eram mamelucos, mulatos e brancos, no meio dos quais se contavam alguns reinóis, já bronzeados pelo sol escaldante do Nordeste. Vinham à cata de novas pastagens para o gado, embora tivessem, em mente, o sonho das pedras preciosas, do ouro e da prata. Estávamos em pleno ciclo da chamada civilização do couro, de que nos fala o historiógrafo máximo do Brasil, o cearense Capistrano de Abreu, no Norte e em relação ao Sul, o pensador e político argentino Sarmiento.

A maioria daqueles ousados sertanistas tinha, bem palpitante, o sangue luso nas veias. Portugal foi sempre heróico, desde o seu berço. Nasceu acalentado por essa figura ciclópica — Viriato, que sou-

(*) . — Comunicação apresentada na 4a. sessão de estudos, dia 5 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

be deter, enquanto vivo, tôda a onipotência de Roma. Venceu orgulhosos generais romanos, estrategistas experimentados, sendo abtido por Pompeu, rival de César, ùnicamente pelo punhal de traidores.

A maior epopéia lusa, já como nacionalidade formada, foi a descoberta de novas terras e novos oceanos, a dilatar “Fé e o Império”. O Brasil nascera daqueles gloriosos feitos de desvendar o segrêdo multi-secular dos mares igmotos pela tenacidade e inteligência dos lusitanos.

Outro feito de igual tamanho ainda se realizaria, no Brasil, pelo sangue português, já mesclado ao brasileiro — o das *Bandeiras* de São Paulo e das *Entradas* da Bahia. Foi ruptura pela audácia do tratado de Tordezilhas a dilatar, igualmente, o Império, não pelo caminho efêmero dos mares, mas pelas terras inóspitas do Brasil, incorporando-as definitivamente à civilização.

O Cariri cearense, duzentos anos após a descoberta do Brasil pelo gênio lusitano, foi alcançado por elementos baianos, em busca de pastagens novas para o gado bovino que se alastrava pelos sertões afora e também na ingrata tarefa do preamento do pobre americola, a fim de forçá-lo ao trabalho.

“O Cariri é região do Ceará, situado ao sopé do Araripe. É irrigado, em grande parte, por dezenas de fontes perenes, brotadas daquela serra que o separa de Pernambuco e causa principal da situação privilegiada, que sua natureza desfruta, em contraste com a caatinga ressequida que o circunda.

“O Cariri cearense oferece uma feição original e bem caracterizada, quer se considere a sua fácies geográfica, quer as suas origens e sobrevivências étnicas, quer o seu aspecto social.

Esta curiosa diferenciação, no seu conjunto, bem acentuada quanto ao resto do Ceará e dos vizinhos, o é igualmente em relação a todo o País.

O mais frizante contraste observa-se entre o pequeno vale do Batateira com seus tributários, ainda menores, e o sertão circundante. Mas interposto entre aquêle e êste) uma zona de transição se estende, subdividida em trechos, mais ou menos bem definidos, que daquele vale, se irradiam, perdendo progressivamente as qualidades especiais que sobremodo, singularizam a parte nuclear” (Thomas Pompeu Sobrinho).

A diferença entre sua natureza e a circunvizinhança é bem flagrante. Daí o filho do Cariri, apesar de bem interiorano, sentir que sua região é fora do sertão propriamente dito.

Não fica satisfeito o caririense quando alguém o chama de sertanejo e seu Cariri de sertão. Não toma a palavra sertão no seu sentido mais amplo, na accepção de zona do interior, afastada da

faixa litorânea. O Cariri, do Ceará, é uma espécie de zona da mata pernambucana, ou dos brejos da Paraíba.

No Cariri, conforme a última divisão municipal do Ceará, há, presentemente, 20 municípios, aqui discriminados, em ordem alfabética:

Abaira, Araripe, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Grangeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Santana do Cariri. (2).

Mesmo com o prurido de topônimos ameríndios, muitos nomes, genuinamente portugueses, foram conservados, na região, enquanto outros são bilíngües. Um dêles ainda lembra a missão dos tempos da colonização. Foi o primeiro povoado a ser criado no Vale, dando-lhe também a designação de Cariris Novos, a fim de distinguir dos Cariris Velhos, região conhecida em primeiro lugar, pelos Carmelitas, na Paraíba do Norte.

O Cariri conservou o topônimo da nação silvícola, que o povoava, antes do aparecimento do elemento civilizado.

Descoberto por criadores, cortado de córregos perenes, com inúmeros terrenos de brejos, devido a sua pródiga natureza, foi transformado facilmente em zona de intensa agricultura. Tornou-se logo em região canavieira, importando mudas do recôncavo baiano ou zona da mata pernambucana, já intensamente cultivadora da cana de açúcar, pela importação de sementes das ilhas da Madeira, trazidas pela ação eminentemente colonizadora de Portugal.

O Cariri cearense parece, pelas descrições de Garret, Eça de Queiroz e Aquilino Ribeiro, um trecho da terra lusa, situado entre o Douro e o Milho. Seus terrenos são irrigáveis, com sítios pitorescos, bicas propícias aos banhos capitosos, fruteirais e essas mil fascinações de terrenos, onde há água regadia, em abundância.

A distribuição d'água, por falta de regulamentação de lei, em nação onde há escassez total ou superabundância do líquido precioso, tinha de ser feita, por mera convenção ou partilha amigável, entre os primeiros proprietários caririenses. E isso se fêz, aos moldes do sistema da mãe-pátria. Ainda perdura, com força de lei, quando o Cariri já entrou em pleno período de total eletrificação, com a energia de Paulo Afonso, os aviões a trafegarem com regularidade, dominando-lhe os céus, sempre belos e claros. A medida d'água ainda é a telha portuguesa, com 18 centímetros de diâmetro. É aberta em tábua grossa, de madeira resistente à umidade, colocada nas nascentes dos

(1). — Figueiredo Filho (José Alves), *Engenheiros de rapadura do Cariri*. Edição do Serviço de Informação Agrícola. Ministério da Agricultura.

(2). — Idem, *História do Cariri*, vol. I. Crato, 1964. Ed. Estudos e Pesquisas. Faculdade de Filosofia do Crato.

pés-de-serra do Araripe. A partilha antiga é fielmente seguida pelos novos proprietários, senhores de terras, por herança ou compra. A divisão d'água é bem singular. Alguém pode ter uma telha d'água do riacho Batateira, durante dois dias da semana, outro pelo espaço de duas noites, ou telha e meia. Aldegundes Gomes de Matos, senhor do engenho Paraíso e respectivo sítio, dispõe de 72 horas d'água durante o mês. Na estação chuvosa, que é no inverno, as levadas caem livres nos riachos. O têrmo *levada*, bem lusitano, é que conduz a água regadia pelos canaviais e fruteirais em vez de rêgo noutras zonas, ou de regueiro, na serra da Ibiapaba, no Ceará, como nos informa o livro *Santa*, de Pedro Ferreira. À subdivisão da levada em pequenos sulcos é que recebe o nome de rêgo, no Cariri, especialmente nos canaviais.

Embora com o povoamento regional realizado com mestiços nacionais, em sua maioria, a influência de Portugal perdura ainda. São comuns os sobrenomes de topônimos lusos, a exemplo de Pôrto, Lisboa, Guimarães, Viana, Cartaxo, Castelo Branco, Braga, Setúbal, Lima, etc.

A presença de Portugal que nos trouxe a verdadeira e perdurável civilização é inapagável, nestes rincões nordestinos. A levada, a bica, as romarias ruidosas, as retumbantes festas de Igreja, com novenário, a Semana Santa, com a Procissão de Passos, vieram-nos de lá, do outro lado do Atlântico. Mesmo com a aculturação acentuada do ameríndio, ou do africano, a marca lusitana aflora, pujante de seiva, de quando em quando. Mostremos modinha antiga semelhante a fado português, de autoria da poetisa cratense Epifânia Bihlar parecendo até louvor à paisagem minhota:

*Que panorama me deleita a vista,
Que olhar tão doce, só de um serafim,
Eu disse à Têca meu sofrer infindo,
Ela me responde: Eu também sofro assim.*

*Aquela levada perto das mangueiras,
Este ruge ruge que os coqueiros têm,
Tudo me lembra meu Pimenta caro
Onde a infância desfrutei tão bem!*

A saudade que a poetisa expressa do encantador sítio Pimenta, nas biqueiras outrora de Crato, parece até com a plangente saudade lusa, tão decantada e sentida pelos tempos afora.

A MARCA DE PORTUGAL NA VIDA ÁGRO-PASTORIL CARIRIENSE

A cultura agrícola que o povoador, influenciado pelo português, encontrou entre autóctones, no Cariri, abraçado sob o amplexo mi-

lenar da serra do Araripe, foi a da mandioca. Dêsse rico tubérculo, o selvícola já demonstrava técnica primitiva, fabricando apetitosa e alva farinha. O luso e seu descendente não a eliminaram. Homens decididos, que se adaptavam ao meio, procuraram melhorar-lhe o cultivo. Seu primeiro catequista — o italiano *Frei Carlos Maria de Ferrara*, do Hospício de Olinda, aldeou o indígena Cariri, ou Kariri, em tórno de uma casa de farinha, de capela, e de duas escolas.

Para melhorar e retirar o autóctone do primitivo *Tipiti*, prensa rústica, confeccionada de fôlhas de palmeiras, o nôvo dono da terra deu-lhe novidade mais prática, filha da secular cultura lusa — o *Lagar*. É a prensa de exprimer uvas, retirando-lhe êsse vinho saboroso de Portugal, tão apreciado no mundo inteiro. Ainda hoje perdura no Cariri e noutras regiões. Só agora é que moderna fábrica de Crato introduziu, no processo de fabricar farinha, sistema mecanizado.

Diz Arlindo de Sousa, o especialista em assuntos lusitanos (3):

“As terminologias referentes às culturas da oliveira, sobreira, vinha, linho, trigo, milho, centeio, descasques de cortiça e arroz, moagens de cereais e de outros produtos, transpuseram-se à lavoura, indústria e comércio da cana de açúcar e moça branca, da borracha, fumo e algodão, cacau, mate, café e babaçu. Com os vocábulos vieram as idéias que êles exprimiam. Parece até, ter mudado de terreno a inspiração lusitana.”

Foi o que sucedeu com o engenho de cana. Até o tórno foi importado da mãe-pátria. É empregado ali no sentido de pequena fábrica.

A cultura agrícola que se assenhorou do Vale Caririense, ainda nos tempos coloniais, foi a da cana de açúcar, vinda de Pernambuco e da Bahia, como já disse, no presente trabalho. Mas, quem a trouxe para o Nordeste? Êsses incomparáveis vultos de colonizadores administradores de primeira, que podem honrar a qualquer nacionalidade — o donatário de Pernambuco — Duarte Coêlho e Tomé de Sousa, o primeiro Governador-Geral dêstes “*Brasis*”.

No engenho tudo lembra Portugal: almanjarra e Alfenim, de origem moura, tendal, bolandeira, etc.

Passemos a relato rápido de outras fontes de riquezas.

A criação de gado *vacum* foi-nos trazida pelos primeiros de-
vassadores do sertão, que, nestas terras dadivosas, tocaram o laço

(3). — Sousa (Arlindo). *Língua Portuguesa do Brasil*, pág. 80.

pelo cabo da enxada, com o solo umoso e água perene, convidando-os a revolvê-las. As cabeças de gado vieram-nos das ilhas portuguesas da Madeira e Açores, com estágio, por algum tempo, na velha Bahia de Todos os Santos.

O lusitano foi sempre agricultor por excelência. Trocando Portugal pelo Brasil, teve de mudar suas habituais culturas agrícolas por outras, com seu inextinguível poder de adaptação ao meio.

Além de devotado admirador de Gilberto Freyre e de meu grande amigo Luís da Câmara Cascudo, já tive a feliz oportunidade de conversar pessoalmente com os dois proeminentes intelectuais brasileiros, de renome internacional. Ambos são unânimes em proclamar que Portugal, no além-mar, primou em construir novas nacionalidades, com personalidade própria. O exemplo frisante é o Brasil que, conservando-se fiel, em muita coisa, à mae-pátria, não é outro Portugal, ao contrário de outros povos colonizadores. O luso, no lado de cá do Atlântico, abandonou todos os hábitos caseiros da *Santa Terrinha*, embora impregnado sempre de saudades, adaptando-se integralmente à nova vida. Da farinha de trigo, passou a usar farinha de mandioca, do bom vinho do Pôrto, aderiu à cachaça. Miscigenou-se com o ameríndio, com o africano, sem o escrúpulo racista dos chamados erroneamente povos superiores, que hoje colhem os frutos azedos, na repulsa coletiva das raças de côr.

Mesclando-se o português com raças diferentes, deixou, no entanto, marcas indeléveis no Brasil, incluindo em zonas fora do litoral, onde chegou êle através de seus descendentes, como aconteceu no Cariri cearense.

Tomemos o fio da meada.

Vejamos sinais bem lusos de produtos agrícolas, ainda agora a dominarem o panorama econômico sul cearense. O feijão, que é o verdadeiro “pão nosso de cada dia”, veio-nos indiretamente do além mar, o mesmo sucedendo com o arroz que se fincou na gleba cariense. Mas, faltam outras particularidades. Além do caju, ananás, cajás, frutas nativas, temos outras, procedentes de países longínquos, importadas, outrora, em naus e caravelas dos intrépidos nautas lusitanos.

O coqueiro da praia, disseminado em todo o litoral nordestino, não é originário do Brasil. Veio-nos de fora e foi plantado pelo incentivo português a troca de prêmio aos lavradores. Chegou igualmente ao Cariri e ficou. Só temos uma única variedade de laranja, oriunda do Cariri e de outras paragens nacionais — é a amarga laranja da terra — diferente das outras, procedentes do Reino. Entre nós, há laranja bem doce, quase ausente de acidez, mas de casca

bem amarga, como a da terra. É denominada comumente de laranja *Tanger*. A agradabilíssima variedade, com a denominação de laranja cravo, ou mexeriqueira, também é conhecida por *Tangerina*. A *Lima* regional tem a designação comum de *Lima da Pérsia*. A variedade mais conhecida é a laranja da *China*, enquanto existe no meio o *Limão Galêgo*, cujas cascas são usadas em apetitosas compotas.

Tudo isso mostra o sinal luso indireto: Tânger, Pérsia, China eram pontos obrigatórios dos antigos navegantes portugueses, enquanto a Galícia é ibérica. Ainda usamos localmente a expressão — *Aqui não morreu Galego*. Demonstra repulsa pelos ajuntamentos populares sem causa plausível.

Tudo isso foi o luso que nos introduziu pela via de Salvador ou de Recife.

E o abacateiro, tão arraigado nos sítios de água regadia do Cariri parecendo fruteira originária bem de nossas terras? Lembremos-lhe o nome científico — *Laurus Persea*. Não foi o persa que nos trouxe a semente, nem tão pouco o brasileiro foi buscá-la, ali, nos tempos que já se foram. Tudo tem a marca bem lusitana. A Ata é uma anocacia — *Annona Squamosa*, Lin. Sempre foi conhecida, no Vale Caririense, com o nome de *Pinha*, como no Recife e igualzinho em Portugal. Em Fortaleza era simplesmente *Ata*. Agora, com a aproximação da capital cearense com o Cariri, pela via férrea e pelas rodovias, é que os nomes estão a confundir-se.

Na zona caririense, antes da energia elétrica de Paulo Afonso e dos motores a gasolina e querosene, ainda se empregava a *Nora* a puxar água em poços ou cacimbas. O alambique de destilar a garapa de cana fermentada é invenção árabe. O monjolo o é igualmente. Ainda empregamos o verbo mourejar na acepção de trabalhar em demasia. Nas muitas histórias de trancoso ou da carochinha, denominações inteiramente lusitanas, há mours de beleza deslumbrante em contraste com a feíssima *Moura Torta*. Tudo isso é a presença moura em Portugal que se transplantou para este interior do Nordeste Brasileiro.

PORTUGAL NO FOLCLORE CARIRIENSE

É bem rico e variado o folclore da região caririense, do Ceará. É a contribuição das três raças que nos formaram. A percentagem do elemento negro foi relativamente diminuta. O escravo foi aqui introduzido, em meados do século XVIII, com a tentativa de mineração de ouro, em Missão Velha, tentativa esta totalmente frus-

trada pelo pouco teor do metal nas aluviões do Morro Dourado. Desse ensaio de mineração, veio-nos o gôsto pela arte de ourives, originária de Portugal. A empresa fracassou e o escravo radicou-se à terra, atrelado aos engenhos. As oficinas ou tendas (palavra arcaica lusa) foram proibidas pelo Marquês de Pombal. As ourivesarias ressurgiram depois, primeiramente em Crato e depois em Juazeiro do Norte.

Voltemos à ciência do povo, produto da aculturação do prêto, do ameríncola e do branco. Mesmo com a ausência de séculos de contato lusitano, a presença de Portugal é bem acentuada no folclore caririense.

Começemos pelo *Zabumba de couro, Cabaçal ou música de couro*. Esse tôsko conjunto, a primeira vista, tem tôda a característica da África ou do ameríndio. Abramos o meu livro "*O Folclore no Cariri*", (4) e vejamos transcrição que fiz de nota do conhecido historiógrafo e pesquisador cearense — Dr. João Nogueira:

Gaiteiros — Duas gaitas de foles, um bombo e um tambor. Tocam nas festas, especialmente no *arraial* em leilão de prendas que se faz no dia 15 de agosto (Assunção) e no dia (16) de São Roque. Saem pela Vila ou Cidade, de casa em casa, arrecadando esmolas e donativos, acompanhados do juiz da festa e membros da mesa regedora da festa. Os melhores gaiteiros são os espanhóis, melhores e preferidos aos portuguêses, no norte de Portugal. Até certo tempo os gaiteiros tomavam parte na missa solene de São Roque mas atualmente só acompanham esta solenidade, músicos tocando instrumentos modernos."

Nesta nota do Dr. João Nogueira parece vermos o retrato ao vivo da festa do padroeiro de várias localidades caririenses. Apenas a gaita de fole é trocada pelos pífaros de taboca ou taquara (toré), pife, como o caboclo simplifica o nome. Os zabumbeiros ou pifeiros, também andam de casa em casa, à cata de esmola para o padroeiro, tendo a frente um quinto elemento, a conduzir a bandeira ou estandarte com a estampa do orago. Em tempos mais recuados, as bandas de couro assistiam a missas e ainda hoje possuem cerimônia especial para visitas à Igreja e entronização do Sagrado Coração de Jesus. A exemplo da citada região de Portugal, o *Zabumba* já foi substituído pela banda de música com instrumental moderno, ou orquestra de corda.

É muito difundido no Vale Caririense, o *Maneiro Pau*, dança no ritmo do jôgo do cacête. Até há bem pouco, o cabra dos pés-

(4). — Figueiredo Filho (José Alves), *O folclore do Cariri*. Imprensa Universitária do Ceará. 1962, pág. 90.

de-serra e brejos eram peritos maneja-dores de cacetes em suas constantes brigas. Portugal os possui, como todos os torneios folclóricos internacionais, em que têm tomado parte.

As pastorinhas e pastoris, danças e cantares do ciclo de Natal, foram importações diretas da Península Ibérica, apenas com o acréscimo de motivos genuinamente brasileiros, como o caboclinho ou outro.

E o *Baião*, dança e música, que dominam o Nordeste Brasileiro, sempre atrelado ao Maneiro Pau, Reisado e Zabumba de Couro?

Há vários anos, estive a conversar demoradamente com o conhecido cantor e sanfoneiro, da Rádio e da Televisão, Luís Gonzaga, nascido no outro lado da serra do Araripe, em Exu, Pernambuco. Disse-me que o baião não tem qualquer origem africana, apesar de baiano, como o nome indica.

Francisco Vasconcellos, folclorista carioca (5), diz: É o baião o tipo de música mais tocado e dançado no folguedo em estudo (*Zabumba de couro*) seguem-se a marcha e a valsa. A música do baião tem bastante influência portuguesa, tendo chegado ao Cariri através da Bahia.

Reisado e Bumba-meu-boi, bem difundidos no Brasil inteiro, com características próprias em cada região, de vez em quando, deixam aflorar a presença lusa de antigos autos da mãe-pátria sincronizado com alguma coisa de *Carlos Magno e os doze pares de França* e motivos afro-ameríncolas. Não se pode negar no *Bumba-meu-Boi* algo do "*Monólogo da visitação* ou *Do Vaqueiro*", de Gil Vicente.

A *Cavallhada*, comum em Portugal e nas ilhas, foi exibida em Crato pela última vez, em 1963, por ocasião das festividades folclóricas, em comemoração à sua elevação à categoria de cidade. Tais exibições mereceram os aplausos gerais dos milhares de visitantes da cidade. A cavallhada, ou argolinha, reœrda as lutas entre cristãos e mouros na península Ibérica. Foi muito popular em Portugal, especialmente nos Açores.

A *Dança-do-Pau-de-Fita*, contra-dança ou trancelim, ainda é bem divulgada em Crato. Embora de cunho internacional, provavelmente, nos chegou da mãe-pátria e integrou-se definitivamente ao Cariri, até nos meios rurais, como aconteceu no distrito barbalhense de Arajara.

O Reino ainda perdura, como há mais de cem anos, na chamada cantiga ou fala de papagaios. Não sei a razão disso. Só se foi o contato do reinol com o "louro", nos princípios da coloniza-

(5). — Vasconcellos (Francisco), *Cariri, o grande centro do folclore do Nordeste*, in n.º 11 da revista cratense: "Itaytera".

ção, penetrando êsse costume no âmago do Nordeste, como é o Vale Caririense. O papagaio tem cantiga certa de aprender, envolvendo a velna Lusitânia, embora adicionado de motivos atualizados. Vejamos:

*Papagaio real
Para Portugal,
Quem passa, meu louro?
É o rei que vai à caça,
Toca a trompa que o rei passa
Toca corneta, meu louro!
Tu, tu, ru, tu ...*

Ou, então, recita a *Judia*, poesia arraigada no Cariri antigo, de autoria de Thomás Ribeiro, do poema *D. Jaime*:

*Corria branda a noite, o Tejo era sereno,
A riba silenciosa, a viração sutil,
A lua em pleno azul erguia o rosto ameno,
No céu inteira paz, na terra pleno abril!*

Este trecho ainda é recitado por papagaios ensinados, numa prova evidente de que a poesia de Tomás Ribeiro muito se popularizou, em terras sul cearenses.

Louro muito falador da caso de meu sogro — Pedro Augusto Pequeno, enganchou-se em pronunciar a palavra abril. Quando conseguiu aprendê-la, por força de muito ouvir — *Abril, Abril, Abril, diga meu Louro, Abril*. Ficou a repetir sempre êsse estrebilho no fim do recitativo.

Os festejos de S. João, com fogueiras, compadrios, fogos de artifícios, abusões de moças casadoras, vieram-nos diretamente de Portugal.

Muitos dos folguedos infantis, danças de roda, têm a marca bem lusitana ou ibérica, em geral. Senhora Dona Sancha, La Condessa, Dona Viúva e outras brincadeiras de crianças são originárias de lá, embora muitas com raízes na França. Penetraram no Cariri por intermédio de moças que estudaram nas capitais. Nestes rincões tomaram roupagens da região.

Há pouco, li e anotei, os seguintes versos populares de S. Miguel, Açores (6):

(6). — Gallop (Rodney), *Cantares do povo português*. Instituto de Alta Cultura. Lisboa, pág. 145.

*Não dou as minhas filhas por oiro nem por prata
Nem por fio de algodão tão bonitas elas são.
Torno atrás cavaleiro, passasse muito bem
Torne atrás cavaleiro, escolha uma para seu bem
Não quero esta por ser rosa, nem esta por ser jasmim
Nem esta por ser cravo, quero esta cá pra mim.*

É uma variedade de *La Condessa*. Na *Formação do Folclore Brasileiro — Origens e características culturais*, expressa-se muito acertadamente, Manuel Diégues Júnior (7):

“Três correntes étnicas, portanto, apresentando externamente, cada uma delas, relativa unidade, mas jamais uniformização, portadores, no fundo, de diversificadas condições culturais, — e, no caso, os mais variados níveis de cultura, trouxeram sua contribuição para a formação do Brasil; não só populacional, mas também sua formação cultural.

O folclore brasileiro é basicamente um produto dessas três correntes, sem que se possa esconder o alicerce fundamental em que se assentou; e foi, sem dúvida, o elemento português.

Natural que assim sucedesse, por diversas razões. Em primeiro lugar, sendo a cultura mais adiantada, seria claro que se tornasse a preponderante, ou, quando menos, a mais importante, sem prejuízo da aceitação de valores culturais oriundos de outras correntes; em segundo lugar, vinha nela um elemento cultural comum, que lhe dava, senão completa unidade, ao menos uma essência fundamental: o Cristianismo. Porque foi justamente o Cristianismo que contribuiu à cultura portuguesa como um dos seus fundamentos, como uma de suas características básicas e, sobretudo, como o elemento que lhe deu plasticidade admirável de adaptação ou de acomodação. Tornou-se deste modo a cultura portuguesa a base sobre que vieram fundir-se os elementos culturais indígenas e negro-africanos”.

Em suma, até os repentistas e cantadores dos pés-de-serra e de vilas, que tanto decantam os motivos sertanejos, têm raízes aprofundadas na Península Ibérica e através dela na Provença, em França.

O REINO NÃO MORREU NO CARIRI.

Há muitos anos, quando estudava em Fortaleza, certa vez, entrei no Bar Brahma, então à rua Floriano Peixoto, acompanhado de jovem comerciante conterrâneo. Aboletámo-nos em banca e pediu êle uma cerveja e como tira-gosto, acrescentou:

(7). — Diégues Júnior (Manuel), *Formação do folclore brasileiro — Origens e características culturais*, in “Revista Brasileira do Folclore”. Setembro e dezembro de 1962, pág. 45.

— Traga-me também um pedaço de queijo do reino.

O garção ficou sem saber o significado do pedido. Só eu, crastense, compreendi o que meu companheiro desejava e acrescentei:

— Ele quer queijo de Minas.

O queijo que se assemelhava ao do reino é originário de Minas, em latas redondas, com produto de côr mais ou menos avermelhada.

Convém frisar que o povoamento do Vale Caririense foi realizado, pelo Rio São Francisco, por elementos baianos, sergipanos e pernambucanos. Os costumes do Cariri muito se aproximam aos de Recife e recôncavo bahiano, de muita influência lusitana. Por isso, *O Reino* ainda vivia como ainda vive, em nossos hábitos regionais. Atualmente isso perdura, mesmo com o progresso moderno, após quase noventa anos de regime republicano e 150 de independência política. Ainda chamamos farinha de trigo, de farinha do reino; pão, de pão do reino e muitas outras coisas entre as quais: manteiga do reino, mesmo que seja de Minas, em contraposição à da terra, acondicionada em garrafas. Pimenta do reino, chá, cravo, quase tôdas as especiarias ainda conservam aqui a mesma designação que lembra o velho regime, que também já desapareceu em Portugal.

Até no falar do povo, encontramos arcaísmos lusos do falar seiscentista. “Pro modo, pro via, entonce, pergunta”, agora atualíssima na mãe-pátária são corriqueiros no falar sertanejo. “Pro mode” é por amor de; “provia” é por via. Há muitas palavras do uso popular, no Cariri, em que se troca o V pelo B: assoviar-assobiar, vassoura-bassoura, varrer-barrer, vasculhar-basculhar, assovio-assobio, covarde-cobarde com seus derivados, verruga-berruga . . .

Em matéria de comestíveis, prato da cozinha real? Preferimos chamá-la aqui de galinha ao molho pardo. E as compotas, bolos e outras guloseimas, herdadas de freiras de além-mar? O coelhão de porco ainda o fazemos à moda lusitana. O Bacalhau é prato predileto de Portugal. Nós o usamos e abusamos, na quaresma, substituindo o azeite doce pelo leite de côco da praia.

Por muito tempo tiveram as moedas brasileiras as mesmas denominações, das de Portugal, mesmo após a nossa independência. Ambas as nações trocaram o nome de mil réis, aqui, por Cruzeiro, lá, por Escudo. Mesmo em plena República, por muitos anos, no Cariri, se chamava a moeda de “quatrocentos réis” de *Cruzado*, tal qual no Reino de Portugal. Ainda fui contemporâneo do “vintém” (vintém) de cobre e do tostão de níquel. Ouvi igualmente muita gente denominar 320 réis de *Pataca*, à maneira colonial.

À falta de nobreza regional, “legítima de Braga”, expressão que ainda usamos, o bom sangue de certas famílias era comprovado pela descendência de *Marinheiros* que foram os ancestrais lusitanos, imigrados para o Nordeste brasileiro. Fulano tem sangue bom,

descende do marinheiro sicrano. Muitas vezes, tal avoengo conseguia até embranquecer ou enobrecer a linha preta eu ameríndia, das avós.

Braga Augusta, ou Roma de Portugal, como a denominava Garrett, ainda é lembrada nestes rincões caririenses. Já citamos a expressão *Legítimo de Braga*. Com a expressão *Velho como a Serra do Araripe*, muita gente emprega, às vezes — *Velho como a Sé de Braga*.

Marinheiro, talvez por vir ao Brasil sempre pelo mar e pela vocação natural da raça, não é termo circunscrito ao Cariri. Em Icó usavam-no, no Recife e noutros pontos do Norte.

E as anedotas? Conheço jovem professôra que estudou na França. Ali tinha sua roda de brasileiros e portugueses. Divertiam-se muitas vezes em contar anedotas extravagantes sobre nossos irmãos de além-mar. Tôdas as ocasiões, porém, em que se aproximava estrangeiros da rodinha, restabelecia-se imediatamente a comunhão luso-brasileira. Nenhum alienígena tinha o direito de atacar, mesmo através de humcrismo, Portugal ou seu filho. A defesa passava inteiramente ao estudante destas bandas do aquém Atlântico.

O nacional com o luso, guardando cada qual sua personalidade própria, se constitui num todo indivisível.

Não quero repetir as anedotas que correm no Brasil, em tórno do português. Apenas narrarei duas que ouvi no mato, entre rurícolas mais evoluidos.

Há vários anos, no sítio Bebida Nova, município de Crato, ouvi pequeno proprietário rural contar a seguinte anedota:

Um português chegara ao Cariri, aboletara-se por algum tempo, ganhou dinheiro e resolveu retornar à “santa terrinha”, roído pelas saudades. Lá, deve ter recebido o apelido de *Brasileiro*, como acontece ao patricio que volta cheio da “gaita”. Ao chegar à terra natal, perguntaram-lhe seus familiares:

— O que você achou melhor no Brasil?

Respondeu sem titubear:

— Comer leite podre, roer pau e dormir dependurado.

A anedota é tipicamente de origem caririense. Traduzamos, a fim de comprovar. Leite podre, é coalhada; roer pau, é roer o duro caroço de piqui (condimento bem regional); dormir dependurado, é dormir em rede.

Corria também naquelas paragens a velha anedota da pergunta ao português pelo brasileiro:

— Por que o português troca o “B” pelo “V”?

— São aqueles vêstas lá das ilhas — respondeu-lhe o marinheiro pé de chumbo.

Mas, as brigas entre nacionais e lusitanos são sempre brigas de irmão. Servem para alicerçar velha e sólida amizade.

O PORTUGUÊS NOS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS DO CARIRI.

É bem marcante a presença do português nos fatos históricos caririenses. Mesmo entre elementos que lutaram pela Independência na região, foco principal da Emancipação política, entre 1817 e 1824, há alguns lusitanos de verdade. Os cabecilhas mais em evidência, das lutas de 1817, 1822, expedição contra Caxias, no Maranhão e Confederação do Equador, eram filhos de reinóis imigrados.

Crato é topônimo originário de Portugal. Leiamos trecho do primeiro volume de minha "*História do Cariri*" (8).

"A Missão do Miranda, ao ser elevada à vila, não foi isoladamente. Foi com Baturité, pela ordem do governador de Pernambuco — Diogo Lôbo, de 6 de agosto de 1763, renovada pelo sucessor, em 16 de dezembro do mesmo ano — Conde Copeiro-Mor-Vila-Flôr.

O Marquês de Pombal, com seu afã de privar o Brasil dos topônimos indígenas, ordenou ao Governador de Pernambuco que desse o nome de localidades portuguesas a toda vila que fosse criada em sua jurisdição. À Missão do Miranda coube o de vilarejo alentejano, cuja celebridade era apenas o denominar grão-priorato, sendo o último a adotá-lo o infante D. Miguel, mais tarde D. Miguel I. Nos primórdios da monarquia lusa já aparecia com a denominação de Ucrate ou Ocrato".

A aldeia de frei Carlos Maria de Ferrara recebeu o pomposo nome de Vila Real do Crato. Mais adiante, através de lutas tenazes e portentosas em prol da independência e da república, iria fazer o possível para desmentir o sonoro epíteto com que foi agraciada.

"Em 17 de junho de 1763, a Secretaria dos Domínios Ultramarinos de Portugal, mediante aviso, autorizou Luís Diogo Lôbo da Silva, capitão-general e governador de Pernambuco, a cometer a Vitorino Soares Barbosa, ouvidor e corregedor geral da comarca do Ceará Grande que abrangia a capitania toda, a missão de fundar novas vilas, de acordo com os alvarás de 6 e 7 de junho de 1755 e de 8 de maio de 1758 e Carta Régia de 14 de setembro deste ano.

Em 6 de agosto de 1763, cumpriu Luís Diogo o que lhe ordenaram, encarregando Vitorino de erigir em vilas as localidades cearense de Baturité e Crato.

(8). — *História do Cariri*, pág. 31.

Em março já se achava em Baturité o ouvidor, que em 14 de abril fundou a Vila Real de Mor Nôvo d'América, depois Baturité, às vozes de Real, Real! Viva o nosso augusto soberano D. José I de Portugal, que mandou criar esta vila”.

Levantou o pelourinho, símbolo terrível de autoridade naqueles recuados tempos.

Em 21 de junho, com as mesmas cerimônias de estilo, inaugurou Vitorino a vila de Crato, que sucedeu à Aldeia do Brejo, antiga Missão do Miranda.

Deve ter gastado Soares Barbosa, de Fortaleza ao Crato, ida e volta, a passo de cavalos, cêrca de quatro longos meses. Foi bem escolhida a época de viagem, por estar o sertão verdejante e florido.

Na fundação das vilas de Baturité e Crato já não era mais governador de Pernambuco Luís Diogo, mas seu sucessor, o conde de Vila Flor, nomeado por carta de 16 de dezembro de 1763, o qual ratificou a comissão ao aludido ouvidor. Tudo correu, portanto, exatamente legal.

Na ata que foi lavrada no Crato, firmada pelo escrivão Elias Paes de Sousa Mendonça, lê-se que deveriam estabelecer-se na nova vila os índios como moradores, os da Missão de Jucá, da ribeira de Inhamuns e os da aldeia de Quixelô os que estiveram fora da Missão de Telha com todos os índios dispersos e pertencerem a alguma das novas vilas e povoações”.

Providenciou o govêrno de Pernambuco sôbre remessas de enxadas, foices, machados, para o trabalho de picadas e demarcações, de 4 varas, tinteiros, pesos e medidas para padrões.

Não foi olvidado o patrimônio da Câmara, que não sei qual foi. Infelizmente era incompleto o documento que tive entre as mãos relativo à fundação de Crato. (Irineu Pinheiro)

Recomendava ainda o governador de Pernambuco que se dessem “datas de terras àqueles brancos que por seu procedimento, se possa confiar sirvam de exemplo para animarem os índios no trabalho e os adiantarem na civilização.”

Na ereção da Vila do Icó, S. Magestade o Rei mandou que se distribuíssem áreas em quintais, bem amplas e delimitava os terrenos a serem subdivididos, equitativos e com a obrigação de cultivá-los. A colonização lusa pode apresentar defeitos, tão peculiares à humanidade, em geral, mas foi assaz benéfica, criando nova e pujante nacionalidade no lado de cá do Atlântico. Muíttimas vêzes o aborígene era melhor tratado pelo reinól legítimo do que pelo seu descendente mestiço e já nacionalizado.

Na célula municipal, com sua câmara e vida semi-independente, foi onde se criou a forja da futura emancipação nacional. Crato se constituiu em autêntico exemplo disso, como em ponto maior, aconteceu com Recife, S. Paulo, Ouro Prêto, ou Vila Rica.

A padroeira de Crato, embora introduzida pelo fundador da Missão do Miranda — o capuchinho do Offício de Olinda — Frei Carlos Maria de Ferrara, é devoção arraigadamente portuguesa — Nossa Senhora da Penha de França. Missão Velha teve como orago — S. José, tão integrado à velha Lusitânia e o lisboeta Santo Antônio ficou em Barbalha, e assim por diante.

A segunda comarca do Ceará foi a de Crato, criada a 27 de junho de 1816. Seu primeiro ouvidor foi José Raimundo do Paço Porbém Barbosa, depois, tomou parte no governo temporário do Ceará, propenso a Portugal.

Para a distribuição de justiça, êsse fato revestiu-se de importância excepcional, notadamente pelo caso especial de ter sido escolhido, para o alto cargo, um homem probo e de valor. “Era um homem superior”, no dizer do historiador João Brígido dos Santos Com efeito, Porbém Barbosa patrocinou a construção de uma casa de caridade em Icó; tomou interêsse pela intensificação das operações mercantis dessa vila e, além disso, foi o primeiro a levantar a idéia do aproveitamento da água do S. Francisco para a irrigação dos rios do Ceará, especialmente o Salgado. Tomou posse Porbém Barbosa da Comarca do Crato, a 12 de julho de 1817.

Nos movimentos pela Independência, como sucedeu em todo o Brasil, elementos lusos liberais deram-lhe inteiro apoio. Mesmo na revolta nativista de 1817, eclodida em Recife e que contou com a adesão do Crato, a 3 de maio, havia dois portugueses natos entre os inconfidentes. Francisco Pereira Maia, natural de Guimarães e Francisco Cardoso de Matos eram reinóis revolucionários, em Crato. Receberam o castigo de prisão. Mais tarde, o último foi nomeado juiz da comarca de Crato, por ato de sua câmara e por fidelidade ao partido liberal, logo após a abdicação de D. Pedro I. Convém frisar que D. Pedro, liberal em Portugal, fôra forçado a deixar o governo, no lado de cá, pelo seu partidarismo contrário ao liberalismo. Contra os restauradores também o português Joaquim Pinto Cidade, em 1831, sendo assassinado no Brejão-Barbalha, por elementos conservadores de Joaquim Pinto Madeira, chefe caramuru, que encabeçou revolta contra a Regência. Foi êsse assassinio que provocou a condenação à morte do caudilho Pinto Madeira, em 1834 em Crato.

Bárbara Pereira de Alencar, heroína da revolta de 1817, genitora dos independentistas José Martiniano de Alencar e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, era casada com o português José Gon-

calves dos Santos, natural da freguesia de Trepejo, bispado de Lamego.

José Pereira Filgueiras, vencedor do Major José da Cunha Fidió, em Caxias, no Maranhão, assim assegurando a independência no norte do País, comandante de armas do Ceará, na Confederação do Equador, em 1824, era filho do português José Quesado Filgueiras Lima, casado com Maria Pereira de Castro. Assim, no lado de cá, contamos com o valor luso a lutar, ombro a ombro, com os brasileiros, amantes da liberdade.

José Martiniano de Alencar, cabeça da revolução de 1817, em Crato, quando deputado no Rio, soube situar bem a posição do elemento lusitano, em relação ao Brasil nascente. Ao rebater o discurso ultra-jacobino do ex-revolucionário recifense de 1817, o qual pretendia até mudar a língua portuguesa neste pedaço da América.

“Falou em seguida o padre José Martiniano de Alencar, definindo com admirável lucidez a situação. Até o principio de 1822, todos, portugueses, brasileiros, formavam uma só sociedade, uma só nação, a nação portuguesa. Eis que, porém, os membros dessa sociedade, que habitavam a parte da nação chamada Brasil, se declararam independentes e fundaram a nação brasileira. Mas, quem fez isto? Só os habitantes do Brasil nêle nascidos? Foram também os habitantes do Brasil, nascidos em Portugal, e, por isso, uns e outros ficaram gozando os mesmos direitos, todos eram membros da mesma família brasileira, todos eram brasileiros. O fato do nascimento em Portugal não diminuia o direito de cidadão brasileiro e só o Merecimento importava. A rivalidade entre brasileiros e portugueses, necessária até certo ponto para sustentar a independência do Brasil, devia, pela obra prudente do legislador, ser mitigada, abrandada, para que se não excitasse a cizânia e o ódio e desconfiança entre marido e mulher, o pai e o filho, o caixeiro e o amo, e finalmente os mesmos súditos e o monarca.

Alencar combateu o projeto Muniz Tavares com um senso realista que muito o honra, deixando evidente o que havia na medida de impolítico e perigoso” (9).

O cariense, como o lusitano, usa dar apelido aos partidos políticos. Em Portugal chamavam de *Malhados* e outros nomes. No Vale Cariense, Corcundas, Maxixes, Malabares, Gogós ou Carrapatos, conforme suas características regionais. Exemplifiquemos: Carrapato é o que se apega ao poder sem querer deixá-lo.

Outra herança bem lusa, que coube ao Ceará e ao Cariri, embora zona úmida, é o nomadismo que o atrai, e independente das

(9). — Sousa (Otávio Tarquínio de), *Três golpes de estado*, in “Os fundadores do Império”, págs. 33 e 34.

sêcas periódicas, em todos os recantos do Brasil e às vêzes ao estrangeiro.

CULTURA INTELECTUAL MAIS ELEVADA.

Os escritores portuguezes foram bem conhecidos e apreciados pelos leitores caririenses, até há bem pouco, últimamente estiveram mais esquecidos pela avalanche da literatura nacional e traduções estrangeiras. A Faculdade de Filosofia de Crato, com sua rica biblioteca, com secção lusa, tem incentivado o gôsto pelas publicações da mãe-pátria.

Entre a gente simples há dois vultos literários de Portugal, que ainda sobrevivem, são citados, apreciados e deturpados. Só o brasileiro Rui Barbosa conseguiu até agora firmar-se no conceito popular, em geral, quanto os dois poetas portuguezes — Camões e Bocage. O autor dos *Lusiadas* tem entre iletrados, o nome deformado de *Camonge* e freqüentemente é confundido com Bocage. As próprias anedotas, que correm de bôca em bôca, muitas vêzes, são de Bertoldo, se não me falha a memória, bôbo da Côrte na Sicília ou outro reino da antiga Itália.

Para os anos, no mesmo dia e na mesma hora, o grande poeta freqüentava determinada feira no interior de Portugal. Para experimentá-lo, grupo de amigos reuniu-se e dirigiu inopinadamente a Camões a pergunta, quando passava êle em local habitual:

— O que é melhor da galinha?

— O ôvo, respondeu o vate, — sem movimentar a cabeça.

No ano seguinte, no mesmo lugar, idênticas horas e data, o grupinho, pelo seu porta-voz, indagou-lhe, à queima-roupa, como completamente da pergunta de um ano atrás:

— Com que, Camões?

— Com sal — foi a resposta exata, após 365 dias de intervalo de rapidíssimo diálogo.

Os Lusiadas, a epopéia máxima dos feitos lusitanos nos mares e terras ignotas, livro indispensável, até há pouco, para a análise lógica dos cursos ginasiais ou secundários, era espécie de algoz do estudante. A gente só começava a compreendê-lo, quando não mais se preocupava em arrancar a oração principal, naquele meandro de frases sonoras, muitas vêzes enigmáticas para o analista incipiente. Não compreendíamos então que, naquele poema de tanta expressão e beleza, havia a codificação da língua portugueza, que é tão nossa, quanto do antigo condado portugalense.

No Cariri havia algumas pessoas que sabiam de cor parte importante, ou mesmo, todo o poema — *Os Lusiadas*. Este era o caso

proprietário agrícola — Antônio Belém de Figueiredo. Residia no sítio São Gonçalo e possuía casa comercial em Crato. Não sabia só o poema máximo da língua, todo de cor e salteado, como aplicava os seus conceitos nos elementos mais precisos. Sabedor disso, fui procurar Dr. Elísio Gomes de Figueiredo, genro daquele comerciante e agricultor, já falecido. Possui êle igualmente memória prodigiosa. É dono de atraente palestra que sobremaneira sabe prender. Contou-me Dr. Elísio, que é meu parente, o episódio que tentarei resumir:

Em aniversário de pessoa da casa daquele médico, houve reunião íntima na residência, com comes-e-bebes, e nessa intimidade familiar, tão própria de brasileiro, que por sua vez herdou do ancestral lusitano. Antônio Belém compareceu à festinha íntima. Na sala teve oportunidade de observar, em cima de consôlo, bonita estatueta de bronze de confecção portuguesa, representando, com arte pura, a figura mitológica de *Tritão*. Antônio Belém apurou os óculos no nariz, fixou a bela escultura, lavor perfeito de artista luso e recitou, alto e solene, êstes oportunos versos de *Os Lusíadas*, que o Dr. Elísio sabe também de cor:

*“Nos ombros de um Tritão, com gesto aceso,
Vai a linda Dionis, furiosa,
Mas não sente quem leva o doce pêso
De soberbo com carga tão formosa.”*

O poeta Bocage andou pelo Brasil. Nossa terra, portanto, não lhe era desconhecida. Foi no tempo em que a espécie de Gestapo lusa, comandada pelo intendente Pina Manique, dava caça aos boêmios, desordeiros e conspiradores, contra o Rei.

“Quando Bocage chegou ao Rio de Janeiro, de passagem para a Índia, trazido pela nau de viagem Nossa Senhora da Vida, Santo Antônio e Madalena, que saíra de Lisboa a 14 de abril de 1786, ainda não tinha completado vinte e um anos de idade” (10).

Mas, a influência de Bocage no Nordeste e no Cariri, principalmente, não chegou daquela permanência na capital da colônia. É importação de Portugal, através de Recife, como tudo parece crer. Anedotas de arrepiar cabelos ao lado de outras, mais ou menos inocentes, são atribuídas a êle ou então a *Camonge*.

Há episódio da vida de Bocage que perdurou até bem pouco, em terras caririenses. É aquêle em que patrulha lisboeta o encon-

(10). — Montello (Josué), “Coleção Carnaúba”, immrensa Universitária do Ceará. Fortaleza. 1966.

trou na rua, alta noite, em estado de embriaguês. O comandante, em vóz enérgica, mandou que parasse, perguntando-lhe:

— Quem és, de onde vens, para onde vais?

O repentista não titubiou:

*Eu sou o poeta Bocage
Que vendo da loja do Carola
E vou para o outro mundo
Se me disparares a pistola*

Ainda no meu tempo de criança, mais taluda, ouvi isso, atribuído a Bocage, parecendo ser de Bertoldo:

O poeta era assíduo freqüentador do palácio do Rei, sendo òtимальmente recebido pelo monarca. Mas, ao contrário dos outros áulicos, nunca fazia a mais ligeira curvatura a sua Magestade. O Rei intrigou-se com o caso, tão repetido, e quis pregar uma peça em Bocage. Mandou fazer porta bem baixa para dar acesso a seus aposentos. O vate anunciou a sua chegada. O monarca mandou que lhe dessem entrada. Quando reparou naquela passagem que o obrigava a curvar-se, não teve outra saída. Virou-se e entrou de traseira. O Rei deu-lhe bom ponta-pé na parte do corpo que lhe era oferecida, tão irreverentemente. Bocage respondeu com explosão intestinal que encheu o aposento de terrível fedor, têrmo que nós caririenses empregamos, à maneira de certas regiões portuguesas. O soberano quis zangar-se de verdade, mas o visitante cìnicamente pôs água na fervura:

— Quem bate em minha porta eu respondo.

Há, porém, a presença de Portugal, pelos livros de seus escritores, poetas e romancistas lidos e relidos outrora e agora ressurgindo. Camilo, Júlio Diniz, Eça, Pinheiro Chagas, Herculano, Castilho, Garret, Guerra Junqueira, Ramalho Ortigão.

O conselheiro Acácio se tornou tão vivo e conhecido como qualquer pessoa de carne e ósso. O Melro foi por muito tempo, como a Judia, de Tomás Ribeiro, das poesias indispensáveis nos recitativos de salão. Em noites enluaradas, em roda de crianças, contava-se estórias de trancoso, assemelhando-se à tragédia de Inês de Castro, decantada por Luís de Camões. Era o conto *Ai Dor! Filhinha do Amor!*

Vejamos o que nos diz o emérito investigador da história literária de Crato — jornalista Francisco S. Nascimento (11):

(11). — Nascimento (Francisco S.), *Esboço da evolução literária de Crato*, in "Itaytera", Crato. 1958 n.º 4, pág. 62.

“Deixemos para o futuro escavações literárias, a Companhia Dramática Mocidade Cratense, que floresceu por volta de 1887, o Clube Romeiros do Porvir, celeiro de cultura de onde saíram as nossas mais brilhantes penas do passado.

Para provarmos, aos olhos dos incrédulos, que fizemos literatura, à base dos melhores modelos de cultura do século XIX bastaria que citemos os nomes de Fagundes Varela, Camilo Castelo Branco, Vitorino Palhares, Artur Azevedo, Adelino Fontoura, Gonçalves Crespo, Guerra Junqueiro, Raimundo Correia, escritores e poetas insignes, que influíram em nossa formação, no que essas figuras excelsas estiveram presentes nesta terra pelas páginas de nossos periódicos”.

Como vimos, no meio de brasileiros ilustres, há portugueses bem lidos e conhecidos a influenciarem a vida literária cariense. Até há pouco tempo, vivíamos tão envolvidos pela mãe-pátria, que falávamos, nos escritos, em primavera, outono, estações inexistentes no Nordeste, rouxinóis, cotovias, etc. Nas festas de salão, entre poesias de Castro Alves, Casemiro de Abreu ou Raimundo Correia, havia lugar privilegiado para Guerra Junqueira, Tomás Ribeiro. Do último se ouvia sempre, em declamações.

*“Meu Portugal, meu berço de inocente,
Lisa estrada que andei, débil infante,
Variado jardim de adolescente,
Meu laranjal em flôr, sempre odorante,
Minha tarde de amor, meu dia ardente,
Minha noite de estrêla rutilante,
Meu vergado pomar de um rico outono,
Sê meu bêrço final no último sono.”*

Ouvíamos tais versos com tamanho embevecimento, falando-nos tanto à alma, como se fôsse poesia plangente de Casemiro de Abreu.

O fadinho sentimental não era estranho. Não havia guitarra a acompanhá-lo, mas gemiam os violões dedilhados por mãos peritas. Dizem que o fado nasceu no Brasil. É filho das duas pátrias irmanadas pelo mesmo sentimentalismo. Lá se chama fado, aqui modinha.

Eudório Romão, de excelente voz, cantava, em Crato, em serenatas:

*Choraram tanto, choraram,
Derramaram tanto sal,
Que o mar é feito de prantos
Das noivas de Portugal.*

Em tempos mais recuados, ouvi fados em calçadas e rodas de famílias, entoados por moças cantadeiras de então. Um deles pas-

sava a ser o fado do *Liró*. Creio que é deturpação de *Hilário*. Não sou entendido em fadistas e unicamente apreciador de fadinhos. Gosto sempre de ouvir programas de música à Rádio Nacional de Lisboa.

Lembro-me bem do trecho de tal fado do *Liró*:

*Vou pedir a Deus que deite
Tantas gotinhas de leite
Numa concha de carmim,
Para ver se se assemelha
À tua boquinha vermelha
Com teus dentes de marfim!*

Velhos almanaques lusitanos circulavam, há tempos, em múltiplas localidades caririenses. Era no tempo do apogeu do charadismo. Havia decifradores e colaboradores dos mesmos. Muita gente por pedantismo intelectual, vive a atacar tais publicações. Esquecem o papel que desenvolveram na aproximação do mundo português brasileiro, no enriquecimento do vocabulário e no próprio gosto que desenvolveram na arte de escrever. Os mais difundidos, no Brasil, foram: *Almanaque de Lembranças Luso Brasileiro e Almanaque das Senhoras*.

A mania pelo exercício mental do charadismo está quase passada. Aquelas publicações, conhecidas no continente português, suas colônias e Brasil, encerraram a sua missão. *O Almanaque Bertrand*, espécie de enciclopédia do mundo português, ainda perdura e tem seus apreciadores no Cariri cearense.

A feira é outra sobrevivência lusitana, em terras sul do Ceará. No norte é praticamente inexistente, a não ser na nova fase: feiralivre. É costume velho como a serra do Araripe ou a Sé de Braga. Têm origem antiqüíssima. O Papa Constantino determinou que se desse o nome dos dias da semana, com o acréscimo da palavra feira, com exceção do sábado e do domingo. Isso ficou apenas na língua portuguesa. A feira de Crato é na segunda, como na cidade caririense de Campos Sales. Aos sábados se dão essas reuniões semanais, em Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha e outras cidades da mesma zona. É costume universal a feira, mas o copiámos de Portugal.

Escreví, recém-lançado livro *Folgedos Infantis Caririense* (12).

“Em Minas, a educadora Angélica de Rezende publicou, com letras, músicas e comentários — *Nossos Avós contavam e cantavam*. É uma bela coletânea de motivos folclóricos, sendo muitos deles cantigas de rodas do mundo infantil. Carneiro e Cia., foram os editores, em Belo Horizonte. É brochura artística, com ilustrações e grande

(12). — Figueiredo Filho (José Alves), *Folgedos infantis caririenses*. Imprensa Universitária do Ceará, 1967, pág. 122.

formato. Nada vi ali que se assemelhasse aos cantares de roda do Cariri. Nosso particular, parece que nos aproximamos muito mais de Portugal, do que de Minas e provavelmente, doutros Estados sulinos.”

O Cariri cearense, embora com energia elétrica de Paulo Afonso, com transportes modernos, é ainda atrelado à agricultura e à pecuária. Arlindo de Souza, em *Língua Portuguesa no Brasil* afirma (13):

O português do Brasil está cheio de ruralismo de além-mar. Muitos deles são, possivelmente formações de primitivo romance, e vindo, logo com os primeiros imigrantes e colonizadores.”

No Vale Caririense, como em Portugal de outros tempos, ainda se usa *Capela* em lugar de *Grinalda*, nas corôas de flores naturais ou artificiais de noivas e de meninas de primeira comunhão. Casar de véu-e-capeia é quando uma moça vai ao altar receber a bênção, é a bênção nupcial.

Arcaísmos lusos são usuais no Cariri, como por exemplo: filhoz, sarapatel, cuscus, cuscuzeiras, da arte culinária ou *Jeropinga*, ainda há pouco vendida no Bar Ideal, de Deodoro Gomes de Matos. Tais têrmos, com sobrevivência nesta região, são heranças da mãe-pátria, conforme o já citado Arlindo de Sousa.

Botar é verbo divulgadíssimo entre nós do sul do Ceará. Em São Paulo, obrigatoriamente se diz — *Galinha botar ovos*, enquanto aqui usamos para isso exclusivamente o verbo pôr.

O carro-de-bois da paisagem normal caririense é importação lusa, com quase tôda a sua nomenclatura. É tôsco veículo utilizado de norte a sul, com variantes regionais, mas com a origem comum na Lusitânia.

Outra cultura lusa bem difundida, já arraigadamente nordestina, é a renda de almofadas. No Cariri foi bem difundida, hoje em declínio, pelo preço não compensador de produto. Os bilros caririenses são de côco de macaúbas em vez de pequenas esferas de madeira. Os alfinetes, nas zonas rurais muitas vêzes eram substituídos, nos cartões, por espinhas da mesma macaubeira, ou de mandacaru.

Tomemos conhecimento de bem feito estudo de Valdelice Carneiro Girão, técnica consumada no assunto, publicado em *O Ceará* (14), coletânea orientada pelos escritores cearenses Raimundo Girão e o Reitor Antônio Martins Filho:

Histórico — “Apesar de haver indícios de sua fabricação em Venezuela em 1536, alguns autores pretendem que a renda de bilros sur-

(13). — Sousa (Arlindo de), *Língua Portuguesa do Brasil*. Edição Fundo de Cultura. Rio de Janeiro.

(14). — 3a. edição. 1967.

giu pela primeira vez na Europa, em 1632, ali introduzida por Mignerak.

Em Portugal apareceu a palavra renda, ao que tudo indica, já em 1560, no reinado de D. Sebastião, para significar renda em geral.

Trazida para o Brasil por mulheres portuguesas, vinda com suas famílias, da mãe-pátria, onde tradicionalmente, se dedicavam ao mister de fazer rendas, tomou essa arte, desde início do século XVII, feição nitidamente nacional, que até hoje se conserva e podemos notar pelos nomes dados aos seus diferentes tipos.

A região, por excelência, das rendas-de-bilros, no Brasil, é o Nordeste, principalmente o litoral e sertões do Ceará

Podemos dizer, sem favor, que a nossa terra chegou a ser dos maiores e dos mais famosos centros rendeiros do Brasil.”

A renda de almofada, vale, pela sua pouca remuneração, está em franca decadência. Valdelice Carneiro Girão, especialista na pesquisa e classificação das rendas de bilros, já tem escrito bastante sobre o assunto, em revistas e opúsculos, disseminados em todo o país. Classificou pacientemente tais rendas, cujos nomes, em parte, muito imitam às de Portugal. Convém lembrar o papel desenvolvido na civilização da família brasileira pela mulher açoriana. Mas a renda de almofada é peculiar a Portugal continental, isso comprovado, através de sua literatura. São conhecidas universalmente, as rendas da ilha da Madeira.

No presente século tivemos a presença atuante de portugueses progressistas no meio caririense. É o caso de Manoel Simões Loiro. Chegou aqui, mais ou menos de 1914 para 1915. Homem enérgico, analfabeto, porém, inteligente e empreendedor, tenaz e de força hercúlea. Montou bem aparelhada padaria substituindo os pães antigos, verdadeiras borrachas sintéticas, por produto bem acabado, com fermentação regularizada. Fabricava bolachas variadas e introduziu na zona, as carroças puxadas à tração mular. Fêz fortuna e ótima roda de amigos. Faleceu, velho, em Fortaleza. Seus sobrinhos afins Srs. Acácio e Ângelo, ainda hoje mantêm padarias bem apetrechadas, o primeiro em Crato e o segundo em Juazeiro do Norte.

O estabelecimento de educação marcante na região e que mudou a fisionomia cultural e moral do Cariri do século passado, foi o Seminário de S. José, fundado em 1875, em Crato, pelo primeiro bispo do Ceará — D. Luís Antônio dos Santos. Entre seus primeiros dirigentes se encontrava o lazarista português padre Boa Vida. No século atual, o mesmo Seminário teve como assistentes espirituais dos alunos os jesuitas de Portugal — padres Redondo e Domingos, ambos exemplares, cultos e santos sacerdotes.

Não faz muito tempo que estive a ver fotografia, em revista de ultramar, de certa cidade do interior angolês. Identifiquei, pela praça, o retrato comum de muitas vilas e cidades interioranas do Nordeste, ou mesmo do Brasil. As mesmas residências de tijolo e telha, em tórno de praça, tendo a Igreja a dominá-la.

Em Crato há muitos sobrados, como igualmente noutras localidades vizinhas, embora comecem a surgir edifícios de vários andares, à maneira americana. Dois daqueles sobrados são caracteristicamente de estilo lusitano. Foram edificadas, no século passado, pelo Snr. Antônio Luís Alves Pequeno Júnior e pela família Gomes de Matos, copiando sobradões de Icó, lugar, outrora, inteiramente dominado por negociantes portugueses. São de idêntico modelo aos existentes ainda em Recife, Salvador, São Luís e mesmo na zona antiga do Rio de Janeiro, na Guanabara.

Nada nêles cheira à influência holandesa. Não creio na origem flamenga dos sobrados do Recife. Todos êles se parecem com os de São Luís, Bahia, Icó, Aracati, onde nunca chegou qualquer tipo de construção estranha, nos tempos coloniais. O holandês, embora tendo o esplendor da côrte de Maurício de Nassau, nada deixou de duradouro no Brasil, a não ser o inato espírito de rebeldia contra o estrangeiro, do pernambucano. A capitulação de Taborda marcou a total retirada do flamengo no Brasil, sem ficar qualquer vestígio permanente. A Holanda é grande em sua civilização, dentro de suas fronteiras européias. Nunca foi boa colonizadora, como a África do Sul e Java nos demonstram. Só o lazarista holandês deixou obra imorredoura no Brasil porque vinha em missão inteiramente cristã.

Até o elemento étnico, louro, de olhos azuis, existente em zonas rurais caririenses, nos Carás e em Barbalha, nada possui de sangue flamengo, como alguns julgam só pela aparência.

O holandês não se casava com brasileiros, a não ser de pais e mães lusos e não penetraram no interior. O conde Maurício, por medida de defesa, fundou Penedo, no São Francisco e não deixou traços que perdurassem. O louro do interior nordestino, ainda é de ascendência sueva, do Entre-Douro-e-Minho.

“Se pelo sangue, retinte de suevo, se considerava do mais altanado em nobreza e terçava armos pelos privilégios inerentes, a ar-raia miúda lhe era dedidcada e mais não poder ser” (Aquilino Ribeiro).

O louro, metido entre mestiços, chegou-nos do norte de Portugal, portador da influência milenar dos suevos antigos. Nada possui de sangue flamengo e nem tão-pouco da efêmera ocupação, em certos pontos, dos flibusteiros franceses. Se, porventura, o holandês

estivesse fincado no Braasil nordestino, estariam os homens de côr, os mestiços, em geral, totalmente isolados como os negros na África do Sul, ou o javanês anterior ao advento da República da Indonésia. Graças à colonização lusa, o Brasil não tem discriminação racial, mostrando assim grau de civilização superior a muitas nações de progresso material estonteante, mas primitivismo bárbaro na complicada questão de raças, tão insegura para o futuro. No Cariri, nos Inhamus, no Jaguaribe, ainda podemos ver o tipo bem lusitano, com suas características, apenas com o sotaque sertanejo. São as famílias insuladas em sítios e fazendas, conservando hábitos bem antigos e casando-se com gente da mesma estirpe.

SEBASTIANISMO NO CARIRI.

O homem de qualquer latitude e de tôdas as épocas, nunca está satisfeito com o presente. Olha saudoso para o passado, nao só de si próprio, como da espécie. É o Eden dos israelitas. Com o nome diverso, é a recordação atávica de todos nós. O futuro outrossim é aguardado com franco otimismo. A aspiração coletiva vai mais além. Sonha cotidianamente com nova idade de Ouro, à maneira da *Canaan*, do mesmo judeu, ou a *Terra Prometida*.

O *Sebastianismo* é a aspiração do povo inculto português, de um reino miraculoso a vir, mais cedo ou mais tarde, a sanar todos os males coletivos. É filho direto do subdesenvolvimento e da falta de educação, mais ou menos, generalizada. O fenômeno nasceu, quando a velha Lusitânia perdeu seu jovem e esperançoso monarca, terminando o Reino por passar à soberania da Espanha, secular e visceralmente inimiga de Portugal.

Não houve choque maior para o patriotismo lusitano. E o recalque generalizado ficou, eclodindo em manifestação messiânica. O fenômeno extravasou pelo Brasil, com efeitos de tragédia. No lado de cá, houve a fusão de três elementos étnicos por natureza supersticiosos. No subconciante das raças traziam no sangue velhas práticas fetichistas, baseadas nos ho:ocaustos propiciatórios, à base do sangue humano. Houve, do lado de cá, aventuras terríveis, de arrepiar cabelos. Tôda a herança da África, dos ameríndios, veio à tona, tudo à espera de um reino encantado que viesse a libertar aquê-le povo de seu perene sofrimento. D. Sebastião, jovem, empreendedor, o Esperado, seria o salvador desejado de Portugal e também de seus filhos dêste lado do Atlântico. Alguém já afirmou, não sei se com a devida base, que D. Quixote de la Mancha é espécie de figura deturlada de D. Sebastião, el-rei de Portugal.

Aquêlê sonho irrealizável contagiou a gente ultra-ignorante do Cariri cearense. Recentemente houve surto perigoso de sebastianismo em pleno coração do Vale, entre as cidade mais evoluídas em pleno triângulo do progresso Crato-Juazeiro-Barbalha. Transcreverei, à guisa de curiosidade, artigo que fiz na imprensa fortalezense, naquela época:

SEBASTIANISMO NA REGIÃO DO CARIRI? A REDENÇÃO PELO FOGO

“Crato — Em Santa Teresa, no município de Barbalha, ocorria, até bem pouco tempo, fato demasiadamente anômalo. De ha muito seus moradores não se casavam na matriz de Santo Antônio. Os casais, daquelas bandas, procuravam exclusivamente o juiz para o contrato civil. Aquilo causava estranheza, uma vez que o rurícola caririense é fundamentalmente religioso e casa-se sempre na igreja. A simples união civil é tida como mancebia. Há pouco ainda, era chamado aquêlê casamento de *Lei do Cão*. Sabia-se igualmente, que naquelas redondezas, havia reuniões repetidas com ceito ritual.

Teria surgido outro beato José Lourenço, como no caso antigo de Caldeirão? Foi fato muito mais grave do que o do beato, cujo *Boi Santo* fôra sacrificado peo Dr. Floro. Seu reduto de Caldeirão provocara a intervenção armada da policia cearense, no tempo do Estado Nôvo.

José Lourenço nunca matara nem um pinto para a redenção dos pecados humanos. Na realidade era homem de coração bom e tinha até vaidade e contentamento em servir bem aos outros, quer ricos ou pobres.

João Batista, de Santa Teresa, mestiço, amarelado, pendido mais para branco, baixo, com bigode, é muito diferente do negro velho de Caldeirão.

É nôvo *Messias* outro pregoeiro do reino de D. Sebastião. Diz ser o Padre Cícero ressuscitado, trazendo mesmo no anular, o anel com as iniciais PC.

Casava e batizava por conta própria. Diz ao povo que chegou a hora dos *Joãos*. Deve ter recebido influência de gente mais conhecedora das coisas. Ou seria êsse conhecimento disseminado em todos os recantos, pelos rádios transistorizados?

Em suas pregações explicava que João Goulart era o presidente do Brasil, João Kennedy, da América e o último papa se chamava João XXIII. Seu rito principal constituia em roda de crenças, com as cabeças de encontro às outras. Assim o nôvo *Profeta* anunciava o próximo fim do mundo e o modo *seguro* da redenção dos pecadores pela expiação do *Fogo*.

Em Pedra Bonita, em Pernambuco, no século passado, João Antônio, seu homônimo e tão cruel quanto o atual fanatizador de Santa Teresa, pregava igualmente a remissão pelo sangue. Agora chegou a vez do fogo apocalíptico. G. Gomew, conforme coleta

de emérito folclorista Luís da Câmara Cascudo, fêz em versos, a previsão do fim do mundo, que se aproximava:

*“Eu pelo menos me rejo
Pelas antigas profecias,
Estou lembrado das palavras
De Moisés e de Elias,
Mas o povo está enganado
E não faltam muitos dias ... ”*

João Batista, que pretendia ser o precursor de *Nova Era*, tal qual o santo de seu nome, há quase dois mil anos, tomou a profecia ao pé da letra. O fogo não destruiria a humanidade somente após a consumação dos tempos. Deveria agir logo, com o sacrificio de inocentes. Crianças estavam assim destinadas ao holocausto ao *Moloch* de suas convicções infernais.

A ignorância e o sub-desenvolvimento são caldos de cultura para todos os males. João Batista convenceu a um casal de pobres agricultores a oferecer-lhe um filho menor para o tal sacrificio, a fim de salvar esta infeliz e sofredora humanidade, cheia de pecados. E assim, em grande roda humana, ao crepitar de fogueira, a criança foi atirada às chamas *redentoras*. A mãe, não pôde suportar o cruento espetáculo. Atirou-se ao filho que ardia. Tarde demais! Não fêz mais do que ficar queimada, sendo depois recolhida ao hospital de Juazeiro do Norte.

Entretanto, aquela gente tosca, voltada ao tempo das credences sangrentas, estava a poucos passos da civilização. Colégios, vias férreas, campos de aviação, fábricas modernas, tráfego intenso de carros, clubes, tudo cheirando ao maior progresso, cercavam aquêlo primitivo ritual.

João Batista foi preso em Barbalha. Está fleumático e continua a receber visitas de seus adeptos, que lhe levam presentes em utensílios e dinheiro. Dizem até que aquela criancinha sacrificada à ignorância e à maldade, não foi a primeira a ser imolada na pira *Salvadora*. A tentativa da ressurreição de Pedra Bonita não pode ficar em vão. Pesquisadores sociais, repórteres, criminalistas, devem ser convocados para inquérito seguro a fim de que tais fatos, gerados pela falta de educação do povo e deficiência alimentar, não mais se reproduzam, em pleno centro progressista, na era da electricidade da zona. Até quando a miséria, a ignorância, a má fé criarão êsses tristes casos no Brasil?”

Já é tempo de encerrarmos êste trabalho. Portugal não desapareceu e nem desaparecerá do cenário cariense. Sua presença é imorredoura. E avultará com o progresso que nos bate à porta. Vive na tradição. Em cada um de nós há uma saudade inestinguível da mãe-pátria no subconciente. De vez em quando, aflora, com a leitura, com a música ou com a história. Há uma nostalgia em todos nós. Temos vontade de ver suas praias, seus tesouros históricos, suas aldeias, vinhedos, cidade, montes e quintais pitorescos. Ou re-

vê-los, pois já o conhecemos no pensamento, pelo coração. A saudade é sentimento português que guardamos, nós, seus herdeiros, bem no fundo da alma. Embevecidos sintonizamos com o fadinho, muito popular em Crato, há quatro décadas, mais ou menos:

*Eu tenho dentro de mim,
Em minh'alma escondidinha,
Um tesouro imortal,
É uma saudade antiga,
Dessa pátria doce e amiga,
Do meu velho Portugal!*

*

BIBLIOGRAFIA

- "*Engenho da Rapadura do Cariri*". J. de F. Filho — Edição do Serviço de Informação Agrícola — n.º 13, da coleção Ministério da Agricultura — Rio.
- História do Cariri* — Vol. I — J. do F. Filho — Crato, 1964 — Edição da Coleção Estudos e Pesquisas — Faculdade de Filosofia de Crato.
- "*Santa*" — Romance Cearense — Pedro Ferreira, 1966.
- "*Língua Portuguesa no Brasil*" — Arlindo de Sousa — Editora Fundo de Cultura, Rio — GB.
- "*O Folclore no Cariri*" — J. do F. Filho — Imprensa Universitária do Ceará 1962.
- "*Itaytera*" — 11.º número (a sair) Crato, 1967.
- "*Cantares do Povo Português*" — Rodney Gallop — Instituto de Alta Cultura de Lisboa.
- "*Revista Brasileira de Folclore*" — setembro e dezembro de 1962 — Rio, Gb.
- "*Três Golpes de Estado*" — Otávio Tranquínio de Sousa — História dos Fundadores do Império.
- "*Santos de Casa*" — Josué Montello — Edição Carnaúba — Imprensa Universitária do Ceará, 1967.
- "*Itaytera*" — Crato, 1958.
- "*Folguedos Infantis Caririenses*" — J. de Figueiredo Filho — Imprensa Universitária do Ceará, 1967.
- "*O Ceará*" — Antônio Martins Filho/Raimundo Girão. 3a. Edição, Fortaleza, 1967.

*

* *

INTERVENÇÕES.

Da Profa. *Célia Freire d'Aquino Fonseca* (FFCL. da Universidade Federal de Pernambuco. PE.).

Inicialmente diz querer parabenizar o Prof. Figueiredo Filho pelas informações valiosas sobre as sobrevivências portuguesas no

Cariri e que se projetaram na região através de Pernambuco e da Bahia. Da mesma maneira as informações sobre o rico folclore ainda existente no Cariri e chegados, como informa o Autor, pelo São Francisco.

Refere-se também à diferenciação do que foi o resultado de aculturações e do que permaneceu mais lusitano ou mais puro.

Quanto às denominações antigas vindas através de Pernambuco e o encontro dessas expressões naquele Estado, mas desconhecida em outros; nascida em Pernambuco conhece e é testemunha da existência das expressões citadas.

*

Da Profa. *Vilma Cardoso Monteiro* (FFCL. da Universidade Federal da Paraíba. Pb.).

Diz que não leu o trabalho porque êle foi somente distribuído para alguns dos participantes na hora da intervenção; no entanto quer congratular-se com o Autor pela sua exposição, quando nos mostrou alguns aspectos da sobrevivência portuguesa na História do Cariri quando nos fala daquela região, muito rica, como pode verificar na cidade do Crato e vizinhanças.

O trabalho apresentado, continua, além de atender perfeitamente ao temário do Simpósio, alerta os estudiosos do Nordeste do Norte para a necessidade da preservação das fontes primárias para a História Regional; por outro lado sabe que ainda há muito o que fazer no Nordeste, sob o aspecto de sobrevivência portuguesa. Declara que já está trabalhando na Paraíba nesse setor, quando cuidou, por etapas, da sobrevivência através do Barroco e dos Monumentos Militares.

Afirma também que a exposição do Prof. Figueiredo Filho foi uma das notas mais amenas e que a sua presença trouxe um dos espíritos mais jovens entre os professores que compareceram ao Simpósio.

*

Do Prof. *Sérgio Teixeira*.

Pergunta ao Autor: qual é a causa da preservação da sobrevivência de tantos traços e elementos da cultura portuguesa na região do Cariri?

*

Da Profa. *Alice Piffer Canabrava* (Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. SP.).

Declara que veio trazer ao Prof. Figueiredo Filho as suas mais vivas congratulações. Primeiramente pela presença, no Simpósio, do Estado do Ceará que, êle representa, como professor da Faculdade de Filosofia do Crato. Em segundo lugar pela contribuição sôbre a história da região do Cariri, da qual é mestre consagrado. Com êsse seu modo despretençioso e com a generosidade do autêntico narrador, o Prof. Figueiredo Filho trouxe na messe de fatos, um documentário vivo, só possível a quem como êle, tem vivência de sua inteira vivência na região, animado sempre por uma curiosidade que se mantém aberta até hoje. Para o pesquisador atento, vai recolhendo as pérolas que o ilustre investigador do Crato distribui às mãos cheias. Como exemplo enumera a difusão das plantas cultivadas, que é um tema fundamental para as ciências do homem . . . A presença na região do Cariri das árvores de fruta, ainda com os seus nomes originais, como a lima da Pérsia, a tangerina (a laranja de Tânger), a que se poderia acrescentar a manôa (das ilhas do Hawai), a banana de São Tomé, o pêssego (da Pérsia) e tantas outras, que nos leva a indagar quais seriam os roteiros de sua expansão no Nordeste, os agentes anônimos de sua difusão. Nada mais estimulante para o historiador do que a maravilhosa aventura do colonizador, que traz na sua bagagem um caroço de manga, uma muda ou semente de plantas, que êle finca na terra com amor, e que vê crescer e frutificar.

Outro problema de difusão das plantas exploradas pelo homem: conta-nos o Prof. Figueiredo que a expansão dos colonizadores no Nordeste coincidiu com a difusão da palmeira (côco da praia ou da Bahia, *cocus nucifera*) que êle conscientemente ia plantando ao longo dos seus passos, para fonte de suprimento nas novas áreas conquistadas, pois sabemos que êle é originário da Ásia e da Oceania, foi levado de Salvador para Recife pelo governador Diogo Botelho. Informação importante que esclarece também sôbre a formação da paisagem. E não seria êste também um dos processos de difusão do pinheiro no Sul, pela mão dos comerciantes de animais de transportes paulistas: sabemos que a penetração de Fernão Dias Paes foi balisada pelas roças de milho e mandioca que preparavam o caminho do bandeirante. Três aspectos, portanto, do processo geral de difusão das plantas cultivadas ou utilizadas pelo Homem. Pistas de pesquisa para o esclarecimento do problema, ainda muito pouco conhecido na nossa História.

RESPOSTAS DO PROF. JOSÉ ALVES FIGUEIREDO FILHO.

À Profa. *Célia Freire d'Aquino Fonseca.*

Agradeço às boas referências à minha *Comunicação*. É grande e com raízes bem sólidas, a influência de Pernambuco no Cariri cearense. As famílias caririenses são quase as mesmas que dominam os municípios vizinhos de Exu, Araripina, Bodocó ou Ouricuri, todos pernambucanos. Mas há outras vinculações mais profundas. O intercâmbio comercial sempre foi mais intenso entre Crato e Recife do que com Fortaleza. Antigamente os pais de famílias abastados mandavam seus filhos estudarem no Seminário de Olinda, e depois, na Faculdade de Direito do Recife. Foi por influência pernambucana que o Cariri tomou parte em todos os movimentos independentes e republicanos de 1817, 1822 e 1824.

O folclore caririense, que é o mais rico do Ceará, chegou-nos através do rio de São Francisco.

*

À Profa. *Wilma Cardoso Monteiro.*

Tive o prazer de conhecê-la pela primeira vez, em Crato, a ministrar ótimo e proveitoso curso de História que fez época. Agradeço-lhe, igualmente, as palavras de elogio para a modesta contribuição a este *Simpósio*, que se desenvolve tão brilhantemente. Folguei em saber que a professora já iniciara pesquisas em torno da contribuição portuguesa na arte paraibana. À Sra. e seu espôso — meu amigo Hélio Monteiro — devo a feliz oportunidade de ter conhecido o forte de Santa Catarina, em Cabedelo, obra da capacidade criadora do colonizador lusitano. Sinto-me desvanecido em ter entrevisto, através de meus cabelos brancos, a juventude de espírito que ainda me anima. Tudo isso é filho da amizade que une o casal a mim e à minha consorte.

*

Ao Prof. *Sérgio Teixeira.*

Sendo a cultura portuguesa a mais elevada de tôda aquelas que nos formaram é natural que haja perdurado mais viva e atuante do que a contribuição afro-ameríndia. Muito obrigado pelo interesse que tomou pelo meu trabalho.

*

À Profa. *Alice Piffer Canabrava*.

Muito sensibilizado fiquei pelo seu parecer. E a Senhora é dos elementos mais dinâmicos do *IV Simpósio de História* e que tomou parte decisiva em sua organização. Os portugueses foram os disseminadores de vasta cultura agrícola, que transplantaram de vários continentes para o Brasil e aqui, de tal forma se adaptaram como se fossem tôdas plantas nativas.

A primeira tentativa de colonização do Ceará foi realizada pelo açoriano Pero Coelho, no alvorecer do século XVII. Fracassou. Encarregado Pero Coelho por Diogo Botelho, a plantar coqueiros na orla litorânea por onde passasse, mesmo no meio de suas agruras, não esqueceu as recomendações do Governador Geral. Distribuiu mudas de coqueiro pelas praias. Transformaram-se depois em fontes de rendas, bom alimento e adorno para o litoral do Ceará.

No Cariri não tivemos jesuitas, outros bons disseminadores de novas culturas agrícolas, ou portugueses puros. mestiços foram os nossos primeiros povoadores, portadores da civilização lusa, ou capuchinhos com os mesmos princípios de renovação da terra e do homem. Introduziram a riqueza que ficou e dominou o Cariri, por muito tempo, a cana de açúcar.

Com um trabalho metucioso e de equipe, pode se fazer a pesquisa da introdução e das origens da riqueza vegetal caririense, a começar pelo trabalho do naturalista e revolucionário pernambucano de 1817 — Dr. Arruda Câmara.

ALGUNS ASPECTOS RELATIVOS AOS ESTU- DOS DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO (*).

*ALTIVA PILATTI BALHANA,
BRASIL PINHEIRO MACHADO,
CECÍLIA MARIA WESTPHALEN*

Professôres da Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras da Universidade Federal do Paraná (PR).

A realização de um Simpósio de Professôres Universitários de História, no Brasil, sôbre "Imigração e Colonização", constitui fato de alta importância porque revelador da decisão dos historiadores brasileiros de incluir definitivamente a história da imigração, entre os tópicos da sua investigação direta e imediata.

No presente trabalho serão abordados apenas alguns dos aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização, uma vez que é largo o seu campo e múltiplos os problemas que a matéria comporta. De outro lado, a heterogeneidade, na forma e no conteúdo, apresentada na sua abordagem, pelos diversos especialistas das ciências sociais, dificulta qualquer apreciação global da sua problemática. Via de regra, porém, quer numéricamente, como na preocupação revelada de estudos mais aprofundados, o problema da "assimilação" de imigrantes recentes, tem sido o campo de ação preferido dos estudiosos brasileiros. Desta maneira, pretende-se, nesta comunicação, a reorientação das atividades de pesquisa, segundo novas perspectivas, com aberturas ainda não exploradas suficientemente, e abrangendo novas áreas e preocupações.

Para atingir-se tais objetivos far-se-á, nos limites formais desta comunicação, a revisão da história do Brasil, para uma periodização referente à imigração e colonização, e a crítica de posições ideológicas ante às mesmas, bem como a análise da política imigratória brasileira e a análise da inserção do imigrante na conjuntura nacional. Chamar-se-á, ainda, a atenção dos estudiosos para procedimentos metodológicos renovados pela contribuição das ciências sociais e para novas posições conceituais, indispensáveis à uma renovação profícua dos referidos estudos.

(*). — Comunicação apresentada na 4ª sessão de estudos, no dia 5 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

1.0. — IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA HISTÓRIA DO BRASIL

1.1. — *Periodização:*

Um exame geral das principais obras de historiadores, de cientistas sociais e de economistas sobre a imigração e colonização, no Brasil, possibilita a tentativa de construir-se um quadro geral sistematizado acerca desse tema da história brasileira.

O primeiro ponto dessa sistematização será o de acertar uma periodização, cujo critério poderá ser o da motivação nacional do movimento imigratório. A motivação dominante para cada período, condiciona as expectativas alimentadas pelo grupo nacional e pelo grupo imigrante, e da acomodação ou conflito dessas expectativas pode decorrer a explicação do comportamento do fenômeno histórico para cada período, isto é, a explicação das posições e das orientações tomadas pelos grupos, cada um, e as configurações históricas que se vão acumulando ou sucedendo.

Verifica-se, em primeiro lugar, que a imigração estrangeira espontânea para o Brasil (quando os autores do século XIX usam a expressão “imigração espontânea”, querem significar que aí não se entende a transferência de escravos africanos para o Brasil), é um fenômeno que se inicia em 1808 e perdura até os dias de hoje. Basta a simples constatação de que o lapso de tempo em que levadas estrangeiras vão entrando no país e estabelecendo sistemas de relações com a sociedade de adoção, que é já de 160 anos, para compreender-se que, devido às mudanças sociais, não são idênticos neste século e meio, nem a sociedade de adoção, nem o grupo imigrante.

O ponto de referência dessa periodização decorre da análise dos estudos publicados sobre a matéria, é o período histórico que começa pelos arredores de 1850 e prolonga-se, mais ou menos, até 1930. É um período de 80 anos, mais ou menos, que está caracterizado por uma idéia reitora que vale para todo o período. Em termos históricos — é um período que se inicia com a cessação do tráfico de escravos e que termina com a grande crise do café na década de 1930.

A figura central que constitui o eixo de todos os acontecimentos ligados à imigração, nesse período, é o latifúndio e, de maneira mais especial, o latifúndio cafeeiro de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O latifúndio entendido como um conjunto de instituições econômicas e sociais.

O latifúndio do café é um sistema de interação e de acomodação entre uma instituição da propriedade, um sistema de produção para a exportação, que constituía a base vital da economia nacional,

o trabalho escravo, uma classe dominante, dona da propriedade, do escravo, da produção, da renda da exportação e do poder político nacional. Cada um desses elementos exerce uma função para a manutenção do sistema e, conseqüentemente, um enfraquecimento de qualquer dos elementos, deveria obrigar ao reajustamento do sistema todo, reajustamento que, se não fôsse conseguido, acarretaria a sua desagregação.

Neste sentido, a cessação do tráfico foi a primeira ameaça significativa ao sistema. O café havia conquistado o mercado mundial e os seus preços estavam em ascensão. Tôda economia nacional repousava na produção e na exportação do café. A produção, conseqüentemente, estava em expansão, tanto pelo esforço de seu aumento nas fazendas existentes, quanto pela abertura de novas fazendas com a ocupação de novas áreas. A exigência de mais mão-de-obra e a constante renovação do estoque de escravos eram uma imposição do momento.

Ora, foi numa conjuntura como essa que, a efetivação da cessação do tráfico de escravos, cortou a fonte de novos suprimentos de mão-de-obra, acarretando a ameaça a todo o sistema de produção e à própria economia nacional. Emília Viotti da Costa caracteriza os aspectos relevantes do sistema:

“A partir da segunda metade do século XIX, à medida em que o café se expandia em demanda de terras virgens e novas áreas eram desbravadas, o sistema (escravista) se foi desarticulando e o país transitou definitivamente para as formas de trabalho livre. Fortaleceu-se durante êsse período a consciência abolicionista e a denúncia do regime servil, culminando na sua supressão” (1).

Aí se desenha a grande contradição. No exato momento em que o sistema de produção exige o refôrço do sistema escravista, amadurece a consciência do abolicionismo. Para a própria sobrevivência nacional, a contradição tinha que ser resolvida.

A primeira estratégia dos fazendeiros do café, foi a compra da escravaria existente nas outras províncias. O tráfico externo foi substituído pelo tráfico interno, mas não duraria muito. Assim mesmo, êsse tráfico interno, pela transferência de mão-de-obra, em massa, dos vários pontos do país e sua concentração na produção do latifúndio de exportação, deu lugar a uma carestia geral, que é evidente em documentos da época.

Handelmann, autor de uma História do Brasil, publicada na Alemanha, em 1860, testemunha os fatos:

(1). — Viotti da Costa (E.), *Da Senzala à Colônia*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

“Os grandes fazendeiros, que sòmente trabalham para a exportação, agora compram, cada vez mais, todos os escravos que podem, para compensar a diminuição de braços, com isso, porém, desaparecem os pequenos possuidores de escravos, que antes costumavam fornecer os gêneros alimentícios de primeira necessidade. E já os preços dos principais mantimentos se elevam desproporcionalmente e a carestia ameaça aumentar sempre mais, o que naturalmente causa sérios cuidados à população das cidades e, principalmente, às classes inferiores, e fàcilmente dará motivos à perturbação da ordem” (2).

A rápida diminuição do número de escravos e a conseqüente crise de braços e a carestia geral, fornecem dados do problema a cuja solução lançou-se tôda a nação. Naturalmente, não se poderia raciocinar fora dos quadros estabelecidos tradicionalmente pelas instituições, e a solução do problema foi enunciada com muita simplicidade, o braço escravo deveria ser substituído pelo braço livre do imigrante.

Handelmann, depois da dramática experiência das parcerias de São Paulo, teve ligeira percepção da extensão do problema:

“para que uma imigração espontânea aflúa para a metade sul do Brasil, ache campo fértil para suas atividades, necessário é que se proceda a uma radical mudança no sistema de administração, como condição preliminar; e como conseqüência, em lugar do sistema de plantação em fazendas, deve-se pouco a pouco adotar o da pequena lavoura; em vez do fazendeiro, o lavrador, em vez do trabalho escravo, o do braço livre” (3).

Como só hoje se pode compreender, a introdução do trabalho livre contratado sòmente seria possível com a prévia mudança do sistema de produção de *plantation* no latifúndio, isto é, pela reforma estrutural da sociedade brasileira. Isso, porém, não era possível, pois que acarretaria, a curto prazo, a queda da produção de exportação, suporte de tôda economia nacional.

Diz Handelmann que, primeiro, se esperou que o homem brasileiro das classes inferiores, mas não escravo, considerando a alta de salários, substituisse o escravo, como trabalhador livre, mas que êle continuou a mostrar-se

“completamente indolente, preguiçoso e avesso a todo esforço físico” (4).

O problema, porém, era o mesmo tanto para o trabalhador imigrante, como para o trabalhador nacional. No sistema de *plantation*, só se escravizando, alguém substituiria o escravo.

(2). — Handelmann (Henrique), *História do Brasil*. Trad. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p. 977, nota 199, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1931.

(3). — Handelmann (Henrique), *op. cit.*, p. 983.

(4). — Handelmann (Henrique), *op. cit.*, p. 976.

Na composição de forças existentes na época, o imigrante foi chamado, e a imigração incentivada, pela classe dominante que detinha o poder político, apenas para substituir o escravo, não para colonizar vazios demográficos; a colonização foi uma derivação histórica que, por sua vez, provocaria aumento da complexidade da situação.

Poder-se-ia avançar, pois, que a história brasileira desde 1850 até a entrada no limiar da sociedade industrial, que começa a delinear-se na década de 1930, tem como base a lenta desagregação da “sociedade tradicional”, representada pelo latifúndio, e pela conseqüente procura de nova ordem social. A história da imigração, no Brasil, está dentro desse processo histórico e nos seus termos deve ser entendida.

Fazendo a resenha de uma obra de sociologia histórica, o professor de história da Universidade da Califórnia, David M. Potter, tenta diferenciar o “processo histórico” do “processo sociológico”, nos seguintes termos:

“O estudo do desenvolvimento humano no tempo ressalta o fato de que as forças sociais iniciais são profundamente modificadas ou transformadas por um contexto de fatores ambientais, antes que essas forças encontrem sua expressão nas últimas conseqüências sociais, de maneira que toda a análise que vá diretamente das forças às conseqüências, é enganadora. Muitas análises esquecem esse contexto intermediário e deduzem uma conseqüência direta dos fatores iniciais aos resultados finais... Através do passado, um contexto complicado de circunstâncias sempre esteve agindo, traduzindo as forças sociais dinâmicas em formas institucionais, e gerando impulsos sociais dentro das estruturas institucionais. Assim, a História nunca pode analisar a ação das forças sociais simplesmente em termos homogêneos das próprias forças em si mesmas — forças políticas em termos de análise política; forças econômicas em termos de análise econômica; forças sociais em termos de análise sociológica. Pois, o “processo histórico” está sempre convertendo forças de uma natureza em fatores de outra natureza” (5).

Nas suas linhas fundamentais, é dentro desse quadro de referência que têm trabalhado os historiadores da imigração, no Brasil, e os estudiosos do assunto em geral.

J. Fernando Carneiro, analisando por que os imigrantes preferiam os Estados Unidos e a Argentina, ao Brasil, assinala que:

“A primeira (explicação) diz respeito ao regime de propriedade rural dominante no Brasil, ou seja, o regime do latifúndio que conseguiu subsistir, apesar da abolição da escravatura. Ao contrário

(5). — Potter (David M.), In *American Sociological Review*, p. 132, setembro de 1963.

do que desejaram alguns sonhadores, a Abolição não significou o fim do latifúndio. O regime subsistiu porque os grandes proprietários forçaram os governos a fornecer-lhes auxílios, subvenções, reversões, valorizações, enfim tôda sorte de artifícios destinados a perpetuar uma ordem econômica que, a rigor, já estava caduca”. E adiante: “Custa-se a crer como a fazenda de café conseguiu lutar, e durante certo tempo, vencer uma tal situação (de instabilidade). Essa instabilidade explica a luta dos fazendeiros para que sempre chegassem ao Brasil novos imigrantes. Era necessário que o seu número fôsse muito acima das necessidades reais da lavoura, que a oferta de mão-de-obra excedesse de muito a procura, a fim de que os “colonos” se contentassem com salários razoáveis e pudessem também ser substituídos com facilidade” (6).

Tratando da imigração italiana, José Arthur Rios escreve:

“Até 1930, a política dos estados do sul do Brasil, onde se concentrava a grande massa de italianos, era dominada por oligarquias locais, apoiadas na organização latifundiária da terra, as quais monopolizavam inteiramente o poder, vêm com maus olhos a intromissão de estrangeiros. Essa xenofobia era não só ditada por preconceitos nacionalistas, mas pelo receio do grande proprietário de que a entrada de imigrantes e sua admissão a cargos públicos fôsse o prenúncio do parcelamento de suas fazendas” (7).

Estudando o japonês, no Brasil, Hiroshi Saito acentua os mesmos dados:

“Além dêsses fatôres, é preciso considerar as relações humanas. O ciclo econômico do café, tendo como vigas mestras a monocultura, o latifúndio e o regime escravocrata, apresenta pontos comuns com outros períodos que caracterizam a história econômica do Brasil. Assim, as relações humanas, que tinham como figura central o senhor de engenho no Nordeste, o senhor de lavras em Minas Gerais, giravam em tórno do fazendeiro, barão do café, em São Paulo. A atitude dos japoneses, revoltando-se ou abandonando as fazendas, não constitui apenas uma defesa de seus interesses econômicos, mas também uma reação ao tipo de relações sociais de caráter latifundiário e feudal ainda existente” (8).

E’ afirmado, por todos, que os fazendeiros, com o seu poder político, opunham-se e dificultavam a imigração estrangeira para a instalação de colônias de povoamento. Não obstante, essa imigração se fêz, e o sul do Brasil ficou cheio de “colônias” organizadas em comu-

(6). — Carneiro (J. Fernando), *Imigração e Colonização no Brasil*, p. 30, Rio de Janeiro, Universidade do Brasil, 1950.

(7). — Rios (José Arthur), *Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil*, p. 14, São Paulo, Escola de Sociologia e Política, 1959.

(8). — Saito (Hiroshi), *O japonês no Brasil*, p. 130, São Paulo, Editôra Sociologia e Política, 1961.

nidades. E' fácil reconhecer-se, porém, que, no início do período, a colonização pela imigração é apenas um epifenômeno da grande imigração provocada pelos latifundiários, em benefício de seus interesses. Era uma derivação dos conflitos da área do latifúndio. Mas, uma vez efetivada, tomou rumos e configurações próprias. Essas configurações e rumos da imigração colonizadora no sul do Brasil, têm sido assunto de muitos estudos de historiadores, cientistas sociais, economistas, e sua posição variável em relação à sociedade nacional tem sido estudada, principalmente, sob o aspecto político, isto é, sob o ponto de vista da ameaça que se diz representar contra a unidade nacional.

Na colonização dos três estados do Sul, pela imigração estrangeira, surgem, porém, os mesmos conflitos entre as duas orientações: a colonização da pequena propriedade e o latifúndio. No Sul, o latifúndio é a estância tradicional, ou a fazenda de criar de Santa Catarina e do Paraná. J. Fernando Carneiro procura mostrar que a expansão da colonização estrangeira, pelos seus pioneiros e pelos descendentes de primeira e segunda geração, só pôde realizar-se nas terras desprezadas pelo latifúndio, e que as fronteiras dêste eram mais difíceis de serem ultrapassadas do que a fronteira política das nações. Os netos de alemães e italianos não conseguiram penetrar na região dos latifúndios campeiros do planalto catarinense, quando, com tôda facilidade, entraram com suas colônias em território paraguaio.

E' preciso, porém, acrescentar às observações de Carneiro, uma explicação dada por Leo Weibel. As terras de campo no sul do Brasil foram ocupadas pelos luso-brasileiros, criadores de gado, desde o século XVIII, com suas estâncias, fazendas, gaúchos, peões e escravos. As terras de mato foram terras desprezadas pelos criadores de gado, e essas terras é que foram cedidas ou vendidas à colonização estrangeira. Assim, no sul do Brasil, os luso-brasileiros conquistaram o território pela ocupação dos campos, e a expansão "colonial" se fêz nas terras de mato, julgadas mesmo mais propícias para a agricultura do que os pastos de terra ácida. E' o que explica com grande lucidez Leo Weibel:

"Nas áreas que eram outrora florestas, encontramos hoje em dia uma população de pequenos agricultores brancos, que juntamente com suas espôsas e filhos têm lavrado a terra, estabelecendo seus lares à maneira européia. Nos campos vizinhos vive o fazendeiro, de origem luso-brasileira, que cria bovinos e cavalos em grandes propriedades, mantendo empregados negros e mulatos, descendentes dos antigos escravos. Com freqüência conservam um modo de vida quase medieval, de tipo feudal e aristocrático; consideram o colono laborioso como inferior e são arrogantes e presunçosos nos seus contactos com êles. Assim, a mata e o campo são dois mundos intei-

ramente diferentes no sul do Brasil. São diferentes quanto às condições naturais, tanto quanto às econômicas, sociais e raciais” (9).

A história mais recente é a do continuo recuo do latifúndio e o avanço da pequena propriedade, caracterizada naquele esquema acima referido, pela entrada da colonização de imigrantes nas terras de campo, outrora reino absoluto do estancieiro ou fazendeiro (10). A época, porém, é outra, e, nesta fase, a sociedade brasileira já estaria na entrada da sociedade industrial.

O período de 1850-1930 está, assim, bem recortado dentro do desenvolvimento histórico da imigração no Brasil. A história do período está vinculada à longa agonia do latifúndio brasileiro, sôbre cujas instituições se formou a “sociedade tradicional”.

Da década de 1930, em diante, a transformação da sociedade brasileira encaminha-se para a “sociedade industrial”, industrial e urbana. Os critérios da história da imigração deverão ser outros, e as posições das colônias do Sul encontram nôvo enquadramento dentro dos ideais e motivações da sociedade envolvente.

Resta o primeiro período que vai desde 1808 a 1850. A imigração e a colonização desenvolvidas nesse período, não têm a mesma *rationale* dos outros períodos.

1.2. — *Posições ideológicas:*

Sob um ponto de vista que poderia denominar-se de ideológico, a colonização estrangeira, no sul do Brasil, provocou a formação de atitudes nacionalistas no grupo nacional, atitudes que se refletiram durante todo o período de 1850-1930, de formas variadas, na bibliografia e em ações políticas. Talvez, se deva a formação dessas atitudes nacionalistas ao fato de serem alemãs as primeiras colônias estabelecidas nos Estados meridionais.

Na década de 1850, Handelmann, que era alemão, advertia:

“Considerando que o Brasil só pode receber a principal corrente imigratória de uma raça de língua alemã, será necessário e conveniente ainda outra concessão de caráter nacional. A raça de língua alemã, forte em número e em energia interior, não é daquelas que facilmente se deixam absorver e assimilar; mesmo abandonando a sua terra natal, e transferindo francamente para a nova

(9). — Weibel (Leo), *Princípios da colonização européia no sul do Brasil*, citado por Werner Aulich, in “O Paraná e os alemães”, p. 49, Curitiba, 1953.

(10). — Ver Altiva Pilatti Balhana, *Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais*, in “Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná”, Boletim da Universidade do Paraná, Departamento de História, nº 3, Curitiba, 1963.

pátria o seu amor pátrio, as suas inclinações, de modo algum deseja incorporar-se sem mais nem menos ao povo ao qual se ajunta, porém quer conservar, guardar a sua nacionalidade alemã, a sua língua e os seus costumes. E, de que ela possui a força e a pertinácia necessárias para tal, tem-se a demonstração na América do Norte, onde, em meio da população inglesa preponderante, não somente centenas de milhares de imigrados, porém até milhões de filhos de alemães, nascidos lá, conservam os seus característicos nacionais e os propagam de geração em geração, apesar da hostilidade do específico anglesismo, o nativismo inglês”.

E colocava o problema com tôda franqueza:

“Se o Brasil quer receber, de fato, imigração alemã, deve contar com o mesmo fenômeno — a formação de uma raça teuto-brasileira”.

Mas já nessa época notava a reação nacional:

“Parece, entretanto, que o orgulho nacional brasileiro, ou, antes, o antigo exclusivismo português, se arrepia com tal perspectiva” (11).

Firmava-se, pois, a doutrina, que seria reconhecida muito mais tarde, de que minoria étnica e política era fenômeno tipicamente europeu, impossível nos países americanos, que se constituíam, fundamentalmente, de imigrações provindas das mais variadas etnias.

A atitude nacionalista vinculada ao fato da colonização do Sul, por estrangeiros, traduz-se por opiniões contrárias e favoráveis à imigração. As opiniões contrárias apelam para a colonização nacional, para o aproveitamento do agricultor brasileiro na abertura de novas áreas e ocupação dos espaços vazios, e cristaliza-se no conceito de “marcha para o oeste” ou, na definição de Getúlio Vargas, de “imperialismo interno”. As opiniões favoráveis são traduzidas em formas diversas. Na fase do domínio das teorias racistas de Ammon e Lapouge, que tiveram grande moda no Brasil, no período entre guerras, a imigração era considerada como um elemento importante na “arianização” da população brasileira. Oliveira Viana, que exerceu grande influência no pensamento brasileiro da época, e que acreditava nas teorias de Lapouge, escreveu, em 1922, analisando o censo de 1920:

“Essa involução africanizante (prevista por Lapouge para o Brasil) não só tem para combatê-la a massa de cerca de 100.000 imigrantes da melhor prosápia ariana, que aqui entram anualmente, não só tem para corrigi-la e impedi-la a alta fecundidade da população branca nativa, como tem contra si a ação insuperável das seleções étnicas, trabalhando na intimidade da massa mestiça no sentido de aumentar-lhe cada vez mais o coeficiente do sangue ari-

(11). — Handelmann (Henrique), *op. cit.*, p. 994.

no". E concluía: "Em síntese, o que se conclui desses fatos e dados é que o *quantum* de sangue ariano está aumentando rapidamente em nosso povo. Ora, esse aumento do *quantum* ariano há de fatalmente reagir sobre o tipo antropológico dos nossos mestiços, no sentido de modelá-los pelo tipo do homem branco" (12).

No *melting-pot*, de onde sairia a nova raça brasileira, começou a crescer a imigração japonêsa. Logo no comêço, dizia-se, como alarma:

"O japonês é insolúved como o enxofre".

Afirma Saito que a imigração japonêsa foi combatida por motivos puramente etnográficos. As teorias racistas, porém, se desmoralizaram e, no debate nacional, o conceito de "raça" foi logo substituído pelo de "cultura".

Como no período da voga racial esperava-se que a ampla "arianização" do Brasil criasse a raça brasileira, sobre a qual se restabeleceria a unidade do Brasil; no período da abordagem cultural, a expectativa era a de que as culturas imigradas contribuissem para o enriquecimento da "cultura luso-brasileira".

Gilberto Freyre, que iniciara êsses estudos culturais, visitando as regiões de colonização alemã, do sul do Brasil, manifestou a esperança de que a unidade cultural brasileira se restabeleceria pelo próprio apêlo da terra. O seu artigo, da década de 1940, em que, como campeão do luso-tropicalismo, manifestava a crença na assimilação, significativamente se intitulava: "Fritz, Fritz, por que me persegues?". São dessa fase os estudos sobre a aculturação de imigrantes no Brasil.

Observa José Arthur Rios, a respeito dos italianos, que êles no Brasil, como "colônia", nunca tiveram líderes. Tiveram homens ilustres sim, mas não líderes que pudessem orientar politicamente os grupos de imigrantes. O mesmo se pode dizer das outras colônias do Sul. Por falta dessas lideranças, as colônias do Sul não representavam perigo para a nação. Mas houve um momento decorrente dos regimes fascistas europeus em que essa liderança veio do exterior, segundo se acreditava, para criar os irredentismos. A via de acesso desse processo político seria a criação da consciência cultural de cada grupo étnico no Brasil, reivindicando direitos de cidadania para uma cultura teuto-brasileira, ítalo-brasileira, nipo-brasileira, polono-brasileira e assim por diante, ao lado daquilo que era defendido, como o suporte da unidade nacional e que se denominara de "cultura brasileira". Vem daí, a consciência que se criou, de que o Brasil estava

(12). — Oliveira Viana (F. J.), *O tipo brasileiro; seus elementos formadores*, in "Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil", p. 276-290, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.

ameaçado, o que está bem expresso na obra de Gilberto Freyre: “Uma cultura ameaçada — a luso-brasileira”.

Antes disso, com a intensificação da imigração japonesa, as questões de imigração eram olhadas com o critério da “segurança nacional”, pensamento que se fortalecia com o crescimento de uma consciência nacionalista.

Miguel Couto, que é o campeão dessa fase, liderou na Constituinte de 1934, a imposição de medidas restritivas à imigração.

E’ de notar-se que, por essa época, o café já entrava na grande crise e que o latifúndio começava a sofrer as grandes transformações. Chegava-se ao fim de um período histórico que vinha desde a cessação do tráfico de escravos. No plano político e social, tinham desaparecido as oligarquias latifundiárias e o poder político estava sendo conquistado pelas classes médias urbanas.

Iniciava-se a política de desenvolvimento econômico e preparava-se a revolução industrial brasileira. O problema da imigração deveria ser colocado em outros termos. E’ que da década de 1930, em diante, as transformações sociais, políticas e econômicas se aceleram e o Brasil, nas décadas seguintes, começaria a entrar na “sociedade industrial”, deixando para trás a “sociedade tradicional”, com a desagregação institucional do latifúndio. Por essa época, a história da imigração entra, ela também, em novo período, cujas características devem ser clareadas pela investigação histórica.

2.0. — POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA.

2.1. — *Na Colônia:*

Na América colonial, a imigração era efetuada, via de regra, mediante permissão obtida através de licenças especiais e limitadas.

O caráter restritivo e seletivo da imigração para as colônias ibéricas de ultramar foi determinado, sobretudo, por motivos de ordem religiosa e pela necessidade de certas precauções de ordem econômica. Em consequência, a colonização americana foi eminentemente litorânea, embora expedições territoriais interiores e mesmo a penetração avançada. Isto porque os primeiros colonos não contavam com recursos materiais e humanos que lhes permitissem efetivar, por sobre todo o território, sua presença colonizadora. De outro lado, não tinham as Metrôpoles grande interesse na sua ocupação efetiva, preocupadas que estavam com a política européia, de maior alcance imediato. Por sua vez, o pacto colonial não oferecia motivação aos colonos, tais as exigências abusivas e coercitivas do monopólio metropolitano.

No século XVIII, porém, ocorrem movimentos de expansão, de certa importância. Exemplos surgem, como o norte-americano com a colonização alemã, e o brasileiro com a colonização açoriana, evidenciando nova preocupação colonizadora. A mudança nos rumos da política imigratória manifesta-se mesmo antes da Independência, motivada pela preocupação com os vazios demográficos. No Brasil, é significativo o decreto de 25 de novembro de 1808, baixado pelo Príncipe Regente, tornando possível a propriedade da terra aos estrangeiros e com isto procurando atraí-los, em virtude dos novos interesses em pauta. Dizia expressamente

“sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público aumentar a lavoura e a população que se acha muito diminuta neste Estado; e por motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedam aos meus vassallos, sem embargo de quaisquer leis e disposições em contrário”.

Com tais possibilidades oferecidas aos estrangeiros, novas experiências poderiam ser realizadas no campo da imigração e colonização.

2.2. — *No Brasil independente:*

Com a Independência acentua-se a preocupação pelos vazios demográficos presentes nas jovens nações americanas. Os novos governos teriam de equacionar e resolver os problemas da ocupação efetiva do solo, necessária não somente para a garantia da soberania nacional e sua segurança, como para a valorização econômica dos recentes países independentizados.

Desta maneira, a política imigratória passa a ser claramente orientada no sentido de favorecer, o mais possível, a entrada de imigrantes. Inaugura-se na América a tradição da “porta aberta” para imigrantes de todas as procedências e culturas. Através, sobretudo, de dispositivos legais e, em parte, de organismos e entidades adequados para a sua efetivação, esta diretriz domina praticamente mais de um século da história da imigração e colonização da América. Esta política de *open door*, iniciada pelos Estados Unidos, teve seguidores imediatos na América Latina. Na Argentina, em 1812, o governo oferecia proteção a todos os imigrantes, procedentes de todas as nações que, no país, desejassem fixar domicílio. O Chile, em 1817, declara que os homens de todas as partes do mundo, embora de opinião religiosa diferente, ali poderiam entrar. No Brasil, o estabelecimento de açorianos no Espírito Santo, de alemães na Bahia, de alemães e suíços no Rio de Janeiro, constituem exemplos de efetivação

da política inaugurada por Dom João e reafirmada, em 1820, por lei que concedia terras a imigrantes católicos, com o objetivo de atrair a colonização alemã. Porém, a entrada indiscriminada de imigrantes e, sobretudo, os repetidos fracassos em muitos dos empreendimentos colonizadores, provocariam críticas violentas que tiveram ampla ressonância nos meios parlamentares. Em consequência, a política imigratória torna-se, no Brasil, após o estabelecimento de núcleos coloniais por iniciativa do govêrno de Pedro I, “questão política”, sujeita às flutuações do predomínio desta ou daquela tendência na orientação governamental, e que culmina com a lei de 15 de dezembro de 1830 que proibia a realização de quaisquer despêsas públicas com a colonização estrangeira. A conjuntura política internacional, dominada pela revolução de 1830, não deixara de ter influência sôbre esta decisão. Ela conduziu praticamente a breve período de restrições à entrada de imigrantes, de tal maneira que, de 1830 a 1835, não é registrada a sua entrada no Império brasileiro.

Nova fase, porém, de estímulo à imigração fôra inaugurada em 1834 quando o ato Adicional entregara também aos governos provinciais a competência para

“promover e estimular, em colaboração com o poder central, o estabelecimento de colônias”.

Na década seguinte, quando a lavoura cafeeira substitui aquela do açúcar, em franco processo de recessão, em São Paulo, o problema imigratório seria considerado não mais em função da necessidade do preenchimento de vazios demográficos, mas principalmente em função da necessidade de mão-de-obra para os cafezais paulistas e da necessidade de uma lavoura de subsistência, dificultada pela expansão do café. A partir de 1850, com o predomínio da produção cafeeira, o problema tornar-se-ia angustiante, pela carência de braços escravos e pela carestia de gêneros alimentares.

Desde 1842, já o Conselho de Estado aliara-se aos interesses dos grandes proprietários paulistas que defendiam, contra a imigração para a formação de núcleos coloniais independentes, baseados na pequena propriedade, exclusivamente a imigração de trabalhadores agrícolas para as suas fazendas. Na defesa acirrada dos seus interesses, visando terras para o cultivo cada vez mais avançado do café e braços para a sua cultura, êstes proprietários propõem o acesso à terra unicamente por meio da compra, o que impediria aos imigrantes, recém-chegados ao Brasil, a propriedade da terra, obrigando-os à prática do aluguel do seu trabalho.

Correm, assim, paralelas duas orientações e duas práticas imigratórias, no Império brasileiro. Uma, oficial, quando o govêrno cria, ainda, núcleos coloniais de estrangeiros, e, outra, particular ou

estimulada pelo próprio govêrno, que visa à obtenção de braços assalariados para o trabalho agrícola nas grandes fazendas de café. Tal atitude, à primeira vista paradoxal, era, na verdade, resultante da contradição da conjuntura, ou seja a necessidade de braços para a lavoura cafeeira em expansão e a necessidade de pequenos proprietários produtores da lavoura de subsistência. A lei orçamentária n. 514, de 28 de outubro de 1848, reafirma a competência de colonizar por parte dos governos provinciais, e concede terras devolutas para a criação de núcleos coloniais. Contudo, o predomínio político-econômico dos latifundiários do café e a pressão por êles exercida no legislativo do Império, teriam implicações na Lei de Terras de 1850, que dispunha no artigo 1.º:

“Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o da compra”.

O agravamento, porém, das condições de abastecimento da província de São Paulo, a alta de preços verificada nos gêneros de primeira necessidade, levariam à adoção de posições menos radicais quando da regulamentação da lei. O decreto n.º 1.318, de 30 de janeiro de 1854, favorecia à imigração pelos estímulos concedidos à posse da terra, possibilitando o seu acesso a qualquer indivíduo, independentemente de sua nacionalidade, e concedendo auxílios em favor da colonização.

Havia também de considerar-se as condições peculiares das diversas províncias, onde não existiam, como em São Paulo, grandes propriedades rurais exigindo mão-de-obra assalariada em larga escala. O presidente da província do Paraná dizia, em 1857,

“Não há por hora na província estabelecimentos rurais importantes, que demandem para o seu custeio grande número de braços, nem a indústria agrícola se acha nela em tal pé que torne praticável o sistema de parceria, que tão bons resultados tem produzido na província vizinha. Assim se o govêrno provincial quiser promover a colonização, na escala em que o autoriza o orçamento vigente, ou há de ser por meio de venda de terras devolutas aos colonos, ou emprêsas que quiserem importá-los, ou há de tornar-se empreendedor de indústria, montando por sua conta estabelecimentos agrícolas e coloniais aonde os colonos apenas importados, achem logo trabalho apropriado e lucros correspondentes” (13).

Analisando, ainda, a situação da agricultura, dizia, em 1858, o presidente da província do Paraná

(13). — *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1857, pelo Vice-Presidente José Antônio Vaz de Carvalhaes*, p. 45, Curitiba, Typografia Paranaense, 1857.

“É para lamentar que esta província, cujos terrenos produzem com abundância, a mandioca, o arroz, o café, a cana, o fumo, o milho, o centeio, a cevada, o trigo e todos os gêneros alimentícios, compensando tão prodigiosamente os trabalhos do agricultor, receba da marinha e por preços tão exagerados a mór parte daqueles gêneros. Este estado de cousas porém tenho continuará e que só quando colonos morigerados e laboriosos vierem povoar vossas terras vastas e fecundas, aparecerá a abastança dos gêneros alimentícios e abundantes sobras do consumo irão dar nova vida ao comércio de exportação dos produtos agrícolas” (14).

A vinda de colonos “morigerados e laboriosos” era assim considerada necessária para solucionar a escassez e a carestia de produtos agrícolas que não eram apenas regional, mas de todo país.

Tais condições peculiares às diversas províncias teriam propiciado o desenvolvimento de uma política provincial imigratória diferenciada.

2.3. — *Financiamento e custo:*

O governo central, ao tempo de João VI e de Pedro I, realiza o financiamento da imigração como estímulo para atrai-la para o Brasil, quando os Estados Unidos eram preferidos pela maioria dos imigrantes, inclusive pelo menor custo das despêsas de viagem. Este estímulo foi traduzido pelas subvenções concedidas para o pagamento de passagens, pela compra e doação de terras e, ainda, pela realização de campanha publicitária, nos moldes da época, criando atrativos em favor do Brasil, como o famoso retrato da escrava negra, coberta de jóias de ouro e pedrarias, que corria nos portos europeus de embarque de imigrantes, mostrando que, no Brasil,

“até os escravos estão cobertos de ouro!” (15).

Também, as condições da natureza, os frutos da terra, a sua fertilidade, eram constantemente lembrados e louvados. Esta política de atração de imigrantes era realizada não apenas pelos governos interessados em recebê-los, mas também por agentes intermediários do “comércio” de imigrantes. Desde logo, criara-se, principalmente nos portos de embarque, uma “engrenagem” daquêles que lucravam com a remoção de imigrantes e sua colocação além-mar.

(14). — *Relatório do Presidente Francisco Liberato de Mattos, apresentado na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1858, p. 35, Curytiba, Typografia Paranaense, 1858.*

(15). — Bonacci (Giovanni), *Il Brasil e l'emigrazione italiana*, p. 15, Roma, Vittorio Bonacci Editore, 1920.

A lei de dezembro de 1830 que proibia quaisquer despêsas com a colonização de estrangeiros paralisara as possibilidades governamentais de financiamento direto. A sua retomada, porém, depois do Ato Adicional, com a participação dos governos provinciais, fêz inverter grandes somas em favor da introdução de imigrantes no Império. A luta política travada entre as duas correntes, uma favorável à constituição de núcleos coloniais independentes, com os colonos pequenos proprietários de terras doadas, e a outra favorável apenas à introdução de mão-de-obra, sobretudo para a grande lavoura cafeeira de São Paulo, girava obviamente em tórno da concessão de maiores ou menores financiamentos ou facilidades governamentais em favor desta ou daquela tendência. A discussão era tanto mais aguda, no legislativo do Império, quando se tratava de financiamentos diretos ou através de empréstimos ou outras facilidades, de núcleos coloniais autônomos, considerados investimentos vultuosos e não compensadores, além de argumentos como aquêles de que aos nacionais não eram concedidas as mesmas vantagens.

Companhias de colonização foram constituídas, com capital próprio, sociedades por ações, mas tôdas procurando sempre canalizar em seu favor os recursos oficiais ou as facilidades concedidas à imigração, tanto recrutadora de braços para a lavoura de abastecimento, como de mão-de-obra assalariada. Estas companhias, no exterior ou no próprio país, empenhavam-se na sua “empresá” e, desde logo, acirrada concorrência estabeleceu-se entre elas. E’ bastante evidente a sua luta competidora sobretudo no tráfico de imigrantes e na sua importação.

No Brasil também se instalou uma engrenagem de pessoal relacionado com a imigração e colonização. Funcionários nos portos, funcionários nas repartições públicas, inspetores de núcleos coloniais, enfim, uma gama de pessoas que passam a viver dos serviços da imigração e colonização. Uns, pagos diretamente pelo govêrno, outros pelos particulares que negociavam com imigrantes, afinal uma grande mobilização de interêsses e custos.

De outro lado, tendo em vista a situação de dependência em que ficavam os imigrantes em relação aos agentes, à tôda sorte de intermediários, aos funcionários governamentais ou das companhias, além do natural desamparo provocado pelo trauma da mudança, a própria Igreja organizou também serviços regulares de atendimento moral e espiritual aos imigrantes entregues muitas vêzes à exploração daquêles que visavam apenas à obtenção de maiores lucros. Os serviços todos da imigração e colonização requeriam a aplicação de grandes capitais. O deslocamento e o transporte eram caros. A compra de terras, os trabalhos de medição e demarcação, além da lim-

peza e preparo da terra, eram custosos. A instalação dos imigrantes, enfim, requeria tôda sorte de despêsas, inclusive de alojamentos e saúde. A criação de hospedarias de imigrantes obedecia também aos propósitos de cuidado e proteção aos recém-chegados. O custo de tôdas estas operações era, em parte, subvencionado pelos recursos consignados nos orçamentos do Império e das províncias, além de legislação específica eventual. Privilégios e concessões eram realizados em favor das companhias de colonização, além de empréstimos e outras facilidades que importavam em despêsas que deverão também ser computadas no custo da emprêsa

2.4. — *Restrições à imigração:*

A evolução de duas tendências restritivas ao movimento imigratório, uma externa e outra interna, tiveram motivações diversas ligadas à conjuntura nacional e internacional. As restrições externas, que chegaram ao extremo de proibir a saída de imigrantes para o Brasil, por parte de alguns países emigrantistas, foram decorrentes de inúmeras e acumuladas queixas que procediam de núcleos coloniais mal sucedidos e, sobretudo, das reclamações e denúncias provocadas pela insatisfação nas colônias de parceria. O descontentamento generalizado suscitou visitas consulares, sindicâncias pelos governos estrangeiros, protestos diplomáticos e, finalmente, as medidas restritivas impedindo a emigração para o Brasil.

Em 1859, pelo decreto de von Heydt, a Prússia proibiu a emigração para o Brasil. Mais tarde a proibição foi adotada pelos governos de Baden e do Württemberg e, em 1871, a medida foi estendida a todo o Império alemão. Em 1896 a proibição seria revogada somente em favor do sul do país, Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1875, a Inglaterra também adotara medidas restritivas, publicando advertências aos emigrantes pelo *Government Emigration Board*. Logo em seguida, em 1876, a França toma a mesma atitude. A Itália, em 1895, proíbe a emigração para o Estado do Espírito Santo e, em 1902, o decreto Prinetti proíbe também a emigração italiana para o Estado de São Paulo.

A política interna de restrições à imigração origina-se até certo ponto da oposição, aberta ou latente, que existe nos países imigrantistas em relação ao imigrante, sobretudo quanto aos mais recentes. A tendência para a hostilidade manifestada pela sociedade de adoção, contra os imigrantes, que ela geralmente considera como privilegiados dos favores governamentais, expressa-se em avaliações estereotipadas sobre os mesmos. A elaboração de estereótipos negativos em relação aos imigrantes é comprovada por documentação abundante. As motivações do antagonismo são variadas, desde a concorrência

econômica, até aos fatos da vida religiosa. A tendência para a hostilidade, é mais forte e evidente em momentos de crise quando se reacendem os debates sôbre a questão imigratória.

“Não é justo que se dê aos estrangeiros, o que não é dado aos nacionais”

é atitude sempre presente nas discussões sôbre os recursos a serem destinados a programas imigratórios. De outro lado, as remessas de numerário, pelos imigrantes, para os países de origem, sempre irritaram aos nacionalistas, existindo sôbre a matéria vasta literatura de protesto. A problemática da colonização dos alemães do Volga, no Paraná, é exemplificativa dessas atitudes. São todos fatos que acabam gerando uma doutrina restritiva que, como expressão da mentalidade coletiva, acaba concretizada em leis e atos restritivos à imigração.

A história da imigração nos Estados Unidos também está repleta de fatos da mesma natureza, onde aos imigrantes eram atribuídos os males de cada momento de crise nos séculos XIX e XX.

Um dos fatos que mais contribuiu, no Brasil, para a formulação de uma política restritiva, aberta e expressa, inclusive na legislação, foi o exemplo norte-americano, seguido, de resto, pela maioria dos países latino-americanos. Também, a mudança geral na política migratória internacional para isto muito favoreceu. Os países emigrantistas passaram a exigir garantias e um padrão mínimo de conforto para os imigrantes. Os países imigrantistas, por sua vez, querem selecionar os imigrantes, restringindo a entrada de “indesejáveis” do ponto de vista sanitário, de capacidade de trabalho ou da segurança das suas instituições.

Na história da imigração, no Brasil, a nova fase declarativa de seleção e restrição imigratórias reaparece em meados do século XIX, com a lei da província de São Paulo, de fevereiro de 1846, que exigia

“para o contrato de colonos no exterior, certificado de boa conduta e não admitia velhos ou menores de 12 anos que não viessem na companhia de filhos ou de pais vigorosos para o trabalho”.

Também, a lei imperial de setembro de 1855 determinava a proibição aos navios de imigrantes de transportarem para o Império, loucos, idiotas, surdo-mudos, cegos e entevados. A lei do Estado de São Paulo, de dezembro de 1907, proibia a entrada de doentes de moléstias infecto-contagiosas, ou de portadores de vício orgânico ou defeito físico que inabilitasse para o trabalho, assim como proibia a entrada de mendigos, dementes, vagabundos, criminosos e

os maiores de 60 anos. O decreto federal n. 6.455, de 1907, determinava

“serão acolhidos como imigrantes os estrangeiros, menores de 60 anos que, não sofrendo de doenças contagiosas, não exercendo profissão ilícita, não sendo reconhecidos como criminosos, desordeiros, mendigos, vagabundos, dementes ou inválidos, chegarem aos portos nacionais como passageiros de 3a. classe, ou à custa da União, dos Estados ou de terceiros”.

Após a primeira guerra mundial e com a crise que a sucedeu, o volume de leis restritivas cresceria mais ainda. Em dezembro de 1930, o governo provisório da República publicava o decreto n. 19.482, limitando a entrada de estrangeiros viajantes de terceira classe. As razões justificadoras da medida, são encontradas no seu preâmbulo

“Tendo em vista a situação de desemprego em que se encontra um grande número de operários nos centros urbanos e tendo em vista que uma das causas desta situação foi a afluência desordenada de estrangeiros, o governo decide limitar a imigração”.

O mesmo decreto impunha a tôdas as emprêsas a obrigação de ter no seu pessoal, empregados e operários, pelo menos dois têrços de brasileiros natos. Como exceção a êste último dispositivo, era prevista a admissão de estrangeiros em maior proporção, unicamente no caso de absoluta falta de nacionais e exclusivamente para serviços técnicos. Os decretos de 6 e 16 de maio de 1934, apóiam-se na distinção entre imigrantes agrícolas e imigrantes não agrícolas, sancionando uma política migratória inspirada na dupla preocupação de abastecimento de produtos agrícolas, mas não provocando o aumento do número de desempregados. A Constituição de 1934 reforça e amplia a política de restrição, instituindo o sistema de quotas, no parágrafo 6.º do artigo 21

“A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente migratória de cada país, exceder, anualmente, o limite de dois por cento sôbre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinqüenta anos”.

A Constituição de 1937 confirma, no artigo 151, o regime de quotas

“A entrada, distribuição e fixação de imigrantes no território nacional estará sujeita às exigências e condições que a lei determinar, não podendo, porém, a corrente migratória de cada país exceder,

anualmente, o limite de dois por cento sôbre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil nos últimos cinqüenta anos”.

A nova legislação, inspirada na necessidade de contrôle e seleção da imigração, criou o Conselho de Imigração e Colonização

“como órgão de contrôle, de iniciativa e coordenação da imigração e colonização”,

em maio de 1938. No período de 1937 a 1946 são numerosos os decretos e portarias que regulamentam, reiteram e estendem as restrições. A Constituição de 1946, mais liberal e flexível, limita-se no artigo 162, a estabelecer que

“a seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional”.

O parágrafo único do mesmo artigo dispõe que

“Caberá a um órgão federal orientar êsses serviços e coordená-los com os de naturalização e de colonização devendo nesta aproveitar nacionais”.

A lei n. 2.163, de janeiro de 1954, criava o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, ali previsto. A Constituição de 1967 dispõe apenas que compete à União legislar sôbre a

“emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros”.

*

3.0. — IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E CONJUNTURA.

3.1. — *Mão-de-obra e tecnologia:*

A imigração, de modo geral, representa investimento compensador. O imigrante significa capital humano, no sentido puramente demográfico, e capital de trabalho, considerando-se que o homem geralmente emigra na sua idade biológica mais produtiva. O imigrante, por outro lado, é também portador de bens culturais, no sentido antropológico de cultura, que enriquecem a sociedade de adoção.

A mão-de-obra trazida pelo imigrante significou, em especial no Brasil, a implantação do regime de trabalho livre. Significou, ainda, a valorização do trabalho, e, sobretudo, do trabalho agrícola, como atividade produtiva digna de homens livres. O trabalho intenso, e como atividade solidária das famílias ou de grupos de imigrantes, constituiu veículo consciente de ascensão econômica e social. Não foi, porém, sem maiores dificuldades que o trabalho livre impôs-se

no Brasil, haja vista as situações vexatórias em que muitas vêzes foram colocados os imigrantes, como aquela dos alemães que trabalhavam em obras públicas no Recife.

A contribuição do imigrante, aliás, foi grande na realização de obras públicas, como a construção e conservação de estradas. Os governos neste sentido realizaram, por iniciativa direta, a importação de operários e gente apropriada para o serviço de estradas e de outras obras públicas. A construção de ferrovias, no país, teve também a participação do imigrante, não apenas no que diz respeito aos técnicos, mas ao operariado sem qualificação.

Embora a política imigratória fôsse orientada preferencialmente no sentido da introdução de mão-de-obra agrícola, quer para a agricultura de abastecimento, como para a grande lavoura de exportação, foi de importância o contingente de tôda sorte de artesãos e profissionais urbanos vindos ao Brasil. Os trabalhadores urbanos, em grande parte, eram constituídos por indivíduos desajustados nos países de emigração e que procuravam novos horizontes de trabalho em países de imigração.

A imigração surge, ainda, na expectativa dos seus promotores oficiais, como fator de progresso agrário. O presidente da província do Paraná, dizia, em 1858

“a imigração de colonos morigerados e laboriosos que, conhecedores de processos mais acabados, e habituados ao uso de instrumentos mais vantajosos ao manejo e cultura das terras, se empreguem nos vastos campos que possui a Província” (16).

A imigração propiciou efetivamente transformações na estrutura agrária brasileira, caracterizada pela presença do latifúndio. Contribuindo para a instituição do regime de pequena propriedade agrícola, tendo o grupo familiar como a unidade básica de trabalho, a imigração democratizaria o uso da terra, possibilitando mesmo a criação de uma classe média rural, próspera e independente. Junto ao regime de pequena propriedade, desenvolveu-se também a atividade agrícola diversificada. Novas culturas foram introduzidas e outras foram restabelecidas com êxito, como a vinha, o trigo, o tabaco. Transformações estas que contribuiriam para dar maior equilíbrio às estruturas econômicas do país, sobretudo em setores regionais beneficiados pela localização de núcleos coloniais.

Em relação às técnicas agrárias, geralmente, o imigrante aderiu às práticas primitivas utilizadas pela gente da terra, seja porque não encontraram possibilidades para a conservação de suas técnicas de

(16). — *Relatório do Presidente Francisco Liberato de Mattos, apresentado na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1858, p. 21, Curytiba. Typografia Paranaense, 1858.*

agricultura intensiva, seja porque não as traziam mesmo em sua bagagem cultural. Muitos imigrantes, de núcleos coloniais, ou nunca haviam sido agricultores, ou provinham de regiões onde a agricultura se encontrava, ainda, em retardo. Sobre a colonização agrícola alemã foram já analisadas as etapas do processo de regressão que sofreu a tecnologia agrária do imigrante alemão. De outro lado, porém, a utilização da mão-de-obra japonesa, na cultura do algodão, significaria a introdução de novas técnicas progressistas na agricultura.

Muitos núcleos coloniais não tiveram oportunidade de progresso agrário, uma vez que a conjuntura não lhes propiciava mercados para a colocação de seus excedentes, sendo obrigados a reduzir sua atividade agrícola a uma lavoura de subsistência.

A participação dos imigrantes na recuperação de terras esgotadas, ou consideradas impróprias para a agricultura, foi de importância, porém, já em outra fase das transformações da sociedade brasileira, configurada pela existência de uma economia de mercado.

A participação do imigrante no desenvolvimento industrial do Brasil verificou-se por um lado, através da criação de numerosas pequenas indústrias na área regional de predomínio de colonização agrícola. Houve, no sul do país, no século XIX, um florescimento do artesanato rural, destinado ao suprimento de artigos necessários à vida local dos núcleos coloniais e à transformação de produtos agrícolas para a sua comercialização. Moinhos, fiação, tecelagem, fundição, cutelaria, cervejaria, cerâmica, e outras atividades caracterizam o surto industrial regional. Trata-se, portanto, de um artesanato de produção e transformação evoluindo, até certo ponto, no sentido de constituir, sobretudo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, pequenas e médias indústrias. Muitas, porém, entraram em crise ante o impacto da expansão da grande indústria. O aparecimento desta, como evolução natural da atividade artesanal, é válido para um número reduzido de atividades industriais. O progresso da indústria, ao contrário, fez declinar o artesanato urbano e rural.

Contudo, outra forma de participação do imigrante no desenvolvimento da indústria, no Brasil, tem sido a sua presença à frente de empresas que surgiram no século XX, como empresários, técnicos e operários. A participação proporcional de imigrantes nas atividades industriais no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, atingiu, em 1935, a 79,6%, e, em São Paulo, a 84,8%.

Os imigrantes têm contribuído largamente para suprir os quadros técnicos dos setores industriais brasileiros, através do recrutamento de mão-de-obra qualificada.

3.2. — Comércio. Urbanização:

O pacto colonial durante muito tempo beneficiara apenas, além da Metrópole, à Inglaterra. Com a abertura dos portos, porém, outros países entraram na concorrência do comércio brasileiro. Estados Unidos, França, Estados Hanseáticos e outros, estabeleceram relações comerciais regulares, sobretudo com o Brasil independente.

A imigração, quer para a mão-de-obra assalariada, como para a formação de núcleos coloniais autônomos, foi um dos instrumentos mais eficazes para impulsionar a navegação e o comércio exteriores, alterando o seu eixo e diversificando-os. No que diz respeito sobretudo à importação, ela, de um lado, proporcionou maiores conhecimentos acêrca dos mercados produtores de objetos industrializados, e, de outro, ampliaria no Brasil o número de consumidores a êles habituados.

Com relação à Alemanha (cidades hanseáticas), país de forte emigração para o Brasil, o movimento da balança comercial, na segunda metade do século XIX, teve exemplificativamente um comportamento bastante elucidativo dessa intensificação de relações comerciais. De outro lado, é claro que também por diversos outros fatores de importância considerável na conjuntura, a Grã-Bretanha perdeu expressão no seu movimento comercial com o Brasil.

Países	Exportação		Importação	
	53-54	1902-04	53-54	1902-04
Grã-Bretanha	32,9	18,0	54,8	28,1
Alemanha	6,0	15,0	5,9	12,2 (17).

Desde tempos, os estrangeiros ocupavam-se na Côrte, das atividades comerciais. Aquêles que se dirigem ao Brasil, no período de 1777 a 1842, na sua maioria, são comerciantes. De 1808 a 1822, dos estrangeiros que transitam na Côrte, cêrca de 25% são negociantes e comerciantes. De 1840 a 1842, cêrca de 15% ainda o são. Aumentara grandemente o número de estrangeiros, de maneira que tal porcentagem é ainda significativa.

“Mercadores, de lojas e de sobrados, de retalho ou atacado, negociantes, comeciantes, tratantes enchem o Rio de Janeiro” (18).

(17). — Schlittler Silva (Hélio), *Tendências e características do comércio exterior do Brasil no século XIX*, in “Revista Brasileira de Economia”, ano I, nº I, p. 11 e 12, São Paulo, 1953.

(18). — Rodrigues (José Honório), In “Registro de Estrangeiros, 1808-1822”, Arquivo Nacional, p. 9, Rio de Janeiro, 1960.

Tietz, por ocasião de sua viagem ao Brasil, em 1837, observava que, no Rio de Janeiro, existiam 50 casas comerciais inglesas, um grande número de casas americanas competindo com aquelas, 10 a 12 casas alemãs, 5 italianas, 4 francesas e que, afinal,

“o número de casas comerciais pertencentes a brasileiros não ultrapassa, no Rio de Janeiro, de cinco. Não acreditamos, entretanto, que se encontre nesta cidade, nem sequer uma de propriedade genuinamente nacional”. E acrescentava, ainda, que “o comércio varejista no interior, como no litoral, é dominado quase completamente pelos portugueses ou pelos estrangeiros” (19).

Os comerciantes estrangeiros, da Côrte, dominaram o comércio exterior do Brasil até o último quarto do século XIX, quando o desenvolvimento de atividades econômicas em larga escala pelos próprios imigrantes, nas províncias, como no caso dos alemães do Rio Grande do Sul, possibilitou-lhes operar diretamente nos mercados internacionais, dispensando em grande parte o concurso daquêles. Deve notar-se, ainda, o registro de Tietz no sentido de que muitos dos comerciantes estrangeiros do Rio de Janeiro eram tão somente simples representantes ou agentes remunerados de grandes empresas estabelecidas no exterior. Igualmente, nas províncias, muitos comerciantes foram também apenas representantes de casas comerciais estrangeiras, ou, ainda, consignatários de casas sediadas no exterior, ou na capital brasileira.

Os comerciantes estrangeiros praticavam não apenas o comércio externo, como estavam presentes no comércio interno das províncias. As casas comerciais eram, na sua maioria, pertencentes a portugueses e a estrangeiros, sobretudo nas províncias do sul, onde se concentrara o maior número de imigrantes. Mantinham comércio exportador e importador, embora a princípio fôsem principalmente casas importadoras, uma vez que, no Rio Grande do Sul, o comércio exportador de carne e couros estava tradicionalmente em mãos da sociedade luso-brasileira, o mesmo em relação à erva-mate do Paraná e ao café de São Paulo. E' verdade que, por exemplo, no Rio Grande do Sul, logo a exportação de produtos coloniais animaria também o comércio exportador praticado pelos imigrantes e seus descendentes.

No comércio interno das províncias há que destacar-se o comércio rural e o comércio urbano. Aquêles nascera da evidência de que os colonos, artesãos ou agricultores, produziam para vender, e, de outro lado, da necessidade da aquisição de alimentos, peças do vestuário e outros objetos que não produziam. O negociante, via

(19). — Tietz (F.), *Os estrangeiros no Brasil*, In “Revista Brasileira de Economia”, ano I, nº 1, p. 126 e 127, São Paulo, 1953.

de regra, um dos próprios colonos, e beneficiado pela solidariedade étnica, seria o agente de trocas, fornecedor do sal, do açúcar, dos tecidos e de instrumentos agrícolas, bem como o vendedor, nos centros urbanos, da produção agrícola e artesanal das colônias. Muitas vezes, esse negociante pôde capitalizar fundos que lhe permitiram estabelecer uma grande casa comercial na cidade, tornando-se êle próprio um fornecedor por atacado de outros negociantes e mesmo um importador e exportador. Se capitais estrangeiros permitiram, de início, o desenvolvimento do comércio urbano, o comércio rural foi também um dos grandes instrumentos de poupança e reinversões por parte dos imigrantes.

O crescimento de muitos núcleos coloniais fêz diversificar e crescer as suas necessidades, inclusive de produtos importados, tornando mais ativo o comércio externo. As grandes casas abrem sucursais, depósitos ou enviam viajantes em visitas periódicas aos negociantes revendedores. O comércio urbano cresce ligado às necessidades e à demanda dos imigrantes, unidos os comerciantes muitas vezes pela comunidade de origem. E' nítida, depois de 1890, a dominância dos alemães no comércio do Rio Grande do Sul, quer externo, como interno (20).

Além dessa participação direta dos imigrantes e seus descendentes no comércio, deve-se notar, ainda, a sua contribuição para a organização técnica das atividades comerciais no Brasil.

Os contingentes de imigrantes estão ligados também a certos aspectos do processo de urbanização, no Brasil, quer pela formação de cidades em áreas de colonização agrícola, como participando do surto de desenvolvimento que trouxeram a núcleos urbanos já constituídos.

A transformação de colônias em cidades ocorreu, sobretudo, pela diferenciação de funções, uma vez que, para os núcleos coloniais, não vieram exclusivamente lavradores, mas também artesãos e comerciantes, além de representantes de várias outras atividades e setores.

As cidades originadas das antigas colônias constituem unidades urbanas de produção e consumo, cujo núcleo geralmente surgiu da concentração de órgãos com função comercial e social, enquadrando-se desta maneira no tipo de povoação denominado *Stadtplätze*.

Os núcleos urbanos que resultaram dessa evolução não foram, entretanto, tão numerosos como se tem feito crer. Nas diversas regiões de colonização alemã, italiana, eslava e outras, apenas algumas colônias experimentaram a concentração de funções urbanas que lhes promoveria à categoria de cidades. As características fundamentais

(20). — Roche (Jean), *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul*, p. 306 a 359, Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1959.

de seleção no processo de urbanização, ocorrido nessas regiões, não foi uniforme e estão relacionadas a fenômenos econômicos e sociais diversos e ainda não bem determinados. Também, na sua maioria, estas cidades pertencem à condição de pequenas e médias cidades, não apresentando área urbanizada de grandes dimensões e quase tôdas de pequena densidade demográfica.

O aumento da taxa de urbanização das cidades coloniais, como de outros núcleos urbanos brasileiros, é bastante recente e foi motivado pelas mudanças nas estruturas econômicas do país. Quanto ao aumento da população urbana, em cidades já existentes, a contribuição trazida pela imigração se fêz sentir sob dois aspectos. Primeiro, pela entrada direta de imigrantes urbanos que vieram para as principais cidades brasileiras, na qualidade de comerciantes, profissionais liberais e outras atividades e serviços, cuja diversidade aparece inventariada nos registros de entrada de estrangeiros, publicados pelo Arquivo Nacional. Segundo, indiretamente, pela reimigração espontânea dos imigrantes destinados a núcleos coloniais, motivada principalmente pela presença de numerosos elementos urbanos entre os imigrantes recrutados como agricultores. Foi muito freqüente essa forma de redistribuição da imigração destinada às zonas rurais e chegou mesmo a ser regulamentada oficialmente, de maneira a ser permitida a mudança de local de destino, apenas uma vez. Para o planalto curitibano exemplificativamente ocorreu, a partir dos meados do século XIX, a afluência de imigrantes da zona colonial de Santa Catarina e mais tarde dos núcleos coloniais estabelecidos no litoral paranaense.

Como fator de crescimento urbano e mudança na estrutura ocupacional, é significativa a transferência de imigrantes alemães da colônia Dona Francisca para Curitiba, onde ocuparam vários setores de atividades, e criaram indústrias. Também, já foi verificada empiricamente que tentativas de colonização agrícola mal sucedidas, como a dos russos alemães, nos Campos Gerais, representaram nas suas formas de reajustamentos, fator de aumento das populações urbanas situadas na sua proximidade.

Outra forma de incorporação de contingentes imigrados nas populações urbanas foi o próprio crescimento da área urbanizada de algumas cidades, absorvendo antigas colônias situadas na sua periferia. Em Curitiba, colônias, como Pilarzinho, Dantas e Argelina, foram totalmente absorvidas pela área urbana, constituindo bairros da Capital. Outras colônias mais distantes, como Santo Inácio, Abranches, Santa Cândida, Orleans e outras foram integradas na sua área suburbana. Porém, por mais freqüentes e variadas que tenham sido as formas de absorção de imigrantes nas populações urbanas, a imi-

gração não constitui o fator numéricamente mais significativo no aumento da taxa de urbanização recente.

O grande surto de desenvolvimento urbano, relacionado com o aparecimento da sociedade industrial, data de uma fase em que a imigração diminuíra consideravelmente, razão pela qual mesmo o crescimento urbano da cidade de São Paulo, nas últimas décadas, resultou principalmente das migrações internas. O papel que a imigração direta desempenhou no crescimento da população urbana, em relação às migrações rurais para os meios urbanos e ao crescimento natural, ainda está por ser estudado e determinada a sua medida.

2.3. — *Participação na vida política:*

Em virtude de alguns exemplos isolados da atuação de estrangeiros em importantes acontecimentos políticos nacionais, generalizou-se a crença em uma intensa e precoce participação do imigrante na vida política brasileira. Ainda, as referências frequentes acêrca da cooperação dada por imigrantes às lutas e movimentos da segunda metade do século XIX, como a questão religiosa, a campanha abolicionista e a propaganda republicana, contribuíram no mesmo sentido. Na realidade, porém, só o desenvolvimento industrial e o processo de urbanização, modificando o sistema de distribuição do poder político, é que propiciaram a larga participação dos imigrantes e seus descendentes nas atividades políticas do país.

Estudos especiais acêrca da integração política das etnias imigradas, têm revelado objetivamente o seu ingresso tardio no processo político nacional. Entre os fatores determinantes dessa situação, encontra-se a própria organização do poder político nacional, dominado pelas oligarquias tradicionais que monopolizavam tôda a ação política, local, estadual e nacional, e que sistematicamente procuravam manter afastados os adventícios e, pois, os imigrantes. Dessa maneira, a efetiva participação de grupos de imigrantes e seus descendentes na vida política partidária, intensificou-se apenas com o enfraquecimento dessas oligarquias detentoras do poder político, e mais precisamente a partir da revolução de 1930. É significativo, ainda, o papel desempenhado, mais tarde, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, na ascensão política de imigrantes.

De outro lado, os imigrantes procedentes, muitas vêzes, de comunidades rurais de países marcados por regionalismos profundos e que tentavam, ainda, completar sua união política e nacional, não traziam uma tradição de vida política nacional e inseridos em um meio cuja ação política lhe sera estranha e até mesmo hostil, permaneceram por longo tempo marginalizados.

A êsses fatôres somava-se, ainda, o individualismo que caracteriza, em geral, o imigrante, preocupado imediatamente apenas em criar condições de bem-estar e segurança para si e sua família. Certas experiências desagradáveis com os métodos locais de ação política, dificultaram também a aproximação dos imigrantes.

Um aspecto importante, na caracterização da atividade política do imigrante, deve ser observado na sua atuação nos movimentos proletários que decorrem da mudança das relações entre trabalhadores e empresários. São várias as evidências de que muitas agitações operárias foram promovidas com a participação de grupos de imigrantes, integrados nas atividades industriais urbanas, porém, ainda, não suficientemente estudadas. Também, a existência de organizações de caráter étnico, participando desses movimentos, tem sido referida sem estudos mais amplos.

Outro setor de atividade significativa no campo político, é representado pela ação de jornais dos contingentes imigrados, jornais êstes que tiveram atuação florescente no final do século passado e princípios do atual.

3.4. — *Estratificação social. Instituições.*

O sistema de estratificação social da sociedade brasileira caracteriza-se pela rigidez, proveniente do tipo de relações que se estabeleceu historicamente sobre o sistema social do latifúndio. De um modo geral, êsse tipo de relações apoiava-se, originariamente, na existência de apenas dois estratos significativos, senhores e escravos. Na sua evolução, embora desaparecida a camada dos escravos, o tipo de relações dominante na estrutura social não perdeu de pronto as características tradicionais de um estrato dominante, apoiado na propriedade da terra, e conservando grandes distâncias sociais ante as outras camadas da sociedade.

Tendo em vista, pois, que êsse sistema tradicional conservou, por muito tempo, além da extinção da escravidão, a sua rigidez, o problema que se enuncia relativamente à integração do imigrante na sociedade brasileira, teria êstes fundamentos: A integração do imigrante na sociedade brasileira realiza-se pela sua acomodação dentro do sistema de estratificação nacional. Desta maneira, como se estão desenvolvendo os processos dessa acomodação?

Os estudos existentes a respeito, feitos principalmente por cientistas sociais, fornecem algumas indicações.

Bertram Hutchinson e seus colaboradores, que realizam pesquisas sobre mobilidade social em São Paulo, indicam que o imigrante, ao instalar-se no país, em primeiro lugar intensifica a solidariedade grupal, reforçando os valores de seu país de origem, em face da cul

tura da sociedade de adoção que tende a englobá-lo. Essa solidariedade intensificada, conforme as circunstâncias dos contactos sociais possíveis com a rígida estratificação nacional, evita que esta jogue o imigrante nas camadas mais baixas da sociedade. E', pois, a partir desse grupo de solidariedade intensificada, indica Hutchinson, que o imigrante vai percorrer os estágios até alcançar

“o êxito econômico, educação e mobilidade social que, combinados, destroem o grupo primário imigrante e estimulam a amalgamação na vida e na população do Brasil” (21).

Emílio Willems, estudando a formação da estratificação dos grupos alemães, no Rio Grande do Sul, traça êste quadro geral: As colônias teuto-brasileiras entram em contacto, de um lado, com a população cabocla, “uma das culturas mais pobres da América”, formada por comunidades do litoral. Reconhece a inferioridade desses grupos, caracterizada pela indolência, pelas doenças, pela incapacidade de prever e de pensar no dia de amanhã, pelo analfabetismo, pelas precárias condições de vida, além de outros motivos, e assim reconhecem a sua própria superioridade. superioridade essa, aliás, reconhecida pela população cabocla. Por outro lado, os colonos teuto-brasileiros entram em contacto com a população estancieira da campanha riograndense, com a qual intensificam um sistema de relações que, no contexto social, envolve reconhecimento da superioridade dos estancieiros, procuram imitá-los pela adoção de muitos de seus símbolos culturais. Consolidadas as colônias, diz, ainda, Willems, passaram elas a formar, entre os dois estratos,

“as classes médias, que iam ocupando, aos poucos, os vãos que a estrutura social brasileira deixara vagos” (22).

Firmadas essas indicações preliminares, só a continuidade da pesquisa histórica e social poderá esclarecer o processo da integração do imigrante no sistema da estratificação social brasileira, e resolver o problema da sua participação para as mudanças dessa estratificação. A via de acesso a êsses estudos é a realização de pesquisas sobre mobilidade social, tendo-se em vista que a rigidez proveniente do sistema social do latifúndio insiste em manter-se, ao mesmo tempo que forças, também poderosas, tendem a provocar mudanças sociais na estrutura.

(21). — Hutchinson (Bertram) (diretor da pesquisa), *Mobilidade e trabalho*, p. 13, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Rio de Janeiro, INEP, MEC, 1960.

(22). — Willems (Emílio), *Aculturação dos alemães no Brasil*, p. 199, São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1946.

Mesmo na cidade de São Paulo, onde a sociedade é mais dinâmica, essa rigidez é, ainda, constatada pelas investigações de Hutchinson:

“No que concerne a São Paulo, o mais desconcertante, face ao seu aparente dinamismo, é a mobilidade relativamente pequena que a população mostra por mudança de posição. Em comparação com a Grã-Bretanha, considerada modelo de estrutura rígida de classe, São Paulo mostra muito menor movimento entre classes sociais; grande parte da mobilidade social, que se evidencia na cidade, resume-se numa mobilidade estrutural que é irrelevante para o problema da igualdade de oportunidades. Parece, portanto, que a estrutura de classe tradicional, no Brasil, foi pouco afetada pelo desenvolvimento econômico que São Paulo registrou nos últimos cinquenta anos— embora uma conclusão definitiva sobre esse particular só possa ser alcançada em outros estudos realizados em regiões menos dinâmicas do país” (23).

A mobilidade vertical do imigrante foi, assim, menor no que se refere à camada superior constituída pela aristocracia fundiária e mais acentuada no que se refere à nova camada superior constituída pela moderna burguesia que aparece com a sociedade industrial.

Como quer que seja, o historiador reconhece que a persistência da estratificação rígida, proveniente do sistema social do latifúndio, deve ser mais forte em áreas como São Paulo e o Nordeste, onde o latifúndio marcou mais diretamente as relações entre os estratos, do que em áreas em que ele se apresentou mais diluído na sua própria vigência.

De fato, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Emílio Willems constatou que muitas comunidades teuto-brasileiras puderam completar inteiramente o processo de aculturação e assimilação.

A organização das comunidades de imigrantes geralmente comportou o desenvolvimento de um grande número de instituições destinadas ao atendimento de questões relativas à administração, ao ensino, à previdência social, à vida religiosa e outras que estabeleceram relações estreitas entre a própria organização religiosa e a administração civil.

A entrada crescente, no país, de religiosos estrangeiros e de ordens religiosas, alemãs, italianas, polonesas, ucranianas e outras, relaciona-se com a organização das paróquias de comunidades de imigrantes. De certa maneira, acompanham a distribuição dos contingentes imigrados. São sacerdotes e freiras que atuam diretamente na assistência religiosa aos imigrantes, no ensino, nas obras assistenciais e até mesmo na catequese. E' de notar-se que a vinda de grande número de sacerdotes e religiosos, e de ordens religiosas, pos-

(23). — Hutchinson (Bertram), *op. cit.*, p. 11.

sibilitou o revigoramento da vida religiosa da sociedade tradicional, além do que os imigrantes e seus descendentes continuam em grande parte a fornecer o maior número de vocações religiosas. O clero secular da arquidiocese de Curitiba era constituído, em 1956, por cerca de 70% de sacerdotes descendentes de imigrantes, geralmente provenientes de núcleos coloniais, 15% de sacerdotes estrangeiros e apenas 15% de sacerdotes de descendência luso-brasileira. A imigração traria, ainda, com a entrada de imigrantes pertencentes a diferentes credos religiosos, a diversificação dos grupos religiosos no país.

A importância, de outro lado, das associações escolares, ou escolas sociedades, mantenedoras de rede de ensino leigo em áreas coloniais e até mesmo urbanas, é significativa não apenas em relação aos grupos imigrados, mas também à sociedade de adoção, haja vista os freqüentes exemplos encontrados de nacionais que, mesmo sem descenderem de imigrantes, procuravam essas escolas.

O grande número de sociedades de auxílio mútuo, existentes nas áreas de colonização, antecipou o aparecimento de organizações assistenciais mantidas pelo poder público. As diversas cooperativas desempenharam, por sua vez, papel relevante na organização das colônias, facilitando a integração econômica dos grupos imigrados. Também, as sociedades recreativas, culturais e esportivas, atuantes sobretudo nas comunidades alemãs, prestariam serviços, quer nas colônias autônomas, como aos imigrantes localizados em meios urbanos.

O estudo dêsse complexo institucional, seja no seu conjunto, ou no enfoque de cada instituição isoladamente, oferece amplo campo de pesquisa, até agora pouco explorado.



4.0. — METODOLOGIA E CONCEITUAÇÃO.

4.1. — *Procedimentos metodológicos:*

O estudo da imigração e colonização tem sido, no Brasil, paradoxalmente fragmentário e unilateral, ou demasiado generalizante. Desde logo, nota-se a ausência de quadros conceituais de referência, bem como de procedimentos metodológicos operacionais apropriados. Ausência que se traduz, no segundo caso, pela inexistência de levantamentos bibliográficos, sistemáticos e especializados, como aquele empreendido, em 1938, por Maack e Marchant (24), para a co-

(24). — Maack (Reinhard) and Marchant (Alexander), *German, English, French, Italian and Portuguese Literature on German Immigration and Colonization in Southern Brazil*, Cambridge, Harvard University Press, 1939.

lonização alemã do sul do país. De outro lado, o conhecimento das fontes, na plenitude de suas possibilidades, permanece ignorado por grande número de estudiosos que, trabalhando sobretudo no campo específico da assimilação de imigrantes, têm convergido a sua atenção apenas para a documentação que lhes interessa direta e imediatamente, ou limitados às fontes secundárias, como subsídios para abordagens genéricas e sem maior profundidade. Também, e isto vale principalmente para os historiadores, os estudiosos da imigração e colonização têm, via de regra, utilizado unicamente a documentação escrita, tradicional, não entendendo o documento histórico no sentido renovado que lhe deu Lucien Fèbvre. Em consequência, a bibliografia especializada resta por ser exaustivamente organizada, lembrando-se também de estudar a imigração nos países de emigração, bem como por ser alargado o campo das fontes utilizáveis para os estudos em pauta, tendo-se em vista sobretudo que, como estudos de grupos humanos, de sociedades, dificilmente outro campo da história brasileira melhor se prestaria para uma conjugação integrada da história econômica e da história social.

Esta história de imigrantes e de colonos faz também, necessariamente, apêlo a novas atitudes e a procedimentos metodológicos renovados, em nada podendo recusar da contribuição das ciências sociais vizinhas, tais como a demografia, a economia, ou das matemáticas sociais quando a estatística, por exemplo, pode oferecer inúmeras técnicas auxiliares e critérios de quantificação que poderão servir de bases de apêio indispensáveis às análises qualitativas.

O alargamento do campo da documentação histórica, o emprego de técnicas quantitativas, possibilitam a realização de estudos amplamente renovados e conduzentes a avaliações seguras sôbre fenômenos da história nacional, profundamente inserida pela presença e a ação do imigrante.

A documentação cifrada sôbre a história da imigração e colonização, no país, resta praticamente inexplorada, podendo, pois, ensejar possíveis retificações quantitativas e ampliar conhecimentos, objetivos, concretos e seguros, acêrca não apenas da entrada e saída de imigrantes, coeficientes de fixação, mas sobretudo a medida da sua participação em simples modificações de equilíbrio no ritmo da conjuntura, bem como nas transformações mais profundas que evidenciam e mesmo implicam em mudanças estruturais do sistema.

A documentação é abundante e variada, porém dispersa em um sem número de locais, arquivos organizados ou não. Não pretende o presente trabalho tratar exaustivamente de uma e de outros, mas tão sômente chamar a atenção dos historiadores para grandes e significativas fontes para a história da imigração e colonização que têm permanecido à margem quer de estudos analíticos, como de es-

tudos globais já realizados. Neste sentido, no que diz respeito às fontes manuscritas, primárias, sobretudo para o conhecimento da vida dos núcleos coloniais autônomos, os registros religiosos, paroquiais, são de enorme importância. A organização da vida religiosa da comunidade foi sempre uma das primeiras preocupações dos colonos, de maneira que os registros das igrejas, geralmente mais cuidadosos, mais capazes de uma administração continuada e quase sempre fundos melhor conservados, encerram dados quantitativos que possibilitam, não apenas estatísticas de nascimentos, casamentos e mortes, mas, ainda, outras coleções de cifras que permitem alcançar a fundo a organização econômico-social da comunidade.

A necessidade de ir além das explicações tradicionais, deve ser procurado outro tipo de fonte, abundante e preciosa, quais sejam os registros notariais. Sua riqueza explica-se pela considerável importância que os notários representavam na vida das famílias e da comunidade. Suas funções e suas notas vão desde o registro de atos oficiais lacônicos, aos inventários e testamentos, às escrituras sumamente descritivas de compras e vendas, de outras promessas feitas em cartório, que deixam muitas vezes entrever a história do artesanato, do comércio e mesmo da vida rural (25).

As séries portuárias, com os registros de entrada e saída de imigrantes, bens por eles trazidos, podem não só esclarecer o problema da quantidade numérica dos imigrantes realmente entrados no país, nêle fixados, e os saídos de retorno aos países de origem, ou reimigrados, bem como do instrumental tecnológico por eles aportado.

Os documentos policiais operam também positivamente sobretudo no primeiro caso, para o melhor conhecimento da intensidade, composição e regularidade do fluxo migratório. Tem sido encarecida a necessidade imperiosa dos pesquisadores tomarem o problema do número de imigrantes, com espírito crítico e objetivo, a fim de que seja finalmente esclarecido o exagêro na questão das cifras relativas à imigração, exagêro êste que continua a ser repisado quando se diz ainda que o conde de Linhares mandaria vir “dois milhões” de chineses, ou da notícia do Times que “duzentos mil” alemães viriam para a província do Paraná.

Os arquivos das instituições privadas, emprêsas comerciais e outras, poderão objetivamente contribuir para o conhecimento da contribuição de imigrantes para a mão-de-obra assalariada urbana e, sobretudo, para a da mão-de-obra qualificada, importada com a imigração. Os arquivos das associações comerciais e das juntas de co-

(25). — Wolff (Philippe), *L'étude des économies et des sociétés avant Vère statistique*, in “L'Histoire et ses méthodes”, p. 850 a 861, Paris, Librairie Gallimard, 1961.

mércio, de organizações sindicais, poderão dar clara visão da participação dos estrangeiros no desenvolvimento do comércio urbano e da inversão de capitais por imigrantes e seus descendentes no processo industrial do país.

O emprêgo de técnicas quantitativas naquilo que, na história da imigração e colonização, pode ser realmente mensurado, aproveitando-se das indicações cifradas dos documentos, ou seja a “trabalhar sôbre o autêntico” de que fala Chaunu, muito contribuirá para o progresso da história demográfica e da história econômica, relativas aos imigrantes e colonos, ainda hoje em bases meramente conjecturais.

De outro lado, ainda, deixando-se a observação documentária, quer pelos métodos tradicionais, quer pelas técnicas quantitativas, já devidamente enfatizadas, é necessário notar a contribuição metodológica e operacional que as técnicas de pesquisa das ciências sociais, podem e devem oferecer à história da imigração e colonização. Aliás, neste sentido, é êste, sem dúvida, um dos campos dos estudos históricos que melhores condições oferece para a sua aplicação. A relutância porém dos historiadores em aceitá-las tem sido bastante grande. Estudos e pesquisas multidisciplinares, como o recomenda Braudel, seriam de tôda conveniência para uma aproximação maior.

A prática da observação direta extensiva, com as técnicas de amostragem, os métodos de interrogatório, com os questionários, bem como da observação direta intensiva, sobretudo com as entrevistas, com ou sem questionários, livres ou dirigidas, e mesmo da observação participante, poderá resultar em proveitosos estudos referentes às comunidades de imigrantes e colonos, notadamente no que diz respeito ao estudo da imigração e colonização recentes. Esse estudo, por sua vez, é sempre necessário, pois é certo que se pode

“éclairer un passé très lointain à la lueur de temps beaucoup plus proches de nous” (26).

E isto é sobretudo válido para o estudo de imigrantes e colonos, entrelaçado que se encontra, no país, com os estudos agrários, de maneira que se faz necessária a atitude metodológica consciente de *lire l'histoire à rebours*. De qualquer maneira, nos seus procedimentos operacionais, o historiador deverá empregar, segundo a natureza dos problemas apresentados, o método e as técnicas que melhor convierem ao seu equacionamento e solução. Evidencia bem

(26). — Bloch (Marc), *Les caractères originaux de l'Histoire Rurale Française*, tome premier, p. X e XII, Paris, Librairie Armand Colin, 1960.

Hegenberg (27) que ao historiador é lícito, em muitos casos, e mesmo necessário,

“abandonar as técnicas descritivas e apelar para as nomotéticas”, e que “a sua insistência em adotar métodos idiográficos é pura e simplesmente uma escolha ditada por sua vontade”.

4.2. — *Posições conceituais:*

Todo estudo, toda pesquisa científica, seja em ciências sociais, como nas ciências físicas, se realiza com base em quadros conceituais, ou esquemas de referência. Daí a importância, para o estudo da imigração e colonização, da formulação de certas posições conceituais relativas à sua problemática.

Na história americana, de modo geral, a palavra “imigração” tem sido empregada restritamente para o período posterior à Independência. Na história do Brasil, o termo “imigração” foi usado de forma mais restrita ainda, referindo-se apenas à importação de trabalhadores livres para a lavoura, seja no sistema de parceria, seja sob as diversas formas de salariado.

Já a palavra “colonização” foi usada para caracterizar a imigração destinada à formação de núcleos de povoamento e produção agrícola, razão porque nos três Estados do sul do Brasil, “colono” significa pequeno proprietário, ou seja um lavrador independente, ao passo que “colônia” constitui o agrupamento dessas propriedades agrícolas.

Entretanto, ambas as expressões encontram-se difundidas também na área de predominância da imigração de mão-de-obra assalariada, significando porém conceitos diversos. No meio rural da grande lavoura de exportação, “colono” significa trabalhador rural dependente e “colônia” constitui a concentração de moradias de colonos assalariados, em uma fazenda.

Pelo decreto-lei n. 7.967, de 1945, colonização foi definida como ato de povoar e aproveitar economicamente determinada região. Estabeleceu, ainda, as condições em que ela deveria ser efetuada, ou seja pelo povoamento de áreas baldias, ou de fraca densidade demográfica, ou pela divisão de terrenos rurais em lotes para venda ou doação. Denomina de núcleo colonial ao conjunto de terrenos divididos com aquela finalidade.

Imigração, imigrantes, colonização, colonos, são palavras constantes na história americana, embora identificadas a conceituações diversas no decorrer do tempo. Isto porque, é sempre oportuno lembrar, a América é terra de imigração. Há regiões que se caracteri-

(27). — Hegenberg (Leônidas), *Introdução à Filosofia da Ciência*, p. 190 e 189, São Paulo, Editora Herder, 1965.

zam como centros de dispersão, e outras, ao contrário, que estão marcadas pela convergência de migrações humanas. A América é uma destas últimas, é um continente de imigração para o qual, desde os tempos pré-colombianos, se têm dirigido numerosos contingentes de imigrantes. Ela não possui população autóctone, evidência que implica na conclusão óbvia de que, nela, todos são imigrantes. A diferença está em que alguns chegaram mais cedo, há 30 ou 20 mil anos, e outros chegaram mais tarde ou estão chegando ainda. Sendo a América um continente de imigração, todo o seu povoamento se fêz através de contingentes humanos imigrados, cujo fluxo e refluxo, coeficientes de fixação de imigrantes, não foram ainda suficientemente estudados a não ser para certos períodos e determinadas regiões. Trata-se, portanto, de uma longa história de imigração e colonização, de um longo processo de organização de novas sociedades, cujas linhas essenciais são marcadas por algumas constantes que podem ser delineadas e definidas, embora a distância no tempo e na motivação.

O estabelecimento dessas linhas comuns, reveladoras da unidade de ação oferece ricas possibilidades de estudos.

A contribuição trazida pelo progresso dos estudos sociais tem demonstrado que a história dos contactos ou dos choques das culturas de base, com os novos colonizadores, não difere essencialmente quer tenha ocorrido no século XVI, ou no século XX. Os depoimentos de imigrantes recentes revelam freqüentemente o mesmo impacto de deslumbramento dos primeiros europeus com a natureza paradisíaca americana. As suas relações com a população indígena são significativamente semelhantes às verificadas na colonização que se convencionou histórica, a do período colonial, não apenas nas reações dos grupos postos em contacto, como nas consequências que podem ser confrontadas. O mesmo pode afirmar-se em relação à história da organização das sociedades nascentes, os processos são basicamente os mesmos, independentemente da sua datação no tempo.

A constatada perseverança de elementos da cultura de origem nos grupos étnicos imigrados e o melhor conhecimento dos mecanismos de permanência e de mudanças de seus traços culturais, determinaram o aparecimento de novas posições conceituais respeitantes aos problemas de assimilação de imigrantes.

O progresso do conhecimento determina a necessidade da reformulação de conceitos, esta, por sua vez, conduz a novas aberturas e perspectivas.

Uma posição nova consiste em analisar a assimilação de imigrantes não mais como um processo de incorporação pura e simples do imigrante à sociedade de adoção, e sim como um processo de cria-

ção do qual surgem novos complexos culturais. A assimilação é, na verdade, um processo bilateral que se verifica, ao mesmo tempo, no grupo imigrado e na sociedade de adoção. O mecanismo de progressivo ajustamento entre o imigrante e a nova sociedade, é recíproco. Ninguém assimila sem ser transformado. Por outro lado, a assimilação não exige necessariamente a substituição de todos os traços culturais originalmente adquiridos. As necessidades básicas do homem são as mesmas e as culturas criadas para a sua satisfação, apresentam semelhanças fundamentais, razão pela qual uma boa parte das experiências anteriores pode ser utilizada, no sentido dos reajustamentos que a situação nova exige.

Assim, estar assimilado não implica em perder totalmente os padrões culturais de origem, mas em dar do seu contingente cultural básico, elementos que somados aos da cultura da sociedade de adoção, juntos passam a fazer parte de um patrimônio cultural comum. Disto resulta bem claro que os países americanos são, na realidade, uma síntese das contribuições culturais dos diferentes grupos étnicos imigrados. E' óbvio que a tese, muito conhecida, do *melting pot*, tese de unificação nacional unilateral, foi superada pelas novas tendências do pluralismo cultural, ou como mais recentemente propôs Eisenstadt, "estrutura pluralista" que, na verdade, caracteriza as sociedades imigrantistas. Embora possa parecer paradoxal, o pluralismo cultural auxilia de certo modo o processo de assimilação porque é capaz de criar condições de maior receptividade ao imigrante e permite mais efetivamente o sincretismo, o que é vantajoso para ambas as culturas em contacto.

O moderno conceito de assimilação é, portanto, inseparável do conceito antropológico de cultura, ou seja de cultura como a totalidade de elementos materiais (tecnologia), elementos sociais (instituições, usos, costumes) e elementos espirituais (religião, crenças, sistemas de valores, artes) que caracterizam um determinado grupo social.

Embora o processo de assimilação seja, em essência, um mecanismo de modificação social a longo têrmo, existem diferentes fatores que o aceleram ou podem provocar o seu retardamento. O tempo é um fator essencial. A regra maior é a de jamais pretender acelerar a assimilação. Procurar apressar a assimilação de imigrantes, dispersando-os ou localizando-os em colônias mistas, constitui erro grave. A emigração, mesmo voluntária, é uma violência, provocando sempre um trauma psicológico no homem que emigra. Vencer tal situação de conflito, mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, requer tempo. Outros fatores, como a afinidade cultural entre os grupos em contacto, a capacidade assimiladora do nôvo ambiente

(meio urbano ou rural), a existência de preconceitos étnicos e outros, contribuem para que o processo decorra ou não normalmente.

Algumas evidências obtidas em pesquisas sobre imigrantes no meio rural paranaense, têm demonstrado que a integração cultural de etnias imigradas, tem estado condicionada ao seu maior ou menor entrosamento na estrutura econômica do contexto no qual estão inseridos. Foi observado que, em Santa Felicidade, colônia de imigrantes italianos, somente na medida em que se dava a sua integração econômica no mercado regional de Curitiba, é que se realizava a sua integração cultural na sociedade paranaense.

A pesquisa de novos elementos relativos a êsse problema, será de grande valor para a ampliação dos conhecimentos sobre o papel da comunidade regional no processo de assimilação de imigrantes, através da qual, por extensão, se verifica a sua integração na comunidade nacional.

*

5.0. — CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Do exposto, no presente trabalho, depreende-se uma periodização para a história da imigração e colonização, no Brasil, segundo o critério da motivação nacional do movimento imigratório. Essa periodização tem como ponto central o latifúndio cafeeiro, entendido como um conjunto de instituições econômicas e sociais. Também, depreende-se uma conceituação de imigração e colonização, na história brasileira. Essa conceituação provém da finalidade para a qual a imigração foi promovida pela política brasileira e pela função que os grupos imigrados passaram a desempenhar no Brasil, seja para o suprimento de mão-de-obra assalariada, seja para a constituição de núcleos coloniais independentes.

Na abordagem dos aspectos focalizados chegou-se, ainda, à evidência da formulação de algumas recomendações, uma vez que a análise realizada demonstrou que os estudos sobre imigração e colonização, apresentam numerosos problemas, equacionados ou não, para serem resolvidos e que oferecem um dos mais vastos campos de pesquisa para o historiador brasileiro. Estas recomendações seriam:

a). — A realização de estudos acerca da contribuição dos imigrantes para a consolidação do regime do trabalho livre no Brasil, e acerca da superação dos conflitos entre o trabalhador livre imigrante e a ordem social brasileira em transformação.

b). — A realização de estudos sobre todos os tipos de colonização de imigrantes e suas relações com a estrutura social no sul

do Brasil. Pesquisas e estudos àcerca de todos os núcleos coloniais, em todos os seus aspectos, possibilitariam conclusões gerais, concretas, sôbre a colonização.

c). — A realização de estudos àcerca dos processos de integração das comunidades de imigrantes na sociedade brasileira; estudos àcerca das variadas etnias e níveis culturais e sociais das comunidades imigradas e das formas de sua adaptação ao Brasil.

d). — A realização de estudos concretos àcerca do financiamento e custo da imigração e colonização.

e). — A realização, em profundidade e extensão, de levantamentos bibliográficos, sistemáticos e especializados, àcerca da imigração e colonização. Recomenda-se, ainda, especial atenção ao imigrante na literatura nacional e na sua própria.

f). — A realização de levantamentos documentários, tão completos quanto possível, e no sentido renovado, e não apenas do documento escrito da historiografia tradicional.

g). — O emprêgo, nos estudos da imigração e colonização, de novos procedimentos metodológicos, tais como as técnicas quantitativas e das ciências sociais.

h). — A realização de pesquisas multidisciplinares àcerca da imigração e colonização, no Brasil, possibilitando comparações e generalizações.

*
* *
*

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Helmut Andrä* (Instituto Hans Staden. SP.).

Diz que os Autores afirmam na página 347 do seu trabalho: “Aí se desenha. . . . resolvida”. Acha que a contradição era apenas aparente, pois a cessação do tráfico foi imposição inglesa, com a fiscalização rigorosa das costas brasileiras pela marinha britânica, ocasionando sérios incidentes.

Na página 361 tem uma observação a fazer: o célebre decreto de von der Heydt não proibiu, como geralmente se admite na bibliografia brasileira, a emigração para o Brasil, mas criou apenas sérios obstáculos às atividades dos agenciadores, não permitindo a propaganda aberta.

Na página 371 observa que é absolutamente certo que a participação na vida política de imigrantes e de seus descendentes só se intensificou a partir da revolução de 1930, pelos motivos expostos pelos Autores. Houve, no entanto, uma exceção, no Rio Grande do Sul,

com a vinda, na sexta década do século passado, dos assim chamados *brummers*, intelectuais e liberais, que participaram ativamente das lutas políticas da Província, fazendo parte, como deputados, da Assembléia Legislativa quatro dêles, Carlos von Koseritz, Fiedrich Hän- sel, Bartholomay e o Barão von Kahlden. Em Santa Catarina temos Lauro Müller, Felipe Schmidt e Raul Horn.

Observa na página 375 que os Autores dizem que o “estudo da imigração tem sido, no Brasil, paradoxalmente fragmentário e unila- teral, ou demasiado generalizante”. Lamentavelmente concorda com essa afirmação. Diz que não existe ainda uma história da conquista e ocupação do espaço brasileiro, o que poderia servir para temário de um dos próximos Simpósios.

Tem uma observação ainda a fazer. Refere-se às fontes (pág. 377): os jornais e outros periódicos publicados nos núcleos coloniais o eram na língua dos imigrantes e são um dos espelhos das suas lutas, esperanças, desenganos e de seus problemas em geral.

*

Do Prof. *José Roberto do Amaral Lapa* (FFCL. de Marília. SP.).

Diz inicialmente que a delegação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná vem mantendo o alto nível dos seus trabalhos, dos quais já tínhamos expressiva amostra quando da realização do II Simpósio de História, em Curitiba. Desta feita, estamos diante de um autêntico programa de trabalhos e estudos que devem preocupar o pensamento historiográfico brasileiro no tocante ao tema: *Migração e Colonização*. Tentando teorizar e esquematizar os estudos sôbre o tema, procuraram também inventariar o estágio atual em que nos encontramos em relação ao assunto no que diz respeito ao interesse dos pesquisadores e professôres de História. Em meio dos cientistas sociais, sobretudo sociólogos, economistas e antropólogos que têm percebido a importância da imigração no processo revolucio- nário brasileiro, como uma das alterações estruturais mais profun- das que tivemos no século passado. Os colegas do Paraná constituem uma das poucas exceções que tem sabido dar a essa temática uma abordagem que atende os interesses gerais dos estudiosos da His- tória.

O que desejava fazer nesta oportunidade são apenas algumas observações que em nada invalidam o alto nível do trabalho e o seu esforço admirável de síntese.

À página 354 repetem os Autores a afirmação de Hiroshi Saito de que a imigração japonesa foi combatida por motivos puramente et-

nográficos. Isto, contudo, quer lhe parecer que se aplica mais ao início da colonização e mesmo aí não de maneira exclusivista, pois os motivos ideológicos e políticos tanto nessa altura como posteriormente durante a história da imigração japonesa no Brasil contribuíram para as resistências mais pronunciadas, para a impermeabilidade, quando não para a agressividade contra a política imigratória que favorecia a entrada dos japoneses no país, não lhe parecia, portanto, a melhor motivação ou a única, a de natureza etnológica.

Ao descreverem nas páginas 354 e 356 a política governamental do Brasil Independente no tocante à imigração, com suas idas e vindas, à mercê das conjunturas e dos interesses mais imediatos, os Autores lhe parecia deixar de lado o equacionamento do regime de trabalho escravo como uma das determinantes mais sérias, na medida sobretudo que a sua desagregação se pronuncia sob pressões externas e internas, dando em consequência um interesse oficial e privado maior pela imigração.

Destacou à página 370 um detalhe ao procurarem os Autores estabelecer os motivos do êxodo rural dos imigrantes ressaltarem tão-somente o fato de muitos imigrantes recrutados como camponeses terem funções de aplicação urbana, quando no complexo de causas do êxodo rural as insuficiências e limitações do meio rural brasileiro constituírem determinantes de maior ou igual responsabilidade por esses deslocamentos. O deslocamento de colonos do meio rural para o urbano motivado somente pela falta de experiência agrícola e em contra partida pelo seu patrimônio e qualificação para funções urbanas não pode ser generalizado a tôdas as áreas que receberam imigrantes estrangeiros.

No que diz respeito às afirmações da página 371 pede uma informação apenas. Referem-se os Autores à cooperação dos imigrantes à questão religiosa, à campanha abolicionista e à propaganda republicana. Como não conhece nada sobre o assunto, apreciaria que os Autores indicassem as fontes bibliográficas e documentais que encontraram, pois lhe parece que esta informação é de grande valia para a análise do processo de politização e integração dos colonos estrangeiros.

Por último, e apenas para subsidiar o trabalho da delegação do Paraná, gostaria de lembrar para o rol de fontes e providências que devem ser atendidos para a história da imigração no Brasil os levantamentos bibliográficos que nesse sentido foram feitos por Manuel Diégues Júnior, como também as coleções de jornais do século passado, particularmente através de suas seções policiais e dos seus anúncios, pelo menos no Estado de São Paulo (capital e interior)

onde constituem fonte da mais alta valia para o pesquisador, assim como os repertórios de leis, trabalho êsse atendido pela comunicação da nossa colega Josefina Chaia a êste Simpósio.

*

Da Profa. *Célia Freire d'Aquino Fonseca* (FFCL. da Universidade Federal de Pernambuco. PE.

Inicialmente começa dizendo da excelência do capítulo referente à “Imigração, colonização e conjuntura” em que se trata dos problemas do latifúndio e da escravidão e a presença positiva do imigrante com o exemplo do trabalho livre, familiar, pequena propriedade, etc.

Face à pequena tendência de discriminação racial no Brasil (ao menos ostensivamente restritiva) e face ao prestígio do tipo branco e representante de povos europeus — não seria mais aparente que real essa impressão de restrições maiores ao emigrante no Brasil do que ao estrangeiro na Europa?

As restrições não seriam mais relativas ao homem sem condições econômicas e sociais? Da mesma forma que o trabalhador nacional sem situação econômica e de pouca intrusão?

Leis restritivas aos imigrantes existem em tôda a parte e variam com as necessidades dos países.

Indaga pois se foi feita uma verificação da legislações de outros países para sabermos se somos mais restritivos, ou menos do que os outros?

*

* *

RESPOSTAS DO PROF. BRASIL PINHEIRO MACHADO.

(Relator do grupo de trabalho).

Ao Prof. *Helmut Andrä*.

Diz que não resta dúvida de que a pressão da Inglaterra foi um dos fatores da cessação de tráfico de escravos, mas o momento em que a medida se efetivou foi decisão do Governo Brasileiro. O que se afirma é que o momento da decisão coincide com o amadurecimento de uma consciência nacional abolicionista que se forma nas classes sociais não rurais, justamente quando a conjuntura exigia a continuação do sistema escravista como fonte de mão-de-obra.

Afirma que registra, com prazer, os esclarecimentos que o Prof. Helmut Andrä traz a respeito do verdadeiro sentido do decreto do ministro von Heydt.

Os casos de participação política de imigrantes durante a Monarquia e os primeiros tempos da República, sem situação de liderança citado pelo Prof. Helmut Andrä, são exceções, pois que se tratava de intelectuais liberais alemães, não colonos, que provinham do meio revolucionário europeu de 1848.

Concorda em que a base da História do Brasil deveria ser uma história da “conquista” e da ocupação dos “espaços brasileiros”. Merece ser tema de um Simpósio.

Manifesta-se de acôrdo também em que os jornais e outros periódicos publicados nos núcleos coloniais, na língua dos imigrantes, constituem fontes de grande valia para o historiador da imigração e colonização, tanto assim que, à página 372 do trabalho da equipe, chama a atenção dos estudiosos do assunto.

*

Ao Prof. *José Roberto do Amaral Lapa*.

Agradece inicialmente as generosas palavras a respeito do trabalho.

Diz que, de fato, o Prof. Hiroshi Saito afirma, sem no entanto insistir, que entre as razões pelas quais certas correntes combatiam a imigração japonêsa, encontravam-se motivos de ordem puramente etnográfica. Na verdade, êsse ponto de vista foi consagrado pelo I Congresso Brasileiro de Eugenia e suas conclusões sustentadas na Constituinte de 1934, por Miguel Couto e outros, embora nessa Assembléia, os motivos predominantes da oposição à imigração japonêsa estivessem referidos a questões de segurança nacional.

No que se refere à observação quanto à política imigratória, não lhe parece ter ficado de lado o equacionamento do regime de trabalho escravo como uma das determinantes mais sérias do interesse oficial e privado da imigração. Ele está implícito e subjacente em tôda a exposição, principalmente na conceituação do latifúndio como um conjunto de instituições econômicas e sociais.

Assim, como o objetivo do trabalho era, sobretudo, apontar áreas pouco ou não suficientemente exploradas, talvez tenha sido menos enfatizado o problema do trabalho escravo do que comumente tem sido realizado em estudos de imigração no Brasil.

Quanto à observação referente aos motivos do êxodo rural-urbano de imigrantes, o exemplo dos alemães do Volga evidência justa-

mente as insuficiências e limitações do meio rural brasileiro, como responsáveis pelo deslocamento dos colonos do meio rural. A história da colonização do sul do Brasil e, em especial no Paraná, está repleta de casos semelhantes, em que mesmo produzindo bem, o colono era forçado a sair por falta de mercado, ou a permanecer no meio rural, reduzindo, porém, a sua produção agrícola, ou seja praticando apenas uma economia de subsistência.

Em relação ao pedido de maiores esclarecimentos sôbre as fontes bibliográficas relativas à atuação de imigrantes e descendentes na vida política brasileira, lembra o estudo de José Arthur Rios, *Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil*, o de Emílio Willems sôbre *A aculturação dos alemães no Brasil*, o de Jean Roche, *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul* e muitos outros que se encontram relacionados no item IV — *Schriften politischen inhaltes*, da Bibliografia de Reinhard Maack e Alexander Marchant, publicada no *Handbook of Latin American Studies*.

Terminando agradece a referência, que já conhecia, e muito apreciava, dos estudos de Manuel Diégues Júnior e de Josefina Chaia.

*

À Profa. Célia Freire d'Aquino Fonseca.

Inicia a sua resposta agradecendo as palavras elogiosas ao trabalho da equipe.

Com referência às atitudes da sociedade de adoção face aos novos contingentes imigrados nos séculos XIX e XX, não deixava de salientar também, no item 1.2 — *Posições ideológicas*, do trabalho da equipe, a questão de "prestígio do tipo branco", representado pelo imigrante europeu, esclarecendo inclusive a sua fundamentação nas teorias de Ammon e Lapouge.

Quanto à tendência para a discriminação, é evidente que no Brasil e nos países americanos de modo geral, pela sua formação mais recente e pela composição heterogênea de sua população, é menos ostensiva a atitude discriminatória do que em países europeus de formação mais antiga, com sociedades mais homogêneas. Observe-se ainda que certos países europeus, os ibéricos em particular, mantiveram desde há mais tempo contactos freqüentes com populações cultural e racialmente diversas, inclusive na situação de dominados. Por esta razão os preconceitos étnicos foram menos ostensivos nesses países, o que contribuiu para que também o fôsse nos países latino-americanos. Apesar disso, porém, têm sido evidenciadas fases e formas discriminatórias as mais variadas, também na sociedade brasi-

leira que se crê pouco propensa à discriminação, e isto pode ser comprovado por abundante documentação histórica e por fatos recentes, como ainda há pouco, em relação aos russos brancos, foi demonstrado pela Profa. Altiva Pilatti Balhana, em comunicação apresentada à VI Reunião de Antropologia, sôbre *Problemas de aculturação nos Campos Gerais*. A realização de estudos no sentido de determinar as circunstâncias em que surgem e se desenvolvem as avaliações negativas, por parte da sociedade de adoção, em relação aos imigrantes, seria de grande relevância para a compreensão dêstes problemas.

Quanto à existência de leis restritivas aos imigrantes em todos os países, está de pleno acôrdo. O que se procurou no item 2.4 do trabalho da equipe foi justamente situar o aparecimento das leis restritivas brasileiras no contexto americano e internacional, demonstrando que tais medidas surgiram como o aspecto brasileiro de movimentos restritivos mais amplos, de linhas de ação mais gerais.

COLONIZAÇÃO AÇORIANA NO RIO GRANDE DO SUL (*).

DANTE DE LAYTANO

Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A problemática do exame atento da colonização do açoriano no Brasil exige longa, demorada, exaustiva e ampla pesquisa que eminentes historiadores iniciaram em áreas determinadas, faltando uma visão de caráter geral ou interpretação propriamente sociológica que fornecesse o sentido da presença do ilhéu na consolidação do domínio português, consolidação mesmo de caráter moral.

Na verdade, Gilberto Freyre, ilustre homem de ciência e autoridade de renome internacional, fez uma análise sobre o que êle chamou "Continente & Ilha", que é o retrato do *status* das relações do homem açorita com a paisagem gaúcha. Artur César Ferreira Reis, no seu ótimo *Casais, Soldados e Degradados na Colonização da Amazônia*, tese do III Congresso Sul-Riograndense de História, em 1940, enfrenta a apreciação do povoamento amazonense e os contactos entre as habitações civis e as guarnições militares e acampamentos penais. Oswaldo Cabral, o mestre da historiografia catarinense, investigador de raras virtudes, exgotou o assunto na sua capitania, e Aurélio Pôrto, no meu entender, o maior historiador do Rio Grande do Sul, estudou à luz da documentação o papel do açoriano na nossa formação. No que foi acompanhado por Jorge Godofredo Felizardo no campo da história genealógica, Walter Spalding no campo da história cronológica, Borges Fortes no levantamento amplo da questão açoriana, etc.

*

Açorianos no Brasil.

Os açorianos aparecem na história brasileira em diversas regiões e podem ser distribuídos de muitas maneiras:

Pequena escala — Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, etc.

(*) . — Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, no dia 6 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*),

Média escala — Amazonas, Pará e Paraíba.

Grande escala — Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Então, segundo uma tentativa de colocação por círculos econômicos:

Ciclo baleeiro — Pará e Paraíba.

Ciclo pesqueiro, incluindo baleia — Santa Catarina.

Ciclo do gado — São Paulo, São Vicente.

Ciclo do açúcar — Bahia e Pernambuco.

Ciclo da mineração — Minas Gerais.

Ciclo da agricultura, evoluindo para o da grande propriedade rural — Rio Grande do Sul.

A bibliografia será tratada em resumo, no final, mas de fato a literatura é diminuta sobre os açorianos no Brasil. Existem boas fontes no próprio Açores e naturalmente alguns poucos trabalhos em Portugal continental, como o de Leite de Vasconcelos e Paiva Boleo, para falar num mais antigo e noutro atual, apenas.

O único livro inteiramente dedicado aos açorianos na literatura do Rio Grande é o de Borges Fortes — *Casais* (1932) e nada mais.

*

Rio Grande do Sul.

O açoriano no Rio Grande do Sul veio, em razão principal, para resolver não só o povoamento e suas implicações lógicas, mas o abastecimento, produção, ocupação e expansão de terra gaúcha.

O primeiro passo foi o de transformá-lo e mantê-lo como um agricultor. A segunda geração e muitos casos até a primeira geração, ou os imigrantes, reagiram violentos e transformaram-se em fazendeiros, criadores de gado, senhores de estância. Que lhes deu uma situação diferente. Aumentou-lhes a riqueza, transformou-os no padrão social, assegurou uma ascensão de classe, etc. Repetir-se-á o mesmo caso com os alemães, no princípio do século XIX, já o Brasil independente. Os alemães vieram para a agricultura, certo. Fixaram-se neste tipo de economia. Até hoje eles representam muito. Entretanto, transformaram respectivamente sua atividade em outro tipo de ação: comércio e indústria. Na segunda metade do século XIX, os italianos fizeram a mesma coisa. De colonos para provimento da fortuna agrária, se é que o campo lidado traz fortuna: o que deixa são sacrifícios e renúncias sem nome. Terminará o século XIX; o fato novamente surgirá com os poloneses. Assim a agricultura cons-

tituir-se-á sempre como uma abertura de atividade, que será continuada é verdade, mas diversificar-se-á noutros setores de produção.

*

Originalidade.

A colonização açoriana no Rio Grande, e isto acontecerá noutras capitanias em que a estrutura se configurará idêntica — é uma originalidade que não se dirá étnica mas quem sabe pròpriamente moral. Colonização com casais. Marido e mulher. Quer dizer o lar organizado, a família pronta, a constituição de bases decentes, sólidas, etc. Os casais tiveram e representaram êste papel. Os casais açorianos fixam êste sentido altamente confortador na história do povoamento brasileiro.

O Rio Grande do Sul lutaria no Prata com suas áreas de atrito. Precisava da fidelidade de gente como a açoriana. Não que os outros portugueses não o fôssem. Eram também, sem dúvida. Mas os açorianos chegavam aos casais com a vida preparada nos seus desígnios de condições domésticas. Isto é importante. Não há duvida. A conquista territorial devia ser feita com colonos seguros no seu procedimento, na sua formação, e na sua compreensão para com a mãe pátria. Parece que se pode afirmar tudo isso dos açorianos, sem medo de errar.

D. João V, em 7 de outubro de 1716, ao Governador do Rio de Janeiro, remete, em documento que se publicou, 60 casais da Província de Traz-os-Montes, para a Colônia do Sacramento. Continuou? Não achei mais nada. Madeirense, sim. Mas a grande escala é mesmo açoriana.

Fatores de grande interêsse e proveito estavam sendo alimentados por Portugal na ocupação do Rio Grande:

- A fundação da Colônia do Sacramento à beira do Rio da Prata, defronte Buenos Aires (1680);
- A fundação da Fortaleza Jesus Maria José, na barra do Rio Grande, por Silva Paes (1737);
- A Ilha de Santa Catarina como a última base naval no final do litoral brasileiro;
- O caminho dos bandeirantes;
- O caminho das tropas de gado;
- A penetração das tropas militares;
- Abertura das picadas do caminho dos muares que não se distingue do caminho do gado, mas oferece aspectos econômicos diferentes;

— A frota dos lagunenses.

E o grande fator político e diplomático que decorre do Tratado de Madri de 1750, quando se dá o início da colonização açoriana em massa no Rio Grande, para o que o território gaúcho tivêsse seu domínio certo pela gente portuguêsã.

*

Antecedentes e Desenvolvimento.

Na mobilidade dos acontecimentos, o chamamento do açoriano para ocupar o espaço verde devoluto das coxilhas imensas não foi uma tarefa assim fácil. Exigiu tempo a aplicação dêsse tipo de desenvolvimento do Rio Grande, então, deserto. A Capitania de Santa Catarina foi a povoadora principal do Rio Grande antes da chegada dos colonos açorianos. Depois, as tropas militares do Rio, São Paulo, Bahia, Minas e Pernambuco aqui aquarteladas em diversos períodos na área de fronteira, em face das fôrças castelhanas. Os bandeirantes apenas se propuseram atravessar o Rio Grande do Sul um século antes, sem se prenderem à terra. Ocorreria, no século XVIII, o mesmo fenômeno, quando ainda os paulistas desempenharam como tropeiros de gado, e depois de cavalos e muares, uma função sociológica de reconhecido mérito de agentes civilizadores.

Desta forma, a Colônia do Sacramento passou a acolher as primeiras levas luso-açorianas de casais colonizadores. A vizinhança com o Rio Grande, transplantou-se a experiência para o outro lado da cisplatina brasileira que o Rio Grande é. Houve assim, com a idéia de transportar casais modificar o conceito de colônia penal que os países colonialistas insistiam em manter. Deu-se, portanto, uma ruptura de costumes oficiais. O certo é que o monarca vinha se preocupando, em Lisboa, com o aportuguesamento do Rio da Prata, descoberto por João de Lisboa em 1514, que lhe assegurava a prioridade da chegada, conforme a tese de Capistrano de Abreu. Sendo João de Lisboa o primeiro a ir além de São Vicente e um pouco mais do Paraná e Santa Catarina, quem sabe visitados, mas não além, é, então, João de Lisboa também o descobridor do Rio Grande do Sul. Ninguém fala nêle. Por que? A Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio de Janeiro, a quem o Rio Grande do Sul muito deve, recebeu instruções reais para a pronta ocupação, fazendo habitar a outra margem do Prata, por portuguêses, na Colônia do Sacramento. Um ano antes da fundação do Rio Grande, o govêrno tomava tôdas as providências para a Colônia do Sacramento crescer em 1736. O Coronel-de-Mar-e-Guerra Luís de Abreu Prego recebeu instruções

severas e pessoais do Rei, para não só cuidar, diante dos domínios em perigo, ajudar em tudo o Governador da Colônia, e remeter-lhe 300 casais dos Açores e segurar a Bahia do Rio Grande de São Pedro e campanhas circunvizinhas que igualmente pertencem a Portugal.

A 19 de fevereiro de 1737 o Brigadeiro José da Silva Paes, diante dessa nova política, funda na barra do Rio Grande a primeira cidade gaúcha que nascerá à sombra da fortaleza militar que abrigará a guarnição de dragões. Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pela Ordem Régia de 11 de fevereiro de 1738, são reunidas numa única unidade administrativa chamada — Capitania d'El Rei, sob o govêrno de Silva Paes, o fundador do Rio Grande, que teve a visão ampla de povoar o Rio Grande também, trazer os casais açorianos, ocupar ainda mais Santa Catarina, defender com fortes e aquarte-lamento militar.

A Lei de 20 de março de 1736 considerando

“presente o excesso e desordem com que se procede na navegação das Ilhas adjacentes ao Reino para o Brasil”,

tais como maior número de navios do que é lícito, muitas fazendas estrangeiras em regime de contrabando, o desencaminhamento do ouro e dinheiro, etc. No ano seguinte, a Ilha do Faial obteve que se restaurasse a decisão de mandar uma vez por ano para o Brasil um navio no corpo da frota, e querem em 1744 mais dois navios em vez de um. E assim procederam as Ilhas da Horta e Terceira pleiteando a ida de embarcações açorianas para o Brasil. Organizava-se o embarque ou melhor estabeleciam-se as providências das ligações diretas do arquipélago com a América Portuguesa, com os privilégios e concessões dos habitadores das Ilhas, como consta de uma carta régia de D. João, em 1738.

Inscreveram-se 2.585 açorianos em 1747 para embarcarem para o Sul do Brasil, como imigrantes ou colonos povoadores. Pela ordem de quantidade: Ilha de São Miguel, Graciosa e São Jorge. Santa Catarina recebia em 1748 — 461 pessoas, 1749 — 1.666; no ano de 1750 e em 1753 — 500 pessoas.

Esta lista pode ser ampliada, modificada e sofrer reparos. Há divergência mas o número admite ser dado como aproximado. A vizinhança de Santa Catarina do Rio Grande fêz com que o número de açorianos fôsse dividido por dois. Isto é, metade para Santa Catarina e metade para o Rio Grande do Sul.

A verdade é outra. Não se pode fazer afirmação. Mas não tivemos se não uma percentagem mínima da entrada de açorianos que

vieram para Santa Catarina e fôsem mandados para o Rio Grande. O grosso ficou mesmo em Santa Catarina.

Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa é o Governador de Santa Catarina que vem em seguida. Atua no sentido de obter o maior número possível de açorianos para sua área, deixando o Rio Grande de lá, com números minguados. O Ministro da Marinha e Ultramar de Portugal, Diogo de Mendonça Côrte Real, ao tempo de Escudeiro governador, recebe da autoridade do Brasil um levantamento de casais entrados em Santa Catarina em cinco anos, que seriam 720, num total de 4.442 pessoas. Segundo dados que não posso autenticar, parece que dêstes vieram para o Rio Grande 798 pessoas, e só. O que revelaria a proporção entre Santa Catarina e Rio Grande em açorianos chegados para Santa Catarina que se remeteram para o Rio Grande. No ano seguinte aportaram uns 100 casais em Santa Catarina, 502 pessoas. Os totais alcançam 1.178 casais ou 6.492 pessoas, não se verificando, portanto, o anunciado número de 4.000 casais. O contrato não foi cumprido, segundo as estatísticas de desembarque. Tomando-se um ano, o de 1752, desde 25 de março até 16 de março, conforme uma carta do governador de Santa Catarina ao Ministro: 1478 pessoas, deduzindo-se os menores — 1.327. Dêles, para o Rio Grande, em três sumacas — 106 casais.

Os cronistas falam das peripécias da viagem, as doenças, mortes, ida para os hospitais depois da chegada, o “mal de Loanda” em copioso número. As autoridades queixam-se da remessa de velhos e velhas, decrépitos e aleijados. Até incuráveis. Santa Catarina protesta. O que resultou na maioria da gente remetida, e esta foi justamente quando se aumentará diretamente para o Rio Grande, via Santa Catarina, ou Rio Grande, mesmo, de açorianos saudáveis. A recepção da terra foi generosa, pois os açorianos já colhiam farinha de suas roças sem necessitar que ela viesse de fora, bem como de todos os frutos americanos que foi abundante, de acôrdo com os prognósticos gerais. A chegada dos açorianos a Santa Catarina, o que é importante considerar-se, vincula essa imigração açoriana ao Rio Grande. Em Santa Catarina, os Campos do Magalhães, Imbituba, São Miguel, Pôrto Belo, São José, e Urussanga são os pontos iniciais da fundação e redistribuição dos açorianos na Capitania ao lado do Rio Grande.

*

1747.

E' a data revisada pelos historiadores atuais para a chegada dos açorianos ao Rio Grande do Sul. Autores mais antigos dão o ano

de 1742. Esse é o caso de Augusto Pôrto Alegre e Sebastião Leão, além de outros. Borges Fortes prova que a chegada dos açorianos em massa — os verdadeiros Casais de número — do contrato de Feliciano Velho Oldenberg — conforme a Previsão oficial. E' a prova de fato. Antes não houve colonização sistemática de açoriano. Pelo menos, em massa, quantidade de gente das ilhas. Os dez anos das medidas governamentais que decorrem de 1737 a 1747, a primeira data com a fundação do Forte Jesus Maria José, à cuja sombra nasceria a cidade do Rio Grande, a primeira criada no Rio Grande, — e a vinda em 1747 dos açorianos transportados por Feliciano Velho Oldenbeg, para Santa Catarina e Rio Grande, ou Santa Catarina via Rio Grande, ou em embarcações depois que pudessem passar ou entrar na barra do Rio Grande — não houve colonização açoriana. Assim, de 1737 a 1747 o Rio Grande foi ocupado pelos lagunenses, por pessoas de cargos oficiais, que agora é momento de citar-se o Senado da Câmara. Os vereadores passaram-se para o Rio Grande, obtendo sesmarias e criado gado nas pastagens e estâncias que vieram montar. Os fundadores de Laguna, seus descendentes e grande parte da povoação, o que levou o Senado a baixar uma lei proibindo a saída dos habitantes de Laguna para o Rio Grande, porque dar-se-ia, então, o despoamento completo de Laguna. De São Paulo ou da Colônia do Sacramento também vieram, mais dos primeiros, e dos segundos quando ocorria a ocupação castelhandada da praça da Colônia do Sacramento. Somados êstes elementos aos das fôrças armadas, o Rio Grande de 1700 a 1737, de 1737 a 1747 não fôra colonizado pelos açorianos. A política de concentrar os açorianos em Santa Catarina antes de fazê-lo no Rio Grande, ou dando aqui e ali alguns casais para a Capitania de São Pedro, que é a nossa, a do Rio Grande, partia do presuposto de que Desterro já estava levantada como cidade ou Laguna, assim na ilha ou no continente se operara antes dos açorianos a construção de cidades. Seguir-se-iam outras cidades fundadas pelos açorianos. Tínhamos apenas em 1737 o lançamento de uma Fortaleza, a de Jesus Maria José. O resto do Rio Grande possuía o povoamento nas estâncias. Que isolava os habitantes um dos outros. O Conselho Ultramarino examinou o assunto da colonização açoriana sòmente em 1744, o Rei adiou o caso e apenas em 1745 o Monarca autorizou a ida em massa de açorianos para Santa Catarina e Rio Grande.

O quadro da colonização do Rio Grande, na primeira metade do século XVIII, início da história do próprio Rio Grande no sentido de sua ocupação efetiva, prática e real. Pois, o século anterior

foi o das Missões, das Bandeiras, da Capitania, da Colônia do Sacramento (com reflexos e implicações imediatas no Rio Grande), como o foi a fundação de Laguna, ainda no século anterior, por paulistas. Mais a história do gado que chega por intermédio do Pe. Cristovão de Mendonza em 1634, quando da entrada do primeiro gado no Rio Grande, do cavalo, suino e ovelha. E naturalmente a história da sesmaria, cuja primeira é doada em 1732 a Manuel Gonçalves Ribeiro, vereador do Senado da Câmara de Laguna e oficial das forças portuguesas, êle natural da cidade do Pôrto. Já é uma crônica do século XVIII, pois. Visto a do gado, Sacramento, capitania, bandeirantes, missões é tôda do século anterior, isto é do século XVII.

A colonização no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XVIII, século da colonização do Rio Grande foi:

- 1700 — ocupação lagunense;
- 1737 — ocupação militar;
- 1747 — ocupação açoriana.

1º). — Colonização pastoril, com tropeiros, invernadores e estancieiros. Primeiro o nômade, que é o tropeiro, depois o semi-nômade que se verifica com o invernador e o estancieiro — o que se prende à terra que será então — o tercerio. Colonização pastoril. De população distanciada, fechada em campos de criação de gado. Acrescente-se a abertura de caminhos, as picadas e os reconhecimentos. Colonização econômica de caráter pastoral.

2º). — Colonização castrense, com o levantamento de fortalezas, implantação de quartéis, acampamentos e depósitos militares, marchas de tropas militares, etc. O primeiro é o do Rio Grande — Forte Jesus, Maria José, o primeiro fundado no Rio Grande do Sul, na barra do Rio Grande. Nasce uma cidade militar. A população civil virá depois. Diversos fortes determinarão o aparecimento de cidades. Rio Pardo, por exemplo. A importância militar na formação do Rio Grande. Procedência dos contingentes, tropas regulares e de linha, o Regimento de Dragões de Rio Pardo, os diversos tipos de batalhões e regimentos. Os militares-fazendeiros, as campanhas militares, execução de tratados de limites, diplomáticos, etc.

3º). — Colonização açoriana. A colonização povoadora propriamente dita. A colonização civil para prover a agricultura. A reserva moral de sua procedência em casais. Fundadores de cidades, de famílias, de uma estrutura sociológica e econômica altamente representativa. O Rio Grande nessa primeira fase da vinda dos açorianos com os açorianos para Santa Catarina, para onde foram aliás em absoluta maioria. Ao Rio Grande dera-se a obrigação de entre-

gar aos colonos açorianos recém-vindos o gado e animais cavallares, de que falava o edital das promessas, como escreve um historiador. Mas os dois governos, o de Santa Catarina e Rio Grande não se entendiam no caso. De qualquer maneira, o propósito oficial era afastar os açorianos da tentação do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, centros de irradiação de uma economia compensadora, como mercado abastecedor e consumidor, áreas de mineração, comércio de pôrto de mar, e capital do Brasil, a nova capital transferida da Bahia. E as facilidades de centros desenvolvidos. Os açorianos tinham, sim, de ocupar uma região até então somente habitada por militares e fazendeiros. Urgia criar-se uma população urbana, civil no sentido do cidadão pròpriamente dito, tendo em vista que os fazendeiros do Rio Grande saíram em grande parte das fôrças armadas. Tudo estava sendo feito para afastar ainda os açorianos da exploração das minas de Paranaguá. Embora 1692 assinale essas relações não desejadas mas efetuadas. Da chegada de açorianos a outras áreas, como as catarinenses, em direção do Paraná, pelo litoral.

O açoriano teve outro papel a desempenhar, e desempenhou no Rio Grande do Sul, como colonizador, e capaz colonizador. A colonização em massa. Ou considerando-se, em si, uma colonização de ocupação populacional.

*
* *
*

A PROVISÃO.

A Provisão Régia de 9 de agosto de 1747 disciplinou a colonização açoriana. A verdade que a medida de D. João, em ordem assinada por Rafael Pires Pardinho, após consultas da lei feitas ao Conselho Ultramarino diante da representação que os habitantes das Ilhas dos Açores a êle, Conselho, levaram. A ordem expediu-se ao Govêrno do Rio de Janeiro, ao Governador e Capitão General daquela capitania da qual dependiam Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Vou dividir a provisão em partes, para melhor clareza da lei-tura. Ela continha o seguinte:

Número.

A provisão admitia que se mandasse transportar até quatro mil casais para as partes do Brasil que fôsse mais preciso e conveniente povoarem-se logo.

Procedência.

A originalidade da provisão é que ela fala de colonos não só açorianos mas que também pudessem ir casais de estrangeiros que não fôssem súditos de soberanos que tivessem domínios na Amé.ica,

a que pudessem passar; e impunha-se outra condição — com tanto que fôsem Católicos Romanos. Vieram?

Artífices.

Não era privilégio, mas estímulo que se oferecia aos artífices. E que sendo artífices, se lhes pudesse dar à chegada ao Brasil uma ajuda de custo, conforme a sua perícia. Mesmo assim configurava-se uma limitação. Que não excedesse esta a mil e duzentos réis cada um.

Madeirenses.

A Provisão, conforme sugestão do Conselho, seria conveniente estender-se a mesma graça à Ilha da Madeira, assim houve por bem aprová-lo.

Divulgação.

Foi dito ao Governador e Capitão General da Ilha da Madeira, e aos Ministros da Justiça e Fazenda daquela Ilha e das das Açores, que fizesse fixar pelas habitações delas o dito Edital e alistassem tôda a gente que se oferecesse para se transportar à Ilha de Santa Catarina, por onde parece conveniente começar a introdução dos Casais para se estabelecerem assim nela, como na terra firme e seu contôrno.

Transporte.

Coube a Feliciano Velho Oldenberg o transporte, que êle arrematou. Pensou-se dar início à partida dos ilhéus açorianos já no verão, por receberem-se já notícias de achar-se grande número de gente pronta para êste embarque, conhecedoras das condições e ao Brigadeiro José da Silva Paes, Governador de Santa Catarina, foi dito que executasse as instruções da lei, na parte que lhe cumpria.

Ração.

As instruções diziam que se puzesse pronta naquela Ilha de Santa Catarina e *mais partes de sua vizinhança*, onde fôsse necessário, segundo o momento: farinha para ração que se mandava dar no primeiro ano à gente que se transportasse e disso, se for necessário, redigir assentos.

Pescaria.

Nos portos daquele contôrno se fará os meses, ou nos tempos que parecer mais oportuno a pescaria, para por pronto o peixe fresco, ou sêco, para as mesmas rações nos dias de jejum.

Idade.

A cada pessoa de — quatorze anos para cima — se davão três quartas de farinha por mês da medida da terra, e um arratel de peixe ou carne — por dia. A pessoa — de quatorze anos até sete anos completos — a metade da dita ração. E aos — de sete até três anos completos — a terça parte e aos menores de três anos — nada.

Dinheiro.

A Ilha de Santa Catarina receberá o dinheiro necessário para satisfazer as ajudas de custo prometidas no Edital, e as mais ordenadas pelo Rei a se darem a alguns colonos de mais merecimento, e as que se deverem dar aos Artífices, conforme sua perícia.

Cuidados.

O Brigadeiro porá todo o cuidado em que êstes novos colonos sejam bem tratados e agasalhados; e assim que lhe chegar esta ordem procurará escolher assim na mesma Ilha, como na terra firme adjacente desde o Rio de São Francisco do Sul até ao Serro de São Miguel, e no sertão correspondente a êste distrito (com atenção porém a que se não dê justa razão de queixa aos espanhóis confinantes).

Cidades.

Os colonos devem ficar em sítios mais próximos para fundarem Lugares em cada um dos quaes se estabelecerem pouco mais ou menos, 60 casais dos que forem chegando.

Propriedade.

E no contôrno de cada lugar, nas terras que ainda não estiverem dadas de sesmaria assinalará — um quarto de légua em quadro — a cada um dos cabeças do casal do mesmo lugar.

Logradouros.

Para o assento de logradouros públicos de cada um destinará meia légua em quadro, e as demarcações destas porções de terras se fará por onde melhor mostrar e permitir a comodidade do terreno, não importando que fique em quadro, contanto que a quantidade de terra seja a que fica dito.

Demarcação.

No sítio destinado para o Lugar assinalará um quadro para praça, de quinhentos palmos de face, e em um dos lados se porá a Igreja, — a rua ou ruas, de demarcação ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos; por elas, e nos lados da Praça se porão as moradas em boa ordem, de xado entre uma e outras, e para traz lugar suficiente e repartido para quintais.

Casas.

Atendendo assim ao cômodo presente, como poderão ampliar-se as casas para o futuro dêstes Lugares para com os seus ranchos e casas de taipa, cobertas de palha, mandará logo o dito Brigadeiro — Silva Paes, Governador de Santa Catarina — por prontos dous ou três para nelas se accommodarem os primeiros Casais, que forem chegando, e para que se achem logo reparados das injúrias do tempo, enquanto com a própria indústria se não provém do melhor cômodo, e para segurança dêstes ranchos se remetem entre mais ferramentas, duas fechaduras, para as portas de cada um.

Construção.

Estabelecidos os primeiros Casais nos seus Lugares, ordenará o Governador, o dito Brigadeiro, que nos dias que lhe parecer determinar-lhes com menos prejuízo das suas próprias ocorrências vão armar choupanas e taipas nos Lugares que lhe ficarem mais vizinhos para se acomodarem os Casais, que depois dêles chegarem, os quais sucessivamente irão preparando os cômodos para os que lhes seguirem e, de sorte que os moradores de cada Lugar sejam obrigados a armar para os doutro Lugar vizinho, o mesmo cômodo que a êles se lhes preparou.

Alimentos.

A cada um dos Lugares, depois de povoados, fará o dito Governador, Brigadeiro, transportar todos os oito dias a farinha e o peixe, à proporção da gente que tiverem e à mesma proporção fará passar a êles as cabeças de gado necessárias para o seu sustento, e com êste provimento fará acudir sem faltas a todos os ditos colonos durante o primeiro ano de seu estabelecimento.

Trabalho.

A cada um dos casais mandará dar logo que estiverem situados duas vacas e uma égua, que se tirarão das Estâncias Reais. Em cada lugar em comum, quatro touros e dois cavalos, também mandará dar a cada um Casal no tempo oportuno para fazerem as suas sementeiras, dous alqueires de sementes conduzidos aos mesmos lugares, para neles se repartirem.

Apetrechos.

Em cada um dos Navios, que fizerem a condução da gente, se há de remeter dêste Reino provimento de espingardas e ferramentas, proporcionado aos Casais da sua lotação, aos quais o dito Brigadeiro lhes fará distribuir, tanto que que estiverem assentadas, a cada um uma espingarda, uma fouce roçadora, e as mais ferramentas, conforme lhe foram prometidas no dito Edital, procurará que as conservem, sem as venderem, especialmente as espingardas.

Segurança.

Em cada lugar dos sobreditos, fará a autoridade logo levantar uma Companhia de Ordenanças, nomeando-lhe Oficial no caso que não vão cá do Reino nomeados alguns Capitães, e nestas Companhias se alistarão todos os moradores casados e solteiros, e darei ao Governador ordens para a sua disciplina na mesma forma que se pratica nas outras terras do vosso govêrno (Santa Catarina).

Justiça.

O mesmo Brigadeiro (Silva Paes) fará que em cada um dos ditos Lugares se constitua logo Juiz, na forma da Ordenação, e ambos me informareis com o vosso parecer se em razão da distância da Ouvidoria de Paranaguá será conveniente que em algumas povoações dos ditos distritos se ponha Ouvidor separando a Administração da Justiça.

Religião.

E por quanto o primeiro cuidado que deve ter-se, é que todos os ditos Colonos sejam assitidos de pasto espiritual, e do Sacramento, em cada um dos ditos Lugares fará logo o dito Brigadeiro levantar uma Igreja da estatura que basta para êste primeiro estabelecimento; e para o seu fornecimento, e exercício do culto divino se remeta em cada Navio o preciso, calculando para 60 casais o que tocar para uma Igreja.

Vigário.

Ao Bispo de São Paulo, a quem presentemente pertence aquêl território manda-se a êste respeito avisar pela Mesa da Consciência que se há de constituir em cada Igreja destas um Vigário, ao qual no primeiro ano se dará, o sustento, e mais cômodos como aos outros Colonos, e terá sessenta mil réis de cônica, e à Igreja se darão dez mil réis por ano para a Fábrica, e guisamentos, uma e outra quantia paga pela Repartição dos Dizimos daqueles distritos.

Chamamento.

E para que não suceda ao princípio, como é fácil, experimentar falta de Sacerdotes para estas Vigárias, manda-se pela dita Mesa avisar aos Bispos do Funchal, e de Angra, que convidem a alguns Clérigos daquelas Ilhas para irem em companhia dos mesmos Casais.

Ajuda.

A êstes Sacerdotes se darão à sua chegada dez mil réis a cada um de ajuda de custo, e terá o dito Brigadeiro particular cuidado que se não apartem das Igrejas em que forem postos para outras terras do Brasil nos termos expressados ao Bispo de São Paulo; e quanto a isto faltem, escrevam ao Ordinário, a cuja Diocese houverem passado, para que os obriguem por todos os meios, e demonstrações convenientes a tornarem para as suas Igrejas.

Terras.

A cada um dos ditos Vigários se dará também uma data de um quarto de légua em quadro para passaes da sua Igreja, e a tôdas as despezas que ocorrem na execução do que fica dito farei acudir (o Governador) dessa Provedoria do Rio de Janeiro na forma ficareis entendendo pela Cópia que se vos remete do que mando escrever (o Rei) ao Provedor da Fazenda. O Rei ou autoridade por êle.

Missionários.

Ao Provincial da Companhia de Jesus mandei escrever a Carta que vai inclusa para que envie àquelas terras dois missionários.

Distribuição.

Informareis (O Governador) com o vosso parecer quantos Casais será conveniente passem à Ilha de Santa Catarina para quais outros convirá repartir o número de quatro mil que tenho ordenando

se conduzam individuando as conveniências que nas mesmas partes se acharão para o transporte, sustento, e cômodo dos Colonos.

Execução.

Quando em alguma das ditas disposições se vos ofereça, ou a dito Governador dito Brigadeiro, inconveniente não previsto, ou entendais que por outro modo se pode melhor conseguir o intento, deixo ao vosso arbítrio e prudência, e ao dito Brigadeiro no que lhe toca, tomareis o expediente que parecer melhor, dando-me parte assim do que se inovar, como a execução que se der ao que nesta se contém.

Utilidade.

E por quanto é conveniente que se fique conhecendo distintamente a utilidade que a minha Fazenda receber no transporte d'êstes Casais, à proporção da despeza que com êles fizer, hei por bem ordenar, que na Alfândega do Rio de Janeiro (e que também mando executar na de Santos) haja um livro separado de registro em que se assentem tôdas as fazendas que dêsses portes se transportarem para os da Costa do Sul — do rio de São Francisco para diante — até o de São Pedro, inclusive, e que estas fazendas vão com guias dos Juizes; ou Provedores das Alfândegas do Rio de Janeiro, ou Santos, sem a qual se lhes não permita descarga nos ditos portos do Sul, e que os mesmos Juizes, ou Provedores me dêem anualmente conta por êste Conselho do que importarão anualmente na sua introdução d'êstes Reinos e Ilhas os direitos das Fazendas assim transportadas, o que fareis pontualmente observar pelo que toca à Alfândega dessa Cidade, outrossim que acabado o contrato anual da Câmara de São Paulo em que presentemente se incluem os Dizimos daqueles distritos do Sul, se faça rumo à parte dêle, de que pertencerá o rendimento a essa Provedoria do Rio de Janeiro, da qual se pagarão as côngruas dos Vigários, Igrejas, e Missionários do dito distrito.

Confiança.

Confio (em nome do Rei) na intelligência e acerto com que costumais obrar, o do zêlo, e atividade com que cumpris as vossas obrigações, poreis particular cuidado em regular êste importante negócio, como pede a utilidade do meu Serviço El-Rei Nosso Senhor o mandou pelos Desembargadores Alexandre Metel d' Sousa Menezes, e Tomé Gomes Moreira, Conselheiro do Seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Pedro José Corrêa a fêz em Lisboa aos nove de agôsto de mil setecentos e quarenta e sete.
— Rafael Pires Pardiniho —. (assinado).

* * *

EDITAL.

O Edital publicado nas Ilhas dos Açores de que faz menção a Provisão de 9 de agôsto de 1747, relativo ao transporte de colonos. Os parágrafos são de nossa autoria.

Alívio.

El-Rei Nosso Senhor atendendo às representações dos moradores das Ilhas dos Açores, que tem pedido mande tirar delas o número dos Casais que for servido, e transportá-los à América, donde resultará às ditas Ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem.

Benefício.

E ao Brasil um grande benefício em povoar de cultores alguma parte dos vastos domínios do dito Estado, for servido por Resolução de 31 de agosto do presente ano (1747), posta em Consulta do seu Conselho Ultramarino de oito do mesmo mês fazer mercê aos Casais as ditas Ilhas, que se quizerem ir estabelecer no Brasil.

Facilidades.

Facilitar aos Casais o transporte e estabelecimento, mandando-os transportar à custa da sua Fazenda Real, não só por mar, mas também por terra até aos sítios que se lhes destinarem para as suas habitações.

Idade.

Não sendo homens de mais de quarenta anos e não sendo mulher de mais de trinta.

Subsídios.

E logo que chegarem a desembarcar no Brasil a cada mulher que para êle for das Ilhas de mais de doze anos, e de menos de vinte e cinco, casada ou solteira, se darão dous mil e quatrocentos réis de ajuda de custo e aos casais que levarem filhos se lhes darão para ajuda de os vestir mil réis por cada filho.

Armas e ferramentas.

E logo que chegarem aos sítios que hão de habitar se dará a cada casal uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas e uma serra com sua lima e travadoura.

Sustento.

Dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua, e no primeiro ano se lhes dará farinha que se entender baste para o sustento, que são três quartas de alqueire de terra por mês para cada pessoa, mas não às crianças que não tiverem sete anos, e aos que os tiverem até aos quatorze se lhes dará quarta e meia para cada mês.

Isenção de serviço militar.

Os homens que passarem por conta de Sua Magestade ficarão isentos de servir nas Tropas pagas no caso de se estabelecerem no termo de dois anos nos sítios que se lhes destinarem.

Terras e impostos.

Cada Casal ganhará um quarto de légua em quadro para principiar a sua cultura, sem que se lhes levem Direitos, nem salario algum por esta sesmaria.

Doações.

Quando pelo tempo adiante tenham familia com que possam cultivar mais terras, as poderão pedir ao Governador do Distrito, que lh'as concederá na forma das Ordens que tem nesta materia.

E aos Casais naturais das Ilhas que quizerem ir dêste Reino (por se acharem nele) se lhes farão as mesmas conveniências.

Como também aos Casais de estrangeiros que não forem vasallos de Soberanos que tenham domínios na América a que possam passar-se.

E aos que foram Artífices se lhes dará uma ajuda de custo conforme os requisitos que tiverem.

*

* *

RESULTADOS.

O exame do resultado da colonização açoriana no Rio Grande do Sul pode ser considerado em síntese da maneira que se relaciona em seguida, para dar uma idéia da importância de tão extraordinária contribuição étnica na formação, desenvolvimento e implicações sociológicas, antropológicas e históricas ou folclóricas.

I. — Cidades.

O processo colonizador do açoriano surge, dentro dos demais aspectos principais, como um agente fundador de cidades, pois, na realidade, foi uma de suas obrigações constantes do contrato de trabalho, ou no Edital ou Provisão de embarque e remessa de gente das ilhas, para o sul do Brasil, para o Rio Grande do Sul, no caso.

Assim, é admissível levantar-se ou compor um quadro com os índices necessários:

- Número de casais que fundaram a cidade.
- Nome da cidade.
- Data da chegada dos casais, ou da fundação da cidade.
- Lugar onde os açorianos foram colocados na sesmaria e seu proprietário.
- A colonização açoriana noutras cidades do Rio Grande que receberam o influxo do ilhéu e em centro urbano que ia ser criado à sombra de um forte militar ou acampamento

de fôrças armadas, ou arsenal de guerra, ou igreja fundada pelo fazendeiro, etc.

Origem açoriana de cidades do Rio Grande do Sul:

1. — 14 casais: Taquari (1764).
2. — 18 casais: Osório (Conceição do Arroio) (1773).
3. — 48 casais: Piratini (1762).
4. — 60 casais: Pôrto-Alegre (1752).
5. — 16 casais: Santo Amaro (1771?).

respectivamente

1. — na sesmaria de Francisco da Silva.
2. — na sermaria de Xavier Velho Ferreira.
3. — na sesmaria de José Antônio Alves.
4. — na sesmaria de Jerônimo de Ornelas.
5. — na sesmaria de Brito Leme.

Colonização açoriana nas cidades que êles formaram o núcleo populacional definitivo na criação urbana, isto é, a gente das ilhas é que foi a população civil em tôrno da fortaleza, do acampamento, da igreja, etc.

1. — Mostardas (1773).
2. — Rio Grande (1737).
3. — Rio Pardo (1752).
4. — Cachoeira (1753)-(1752).
5. — Triunfo (1752-53).

Acrescentam-se, como importantes na colonização açoriana:

1. — Viamão.
2. — Encruzilhada.
3. — Aldeia dos Anjos (Gravataí).
4. — Morro Grande (Pôrto-Alegre: Passo da Area e Itapoan),
5. — Caçapava.

Centros como Viamão, Caçapava e Encruzilhada, nitidamente pastorais, ou Gravataí como aldeia de índios e Morro Grande de Sant'Ana que teve um destino inesperado para que na vizinhança de Pôrto-Alegre, o desaparecimento da colonização do Morro de Sant'Ana resultou em aumento de Pôrto-Alegre. Ou as localidades que desapareceram também ou mudaram de nome: Estreito, Povo Nôvo, Lombas, Cerro Pelado ou Distrito do Jacuí, Passo do Couto, Cai, Rua Velha, etc. Também centros de colonização açoriana. Houve, na verdade, alguns fracassos na colonização: cidades mortas. Em compensação outras foram células de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. A geografia dos rios, das lagoas e do litoral desempenhou uma função na penetração do açoriano no Rio Grande do

Sul. Destinado também a ir até as Missões no alto Uruguai, rio Uruguai, êle chegou de Cachoeira a Piratini, plantando uma cultura, uma civilização.

*

II. — *Demografia.*

A população do Rio Grande do Sul (à época da vinda dos açorianos), era de 3.634 almas; mas no ano que começaram a chegar os açorianos, por exemplo, segundo os cálculos, entraram 585 casais, com 2.278 pessoas, o que determina logo o crescimento da população em 5.624 indivíduos.

Os dados de 1780, conforme o Mapa estatístico do Tenente Antônio Córdoba — mapa achado por Aurélio Pôrto — dão nesses quase trinta e cinco anos depois, apenas nas áreas puramente açorianas, 10.053, o que representa 55% da população total do Rio Grande do Sul. Mais da metade da população do Rio Grande do Sul constitui-se, pois, de açorianos. Tomaram-se duas datas logo após 1747: do contrato do transporte do Arquipélago dos Açores para o Rio Grande e Santa Catarina, mais diretamente para o Rio Grande, e um que é dêsse mapa ótimo de Ton Cordoba, 1780.

A análise detalhada do problema populacional dar-nos-ia esta conclusão realmente digna de registro: que o açoriano representa a maioria da população do Rio Grande com portugueses de outras procedências, os luso-brasileiros de Laguna e São Paulo, gente da Colônia do Sacramento, e os militares das diversas capitânicas do Brasil, de Pernambuco e Bahia, a Minas e Rio de Janeiro, e muitos de São Paulo, etc. O 55% do açoriano sôbre o total da população é matemático. O Rio Grande foi mais da metade nitidamente açoriano.

*

III. — *Economia.*

Dois aspectos, também em síntese, podem ser destacados:

a. — Agricultura.

b. — Pecuária.

a). — A agricultura açoriana é assinalada com o plantio do trigo. E têm-se dessa época a notícia do cultivo de outros grãos, como feijão, milho, cevada, alpiste, aveia, ervilha, centeio. Mais, vinhos, cochonilha, cânhamo e erva-mate. São as três categorias, pela quantidade.

O arroz, farinha de mandioca, queijo de boa cura, carne salgada, línguas, sebo cozido, cauda e cabelo de crina, couro, etc., formavam um quadro diferente, vindo de outros colonizadores ou povoadores. Os açorianos plantaram, em 1781, 8.982 alqueires e obtiveram 55.897 alqueires de trigo.

b). — A pecuária. O açoriano fôra trazido para prover o abastecimento do Rio Grande, suas tropas e fazendeiros, e embarcar o excesso da produção para os centros consumidores, como Santa Catarina, apenas pesqueiro, ou quase apenas isso no início, ou para as localidades maiores, do Rio ou São Paulo, mais a zona de mineração. O gado de fato desempenhava essa missão. Fornecíamos a carne para o Brasil, para o sul do Brasil. Mas a alimentação diversificada como ia obter-se? A agricultura precisava ser cultivada. De modo que o açoriano teve que exercer mais um outro papel. Além de consolidar a ocupação do Rio Grande, povoando-o, fundando cidades, entrando pelo interior, percorrendo rios e lagoas, atingindo fronteiras, garantindo a posse portuguesa do Rio Grande contestada pelos espanhóis do Rio da Prata, em represália aos lusitanos que ocupavam o Rio da Prata do lado oposto de Buenos Aires como lhes pertencendo por *uti possidetis* ou descobrimento prioritário.

Não posso transcrever quadros estatísticos da importância do surto agrícola que o açoriano deu ao Rio Grande do Sul.

Mas considere-se êste estado de coisas:

1. — Data. Uma data de terra, que os açorianos ganharam para a implantação da agricultura intensiva do Rio Grande — 272 hectares;

2. — Sesmaria. Uma sesmaria que o govêrno dava a quem requeresse pedindo-a, depois de provar que a ocupava para a criação de gado, fazendo ampla distribuição entre os militares e civis, militares que deixavam a farda para serem fazendeiros ou civis, que vinham de Laguna em enorme quantidade, seguido dos paulistas e gente da Colônia do Sacramento. Compreendia a “sesmaria” terra devoluta, que é do dicionário português antigo, e deu-se o nome a outras terras ainda devolutas, que se as chamaram de sesmaria até para a agricultura. Mas a sesmaria no Rio Grande tinha 3 x 1, três léguas de fundo e 1 légua de frente, num total de 13 mil hectares. A primeira geração do açorianos ainda se sujeitou um pouco. Não muito. A segunda reagiu violentamente. Houve assim uma transformação de classe econômica e social. O agricultor exigiu a sesmaria e deixou de plantar para criar. No princípio, o aspecto teve caráter de luta. Mas a situação modificou-se com o decorrer do tempo. Os açorianos bandearam-se, quando puderam, para as sesmarias. Êles tinham vindo junto praticamente com os exércitos demarcadores dos

limites entre Espanha e Portugal no Rio Grande do Sul. Sucederam-se numerosas campanhas militares. Saindo das fileiras das tropas quantidade de militares que se passaram para o Rio Grande, ou se já aqui residiu, julgaram-se com direito a pedirem uma sesmaria que era uma espécie de recompensa de guerra que se dava. Os açorianos não estavam obrigados ao serviço militar. Mas os filhos de açorianos estavam. Foi nessa segunda camada, na nova geração, então, que se processou a modificação. Foram ser fazendeiros. Deixaram a agricultura do tempo dos pais. Não quiseram empobrecer. Como os açorianos de Santa Catarina, que se mantiveram fieis à agricultura e à pesca, o Rio Grande do Sul é ainda hoje o maior estado pesqueiro do Brasil, e vindo de Tôrres ao pôrto do Rio Grande não é difficil encontrar-se, e pelo contrário, são descendentes de açorianos nessa tarefa. Também pobres. Embora os pescadores atuais, mais modernos, da Ilha dos Marinheiros, no Rio Grande, cidade do Rio Grande, sejam mais recentes. A manutenção da tradição pesqueira, entretanto, foi inteiramente açoriana no Rio Grande. E' a zona pobre. Os açorianos que não ficaram no litoral não concordaram em ser apenas agricultures.

Açorianos fazendeiros. Isso os salvou. Da miserabilidade. Participaram, pelo seu *status* econômico, das elites dirigentes. Eles foram, os descendentes, as elites dirigentes. E provinham das estâncias. Fonte de riqueza sólida do Rio Grande histórico e a atual.

*

IV. — *Idioma.*

A fala de açoriano, seu português guardado no arquipélago puro que se manteve nas nove ilhas, foi um português do tempo da Renascença, cujas peculiaridade mal chegaram ao setecentismo, dando ao idioma português, usado pelo açoriano, um saber quinhentista ou seiscentista, imaculado ao meio do Oceano, onde os estoques povoadores não foram renovados, permanecendo uma super-população de 300.000 habitantes para tôdas as nove ilhas. O máximo de capacidade habitacional das nove ilhas. Em 1747 talvez fôsse mesmo uma população de 300.000 habitantes do arquipélago. A população de hoje, dois séculos depois, também é de 300.000: é quanto suporta o arquipélago. Daí a emigração permanente. Nos dias atuais para a Califórnia, Massachusetts, Venezuela, Sandwich, Hawai, etc.

O português do Brasil foi sendo, no Rio Grande do Sul, alterado pelo açoriano:

- 1º. — Dialeto.
- 2º. — Linguagem.
- 3º. — Fonética.
- 4º. — Gauchismos.
- 5º. — Vocabulários.
- 6º. — Açorianismos.

1. — *Dialeto.*

A lição do Alfredo Gomes, na sua *Gramática Portuguesa*, seguindo os ensinamentos de Leite de Vasconcelos, é das únicas a apontar o conteúdo dialetológico da presença do açoriano na linguagem do português do Brasil:

- troca do *o* em *u*: flur, amur, bum por flor, amor, bom;
- corrupção do ão em ã de ei em ê: sapatêro, mantêga.

*

2. — *Linguagem.*

Apolinário Pôrto-Alegre, grande escritor, mestre do idioma, professor ilustre e autor de grande número de obras, político combativo, residindo na Vila Jardim, em Pôrto-Alegre, a caminho de Viamão, na zona do Morro de Sant'Ana, colheu dos descendentes de açorianos ainda o depoimento vivo do linguajar do ilhéu-gaúcho. Palavras usais do dialeto riograndense falado naquela área no fim de século, palavras evidentemente que continuam até hoje:

- Cambeta (cambo da rodado, tipo de rodado açoriano, roda sem raios).
- Cercear (com acepção de cortar rente: cercear a árvore).
- Cômputo (Cálculo. Vamos fazer o cômputo da despesa).
- Eito (série de coisas numa mesma direção, numa linha, a fio — Um eito de mato, de derrubada).
- Nuel (implume — passarinho nuel).
- Obrigaçào (família — Como vai a obrigaçào?).
- Penso (inclinado — mesa pensa).
- Terçó (último filho nascido: caçula).
- Rejeira — (têrmo marítimo que passou para a agricultura).
- Hostar (hostis — hospedeira, anfitrião, hospedar).
- Rancho (pic-nic).

*

3. — *Fonética.*

Elpídio Ferreira Paes, autor de um brilhante trabalho sôbre a fonética do linguajar do gaúcho, professor de raras virtudes, latinista primoroso, grande especialista do idioma português, registrou a fala cantada do açoriano. Em São Miguel, nos Açores, ainda é a mais típica das falas cantadas das ilhas. No Rio Grande do Sul — carvão (carvão), cariguêro (cargueiro).

*

4. — *Gauchismos.*

Cezimbra Jacques, pioneiro dos estudos tradicionalistas sôbre Rio Grande, colheu interessante material no campo da dialetologia. O que modernamente fêz o Prof. Heinrich Bunze, pesquisador muito sério e autor de interessantes e ótimas pesquisas no gênero. Walter Spalding, por sua vez, como historiador de nomeado, também passou a percorrer o assunto com muita propriedade, comparando a fala do gaúcho ao registro que Luís da Silva Ribeiro fêz da linguagem popular da Ilha Terceira, uma das nove do Arquipélago dos Açores. Dos 150 arcaísmos açorianos todos estão na linguagem dialetal do Rio Grande. Alguns desses 150 arcaísmos incorporados ao vocabulário gauchesco, tendo nítida procedência açoriana, como se documenta:

*

- Abrasiado (vermelho, ruborisados).
- Alambre (pessoa esperta, arame-alambrado).
- Abusão (êrro, engano, ilusão).
- Apeiro (parte dos arreios que serve para o governo, segurança e ornamento do cavalo).
- Arriba (acima).
- Badana (carneiras).
- Bombachas ((calções largos e compridos).
- Brete (corredor de madeira para o gado ir ao banho, etc.).
- Cangar (deixar se enganar, jungir).
- Cola atada (costume campeiro, rabo amarrado).
- Defensão (defesa, defender, defender).
- Depois (depois).
- Dona (senhora).
- Emborcar (cair de bruços).
- Escachar (esmagar).
- Gorgomilho (garganta).
- Lerdo (tardio).
- Peão (empregado).

- Pinchar (impelir).
- Riba (ribeira, acima).
- Sestros (manha).
- Talagada (quantidade grande, principalmente de bebida).
- Varar (cruzar o rio).

*

5. — *Vocabulário.*

A linguagem do litoral do Rio Grande, com a permanência das heranças açorianas, entre os pescadores, observa-se um tipo diferenciado de vocabulário, que a transferência da fala das coisas do mar para a fala das coisas de terra. Notam-se outras presenças, outras contribuições.

Em Tôrres, eu mesmo encontrei, fazendo uma pesquisa, entre quatro ou cinco investigações que realizei, vocábulos interessantes:

- Tripulação — moradores de uma determinada zona).
- Pilôto — ajudante de agrimensor, guia, etc.).
- Vigia — olhar.
- Engulho — vomitos secos.
- Alijar — vomitar.
- marion — pessoa sem moral.
- macacor — doença, enxaqueca.
- inquisição — dúvida, arengar.
- côvado — medida: 68 centímetros.
- manjuá — balaio de pescaria feito de cipó.
- veleira — mal feito.
- trabuco — ruim.
- engigado — encolhido.
- engodo — ato de atrair o peixe.
- cuar — ato de preparar o peixe para salgar.

6. — *Açorianismo.*

O Prof. Manuel de Paiva Boléo, erudito mestre da Universidade de Coimbra, tem importante tese não só sôbre a maneira de falar cantado do açoriano, que êle atribui ao vento do mar que percorre violento as costas das ilhas, como variantes fonéticas das mais interessantes. *Tch* — *boa noit'* e a elisão do grupo-*lh- milho é mio, o* — *êi* — não é pronunciado como — *ai*.

*

7. — *Tipo.*

Registre-se o tipo antropológico do açoriano. Estatura elevada, olhos claros, as mulheres bonitas, etc. A estatua não tem nada de

flamenga. O flamengo já em pouco número nas ilhas e assim mesmo só em duas ou três das ilhas. Não podia modificar o tipo. E' a procedência do norte de Portugal no povamento do arquipélago.

*

8. — *Religião.*

A mais importante devoção do colono açoriano é a do Divino Espírito Santo. A Capela do Divino ao lado da Igreja Matriz. Na verdade, é uma devoção flamenga, pois veio de Flandres, onde é popular. As Festas do Divino no Rio Grande tiveram grande significado. Até hoje as bandeiras do Divino, levadas pelos Irmãos da Irmandade entram até no *City Bank of New York* no peditório, em Pôrto-Alegre. Assim, então:

- Divino Espírito Santo.
- São Miguel e Almas (Cemitério de Pôrto-Alegre, irmandade e enchente de São Miguel).
- Procissão do Senhor dos Passos, do Encôntro, *Corpus Christi* e Navegantes.
- Natal, Reisado com cantores e músicos. Presépios, mais presépios, e muitos.

*

9. — *Caudilhismo.*

A influência da fronteira, a vizinhança da Argentina e do Uruguai, o caudilhismo platino do século XIX, principalmente, e seus reflexos no Rio Grande do Sul. O caudilhismo gaúcho do Rio Grande teve sua sanguinolência atenuada pela influência açoriana. Importante considerar-se êstes aspectos. A diferença entre o caudilhismo platino e riograndense é devida à gente das ilhas. A brandura, a tranqüilidade e a calma do açoriano.

*

10. — *Família.*

E' altamente expressivo, na genealogia riograndense, as origens açorianas. Todos os líderes políticos, chefes militares, revolucionários de diversas épocas, escritores, etc., tem origens açorianas. O colono açoriano deixou sua marca, através do tempo. Agora, alterada por etnias diversas.

*

11. — *Sobrado*.

Gilberto Freyre estudou os sobrados do Rio Grande do Sul que os achou de uma autenticidade açoriana. Assim, a casa típica, o sobrado de Fazenda ou da cidade tem suas linhas arquitetônicas, o seu desenho e o risco tipicamente das ilhas. Prolongando-se o conceito há muito que encontrar, discutir, ver, e nos hábitos de viver, na casa, na alimentação e nos costumes. O sobrado é um traço sociológico visível.

*

12. — *Sociologia*.

O colono, de fato, comunicou e deixou seus costumes em tudo no Rio Grande do Sul. Gilberto Freyre, num segundo trabalho sobre o Rio Grande, *Continente & Ilha*, registrou nossa originalidade étnica e antropológica como uma decorrência inevitável da gente do arquipélago açoriano.

*

13. — *Folclore*.

Deixo por último este aspecto predominante da vida do Rio Grande, segundo seus afazeres populares, afazeres ou costumes do povo. O registro decorrente da colonização açoriana é fabuloso.

- Cavalhadas (Festa montada de luta entre mouros e cristãos, com princesas, reis, embaixadas, castelos, etc. Espetáculo que até hoje se representa. Argolinha, incêndio, tiros, duelos, etc.
- Danças que são perfeitamente açorianas e do uso dos gaúchos:
 - Pêzinho.
 - Quero-mana.
 - Anu.
 - Tirana.
 - Chimarrita.
 - Balaio.
- Poesias:
 - Prenda Minha.
 - Trovas que Cecília Meireles encontrou em São Miguel, idênticas às do Rio Grande do Sul.

Pensamos, ter provado, com o que escrevemos até aqui, que a colonização açoriana fêz do Rio Grande do Sul uma das províncias mais brasileiras da América Portuguesa.

Danças antigas, algumas resistiram até hoje, outras foram restauradas.

*
* *
*

BIBLIOGRAFIA.

A bibliografia riograndense é diminuta, como já se disse de início. Mesmo a européia, a portuguesa não é lá essas coisas, de modo que, sem falar na literatura brasileira, também pequena em matéria de Açores, somente se pode recorrer às fontes açorianas propriamente ditas.

Remetemos o leitor aos nossos dois trabalhos publicados na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, onde no volume 251, de abril-junho de 1961, na primeira parte, citamos 22 títulos e na segunda parte do levantamento enumeramos 302, num total, assim de 324. A terceira parte da bibliografia analisada dos Açores inseriu-se no volume 252, de julho-setembro de 1961, então com 220 títulos de livros e monografias. Reunimos no total — 544 títulos sobre os Açores. Alguns poucos títulos, entretanto, mencionamos aqui:

- Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*. Funchal. 1873.
P. Antônio Cordeiro, *História Insulana*. Lisboa. 1717.
Jordão de Freitas, *As Ilhas Atlânticas dos Açores na História da Expansão Portuguesa*. 1922.
Carreiro da Costa, Numerosos títulos.
Armando Côrtes Rodrigues, *Idem*.
Raul Brandão, *Ilhas Desconhecidas*. Lisboa. 1920.
Leite de Vasconcelos, *Mês do Sonho*. Lisboa. 1926.
Luís da Silva Ribeiro, Diversos títulos.
Acúrsio Garcia Ramos, *Notícias sobre o Arquipélago dos Açores*. Lisboa. 1871.
Damião Peres.
Vitorino Nemésio.
Júlio Mess.
Antônio Ferreira de Serpa.
Hipólito Raposo, *Descobrendo Ilhas Descobertas*. Edições Gama. Portugal. MCMXLII.
Arthur Morelet.

Alberto Tôrres, *Corografia dos Açores*. Imprensa Nacional. Lisboa. 1891.

*
* * *

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Helmut Andrä* (Instituto Hans Staden. São Paulo).

Pergunta:

1º). — Os açorianos desempenharam-se a contento da tarefa primordial — a de abastecer as tropas — ou começaram em tempo relativamente breve a dedicar-se a outras tarefas?

2º). — Houve nos primeiros decênios da colonização açoriana ligações familiares em maior escala entre os colonos e os componentes das tropas regulares e das milícias brasileiras?

*

Do Prof. *Eduardo d'Oliveira França* (FFCL. da USP.).

Inicialmente cumprimenta o Prof. Dante de Laytano pela contribuição que trouxe em tórno da presença açoriana no Brasil e diz querer apenas dar uma contribuição ao Autor da comunicação.

Afirma que a vinda dos açorianos ao Brasil, norte e sul, no século XVIII não é algo de isolado — pertence a uma continuidade. Em seus estudos sôbre a área do açúcar encontrou na conste'ação social da economia do açúcar uma surpreendente freqüência de insulanos na colonização: madeirenses e açorianos. De senhor de engenho a mestres de açúcar. Antepassados de tradicionais famílias baianas. Não sabemos por enquanto o quanto na primitiva colonização devemos à Portugal metropolitano, e o quanto às Ilhas, de onde talvez fôsse psicologicamente mais fácil emigrar. Os arquivos das Ilhas devem conter um pouco da história do Brasil. Desde a mais remota.

*

Da Profa. *Cecília Maria Westphalen* (da FFCL da Universidade Federal do Paraná).

Diz que o Prof. Dante de Laytano pincelou, com veemência, os traços culturais gauchescos que se enraizaram na colonização açoriana. Deseja apenas que se acentui agora a importância dessa colonização para a "fronteira cultural" e, depois para a "fronteira política", en-

tre a América portuguesa e a América hispânica. O Rio Grande do Sul é brasileiro porque foi português, assim como o Uruguai é o Uruguai porque não foi colônia culturalmente portuguesa.

*
* *
*

RESPOSTAS DO PROF. DANTE DE LAYTANO.

Ao Prof. *Helmut Andrä*.

I. — Os açorianos, pelo menos durante uma geração, diremos assim, ou — dos açorianos que vieram como colonos — de acôrdo com a Provisão Real e os Editos publicados nas Ilhas cumpriram sua destinação — foram agricultores. Resolveram o problema de abastecimento das tropas militares aquarteladas no Rio Grande do Sul, uma das finalidades da colonização. O cereal nobre — o trigo — constituiu a base racional da cultura das “datas” de terra que êles receberam do govêrno. Plantaram outros “grãos”. Mas o govêrno não pagava os fornecimentos de trigo, deixavam em atraso enorme quando se resolvia atender a retribuição devida aos colonos, etc. Veio o desinterêsse. Faltou estímulo aos açorianos. Não só passaram-se para a pecuaria que lhes dava 13.000 hectares de terra de presente, quanto tinha uma sesmaria — ao envés de 272 hectares — de uma data de terra para agricultura. Os filhos dos açorianos não admitiram êsse *status* econômico diferenciado. Os tropeiros, invernadores e estancieiros tinham as sesmarias e os militares a recebiam — não como botim de guerra — como prêmio das campanhas que foram numerosas e ocuparam tôda a história colonial do Rio Grande. Deixavam a farda e iam ser estancieiros. No fundo, continuavam militares. Daí umas das razões do espírito aguerrido da gente gaúcha ao tempo da colônia, herança que se prolongou nos costumes da vida do Rio Grande. Os açorianos, por sua vez, que não podiam ser militares de tropas regulares, a não ser de Companhias de Ordenanças, fôrças locais e policiais, na geração seguinte participou de tôdas as lutas armadas, da execução de tratados de limites às revoluções. Fêz assim jus à sesmaria.

O govêrno é que incentivou a própria transformação dos açorianos. Pelo menos indiretamente.

II. — A geneologia no Rio Grande do Sul acentuou de fato êste aspecto de que as relações de famílias entre açorianos e militares ou estancieiros foram totais. Isto é, mulher açoriana ou casava com militar que servia no Rio Grande do Sul ou com o fazendeiro, tropeiro ou invernador da terras da Capitania d’El Rei desta parte.

Já nos filhos e filhas dos açorianos colonos que tinham chegado, ou acabavam de chegar, talvez no princípio as famílias de açorianos estabeleciam os casamentos entre êles, na falta de relações e amizades. O que não se deu depois, com os filhos e filhas dos açorianos que tinham nascido na Rio Grande. O que mudou o problema na geração que se sucedeu a dos pais. Constituindo os açorianos 55% do totalidade da população do Rio Grande do Sul, sua influência na formação das famílias do Rio Grande do Sul é vastíssima.

Os troncos de líderes como Bento Gonçalves, Presidente da República Riograndense (1835-1845) ou de um Flôres da Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, ou de um Júlio de Castilhos, a maior figura da propaganda republicana no Rio Grande, e que cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, onde também concluíram o curso eminentes figuras do Rio Grande do Sul, tais como Pinheiro Machado, Assis Brasil e Mendonça Lima, vêm-se nas suas respectivas árvores genealógicas a presença açoriana. O século XVIII, na segunda metade e o século XIX, ños mostra os açorianos e as açorianas em qualquer família gaúcha, importante ou modesta, rica ou pobre, fazendeiro ou militar, simples anônimos, etc.

O entrelaçamento familiar é, pois, uma constante açoriana com militares e estancieiros, ou com os pioneiros da formação do Rio Grande, gente de tôdas as classes.

Como no início da vida do Rio Grande, os pioneiros eram personalidades ligadas à vida da fazenda ou aos regimentos e batalhões — sendo certo que açorianos e açorianas tinham que relacionar-se naquelas classes.

*

Ao Prof. *Eduardo d'Oliveira França*.

III. — Claro que a vinda dos açorianos para o Sul no século XVIII não é um fato isolado na história brasileira. Certo. Mas refiro-me à corrente imigratória em massa. Em massa e em quantidade, na verdade, sòmente se tem registro em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para onde chegaram as levas imensas de milhares de açorianos.

Acrescente-se que no Amazonas houve uma tentativa de colonização açoriana que não vingou, não continuou e não foi adiante. Isolaram-se na primeira leva ou nas primeiras levas ao lado de militares e degredados, como ensina Artur César Ferreira Reis.

Os centros baleiros do Pará e Paraíba, também levaram açorianos. Pois é uma das atividades comuns da vida dêles a pesca de

baleia. E até hoje ocorre isso nas ilhas. A pesca da baleia é uma constante do sistema econômico local.

Os engenhos de açúcar de Pernambuco e Bahia atraíram açorianos. Como na pesca da baleia, a lide açucareira tinha grande importância entre êles. Na Ilha da Madeira, por exemplo, a experiência da cultura do açúcar foi de alta importância. Madeira vizinha dos Açores, transplantou-se com facilidade para os Açores.

Na verdade, na zona de mineração, sim, não possuíam tradição alguma, como acontece com o gado, que êles o tinham estabelecido e em pequena quantidade. Técnicas de trabalho diferente. Mas a aração econômica era a mesma. Açoriano em São Paulo ou açorianos em São Paulo em pequeno número, sim.

Pequena escala em São Paulo e Minas, etc. — ou em média escala em Belém do Pará, Amazonas e Paraíba. Até chegar-se em grande escala no Rio Grande e Santa Catarina.

O açoriano é um colonizador de hábitos sóbrios, com a família organizada — os açorianos — originalidade étnica e antropológica. Estiveram em todo o Brasil, mas a grande corrente imigratória é dirigida para Santa Catarina e Rio Grande.

*

À Profa. *Cecília Maria Westphalen*.

IV. — Acentuar a contribuição açoriana, como povo colonizador, na formação de uma “fronteira cultural” ao lado de uma “fronteira política” é de fato um de seus aspectos predominadores nas origens do Rio Grande. Foram levados açorianos para as margens do Rio da Prata, na Colônia do Sacramento, mas os espanhóis não os admitiram. Destruíram diversas vezes a Colônia do Sacramento fundada por D. Manuel Lobo em 1680; mas a cada arrasamento os portugueses respondia levantando de novo a Colônia do Sacramento. Isso aconteceu até 1777, com o Tratado de São Idelfonso.

A presença do açoriano no Rio Grande determinou e consolidou moralmente a ocupação. Não foi, portanto, apenas uma ação material. Mas psicológica. Preenchidas as áreas vazias com os açorianos assegurou-se a posse portuguesa. A posse e o idioma, os costumes, a cultura.

A própria “fronteira política” foi ampliada pelos açorianos que se mobilizaram do Tratado de Madri em 1750, cujos limites eram o Rio Pardo e depois passando para as Missões que os espanhóis se opuseram entregar ainda. E somente em 1801, um descendente de açoriano, Borges do Canto incorpora o vasto território das Missões

ao Rio Grande. Atuaram os açorianos portanto não só na fronteira cultural, mas também na fronteira política.

Os nossos costumes foram levados até a Colônia do Sacramento e até mesmo no final do século XIX a presença do Rio Grande no Uruguai era tão importante que o governo do país amigo promulgou uma lei proibindo o uso da língua portuguesa no Uruguai — e de forma enérgica — nas cidades e áreas de fronteiras do Uruguai com o Rio Grande.

Mantivemos para a América Portuguesa uma doutrina de resistência no Rio Grande do Sul. Os exércitos fizeram o papel que lhes competia. As populações civis, por exemplo, garantiram, e isso praticaram os açorianos, a posse de uma fronteira sob o aspecto cultural, mais e de qualquer maneira — melhor do que uma fronteira política, que êles entretanto ajudaram a montar.

A IMIGRAÇÃO UCRANIANA NO PARANÁ (*).

OKSANA BORUSZENKO

Instrutor de Departamento de História da Faculdade
de Filosofia da Universidade Federal do Paraná.

0.0 *Introdução.*

Uma das correntes imigratórias dirigidas ao Paraná foi a dos ucranianos que pertencem a um grupo imigratório maior, dirigido a este Estado, o eslavo.

Devido à conjuntura no momento em que emigraram de seu país de origem e como, em muitos casos, no Paraná, localizaram-se, em área anteriormente ocupada por outros grupos étnicos, há evidências de perda de identidade cultural e tendências de absorção pela corrente majoritária do grupo eslavo, constituída pelos poloneses, com os quais havia maior afinidade cultural, apesar de serem portadores de cultura diversa.

Nesta fase a Igreja teve importante papel na conservação das suas tradições. Em uma segunda etapa da imigração ucraniana, melhoraram as condições de manutenção e reavivamento das tradições culturais ucranianas. A vinda de imigrantes de nível de instrução mais avançada que atuaram neste sentido, propiciou o início de um movimento para a sobrevivência da identidade dos ucranianos.

Os ucranianos ocuparam largo setor de atividades agrícolas, na vida paranaense, não só nas áreas da sua colonização inicial, como também em novas frentes pioneiras.

Com relação aos problemas de participação ativa na vida política regional, esta foi tardia como, em geral, para a grande parte dos grupos imigrados.

As comunidades agrárias e, mesmo, os ucranianos que vivem nas cidades, conservam muito do estilo próprio de vida, seus costumes e tradições, notadamente a língua. E isso se reflete tanto na

(*). — Comunicação apresentada na 3ª sessão de estudos, no dia 5 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

vida religiosa, como na social, dos imigrantes ucranianos no Paraná, onde êles constituem uma unidade cultural.

1.0 *Antecedentes históricos.*

A Ucrânia surgiu no cenário histórico, como nação definida, no século IX, com o principado de Kiew. O seu primeiro príncipe, comprovado historicamente, foi Oleh que, após guerra bem sucedida, assinou tratado de paz com o Império Romano do Oriente, no ano de 911.

Kiew tornou-se rapidamente o centro da organização estatal ucraniana, submetendo, paulatinamente à sua supremacia as demais províncias ucranianas e graças ao seu desenvolvimento, sob a influência de Bizâncio, desempenhou nos séculos IX-XII um grande papel na Europa.

Seus principais chefes, sucessores de Oleh, foram: Swiatoslav, o Conquistador (+972), grande guerreiro, que chegou a levar suas armas até as portas de Constantinopla; Volodymyr, o Grande (+1015), que se convertendo ao Cristianismo, oficializou a religião cristã, passando o ducado a receber a influência direta da igreja greco-bizantina.

O grão duque Volodymyr e os seus descendentes, como Yaroslav-o-Sábio (o codificador das leis ucranianas), bem como Volodymyr Monomach (o herói das lutas contra os invasores asiáticos), incrementaram na Ucrânia um invulgar desenvolvimento das ciências, letras e artes. O intercâmbio cultural com a Europa Central e Ocidental era muito vivo, devido também aos laços de parentesco, através de alianças matrimoniais que ligavam a corte de Kiew às da França, Inglaterra, Suécia, Noruega, Alemanha, Hungria, Polônia e também à de Bizâncio.

A hegemonia porém, durou pouco. Após a morte de Yaroslav-o-Sábio (+1054), um complexo de forças desagregadas internas e externas, bem como a sempre crescente pressão de povos asiáticos que, já nos séculos precedentes, haviam obrigado parte da população ucraniana a emigrar do Sul para o Ocidente (Galícia e Lodoméria), conduziram, em breve, o Estado de Kiew à decadência.

Em consequência disso, algumas tribos, sobretudo as de diferentes elementos étnicos, conseguiram alcançar sua independência. Assim, ao norte, Palosk obteve sua emancipação, com o que passou a ser a medula da nação bielo-russa. A nordeste consolidou-a Suzdal, primeiro núcleo da nação russa, formada de elementos eslavos com *húngaros-findandeses* (1).

(1). — Martovych (Oleh) *Por la libertad de Ucrânia*. Buenos Aires, 1952.

Com a decadência de Kiew o centro da organização estatal ucraniana, transferiu-se para o Ocidente, onde, no século XII, surgiu o reino da Galícia e Lodoméria.

Seu soberano de maior expressão foi o rei Daniel (+1264) (2) organizador e orientador da resistência ucraniana contra os tártaros e mongóis, e fundador da cidade de Lwiw (Lemberg), que logo se tornou a capital do reino. Os descendentes do rei Daniel, particularmente seu filho Lew (+1300) e o seu neto Yury (+1308), mantinham relações muito estreitas com a Europa Ocidental, conservando na sua política, as tradições do grão ducado de Kiew quanto às lutas contra os orientais.

Enfraquecido por sua vez pelas repetidas invasões mongólicas, o reino da Galícia e Lodoméria sucumbiu, quando, em virtude da extinção da sua dinastia, os seus vizinhos ocidentais invadiram suas terras no século XIV. Após um curto período de dominação húngara, a província da Galícia foi anexada ao reino da Polônia. Porém, a maior parte do território da Ucrânia, dividido em inúmeros principados independentes, foi no século XIV gradativamente submetido à autoridade suprema, dos grão-duques da Lituânia, que, na qualidade de parentes, consideravam-se e eram considerados sucessores legítimos dos soberanos ucranianos da Galícia e Lodoméria.

Porém, em consequência da união estatal da Lituânia com a Polônia, pelo conclave de Lublin, em 1569, quase todas as terras ucranianas foram submetidas ao governo de Varsóvia, perdendo os ucranianos sua autonomia nacional.

Os senhores de terra da Polônia haviam submetido os camponeses da Ucrânia a uma servidão por eles desconhecida. Foi nessa época que surgiram os cossacos. Eram homens que, desejando vida livre e independente, retiraram-se para as estepes do baixo Dnieper.

Após várias tentativas, num levante poderoso desses cossacos, sob a chefia do *hétman* (3) Bohdan Khmelnytskyj (+1657), a Ucrânia reconquistou, em 1648, a independência nacional, adotando a forma de República dos Cossacos Ucranianos, governada por *hétmans* eleitos.

Mal se organizara o novo Estado, produzia-se um choque com a Rússia, naquele tempo em franca ascensão. Em 1659, na batalha de Konotop, os russos foram derrotados pelos ucranianos, conduzidos pelo *hétman* Iwan Vyhovskij. A ameaça, porém, não foi eliminada. Diante das novas investidas russas, o *hétman* Iwan Mazepa (+1709), reiniciou a luta armada de grande envergadura. Contudo na batalha

(2). — Daniel foi coroado rei, pelo Papa Inocêncio IV, em 1253.

(3). — *Hétman*: supremo oficial (chefe do exército).

de Poltava (1709), as forças ucranianas e as de seus aliados suecos, comandados pelo rei Carlos XII, foram derrotados pelos exércitos do czar Pedro I. No ano de 1764, com a deposição do *hétman* Cirilo Rozumovskij, pelos próprios cossacos, a Ucrânia perdeu totalmente sua autonomia estatal, sendo, em breve, reduzida a simples província dos tzares russos, que se aproveitaram, para tanto, da anarquia motivada por aquela deposição.

Quanto às terras ucranianas que ficaram sob o domínio da Polônia, com a última divisão desta, em 1795, passaram também em grande parte ao contróle da Rússia, enquanto que os Habsburgos ficaram com sua parte ocidental, a Galícia e Bukovina.

Esta situação perdurou até o início da revolução de 1917, quando os ucranianos apresentaram suas reivindicações e com armas em punho realizaram sua independência. Foi a Ucrânia, em 22 de janeiro de 1919, reintegrada na sua integridade político geográfica, ressurgindo sob a denominação da República Ucraniana.

A Rússia inconformada com esta libertação, invadiu novamente o território ucraniano. Seguiram-se quatro anos de lutas e diante a superioridade bélica dos russos, a Ucrânia não conseguiu resistir e foi incorporada à União Soviética.

A Ucrânia atual, existe sob a denominação de República Socialista Soviética Ucraniana, a cujo respeito diz Dalmo Belfort de Mattos:

“é uma circunscrição autônoma, mas não soberana, cuja Constituição deve respeitar os princípios básicos do marxismo-leninismo. Os negociadores de Yalta, reconheceram-lhe o direito de acesso à ONU”.

Foi realmente ali acolhida, em 27 de abril de 1945, onde exerceu cargos no Conselho de Segurança, no Econômico e Social, aderindo também a várias das suas Organizações especializadas. Prosseguindo, diz o jurista brasileiro:

“tal personalidade, *sui-generis* em Direito Internacional, torna-a sujeita ao *jus-gentium*, mas não lhe confere de fato independência, nem sequer *self-government*. Foi dotada de *jure*, de soberania interna, *ex-vi* da Reforma Constitucional Stalinista de 4 de março de 1944, dispondo do direito de negociação e de voto, no quadro das Nações Unidas; não possui nem a faculdade de modelar as suas instituições, nem o direito à separação, ou à fusão num todo político à sua escolha. Ela é hoje como outrora, um problema candente do sudeste europeu” (4).

(4). — Mattos (Dalmo Belfort), *A Ucrânia Moderna e seus Problemas* in “Correio Paulistano”, 3-5-1959, pág. 6.

2.0 *Imigração Ucraniana.*

O maior contingente ucraniano fora de suas fronteiras etnográficas, vive nos países da URSS e soma aproximadamente 8 milhões de pessoas. A emigração para os países do mundo ocidental, devido às possibilidades de vida melhor, apesar de não ser numericamente considerável, é de grande importância. Ucranianos são encontrados em quase todos os países do mundo ocidental, não só na Europa, como na América e Austrália. Os ucranianos no Ocidente são calculados em mais de 2 milhões, e destes, cerca de 150 mil vivem no Brasil, sendo cerca de 120 mil no Paraná.

Um dos pontos pouco esclarecidos, pela ausência de documentação, diz respeito aos primórdios desta imigração para o Brasil. A maioria dos Autores fixa o ano de 1895 como o seu ponto de partida, pois, data desse ano, a chegada ao Paraná da primeira grande leva de ucranianos vindos da Galícia. Existem informações de que grupos de imigrantes ucranianos teriam vindo em 1876 e 1891, porém estes, não podem ser tomados como referência em virtude da ausência de documentos comprovantes. Estes colonos, ao que se deduz, mesclaram-se com os habitantes do lugar, de modo que hoje constam apenas os seus nomes de família, na lista do grupo de primeiros imigrantes eslavos (5).

A imigração ucraniana, no Paraná, pode ser considerada em três etapas distintas.

A primeira, data dos fins do século XIX, quando milhares de ucranianos, sobretudo lavradores da Galícia e Bukovina que, desde o Congresso de Viena, estavam sob o domínio da Áustria, em consequência da superpopulação agrária e débil industrialização, e ainda as más condições sócio-econômicas, abandonaram as terras negras e transferiram-se para outros países, entre os quais o Brasil e, particularmente, o Estado do Paraná.

A segunda etapa da imigração ucraniana efetuou-se após a Primeira Guerra Mundial. Os motivos, desta vez, foram sobretudo políticos. Isto porque a Ucrânia não ficou alheia aos movimentos liberais do século XIX, que caracterizaram a Europa. O movimento nacional ucraniano continuou a desenvolver-se até o início da Primeira Guerra Mundial.

Quando, em março de 1917, eclodiu na Rússia a revolução que derrubou o governo czarista, os ucranianos receberam com simpatia aquêlo movimento liberal e imediatamente formaram um Conselho Central Nacional. Em julho do mesmo ano o governo provisório

(5). — Wihornynskyj (Pe. Irineu) *Iracema*. Prudentópolis, 1958, pág. 83-93.

reconheceu a Ucrânia como unidade autônoma dentro do Estado russo. Entretanto, em novembro, a revolução bolchevista depôs o governo provisório, em consequência do que, o Conselho Central Nacional Ucrâniano, em 22 de janeiro de 1918, proclamou a Ucrânia como *República Nacional Independente*, ou seja a Ucrânia Oriental, que anteriormente estava sob domínio russo.

Com o colapso do Império Austro-Húngaro, em 1918, os ucranianos da Galícia imediatamente proclamaram a independência da República Nacional da Ucrânia Ocidental, abrangendo os territórios habitados pelos ucranianos no extinto império.

Movimentos revolucionários agitavam o país nos fins da Primeira Guerra Mundial, e na época do armistício. Em meio a tôdas estas dificuldades, os nacionalistas ucranianos trabalharam arduamente para restabelecer os alicerces do seu Estado, fundindo os dois governos e proclamando em 2 de janeiro de 1919, em Kiew, a unificação dos dois Estados Ucranianos numa só República.

Porém, o governo que proclamou esta união não teve forças suficientes para manter e proteger o Ato da Unificação. Na Ucrânia Oriental, os russos estabeleceram o seu contrôle. Quanto à Ucrânia Ocidental era originalmente intenção da Conferência de Paz, de Paris, outorgar-lhe o direito de auto-determinação e governo próprio. Entretanto, em 1923, foi reconhecida a soberânia da Polônia sobre este território.

Estes acontecimentos causaram grande êxodo dos ucranianos para o Ocidente e uma parte deles é que veio ao Paraná.

O maior êxodo dos ucranianos, deu-se, porém, após a Segunda Guerra Mundial, êxodo este no qual se inclui a terceira etapa da imigração ucraniana para o Paraná. Eram mais de 200 mil, entre operários, prisioneiros de guerra, refugiados políticos, soldados da primeira divisão ucraniana e de outras formações militares, que lutaram ao lado dos alemães contra os russos. Quanto aos operários, êstes haviam sido trazidos de várias províncias da Ucrânia, pela administração alemã, para trabalharem *na Alemanha durante a guerra*.

Terminada esta, os ucranianos tiveram que resistir ainda à forte opressão dos aliados ocidentais que se comprometeram em Yalta a repatriar todos os cidadãos soviéticos, porém, nos fins de 1945, foi abolida a cláusula de repatriação obrigatória.

Sob a proteção jurídica da ONU foi constituída a UNRRA (*United Nation Relief and Repatriation Administration*), substituída em 1947 pela IRO (*International Refugee Organization*), êste organismos ajudaram a sustentar materialmente todos os refugiados e depois auxiliaram a sua imigração para outros países.

A maior parte dêles, seguiu para os Estados Unidos da América, Canadá, Brasil, Argentina e outros países americanos. E, no Brasil, mais uma vez, o Paraná, foi o Estado preferido.

Inicialmente, os imigrantes ucranianos localizaram-se na zona sudoeste do Estado, cujo clima é, para os europeus, favorável. Concentraram-se em colônias, que vão desde os atuais municípios de União da Vitória a Palmas — pelos de Cruz Machado, Paulo Frontin, Mallet, Rio Azul, Irati, até Prudentópolis, Ponta Grossa, Ipiranga, Guarapuava e Reserva; estabeleceram-se também em Antônio Olinto (hoje município do mesmo nome), e nas colônias de Marcelina e Guajuvira nas proximidades de Curitiba, bem como em Wenceslau Brás, no Norte velho. Mais tarde, acompanhando o desbravamento e o movimento geral para o Norte e Oeste, os imigrantes ucranianos estenderam-se pelos municípios de Pitanga, Pato Branco, Apucarana, Borrazópolis, Maringá, Campo Mourão, e outros.

As maiores levas de imigrantes ucranianos vindos ao Paraná, foram sem dúvida, as de 1895 e 1896, quando chegaram cêrca de 5.000 imigrantes, desembarcados no Pôrto de Paranaguá, sendo que os de 1895 seguiram para os arredores de Curitiba e os chegados em 1896, dirigiram-se para o sudeste.

No começo do século atual, o grupo ucraniano chegava a contar no Paraná cêrca de 24 mil pessoas, não sendo considerado um grande número dos que foram vítimas de epidemias ou pereceram de outros infortúnios.

Nova chegada em massa, deu-se de 1908 a 1914, constituída sempre na sua maioria de ucranianos vindos da Galícia. Serviu de motivação para esta leva, a campanha brasileira para a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. Vendo a oportunidade de trabalho, 18.500 pessoas, deixaram seu país, transferindo-se para o Paraná.

Assim a imigração ucraniana até o princípio da Primeira Guerra Mundial, eleva-se a 45 mil pessoas (6). Após a imigração que se seguiu imediatamente à Guerra Mundial, não ultrapassa a 9 mil.

A partir dos meados de 1947 até 1951, mais de 7 mil imigrantes ucranianos foram registrados nos portos brasileiros.

Após 70 anos de imigração, registra-se pois, a vinda para o Paraná de 60 mil pessoas como já foi observado.

2.1 *Vida econômica.*

A maioria dos integrantes da primeira leva de imigrantes vinda ao Paraná, foi encaminhada às terras não desbravadas no segundo

(6). — Hets (Nicolau), *Ukrains in the Free World*. New York, 1954, pág. 233.

planalto paranaense, onde tiveram que realizar tôdas as tarefas de áreas pioneiras, a começar pela derrubada das matas para a realização de suas culturas. Assim, os primeiros anos de seu trabalho foram árduos, e só posteriormente o colono arando anualmente alguns alqueires de terra, pôde produzir o bastante para si e quantidade apreciável para a venda, tanto produtos como milho, feijão, mandioca, arroz, como aquêles que estava habituado a cultivar em seu país de origem, como o centeio, a batatinha, o trigo e o linho, que fiava e tecia para roupas domésticas. Êste, entretanto, teve o seu declínio com a popularização dos produtos industrializados.

Essa produção não tinha possibilidade de mercado e expansão e os colonos complementaram-na com a extração e beneficiamento do produto predominante, a erva mate, integrando-se na conjuntura da época. Passaram também a tomar parte no transporte dos produtos agrícolas e mercadorias diversas, feito na primeira metade deste século em grandes carroções cobertos, puxados por 8 a 12 cavalos, percorrendo nas viagens que duravam várias semanas, distâncias enormes entre União da Vitória, Palmas, Clevelândia, Mangueirinha, Barracão e outras localidades.

À lavoura dedicaram-se nada menos de 80% dos imigrantes ucranianos em cerca de 5.000 km² de terra. Já no ano de 1922, o total de fazendas pertencentes aos imigrantes ucranianos era de 7.500, abrangendo cerca de 350.000 hectares de terra. O rebanho era constituído de 10.300 cabeças de cavalos, 8.469 de gado vacum e 13.000 suínos. A produção anual das fazendas ultrapassava a quantia de 26 mil contos de réis. Enquanto isso, o capital aplicado dos negociantes e industriais ucranianos, naquêle tempo, atingia apenas a importância de 2 mil contos de réis (7).

Plantadores tradicionais de trigo, foram os imigrantes ucranianos dos primeiros a instalar no Paraná a pequena indústria moageira, dando comêço também ao movimento cooperativista, através da fundação de uma cooperativa agrícola em 1913, na colônia de Carázinho, em União da Vitória, que manteve suas atividades até 1923.

Demonstração do impulso à triticultura dado pelos imigrantes ucranianos, é o fato de que o Estado do Paraná, com 5.500 toneladas de trigo colhidas anualmente, contribuiu no ano de 1963 com 60% de tôda a produção nacional. Daquele total, só o município de Prudentópolis, com 25 mil agricultores, 80% dos quais são ucranianos, produz mais de 378 toneladas (8).

(7). — Burko (Pe. Valdomiro), *A Imigração Ucraniana no Brasil*. Curitiba, 1963, pág. 78.

(8). — “*O Estado do Paraná*”, 12-8-1964, pág. 14.

Com a expansão pioneira muitos ucranianos reimigraram para o Norte e Oeste, além de outras levas que vieram diretamente, exercendo atividades econômicas também no setor do cultivo do café, algodão e hortelã. Mais de 500 famílias já se dedicam a êstes cultivos, possuindo por exemplo, mais de três milhões de pés de café em produção.

No entanto, ainda que a área ocupada pelos ucranianos tenha aumentado hoje 50% em relação à primeira década dêste século, é fato comprovado que, em comparação com outros contingentes imigratórios, a colônia ucraniana apresenta-se economicamente com pouca prosperidade. Na agricultura verifica-se que ocorreu, como em outras áreas do sul do Brasil, a regressão de suas técnicas agrícolas, permanecendo, ainda, no sistema da enxada e da agricultura de subsistência. Os que saíram da zona tradicional para as zonas pioneiras e os que para lá imigraram diretamente, encontram-se em condições mais prósperas.

Uma parcela dos imigrantes ucranianos dedicou-se a setores de atividades nas indústrias como empresários ou operários, sobretudo no fabrico de móveis, ou são mecânicos e técnicos especializados ou, ainda, dedicaram-se às profissões liberais.

2.2 *Vida religiosa.*

Uma das características do povo ucraniano é a religiosidade. Em sua maioria os imigrantes ucranianos são católicos do rito oriental e uma pequena parte é de ortodoxos.

Seu rito oriental, foi transplantado para os locais de imigração, e foi conservado com tôdas as suas particularidades.

A liturgia bizantina, da qual a ucraniana é um ramo, tem origem na de Jerusalém, de São Tiago, reformada por São Basílio Magno e abreviada por São João Crisóstomo, no século IV. Foi logo aprovada pela Igreja, sendo seguida até hoje por grande número de cristãos do Oriente e pelos fiéis do rito ucraniano, o qual é todo celebrado na língua ucraniana.

Nos primeiros tempos da imigração viram-se os imigrantes privados de tôda assistência religiosa, por falta de sacerdotes, mesmo brasileiros, com os quais não podiam entender-se, por não conhecerem a língua.

A organização da vida religiosa dos imigrantes ucranianos, teve início, em 1896, com a vinda do primeiro missionário. Pe. Iwan Wolianskyj. Entretanto, êste não podendo adaptar-se às condições precárias do meio e ao número de imigrantes, voltou logo para a Europa.

Apesar das solicitações dos primeiros imigrantes às autoridades religiosas brasileiras, havia muita dificuldade para a vinda de sacerdotes co rito ucraniano, uma vez que na maioria das vêzes eram casados. Entretanto, por solicitação dos colonos ao metropolitano de Lwiv, chegou, em junho de 1897, ao Paraná, o Pe. Silvester Kizyma, da ordem Basiliiana, a quem se deve a construção das primeiras capelas, bem como a organização das primeiras paróquias católicas ucranianas no Brasil.

Em 1898, receberam os núcleos coloniais ucranianos a primeira visita pastoral de D. José Camargo, primeiro bispo de Curitiba, sob cuja jurisdição achavam-se os fiéis do Paraná e Santa Catarina. O relatório dessa visita apresentado ao Nuncio Apostólico, no Rio de Janeiro, contribuiu para a vinda de novos missionários ucranianos, pois percebera o bispo *in loco* a necessidade de uma assistência espiritual intensificada.

Assim, surgem as paróquias de Prudentópolis, Ivaí, Curitiba, Iracema, Marechal Mallet, Dorizon e Antônio Olinto, às quais se juntaram outras, criadas posteriormente, na medida em que ia crescendo o número de sacerdotes, tanto basilianos como seculares.

E' de se notar que, desde 1934, começaram a entrar em ação novos sacerdotes já brasileiros natos, que se formaram em seminários latinos ou em casas de formação da ordem Basiliiana, completando e aperfeiçoando seus estudos nas Universidades de Roma. Dêstes, contam-se hoje seis padres seculares e mais de vinte basilianos.

Distribuídos em núcleos e colônias, os ucranianos católicos possuem um total de 90 igrejas e capelas, com cêrca de 12 paróquias que abrangem 64.404 pessoas, assistidas por 44 sacerdotes, dos quais 37 basilianos e 7 seculares (9).

Para todos os católicos dos ritos orientais no Brasil, o Papa Pio XII, criou, em 1952, o Ordinariato dos Ritos Orientais, nomeando como titular, o cardeal D. Jaime de Barros Câmara, do Rio de Janeiro. Por serem os fiéis do rito ucraniano em maior número, constituiu-se para êles um Vicariato próprio, sob a dependência do Ordinariato Oriental, tendo em junho de 1958 sido criado pela Santa Sé o primeiro bispado para os católicos do rito ucraniano no Brasil. A sede do bispado é a Capital paranaense.

Uma parcela dos imigrantes ucranianos pertence à igreja ortodoxa ucraniana, que tem o seu metropolitano nos Estados Unidos da América do Norte. A sua organização iniciou-se na década de 1930, com a vinda do Pe. Dmetro Sidleskyj e de um pequeno grupo de imi-

(9). — Dados fornecidos pelo bispado católico ucraniano, em janeiro de 1967.

grantes da Ucrânia Oriental. As maiores concentrações estão em Curitiba, Apucarana, colônia Nova Ucrânia, no mesmo município e colônia Gonçalves Júnior, em Iratí. Atualmente, os ortodoxos constituem uma comunidade de cerca de 6.750 pessoas, com uma estrutura organizada, sendo assistidos por seis sacerdotes e possuindo 12 igrejas.

2.3 *Atividades sociais e culturais.*

Uma das preocupações dos grupos imigrados é a educação, por isso os ucranianos, já em 1898, fizeram a primeira tentativa de fundar uma entidade cultural-educativa. Surgiu esta em Curitiba, sob o nome de *Prosvita*, cujas principais finalidades eram difundir conhecimentos sobre a cultura ucraniana. Para este fim fundou-se uma biblioteca e criou-se uma escola especial de agricultores, faziam-se sessões comemorativas e abriam-se cursos especiais sobre artes, literatura, etc.

Associações desse gênero espalharam-se em todo Estado do Paraná e já em 1913, atingiam o número de 32. Formavam-se espontaneamente sob a liderança de elementos de instrução mais avançada. Essas associações não possuíam entrosamento recíproco e agiam independentemente. A tentativa de uní-las com uma sede central em Curitiba, não teve êxito, em grande parte porque já se registravam tendências de divisão da comunidade ucraniana em um pequeno grupo de liberais radicalistas (liderados por integrantes da *Prosvita* de Curitiba) e um grupo maior, de conservadores, sob orientação dos padres basilianos, em Prudentópolis. Infrutíferas foram as tentativas realizadas pelos Congressos de 1910 em Curitiba, e de 1919 e 1922 em Dorizon.

Em 1922, na cidade de União da Vitória, foi fundada uma nova sociedade *Ukrainskei Soiuz* (União Ucraniana), cuja sede central a partir de 1934 passou a ser Curitiba. A partir de 1937 esta associação mudou o seu nome para União Agrícola Instrutiva e exerce suas atividades até hoje. Sem dúvida, esta é a maior associação ucraniana, no Brasil, com filiais espalhadas por todo o Estado do Paraná.

Em 1931, o sacerdote ortodoxo Pe. Dmetro Sidleskyj fundou em Iratí, na colônia Gonçalves Júnior, uma associação que congregava a juventude chamada *Molode Kozatzvo* e à qual pertenciam não só rapazes, mas também moças. Em 1935 esta associação possuía 17 grupos num total de 345 sócios.

Em consequência da política de nacionalização, o desenvolvimento das associações foi paralizado por algum tempo. Terminada

porém a Segunda Guerra Mundial, as atividades educativo-culturais recomeçaram entre os ucranianos.

Assim, em 1947, reiniciou suas atividades a União Agrícola Instrutiva e foi fundada a Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana, ambas com sede em Curitiba e filiais no interior. As mencionadas entidades colaboram entre sí, organizam programas radiofônicos e estreitam cada vez mais o intercâmbio cultural.

2.4 *Ensino.*

Desde 1897 surgiam as primeiras escolas nos núcleos mais populosos. Eram escolas particulares onde o professor era geralmente o colono mais letrado do lugar, e para onde, mediante pagamento, eram enviadas as crianças. Já, em 1913, eram numerosas estas escolas, existindo 22 somente no município de Prudentópolis. Quase tôdas as colônias, por menores que fôssem, possuíam seu próprio estabelecimento escolar, sendo que uma delas possuía no referido município, naquele ano, cêrca de 120 alunos. As demais, em freqüentadas, por um total aproximado de 507 alunos (10).

Neste mesmo ano, foi fundada uma organização sob o nome de *Chkilnei Soius*, cuja finalidade era cuidar do desenvolvimento das escolas existentes e ampliar o seu número e atividades. Esta associação, contando sempre com um grande número de associados, cuja contribuição financeira foi decisiva para ampliar a rêde escolar, atuou aproximadamente por duas décadas.

Em 1923, a ordem basiliiana, tentou fundar em Prudentópolis um ginásio ucraniano, porém apesar da autorização governamental, devido às dificuldades financeiras não foi possível a sua concretização. Iguais tentativas foram feitas em União da Vitória, pela União Ucraniana, que chegou a fundar o ginásio, o qual porém, funcionou dois anos apenas, ou seja, de 1926 a 1927.

Apesar das tentativas de fundação de ginásios ucranianos não terem tido êxito, em 1935, foi inaugurado em Prudentópolis, um Seminário menor que tem capacidade para 250 alunos e que tem atualmente 186 estudantes. Além das matérias obrigatórias do currículo, neste estabelecimento é lecionada a língua ucraniana, como matéria extra-curricular.

Muito contribuíram para o desenvolvimento do ensino, entre os imigrantes ucranianos, as Irmãs Servas da Imaculada Virgem Maria, que vieram para o Brasil em 1911, e desde o início abriram inter-

(10). — Arquivo dos padres basilianos em Prudentópolis.

natos em Prudentópolis e Iracema. Com o aumento do número das irmãs ia crescendo o número de escolas e internatos sob sua direção. Assim, hoje, são inúmeros os estabelecimentos escolares, financiados e inspecionados pelo Estado, dirigidos pelas religiosas dessa Congregação.

A ação dessas religiosas é completada pelos trabalhos das Catequistas do Sagrado Coração de Jesus, instituição fundada em 1940, que fazem o trabalho de catequização de crianças, mesmo nas colônias mais distantes, orientam cursos de economia doméstica e ensinam a língua ucraniana.

Também as sociedades ucranianas, durante os meses de férias, promovem cursos de extensão, tanto para crianças, como para a juventude.

2.5 *Imprensa.*

Os ucranianos não se descuidaram de manter imprensa própria, como veículo de cultura e sustento da língua.

O primeiro jornal bi-semanal ucraniano foi publicado em Curitiba, em 1907, sob o nome de *Zoriá*, com tiragem inicial de 500 exemplares. Depois de três anos, não conseguindo superar dificuldades, teve suspensas as suas atividades.

Em 1910, ainda, em Curitiba, surge outro jornal bi-semanal *Prapor*. Em dezembro do mesmo ano foi transferido, com redação e oficinas para Prudentópolis, onde continuou a ser publicado por algum tempo. Seu desaparecimento deu lugar a duas outras publicações, editadas pelos padres basilianos, quais sejam: *Micionar* periódico mensal de caráter religioso (desde 1911) e o jornal *Pracia*, semanário de caráter político-social e orientação católica, fundado em 1912, e que são publicados regularmente até hoje.

Em 1924, surge em União da Vitória e em 1934, é transferido para Curitiba, o semanário *Chliborob* editado pela União Agrícola Instrutiva, de orientação político-social, e também veículo de informação dos lavradores, publicado até o presente.

A imprensa através dos jornais, já a partir de 1908, incitava os imigrantes a participarem ativamente das eleições, apresentando candidatos próprios para poderem ter na Assembléia, representantes de seus interesses e de suas reivindicações.

Estes apelos não tiveram grande repercussão entre os colonos, porque a maioria deles não estava habilitada a votar uma vez que ainda não se haviam naturalizado. Foi preciso que aumentasse o número de descendentes ucranianos, já nascidos no Brasil, para que

realmente despertasse o interesse pela vida política e pela participação no quadro legislativo do Estado onde vivem, elegendo seus representantes, elementos da colônia ucraniana, para o Legislativo Estadual e Federal, desde 1946.

Atualmente, o núcleo eleitoral dos descendentes de ucranianos no Paraná, atinge a 50 mil eleitores, cujos votos por ocasião das eleições, são disputados por um número sempre maior de candidatos.

A imprensa procurou desde o início da imigração e até os dias atuais interessar os ucranianos nos problemas políticos da Ucrânia. Entretanto, apesar das intensas campanhas desenvolvidas, encontra pouca receptividade na colônia ucraniana do Paraná.

3.0 Conclusão.

Apesar das tendências de absorção pela corrente majoritária do grupo eslavo, constituída pelos poloneses, conseguiram os ucranianos manter sua identidade cultural.

Para isso contribuíram não somente os imigrantes de após a Primeira Guerra Mundial, mas principalmente a Igreja, pois através do rito mantiveram a língua.

Nas frentes pioneiras, conseguiram maior prosperidade, enquanto que nas áreas de colonização tradicional regrediram em suas técnicas agrícolas, não conseguindo até os dias atuais uma razoável prosperidade econômica.

Quanto à sua participação na vida política do Estado, nota-se crescente preferência por candidatos não ucranianos, e maior procura de benefícios pessoais.

Quanto a outros aspectos da vida social, política e cultural, fazem-se necessários estudos mais completos e aprofundados. De qualquer maneira, há evidências de que os mecanismos criados para a conservação dos ucranianos como unidade cultural, tendem a enfraquecer e a desaparecer.



BIBLIOGRAFIA

- Armstrong (John A.) — *Ukrainian Nationalism*. New York, 1955.
Burko (Pe. Valdomiro) — *A Imigração Ucraniana no Brasil*. Curitiba, 1963.
Brawer (A. J.) — *Galizien — wie es an Osterreich kam*. Leipzig-Wien, 1910.
Ketz (Nicolas) — *Ukrains in the Free World*. New York, 1954.
Hrushevsky (Michael) — *A History of the Ukraine*. New York-New Haven, 1948.
Manning (Clarence A.) — *The Story of the Ukraine*. New York, 1947.

- Martovich (Oleh) — *Por la libertad de Ucrania*. Buenos Aires, 1952.
Roucek (Joseph) — *Slawonic Encyclopaedia*. New York, 1949.
Simpson (G. W.) — *Ukraine an atlas of its history and geography*. Augsburg, 1946.
Tisserand (Roger) — *L'Ukraine — la vie d'un peuple*. Paris, 1933.
Wihorynskyj (Irineu) — *Iracema*. Prudentópolis, 1958.
Zinko (Pe. Vasselh) — *Ridna Chkola w Brazeliü*. Prudentópolis, 1960.

*

JORNAIS E REVISTAS.

- Algo sobre a Ucrânia* — Curitiba, 1958.
América — Filadélfia, 1956, nº 96, 97, 98, 99, 100 e 101.
Boletim do Ordinariato dos Católicos de Ritos Orientais no Brasil — Rio de Janeiro, 1966, nº 2.
Correio Paulistano — São Paulo, 3-5-1959.
O Estado do Paraná — Curitiba, 12-8-1964.
Prácia — Prudentópolis, 1956, nº 32, 33 e 34.
Sutchasna Ukraina — München, 1966, nº 26.
Ukrainska Dumka — Londres, 1967, nº 3.
Ukrainian Quarterly — New York, 1944 a 1967.

*

ARQUIVOS.

- Bispado católico ucraniano — Curitiba.
Mosteiro dos padres basilianos — Prudentópolis.
União Agrícola Instrutiva — Curitiba e União da Vitória.

*

* *

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Geraldo Meyer Fagundes* (FFCL. da UFRGS.).

Pergunta que fatôres, no entender da Autora, que teriam condicionado nuclearmente a fixação dos ucranianos no Paraná? Qual o grau de absorção dos ucranianos na sociedade brasileira (como eles se têm integrado?)

*

Da Profa. *Helena Pignatari Werner* (PUC. de SP.).

Diz que existe um núcleo de ucranianos em Monte Verde (Estado de São Paulo) e até hoje os velhos ucranianos não falam o português. São grandes especialistas em compotas de morango e geléias. Pergunta: teria sido a língua o maior problema do isolamento desse núcleo? Ou teria sido a falta de adaptação às novas condições de vida?

*

Da Profa. *Victoria Namestnikov El Mur* (FFCL. da USP.).

Indaga: culturalmente, de um modo geral, a que nível pertencem os ucranianos?

Os que procuram as Faculdades, a que ramo das ciências exatas ou humanas costumam se dirigir?

Há escolas para o ensino da língua ucraniana no estrangeiro?

A Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná tem alguma secção de Língua Ucraniana?

*

Do Prof. *Jaciro C. Patrício* (FFCL. de Marília, SP.).

Afirma que as novas gerações de japoneses deixam a área rural em demanda da área urbana entrosando no comércio. Pergunta até que ponto vem ocorrendo o mesmo fenômeno entre as novas gerações ucranianas?

*

* *

RESPOSTAS DA PROFA. OKSANA BORUSZENKO.

Ao Prof. *Geraldo Fagundes*.

Diz que na primeira etapa serviu de motivação aos ucranianos a vinda anterior do contingente imigratório constituído pelos poloneses, bem como a campanha brasileira desenvolvia para a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul.

Na segunda e terceira etapa fixaram-se os ucranianos no Paraná devido a existência de núcleos anteriormente instituídos pelo mesmo contingente imigratório.

Afirma também que os ucranianos estão integrados em todos os setores de atividades em que participaram, entretanto não foram totalmente absorvidos pela sociedade de adoção. Aliás, pelos modernos conceitos de assimilação de imigrantes, não há interêsse de que os grupos imigrados sejam totalmente absorvidos.

*

À Profa. *Helena Pignatari Werner*.

Afirma não conhecer pessoalmente o referido núcleo de ucranianos, porém acredita que, apesar de conservarem a língua, não cons-

tituem, de fato, um problema quanto à adaptação, pois estão integrados na economia da região.

*

À Profa. *Victoria Namestnikov El Murr*.

Responde que os ucranianos pertencem, na sua grande maioria, a comunidades rurais, sendo o nível de instrução elementar ou, no máximo, elementar avançado.

Atualmente o interêsse pela instrução é sempre crescente e os descendentes de ucranianos na medida de suas possibilidades, bem como com o auxílio de entidades culturais ucranianas, procuram os cursos superiores. Geralmente as profissões preferidas são: engenharia, direito, agronomia, veterinária, medicina. Muitos se dirigem às Faculdades de Filosofia, principalmente para efetuar estudos sobretudo de ciências sociais.

Afirma também que nos países em que a colônia ucraniana é numericamente significativa, a língua ucraniana é lecionada em algumas Universidades (Filadélfia, Columbia, Alberta, München, etc.); e também em cursos promovidos pelas entidades culturais ucranianas.

Infelizmente diz que na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná não existe secção de Língua Ucraniana. No entanto, cogita-se instituir-se na Secção de Letras um Curso de Línguas Eslavas.

*

Ao Prof. *Jaciro C. Patrício*.

Responde que, em virtude de sua pesquisa estar ainda em andamento, não pode dar uma resposta definitiva, entretanto, tem observado essa ocorrência entre os ucranianos, aliás como ocorre em outros grupos de imigrados.

MIGRAÇÕES E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS EM SANTA CATARINA (*).

WALTER F. PIAZZA

Professor de História Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Santa Catarina (SC).

MIGRAÇÕES E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS.

A ocupação do solo catarinense, dentro da perspectiva histórica, através de migrações externas e internas, se enquadra, *grosso modo*, em grandes fases de integração:

- a). — do litoral;
- b). — dos vales litorâneos;
- c). — do planalto;
- d). — do médio e extremo-oeste.

Vejamô-las, em largos traços, a sua evolução e fundamentando, tanto quanto possível, as suas heranças e a sua posição no complexo social do nosso Estado.

*

a). — *Integração do litoral.*

Esta área do nosso Estado, foi — da mesma forma que toda a orla marítima brasileira — a primeira a ser povoada.

Nela, inicialmente, se fixaram náufragos e desertores, especialmente de esquadras espanholas que demandavam o sul, antes mesmo da fundação e ereção civil e eclesiástica das primeiras povoações no decorrer do século XVI.

Sòmente no século XVII dá-se a fixação dos primeiros núcleos — de origem vicentista — da vida litorânea catarinense: São Francisco, Destêrro (hoje Florianópolis) e Laguna.

Estas povoações são pontos que se fixam, mas, excetuando Laguna que, através dos seus elementos, exerce ação penetradora nos

(*). — Comunicação apresentada na 6a. sessão de estudos, no dia 6 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

campos do Viamão, elas pouco ou nada representam no contexto social e político, pois estão isoladas, não têm ligações de qualquer espécie entre si.

Só, mais tarde, de 1738 a 1756, há uma fórmula de fixação e integração do litoral catarinense, efetivamente, na comunidade brasileira: é o povoamento açoriano-madeirense que dá coloração à nossa sociedade.

Santa Catarina tinha, em 1748, 4.197 almas e com o grande fluxo migratório das Ilhas dos Açores recebeu um total aproximado de 4.014 pessoas, dobrando, assim, em menos de dez anos, o seu contingente populacional.

Além do crescimento populacional, êste fluxo migratório preencheu os vazios entre as três primeiras povoações litorâneas, e caracterizou o panorama sócio-cultural desta área do nosso Estado.

Mas, apesar de preenchidos os claros entre as povoações litorâneas, êste povoamento não se aprofundou para o interior, porquanto a floresta tropical, exuberante, amedrontava os ribeirinhos, enquanto que a frente da serra impedia o avanço e o impediu durante quase 100 anos.

b). — *Integração dos vales litorâneos.*

Os vales litorâneos catarinenses têm a sua integração processada a partir da segunda década do século XIX.

Se, de início, é tímida a tarefa colonizadora, a partir da metade do século se avoluma e traz significativa contribuição ao panorama sócio-cultural de Santa Catarina.

Assim, em 1829, no vale do Maroim, é localizada a primeira colônia de elementos germânicos — São Pedro de Alcântara; em 1836, no vale do Tijucas, elementos de origem sarda são os pioneiros da colônia Nova Itália.

São tímidas experiências: São Pedro de Alcântara é a integração, na comunidade catarinense, de 635 pessoas de origem alemã, às quais, posteriormente, no mesmo ano, se adicionaram 59 outros cidadãos alemães. Ressalte-se que, do total de 694 pessoas, 162 eram ex-soldados dos batalhões alemães dissolvidos no Rio de Janeiro. Tinham êstes elementos capacidade para, como agricultores, sobreviver, numa região montanhosa, de características climáticas tropicais?

Das 694 pessoas, muitos não eram lavradores e sim artesãos, além daqueles que, dêsse número, já citamos como soldados.

Em 1837, já elementos desta colônia de São Pedro de Alcântara, em procura de novas e melhores terras, demandaram o vale do Cubatão e se fixaram na Vargem Grande.

E, mais tarde, desta colônia outros elementos vão se fixar no vale do Itajaí (Blumenau) ou no litoral norte (Joinville) ou, ainda, demandar o vale do Tubarão (Armazém) ou do Araranguá (Forquilha).

Poderia sobreviver tal colonização, com condições de solo e de clima diversas da sua área de origem: a Europa central e nórdica?

Evidentemente, não!

Na mesma época, dentro do mesmo processo migratório, está a localização de 55 colonos alemães que são levados para o Alto Biguaçu e que são lindeiros com a colônia de São Pedro de Alcântara e, portanto, integrados no mesmo complexo, tendo, entretanto, outras condições de sobrevivência: em lugar vales íngremes, a planície aluvial.

Até aqui temos empreendimento governamental, que os localizou em lotes e abandonou-os à própria sorte!

Nova Itália, organizada pela firma Demaria & Schutel, constituída por Carlos Demaria e Dr. Henrique Schutel, respectivamente cidadãos ingleses, mas de origem italiana o primeiro e suíço o segundo.

Foram 186 pessoas vindas do então Reino da Sardenha para a margem direita do rio Tijucas, na colônia “Nova Itália”, mas, somente 116 ali se localizaram.

Uma série de fatores influíram na estagnação desse empreendimento pioneiro, como os desentendimentos entre os empresários e os colonos, falta de meio-de-comunicação para comercialização dos seus produtos, acrescida pelos problemas de enchentes e do ataque de indígenas e pela falta de novo sangue vivificador.

Mas, transformada em 1846, em Colônia “Dom Afonso”, arastou-se pelos anos a fora, sob os auspícios governamentais, sem apresentar progressos.

Quase simultaneamente organiza-se a colônia “Itajaí”, no baixo vale do Itajaí-açu, em áreas de planícies aluviais, em 1836, por Lei Provincial de 11 de maio de 1835, com 141 pessoas, sendo, na maioria, nacionais.

Esta colônia arrastou-se até 1852, sem apresentar condições excepcionais de progresso, devido, em especial, às administrações que teve.

Um novo tipo de movimento migratório surge em terras catarinenses, em 1842: a colônia industrial do Saí.

Trata-se de uma experiência baseada nas idéias socialistas de Charles Fourier e que, sob a orientação do dr. Bento José Mure trouxe à península do Saí, ao norte de São Francisco do Sul, 100 franceses.

E, sendo uma colônia de artesãos e operários especializados, faltou-lhes a necessária base agrícola para a sobrevivência e a mais simples atenção governamental. E, de tal ordem foram os fatos que o representante do govêrno francês junto à Côrte do Rio de Janeiro, em 1844, solicitava a Paris que obstasse o embarque de novos membros para aquela Colônia.

Dissolvida a sociedade, espalharam-se pela vasta península do Saí, enquanto uns se estabeleceram nas margens do Palmital, outros conservavam-se no Saí, lutando pela hegemonia na colônia. E, desta forma, se esfacelou um sonho!

Em 1843, novamente no vale do Tijucas, desta vez no seu tributário o ribeirão do Moura, Manuel Floriano da Silva, em concessão de terras ali obtida, instalou uma colônia. Inicialmente com os filhos e um genro fixou-se àquela gleba.

Sem auxílio governamental ela vicejou e se integrou na comunidade catarinense.

Em 1845 era a vez de belgas entrarem em cena.

Charles Van Lede, após uma viagem pelo Brasil, estruturou uma “sociedade belgo-brasileira de colonização”.

Localizada a colônia às margens do rio Itajaí-açu, ali foram estabelecidos cêrca de 150 belgas, e as demoras na fixação e as divergências com os diretores foram motivos de desorganização e desordens.

E, independentemente de qualquer administração, sem interferências governamentais integraram-se na vida catarinense.

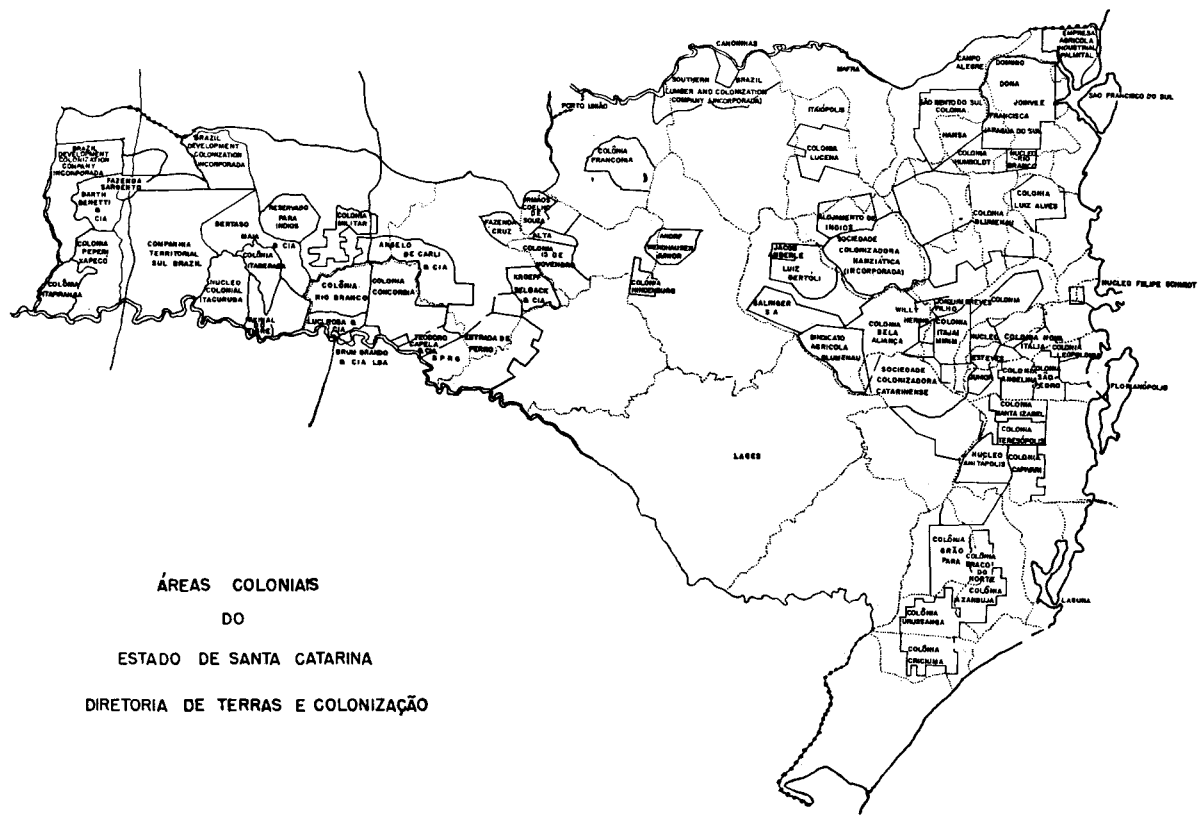
Após essa, teve início, em 1847, a Colônia Piedade, que, diretamente subordinada ao govêrno imperial, recebeu, inicialmente, 150 colonos de origem alemã.

Localizados no litoral, em sítio que fôra anteriormente uma “armação” de pesca de baleias, era impróprio para a agricultura e necessitava de meios mais fáceis de comunicação. Em seis anos não restava no local um único dos colonos originais. Todos se localizaram nas colônias das vizinhanças.

No mesmo ano (1847), instala-se a colônia Santa Isabel, em área contígua à da Vargem Grande.

Foi uma fundação do Govêrno Imperial, iniciada, em 1846, com 114 pessoas, acrescida, em 1847, com mais 79 indivíduos e, logo, mais outros 37. Esse número cresceu nos anos subseqüentes, alcançando, em 1869, 1.268 habitantes, quando foi emancipada pelo govêrno, constituindo-se em “freguesia”.

Essa colônia não apresentou um desenvolvimento econômico destacável. A maior parte dos colonos continuou praticando uma agricultura tropical, sem adoção de melhores técnicas e, por isto mesmo, foram, pouco a pouco, vendo o depauperamento do solo e, concomi-



ÁREAS COLONIAS
 DO
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

tantemente, a redução da sua produção. Muitos dos seus integrantes dirigiram-se ao baixo e médio vale do Itajaí, nos primórdios da colonização; outros, nos dias atuais avançaram em demanda ao planalto, numa atividade de maior e mais rápido rendimento econômico: a indústria madeireira.

Surge, em 1850, um grande empreendimento particular, e, por isto mesmo, merecedor de destaque: a colônia “Blumenau”.

No médio curso do Itajaí-açu, logo acima da colônia “Itajaí”, o dr. Hermann Bruno Otto Blumenau resolveu pôr em prática os seus conhecimentos administrativos e desenvolver as suas teorias colonizadoras.

Comissionado pela “Sociedade de Proteção dos Emigrantes Alemães”, de Hamburgo, em 1848, entrara em contacto com a realidade brasileira, percorrendo o Rio Grande do Sul, e, posteriormente, Santa Catarina.

Dêsse contacto inicial, nasceu a idéia de colonização às margens do Itajaí-açu, ao lado da desembocadura do ribeirão “Velha”, onde se fixaram os 17 pioneiros, entre os quais, somente três, eram lavradores, os demais eram artesãos. E esta será a constante nas demais listas de imigrantes e, de certa forma, explicará a rápida aglutinação nos centros urbanos do vale do Itajaí, de uma tradição industrial, em contraposição à tradição agrícola do imigrante italiano.

De 1850 até 1860 — quando a colônia Blumenau, passou, do domínio particular ao do Governo Imperial — há que ressaltar serem os métodos de trabalho fecundamente ponderáveis.

Dos 17 alemães de 1850, são 943 habitantes da Colônia em 1859. Em janeiro de 1860, a Colônia passa ao Governo Imperial, mas, continua sob a direção do seu fundador. Mantêm-se, assim, os mesmos métodos administrativos e o equacionamento dos problemas não sofre solução de continuidade.

E os vales tributários do Itajaí-açu foram sendo, paulatinamente, povoados.

E quando, em 1883, foi emancipada a colônia possuía 16.380 habitantes, dos quais 61,5% (10.088) protestantes e 38,5% (6.290) católicos, mas já possuía engenhos de açúcar, engenhos de farinha de mandioca, descascadores de arroz (6), moinhos de fubá (29), engenhos de serrar (38), olarias (12), fábricas de louça de barro (3), fábricas de tecidos de algodão (2), cervejarias (8), fábricas de vinho e de vinagre (4), padarias (10), açougues (4), fábricas de sabão (2) e tipografia (1), além de apreciável número de artesãos e operários especializados.

sária ao seu desenvolvimento, e, pelos caracteres de cultura tradicional, predominantemente urbano, deu-lhe a ênfase industrial.

Esclareça-se, neste ponto que, a partir de 1875, sob a denominação de “austriacos”, entram nesta e noutras áreas coloniais de Santa Catarina, italianos do norte, da “Itália Irredenta”, então sob dominação austríaca. Estes contingentes vão se localizar no vale do Benedito, tributário do Itajaí-açu e daí alcançar, por si ou seus descendentes, outras áreas, como o alto vale do Itajaí do Oeste ou, ainda, os formadores do Itajaí do Norte.

Estes elementos criaram uma estrutura econômico-agrícola que, até hoje, persiste nestas áreas, notadamente na cultura do arroz e do fumo, além da vinha.

No ano seguinte, 1851, planta-se em nosso Estado de Santa Catarina, outro marco colonizador: a Colônia “Dona Francisca”.

Esta colonização tem por base o aproveitamento dos territórios dotais da Princesa D. Francisca, desposada pelo Príncipe Francisco Fernando Filipe de Orleans, Príncipe de Joinville, em 1843.

Em 1848, as revoluções sociais afetam a França e a Alemanha; nesta fomenta a onda emigrantista, naquela força o Príncipe, agora exilado na Inglaterra, a negociar o aproveitamento dos territórios dotais como forma de suprir as suas exigências de subsistência.

Dessa forma, em 1849, é assinado o contrato entre os Príncipes de Joinville, representados por Léonce Aubé, e o senador Christian Mathias Schroeder, de Hamburgo, sobre oito léguas quadradas de terras, a serem escolhidas pelo concessionário, contra a introdução de, pelo menos, 1.500 pessoas em 5 anos, ficando acertada uma futura concessão de mais doze léguas quadradas de terras para introdução, nos anos seguintes, de mais 2.500 pessoas.

Schroeder, com base em dispositivo contratual, organizou a “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”.

Esta sociedade além de canalizar, através de propaganda escrita, emigrantes para o Brasil, deu uma sacudidela na vida catarinense, primeiramente no litoral norte, atingindo os seus reflexos outros pontos do Estado.

E, a 22 de maio de 1850, chegam à confluência dos rios Bucarein e Cachoeira os representantes dos Príncipes de Joinville e da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, para tomarem posse das oito léguas quadradas.

Os primeiros emigrantes, em número de 124, em janeiro de 1851, partem de Hamburgo, e destes, 118 chegam com vida à colônia, no dia 9 de março de 1851, na sua totalidade suíços, na maioria lavradores, pois, de acordo com os desejos dos colonizadores “os primeiros núcleos deviam apresentar um caráter rural”. Mas, havia os tecelões.

No dia seguinte, desembarcam 61 noruegueses, dos quais, em fins de 1852, restavam na colônia apenas 9, mas, foram de grande valia, pois eram marceneiro, padeiro, ferreiro e, também lavradores.

E êstes lavradores tiveram que se distanciar da sede da colônia à procura dos terrenos cristalinos, em vista de que os mais próximos da colônia eram antigos mangues.

Em julho chegam mais 118 pessoas, das quais 101 eram de nacionalidade suíça.

Nos fins do ano — em setembro de 1851 chegam 75 novos emigrantes — eram oficiais do antigo Exército Alemão, capitalistas e homens de gabarito intelectual — agrimensor, teólogo e médico — além de artesãos.

Estão, assim, fortemente lançadas as bases de uma próspera colônia, onde se construía, dia a dia, novas casas, onde se alargavam os negócios e os lavradores não lavravam o solo com enxadas, mas com arados à tração animal, dentro da tradição européia, ao contrário dos seus antecessores que se prendiam às enxadas. E, surgem experiências de grandes plantações.

E, daí em diante, vai crescendo a população desta colônia. No primeiro ano são um total de 389 pessoas; no segundo ano, 679; no terceiro ano, 757; no quarto ano, 1.194; e, no quinto ano, 901 pessoas. Êste decréscimo aŉnotado é devido à procura do planalto de Curitiba por elementos da colônia, que a deixam por clima, mais semelhante aos dos seus países de origem.

Mas, a partir daí, há nôvo impulso irreversível — cresce populacionalmente e cresce econômicamente, pois acrescentam-se capitais novos, com a reformulação da empresa colonizadora, tanto no capital, como na sua direção européia e na local, e é melhor equacionado o problema das atividades agrícolas e das comunicações.

Em 1856, são 474 novas pessoas a crescerem a população, enquanto que, em 1857, foram mais 338, em 1858, o foram em numero de 637 pessoas — dêsses 143 eram belgas — em 1859 — expandiu-se mais para o norte — entraram mais 288 pessoas, mas, com a mobilidade social costumeira, nessas épocas, a sua população orçava em 2.475 almas.

Expande-se mais para o oeste, sul e sudeste — atingindo, assim, o vale do Itapocu e os seus tributários — é uma ocupação territorial sistemática. Em 1860, entram 628 pessoas; em 1861, são mais 272; e, em 1862, são outros 528.

Cada vez mais se avanta a Colônia!

Em 1863, entram 396 pessoas; em 1864, sômente 91 — diminuição esta motivada pela guerra entre a Dinamarca e a Alemanha, pela posse do Schlesvig-Holstein, que se torna alemão; em 1865, entraram 239 pessoas, alcançando a sua população um total de 4.275

almas e inaugura-se uma estrada para o planalto sedimentar norte-catarinense, para onde haveria de se estender dali um nôvo fluxo colonizador: a colonização dos campos de São Miguel e do vale do São Bento.

Essa colonização desenvolveu-se com base em intensa propaganda escrita na Europa, especialmente entre os integrantes do Império Austro-Húngaro: austríacos, tchecoslovacos, pomeranos e galicianos (poloneses) e, também, dinamarqueses.

Essa localização, já no planalto sedimentar norte-catarinense, muito agradou aos emigrantes, pois era “um tanto semelhante às montanhas e matas da nossa terra” — no dizer de um deles que, além do mais, receberam tratamento equânime da empresa colonizadora. E dali, mais penetraram para o planalto.

Com a criação, em 1866, do município de Joinville, integra-se a colônia “Dona Francisca” no complexo social catarinense.

Já vimos as condições dessa integração — o constante fluxo de elementos humanos operosos e amplamente amparados pelos empreendedores.

Neste interim, fôra criada, em 1853, a Colônia “Leopoldina”, com 38 belgas e alemães, mas, vários contratemplos fizeram-na estacionar. Situava-se no alto vale do rio Biguaçu.

Em 1854, no intuito de assegurar uma ligação com o Planalto, foi estabelecida a Colônia Militar Santa Teresa, iniciada com 19 soldados e alcançando, no mesmo ano, 61 pessoas, localizando-se na margem do Itajaí-mirim.

Os soldados-colonos possuíam, também, ofícios.

Esta área, ocupando fértil vale, entretanto, tinha um aumento populacional e econômico muito reduzido, pois que, se baseava mais na atenção que os governos lhe devotavam, do que na iniciativa privada. Era um reflexo do tradicional paternalismo.

Em 1886, ali residiam 734 colonos, dos quais 722 ligados à agricultura e os restantes a pequenos artesanatos. E, assim, perdeu até a sua emancipação, em 1896.

Em 1860, em prosseguimento à ocupação do Vale do Cubatão, a partir da foz do rio do Cedro, marcava o princípio da Colônia “Teresópolis”.

Em dois anos tinha a colônia 622 pessoas, oriundas da Alemanha. Pouco a pouco alcançaram o divisor de águas entre os rios Cubatão e Capivari, com um acréscimo populacional razoável, até a sua emancipação em 1869. Foi, na transposição do vale do Cubatão para o do Capivari, em 1864, que se fundou São Bonifácio, no alto curso do rio Capivari e, daí, pouco a pouco, se espraiando a colonização pelos seus afluentes, em demanda ao vale do rio Tubarão.

No mesmo ano de 1860, no divisor de águas entre os rios Tijucas e Moroim, sob os auspícios do Govêrno da Província de Santa Catarina foi organizada a “Colônia Nacional Angelina”.

Só em 1862 dá-se início a sua ocupação, em terrenos férteis, mas isolados e sem vias de comunicação para exportação de seus produtos. Se, em 1862, eram 187 pessoas; em 1863, 218; em 1864, 308; em 1865, 506; em 1866, 635; em 1867, 784; em 1871, 977; em 1872, 1.100; com a entrada de 12 famílias alemãs em 1873 — quando passou a ser custeada pelo Govêrno Imperial — decaíra para 835 pessoas, elevando-se, entretanto, no ano seguinte, em 1874, para 1.155.

Esta colônia, emancipada em 1881, não apresentou grandes progressos até a sua emancipação e, só quando foram estabelecidos caminhos mais permanentes para trânsito de veículos, é que tomou alento e progrediu.

Ainda em 1860 há uma outra fundação de colônia, de grande repercussão: nas margens do rio Itajaí-mirim, a nova colônia “Itajaí”, que desde o seu início foi denominada “Brusque”, em homenagem ao dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, Presidente da Província de Santa Catarina e seu fundador, por ordem do Govêrno Imperial.

Entraram, então, 55 pessoas, tôdas alemãs, e, ainda, nesse mesmo ano de 1860, mais 132 pessoas, numa segunda leva 184, e, numa terceira 31 pessoas, num total de 412 habitantes.

Numa ampla várzea, situou-se êste empreendimento colonizador.

Junto à Colônia “Brusque”, na confluência dos rios Águas Claras e Itajaí-mirim, em 1867, situou-se a colônia “Príncipe Dom Pedro”. Estas colônias têm vida intimamente ligadas entre si, pois, a final, a última fôra incorporada àquela.

O crescimento populacional se fazia sentir de ano para ano; a sua população, em 1862, era de 727 pessoas; em 1863, 955; em 1864, 1.121 — com vida social definida e uma ativa vida econômica, praticada por alemães, holandeses, franceses, suíços e tirolezes!

Em 1865 era de 1.269 pessoas; em 1866, 1.333; em 1867, 1.448 habitantes — com uma sede já arruada! Já havia uma incipiente industrialização.

Em 1869 as levas colonizadoras desta área são encaminhadas para o oeste da colônia e a população total orçava em 1.673 pessoas e, no ano seguinte, 1870, eram 1.728 habitantes.

O ano de 1875 assinala a entrada de franceses e lombardos e outros italianos do norte — sob a denominação de “austríacos”, dada a conjuntura política da península italiana. Apresenta-se a colônia, em 1875, com 4.568 habitantes, dos quais 1.114 “austríacos”. Em 1876, a população da colônia alcançava 8.110 habitantes.

Acrescente-se que, nesta data, alcançavam os limites sul da colônia o rio do Braço, um dos formadores do Tijucas, e seus tributários, após vencer o divisor de águas do Itajaí-mirim com o Tijucas.

E, o crescimento populacional ainda se fêz sentir, dia a dia, criando uma estrutura social e econômica que se avantajou de tal forma marcante ao se emancipar em 1882.

Ressalte-se que a sua estrutura industrial e fabril é urbana ou suburbana, onde se localizaram os primeiros emigrantes de origem alemã, com cultura artesanal, ao passo que o seu contexto agrícola e rural advém, ponderavelmente, do elemento italiano.

A colonização dos vales do Tubarão, Mãe Luzia e Araranguá são um encadeamento lógico, a partir de 1876.

E' um importante fato, pois que integra uma nova área na vida social e econômica do nosso Estado.

As colônias "Azambuja" e "Urussanga", pioneiras desta época, são os focos de onde se espalham os emigrantes, no sul do Estado.

Iniciada no vale do rio Pedras Grandes, afluente do rio Tubarão, no seu afluente rio Cintra e seu confluente, bem como no seu tributário Canela Grande, com 291 italianos, localizados em "Azambuja".

Em seguida, o são no vale do rio Urussanga.

No ano de 1877, em Azambuja localizaram-se 279 emigrantes e outros 191 foram localizados no patrimônio do Conde D'Eu, na colônia do "Grão-Pará".

No ano seguinte, em 1878, começou a colonização do vale do Urussanga.

Dai, através do rio América ultrapassou-se o divisor-de águas do rio Mãe Luzia, em direção norte também e, neste como naquele vale, aparecem em seguida, outros empreendimentos colonizadores!

Êstes empreendimentos tiveram lento desenvolver, até 1888, quando se funda o núcleo "Acioly de Vasconcelos", abrangendo Cocal e Criciúma.

Tem em 1888 a colônia Azambuja um total de 3.949 habitantes — entrados a partir de 1876 sem solução de continuidade — dos quais 1.098 em Azambuja, 1.960 em Urussanga, 422 em Acioly de Vasconcelos e 469 em Presidente Rocha: aí se representavam italianos de várias áreas da Península.

Em 1890, entram, também, no núcleo Acioly de Vasconcelos, poloneses e russos — êstes num total de 1.307 pessoas.

Em 1891, a firma Ângelo Fiorita & Cia. propõe-se a introduzir emigrantes italianos para o Brasil meridional, realizando, então, nas províncias de Treviso, Beluno, Bêrgamo, Pádua e Mântua intensa atividade propagandística da "Colônia Nova Veneza".

Entretanto, antes de receber os seus primeiros emigrantes, vendeu seus direitos à Companhia Metropolitana, no vale do Mãe Luzia.

No mesmo ano de 1891, ali se localizavam 2.198 pessoas, procedentes da Itália, situando-se no vale do rio Mãe Luzia e dos seus afluentes e confluente. Em 1892, são mais 1.341 almas — de Bér-gamo, de Cremona, de Ferrara, de Veneza e de Mântua — que se fixam, mais ao sul. Em 1893 são 176 e, no ano seguinte de 1894, são somente 11.

Recorde-se que nestes dois últimos anos, o Brasil meridional — especialmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul — estava convul-sionado pela Revolução Federalista.

Ao sul da concessão da Cia. Metropolitana, em 1891, foi ini-ciado o trabalho colonizador pela Companhia Brasileira Torrene, en-tre o rio Araranguá, e os seus afluentes, o Mãe Luzia, o Manuel Al-ves, o Cedro e outros, onde se localizaram emigrantes italianos e po-loneses, em especial.

Concomitantemente, no vale do Tubarão, em seu curso médio, inicia-se a “Colônia Grão-Pará”, em terras do patrimônio dotal dos Condes D’Eu, através de concessão ao comendador Joaquim Caeta-no Pinto Júnior, em 1881.

Esta concessão, pelo concessionário, foi transferida à Empresa de Terras e Colonização.

A sua população, em 1891, era de 1.206 pessoas, ao passo que em 1902, eram 5.874 habitantes, onde há uma ligeira predominância de poloneses, seguidos por italianos, espanhóis, alemães e russos.

E, ainda, mais uma tentativa particular num vale litorâneo: a Colônia “Luís Alves”, em 1877, às margens do rio de igual nome, iniciada pelo engenheiro Júlio Grothe.

No fim de 1877 eram 230 habitantes e em 1878, eram 500 pes-soas, predominantemente de origem italiana. E, dada a sua situaç-ão, em 1880, foi mandada extinguir, apresentando-se, entretanto, com um desenvolvimento lento, mas animador.

Completando o quadro da ocupação dos vales litorâneos, já no período republicano, em 1891, o Govêrno da República, institui os Núcleos Coloniais, onde se fixam contingentes de origem européia. Tais são os de Anitápolis, nas mais altas nascentes do Cubatão, Esteves Júnior, no vale do Boa Esperança, um dos formadores do Ti-jucas, e Barão do Rio Branco, com famílias alemãs, russas e italianas.

O Govêrno do Estado de Santa Catarina concedeu, em 1895, à “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, terras nos va-les do Itapocu e Hercílio ou Itajaí do Norte. Esta concessão foi trans-ferida, no mesmo ano, daquela empresa para outra que se organi-zara, na Alemanha, com os mesmos objetivos: a “Sociedade Colo-nizadora Hanseática”.

Coube a esta a colonização do vale do rio Itajaí do Norte, a partir de 1897, com elementos alemães e uns poucos poloneses e russos, ao passo que os italianos, hoje ali fixados são elementos saídos, em segunda geração, das áreas dos rios Benedito e dos Cedros.

Estava assim, antes de se iniciar o século XX, estruturada a integração dos vales litorâneos no contexto social de Santa Catarina e, concomitantemente, as frentes pioneiras dêsses mesmos vales avançavam em demanda ao planalto.

Corresponde a esta integração uma estrutura econômico-social baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar, dentro de uma herança cultural nitidamente européia, mas que, pouco a pouco, aqui e ali, experimenta mudanças culturais.

*

c). — *Integração do planalto.*

O planalto basáltico, na sua parte oriental, sofreu uma primeira fase povoadora, no chamado “ciclo do couro”, quando era caminho entre as “vacarias” do sul e a feira de Sorocaba e outros entrepostos de gado.

E foi, nessas idas e vindas, que se fixaram paulistas e mineiros no “sertão”, até que, em 1766, Antônio Correa Pinto é incumbido pelo Governador da Capitania de São Paulo, d. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, de fundar uma povoação.

Nasce assim a vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages, marco inicial do povoamento das pastagens do planalto oriental.

Entretanto, desde 1728, com a abertura da “Estradas dos Conventos”, no seu roteiro se fixam fazendas de criação e pousos para invernar a tropa.

Outras áreas adjacentes vão, pouco a pouco, integrando-se social e economicamente, em regime pecuarista e, por isso mesmo, de grandes propriedades, ocupando aquela área que se denomina “Campos de Lages”, como é o caso de Campos Novos e Curitibanos.

Esta mesma área, a partir da segunda década do século XX sofre novo processo de integração: de um lado, do leste, avança uma frente pioneira, oriunda dos excessos populacionais das colônias dos vales litorâneos que vão se fixando nas mais altas nascentes dos rios do planalto e, pouco a pouco, ocupando os seus vales, iniciando, ali, uma estrutura econômico-social idêntica a das áreas dos vales litorâneos, como, por exemplo, o vale do Urubici.

Uma outra frente pioneira vem do sul: são os excedentes populacionais das colônias alemãs e italianas dos vales sul-riograndeses além de poloneses e ucranianos, refluídos do Paraná, que se integram no nor-

te-catarinense — Pôrto União, Canoinhas, Mafra, Itaiópolis e áreas vizinhas — e que daí infletem para o sul e para o médio e extremo-oeste.

*

d). — *Integração do extremo-oeste.*

O extremo-oeste catarinense, é aqui considerado como a região compreendida entre o vale do rio do Peixe e a calha do Peperi-Guaçu, tem a sua integração no contexto catarinense processada tardiamente.

Sòmente a partir da segunda década do século XX, quando as razões de ordem político-administrativa que a impediam, cessaram.

De um lado a questão fronteiriça entre o Brasil e a Argentina, conhecida como “Questão de Missiones” ou como “Questão de Palmas”, que foi resolvida, satisfatòriamente em 1894. Entretanto, a ocupação humana da área teve início em 1839, com a concessão de sesmarias naquela área, a criadores de Guarapuava, e melhor desenvolvida com a criação, em 1859, da Colônia Militar do Chapecó, nas terras à margem esquerda dêste rio, mas, sòmente, instalada em 1882, devido à questão acima aludida.

Posterior a essa fixação de fronteiras é estabelecido um pôsto avançado da soberania brasileira, com a fundação oficial de “Dionísio Cerqueira”, nas nascentes do Peperi-Guaçu, em 1903.

Por outro lado, a “Questão do Contestado”, entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, só resolvida, efetivamente em 1917, retardou ainda a integração efetiva desta área.

No meio-oeste, entretanto, a integração tem como fator preponderante a construção da linha férrea ao longo do vale do rio do Peixe, a partir de 1910.

E' êsse, indiscutivelmente, o marco colonizador de tôda a área do meio e extremo-oeste, pois que a *Brazil Development & Colonization Company*, construtora da estrada de ferro recebera concessões territoriais em ambos os lados da via férrea, vendendo essas glebas às emprêsas colonizadoras como Luce Rosa & Cia., Colonizadora Capelli, Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., Colonizadora Brum, no rio do Peixe e no alto vale do Chapecó, enquanto que, entre o Chapecó e o Peperi-Guaçu, destacaram-se os empreendimentos colonizadores de Ernesto Bertaso & Cia., Cia. Territorial Sul-Brasil e a Emprêsa Pepery-Chapecó Ltda., que, efetivamente, integraram essa área no contexto sócio-econômico de Santa Catarina, com os refluxos populacionais de excedentes das várias áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul.

Esta fase de integração, iniciada a meio século, ocupou todo o planalto basáltico de Santa Catarina, o que se exprime, de forma clara, através das mesmas expressões económico-sociais das áreas de colonização alemã e italiana, acentuados pelos traços aculturativos do pampa sul-riograndense: o uso da bombacha, mesmo nas atividades agrícolas, o uso do chimarrão nos serões caseiros e como bebida social, além do predomínio do vocabulário gauchesco, com a exploração económica da pequena propriedade, em regime familiar.

Sabe-se, por indagações realizadas, que estas migrações foram, sucessivamente, avançando nestes últimos sessenta anos. Primeiramente, ocuparam as margens catarinenses do rio Uruguai e, pouco a pouco, foram sendo ocupados os vales dos seus principais afluentes e, daí, em direção norte, até alcançarem as terras do Paraná, e este movimento é caracterizado economicamente pela pequena propriedade, explorada familiarmente, e pela agricultura de subsistência, aliada à exploração intensiva da suino-cultura, em desenvolvimento de industrialização.

Esta, em largos traços, a integração das várias áreas no contexto sócio-económico catarinense, no que tange à contribuição externa, quer estrangeira, quer nacional.

*

CONCLUSÕES.

1. — No tocante ao povoamento vicentista é de se ressaltar que não deixou marcas no contexto cultural do Estado de Santa Catarina. E', tão só, uma atitude política, em função da fixação do *uti possidetis*, tendo-se como certa a atribuição dos domínios portugueses, no Brasil-meridional, abrangendo o litoral sul-catarinense.

2. — A colonização açoriana fixou na paisagem cultural do litoral catarinense marcas inolvidáveis, além de reafirmar o velho conceito do *uti possidetis*:

a). — sendo pescador e/ou agricultor de subsistência, fixou-se em orla litorânea, dedicando-se à agricultura como meio complementar à atividade pesqueira, sem ter nesta evoluído técnica ou economicamente;

b). — transplantou, entretanto, de maneira excepcional o seu contexto de cultura espiritual e material — folgedos e folclore literário, da mesma forma que técnicas de subsistência e de transformação, além de artesanatos;

c). — exerceu, em algumas áreas do Estado, influência sobre outros contingentes, facilitando o processo aculturativo.

3. — A colonização alemã grava alguns traços da sua cultura:

a). — nas paisagens urbanas, são de molde a identificar-se com o nosso crescimento industrial, especialmente correlacionado com as indústrias textil, metalúrgica e de alimentação, pela paulatina e gradual transformação do artesanato em indústrias familiares e, pouco a pouco, melhorando as suas condições de produtividade.

b). — fixa, um problema de não assimilação, baseada no princípio de superioridade racial, devido ao abandono e isolamento a que foram deixados pelos governos brasileiros quanto aos problemas de educação, saúde e comunicações, que superaram com a ação comunitária, coadjuvada ou não pelos governos dos seus países de origem ou de instituições daqueles países;

c). — no campo agrícola, presos aos costumes tradicionais da cultura européica, ou se adaptam às técnicas da agricultura tropical, vencendo, economicamente, a duras penas, ou então, sempre e, cada vez mais, procuram novas terras, abrindo ou consolidando novas frentes pioneiras e isto também, em função da sua estrutura familiar, com os problemas advindos da enorme quota de natalidade nas áreas rurais ou rurais-urbanas e o direito de primogenitura.

4. — A colonização italiana, pelo seu contexto cultural, latino e católico-apostólico-romano, foi mais facilmente assimilado e, acostumado a um clima mais assemelhado ao nosso, apresenta:

a). — boa adaptação à agricultura tropical, com o uso, inclusive, de técnicas caboclas e, por sua vez, introduzindo ou desenvolvendo cultivos próprios da península itálica, com grande êxito, como o arroz, a vinha, o fumo, ao passo que, pela concorrência da sêda artificial, não prospera na cultura do bicho-da-sêda;

b). — apresenta, no panorama arquitetônico de Santa Catarina, a fisionomia das suas igrejas monumentais ou, então, os seus oratórios ou nichos disseminados à beira das estradas, demonstrando a sua religiosidade.

c). — estabelece, no contexto social, um elemento de alto índice prolífico, elevando o contingente populacional e, desta forma, impelindo novos grupos humanos, dos seus excedentes, a procurarem áreas novas.

5. — A colonização polonesa, quer vinda diretamente da Europa, a partir de 1880, quer pelo refluxo do vizinho Estado do Paraná, apresenta aspectos distintos, notadamente nos gêneros de vida, e, em especial, nas técnicas agrícolas.

6. — De tôdas as observações feitas, possivelmente falhas ou deturpadas, por falta de estudos mais acurados e sistemáticos, resalta uma estratificação social fundamentada no *status* econômico dos indivíduo se não em outros elementos sócio-culturais.

O Estado de Santa Catarina não foi infenso ao contributo negro-africano, mas, pela sua esparsa e diminuta projeção não pôde ser focalizada, bem como de outras minorias étnicas.



BIBLIOGRAFIA.

a). — *Integração do litoral.*

BOITEUX, Lucas Alexandre...

1918 — *Notas para a história catarinense*, Tip. Moderna, Florianópolis, 428 págs.

1953 — *Açorianos e madeirenses em Santa Catarina*, in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, Rio de Janeiro, vol. 219, abril-junho de 1953, pp. 122-169.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues...

1948 — *Assuntos insulanos*, ed. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 98 págs.

1950 — *Os Açorianos*, “Anais do I Congresso de História Catarinense”, vol. II, Florianópolis, pp. 503-608.

MENEZES, Manuel de Sousa...

1952 — *Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina*, separata da “Revista do Instituto Histórico da Ilha Terceira”, Açores, 10. vol., 65 págs.

PIAZZA, Walter F. ...

1958 — *A vitória da cultura popular açoriana em Santa Catarina*, in “Revista do Instituto Histórico da Ilha Terceira”, Açores. vol. XVI, nº 16, 13 págs. (separata).

s/d. — *A colonização açoriana em Santa Catarina — Novas perspectivas*, em vias de publicação na “Revista do Instituto Histórico da Ilha Terceira”, Açores.

b). — *Integração dos vales litorâneos.*

AMARAL, Max Tavares d'...

1950 — *Assimilação e aculturação dos estrangeiros e seus descendentes no Vale do Itajaí*, in “Centenário de Blumenau”, publicação comemorativa, Blumenau, pp. 355-363.

BOITEUX, Henrique...

1944 — *O Falanstério do Saí*, in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina”, Florianópolis, vol. XII, 1. semestre de 1944, pp. 47-90.

BOITEUX, Lucas Alexandre...

1939 — *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*, ed. do Departamento de Estatística e Publicidade, Florianópolis, publicação nº 11, 65 págs.

- CABRAL, Oswaldo Rodrigues...
1958 — *Brusque. Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império*, ed. Sociedade Amigos de Brusque, Brusque, Santa Catarina, 327 págs.
- CARVALHO, Manoel Deodoro de ...
1951 — *Fundação da Colônia Dona Francisca*, s/editor, São Francisco do Sul, 15 págs.
- FERREIRA, Des. Vieira ...
1939 — *Azambuja e Urussanga*, Diário Oficial, Niterói, Rio de Janeiro, 109 págs.
- FICKER, Carlos ...
1965 — *História de Joinville (Subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca)*, Impressora Joinville Ltda. Joinville, 447 págs.
- JAMUNDÁ, T. C. ...
1948 — *Interpretação Regional do Município de Rodeio*, s/e., Florianópolis, 84 págs.
- MARZANO, Pe. Luigi ...
1904 — *Coloni e missionari italiani nelle foreste del Brasile*, Tip. Barbera, Firenze, tália, 335 págs.
- MATTOS, Jacintho Antonio de ...
1917 — *Colonização do Estado de Santa Catarina*, Tip. "O Dia", Florianópolis, 241 págs.
- PIAZZA, Walter F. ...
1950 — *Nova Trento*, ed. da Prefeitura Municipal de Nova Trento, Santa Catarina, Florianópolis, 186 págs.
1963 — *Contribuição do italiano à agricultura em Santa Catarina*, in "Boletim Paranaense de Geografia", Curitiba, nº 8 e 9, fevereiro de 1963, pp. 23-49.
- SCHADEN, Francisco S. G. ...
1940 — *Notas sobre a localidade de São Bonifácio (Santa Catarina)*, in "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", Florianópolis, 40 págs.
1946 — *Notas para a história da localidade de Löffelscheidt*, São Bonifácio, Santa Catarina, 32 págs.
- SCHNEIDER, Adolfo Bernardo ...
1965 — *A História da Fundação de Joinville*, separata do "Boletim Stein", Joinville, 26 págs.
- SILVA, José Ferreira da ...
1950 — *História de Blumenau*, in "Centenário de Blumenau", publicação comemorativa, Blumenau, pp. 5-51.
- VAN LEDE, Charles ...
1845 — *De la colonisation au Brésil*, ed. Librairie Polytechnique Bruxelles, 427 págs.
- ZIPPERER, Josef ...
1953 — *São Bento no Passado*, ed. particular, Curitiba (textos em português e alemão), 193 págs.

c). — *Integração do planalto.*

RAMOS, Vidal ...

1939 — *Notas sobre a fundação de Lages*, ed. Departamento de Estatística e Publicidade, Florianópolis, publicação nº 13, 25 págs.

RIBEIRO, Enedino Batista ...

1941 — *São Joaquim*, ed. Departamento Estadual de Estatística, Florianópolis, publicação nº 24, 71 págs.

SILVA, Osmar Romão da ...

1941 — *Rotas pioneiras de Santa Catarina*, in "Revista Brasileira de Geografia", do Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, outubro-dezembro de 1941, ano III, nº 4, pp. 805-814.

d). — *Integração do médio e extremo-oeste.*

BOITEUX, José Arthur ...

1890 — *Santa Catarina-Paraná: Questões de limites*, Tip. "A Tribuna", Rio de Janeiro, 85 págs.

1915 — *Dicionário Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 1. vol. (1915) e 2. vol. (1918) em Azevedo & Irmãos, Rio de Janeiro, e 3. vol. (1940) em Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 182, 142 e 190 págs.

1931 — *Oeste Catarinense*, ed. Livraria Central de Alberto Entres, Florianópolis, 28 págs.

*
* *
*

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Ruy Christovam Wachowicz* (FFCL. da Universidade Federal do Paraná. PR.).

1.º). — Pergunta porque o Autor, face à importância dos dados estatísticos apresentados, não esclareceu ao pé da página as fontes em que se baseou. Essa lacuna, a seu ver, vem prejudicar o estudioso do problema, pois, para encontrar qualquer uma de suas informações, terá o mesmo de vasculhar tôdas as obras consultadas pelo Autor e indicada na bibliografia.

2.º). — Nas páginas 453-454 o Autor afirma que poloneses e ucranianos teriam refluído do Paraná e se integraram na região norte-catarinense (Pôrto União, Canoinhas, Mafra, Itiópolis). Pe-de vênica para contestar essa afirmação, sobretudo em relação aos poloneses. Estes não refluíram do Paraná para Santa Catarina, mas ao contrário, processa-se um grande movimento migratório de populações polonesas do norte de Santa Catarina para o Paraná, a

tal ponto, por exemplo, que a colônia de Itiópolis (Lucena) estagnou em seu desenvolvimento demográfico.

3.º). — Na página 442 o Autor afirma que “vales litorâneos catarinenses, têm a sua integração processada na segunda metade do século XIX”. Logo em seguida, surge a afirmativa de que “em 1829, no vale do Maroim, é localizada a primeira colônia de elementos germânicos”. Logo, se a imigração alemã iniciou-se em 1829 (3a. década), o que veio iniciar a integração dos vales litorâneos na segunda década do século XIX?

4.º). — Em suas conclusões, diz o Autor à página 456, item 5, que a colonização polonesa surge em Santa Catarina a partir de 1880. Ora, nas páginas 448-449, está a afirmativa de que em 1864, entre outras nacionalidades que aportaram em Santa Catarina, estão poloneses da Galícia. Existe, portanto, uma profunda discordância de datas, pois pode afirmar ao Prof. Piazza que a imigração polonesa como tal, iniciou-se em Santa Catarina em 1868, dirigindo-se para Brusque. Como o afluxo dessa corrente imigratória continuasse, embora pequena, e pelo fato de serem seus componentes preferencialmente tecelões, vão eles dar início à conhecida indústria textil de Brusque.

*

Da Profa. *Oksana Boruszenko* (FFCL. da UFP. PR.).

Diz que nas páginas 447 e 450 o Autor refere-se à entrada de austríacos da Itália do Norte no ano de 1875. Não seriam êsses imigrantes eslavos e não austríacos?

Na página 451 há referências sobre a vinda de um grupo de russos no ano de 1890. Solicita, pois, esclarecimentos mais precisos sobre o referido grupo: seriam ucranianos ou alemães do Volga?

Terminando, declara que gostaria receber esclarecimentos do Autor sobre o que êle chama de “folclore literário”.

*

Do Prof. *Eddy Stols* (FFCL. de Marília. SP.).

Inicialmente felicita o Prof. Piazza pelo seu trabalho, que lhe dá uma visão geral da imigração em Santa Catarina. Queria apenas fazer uma pequena ressalva a respeito da colonização belga organizada por Van Lede (Cf. pág. 444). Houve sim bastante interferência da parte do governo belga e nem todos chegaram a integrar-se, pelo contrário, muitos colonos voltaram. Chama a atenção dos presentes para um interessante inventário de fontes: *Guide des sources*

de l'histoire d'Amérique Latine, publicado pelos *Archives Générales du Royaume de Belgique*. Nessa publicação existe farta documentação a respeito da imigração no Brasil, não de belgas, mas de alemães, russos, menonitas, etc.

*

Do Prof. *José Roberto do Amaral Lapa* (FFCL. de Marília. SP.).

Afirma que achou o trabalho proveitoso, pois dá uma visão sistemática e de conjunto das imigrações estrangeiras para Santa Catarina. Não obstante, quer reclamar contra uma excessiva timidez de que se viu possuído o Prof. Piazza ao elaborar a sua comunicação. Timidez que aliás não é nada comum nas suas intervenções em trabalhos. Assim, a comunicação limitou-se a ser uma enumeração mais ou menos cronológica das tentativas e realizações da colonização estrangeira em Santa Catarina, dissociada das conjunturas externas e de outras implicações que na província e no Império foram responsáveis pelos fluxos maiores ou menores das imigrações estrangeiras para Santa Catarina e para o Brasil. A enumeração das diferentes colônias para no tempo. O Autor não as acompanha até os dias atuais. Assim, êsses grupos desaparecem, dando impressão de extinção, fracasso ou total assimilação. Acompanhar essa evolução é por vários motivos interessante, inclusive para estudos comparativos, dada a diversidade de nacionalidades dos grupos que se dirigiram para aquela área.

Continuando, diz que na pág. 442 o Autor fala que o povoamento açoriano-madeirense deu "coloração" à sociedade catarinense. O que quis dizer com isso? Deixando o termo sem maiores explicações, quer lhe parecer que incorre o Autor em indesculpável impressão científica de linguagem.

À pág. 443 condiciona o fracasso da imigração à adversidade do solo e do clima e logo em seguida mostra a dispersão de colonos de São Pedro de Alcântara por várias regiões catarinenses, dando assim idéia de que os referidos fatores foram os maiores responsáveis por essas ocorrências. Diz que apreciaria maiores detalhes sobre o assunto, como também sobre a experiência socialista da colônia industrial do Saí, que lhe pareceu merecer uma detença maior.

Finalmente, nas suas conclusões, o Autor diz não falar do negro em Santa Catarina por considerar inexpressiva sua contribuição e representar uma "minoría étnica". Como fecho do trabalho essa afirmação lhe parece mal posta, uma vez que ela se aproxima de uma tese defendida por Nelson Werneck Sodré sobre a ausência do negro no Sul, tese essa hoje completamente reformulada pelas pes-

quisas de Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, que aliás têm uma obra sobre a *Côr e mobilidade social em Florianópolis*, onde o assunto é convenientemente tratado. Empregando, e mal, a expressão “minorias étnicas”, na qual inclui o negro, o Autor nos leva a perguntar se a contribuição negra em Santa Catarina foi menor do que a de alguns grupos de imigrantes enumerados por êle neste trabalho e cujas implicações culturais foram muitíssimo limitadas?

*

Da Profa. *Cecília Maria Westphalen* (FFCL. da UFP. PR.).

1. — Diz que registra algumas impropriedades terminológicas de certa importância. Assim, por exemplo:

À página 442. Em que sentido foi empregado o termo “integração”? Integração do ponto de vista cultural, ou de “incorporação” de um certo número de imigrantes, uma vez que apenas pela chegada, o imigrante de pronto não se integra na sociedade de adoção.

A página 442. Como referir-se a “cidadãos alemães” em 1829?

À página 450. A referência a “minorias étnicas” foi no sentido do conceito geo-político? Como aplicá-lo ao Brasil? Acredita que o Autor desejou utilizar o termo no sentido de “grupos numéricamente minoritários”.

2. — Diz também que registra a presença de informações de alta importância, sem contudo maiores explicações de fundamentação. Assim, por exemplo, aquela à página 451, terceiro parágrafo. Neste sentido, e a título apenas exemplificativo, é necessário considerar-se entre outros elementos, a procedência dos imigrantes e as técnicas por êles trazidas.

3. — Notou uma necessidade de maior explicitação a certas afirmativas, como aquela, à página 456, relativa à permanência entre os alemães do “direito de primogenitura”. Diz respeito ao direito positivo brasileiro, ou a que? Pode haver confusão do leitor.

4. — Acredita que um pesquisador, como sabe que o Autor o é, não poderia realizar a afirmação como aquela constante do item 6, salvo melhor juízo.

*

Do Prof. *Jaciro C. Patrício* (FFCL. de Marília. SP.).

Estende, também, os seus cumprimentos ao Autor pela contribuição que ofereceu ao Simpósio. Entretanto, observa que ao mencionar o Prof. Piazza no início do seu trabalho a fixação dos náu-

fragos e desertores espanhóis, a simples menção não o satisfaz. Não quer que o Autor tome tal insatisfação por crítica, pois pela natureza do tema, não seria possível aprofundar-se no assunto.

A sua intervenção é feita no sentido de dar uma oportunidade ao Prof. Piazza de opinar e ilustrar a sua exposição com alguns fatos.

Nestas condições, pergunta por pormenores sobre:

1. — a fixação dos primeiros espanhóis;
2. — a expedição do *adelantado* Cabeza de Vaca;
3. — o caminho indígena que punha em comunicação o litoral com interior;
4. — se a fixação não deixou nenhuma influência.

*

Da Profa. *Josefina Chaia* (FFCL. de Marília. SP.).

Diz que considera o trabalho do Prof. Walter Piazza rico em dados e informações, mas pareceu-lhe estranho que não cuidasse das determinações legais para a colonização de Santa Catarina.

Diz que várias questões poderiam ser apreciadas através de consultas às Leis: naturalização dos colonos, leis de orçamentos, contratos assinados com as companhias estrangeiras, etc. Afirma que até mesmo num contrato de mineração poder-se-ia encontrar dados sobre a colonização de Santa Catarina. Cita apenas um exemplo: o contrato celebrado com o Visconde de Barbacena para lavrar carvão de pedra nas margens do Passa-Dois, no Distrito de Laguna, firmado em 1861, decreto n.º 2737, principalmente as cláusulas 7a. e 9a. que cuida dos colonos de Santa Catarina.

*

Da Profa. *Helga Picolo* (FFCL. da UFRGS.).

Diz que sabe-se que a fundação de Laguna esteve relacionada com a colônia do Sacramento e que a História do Rio Grande do Sul foi uma decorrência dessa colonização. Pergunta, pois: a frota de João de Magalhães, que vem ao Rio Grande do Sul em 1727 (saída de Laguna) teve como finalidade abrir comunicações com a colônia do Sacramento? Como o povoamento da área lagunense (ou seja a integração do litoral dessa área de Laguna) foi afetado pela

ocupação do Rio Grande do Sul, que se segue à descida de João de Magalhães?

*

Da Profa. *Altiva Pilatti Balhana* (FFCL. da UFP. PR.).

Pede maiores esclarecimentos sôbre os menonitas estabelecidos em Santa Catarina pela Sociedade Colonizadora Hanseática.

*

Do Prof. *Danilo Lazzarotto* (FFCL. de Ijuí. RS.).

Diz que o Prof. Piazza na página 447 fala da vinda de italianos sob a denominação de austríacos, que seriam oriundos da *Itália Irredenta*. Pergunta, pois, se êsse nome “austríacos” não provém antes dos documentos de identificação dêsses italianos, originários de Veneza que, salvo engano de sua parte, pertenceu à Itália apenas após a guerra franco-austríaca de 1859?

*

* *

RESPOSTAS DO PROF. WALTER F. PIAZZA.

Inicialmente esclareceu — da mesma forma que o fizera na apresentação do trabalho — que se tratava de uma síntese do que se publicara até a data, concernente às áreas de colonização do Estado de Santa Catarina.

Elucidou, ainda, que muito lhe desvanecera o número elevado de intervenções, prova de que o trabalho fôra muito lido, apesar de exigir, naquele momento, um trabalho de sua memória, bastante árduo.

Ao Prof. Ruy Cristovão Wachowicz, lembrou que, em se tratando de uma síntese e que a bibliografia citada ao final, estava disposta de acôrdo com as partes do trabalho, além da pressa na elaboração do trabalho para entrega à Comissão Organizadora do Simpósio, impedira uma melhor elaboração e uma revisão necessária.

Quanto aos grupos poloneses radicados no norte-catarinense, como refluídos do Paraná, esclareceu tratar-se de dados obtidos em pesquisa efetuada naquela área, mas, de qualquer forma, aceita as observações sôbre aquêles grupos emigratórios e, por outro lado, ressalta, ser na maioria dos casos, difícil distinguir poloneses de outros grupos eslavos, pela procedência generalizada, no período 1870-1890, como oriundos do Império Austro-Húngaro.

À Profa. Oksana Boruszenko esclarece que os que entram em Santa Catarina sob a denominação de “austríacos”, especialmente no vale do Itajaí e no litoral sul, eram italianos do norte e não eslavos. Os dados sobre os poloneses e russos, entrados em 1890, no Núcleo “Accioly de Vasconcellos”, no sul do Estado, são extraídos do trabalho de Jacinto de Mattos, *Colonização do Estado de Santa Catarina*.

Por outro lado, esclarece que entende por “folclore literário” toda expressão popular consubstanciada em contos e romances, advinhas e provérbios.

Ao Prof. Eddy Stols, referindo-se à Colônia Belga, fundada por Charles Van Lede, agradece as informações prestadas sobre a bibliografia belga a respeito da mesma, e informa que, no panorama econômico e social de Santa Catarina, ainda nos dias que correm, se situam, de maneira saliente, descendentes daqueles belgas.

Ao Prof. José Roberto do Amaral Lapa, esclarece que, dadas as dimensões do trabalho não se poderia focalizar com mais pormenores as conjunturas externas. Acresce que o movimento migratório, nos dias atuais, é problema de documentação. Afirma, ainda, de maneira categórica, que o açoriano deu, inequivocamente, *coloração* ao cenário cultural catarinense, pois, além das manifestações tradicionais gravadas no folclore catarinense, como a “folia” do Divino, as brincadeiras de “boi-navara”, etc., além dos panoramas urbanos, com as mesmas características em todas as povoações fundadas dentro dos “Regimentos” que nortearam a emigração açoriana. No tocante à colônia de São Pedro de Alcântara esclarece que os fatores climato-geológicos levaram, aliados às faltas de tradição agrícola dos colonizadores, ao depauperamento da colônia.

No tocante à Colônia Industrial do Saí, criada dentro das idéias de Charles Fourier, esclarece que o único trabalho existente em língua portuguesa é de autoria do Almirante Henrique Boiteux, citado na bibliografia. E quanto ao negro em Santa Catarina esclarece que tem elaborado trabalho sobre o mesmo contingente, que alcançou, no período da escravidão, um percentual máximo de 13% em relação à população da então Província e que, hoje, é de apenas 3%, e que, ainda, dadas as características urbanas predominantemente, da escravidão em Santa Catarina, pouco restou no contexto cultural, como seja o “cacumbí”, resquício de “congada”.

À Profa. Cecília Westphalen esclareceu que a terminologia empregada se não é de historiador é, entretanto, usada em antropologia e demais ciências sociais. E, que as afirmativas a propósito da situação dos grupos emigratórios alemães, urbanos e artesanais, bem

como aquêles referentes ao direito de primogenitura são fruto de pesquisa-de-campo do autor, colhidos em dois anos de trabalho e incluídos no seu livro *Folclore de Brusque*, visto ser esta comunidade uma área de contatos entre lusos-brasileiros, ítalos e teuto-brasileiros. E que a expressão usada nas conclusões de que “as observações feitas, possivelmente falhas ou deturpadas” o seriam, não por deliberada intenção do Autor, mas, como se expressa o próprio texto, “por falta de estudos mais acurados e sistemáticos”.

Ao Prof. Jaciro Patrício agradece as expressões de aplauso, e esclarece que a menção de naufragos e desertores no litoral catarinense está expressa nos cronistas que trataram das primeiras expedições espanholas ao Mar da Prata e, em especial, a *Relación* de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca e Ruy Diaz de Guzman e, quanto ao percurso de Cabeza de Vaca, cita que a reconstituição dêsse trajeto até Assunção foi tentada, com base na descrição de Ulrich Schmidel, pelo Prof. Reinhard Maack, da Universidade do Paraná, em bem fundamentado escrito. E, por fim, aclarou que o espanhol — quer aquêles naufragos e desertores do século XVI, quer aquêles da Invasão de 1777 — não deixaram contribuição mais positiva ao contexto econômico e social de Santa Catarina.

À Profa. Josefina Chaia, agradece as informações sôbre a legislação e esclarece que os fatos apontados na exposição indicam situações de fato, com bases em estudos, no tocante à Colônia Blumenau, pelo sr. José Ferreira da Silva, Diretor da Biblioteca e Arquivo Municipal daquela Cidade, pessoa de honestidade comprovada nos seus escritos históricos, e no que tange à Colônia Dona Francisca, há que ressaltar a situação jurídica do município e freguesia de São Francisco Xavier de Joinville, separadamente da Colônia Dona Francisca, pertencente ao patrimônio dotal dos Príncipes de Joinville, e cujos melhores estudos estão sendo efetuados pelos srs. Carlos Ficker e Adolfo B. Schneider.

À Profa. Helga Picolo esclarece que a fundação de Laguna não está ligada à da Colônia do Sacramento, mas, bem pode estar prêsa ao desejo de firmar o princípio do *uti-possidetis* no Brasil Meridional e que a “descida” de João de Magalhães aos Campos do Viamão, por ordem do seu sogro Domingos de Brito Peixoto, ligase ao problema da criação de gado no Sul e lembra que o problema da fundação de Laguna foi estudado pelo Almirante Lucas A. Boiteux, em *Francisco de Brito Peixoto, Senhor da Laguna*.

À Profa. Altiva Pilatti Balrana esclarece que os russos menonitas que se haviam estabelecido em Witmarsum, nas margens do rio Krauel, dipersaram-se.

Ao Prof. Danilo Lazzaroto informa que a elucidação da origem dos imigrantes “italianos”, especialmente do Norte da Itália, anteriores à Primeira Guerra Mundial e mais precisamente no período de 1875 a 1890, só é possível através dos documentos de identificação dos aludidos imigrantes.

A IMIGRAÇÃO E OS BOTOCUDOS (XOKLÉNG) DO TAIÓ (*).

RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná.

Introdução.

Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do XX, quando a imigração européia atingiu o máximo de sua expansão nos territórios situados à margem esquerda dos rios Negro e Iguaçu, bem como no vale do Itajaí, chegou ao climax um problema que há mais de um século vinha perturbando a região: o conflito entre os “brancos” e os índios botocudos, um dos ramos da grande família lingüística dos jê.

Na realidade, era êsse um problema que já se prolongava desde a colonização lusa no litoral, quer paranaense ou catarinense, e posteriormente com o tropeirismo, que se desenvolveu sobretudo a partir do século XVIII, com a ligação São Paulo-Rio Grande, pela chamada Estrada da Mata. Porém, nesta ocasião, o choque do elemento dito civilizado com o indígena botocudo, que dominava a região, não atingiu a magnitude alcançada quando do estabelecimento naquelas terras do imigrante europeu.

A fixação do imigrante na região e o avanço da colonização em tôdas as frentes colocaram o gentio botocudo numa situação crítica. Acentuaram-se mais ainda os conflitos armados. Como é evidente, a extinção violenta do indígena botocudo seria inevitável, se alguns homens de responsabilidade e humanidade não realizassem uma obra de civilização e catequese junto ao gentio revoltado, fazendo cessar desta maneira os ataques e as “caçadas” de extermínio que já há longo tempo se processavam.

O estudo dêsse conflito é o objetivo dêste trabalho.

(*) . — Comunicação apresentada na 2ª sessão de estudos, no dia 4 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

O indígena botocudo (Xoklém).

Segundo o mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú (1), existiram no território do Estado do Paraná e de Santa Catarina duas grandes famílias indígenas: a dos tupi-guarani e os jê.

Estes últimos compunham-se de dois grandes grupos: os kaingáng e os botocudos. Os primeiros localizavam-se nas vastas matas que outrora cobriam os sertões ocupados pelas reduções jesuíticas do Guairá; dominavam o centro-oeste do Paraná e o oeste de Santa Catarina.

Os botocudos são considerados entre os mais atrasados índios do Brasil; não conheciam a rêde e a agricultura; não construíam cabanas e nem praticavam a navegação. Segundo Roquete Pinto, faziam parte da grande família dos jê, espalhados pelo centro do Brasil e Espírito Santo. Em sua expansão, chegaram até o Paraná e Santa Catarina, onde os botocudos também se fixaram, chegando a alcançar o território do Rio Grande do Sul. Já Boiteux encontra diferenças nítidas entre os botocudos do sul e os do centro do Brasil ou do Espírito Santo. Nos do sul, apenas os homens usavam o botoque no lábio inferior, elemento êste que lhes dá a denominação, enquanto que nos outros grupos o usam também as mulheres, chegando estas a colocá-lo nas orelhas. Entre tanto, botocudos legítimos ou não, os do sul também são clasificados como se o fôssem, apesar dessas e de outras diferenças.

Esquivavam-se a qualquer contacto com a civilização, mesmo quando procurados com insistência pelo homem branco.

Em 1876, o presidente da Província do Paraná, Adolfo Lamenha Lins, criou o aldeamento de São Tomaz de Papanduva, destinado aos índios botocudos; porém, o mesmo não se desenvolveu e desapareceu, devido às dificuldades encontradas em estabelecer-se o contacto com o gentio.

Dominavam, inicialmente, na região delimitada pelos campos de Curitiba, margem esquerda do Iguaçu e vale do Timbó, onde se confundiam com os kaingáng e guaranis. A leste, faziam incursões nos territórios litorâneos, dominados inclusive pelos carijó e vale do rio Itajaí; para o sul, chegavam até as fronteiras do Rio Grande, tendo em Lajes o grande obstáculo para tanto.

Sua presença hostil em território paranaense é assinalada pelo primeiro presidente da Província do Paraná, Zacarias de Goes e Vasconcelos, que atesta a inexistência de tentativas de catequese e civi-

(1). — *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba, 1956.

lização dos índios, por ocasião da emancipação política do Paraná, em 1853.

“No distrito de Ambrósios, 12 léguas pouco mais ou menos desta cidade (Curitiba), os indígenas ameaçam a segurança da gente civilizada, e não existe nenhum aldeamento regular! Não há ainda funcionários encarregados especialmente da catequese e civilização dos indígenas (...). Tive já ocasião de dizer-vos que os índios selvagens, mais de uma vez, têm ameaçado a segurança dos habitantes dos Ambrósios, distrito de São José dos Pinhais” (2).

Em seu isolamento, os botocudos foram sendo lentamente envolvidos pela expansão da colonização através da imigração, até que seu *habitat* foi progressivamente restringido. Antes de recuarem, os índios foram levados a uma reação das mais violentas.

“Infelizmente êste povo extinguiu-se e não chegou a ser convenientemente conhecido, ficando assim, sem solução, uma das questões mais interessantes da nossa pré-história, por tratar-se do mais antigo tipo” (3).

Estrada da Mata.

A estrada da mata ligava o Rio Grande do Sul com São Paulo, passando pelo território paranaense. O percurso desta via de comunicação passava no centro do território dos botocudos. Por esta razão, o trajeto entre o Rio Negro e Curitiba era o trecho mais perigoso. Constantes eram os assaltos que os botocudos realizavam aos tropeiros, de preferência às tropas de menor vulto, o que restringia o poder defensivo das mesmas. Os botocudos do Taió aproveitavam-se ainda da circunstância de ser êste trecho coberto de matas laterais. Os tropeiros temiam-no e viajavam de sobreaviso, sobretudo entre Papanduva e Curitiba. O caminho da mata neste trecho estava plantado de cruces, que significavam os mortos que ali ficaram, tombados pelas flechas dos botocudos.

Visando povoar êstes sertões bravios e procurando afastar o perigo dos assaltos, em 1816, a pedido do Barão de Antonina, um dos grandes tropeiros que o Paraná possuía, D. João VI ordena que para esta região se desloquem 50 casais de açorianos,

(2). — *Relatório do presidente da Província do Paraná Zacarias de Goes e Vasconcelos*. Curitiba, 1854, pág. 60.

(3). — Romário Martins, *História do Paraná*. Editora Guaira Ltda. 3a. edição, Curitiba, s. d. pág. 43.

“para se formarem colonizações nas matas do sertão” (4).

Seguindo ainda a mesma política em 1829, vão se estabelecer no mesmo local colonos alemães; era o antigo pouso, o Registro Fiscal das tropas, e que veio a denominar-se Rio Negro.

Pelos relatórios dos presidentes da Província do Paraná, constata-se que a imigração açoriana e germânica para Rio Negro, pode ter diminuído o perigo de assalto à povoação do Rio Negro, porém não o eliminou por completo. Assim, ainda em 1871, Agostinho Ermelino de Leão, afirma que:

“Por informação do sub delegado do Rio Negro (...), chegou ao meu conhecimento o aparecimento de índios nas proximidades daquela freguesia. Convindo evitar os assassinatos e depredações que costumam pôr em prática tais selvagens, recomendei em data de 29 de julho ao comandante superior do Príncipe (Lapa), que auxiliasse o referido sub-delegado” (5).

Apesar destas providências, os assaltos dos índios renovavam-se cada vez mais, com grande insistência e perigo.

“No Rio Negro, quarteirão da Estiva — os botocudos assaltaram os sítios de alguns moradores mais próximos das matas, matando suas criações e agredindo algumas pessoas, que ficaram feridas” (6).

Por estas razões é que o presidente da Província do Paraná J. J. Pedrosa, escreveu:

“compreendendo que qualquer auxílio de fôrça seria ineficaz para prevenir futuras incursões, representei ao Governo Imperial sôbre a conveniência de restabelecer-se o aldeamento do Papanduva, a fim de para ali serem atraídos alguns dêsses selvagens, constituindo-se com êles uma guarda defensiva, contra novos assaltos dos que persistirem bravios” (7).

Porém, o Governo Imperial nenhuma providência tomou, e ao contrário, o Ministro da Agricultura, ordenou providências no sentido de dispensar sete assalariados do aldeamento de São Jerônimo e quatro do de São Pedro de Alcântara.

(4). — Antônio Vieira dos Santos, *Memória Histórica da Villa de Morretes e do Pôrto Real*. Publicação do Museu Paranaense. Curitiba, 1950, pág. 76.

(5). — *Relatório do presidente da Província do Paraná, Agostinho Ermelino de Leão*. Curitiba, 1871.

(6). — *Relatório do presidente da Província do Paraná, João José Pedrosa*. Curitiba, 1881, pág. 18.

(7). — *Relatório J. J. Pedrosa, op. cit.*, pág. 18.

“Esta diminuição do pessoal, quando os diretores de tais estabelecimentos pedem com insistência maiores meios de ação, não pode deixar de prejudicar bastante o desenvolvimento dos mesmos” (8).

Com esta política seguida pelo Governo Imperial, em relação ao gentio, de forma alguma o aldeamento de São Tomaz de Papanduva chegaria a ser concretizado, e os índios botocudos continuaram a realizar as suas incursões contra pessoas e propriedades.

“Os índios novamente se inquietaram (...) assaltavam as tropas e trabalhadores em campo aberto. Desta vez o (tropeiro) Lemos resolveu ir à procura de fumo nas Perdizes (...). A maior parte dos muares, Lemos enviou pela estrada mais segura, e para verificar o estado da picada escolheu a mim e ao bugreiro Machado, conhecedor do mato e experimentado matador de bugres, com um faro melhor do que de um cachorro (os bugreiros afirmam que cheiram de longe a aproximação de um índio) (...). Num inesperado momento, pareceu que tôdas as árvores gritavam como se fôsses corujas, gaviões ou macacos. O bugreiro Machado estava na vanguarda da tropa. Pulou da mula e iniciou o tiroteio. Algumas flechadas atingiram o animal e êste caiu no precipício. Eu escondi-me por entre as pedras e cobri-me com um balaio. Para o bugreiro acabaram-se as balas. Tirou o facão e pulou para um buraco ao lado. Um dos bugres apareceu no caminho, porém Lemos, meu patrão, que ainda possuía balas, atingiu-o com boa pontaria, porque êle tombou. Para os nossos faltaram balas e para os índios flechas, porque lançaram-se com tacapes. Um outro pulou sôbre o bugreiro Machado. Preparou-se para abatê-lo a tacape; êste enroscou-se no barranco e Machado desferiu-lhe com o facão um golpe, abrindo-lhe o ventre. O infeliz quis com as mãos segurar os intestinos, porém caiu sôbre êles no chão. Apareceu um terceiro. Antes porém que pudesse movimentar o tacape, o bugreiro enfiou-lhe o facão nas costelas. Os restantes titubearam. Parecia que não queriam continuar a luta, quando o maior dêles urrou vingança e pulou ferozmente. Antes de atingir, o facão também abriu-lhe o ventre. Neste momento os outros, gritando horrivelmente, fugiram (...). O bugreiro Machado estimulou-nos dizendo que êste não foi um assalto, apenas ataque de um grupo de caçadores” (9).

Outra narrativa atesta o alcance e a persistência dos índios em assaltar tropas de muares.

“A tropa era dirigida pelo conhecido bugreiro Martins. Iam conosco 6 homens e mais de uma dezena de muares. Os botocudos

(8). — *Idem*, pág. 81.

(9). — Romão Wachowicz, *Braterstwo Ziemi i Ludzi* (inédito).

desta vêz prepararam um forte ataque. Nos momentos oportunos alojavam-se nos montes dos dois lados do caminho, camuflando-se na vegetação. De repente ouvem-se gritos e urros que lembravam o inferno. Ambos os lados gritavam. Atacaram-nos bem no centro da tropa. Martins não perdeu a cabeça. Estudou-lhes a posição, envolveu-os e atacou por trás. Urrando horripelantemente, descarregou seu winchester. Os índios logo se descontrolaram. Fugiram com grande alarido. Correram por entre os muares e desapareceram no mato. Nós fugimos também (...). Difícil foi o caso com o comerciante Gaspar, benfeitor da região. Estava pálido. Segurava e massageava o ventre com o capote. Uma flechada o atravessara lado a lado (...). Martins envolveu-o em capotes e amarrou-o com cintas. E com gemidos partimos para frente. Pela madrugada, Gaspar morreu (10).

O choque com a "Brazil Railway".

Particularmente rápidos e violentos, foram os encontros entre os índios botocudos e kaingáng com os milhares de operários contratados pela *Brazil Railway*, a qual tinha por objetivo realizar a ligação ferroviária entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, no início do século XX.

"A princípio foram empregados 4 mil trabalhadores, porém, com a marcha dos trabalhos, o seu número atingiu a cêrca de 8 mil" (11).

Esta incomum concentração de mão-de-obra era formada de trabalhadores de todo o Brasil e de imigrantes, sobretudo poloneses, que se ausentavam de suas colônias e de suas chácaras, em busca desesperada de algum dinheiro para poder sustentar a família.

Os terrenos nos quais a estrada de ferro ia penetrando eram habitados por índios kaingáng e botocudos, os quais de tempos em tempos assaltavam os trabalhadores da estrada de ferro, de preferência as vanguardas que derrubavam a mata. Atacavam em defesa de seus territórios que estavam sendo invadidos. No início dos trabalhos, no trecho compreendido entre União da Vitória e Marcelino Ramos,

"em virtude da falta de mão-de-obra, eram trazidos para o serviço inúmeros condenados pela justiça, com a promessa e a condição de que trabalhariam nos serviços da estrada para conseguir

(10). — *Idem.*

(11). — Mauricio Vinhans de Queiroz, *Messianismo e Conflito Social*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, pág. 71.

sua liberdade (...). Será fácil imaginar o ambiente de medo e insegurança que existia” (12).

Não demorou para que os primeiros choques entre trabalhadores e índios se verificassem. Um imigrante que ali trabalhou conta um desses incidentes ocorrido em novembro de 1908.

“No primeiro domingo de novembro, caiu sobre a população (União da Vitória), a notícia que o trem traria alguns operários mortos pelos índios. Quase toda a população da cidadezinha acorreu à estação ferroviária, à espera da chegada extra do trem (...). Por fim, ouvimos o apito da locomotiva. Num dos vagões a descoberto, forrado de galhos verdes, estavam estirados os corpos dos trabalhadores mortos. Uma senhora, já de certa idade, alemã, lançou-se, gritando convulsivamente, sobre o corpo do filho. Quatro dos mortos eram poloneses, os quais chegaram a procura de sôldo, das colônias afastadas (...). Neste mesmo dia, foram todos enterrados numa vala comum, como é costume aqui, sem nenhuma cerimônia” (13).

Como os ataques ou as ameaças de ataques dos índios botocudos sucediam-se freqüentemente, deliberou a direção da estrada que o enônôtro das turmas de trabalhadores que realizavam a derrubada da mata, e que haviam começado de pontos opostos, se realizasse o mais breve possível. Um grupo vinha do Rio Grande e outro de União da Vitória, porque era êste um trecho muito perigoso, habitado por índios botocudos, sendo preciso que os trabalhadores se encontrassem, pois em caso de necessidade, uns auxiliariam aos outros.

“Recebíamos regularmente os mantimentos de Ponta Grossa e nos dedicávamos à derrubada do mato. Demorou isto muito tempo, tínhamos sossêgo e nossos dias eram alegres, apesar do trabalho pesado. Porém um dia, quando esperávamos nôvo transporte de mantimentos, pensávamos na causa da demora. Esperamos inútilmente. O engenheiro estava inquieto, os homens esperavam o transporte como se fôsse um encanto. Diminuimos a ração diária e andávamos desassossegados. Veio-me o pensamento de que isto poderia ser obra dos bugres, os quais poderiam ter tomado nossos mantimentos (...). Organizamos uma guarda noturna e aguardamos os acontecimentos. Certa ocasião, caiu uma tempestade (...). Eu estava de guarda e por entre os trovões percebi alguns gritos estranhos, como se fôssem assobios. No início não os distinguiu, porém após alguns momentos fiquei aterrado. Reconheci que eram assobios dos bugres. Acordei o engenheiro e os outros. Reconhece-

(12). — Marian Hessel, *Na Pionierskim Szlaku. Pamietniki Emigrantów, nakladem wydawnictwa "Polonia". Warszawa, 1965, págs. 97-98.*

(13). — *Idem*, pág. 99.

ram os sinais. Esta noite porém não atacaram (...), até que uma vez, enquanto o fogo ardia forte, notei que, do lado do mato, aproximavam-se pessoas; eram os bugres. Acordei apressadamente os companheiros; as carabinas e os winchesters já estavam preparados (...). Aproximaram-se lentamente, querendo apanhar-nos desprevenidos ou até pensando que estivessemos dormindo. Ao sinal combinado, atiramos como se fôssemos um. Sete bugres caíram, porém voltaram em maior número. Outra vez atiramos e muitos caíram. Os outros, aos gritos, fugiram para o mato. Nesta noite nada mais ocorreu (...). Fomos examinar os cadáveres dos bugres; dois ainda viviam e gemiam, porém não pudemos ocupar-nos com eles e para que não sofressem, o engenheiro mandou matá-los (...). Decidimos voltar e abandonar tudo, inclusive os burros. Escolhemos como caminho o mato e confiamos na bússola. Fazíamos o menor ruído possível para evitar imprevistos. Carregamos os winchesters, os revólveres, munição e os restos das provisões e colocamo-nos a caminho, calculando que os bugres, mesmo que viessem haveriam de estar receosos para um nôvo ataque, pois haviam tido uma boa lição (...). Quando caminhávamos, chamou-nos atenção grande número de corvos circulando no ar. Ao chegarmos mais perto, sentimos no ar a atmosfera carregada, com o cheiro de carne deteriorada. Pensamos em circundar o local e continuar a caminhada, mas algum pressentimento nos dizia que deveríamos averiguar (...). Reconhecemos que a carniça era dos membros da expedição de abastecimento que aguardávamos (...). Terrível era a cena (...), era obra dos índios botocudos (...). Ao que parece os bugres deram-se por vencidos e recuaram para o interior da mata" (14).

Os imigrantes.

Até o início do estabelecimento de imigrantes na região dominada pelos botocudos, os choques com as rarefeitas populações locais existiram, porém em número bastante reduzido, se os compararmos com a violência que imperará, quando da chegada e da expansão da imigração européia, na segunda metade do século XIX e início do XX. Em territórios botocudos surgiram imensas colônias que aos poucos penetraram no interior; em consequência, os botocudos sentiram-se encurralados. Assim, vinha do leste, penetrou a imigração predominantemente alemã. Surgiram Blumenau e Joinville; multiplicaram-se as colônias: Rio do Sul, Timbó, Ibirama, Brusque, São Bento etc. Desde os primeiros instantes da localização dos imigrantes na região, surgiram os conflitos com os índios botocudos. Isto ocorreu no interior, quando ali se estabeleceram os primeiros colonos.

(14). — *Pamiętniki Emigrantów, Ameryka Południowa*. Instytut Gospodarstwa Społecznego. Warszawa, 1939, págs. 94 a 100.

“Os primeiros colonos nestes terrenos tinham vindo de D. Francisca: alguns moços solteiros e um casal (...). Numa certa manhã os ocupantes das casas no rio Velho foram assaltados por um bando de botocudos. Eram inesperados, porém os ocupantes conseguiram ainda em tempo fechar as portas e defender-se com armas de fogo” (15).

Kalendarz Polski. Przyjaciela Rodziny, de 1924, escreve que

“nos últimos 17 anos no município de Blumenau contaram-se 61 assaltos de vulto” (16).

Tôda a região do vale do Itajaí estava sob a ameaça dêstes índios e os que se deslocavam entre estas colônias corriam sérios riscos de serem flechados pelos mesmos. Em virtude dessa insegurança em que permanentemente viviam os colonos.

“veio a criação da Companhia de Pedestres de Itajaí, entregue ao comando de Henrique Etur (...). Estabelecidos em Belchior, parece que se preocuparam mais em tornar-se, êles próprios colonos, donos de casas e plantações, do que permanecer em guarda observando o movimento dos selvícolas, para que os colonos (...) se sentissem seguros nos lotes que lhes destinavam” (17).

Nas últimas décadas do século XIX, o govêrno federal dispôs-se a colonizar as terras ao sul do Rio Negro, à margem esquerda do rio do mesmo nome. Surgiu então a grande colônia predominantemente polonesa de Itaiópolis (Lucena), cujo território penetrava como uma cunha em pleno coração da região dos botocudos. Os primeiros colonos, quando aí chegaram, encontraram a mata fechada e pujante, onde dominavam indiscutivelmente os botocudos. Para a infelicidade dos colonos poloneses, os lotes localizavam-se nos antigos cemitérios dêstes índios. Eram portanto terras consideradas sagradas pelos índios, o que indignou-os sobremaneira, multiplicando-se desde então os ataques contra os colonos. Foi justamente por esta época que as hostilidades entre os brancos e os índios tornaram-se críticas. Os ataques eram mais intensos e de maior vulto. Entretanto, nos primeiros tempos, os índios limitavam-se a assustar os colonos.

As próprias autoridades colonizadoras forneciam geralmente às famílias que para lá se destinavam uma pistola de dois canos, com

(15). — Edmund Sebastian Wós-Saporski, *Pamiętnik*. Nakładem Międzynarodowego Towarzystwa Osadniczego. Warszawa, 1939, pág. 32.

(16). — *Kalendarz Polski. Przyjaciela Rodziny*. Curitiba, 1924, pág. 75.

(17). — J. Ferreira da Silva, *Blumenau em Cadernos*, abril de 1959, tomo II, nº 4, págs. 63-64.

duas balas sobressalentes, para ser usada em caso extremo, como defesa contra os índios. Porém os colonos, já na primeira noite, quando ouviam os índios rondando sua choupana, disparavam as cápsulas para o ar a fim de afugentá-los, ficando desta maneira desarmados (18).

Muitos eram os colonos que no dia seguinte ao da chegada regressavam amedrontados a Rio Negro, onde estavam os barracos. Porém muitas foram as famílias que decidiram permanecer e enfrentar o indígena.

“Enquanto não iniciamos o corte da mata, os bugres não atrapalhavam, mas quando começamos a derrubá-la, passaram a perturbar-nos, assobiando, batendo com paus nas árvores, sem porém se deixarem avistar (...). Dois dias depois assaltaram uma outra casa e liquidaram com toda a família. As duas crianças, mataram e jogaram ao fôgo. Aos pais, cortaram o ventre e retiraram o coração, colocando-o em cima dos corpos. As cobertas de pena e os travesseiros reventaram a todos e as penas espalharam pela casa inteira. Os mantimentos também despejaram e espalharam pela casa. Pela ocasião já 30 famílias estavam estabelecidas, o que levou quase metade a debandar para Rio Negro. Porém chegavam novas famílias e o govêrno forçou a volta dos colonos, para seus ranchos, por falta absoluta de lugar nos barracos. A metade voltou e os restantes espalharam-se noutras direções. Porém cada vez chegavam mais colonos e penetravam ainda mais no inteior da mata. Não demorou muito e os bugres atacaram novamente duas famílias, de 17 pessoas. Os pais com os filhos que cortavam o mato foram mortos no lugar; as mulheres, que ouviram os gritos e não sabendo do que se tratava, acorreram em socôrro, enquanto os bugres corriam para assaltar a casa. Pelo caminho, liquidaram-nas também, bem como o restante da família. Os colonos não tinham com que defender-se, porque o govêrno não fornecia armas para todos. Alguns compravam pistolas, revólveres e winchesters. Porém continuaram freqüentes as notícias de assaltos e mortes. Pode-se dizer que somente nas vizinhanças de Itaiópolis morreram 40 pessoas” (19).

Por outro lado, nas colônias alemãs, José Deeke constatou entre 1852 e 1914, 41 colonos mortos e 22 feridos (20).

Um outro assalto sofrido pelos colonos de Itaiópolis ocorreu pouco depois dêste incidente acima descrito, quando uma turma de 18 homens derrubava o mato, não tendo na ocasião nenhuma arma con-

(18). — *Pamiętnik Emigrantów, Ameryka Poludniowa, op. cit.*, pág. 296.

(19). — *Idem*, pág. 299.

(20). — Francisco S. G. Schaden, *Índios, Caboclos e Colonos*. Coleção da Revista de Antropologia, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1963, 1, pág. 63-64.

sigo. Estavam somente com seus machados. Foram cercados e liquidados a flechadas. Entretanto, não eram somente os imigrantes poloneses as vítimas dos assaltos dos botocudos. Os índios não distinguíam entre imigrantes e brasileiros. Assaltavam a todos com a mesma fúria e ódio. *Kalendarz Polski* de Pôrto-Alegre, narra um assalto horrendo ocorrido em 1900 apenas a 9 km de Pôrto União. Os buggres assaltaram a propriedade do fazendeiro Salvador Bueno.

“A moradia encontramos completamente fechada, envolta várias vezes por um fio preto, fato este que provocou um medo de feitiçaria aos que o romperam. No pátio encontramos algumas longas taquaras entortadas na ponta em forma de cadeado, com as quais pegaram os cachorros. Os chiqueiros e as estrebarias estavam vazios. Os assaltantes levaram tudo consigo. Acendemos uma fogueira e arrombamos a porta. O primeiro compartimento estava completamente delapidado. No chão, nus estavam os corpos de um rapaz e de uma moça, brutalmente deformados, cortados de maneira repugnante. Na cozinha encontramos a mulher, sentada perto do fogão, com os olhos esbugalhados. Era a esposa do fazendeiro, com a qual brutalmente se comportaram os índios, cortando-lhe os seios, ao que parece ainda com vida. Ao seu lado dois corpos de crianças também completamente deformados. A quinta criança, o caçula, não conseguimos encontrar. O desespero do infeliz pai é difícil de descrever” (21).

Esse assalto, ao que tudo indica, foi praticado por vingança, pois já ocorreram anteriormente atritos entre Salvador Bueno e os botocudos.

Entretanto não só por vingança atacavam os indígenas. Interessava-lhes também o saque. Queriam obter utensílios, os quais muito necessitavam: instrumentos de ferro e tecidos sobretudo.

Francisco S. G. Schaden, salienta que, num assalto, somente mataram uma menina porque saíra correndo em direção à roça no intuito de avisar os pais.

“Uma criança de pouca idade, que se encontrava no berço, não foi por eles molestada; tencionavam apenas apoderar-se das fronhas (Nota: na borda da mata, os selvícolas tiraram as plumas das almofadas levando somente os panos de fôrro e as fronhas), e para isso tiraram a criança, colocando-a no chão” (22).

(21). — *Kalendarz Polski* — *Nakladem i Wlasnosc F. B. Zdanowskiego*, Pôrto Alegre, 1901, pág. 51.

(22). — Francisco S. G. Schaden, *op. cit.*, pág. 82.

Os bugreiros.

A reação dos “brancos” também se dava sem misericórdia. Por uma dezena de pessoas brancas mortas, pagavam com a vida pelo menos algumas centenas de índios. Havia pessoas especializadas em “caçar” botocudos no mato. Eram os chamados bugreiros. Organizavam e dirigiam as caçadas aos índios. Com armas de fogo e sabendo rastrear e sobreviver no mato, não pior que os próprios bugres, cercavam muitas vezes os acampamentos dos índios e, em silêncio absoluto, esperavam preferencialmente o amanhecer, para abatê-los sem piedade.

Após o entêrro dos familiares de Salvador Bueno em Pôrto União, êste fez um apêlo no sentido de que se apresentassem voluntários para uma expedição de vingança. Prontificaram-se cêrca de 40 homens. Dirigiu-os o bugreiro Vaciano. Após seis dias de marcha, encontraram em plena mata um braseiro recentemente abandonado, o que significava estarem em boa pista.

“Pelos 8 horas da manhã do dia seguinte, avistaram fumaça no tôpo da montanha. Vaciano dividiu o grupo, que avançou em direção à fumaça. Vaciano subiu numa árvore e viu mulheres que andavam em tôrno do fogo, ocupadas no preparo de um porco, recentemente abatido e na expressão do suco de cana por um sistema primitivo de pedras. Em seguida atacaram de surprêsa; começou o tiroteio e seguiu-se uma carnificina com arma branca. Os bugres, desesperados, caíam de joelhos no chão, juntando as mãos. Não houve misericórdia para ninguém. Morreram 29 bugres, sem contar as mulheres e as crianças. A matança durou alguns minutos, e foi praticada apenas pelo grupo de 6 pessoas, que chegaram primeiro ao local. Três bugres conseguiram fugir. Foram encontrados quase todos os objetos roubados da casa de Salvador Bueno. O re-lógio, completamente rebentado, estava entre os pertences do capitão dos bugres; dos dentes da serra já haviam feito pontas de lança e as peças de roupa estavam costuradas entre si, numa só peça, que servia de coberta para o grupo. O cão apanhado da casa de Salvador e que fôra criado por êle, ao ser pego pelo dono morreu e fugiu atrás dos bugres” (23).

Na localidade de Paciência, os botocudos assaltaram o povoado e a bodega de um tal de João Gordo, quando êste encontrava-se ausente do seu estabelecimento. Foram mortas nesse ataque 23 pessoas, desaparecendo por completo sua família e os que se encontravam no interior da casa. Escrupulosamente, os índios levaram ma-

(23). — *Kalendarz Polski* — F. B. Zdanowskiego, *op. cit.*, pág. 53.

chados, foices e facas, e tomaram tôda a aguardente; outras coisas de valor, deixaram-nas espalhadas pela casa. Esta localidade passou a denominar-se de “Morro da Morte”.

“João Gordo jurou vingança. Juntou mais de uma dezena de homens, preferencialmente viúvos, e armou-os da melhor maneira possível, levando cães. Atacavam sem piedade. João Gordo transformou-se em excelente bugreiro. Conheceu seu método de guerrear, melhor do que conhecera o nome de seus antepassados. Estudou a fôrça e a fraqueza dos índios. Sabia quando era possível afugentá-los de seus esconderijos no mato e quando nada se lhes podia fazer. Exterminou pela raiz alguns grupos de botocudos” (24).

Apareceu então entre os botocudos um nôvo chefe. Suas pegadas mediam 40 cm de comprimento. Os colonos o apelidaram de “Pé Grande”. Certa feita, num de seus ataques perpetrados na colônia Moema, os bugres foram cercados por 30 homens bem armados, graças ao estado de alerta em que os colonos passaram a viver, com as armas sempre carregadas. A luta foi comandada pelo bugreiro Martins.

“Foram ali mortos cêrca de 30. De noite recuamos para que os índios pudessem recolher os corpos dos seus mortos (...). Martins caiu sôbre êste grupo de noite. Estavam dormindo no seu acampamento no monte Taió. Provavelmente estavam embriagados com bebida de sua própria fabricação. Ficaram quase que completamente exterminados. O cacique Pé Grande recebeu alguns tiros no peito. Por curiosidade mediram o gigante. Tinham 2 m e 12 cm de altura” (25).

Após essas contínuas e pro'ongadas matanças, o número dos botocudos diminuiu, em face à superioridade dos armamentos, bem como à austúcia dos bugreiros.

“Muitas mulheres e crianças indígenas perderam a vida em episódios vergonhosos e de repugnante crueldade, que se passaram nos acampamentos da floresta. Evidentemente, não era por êsses meios que se havia de despertar nos aborígenes o desejo de se aproximarem da civilização” (26).

Os índios recuaram ainda mais na mata e fixaram-se preferencialmente na região do Pico Taió, por êles considerados sagrado, bem como no vale do rio da Prata.

(24). — Romão Wachowicz, *op. cit.*

(25). — *Idem.*

(26). — Francisco S. G. Schaden, *op. cit.*, págs. 81-82.

Diversa foi a posição dos vários grupos étnicos em relação aos botocudos. Emilio Willems, citando Robert Gernhard e José Deeke, afirma, referindo-se aos colonos alemães:

“Ao passo que os colonos os consideram uma corja de salteadores selvagens que deveriam ser eliminados, as autoridades brasileiras, aparentemente sob influência de idéias positivistas, procuravam proteger os índios contra as carnificinas dos “caçadores de bugres”. Ao lado dos colonos alemães a existência (dos índios) tornou-se impraticável, animais bravios têm de ser exterminados”.

Já o principal jornal de Blumenau *Der Urwaldsbote*, assim se expressa:

“Os bugres atrapalham a colonização e as comunicações entre planalto e litoral. E’ preciso acabar com essas perturbações de modo total e o mais depressa possível. Pontos de vista sentimentais que consideram injustas e imorais as caçadas movidas aos bugres, são inoportunos” (...).

Um escritor teuto-brasileiro exprime-se da seguinte maneira:

“Chegaram ao ponto de chamar de “queridos patrícios” (refere-se à Liga Patriótica que considera os índios como patrícios e vítimas de estrangeiros intrusos) a estas hordas selvagens que não queriam saber de civilização e às quais a morte de um branco não afetava mais do que a de um animal. Os assassínios que os “queridos patrícios” cometiam, procuravam paliar e justificar, defendendo o ponto de vista de que os selvagens tentavam impedir, pelos seus crimes, apenas a penetração dos brancos nas suas próprias terras e que, além disso, queriam vingar-se das crueldades que os brancos haviam praticado” (27).

O próprio fundador de Blumenau, embora condenasse as “caçadas” contra os índios, dizia:

“melhorou a guarda de pedestres e posteriormente, quando a colônia já estava sob administração do governo imperial, conseguiu a constituição de um grupo de batedores de mato que, sob a direção de Frederico Deeke, com o seu intérprete Jeremias, muito contribuiu, não apenas para manter os índios distantes dos lotes que iam sendo ocupados por colonos, como para orientar a direção da colônia na tarefa expansionista” (28).

Romão Wachowicz, autor polono-brasileiro, apresenta o problema de um outro ponto de vista:

(27). — Emilio Willems, *A Aculturação dos Alemães no Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1946, págs. 124-125.

(28). — Francisco S. G. Schaden, *op. cit.*, pág. 64.

“o índio botocudo, senhor de ermas e pujantes florestas, viu-se assaltado pelos vorazes colonos, os quais a tóda fôrça arrancavam-lhes a soberania. Ambas as partes batiam-se pelo seu pão, pela existência, pagando por isto um elevado preço” (29).

A pacificação dos botocudos.

As autoridades governamentais eram contrárias a essas mantanças, porém, desejando proteger a vida dos imigrantes radicados na região, criaram uma estranha fôrça policial, formada de bugreiros, que tinha por finalidade precípua defender os colonos contra as contínuas incursões dos botocudos. E ainda pretendiam aproximar-se dos índios. Essa guarda revelou-se ineficiente e incapaz de proteger quem quer que fôsse e de aproximar-se dos índios. Apesar dos fracassos dêsses duplos objetivos, um de seus componentes, de pouca idade (pouco mais de 20 anos), não se deu por vencido e decidiu por conta própria “amansar” os botocudos (30).

Chamava-se Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Prontificou-se a enfrentar uma tarefa na qual muitos outros já haviam fracassado; procuraria aproximar-se dos índios mais atrasados, arredios e desconfiados do Brasil.

“Foi deveras árdua esta tarefa. Percorria as matas à procura dos índios. Eles fugiam e escondiam-se. Quando Eduardo recuava, então avançavam. Certa feita, quando se ausentou de sua propriedade, os índios a queimaram e liquidaram tóda a criação. Isto foi em 1914. Nem assim deu-se por vencido. Continuou à procura dos botocudos” (31).

Um dia porém quando transitava pela mata com alguns de seus camaradas, surpreendeu alguns botocudos que se ocultaram por entre a vegetação e ficaram imóveis. Era a grande oportunidade. Eduardo ordenou a um de seus acompanhantes, um índio kaingáng do Paraná, de nome Preié, que lhes dirigisse a palavra na sua própria língua. Os botocudos nada entenderam. Eduardo, vendo que poderia perder a grande oportunidade, pela qual tanto almejava, adiantou-se êle próprio e dirigiu-lhes algumas palavras que havia aprendido e decorado num pequeno manual botocudo, organizado pelo médico Hugo Gensch, de Blumenau. Os índios, admirados de ouvirem sua própria língua, deram alguns passos em sua direção, sempre apontando as flechas e as lanças contra êles. Gritavam que, se desse

(29). — Romão Wachowicz, *op. cit.*,

(30). — *Meteor.* Ano XXI, nº 34, maio-agosto 1929, pág. 56.

(31). — *Kalendarz Polski Przyaciela Rodziny*, 1924, *op. cit.*, págs. 70-71.

um passo para a frente, matá-lo-iam. Eduardo não se assustou. Jogou sua arma ao chão e despiu-se completamente. Tal coragem impressionou aos índios. Os botocudos recuaram e admiraram-se.

“Nos primeiros dias não me restava outra coisa senão deixar os presentes expostos e recuar, satisfeito de que alguma coisa já tinha conseguido. Um dia pude chegar mais perto. Os índios faziam sinais de que desconfiavam da minha roupa. Pensavam que tinha armas. Sob a ameaça de suas flechas me despi até ficar nu. Deixei os presentes em baixo de uma árvore e recuei nu, como estava. Isto repetiu-se diversas vezes, até que um dia encontrei-me com um deles e conversei com o vocabulário que era do meu conhecimento. Eles me levaram pela mata, sempre vigiando rigorosamente (...). O gelo estava quebrado” (32).

Desde então, Eduardo transformou-se no protetor dos índios, com grande ascendência sobre os mesmos. Conseguiu que um bom número deles freqüentasse ou fôsse morar no seu “posto”. Para manutenção dêsse posto, que denominou Duque de Caxias, o govêrno garantiu-lhe uma pequena quantia. Localizava-se o mesmo na confluência do rio da Prata com o Itajaí.

Foi de extraordinário valor para a obra de aproximação de Eduardo com os botocudos, um pequeno opúsculo desta língua organizado pelo médico de Blumenau, Dr. H. Gensch. Numa das “caçadas”, que os colonos alemães realizavam contra os botocudos, trouxeram consigo uma menina dêste povo. Esta ficou com a família do Dr. Gensch, que a iniciou na vida civilizada. A preação das famílias botocudas, após as “caçadas”, era um fato comum (33).

Hugo Gensch aproveitou-se da ocasião para redigir algumas expressões básicas, com o auxílio de sua nova filha. Esta menina chamava-se Koricrá. Foi devido a êste opúsculo que Eduardo conseguiu entrar em contacto com os índios.

“Depois de algum tempo, quando se organizou uma grande festa na colônia Hansa, Eduardo levou consigo muitos de seus botocudos, para mostrar-lhes as maravilhas da civilização e para convencer os colonos de que conseguira acalmar os índios. Veio também para a festa o Dr. Gensch, com sua espôsa e Koricrá. Curiosa é a forma como se comportou sua educanda. Reconheceu seu pai entre o grupo, e conheceram-na também os índios. Estes separaram-se e começaram a deliberar, a volta da moça. Ela começou a chorar, e os índios passaram a acusar os brancos. Conseguiu-se

(32). — Gunther Plüschow, *Dei den Botocuden*. Berliner Illustrirte Zeitung, 1928, n^os 45, 46 e 47.

(33). — Romão Wachowicz, *op. cit.*,

porém acalmá-los e convencê-los de que Koricrá é que deveria resolver o problema. Esta pensou um pouco e preferiu ficar. Os índios retiraram-se indignados e sua revolta caiu tôda sôbre Eduardo, que quase pagou com a vida o passeio. O pai de Koricrá, que era um cacique, não sobreviveu por muito tempo. Morreu de gripe e de saudades da filha. A mãe de Koricrá já não vivia, desde a ocasião em que lhe tiraram a filha” (34). “Após o falecimento do Dr. Gensch em Blumenau, Koricrá, que era filha legítima do cacique Kusúgn, embarcou em 1922 para Berlim, em companhia da viúva do Dr. Gensch. Assim pois, das selvas brasileiras, conseguiu uma botocuda, a jovem Koricrá, atingir os mais civilizados centros europeus” (35).

A catequização.

Por esta época, o padre João Komínek C. M., pároco da paróquia polonesa de Alto Paraguaçu, andava preocupado com a catequese dos índios, chegando a fazer incursões pelas matas da região, juntamente com alguns colonos. Porém esta medida, como as antecedentes, revelavam-se ineficientes. Sabendo da domesticação dos botocudos por Eduardo de Lima e Silva, organizou o padre João Komínek uma expedição ao pôsto dos índios.

“Eram 12 ou 13 pessoas. Da colônia Bom Sucesso partimos em direção ao vale do rio da Prata (...). Conduziram-nos à presença de Eduardo que era chefe ou comandante do local. Comprimentou-nos friamente e retirou-se. Olhamo-nos e percebi que a situação não era boa. Quis que nos separássemos em grupos, porém o padre Komínek não concordou. Temíamos um assalto. Levantamos uma barraca, próxima à casa de Eduardo. Colocamos as armas ao lado e fizemos uma fogueira para nos aquecermos. Ninguém dormiu, por estarmos impressionados e alertas; os pernilongos atacavam em massa. O pensamento de que os botocudos estavam próximos, espantava também o sono. A noite se passou sem novidades. De manhã acendemos o fogo para o chimarrão e o café. Porém Eduardo convidou alguns dos nossos para a cozinha. Quando entramos, algumas botocudas fugiram, ficando sômente a cozinheira brasileira” (36).

O padre João Komínek, referindo-se posteriormente à pessoa de Eduardo, o famoso pacificador dos botocudos, assim se expressou:

“Com êle era preciso ter cuidado e saber aproveitar seus favores, porque era impulsivo e precipitado. Quando, de certa feita, lhe

(34). — *Kalendarz Polski. Przyjaciela Rodziny*, 1924, *op. cit.*, pág. 74.

(35). — *Walendarz Polski. Przyjaciela Rodziny*, 1925, Curitiba, pág. 35.

(36). — *Kalendarz Polski. Przyjaciela Rodziny*, 1924, *op. cit.*

trouxeram um indivíduo que veio espionar seu serviço, conseguiu Eduardo, de tal forma influenciar os botocudos, que resolveram maltratá-lo amarrado a um palanque, sem o matarem, lançando-o depois ao rio que corria em direção à colônia alemã” (37).

Eduardo esclareceu ao padre que não podia fazer qualquer proselitismo religioso entre os índios, porque o parágrafo 6º do seu regulamento, feito pelo govêrno, proibia-lhe

“terminantemente de converter os índios para esta ou aquela religião, não podendo impedi-los de escolherem livremente esta ou aquela fé. Pessoalmente, tenho que ser neutro. Porém a estas prescrições não está subordinado o meu auxiliar direto, Preié, do grupo Coroado (kaingáng), o qual veio do Paraná comigo para estas matas, e desde o início da minha dedicação para com os índios, reparte comigo as vitórias e as desgraças. Ele já é cristão e casado na Igreja Católica, desde o Paraná, e duas de suas filhas lá também já foram batizadas” (38).

Preié já vinha realizando o trabalho de catequese junto aos botocudos, ensinando-lhes os princípios elementares da fé católica. Estava muito satisfeito com a vinda do padre e prometia dedicar-se mais ainda no ensino aos botocudos. Na sua conversação com o padre Komínek, afirmou Preié:

“Sou a primeira pessoa depois do cacique (Eduardo) aqui no pôsto. Tenho grande poder e influência, mas não tenho ainda um relógio, o qual ser-me-ia muito útil; e os botocudos haveriam de ouvir-me e respeitar-me ainda mais, pois eu teria um relógio, como o Eduardo”. Percebi o que insinuava e lhe garanti que lhe mandaria um relógio. “Ser-me-ia muito útil também um facão”. Certo! Ganhará um facão, mas cuide dos botocudos” (39).

A segunda expedição organizada pelo padre Komínek para o pôsto Duque de Caxias, reservou-lhe uma surpresa: o batismo de 98 índios. Assim o padre Komínek descreveu o ocorrido:

“Dirigi-me logo ao “cacique” Eduardo para cumprimentá-lo. Recebeu-me de coração e logo de início desculpou-se pela sua falta de hospitalidade por ocasião de minha primeira visita ao pôsto (...). Convidou-nos para tomarmos nossas refeições com êle, durante nossa estadia ali. Apesar de termos trazido conosco muitas provisões, não era possível recusar o convite (...). Por ocasião

(37). — *Idem.*

(38). — *Roczniki Obydwóch Zgromadzen Sw. Wincentego a Paulo.* Wydawnictwo i naklad kziezy misjonarzy rok XXI, Kraków, 1924, nº 1, págs. 72-73.

(39). — *Idem,* pág. 73.

do desejo, perguntou-me se seria possível que eu batizasse algumas famílias dos botocudos, as quais haviam solicitado o santo batismo (...). Após a refeição, conduziu-me a uma outra habitação onde com grande admiração encontrei um altar preparado. Como depois cheguei a saber, viera da localidade de Acurra, um italiano que era sacristão, para a colocação do altar (...) pelas 9 horas, Eduardo mandou chamar todos os trabalhadores do pôsto, e disse-lhes que, naquele dia e no seguinte, seria proibido trabalhar, em memória do fato de alguns botocudos receberem o santo batismo. Seria no pôsto dia santificado (...). Pouco após, no caminho que conduzia ao mato, apareceram os índios. Marchavam em fila. Na frente vinha um velho grisalho o qual contava 126 anos. Andava com passos firmes e na mão direita segurava um arco; o braço esquerdo não possuía (...). Apesar dos argumentos e das persuasões do Eduardo, o velho não aceitava, em hipótese alguma, vestir-se, nem quando vinha ao pôsto. Em seu meio, os botocudos, tanto homens como mulheres andam nus, mas vestiam-se quando iam ao pôsto. A maioria concordava com esta determinação (...); atrás do velho vinham os homens guerreiros, regularmente vestidos, cada um com suas armas: arcos, flechas, lanças e tacapes. Atrás vinham as mulheres, carregando nas costas os utensílios. Na cabeça era colocado um arco largo, ao qual amarrava-se uma grande cesta, feita de bambu ou de saco. Nêste recipiente, a mulher carregava tudo o que possuía, inclusive uma, duas ou três crianças, as quais, para não caírem, seguravam-se aos cabelos da mãe. Apesar de sobrecarregadas com êste pêso, não demonstravam qualquer cansaço. Ao lado dos adultos, estavam as crianças nuas (...). Alguns homens, com o cacique à frente, aproximaram-se de mim e cercaram-me em círculo. Depois de muito confabularem, abriram-me a batina no peito e olharam-no uma e outra vez; examinaram-me os olhos e moviam a cabeça. Finalmente bateram-me nas costas e notificaram-me de que eu era "kakén", isto é, irmão e amigo. Em seguida examinaram as minhas vestes: batina, cinto, tudo lhe interessava e os admirava. Reviraram os bolsos. Examinaram-me tôdas as frentes e lados. Por semelhante revisão passaram todos os meus acompanhantes (...). Pelas 15 horas, mandou Eduardo reunir todos os bugres e os presentes na sala onde estava o altar. Acenderam as velas e foram colocados em círculo aquêles que iriam se batizar: de um lado, os homens e rapazes e de outro as mulheres e as meninas (...). Pensei que fariam barulho e confusão, mas apesar de a cerimônia do batismo haver se prolongado por cêrca de duas horas, o silêncio e a compenetração aparecia em tôdas as faces. Até as crianças comportavam-se como as mais quietas e obedientes. Pessoalmente estava emocionado quando comecei a cerimônia, e profunda emoção e alegria apoderou-se dos presentes. Foi o mais belo dia da minha vida sacerdotal. A maioria dos neófitos receberam o santo batismo nos seus nomes anteriores: Pópô, Vaicüri, Cavacã, Crendô, Ndiri, Van hecú, Jácfá, Coricran, Coingan-cô, Cuvêinh,

Cássü, Culúng, Tungdü, Laiongdá, Scgátágn, Mongconan, Cungconam, Cuhnánipau, Caniáhêe, Cusúgn etc. (...). Após o batismo, Eduardo aproximou-se de mim e com visível emoção comprimontou-me (...); disse que êstes eram os primeiros, mas não os últimos. Sômente a sexta parte dos botocudos foram hoje batisados, seu exemplo atrairá o restante dos índios. Foi um grande passo para a frente" (40).

Na despedida, após mais de dez dias de estadia no pôsto, os índios pediram ao padre permissão para ir visitá-lo onde morava seu "papai", nome com que apelidaram o padre Komínek. Êste convidou-os como seus hospedes na própria paróquia de Alto Paraguaçu, e esclareceu que não tivessem mêdo e não temessem os colonos, porque êles não eram kokolé" (inimigos) e sim "kakén" (amigos), e prometeu-lhes comida e presentes. Pode-se imaginar o trabalho que os índios iriam proporcionar ao padre, após tão agradáveis oferecimentos. Conhecendo o caráter de Eduardo e não querendo passar por cima de sua autoridade, o padre solicitou lhe permissão para a ida dos índios à colônia de Alto Paraguaçu, explicando-lhe que tal aproximação com os colonos, até agora seus mortais inimigos, poderia influir positivamente em ambas as partes.

Eduardo acedeu ao pedido, mas não deu muita certeza, porque tinha receio de levar suas "ovelhas", ainda muito inexperientes, para o contacto com os colonos.

"Já estávamos de volta, longe do pôsto, e os botocudos ainda estavam parados no mesmo lugar em que nos despedíramos e com as mãos acenavam em sinal de despedida" (41).

Visitas dos índios a Alto Paraguaçu.

Transcorridas algumas semanas após o batismo coletivo de 98 botocudos e quando o padre Komínek estava celebrando missa na colônia Moema, chegou à sua procura uma delegação de botocudos. Caminharam durante todo o dia e tôda a noite de sábado para poderem encontrar no dia seguinte de manhã o padre em Moema. Bem cedinho surgiram na colônia. Muito se alegraram quando viram o seu "papai". Após saciarem a fome foram introduzidos na capela. Agrupados, sentaram-se no chão e, com a maior interêsse, permaneceram até o fim da cerimônia. Pela primeira vez os botocudos entravam numa igreja. Tudo para êles era novidade. Após o almôço,

(40). — *Idem*, págs. 70-1-2.

(41). — *Kalendarz Polski. Przyziaciela Rodziny*, 1925, op. cit., págs. 40-41.

levou-os o padre consigo para Alto Paraguaçu. Os índios, transportados de carroça, apesar dos fortes solavancos, divertiram-se e riram o tempo todo.

Os colonos, já avisados de que os índios poderiam visitá-los, estavam prevenidos e, como a notícia de sua chegada espalhou-se rapidamente, acorriam à margem da estrada para poder vê-los e conhecê-los, êstes botocudos que até há pouco tempo haviam sido o pavor da colônia e que liquidaram muitas de suas famílias.

Os índios revelaram um apetite incomum e permaneceram com o padre por vários dias; e na despedida, prometeram voltar brevemente. Partiram satisfeitos com os presentes que receberam. Transcorreram apenas mais algumas semanas e apareceram novamente; era um outro grupo de índios em número de 10, invejosos dos belos presentes que os outros ganharam. Apesar de afirmarem de que no dia seguinte teriam de regressar, permaneceram também vários dias. Impressionou ao padre e aos colonos o seu comportamento entre os brancos. Foram de uma ordem a tôda prova.

Todos os índios que foram visitar o pároco eram seus batizados. O batismo foi levado muito a sério pelos índios. Consideraram-o como elemento indispensável na sua aproximação com os brancos. Foi para êles uma espécie de cerimônia de iniciação, decisiva para que pudessem integrar-se da comunidade dos barcos. Realmente, não eram a roupa ou as práticas agrárias que aprendiam no Pôsto de Eduardo, que os credenciavam, segundo seu entender, a partilhar o modo de vida dos brancos e da civilização, e sim o batismo.

A aceitação do batismo cristão era o fator que levava os neófitos ao rompimento com a vida do passado e inclusive com seus costumes. O botoque, que era o sinal de iniciação para o rapaz na vida adulta da tribo, foi abandonado espontâneamente pelos índios após o batismo. Afirma o padre Komínek:

“Admirei-me de que nenhum dêles usava mais o botoque, seu sinal de iniciados. Quando lhes perguntei por que não o usavam mais, apesar da existência do orifício no seu lábio inferior, responderam que agora êles já eram batizados e que não mais o usavam, no pôsto, na colônia e nem na mata” (42).

Durante os dias que passaram em Alto Paraguaçu, foi lhes mostrado tudo o que poderia interessá-los. Visitaram até a escola das irmãs de Caridade.

(42). — Ignacy Posadzy, *Droga Pielgrzymów*. Nakładem Seminarjum Zagranicznego, Poznan, 1939, pág. 193.

“Estiveram também na tôrre da igreja; apesar de ser muito alta, ainda se colocavam nos dedos para poder enxergar seu pôsto. — Sim, sim. Nossa era esta terra. Por aqui caçávamos, e hoje o que é nosso está tão longe, dizia um dêles, mostrando com as mãos do alto da tôrre; e as lágrimas escorreram-lhe pelo rosto” (43).

Ocorreu que na época em que os índios estavam na colônia, encontrava-se em visita também o governador do Estado de Santa Catarina, Adolfo Konder; os índios lhe foram apresentados, com o que alegrou-se muito e mandou fotografar-se com êles. Na despedida, pediram para que se lhes desse cachaça. O padre esclareceu-lhes que não poderia dá-la, porque não a tinha; e explicou-lhes que tomá-la, fazia grande mal à saúde, mas deu-lhes algumas garrafas de gazona. Desta bebida também gostaram muito, mas disseram que a cachaça também era boa.

Cachaça e gripe, eram os dois flagelos legados pelos brancos aos botocudos. Com relação à primeira, apesar de ser proibida aos índios, já sabiam fazer a “sua” própria, fermentando milho verde, mel silvestre e algumas ervas aromáticas. Esta panacéia, uma vez fermentada, tornava-se muito forte; os índios, após bebê-la, ficavam estirados no chão em profundo sono. Só recobravam seu estado normal no dia seguinte.

A pacificação dos índios provocou dentro de sua própria organização diversas posições de comportamento e pensamento face às novas exigências. Os botocudos mais idosos seriam reacionários às inovações a êles exigidas pela nova situação. A geração mais antiga rejeitava por todos os modos o uso do vestuário, por exemplo, enquanto que os mais jovens submetiam-se sem maiores restrições a esta exigência. A alegação dos maiores era de que a roupa lhes tolhia a liberdade de movimentos na floresta.

A pressão a que a juventude era submetida por parte dos velhos era por vêzes muito forte. Os idosos acusavam os jovens de degenerescência e de que estavam se pervertendo ao abandonarem seus hábitos e costumes.

Esta atitude conservadora, por parte da geração idosa, levou-a a rejeitar por completo o batismo. Não abandonariam o seu botoque de forma alguma.

“De fato, os jovens botocudos, tanto os rapazes como as moças, os quais passaram a habitar o pôsto, não só vestiram-se, mas também passaram a enfeitar-se. Os rapazes querem usar sapatos amarelos, uma flôr na lapela, gola e até gravata (...). As mulheres

(43). — *Idem*, págs. 193-194.

e moças gostam de bijouteria, pentes, anéis, grampos, espelhos etc. Quando os jovens vestem-se desta forma, ninguém é capaz de dizer que são os mesmos habitantes das florestas. Sòmente sua pigmentação característica poderia trair sua origem” (44).

Em 1926, o govêrno catarinense criou-lhes uma reserva, de 15 mil hectares de mata virgem, onde poderiam passar a viver sossegadamente o resto de suas vidas, sem ameaças de serem desalojados pela expansão das colônias vizinhas, bem como garantir sua lenta incorporação na vida sedentária e civilizada, reforçando desta forma sua sobrevivência.

Conclusão.

Os índios botocudos do Taió, em seus recuos constantes, dado o avanço da civilização, encontraram nas florestas da Escarpa Geral, em Santa Catarina, seu derradeiro abrigo. A defesa e a disputa de seu território em face do avanço da imigração, sobretudo polonesa e alemã, originaram um processo histórico característico, porém não original, dentro da história pátria. Semelhante processo de evolução ecológica, radical e de extermínio violento do gentio, verificou-se em quase tôdas as regiões brasileiras, a partir do século XVI.

Na repetição desta equação histórica, na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do XX, no caso dos botocudos do Taió, houve pouca variação. No lugar do pioneiro português, está o imigrante alemão ou polonês; no do jesuita, a eficiência e a dedicação de um Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e do padre João Kominék C. M. . O primeiro já produto da miscigenação germano-portuguêsa, tal qual o bandeirante luso-ameríndio, e o segundo dedicado apóstolo do catolicismo, sempre pronto a levar a fé católica aos pagãos da América.

O conflito entre a imigração européia e os índios botocudos do Taió comprova a afirmativa de Emílio Willems de que:

“a história do Brasil, é um único processo de aculturação. Esta começou com a chegada dos primeiros povoadores portugueses, tornou-se mais variada com a introdução de escravos africanos e atingiu considerável grau de complexidade no século XIX, quando novas correntes imigratórias começaram a canalizar-se para o Brasil” (45).

(44). — Roczniki, *op. cit.*, pág. 71.

(45). — Emílio Willems, *Problemas de Aculturação no Brasil Meridional*. “Acta Americana”, vol. III, nº 3, julio-setiembre, 1945, pág. 145; in “Raças e Classes Sociais no Brasil” de Octávio Ianni, pág. 119.

O gentio botocudo, ao adquirir o hábito sedentário, aos poucos desfez sua estrutura tribal. O índio veio perder sua alegria. Deixou de ser portador de um riso fácil e espontâneo, sendo obrigado a adquirir uma personalidade artificial, adequada à sociedade do homem “branco”. Com a chamada “pacificação” ou “incorporação à civilização”, o botocudo, em face da grande diferença cultural que o separava dos imigrantes ou seus descendentes, veio engrossar o número da população chamada “cabocla” e o proletariado rural da região.

Porém de qualquer forma, o esforço de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e a dedicação do padre João Komínek C. M., preservaram os remanescentes dos botocudos do Taió, bem como impediram sua completa extinção pela violência.

*
* *
*

Bibliografia.

1. — *Blumenau em Cadernos*, abril de 1959, Tomo II, nº 4.
2. — *Blumenau em Cadernos*, julho de 1959, Tomo II, nº 7.
3. — *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Vol. VI, janeiro-junho, 1956, fasc. 3-4.
4. — Emilio Willems, *A Aculturação dos Alemães no Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1946.
5. — Francisco S. G. Schaden, *Índios, Caboclos e Colonos*. Coleção da “Revista de Antropologia”, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1, 1963.
6. — *Mapa do Estado do Paraná — 1896*.
7. — Maurício Vinhas de Queiroz, *Messianismo e Conflito Social*. Editora Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1966.
8. — Antônio Vieira dos Santos, *Memória Histórica da Vila de Morretes e do Pôrto Real*. Tomo I, Edição do Museu Paranaense, 1950.
9. — Octavio Ianni, *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Editora Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1966.
10. — *Relatório do Dr. João José Pedrosa, presidente da Província do Paraná*. Curitiba, 1881.
11. — *Relatório do Dr. Agostinho Ermelino de Leão, presidente da Província do Paraná*. Curitiba, 1871.
12. — *Relatório de Adolpho Lamenha Lins, presidente da Província do Paraná*. Curitiba, 1877.
13. — Romário Martins, *História do Paraná*. 3a. edição, Editora Guaira, Curitiba, s. d.
14. — Adolf Dygasinski, *Listy Z Brayłji. Książka i Wiedza*, Warszawa, 1953, 409 págs.
15. — A. Gruszecki, *W Kraju Palm i Slonca*. Nakładem J. Czernecki, Kraków, s. d., 166 págs.

16. — *Berliner Illustrirte Zeitung*. Nos. 45-46 e 47, 1929.
17. — Edmund Sebastian Wos-Saporski, *Pamiętnik* Nakładem Międzynarodowego Towarzystwa Osadniczego, Warszawa, 1939, 132 págs.
18. — Ignacy Posadzy, *Droga Pielgrzymów*. Nakładem Seminarjum Zagraniczygo, Poznań, 1933, 344 págs.
19. — *Kalendarz Polski, Przyjaciela Rodziny na rok 1924*. Nakładem Polskich Ksieży Misjonarzy. Curitiba.
20. — *Kalendarz Polski Przyjaciela Rodziny na rok 1926*. Nakładem Polskich Misjonarzy. Curitiba.
21. — *Kalendarz "Ludu" na rok 1953*. Curitiba-Paraná.
22. — Kazimierz Gluchowski, *Wśród Pionierów Polskich na Antypodach*. Nakładem Instytutu Naukowego do Badań Emigracji i Kolonizacji, Warszawa, 1927, 352 págs.
23. — *Meteor* — rok XXI, No. 3-4, maj-sierpień, 1929.
24. — *Pamiętniki Emigrantów — Ameryka Południowa*, Instytut Gospodarstwa Społecznego, Warszawa, 1939, 488 págs.
25. — *Pamiętniki Emigrantów — Wydawnictwo "Polonia"*. Warszawa, 1965.
26. — *Polska Zachodnia*. No. 163, Katowice, 16 czerwca 1929.
27. — Romão Wachowicz, *Braterstwo Ziemi i Ludzi* (inédito).
28. — *Roczniki — Obydwóch Zgromadzeń Św. Wincentego a Paulo*, rok XXVI, Kraków, 1924.
29. — Stanisław Klobukowski, *Wspomnienia z Podróży*. Nakładem Gazyty Handlowo Geograficznej, Lwów, 1898, 192 págs.
30. — *Wspomnienia z Wyprawy Ks. Kominka do Botodudów*, manuscrito sem autor, inédito.
31. — Lucas Alexandre Boiteux, *Notas para a História Catharinense*. Typ. Avapora Livraria Moderna, Florianópolis, 1912.

*
* *
*

INTERVENÇÕES.

Da Profa. *Maria Yedda Linhares* (FFCL. da Universidade Federal do Rio de Janeiro. GB.).

Diz ter ouvido com o maior interesse a exposição do colega, lamentando apenas não ter tido a oportunidade de ler antecipadamente o seu trabalho, uma vez que o mesmo não foi distribuído aos participantes do Simpósio e ter sido apenas apresentado hoje. Louva o tema e o tratamento dado. Trata-se de um assunto que vem sendo, injustamente, desprezado pelos historiadores, mas que tem merecido de nossos antropólogos uma atenção particular, como por exemplo, de Roberto Cardoso de Oliveira, Diretor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Afirma que o Autor aborda um aspecto palpitante da realidade brasileira, relatando-nos, do ponto-de-vista histórico, graças à documentação ainda inexplora-

da, um dos capítulos da longa e cruenta história da entrada do índio, no caso os *xoklêng* no “mundo dos brancos”, usando a expressão de Roberto Cardoso de Oliveira. E’ um passado bem próximo de nós e que, sob outras formas, continua a repetir-se em vários pontos do Brasil. Diz não ter críticas a fazer, a não ser elogiar o critério do Autor, esperando que os historiadores brasileiros intensifiquem suas pesquisas num setor que até agora vem sendo quase que exclusivamente um campo reservado à Antropologia. O trabalho do Autor é uma prova de que os historiadores e antropólogos podem e devem trabalhar juntos.

*

Do Prof. *Brasil Pinheiro Machado* (FFCL. da Universidade Federal do Paraná. PR.).

Diz que nesse trabalho o Autor utilizou fontes inéditas polonesas. Outro aspecto importante do trabalho apresentado é que êle evidencia muito bem a repetição de situações idênticas àquelas dos primeiros contactos de europeus com as populações nativas americanas em pleno século XX.

Isto faz com que a história dos brasileiros seja especialmente feliz porque pode-se revivê-la em nossos dias.

*

Do Prof. *Walter F. Piazza* (FFCL. da Universidade Federal de Santa Catarina. SC.).

Diz que a exposição do Autor é louvável pois aborda o contacto inter-étnico do colonizador ou povoador e o indígena, usando especialmente fontes bibliográficas em língua polonesa, mas lamentavelmente se esquecendo de bibliografia mais recente. Esse contacto inter-étnico, quase sempre agressivo, aparece em tôda a literatura sobre o povoamento e a colonização do Estado de Santa Catarina. Há, entretanto, dois aspectos a ressaltar:

- a). — porque o título tão restrito — botocudos do Taió — quando todos os dados apresentados são relacionados com uma vasta área do Estado de Santa Catarina — o vale do Itaquí?
- b). — porque não fêz o Autor uma interpretação com base nos dados elaborados, sobre a reação do indígena à ocupação do território?

*
* *
*

RESPOSTAS DO PROF. RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ.

Inicialmente agradece as intervenções da Profa. Maria Yedda Leite Linhares e do Prof. Brasil Pinheiro Machado e, em seguida, passa a responder a inquirição do Prof. Walter Piazza.

Diz que o termo botocado foi dado a êste grupo indígena pelos colonizadores lusos. Proveio do batoque que os indígenas usavam no seu lábio inferior e ainda hoje é o termo comumente usado. Quanto à denominação *xoklêng* é o utilizado pelos etnógrafos. Para maior compreensão ambas as formas foram utilizadas no trabalho. O título botocudos do Taió foi baseada na sua utilização preferencialmente em autores paranaense como Romério Martins, o qual em suas obras fala freqüentemente no “homem do Taió”, no “botocado do Taió”.

Diz também que não utilizou o regulamento do Posto indígena Duque de Caxias da paróquia polonesa de alto Paraguaçu, porque teria que se deslocar para o referido posto ou ir até Florianópolis, o que lhe foi impossível em face da exigüidade do tempo para a apresentação do trabalho ao Simpósio.

Afirma que o remanescente dos *xoklêng* podem ser evangelizados de diversas maneiras e explica o caso pelo desmembramento do território paroquial. Inicialmente o território que pertence ao Posto Duque de Caxias era da paróquia polonesa de Alto Paraguaçu, posteriormente o mesmo território foi desmembrado, deixando o Posto Duque de Caxias de pertencer a essa paróquia de Alto Paraguaçu donde partiu a iniciativa de sua evangelização. Os novos responsáveis pela continuidade da evangelização dos *xoklêng* não se empenharam nêsse sentido, deixando logicamente o campo aberto a outras denominações cristãs.

COLONIZAÇÃO E LÍNGUA (*).

HEINRICH A. W. BUNSE.

Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

I.

Em primeiro lugar cabe-me agradecer a honra de, perante este ilustre auditório, fazer uma modesta e naturalmente despretenciosa apresentação de um tema que me tem ocupado e ainda ocupa e que, como vi, não é estranho ao temário deste Simpósio. Sei perfeitamente das minhas limitações e, já de antemão, peço excusas pela insuficiência do meu trabalho.

Mas cedendo à insistência de ilustres e queridos colegas, estou aqui e espero dos presentes, mais familiarizados com a matéria e com maiores credenciais, que me corrijam no que não seja exato, contribuindo, assim, para o debate de um assunto que se reveste de suma importância.

Embora estando aqui num Simpósio de Professôres Universitários de História, sendo eu apenas filólogo e linguísta, não sou um estranho à História. Pois qualquer trabalho no campo da filologia deve ser localizado no tempo e torna-se matéria histórica. Por outro lado, ao ler o temário e encontrando assuntos como “A colonização da Dácia” e os “Bilder aus deutscher Vergangenheit”, veio-me à mente a utilidade da língua para esclarecer ou demonstrar processos histórico-culturais.

II.

A presente comunicação tem por fim chamar a atenção dos historiadores sobre um campo que merece ser explorado com métodos modernos e cujo estudo promete ricos frutos. Refiro-me à chamada colonização alemã — o que segue deve ser aplicado também à colonização de outras origens étnicas — e suas conseqüências linguísticas.

(*). — Comunicação apresentada na 8a. sessão de estudos, no dia 7 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

III.

O Rio Grande do Sul possuía, já antes da chegada dos primeiros imigrantes alemães, uma tradição como marca de fronteira, uma sociedade constituída cuja célula era a estância, uma pecuária dinâmica e uma tradição lingüística portuguesa.

No dia 25 de julho de 1824, no “passo” de São Leopoldo, desembarcaram os primeiros 38 imigrantes alemães, recebendo lotes coloniais nas terras da antiga “Feitoria do Linho Cânhamo”, também chamada “Estância Velha”.

No momento de sua chegada a Pôrto Alegre, tinham sido recebidos pelo Presidente da Província e depois encaminhados ao lugar de destino que, daí em diante, seria a sua nova pátria e a pátria de seus filhos.

Foi êste o comêço da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Desde então fala-se em “Colônia Alemã” e em “Colonos Alemães”. Colonização neste sentido significa apenas colonização de uma zona direta das autoridades brasileiras.

Verdade é que os imigrantes alemães e seus descendentes vivendo em núcleos isolados e dedicando-se a atividades diferentes daquelas da população restante, representavam, na realidade, quase colônias “estrangeiras”, isoladas do resto da população durante muito tempo pela língua, fidelidade à tradição de sua etnia e, em grande parte, pela religião.

Mas também é verdade que criaram, em determinadas zonas ainda hoje designadas de “Colônia Alemã” — uma nova paisagem que revela sua origem e seu modo de viver.

Esses colonos — aos quais mais tarde se juntaram imigrantes de outras origens étnicas — deslocaram, no decorrer dos tempos, o centro demográfico, econômico e político do Estado.

E assim podemos dizer que o Rio Grande do Sul deve aos descendentes daqueles imigrantes alemães boa parte de sua originalidade em relação aos outros estados brasileiros, não só pelo fato de sua existência, mas também por assumir direitos e deveres na sociedade, tornando-se parte integrante do Rio Grande do Sul.

IV.

Os imigrantes trouxeram, naturalmente, ao Rio Grande do Sul a sua língua, isto é, a língua alemã, mas não na sua forma padrão culta, e sim os dialetos principais, pois eram, na sua grande maioria, gente das classes sociais inferiores.

O que representa êste fato para os imigrantes? Uma moderna definição de língua diz: “Uma língua é um *instrumento de comunicação* segundo o qual, de *modo variável de comunidade para comu-*

nidade, se *analisa a experiência humana* em unidades providas de conteúdo semântico e de expressão fônica — os monemas: esta expressão fônica articula-se, por sua vez, em unidades distintas e sucessivas — os fonemas —, de número fixo em cada língua e *cuja natureza e relação mútuas também diferem de língua para língua*.

Daí resulta: a língua dos imigrantes não servia de instrumento de comunicação com os luso-brasileiros. A experiência humana a ser analisada lingüísticamente era totalmente diferente daquela de sua pátria de origem. Era tudo novo e desconhecido: ambiente físico, clima, flora, fauna, instrumentos e métodos de trabalho, alimentação, etc. O léxico da língua alemã não dispunha de palavras para encher esta lacuna devido à diferença estrutural entre a antiga e nova pátria.

Diz o filósofo Heidegger: *Die Sprache ist das Haus des Seins* (A língua é a casa da existência). Sendo assim, o imigrante, não podendo analisar lingüísticamente a nova experiência, não mais estava “em casa” quando se radicou no meio de um povo de língua diferente da sua e num país com características totalmente estranhas à sua experiência anterior.

E poderíamos acrescentar: “As fronteiras de minha língua são as fronteiras de meu mundo”. E este mundo, novo mundo na verdadeira acepção da palavra, devia ser conquistado não só pela força do braço mas também lingüísticamente para o imigrante poder sentir-se, de novo, “em casa”.

V

Como então o imigrante procurou vencer lingüísticamente a nova situação e quais foram as conseqüências?

A resposta mais simples seria: aprendendo português pelo convívio com a população luso-brasileira.

Porém, considerando o isolamento dos colonos, o número cada vez maior de imigrantes, a ausência total de escolas e professores — estamos nas primeiras décadas do século XIX — a escassez inicial de contatos com os brasileiros, representados, e nem sempre bem, por um ou outro funcionário do governo, por número reduzido de vizinhos, na sua maioria caboclos, e por encontros com tropeiros e fazendeiros — esta resposta é irrisória, pois ainda não se trata realmente de línguas em contato.

Contudo, a lacuna existente no léxico devia ser preenchido no decorrer dos tempos e assim o imigrante começou a recorrer, natural e necessariamente, a *empréstimos* do português, servindo-se de palavras portuguesas para todas aquelas coisas, situações, atvida-

des, etc., para as quais não existiam palavras na língua alemã ou com as quais não tivera experiência em sua pátria.

Tais empréstimos dizem respeito a:

Acidentes naturais: chapada, campanha, campo, coxilha, serra, costa da serra, fronteira, ladeira, faxinal, etc.

Fauna: anta, avestruz, beija-flor, bem-te-vi, capivara, carrapato, etc.

Flora: abacaxi, abóbora, açoita-cavalo, butiá, cabriuva, caroba, cipó, corticeira, espinilho, gerivá, goiaba, etc., etc.

Terminologia referente ao cavalo: alazão, baio, bragado, andador, arreios, badana, barrigueira, bocal, buçal, etc.

Idem ao gado: aspa, boi, boiada, brete, brocha, canga, canzil, apartar, barroso, ajuujo, bicheira, etc.

É o contato com a *campanha*, com *tropeiros* e *fazendeiros* que aparece nestes termos: assim também em: tropeiro, estância, estancieiro, fazenda, fazendeiro, invernar, invernada, laço, domador, jacá, etc.

Medidas e pesos: alqueire, braça, quadra, quarta, arrôba, etc.

Palavras de administração: agência, atestado, cartório, comarca, edital, freguezia, delegado, distrito, etc.

Contatos com o comércio: que se refetem em palavras como: algodão, alpargata, amostra, armazém, atacado, balaio, balcão, caixa, caixeiro, cambraia, casimira, chita, riscado, etc.

Trabalho agrícola: e aos *instrumentos agrícolas* por apresentarem novidades que o colono chegou a conhecer aqui e a denominar: alambique, bagaço, barbaquá, espiga, facão, feijão, farinha, erva, roça, roçar, picada, etc.

Os contatos e o convívio paulatinamente intensificado com a população de origem luso-brasileira fêz com que os imigrantes e seus descendentes aceitassem não apenas novas palavras em sua língua, mas assimilassem também usos, costumes, divertimentos e jogos, revelando relação de afetividade, integrando-se cada vez mais no novo ambiente. O reflexo pode ser observado em palavras como:

Abraçar, abraço, afilhado, ajeitar, amigo, até logo, até amanhã, banda, barbaridade, bobagem, bueno, cafêzinho, caprichar, fandango, ó de casa!, chimarrão, churrasco, carreira, gamela, vovô, vovô, etc.

Um outro processo consiste na formação de palavras híbridas, características até para o colono de origem alemã, pois revelam a sua peculiaridade, fazendo parte integrante de seu mundo, já que para grande parte destas palavras não existem correspondentes em alemão:

Puschochse (puxar), Nussdoss (doce), Teebrung Wasserbrung (porongo), Puffmilje (milho), Paljezigga (palha), Schakuhinkel (jacu), Schmalzlatte (lata), Backkamell (gamela), Rollfum (fumo), Schweinskorol (curral), Butteraiping (aipim), Teebumb (bomba), Farinmühl (farinha), Batateschmier (batata), etc.

Aqui também devemos mencionar o grande número de verbos portugueses transformados em verbos alemães mediante a desinência do infinito — ieren:

abrassieren (abraçar), akompanjieren (acompanhar), afroshieren (afrouxar), aguentieren (agüentar), arrumieren (arrumar), kaprischieren (caprichar), kombinieren (combinar), gastieren (gastar), namorieren (namorar), etc.

Um processo diferente que demonstra a vitalidade da língua alemã, mas também a crescente familiaridade com o nôvo ambiente, é a criação de novas palavras alemãs que, muitas vêzes, revela grande fantasia criadora:

Wasserschwein (capivara), Stinktief (gambá), Aasvogel (urubu), Sandhase (preá), Sandfloh (bicho-do-pé), Wasserhuhn (saracura), Schlepper, Blattschneider, Saubermacher, Kampochs (tipos de formiga), Erdlaus (cupim), Käsbaum (umbu), Negerohrenbaum (timbaúva), Teebaum (erveira), Elefantengrass (capim elefante), Mulenzuckerrohr (cana ripa), Musterreiter (caixeiro viajante), Puschsichel (foice), etc.

Todos êstes três processos acima descritos demonstram a necessidade e a vontade de vencer lingüisticamente a nova situação representando uma verdadeira aculturação.

O que, naturalmente, chama mais a atenção, são as palavras do primeiro e do segundo grupo que dão ao falar do colono alemão o aspecto pitoresco de uma mistura de línguas e têm motivado uma série de trabalhos a respeito. O mais recente é o de Erich Fausel, *Die Deutschbrasilianische Sprachmischung* (1), até agora o trabalho mais completo e mais rico, pois Fausel apresenta na segunda parte de seu livro um glossário de nada menos de 3627 palavras, cifra quase inacreditável, não distinguindo infelizmente critérios diatópicos nem diatrásticos.

VI.

Se, como já foi dito acima, a chamada “mistura de línguas” tem sido estudada muitas vêzes, os fatos pròpriamente lingüísticos, isto é, como se processou esta incorporação de palavras português-

(1). — Fausel (Erich), *Die deutschbrasilianische Sprachmischung*. Erich Schmidt Verlag, Berlin, 1959. Ali também a bibliografia.

sas ao léxico alemão, não foram tratados com a mesma atenção, e, muitas vezes, superficial e mesmo erradamente

Pois ninguém partiu do conceito de língua como estrutura e de que o comportamento lingüístico é condicionado pela estrutura da respectiva língua. E são em realidade problemas de estrutura e não outros, como Fausel os interpreta quando escreve

“Mais eficiente é a total elisão da final românica. Com ela, muitas palavras tornam-se mais compactas, mais duras e mais fortes, ... As palavras soam mais grosseiras, menos empoladas, mais adaptadas à realidade dura do mundo do colono e sem aquela delicadeza fluente e o ritmo cantante do bom português ... É um capítulo da distinção entre a maneira de ser alemã e a românica, que se desenrola aqui na luta das consoantes e das vogais ...” (*opus cit.*, pg. 56/57) (2), ou: “Com isso ficou provado quanto ao senso lingüístico alemão, inconciente para os colonos, também no processo da mistura de línguas procurou, ainda, proteger o colono e conservá-lo dentro de sua tradição cultural”. (Fausel, *op. cit.* pg. 58) (3).

Naturalmente não ficou provado nada. Trata-se de nada mais do que de problemas de estrutura. O colono, ao incorporar estas palavras ao seu léxico, não tinha a possibilidade de opção. Estava sob o domínio implacável da estrutura da língua alemã.

Isto se refere p. ex. às vogais finais, onde o alemão, não possuindo na sua estrutura finais em *-o* e *-a*, enfraqueceu estas vogais para *-e* átono:

trilho = Trilje, barranco = Barranke, caxumba = Kaschumbe, relho = Relje, sogá = Sêge.

O mesmo vale para a apócope das vogais finais, principalmente em palavras portuguesas em *-nto*, *-nta*; *-que*, *-co*, *-ca*; *-te*, *-to*, *-ta*; *-che*, *-cho*, *-cha*; *-ço*, *-ça*, onde a estrutura do alemão apresenta finais em consoante:

destacamento = Destakament; alojamento = Aloschament; alambique = Lambick; caduco = kaduck; aripuca = Aripuck; cabrito = Kabritt; chupeta = Schupett; bolisch = Bolisch; bicho = Bisch; bolacha = Bolasch; bagaço = Bagass; picasso = Bígass.

(2). — Viel wirksamer ist das völlige Abstossen des romanischen Wortschlusses. Dadurch werden viele Wörter straffer, härter und wuchtiger. Die Wörter klingen derber, nüchterner, mthr der rauhen Wirklichkeit der kolonistischen Welt angepasst und ganz ohnt die fließende Zartheit und den singenden Rythmus des guten Portugiesisch.

(3). — Damit dürfte bewiesen sein, wie sehr der den Kolonisten unbewusste deutsche Sprachsinne auch bei der Sprachmischung den Kolonisten noch zu schützen und in seiner Kulturüberlieferung zu erhalten suchte.

São também problemas de estrutura os que se refletem em palavras como:

abóbora = Bower; acolchoado = Kolschoade; aguilhada = Gilyade; ajoujo = Sôsche; encerado = Serade; ou em:

espoleta = Schpolett; estaca = Schtacke; estância = Schtanz; Estrêla = Schtrehle; espinilho = Schpinilye, onde a estrutura da palavra em alemão condiciona a aférese. De nada valem aqui considerações de lingüística histórica.

É inútil querer dar explicações sobre mudanças fônicas partindo do português escrito. Será necessário partir do sistema fonológico do português falado no Rio Grande do Sul e confrontá-lo com os sistemas fonológicos dos dialetos alemães, para não cair em interpretações fantasiosas ou mesmo erradas.

Escreve Fausel (*op. cit.*, pg. 53) “Muitas vêzes se encontra *b* em lugar de *p*.” É o caso dos *p* e *t* iniciais, oclusivos no sistema fonológico português, mas oclusivas aspiradas em alemão. É claro que o colono, ao ouvir um *p* ou *t* inicial oclusivo, o identifica com as respectivas oclusivas sonoras do alemão, por estas não serem aspiradas, i. é, com *b* e *p*:

picasso = Bígass; pitanga = Bidanga; periquito = Birikitt; tatu = Dáttu.

Em todo o processo fônico trata-se pois de interpretação dos fonemas do português falado no Rio Grande do Sul. Existem dois sistemas fonológicos distintos: o português e o alemão, ambos transmitidos, e não a dualidade sistema transmitido / sistema aprendido que se dá nos indivíduos bilíngues. Isto significa que o valor fonológico de cada som é distinto, tanto no português como no alemão.

Sabe-se que ao aprendermos palavras de uma língua estrangeira, transferimos para esta os hábitos lingüísticos da língua materna. Comparando a estrutura do português com a do alemão, acharemos que uma boa parte dos fatos lingüísticos são semelhantes no nível fonológico. Aqui não há problemas. Mas o que acontece quando se trata de fonemas estranhos ao alemão? Como veremos, o colono, não tendo o hábito de produzir êste som típico, produz aquêle que no sistema fonológico alemão, ao qual está habituado, se aproxima mais do som português que ouve.

É o caso dos fonemas palatais do português. Não existindo em alemão a fricativa palatal sonora *j*, ela é identificada com a respectiva surda *ch*, que existe em alemão e é grafada *sch*:

jacá = Schaká; jacaré = Schakarä; jogar = schôge;
angico = Schick; Lageado = Laschade; feijoada = Feschoade.

A nasal palatal *nh* do português é representada pela nasal + semivogal: *ny*:

aranha = Aranye; linha = Linye; negrinho = Neginye.

O 1 palatal, *lh* do português é reproduzido pela lateral + semivogal: *ly*:

atalho = Atalye; relho = Relye; espinilho = Schpiniiye; trilho = Trilye; milho = Miiye.

Faltam ao sistema fonológico do alemão as nasais finais. Estas ou sofrem desnasalização:

aipim = Aipi; capim = Kapi;

ou são reproduzidas por vogal + n velar *ng* que existe no sistema fonológico alemão:

armazém = Armasseng; bom = bong; Bom Jardim = Bong Scharding.

O mesmo vale para o ditongo nasal *-ão* do português:

alemão = Alemong; alazão = Lasong; alçapão = Allsapong; algodão = Algodong; feijão = Feschong; João = Schwong.

Quanto aos ditongos portuguêsês *ai* + fricativa palatal, *ei* e *ou* em qualquer posição, já no português falado no Rio Grande do Sul foram reduzidos a monotongos: *a*, *ê*, *ô*, e são como tais reproduzidos no sistema fonológicos do alemão:

caixa = Kascha; caixeiro = Kaschêr; cachoeira = Kaschwêre; cargueiro = Kargêre; carreira = Karrêre; coqueiro = Kokêre; acabou-se = kabôss; açougue = Assôge; ceroula = Serôle; chouriço = Schôriss;

Os exemplos citados bastam para nos dar uma idéia de como se processou a incorporação dos vocábulos portuguêsês ao alemão. Espero que tenha ficado bem claro que o colono teve como ponto de partida o português falado. Desta maneira, as formas das palavras alemãs adaptadas do português podem nos dar valiosas informações sobre a pronúncia do mesmo no Rio Grande do Sul. Mas também evidenciou-se, neste processo, o papel dominante da estrutura da língua alemã, responsável pelas modificações sofridas por parte das palavras portuguêsês nesta passagem.

VII.

O processo de mistura de línguas, traçado nestas linhas de forma bastante sumária, não está no fim, mas em pleno andamento. Mas as condições mudaram. Verdade é que a língua alemã, em suas formas dialetais, ainda é falada por parte dos colonos de origem

alemã, fazendo, porém, palavras portuguesas parte integrante desta língua. Daí o seu aspecto pitoresco. Contudo desapareceu o antigo isolamento. Aumentaram os contatos com a população luso-brasileira. Estradas, escolas, jornais, rádio e televisão exercem sua influência poderosíssima no sentido do conhecimento do português e assistimos a uma cada vez maior participação na vida cultural e política da nação pelos descendentes dos antigos colonos. Estamos na fase do bilingüismo, já preparado, como vimos, pela entrada de grande número de palavras portuguesas no léxico do colono. A língua alemã está em franco regresso. É o processo de “línguas em contato” que estamos assistindo.

Não nos cabe fazer prognósticos. Porém não quero deixar de chamar a atenção dêste ilustre auditório para as tarefas que estão esperando a sua colaboração.

Não sabemos o que trará o dia de amanhã. Mas temos o dever, como cientistas de deixar para os pósteros informações a respeito do processo acima descrito, caso não quisermos ser acusados de incúria.

E neste sentido está tudo por fazer. Faltam as pesquisas de base, trabalhos sôbre história, etnografia, língua, usos e costumes, folclore, etc., desta parte da população riograndense, descendente dos antigos imigrantes.

São estudos que devem ser feitos hoje, pois amanhã será tarde, visto que o progresso vertiginoso a que estamos assistindo em todos os terrenos, causará um nivelamento que não mais permitirá as nossas investigações.

Repito, estamos vivendo um momento histórico singular!

*

* *

INTERVENÇÃO.

Da Profa. *Victória Namestnikov El Murr* (FFCL. da Universidade de São Paulo.).

Pergunta:

1.º). Se a diferença entre o alemão falado nas antigas colônias e o da Alemanha é flagrante?

2.º). Se há variações lingüísticas nas diversas zonas de colonização e se seria possível conhecer a origem dos imigrantes — pela língua, ou melhor, pela modalidade da língua que falam?

3.º). Se não seria possível ver a evolução lingüística de acôrdo com os diversos elementos que atuam em locais diferentes?

*

* *

RESPOSTA DO PROF. HEINRICH BUNSE.

O autor em seguida respondeu:

- 1.º). — Na colônia fala-se, normalmente, o dialeto. Neste sentido há para a língua alemã padrão a mesma diferença como a existente na própria Alemanha entre os dialetos e a língua padrão.
- 2º.). — Sim; e um levantamento lingüístico entre os dialetos falados no Rio Grande do Sul, — ao qual estou procedendo — há de permitir interessantes conclusões.
- 3º.). — Esta pergunta deveria ser respondida positivamente, caso se referisse a um maior ou menor grau de mistura do alemão com elementos léxicos portugueses. Mas isso não é evolução lingüística; poderia condicionar uma evolução, todavia ainda não demonstrável

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SÔBRE UMA CIDADE DE IMIGRAÇÃO TEUTO-ITALIANA E OS EFEITOS DO SEGUNDO CONFLITO MUNDIAL (*).

JÚLIA MARIA LEONOR SCARANO

Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio
Claro da Universidade de Campinas (SP).

Em relação à imigração germano-italiana, o município de Rio Claro oferece especial interesse, pois, desde o século passado, diversos grupos aqui se estabeleceram tentando as primeiras experiências de conjugar o trabalho livre de colonos estrangeiros ao trabalho escravo, numa tentativa particular de solucionar o problema da mão-de-obra.

Também sob outro aspecto o município rio-clarense constitui um caso de certo modo peculiar, uma vez que, as imigrações italiana e alemã tiveram igual intensidade e as influências dos dois grupos se fizeram sentir com relativa profundidade. Do mesmo modo, é possível dizer-se que não houve a formação de quistos e a integração desses elementos não ofereceu problemas sérios.

Essas circunstâncias nos levaram à conclusão de que seria interessante estudar as reações de uma comunidade de tamanho médio, com uma população de alemães e italianos e seus descendentes, diante de um acontecimento complexo como foi a segunda guerra mundial.

Esse estudo visou documentar como se processou a imigração e colonização germano-italiana e o seu comportamento e de como a população local, pressionada pelos acontecimentos internacionais, reagiu em relação aos membros daquelas comunidades.

A fim de verificar tais reações, baseamo-nos em documentos contemporâneos que refletissem esses aspectos, isto é, depoimentos pessoais dos membros desses e de outros grupos, jornais e outros documentos específicos baseando-nos apenas em fontes rio-clarenses.

Este é o primeiro resultado de uma pesquisa mais detalhada e completa que continuaremos oportunamente.

(*). — Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, no dia 6 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

Colaboraram neste trabalho alunos do 4.º ano de História Contemporânea do Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, da Universidade de Campinas (São Paulo): Maria José Frasson, Maria Regina Constanzo Silva, Adelina Aparecida Magalhães e Adelina Paschoal. Também os alunos Terezinha D'Aquino, Sebastião Baiocco e Sílvia Maria Pezzotti, que realizaram algumas das entrevistas. Os gráficos foram feitos por Maria Regina Constanzo Silva.

Segundo Tschudi (1), quando se substituiu a pouco rendosa cultura da cana pela do café, tão exigente de mão-de-obra, foi que se pensou na vinda de estrangeiros para a zona oeste de São Paulo. Além de suíços, aqui chegaram imigrantes alemães

“na sua maioria prussianos e bávaros, renanos e camponeses do Holstein” (2).

A explicação de que os de Holstein eram trabalhadores do campo, faz supor que os outros não o eram, o que vem confirmar a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda (3) de que eram muito poucos os trabalhadores rurais que vinham entre os imigrantes, apesar de que eles eram contratados para exercerem uma profissão agrícola. Ao lado dessa questão, há o fato do meio ser diferente, hostil e com um tipo de agricultura nada semelhante à da Europa.

O sucesso inicial das fazendas de parceria, fêz com que os membros da firma Vergueiro e Cia. se transformassem em “importadores” de colonos, conforme a crítica, não só de Tschudi, mas também de Davatz. Rio Claro, ao lado de Limeira, Constituição (Piracicaba), Pirassununga, Amparo, Jundiá foi um dos núcleos onde se tentou o esforço de superar o grave problema da mão-de-obra. O descontentamento dos colonos, tão vivamente narrado por Davatz, mostra bem a impossibilidade de tal conciliação.

Imbuído de sonhos grandiosos, como todo o emigrante, sem preparo de uma técnica rural, encontrando um meio difícil e uma situação profissional pouco vantajosa, o colono se desiluiu do trabalho agrícola e demandou a zona urbana. Nela, muitos d'elles exerceram atividades semelhantes às que tinham em suas terras. Montaram serrarias, selarias e outras pequenas indústrias, estreitamente ligadas às necessidades da zona rural.

Muitos estudiosos europeus e viajantes do século passado, acen-tuam a influência que esses colonos exerceram na vida dessas comu-

(1). — J. J. Von Tschudi, *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, São Paulo, Livraria Martins Editôra, 1954.

(2). — *Ibidem*, p. 134.

(3). — Davatz, *Memórias de um Colono no Brasil*, prefácio de Sérgio Buarque de Holanda, (São Paulo. Livraria Martins Editôra, pág. 10).

nidades. No município de Rio Claro, já existiam 1.000 estrangeiros em 1860 (4), antes do grosso da imigração germânica, que segundo Willems (5) se localiza entre 1884 e 1893, tendo porém Santa Catarina e Rio Grande do Sul como epicentros.

Willems acentua que a questão religiosa foi um problema que dificultou a integração do elemento germânico protestante, e mostra que o suíço e o alemão católicos puderam se integrar com muito mais facilidade no nosso meio. O recém-chegado de outra religião era visto com desconfiança pela população local, pelos imigrantes católicos de sua terra que já traziam antagonismos religiosos.

O Império Brasileiro, pelo próprio fato de ter uma religião de estado não tinha condições para integrar perfeitamente bem essa gente estranha, de fala “arrevizada” e de outra religião, apesar de todas as suas afirmações de tolerância. Willems também acentua que

“a associação específica de germanismo e protestantismo fez da Igreja Evangélica Alemã no Brasil um foco de resistência à assimilação” (6).

Os protestantes recém-chegados não viam com bons olhos os “papistas” que, como acentua Davatz, se mostraram muito ignorantes a respeito de sua fé. Em Rio Claro (7) vê-se que os protestantes procuram imediatamente solucionar o abandono religioso em que se encontravam, a princípio improvisando e depois chamando da Europa os seus pastores. Desde 1875 já havia dois ministros evangélicos enviados pela Igreja-mãe que organizaram a comunidade, mesmo antes da construção da igreja. Em 1883 erigiu-se a Igreja Evangélica Alemã de Rio Claro, também conhecida por Igreja Luterana, filiada ao Sínodo do Brasil Central. Os presbiterianos já tinham construído a sua, dez anos antes. Aliás, os presbiterianos tinham feito de Rio Claro um centro missionário, chefiado sobretudo por portugueses e brasileiros, que substituíram os primeiros pastores alemães.

Nas *Memórias de um Colono no Brasil*, já se nota a importância dada ao aspecto religioso e o desejo de se conservarem protestantes naquele meio essencialmente católico. A igreja era um traço de união, onde se agregavam a maior parte dos colonos alemães e suíços.

Willems diz que êsses alemães eram mal vistos por causa de suas exigências, constatado pelos diretores da firma Vergueiro e Cia., quan-

(4). — Emílio Willems, *A aculturação dos alemães no Brasil* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1946).

(5). — *Ibidem*.

(6). — *Ibidem*, p. 182.

(7). — Nelson Martins de Almieda, *Album de Rio Claro* (Rio Claro. Estabelecimento Gráfico Pantaleão, 1951).

do da revolta narrada por Davatz. Por isso, logo se deu preferência ao italiano, vindo muitas vezes de regiões tão subdesenvolvidas como o oeste paulista da época e mais propenso a não exigir demasiado do país que o recebia.

Para a zona de Rio Claro, é de 1880 a 1890 o período áureo da imigração italiana no século XIX. Do mesmo modo que os alemães, procuravam sobretudo a zona rural, nela permanecendo geralmente, apesar de que muitos se dirigiam para a zona urbana, sobretudo comerciantes e profissionais que já vieram da Europa com essa intenção. Alguns, entretanto, ficaram pouco tempo na lavoura.

Em um trecho extraído do jornal *O Século XIX* (Rio Claro) (8) quando se comenta a segunda visita do Imperador à cidade, em 1886, lemos:

“Antes de darem treguas aos seus reais estômagos, apresentaram-se às janelas em frente das quais tocavam duas bandas de música postadas em coretos, sendo por essa ocasião saudados por outros vivas da Colônia Italiana”,

já representativa na época. Em 1891, os italianos vão constituir uma sociedade com a denominação de *Società Italiana di Mutuo Soccorso* nome significativo, pois supõe uma união entre os imigrantes e um desejo de se protegerem mutuamente. Muitos deles, aliás, pertenciam à mesma família ou habitavam a mesma região da Itália, uma vez que eram as notícias que mandavam aos parentes e amigos que os levavam a emigrar. Quase sempre a região escolhida por um homem ou por uma família, era aquela em que sabia encontrar conhecidos que poderiam orientá-lo e ajudá-lo numa terra estranha. Se bem que Willems acenou a falta de solidariedade e de espírito cooperativo entre os alemães, não cremos que isso tenha acontecido na zona de Rio Claro, já que, além da Igreja, eles fundaram o *Deutscher Männer Gesangverein* e logo que lhes foi possível, criaram um Colégio Alemão, que sempre gozou de merecida fama, até em outras províncias. Não lhes faltava, portanto, onde se reunirem e se ajudarem.

Os italianos, como os alemães, manifestaram desejo de conservar a própria nacionalidade, tanto que, nos primeiros anos que se seguiram à chegada desses imigrantes, os casamentos se faziam em geral entre os membros da mesma nacionalidade. Consultando 18 licenças de casamentos de italianos que encontramos no arquivo do Museu Histórico da cidade (9), que dizem respeito aos anos de 1891 a 1896, 17 são entre italianos de nascimento e há apenas um

(8). — *O Século XIX*, [citado por Nelson Martins de Almeida], *op. cit.*

(9). — Arquivo Histórico, Museu Histórico-Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”, de Rio Claro (S.P.). Registro de Casamentos de Imigrantes (1891-1896).

que se casa com moça brasileira. O registro de casamento do único alemão encontrado nesses papéis, nos mostra que êle também se casou com alemã. Além do italiano já mencionado, há o casamento de um suíço com brasileira. Uma vez que a religião não os distinguia dos membros da comunidade, procuravam se agrupar pelo matrimônio ou através de sociedades onde pudessem se encontrar e eventualmente, socorrer os mais necessitados. Logo, possivelmente, porque não mais era necessário um *mutuo soccorso*, o nome da sociedade passou a ser *Società Italiana di Instrucone e Beneficenza*, mostrando a tendência paternalista dos grupos que já gozavam de boa situação social e econômica e se tornaram certamente os líderes da colônia. Dessa data, 1894, a sociedade passa a se desenvolver sempre mais. A diretoria, que, quando da fundação do primeiro núcleo era totalmente formada por italianos, agora passa a congregar dirigentes também de outras nacionalidades. Vê-se que alguns dos membros diretores têm nomes nitidamente brasileiros, o que significa que houve mútua aceitação. Essa integração ainda se acentua mais com o aparecimento de nova sociedade, de finalidade diferente, saída aliás do mesmo grupo que formava a anterior, a *Sociedade Dramática Dansante Umberto I*. Tendo desaparecido os livros das duas sociedades, com uma única exceção não nos é possível seguir a evolução que sofreram com o passar dos tempos e a inclusão de um número cada vez maior de brasileiros e pessoas de outra nacionalidade em seus quadros sociais. Num discurso comemorativo da centésima festa patrocinada pela Umberto I, lemos:

“Há um quarto de século, a nostalgia de uma pátria distante gerava, sob a invocação do nome querido de um monarca, êste *Circolo*, destinado a constituir em alheias plagas a lembrança do torrão natal” (10).

Se, em 1901, quando da sua fundação, êsse *Circolo*, de cunho recreativo, possuía uma diretoria de nomes nitidamente italianos, tal situação mudou conforme diz o autor do discurso:

“E hoje, abaixo de um nome estranho, o *Circolo Umberto I* é a pleiade brilhante de moços pletóricos de nacionalismo, vibrantes de amor à sua terra... alongando suas fileiras pela multiplicidade da nacionalidade, pela variedade das crenças” (11).

De fato, no período citado, encontramos homens de tôdas as nacionalidades integrando a sociedade, organizando as “partidas dançantes”, sendo homenageados. As Atas são escritas em português.

(10). — Arquivo Histórico, Museu Histórico Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”, Livros de Atas da Sociedade Dramática e Dansante Umberto I.

(11). — *Ibidem*.

com apenas duas excessões, em italiano, mas com a explicação “funzionando da secretario”. A única comemoração realmente grandiosa foi a festa já mencionada da “100.a partida dansante”, com discursos de membros de tôdas as sociedades locais. De cunho mais italiano foi a entrega de uma condecoração do govêrno dêsse país a um membro da colônia local. Há um recorte de jornal narrando a entrega, que foi colado ao Livro de Ata. Por êsse recorte, vemos que se menciona um Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, mas não se explica se é em São Paulo ou em Rio Claro. Talvez seja referência ao Gabinete de Leitura da cidade, que, segundo Romeu Ferraz (12), pertencera à Sociedade Italiana. Tal fato e as representações teatrais levadas a cabo pelos membros da Umberto I, parecem contrariar a afirmação de Cenni (13) que fala da inexistência de uma ação sistemática italiana no plano cultural. Ao que parece, não houve uma ação sistemática e organizada em Rio Claro. Só temos notícias de uma ação esporádica, na atividade da Umberto I, que organizou várias representações teatrais, conforme vemos pelas Atas da Sociedade. Quais eram as obras representadas, de que proveniência e categoria, não sabemos. As Atas falam apenas de “dramma ou comédias”. Certamente, não teriam um alto nível, pelo contrário, tem-se a impressão de que deveriam ser de caráter quase popularesco, mais, relativamente freqüentes. Rio Claro sempre amou o teatro e já em 1864 fôra inaugurado o teatro São João, há poucos anos derrubado. (Entretanto, o amor ao teatro ainda persiste e encontramos um número grande de grupos amadores). Representações teatrais, faziam parte das festividades cívicas. Na comemoração da Proclamação da República, que tiveram brilho excepcional, as festas foram encerradas com teatro, pois Rio Claro foi dos mais antigos e ativos centros republicanos.

Curioso o fato de que durante êsses festejos foi plantada uma árvore, que chamaram de “árvore da liberdade” e o orador foi o redator da “Liga Italiana”.

Em relação à vida cultural, os alemães de Rio Claro tomaram a dianteira aos italianos, talvez pelo fato de serem mais instruídos do que êstes, quando aqui vieram, ou também pela estreita ligação que existe entre o conhecimento da Bíblia e o idioma alemão. O próprio Davatz já fala do interêsse dos colonos em instruir seus filhos, sem manifestar indiferença pela cultura e língua de origem, como assinala Willems. N. Martins de Almeida quando se refere ao Colégio Koelle cita o seguinte trecho:

(12). — Romeu Ferraz, *Album de Rio Claro*, (Rio Claro, Typ. Hennies Irmãos, 1922).

(13). — Franco Cenni, *Italianos no Brasil*, (São Paulo, Livraria Martins Editôra, s/d).

“Desde a sua chegada da Europa à Rio Claro, no ano de 1852, os colonos suíços e alemães cuidavam com zelo e abnegação da instrução de seus filhos. Já no meado do século passado, esforçaram-se eles por ensinar seus filhos em seus próprios lares e, nos últimos anos da década de 1870, diversas experiências foram feitas com professôres improvisados, mas sem sucesso. Entabulou então o Rev. Jacob Zink, pastor da comunidade evangélica de Rio Claro, entendimentos com amigos de sua Terra Natal, para conseguir um professor apto e conveniente para a sua comunidade em Rio Claro” (14).

Com a vinda de Theodoro Koelle em 1883, fundou-se a Escola Alemã, origem do atual Ginásio Koelle, de tão grande papel na vida da cidade, da região e mesmo de outros estados sulinos. Nêle, o ensino do alemão era matéria primordial, sobrepujando o português durante muitos anos e mantendo vivas a cultura e a língua germânicas. Só nos anos que antecederam a II Guerra Mundial o português se tornou a língua mais importante, sem que fôsse abandonado o estudo do alemão. Imigrantes dos Estados do sul aqui mandavam seus filhos para estudar, crescendo sempre mais a fama do colégio, entre as comunidades alemãs e quando as aulas já não mais eram ministradas em alemão, passou a ser também procurado por elementos de grupos diversos. Aliás, o período dessa mudança coincide com a época em que se abandonou o uso dessa língua para as inscrições dos túmulos do Cemitério Evangélico. Alguns anos antes do início da II Guerra Mundial o Colégio Koelle inaugurou um completo aparelhamento de educação física. Aliás, no campo esportivo, sempre foi importante a ação dos alemães e seus descendentes. Nos próprios terrenos do Colégio havia um grupo local que se dedicava a exercícios de ginástica, mas, com os acontecimentos da I Guerra Mundial, foram obrigados a cessar suas atividades e acabaram por constituir-se em uma sociedade, o Clube Ginástico Rioclarense. Também se inauguraram saunas e banhos turcos, criando na cidade um centro de fisioterapia. Mesmo atualmente, o esporte tem importância na vida local e sobretudo os alunos do Colégio Koelle participam ativamente da vida esportiva estudantil, detentores de numerosas vitórias.

E' fora de dúvida que a presença desses estrangeiros que fizeram de Rio Claro a sua comunidade teve um efeito salutar no ponto de vista do desenvolvimento da região, seja cultural, seja economicamente, mesmo que não tenham sido o “sal da terra”, como se lê no comentário exagerado de Tschudi (15).

Dentre os jornais que se fundaram na cidade e diz a tradição, que foram mais de setenta, muitos tiveram diretores estrangeiros ou

(14). — Nelson Martins de Almeida, *op. cit.*

(15). — Tschudi, *op. cit.*, p. 155.

foram escritos em outras línguas. E' o caso do *O Correio do Oeste* de 1880, redigido por Nicolau Wendlged, do *Il Citadino* de Alfredo Volpe, êste de 1912. São raros os exemplares de jornais antigos e isso dificulta o estudo dêsse material que seria dos mais proveitosos e interessantes.

A arquitetura, por exemplo, em seus telhados e beirais mostra características da influência alemã, que se fêz sentir muito mais do que a italiana no sentido da construção civil. Numa descrição da cidade em 1922 o bairro da

“Cidade Nova, mais conhecida por bairro dos alemães, a ostentar em meio a vastos pomares, as suas poucas construções, no fundo de áreas bem espaçosas” (16)

lembra a germânica cidade de Joinville.

A vida econômica, sobretudo o comércio e a indústria também sofreram influxo dos imigrantes. Além da indústria artesanal, ligada à vida rural, teve importância a fabricação de bebidas, sendo a cerveja a bebida principal, fabricada no fundo dos quintais e vendida nas portas das casas, onde os homens se reuniam para conversar. Nos fins do século passado, 90% dos fabricantes de cerveja eram alemães, mas nos inícios dêste, o número se reduz a 40%, até que essa indústria perdeu o seu caráter local. Atualmente as duas grandes indústrias de bebidas Caracu e Mãe Preta não mais estão nas mãos dos descendentes de famílias germânicas (17) embora, em 1939, uma delas tenha chamado um técnico da Alemanha.

Um outro aspecto, entretanto, é o da permanência dos descendentes daquelas famílias na cidade, exercendo, porém, uma atividade diferente da de seus antepassados. Constatou-se que a segunda geração dos imigrantes que vieram para atividades rurais, estabeleceu-se no núcleo urbano como comerciantes e donos de pequenas indústrias e a terceira e quarta geração se tem concentrado nas atividades liberais (18).

Mas, a influência alemã e italiana não é tão visível quanto no sul do país. Rio Claro é, em quase todos os aspectos igual às outras cidades do interior paulista, pois, em quase tôdas elas houve a presença de imigrantes e do café, que lhes deu importância. Se, a presença do estrangeiro foi grande nos fins do século XIX e primeiro

(16). — Romeu Ferraz, *op. cit.*

(17). — Margarida Maria Penteado, *A função industrial em Rio Claro* (em publicação).

(18). — Pesquisa em andamento do Prof. Sedi Hirano, da Cadeira de Sociologia (Curso de Ciências Sociais), FFCL, Rio Claro, Universidade de Campinas, S.P.

quarto do século XX, ela se tornou muito menor nos anos posteriores. Em 1950, segundo o cálculo do IBGE a porcentagem de estrangeiros era menor em Rio Claro do que em outras cidades deste Estado. Enquanto naquela, o número de estrangeiros constituía 5% da população, essa média nas diversas cidades do Estado de São Paulo era de 8%. Isso significa que Rio Claro não foi muito procurada pelos imigrantes depois dos períodos citados.

Há, entretanto, até hoje, predominância de nomes alemães e italianos nas casas de comércio, nas indústrias, no cadastro das profissões. São, de modo geral os mesmos nomes dos que imigraram para a região. O radicar-se é uma das características das famílias da cidade.

Desde fins do século passado, Rio Claro recebeu outros grupos étnicos, como as outras cidades do Estado. Mas, aquelas comunidades, se bem que atuantes, não marcaram tão profundamente a vida da cidade como as alemãs e italianas. Estas participaram e influenciaram intensamente na vida rioclarenses e o aspecto de uma dupla influência, que se fez sentir com igual intensidade, tornou Rio Claro de certo modo, um caso menos comum entre as cidades paulistas.

Houve uma diminuição na vinda de estrangeiros, nos anos que se seguiram ao grande período imigratório do século XIX, voltando temporariamente a aumentar no período posterior à I Guerra Mundial. Não temos dados a respeito dessa nova onda migratória em Rio Claro, mas, certamente foi semelhante ao do resto do Estado de São Paulo, onde encontramos em 1920 a maior porcentagem de estrangeiros no Estado (19), cerca de 23% de estrangeiros no total da população.

Na época da II Guerra Mundial não havia em Rio Claro grupos numerosos de imigração recente. Nesse aspecto, difere do período abrangido pela I, quando se fez sentir com intensidade principalmente o papel dos alemães. Essa ação se fazia sentir sobretudo por meio do idioma, que tinha o Colégio alemão como centro e pela religião representada pela Igreja Evangélica Alemã.

No fim da I Guerra Mundial foram atacados, tanto a Igreja que teve a sua torre danificada, como o Colégio, que teve arrancadas as águias germânicas que o guarneciam. Faltam, porém, documentos que nos permitam aprofundar melhor tão interessante assunto. Em relação ao período que nos interessa, aos anos de 1939-1945, também há em Rio Claro escassez de documentação. Neste caso, o problema primordial é o da Censura. Por outro lado, existe apenas um arquivo completo na cidade, o do jornal *A Cidade de Rio Claro*

(19). — CAPES. Estudos de Desenvolvimento Regional. São Paulo (Rio de Janeiro, 1959) p. 31.

uma vez que, o do outro jornal foi em grande parte destruído, sobretudo em relação aos números desse período. O fato de *O Diário de Rio Claro* pertencer a um italiano na época da II Guerra Mundial e ter havido certa animosidade contra êle, talvez explique isso. Al'ás, êle é o único que comenta a passeata e comício que precederam a entrada do Brasil no II conflito mundial, num dos poucos números que nos restam. Entretanto, começa essa descrição dizendo:

“Lamentamos que aquela hora da manhã ninguém os tivesse recebido. Como é sabido, a nossa profissão nos obriga a um trabalho que se estende, à noite...” (20),

pedindo desculpas por não ter recebido os estudantes que fizeram a passeata e continuando a comentar e descrever os fatos:

“De manifestação em manifestação de patriotismo... os estudantes... percorrem as ruas da cidade, a solicitar de todos os brasileiros um óbulo para os familiares dos náufragos dos navios brasileiros... teve início o grande comício promovido pela classe estudantina local contra os insultos a honra e dignidade nacional pelos representantes do Eixo” (21).

O *A Cidade de Rio Claro* não comenta nem descreve nenhum dos movimentos locais, tais como os enterros de Hitler, Mussolini, Hiroito, levados a cabo por estudantes e por operários da Companhia Paulista, que tem em Rio Claro a sede de suas oficinas.

Mas, apesar dessas lacunas, podemos sentir pe'os jornais de que maneira foi evoluindo o pensamento da população e como encarou os acontecimentos internacionais. Podemos mesmo dividir os anos que vão dos inícios de 1939 a julho de 1945 em duas épocas distintas:

1. — antes da entrada do Brasil na Guerra, quando a tendência era a de “neutralidade” e “imparcialidade”.
2. — quando se delineia mais claramente a posição do Governo Brasileiro e mais atuante se fazia sentir a influência do Pan-Americanismo e o jornal só publicava “as vitórias dos aliados e as derrotas do Eixo”.

Exemplificando êsse primeiro período temos o aviso do jornal *A Cidade de Rio Claro*:

Produzida infelizmente a luta que já ensanguenta a Europa, êste jornal leva ao conhecimento de seus prezados leitores e do público em geral, que fará todos os esforços possíveis para apresentar um

(20). — *Diário de Rio Claro*, 10-8-1940.

(21). — *Ibidem*.

serviço informativo colhido em tôdas as fontes, observando a máxima imparcialidade.

A posição da *Cidade de Rio Claro* é a mesma e não podia ser de outra forma, a do Governo do nosso País que já proclamou a sua neutralidade em face do presente conflito (22).

Mas, mesmo no primeiro período a tendência maior era pró-aliada, o que aliás acontecia em quase todo o país.

“A maior parte da população era aliada; quando a guerra se definiu, ficou numa base de 80% Aliada e 20% Eixo”.

Mesmo os súditos dessas potências eram, em certos casos, partidários dos aliados ou não se manifestaram claramente a respeito quer porque temessem represálias, ou porque estavam indecisos quanto à posição a tomar.

A neutralidade do Brasil permitiu a adesão a um e outro lado e muitos dos entrevistados se manifestaram com espontaneidade:

“Eu era italiano e fascista. Achava que Mussolini era um grande homem que governou a Pátria e fez muito por ela. Os movimentos de antes da guerra eram autorizados pelo Governo Brasileiro. Aqui em Rio Claro marchavam juntos os fascistas de camisas pretas e os integralistas de camisas verdes”.

ou, segundo outro depoimento:

“sendo o Brasil neutro, inclinei-me, de início à Alemanha, pelo seu desenvolvimento, progresso bélico”.

Mas, todos afirmam que não desobedeceram as leis do país e acabaram adotando a orientação do Governo Brasileiro.

O jornal procura cumprir a promessa de bem informar e ser imparcial. Publica notícias de tôdas as fontes, abrangendo as regiões atingidas pela Guerra, mas notamos que predominam as vindas de Roma ou as que nos atingiam via Estados Unidos. As provenientes da Alemanha não são muitas, mas falam da superioridade técnica desse país e nota-se um certo espanto admirativo a respeito do desenvolvimento teuto. As notícias são numerosas, com manchetes maiores e títulos atraentes. A guerra, se bem que esperada, parece surpreender, principalmente o seu aparato bélico e o papel da aviação. Nota-se por outro lado, o desejo de saber o que está acontecendo nos diversos países e sobretudo, que atitude tomará a Itália.

Essa curiosidade a respeito da Itália é facilmente explicável, uma vez que havia grupos de imigrantes chegados poucos anos antes, pressionados pelos acontecimentos decorrentes da I Guerra Mun-

(22). — *A Cidade de Rio Claro*, 5-9-1939.

dial e que mantinham estreita relação com a mãe-pátria, onde haviam deixado amigos e familiares

A comunidade alemã também contava com elementos chegados nos mesmos períodos, não só vindos da Europa, mas, muitos deles provenientes de Santa Catarina ou de cidades próximas, como Campinas, por exemplo. Alguns se ligavam por laços de parentesco a teutos da comunidade, uma vez que houve casos de famílias alemãs que se dividiram no século XIX, indo alguns para Santa Catarina e outros para Rio Claro e outras regiões do Estado de São Paulo. Esta cidade, sem dúvida lhes oferecia atrativos, não só por contar com atuante grupo de origem germânica, mas também pelo Colégio Alemão, onde alguns haviam estudado, e igualmente, por existir um número de não católicos ligeiramente superior ao das outras cidades paulistas. Em 1951, enquanto que a porcentagem de católicos nas cidades do Estado era de 91%, em Rio Claro encontramos 89% de católicos (23).

Outro fator de interesse é que Rio Claro sempre teve uma porcentagem muito maior de habitantes na zona urbana do que na rural (24) e desde fins do século passado fêz questão de se modernizar, procurando adotar todos os melhoramentos, como a luz elétrica, bem antes do que as outras cidades do país (25).

No ponto de vista dos problemas econômicos, os de Rio Claro não são muitos diferentes dos das outras cidades paulistas, nos anos que antecederam a II Guerra Mundial. A estagnação econômica, consequência da crise de 1929 e todos os problemas a ela correlatos, não especificamente rio-clarenses, trouxeram graves entraves financeiros para o município:

“Com tôdas as verbas inteiramente esgotadas, a organização municipal encontrava-se a braços com tremendas responsabilidades” (26).

Levando-se em conta os serviços futuros e os títulos vencíveis no decorrer do período, temos um total de 4:502.3723600 réis para as despêsas, com um Haver de apenas 791.455\$200 réis. Apesar de que, em parte, essa crise financeira foi superada pela cidade nos anos posteriores, ela não deixou de se afetada pela

“... pressão resultante dos gastos de guerra e a baixa da produtividade provocada pelas dificuldades de tôda a ordem criadas pela mesma guerra, compreende-se o extremo esforço a que foi submetido

(23). — IBGE: Conselho Nacional de Estatística, *Rio Claro*, (São Paulo, 1957).

(24). — *Ibidem*.

(25). — Nelson Martins de Almeida, *op. cit.*

(26). — *Ibidem*.

o sistema econômico e a estagnação a que esteve submetido nesse período” (27).

Este aspecto teve muita importância, pois, influiu na maneira como a população reagiu à guerra, sobretudo na maneira de encarar os súditos do Eixo que viviam no município. É fácil compreender o desagrado com que eram vistos os donos das casas de comércio, uma vez que

“o nível geral dos preços, que entre 1929 e 1939 havia aumentado apenas em 1 por cento, entre 1940 e 1944 sobe 86 por cento” (28).

De modo geral, a exasperação dos rioclarenses se manifestou no sentido de ataques a lojas, tais como o apedrejamento de uma farmácia e o fechamento da pastelaria de um japonês. É evidente que o desagrado em relação aos comerciantes se acentuava quando eram de nação inimiga.

Pelo jornal, podemos seguir o contínuo descontentamento pela subida do custo de vida, pelo racionamento, pela substituição de combustíveis de boa qualidade pelo gazogênio, muito inferior. As grandes manchetes, os artigos de fundo, contínuos e insistentes, que abordam tais problemas, queixam-se da rapacidade dos comerciantes, noticiando com destaque quando algum era submetido a processo e nos mostram claramente o estado de espírito da população. Alguns comerciantes eram, não só súditos do Eixo, mas, muitas vezes, recém-chegados. Podemos observar como foi elevada a imigração, sobretudo de italianos, nos anos de guerra, pelos gráficos. (Quadros 1, 2, 3, 4 e 5).

Ao lado da questão econômica, houve por essa época, um problema demográfico. Se bem que o recenseamento de 1940 não mereça total confiança, é digno de nota que conclui que em Rio Claro havia 47.287 habitantes, enquanto que o de 1950 acusa um decréscimo de 47.073. Todavia, na época da Guerra, 2.730 imigrantes estrangeiros se estabeleceram na cidade, talvez em decorrência da proibição de permanecerem na orla litorânea. Foi pequeno o índice de nascimentos, pois o jornal *A Cidade de Rio Claro*, ao comentar o Recenseamento de 1938, diz que nessa data nasceram 170 crianças a menos do que em 1927, exclamando:

“Caminhamos nós para a situação da França?” (29).

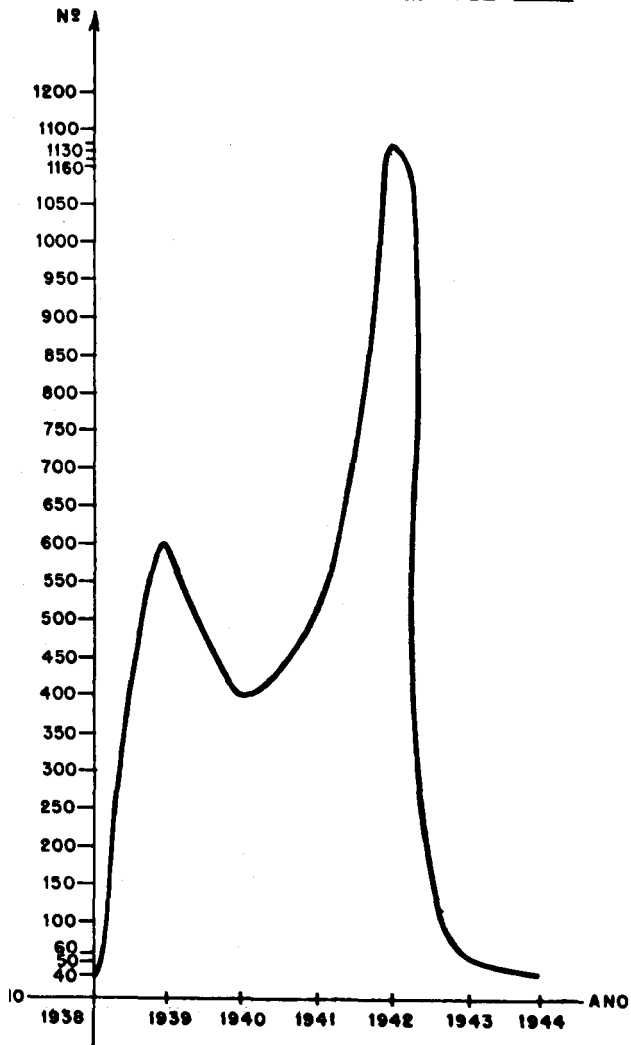
(27). — Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (Brasília, Edição da Universidade de Brasília, 1963) p. 257.

(28). — *Ibidem*, p. 263.

(29). — *A Cidade de Rio Claro*, 9-9-1939.

— QUADRO 1 —

NÚMERO DE IMIGRANTES. 1939-1944



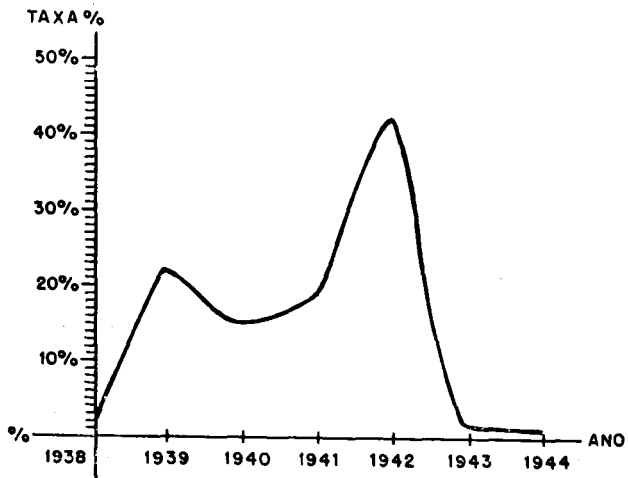
Escala: 1:100
Ano Base: 1938 = 10

— QUADRO 2 —
IMIGRAÇÃO 1938-1944



Nota: A taxa percentual foi calculada com base no total geral = 3168. Escala = 1:10

— QUADRO 3 —
IMIGRAÇÃO. 1939-1944



Nota: Escala 1:10. Ano Base: 1938 = 0%. A taxa percentual foi calculada com base no total parcial = 2730.

QUADRO 4.
DISTRIBUIÇÃO DE IMIGRANTES. 1939-1944.

ANO	N.º DE IMIGRANTES	TAXA
1939	600	22%
1941	400	15%
1942	1130	42%
1943	60	2%
1944	40	1%
Total	2730	

Nota: A taxa percentual foi calculada com base no total parcial 2730 — número de imigrantes de 1939-1944.

QUADRO 5.
IMIGRAÇÃO E NACIONALIDADE. 1938-1967.

NACIONALIDADE	Nº DE IMIGRANTES	TAXA
ITALIANOS	1628	51,4 %
LIBANESES	123	3,88 %
PORTUGUESES	473	14,9 %
ESPAHÓIS	375	11,8 %
DINAMARQUESES	7	0,22 %
INGLESES	12	0,37 %
IUGOSLAVOS	1	0,31 %
CHILENOS	2	0,063%
SUIÇOS	8	0,25 %
ALEMÃES	122	3,85 %
AUSTRÍACOS	56	1,7 %
LITUANOS	38	1,11 %
SÍRIOS	40	1,25 %
ROMENOS	15	0,47 %
SÉRVIO-CROATAS	1	0,031%
HOLANDESES	8	0,25 %
JAPONESES	70	2,55 %
PARAGUAIOS	1	0,031%
FRANCESES	6	0,18 %
ARMÊNIOS	4	0,12 %
BOÊMIOS	2	0,063%
POLONESES	28	0,88 %
ARGENTINOS	32	1,11 %
ESLOVACOS	1	0,031%
URUGUAIOS	3	0,094%
HÚNGAROS	2	0,063%
NORTE-AMERICANOS	3	0,094%
TOTAL	3128	

Após a entrada dos Estados Unidos e sobretudo a do Brasil na Guerra, o estado de tensão começou a crescer, principalmente por causa das restrições econômicas e pelo importante papel que a propaganda vinha adquirindo.

A situação dos imigrantes, que ocupavam, em muitos casos, altos postos no setor comercial e industrial e gozavam de posição de prestígio na cidade, tornou-se mais difícil. Falava-se que a qualquer momento seriam confiscados os seus bens e muitos dêles temiam que isso acontecesse realmente. Mas, os imigrantes se queixam sobretudo dos entraves e dificuldades que tiveram de superar devido ao congelamento de seus bens e à questão dos salvo-condutos que dificultavam suas viagens. Todos fazem referência a êsse ponto, alguns explicando o quanto tais circunstâncias lhes prejudicaram o trabalho, outros, achando natural que se aplicassem tais medidas aos cidadãos de países inimigos.

As represálias levadas a cabo por ocasião da I Guerra Mundial ainda permaneciam na memória dos habitantes, e têm-se a impressão de que esperavam a repetição de tais fatos, a qualquer momento. A confusão que muitos estabelecem entre os acontecimentos de uma e outra guerra é significativo, mostrando ser semelhante o estado de espírito da população nos dois períodos. Em relação ao Colégio Koelle, por exemplo, há quem afirme que foi atacado tanto na época da I como da II Guerra Mundial, se bem que a maioria diz que uma represália por ocasião do II conflito não teria sentido, uma vez que os proprietários eram brasileiros. De qualquer modo, a fim de não oferecer motivo para ataques, foram distribuídos todos os livros em alemão da Biblioteca do Colégio. Entretanto, o que dificulta o conhecimento de tais fatos é a população não desejar comentá-los, pois a instituição é, até hoje, motivo de orgulho para a cidade. Aliás, os jornais não mencionam sequer essa questão de represálias, como que envergonhados de tais excessos.

Não se deve pensar porém que êsse estado de tensão signifique que a população concentrava os seus interesses nos acontecimentos da II Guerra Mundial. O jornal local não nos dá essa impressão. Sobretudo, a partir de 1940, dando a entender que a Guerra seria longa, passa a colocar as notícias do conflito nas páginas internas deixando as grandes manchetes para fatos da cidade, mesmo os corriqueiros e banais como o Natal e o Carnaval e outros assuntos de interesse da população, sobretudo, os que dizem respeito aos gêneros alimentícios e aos carburantes. É verdade, que o noticiário sobre o conflito era lido nos jornais de São Paulo e sobretudo conhecido por meio do rádio, muito ouvido. Não só a estação de rádio da cidade e as de São Paulo eram escutadas, mas também as dos países beligerantes, mesmo as do Eixo, apesar da proibição.

Em relação à questão da propaganda é muito importante o papel dos Estados Unidos no sentido de uma união cada vez maior e adesão dos habitantes de Rio Claro à causa aliada. O Pan-americanismo é fortemente acentuado e qualquer notícia relativa às reuniões Pan-americanas, às suas resoluções e outros fatos do mesmo teor são muito comentadas no jornal. As notícias a êsse respeito ocupam um importante espaço, apenas inferior ao de acontecimentos considerados extraordinários, como a derrota da Itália, o ataque aos navios americanos em Pearl Harbour, ou, como não podia deixar de ser, a participação do Brasil na Guerra. Por outro lado, são muito valorizados os auxílios que os americanos prestaram à França e à Inglaterra e quando da participação dos Estados Unidos na luta, os soldados desse país são seguidos em todos os *fronts* e são ressaltadas sua coragem e espírito de sacrifício. Nesse aspecto da propoganda americana, o cinema teve um grande papel. Os filmes escolhidos para Rio Claro, são, de maneira quase absoluta dessa proveniência, o que se entende facilmente, sabendo-se o estado de beligerância em que se encontravam os outros países. Mas, ao lado dos filmes de ficção há numerosos documentários a respeito desse país. Entretanto, teria sido possível exibir filmes menos recentes de outra procedência, se se quisesse. Em 1939-1940, ainda é exibido um filme sobre a linha Siegfried e dias depois um sobre a linha Maginot, posteriormente só encontramos filmes de Hollywood, muitos sobre a própria Guerra e no jornal, a propaganda de tais filmes acentua a coragem e o espírito de sacrifício desses soldados.

Mas não deixa de haver na cidade alguma atividade prática em relação ao Pan-americanismo. Em 1941 foi recebido o representante da juventude americana, acompanhado pelo representante da juventude brasileira, que já estivera nos Estados Unidos. A presença desses jovens na cidade, suscitou festejos e comentários.

Mesmo tão valorizada a atuação americana, em dados numéricos e em comentários locais, o país sobre o qual mais se fala é a Itália. Nos meses que antecederam sua decisão de participar da Guerra, a respeito das posições que iria assumir, dos discursos de Mussolini; sobre os súditos italianos no Brasil e outros. Mais tarde, a respeito das batalhas em que participaram os italianos, sobre o avanço de tropas aliadas nesse país e finalmente a respeito da paz, da morte de Mussolini, etc. Quanto aos combates na Itália, o interesse maior diz respeito à presença da FEB nessa nação, que suscitava o mais vivo interesse aumentado pelo fato de ali também se encontrarem combatentes rioclarenses. De qualquer modo, quantitativamente, são muito maiores as notícias a respeito da Itália do que as da Alemanha. Se, contamos em 1939 doze notícias sobre aquele país, sobre a Alemanha encontramos apenas quatro.

Após a derrota italiana, haverá o aparecimento de artigos pedindo que se revejam as posições e se abandonem as restrições que pesam sobre os italianos e seus bens. *O Cidade de Rio Claro*, transcrevendo um jornal de São Paulo publica um artigo sobre “Os italianos amigos do Brasil” no qual se diz que os italianos aqui radicados são leais à nossa pátria e não vieram da Itália de Mussolini. . .

“Os filhos da Itália no Brasil estão plenamente integrados na comunidade brasileira” (30).

Muitos outros artigos do jornal local abordam a questão das medidas restritivas, taxando-as de injustas somente em relação aos italianos. Em relação aos súditos de outros países do Eixo, o jornal não faz comentário algum, mesmo porque ainda seus países se mantinham em guerra com o nosso.

“E, aqui no Brasil, nossa imprensa . . . já tem feito ver que o italiano é nosso amigo, de fato, tem sido um dos maiores colaboradores do progresso nacional, e especialmente de São Paulo” (31).

E’ evidente que tais artigos poderiam ser encomendados, mas a repetição desse tema leva a crer que o abandono das medidas restritivas não parecia antipático à população, fato confirmado pelos entrevistados. Além de terem um grande número de descendentes, esses italianos participavam há muitos anos da sociedade local, de modo geral, procurando se ligar sempre mais à vida da cidade. Isso pode ser seguido pelas notícias do jornal e pelo livro de Atas da Sociedade Umberto I. De 1923 a 1927, vemos por esse livro, o esforço de integração levado a cabo através de convites a membros de outras etnias para que participassem da Sociedade e as homenagens que eram prestadas às pessoas gradas da cidade, sem levar em conta a sua origem. Pelas cópias de dois documentos, vemos que, a própria *Società Italiana di Istruzione e Beneficenza*, muito mais restrita, pois inclusive escreve em italiano, faz questão de

“no fare eccezione tra le società costituite che usufruiscono della sua sede sociale”,

e não quer cobrar um preço diferente para a sua “co-irmã”, mas o mesmo que cobrava às outras sociedades que alugavam seus salões para as festas. (Figuras 1 e 2).

Nos anos de 1939-1940, notamos uma intensa movimentação italiana no sentido de levarem os habitantes da cidade a participarem de suas comemorações. Talvez a propaganda fascista tenha um papel nesse aspecto, pois, redigem convites em português e em ita-

(30). — Transcrição de *O Diário de S. Paulo*, 1-6-1944, na *Cidade de Rio Claro*, 2-6-1944.

(31). — *A Cidade de Rio Claro*, 13-6-1944.

Directoria do anno de 1925.

O "Círculo Umberto I." enviou uma circular a "Sociedade Italiana Beneficencia", que presentemente segue.

Rio Claro, 14 Fevereiro de 1926.

Ilmo R. Presidente da Sociedade Italiana
e demais membros da directoria
Correcas Jandagões

O "Círculo S. S. Umberto I." vem solicitar de V. S. em obsequio, e fazer um justo apello. E de nosso conhecimento foi que V. S. em ultima reunião de directoria, resolveram elevar o nome de algum dos salves da Vossa sede social, para a quantia de \$2,000 as fúntidas, e \$5,000 as dominguaras. Bem sabido por C. Círculo S. S. Umberto I. e a Sociedade que se ha longos annos vem realizando as suas festas em a vossa sede social, e que ella organiza, adá por directores da "Sociedade Italiana" que funda em chiança os artigos de posse estatuto em que resa se ella uma Sociedade exclusivamente beneficencia, fazer, com que o "Círculo" com o seu proprio nome, successe realizar bailes afim de proteger os copes sociais da Vossa benemrita Sociedade. Além disso o "Círculo" é a sociedade local co-irmã da Vossa, e no seu inicio, quer entre au-aliar-se, quer aligancas os seus salves para os seus bailes, como realizando nos theatros locais espectaculos dramaticos, em que os lucros revertidos, eram entregues totalmente, a thezouraria da associação, hoje muito bem e consentidamente dirigida por V. S. e demais collegas. Expondo estes motivos, que nos os consideramos justos e que vimos apellar para que possamos gozar um outro direito sobre outras sociedades locais, faz suae com que os preços sejam, para partidas de \$2,000, e de \$5,000 as dominguaras.

Estes que são "discutiatur" são realizados, nos consideramos, de se fazer, sinceramente, gratos.

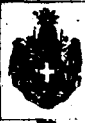
Resimante

Luiz La Rosa

Pela directoria

Secretario

Luiz La Rosa



SOCIETA' ITALIANA DI I. E. BENEFICENZA

FONDATA IL 10 DI OTTOBRE DEL 1894.

Sede: Rua 3 N. 27 - RIO CLARO - (E. de S. Paulo)

RIO CLARO, 13 di Febbraio di 1926

Almo. Sig.

N. d'ordine

Risposta a

Oggetto

Esregi sig. Direttore del C. S. S. Humberto / 2
Rio Claro

Il Consiglio della Società I. E. Beneficenza, nella seduta del giorno 9 p. p., di lunedì non concedere la richiesta che voi fatta nel vostro ufficio in data del 9/2/1926, per non fare eccezione tra le società costituite che non fruiscono della sua sede sociale, per ciò continuano a mantenere i prezzi addebitati per l'affitto della sua sede.

Per le feste in tutta una notte - 60000
" " " fino alle ore 24 - 60000
" " " durante dalle 12 alle 6 (18) - 60000

Questi sono i prezzi fissati per la Società costituite come la vostra.

Senza altro per far I. E. Beneficenza
A. Bernardes
Segr

1926
Ricevuto dalla Società I. E. Beneficenza, nella seduta del

liano, colocando-os nos jornais em destaque. Quando da passagem de Eda Ciano pela Estação da Companhia Paulista, a Sociedade Italiana de Rio Claro organizou uma caravana para comparecer à estação de estrada de ferro, em homenagem a ela. Também são feitos convites aos membros da colônia e ao público em geral para missa comemorativa do aniversário de Mussolini e do “Rei da Itália e Imperador da Etiópia”, bem como para as exéquias de Bruno Mussolini.

Por outro lado, há avisos como este:

“... o digno agente Consular da Itália nesta cidade, recebeu do sr. Cônsul de seu país na Capital de nosso Estado uma especial recomendação para uma estreita colaboração com as autoridades brasileiras, visando o bom êxito do Censo Nacional de 1940” (32).

Em relação à posição política tomada pelos italianos de Rio Claro vemos que, tanto os partidários de Mussolini quanto seus inimigos se consideravam fiéis à Itália. A briga que dividiu a *Società Italiana di Beneficenza* é bem prova disso. Pelos jornais foi feita convocação a todos os sócios

“para intervirem à assembléia extraordinária que se realizará ... na sede social, Casa D'Italia...” (33).

Houve várias assembléias, numa das quais “quase saiu tiro”, segundo um dos entrevistados. A discussão foi a respeito da colocação de fotografias dos soberanos da Itália e de Mussolini na sede social e isso irá cindir a sociedade. Ela será posteriormente fechada e encampada, como aconteceu com tôdas as sociedades de países inimigos, acabando todos os cursos de línguas que mantinha. Mas, se em muitas cidades êsses prédios não mais foram devolvidos às Sociedades Italianas, como aconteceu mesmo em cidades vizinhas à Rio Claro, nesta, alguns anos após o término do conflito a Sociedade recebeu a sua sede de volta e recomeçou a funcionar. Isso mostra a força da colônia italiana local.

A posição dos descendentes de italianos foi a de enfatizar o quanto era lamentável a Itália estar integrando as potências do Eixo. Encontramos, por exemplo, o artigo de um filho de italiano que diz estar contente porque seu pai não chegou a assistir a episódios tão deprimentes e tristes. Essa posição de defender o país, acusando apenas seu ditador foi muito divulgada pelos filmes americanos, quando mostram o papel dos ítalo-americanos na Guerra. Apesar disso, muitos confessaram não dizer a ninguém que eram filhos de italianos, durante êsse período.

(32). — *Ibidem*, 25-8-1940.

(33). — *Ibidem*, 27-9-1940.

Quanto aos alemães, a falta de dados é maior, uma vez que, não encontramos manifestações públicas e convites ao povo para que participassem de suas cerimônias, como fizeram os italianos. Os jornais não tratam dos alemães como de uma comunidade, apenas há artigos tratando por exemplo da Igreja Alemã, ou do Colégio, sempre num sentido elogioso. Quando do falecimento do antigo Diretor do Colégio o jornal narra suas exéquias, às quais compareceu tôda a população da cidade. Na ocasião da II Guerra Mundial, os alemães de nascimento eram em Rio Claro, menos numerosos do que os italianos, se bem que seus descendentes mantivessem a língua e a cultura germânicas. Aliás, o hábito de falar alemão em casa foi mantido pelos membros dessa comunidade, como vemos pelo Recenseamento de 1950, onde se nota ser muito alto o número de brasileiros natos que falavam habitualmente o alemão, porcentagem muito mais elevada do que os que falavam em casa o italiano, apesar de serem, no Estado de São Paulo, muito mais numerosos os descendentes de pessoas dessa nacionalidade (34).

Em Rio Claro, a antiga Sociedade alemã *Amiticia*, continuava a existir, sem caráter político, ao que parece. Os alemães que para cá vieram em 1922-1924, sobretudo, fundaram uma outra sociedade, de curta duração, uma vez que ambas foram fechadas nos anos da Guerra. Tinham principalmente finalidade desportiva, organizando viagens, competições de tiro e outras. Alguns elementos, poucos, procuravam dar cunho político, demonstrando suas tendências, mas somente no período anterior à eclosão do conflito. Depois de 1939 não encontramos nenhum comentário feito por membros da comunidade germânica, nenhuma espécie de manifestação, seja de que tendência fôr. Pelo contrário, o manter-se calado parece ter sido a característica dos membros desse grupo. Também, são pouquíssimos os alemães que escolheram a cidade para habitar, na migração dos anos de Guerra. Mudaram-se nomes de lojas, houve um ou outro ataque e muitas passeatas feitas por estudantes e operários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Os estudantes fazem proposta para que se mude o nome de Vila Alemã para Vila dos Aliados. Os fatos da I Guerra Mundial parecem ter permanecido na memória e impediram qualquer participação pública. Aliás, há dificuldade em se conhecer a opinião política e outros fatos, pois ninguém se confessa nazista ou gosta de chamar alguém de tal.

(34). — IBGE, *Recenseamento Geral do Brasil*. Censo Demográfico de 1950 (Rio de Janeiro, 1956). A informação é a seguinte:

Estado de São Paulo — Brasileiros natos que falam habitualmente alemão 6.550.

Estado de São Paulo — Brasileiros natos que falam habitualmente Italianos 3.389.

Os artigos e notícias em relação à Alemanha não são muito numerosos. A partir de 1943 já encontramos muitos filmes contra os nazistas ou reprodução de artigos como os de Emil Ludwig *A depressão psicológica do povo alemão* e outros do mesmo teor. De modo geral, os comentários jornalísticos tem cunho depreciativo, mas não excessivo e mesmo a palavra “nazi” quase não é encontrada. Mas, diferentes dos italianos, seja por temperamento ou porque encontravam ressonância menos favorável no seio da população, o traço mais marcante dos elementos de origem germânica de Rio Claro durante esse período, é a total ausência de qualquer manifestação. Digno de nota é a falta de qualquer espécie de união entre os elementos das comunidades alemã e italiana. Apesar de aliados na Europa, nenhuma relação entre os dois grupos se nota em Rio Claro. Cada grupo parece ignorar o outro.

Longa, distante e cansativa, a Guerra, a partir de 1940-1941 passou a ocupar um espaço menor no jornal, geralmente nas páginas internas. Qualquer assunto, como festas e acontecimentos locais suscitava muito mais interesse. As consequências da Guerra que afetavam diretamente a população da cidade ocupam gradualmente as manchetes e os artigos de fundo, geralmente enfatizando as dificuldades decorrentes da situação de guerra. Também, quando se acentua a crise brasileira que culminou com a queda de Vargas, o conflito ficou praticamente esquecido, apenas voltando a interessar na sua fase final. Apenas foi dado um destaque excepcional ao seu término e à volta dos pracinhas brasileiros, para os quais foi preparada grandiosa recepção.

Sendo parte de nossa história recente, as questões locais ocasionadas pela II Guerra Mundial não são facilmente comentadas pela população, sobretudo os problemas referentes às relações entre os súditos do Eixo e os outros integrantes da comunidade. No *Album de Rio Claro* de 1951, a guerra não é mencionada sequer, nem mesmo os rioclarenses que dela participaram. E' quase como se tivesse sido apenas um mau sonho.

*
* * *

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Helmut Andrä* (Instituto Hans Staden. SP.).

Na página 334 a Autora diz que os colonos importados para as fazendas de parceria “logo se desiludiram do trabalho agrícola e demandavam a zona urbana”. Sendo, porém, que os emigrantes continuavam ligados aos fazendeiros por contratos, pergunta então:

- a). — como se efetuou o desligamento, por fuga ou devolução das despesas havidas aos fazendeiros?
- b). — de que fonte vieram os meios necessários?

Na página 509, a filiação da Igreja Luterana de Rio Claro ao Sínodo do Brasil Central se deu somente numa época bem posterior, pois o Sínodo não existia ainda.

Na página 523, diz a Autora que “foram distribuídos todos os livros em alemão da Biblioteca do Colégio”. Pergunta: “distribuídos” ou destruídos. Haverá engano tipográfico?

Na página 509, afirma a Autora: “os presbiterianos já tinham construído a sua igreja, dez anos antes (1873). Aliás, os presbiterianos tinham feito de Rio Claro um centro missionário”. Pergunta: sendo vedado às religiões não-católicas, durante o Império, construir igrejas, ou edifícios reconhecíveis como tais, manter missões ou fazer propaganda religiosa, teriam os presbiterianos obtido uma licença especial ou o fato se refere a uma época posterior?

*

Da Profa. *Maria Regina Cunha Rodrigues Simões de Paula* (FFCL. da USP.).

Inicialmente cumprimenta a Autora pela sua preciosa colaboração ao Simpósio, preciosa dentro outros, por três motivos:

- 1º). — treinamento de uma equipe de alunos, mencionada no trabalho;
- 2º). — abordagem de fontes de história local, no caso específico de Rio Claro;
- 3º). — pela lúcida intuição na colocação e interpretação dos problemas estudados.

Apenas um motivo de surpresa e estranheza: a ausência de citação da obra pioneira do saudoso Prof. Émile C.-Léonard, seu mestre de História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, *O Protestantismo no Brasil*, editado em 1961, com um prefácio do Prof. Nicolau Salum reunindo em volume diversos artigos aparecidos na *Revista de História*.

Pergunta, pois, porque não mencionou essa obra pioneira do Prof. Léonard, onde há, entre outras, referências à Igreja Presbiteriana de Rio Claro?

*

* * *

RESPOSTAS DA PROFA. JÚLIA MARIA LEONOR SCARANO.

Ao Prof. *Helmut Andrä*.

Diz que êsse *logo* (pág. 508) significa que, quando lhes foi possível, os colonos abandonaram a zona rural, demandando a urbana. Não encontrou nenhuma documentação sôbre fugas ou desligamentos efetuados de maneira violenta; pelo contrário, parece que foram sempre pacíficos. O *logo* não foi empregando no sentido de “imediatamente”, mas no de “assim que lhes foi possível” e isso se deu, muitas vêzes, na segunda geração.

Afirmou também que, realmente a filiação da Igreja Luterana de Rio Claro ao Sínodo do Brasil foi bem posterior à sua fundação. Fêz apenas um apanhado geral da situação da Igreja Luterana em Rio Claro, acentuando a sua posição às vésperas da Guerras Mundiais.

Quanto à questão dos livros continua afirmando que os mesmos foram distribuídos entre amigos e ex-alunos, que os conservaram. Mesmo os de cunho essencialmente literário e os clássicos da literatura germânica foram distribuídos.

Sustentou que a Igreja Presbiteriana alcançou na cidade grande desenvolvimento e logo contou com muitos brasileiros entre os seus fiéis e mesmo entre os seus pastores. Alguns dêle foram para as cidades vizinhas e propagaram sua religião. Naturalmente, a maior divulgação se deu no período republicano, posterior portanto à data de sua fundação. E' isso que afirma no texto de sua comunicação.

*

À Profa. *Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula*.

Inicialmente agradeceu calorosamente as referências elogiosas a seu respeito, passando logo a seguir a responder as questões formuladas.

Disse que, de fato, conhece a importantíssima obra do Prof. Léonard, e não deixaria de citá-la em obra de mais fôlego sôbre o assunto. A sua comunicação era epanas umas “considerações preliminares” e por isso mesmo baseava-se essencialmente em fontes rio-clarenses, sobretudo na documentação existente no Museu Histórico-Pedagógico Amador Bueno da Veiga, ligado à Cadeira de História da Faculdade de Rio Claro e dirigido pela Profa. Jeanne Berrance de Castro. Diz concordar plenamente em que a obra do Prof. Léonard é indispensável para qualquer estudo aprofundado do Protestantismo no Brasil.

SISTEMA ECONÔMICO-SOCIAL E EMIGRAÇÃO.

(Portugal às vésperas de sua expansão ultramarina e movimentos migratórios do Nordeste do Brasil (*)).

CÉLIA FREIRE A. FONSECA

da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (PE).

Um dos aspectos mais comuns a ser considerado quando se constata movimentos gerais de emigração é o aspecto demográfico, a taxa de crescimento e o problema dos excedentes de população. Como toda verdade em História, o conceito sobre excedentes de população é também relativo a um tempo e espaço determinados. Sabemos estar esta faceta da ciência histórica ligada à concepção individualizadora das Ciências Culturais, dada suas características específicas e complexidade dos fatos sociais que não podem ser examinados fora da totalidade do seu mundo circundante. Nem por isso, deixa a constatação de certos movimentos e fatos, quando em estudos aplicados, de nos surpreender por certas contradições marcantes, sobretudo se os critérios considerados, ora num sentido, ora em outro, fôsem aceitos de maneira integral. Assim a questão demográfica em certos movimentos migratórios, na Europa ou dentro do Brasil, apresenta aspectos menos estudados porque constituem mais causa que acontecimento. Entre estes aspectos, têm-se insistido pouco na análise da organização econômico-social como causa das mais efetivas dos movimentos gerais de emigração, apesar de assinalados e não ignorados. Dêsse aspecto nos ocupamos porque, direta ou indiretamente, interessa à nossa História e mesmo pode contribuir para melhor compreensão de certos desajustes atuais, expresso em movimentos migratórios de importância nacional, econômica, social e política. Movimentos que refletem, não um excesso propriamente de população mas uma incapacidade de absorção e aproveitamento dos indivíduos válidos, dispostos e desejosos de trabalhar, por parte da região e organização econômico-social da nação. Essa incapacidade de aproveitamento de sua disponibilidade em força do trabalho, importantíssimo fator para

(*). — Comunicação apresentada na 3a. sessão de estudos, no dia 5 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

a produção e riqueza das regiões, atinge de modo mais direto às classes menos favorecidas devido a menor ou impossível preparação técnica em locais de limitações tão nítidas. Revela, também, arcaica organização e incapacidade de adaptação em ritmo conveniente às novas condições vigentes, sobretudo na época posterior à revolução industrial ou, em época mais antiga, uma impossibilidade de maior desdobramento que o apresentado. Examinaremos dois movimentos em duas épocas da História: o reino de Portugal às vésperas e na fase das navegações (século XV e XVI), e o Nordeste do Brasil desde a colonização até os dias atuais.

A emigração no reino português parece-nos mais ligada à impossibilidade de maior desdobramento do sistema econômico-social do que a um excesso de população. Precedeu-a a fuga dos campos, fenômeno mais ou menos europeu, com o advento das cidades e desenvolvimento da vida comercial e marítima. Acentuou esta tendência a troca de dinastia — aspecto da crise que se apresentara desde o reinado de D. Fernando — e início das grandes navegações. Poderíamos, aliás, encontrar aspectos semelhantes na expansão européia que vinha desde as Cruzadas, em que as mesmas contradições quanto a um “excesso” de população se apresentam, caso não se analise mais profundamente o problema. O fato é que êsse excesso só existe face à organização em muitos de seus aspectos ainda feudais, a revolução técnica apenas esboçada, exprimindo-se o antigo sistema sobretudo em relação à posse das terras e vida rural, com o problema dos camponeses sem propriedade nem trabalho mínimamente compensador. Não importa que o sistema feudal estivesse em desagregação ou em desaparecimento em muitas regiões e já não se apresente totalizante onde ainda perdura, nem esqueçamos as crescentes transformações gerais, renascimento de cidades e formação de novos centros, inclusive manufatureiros, comerciais e marítimos. Cabe perguntar se, de fato, havia excesso de população e, após a tremenda devastação trazida pelas pestes que no século XIV assolaram mais ou menos toda a Europa, a população não só se recompusera como se apresentava número exagerado de indivíduos ou, ao contrário, apesar da falta de braços, a estrutura econômico-social e a técnica existente não era incapaz de fixar êsses braços em suas regiões natais. Poder-se-ia objetar que as cidades, manufaturas e comércio eram incentivadas pelo também crescente poder real e esboço mais marcante dos grandes estados nacionais, observando-se mesmo uma política comercial nacional ensaiada pelos reis, renunciando o futuro mercantilismo, nessa proteção maior dada aos mercadores e mercados de seus reinos. Em Portugal mesmo, apesar da crise que se amplia, D. Fernando tomou medidas de incentivo ao comércio

marítimo, algumas de grande avanço para a época como a relativa ao seguro marítimo (1), mas isso não significava iniciativa de reforma à estrutura agrária tradicional que, ao contrário, era reforçada com leis severas para fixar os camponeses à terra. Essa contradição, não só nas medidas ensaiadas por D. Fernando como por outros reis, mostra apenas que o incentivo às navegações e ao comércio, se era compreensão das possibilidades da nova classe burguesa e das transformações ocorridas, não incluía absolutamente idéia de reforma no sistema tradicional agrário, institucional ou político, mas até uma válvula de escape para sua manutenção. Esta atitude de aceitação de um novo tipo de riqueza e poder não excluía também a preocupação pela produção agrícola e seus problemas, o que se vê na Lei das Sesmarias que promulgou o último monarca da dinastia de Borgonha. O rei D. Fernando tentava amenizar a crise agrícola e, apesar do maior peso recair sobre a massa de camponeses porque pretendia obrigá-los à faina nos campos sem permitir a valorização do seu trabalho, também tentava obrigar os proprietários ao aproveitamento efetivo de suas terras. Aliás, as leis coercivas para os trabalhos agrícolas e para manutenção dos antigos salários apesar da alta geral dos preços, já vinha desde os tempos de D. Afonso IV (2). Na verdade, D. Fernando, apesar dos erros de sua política externa e de ter provocado perigoso escândalo com o casamento com D. Leonor, catalizando queixas contra o trono, revelou compreensão de muitos problemas e tendências de sua época, embora não tivesse podido resolver a crise que se avolumava em Portugal, nem fôsse possível alcançar soluções mais amplas do que aquelas que ensaiou. E o Mestre de Avis, apesar da Revolução que o colocou no trono e da guerra civil que venceu, não ensaiaria soluções internas mais amplas — o que confirma a impossibilidade e, talvez, oportunidade das mesmas. A classe preparada para participar do poder era, na ocasião da subida de D. João I ao trono, a burguesia, e só em função dela é que as leis de fixação do homem rural ao campo eram em grande parte anuladas, pelo mecanismo natural da proteção dada ao comércio e à vida marítima. D. João I não inovou uma política comercial e marítima que desde a dinastia anterior vinha se desenvolvendo, por força mesmo do desenvolvimento das cidades costeiras de Portugal, atlântico, tão bem colocado em relação ao florescente comércio marítimo entre o Mediterrâneo e o Báltico, desde os fins da Idade Média. D. João não fez mais que continuar e acentuar essa

(1). — Fernão Lopes, *Crônica de D. Fernando*, prefácio de Torquato de Souza Soares, capítulo XCI, Livraria Clássica Editôra, Lisboa, 1945.

(2). — Virgínia Ráu, *Sesmarias medievais portuguesas*, Lisboa, 1946, pp. 63-64; Ezequiel de Campos, *O enquadramento geo-econômico da população portuguesa*. 2ª edição ampliada da revista "Ocidente", Lisboa, 1945, p. 53.

política, com a aceleração que as transformações já mais avançadas e o progresso de épocas mais recentes requeriam, por força mesmo do desenvolvimento natural trazido pelas mudanças. A dinâmica da Revolução e a consolidação da classe burguesa após a vitória, bem como a impossibilidade de melhor recompensar os guerreiros e as dificuldades do povo o aconselhariam a maior apoio à política marítima. Haveria então outro caminho para a paz interna? O caminho que seguiu teria, talvez, evitado mesmo uma guerra civil profunda, uma vez que o malestar de fundo econômico-social perdurava entre as gentes de ofício e o trabalhador sem especial qualificação, isto é, a maioria da população mas não só entre estes. Que seria da paz interna do Reino, não podendo atender ao desejo de propriedade e recompensa dos guerreiros, desde que a confiscação e transferência das terras dos que tinham ficado ao lado da herdeira legítima não era suficiente para o número de nobres e correligionários guerreiros do Mestre de Avis? A Reconquista terminada e não sendo conveniente distúrbios de fronteira com Castela, onde compensar com os saques e despojos dos inimigos os ardores e as cobiças dos guerreiros armados? Não fôsem as esperanças e talvez miragens, como querem alguns grandes historiadores portugueses, que empolgou a todos e desviou sobre os infiéis as armas e os braços dos homens que o território pátrio não podia absorver, e convulsões imprevisíveis seriam de esperar. Por isso é que, sangria ou não de homens e recursos do reino português, foram as cruzadas e emprêsas comerciais na África e as navegações o caminho que conservou o equilíbrio interno e deu glória imperecível a Portugal, sem o qual não ocuparia lugar obrigatório na História Universal.

O problema, no entanto, de excedentes de população só pode ser considerado em relação à organização econômico-social, com suas implicações políticas. Assim, apesar da sangria que já se sabia inevitável, a política de conquistas e emigração, agravada depois com a descoberta do Brasil, foi adotada.

Que o reino não tinha população suficiente para uma política ultramarina e havia consciência disso vê-se bem pelo resultado da consulta que o Rei fez aos Grandes do reino, por ocasião dos planos sobre a expedição a Tânger. Basta ver o que escreve o Infante D. Pedro, futuro Regente, ponderando que, mesmo se fôsem tomados Tânger, Alcácer, Arzila,

“queria, Senhor, saber que lhe farieis; porque povoardê-las com reino tão despovoado e tão minguido de gente como é este vosso, é impossível; e se o quisésseis fazer seria torpe comparação, como de

quem perdesse boa capa por mau capelo; pois era certo perder-se Portugal e não se ganhar a África” (3).

Fôra ainda o mesmo Infante que, pouco mais de dez anos após a tomada de Ceuta, classificava a conquista como

“sumidouro de gente, de armas e de dinheiro” (4).

Mas, quando Regente, apoiaria o Infante D. Henrique na sua política de navegações, o que mostra, talvez, que não havia outra opção. O que, parece, não se podia sequer cogitar, portanto não havia possibilidade alguma de ser realizada nem esboçada, era uma reforma radical sobre o regime de propriedade da terra e decidida política manufatureira, o que necessitaria também de outras disposições psicológicas que as longas lutas da Reconquista não favoreceram, nem na Espanha nem em Portugal, e que às novas oportunidades, dentro da tradição de luta ao Infiel, propagação do Cristianismo e aventura, tão bem correspondiam. Sem falar na conjuntura geral de expansão do comércio internacional e das técnicas que favoreciam e incentivavam tal direção. O caso, também, da expulsão dos mouros e judeus, em Espanha e Portugal, já depois da descoberta da América, está igualmente ligado mais a um fenómeno de conjuntura, que tornava a medida possível, apesar da duvidosa vantagem a longo prazo. O fato de preferirem os ibéricos ser guerreiros conquistadores do Novo Mundo onde, acreditavam, os aguardava ouro e escravos, permitia dispensar os laboriosos marranos, moçárabes ou judeus, com confiscações de bens, grossas propinas obtidas dos perseguidos e satisfação às agruras populares desviadas sobre a minoria acossada.

A questão, pois, inicialmente considerada, sobre a existência de excedentes populacionais em Portugal como base de uma política de conquista e emigração decorrente, a princípio limitada porém já superior as suas disponibilidades e depois muito larga, só se justifica em relação à organização econômico-social que não podia absorver a capacidade de trabalho de seus homens. A prova da contradição dessa emigração está na lei que a tornou ilegal, em 1720, apesar de provocada por um aumento exagerado devido ao estímulo das minas do Brasil.

Conjeturamos se, passado o período semi-nômade e de técnica muito rudimentar das comunidades e quando já se constituem em Estados nacionais dentro de territórios bem demarcados e capazes de manter a integridade pela união e afinidade étnica, os movimen-

(3). — Transcrito in *Vida e obra do Infante D. Henrique* por Vitorino Nemésio, Coleção Henriquina, Lisboa, 1959, p. 102.

(4). — In *Épocas de Portugal Económico*, de João Lúcio de Azevedo, Livraria Clássica Editôra, Lisboa, 1929, p. 66.

tos migratórios, em sua maioria, não ocorrem pela incapacidade de adaptações e aproveitamento da força de trabalho de sua população, em ritmo capaz de evitar sua perda e desajustes conseqüentes. E há, ainda, os estímulos que conjunturas favoráveis provocam no sentido de uma migração para lugares de possibilidades mais largas.

Realmente, o crescimento das populações, quando não ocorrem catástrofes como as do século XIV, é sempre mais rápido que a capacidade de reformas capaz de absorver a crescente força de trabalho ou de uma racionalização que evitasse a perda dessa força e sua conseqüente transformação em maior produção e riqueza nacionais e mundiais. Mas, parece-nos, será sempre impossível uma rapidez equivalente de reformas pelo que ela implicaria em quebra constante de normas, métodos e até mentalidade, mesmo em um futuro mundo altamente racionalizado, salvo no aspecto da possível previsão e providências antecipadas de um universo predominantemente apoiado na ciência e na técnica mas ainda inimaginável. E quanto menos técnica mais apegada é uma sociedade a formas tradicionais de organização, é claro. Por outro lado, se é compreensível a impossibilidade de maiores reformas e providências mais profundas e amplas devido às limitações naturais de cada época, dentro delas mesmas ou em fases mais recentes, sobretudo após a Revolução Industrial, certos problemas de migração não foram melhor orientados ou atenuados devido ao apego a formas arcaicas ou a incapacidade dos seus dirigentes, em grande parte reflexo do desinterêsse das classes dominantes, em promover reformas possíveis e necessárias.

Vejamos o caso das migrações do Nordeste do Brasil.

Até que ponto têm as migrações nordestinas origens em um excedente de população e até onde estão vinculadas à organização sócio-econômica com suas implicações políticas, não só no Nordeste como no Brasil inteiro, é caso para se ponderar. A afirmação de que é diferente a organização do Nordeste em relação a do Centro-Sul também só é verdadeira em uma mínima parte, talvez mesmo em casos mais particulares do que gerais. Apesar do maior progresso do sul por razões circunstanciais e que se refletiram sobre a sua economia desde pelo menos a descoberta das minas, vinda do rei de Portugal para o Brasil e mais precisamente para o sul, onde recebia contribuições obrigatórias de tôdas as demais províncias da colônia para manutenção dos milhares de componentes da Côrte, além de questões de solo, clima e produção em relação com as mudanças da economia mundial, temos ainda de considerar que o Brasil é um todo unitário e centralizado de longa data e, assim, certas formas arcaicas de organização não teriam subsistido se não tivessem apoio ou, pelo menos, o desinterêsse da classe dirigente, sempre recrutada de modo tão restrito no Brasil. No fundo, uma estrutura arcaica no Brasil inteiro foi pre-

servada, embora haja as diferenças nas grandes cidades do litoral, influenciada porém a vida geral do país pelo arcaísmo das formas dominantes no interior e que predominam através dos representantes apenas dos proprietários nas Assembléias e nas Câmaras de Deputados, pois o povo analfabeto não tem direito a voto e assim não tem quem defenda esta massa, isto é, a maioria dos habitantes da zona agrária do Brasil. O interêsse publicitário da imprensa também os esquece, pois se volta para o luzir e a variedade das cidades e assim fica desamparada a população rural e o progresso geral do país, pois predomina a rotina, a tradição cheia de mitos e o desconhecimento da realidade agrária entre a maioria da população alfabetizada sem informações suficientes e absorvida pelas dificuldades crescentes de vida e que, somente muito pouco, relaciona com a situação geral e estrutural da nação.

Acompanhemos as migrações do Nordeste desde a época colonial e, não só algumas das principais medidas, mais ou menos ocasionais ou de eficácia duvidosa e certo tipo de medidas desencorajantes oficialmente tomadas, por uma falta de visão nacional sob certos pontos inexplicáveis, não fôsse a política geral de interêsses unilaterais e naturalmente vencida pelas regiões econômica e politicamente mais fortes. Esta política predominou de modo absoluto até período bem recente, característica de épocas de atraso técnico e ausência de planificação geral e foi apenas superada, em parte, após a organização da SUDENE, dado o perigoso desequilíbrio que o país já não podia ignorar. Tal política, suicida e estreita, não podia deixar de agravar as condições de desajuste sócio-econômico da região e favorecer os elementos mais arcaicos e menos progressistas que pela alta posição tradicional eram os mais ouvidos pelos poderes nacionais. Elementos nem sempre nascidos nesta posição, mas logo integrados nas atitudes tradicionais da classe quando nela ingressavam pois, as vantagens e a indiferença com que as autoridades locais e centrais fecharam os olhos aos abusos a favorecia, apesar de permitir o agravamento da situação arcaica e, muitas vêzes, anti-social. Anti-social porque indo contra as transformações naturais que o tempo, novas técnicas, crescimento da população e desenvolvimento econômico-social requeriam, a preservação da situação só podia ocasionar desajustes e pauperismo maior. Ao lado disso, qualquer incentivo em obras básicas, câmbio para aparelhamento industrial, financiamento ou outros estímulos que os elementos mais progressistas e de formação técnica necessitavam eram sempre negados e, até as percentagens para obras tidas por indispensáveis e estabelecidas por lei, após 1932, eram raramente liberadas. A questão de ignorar-se êstes fatos e até chegar-se a tecer inverdades sôbre o Nordeste tinham objetivo, também, de isenção de culpa e permanência da situação

através da acusação de incapacidade de sua gente. Faz parte, também, de uma visão retrógada e conservadora pois, não contribui para a modernização e desenvolvimento do país cuja economia é forçosamente complementar e, ajuda os elementos mais atrasados da região que encontram nessa atitude um apêio, dificultando a integração das massas camponesas e que constitui o maior problema para o aproveitamento econômico e reorganização do Nordeste. Questão não só nordestina como nacional, o aproveitamento da força de trabalho dessa considerável mão-de-obra seria transformação de um problema em riqueza e prosperidade nacional, com suas implicações na produção agrária e geral, desenvolvimento do mercado interno necessário ao equilíbrio e estabilidade da indústria pela maior oferta de alimentos, aumento do poder aquisitivo e consumo de grandes massas trabalhadoras.

Vejamos a evolução da expansão dessa população no território nacional e analisemos as causas mais atuantes no processo dos movimentos migratórios inter-regionais.

Apesar de assinalar-se sêcas no Nordeste desde o início das primeiras explorações, tendo sido mesmo um obstáculo a penetrações mais intensas e razão de uma concentração mais vigorosa na zona da mata atlântica, foram os fatores geo-econômicos, no entanto, que ocasionaram a permanência de grande população na faixa litorânea. As terras adequadas para o cultivo da cana, o interesse da Corôa nessa cultura facilitando a obtenção de financiamento na Europa, as facilidades de acesso a portos naturais para os embarques de açúcar numa economia forçosamente exportadora, a abundância e qualidade do pau-brasil fornecendo uma base econômica inicial, as facilidades de comunicação marítima com a Europa e as outras capitanias, eis o que teria de concentrar uma população nunca demasiadamente numerosa para maiores expansões sem uma necessidade premente, uma vez que era promissora a exploração agrícola adotada. Apesar disso, a criação de gado foi responsável por uma ocupação bem maior do que antes se admitiu, originando o famoso ciclo do gado de que nos falou Capistrano. Em breve a região estava ocupada pois é comum ler-se nos documentos sôbre doações de sesmarias as dificuldades de encontrar-se terras sem ocupação ou proprietários, desde os fins do século XVII (5).

De qualquer modo, desde a época holandesa mais se intensificou a ocupação do Agreste e região do São Francisco por pernambucanos e baianos, inclusive para evitar a requisição de gado pelos holandeses, intensificando-se a ocupação destas áreas. O combate ao Qui-

(5). — *Documentação Histórica Pernambucana. Sesmarias*, vol. I (1689-1730), Secretaria de Educação e Cultura, Biblioteca Pública, 1945, em especial a p. 11.

lombo dos Palmares após a expulsão dos holandeses também intensificou a colonização em Alagoas e Agreste pernambucano, inclusive por bandeirantes paulistas que tomaram parte na luta contra os negros fortificados, e que receberam sesmarias na região. Desde o início do século XVII, aliás, criadores de gado já disputavam aos indígenas parte daqueles territórios. Em geral era instalado o regime de propriedades extensas porque a pastagem fora do período chuvoso era precária, isto é, na maior parte do ano, pois as chuvas na região só se verificam por quatro ou cinco meses. O problema da água e da alimentação do gado era difícil e, na época seca, era muitas vezes alimentado por cactáceas e macambira, queimadas e dadas ao gado, como ainda hoje se faz quando falta o pasto (6). Se faltava água no rio cavava-se cacimbas em seu leito a fim de atingir-se o lençol de água subterrâneo. Aproveitava-se também boqueirões e construía-se pequenos açudes com os quais se lutava contra a estiagem. Uma pequena agricultura de subsistência existia desde esta época e até hoje ela se mantém, ampliada desde o século XVIII pelos pequenos proprietários do Agreste e serras do Sertão. Hoje, reduzidas a maioria das pequenas propriedades a minifúndios pelas contínuas divisões de herança, nem por isso deixam de ser uma das fontes de abastecimento das cidades, apesar de entrarem em colapso quando a estiagem é mais forte. É o minifúndio a outra face do latifúndio pois poucas terras sobram para a maioria dos agricultores e é entre estes que as partilhas são mais intensas pois, não têm com que comprar as partes dos outros herdeiros e estes não têm interesse em se desfazer das únicas terras e tipo de trabalho ao seu alcance. Apesar disso são agricultores de excelente capacidade de esforço e iniciativa pois, apesar de condições tão desfavoráveis, ainda conseguem excedentes e são os responsáveis, em parte, pela oferta de alimentos aos centros urbanos (7). Reconhece um recente estudo, do Departamento de Agricultura e Abastecimento da Sudene sobre os agricultores do Nordeste, que:

“Uma grande parte desta população, localizada nas zonas do Agreste e Sertão nordestino e mesmo em algumas áreas da zona úmida, desenvolve um tipo de agricultura, que, não obstante o baixo padrão técnico, reflete consideráveis potencialidades empresariais. Queremos nos referir àquêles agricultores arrendatários e parceiros que, trabalhando em relações de produção altamente desfavoráveis, e sem contar, praticamente, com nenhum apóio técnico e financeiro,

-
- (6). — Manuel Correia de Oliveira Andrade, *A pecuária no Agreste pernambucano*, tese de concurso à cadeira de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife, Recife, 1961, p. 56.
- (7). — *Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste*, 1961-1963, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE),

conseguem sobrepujar com o próprio esforço tôdas estas dificuldades, assumindo, inclusive, todos os riscos da exploração” (8).

Desta área é que, devido a concentração demográfica que tem crescido em vista dos brejos úmidos e às precárias condições de vida, têm saído grandes vagas de emigrantes para as cidades maiores da região, Recife principalmente, bem como para o centro-sul do Brasil. No século XVII, no entanto, a agricultura era apenas para subsistência local, não sendo o povoamento muito intenso devido ao tipo de pecuária extensiva. O aumento viria no século XVIII com as dificuldades da indústria do açúcar devido à concorrência da América Central, ao mesmo tempo que o algodão dava oportunidade para lucrativa produção no Agreste e no Sertão, ocasionando migrações de população da Mata para o interior semi-árido (9), região tôda ela situada no Polígono das Sêcas. Por outro lado o florescimento das minas no centro-sul do Brasil, não só atraía a mão-de-obra até então de preferência concentrada na região canavieira do Nordeste como incentivava a criação de gado no interior daquela região, incentivando também o afluxo de imigrantes vindo da zona da Mata cuja economia atravessava um período de dificuldades grandes. Como se vê, não era o fenômeno das sêcas que estava provocando êsses deslocamentos consideráveis de população, mas a busca de trabalho e as necessidades de mão-de-obra em explorações econômicas promissoras. Observa-se, também, que a produção tradicional do açúcar hibernava mas não se dispunha a modificações substanciais. Como assinala o economista Celso Furtado, devido ao sistema de escravidão instalado, a economia açucareira podia resistir pois o

“crescimento se realizava sem que houvesse modificações sensíveis na estrutura do sistema econômico. Os retrocessos ocasionais tampouco acarretavam qualquer modificação estrutural. Mesmo que a unidade produtiva chegasse a paralizar-se, o empresário não incorria em grandes perdas, uma vez que os gastos de manutenção dependiam principalmente da própria utilização da força do trabalho escravo. Por outro lado, grande parte dos gastos de consumo do empresário estava assegurada pela utilização dessa força de trabalho. Destarte, o crescimento da empresa escravista tendia a ser puramen-

Recife, Divisão de Documentação, 1966, p. 119; Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem no Nordeste*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1963, pp. 24-25, 141, 151-168.

- (8). — *Colonização e Reforma Agrária — subsídio para uma política de colonização agrícola para o Nordeste*, por Dirceu Pessoa e Jorge Coelho, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Divisão de Documentação, Recife, 1965, p. 28.
- (9). — Manuel Correia de Oliveira Andrade, *A pecuária no Agreste...*, *ob. cit.* pp. 61-67; Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem...*, *ob. cit.*, pp. 4-6, 25.

te em extensão, isto é, sem quaisquer modificações estruturais. As paralizações ou retrocessos nesse crescimento não tendiam a criar tensões capazes de modificar-lhe a estrutura. Crescimento significava, neste caso, ocupação de novas terras e aumento de importações. Decadência vinha a ser a redução dos gastos em bens importados e na reposição da força de trabalho (também importada), com diminuição progressiva, mas lenta, no ativo da empresa, que assim minguava sem se transformar estruturalmente” (10). E, mais adiante, diz o mesmo autor: “A unidade exportadora estava assim capacitada para preservar a sua estrutura. A economia açucareira do nordeste brasileiro, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa” (11).

Nessa organização havia pouco lugar para o trabalhador livre e. com a migração para o interior, a valorização do gado para a região mineira, uma maior cultura de subsistência em um meio de mais independência do homem pobre e, depois, a compensadora cultura do algodão para o mercado externo, além da cultura do café, após 1840 e importante até 1920 na região, verificou-se um aumento considerável da população no Agreste e Sertão. A cêra de carnaúba também tornou-se importante desde os meados do século XIX. A área para a manutenção desta população tinha seus limites, porém, nas grandes porções semi-áridas impróprias à manutenção de uma concentração excessiva de população, bem como nos latifúndios que monopolizavam as melhores terras, utilizadas na criação de gado e na plantação de algodão ou cultura de valor comercial quando circunstâncias especiais favorecem a um determinado produto. A vinda da família real portuguesa para o sul do Brasil e a crescente produção do café que encontrou condições ideais nesta região, bem como as primeiras dificuldades no tráfico de escravos encarecendo extraordinariamente o preço dos mesmos, ocasionaria a atração das correntes migratórias para os centros econômicos em ascensão e o abandono das regiões de economia em crise prolongada, incapazes de oferecer trabalho e sustentação a grandes massas obreiras. Ocorria também a irremediável decadência das minas do centro-sul. Mesmo os engenhos de açúcar, apesar de sua capacidade de resistência às crises econômicas, com a prolongada estagnação e a grande elevação do preço do escravo começam a vendê-los em grande proporção para as fazendas de café, após 1860, sobretudo a Bahia, chamada então

(10). — Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Editora Fundo de Cultura, 1963, p. 67.

(11). — *Ibidem*, p. 68.

a Nova Guiné (12). De qualquer modo, as dificuldades da obtenção de escravos, em um país de economia agrícola em larga escala e quase exclusiva, fez com que o preço a tal ponto se elevasse que a escravidão em certas regiões se tornou realmente anti-econômica para as economias estagnadas e depauperadas. Havia ainda a disponibilidade de uma mão-de-obra que crescia em país de economia tão pouco monetarizada e onde a terra se mantinha monopolizada pela tradicional minoria proprietária. A abolição veio reforçar essa disponibilidade de mão-de-obra sem meio algum de subsistência e foi consolidado o costume de obter-se parte substancial da produção do agricultor analfabeto e sem acesso à terra com os sistemas de parceria, meiação e outras formas de pagamento não monetário e sem garantia alguma, conservando o homem em uma sujeição e nível de vida tão mísero como o do escravo que o antecedeu. Ainda mais, a organização arcaica que assim se prolongou não tinha capacidade nem ao menos para aproveitar essa mão-de-obra abundante e barata, desde que as exportações não podiam aumentar suficientemente em virtude da concorrência de outros países e, uma cultura para abastecimento interno lhes parecia pouco interessante além de esbarrar na falta de mercado que o sistema não permitirá se constituir, da mesma forma que a formação de técnicos. Assim é que cada ano as migrações foram se tornando mais volumosas, em busca de trabalho em certas épocas apenas como condição de sobrevivência, noutras na esperança de melhor situação ou remuneração. As sêcas periódicas agravaram esse processo de abandono das regiões atingidas, agravando a situação já precária do trabalhador da zona da Mata e as condições dos proletários das cidades do Nordeste pois, antes de se dirigirem às cidades do centro-sul os emigrantes vêm às cidades de certa expressão da região. Muitos permanecem nessas cidades, sendo responsáveis pelo exagerado crescimento de alguns núcleos e excedendo sua capacidade de aproveitamento da mão-de-obra sempre em aumento, assim como agravando seus problemas de abastecimento, serviços públicos, alojamento e muitos outros. O interior assolado não tem, também, como é óbvio, condições para resistir aos efeitos de estiagens mais prolongadas, uma vez que uma economia depauperada e que dirige a região não conseguiu nem resolver o problema básico de sua economia, substituindo-a por outra mais rentável ou reorganizando-se de maneira diferente. Assim o problema vai sempre se agravando e, lembrado mais espetaculosamente por ocasião das sêcas que lançam aos olhos da nação as populações esquecidas do interior do Nordeste, acabou por reclamar medidas mais eficien-

(12). — J. Fernando Carneiro, *Imigração e Colonização no Brasil*, Universidade do Brasil, Publicação Avulsa, Nº 2, Rio de Janeiro, 1950, p. 22; Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem...*, ob. cit., pp. 91-96.

tes que as ajudas momentâneas aos flagelados. E' quando a solução foi encarada em termos apenas de açudagem e água, com a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, em 1908. Os resultados cada nova grande estiagem demonstrava, com as mesmas fugas de populações das zonas flageladas para as cidades, nas mesmas condições dramáticas de miséria e abandono. E' que o problema era mais profundo e a sêca apenas o acentuava. Realmente, pouco antes da metade do século XIX, às vésperas da revolução Praieira, em Pernambuco, alguns vultos já tinham percebido certos males mais graves da organização sócio-econômica, como se evidencia nas críticas que, com surpreendente lucidez para a época, faziam pela imprensa do Recife. Assim, a má distribuição de terras; o abandono de parte delas devido aos grandes latifúndios enquanto a maioria dos agricultores não tinha terreno onde plantar; o monopólio do comércio pelos portugueses e a exclusão de brasileiros nos numerosos estabelecimentos; o problema da falta de indústria e de meios de vida para os artífices nacionais; a necessidade da regulamentação da vida econômica pelo Estado para evitar o desajuste econômico-social; a relação entre a falta de meios de vida e os solicitadores de emprêgos; a falta de capitais para movimentar a indústria canavieira ou qualquer outro empreendimento e que proporcionava aos agiotas estrangeiros ocasião para juros exagerados e opressivos bem como o ódio popular, sobretudo aos portugueses, devido a esta forma de especulação financeira ou sobre as necessidades alheias; a concorrência de produtos estrangeiros tirando aos artífices as possibilidades de trabalho; a necessidade do Estado promover a instrução, assegurar trabalho a seus cidadãos e amparo no caso de velhice ou moléstia, além da defesa dos princípios liberais, comum na época. Tudo isso era ventilado pela imprensa pernambucana, revistas e livros e, entre os vultos que mais se distinguiram ressalta-se Antônio Pedro de Figueiredo, Abreu e Lima, João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão, Afonso de Albuquerque Meilo, Ignácio Bento de Loyola, Romualdo Alves de Oliveira, Borges da Fonseca, o famoso República e que se tornou um dos líderes da Revolução Praieira (13). Nem todos êstes tomaram parte na rebelião de 1848 em Pernambuco, mas é interessante assinalar como, desde meados do século XIX estavam equacionados nestes artigos a maioria dos problemas básicos do Brasil. Assim, vejamos alguns trechos, selecionados pelo historiador pernambucano Amaro Quintas, em uma série de publicações (14) de grande interesse para qualquer estudo sobre a época e a

(13). — Amaro Quintas, *O sentido social da Revolução Praieira*, Imprensa Universitária, Recife, 1961, 3ª edição, pp. 16-19, 22-29.

(14). — Amaro Quintas, *O sentido Social...*, ob. cit.; *O espírito "Quarante-Huitard" e a Revolução Praieira*, Separata do Nº 40 da "Revista de His-

organização sócio-econômica do Nordeste. Sobre o monopólio das terras com suas repercussões na falta de produção para consumo interno e falta de trabalho para a população local, escrevia Antônio Pedro de Figueiredo em "O Progresso" em 1847:

"Esta região que se estende sobre todo o litoral da nossa província até uma profundidade de 10, 12 e às vezes 15 a 18 léguas para o interior, se acha, como se sabe, dividida em engenhos ou propriedades cuja dimensão varia desde um quarto de légua quadrada até 2 e 3, e até 4 e 5 léguas quadradas. Como a cultura da cana exige uma qualidade de terras particular, que se não encontra por toda a parte, segue-se daí, que, afora as terras de cana, as matas que lhe são necessárias e as terras de que carece para os seus bois e a plantação de mandioca, indispensável ao alimento dos escravos, a maior parte dos engenhos possui vastas extensões de terrenos incultos, terrenos que seriam eminentemente próprios para a pequena cultura, e que, se fôsem cultivados, bastariam para fornecer com abundância farinha, feijão, milho, etc. a toda a população da província e das províncias vizinhas e até para a exportação. Ora, os proprietários se recusam a vender estes terrenos, e até a arrendá-los. Se possuídes 30 ou 40 contos de réis, então podereis comprar um engenho; mas se sois pobre, e quizerdes comprar ou arrendar algumas gerias de terra, não achareis! E' isso o que faz que a população improdutiva das cidades, a classe dos sollicitadores de empregos publicos se augmente todos os dias, que os crimes contra a propriedade se tornem mais freqüentes e o paiz se empobreça de dia em dia, em consequência do augmento do número dos consumidores, no entanto que o dos produtores permanece estacionário; ou ao menos não cresce senão em proporção muito mais lenta" (15).

Comentários que se pode dizer atuais, pela lucidez com que via a realidade de sua província e pela continuação da situação até os dias de hoje — basta ver a análise nos Planos Diretores da SUDENE — sobretudo quanto ao abastecimento das cidades e a falta de trabalho para a população da região.

Ainda no mesmo sentido, estes comentários:

"Hoje mais de 3/4 da população da nossa província se acha concentrada à beira do mar e numa profundeza de 10 a 15 léguas; mas lá, quase com poucas exceções todas as terras pertencem a um

tória", São Paulo, 1960; *Antônio Pedro de Figueiredo, o Cousin Fusco*, Separata do Nº 34 da "Revista de História", São Paulo, 1958. O Prof. Amaro Quintas fez valioso estudo sobre a época da Revolução Praeira em Pernambuco, além de ter selecionado trechos de muitos autores daquele período e promovido a reimpressão de uma das mais significativas publicações da época, "O Progresso", (1846-1848) fundada e redigida por Antônio Pedro de Figueiredo.

(15). — In Amaro Quintas, *O sentido social...*, ob. cit., pp. 14-15.

pequeno número de grandes proprietários que delas mal cultivam uma mínima parte e recusam vender o resto. Daí vem que 200 ou 300.000 dos nossos concidadãos, mais porventura, vivem em terras de que podem ser despedidos dentro de poucas horas; humildes vassallos do proprietário, cujos ódios, partido político, S. C., são obrigados a esposar.

Nêste fato da grande propriedade territorial, nêsses novos *latifundia*, deparamos nós a base desta feudalidade que mantém diretamente, sob jugo terrível, metade da população da província, e oprime a outra metade por meio de immenso poder que lhe dá esta massa de vassallos obedientes" (16).

Sôbre o monopólio do comércio pelos portuguezes e estrangeiros, outra fonte de trabalho de onde eram excluídos os nacionais, escreve Borges da Fonseca em "O Nazareno", de 1843:

"temos as artes, q'iam nasendo mortas ao nasedouro, por esa barbara concurrensia estrangeira, de modo q'o estrangeiro já nos importta telha tijolo e cal, de modo q'nossos sapateiros, alfaiates, ferreiros S. C., já não podem tirar o mesquinho lucro da mão d'obra, porq'o estrangeiro enxe o mercado de sapatos S. C., mais barato" (*sic*) (17).

E Ignácio Bento de Loyolla escrevia na "Voz do Brasil", em 1848:

"Não menos de seis mil cazas de commercio a retalho se achão em pernambuco, e todos ellas de estrangeiros: assim logistas, quitandeiros, taberneiros, armazeneiros, trapixeiros, assucareiros, padeiros, cazas de rôpa feita, de calçado, funileiros, tanueiros & tudo he estrangeiro. Cada huma dessas cazas tem 3 e 4 caxeiros todos portuguezes; calculemos porem a dois, e teremos doze mil caxeiros, com seis mil patrões, dezoito mil portuguezes que nos excluem do commercio" (18).

E, em outro artigo, ainda em 1848:

"Existem na rua da Praia para mais de 120 marinheiros no commercio de carne secca, e apenas 3 Brasileiros" (19).

Marinheiro, era um dos apelidos habituais com que se designava os portuguezes comerciantes no Recife, insinuando-se sua origem fora do Brasil.

Muitos outros trechos poderíamos citar sôbre o assunto, inclusive a questão do empréstimo a juros altos, feito pelos portuguezes

(16). — *Ibidem*, p. 13.

(17). — *Ibidem*, p. 32.

(18). — *Ibidem*, pp. 32 e 35.

(19). — *Ibidem*, p. 35.

enriquecidos com o comércio, acarretando a indignação e até o ódio popular. Preferimos porém, citar mais um trecho de Antônio Pedro de Figueiredo que, em dias tão longínquos e numa sociedade tão rotineira e apegada a esquemas individualistas em relação aos problemas da propriedade, escrevia estas palavras, surpreendentes em sua época, pela visão avançada sobre planificação econômica:

“Nós também pretendemos, é que o governo, como representante da sociedade inteira, intervenha nos fenômenos da produção, distribuição e consumo, para regula-los e substituir pouco a pouco uma ordem fraternal ao desgraçado estado de guerra que ora reina nestas importantes manifestações da atividade humana” (20).

A rebelião praieira adotaria algumas dessas idéias, pois muitos dos vultos citados tomariam parte no movimento. No Manifesto ao Mundo (1 de janeiro de 1849), obra de Borges da Fonseca, republicano que aderira ao movimento e se tornara um dos seus líderes, destacam-se os seguintes itens, pelo seu sentido sócio-econômico:

O trabalho como garantia de vida para o Cidadão Brasileiro (item 3);

O comércio a retalho só para os Cidadãos Brasileiros (item 4);
Extinção da lei do juro convencional (item 9). (21).

Contra a revolução Praieira ficara o grupo dos senhores de engenho, negociantes enriquecidos e seus representantes, os que se beneficiavam direta ou indiretamente com o monopólio das terras ou do comércio. Vencida a rebelião não mais se poderia esperar reformas ou preocupações com a falta de trabalho e meios de subsistência para a população que aumentava. A estrutura latifundiária escravocrata se reforçou e, não fôsse a perseguição ao tráfico dos escravos por parte dos ingleses, maior consolidação teria se verificado.

Podia-se esperar melhores dias e atitude mais moderna com a Abolição e a República. No entanto, após a vitória desses movimentos a estrutura agrária não foi tocada. A Abolição e a República foram adotadas em sua forma exterior apenas, pois permaneceu a infra-estrutura que condicionou a servidão dos agricultores sem terras e dos membros das profissões liberais sem outra classe a quem prestar serviços que não fôsse a mitoria latifundiária e o comércio ligado aos interesses internacionais.

A reorganização da indústria do açúcar em melhores padrões técnicos, no último quartel do século XIX, imperativo econômico para melhorar a qualidade do produto a fim de mantê-lo no comércio internacional, se evitou uma derrocada rápida do parque industrial açucareiro do Nordeste, com a instalação das modernas usinas, agra-

(20). — *Ibidem*, p. 23.

(21). — *Ibidem*, p. 39-40 nota 7.

vou certos aspectos do problema geral da região. As modernas fábricas de grande capacidade de produção necessitavam sempre de maiores quantidades de canas, ampliando a monocultura e, por conseguinte, a concentração de terras. Não só essa concentração afetou os meeiros e foreiros que se entregavam a outras culturas, em combinação ou não com o cultivo da cana, como chegou até a encerrar a atividade dos numerosos banguês dos antigos engenhos que ficaram de “fogo morto”.

O processo de divisão de terras ocasionado pelas heranças no correr dos séculos e que tendia a estabelecer um número crescente de propriedades médias, não só foi interrompido como sofreu um movimento contrário. Assim as Usinas passaram a controlar vários engenhos, outrora independentes, e a comprar terras em enorme escala, a fim de que não faltasse matéria-prima à altura da capacidade de suas máquinas. A expulsão geral de foreiros, por proprietários de engenho ou usineiros que alugavam suas terras, após a guerra, para cultivo da cana estimulado pelos altos preços que alcançava o açúcar, foi a causa direta e progressiva da organização das famosas Ligas Camponesas (22).

Desde o início do século, também, a expansão grande que alcançaram as estradas de ferro no Nordeste, permitiram trazer a cana de lugares cada vez mais distantes, intensificando a monocultura e a área de influência das usinas. Muitos dos antigos senhores de engenho, sobretudo após 1950, quando desapareceram praticamente os últimos banguês, tinham passado de banguzeiros a proprietário-fornecedor e até a fornecedor-rendeiro antes de, muitos deles, terem definitivamente se retirado das terras de seus antepassados e das atividades agrícolas (23). Mas as sucessivas crises provocadas em geral pela retração do mercado internacional, particularmente entre 1923-1930 e em períodos mais recentes, ocasião em que se intensificou o aluguel de sítios aos foreiros, fez também muitas usinas ficarem de “fogo morto” (24). Surgiu a época de usinas absorverem usinas e grupos que controlam várias fábricas, numa impressionante concentração agro-industrial. O que sustentou, em grande parte, a relativa prosperidade da indústria açucareira, apesar das sucessivas crises ocasionadas pelas contrações do mercado externo em épocas normais, foi o crescimento do mercado interno e o baixo preço da

(22). — Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o homem...*, *ob. cit.*, p. 108.

(23). — Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o homem...*, *ob. cit.*, pp. 101-102, 105-107; Mário Lacerda de Melo, *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*, Conselho Nacional de Geografia, Rio, 1958, pp. 112-113, 115-117.

(24). — Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o homem...*, *ob. cit.*, pp. 46-47, 98, 101, 103.

mão-de-obra nordestina. Estes fatores foram afetados quando, face às dificuldades de transporte para o sul, uma vez que nossa marinha mercante fôra praticamente eliminada pelos submarinos do Eixo nazifascista durante o segundo conflito mundial e a ligação rodoviária Nordeste-Sul era ainda mais precária do que hoje, o produto foi escasseando e alcançou altos preços no mercado, justamente em fase de crescimento. Coincidiu com a política de erradicação dos cafêzais e os industriais do sul se voltaram para a fabricação do produto em que praticamente estava concentrada tôda a industrialização do Nordeste. Por outro lado o advento do Estatuto do Trabalhador Rural fêz os salários elevarem-se cinco vêzes mais, o que provocou a quebra do equilíbrio entre os custos da produção no Nordeste e no Centro-Sul.

Vê-se, pois, que a origem próxima da crise atual na indústria que ocupa milhares de nordestinos e grandes populações no interior agrário está ligada não só às agruras habituais de uma economia de exportação de produtos tropicais com número crescente de produtores em todo o mundo como, também, à concorrência no interior da nação por uma região de economia mais forte, com maiores meios e mais próxima dos grandes mercados consumidores, assim como as alterações no preço da mão-de-obra regional e a ausência de uma infra-estrutura, principalmente estradas e transportes mais abundantes no Nordeste, à semelhança da existente no centro-sul (25). Assim, o problema das migrações inter-regionais continuava porque as causas maiores, tão bem analisadas pelos estudiosos da época da Praieira, permaneceram, do mesmo modo que não foi feita uma planificação econômica mais geral, no plano nacional.

A industrialização diversificada e visando o mercado interno, de significação apenas em época mais recente, não poderia a curto prazo modificar as limitações estruturais da economia brasileira. Essa industrialização não contou sequer com as garantias de uma política nacional constante (26) que a protegesse da concorrência das potências estrangeiras e, em vários aspectos, é até hoje ainda ameaçada. Pois atrás da política econômica do país está a tradição da economia colonial exportadora de produtos tropicais ou matérias-pri-

(25). — *Na caldeira do açúcar amargo — A didática da crise (II)*, “Jornal do Commercio”, caderno II, p. 1, Recife, 18 de maio de 1967, respostas ao questionário enviado ao Presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco.

(26). — Nícia Vilela Luz, *A luta pela industrialização do Brasil*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961, pp. 18-29, 35-42, 45-60. Antônio Pedro de Figueiredo, “*O Progresso*”, Reedição pela Imprensa Oficial, Recife, 1950, p. 221, escrito de 1846; Cário Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, 4ª edição, Editora Brasiliense Ltda., São Paulo, 1956, p. 301.

mas (27), além dos produtores latifundiários e monocultores, ainda muito influentes. Seus representantes estão interessados apenas em uma produção exportadora de visão econômica estreita porque incapaz de criar um mercado interno de demanda larga, solidário por interesses recíprocos, e esforçam-se apenas em continuar a produção de base monocultora tradicional, de tipo colonial, e sujeita às perigosas oscilações do comércio internacional. Daí porque a renovação industrial aplicada às usinas nordestinas, incrementando de maneira ainda mais intensa a monocultura, não teve o mesmo efeito econômico e social que acompanha outros tipos de indústria (28). Apesar dessa corrente, a industrialização que visava o mercado interno foi favorecida com a crise mundial de 1929 e as crises do café por ter cortado as grandes importações, devido à falta de disponibilidades, bem como pelas duas guerras mundiais, inclusive pela ausência da intensa concorrência estrangeira durante os conflitos e a necessidade de certas concessões a que a guerra obrigou, como foi o caso do financiamento da usina siderúrgica de Volta Redonda. Mas o arcaísmo da organização agrária, em períodos frequentes de crise, tem sido um obstáculo a maior oferta de alimentos necessários à população industrial e urbana e ao maior desenvolvimento de um mercado interno indispensável pelos estímulos recíprocos que cria. Esse problema tem sido dos mais sérios à industrialização do Nordeste. A incapacidade da estrutura agrária modernizar-se e atender às novas solicitações da economia tem sido, também, o maior responsável pelo aumento das correntes migratórias cujo contingente é constituído, sobretudo, pelos homens do campo sem terras. É por ocasião das grandes sêcas que o país tem atentado para êle. E, em grande parte, foi o impacto ocasionado pelas sêcas que levou a medidas mais efetivas, por parte dos poderes públicos, em relação aos problemas do Nordeste. Assim, a grande sêca de 1877-1878 foi a responsável remota pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, em 1908. O problema foi então encarado em termos apenas de água e açudagem. A grande estiagem de 1932 reforçou a idéia da necessidade de resolver-se o problema das sêcas e daí a inclusão na Constituição de um artigo destinado a reservar uma verba especial para a luta contra as sêcas no Nordeste. Mas o programa continuava fundamentalmente o mesmo de água e açudagem, além da abertura das

(27). — Cário Prado Júnior, *História Econômica...*, *ob. cit.*, pp. 20-23, 41-43, 104-105, 203-204, 213-214, 216, 221-222, 291-292, 300, 305-306, 315, 326; *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, Editora Brasiliense Ltda., São Paulo, 1953, pp. 17-21; Celso Furtado, *Formação econômica...*, *ob. cit.*, pp. 16-18, 116, 118, 122-124, 129-131, 276-277; *Uma economia dependente*, Ministério da Educação e Cultura, Os cadernos da Cultura, Departamento de Imprensa Nacional, Rio, 1956, pp. 8-12, 12-14, 44-45.

(28). — Celso Furtado, *Formação Econômica...*, *ob. cit.*, pp. 276-277.

frentes de trabalho, em obras mesmo na região, estradas e açudes, para a ajuda aos flagelados. O que foram os resultados dêste programa demonstra bem o ressurgimento do mesmo quadro, e nas mesmas proporções, à cada nôvo flagelo. O programa de combate às sêcas era disperso e descontínuo e, mesmo em têrmos de açudagem, era muito incompleto. As providências de complementação dos objetivos de contenção das águas muito raramente eram executadas, inclusive irrigação das terras circunvizinhas, introdução de fauna ictiológica para pesca nos açudes e ilógico sistema de arrendamento das terras beneficiadas (29). Havia também a utilização política para exploração eleitoral interferindo nas obras necessárias, além de irregularidades de que eram acusados os intermediários na aplicação das verbas e providências necessárias. Além disso, essas verbas eram muitas vêzes cortadas e só existiam para o Nordeste no artigo da Constituição.

Foram de nôvo duas sêcas catastróficas, sobretudo a de 1958 no período em que o país gastava desmesuradamente para construir uma cidade monumental no centro do Brasil, cortando para isso as verbas mais essenciais em todo o país o que, diante do impacto emocional provocado na nação, ocasionou a criação de um organismo de planejamento geral do Nordeste, para uma política de desenvolvimento. Outros fatores também concorreram para a medida e entre êles as tensões político-sociais em todo o país e mais intensas no Nordeste onde, não só o problema era mais agudo como, a consciência e o interesse pela questão criava um clima de inconformismo e luta que inquietava e abalava o país inteiro. Progresso de conscientização conseqüente também ao desenvolvimento mais rápido do Brasil após 1930 e mais ainda após a II guerra mundial. O progresso geral refletiu-se no plano técnico e cultural e assim as pesquisas e estudos, em especial sôbre nosso país e nossas realidades passaram de um plano utópico e derrotista para um plano objetivo do estudo das estruturas e seu relacionamento às conjunturas locais e mundiais, com as implicações na tradição e nas formas de organização econômica e social, sobretudo na dos povos de passado colonial. O que era estudo isolado antes do desenvolvimento crescente das cidades brasileiras tornou-se sistemático e de forte interesse para uma parcela considerável da população do país. No Nordeste também êstes estudos

(29). — Albert Robaux, *Recursos de água no Nordeste — Estudos e Pesquisas necessários ao seu aproveitamento*, Ministério da Agricultura, Departamento Nacional da Produção Mineral, Avulso 78, 1953, Rio, pp. 21-26; Hilgard O'Reilly Sternberg, *A sêca de 1951 no Ceará*, Separata da "Revista Brasileira de Geografia"; Paulo Vageler, *Contribuição para o Problema da Sêca*, "Revista Brasileira de Geografia", nº 1, Ano XV, 1953, IBGE, pp. 156-161.

eram feitos, além dos escritos por técnicos de outras regiões e que alcançavam grande difusão — protestava-se, também, contra os cortes tradicionais de verbas necessárias e a situação de câmbio preferencial concedida aos estados mais ricos do Centro-Sul e negado aos estados do Nordeste. A consequência era que, também, as poupanças do Nordeste procuravam as áreas mais remuneradoras e mais amparadas do Centro-Sul. A êsse respeito diz o Relatório da Sudene em 1965, na página 21:

“O processo de industrialização do País, definitivamente consolidado durante os anos cinquenta, não favoreceu o Nordeste”... “Os estímulos criados aos empreendimentos industriais, sob a forma de elevação dos preços dos bens importados e os subsídios governamentais, mediante a manutenção de uma taxa de câmbio favorecida para a importação de equipamentos, foi o bastante para transferir, durante um longo período, considerável parcela da poupança gerada no Nordeste para o Centro-Sul.

Como centro-primário exportador, as divisas nordestinas, resultado do seu comércio exterior, passaram a ser utilizadas pelo Centro-Sul para industrializar-se”, etc. “A forma compensatória adotada foi a transferência de recursos públicos, que se elevam rapidamente durante as crises decorrentes das irregularidades de precipitação pluviométrica. Este processo dava uma falsa impressão de ajuda à Região”, etc. “Na realidade, essa forma de atuação somente serviu para descaracterizar a função do Governo no Nordeste, por motivos de sua incorreta orientação voltada para um tratamento apenas assistencial, enquanto os setores produtivos da economia, aqueles que mais diretamente contribuem para a formação da riqueza, que criam formas de emprêgo permanente, se estiolavam por força da evasão da poupança regional” (30).

As consequências de tal política, mantida por tantos anos, junto com as condições estruturais do Brasil e do Nordeste agrário, só podia acelerar o processo de pauperismo da região, aumentando o exôdo de suas populações. Sobre êste abandono do Nordeste pela sua população mais pobre, escreveu o Pe. Le Bret, em 1955, quando aqui veio à convite da CODEPE, organismo que antecedeu a SUDENES a fim de cooperar nos estudos preliminares de planificação regional:

“julgamos que se trata do maior fenômeno de migração espontânea que jamais se verificou na História. E’ um fenômeno colossal e marca bem o distúrbio em que se encontra o Nordeste e o caráter forçado da retirada dessas populações, pois que os nordestinos

(30). — *Relatório das atividades da SUDENE em 1965*, Divisão de Documentação, Recife, 1966, p. 21.

são muito ligados à sua paisagem local e somente emigram na contingência de fugir para não morrer” (31).

Foi para modificar uma situação já insustentável e que era de interesse nacional alterar que o Governo Federal, ao mesmo tempo que continuava os grandes gastos com a construção acelerada de uma nova capital, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em dezembro de 1959 mas que, só começou a receber as primeiras verbas para realização de programas no segundo trimestre de 1962.

Como escreveu o Pe. Lebret acêrca do sentido nacional dos problemas do Nordeste, comparando-o aos territórios da Itália do Sul:

“no interior de uma Nação tôdas as regiões são complementares. Perceberam que não pode haver prosperidade durável se houver uma zona colonial no sul da Itália. A situação é exatamente semelhante no Brasil e os Estados privilegiados do sul compreenderão, pouco a pouco, a nosso ver, que o desenvolvimento nordestino é de interesse dêles, porque será êste desenvolvimento que assegurará a prosperidade do País, a sua segurança total de grande potência. E’ preciso ter sempre em mente que o Brasil terá 100 milhões de habitantes em 1980 e que será, nesse tempo, a quarta ou quinta potência do mundo em população” (32).

Situação atual no Nordeste:

Apesar da área vulnerável às sêcas ocuparem no Nordeste quase 80% do total (33) e contribuírem para o agravamento do problema alimentar e de sobrevivência das populações nordestinas, atuando como acelerador dos processos migratórios (34), não podemos atribuir às mesmas a principal causa do êxodo, uma vez que o fenômeno é constante e crescente, não cessando nos anos em que a sêca não se abate sôbre a região. A taxa de crescimento da população também é elevada, entre 2,2 e 2,5% ao ano (35), sobretudo tendo de considerar-se as limitações de certas áreas mais vulneráveis às sêcas, como a zona do Sertão e certos trechos do Agreste. Essa realidade determina uma distribuição necessariamente desigual de po-

(31). — Lebret, Louis Joseph, *Estudo sôbre desenvolvimento e implantação de Indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste*, Série Planificação Econômica, III, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Recife, 1955, p. 13.

(32). — *Ibidem*, pp. 21-22.

(33). — João Gonçalves de Souza, *Plataforma para o Nordeste*, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Divisão de Documentação, 1964, p. 21.

(34). — José Hesketh Lavareda, *As migrações internas do Nordeste — Caruarú um dos seus centros detentores*, Separata do Instituto Joaquim Nabuco, Vol. XX, Recife, 1962, p. 15.

(35). — *I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste*, ob. cit., p. 116.

pulação nas 3 zonas, ocasionando concentração natural na mais estável e fértil que é a da Mata, com 27% da população do NE, mas aproximadamente 5% de sua área (36), provocando grande concentração de habitantes. Note-se que aí se localizam as capitais dos Estados e as grandes plantações de cana e usinas de açúcar. Mais que uma grande população, porém, o que levou ao êxodo em proporções alarmantes os habitantes da região foi a estrutura agrária arcaica, o apêgo dos empresários a um sistema e a um ciclo passado, espécie de saudosismo econômico, fatal quando se torna obsoleto e se recusa a reconhecer a inviabilidade da volta de condições que a concorrência internacional não mais permitirá e que conduziu, pouco a pouco, a um exaurir de forças responsável, em grande parte, pela perda da influência necessária à manutenção ou expansão de uma infra-estrutura requerida para o desenvolvimento e equilíbrio do Nordeste. Ilusão que não é rara, pois, vemos a mesma insistência no caso do café que enfrenta problemas mais ou menos semelhantes, apenas iniciado em época e anos mais recentes. Claro está que é a população mais modesta, egressa de uma Abolição sem preocupação de medidas necessárias à sobrevivência e manutenção da liberdade dos antigos cativos, que tem de dar a cota mais alta de sacrifícios para a preservação dessa organização e isso se traduz na subnutrição, nas doenças, na mortalidade infantil elevada, no baixo nível de vida e nos movimentos migratórios internos. Essa migração tem sido em certos casos muito útil à conquista e desbravamento de novas regiões para o Brasil mas, certamente, menos útil que um desenvolvimento mais equilibrado e sólido da economia brasileira. De qualquer maneira o fenômeno se agravou de tal modo que a nação não pode mais ignorá-lo, pois, tem sido motivo de tensões e ameaças à paz social do país. Fácil é perceber a responsabilidade da estrutura agrária, considerando o analfabetismo e a origem rural da maioria (37) dêsses imigrantes, quando se considera os seguintes dados:

de uma população de 25 milhões de nordestinos vivem no campo aproximadamente 18 milhões ou seja 3/4 da população (38);

-
- (36). — Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem do...*, *ob. cit.*, p. 14.
(37). — Mário Lacerda de Melo, *As migrações para o Recife — I — Estudo Geográfico*, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, MEC, Recife, 1961, pp. 41-52; Levy Cruz, *As migrações para o Recife — IV — Caracterização Social*, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, MEC, Recife, 1961, pp. 41-56; Antônio Carolino Gonçalves, *As migrações para o Recife — II — Aspectos do Crescimento Urbano*, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, MEC, Recife, 1961, pp. 8-11.
(38). — *I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste*, *ob. cit.*, p. 273; João Gonçalves de Souza, *Plataforma para...*, *ob. cit.*, p. 15.

1/3 da área da Mata (propriedades com mais de 1.000 hectares) é ocupada por menos de 1% de proprietários (39) e 1/3 da área do Nordeste apenas por 2% de proprietários.

É elucidativo o quadro abaixo, de acôrdo com os elementos fornecidos pelo geógrafo Manuel Correia de Andrade, em extraordinário trabalho de pesquisa e levantamento de dados sôbre “A terra e o homem do Nordeste” (40):

Regiões	Nº de hectares	Nº de estabelecimentos	%	área	%
MATA (litoral oriental)	0-20	46.756	77	232.801	6,7
	20-100	8.272	13,8	354.663	10,3
	100-500	4.133	6,7	1.001.679	29,1
	500-1.000	948	1,5	701.663	20,4
	+ 1.000	529	0,8	1.139.891	33,2
AGRESTE	0-20	135.733	85,1	645.259	14,5
	20-100	18.288	11,4	784.881	17,6
	100-500	4.336	2,7	888.990	20,0
	500-1.000	460	0,3	322.451	7,2
	+ 1.000	522	0,3	1.797.739	40,4
SERTÃO	0-20	206.058	59,1	1.352.350	4,4
	20-100	95.095	27,8	6.869.496	22,9
	100-500	38.889	26,9	8.061.755	26,9
	500-1.000	5.075	1,4	3.294.415	11
	+ 1.000	3.444	0,9	10.323.409	34,5

Vê-se que os estabelecimentos de menos de 20 hectares são os mais numerosos mas ocupam as menores áreas. Entre êstes há muitos com menos de 5 hectares, minifúndios que não permitem uma família subsistir e daí o proprietário alugar seu trabalho a proprietários de terras mais abundantes.

Quanto aos estabelecimentos de mais de 20 e menos de 100 hectares, quando em áreas úmidas, são suficientes à manutenção de modesto porém razoável nível de vida (41).

Esta é a situação dos 568.548 estabelecimentos agrários no Nordeste. O resto da população rural não tem terras e constitui a famosa mão-de-obra abundante e barata da região. Por isso disse o economista João Gonçalves de Souza, em seu discurso de posse, como Superintendente da SUDENE, em 1964:

(39). — Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem...* ob. cit., p. 45.

(40). — *Ibidem*, pp. 42-45.

(41). — *Ibidem*, p. 44.

“às atividades agrícolas se dedicam 18 milhões de nordestinos. Dêstes, um terço, ou seja, seis milhões, faz da agricultura uma atividade econômica lucrativa: outro terço vive num regime de economia de trocas, enquanto os seis milhões restantes trabalham apenas para sobreviver. O atual ritmo da expansão demográfica, dentro de uma situação de *status quo* econômico, nos levaria ao caos social. O problema rural, portanto, como o industrial, necessita de tratamento imediato ajustado ao planejamento global”. E mais adiante: “Para atender às exigências do abastecimento de grandes centros demográficos do litoral úmido é imperioso adotar fórmulas corajosas e realistas, visando a utilizar parte das terras ora ocupadas pela economia canavieira anti-econômica na produção de gêneros de primeira necessidade para a população. Aqui se pode e se deve iniciar um programa de reforma agrária, democrática e tecnicamente concebida, em que a atividade agrícola em regime de exploração familiar de parte dessas terras seja simultaneamente seguida de medidas práticas de comercialização, amparo financeiro e direta e continuada assistência técnica ao pequeno produtor” (42).

Outro índice grave, é a renda *per capita* apresentada na região e que é a mais baixa do país, conforme os seguintes dados publicados pela SUDENE (43):

Anos	Norte	Nordeste	Centro-Sul
1948	2.306	1.579	4.349
1957	9.851	6.276	19.065
1958	10.583	7.018	22.279

Em 1962 essa renda foi de 33,4 para o NE e 68,1 para o resto do país (44). Informa mais o III Plano Diretor da SUDENE:

“Comparada, entretanto, à renda *per capita* de outros países do Continente, a renda por habitante do Nordeste não atinge a 50% da do conjunto da América Latina e, a nível de países, supera apenas a dos residentes na Bolívia, Haiti e Paraguai, e aproxima-se, sem alcançar, da renda média do equatoriano” (45).

Apesar disso, nos últimos anos, o crescimento da renda do Nordeste foi maior, sobretudo em relação ao das outras regiões do Brasil. Informa-nos ainda o III Plano Diretor da SUDENE:

“Com relação à renda *per capita* do país, a percentagem apresentada no período de 1950-1952 foi de 46 por cento, verificando-se uma redução para 43,8 por cento no período 1953-1956. Já em

(42). — João Gonçalves de Souza, *Plataforma para...*, *ob. cit.*, pp. 15 e 19.

(43). — *I Plano Diretor da Sudene*, *ob. cit.*, p. 13.

(44). — *III Plano Diretor da Sudene*, *ob. cit.*, p. 23.

(45). — *Ibidem*, p. 24.

1957-1959 essa percentagem alcança o mesmo nível dos primeiros anos desta série (46 por cento), superando-a nos anos 1960-1962 com uma participação de 54 por cento” (46).

Reconhece as deficiências da estrutura agrária vigente mas que

“as possibilidades de ação da SUDENE são limitadas por uma série de obstáculos de ordem institucional, que lhe impedem de atuar diretamente, a não ser, por exemplo, através do sistema de cooperativas, da execução de projetos-pilotos de organização agrária ou, ainda, da administração de uma política de incentivos aos empreendimentos agrícolas com o fim de modificar a estrutura vigente” (47).

De qualquer modo, como fez notar o Pe. Lebret, em 1955 (48), e como já constava do I Plano Diretor (49), a organização das migrações internas é fator importantíssimo tanto para as populações em movimento como para a ocupação e desenvolvimento das regiões para as quais podem ser encaminhadas. Pois, há sempre um excedente de população nos campos e que deve emigrar, foi a novidade que na época fez ver o Pe. Lebret, grande autoridade sobre as questões de desenvolvimento, em relação a uma visão exclusiva de fixação da população rural que, em toda parte, tem de emigrar em certa proporção e, no caso de países com regiões ainda por colonizar, é de grande e estratégica importância. Assim é que, desde o início foram feitos pela SUDENE planos de colonização, destacando-se os dos vales úmidos do Maranhão, com alargamento da fronteira agrícola do NE e sua incorporação à economia regional bem como, pesquisas de pré-colonização nas bacias de irrigação e nos vales úmidos do litoral e atualmente no Vale do Jaguaribe e sub-médio São Francisco.

Programas importantes, desde que os obstáculos são grandes em relação a uma reforma agrária que todos os planos julgam urgente mas que até hoje não foi realizada. Tanto maior a importância desses planos de colonização porque o crescimento da população brasileira é grande, como aliás o de toda a América Latina e o do mundo em geral, apesar de em certos continentes este aumento verificar-se com menor intensidade. No caso do Brasil, país com extensas áreas ainda a ocupar, o crescimento da população é uma necessidade e a garantia de manutenção da integridade de nosso território, bem como nosso mais sólido esteio para a valorização de áreas onde nenhum outro tipo de imigrante se arrisca nem triunfa.

(46). — *Ibidem*, p. 26.

(47). — *Ibidem*, p. 112.

(48). — Lebret, Louis Joseph, *Estudo sobre desenvolvimento e... ob. cit.*, p. 29.

(49). — *I Plano Diretor da Sudene, ob. cit.*, pp. 19, 237-239.

apesar de receber apóio e ajuda mais ampla, como se viu na extração da borracha durante a II Guerra Mundial, na Amazônia, no Acre e em tantos outros lugares. Parece-nos que já é tempo de aproveitarmos e ampararmos a coragem e a capacidade de trabalho de nossas populações que nada pedem mas que aspiram e têm direito a um lugar no Brasil em que possam trabalhar, consolidando a ocupação nacional do nosso território e contribuindo com seus braços para maior riqueza do país. Dêles disse o Pe. Lebret, técnico de experiência em várias áreas do mundo:

“Há um conjunto de circunstâncias que dá ao nordestino um valor humano excepcional. E isto é um dos maiores fatores, além da sua aptidão para adaptar-se. São pessoas que se adaptam facilmente às atividades modernas. E’ um fato, diziam-nos outro dia em Paulo Afonso: “Pessoas que chegam do sertão, parecendo absolutamente simplórias, em alguns meses se tornam colaboradores preciosos”. Eis aí, portanto, um fator favorável” (50).

Falava o Pe. Lebret dos fatores favoráveis com os quais poderíamos vencer o sub-desenvolvimento e êle colocou em primeiro lugar

“a qualidade humana e as aptidões para a adaptação” acrescentando que “As qualidades humanas do nordestino são excepcionais” (51).

Enquanto isso, entre nós certo grupo acha sempre demais qualquer coisa que se queira fazer pela nossa gente e escandalizam-se ou deturpam qualquer defesa que se faça da necessidade de preservação e amparo dos nossos trabalhadores. O fato é que, qualquer colonização, de estrangeiros ou nacionais, requerem condições mínimas para o êxito e progresso do estabelecimento. São inúmeros os exemplos de fracassos de colônias, estrangeiras inclusive, quando certas condições estiveram ausentes, bem como êxito de colonização nacional se um mínimo de condições lhe foram oferecidas. Assim, regista-se o fracasso de colônias suíças e alemães em Friburgo, amparadas pelo Governo Imperial e mais tarde no Rio Grande do Sul frente aos grandes latifúndios (52); na primeira metade do século XIX a colônia de agricultores alemães instalada em Pernambuco no engenho Cova da Onça e nas colônias fundadas após 1948 no mesmo Estado pela Diretoria de Terras e Colonização e no Rio Gran-

(50). — Lebret, Louis Joseph, *Estudo sôbre desenvolvimento...*, *ob. cit.*, p. 20.

(51). — *Ibidem*, p. 20.

(52). — J. Fernando Carneiro, *Imigração e Colonização*, *ob. cit.*, pp. 40, 48, 50-56.

de do Norte com a colônia de japoneses e brasileiros (53); certas colônias alemãs no sul do Brasil quando não tinham transporte barato ou um pôrto de exportação para seus produtos (54); colônias fundadas por alemães, no Rio Grande do Sul, bem como por italianos, russos, poloneses, eslavos e outros (55); fracasso de franceses e de colonos russos, mas de origem alemã no Paraná (56); algumas colônias alemãs no Paraná (57); etc.

Como salienta Henri Enjalbert em seu excelente estudo sobre “A agricultura Européia na América do Sul” (58), há uma série de fatores que favorece ou desfavorece o estabelecimento de uma colonização em uma área ainda não explorada e, não havendo alguns requisitos básicos, não pode uma colonização sustentar-se. Fato, aliás, inegável, se estudamos objetivamente as experiências realizadas, onde certos elementos básicos como acesso à pequena propriedade, garantias e apôio econômico mínimo, proximidade de estradas e centro consumidor acessível, próximo ou através de portos ou transporte viável, oportunidade de uma cultura de sustentação, salubridade local e outros requisitos mínimos, são indispensáveis para o êxito de qualquer tentativa de colonização, nacional ou estrangeira.

O fato é que essa assistência mínima não tem sido dada ao homem rural, parece, às vezes, que há um interesse que não se pode precisar bem, de manter essa abundante mão-de-obra abandonada, sem dúvida mais fruto de uma visão ignorante que de motivos menos nobres ou egoístas, embora se confunda com êles. A verdade é que se fala tanto em necessidade de maior ocupação e valorização do país mas gasta-se mais facilmente verbas em estudar e promover vinda de imigrantes estrangeiros que de cuidar-se da massa que, dentro do nosso país, aspira pela oportunidade de um trabalho

-
- (53). — Manuel Correia de Andrade, *A Terra e o homem...*, ob. cit., pp. 225-226.
- (54). — Leo Waibel, *As zonas pioneiras do Brasil*, Separata da “Revista Brasileira de Geografia”, nº 4, ano XVII, 1955, Rio, Conselho Nacional de Geografia, 1956, pp. 401-402.
- (55). — Nilo Bernardes, *A Colonização Européia no Sul do Brasil*, Boletim Geográfico, nº 106, jan.-fev. 1952, Conselho Nacional de Geografia, pp. 90-91, 94-102.
- (56). — Pierre Denis, *A Colonização no Paraná*, cap. X da obra “Le Brésil au XX siècle”, Paris, Librairie Armand Colin, 1909, in “Boletim Geográfico nº 100”, tradução de Lísia Maria Cavalcanti Bernardes, pp. 348, 351, 353-355.
- (57). — Preston James, *A expansão das Colônias do Brasil Meridional*, Boletim Geográfico nº 49, Ano V, 1947, p. 32.
- (58). — Henri Enjalbert, *A agricultura Européia na América do Sul* in Boletim Geográfico nº 128, 1955, pp. 483-502; *Problemas de Ocupação do Solo em País Novo*, Boletim Geográfico, nº 127, 1955, pp. 371-391.

menos incerto ou um pouco de terra em que pudesse prover sua subsistência e a da família, mesmo em condições menos razoável que as oferecidas aos imigrantes estrangeiros. Nenhuma colonização tem êxito sem um mínimo de condições, é a conclusão unânime de todos os estudiosos da questão. Ressalte-se que, nas experiências anteriores de colonização em um período de planejamento quase ignorado, o que se verificou foi, quando da existência de pequena propriedade, transporte e estradas, centro consumidor próximo ou acesso fácil da produção ao mercado e salubridade da região, a colonização progredia. Quando faltavam estas condições a colonização, em geral, fracassava, não importa a nacionalidade do grupo.

A precariedade em que vive o nosso homem rural (59), sem qualquer espécie de assistência jurídica, econômica, social ou de qualquer tipo que se possa imaginar é que é o maior responsável pela sua marginalização e ineficiência quando tem de executar trabalho em que, aliás, na maior parte das vezes é apenas explorado e nenhuma retribuição condigna lhe é oferecida.

A verdade é que, sem negar a contribuição do imigrante estrangeiro, um programa prioritário de assistência ao nosso homem rural se impõe porque é condição mesma de desenvolvimento do Brasil. Enquanto não se compreender que a batalha pela integração do homem rural brasileiro a uma vida econômica minimamente estável é a própria batalha pelo desenvolvimento do Brasil, muito pouco poderemos progredir. Os obstáculos a essa integração são, sem dúvida, consequência da sobrevivência de um sistema hoje arcaico e anti-econômico mas que impregnou profundamente a mentalidade brasileira, inclusive pela permanência demasiado longa da escravidão. Abolida apenas há 79 anos.

Não precisaríamos mais que consultar a nossa História e ouvir os estudiosos em questões agrárias e de desenvolvimento, nacionais ou estrangeiros, para confirmarmos o quanto êste aspecto tem retardado a solução do problema de desenvolvimento do Brasil.

*

* *

(59). — José Veríssimo da Costa, *Casa do Agregado*, Revista Brasileira de Geografia, nº 3 Ano IX, 1947, Instituto Brasileiro de Geografia, p. 452. Nestor Duarte, *Reforma Agrária*, MEC., Rio de Janeiro, pp. 27-28.

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Luís César Bittencourt Silva* (Faculdade Fluminense de Filosofia. RJ.).

Pergunta se a mudança de dinastia em Portugal não seria produto de uma classe que, privada do domínio da terra, desejava pelo comércio, um melhoria nas suas condições sociais e econômicas?

*

Da Profa. *Maria da Glória Alves Portal* (FFCL. de Baurú. SP.).

Diz que Autora parece distinguir um desenvolvimento interno e outro externo, para um mesmo país, no campo sócio-econômico.

Pareceu-lhe que a emigração concorria antes para o desenvolvimento do sistema econômico-mercantilista, no seu aspecto colonial, do que estava ligada à impossibilidade de um desdobramento do sistema econômico-social.

*

Do Prof. *José Alves de Figueiredo* (FFCL. de Crato. CE.).

Afirma que no sertão sêco a vida normal, fora do período da calamidade climática do Nordeste, é muito mais farta do que em zonas úmidas a exemplo da mata pernambucana.

*

Da Profa. *Alice Piffer Canabrava* (FCEA. da USP.).

Em primeiro lugar, cumprimentou a Autora pela excelente contribuição sôbre a História da colonização e migração no Nordeste que trouxe ao Simpósio. Afirma que a Profa. Célia Freire d'Aquino Fonseca teve a gentileza de se referir a um seu trabalho durante a sua exposição. Agradece a referência e deseja apenas acrescentar algumas palavras. Diz que num estudo que publicou há anos atrás, sôbre o desenvolvimento do açúcar na área antilhana, o problema da decadência da produção açucareira estava vinculado à transferência da técnica de produção do Brasil para as ilhas inglesas e francesas daquela área. Desejava acentuar, e o fez em trabalho recente sôbre a obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas* de João Antônio Andreoni. A decadência da produção do açúcar brasileiro, do século XVIII, enquadra-se num contexto mais completo e mais amplo, do que podia sugerir nas ilhas antilhanas no

século XVII. De fato, o açúcar passou, de um mercado de concorrência, e justamente numa época em que o produto, longe de ser ainda bem de consumo das camadas populares, era usado sobretudo pelos abastados e como remédio, como refere Andreoni. Mas a importância de outros fatores da produção, além da técnica, devem ser equacionados: o preço da mão-de-obra escrava, que sofre a concorrência das outras potências no mercado africano, além da que sofre no mercado interno, pela exploração do ouro. Lembra também o encarecimento do cobre e do combustível, cujas fontes de suprimento estão cada vez mais distantes. É difícil, portanto, acentuar a importância de um fato, sem ter presente a complexidade do problema.

*

Da Profa. *Maria Yeda Linhares* (FFCL. da UFRJ. GB.).

Diz que vai fazer apenas três observações:

1a.). — Elogia calorosamente a Autora pela contribuição que trouxe ao Simpósio a presença do Brasil, através do tema mais palpitante da sua atualidade: o homem e a terra do Nordeste.

2a.). — Julga desnecessário para o entendimento do problema abordado, na sua atualidade, o preâmbulo referente a Portugal, não tendo ficado clara a correlação entre as duas épocas históricas.

3a.). — Embora não seja questão fundamental, discorda da utilização da categoria “burguesia” para o grupo social ligado à expansão marítima e comercial portuguesa em pleno século XIV. Reconhece, no entanto, que o assunto é controvertido e principalmente irrelevante no contexto do trabalho, pelas razões já expostas no item anterior.

*

Da Profa. *Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula* (FFCL. da USP.).

Inicia sua intervenção apresentando cumprimentos à Autora pela sua erudita comunicação e solicita esclarecimentos sobre um problema que lhe tem dado muito que pensar: a responsabilidade que caberia à estrutura agrária no movimento de revolta do Nordeste. Pois, por duas vezes, ao abordar a posição dos intelectuais de Recife nas vésperas da Revolução praieira e na expulsão dos foreiros, a Autora tocou no assunto. Ora, parece-lhe tratar de classes sociais nitidamente distintas, embora relacionadas e num mesmo meio.

Pergunta, pois: haveria no caso uma diferença ou uma associação?

*
* *
*

RESPOSTA DA PROFA. CÉLIA FREIRE D'AQUINO FONSECA.

Ao Prof. *Luís César Bittencourt Silva*.

Diz que, evidentemente, a mudança de dinastia não foi apenas o resultado da ação de uma classe, apesar de ter sido importantíssima essa ação. Pois havia a questão da herdeira legítima do trono ser casada com o rei de Castela e isso significava a perda da independência portuguesa, pela qual secularmente vinham lutando. Justamente o povo e a classe ligada ao comércio marítimo compreenderam isso e qual era, no caso, o seu interesse e daí o apoio dado ao Mestre de Avis. D. João significava, pois, um rei português e a manutenção da independência nacional. Os interesses da classe popular e da incipiente burguesia correspondia, pois, ao interesse da nação. Por outro lado, convinha à nova dinastia desviar do reino os guerreiros armados e que D. João não tinha meios para recompensar. A Reconquista estava também terminada e, não sendo conveniente distúrbios de fronteiras com Castela, o desvio dos guerreiros para a conquista de Ceuta correspondia à antiga tradição de cruzada e luta contra os infiéis. Correspondia, também, aos interesses da estabilidade do trono, ao aproveitamento das energias da população sem terras e que a organização econômica não permitia absorver melhor, e ainda, aos interesses de expansão comercial das cidades. Tanto assim, que seriam estes últimos, os financiadores das expedições.

*

À Profa. *Maria da Glória Alves Portal*.

Declara que não separa os dois aspectos, mas parece-lhe que o movimento externo teve seu impulso inicial na impossibilidade de um maior desdobramento do sistema econômico-social. No trabalho escrito analisa mais detalhadamente o problema, ligado às questões em que tocou ao responder à pergunta formulada pelo Prof. Luís César.

*

Ao Prof. *José Alves Figueiredo Filho*.

Afirma que certamente é verdade ser a alimentação no sertão nordestino superior a da Zona da Mata, quando não há sêca. Aliás, o Prof. Josué de Castro ressaltava esse aspecto em seu livro *Geografia da Fome*, quando estuda a alimentação nas várias regiões do Brasil. Mas aproveita a ocasião para informar que, consultando os Planos Diretores da SUDENE tomou conhecimento de que a produção de alimentos no Nordeste é inferior às necessidades de sua população e esse é um dos aspectos da dificuldade encontrada na implantação de indústrias, pois a concentração conseqüente de trabalhadores exige um abastecimento certo e a preço acessível. É também um dos aspectos de que se ocupa a SUDENE, visando levar avante os planos de desenvolvimento do Nordeste.

*

À Profa. *Alice Piffer Canabrava*.

Concorda inteiramente com a Profa. Alice Canabrava, que lhe deu a honra de apartear o seu trabalho. Realmente, seu trabalho sobre a produção açucareira nas Antilhas é fundamental e o economista Celso Furtado o aproveita e cita em *Formação Econômica do Brasil*. O fato é que, enquanto o Nordeste era o único produtor mundial de açúcar, ou quase, sua economia, mesmo quando sofresse crise, podia recuperar-se com certa facilidade. A concorrência que a produção nas Antilhas trouxe ao açúcar do Nordeste foi fator decisivo para a decadência da economia da região, ainda mais agravada por outras circunstâncias, sendo, sem dúvida, uma das mais importantes o preço do escravo. Aliás, tratou do problema no seu trabalho, e como foi êle cada vez mais grave face ao agravamento da crise econômica. Daí a venda dos escravos para os novos centros econômicos em ascensão, primeiro as minas e depois o café. Cita no seu trabalho a denominação sugestiva da Bahia, de “nova Guiné” em relação a essa venda de escravos. Aliás, em intervenção à palestra do Prof. João Cruz Costa, em 1964, em reunião da Escola Prática de Altos Estudos, na Sorbonne, o Prof. Kula, da Polônia, aludiu à teoria de que o escravo era sempre lucrativo; acredita que, justamente, dado o constante agravamento da economia açucareira no Nordeste e o encarecimento contínuo do braço escravo, além do crescimento da população livre sem terras, no Brasil, parece-lhe que este foi um dos casos, realmente, em que o escravo tornou-se anti-econômico. Sobretudo em um país de economia monetária escassa era fácil à classe que monopolizava as terras, apropriar-se de parte substancial da produção dos agricultores sem terras, através do sistema de meação, arrendamento e outros, em que não se pagava ao

trabalhador e não se corria o risco da produção, enquanto era um risco empatar dinheiro em escravos tão caros que podiam morrer, adoecer, etc.

*

À Profa. *Maria Yedda Linhares.*

Agradece as referências generosas feitas ao seu trabalho, coisa que muito a honra. Quanto à correlação entre a situação de Portugal e as migrações do Nordeste: é que quis demonstrar, com mais de um exemplo, que as migrações de populações nem sempre têm como causa principal excedentes de população.

Quanto ao termo burguesia, refere-se sobretudo aos armadores e aos comerciantes das cidades marítimas que tinham ligações com outros centros econômicos e financeiros da Europa e que, parece-lhe, constituía uma burguesia incipiente em Portugal, na época.

*

À Profa. *Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula.*

Agradece a oportunidade que lhe deu para tocar em assunto que está no trabalho escrito, mas que a brevidade do tempo concedido para a exposição do assunto não lhe permitiu.

Diz que realmente a expulsão dos foreiros, quando da valorização do açúcar pouco antes e durante a II Guerra Mundial, provocou o movimento das famosas Ligas Camponesas, pois os agricultores eram expulsos sem prazo possível para encontrarem novos meios de vida e trabalho, muitas vezes esperando-se apenas a colheita das pequenas “roças”. Daí a relação que foi se avolumando e se organizando, pois muitos arrendavam essas terras de longa data, e quando foram alugadas, não interessavam os proprietários.

Quanto aos intelectuais, vivendo nesse meio, vêm a realidade e a denunciam. Daí, porque, são considerados perigosos e, muitas vezes, banidos apesar de não pegarem em armas.

Por outro lado, a concorrência estabelecida no centro-sul, quando da valorização do açúcar, estabeleceu uma concorrência à única grande indústria do Nordeste, que não pode em breve tempo ser substituída (tal como a produção do café que também é excessiva e custa grandemente à nação, mas continua a ser produzido em grande escala). Assim, por falta de uma planificação nacional a crise do açúcar tem custado mais à nação do que o lucro que possa ter trazido para o sul, em planos como os atuais, como a SUDENE por exemplo, pois a situação não mais podia ser ignorada.

No centro-sul foram fatores favoráveis, sobretudo a proximidade dos centros consumidores e a rede de estradas e transportes, enquanto no Nordeste, prejudicado com o torpedeamento de nossa marinha mercante durante a II Guerra Mundial, faltou a infra-estrutura de estradas e transporte. No fundo faltou uma planificação em plano nacional, única eficaz, pois a nação não é apenas um ou outro Estado, mas todos. Esses problemas eram vistos pelos intelectuais e daí serem incomôdos e banidos, muitas vezes, tal como aconteceu em 1848, apesar de não pegarem, geralmente, em armas.

A COLONIZAÇÃO JUDAICA MODERNA NA PALESTINA (*).

JAIME PINSKY

Professor de História Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (SP).

A grande diáspora judaica começou no ano 70 (1) quando Tito, comandando legiões romanas, ocupou Jerusalém, espalhando seus habitantes pelo já então vasto Império Romano.

Durante séculos os judeus permaneceram dispersos pelo mundo, substituindo um país pelo outro, logo que as perseguições atingiam um ponto intolerável. Viveram na Alexandria cosmopolita, na Península Ibérica muçulmana, na Holanda comerciante, na França, na Rússia, na Polônia... Ao fim das orações, auguravam-se, saudosamente, encontrar-se “o ano vindouro em Jerusalém”. Era o sionismo messiânico, aquele que aceitaria por um milagre a devolução da Palestina aos judeus, mas não estudava a maneira objetiva de concretizar o sonho.

Sòmente no século XIX foram esboçadas as primeiras tentativas de colonização agrícola judaica na Palestina. Elas restringiram-se, porém, a iniciativas isoladas, como a de Moisés Montefiore que em 1841 comprava uma plantação de laranjas e logo depois construía um nôvo bairro em Jerusalém (2).

Muito tempo passaria ainda antes que surgisse o sionismo político. Experiências inúmeras seriam realizadas para que o movimento de colonização judaica na Palestina tivesse êxito. O ceticismo era desde logo muito grande, argumentando-se que

“na História tôda a colonização tem sido realizada por um país, uma Pátria que envia colonizadores” ... “Pode esperar-se que o povo judeu, carente de Pátria, colonize a Palestina?” (3).

(*) . — Comunicação apresentada na 5ª sessão de estudos, no dia 6 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

- (1). — Antes dessa, houve a diáspora provocada por Nabucodonosor que, após vencer os judeus em 586 a.C., deportou-os para diversas regiões do Império Babilônico.
- (2). — Margulics (Marcos), *Israel, Estudo sôbre o nascimento de uma Nação*, in “Anhembí” São Paulo, ano XI (nº 124) março de 1961, p. 39.
- (3). — Baron (Salo), *Segundo y Tercer Estados, Paralelos y Diferencias*. In Davis (Móshe), *Israel en la Civilizacion Moderna*. Buenos Aires, Editorial Candelabro, 1961, p. 75.

A resposta dentro da História poderia ser fornecida pelos dois primeiros Estados judeus: o primeiro organizado por exilados do Egito; o segundo, pelos judeus babilônicos, libertados por Ciro e liderados por Esdras. Mas, para a concretização do terceiro Estado judeu, o atual, seriam necessárias seis ondas migratórias que vamos, sucintamente, estudar.

1. — PRIMEIRA ONDA IMIGRATÓRIA (1882-1896).

Em 1881 foram desencadeados uma série de *pogroms* na Rússia. Logo após a morte de Alexandre I. Essas perseguições funcionaram como alavanca para recordar aos judeus a existência da Palestina. Em 1882 partiu para lá o primeiro grupo de jovens, composto de treze rapazes e uma moça. Logo depois uniram-se a êste grupo pioneiro mais algumas dezenas de estudantes secundários e universitários. Embora idealistas, na acepção mais romântica da palavra, tinham objetivos concretos: pretendiam encontrar, não o refúgio onde pudessem estudar e rezar sem serem molestados ou descansar depois de mortos em solo sagrado (o que era o objetivo dos religiosos que para lá se dirigiam) mas construir, na Palestina, uma casa para a sua e as demais gerações.

Para que se possa ter bem uma idéia das condições materiais de que dispunham, atente-se para a seguinte passagem:

“Um integrante do grupo narra em seu diário que num determinado momento ficaram sem recursos, ou melhor, com dez francos para as catorze pessoas que formavam o grupo. E, visto que entre êles havia fumantes, estourou uma discussão que durou tôda a noite, acêrca de gastar-se as últimas moedas em tabaco ou em pão. Finalmente os fumantes se impuseram e o grupo ficou sem comer. Foi assim que negociaram os pioneiros de Israel com o Sultão do Império Otomano, para adquirir os direitos de estabelecer-se na Palestina” (4).

A despeito de tôda essa falta de base no real, a primeira onda imigratória tinha uma das características que iriam marcar todo o movimento nacional judaico: buscavam a Palestina, não para morrer e sim pra viver, com a consciência de que só à base da lavoura era possível constituir uma comunidade produtiva, ponto de partida para uma renovação, em nível de povo e de classe, que dezenove séculos haviam ensinado ser necessária.

(4). — Tsur (Jacob), *El Sionismo, Movimiento de Liberación Nacional*. Jerusalém, 1965, p. 22.

Com pouco mais que o puro idealismo e contando com auxílio de pequeno agrupamento de jovens de Jerusalém, os pioneiros fundaram, entre outras, as seguintes colônias:

em 1882 — Rishon Letzion e Ness Tziona; localizadas quase à beira mar.

em 1883 — Zichron Isaacov (no vale do Sharon) e Rosh Piná (na Galiléia).

em 1884 — Guedera.

em 1890 — Mishmar Hayarden (no vale do Jordão).

Cumprir notar que os nomes dessas colônias são muito significativos, como, por exemplo, “O primeiro de Sião” (5), “O milagre de Sião”, “O Guardião do Jordão” e outros.

Ao fim de alguns anos, entretanto, a iniciativa beirava o fracasso. A maior parte desses colonizadores era constituída de estudantes que não tinham nenhum conhecimento do trabalho agrícola. Chegando ao país, defrontaram-se com problemas concretos, impossíveis de serem resolvidos por meio de *slogans* altissonantes. Havia falta de água em quase todo o país. A região do Hule, ao norte, era pantanosa, provocando doenças tropicais desconhecidas dos imigrantes. Não podiam contar com aqueles que já residiam no país, pois, além do grupo já citado, ou eram árabes sujeitos a um regime feudal de trabalho, ou judeus ortodoxos, desligados de problemas terrenos. Além disso, o domínio turco a quem a Palestina esteve sujeita de 1517 a 1917, longe de auxiliá-los, criava os maiores embaraços, pois temia uma modificação no panorama sócio-econômico do país e uma intervenção estrangeira.

Esta era a situação no final da década dos oitenta; a tentativa estava fadada ao fracasso se não surgissem elementos que pudessem modificar radicalmente o panorama.

O primeiro desses elementos foi o Barão Edmond de Rothchild, de tradicional família de banqueiros. O Barão destinou somas colossais tanto para investimentos nas colônias já existentes, como para compra de novos terrenos. Por outro lado, enviou especialistas em agricultura, notadamente em vinha. E, preocupado com a desorganização que campeava, enviou também administradores para os agrupamentos.

Outro dos elementos que influíram a favor da colonização, reafirmando tese sartreana (6), foram novas perseguições na Rússia.

(5). — Sião é uma colina de Jerusalém que se apresenta como símbolo e sinônimo da cidade e do país; daí vêm as palavras sionismo, sionista, etc.

(6). — “Longe de a experiência engendrar a noção de judeu, é esta, ao contrário, que ilumina a experiência: se o judeu não existisse, o antisemita inventá-lo-ia”. Sartre (Jean-Paul), *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro 1960, p. 9.

culminando com a expulsão dos judeus de Moscou. Criou-se logo um comitê judaico destinado à imigração em Odessa e o movimento avivou-se, alcançando o apogeu nos anos de 1890-1891.

Daquela época são as colônias de Beer-Tuvia e Metula, ambas fundadas em 1896. O sistema do Barão, organizado com tôda a boa vontade, começou, no entanto, a dar resultados os mais negativos. O ideal da colonização perdeu aquilo que tinha de nacional para se tornar um movimento patriarcal e filantrópico, para não dizer — e por que não? — colonialista. Esse tipo de empreendimento, se de um lado mostrou que a colonização de Israel pelos judeus era possível, demonstrou também não ser aquêle o método. O protecionismo de ricos, a burocratização da empresa, a agricultura quase que exclusivamente dedicada a um único produto (a uva), os preços artificialmente sustentados, não eram bases em que se pudesse estruturar uma economia duradoura.

A partir do momento em que o imigrante judeu deixou de ser um agricultor para se tornar um empresário, todo sentido do seu idealismo se perdeu. Além do estímulo espiritual que deixou de existir, surgiram dificuldades de ordem material para a imigração de novos grupos. O problema principal era o de mão-de-obra.

A mão-de-obra judaica podia ser considerada rara e inconstante pelo pequeno número de imigrantes e pela grande proporção daqueles que voltavam às suas terras natais, enquanto que a mão-de-obra árabe era abundante e estável. A mão-de-obra judaica era cara, ao contrário da árabe, pois o mínimo necessário ao imigrante europeu era mais que o máximo exigido pelo *felá*. A par de todos os movimentos sociais europeus, os judeus chegavam à Palestina portanto como bagagem uma consciência de classe muito elevada, o que não acontecia com o camponês árabe que nenhuma tradição de luta social tinha. Em termos de produção também o agricultor, proprietário de terras, preferia o árabe ao judeu pois aquêle, muito mais experimentado no tipo de lavoura desenvolvido, era um trabalhador bastante mais eficiente.

Assim, a fixação do imigrante ao solo dava-se apenas quando conseguisse ser proprietário, pois como trabalhador rural não encontraria condições de permanência no país. A continuar naquele ritmo o imigrante não passaria de uma espécie de *effendi* (7) judeu, identificado como elemento da classe dominante, divorciado tanto do seu povo como do lavrador árabe.

(7). — *Effendi* é o proprietário de terras, ao passo que o *felá* é o camponês que trabalha para êle.

2. — A SEGUNDA ONDA IMIGRATÓRIA.

A segunda onda imigratória que durou de 1905 a 1914 foi aquela que, corrigindo a situação anômala acima referida, deu características marcantes à colonização judaica da Palestina, além de fornecer líderes (como o ex-presidente Ben-Tzvi e o ex-primeiro ministro Ben Gurion) que até alguns anos atrás permaneciam à testa do Govêrno de Israel. Outra vez um *pogrom* foi responsável imediato: desta feita foram as perseguições de Kischinev, na Rússia, de 1903 a 1905. A frustrada revolução de 1905 e o populismo socialista moldaram êsse grupo de elementos das classes média e pobre, dentro de uma visão proletário-camponesa. Sua consciência de classe era fruto não apenas do pragmatismo como ainda de conclusões teóricas. Frustrados como revolucionários de 1905, atacados como judeus em sucessivos *pogroms*, deixaram de ser revolucionários judeus para, substantivando o adjetivo, constituírem-se em judeus revolucionários. Daí a força e a importância dessa segunda onda imigratória (8).

Emigrando para a Palestina, tinham opinião formada a respeito do problema de trabalho: êste deveria ser todo realizado por mãos judaicas, por duas razões: 1) — apenas dessa maneira haveria uma verdadeira obra de colonização; 2) — para criarem uma autêntica cultura judaica na Palestina teriam que estabelecer suas raízes no próprio solo.

Como conseqüência dêsses princípios concluíam pela extinção do trabalho assalariado. Reconheciam, porém, que êste não teria solução de continuidade enquanto permanecesse aquela estrutura agrária. E como percebessem que, havendo trabalho assalariado êsse seria executado por mãos árabes e a obra colonizadora não seria sedimentada, estudaram uma mudança de base que permitisse o trabalho da terra apenas pelo seu proprietário e familiares.

Felizmente para os emigrantes da segunda onda imigratória, uma entidade tinha aparecido em 1897: a Organização Sionista. Essa entidade, criada por inspiração de Theodor Herzl, viria dar condições materiais para que os imigrantes pudessem pôr em prática suas idéias.

Herzl, jornalista vienense, estruturou aquilo que deveria ser o “Estado Judeu” numa obra homônima. Afirmava sempre:

(8). — Não se creia, contudo, que tivesse chegado a ser, na Rússia, um movimento de massas. Não contou senão com 40 a 50 mil jovens, dentre os quais poloneses, lituanos e ucranianos. Grande número de judeus russos continuava tentando fingir a inexistência do problema, como se pode inferir pela obra auto-biográfica de Ehrenburg: Ehrenburg (Ilya), *Memórias*, I vol. Rio, Civilização Brasileira, 1964.

“os judeus que quiserem terão o seu Estado” (9).

Discordava de qualquer colonização desordenada ou mesmo contrária ao govêrno mandatário. Sua meta era erguer na Palestina um lar nacional para o povo judeu que fôsse assegurado pelo direito público. Tentou, porisso, entrar em entendimento com a Turquia, país mandatário, enquanto eram criados, em 1889, um Banco (o Banco de Colonização Judaica) e um Fundo Especial para compra de terras na Palestina (o *Keren Kaiemet* de Israel).

A missão principal do Fundo era adquirir terras na Palestina para que, sendo propriedade de todo o povo judeu, não pudessem ser vendidas mas apenas arrendadas aos lavradores mediante determinada taxa. A intenção era a de estabelecer a socialização da propriedade agrícola, evitando especulações futuras e desvios de objetivos. Convém salientar que as verbas aplicadas nesse período da colonização eram muito menores que as anteriores. Em 1908, por exemplo, foram aplicadas 13.700 libras contra os milhões do banqueiro Rothchild, no período da primeira onda imigratória. Verbas pequenas não permitiam colônias grandes como aquelas dos primórdios da colonização. Mas êsses pequenos agrupamentos é que vieram a fornecer o padrão para o surgimento de dezenas de outros que iriam caracterizar a colonização judaica na Palestina.

Por causa de um conflito trabalhista, um grupo de camponeses pediu e obteve da Organização Sionista uma gleba de terreno onde instalaram a primeira *kvutzá* (10), Degania (1909). Sem se ater a pormenores a respeito de tal estabelecimento agrícola, convém notar que se êle foi imaginado a partir de um pensamento socialista, sua efetivação deu-se devido a uma necessidade pragmática em determinado momento da colonização.

Os princípios estabelecidos para a *kvutzá* foram os seguintes:

- 1) — não havia trabalho assalariado; 2) — o dinheiro não corria internamente; 3) — os dirigentes eram os próprios componentes do grupo; 4) — direitos iguais entre homens e mulheres; 5) — educação de responsabilidade da *kvutzá*.

Não foi sòmente êste tipo de colônia o desenvolvido naquele período. O surgimento de órgãos financeiros permitiu o desabrochar de granjas mistas, colônias de sociedades particulares e mesmo de um bairro inteiramente judeu que posteriormente viria a se constituir na mais populosa cidade de Israel: Tel-Aviv.

Também durante esta segunda onda imigratória é que uma língua hebraica foi estabelecida como sendo a da futura Nação. Ela viria desempenhar importante papel na integração dos imigrantes

(9). — Herzl (Theodor), *Estado Judeu*. S. 1., OSUB, 1947, p. 140.

(10). — Em hebraico, literalmente, *grupo*.

que, vindos de todos os cantos do mundo, falavam os mais diferentes idiomas (11).

Herzl havia sugerido que “cada um guardasse a sua língua”, acenando com o exemplo da Federação Suíça e argumentando que

“não podemos falar hebraico entre nós, pois quem de nós sabe bastante hebraico para pedir, nesta língua, um bilhete de estrada de ferro?” (12).

Entrementes, um jovem russo, Eliezer Ben Yeudá, decidira apenas falar e ensinar em hebraico. Modificou formas verbais, atualizou o vocabulário e, aos poucos, transformou uma língua adormecida em viva. Os imigrantes da segunda onda imigratória adotaram-na e fizeram com que nela fôsem alfabetizados seus filhos.

A primeira Guerra Mundial trouxe inúmeras dificuldades ao movimento colonizador judaico. Sentindo-se no crepúsculo de sua glória, o Império Turco tomou medidas drásticas contra os judeus palestinos: evacuou os que se encontravam no litoral transportando-os para o interior; expulsou líderes; dificultou as comunicações. Enquanto que na Palestina a situação tornava-se cada vez mais difícil, líderes judaicos negociavam com os ingleses no sentido destes, uma vez ocupando o território que os turcos não mais podiam reter, encarassem com simpatia a questão do Estado Judeu. Isto realmente aconteceu quando no dia 2 de novembro de 1917 Sir Arthur James Balfour, Ministro de Relações Exteriores da Inglaterra enviou ao Barão Rothchild a seguinte carta: (13)

“2 de novembro de 1917.

Prezado Barão Rothchild.

E' com satisfação que transmito a V. Excia., em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de solidariedade para com as aspirações sionistas dos judeus, que foram submetidas e aprovadas pelo Gabinete:

“O Governo de Sua Majestade é favorável ao estabelecimento, na Palestina, de um Lar Nacional Judaico e com todo o empenho procurará alcançar este objetivo, sendo entendido que nada será feito no sentido de prejudicar os direitos civis e reli-

(11). — Além da língua de seus países de origem, os judeus, em muitos casos, falavam uma outra; dois exemplos: o *idish* baseado no alemão medieval, utilizado na Europa Ocidental e o *ladino*, espécie de espanhol, arcaico, falado principalmente pelos judeus da Turquia.

(12). — Herzl (Theodor), *op. cit.*, p. 128.

(13). — É sintomático que a Declaração tivesse sido dirigida ao Barão Rothchild. A Inglaterra via no milionário judeu o representante legal de seu povo embora, nessa época, o movimento sionista fôsse exclusivamente popular.

giosos das comunidades não judaicas na Palestina ou os direitos e *status* político usufruídos pelos judeus nos outros países". Solicito-lhe comunicar esta declaração à Federação Sionista. a....." (14).

Em dezembro de 1917 o General Allenby entrou em Jerusalém, iniciando o domínio inglês que duraria quarenta anos. De início a dominação inglesa, aguardada com ansiedade, foi favorável ao país, pois construiu estradas de rodagem e de ferro, facilitando o intercâmbio entre as diversas colônias. Depois, todavia, deixou de lado a Declaração Balfour e as aparências para realizar o seu jôgo imperialista, incentivando a rivalidade entre árabes e judeus.

Os ingleses, interessados no petróleo do Oriente Médio, queriam contar com os judeus aos quais consideravam ocidentais, seus semelhantes, sem desagradar os árabes das classes dominantes que lhes davam as concessões da exploração petrolífera. Interessavam-se, porisso mesmo em que árabes e judeus não mantivessem boas relações.

3. — A TERCEIRA ONDA IMIGRATÓRIA (1919-1923).

A rigor, esta poderia constituir-se como continuação da segunda, interrompida apenas pela Guerra Mundial. Faz-se, entretanto, a separação porque, além de haver uma guerra de grandes proporções entre elas, os componentes desta onda imigratória (num total de 25.000 — vinte e cinco mil) possuíam uma formação ideológica marcadamente esquerdista, além de terem tido em seus países de origem, um período de preparação agrícola. Uma vez na Palestina diferenciaram-se dos já radicados por uma posição política que os levou a uma definição partidária diversa; na prática, porém, tanto a meta como os meios foram os mesmos: a busca da realização nacional através do trabalho agrícola.

Com o aumento progressivo das colônias foram se fixando novos métodos de colonização. A Organização Sionista, através de suas entidades financeiras, apoiava apenas as comunidades fundadas na base do auto-trabalho. Não era permitida a contratação de fôrças de trabalho estrangeiras. O *Keren Kaiemet* arrendava as terras por uma taxa irrisória, além de financiar a compra de um equipamento mínimo, em condições muitíssimo vantajosas.

Aos poucos a *kvutzá*, que por definição não podia ter mais de quinze ou vinte membros (15) foi sendo considerada tacaña demais para as necessidades individuais e coletivas dos pioneiros. Percebia-

(14). — Tradução livre do fac-simile da carta.

(15). — Por membros entende-se os adultos com todos os direitos e deveres.

se que, além de não poderem acolher imigrantes em número suficiente, pequenos atritos poderiam resultar fatais para a sobrevivência do organismo. Daí surgir o *kibutz*, cuja diferença maior em relação à *kvutzá* é quantitativa e não qualitativa. O *kibutz*, pelo fato de ser mais amplo é mais auto-suficiente por permitir a existência, em seus quadros, de pessoas de diferentes ofícios, distintos da agricultura, indispensáveis a uma comunidade.

Outro modelo de estabelecimento agrícola fixado naquele tempo foi o *moshav*. Desde o início da colonização havia aqueles que não se amoldavam à vida em coletivo. Afirmavam que o *kibutz* ou a *kvutzá* tolhiam tanto a liberdade individual como a vida familiar. Esses trabalhadores fundaram cooperativas de pequenas lavouras onde cada um tinha direito de desenvolver suas próprias idéias e produzir para si. Havia, porém, grandes máquinas compradas pelos cooperados e utilizadas segundo rodízio pré-determinado. A venda da produção também era feita por uma administração central, que procurava, unificando os esforços, conseguir vantagens comuns. Havia ainda no *moshav* um código de ética que exigia auxílio mútuo em caso de necessidade.

Além desses sistemas estruturados pela Organização Sionista, subsistiam ainda as colônias particulares fundadas durante a primeira onda migratória. Essas colônias, ao contrário das demais, continuaram, enquanto puderam, a empregar o trabalho assalariado, particularmente o árabe.

4. — QUARTA ONDA IMIGRATÓRIA.

A quarta onda imigratória se estendeu de 1924 a 1931 e teve, quantitativamente, importância superior a qualquer das três anteriores: 65.000 (sessenta e cinco mil) judeus entraram na Palestina naqueles anos. Também esta foi provocada por fatos exteriores. O Governo dos Estados Unidos estabeleceu uma quota determinada para imigrantes de todos os países. Os judeus poloneses que, por razões de ordem econômica, estavam abandonando seu país com vistas ao El Dorado Americano, vendo baldadas suas expectativas, ouviram o aceno da longínqua Palestina e para lá partiram. Assim, além de poloneses, os componentes da quarta onda imigratória eram, em sua grande maioria, da classe média, atraídos muito mais pela cidade do que pelo campo. Mesmo os que foram trabalhar na lavoura fizeram-no por falta de alternativa e não por convicção ideológica, o que nos leva a constatar que a situação na Palestina já estava suficientemente boa para permitir a ida dos não-idealistas.

Verifique-se êstes dados estatísticos a respeito da população de Tel-Aviv, não perdendo de vista a data-início da quarta onda imigratória (1924):

1914	—	1.419 habitantes
1922	—	13.000 habitantes
1925	—	40.000 habitantes (16).

É nessa época que surge grande número de casas comerciais, pequenas oficinas manufatureiras e ensaios de indústria pesada.

Seria injustiça deixar de verificar a importância dos componentes dessa quarta onda imigratória na agricultura que se fêz evidente de duas maneiras: 1) — a laranja palestinese começava a ter importância no mercado mundial. Partiram, então, êsses colonizadores, possuidores de algum capital — ao contrário daqueles anteriores — para a exploração dos cítricos em regiões ainda inexploradas como algumas à beira-mar, que se adaptavam perfeitamente àquele tipo de cultura; 2) — o mercado consumidor aumentou com o povoamento das cidades, permitindo uma especialização maior, assim como uma mecanização e produção racionalizadas.

Perto do final da década de 20 a situação estava excepcional, comparativamente a outras épocas. O Instituto de Pesquisas Agrícolas possuía estações e campos experimentais por todo o lado; os colonos recebiam um treinamento altamente científico; novas comunidades agrícolas surgiam em diferentes regiões do país, já agora não como frutos de um empirismo, mas de uma planificação racional; paralelamente, o Departamento de Colonização construía casas e demais instalações nas colônias de modo mais apurado e barato que anteriormente.

E' quando, em agosto de 1929, começam a tomar vulto os distúrbios árabes que lutavam em duas frentes: contra a potência mandatária e contra os sionistas.

Um autor israelita afirma que

“O despertar dos povos árabes que logo deviam constituir os Estados independentes do Oriente Médio, era em si um fenômeno histórico inevitável. A luta contra os judeus da Palestina, apesar disso, não era necessária e poder-se-ia chegar a um entendimento, não fôra pela ação dos políticos ocidentais que se serviam do fanatismo facilmente inflamável das massas árabes para seus objetivos de dominação política” (17).

(16). — Bain (Alexandre), *A colonização agrícola judaica em Eretz-Israel*. São Paulo, Keren Hayessod, 1952, p. 32.

(17). — Tsur (Jacob), *op. cit.*, p. 40.

Estudaremos, quando dos distúrbios de 1936-1939, com alguns detalhes, os problemas do choque árabe-judaico. Por enquanto basta, após situar as agitações em meados de 1929, lembrar a grande crise mundial que assolaria o mundo neste período, provocando sérias dificuldades para os colonizadores judeus, logo resolvidas com a vinda de novos imigrantes.

5. — A QUINTA ONDA IMIGRATÓRIA.

O grande motivador da quinta onda imigratória foi o golpe nazista que criaria situação insustentável para os judeus alemães e de outros países sob a influência das idéias hitleristas. Entre 1933 e 1939 trasladaram-se à Palestina cêrca de 240.000 (duzentos e quarenta mil) imigrantes. Dentre êles havia um bom número dos que participavam de organizações sionistas em seus países de origem e iam à Palestina conscientes de seu papel. Havia também um número muito grande de profissionais liberais, além de donos de capitais respeitáveis o que era devido, sem dúvida, ao alto padrão de desenvolvimento que a Alemanha havia alcançado em contraste com os países da Europa Oriental e à sociedade aberta oferecida aos judeus alemães em contraste com o *gueto* da Europa Oriental. Assim, os imigrantes da quinta onda desenvolveram o país de maneira extraordinária, fazendo com que êle depressa ultrapassasse a fase das conseqüências da crise de 29 e alcançasse uma nova éra de prosperidade. Nas cidades, as principais conseqüências foram as seguintes: 1) — perda da aparência de *shtetl* (18) para se assemelharem às modernas urbes européias; 2) — aparecimento de emprêsas industriais organizadas segundo os modelos europeus e dirigidas por competentes técnicos; 3) aumento da população urbana, principalmente de Tel-Aviv e Haifa, o que podemos verificar pelos dados abaixo:

	Tel-Aviv	Haifa
1931	46.000	54.000
1935	135.000	70.000
1943	167.000	90.000 (19).

Também nas aldeias a “imigração alemã” trouxe modificações marcantes: 1) — o plantio da laranja, obtendo sucesso, foi aumentado cada vez mais a exportação e consolidando a economia. Os dados estatísticos demonstram-no muito bem:

(18). — O *shtetl* era a cidadezinha da Europa Centro-Oriental, com forte influência judaica.

(19). — Bain (Alexandre), *op. cit.*, p. 37.

anos	milhões de caixas
1926-1927	2
1930-1931	2,5
1934-1935	7,5
1936-1937	10,8
1937-1938	11,5 (20).

2) — a irrigação artificial, obrigatória no país de tão poucas vertentes e com um período de sêca variável de 6 a 8 meses, desenvolveu-se também bastante com a quinta onda migratória. Simultaneamente, através de pesquisas bem orientadas, novos mananciais foram encontrados; 3) — com o aumento da população urbana o mercado consumidor aumentou mais ainda e a agricultura passou a se constituir num negócio lucrativo e não mais apenas em necessidade nacional.

Observe-se que o país, desta vez, estava melhor preparado para um contingente humano maciço: ao contrário dos componentes da quarta onda imigratória, os “alemães” foram recebidos num país organizado que lhes permitiu uma rápida integração e, em consequência, um maior rendimento. Uma colônia característica daquela época é Naharia, ao norte de Haifa, hoje cidade típica de colonização alemã.

Preocupados pela imigração de judeus cada vez maior, incitados pelo colonialismo inglês que atuava na base do “dividir para reinar”, apoiados pela classe dominante árabe que não via com bons olhos agrupamentos agrícolas estabelecidos com uma relação de trabalho subversiva (comparando com o seu sistema feudal) grupos árabes armaram-se e iniciaram um trabalho de solapamento das bases da colonização judaica na Palestina.

Um estudioso do assunto apresenta a seguinte explicação para essas perturbações:

“Ao transformar as dunas em plantações cítricas, os judeus modificavam, com o exemplo de seus êxitos, a atitude passiva e inerte do *felá* para com a realidade econômica que o cercava. O tracoma e a malária deixavam de se constituir fatores indispensáveis da vida. A cooperativa ia substituindo vantajosamente o usurário... 30% das crianças árabes freqüentavam escola em 1936 contra 15% em 1922 e 5% em 1917. Periclitava, pois, toda a estrutura social, minada pelo sistema de trabalho e pela exploração racional do solo implantados pelos colonos sionistas” (21).

Com os ataques árabes a situação dos colonizadores judeus voltava a se modificar para pior. Lavradores tinham que abandonar os

(20). — *Id.*, *ibid.*, p. 38.

(21). — Margulies (Marcos), *op. cit.*, págs. 75-76.

campos para pegar em armas — ou fazer as duas cousas simultaneamente. Os ingleses, aliados à classe dominante nativa, esperavam atingir o seu objetivo: expulsar os judeus que começavam a prejudicar seus planos colonialistas. Mas, reconhece um autor árabe, “a guerra santa” árabe no que se refere à

“sabotagem do Lar Nacional judeu fracassou completamente... O clima de perigo, longe de desalentar os judeus, conduzia-os a construir com impetuosa energia as bases materiais do que haveria de ser, com insuspeitada rapidez, o Estado de Israel” (22).

Em maio de 1939 os ingleses publicaram seu Livro Branco sobre a Palestina. Seu principal objetivo era dificultar a entrada de outros judeus a tal ponto que, pesando quase que exclusivamente o aumento vegetativo houvesse sempre uma maioria árabe.

Logo depois dividiram o país em três zonas, tendo em vista uma interrupção do movimento colonizador:

1. — zona de aquisição permitida aos judeus: correspondia à região ocidental, de resto já longamente povoada;
2. — zona de aquisição proibida: área dez vezes superior à primeira;
3. — zona permitida sob condições especiais.

Para poder fazer frente às limitações estabelecidas, os judeus perceberam que teriam de criar novas colônias a fim de tomarem posse de fato das regiões onde era reduzido o número de comunidades. São dessa época de distúrbios os chamados *kibutzim* de torre e muralha: saíam os colonizadores, de madrugada, de alguma outra colônia e montavam, com material pré-fabricado, uma muralha para a defesa e uma torre para servir de vigia. Ao anoitecer tinham de estar prontas e apenas depois é que havia a preocupação de levantar as demais edificações. Foram construídas naquela ocasião cinquenta e cinco colônias, no vale Beit Shean, no vale do Jordão, na Gali'éia Superior e no Sul da Judéia. Entre os colonizadores figuravam, além de jovens europeus, as primeiras gerações de nativos.

Durante a II Guerra Mundial houve, na Palestina, uma série de modificações que marcaram o período:

- 1) — dificuldade de manter o comércio internacional e a conseqüente modificação no panorama agrícola da Nação — preocupação maior com produtos de subsistência e quase abandono dos de exportação;
- 2) — alistamento de grande número de soldados judeus para combater contra as potências nazi-fascistas, criando o problema de falta de braços para o trabalho;

(22). — Abdel-Kader (A. R.), *Historia del conflicto judeo-árabe*. Buenos-Aires, Editorial Futuro, 1962, p. 115.

3) — a dificuldade de importação de produtos industriais provocou a necessidade de solucionar o problema nos limites do próprio país. Assim, alguns *kibutzim* passaram a ter características industriais. como, por exemplo, Afkim, no vale do Jordão que possui imensa fábrica de compensados;

4) — a permissão de entrada de judeus no período de guerra era de apenas 10.000 anualmente. Durante este mesmo período, judeus eram exterminados em campos nazistas. Embora lutassem contra os alemães ao lado dos ingleses, estes eram extremamente rígidos na cota de imigração fixada. Conta um autor que

“o Governô mandatário recusou a outorga de vistos de entrada a 30.000 (trinta mil) crianças judias alemãs, mortas a seguir nos campos de extermínio... O navio Struma de 200 toneladas, destinado a transportar gado nas costas rumenas trouxe, em fevereiro de 1942, 769 refugiados dos territórios ocupados pelos nazistas; barrado pelos ingleses, foi mandado de volta para afundar-se no Mar Negro” (23);

5) — ao mesmo tempo em que formavam brigadas judaicas para lutar ao seu lado contra os alemães, os ingleses castigavam violentamente toda a desobediência às suas resoluções, na Palestina, numa política de contradições característica do colonialismo. Como represália, organizaram-se grupos terroristas judeus que perduraram até a independência de Israel;

6) — a infiltração de grupos árabes de países vizinhos e a convivência inglesa aos ataques por estes desencadeados contra as colônias judaicas, obrigaria os judeus a se organizarem militarmente para, em 1947, quando a ONU aprovasse a partilha, pudesse garantir aquela pequena faixa de terra pela qual tanto e durante tanto tempo tinham lutado.

6. — A SEXTA ONDA IMIGRATÓRIA.

Em 1947 a ONU aprovou a partilha da Palestina. É claro que para isso influiu a posição dos EUA e URSS visando tornar sua zona de influência, aquela que pertencia à Inglaterra.

Após rechassar tropas invasoras árabes cujas operações, segundo diplomata soviético

“estão destinadas a suprimir o movimento de libertação nacional da Palestina” (24)

(23). — Margulies (Marcos), *op. cit.*, p. 88.

(24). — Arquivo Oficial do Conselho de Segurança. Ano III, 21 de maio de 1948, p. 7, *apud* “Hechos de Israel”, Jerusalém, 1964, p. 18.

o recém-criado Estado de Israel abriu suas portas para os judeus do mundo todo.

“O Estado de Israel estará aberto à imigração de judeus de todos os países da dispersão” (25).

A situação para o imigrante num Estado judeu modificava-se radicalmente em relação àquela de quando a Palestina era governada pelos ingleses. Imediatamente as cotas de imigração limitada foram anuladas, pois o Estado passava a não apenas aceitar como ainda a fomentar a ida de judeus.

A imigração foi tão volumosa nos três primeiros anos posteriores à independência que a população judaica que em maio de 1948 compunha-se de 650.000 pessoas (imigração de 452.000 mais o crescimento vegetativo), em 1951 era reforçada por mais 684.000 pessoas. Assim, em pouco mais de três anos, o aumento populacional foi superior a 100% (26).

Entre 1948 e 1951 o grosso dos imigrantes era constituído por refugiados da Europa Central e Oriental, além do Iraque, Iemen e África do Norte. Estes, considerados orientais, até 1948 existiam em número inexpressivo, mas logo passariam a constituir-se em contingente numéricamente importante, ainda mais por ter a imigração de países ocidentais se tornado mínima após 1951.

Para melhor compreensão, veja-se o quadro seguinte:

Imigração judaica segundo o continente de origem (27):

	América, Europa e Oceania — (%)		África e Ásia (%)		Sem Cidadania	Total
1919 a 14-5-48	385.006	89,6	44.809	10,4	22.283	452.158
15-5-48 a 1951	334.971	50,3	330.456	49,7	18.774	684.201
1952 a 1954	11.187	21,9	39.978	78,1	28	51.193
1955 a 1957	49.630	31,0	110.714	69,0	617	160.961
1958 a 1960	46.503	64,0	25.879	36,0	11	72.393
1960 a 1962	37.357	35,3	68.681	64,7	6	106.044
1948 a 1962	47.648	45,4	575.708	54,6	19.436	1.074.792

A mistura tornou-se muito grande; não havia identidade social, econômica ou cultural. Ao lado de professores universitários europeus vinham analfabetos iemenitas; junto com homens do século XX chegavam pessoas cujo padrão de vida era medieval. Ben Gurion

(25). — Tradução livre de fac-simile da ata da Proclamação da Independência, 1948.

(26). — *Facts about Israel*. Jerusalém, Ministry for Foreign affairs, 1966, p. 54.

(27). — *Id. ibid.*, p. 55.

chega a afirmar que o meio milhão de pessoas que se encontrava na Palestina oferecia mais imagem de povo constituído do que o milhão e meio que vivia no independente Estado de Israel, em 1953 (28).

As soluções tiveram que vir com urgência. Utilizava-se a mão-de-obra dos próprios imigrantes para a construção de suas casas e edifícios necessários ao país. Entre 1948 e 1963 o Ministério do Trabalho e Educação construiu 250.000 residências (29). Novas cidades foram levantadas: Ashdot, Kiriath Shmona, Bat Yam, etc. Lotes de terras entregues àquêles que queriam se dedicar ao trabalho agrícola. Escolas rápidas de ensino de hebraico para moças e rapazes constituía-se num ponto importante de integração cultural. Após acenar com o exemplo dos Estados Unidos que ainda não terminou o processo de fusão dos seus imigrantes e citar os casos da Espanha, França, Inglaterra e outros países que demoraram muitos séculos para que se desse “a fusão de seus grupos numerosos numa unidade nacional”, Ben Gurion afirma que

“o Estado de Israel não pode estender êsse processo por centenas de anos. Tanto o imperativo da reunião das diásporas quanto a reconstrução do país e, num grau maior, a necessidade premente de velar por nossa segurança, nos obrigam a acelerar infinitamente o ritmo dêsse processo” (30).

CONCLUSÃO.

Pretendemos ter conseguido apresentar a colonização judaica não como uma imposição capitalista (pois enquanto tinha êsse aspecto falhou), mas como movimento de libertação nacional característico do nosso século, tanto mais válido quando lembrarmos da importante função catalítica que teve no despertar da consciência nacional dos países árabes do Oriente Médio.

Esperamos outrossim ter mostrado que, a despeito de sempre sonhado e vagamente idealizado, o Estado Judeu pôde tornar-se realidade apenas quando a situação mundial forneceu condições concretas para tanto. Entre o sonho inconseqüente dos que desejavam encontrar-se “o ano vindouro em Jerusalém” e a Nação como realidade palpável, desempenharam papel importante tanto os *pogroms* russos, o caso Dreyfus e o nazismo, como os pioneiros que insistiam em criar para o seu povo uma sociedade justa baseada na exploração da terra.

(28). — Ben Gurion (David), *O Despertar de um Estado*. Rio, Edições Dror, 1957, p. 223

(29). — *Hechos de Israel*, p. 47.

(30). — Ben Gurion, *op. cit.*, p. 241.

*
* *

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.

1. — ABDEL-KADER (A. A.), *Historia del Conflicto judeo-árabe*. Trad. Ana Lia Córdenas. Buenos Aires, Editorial Futuro, 1962.
2. — BAIN (Dr. Alexandre), *A Colonização Agrícola judaica em Eretz-Israel*. São Paulo, Keren Hayessod, 1952.
3. — BEN GURION (David), *O Despertar de um Estado*. Rio, Edit. "Monte Scopus", 1957.
4. — DAVIS (Moshe dir.) (et. alii), *Israel en la Civilizacion Moderna*. Buenos Aires, Edit. Candelabro, 1961.
5. — EHRENBURG (Ilya), *Memórias; vol. I: Infância e Juventude*. Trad. Boris Schnaiderman. Rio, Civilização Brasileira, 1964.
6. — FACTS OF ISRAEL. Jerusalem, Ministry for Foreign Affairs, 1966.
7. — HECHOS DE ISRAEL. Jerusalém, Ministerio de Relaciones Exteriores, 1964.
8. — HERZL (Theodor), *O Estado Judeu*. Trad. David José Pérez. s.l. O.S.U.B., 1947.
9. — MARGULIES (Marcos), *Israel, Estudo sôbre o Nascimento de uma Nação*. Anhembi, São Paulo, ano XI (nº 124): p. 7 a 320, março de 1961.
10. — ORNI (Efraim), *Formas de Colonizacion*. 3a. ed. Jerusalém, Dep. de la Juventud, 1963.
11. — SARTRE (Jean-Paul), *Reflexões sôbre o Racismo*. Trad. J. Guinsburg. 2a. ed. São Paulo, Dif. Européia, 1960.
12. — TSUR (Jacob), *El Sionismo, Movimiento de Liberación Nacional*. Jerusalém, Alfa, 1965.

*
* *

INTERVENÇÕES E RESPOSTAS.

- 1). — *Eurípedes Simões de Paula* (FFCL. da USP.).

Na página inicial o Autor fala que "a grande diáspora judaica começou no ano 70". Houve outras, então?

Resposta:

Sem dúvida. O movimento de dispersão dos judeus pelo mundo é muito anterior ao ano 70: poderíamos mesmo falar da ida de Jacó e seus filhos ao Egito como sendo "diáspora", para não citar outros exemplos. Entretanto, se colocamos o ano 70 como marco é que nessa época (como de resto em 586 a. C. que citamos em nota de rodapé) houve solução de continuidade de um Estado Judeu, politicamente organizado. E ainda mais, até 1948 não houve uma nova unidade política para substituí-lo.

*

2). — Prof. *Ricardo M. Gonçalves* (FFCL. da USP.).

Concordo plenamente com a maneira com que o Prof. Pinsky apresentou a política inglesa face ao conflito árabe-judaico: “dividir para dominar” (p. 363-4 e 368-370). Em relação à Índia notamos a mesma orientação: estímulo às rivalidades entre hindus e muçulmanos que levou, após a Independência, à cisão entre a Índia e o Paquistão.

Existe, entretanto, uma historiografia anglófila que procura justificar a posição britânica apresentando o inglês como mediador, pacificador desses conflitos. Gostaria que o Prof. Pinsky fizesse uma apreciação crítica das posições e argumentos dessa historiografia.

Resposta:

Muito bem lembrado. Poderia citar, como exemplo dessa literatura anglófila um livro recém-editado em português, *História do Oriente Médio*, de George Kirk.

Nessa obra o Autor tem como meta, quase que o tempo todo, justificar a posição inglesa. Daí afirmar que o confronto direto entre judeus e árabes existiu *apesar* dos ingleses tentarem evitá-lo, pois “nem tôdas as nações são igualmente razoáveis” (p. 283). Quando se refere à época da II Guerra Mundial em que judeus eram dizimados nos campos de concentração hitleristas, critica aqueles que tentavam, como última chance de sobrevivência entrar na Palestina. “Tudo o que os judeus viam era que a milhares de irmãos de raça era negado um refúgio na Palestina a fim de salvar-se do terrível drama nazista na Europa” (p. 255). Ora, como os judeus não procuravam entender os superiores interesses do colonialismo inglês, mas apenas e prosaicamente buscavam salvar-se... Por outro lado, Kirk trata os árabes como crianças mal orientadas, visto não terem acolhido seus paternais conselhos.

*

3). — Profa. *Cecília Maria Westphalen* (FFCL. da USP.).

Caracterizada a colonização judaica, no seu trabalho, como movimento de libertação nacional, e, pois, a constituição do Estado de Israel como Estado Nacional, a título de esclarecimento, desejaria saber: pode-se, na atualidade, divisar qualquer fricção “racionalista” entre os jovens de Israel e os judeus que estão fora de Israel (mesmo em relação aqueles que deram grande contribuição, sobretudo financeira, para o estabelecimento do Estado de Israel)? Ou, ainda, como os jovens judeus, de Israel, vêm os judeus de fora?

Resposta:

Desconheço qualquer pesquisa que tenha sido feita para caracterizar qual o pensamento do jovem israeli com relação aos judeus da diáspora, de maneira que poderei, apenas a título de contribuição, externar uma visão mais ou menos pessoal.

O jovem “sabrá” sente-se ligado à terra em que vive tanto por uma série de valores que tradicionalmente ligavam o povo judeu a ela, como também — e muitas vèzes principalmente — pelo fato de ter lá nascido.

Por outro lado, o jovem israeli cada vez tem maior dificuldade em aceitar o tipo de vida do judeu da diáspora aquêle que “deixou-se matar” na II Grande Guerra. Boa parcela da juventude, a partir disso, acredita que em pouco tempo a palavra *judeu* perderá qualquer conotação. Haverá de um lado o israeli (nascido em Israel e de religião mosaica, muçulmana, cristã ou qualquer outra, ou nenhuma) e, de outro, o francês, alemão, japonês que eventualmente poderá seguir o mosaísmo. A existência de Israel tende a esvaziar o sentido do “judaísmo” da diáspora, embora, é claro, ao prazo de algumas gerações. Nem será razoável crer numa assimilação daqueles que ainda estão traumatizados pelo martírio dos campos de concentração nazistas.

*

4). — Profa. *Maria Alves Portal* (FFCL. de Baurú. SP.).

- a). — Pediria uma explicação melhor do que consta à pág. 572. “A continuar naquele ritmo o imigrante não passaria de uma espécie de *effendi* judeu”.
- b). — Qual o interêsse da Inglaterra em dificultar a entrada dos judeus no período da guerra?

Resposta:

- a). — Minha intenção foi ressaltar que, enquanto proprietário — e apenas proprietário — explorando a mão-de-obra do *felá*, o judeu não teria possibilidade, nem de integrar-se com o proletariado árabe, nem de buscar a resposta às necessidades históricas do seu povo. Identificava-se, antes, com a classe dominante nativa, tornando-se um elemento reacionário em têrmos de luta social árabe e não aceitava a mão-de-obra judaica — o que vinha impedir a luta de libertação nacional do seu próprio povo.

- b). — As dificuldades impostas aos judeus com relação à sua entrada na Palestina, durante o período da II Guerra Mundial, tinham, basicamente o escôpo de, abradando países árabes vizinhos da Palestina, impedir que êstes abandonassem sua neutralidade e passassem a apoiar as potências do Eixo.

*

5). — Profa. *Heloisa Corso* (RGS.).

- a). — De onde vinham, principalmente, os componentes da Terceira Onda Migratória?
- b). — Como se realizava esta “preparação agrícola” a que o Autor se refere na pág. 576, uma vez que em alguns países da Europa Oriental, os judeus não tinham direito à propriedade agrária.
- c). — Êsse treinamento agrícola seria feito em organizações do tipo das colônias (*kibutzim*) que se formaram mais tarde em Israel?
- d). — Se for assim, os govêrnos permitiam a organização de tais centros?
- e). — Como o Sionismo era aceito pelas populações locais (poloneses, russos, lituanos, etc.)?

Resposta:

Procurarei responder às questões na ordem em que foram feitas.

- a). — Como afirmo em meu trabalho (pág. 576) esta “onda migratória” constituiu-se, praticamente, em continuação da segunda. Assim, também seus componentes vieram, em sua esmagadora maioria, de países da Europa Oriental.
- b). — Embora houvesse dificuldades para os judeus conseguirem chegar a proprietários de terras, inúmeros eram arrendatários.
- c). — O treinamento tinha, naquela época, menos a intenção de colocá-los diante de um *kibutz* de treinamento do que de aproximá-los da terra. Não esquecer que grande número deles era constituído por jovens da cidade, porisso mesmo mais conscientizados, mas também, inteiramente desligados do trabalho agrícola.
- d). — Embora a resposta à questão anterior prejudique em parte esta, tenho a esclarecer que nem sempre era pe-

dida a permissão do govêrno. Os jovens operavam como se fôsem empregados comuns.

- e). — A pergunta envolve uma série de implicações o que impede de respondê-la no tempo que disponho. Entretanto, apenas como ponto de referência, não esquecer que a emigração judaica dos países da Europa Oriental para a América era numêricamente muito superior que aquela para a Palestina, no período em questão.

*

6). — Profa. *Josephina Chaia* (FFCL. de Marília. SP.).

- a). — Apreciamos o trabalho do Prof. Jaime. Só estranhamos a citação de apenas um livro de Autor não judeu: Abdel-Kader.
- b). — Perguntamos se o Prof. poderia comentar a situação do refugiado árabe.
- c). — E se conhece a respeito o diálogo entre o historiador Arnold Toynbee e o Embaixador de Israel.

Resposta:

Pela ordem.

- a). — A não ser que a Profa. aceite as “pesquisas” de Peyrefitte, há de concordar comigo que pelo menos mais um Autor citado não é judeu: Jean-Paul Sartre. Além de que, meu modesto trabalho, condicionado inclusive pela limitação em têrmos de páginas, nunca teve a intenção de esgotar a bibliografia, mas apenas de sistematizar uma série de conhecimentos e apresentá-los para debate.
- b). — Comentar a situação dos refugiados em menos de um minutos, seria um crime quase tão grande quanto as “razões políticas” que dificultam sua absorção e os incita a ações, fruto do desespero. Nisso, parece-me, o pecado menor é de árabes e judeus, simples peões no tabuleiro dos imperialismos expansionistas.
- c). — Diálogo de Toynbee com o Embaixador de Israel onde? Não, não conheço.

*

7). — Pe. *Sebastião Romano Machado* (FFCL. de Franca. SP.).

- a). — A primeira corrente emigratória dos judeus não teria mais em vista um idealismo rico em colorido do que um sentimento romântico?
- b). — O sionismo é um fenômeno de sentido vertical ou apenas horizontal?
- c). — O expurgo realizado na Rússia, por ordem de Stalin, não teria contribuído também para a emigração em demanda da Palestina?
- d). — O antagonismo árabe-judaico teria apenas razões sócio-econômicas ou também religiosas?

Resposta:

Respondendo pela ordem.

- a). — Parece-me que se o Prof. ler com atenção a seqüência da pág. 570 perceberá não haver discordância entre a sua questão e minhas afirmações.
- b). — Não me parece ter feito, no meu trabalho, afirmações de que o movimento sionista tinha empolgado todo o judaísmo. Os orientais, por exemplo, nem chegaram a ter consciência dele antes da década de 40. Quanto à verticalidade, pretendo tê-la deixado bem claro no meu trabalho.
- c). — Não. As dificuldades para a saída de judeus da Rússia são muito grandes e já o eram na época de Stalin.
- d). — Há que não confundir razões com mistificações. Pretendo ter apresentado as primeiras no meu trabalho; por outro lado há a ação mistificadora da classe dominante árabe, aliada ao imperialismo inglês, com relação ao explorado *felá*, no sentido dêste levantar se para a “Guerra Santa”.

*

8). — Prof. *Carl Laga* (FFCL. de Marília. SP.).

- a). — Prende-se esta minha pergunta à *motivação* da imigração de judeus na Palestina.

De um lado, o Sionismo não é, na mentalidade dos líderes Sionistas, um movimento religioso: querem uma terra para lavrar, um lar para morar, não somente uma *certeza* de que seus restos serão sepultados perto dos lugares santos.

De outro lado, parece-me inegável que essa motivação religiosa é uma das grandes responsáveis pelo êxito do Sionismo entre as massas. Prova disto, eu vejo no fato de os judeus da Europa Oriental recusarem oferta feita pelo govêrno britânico de providenciar um lar comum na África Oriental “O Ano vindouro em Jerusalém” é o fim de uma oração.

Duas observações me ocorrem agora

- a). — Houve outros “êxodos” (imigração com motivação religiosa). Não tem o alcance da considerada hoje mas talvez valesse a pena uma comparação sôbre a duplicidade de motivação então.
- b). — Sempre que leio a respeito me pergunto se ela não deverá prejudicar um dia a própria obra da colonização:

Conforme a fase considerada

- ou Israel representa uma concretização de força religiosa e aí terá de aparecer como um Estado-Igreja (modelo: Cristandade Medieval...) de cunho teológico.
- ou Israel perde essa característica e então, especialmente ante o mundo árabe, que se aglomera ainda (na consciência árabe) em têrmo da fidelidade ao Islão, Israel fatalmente deve afigurar-se como uma simples penetração da tecnologia ocidental imperialista.

Resposta:

Pela ordem

- a). — Sendo a História comparada antes uma técnica didática que um método de pesquisa histórica, evitei estruturar meu trabalho com base nela.
- b). — Sua segunda questão está muito bem colocada. Mas, particularmente, não acredito em apenas essas duas opções: estado teológico ou imperialismo tecnológico. Acho muito possível, se as chamadas super-potências não atrapalharem, uma integração muito grande entre Israel e seus vizinhos. O jovem judeu — e na resposta à Profa. Cecília Westphalen explicito isto — não aceita um estado teológico como por outro lado, se as condições políticas não o impedirem, tenderá a procurar o lugar de Israel como nação do Oriente Médio. No espaço e no tempo.

9). — Profa. *Stella Ribeiro Maya* (RGS.).

Quando Theodor Herzl foi despertado para o problema judaico, logo após o caso Dreyfus, quis criar um Estado sobre novas bases idealistas, religiosas, se assim o quizermos, porém distintas das dos Estados europeus. Assim, Hans Kohir em seu estudo *Israel e o problema de Sião* mostra que êste espírito foi quebrado e considerando que foi êle que os manteve unidos durante séculos apesar dos contínuos *pogroms*, muitos rabinos e escritores judeus da Europa, repudiavam o Estado de Israel atual por ter disvirtuado os objetivos. Como vejo por seu estudo que a bibliografia usada é quase exclusivamente judaica, pergunto como é encarado o problema pelos historiadores judeus de Israel?

Resposta:

Sua questão — à qual faria algumas reservas quanto à formulação — parece-me prejudicada pelas respostas apresentadas às dúvidas da Profa. Cecília e Pe. Dr. Laga.

*

10). — Profa. *Vilma Monteiro*.

Congratulo-me com V. S. pela atualidade do tema abordado em trabalho escrito que li com grande interêsse. Êste tema tem me obrigado a várias leituras pela significação que nele encontro na História Contemporânea.

Gostaria de saber, porém, como conseguiram os judeus da quarta onda imigratória aquêle treinamento científico que V. S. cita à p. 366. Eu sei que êle existiu e longe de mim obstar sua afirmação. Desejaria apenas saber a fonte.

Resposta:

Como afirmo na página anterior à citada pela professora (pág. 577) a situação econômica na Palestina já era bastante boa, em termos de economia. E na página 576 cito a Organização Sionista funcionando em pról da consolidação do empreendimento.

V. — COMUNICAÇÕES.
(Fontes primárias).

COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO (*).

JOSEFINA CHAIA

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília
(SP).

A grande procura do trabalho “A Educação Brasileira” — Índice da Legislação de 1808 a 1889” (1), incentivou-nos ao levantamento das leis referentes ao temário do III Simpósio de Professores Universitários de História: “Artesanato, Manufatura e Indústria” (2).

Nôvo êxito alcançado com o trabalho que mereceu a noção assinada por vários historiadores e professôres de História, solicitando a publicação do trabalho, levou-nos à pesquisa referente ao temário do IV Simpósio dos Professôres Universitários de História: “Colonização e Imigração”.

Apresentaremos, ao pesquisador e estudioso do assunto, as Leis, Portarias, Decisões, Cartas Régias, Decretos, Provisões, dispostos cronologicamente, de 1808 a 1888, obedecendo à seguinte ordem: 1º). — as Leis emanadas do Poder Legislativo; 2º). — as Leis estabelecidas pelo Poder Executivo, e 3º). — Decisões.

Muitas das determinações legais poderão dar a impressão de que não se referem explicitamente ao assunto em questão. Porém, alguns de seus itens, parágrafos ou artigos ligam-se, direta ou indiretamente, ao tema do IV Simpósio: “Colonização e Imigração”.

O Comentário apresenta um resumo de 349 determinações legais encontradas sôbre o assunto, num total de 120 laudas datilografadas com dois espaços, e está à espera de uma oportunidade para publicação.

Nossa função é apenas a de apresentação com o suscinto comentário das 349 Leis catalogadas, deixando ao pesquisador as reflexões mais demoradas e análises mais completas.

(*) . — Comunicação apresentada na 5a. sessão de estudos, dia 6 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

(1) . — Josephina Chaia, *A Educação Brasileira. Índice da Legislação de 1808 a 1889*. Marília, Boletim nº 1 da Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. 1963, 3 vols., esgotado.

(2) . — Encaminhado à publicação pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

Ao elaborarmos o presente comentário, sentimo-nos tentadas a verificar alguns pontos, tais como: a Finalidade da vinda dos imigrantes, as Vantagens que recebiam, alguns Fatos Interessantes e, por fim, o que nos compete essencialmente, a questão relacionada com a Instrução exigida ou fornecida aos homens que procuravam iniciar nova vida nas terras de Santa Cruz.

Assim, destacamos, entre as *Finalidades*, as seguintes:

- povoar a capitania;
- conseguir soldados;
- aumentar a lavoura;
- aumentar a população do Brasil;
- introduzir as mais diversas culturas, tais como: trigo, favas, linho, café, chá e cana de açúcar;
- promover o progresso da agricultura, mineralogia, indústria e comércio;
- incrementar a navegação dos rios e povoar suas margens;
- promover os trabalhos de mineração, introduzindo os métodos aperfeiçoados na Europa;
- empregar “gente branca, livre e industriosa” nas artes e na agricultura;
- difundir a instrução e conhecimentos necessários aos empregos da administração do Estado.

Quanto às *Vantagens*, concediam-se aos imigrantes:

- sesmarias para cultivo dos mais variados produtos;
- porção de terra, animais e cereais para plantação;
- subsídio, aos colonos alemães, em igualdade ao já concedido aos colonos suíços estabelecidos em Nova Friburgo;
- ração de etapa às mulheres e filhos de colonos alemães que assentam praça;
- passaporte gratuito até à localidade de início dos trabalhos de mineração;
- permissão para o comércio de mascateação;
- diminuição do porte das cartas;
- isenção do pagamento do imposto de ancoragem às embarcações que conduzem, para o Brasil, mais de 106 colonos;
- ajuste de serviço por tempo a escolher;
- desconto de passagem aos colonos que trazem filhos;
- direito à terra desde que, dispensado do serviço, continui a residir na colônia exercendo qualquer gênero de indústria;
- isenção do recrutamento aos filhos de estrangeiros que estiverem no Brasil;
- doação de terras a voluntários do exército;
- etapa abonada aos colonos, conforme a idade e necessidade da família;

- alojamento, sustento e tratamento gratuito em suas moléstias;
- permissão para o despacho, livre de direitos, dos objetos de uso doméstico;
- sustento, vestuário, assistência médica, instrução primária e religiosa aos menores de 18 anos cujos pais se retiraram das colônias;
- auxílio aos enlances matrimoniais entre os colonos.

Alguns *Fatos Interessantes* são notados nas leis que se referem ao problema de colonização e imigração, dentre os quais:

- como condição para o estabelecimento de uma colônia de suíços, no Brasil, devem vir da Europa: 1 Cirurgião Médico, 7 Boticários, 2 ou 4 Eclesiásticos para o Culto Divino;
- decide-se a respeito de filhos de colonos que mendigam pelas ruas: as meninas vão para o recolhimento e os rapazes são admitidos no Arsenal do Exército;
- nas sociedades de mineração que se formarem, deve-se admitir pelo menos a terça parte de braços livres;
- os ciganos sujeitam-se às Leis do Brasil, devido às “ladroeiros que continuamente praticam” onde estão localizados;
- a Sociedade Promotora de Colonização incumbe-se de impedir o desembarque de colonos de péssima conduta e moralidade, a fim de evitar, no Brasil, indivíduos criminosos e imorais;
- proíbe-se o emprêgo e a residência de escravos nas colônias;
- as declarações para o registro de terras são recebidas pelos vigários e êstes instruirão os colonos durante as missas “conventuais”;
- os navios que transportam colonos chins devem trazer 1 Médico e 1 Intérprete que fale português por grupo de 50 a 70 colonos;
- isenta-se de porte os jornais relativos à colonização porque chegam com grande atraso, dificultando destruir as intrigas que os interessados na emigração para os Estados Unidos e outros países tramam contra a do Brasil;
- na importação de colonos chins, dão-se preferência aos que sejam do norte ou de lugares como Amões e Hong-Kong. Dentre êles deve haver de 50 a 100 cultivadores especiais e fabricantes de chá;
- as Associações de Colonização devem ter agentes em diferentes países, a fim de atrair a emigração;
- considera-se embarcação de emigrantes aquela que conduzir 4 ou mais passageiros em cada 100 toneladas;

- aos navios de emigrantes proíbe-se o transporte de loucos, surdos, mudos, cegos e entevados, se não forem acompanhados por pessoas que provém à sua subsistência;
- para o seu estabelecimento, os colonos devem trazer atestado de boa conduta e de hábitos de trabalho agrícola;
- os colonos têm o despacho, livre de direitos, dos objetos de uso doméstico; não se incluem, dentre estes, o despacho de pano preto e de tafetá para vestido de noiva;
- a Sociedade Promotora de Colonização Polaca deve providenciar a emigração de um povo eminentemente católico;
- permite-se o despacho, livre de direitos, de bandeiras com imagens, destinadas a Igrejas e Capelas de colonos católicos;
- os auxiliares da Inspetoria Geral das Terras Públicas e Colonização exercem cargos de comissão;
- o governo abre um crédito especial para a obra de emancipação das colônias do Estado;
- o produto das terras e da venda das terras das Províncias são aplicados ao desenvolvimento da colonização.

Quanto à questão da *Instrução, Ensino e Difusão da Cultura*, destacamos a legislação que segue:

Desenvolvimento das Artes.

O primeiro decreto digno de menção data de 12 de agosto de 1816, concedendo pensão a diversos artistas que vieram estabelecer-se no país para fundar uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Uma de suas principais finalidades era a de difundir a instrução e os conhecimentos necessários destinados aos empregos da administração do Estado.

Também, quando em 1818 foi aprovado o estabelecimento, no Brasil, de uma colônia suíça (3), entre outras condições, ficou determinado que dentre os colonos deveria haver artistas dos mais essenciais para ensinar aos nacionais aquilo que quisessem aprender.

Contra a Mendicância e a Ociosidade.

Em 1824, a fim de evitar a mendicância dos filhos dos colonos que serviam no Corpo de Estrangeiros e livrá-los da ociosidade “prejudicial a si e ao governo”, ficou resolvido que os rapazes seriam admitidos como aprendizes no Arsenal do Exército (4).

(3). — Decreto de 16-5-1818.

(4). — Decisão n. 249, Estrangeiros, de 3-12-1824.

Ensino das Primeiras Letras.

O Decreto-Lei n. 729, de 9-11-1850, aprovando o Regulamento para a fundação de colônias militares em Pernambuco e Alagoas, exigia que o capelão se encarregasse do ensino das primeiras letras, aos filhos dos colonos, estabelecendo horário compatível com seus afazeres. Além disso, encarregar-se-iam também da explicação da doutrina cristã aos colonos católicos.

Ensino Religioso.

A preocupação pelo ensino da doutrina se fez sentir, principalmente, no Decreto n. 712, de 16-9-1853, quando determinou a autorização do governo a dar anualmente “até um conto de réis” para as despesas com o culto religioso.

Construção de Escola.

E’ interessante notar que nos preparativos de medição de terrenos para estabelecer colônias, se deveria sempre reservar lugares para Escola e outros estabelecimentos públicos (5).

Outros decretos (6), autorizando a introdução de imigrantes a diversos empresários, exigiam que estes construíssem edificio para escola primária. A Companhia e os imigrantes, de acôrdo com ajustes, também seriam responsáveis pelas despesas com a instrução.

O Decreto n. 7.257, de 26-4-1879, autorizando o estabelecimento de um engenho na colônia Pôrto Real, apresentou, como única obrigação da empresa para com os colonos, a de manter 2 escolas, uma para cada sexo, a fim de lhes fornecer a instrução elementar.

Até mesmo para o estabelecimento de salinas e fábricas destinadas à purificação do sal (7), a empresa deveria reservar área suficiente para manter escola para os filhos dos colonos.

Despêsa com Ensino Primário e Pagamento dos Mestres.

Os Decretos nºs 1.915, de 28-3-1857, 1.986, de 7-10-1857 e 2.1’9, de 1-5-1863 referentes a contratos entre o governo e Associação de Colonização, colocavam sob responsabilidade do governo o pagamento dos Mestres de Primeiras Letras. Além disso, os colonos

(5). — Decisão n. 96, Aviso n. 10, Império, de 27-2-1856; Decreto n. 1 915, de 28-3-1857; Decreto n. 3 784, de 19-1-1867.

(6). — Decretos nºs 5 128, de 30-10-1782; 5 269, Agricultura, de 26-4-1873; 5 271, Agricultura, de 26-4-1873.

(7). — Decreto n. 10 143, Agricultura, de 26-10-1889.

deviam tomar conhecimento de seus direitos e deveres através da leitura de Memórias que a Associação mandava publicar em diversos idiomas.

Quanto à norma de proceder em relação aos serviços de imigrantes, pelo Aditamento n.º 15, de 7-4-1680, decidiu-se que o governo se responsabilizaria pelas despesas com o ensino primário, em estabelecimentos que lhe pertencessem.

Esperamos que este levantamento, como os demais realizados, consiga, embora de forma modesta, prestar uma colaboração ao pesquisador (8).

*

* * *

INTERVENÇÕES.

Da Profa. *Maria da Glória Alves Portal* (FFCL. de Baurú. SP.).

Pergunta à Autora: como o trabalho é um levantamento legislativo que se refere a um assunto determinado, num tempo determinado e ainda sendo “um comentário suscinto” dessa legislação, não acharia ela que o título dado à comunicação — “Colonização e Imigração” — é vasto demais?

*

Do Prof. *Ricardo Mário Gonçalves* (FFCL. da USP.).

Pergunta se em relação aos planos para a imigração chinesa para o Brasil, que a Autora apresentou em seu trabalho (pág. 597), se a mesma encontrou alguma referência à maneira com que seriam recrutados os imigrantes chineses: as autoridades brasileiras entrariam em contacto direto com as autoridades mandchús ou o recrutamento se processaria em Macau ou Hong-Kong?

*

Do Prof. *Helmut Andrä* (Instituto Hans Staden. SP.).

Indaga qual foi a situação dos imigrantes e dos seus filhos perante a legislação do Império: estrangeiros ou cidadãos?

*

(8). — Este trabalho contou com a colaboração da Instrutora Voluntária *Élide Maria Féres*, da Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

Da Profa. *Helga Picolo* (FFCL. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RS.).

Pergunta:

a). — Há na legislação geral referência à localização das colônias? Quais?

b). — Pede detalhes sobre a doação de terras a voluntários do exército.

c). — Quanto à proibição do emprêgo de escravos nas colônias, existem outras leis após a lei geral 514 de 1848?

d). — Há referência quanto ao ensino aos católicos?

Terminando, apresenta efusivos cumprimentos pelo trabalho realizado.

*

Da Profa. *Cecília Maria Westphalen* (FFCL. da Universidade Federal do Paraná. PR.).

Diz que o estudo de imigrantes e colonos está grandemente entrelaçado, no Brasil, com os estudos agrários, assim, é de alta importância o conhecimento da Lei de Terras de 1850 e o Regulamento de 1854. Conhece bem o trabalho do Prof. Cirne Lima. Porém, solicita à Autora que dedica especial interêsse a essa legislação, o que muito viria contribuir para o seu estudo e de muitos outros pesquisadores, no sentido de esclarecer o debate nacional notadamente no Legislativo do Império, acêrca das motivações que a ela conduziam.

*

Do Prof. *Eduardo d'Oliveira França* (FFCL. da USP.).

Diz que já teve, em Franca, oportunidade de louvar trabalho semelhante realizado pela Autora. Quer apenas acentuar a importância das pesquisas de legislação. Importante é a legislação não apenas para a História do Direito, mas para outros campos de indagação, pois a lei é sempre uma resposta a problemas coletivos e uma linha de solução.

A lei que deixa entrever uma política de govêrno, sem dúvida traduz uma opinião de certo meio. O estudo da legislação é importante pois para a História de mentalidades: o que os homens pensam diante de certas situações concretas da vida.

A lei é expressão da opinião de um grupo de dominação. A ela reage a massa ou pela observância ou pela resistência, recusando

ou ladeando seu cumprimento, a indicar que as soluções não foram aceitas e para êsse comportamento há razões que ao serem buscadas revelam certas predisposições de ânimo. Comportamento que pode ainda traduzir uma certa impotência dos órgãos de poder, certas fraquezas institucionais em face de um eventual descompasso entre o poder que faz a lei e os grupos que a devem cumprir. E está claro que entendemos que a utilização da lei como documento não se há de fazer com disposições isoladas, mas sempre num contexto da pluralidade da legislação, num complexo de opiniões, soluções e reações que pertencem a um todo.

Permitir isso é o mérito de investigações como esta.

*

Do Prof. *Ruy Christovam Wachowicz* (FFCL. da Universidade Federal do Paraná. PR.).

Diz que na página 600 ocorre a citação do Aditamento n.º 15 de 7 de abril de 1680. Ora o ano de 1680 não é possível, pois é tempo colonial, deve ser portanto êrro de imprensa. Solicita pois a retificação na publicação definitiva dos Anais.

*

* *

RESPOSTAS DA PROFA. JOSEPHINA CHAIA.

À Profa. *Maria da Glória Alves Portal*.

O título completo do trabalho é: *Colonização e Imigração. Índice da Legislação de 1808 a 1889*.

*

Ao Prof. *Ricardo Mário Gonçalves*.

A Decisão n.º 3, de 14 de maio de 1855 estabelece que só serão admitidos colonos de Amões e Hong-Kong.

Entre outras determinações legais relativas ao assunto, sugerimos as seguintes leis:

N.º 2, de 15 de janeiro de 1855: “Mandando preparar hum terreno, em possa ser empregado na cultura do chá huma porção de chins que se mandarão contractar.”

N.º 1, de 19 de janeiro de 1855: “Mandando contractar a importação de chins”.

O Decreto n.º 4547, de 9 de julho de 1870, que autoriza a importação de trabalhadores asiáticos.

*

Ao Prof. *Helmut Andrä*.

A Decisão n.º 294, de 31 de agosto de 1857, da Repartição Geral das Terras Públicas, avisa ao Presidente de Santa Catarina que o juramento de fidelidade que os colonos estrangeiros devem prestar para obter a carta de naturalização, não tem necessariamente de ser recebida pelo Presidente da Província; poderá ser recebido pelas Câmaras Municipais ou Juizes de Paz.

Esta medida foi extensiva às demais províncias. Sobre o assunto vide o artigo 17 da Lei 601, de 18 de agosto de 1850.

*

À Prof. *Helga Picolo*.

Diz: a — que em geral os contratos celebrados pela Sociedade Internacional de Imigração, Repartição Geral das Terras Públicas, Associação de Colonização ou com particulares estabelecem o local para onde o imigrante deve ser encaminhado.

Na decisão 127 de 28 de março de 1863 concede-se uma légua quadrada de terras entre o Rio Uruguai e seu confluente Camandá; a Lei 4.769, de 8 de agosto de 1871 que autoriza uma Associação de colonização funcionar, estabelece que sua finalidade é promover a vinda de imigrantes para São Paulo.

b). — A dúvida pode ser solucionada com o Regulamento de Colônias Mltares, Lei N.º 729, de 9 de novembro de 1850.

c). — Diz que sim, que há várias. Exemplifica com o Regulamento para as colônias do Estado, Lei n.º 3784, de 19 de janeiro de 1867, que proíbe a residência de secravos na colônia.

d). — Quanto à situação dos acatólicos, lembra algumas leis: n.º 712, de 16 de agosto de 1853, a n.º 1915, de 28 de março de 1857 e a N.º. 3069, de 17 de abril de 1863.

*

À Profa. *Cecília Maria Westphalen*.

Agradece as palavras de incentivo. Declara pretender publicar, na íntegra, o presente trabalho, assim que lhe for possível.

*

Ao Prof. *Eduardo d'Oliveira França*.

Agradece a observação sôbre a importância da legislação no campo da indagação. Com essas palavras animadoras, pretende continuar o levantamento dos temas dos próximos Simpósios de História.

*

Ao Prof. *Ruy Christovam Wachowicz*.

Agradece a observação. Trata-se, realmente de um erro tipográfico. Não é 1680, mas sim 1860

O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA
DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO
ESTADO DE SÃO PAULO (*).

MARIA REGINA DA CUNHA RODRIGUES SIMÕES DE PAULA

Instrutor da Cadeira de História da Civilização Ibérica
da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Uni-
versidade de São Paulo.

O Centro de Documentação Histórica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo está instalado no edifício dos Departamentos de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”.

A idéia da criação de um Centro de Documentação Histórica é relativamente antiga. Na planta da mais nova, e segundo opiniões abalisadas, uma das mais belas obras construídas no *campus* de nossa Cidade Universitária, já havia sido previsto um espaço para tal organismo. Todavia, muitos foram os obstáculos para a sua concretização. Entretanto, a velha aspiração foi materializada através de uma das iniciativas da *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*, que independentemente do projeto inicial, possibilitou a organização de um Centro de Documentação Histórica, dentro de um planejamento científico e técnico e sob a responsabilidade de professores do Departamento de História e do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Não se trata de um atendimento isolado, mas sim de uma iniciativa, parte de um plano, que visa permitir a superação de algumas deficiências da estrutura atual da ciência e dos organismos universitários de São Paulo.

Justifica-se lembrar outros setores e outras iniciativas recentemente promovidas pela FAPESP, na mesma faixa de suas diretrizes, dentre os quais destacar-se-á:

(*) — Comunicação apresentada na 8a. sessão de estudos, no dia 7 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

a). — *Arquivo de Fotografias Aéreas*, cujo laboratório também se acha instalado no edifício dos Departamentos de Geografia e História da Universidade de São Paulo, sob responsabilidade dos professores Aziz Nacib Ab'Saber e Pasquale Petrone.

b). — *Centro de Estudos de Nutrição*, sediado na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, sob a orientação das Cadeiras de Fisiologia e de Clínica Médica.

c). — *Simpósio sobre Nutrição*, a fim de complementar a iniciativa acima citada, a FAPESP promoveu, nesta capital, no primeiro semestre do ano em curso, um Simpósio que contou com a participação, dentre outros, do Departamento de Nutrição e Tecnologia Alimentar do Instituto de Tecnologia de Massachussets, UNICEF — Fisi (New York), Children's Hospital (Cincinnati), Departamento de Bioquímica da Universidade de Purdue (Indiana).

d). — *Laboratório de Pesquisas de Produtos Naturais*, instalado no conjunto das Químicas na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", sob responsabilidade dos professores Otto Gottlieb e Paschoal Senise.

e). — *Levantamentos Biológicos em Base Ecológica do Litoral e Área Costeira*. Informa-se que o projeto está em fase avançada de execução, havendo dêle participado pesquisadores de vários aspectos: Departamento de Zoologia e de Geografia da Universidade de São Paulo; Departamento de Zoologia e Instituto de Botânica da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, a quem coube a liderança do projeto.

f). — *Índice das Localidades do Mapa do I. B. G. E.* Trata-se de uma complementação valiosa para grande número de especialidades e espera-se que já esteja indexado e em circulação junto ao mapa 1: 1.000.000 do IBGE, neste ano.

g). — *Projeto Amazonas — Levantamento Faunístico, Ecológico e Econômico dos Recursos Pesqueiros do Amazonas*. Projeto que objetiva, em sua fase inicial, a coleta intensiva de peixes na área do médio Amazonas — da boca do rio Trombetas à do Purus, com vistas a estudos zoológicos e de recursos alimentares. Nessa iniciativa, a FAPESP conta com a colaboração do Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, do Museu Goeldi e da Universidade de Harvard.

h). — *Seminário — Interpretação Científica da Paisagem*. A FAPESP designou uma comissão composta por zoólogo, botânico e geomorfologista para o planejamento do seminário, do qual deverá participar também um grupo de estudantes ou de estagiários.

Finalmente, o nosso *Centro de Documentação Histórica*, cuja iniciativa a própria FAPESP esclarece:

“Tendo em vista a necessidade de reunir, catalogar e salvar o acervo de documentação histórica, bem como a importância de se obter documentação primária nos arquivos públicos e particulares de interesse para a História, decidiu a FAPESP criar um Centro de Documentação Histórica.

Como todas as iniciativas da FAPESP, o Centro estará aberto a todos os pesquisadores de qualquer setor e de qualquer instituição”.

Depois de informar quanto à responsabilidade, instalação, abertura, equipamento, especifica:

“Todos os microfilmes adquiridos com verba da Fundação, em projetos específicos, passarão a fazer parte do Centro, após a utilização pelo pesquisador” (1).

Cumpre acentuar que a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, ao elaborar essas iniciativas, seleciona os grupos de pessoas em que tem confiança plena, entregando-lhes a direção e organização desses setores novos.

Uma única exigência, um único compromisso: é que, operacionalmente, esses setores funcionem em campo aberto, atendendo dentro dos limites de suas possibilidades, a todos os pesquisadores interessados.

Parece ponto pacífico a presença do *Centro de Documentação Histórica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*, na pauta em que se discutem problemas metodológicos da pesquisa historiográfica.

Todavia, essa mesma presença se faz por delegação a uma das pessoas que, desde o primeiro instante, formou ao lado daqueles que acreditavam e acreditam na possibilidade de um Centro de Documentação Histórica em alto nível e sem discriminação de utilização.

Pois, recomendando o Regulamento do IV Simpósio Nacional de Professores de História, no item referente às Comunicações, que as mesmas devem ser apresentadas pelos seus associados (2), e con-

(1). — *Relatório das Atividades* — 1966. São Paulo, FAPESP, 1967. Pág. 10. Cumpre acentuar que a FAPESP, ao elaborar essas iniciativas relaciona os grupos em que tem confiança plena, entregando-lhes a direção e a organização desses setores novos.

(2). — “Artigo 3.º — A apresentação das comunicações ao IV Simpósio é da competência exclusiva dos sócios da A.P.U.H.
Artigo 5.º — Os autores de comunicação deverão apresentá-la sob a forma de exposição oral, de maneira sintética, na sessão de estudo que lhe fôr programada.”

Regulamento esse alicerçado nos próprios Estatutos da A.P.U.H., aprovado na Assembléia Magna, realizada em Marília, a 19 de outubro de 1961 e que esclarece no Título II, capítulo Dos Associados:

siderando que a primeira equipe, uma das colunas mestras responsável pelo funcionamento do *Centro de Documentação Histórica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*, ainda não desempenha funções docentes no campo universitário, cabe-nos a honra, e o fazemos gostosamente, de apresentar o relatório elaborado por esta equipe, integrada por alunos do curso de pós-graduação de História e também um aluno do 3.º ano da mesma seção, respectivamente: Ana Maria de Almeida Camargo, Dulce Helena A. Pessoa Ramos, Kunio Suzuki e Raquel Glezer.

Informamos ainda que eles se encontram presentes neste conclave, na qualidade de simposiastas-observadores e nesta sala, como assessores a fim de facultar as informações que, eventualmente sejam solicitadas.

Ainda o nosso *Centro de Documentação Histórica* está instalado e prestando serviços a partir da segunda quinzena de maio passado, e somente terá o seu funcionamento oficializado depois deste magno Simposio, em data a ser arucuiada entre os seus promotores e diretores.

O relatório, tônica desta comunicação, é o que se segue:

*
* *
*

O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

— “O Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Instituto de Estudos Brasileiros, ambos da Universidade de São Paulo, têm sob sua responsabilidade, um Centro de Documentação Histórica, que se encontra ainda em fase de instalação. Localizado no edifício de História e Geografia, na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, Butantã, o Centro é de propriedade e iniciativa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, sob a direção do prof. Euripedes Simões de Paula e do prof. José Adalberto Castello, respectivamente diretores daquelas entidades responsáveis.

É preciso lembrar que os trabalhos do Centro mereceram, desde o início, a inestimável colaboração técnica e administrativa do prof. Aziz Nacib Ab'Saber, regente da Cadeira de Geografia Física, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Tendo em vista os problemas enfrentados na organização do Centro e as experiências acumuladas nos primeiros meses de sua instalação e funcionamento,

Artigo 4.º — A Associação compreenderá três categorias de associados: a) sócios fundadores; b) sócios efetivos; e c) professores associados. Artigo 5.º — A categoria de sócio efetivo é limitada aos Professores de História que hajam publicado trabalho original de comprovado valor em qualquer ramo da História”. *Revista de História*, vol. XXIV, ano XIII, n.º 50, abril-junho de 1962. São Paulo, Pág. 568 a 572.

julgamos útil divulgar alguns aspectos de sua estrutura e do regulamento operacional que vem norteando a implantação desse órgão interdisciplinar de documentação. Ainda que o contacto com seus varios problemas seja relativo, o Centro está em condições de fornecer uma idéia de suas possibilidades futuras frente a obtenção de documentação histórica, através do treinamento especializado dos que queiram se inteirar das novas técnicas de microfilmagem, em padrao internacional. Sabendo de antemão que o funcionamento de um Centro desse tipo depende em grande parte de seu regulamento operacional, seria de grande interesse apresentar as formulas encontradas para atender a todos os pesquisadores, por meio de uma utilização múltipla de seus equipamentos. Esta talvez seja, na realidade, a grande e principal origem dae que o Centro de Documentação Histórica possui no âmbito universitario. Daí nosso desejo de expor as lucias mestras de ordem operacional que nos levaram a dedicar parte de nosso tempo, de nossas preocupações e de nosso entusiasmo pessoal ao funcionamento desse pequeno e aivo laboratorio de documentação.

De acordo com o regulamento provisório do Centro de Documentação Histórica, seus objetivos especificos sao:

1) — reunir e catalogar documentos primários e bibliografias especializadas, de interesse geral para estudos historicos e para o planejamento de pesquisas historiográficas;

2). — reunir catálogos de arquivos, museus e bibliotecas, atlas e mapas historicos, para facilitar a consulta documentaria e amparar a programação de pesquisas;

3). — proceder à microfilmagem de documentos primários de interesse coletivo para pesquisas historicas e sociais, tais como coleções de documentos de arquivos, obras raras, coleções de jornais e revistas, e lotes de documento de arquivos pubucos ou particuiareis;

4). — colocar em maos dos pesquisadores interessados, através de assessoramento técnico, equipamentos para micromagem de documentos;

5). — reunir documentação didatica (microfilmes e reproduções, cartas históricas e fotografias) de interesse especial para o ensino da Historia em nivel universitário;

6). — fornecer ambiente de trabalho na própria sede do Centro de Documentação Histórica;

7). — manter assídua correspondência com outros órgãos congêneres, através de intercambio com biblioteca e arquivos nacionais e estrangeiros.

Atendendo a necessidades mais imediatas, o Centro tem procurado incrementar a divulgação de técnicas e oferecer treinamento especializado na pesquisa de fontes documentárias. Seu funcionamento tem obedecido a uma serie de normas, a saber:

1). — os projetos de pesquisa deverão ser encaminhados ao Centro para aprovação prévia, a fim de se verificar sua viabilidade e importância;

2). — as tarefas operacionais serão da exclusiva responsabilidade dos autores dos projetos, cabendo a fiscalização dos serviços aos funcionários do Centro, os quais terão, portanto, obrigação de informar e treinar as pessoas interessadas, não participando do serviço técnico pròpriamente dito;

3). — todo material utilizado deverá ser repostado. O Centro poderá adiantar material de consumo, dentro de suas possibilidades, na base exclusiva de re-

posição imediata; quanto ao material permanente, cedido a título de empréstimo, ficará sob inteira responsabilidade dos usuários;

4). — há uma certa hierarquia quanto ao uso do material, isto é, uma ordem de várias entidades que terão preferência umas sobre as outras, em caso de acúmulo de serviço; assim, os projetos específicos de iniciativa do Centro de Documentação Histórica terão prioridade sobre os demais;

5). — os equipamentos poderão ser utilizados no próprio recinto do Centro, ou então levados para fora, inclusive para o Exterior, desde que o usuário indique a data de devolução, para controle interno;

6). — os trabalhos planejados pelo Centro serão executados com base em suas disponibilidades próprias, ou sob os auspícios de instituições de auxílio ou amparo à pesquisa e à documentação;

7). — todo o material microfilmado através de nossos equipamentos, mesmo em caso de pesquisas de iniciativa particular, quando de interesse comprovado, deverá ter uma segunda via, que ficará depositada e catalogada em nossos arquivos.

Daí podermos medir a importância que terá, para o futuro, quando tiver reunido fontes documentárias indispensáveis para a pesquisa histórica.

Para melhor atender a seus objetivos, o Centro dispõe dos mais modernos aparelhos. Podemos citar:

— *Ricopy Standard*, que permite a realização de cópia direta, fotocópia convencional ou cópia fotostática e fotocópia em diapositivo. Tem sido utilizada mais na reprodução maciça de trabalhos datilografados, tais como teses, comunicações e mesmo apostilas. É um modo bastante econômico de impressão, tendo vantagens sobre as conhecidas Xerox e Termo-fax;

— *Microfilmadora Recordak Portátil, modelo RP-1*. Trata-se de microfilmadora rotativa, de fácil transporte, para filmes de 16 mm, ideal para documentos avulsos. Trabalha com filmes de 100 pés, o que equivale a uma média de 2.000 chapas. É possível a colocação de dois filmes, a fim de atender à regra n.º 7 de funcionamento do Centro, ou seja, a deposição de cópia dos trabalhos executados em seus arquivos. A máquina tem ainda a vantagem de funcionar com grande velocidade, sendo também de fácil utilização.

— possuímos 3 aparelhos de leitura de microfílmes:

a). — *Recordak, modelo MPE-1*, para filmes de 16 e 35 mm, tamanho grande.

b). — *Recordak, modelo PVA*, para filmes de 16 mm, própria para os obtidos através da microfilmadora rotativa Recordak.

c). — *Recordak Magnaprint, modelo PE-1A*, com duas objetivas (para 16 e 35 mm). Trata-se de um leitor-impressor, permitindo reprodução instantânea perfeita de microfílmes, em papel fotográfico;

— O Centro conta com duas câmeras fotográficas, marca *Asahi-Pentax Spotmatic*, com acessórios, que trabalham com estativas transportáveis (possuímos 4). Usadas geralmente para microfilmagem de material que não pode ser reproduzido pela rotativa Recordak. Dependendo da altura em que são colocadas na estativa, a objetiva das câmeras poderá focalizar documentos de tamanho 50 X 30 cm. Têm sido utilizadas para serviços os mais variados: reprodução de livros e manuscritos, confecção de *slides*, fotografias de peças de museu, etc.;

— *Copiador de diapositivos Asahi-Pentax, modelo Bellows II.* Com o auxílio da câmera fotográfica Asahi-Pentax e das lentes Takumar, permite a obtenção de “close-up” e de macrofotografia;

— *Projektor de “slides” Eiki, modelo 500,* bastante usado para fins didáticos;

— *Amplificador Omega, modelo B-22,* com o qual é possível um aumento de 19 vezes;

— *Caixa de Fotocópia marca Cinótica,* acompanhada de um tanque de sensibilização;

— *Câmera Fuji Microfilm, modelo S,* de focalização semi-automática, para filmes de 16 e 35 mm. Indispensável para a microfilmagem de documentos de tamanho grande, ainda está por chegar.

O Centro de Documentação Histórica, assim aparelhado, tem servido a uma série de instituições. Segundo o registro de utilização, têm ocupado seus equipamentos cerca de 800 pessoas, pertencentes às seguintes entidades: Departamento de História, Departamento de Geografia, Departamento de Pedagogia, Departamento de Letras, Departamento de Geologia, todos da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; Escola Politécnica, Instituto de Pré-História, Instituto de Geografia, Instituto de Estudos Brasileiros, Arquivo de Fotografias Aéreas, Museu de Arte e Arqueologia, todos da Universidade de São Paulo; Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (São Paulo); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Museu Paraense Emilio Goeldi; Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior; Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade de Bordeaux; Instituto de Educação Anhanguera (São Paulo); Sociedade de Estudos Históricos (São Paulo); Instituto de Educação Fernão Dias Pais (São Paulo); Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; Instituto de Educação Brasílio Machado (São Paulo); Associação dos Geógrafos Brasileiros; Escola Superior de Administração e Negócios da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis; Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Úrsula, da Pontifícia Universidade Católica (Rio de Janeiro); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bauru; Colgate University (Hamilton, New York); Museu Paulista; Universidade do Pará; Aliança Francesa; Faculdade de Letras da Universidade de Toulouse; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, da Pontifícia Universidade Católica (São Paulo); Universidade de Western Ontário (Canadá); Faculdade de Letras da Sorbonne (Paris); Universidade Federal do Rio de Janeiro.

as). *Ana Maria de Almeida Camargo.*

Dulce Helena A. Pessoa Ramos.

Kunio Suzuki.

Raquel Glezer.

*

* * *

Concluindo êste relatório, justifica-se informar que temos à mão cópia do Regulamento Provisório do Centro de Documentação Histórica, dos ofícios tramitados com a FAPESP, catálogos do equi-

pamento técnico adquirido e a adquirir. E tendo presente a problemática de pesquisadores de outras áreas do país, eventualmente desejosos de auxílio, trouxemos exemplares da *Lei Orgânica n.º 5.918* de 18 de outubro de 1960, que instituiu a FAPESP e do *Relatório de Atividades — 1966*, com um anexo mimeografado, de todos os projetos de pesquisas atendidos no setor das ciências humanas, incluindo o de quem lhes fala (3). E também formulários de inscrição, tanto de auxílio a projetos de pesquisa, como para bolsas de iniciação científica, aperfeiçoamento, doutoramento ou pesquisa.

Em terminando esta tentativa de apresentar o *Centro de Documentação Histórica* ainda em seu promissor início, cabe-nos o privilégio de colocá-lo a disposição dos pesquisadores em geral e, mais incisivamente, dos próprios historiadores.

*

* * *

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Alvamar Furtado de Mendonça* (FFCL. de Natal. RN.).

Pergunta:

Como é possível obter a colaboração do Centro de Documentação Histórica da Fundação de Amparo do Estado de São Paulo para salvar velhos documentos, em vias de perecimento? Referimo-nos a coleção de jornais existentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, extremamente preciosa para o período republicano.

Como o Estado não tem condições financeiras para resguardar preciosas fontes de informação histórica, como a citada, gostaria de saber quais as condições em que o Centro de Documentação Histórica poderia colaborar no sentido de microfilmar essa documentação?

Tal colaboração seria uma contribuição inestimável ao Estado e, uma forma de participação relevante na luta pela sobrevivência e integração da cultura nacional.

*

Da Profa. *Maria da Glória Alves Portal* (FFCL. de Bauru. SP.).

Declara que vem dar um testemunho pessoal da facilidade com que se aprende a lidar com o equipamento existente no Centro de

(3). — Rodrigues, (Maria Regina da Cunha). — *Fontes para a História do Pôrto de Cananéia* in "Revista de História". São Paulo, vol. XXX, ano XVI (61): 191-220, jan.-mar., 1965.

Documentação Histórica e da utilidade que a mesma tem para o pesquisador.

No seu caso está utilizando um leitor-reprodutor para a leitura de microfilme de documentos romenos, básicos para a monografia sobre as guerras da Dácia que está preparando.

*

Da Profa. *Célia Freire d'Aquino Fonseca* (FFCL. da UFP. PE.).

Diz que quer congratular-se pela existência do Centro, sem o qual seria quase impossível a coleta de material para a documentação de certos trabalhos no plano da História, sem o qual não será possível trabalho sério em certos setores. O horizonte que a existência do Centro de Documentação abre é inestimável e, acredita mais adiante ela se evidenciará de maneira cada vez mais clara.

Diante de realização de tal importância, patrocinada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, e localizado no Edifício de Geografia e História da Universidade de São Paulo, pergunta de que maneira se chegou a êste resultado? Em suma, qual a origem do Centro de Documentação e a grata notícia de sua localização no Edifício de História da Universidade de São Paulo?

Pergunta ainda se, diante da falta de tempo do pesquisador, em geral também professor de História no Brasil, o Centro permanece em funcionamento nas férias, época em que os que se dedicam à pesquisa podem dispor de um pouco mais de tempo para realizar alguma pesquisa?

*

Da Profa. *Maria Yedda Linhares* (FFCL. da UFRJ. GB.).

Afirma estar preocupada com o futuro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e, tendo em vista os inestimáveis serviços que vem prestando ao desenvolvimento da ciência desinteressada em São Paulo, gostaria de obter alguns esclarecimentos sobre a origem dos recursos dessa Fundação.

Uma vez que a atual Constituição Brasileira proíbe vinculação de verba orçamentária, espero que a Fundação de Amparo à Pesquisa tenha reais possibilidades de continuar a desempenhar suas tarefas.

*

* * *

RESPOSTAS DA PROFA. MARIA REGINA DA CUNHA RODRIGUES SIMÕES DE PAULA:

Ao Prof. *Alvamar Furtado de Mendonça*.

Acredita que pode responder afirmativamente. A presença do Centro de Documentação de História neste Simpósio equivale a um abertura de contatos, cabendo a V.S. a prioridade de uma expressiva receptividade. Todavia, para armar soluções de ordem prática, sugere um projeto de pesquisa, indicando a natureza dos documentos a serem microfilmados. Para documentos grandes, especialmente para coleções de jornais — como foi referido, há um aparelho específico: Câmara Fuji Microfilm S, já adquirido e que deve estar chegando. Para documentos menores há a possibilidade de serem usados, ou uma Microfilmadora rotativa Recordak RP-1, para documentos avulsos, ou uma câmara fotográfica Asahi Pentax Spotmatic, para livros.

As duas máquinas se encontram nesta capital, neste simpósio, nesta sala, trazidas pela equipe do Centro de Documentação Histórica, para microfilmagem de arquivos no Rio Grande do Sul. Assim, o que esta mesma equipe fez particularmente, poderia fazer, em caráter oficial, a convite de entidades culturais do Rio Grande do Norte, em época a ser escolhida, de preferência durante as férias escolares.

Uma outra sugestão, estudada no *item 5* do Regulamento do Centro, que estatui sobre empréstimos: o Rio Grande do Norte poderia formar uma equipe que iria a São Paulo estagiar, aprendendo a lidar com as máquinas e que as levariam emprestadas.

Seja qual for a opção do Prof. Alvamar, ou de quem de direito, sugere encaminhar o projeto de pesquisa, com a maior urgência possível à direção do Centro de Documentação Histórica.

*

A Profa. *Mária da Glória Alves Portal*.

Diz que a intervenção da profa. Mária da Glória Alves Portal enquadra-se na faixa dos depoimentos resultante de uma retomada de posição. Compreende-se sua descrença, pois de acordo com Lucien Febvre, a “desconfiança é uma das credenciais do historiador”. Há um outro aspecto que se justifica que seja tocado e é uma das originalidades do Centro de Documentação Histórica: conforme aconteceu com a Professora, outros pesquisadores foram treinados para o uso pessoal dos aparelhos do Centro, dentro e fora do labora-

tório. Há uso alternado de máquinas, como a Ricopy, onde foram e estão sendo passadas teses de mestrado, doutoramento, livre-docência e cátedra.

*

À Profa. *Célia Freire d'Aquino Fonseca.*

Quanto à primeira pergunta, lamenta não poder informar, com segurança, sobre a origem do Centro e das primeiras tentativas em ordem cronológica. Ao que sabe e pode documentar, um dos projetos resultou de um breve estágio realizado em julho de 1962, por uma coincidência que chega a impressionar, justamente neste Estado, e precisamente em São Leopoldo, onde se encontra a Filmoteca Histórica, organizada pelo Pe. Arnaldo Brüxel, S.J. Com um entusiasmo que se compreende e com o assessoramento dêste erudito pesquisador pioneiro na sua faixa, foi elaborado um plano que, então, não encontrou receptividade.

Anos depois, a iniciativa da FAPESP veio de encontro a um projeto já existente. Pelo convênio realizado entre essa entidade e o Prof. Eurípedes Simões de Paula, o Centro foi instalado no Departamento de História, como poderia ter sido em outro local, pois, por ora, o Centro é da FAPESP, dependendo totalmente de suas verbas, sem contribuição financeira da Universidade de São Paulo.

A segunda resposta é positiva, sem sombra de dúvida. Enquanto que aqui se encontram três elementos do Centro, lá está a profa. Dulce Helena Pessoa Ramos, em seu posto, triplicando-se, porque o Centro “não pode parar”. Poder-se-ia dizer que no período de férias escolares o ritmo de atividades é ainda mais intenso. Lembra que no mês de julho p.p., ocasião em que, salvo algumas exceções, só funcionaram, regularmente, no edifício dos Departamentos de Geografia e História, o Arquivo de Fotografias Aéreas e o Centro de Documentação Histórica. Fato que por si comprova que o tempo integral só funciona mesmo em termos de laboratório.

*

À Profa. *Maria Yedda Linares.*

Diz que compreende-se e justifica-se a inquietação da Profa. Yedda quanto à continuidade dos serviços que a FAPESP vem facultando, prestando, garantindo. Não é ela, mas sim a *Lei Orgâ-*

nica n.º 5.918 de 18 de outubro de 1960 que estipula a entrega de 1/2% da receita do Estado à FAPESP. Quanto à direção, há um conselho formado por 9 elementos, sendo 3 nomeados pelo Governo do Estado, 3 indicados pela Universidade de São Paulo (escolhidos dentre uma lista tríplex) e 3 eleitos pelos Institutos de Ensino Superior e Institutos de Pesquisa. Ainda há um órgão executivo integrado por três membros: um diretor científico, um diretor financeiro e um diretor administrativo, diretores êsses que podem ser encontrados diariamente na sede da FAPESP, à avenida Paulista, 352, 14.º andar.

Quanto à segunda parte da intervenção, pode informar que a FAPESP, como *política geral*, vem investindo um terço do que recebe em títulos e propriedades, a fim de formar um patrimônio rentável.

Outro terço é reservado às bolsas de estudo, de iniciação científica, aperfeiçoamento e doutoramento. O restante é empregado em subvenções à pesquisa, cujos planos são submetidos, periodicamente, ao Conselho Técnico-Administrativo que, por sua vez, recorre a assessôres especializados, cujos pareceres são sigilosos.

Cumpra reconhecer que a FAPESP, segundo a orientação do país, tem dado maior ênfase ao setor tecnológico, tendo contribuído em muito para seu desenvolvimento.

No setor das ciências humanas, onde estão agrupadas as faixas de psicologia, geografia, ciências sociais e história, sabe-se que o atendimento foi satisfatório e que somente a História foi aquinhoadada com cerca de 50 milhões de cruzeiros novos em 1966.

Dir-se-ia possível comparar essa política de investimentos da FAPESP com o que está sendo realizado pela direção da Fundação Gulbenkian em Portugal, para permitir que, no caso de corte dos 5 “cents” por litro de petróleo do Iraque, o financiamento de pesquisas não sofresse solução de continuidade, pela renda dos investimentos feitos.

A FILMOTECA HISTÓRICA DA FACULDADE
DE FILOSOFIA "CRISTO REI" DE SÃO
LEOPOLDO (*).

PE. ARNALDO BRUXELL.

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Cristo
Rei" de São Leopoldo.

Estimados participantes do IV Simpósio de História.

Aproveito a ocasião para saudar a tantos e tão ilustres professores de História das nossas Universidades. E com isto já toquei num ponto que me devia tornar um tanto arredio. Como vou me meter entre gente de tão alto gabarito? É como um paisano que marcha na parada do dia 7 de setembro. Mas a responsabilidade do atrevimento cabe exclusivamente à gentileza dos organizadores do Simpósio em Porto Alegre e aos que de São Paulo os aconselharam a encajar-se num breve relato sobre as minhas experiências no uso da microfilmagem.

Para não agravar o problema do tempo, não vou falar da satisfação e do orgulho com que vejo a insistência de Porto Alegre e de São Paulo. Vamos sem mais ao tema da comunicação. Mas a falta de tempo para exposição me coloca numa outra dificuldade: Vou falar sobre as minhas leituras em microfilme, ou sobre as técnicas que empreguei, ou sobre a importância que experimentei?

Creio que devo misturar os três temas, tomando de cada um um pouco, de modo a não aborrecer demais os participantes deste Simpósio no final de tantos e tão profícuos trabalhos, que devem ter exaurido a resistência da maior parte.

Quem primeiro usou microfilme em grande escala aqui em Porto Alegre foi o falecido Padre Balduino Rambo, reunindo uma grande bibliografia sobre a botânica a que se dedicava. Creio que partiu dele a idéia de microfilmar certas partes da Coleção de Angelis, quando em 1943 o Dr. Rodolfo Garcia me encarregou da edição

(*). — Comunicação apresentada na 8a. sessão de estudos, no dia 7 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

destas partes. Fizemos a microfilmagem em princípios de 1944. Em seguida, fui servir como professor num Colégio por cinco ou seis anos. Neste tempo fiz umas 10.000 páginas datilográficas de cópia verbal da dita Coleção, tudo com um microleitor, construído com um simples projetor de *slides*, que já mostrei à equipe que estive em São Leopoldo na terça-feira passada. Nunca senti qualquer prejuízo à visão em tantos anos de aturado trabalho com microfilme. E tudo isso foi feito sem prejuízo dos outros encargos de que estava incumbido. O fato mostra as importâncias e as possibilidades do uso de microfílm.

Antes de passar adiante, permitam-se intercalar uma digressão sobre o destino destas cópias datilográficas. Seu destino primário era a edição diplomática de que me encarregara o Dr. Rodolfo Garcia, então diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Esta incumbência foi transtornada por vicissitudes posteriores.

Agora as cópias tornam cem vezes mais fácil a consulta dos documentos. Além disso, é sobre elas que faço um estudo pormenorizado dos documentos, para a seu tempo pôr à disposição de todos um resumo dos assuntos contidos na documentação e, sobretudo, relacioná-la com as coleções de Roma, Sevilha, Buenos Aires, Assunção etc. Porque o tamanho de coleções torna proibitiva a consulta a maioria das pessoas.

O referido índice poderá ser feito por secretárias, se houver recursos para pagá-las. Está se cogitando também de encontrar uma maneira de multiplicar os resumos e os índices para poder servir a muitos consulentes ao mesmo tempo. Os resumos e estudos estão quase acabados. Os índices começarão, se Deus quiser, no ano que vem. A multiplicação que exige maiores recursos deve esperar a sua oportunidade. Mas a sua utilidade creio que não foge a ninguém que tenha alguma experiência em pesquisas originais sobre documentação. Com estas medidas espero que coleções de tanto valor para a História do Brasil e de toda a bacia do Prata, não fiquem por mais alguns séculos sem uso e utilidade, dada a falta de tempo, meios e paciência da maioria dos nossos pesquisadores. Confesso que para a sensibilidade humana não é muito atraente perder-se por anos a fio no sertão inóspito dos arquivos, para que outros exibam os tesouros divulgados. Mas para tudo deve haver seu Fernão Dias como o da velha Piratininga.

Para voltar à cronologia de minha vida com microfílm, direi que em 1950 fui enviado ao Instituto Central de História de Companhia em Roma, com o intuito, ao que parece, de ocupar-me da edição da *Monumenta Paraguariae*, ou seja a documentação jesuítica da antiga Província do Paraguai. Mas resolveu-se, por fim, e julgo

com muito acêrto, deixar a edição de documentos eminentemente espanhóis para um historiador desta estirpe. Aproveitei ao máximo os dois anos que passei em Roma, para fichar e microfilmear tóda a documentação daquele arquivo central, desde o Panamá à Patagônia, e cada documento, menos os do Perú, com quatro fichas, sendo uma de pessoas (remetente ou destinatário da carta), outra de lugares, outra de datas e outra de temas. Mais umas 15 a 20.000 fichas biográficas dos 1500 jesuitas que em duzentos anos viveram na antiga Província do Paraguai. Além disso, trouxe umas 5.000 cartas, uma com as ditas quatro fichas, da moderna Companhia no Brasil e Rio da Prata.

Mas devo acrescentar que todos êstes arquivos de Roma são particulares, que por uma questão de ética elementar não posso liberar à consulta de tóda e qualquer pessoas indistintamente, sem licença dos donos da documentação. Seria um abuso da confiança que em mim depositaram.

A raiz dêstes trabalhos em Roma quero ressaltar a suprema importância que em qualquer microfilmoteca tem a minuciosa catalogação que deve preceder a microfilmagem. Sem isto, uma grande quantidade de microfílmes só pode aborrecer sem fim e sem medida, porque o microfilme não pode ser folheado como um livro ou uma revista. Mas caso preceder uma boa catalogação, vai-se à ficha e se encontra a cota do documento. Com a cota se encontra numa lista o número do filme. Com o número se tira fácilmente o filme e se põe no microleitor e assim em questão de minutos tem-se diante dos olhos documentos que na realidade estão dispersos por todos os quatro cantos do mundo. Compara-se com isto os incômodos, os gastos em dinheiro, tempo e saúde, para ir ver os mesmos documentos inéditos em Roma, Paris, Buenos Aires ou Washington, e dentro do Brasil nas diversas capitais dos Estados, e dentro do mesmo Estado nos diversos municípios. Não há como fugir. O uso da microfilmagem traz vantagens sem conta na verdadeira investigação histórica, que é feita nos documentos inéditos e não aproveitados. Sublinho a palavra inéditos e inaproveitados, porque se quisermos esperar até que os Governos ou os próprios arquivos possam ou queiram editar, entre milhões de documentos justamente os que precisamos, sabemos todos por longa experiência, quanto devemos continuar esperando.

Toquei antes na falta de catálogos completos, para não falar da inexistência absoluta de catálogos. Neste ponto, nós os brasileiros, e em geral todos os sul-americanos estamos com pouca sorte. Também eu fiz as minhas experiência nesta matéria. Quero mencionar apenas Lisboa e Buenos Aires. Em Lisboa demorei-se uns sete me-

ses. E tenho o máximo prazer em proclamar bem alto que em todos os seus arquivos, de conteúdo brasileiro, fui acumulado e quase afogado de gentilezas e facilidades por parte da direção e dos servidores subalternos, de modo que os sete meses em Lisboa serão para sempre uma das mais gratas lembranças de tôda a minha vida. Mas isto não sana a falta de catálogos mais pormenorizados. Trabalhei muito tempo na Torre do Tombo, na Ajuda e no Ultramarino, que é o antigo Colonial. Na Ajuda há um catálogo impresso, graças à abnegação sem par dum velho servidor aposentado. Na Torre do Tombo deram-me um catálogo manuscrito muito pouco pormenorizado. No Ultramarino não havia catálogo, a não ser para a Bahia, que não tive tempo de tocar. Em Évora, acrescento, havia um catálogo impresso. Em Coimbra não pude me demorar. Para o Brasil creio que o principal arquivo é o Ultramarino, e os documentos estão em ordem mais ou menos cronológica. Mas é muito fácil que um consulente descuidado, ou apenas distraído, misture os documentos colocados uns em cima dos outros. Experimentei encontrar documentos citados pelo Padre Serafim Leite e não consegui praticamente nada. Resolvi microfilmar de fio a pavio as peças referentes a certas Províncias que me poderiam interessar mais tarde. Decidi tomar tôda a linha da fronteira, desde a Colônia do Sacramento até a foz do Amazonas. Mas como não tinha anos à disposição, não podia fazer preceder a bendita catalogação. Pensava que era melhor ter os filmes sem catalogação do que não ter nada daquilo que o arquivo franqueava sem limite algum. Tomei então tôda a linha da fronteira até Mato Grosso inclusive, menos a Província de São Paulo, que não era acessível então por estar nas mãos dum grupo que, dizia-se, catalogava para o Centenário de São Paulo. Mas agora tudo isto, que não ficará muito aquém de 50 ou 60 mil fotos, está aí sem a chave, que teria sido a catalogação. Não é inútil, pois a catalogação ainda se pode fazer embora com dificuldade maior do que sobre os próprios papéis.

Não vale a pena, nem é possível, mencionar neste breve relato, tudo que eu trouxe de Lisboa (Torre do Tombo, Ajuda, Ultramarino) e de Évora. Mas o que não posso deixar de ressaltar e vincar profundamente, é que nós brasileiros não devemos culpar os portugueses de desleixo para com os papéis brasileiros. Portugal é pequeno, tem pouca gente e poucos recursos. É verdade que os papéis são também a sua história, mas muito mais a nossa. E não vá ninguém dizer que temos menos gente e menos recursos do que Portugal. Se nós não fazemos um trabalho, que é muito mais nosso que dêles, quem em todo o mundo vai sacrificar-se por fazê-lo? Com verbas astronômicas para tudo e para todos, porque não mandamos um bom grupo para Lisboa, que em um ou dois anos faria a

catalogação, e em questão de meses faria tôda a microfilmagem, que depois poderia ficar no Rio de Janeiro ou em São Paulo, a dois passos da casa dos que querem pesquisar em documentos e não contentam com coisas ditas e reditas mil vêzes. Seja louvada a abnegação e a teimosia de alguns paulistas aqui presentes que conseguiram, apesar de tôdas as resistências e indiferenças, montar a primeira microfilmoteca do país.

Em vez de relatar mais algumas experiências positivas ou negativas com microfilmes de História, permitam-me acentuar as grandes vantagens do sistema, que são, como demonstrei: imensas em economia de tempo, dinheiro e saúde para os pesquisadores; a perpetuação dos documentos, que como todos sabem, estiveram e ainda estão em algumas partes, expostos a uma lenta destruição e desaparecimento final e, finalmente uma vantagem, que também já toquei várias vêzes, a fixação definitiva da peça em um lugar determinado no microfilme, onde, mediante a boa catalogação, sempre permanecerá encontradiço com facilidade, ao passo que mesmo no arquivo pode ser deslocado ou “traspapelado” como dizem os espanhóis, de maneira que se levar ao depois horas e talvez dias para reencontrá-lo de nôvo. Quem já trabalhou em grandes arquivos, onde não há catálogos completos e pasta individual para cada peça, sabe que falo a verdade. O microfilme fixa o lugar do documento definitivamente, do qual nunca mais pode ser “traspapelado”.

Omito todo o resto das experiências na Europa e passo diretamente a Buenos Aires. Entre 1957 e 1958 passei um ano inteiro no *Archivo General de la Nación*, onde está a massa principal dos documentos jesuíticos, que como é natural, mais me interessavam, e onde há dezenas de milhares de papéis que de uma ou outra forma tocam à História do Brasil, ao menos como barreiras que tiveram que ser vencidas pela argúcia e a teimosia da expansão lusitana na América. Para não falar sem exemplo algum menciono apenas a viagem da herva-mate missioneira por 8 a 10 mil quilômetros desde digamos, Santo Ângelo, por Santa Fé, Mendoza, Valparaiso, Callao, até Lima e Potosí, o monopólio que os liminhos propuzeram ao Procurador das Missões; a fundação da famosa vacaria dos Pinhais, que é a nossa Vacaria de hoje, a qual em geral é silenciada por milhares de documentos jesuíticos que dela poderiam falar e não falam, para ocultá-la a São Paulo, Laguna e Rio Grande, e da qual encontrei uma história quase completa da fundação. Há centenas de *legajos* de mil fôlhas cada uma, que podem conter coisas interessantes para nós. Quanto a mim, tive tempo de resumir minuciosamente uma duzia de *legajos*, que tem o título de *Compañia*, e que tem só uma parte paginada a lapis, o que não impede que os consulentes

distraídos, entre os quais me conto por excelência, misturem as peças. Imagine-se, pois, a dificuldade de reencontrar uma peça no ano seguinte, depois que o *legajo* passou por várias outras mãos. Ainda bem se as peças estão paginadas. Mas se não o estão? Aqui ressalta mais uma vez a vantagem do microfilme, que fixa o lugar da peça definitivamente e de tal maneira, que se precedeu uma boa catalogação pode encontrar-se a peça, não só em questão de segundos ou de minutos, mas ainda sem que se gaste um tostão e sem que nos levantemos da cadeira em que estamos sentados em nosso gabinete de trabalho.

Acrescento, quanto à minha estadia em Buenos Aires, que quando estava para começar a microfilmagem pelos aparelhos e técnicos da própria Biblioteca, que trabalhava com extrema barateza, tive que voltar para Pôrto Alegre para uma operação de urgência. Tenciono voltar um dia para acabar a aquisição de todos aqueles documentos por meio da microfilmagem, já que o trabalho mais enfadonho e demorado, que é a codificação dos assuntos e a catalogação das peças, está quase acabado.

Para não exacerbar mais ainda a paciência dos participantes do IV Simpósio Nacional dos Profesôres Universitários de História, ponho fim a esta relação sôbre as minhas experiências com microfilmes de História, dizendo que elas me convenceram da perfeita viabilidade do microfilme em grande escala, para a pesquisa da História, e da sua grande, para não dizer imensa, importância.

A viabilidade está demonstrada por milhares de pesquisadores que se utilizam dêste meio e pelas instalações especializadas que tôdas as bibliotecas do mundo, sustentam para esta finalidade. A minha experiência pessoal confirma tudo isto, desde que, naturalmente, não se omita nenhuma das etapas necessárias na confecção dos microfilmes, no seu acondicionamento, e na aparelhagem da leitura.

A importância decorre de três fatos incontestáveis. O primeiro é que o microfilme, acompanhado naturalmente de tudo que se requer, nos põe na mesa de trabalho ao alcance da mão, sem grandes gastos de tempo e de dinheiro, e em questão de minutos, os documentos dispersos nos quatro cantos do mundo, onde só com imensos gastos de tempo, dinheiro e saúde poderiam ser por nós consultados. — O segundo fato é que a microfilmoteca conserva os documentos, que no seu paradeiro original podem estar expostos aos azares da guerra, às injúrias do tempo e da humanidade, à voracidade dos insetos, à corrosão das tintas antigas, e à incúria dos encarregados da conservação. Um pormenor: em Lisboa contaram-me que no Ultramarino antigamente se usavam pilhas de documentos para vedar a chuva, que entrava por janelas quebradas. — O terceiro fato é a

fixação da peça em lugar facilmente encontrável, desde que se observem rigorosamente as etapas da confecção. Quem já passou horas e dias para reencontrar documentos vistos anteriormente saberá apreciar esta terceira vantagem.

Emfim, creio que uma boa microfilmagem particular ou pública poderia vulgarizar mais a pesquisa original entre o corpo docente e discente das Universidades, onde tantas e tão brilhantes capacidades e tão ardentes entusiasmos iniciais pouco a pouco se esfriam e se esfrelam deante das impossibilidades morais e físicas, que se amontoam frente a seu idealismo, privando não só as suas instituições, mas também a tôdas as gerações presentes e futuras, do fruto dos trabalhos que poderiam ter realizado.

E para finalizar de vez, vai aqui um grande abraço de parabens ao Professor Eurípedes Simões de Paula, e à sua dinâmica e incansável espôsa Professôra Maria Regina, e aos moços e moças que formam a equipe de microfilmagem. Um grito de parabens e um brado de alerta! Olhem para o alto! A Prêcordilheira já está vencida. O Aconcágua já brilha ao sol. Não desanimem até alcançar o cume coberto de neves eternas. Almejo muitos anos de vida e muitas felicidades para a grande microfilmoteca que os paulistas, por meio de seus abnegados pioneiros, conseguiram por em pé.

Bem hajam vocês e bem hajam os que seguirem os vossos exemplos. Disse.

* * *

INTERVENÇÃO.

Da Profa. *Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula* (FF CL. da USP.).

Afirma que na sua qualidade de aluna muito grata e muito amiga, renova ao Pe. Brûxell os seus agradecimentos pela sua presença, que muito honra e dignifica o Simpósio. Em seguida, diz que gostaria que o Pe. Brûxell esclarecesse a equipe do Centro de Documentação Histórica da Universidade de São Paulo a respeito de três assuntos:

1.º). — As condições de trabalho de pesquisa que enfrentou em 1962, continuam até hoje?

2.º). — Há indistintamente possibilidade de consulta aos documentos que integram a preciosa filmoteca histórica de São Leopoldo?

3.º). — Haveria possibilidade de permuta de microfilmes com o Centro de Documentação Histórica de São Paulo?

* * *

RESPOSTA DO Pe. ARNALDO BRUXELL.

1.º). — Continua a mesma falta de espaço.

2.º). — Há possibilidade de consulta: tudo que trouxe de arquivos originais é de direito público. O que trouxe de Roma, não é de direito público, mas particular. Por isso, por ora, êsses documentos não podem ser liberados para a consulta comum. O que não obsta a que se permita a leitura de alguns documentos em particular, já que vão ser publicados posteriormente.

Quanto aos documentos dos arquivos de Évora, Tôrre do Tombo, Ajuda e Ultramarino, todos são de direito público. Êsses documentos podem ser consultados em Lisboa, e acredita que também possam ser microfilmados. A documentação que trouxe deve somar 50 a 60.000 fotos, mas carece ainda de arrumação final, ou seja de catalogação, sem os quais praticamente não há possibilidade de pesquisa. Além disso, tudo que é da Tôrre do Tombo e do Ultramarino não tinha catálogo. Nem o tem agora. Há também deficiências na fotografia (filme branco, luz natural muito variável, etc.). De modo que as possibilidades são poucas e poderiam comprometer a crença na utilidade da microfilmagem.

3.º). — Acredita que há possibilidade de permuta com referência aos documentos de direito público em seus arquivos originais.

Com referência a tudo que é de arquivos particulares poder-se-ia resolver a respeito de cada documento em particular, obtendo-se a licença do encarregado do respectivo arquivo.

Vai se fazer a microfilmagem de dezenas de milhares de documentos jesuíticos em Buenos Aires. Êstes são de direito público, como também o são os da Coleção de Angelis da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Tudo isso, porém, deve ser combinado previamente.

Declara que teria o máximo prazer em colaborar nesse sentido com os moços e moças da equipe da Profa. Maria Regina, que lhe causaram a mais grata impressão pela simplicidade e imensa vontade de trabalhar, o que não se encontra facilmente.

AS FONTES PRIMÁRIAS EXISTENTES NO
ARQUIVO DA SÉ METROPOLITANA E
PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA
DA LUZ DE CURITIBA (*).

ODAH REGINA GUIMARÃES COSTA

Professora-assistente de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná.

O presente trabalho é uma nota prévia sôbre as fontes primárias existentes no Arquivo da Sé Metropolitana e Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba.

I. — CURITIBA NA HISTÓRIA ECLESIASTICA DO BRASIL.

Do ponto de vista religioso, o Brasil ficou pertencendo, desde os primeiros tempos, à Ordem de Cristo e, no plano espiritual, ligado ao Vigário de Tomar. Em 1514, foi criada a Diocese de Funchal e o Brasil passou da jurisdição do Vigário de Tomar para a do Bispado da nova Diocese.

Em 1551, o Brasil possuía uma Diocese, com sede na Bahia, sufragânea de Lisboa.

Em 1575, foi estabelecida a Prelazia de São Sebastião do Rio de Janeiro, que exercia sua jurisdição sôbre todo o território da costa marítima, desde o rio Jequitinhonha, na capitania de Pôrto Seguro, até o rio da Prata e, em direção ao oeste, até as terras que pertenciam à Espanha.

Em 1679, o Papa Inocênciao XI elevou a Bahia a Arcebispado e o Rio de Janeiro a Bispado, sendo que êste abrangia o mesmo território da antiga Prelazia.

Mais tarde, a 6 de setembro de 1745, o Papa Bento XIV criou, pela Bula *Candor lucis aeternae*, a Diocese de São Paulo, sendo no-

(*) . — Comunicação apresentada na 5ª sessão de estudos, no dia 6 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

meado o seu 1º Bispo, Dom Bernardo Rodrigues Nogueyra, confirmado por Breve Apostólico de 23 de dezembro do mesmo ano. A primeira jurisdição da nova Diocese estendia-se aos territórios da Colônia do Sacramento, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Pela impossibilidade do atendimento constante, como se fazia necessário, a todo o extenso território sob a jurisdição da Diocese de São Paulo, tornou-se indispensável a criação das Vigararias da Vara e das Vigarariras Gerais Forenses, que atendiam tanto no plano espiritual como no jurisdicional.

No Paraná, foram criadas as Varas de Paranaguá e a de Curitiba, esta última, talvez em 1775, porque os autos existentes no Cartório Eclesiástico de Curitiba, de 1718, foram julgados pelo Vigário da Vara de Paranaguá e, depois do ano de 1775, pelo Vigário da Vara de Curitiba. 1º protocolo das audiências da Vara de Curitiba foi aberto e rubricado pelo Pe. Antônio Moreira Barboza, em 17 de maio de 1775. O mesmo Vigário rubricou o 1º livro de registros, sendo datado de 18 de maio de 1775 (1).

A Vigararia Geral Forense do Paraná foi criada por Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, Bispo de São Paulo, pela Provisão de 2 de abril de 1879, tendo sua sede em Curitiba e ficando sob a jurisdição do Vigário Geral Forense, que exercia diversas funções relativas ao seu cargo (2).

- (1). — CAMPOS (Júlio Ribeiro de). — Trecho do *Relatório apresentado á S. Ex.cia Reverendissima, o Snr. Bispo Diocesano, pelo Ill.mo e Revm.o Snr. Vigario Geral Forense d'esta provincia, Julio Ribeiro de Campos, sobre a divisão ecclesiastica da mesma, especialmente na parte relativa a Parochia e a cidade de Curitiba, capital da mesma provincia. Comarca de Curitiba*. In "3º Livro do Tombo da Matriz de Curitiba". Paraná, f. 9 v.

.....
Esta comarca parece que foi creada em 1775, porquanto os autos existentes no Cartório Ecclesiastico de Curitiba, de 1718 que são os mais antigos, até 1775 forão julgados pelo Vigario da Vara de Paranaguá, e os de 1775 em diante pelo Vigrº da Vara de Curitiba; alem disso o 1º Protocolo das audiencias d'esta Vigararia da Vara foi aberto e rubricado pelo Revdº Vigrº da Vara Antonio Moreira Barboza em 17 de Maio de 1775.

Pelo mesmo Vigario foi rubricado o 1º Livro para registros de Provº sendo a primeira registrada a 18 de Maio de 1775. A vigararia Geral Forense do Paraná foi creada pelo Ex.mo e Rev.mo Snr. D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, por Prvº de 2 de abril de 1879, tendo sua séde em Curitiba e ficando esta comarca sob a immediata jurisdicção do Vigrº Geral.

O Pe. Julio Ribeiro de Campos, natural de Curitiba, nascido a 18 de Fevereiro de 1850, foi nomeado Vigrº Geral por cinco annos, por Provº de 4 de Abril de 1879, e no dia 14 de Agosto do mesmo anno perante o

O Paraná teve quatro Vigários Gerais Forenses, que contribuíram para o atendimento e a solução de problemas religiosos locais. Foram êles: o Pe. Júlio Ribeiro de Campos, o Pe. João Evangelista Braga, Pe. Antônio Joaquim Ribeiro e Pe. Alberto José Gonçalves (3).

A 27 de abril de 1892, pela Bula *Ad universas orbis ecclesias*, o Papa Leão XIII criou diversas dioceses, entre as quais a Diocese de Curitiba, sufragânea da Sé Metropolitana do Rio de Janeiro, estendendo a sua jurisdição aos Estados do Paraná, desmembrado da Diocese de São Paulo, e o de Santa Catarina, separado da Diocese do Rio de Janeiro (4).

último Vigário da Vara de Curitiba, Rev^o Agostinho Machado Lima e seu escrivão o Cap.m Sezinando de Sá Ribas, prestou juramento e entrou no exercício do dito cargo, nomeando para seu escrivão a Aurelio Ribeiro de Campos, que no mesmo dia, 14 de Agosto de 1879, prestou juramento.

- (2). — As funções do Vigário Geral Forense eram: dispensar os impedimentos matrimoniais e proclamas; dar justificação de batismo e estado livre; preparar processos para casos de anulação de matrimônios; dar absolvição aos pecados reservados e às censuras anexas; possibilitar a reconciliação de igrejas interdidadas; liberar sepultura, em lugares sagrados, a pessoas sôbre as quais existiam dúvidas; dar provisão para a exposição solene do Santíssimo Sacramento e procissões solenes; fazer visitas aos locais para a construção de igrejas, capelas e oratórios e dar delegação a outros sacerdotes para fazerem as visitas em seu nome; realizar inspeção, jurisdição sôbre vigários, coadjutores e religiosos; suprimir capelânias; e outras.
- (3). — Falecendo, em 1885, o 1^o Vigário Geral Forense, Pe. Júlio Ribeiro de Campos, sucedeu-o o Pe. João Evangelista Braga, nomeado por Provisão de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, de 19 de setembro do mesmo ano. A posse deu-se a 26 de setembro, tendo o Vigário Geral Forense exercido o seu cargo até 1888.

Pela Provisão de 2 de outubro de 1888, Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho nomeou o Pe. Antônio Joaquim Ribeiro para o cargo de Pró-Vigário Geral Forense.

O último Vigário Geral Forense foi o Pe. Alberto José Gonçalves, nomeado por Provisão do referido Bispo de São Paulo, datada de 16 de dezembro de 1890. Exerceu a função até 1894.

- (4). — FEDALTO (Pe. Pedro). — *Criação da Diocese de Curitiba*. Cap. II *Curitiba na História Hierárquica do Brasil*. In "A Arquidiocese de Curitiba na sua história". [Curitiba, s. ed., 1958], p. 15 .

CAPÍTULO II

Curitiba na História Hierárquica do Brasil

..... CRIAÇÃO DA DIOCESE DE CURITIBA —

Havia 63 paróquias e 15 curatos para uma população de 700.000 habitantes aproximadamente e uma superfície de 295.458 km². O clero

Para ser o 1º Bispo da Diocese de Curitiba, o Papa Leão XIII escolheu o Cônego José de Camargo Barros.

Foi sagrado Bispo em Roma, a 24 de junho de 1894, pelo Cardeal Lucido Maria Parochi, Vigário Geral do Papa. Estiveram presentes à sagração, Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, Bispo Coadjutor de São Paulo e 1º Cardeal da América do Sul, Dom Eduardo Duarte Silva, Bispo de Goiás, o Ministro Dr. Francisco Badaró, e outras pessoas.

A 30 de setembro, Dom José de Camargo Barros tomava posse na Catedral de Curitiba.

Depois de profícuo govêrno, a 9 de novembro de 1903, foi transferido, por Leão XIII, para o Sólido Episcopal de São Paulo.

Em 1905, o Papa S. Pio X concedeu-lhe o título de Conde Romano, de Prelado Doméstico e Assistente do Sólido Pontifício.

De volta de uma viagem feita à Itália, Dom José de Camargo Barros pereceu, a 4 de agosto de 1906, numa naufrágio, na altura de Palos, perto da Espanha.

O 2º Bispo de Curitiba foi Dom Duarte Leopoldo e Silva.

Sagrado Bispo em Roma, aos 22 de maio de 1904, tomou posse na Catedral de Curitiba a 2 de outubro do referido ano.

Governou a Diocese de Curitiba durante 30 meses, sendo transferido, a 7 de janeiro de 1907, para o Sólido Episcopal de São Paulo, onde tomou posse a 14 de abril do mesmo ano.

Faleceu aos 13 de novembro de 1938.

No tempo do 1º Bispo de Curitiba não havia o cargo de Vigário Geral na Diocese de Curitiba. No govêrno de Dom Duarte Leopoldo e Silva foi nomeado o 1º Vigário Geral, recaindo a escolha sobre o Mons. Alberto José Gonçalves (5).

Para assumir a direção da Diocese de Curitiba, foi escolhido, em 19 de dezembro de 1907, Dom João Francisco Braga.

A 17 de fevereiro de 1908, tomou posse na Catedral de Curitiba, tendo governado durante mais de 27 anos.

era reduzidíssimo, pois, das 39 paróquias do Paraná, incluídos os curatos, 11 estavam vagas e anexas e das 39 existentes em Santa Catarina, 22 não possuíam vigário.

- (5). — Os Vigários Gerais da Diocese e depois Arquidiocese de Curitiba foram: Alberto José Gonçalves — 1905-1909; Mons. Celso Itiberê da Cunha — 1909-1930; Mons. Lamartine Correia de Miranda — 1935-1954; Mons. Jerônimo Mazarot o — 19 4, ainda em exercício. Foram nomeados Vigários Gerais, Dom Pedro Fedalto, Bispo Auxiliar de Curitiba, a 3 de junho de 1966 e Mons. Boleslau Falaz, a 13 de fevereiro de 1967.

No comêço do seu govêrno, o Papa S. Pio X criou, a 19 de março de 1908, a Diocese de Florianópolis, abrangendo o Estado de Santa Catarina. Neste mesmo ano, a 7 de julho, o Papa constituiu, pela Bula *Diocesium nimi am amplitudem*, a Província Eclesiástica de São Paulo e os Bispados Sufragâneos de Botucatu, Campinas, Ribeirão Prêto, São Carlos do Pinhal, Taubaté e de Curitiba.

Dom João Francisco Braga muito influu para que fôsse constituída a Província Eclesiástica do Paraná, com sede em Curitiba. A 10 de maio de 1926, pela Bula *Quum in dies*, Pio XI criou as Dioceses de Ponta Grossa e Jacarèzinho e a Prelazia de Foz do Iguaçu, sendo Curitiba elevada a Arquidiocese, constituindo a Província Eclesiástica do Paraná (6). Dom João Francisco Braga foi elevado à dignidade de Arcebispo de Curitiba.

Comunicando ao clero e aos fiéis a criação da nova Província Eclesiástica, Dom João Francisco Braga publicou expressiva carta pastoral e proclamou Curitiba, Arquidiocese de Maria.

Ainda no seu govêrno, o Papa Pio XI constituiu, pela Bula *Ad Christi fidelium*, de 9 de dezembro de 1933, a Prelazia de Palmas.

Por motivo de doença, Dom João Francisco Braga solicitou demissão do cargo de Arcebispo de Curitiba. A 22 de janeiro de 1935,

(6). — DUARTE (Arcebispo de São Paulo). — *Decreto de S. Santidade o Papa Pio XI*. In "Livro de registro e transcripções de Pastores = Mandamentos e outras determinações diocesanas". Tombo nº 4, p. 185/v.

Decreto de S. Santidade o Papa Pio XI.

Sua Santidade o Santíssimo Padre Pio Onze dignado commissio-nar-nos para a execução da Bula cujas primeiras palavras são "*Cum in dies numeros*", datada do dia dez de Maio de 1926, pela qual o Santíssimo Padre desagregou da província eclesiástica de São Paulo, cujo metropolita somos, o território todo da diocese de Curitiba elevada à dignidade de Arquidiocese e nas outreis partes erigindo as dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho e a Prelazia — "*nullios*" de Fóz do Iguassú, na qualidade tôdas de sufraganeas da igreja Metropolitana de Curitiba, pelo presente Decreto e pela autoridade que nos foi especialmente outorgada para êsse fim, mandamos se execute fielmente a citada Bulla como se aqui e literalmente se encontrasse transcripta. Tocante aos bens móveis e imoveis, direitos e documentos dizendo respeito aos logares ou pessoas, e que em virtude da Bulla devem pertencer às novas dioceses e a Prelazia, sejam a ellas pela antiga diocese de Curitiba transmitidos. Do presente Decreto será cuidadosamente conservado um exemplar autêntico no Archivo da nova Arquidiocese de Curitiba acrescido da Bulla original, bem como no Archivo de cada uma das dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho, da Prelazia "*nullios*" da Fóz do Iguassú e de nossa Cúria Metropolitana. Dado em São Paulo no dia 16 de Setembro de 1926. (assignado) Duarte, Arcebispo de São Paulo.

a Santa Sé concedeu a renúncia. Nomeado Arcebispo Titular de Soterópolis, Dom João Francisco Braga partiu para São Paulo, procurando melhora para o seu estado de saúde. Faleceu a 13 de outubro de 1937.

O Papa designou, aos 16 de dezembro de 1935, Dom Attico Eusébio da Rocha para sucessor de Dom João Francisco Braga. Tomou posse a 7 de março de ano seguinte e exerceu um govêrno que haveria de durar 14 anos.

Quando Dom Attico Eusébio da Rocha veio para Curitiba, a cidade ainda não estava dividida em paróquias. A única paróquia que existia, juridicamente, era a da Catedral, ou seja, a de Nossa Senhora da Luz. Foram, então, criadas sete paróquias na Capital e dez no interior do Estado do Paraná.

No comêço do govêrno de Dom Attico, foram fundadas, na Arquidiocese, a Ação Católica, a Confederação das Associações Católicas e a Federação das Congregações Marianas.

O progresso da cidade de Curitiba motivou o alargamento da avenida Barão do Serro Azul, ficando prejudicada a residência do Cura da Catedral, primeiro e antigo Palácio Episcopal. O Arcebispo Metropolitano empreendeu a construção do atual presbitério da Catedral, com recursos da Mitra da Arquidiocese e auxílio dos fiéis. O presbitério contíguo à Catedral Metropolitana veio possibilitar melhor atendimento aos encargos paroquiais. Nêle estão instalados o Arquivo e a Secretaria paroquial (7).

Em substituição a Dom Attico Eusébio da Rocha, que faleceu a 11 de abril de 1950, depois de um govêrno profícuo, foi nomeado o atual Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Manuel da Silveira D'Elboux, que tomou posse a 8 de dezembro do mesmo ano.

Em comemoração ao I Centenário da Emancipação Política do Paraná, Dom Manuel da Silveira D'Elboux realizou, de 26 a 29 de novembro de 1953, o 1º Congresso Eucarístico Provincial do Paraná.

Com a finalidade de realçar as cerimônias da Catedral e auxiliar o govêrno da Arquidiocese de Curitiba, Dom Manuel da Silveira D'Elboux solicitou, à Santa Sé, a criação do Cabido Metropolitano. A Bula *Ex antiquissima maiorum consuetudine*, de 1º de novembro de 1952, criou o Cabido Metropolitano de Curitiba.

(7). — O presbitério da Catedral Metropolitana de Curitiba está situado à rua Barão do Serro Azul, nº 31. Foi inaugurado a 8 de setembro de 1948, devendo-se o projeto ao Engenheiro Carlos Barontini e a construção, à firma Marcos Baggio & Cia.

A 25 de dezembro de 1952, oito sacerdotes do clero secular arquidiocesano, escolhidos pelo Arcebispo Metropolitano, receberam as honras do canonicato 8).

Outra modificação ocorreu na Arquidiocese de Curitiba com a Bula *Latissimas partire ecclesias*, do Papa Pio XII, de 19 de fevereiro de 1956, que criou as Dioceses de Londrina e de Maringá, desmembradas da Diocese de Jacarèzinho.

Com a criação das Dioceses, aumenta o número de Bispos da Província Eclesiástica do Paraná (9).

A Prelazia de Palmas foi elevada a Diocese, a 14 de janeiro de 1958, pela Bula *Quoniam venerabilis frater*, do Papa Pio XII.

A Arquidiocese de Curitiba crescia e apresentava expressivo número de habitantes, igrejas e oratórios, paróquias, sacerdotes seculares e regulares, casas de religiosos e de religiosas, religiosas professoras, faculdades católicas, alunos, colégios para meninos e para meninas, institutos de caridade e internatos.

Novamente a Arquidiocese de Curitiba foi distinguida pela Sé Romana com a criação dos Bispados de Campo Mourão e de Tole-

-
- (8). — FEDALTO (Pe. Pedro). — *A Arquidiocese de Curitiba na sua história* ... cap. V, p. 37-38.

CABIDO METROPOLITANO

.....

Aos 25 de dezembro do mesmo ano [1952], Dom Manuel, Arcebispo Metropolitano, escolhia oito sacerdotes do clero secular arquidiocesano e lhes conferia as honras do canonicato.

Passaram a integrar o Cabido, como membros fundadores, os seguintes sacerdotes: Monsenhores Maurício Dunand, Capelão do Colégio do Cajurú, Jerônimo Mazzarotto, Pároco inamovível de Santa Teresinha, Aloísio Domanski, Pároco inamovível de Campo Largo, Isidoro Mikosz, Cura da Catedral, Henrique Oswaldo Falarz, Pároco inamovível da Lapa, e os Padres Boleslau Falarz, Pároco de São Francisco de Paula, Vicente Vítola, Capelão do Colégio de Sion e Curial, e Bernardo José Krasinski, Chanceler do Arcebispado.

Sua Excia. empossou-os no cargo, aos 25 de março de 1953.

Com a morte do Cônego Mons. Aloísio Domanski, ocorrida, em 1956, para substituí-lo foi nomeado o Pe. João Raimundo de Camargo Penteadou Faria, pároco de Morretes.

- (9). — A Província Eclesiástica de Curitiba, em 1956, sob a jurisdição de Dom Manuel da Silveira D'Elboux, Arcebispo Metropolitano, contava com os seguintes Bispos: Dom Antônio Mazzarotto, Bispo Diocesano de Ponta Grossa, Dom Geraldo de Proença Sigaud, S. V. D., Bispo Diocesano de Jacarèzinho, Dom Manoel Koenner, S. V. D., Bispo-Prelado de Foz do Iguaçu, Dom Fr. Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello, O.F.M., Bispo Prelado de Palmas, Dom Geraldo Fernandes, Bispo Diocesano de Londrina e Dom Jaime Luiz Coelho, Bispo Diocesano de Maringá.

do, pela Bula *Cum venerabilis*, de 20 de junho de 1959, do Papa João XIII, em território da Prelazia extinta de Foz do Iguaçu.

O Paraná passou a contar com o Exarcado dos Ucrânicos, instituído a 30 de maio de 1962, pela Bula *Qui divino consilio*, do Papa João XXIII, sendo nomeado Exarca, Dom José Romão Martenetz.

Paranaguá, a cidade mais antiga do Paraná, teve a sua Diocese criada a 21 de julho de 1962, pela Bula *Ecclesia Sancta*, do Papa João XXIII, sendo desmembrada do território de Curitiba.

Mais recentemente, a 28 de novembro de 1964, foi criada a Diocese de Apucarana, pelo Decreto Consistorial *Ad majorem Domini gregius*, do Papa Paulo VI.

O jornal officioso do Vaticano, de 30 de dezembro de 1965, publicou a notícia da criação da Diocese de Guarapuava, sufragânea da Arquidiocese de Curitiba e formada com territórios desmembrados das Dioceses de Ponta Grossa, Campo Mourão e Toledo. Foi escolhido para Bispo de Guarapuava o Pe. Frederico Helmel, S. V. D., sagrado em Viena, a 19 de maio de 1966 e que tomou posse a 26 de junho. Dom Manuel da Silveira D'Elboux, por delegação especial do Núncio Apostólico, instalou a Diocese e deu posse ao Bispo (11).

Com a criação das Dioceses e do Exarcado dos Ucrânicos, aumentou o número de componentes do Episcopado do Paraná (12).

- (10). — FEDALTO (Pe. Pedro). — *A Arquidiocese de Curitiba na sua história* ... p. 357.

Estado Atual da Arquidiocese em 1958:

Habitantes	680.000	Faculdades Católicas	3
Igrejas e Oratórios ..	568	Alunos	555
Paróquias	61	Colégios para meninos	26
Sacerdotes Seculares ..	31	Alunos	6.819
Sacerdotes Regulares .	171	Colégios para meninas	35
Casas de Religiosos ..	58	Alunas	8.315
Casas de Religiosas ..	81	Institutos de Caridade	29
Religiosas professoras ..	810	Internatos	4.838

- (11). — Atualmente, o Núncio Apostólico no Brasil é Dom Sebastião Baggio, Arcebispo Titular de Êfeso.
- (12). — O Episcopado do Paraná apresenta a seguinte constituição: Dom Manuel da Silveira D'Elboux, Arcebispo de Curitiba; Dom Geraldo Fernandes, Bispo de Londrina; Dom Jaime Luiz Coelho, Bispo de Maringá; Dom Eliseu Simões Mendes, Bispo de Campo Mourão; Dom Armando do Círio O. S. J., Bispo de Toledo; Dom Geraldo Pellanda, Bispo de Ponta Grossa; Dom Pedro Filipak, Bispo de Jacarésinho; Dom Romeu Alberti, Bispo de Apucarana; Dom Bernardo José Nolker, C. SS. R., Bispo de Paranaguá; Dom Frederico Helmel, Bispo de Guarapuava; Dom Romão Martenetz, Exarca dos Católicos Ucrânicos; Dom

Atualmente, a Arquidiocese de Curitiba conta com 42 paróquias na capital, 3 igrejas reitorais e 24 paróquias no interior (13).

Curitiba recebeu a visita de alguns Núncios Apostólicos junto ao governo brasileiro.

O 1º Núncio Apostólico a visitar Curitiba foi Dom Júlio Tonti, Arcebispo de Ancira, que esteve em visita oficial de 9 a 17 de julho de 1906, tendo visitado algumas colônias.

Visitou Curitiba, em agosto de 1954, o Cardeal Adeodato João Piazza, Secretário da Sagrada Congregação Consistorial e Legado Papal ao I Congresso da Padroeira do Brasil, que se realizou nos dias de setembro, em São Paulo.

A 12 de fevereiro de 1957, Dom Armando Lombardi, Arcebispo Titular de Cesaréia de Filipe e Núncio Apostólico no Brasil, veio à Capital do Paraná. Esteve em Paranaguá, Foz do Iguaçu e Londrina, onde instalou a Diocese e empossou o 1º Bispo, Dom Geraldo Fernandes, C. M. F.

Nos últimos dias do mês de março de 1965, esteve em visita ao Paraná, Dom Sebastião Baggio, Arcebispo Titular de Éfeso e Núncio Apostólico no Brasil, por ocasião do jubileu de prata da sagração episcopal de Dom Manuel da Silveira D'Elboux, Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Dom Sebastião Baggio esteve novamente em Curitiba, em agosto de 1966, para a sagração de Dom Pedro Fedalto, Bispo Titular de Castelo de Trataporto e Auxiliar de Curitiba.

*

Inácio Krause, C. M., Bispo de Shunteh (China) e Auxiliar de Curitiba; Dom Jerônimo Mazzarotto, Bispo Auxiliar de Curitiba e Dom Pedro Fedalto, Bispo Auxiliar de Curitiba.

- (13). — BOLETIM ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA — PARANÁ — [Curitiba], Gráfica Vicentina Ltda., 1966, ano XXIX, nº 42, anexo 2.

Paróquias da Capital:

Abranches, Água Verde, Alto da Glória, Ahu de Cima, Barigui, Barreirinha, Biogorriho, Boa Vista, Bom Jesus, Boqueirão, Cabral, Campo Comprido, Capanema, Catedral, Coração de Maria, Cristo Rei, Espírito Santo, Guadalupe, Guabirota, Higienópolis, Hugo Lange, Mercês, Orleans, Pinheirinho, Portão, Rocio, Salette, Santa Cândida, Santa Felicidade, São Francisco de Paula, Santa Quitéria, Santa Teresinha, São Vicente de Paulo, Tarumã, Uberaba, Umbará, Vila Feliz, Vila Guafra, Vila Hauer, Vila Isabel, Vila Oficinas e Vila Tingüí.

Igrejas Reitorais:

Ordem, Rosário e Santo Estanislau.

Paróquias do Interior:

Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Batêias, Campo Largo, Catanduva, Colombo, Contenda, Lapa, Mandirituba, Murici, Pal-

II. — IGREJA DE NOSSA SENHORA DA LUZ, CATEDRAL METROPOLITANA DE CURITIBA.

A primeira povoação curitibana localizou-se à margem do rio Atuba. Depois os povoadores vieram para o local onde está situada a atual praça Tiradentes e levantaram uma capela para o culto religioso. Naquela praça, ergue-se a Catedral Metropolitana da Arquidiocese de Curitiba.

Aos 4 de novembro de 1668, foi levantado o pelourinho na povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, pelo Capitão-mor Gabriel de Lara, atendendo ao pedido dos moradores da referida povoação, localizada em terras e limites de demarcação do Marquês de Cascais. Gabriel de Lara, procurador do Marquês de Cascais, assim procedeu por convir ao serviço do rei e do donatário.

A criação da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba se não é anterior à da vila, remonta à mesma época, talvez em novembro de 1668 (14).

Foi na igreja de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais que, a 29 de março de 1693, reuniu-se o povo da vila para solicitar ao Capitão-povoador, Matheus Martins Leme, a instalação da justiça, sendo atendida a petição.

Não há certeza quanto ao início da freguesia, pois dos primeiros assentos de batizados pode-se apenas concluir que ela já existia em 1684.

O Vigário Geral Forense Júlio Ribeiro de Campos, nomeado por D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho para governar por cinco anos o Paraná, encontrou no arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Luz um resto de livro rubricado em 1683 pelo Visitador Phelippe de Campos para os assentamentos de batizados dos filhos de casados e de bastardos, e de casamentos. Pela importância histó-

meira, Piraquara, Pôrto Amazonas, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Rondinha, São João do Triunfo, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul e Água Branca, Tijucas do Sul, e Tomás Coelho.

- (14). — CARVALHO (Dom Lino Deodato Rodrigues de). — *Visita Pastoral. Provimto geral dado em visita por S. Ex.a o Senhor Bispo Diocesano Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho a Parochia de Nossa Senhora da Luz da Cidade de Curitiba, Capital da Provincia do Paraná e Bispado de São Paulo, no anno de 1882 como abaixo de declara.* In "3º Livro do Tombo da Matriz da Curitiba". Paraná, cap. III, f. 4 v.

III

.....
Devemos supor, que a criação da Parochia, se não é anterior á da Villa, remonta á essa mesma epocha, Novembro de 1668; ...

rica, o Vigários Geral Forense mandou reunir o resto de livro a dois outros livros antigos de assentos de batizados, de 1714 a 1737. Deduz-se que Curitiba já era freguesia por volta de 1684 (15).

O centro da vida religiosa, política e social na zona dos campos de Curitiba era a igreja de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais.

A 15 de novembro de 1720, o Procurador do Conselho, Capitão José Nicolau Lisboa requereu que se mandasse afixar um edital para os moradores do rocio a fim de comparecerem no dia seguinte, sábado, 16 de novembro, à procissão para a entronização de uma imagem da padroeira, vinda de Portugal.

Em fevereiro de 1747, Curitiba era paróquia, como se comprova com o termo de abertura feito no 1º Livro do Tombo pelo Vigário Manoel Domingues Leytão e do tomo registrado pelo escrivão *ad hoc*, Pe. Francisco de Meyra Callassa, tudo feito por comissão de Dom Bernardo Rodrigues Nogueyra, 1º Bispo de São Paulo, que governou desde 8 de dezembro de 1746 a 7 de novembro de 1748, data do seu falecimento (16).

-
- (15). — CAMPOS (Julio Ribrº de). — *Observação*. In “Baptizados. 1648-1737”, f. s. n.

— Observação —

Tendo encontrado, no arquivo desta paróquia, um resto de livro, rubricado em mil seiscentos e oitenta e três pelo Visitador Phelippe de Campos e destinado para assentamentos de Baptizados dos filhos de casados, bastardos e também de casamentos; assentamentos esses que, me parece, são os mais antigos desta freguesia, afim de conservar essas folhas avulsas, que contão quasi dois seculos de existencia, e nas quaes existem = assentos de baptizados feitos pelo Conego João da Veiga Coutinho, fundador de São José dos Pinhaes; pelo Padre Melchior de Pontes, natural de São Paulo, Jesuita celebre pela sua vida sancta, e bem assim os termos dos mais antigos Visitadores que por aqui tem andado, para conservar, , essas folhas avulsas, numerei-as, são cento e dezenove, e mandei reunil-as a dois outros livros antigos de assentos de Baptizados-de 1714 a 1737. Das cento e dezenove folhas estão em branco as folhas — de 32 — a 50 — e de 98 — a — 116. Curitiba, 4 de Novembro de 1882.

O Vigrº Geral Forense Julio Ribrº de Campos.

- (16). — LEYTÃO (Vigrº Manoel Domingues). — [Termo de abertura]. In “1º Livro do Tombo da Parochia de N.a S.ra da Luz dos Pinhães da Villa [depois cidade] de Coriytiba — Annos de 1747 a 1878”, f. s. n.

Este livro ha de servir de Tombo desta Igr.a de Nossa Snr.a da Lux, da v.a de Curityba, vay numerado, e Rubricado por mim com a m.a Rubrica costumada = Leytão, por ordem de sua Ex.ia e Rm.a e no fim leva o termo de encerram.to. Curityba de fevereyro 20 de 1747.a

O Vigrº Manoel Domingues Leytão

A antiga matriz era construída de pedra e barro, espaçosa e de linhas elegantes. O material da construção sofreu estragos por causa de um aumento de três palmos feito sôbre a parede principal, abrindo-se profunda fenda, que aumentou com o despedaçamento do cruzeiro de pedra, ocasionado por um raio.

Os fundos da sacristia, que ficava atrás do altar-mor, quase fechavam a rua, que partindo da igreja da Ordem Terceira chegava ao largo da matriz, depois D. Pedro II.

Em 1860, por ocasião do levantamento das tôrres, sucedeu que quando estavam em meia altura, sofreram um abatimento, produzindo-se fendas no frontespício, o que irá determinar, mais tarde, a sua completa demolição.

Realizando-se a festa de Nossa Senhora da Luz, em 1875, durante as novenas, que haviam começado a 29 de novembro, houve a queda de caliça na parte central da igreja, sendo motivo de preocupação para os presentes.

A Câmara Municipal de Curitiba representou ao Presidente da Província, Dr. Adolpho Lamenha Lins, sôbre as condições da matriz (17). O Presidente nomeou comissões de engenheiros para fazerem uma vistoria na edificação, que foi julgada em estado de ruína (18).

(17). — A Lei Provincial nº 1, de 26 de julho de 1854, designou a cidade de Curitiba para capital da Província do Paraná.

(18). — CAMPOS (Júlio Ribeiro de). — *Trecho do Relatório, op. cit.* Orago Nossa Senhora da Luz, f. 10.

= Orago =
Nossa Senhora da Luz
Igreja Matriz =

.....
A antiga matriz era situada de maneira que os fundos da Sachristia, que ficava atraz do altar mór, quasi feicharão a rua que, partindo da Ordem 3a. desemboca no largo da matriz, hoje de D. Pedro 2º; esta collocação da igreja deu lugar a chamar-se = Feichada = a sobredita rua, pois tinha ella duas estreitas sahidas para o Largo, de ambos os lados da Sachristia da Matriz. Quando em 1860, quizeram levantar as torres da antiga igreja, ellas estando apenas em meia altura, abaterão produzindo algumas fendas no frontespicio. Desde então apesár dos meios empregados para consolidar o edificio, foi o estado d'este sempre o peor, até que, em 1875, fazendo-se a festa de Nossa Senhora da Luz, durante as novenas que, n'esse anno princip'arão a 29 de Novembro, por ter sido transferida a festa, que costuma sempre ter lugar no dia proprio, 8 de Setembro, houve um grande temporal que occasionou a queda de alguns pedaços de caliça no corpo da igreja, como isso o povo sahio sob'resaltado. Depo's a Cama-ra Municipal representou ao Presidente da Provincia Dr. Adolpho Lamenha Lins, sobre o estado ruinoso da matriz. O Presidente nomeou diversas commissões de Engenheiros

O Dr. Adolpho Lamemha Lins solicitou a Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, Bispo de São Paulo, licença para a transferência dos atos paroquiais e transladação do Santíssimo Sacramento, imagens e outros pertences da igreja matriz para a capela do Rosário, escolhida para ser a matriz provisória, em vista do perigo de desabamento e da necessidade de reconstrução daquela igreja. Concedida a autorização, num domingo, à tarde, 19 de dezembro de 1875, foi feito o ato de transladação e três dias depois começou a demolição, que terminou em 1880 (19).

Os altares da matriz foram colocados na capela do Rosário e uma parte do vigamento foi utilizada na igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas.

A pedra fundamental da atual matriz foi benta pelo Vigário Agostinho Machado Lima, a 15 de fevereiro de 1876, tendo assistido ao ato as autoridades e o povo.

Expressivo convite da comissão encarregada da solenidade, foi publicado no jornal Dezenove de Dezembro (20). O referido jor-

para examinarem o edificio, que por elles foi declarado = ameaçar ruína =; em vista disso escolheu-se, para servir provisoriamente de matriz, a Capela do Rozario, e para ella n'um Domingo, 19 de Dezembro de 1875, pelas 4 horas da tarde foram processionalmente trasladadas, em 13 andores, as imagens da matriz.

- (19). — CARVALHO (Dom Deodato Rodrigues de). — *Visita Pastoral. Pro-
vimento geral...* f. 4 v.

.....
Instado por telegramma do Ex.mo Presidente, Doutor Adolpho Lamemha Lins, para autorisarmos a transferencia dos actos parochiaes e a transladação do Santissimo Sacramento, Imagens & da Matriz para a Capella do Rosario, em rasão do estado ruinoso d'aquella, imminente perigo de desabamento e necessidade de sua reconstrução, Concedemos, por despacho telegraphico, a autorisação pedida e n'um domingo, á tarde, 19 de Dezembro de 1875, vigessimo segundo anniversario da installação da Provincia, effectuou-se com toda a solemnidade o acto da transladação.

Deo-se começo tres dias depois, aos trabalhos da demolição, que completaram-se em 1880, tempo em que foram removidos uns restos de paredes que ainda existiam, sendo as pedras, com excepção de algumas maiores, empregadas no calçamento de algumas ruas, no entanto que as telhas e a maior parte do madeiramento, foram vendidas á particulares para usos profanos.

- (20). — DEZENOVE DE DEZEMBRO-A. XXIII, nº 1682. Noticiario — Convite. Curityba, sabbado, 12 de fev. de 1876, p. 3, col. 1.

NOTICIARIO

CONVITE

.....
Devendo real'sar-se no proximo dia 15 do mez corrente, as 4 horas da tarde, as cerimonias da benção e collocação da pedra fundamental

nal apresentou também uma notícia completa sôbre o acontecimento (21).

Para a construção da matriz foi necessário desapropriar duas casas e um prédio, êste ficava contíguo aos fundos da sacristia, de modo a facilitar o trânsito por todos os lados do edifício.

Em 1880, foram desmanchados os restos de paredes da antiga matriz, servindo as pedras maiores para macadamizar algumas ruas a serem preparadas para a recepção a Suas Majestades Imperiais, que visitaram a Província do Paraná, em maio do referido ano.

Em virtude de Provisão de 30 de agôsto de 1893, foi procedida, a 7 de setembro daquele ano, a bênção solene da nova matriz da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba, pelo Pe. Alberto José Gonçalves, Vigário Colado.

A planta da igreja, construída em estilo gótico, foi elaborada pelo engenheiro Pucci, residente em São Paulo, passando por algumas modificações introduzidas pelos engenheiros que dirigiram a cons-

da nova matriz desta capital, na presença de S. Ex. o Sr. presidente da provincia, dos altos funcionarios e autoridades do lugar, e com todas as formalidades do estylo; convidamos como membros da commissão encarregada de promover essa solemnidade todos os habitantes desta cidade para assistirem a esses actos, que devem verificar-se junto do pavilhão que ergueu-se no terreno escolhido para o templo, no largo da Matriz, entre as ruas do Chafariz e do Atlantico.

A commissão, convicta dos sentimentos religiosos do povo curitybano, a quem altamente interessa a construcção da igreja, espera que um grande concurso de fieis abrilhante a solemnidade.

Curityba, 12 de Fevereiro de 1876.

O vigario Agostinho Machado Lima

Agostinho Ermelino de Leão

José de Almeida Barreto.

(21). — ———, nº 1.683. Noticiario — Igreja Matriz. Curityba, quarta-feira, 16 de fev. de 1876, p. 3, col. 1/2.

IGREJA MATRIZ

.....

Às 4 horas da tarde chegou S. Ex. o Sr. Dr. presidente da provincia [Adolpho Lamenha Lins], acompanhado por alguns membros da commissão e da assembléa provincial, encontrando ahi já as Exmas. Sras. designadas para servirem de paranymphas; as quaes conduziram a pedra em que se viam em intelligiveis palavras uma adequada inscripção.

Seguiu-se a benção, com todas as solemnidades do estylo, durante cujo acto a musica de policia executou uma escolhida variação.

Finda a cerimonia, o revmo. vigario Agostinho M. Lima, leu um discurso, solicitando entre palavras elouquentes o auxilio do povo para se levar a effeito a factura e construcção do templo, cuja primeira pedra iam collocar.

trução, como Dr. Pao Brasil, João Lazzarini, Presidente Dr. Alfredo D'Escragnolle Tauney, e outros. O Presidente da Província do Paraná, Dr. Brasília Augusto Machado d'Oliveira muito colaborou para a construção da matriz, possibilitando a extração de loterias. O Governador do Estado, Tenente Coronel Innocencio Serzedello Corrêa também deu ajuda eficiente, mandando restituir o depósito do lucro das loterias, que se encontrava no Tesouro. Além disso, diversas comissões contribuíram para a construção da igreja, destacando-se os nomes que se acham inscritos em uma lápide à entrada do templo.

A cerimônia da bênção da matriz realizou-se com tôda a solemnidade, fazendo-se em seguida a transladação da imagem da padroeira e do Ssmo. Sacramento, que se encontravam, naquela ocasião, na capela que servia de matriz. O ato contou com a presença de autoridade civis e militares, funcionários, o povo e diversos sacerdotes, sendo rezada missa solene e feita a pregação pelo Cônego Manoel Vicente da Silva (22).

Dom José de Camargo Barros, 1º Bispo de Curitiba, na Pastoral de 21 de novembro de 1899, tratou do Concílio Plenário Latino-Americano, ao qual esteve presente e determinou a consagração da Diocese ao Sagrado Coração de Jesus, prescrita pelo mesmo Concílio. A consagração da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba deu-se aos 25 de dezembro de 1889, sendo lida a fórmula de

-
- (22). — GONÇALVES (Pe. Alberto José). — *Bençam da Matriz*. In "3º Livro do Tombo da Matriz de Curitiba — Paraná", f. 155 v./156.

Bençam da Matriz.

No dia sete de Setembro de 1893,... procedi á bençam solemne da Matriz novamente construida desta Parochia de Curitiba.

... A planta que foi executada é obra do engenheiro Pucci, residente em S. Paulo e que soffreu algumas alterações feitas pelos diversos engenheiros que administraram as obras, como os D.or Pao Brasil, João Lazzarini, Presidente Taunay e outros.

E' de justiça que se lembrem n'este registro os nomes dos D.or Brasílio Augusto Machado d'Oliveira, Presidente da Provincia a quem se deve a extracção de loterias para a construcção da Igreja; Tenente Coronel Innocencio Serzedello Corrêa, Governador do Estado, o qual com toda boa vontade secundou os desejos do Presidente da Commissão das Obras, mandando restituir o deposito do beneficio da loterias que se achava no Thesouro, porquanto havia-se decidido que a Igreja não tinha mais direito á receber aquella quantia, que se dispendêra a titulo de emprestimo pelo Governo da ex-Provincia.

Muitos e relevantes serviços prestaram ainda os Snrs. Wieland e Henrique Henning, concorrendo com suas habilitações profissionaes para a construcção solida do edificio, bem como o Sr. José Moreira de Freitas.

Quando em Setembro de 1888 assumi a administração desta Parochia e a presidencia da commissão das obras, encontrei o Templo em

consagração pelo Cura da Catedral, Mons. Alberto José Gonçalves e repetida pelos fiéis que se encontravam na Catedral.

No Livro do Tombo nº 4, que traz o título Registro e transcripções de Pastoraes = Mandamentos e outras determinações diocesanas, há referências à inauguração da capela do Santíssimo Sacramento da Catedral, em 1º de fevereiro de 1903, por Dom José de Camargo Barros, que celebrou missa solene e fêz apêlo aos seus diocesanos da capital para fazerem reviver a irmandade do Santíssimo Sacramento. À tarde, houve reunião no consistório da Catedral de alguns membros da antiga associação, sob a presidência do Cônego Celso Itiberê da Cunha, resolvendo-se reorganizar a irmandade. Atualmente, não existe esta irmandade (23).

ponto de receber os madeiramentos e, o que me fazia desanimar, uma divida de quarenta contos de reis. Dev'ido, porém, á boa vontade do Governador Serzedello e do Inspetor do Thesouro Commendador Icilio Orlandini, não só consegui pagar a divida, como ainda arranjar meios para levar a effeito esta obra tão ardentemente desejada e necessaria.

E' ainda de justiça que n'esta. linhas fique consignada não só a minha gratidão, mas ainda a da Igreja para com os illustres membros das diversas commissões que se incumbiram da construcção da Matriz, salientando, porem, aquelles que comigo serviram e cujos nomes se acham inscriptos em uma lapide na entrada do Templo, a saber: Doutor José Pereira dos Santos Andrade, Barão do Serro Azul, T.te C.el Benedicto Enéas de Paula, Com.dor Antonio Martins Franco, Capitão Joaquim José Bellarmino de Bittencourt e o mestre das Obras Sr. Carlos Augusto Warnecke.

A cerimonia da bençam fez-se com toda a pompa e magnificencia, começando ás dez horas da manhã, fazendo-se em seguida a transladação da Imagem da Padroeira e o S.S. Sacramento que se achavam na Capella da Ordem 3a. que servia de Matriz. Compareceram ao acto todas as autoridades civis e militares, Tribunal de Justiça, immenso concurso de povo e tomaram parte dezeseis reverendos sacerdotes. Cantou-se depois a missa solemne prégando por essa occasião o Rvd.mo Conego Manoel Vicente da Silva.

Pe. Alberto José Gonçalves. Vigario Collado.

- (23). — ... Inauguração da Capella do Santissimo. In: Livro de registro e transcripções de Pastoraes = Mandamentos e outras determinações diocesanas. Tombo nº 4, f. 186-187.

Inauguração da Capella do Santissimo.

Realizou-se domingo ultimo (1º de Fevereiro de 1903) com grande imponencia, a inauguração da Capella do Santissimo Sacramento da Cathedral. Ás 8 horas ao chegar S. Ex.cia Rev.ma o Snr. Bispo Diocesano, o vasto recinto da Cathedral achava-se repleto de fiéis. A missa celebrada por S. Ex. Rev.ma tornou-se solemne, já pelas ceremonias do altar, e a numerosa communhão que houve, já pelos canticos apropriados que foram executados sob a regencia do Snr. Carlos Frank, sobresahindo a vóz sempre sonora de Da. Constança Vidal. Depois da missa S. Ex. Rev.ma do alto do pulpito fez um eloquente sermão, tra-

No governo de Dom Duarte Leopoldo e Silva, por ocasião das festas do Jubileu da Imaculada Conceição, em fins de 1904, foi procedida a bênção do grande sino, que vindo da Europa para a inauguração da Catedral, achava-se rachado, tendo sido refundido e re-colocado na tórre.

A peça de bronze, produto da indústria paranaense, foi mandada executar pelo Mons. Celso Itiberê da Cunha para dar maior brilhantismo às solenidades e recebeu o nome de “Imaculada Conceição”.

Coube a Dom João Francisco Braga, Bispo Diocesano e depois 1º Arcebispo de Curitiba, sagrar solenemente a Catedral. A 5 de setembro de 1909 principiou a solenidade da sagração, trazendo, o Bispo Diocesano, as relíquias dos santos Agapito e Pacifico, da capela do Palácio Episcopal para a capela da Catedral, presidindo as cerimônias o Mons. Celso Itiberê da Cunha, Cura da Catedral (24).

tando da divindade e humanidade de Jesus, e sobretudo fallando da presença real de Jesus no Santissimo Sacramento de nossos altares. Findou S. Ex. Rev.ma a sua eloquente oração fazendo um appello aos seus diocesanos da Capital, para prestarem a devida attenção a irmandade do Santissimo Sacramento, irmandade que, em todas as partes, é collocada em primeiro lugar. Depois do sermão, revestido S. Ex. de pluvial, sob o pallio, conduzido o Santissimo Sacramento para a respectiva Capella, cujo novo aspecto agradou sobremodo aos devotos, admirando-se a execução do trabalho.

Sabemos que muito concorreu para a execução dos serviços o habil marceneiro, sr. Luiz Tinti, que executou o plano do altar e os difficeis trabalhos do tecto, como o mais perfeito mestre.

A pintura e douramento do altar deve a Cathedral á boa vontade do sr. Capitão João Ferreira de Souza, que se entregou desinteressadamente a esse trabalho em beneficio da reforma dessa Capella, erecta em honra a Jesus Sacramentado. ... A uma hora da tarde alguns irmãos antigos do Santissimo Sacramento reuniram-se no consistorio da Cathedral, e sob a presidencia do rev. Conego Celso Itiberê da Cunha, deliberam reorganisar a irmandade, acceitando já nessa occasião dez irmãos novos que prometteram cumprir o compromisso, e deliberando fazer nova convocação da irmandade para domingo proximo, as onze horas, após a missa conventual.

Curityba, 4 de Fevereiro de 1903. (Quarta feira).

- (24). — A REPUBLICA. Orgão do Partido Republicano Paranaense. Nº 199. Sagração da Cathedral. Curityba, quarta-feira, 8 de set. de 1909, p. 1, c. 4.

Sagração da Cathedral.

.....
Na vespera ou a 5 á noite, após a novena da Padroeira Nossa Senhora da Luz, no consistorio da Cathedral, muitos sacerdotes e seminaristas recitaram em côro, presidido por Monsenhor Celso Itiberê, o officio dos Santos martyres Agapito e Pacifico, cujas relíquias preciosas,

Ainda no governo de Dom João Francisco Braga, a capela do Santíssimo Sacramento foi inteiramente reformada, incluindo pintura das paredes, douramento do altar, vidraças, porta e gradil de ferro e nova iluminação.

Com a finalidade de atender às obras de que a Catedral se ressentia, foi constituída uma comissão, formada, na sua maioria, de elementos da Arquiconfraria das Mães Cristãs. A comissão Feminina das Obras da Catedral, como ficou sendo chamada, principiou os seus trabalhos em 1930 e conseguiu importantes melhoramentos (25).

À medida que os anos foram passando, a Catedral recebeu outros melhoramentos, incluindo, no ano de 1947, degraus de mármore nos altares laterais e mesa de comunhão, também de mármore, com pequeno portão de ferro.

Em maio, do ano seguinte, foi iniciada a pintura interna da Catedral. Os trabalhos de decoração deveriam durar, aproximadamente, dois anos (26). Entretanto, êles foram interrompidos por motivos diversos, inclusive a enfermidade de um dos dirigentes do em-

devidamente autenticadas e reconhecidas, foram ali depositadas em pequeno tabernaculo por s. exa. revdma. o sr. Bispo diocesano.

Hontem, ás 6 horas da manhã, deu s. exc. revdma. começo áquella imponente e tocante cerimonia, levando, processionalmente, acompanhado de numeroso clero e de grande numero de fieis, aquelas preciosas reliquias para o altar-mór, onde ia fazer a sagração.

Após a sagração do altar-mór e 14 cruzes de marmore nas paredes internas e dedicação da Igreja Cathedral a Deus, celebrou s. exc. revdma. o santo sacrificio da missa, e administrou a grande numero de fieis a sagrada communhão eucharistica.

Dedicando assim a Deus a primeira igreja de sua diocese, dá s. exc. revd.ma mais uma eloquentissima prova de seu grande zelo e piedade e brinda-nos com uma festa de mais que se prende tão inteiramente á da excelsa Padroeira, pois que fica sendo festa especial com oitava e faz ligar-se espiritualmente e pela tradição esta diocese a outras do orbe católico.

- (25). — Comissão Feminina das Obras da Catedral. In: Livro de registro e transcrições de Pastoraes = Mandamentos... Tombo nº 4, f, 199 v.

Comissão Feminina das Obras da Catedral.

.....

... as obras executadas ai estão: bancos, 2 pulpitos, um Trono para o Snr. Arcebispo, paravento da porta principal, nova iluminação da Igreja, vitrais artisticos, encomendados na Casa Conrado, na Cidade de S. Paulo; alto-falantes, eletrificação do Orgão, etc. Os bancos, os pulpitos, o paravento e o trono são feitos de imbuia, artisticamente trabalhados, aqui nesta cidade de Curitiba.

- (26). — Pintura interna da Catedral. In: [Livro do Tombo nº 5], f. 11 v. Nos primeiros dias do mês de maio (de 1948) foi iniciada a pintura interna da Catedral. Os trabalhos, que devem levar cerca de dois

preendimento, sendo completados, somente, em princípios do ano de 1952.

Na mesma época, foram colocados, na capela do Santíssimo Sacramento, genuflexórios de imbuia e, na sacristia, dois armários, um para guardar sobrepelizes e estolas e outro, para cálices, ostensórios, e demais objetos para o culto.

Em 1947, a Catedral de Curitiba possuía diversas associações religiosas, entre as quais se destacava a Irmandade de Nossa Senhora da Luz (27).

No princípio do mês de dezembro de 1954, foram iniciados novos trabalhos na capela do Santíssimo Sacramento. Construíram-se o altar, a mesa de comunhão e o piso de mármore. Finalizados os trabalhos, a capela foi inaugurada na noite de Natal, após a missa da meia noite (28).

Com a aprovação de Dom Manuel da Silveira D'Elboux, foi iniciada, em março de 1955, a campanha para a aquisição da quantidade necessária à compra de um órgão novo para a Catedral. O órgão

anos, estão a cargo dos competentes artistas, os irmãos Anacleto e Carlos Garbaccio. Será uma decoração completa, em todo o interior da igreja, executado com muita arte. O trabalho custará: cr.\$ 250.000,00.

(27). — [*Associações religiosas*. In "Livro do Tombo" nº 5], f. 7 v.

Não quero terminar o ano de 1947 sem referir aqui quais as Associações religiosas que aqui existem:

- 1). — Apostolado da Oração.
- 2). — Senhoras de Caridade.
- 3). — Visita Domiciliária do Imaculado Coração de Maria.
- 4). — Congregação Mariana de moços e homens.
- 5). — Juventude Feminina Católica.
- 6). — Irmandade de Nossa Senhora da Luz.
- 7). — Congregação da Doutrina cristã.
- 8). — 4 Conferências Vicentinas: a). — Nossa Senhora da Candelária; b). — Nossa Senhora do Rosário; c). — Nossa Senhora da Luz e d). — Nossa Senhora das Dôres.

[O Cura, Pe. Isidoro Mikosz].

(28). — MIKOSZ (Mons. Isidoro). — *Capela do Santissimo*. In: "[Livro do Tombo nº 5], f. 44 v.

Capela do Santissimo.

Em princípios de dezembro (1954) foi dado início aos trabalhos da Capela do SSmo. na Catedral. O escultor Aldo Puccetti, da cidade de Campinas, no Estado de São Paulo foi o encarregado da construção do altar de mármore, mesa da comunhão e piso de marmore. Terminado o trabalho, foi a Capela inaugurada na noite do Natal, após a missa da meia noite.

Mons. Isidoro Mikosz

antigo, fabricado na França, foi utilizado durante cêrca de sessenta anos, sendo depois vendido para a Paróquia de Campo Largo da Piedade, Arquidiocese (29).

Realizaram-se algumas campanhas em prol da compra do órgão para a Catedral, que seria inaugurado a 11 de agôsto de 1957, tendo Dom Manuel da Silveira D'Elboux procedido à bênção litúrgica (30).

Outro melhoramento realizado na Catedral foi referente aos sinos. Dos três sinos, um estava em bom estado e dois achavam-se rachados. O trabalho de refundição dos dois sinos e da fabricação de mais um para dar a nota grave do acorde foi realizada por firma local (31).

O sino nôvo foi colocado na tôrre da Catedral algumas horas antes da abertura do 7º Congresso Eucarístico Nacional, que se realizou em Curitiba (32).

- (29). — MIKOSZ (Mons. Isidoro). — *Campanha para um Orgão novo*. In: [Livro do Tombo nº 5], f. 50.

Campanha para um Orgão novo.

..... Esta venda se eietuou aos 12 ue junno do corrente ano. No mesmo dia foi firmado o contrato com a Firma J. Edmundo Bohm, da cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul, para a aquisição de um grande Orgão, sendo dado o sinal de cr.\$ 100.000,00 ao proprio organeiro.

Mons. Isidoro Mikosz

- (30). — MIKOSZ (Mons. Isidoro). — *Novo Orgão da Catedral*. In: [Livro do Tombo nº 5], f. 55/v.

Novo Orgão da Catedral.

... O seu preço, na fabrica, foi de cr.\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros). Acrescentando-se as varias despêzas, como sejam: o impôsto, frete, seguro, embalagem, montagem, estrado para os cantôres, trabalhos de eietricidade etc., os gastos gerais montaram acêrca de cr.\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros).

Mons. Isidoro Mikosz

- (31). — ... *Refundição de dois sinos*. In *op. cit.*, f. 66 v.

Refundição de dois sinos, que estavam rachados. Eram três. Um dêles estava em bom estado. A Firma Müller Irmãos se encarregou dêste trabalho. Porém o tecnico da Firma julgou que os três sinos não eram suficientes para um acorde musical. E êle deu a ideia de se fabricar mais um sino, de 720 quilos, e que daria a nota grave do acorde. Como de momento a Catedral não dispunha de verba para este fim, pois o sino grande estava orçado em cr.\$ 400.000,00, a Firma facilitou o pagamento, prometendo esperar até um ano, para receber o pagamento.

- (32). — ... *O Sino grande*. In *op. cit.*, *loc. cit.*

O Sino grande.

No dia 4 de maio, logo após o meio dia, a Fundação Marumbi, da Firma Müller Irmãos, colocou na tôrre da Catedral o grande sino, de 720 quilos, que havia fabricado. Isto aconteceu poucas horas antes da abertura do Congresso Eucarístico. Ficou assim completo o carrilhão da Catedral, com 4 notas musicais combinadas.

No presbitério da Catedral, para melhor aproveitamento do espaço e modernização da secretaria paroquial, foram suprimidas três salas pequenas e adaptados dois balcões envidraçados. Ficaram constituídas uma sala ampla para reuniões, uma sala para o serviço de secretaria, onde está localizado o Arquivo da Catedral Metropolitana e Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba, uma sala para audiências com o sacerdote e outra sala pequena, que faz parte da secretaria.

Para atender e resolver melhor os problemas da Paróquia, era necessária a criação de uma organização religiosa e social.

Documentos antigos, como os Regulamentos de 8 de setembro de 1889 e de 8 de fevereiro de 1944, este último aprovado por Dom Attico Eusébio da Rocha, Arcebispo de Curitiba, comprovam a existência de uma irmandade religiosa denominada Congregação, depois Irmandade de Nossa Senhora da Luz de Curitiba. A Congregação foi criada, a 8 de setembro de 1889, pelo Pe. Alberto José Gonçalves, Vigário Colado, mais tarde Bispo de Ribeirão Preto, em São Paulo, tendo como finalidade especial a promoção do culto à Padroeira e a organização da festa solene a 8 de setembro.

Por duas vezes a Irmandade de Nossa Senhora da Luz de Curitiba foi reestruturada e dissolveu-se. A sua reorganização foi uma das preocupações do atual Vigário da Catedral, Mons. Boleslau Falz.

Depois de estudos e consultas, foram elaborados os estatutos e constituiu-se uma diretoria para impulsionar a irmandade religiosa.

A fundação da atual Ação Social Nossa Senhora da Luz (ASNSL) deu-se a 8 de setembro de 1963. Os estatutos foram registrados em cartório local, adquirindo, a organização, personalidade jurídica.

Foi organizado um plano de atividades mais urgentes da Catedral e da Paróquia de Nossa Senhora da Luz, o qual vem sendo, em parte, posto em prática, incluindo a renovação do piso da igreja e outros melhoramentos (33).

*

(33). — A Ação Social Nossa Senhora da Luz possui um plano de atividades mais urgentes, que é o seguinte: A. — Catedral — 1. — Reforma do piso. 2. — Reforma das alfaías. 3. — Reforma do sistema de iluminação. 4. — Conservação externa. 5. — Ajardinamento. 6. — Conservação geral. 7. — Pessoal de serviço. B. — 1. — Constituição de patrimônio. C. — Serviços — 1. — Assitência paroquial, incluindo levantamento, visita e socôrrro, e assistência externa, através de obras inter-paroquiais. 2. — Culturais, incluindo cursos, palestras e divulgação. 3. — Religiosos, mediante atendimento a associações, escotismo e catequese. 4. — Lazer, sendo necessárias uma sede social paroquial e uma sede campestre.

III. — O ARQUIVO DA CATEDRAL METROPOLITANA E PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DE CURITIBA (34).

1. — *Considerações Gerais.*

O Arquivo e a Secretaria da Catedral Metropolitana de Curitiba e Paróquia de Nossa Senhora da Luz estão localizados numa das salas do consistório construído durante o Arcebisado de Dom Attico Eusébio da Rocha.

Para se fazerem pesquisas no material do Arquivo é necessário solicitar autorização ao Vigário Geral, em exercício na Catedral Metropolitana, Monsenhor Boleslau Falarz ou a um dos Padres residentes; quando se trata de consulta breve, a licença é dada pelo Secretário.

A Catedral Metropolitana de Curitiba não possui pessoal técnico. O expediente da Secretaria é atendido pelo Secretário, que também presta esclarecimentos aos pesquisadores ou consulentes sobre o material existente no Arquivo.

A entidade mantenedora do Arquivo e da Secretaria é a própria Catedral Metropolitana, através do movimento paroquial, coleta e taxas cobradas para a expedição de certidões de batismos, crismas, casamentos e para atendimento de óbitos.

E' difícil precisar a data da fundação do Arquivo, mas deve remontar ao ano de 1684, assinalada no 1º livro de Batizados.

A origem do acervo do Arquivo é particular e êle é organizado de acôrdo com os códigos do clero. As fontes primárias existentes no Arquivo estão encadernadas, mas não foram restauradas e nem catalogadas. Atualmente a Cúria Metropolitana fornece todos os formulários e livros necessários para os registros.

Quanto à finalidade, o Arquivo é ativo e destina-se, principalmente, a fins religiosos.

As pessoas interessadas na documentação poderão providenciar fotocópias a serem tiradas no local, já que o material não pode ser removido ou emprestado e, sob pretexto algum, doado.

(34). — O Arquivo e a Secretaria estão situados à rua Barão do Serro Azul, nº 31, com telefone 4-1131.

O horário para a consulta ao material existente no Arquivo e do expediente paroquial é o seguinte: nos dias úteis, das 9,00 às 11,00 horas e das 14,00 às 17,00 horas e, aos sábados, apenas naquele primeiro horário.

O Secretário é o Sr. Sérgio Sochacewski.

Não são feitas publicações do material do Arquivo e é de se lastimar, porque contém fontes primárias de grande importância, principalmente para a história social.

O Arquivo possui quatro Livros do Tombo, que apresentam os títulos: *1º Livro do Tombo da Parochia de Na. Sra. da Luz dos Pinhães da Villa* [depois cidade] *de Coriytiba — Annos de 1.747 a 1.878*, *3º Livro do Tombo da Matriz de Curitiba — Paraná, Livro de registro e transcripções de Pastoraes = Mandamentos e outras determinações diocesanas*. Tombo nº 4, e um Livro sem título, que seria o Livro do Tombo nº 5.

A iniciativa de Dom Bernardo Rodrigues Nogueyra, enviando Carta Pastoral sôbre os Livros do Tombo às localidades sob a sua jurisdição, foi de grande importância histórica, porque em Curitiba iniciou-se, em 1747, o registro de pastorais dos Bispos Diocesanos, provisões, circulares e outras peças oficiais, relacionadas com o governo do Bispado e com o regime administrativo da Paróquia.

O *1º Livro do Tombo da Parochia de Na. Sra. da Luz dos Pinhães da Villa* [depois cidade] *de Coriytiba — Annos de 1747 a 1878* apresenta termos de abertura e de encerramento, datados de 20 de fevereiro de 1747 e assinados pelo Vigário Manoel Domingues Leytão, comissionado por Dom Bernardo Rodrigues Nogueyra, Bispo de São Paulo. Há no Livro um termo de juramento dado ao Pe. Francisco de Meyra Callassa para escrever o tomo da igreja de Nossa Senhora da Luz de Curitiba e mais capelas filiais, que se achavam na Freguesia, também por ordem do Bispo de São Paulo.

O Livro inclui documentos diversos, tais como: Tombo da Igreja Matriz, cópia de cartas pastorais, provisões, edital, alvará, officio, regulamento, mandamento circular, e outros, sendo fonte de importância para a história social, eclesiástica, econômica, cultural, política e demográfica (35).

O registro dos documentos no 1º Livro do Tombo não foi feito com regularidade, havendo grandes lapsos de tempo entre alguns dêles e sendo alguns registros minuciosos e outros mais sucintos.

Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, em visita pastoral, em dezembro de 1881, à Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curi-

(35). — Está sendo organizado um fichário completo do material existente no Arquivo da Catedral Metropolitana de Curitiba e Paróquia de Nossa Senhora da Luz, o qual inclui dados técnicos, crítica e resumo de documentos.

O fichário ficará à disposição dos interessados no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, à rua Gal. Carneiro, 460, 6º andar.

tiba, então capital da Província do Paraná, e sob a jurisdição eclesiástica do Bispado de São Paulo, fêz referências, no 3º Livro do Tombo da Matriz, ao material pertencente ao seu Arquivo. Declarou que, ao que constava, a escrituração no 1º Livro do Tombo achava-se abandonada há muitos anos, não sendo apresentado outro Livro do Tombo a não ser aquêlê aberto, numerado e rubricado, em 20 de janeiro de 1747, pelo Vigário, Manoel Domingues Leytão.

O Livro contém 112 fôlhas, mas por ocasião daquela visita pastoral só haviam sido escritas 20 fôlhas, sendo o último lançamento o Regulamento ao clero sôbre emolumentos paroquiais, dado pelo antecessor de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, ou seja, Dom Antônio Joaquim de Mello (36).

Por determinação do Bispo visitante, o Vigário Colado da Paróquia, Pe. Agostinho Machado Lima, foi dispensado do serviço paroquial, por motivo de doença, sendo convocado o Pe. Joaquim do Prado para regularizar a escrituração dos livros da Freguesia e para assumir a jurisdição paroquial, devendo, inclusive, organizar ruma lista completa dos bens da Igreja e lançá-la no Livro do Tombo.

O Bispo da Diocese de São Paulo examinou também os outros livros paroquiais, incluindo os de Batizados, Casamentos e Óbitos, cujos assentos estavam quase todos lançados e regularizados (37).

(36). — CARVALHO (Dom Lino Deodato Rodrigues de). — *Visita Pastoral. Provisamento geral* ..., cap. II, f. [3].

— *Visita Pastoral* —

II

... livro do Tombo, cuja escrituração, segundo supponho, acha-se a muitos annos abandonada; uma vez que não nos foi apresentado outro livro do Tombo senão o primitivo, aberto, numerado, rubricado & em 20 de Fevereiro de 1747 pelo Reved.º Manoel Domingues Leitão, Vigario então desta Parochia, commissionedo pelo 1º Bispo desta Diocese, o nosso venerando antecessor Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, de grata memoria.

Contem esse livro = 112 fls. de papel e apesar de sua antiguidade, estão apenas escripturadas vinte; sendo o ultimo lançamento o de uma unica peça official, espedida durante o laborioso e fecundo episcopado de nosso sempre lembrado antecessor = Dom Antonio Joaquim de Mello, isto é, o Regulamento ao Clero sobre emolumentos Parochiaes.

(37). — —, *op. cit.*, f. 4.

Examinamos os livros da Parochia, e quanto aos de baptismos, casamentos e obitos, cujos assentos, estão, senão todos, quasi todos lançados e regularisados, ja providenciámos convenientemente. Acerca desse assumpto, bem como d'outros que entendem, por sua vez, com esta parte da disciplina ecclesiastica, nada mais acrescentaremos, visto ja nos havermos pronunciado por despacho em cada um delles e nos Capitulos de visita que serão lançados n'outra parte deste livro; (5) e por isto,

Nos Capítulos de visita em Provimento especial dado à Paróquia de Nossa Senhora da Luz, o Bispo de São Paulo fêz mais algumas recomendações acêrca dos assentos de batismos, casamentos e óbitos, devendo ser lançados e assinados pelo Pároco. Em caso de acúmulo de trabalho, ou por outro motivo justificável, podia ser confiada a cópia à uma pessoa que escrevesse com perfeição, devendo o Pároco conferir e rubricar, declarando a conformidade com os originaes e quanto às peças officiaes, lavrando no final de cada uma a competente certidão, registrando o dia, mês e ano da publicação.

Depois de concluídos os livros, deveriam ser arquivados e conservados em benefício da Paróquia e dos jurisdicionados (38).

- limitamo-nos a recommendar ao Revd.o Pro = Parocho que continue a empregar o seu zelo na acqvisição dos apontamentos precisos para a confecção e lançamentos dos assentos de baptismo, casamentos e obitos e aos seus jurisdicionados á quem possa ou deva pertencer, a maior pontualidade em lh'os ministrar; pois trata-se de um assumpto que affecta direitos de terceiro e algumas vezes ate se prende á interesses mais sagrados da Religião e da humanidade, como se dá, por exemplo, em relação a baptisamentos e obitos de filhos livres de mulher escrava.
- (38). — LINO (Bispo Diocesano). — *Capitulos de visita em provimento especial dado á Parochia de "Nossa Senhora da Luz", da cidade de Curitiba, capital da Provincia do Parana, e Bispaço de São Paulo*. In "3º Livro do Tombo da Matriz de Curitiba — Paraná", caps. 4º e 5º, f. 8/v.
Capitulos de visita em provimento especial.

4º

Recommendamos outrosim que os assentos de baptisamentos, casamentos e obitos sejam lançados com tinta preta e duravel, e assignados com a maior presteza, evitando-se assim a accumulção d'esta parte do serviço, e o perigo de ficarem sem assignatura propria muitos assentos, em razão de alguma circumstancia superveniente, mudança, por exemplo, enfermidade ou fallecimento do Parocho responsavel, como infelizmente se tem dado em alguns lugares, com grave detrimento do serviço e algumas vezes até com prejuizo de terceiro.

§ Quando por affluencia de trabalhos, ou por outro motivo justo, não fôr possivel ao Revd.o Parocho effectuar por si proprio os lançamentos poderá confial-os á pessôa que escreva com perfeição, reservando somente á si o trabalho da revisão e assignatura, como é permitido.

§ O mesmo disemos em relação aos registros das Pastoraes, Circulares &, devendo o Revd.o Parocho conferil-os e rubrical-os, declarando, como é de estylo, se estão conformes aos originaes, e quanto aos das peças officiaes, que exigem publicação á estação da missa conventual, layrar no fim de cada um a competente certidão, mencionando o dia, mez e anno em que essa publicação houver sido feita, como é de direito e mesmo de praxe na Diocese.

5º

Finalmente, concluida a escripturação d'este e de outros livros serão elles archivados com os demais para os fins convenientes, devendo o

O 3º Livro do Tombo da Matriz de Curitiba — Paraná apresenta, como datas limites, os anos de 1882-1897 e contém autorização para abertura, numeração, rubrica e encerramento, datada de 11 de janeiro de 1882 e dada por Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho ao Vigário Raymundo Marcolino da Luz Cintra, Secretário da visita, que redigiu e assinou os termos de abertura e de encerramento, naquele mesmo dia.

O Livro devia servir para o registro das pastorais, provisões, circulares e quaisquer outras peças oficiais relacionadas com o Bispado e com a Paróquia, bem como a correspondência expedida e qualquer outro assunto eclesiástico.

O material existente no 3º Livro do Tombo é variado e de importância histórica, incluindo: provimento geral dado em visita pastoral, capítulos de visita, trecho de relatório apresentado ao Bispo visitante, arrolamento dos bens da igreja matriz, provisões diversas, cartas pastorais, notas suplementares ou esclarecimento sobre assuntos de carta pastoral, circulares, Carta Encíclica do Papa Leão XIII, certidão, nota explicativa, exercício e inventário de objetos encontrados na igreja matriz, representação dirigida ao Imperador pelo Bispo de São Paulo e pelo clero de sua Diocese, mensagem do episcopado brasileiro ao Papa Leão XIII, petição e despacho aprovando regulamento, mandamento, patrimônio de capela, e outros.

Foram ocupadas 196 fôlhas e os registros fornecem elementos para a história eclesiástica, social, política, administrativa e cultural.

Pelo montante do material registrado no 3º Livro do Tombo e pelos registros feitos nos outros livros da Paróquia, vê-se que as ordens de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho foram cumpridas. O Vigário, Pe. José Joaquim do Prado, organizou, inclusive, o arrolamento dos bens da igreja matriz, que se achavam na capela do Rosário, e dos livros pertencentes ao seu Arquivo (39).

Revd.o Parocho conserval-os em sua guarda e com o maior cuidado, como se faz mister aos interesses religiosos de sua Parochia, e ao bem dos fiéis, seus jurisdicionados.

Dado em visita pastoral a Parochia de Nossa Senhora da Luz da Cidade de Curitiba e passado na de Castro, tambem em visita, aos 5 de maio de 1882. E eu o Conego Raymundo Marcolino da Luz Cintra, Secretario da Visita, o subscrevi.

+ Lino, Bispo Diocesano

Registrado no competente Livro da Visita

O Secretario da Visita

Conego Luz Cintra.

(39). — PRADO (Pe. José Joaquim do). — *Arrolamento. Relação dos livros encontrados*. In "3º Livro do Tombo da Matriz de Curitiba — Paraná", f. 17.

A fiscalização no material referente ao Arquivo foi feita também com maior cuidado. O Vigário Geral Forense, Pe. João Evangelista Braga, em outubro de 1886, ao passar o visto no 3º Livro do Tombo deu sugestões para que o registro fôsse mais completo, devendo cada peça oficial ser indicada à esquerda por um número de ordem sucessivo, até o final do livro, e que se organizasse um índice para facilitar a localização dos documentos. O Vigário em exercício, Pe. Joaquim do Prado, procurou por em prática as ordens dadas.

O 3º Livro do Tombo apresenta mais um arrolamento do material do Arquivo, organizado pelo Vigário Colado Pe. Alberto José Gonçalves, em setembro de 1888 (40).

O outro Livro do Tombo, que apresenta o título Livro de registro e transcrições de Pastoraes = Mandamentos e outras determinações diocesanas. Tombo nº 4, contém autorização de Dom José de Camargo Barros, Bispo da Diocese de Curitiba, dando comissão ao Cura da Catedral, Pe. Alberto José Gonçalves para abrir, rubricar e encerrar o Livro, sendo os têrmos de abertura e de encerramento datados de 18 de fevereiro de 1895 e assinados pelo referido Cura. O Livro possui 199 fôlhas e foram tôdas aproveitadas.

O Livro do Tombo nº 4 inclui diversos documentos, como: cartas pastorais, mandamentos, avisos, escritura do patrimônio da capela da Diocese de Curitiba, circulares, provisões, portarias, decreto do Papa Leão XIII, têrmo de consagração da Paróquia de Nossa Senhora

Arrolamento.

.....

Relação dos livros que encontrei:

De baptizados entre velhos e novos, trinta e um; De casamentos, quatorze; De obitos, dez; de casamentos, baptizados e obitos, um; do Tombo = que me vierão de São Paulo, enviados pelo Snr. Bispo Diocesano, dous. Que pertencem a Parochia do Arraial Queimado = De casamentos, um; de baptizados, tres; de obitos, dous; do Tombo, um. Tanto no numero dos da capital, como nos do Arraial Queimado estão comprehendidos os de ingenuos. Era ut supra [Cidade de Curitiba, quinze de setembro de mil oito centos e oitenta e dous].

O Pe. José Joaquim do Prado

(40). — GONÇALVES (Pe. Alberto José). — [Arrolamento]. In "3º Livro do Tombo da Matriz de Curitiba — Paraná", f. 82 v./83.

33 livros de baptismos encadernados — 3 sem encadernar — 12 ditos de casamentos — 3 ditos de ditos não encadernados — 1 dito de obitos e casamentos — 1764 a 1829 — 8 ditos de ditos encadernados — 4 ditos não encadernados — 6 ditos velhos cosidos — 1 livro de fabrica — 1 dito de confraria das almas — 5 ditos da ordem 3ª de S. Francisco.

.....

Curitiba, 15 de Setembro de 1888.

Pe. Alberto José Gonçalves, Vigario Collado.

da Luz ao Sagrado Coração de Jesus, requerimentos e despachos, têmpos de bênção e inauguração de capelas, inventário dos objetos pertencentes à Catedral de Curitiba, resoluções e estatutos da 1a. Conferência dos Bispos da Província Eclesiástica do Sul do Brasil, pedidos para a conservação do SSmo. Sacramento, eleição do Papa Pio X, chegada e posse do 2º Bispo da Diocese de Curitiba, festa de Nossa Senhora da Luz e sagração solene da Catedral, avisos diversos, Decreto do Papa Pio XI, inauguração da capela do SSmo. Sacramento da Catedral, biografia do Mons. Celso Itiberê da Cunha, oração fúnebre, Comissão Feminina das Obras da Catedral, e outros.

O Livro do Tombo nº 5 apresenta têmio de abertura registrado, aos 20 de setembro de 1947, em virtude da autorização verbal de Dom Attico Eusébio da Rocha, Arcebispo Metropolitano, pelo Pe. Isidoro Mikosz, depois Monsenhor, que assinou alguns documentos.

O Livro possui 200 fôlhas mas só foram ocupadas 89 fôlhas, até agosto de 1967, época da presente pesquisa.

Este Livro contém documentos sobre: dados biográficos de Arcebispos de Curitiba, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, inventário do que foi encontrado na Igreja de Nossa Senhora da Luz e na velha Casa paroquial, festas religiosas, associações religiosas, retiros, romaria, jubileu episcopal de Dom Attico Eusébio da Rocha, cópia de carta do Papa Pio XII ao Arcebispo Metropolitano de Curitiba, nomeações, mandamentos, memorandum ao clero, avisos, cartas pastorais, nomeação de Dom Manuel da Silveira D'Elboux e tomada de posse, comunicação, cópia de decretos, benfeitorias introduzidas na capela do Santíssimo Sacramento, 1º Congresso Eucarístico Provincial, 7º Congresso Eucarístico Nacional, Congresso Eucarístico Internacional, atividades das associações religiosas, notícia sobre a morte do Papa Pio XII, eleição do Papa João XXIII, campanhas em benefício, Ação Social Nossa Senhora da Luz, cópia de decretos da criação de paróquias, sagração episcopal de Dom Pedro Fedalto, e outros assuntos.

Em julho de 1947, foi registrado um inventário dos livros do Arquivo paroquial pelo Padre, depois Monsenhor, Isidoro Mikosz (41).

(41). — MIKOSZ (Padre Isidoro). — *Livros do Arquivo paroquial*. In *op. cit.*, f. 6 v.

Livros do Arquivo paroquial,
encontrei:

Livros de batizados — desde o nº 1 até o nº 98. Não existe aí o nº 17.

Livros de casamentos — desde o nº 1 até o nº 36.

Livros de óbitos — desde o nº 1 até o nº 23.

Além dos Livros do Tombo, fazem parte do acervo do Arquivo: coleções de livros de Batizados, de Casamentos, de Óbitos, de Crismas, Índices de Batizados e livros diversos.

Os livros de Batizados são em número de 115, mais dois suplementares, exceto o nº 17, que está extraviado, sendo que o mais antigo apresenta o título Baptizados — 1684 1737, mas apresenta documentos de outros anos, inclusive de 1745.

Os assentos de batizados são fontes preciosas para o estudo da evolução da sociedade paranaense.

Há livros de Batizados com assentos minuciosos, principalmente os mais antigos. Os livros mais recentes apresentam uma parte impressa, sendo os dados mais sucintos.

O documentário é importante para a verificação das pessoas batizadas, data e local do batismo, Padre que batizou e que pôs os santos óleos, nome de batismo, filiação, com declaração de filho(a) legítimo(a), de união civil ou natural, estado civil dos pais, condição social dos pais e dos padrinhos, sua naturalidade ou nacionalidade, às vezes o local de morada, sacerdote que fez ou que mandou fazer o assento e que assinou o documento.

Há no Arquivo 12 livros de Índices de Batizados, de 1840 a 1949.

Os livros de Casamentos são em nº de 43 e apresentam registros desde o ano de 1732 até o ano de 1967. Está extraviado o livro nº 3.

Nos livros mais antigos é feito o assentamento dos casados brancos, escravos, administrados, mulatos e bastardos. Os livros de Casamentos permitem a verificação do nome dos contraentes, da data do casamento, do local, do sacerdote e das testemunhas presentes e, às vezes, do local de morada, da freguesia ou da paróquia à qual pertenciam, da realização das determinações canônicas de praxe, da filiação e, às vezes, referências aos avós, da naturalidade, da nacionalidade, da bênção dada na forma determinada pela Igreja, do sacerdote e das testemunhas que assinaram o documento. Do nº 32 em diante, os livros apresentam parte impressa e os dados são mais restritos.

Livros de crismas — desde o nº 1 até o nº 13.

Livros do Tombo — nºs 1, 2, 3 e 4.

Livros de índices de batizados: desde o nº 1 até o nº 11 e mais um, com os batizados da Igreja de Sto. Estanislau.

Encontrei mais: 2 livros de batizados da Igreja de Sto. Estanislau e 2 de casamentos, da mesma Igreja.

Os livros de Óbitos são em nº de 24, sendo o mais antigo do ano de 1731 e o último, do ano de 1967. Os documentos são importantes para a constatação das pessoas falecidas, da data do falecimento, nome completo e idade, filiação, às vezes condição social do(a) falecido(a) ou dos pais, estado civil, nome do cônjuge, naturalidade, local de morada, sacramentos recebidos, local do sepultamento, às vezes *causa mortis*, sacerdote que fez a encomendação, que anotou ou mandou fazer o assento e que assinou o documento.

Os registros de óbitos fornecem elementos para a história demográfica, e eclesiástica e também para os estudos médicos.

Os livros de Crismas são em nº de 40, sendo o mais antigo de 1940 e o último, de 1967. Eles apresentam os seguintes dados: nº de ordem, nome de batismo, data da crisma, nome do Arcebispo, do Bispo ou do Monsenhor que crismou, paróquia, idade da pessoa crismada, filiação, sendo legítimo(a) ou natural, nome do padrinho ou da madrinha e do vigário que assinou o documento. A partir do 6º livro, os nomes das pessoas crismadas são registrados em ordem alfabética.

Além das coleções citadas, o Arquivo possui livros diversos, que serão apresentados na relação geral, que segue.

Para a localização dos documentos, existe um fichário, bem organizado, em ordem alfabética, de A a Z, do ano de 1948 até 1966 (42).

2. — *Relação dos livros e das coleções existentes no Arquivo da Catedral Metropolitana e Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba:*

A. — *Livros de assentos paroquiais.*

a). — LIVROS DO TOMBO:

<i>Título:</i>	<i>Período:</i>	<i>Observações:</i>
1. — 1º Livro do Tombo da Parochia de Na. Sra. da Luz dos Pinhães da Villa [depois cidade] de Coriytiba — Annos de 1747 a 1878.	1747-1878	
2. — 3º Livro do Tombo da Matriz de Curitiba — Paraná.	1882-1897	
3. — Livro de registro e transcrições de Pastoraes = Mandamentos e outras determinações diocesanas. Tombo nº 4.	1895-[1947]	— É provável o ano de 1947.
4. — [Livro do Tombo nº 5].	[1947]-1967	— Idem.

(42). — As fichas, de tamanho 12,5 por 7,5, são impressas e contém as seguintes indicações: Nome de batismo, ano de nascimento, pai-(mãe), termo de bat.-l.o, fls., termo de cri.-l.o, fls., data 1a. com., termo de cas.-l.o fls.

Serão organizadas as fichas do ano de 1967, após o término do ano.

b). — CAPÍTULOS DE VISITA. PASTORAIS:

1. — Capítulos de visita. Pastorais.

1º Livro — 1725-1750.

2º Livro — 1753-1853.

1725-1853 — As datas limites apresentadas na lombada do livro, 1727-1836, estão erradas.

c). — LIVROS DE BATIZADOS:

1. — Batisados.

1º Livro — 1684-1714.

2º Livro — 1714-1745.

3º Livro — 1714-1737.

1684-1745 — Trata-se de livro destinado para assentamentos de batizados de filhos de casados, bastardos, e também de casamentos, de 1684 a 1714, mandado reunir a dois outros livros antigos de assentos de batizados, de 1714 a 1737. Na lombada do livro estão registrados os anos de 1684-1737, mas há documentos de 1745.

2. — Batisados. S. José.

1728-1756 — A 1ª data limite apresentada na lombada do livro, 1731, está errada. Há assentos de 1772.

3. — Batisados.

1737-1764

4. — Batisados.

1734-1755

5. — Batisados.

1755-1778 — A 2ª data limite apresentada na lombada do livro, 1763, está errada.

6. — Batisados.

1764-1778 — A 1ª data limite é 1764 e não 1774, como está anotado.

7. — Batisados.

1778-1788

8. — Batisados.

1789-1796 — A 1ª data limite é 1789 e não 1788 como está na lombada do livro.

9. — Batisados.

1779-1800

10. — Batisados.

1796-1801

11. — Batisados.

1801-1807

12. — Batisados.

1800-1820

13. — Batisados.

1807-1812

14. — Batisados.

1812-1818

15. — Batisados.

1818-1823

16. — Batisados.

1823-1827

- | | |
|---|--|
| 17. — — | — O livro está extra-
viado. |
| 18. — Batisados. | 1829-1834 |
| 19. — Batisados. | 1834-1840 |
| 20. — Batisados. | 1840-1848 |
| 21. — Batisados. | 1848-1852 |
| 22. — Batisados. | 1852-1855 |
| 23. — Batisados. | 1855-1857 |
| 24. — Batisados. | 1857-1859 |
| 25. — Batisados. | 1859-1862 |
| 26. — Batisados. | 1862-1865 |
| 27. — Batisados. | 1865-1868 |
| 28. — Batisados. | 1868-1871 |
| 29. — Batisados. | 1871-1874 |
| 30. — Batisados. | 1874-1878 |
| 31. — Batisados. | 1878-1881 |
| 32. — Batisados. | 1881-1882 |
| 33. — Batisados. | 1883-1884 |
| 34. — Batisados. | 1884-1885 |
| 35. — Batisados. | 1885-1886 |
| 36. — Batisados. | 1886-1887 |
| 37. — Batisados. | 1887-1888 |
| 38. — Nº 33. Livro de Batizados da Paróquia de Curitiba. Agosto de 1888-1890-junho. | 1888-1889 |
| 39. — Batizados. 1890 a 1891. | 1890-1891 |
| 40. — Livro de Batizados nº 40. Dezembro de — 1891 — a março [de — 1893 —]. | 1891-1893 |
| 41. — Livro nº 41 — Batizados. De abril de 1893 a julho e 1895. | 1893-1895 |
| 42. — Livro nº 42 — Batisados — De julho de 1895 a janeiro de 1897. | 1895-1897 |
| 43. — Nº 43. Batizados. Janeiro de 1897 a junho de 1898. | 1897-1898 |
| 44. — Nº 44. Batizados. Junho de 1898 a fevereiro de 1899. | 1898-1899 |
| 45. — Nº 45. [Batizados. De fevereiro de 1899 a julho de 1900]. | 1899-1900 — Foi acrescentado o que está entre colchetes. |
| 46. — Nº 46. [Batizados. Julho de 1900 a dezembro de 1901]. | 1900-1901 — Idem. |
| 47. — Nº 47. [Batizados. Dezembro de 1901 a fevereiro de 1903]. | 1901-1903 — Está errada a 1ª data limite, 1902, anotada na lombada do livro. |
| 48. — Nº 48. [Batizados. Fevereiro de 1903 a dezembro de 1904]. | 1903-1904 |

49. — N^o 49. Batizados de 23 de dezembro de 1904 a 24 de fevereiro de 1906. Catedral de Curitiba. 1904-1906
50. — Batizados de 25 de fevereiro de 1906 a 1906 18 de novembro de 1906. 1906
51. — Livro 51 de Batizados desta Paróquia. 1906-1908
52. — N^o 52. [Batizados de outubro de 1908 a junho de 1910]. 1908-1910
53. — [Batizados de junho de 1910 a setembro de 1911]. 1910-1911
54. — [Batizados de setembro de 1911 a abril de 1912]. 1911-1912
55. — N^o 55. [Batizados de abril de 1912 a abril de 1913]. 1912-1913
56. — Batizados. L^o 56. 30 [6] de abril a 10 de janeiro. 1913-1914
57. — Batizados. 1914 a 1915. 1914-1915
58. — Batizados. 1915 a 1916. 1915-1916
59. — Batizados. 1916-1917
- 59a. — N^o 59a. Batizados. Catedral. 1916-1924
60. — Livro n^o 60. Registro de Batizados de 1917 a 1918. 1917-1918
61. — Livro n^o 61. Registro de Batizados desta Paróquia de Curitiba. 1918-1919
62. — Livro N^o 62 de assentos de batizados. Março 1919 a [dezembro do mesmo ano]. 1919
63. — [Batizados. 1919-1920]. 1919-1920
64. — [Batizados. 1920]. 1920
65. — [Batizados. 1920-1922]. 1920-1922
66. — [Batizados. 1922-1923]. 1922-1923
67. — [Batizados. 1923-1924]. 1923-1924
68. — Assentos de batizados. Livro 68. 1924-1925
69. — Batizados. L^o n^o 69. 1925-1926
70. — Batizados. Livro n^o 70. 1926-1927
- 70a. — N^o 70a. Batizados. Catedral. 1924-1936
71. — Batizados. L^o n^o 71. 1927
72. — L^o n^o 72. Batizados da Catedral. 1927-1928
73. — [Batizados]. Livro n^o 73. 1928-1929
74. — L^o n^o 74. Batizados da Cathedral. 1929-1930
75. — [Batizados efetuados na Paróquia de Curitiba]. 1930
76. — Registro de Batizados. 1930-1931
77. — 77^o [Livro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1931-1932
78. — N^o 78. [Livro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1931-1932
79. — 79^o [Livro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1932-1933

80. — 80º [Livro dos batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1933
81. — 81º [Livro dos batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1933-1934
82. — 82º [Livro dos batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1934
83. — 83º [Livro de batizados feitos na Catedral e Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1935-1936
84. — 84º Livro de Batizados da Paróquia de Nª Sª da Luz de Curitiba. 1936
85. — 85º Livro de Batizados da Paróquia de Nª Sª da Luz de Curitiba. 1936-1937
86. — 86º Livro de Batizados da Paróquia de Nª Sª da Luz de Curitiba. 1937
87. — 87º [Livro de Batizados da Paróquia de Nª Sª da Luz de Curitiba]. 1937-1938
88. — 88º [Livro de batizados da Paróquia de Nª Sª da Luz de Curitiba]. 1938-1939
89. — 89º Livro de batizados da Paróquia de Nª Sª da Luz de Curitiba. 1939-1940
90. — 90º Livro de batizados da Paróquia de Nª Sª da Luz de Curitiba. 1940
91. — 91º Livro de batizados da Paróquia de Nª Sª da Luz de Curitiba. 1940-1941
92. — Nº 92. Batizados. Catedral. 1941-1942
93. — Nº 93. Batizados. Catedral. 1942
94. — Nº 94. Batizados. Paróquia de Nª Sª da Luz. 1942-1943
95. — Nº 95. Batizados. Paróquia de Nossa Senhora da Luz. 1943-1944
96. — Nº 96. Batizados. Paróquia de Nossa Senhora da Luz. 1944-1945
97. — Nº 97. Batizados. Paróquia de Nossa Senhora da Luz. 1945
98. — Nº 98. Livro de [batizados] da Paróquia [da Sé Metropolitana de Nª Srª da Luz de Curitiba]. 1945-1946
99. — Nº 99. [Livro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1946-1947
100. — Nº 100. [Livro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1947-1948
101. — Nº 101. [Livro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1948
102. — Nº 102. [Livro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1948-1949
103. — Nº 103. [Livro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1949
104. — Nº 104. [Registro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1949-1950

105. — Nº 105. [Livro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1950
106. — Nº 106. [Livro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba]. 1950-1951
107. — Nº 107. [Registro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz]. 1951-1952
108. — Nº 108. Livro de batizados da Matriz de Nossa Senhora da Luz — Catedral. 1952-1954
109. — Nº 109. Livro de batizados da Matriz de Nossa Senhora da Luz — Catedral. 1954-1955
110. — Nº 110. Livro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz — Catedral. 1955-1957
111. — Nº 111. Livro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz — Catedral. 1957-1959
112. — Nº 112. Livro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz — Catedral. 1959-1961
113. — Nº 113. Livro de batizados da Paróquia de Nossa Senhora da Luz — Catedral. 1961-1963
114. — Registro de Batizados. 114. 1963-1965
115. — Registro de batizados. 1965-1967
- d). — LIVROS DE CASAMENTOS:
1. — Casamentos. 1732-1758
2. — Casamentos. 1758-1835 — A 1ª data limite é 1758 e não 1756, como está indicado na lombada do livro. — O livro está extraviado.
3. — —
4. — Casamentos. 1784-1801
5. — Casamentos. 1801-1819
6. — Casamentos. 1819-1829
7. — Casamentos. 1835-1845 — A 1ª data limite é 1835 e não 1836. 1845-1854
8. — Casamentos. 1854-1865 — Trata-se de dois livros.
9. — Casamentos. 1º Livro — 1854-1858. 2º Livro — 1858-1865.
10. — Casamentos. 1865-1870
11. — Casamentos. 1870-1875
12. — Casamentos. 1875-1883 — A 2ª data limite é 1883 e não 1882, como está indicado.
13. — Casamentos. Curitiba — de 23 de 10º de 1882 a 1885. 1882-1885
14. — XIV. Livro de assentamentos dos casamentos feitos nesta Paróquia de Curitiba desde 26 de 7 brº de 1885 até o anno de 1887, dias 24 de 7 brº. 1885-1887

15. — Livro XV de Casamentos da Paróquia de Curitiba. 1887-1889. 1887-1889
16. — Livro 16º de Casamentos da Paróquia de Curitiba. 1889-1892 — Dezbrº). 1889-1892
17. — Livro 17º de Casamentos da Paróquia de Curitiba. Dezbrº 1892 — a julho de 1896. 1892-1896
18. — Livro nº 18. Casamentos — 1896 a fevereiro de 1900. 1896-1900
19. — Nº 19. Casamentos. De 10 de março a 16 de dezembro de 1905. 1900-1905
20. — Nº 20. Casamentos desde 16 de dezembro de 1905 até 7 de outubro de 1911. 1905-1911
21. — Nº 21. [Casamentos] de outubro de 1911 a 31 de maio de 1913. 1911-1913
22. — Livro nº 22. Assentos de Casamentos. 1913-1915. 1913-1915
23. — Livro Nº 23. Assentos de Casamentos. De junho 1915 a março 1919. 915-1919
24. — Nº 24. Casamentos. Fevereiro 1919 a julho 1921. 1919-1921
25. — Nº 25. Casamentos. [Maio] 1921 a julho 1925. 1921-1925 — O mês correto é maio e não junho, como está indicado no livro.
26. — Casamentos. Maio 1925 a maio 1928. 1925-1928
27. — Nº 27. Casamentos. Maio 1928 a dezembro 1929. 1928-1929
28. — Nº 28. Casamentos. Dezembro. 1929 a janeiro 1931. 1929-1931
29. — Nº 29. Casamentos — Janeiro 1931 a novembro 1932. 1931-1932
30. — Nº 30. Casamentos. Novembro 1932 a junho 1934. 1932-1934
31. — Nº 31. Casamentos. Junho 1934 a dezembro 1935. 1934-1935
32. — Nº 32. Livro de Casamentos da Paróquia de Nª Sª da Luz de Curitiba. 1936-1937
33. — Nº 33. Livro de Casamentos da Paróquia de Nª Sª da Luz de Curitiba. 1937-1940
34. — Nº 34 de casamentos. Catedral. Duplicata. 1940-1942
35. — Nº 35. Casamentos. Paróquia de Nª Sª da Luz. 1942-1945
36. — Nº 36. Casamentos. Paróquia de Nª Sª da Luz. 1a. Via. 1945-1947
37. — Nº 37. Casamentos. 1947-1949
38. — Nº 38. Casamentos. Junho 1949 — maio 1951. 1949-1951

39. — Nº 39. Casamentos. Maio de 1951 a dezembro de 1953. 1951-1953
40. — Nº 40. Casamentos. Dezembro de 1953 a fevereiro de 1957. 1953-1957
41. — Nº 41. Casamentos. Fevereiro de 1957 a janeiro de 1961. 1957-1961
42. — Casamentos da Paróquia da Catedral. Nº 42. 1961-1966
43. — 1967

e). — LIVROS DE ÓBITOS:

1. — Óbitos de 1731-1769. 1731-1769 — A 1ª data limite é 1731 e não como está indicado na lombada do livro.
2. — Óbitos. 1763-1823. 1763-1829 — O livro contém assentamentos de óbitos e de batizados, inclusive de bastardos (pardos e pretos) a 1ª data limite é 1763 e não 176.
3. — Óbitos de 1784-1806. 1784-1806 — A 1ª data limite é 1784 e não 1786.
4. — Óbitos de 1838-1856. 1838-1856 — A 1ª data limite é 1838 e não 1839.
5. — Óbitos de 1823-1838. 1823-1838
6. — Óbitos de 1806-1823. 1806-1823
7. — Óbitos de 1856-1868. 1856-1868
8. — Óbitos de 1868-1876. 1868-1876
9. — Óbitos de 1876-1880. 1876-1880
10. — Óbitos de 1880 a 1884. 1880-1884
11. — Óbitos desde 1884 até 1887. 1884-1887
12. — Livro de Óbitos. Curitiba — 1887. 1887-1890
13. — Livro 13º de Óbitos da Paróquia de Curitiba. 1890 — [1892 e] — 1897. 1890-1897
14. — Nº 14. Livro ... de Curitiba. Livro de Óbitos. 1897 a 1901. 1897-1901
15. — Nº 15. Óbitos. De novembro de 1901 a 7 de janeiro de 1905. Catedral. 1901-1905
16. — Nº 16. Óbitos de janeiro de 1905 a 9 de agosto de 1912. 1905-1912
17. — Óbitos.
18. — Livro nº 18. Registro de Óbitos de 1916 a 1922. 1912-1916
19. — L. 19 — [Óbitos de] 1922 a [1925]. 1922-1925
20. — Óbitos. Livro nº 20. 1925-1930
21. — Nº 21. Registro de Óbitos. 1930-1934
22. — Nº 22. [Registro de Óbitos]. 1934-1941

23. — Nº 23. [Registro de Óbitos].	1941-1963
24. — — Óbitos — nº 24.	1963-1967
f). — LIVROS DE CRISMAS:	
Nº 1 Registro de Crisma.	1904-1921
Nº 2 Crismas. Março de 1921 — janeiro de 1927.	1921-1927
Nº 3 Crismas. Janeiro — 1927. Outubro — 1930.	1927-1930
Nº 4 Crismas. Outubro — 1930. Setembro — 1935.	1930-1935
5º Livro de Crismados. Paróquia de Nossa Senhora da Luz.	1936-1937
6º Livro de Crismados. Paróquia de Nossa Senhora da Luz.	1937-1938
7º Livro de Crismados. Paróquia de Nossa Senhora da Luz.	1938-1940
8º Livro de Crismados. Paróquia de Nossa Senhora da Luz.	1940-1941
9º Livro de Crismados. Paróquia de Nossa Senhora da Luz.	1941-1942
Nº 10. Crismas. Paróquia de Nossa Senhora da Luz.	1942-1944
Nº 11. Crismas. Janeiro — 1944. Abril — 1945.	1944-1945
Nº 12. Crismas. Abril — 1945. Junho — 1946.	1945-1946
Nº 13. Crismas. Junho — 1946. Agosto — 1947.	1946-1947
Nº 14. Crismas.	1947-1948
Nº 15. Crismas.	1948-1950
Nº 16. Crismas. Janeiro — 1950. Maio — 1951.	1950-1951
Nº 17. Crismas. Maio — 1951. Fevereiro — 1952.	1951-1952
Nº 18. Crismas. Fevereiro — 1952. Dezembro — 1952.	1952
Nº 19. Crismas. Dezembro — 1952. Setembro — 1953.	1952-1953
Nº 20. Crismas. Setembro — 1953. Abril — 1954.	1953-1954
Nº 21. Crismas. Abril — 1954. Dezembro — 1954.	1954
Nº 22. Crismas. Novembro — 1954. Julho — 1955.	1954-1955
Nº 23. Crismas. Julho — 1955. Janeiro — 1956.	1955-1956
Nº 24. Crismas. Janeiro — 1956. Agosto — 1956.	1956
Nº 25. Crismas. Agosto — 1956. Fevereiro — 1957.	1956-1957
Nº 26. Crismas. Fevereiro — 1957. Outubro — 1957.	1957
Nº 27. Crismas. Outubro — 1957. Maio — 1958.	1957-1958
Nº 28. Crismas. Maio — 1958. Dezembro — 1958.	1958
Nº 29. Crismas. Dezembro — 1958. Julho — 1959.	1958-1959
Nº 30. Crismas. Julho — 1959. Janeiro — 1960.	1959-1960
Nº 31. Crismas. Janeiro — 1960. Agosto — 1960.	1960
Nº 32. Crismas. Agosto — 1960. Março — 1961.	1960-1961
Nº 33. Crismas. Março — 1961. Setembro — 1961.	1961
Nº 34. Crismas. Setembro — 1961. Fevereiro — 1962.	1961-1962
Nº 35. Crismas. Fevereiro — 1962. Outubro — 1962.	1962

- Nº 36. Crismas. Outubro — 1962. Março — 1963. 1962-1963
- Nº 37. Crismas. Março — 1963. Setembro — 1963. 1963
- Crismas. 38. 1963-1965
- Crismas. 39. 1965-1967
- Crismas. 40. 1967
- g). — LIVROS DIVERSOS:
- Nº 8 = Livro suplementar — Batizados de 1860 a 1860-1947 — Trata-se do
Casamentos de Óbitos de registro de casamentos
Paróquia de Curitiba. e de óbitos que não ha-
viam sido feitos nos li-
vros competentes. Tem
Índice dos batizados do Livro Suplementar. De índice.
1859 — a — 1871-188
- Batizados de Ingênuos. 1871 a 1888. Curitiba. 1871-188
- Óbitos de Ingênuos. 1872 a 1887. Curitiba. 1872-1887 — A 2ª data
limite é 1887 e não 1882
como está registrado na
capa.
- Livro 1º Dos Justificados ou da Vigararia Forânea
para Assentos Suplementares de Batizados.
1882. Comarca Eclesiástica de Santo Antônio
da Lapa. 1882-1887
- 1º Livro dos Batizados da Capela Tomaz Coelho
distrito da Paróquia do Iguacú. 1883-1884-
-1885. Pe. João Adamowski. 1883-1885 — Os registros
são feitos em Latim.
- 1º Livro de Justificados de Batismos, Casamentos,
Autos de Fé de Protestantes e Óbitos —
1885 — 1885-1911
- Batizados na capela da Glória em Curitiba. 1899-
-1900-1901 [1909]. 1899-1909 — O livro
apresenta registros feitos
a lápis.
- Livro nº 59a. de Registro de Batizados da Igreja de
São [Santo] Estanislau de 1916 [a 1932]. 1916-1932
- [Lº 35] de Registro de Casamentos da Igreja de
Sto. Estanislau. Agosto de 1916 a nov. 1927. 1916-1927
- Escrituração do caixa a cargo da Tesoureira da As-
sociação do Apostolado do Sagrado Coração
de Jesus, em Curitiba, no Estado do Paraná. 1925-1947
- Livro nº 2 de Registro de Casamentos da Igreja de
Sto. Estanislau. Janeiro 1928. 1928-1936
- Livro nº 2 de Registro de Batizados da Igreja de
São [Santo] Estanislau. Janeiro 1933. 1933-1936 — O registro
dos batizados é feito a
partir de janeiro de 1933
e não de 1932.
- Livro nº 2 de Registro de Batizados da Igreja de
São [Santo] Estanislau. 1932 — [1936]. 1933-1936

Atas das reuniões do Apostolado da Oração que funciona na Igreja Metropolitana e Matriz da Paróquia de Curitiba.	1934-1939
Atas das reuniões da Visita Domiciliária do Imaculado Coração de Maria estabelecida na Paróquia da Sé Metropolitana de Nossa Senhora da Luz de Curitiba.	1944-1953
Caixa.	1947-1959 — Trata-se do livro-caixa do côro feminino da Catedral Metropolitana de Curitiba e do movimento paroquial.

h). — ÍNDICE DE BATIZADOS:

Nº 1 — Índice Alfabético dos batizados efetuados do ano de 1840 [da letra A] a 1857 até a letra L. Curitiba =	1840-1857
Nº 2. Índice dos Batizados de 1857 — Letra — M — até 1887 — Letra — Z.	1857-1887
Nº 3. Índice Alfabético dos batizados efetuados do ano de 1888 [da letra A] a 1898 até a letra "F". Curitiba.	1888-1898
Nº 4. Índice Alfabético dos batizados efetuados do ano de 1898 [da letra G] a 1905 até a letra "M". Curitiba.	1898-1905
Índice Nº 5. 1905 — Letra — M. 1909 — Letra O.	1905-1909
Nº 6. Índice. Alfabético dos batizados efetuados do ano de 1909 [da letra O] a 1913 até a letra "O". Curitiba.	1909-1913
[Nº 7. Índice alfabético dos batizados efetuados do ano de 1913, da letra O a 1919, até a letra Z. Curitiba].	1913-1919
Nº 8. [Livro de índice de batizados do ano 1920, da letra A, a 1928, até a letra L. Curitiba].	1920-1928
[Índice alfabético dos batizados efetuados do ano de 1920 a 1923, da letra A a Z. Curitiba].	1920-1923
[Nº 9. Índice de batizados do ano de 1928, da letra M, a 1933, até a letra L. Curitiba].	1928-1933
[Índice de batizados do ano de 1933, da letra M, a 1940, até a letra Z. Curitiba].	1933-1940
[Livro de índice de batizados dos anos 1941, da letra A, a 1949, até a letra A. Curitiba].	1941-1949

i). — REGISTRO DE CERTIDÕES DE BATISMO:

Nº 3. Registro de Certidões de Batismo. Nºs 3.901 a 6.900 [7.190]. 16-8-1944 =	1944-1949
[Registro de certidões de batismo. Nº 7.191 a 10.940. 11-1-1949].	1949-1952

Nº 5. [Registro de certidões de batismo. Nºs 1 A a 3.196 A. 1-9-1952].	1952-1955
Nº 6. [Registro de certidões de batismo. Nºs 3.197 A a 6.389 A. 29-10-1955].	1955-1959
Livro nº 7. 1959. [Registro de certidões de batismo. Nºs 6.390 A a 9.591. 15-1-1959].	1959-1962
Livro nº 8 (oito). [Registro de certidões de batismo. Nº 9.592 A a 10.071 A e 1 B a 2.725 B].	1962-1966

j). — ABECEDÁRIO:

Abecedário do anno de 1829-1840.	1829-1840
----------------------------------	-----------

O presente levantamento do material existente no Arquivo da Sé Metropolitana e Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba deverá ter prosseguimento com o arrolamento crítico das peças descritas nesta nota prévia.

*
* * *

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Ruy Christovam Wachowicz* (FFCL. da Universidade Federal do Paraná. PR.).

Diz que a Autora em seu trabalho faz referência a existência de um livro de batizados nos Arquivos da Catedral Metropolitana de Curitiba, pertencente à colônia de Tomás Coelho. Como essa colônia situa-se nos arredores de Curitiba, na zona de colonização polonesa, e como êsse assunto faz parte de suas pesquisas, indaga:

- 1º). — Como êsse livro foi parar na Catedral Metropolitana de Curitiba?
- 2º). — Se existem outros livros da colônia de Tomás Coelho no Arquivo?
- 3º). — Se a Autora teria conhecimento da existência de livros semelhantes em outros arquivos de Curitiba?

Terminando, felicita a Autora pela exaustiva pesquisa realizada.

*

Da Profa. *Maria Regina Cunha Rodrigues Simões de Paula* (FFCL. da USP.).

Inicialmente felicita a Autora pelo valor e oportunidade da comunicação apresentada, pois forma ao lado daqueles que se empe-

nam na preservação e utilização das fontes primárias em geral e eclesiásticas em particular, como instrumento de pesquisa histórica e, portanto, pode avaliar a dedicação, a capacidade e as dificuldades que a Autora encontrou para concretizar êsse levantamento.

Considerando que o trabalho não foi divulgado antes da realização do Simpósio, mas é um daqueles que foram apresentados por ocasião das discussões; indaga:

- 1º). — Os documentos do Arquivo (histórico) da Sé Metropolitana de Curitiba estão restaurados? Catalogados? Indexados?
- 2º). — O Arquivo está aberto aos interessados sem restrições? Ou melhor, qual é o regulamento vigente?
- 3º). — Além dos documentos da Secção de Certidões, há também Registros paroquiais, em relação à propriedade rural?

*

Do Prof. *Gabriel Roy* (FFCL. de Itú. SP.).

Pergunta: qual o estado de conservação do Arquivo? Existe oficina de reparo? Se o local oferece garantia contra estragos, como por exemplo o fogo?

*

* *

RESPOSTAS DA PROFA. ODAH REGINA GUIMARÃES COSTA

Ao Prof. *Ruy Christovam Wachowicz*.

Diz que o livro, cujo título original é *1º Livro dos Baptisados da Capella de Thomaz Coelho, districto da Parochia do Iguassu, 1883-1884-1885, Pe. João Adamowski*, faz parte do Arquivo da Catedral Metropolitana de Curitiba. Não possui os têrmos de abertura e encerramento, sendo necessário que o capelão, Pe. João Adamowski, comprasse outro que deveria ser selado, e convenientemente rubricado. As anotações são feitas em Latim. E' o único livro da colônia Tomás Coelho existente no referido Arquivo. Não há notícia acêrca dos motivos que levaram a sua inclusão no acervo do Arquivo. Compromete-se, entretanto, pesquisar outros dados para elucidar êsse pormenor.

*

À Profa. *Maria Regina Cunha Rodrigues Simões de Paula*.

Afirma que os documentos do Arquivo da Sé Metropolitana e Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba não estão restaura-

dos e nem catalogados, existindo 11 índices de batizados efetivados de 1840 a 1949, um Abcedário do ano de 1829 a 1840, um outro índice alfabético e um fichário, o que facilita a localização dos documentos.

A consulta do material existente no Arquivo é livre, podendo ser feita, nos dias úteis das 9,00 às 11,00 e das 14,00 às 17,00 e, aos sábados, das 9,00 às 11,00 horas. Não há documentos reservados e nem registros paroquiais em relação à propriedade rural.

*

Ao Prof. *Gabriel Roy*.

Diz que os livros estão guardados em estantes fechadas, não existindo oficina de reparo. O local não possui proteção especial contra incêndios.

INVENTÁRIO ANALÍTICO DE UMA FAZENDA PAULISTA: SANTA GERTRUDES (1885-1961) (*).

JEANNE BERRANCE DE CASTRO

SEBASTIÃO BAIOTTO

Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (SP).

INTRODUÇÃO.

Uma das grandes dificuldades na pesquisa histórica no Brasil é a inexistência de um Guia Geral dos Arquivos Brasileiros e o pequeno número de Índices, Inventários, Catálogos, Repertórios, etc., de nossos principais arquivos e bibliotecas.

Quanto aos arquivos, só há concentração de documentação oficial nos grandes centros; o pouco interesse manifestado pelas autoridades, a deficiência de pessoal qualificado, a não aplicação das modernas técnicas arquivísticas, tem transformado a maioria deles em simples depósitos. Para uma reformulação na organização dos arquivos, a união de arquivistas e historiadores, professores de História, seria uma contribuição para a solução de um problema bastante complexo. A atuação de José Honório Rodrigues, quando Diretor do Arquivo Nacional é um exemplo do bom resultado da ação conjugada historiador-arquivista para a modernização dos arquivos.

Se, no setor oficial, a situação é crítica, na dos arquivos privados a questão se agrava ainda mais pela necessidade de uma regulamentação por parte do governo. É comum ao brasileiro, o desconhecimento, o desinteresse e a falta de compreensão pelos documentos em geral, sobretudo da sua significação como testemunho da memória coletiva, manifestado tanto por indivíduos como por associações diversas. Os arquivos privados são básicos para o conhecimento e estudo da cultura brasileira e formam um manancial ainda não devidamente pesquisado. É pena que a destruição de documentos de toda a espécie ainda se verifique em nossos dias.

Na categoria dos arquivos privados, a documentação das antigas fazendas constitui excelente material de estudo, pouco explorado, embora hoje sejam raras as fazendas que conservam seus documentos por desconhecerem a riqueza que eles representam. Formam os ar-

(*) — Comunicação apresentada na 7a. sessão de estudos, no dia 7 de setembro (Nota da Redação).

quivos privados das antigas fazendas “parte essencial do capital histórico da Nação” (1).

No programa do ensino da História no Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, da Universidade de Campinas (S.P.), há um curso semestral de Introdução aos Estudos Históricos (Metodologia Histórica), como base da formação do futuro cientista social. Como parte do curso prático são realizados pelos alunos, pequenas pesquisas documentais no município rioclareense. São feitos levantamentos de arquivos privados, individuais e coletivos, do seu estado de conservação, como também um histórico da reação da população ao problema “documento”, manifestada na conservação e destino que lhes dá... Realizam igualmente os alunos um programa de esclarecimento popular, objetivando principalmente salvar o que ainda resta e estimulando doações ao Arquivo Histórico. Este funciona no Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”, criado pelo decreto n. 40.445 (de 24-4-1962), de acordo com a regulamentação dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo (Ato n. 99, de 30-4-1957, artigo 3º). O Arquivo Histórico conta atualmente com o “fundo administrativo municipal” de Rio Claro, com 1.286 livros e 100.000 documentos avulsos, colocado sob custódia do Museu, de acordo com a Resolução n. 77 (de 6-12-1963) e Lei Municipal n. 85 (de 13-12-1963), com o “fundo da Fazenda Santa Gertrudes” e o “fundo de documentos avulsos particulares”.

O Arquivo Histórico tem como objetivo: primeiro, salvar e conservar a documentação do município de Rio Claro. A simples guarda de fundos oficiais e particulares, pouco significaria se não fosse acompanhada de classificação, para os casos de consulta local e de divulgação, com a publicação de Inventários Analíticos, destinados a pesquisadores de outras áreas. A publicação de Inventários, como instrumentos de trabalho, responde a uma necessidade e visa sanar uma lacuna sentida pelos pesquisadores brasileiros. Daí, a oportunidade da idéia lançada pela APUH, em colocar sempre em pauta, em todos os Simpósios, a questão das fontes primárias no Brasil, para debate e estudos. Por acreditarmos no plano de salvação de nossa riqueza documental, é que temos contribuído com Inventários analíticos de um município paulista: Rio Claro. O *Inventário analítico da documentação administrativa municipal de Rio Claro. 1837-1930*, foi o primeiro da série da qual *O Inventário Analítico de uma fazenda paulista: Santa Gertrudes. 1885-1961*, é o segundo volume.

(1). — Robert Henri Bautier, *Les Archives* (“L’Histoire et ses Méthodes”, Paris, Encyclopedie de la Pléiade, 1961), p. 1148.

Uma das dificuldades da arquivística luso-brasileira é a impre-
cisão terminológica e o Dr. Mário Alberto Nunes Costa, no V Coló-
quio de Estudos Luso-Brasileiros apresentou tese nesse sentido. Igual-
mente foi o problema discutido no II Encontro de Arquivistas-Bi-
bliotecários Portugêses, em 1966, em Lisboa, do qual participamos
como bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian. Utilizamo-nos do
térmo Inventário Analítico em lugar de Catálogo, seguindo a opi-
nião do Dr. Alberto Iria, Diretor do Arquivo Ultramarino e do Prof.
Avelino de Jesus Costa, Diretor do Curso de Bibliotecários Arqui-
vistas da Universidade de Coimbra.

Este Inventário Analítico é resultado da pesquisa realizada em
1963, no curso de Introdução aos Estudos Históricos. O licenciado
Sebastião Baiocco, naquela época aluno e o licenciado Wilson Ja-
comini, moradores de Santa Gertrudes, localizaram na Fazenda Pra-
tes, antiga Santa Gertrudes, o arquivo privado dêste estabelecimento
rural. Realizaram o arrolamento da documentação por ordem cro-
nológica, seu estado de conservação e analisaram as possibilidades
de pesquisa que tal documentação oferecia. De comum acôrdo com
a Cadeira de História e o Museu Histórico e Pedagógico “Amador
Bueno da Veiga”, o Sr. Sebastião Baiocco solicitou ao proprietário
da fazenda, o Sr. Guilherme Prates, a doação daquele acervo do-
cumental ao Arquivo Histórico. Por se tratar de documentação an-
tiga, não mais utilizada, logo sem interêsse prático imediato, mas,
principalmente graças à clara e imediata compreensão demonstrada
por seu proprietário, do que representaria tal doação, deferiu em
seguida a nossa solicitação. Assim, êsse importante arquivo privado,
foi colocado sob custódia do Museu Histórico e Pedagógico “Ama-
dor Bueno da Veiga” (2) e possibilitará com isso um maior conhe-
cimento do passado do município, pois Santa Gertrudes separou-se
de Rio Claro como município só em 1948. Aquêlo gesto do Conde
Prates foi seguido por outros fazendeiros da região, possuidores de
interessantes arquivos privados, que já concordaram em cedê-los, sob
custódia, ao Arquivo Histórico. A documentação da Fazenda São
José, da Família Paula Machado, constituirá o terceiro volume dos
Inventários Analíticos do Arquivo Histórico de Rio Claro.

Em relação aos arquivos privados existem dois tipos de cessão:
doação e custódia. Pelo regime de cessão sob custódia, o indivíduo
não perde o direito de propriedade de um acervo muitas vêzes va-
lioso, como também garante o uso específico da documentação
dentro das restrições que julgar conveniente. Essa entrega sob cus-
tódia estabelece um condicionamento positivo do proprietário quanto
à importância e valor do acervo documental em termos da coleti-

(2). — Vide Apêndice nº 1.

vidade. Por outro lado, a reunião de documentação variada de uma mesma região em um só local, oferece ao pesquisador maior comodidade e economia de tempo e trabalho.

Na documentação da Fazenda Santa Gertrudes, doada em 1963, não foram incluídos todos os livros, por serem muitos deles ainda necessários à administração da fazenda, para fins de certidões. Dentre aqueles livros salientamos três exemplares, referentes ao registro de batizados e casamentos de empregados, do período de 1899-1963, bastante interessantes. Embora a criação da Fazenda Santa Gertrudes remonte a data de 1827 a documentação em nosso poder é a partir de 1885. O primeiro proprietário da Fazenda Santa Gertrudes foi o Barão do Rio Claro e a fazenda passou mais tarde para a família Prates por herança. O nome Santa Gertrudes passou depois a designar a estação da Estrada de Ferro Paulista e substituiu o primeiro nome da localidade que era Gramado.

Conta atualmente o fundo da Fazenda Santa Gertrudes com 239 livros em bom estado de conservação e 7 Pastas de cartolina com documentos avulsos recentes. De um modo geral, podemos classificar os livros da Fazenda Santa Gertrudes em livros de contabilidade e de produção. Como livros típicos de contabilidade temos: Borrador (8), Costaneira (18), Borrador Limpo (12), Razão (7), Caixa (22), Diário (13), Contas Correntes (39), Copiador (57). Como livros auxiliares de contabilidade temos: Leiteria (4), Livro de Açougue (2), Gratificação (1), Livro de Medicamentos (1), Carretos (1), Livro de Proprietários, fornecedores, ex-empregados (1) e ainda os livros auxiliares de contrôlo do pessoal: Livro Ponto (30), Diárias (3) e Custo de Serviço (8). Como livros da produção específica da fazenda temos: Colheita de Café (1), Registro de café (2), Registros de Gado (12).

Os livros Costaneira tinham a função de Borrador e a escritura da fazenda começava por eles para depois ser passada para o Borrador Limpo. Quanto ao Copiador servia de registro da correspondência da fazenda e também a anotações diversas. Os livros Custo de Diárias e Diária de Serviço embora de título diferente, referem-se ao mesmo assunto.

No Inventário anotamos os seguintes elementos: título tal como se encontra no livro, a data, um resumo do assunto, o estado de conservação, as medidas do livro, a procedência com a sigla e o ano da doação. Usamos as seguintes abreviações: *F. S. G.* para o fundo da Fazenda Santa Gertrudes, *MS.* para o que é manuscrito e *D.* para o que está datilografado.

O atual guarda-livros da Fazenda Santa Gertrudes, o Sr. Roque Cecagno trabalha na fazenda desde 1933 e é pessoa qualificada para

fornecer informações sôbre a antiga escrituração agrícola, pois a conhece bastante bem.

Este Inventário foi iniciado em 1964, a seguir foi interrompido e sômente em 1967 pudemos reiniciá-lo e terminá-lo.

Neste trabalho contamos com a colaboração interessada e eficiente do licenciado Sebastião Baiocco, descobridor do acervo documental da Fazenda Santa Gertrudes.

O arquivo privado da Fazenda Santa Gertrudes, além de útil para o conhecimento da História do município de Rio Claro, apresenta uma série de ricas sugestões para o estudo da pequena comunidade, Santa Gertrudes, cujos moradores são na sua maioria descendentes de antigos empregados da fazenda.

Agradecemos à admirável Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa, a oportunidade que nos deu de um estágio de estudos nos riquíssimos arquivos portugueses, muito necessário pela similaridade de problemas da arquivística luso-brasileira.

Agradecemos à Direção e funcionários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, da Universidade de Campinas (S. P.), aos nossos colegas e alunos, a colaboração integral que nos prestaram e que permitiram levar a bom termo essa pesquisa.

Queremos aqui ressaltar, com vivo agradecimento, o elevado espírito cívico do Sr. Guilherme Prates, por ter cedido à comunidade rioclareense a antiga e preciosa documentação de sua fazenda, tão ligada à História daquele município.

*

* *

INVENTÁRIO ANALÍTICO DE UMA FAZENDA PAULISTA — SANTA GERTRUDES. 1885-1961.

AÇOUGUE.

- 1). — LIVRO DE AÇOUGUE. 1925-1927.
Brochura com 150 fls. utilizadas, com o contrôle do fornecimento de carne aos empregados. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 2). — LIVRO PARA A VENDA DE CARNE NO AÇOUGUE. 1915-1925.
Brochura com 150 fls. utilizadas, com a seguinte discriminação: fornecimento de carne e mercadorias aos colonos. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.

BORRADOR.

- 3). — **BORRADOR. 1915-1919.**
Volume encadernado com 100 fls. utilizadas com o débito e o crédito dos colonos. (45 x 16).
F. S. G. — 1963.
- 4). — **BORRADOR. 1924-1925.**
Livro sem capa com 250 fls. utilizadas, fatando as duas primeiras fls., utilizadas com o débito e o crédito dos colonos. Mau estado de conservação. (45 x 16).
F. S. G. — 1963.
- 5). — **BORRADOR. 1937-1940.**
Volume encadernado com 200 fls. numeradas e 198 utilizadas, com o débito e o crédito dos colonos. Livro n. 2. (35 x 47).
F. S. G. — 1963.
- 6). — **BORRADOR. 1949-1951.**
Volume encadernado com 100 fls. utilizadas com o débito e o crédito dos colonos. (32 x 22).
- 7). — **BORRADOR DO AÇOUGUE. 1924. PONTO DO PESSOAL. 1924-1925.**
Volume encadernado com 250 fls., sendo 113 pp. utilizadas para o Borrador do Açougue e as restantes para o Ponto do Pessoal com a discriminação das tarefas dos empregados. (46 x 15).
- 8). — **BORRADOR DE EMPREITADAS. 1960-1961.**
Volume encadernado com 60 fls., começando na p. 82 e terminando na p. 202, com a seguinte discriminação: pagamento do trato do café, cana, milho, laranja, pastos, corte de lenha, viagens extras, adiantamentos, etc. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 9). — **BORRADOR DO PESSOAL. 1932-1959.**
Volume encadernado com 100 fls. numeradas e utilizadas, com a seguinte discriminação: serviços prestados, bonificações, etc. (23 x 32).
F. S. G. — 1963.

BORRADOR LIMPO.

- 10). — **BORRADOR LIMPO. 1906.**
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com débito e o crédito dos empregados. Livro n. 1. (32 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 11). — **BORRADOR LIMPO. 1907-1908.**
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o débito e o crédito dos empregados. Livro n. 2. (32 x 22).
F. S. G. — 1963.

- 12). — BORRADOR LIMPO. 1908-1909.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o débito e o crédito dos empregados. Livro n. 3. (32 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 13). — BORRADOR LIMPO. 1909-1910.
Volume encadernado com 250 fls. utilizadas com o débito e o crédito dos empregados. Livro n. 4. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 14). — BORRADOR LIMPO. 1910.
Volume encadernado com 100 fls. utilizadas com o débito e o crédito dos empregados. Livro n. 5. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
Volume encadernado com 250 fls. utilizadas com o débito e o crédito
- 15). — BORRADOR LIMPO. 1910-1911.
Volume encadernado com 250 fls. utilizadas com o débito e o crédito dos empregados. Livro n. 6. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 16). — BORRADOR LIMPO. 1911-1912.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o débito e o crédito dos empregados. Livro n. 7. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 17). — BORRADOR LIMPO. 1912-1913.
Volume encadernado com 250 fls. utilizadas com o débito e o crédito dos empregados. Livro n. 8. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 18). — BORRADOR LIMPO. 1913-1914.
Volume encadernado com 250 fls. utilizadas com o débito e o crédito dos empregados. Livro n. 9. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 19). — BORRADOR LIMPO. 1914-1915.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o débito e o crédito dos empregados. Livro n. 10. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 20). — BORRADOR LIMPO. 1915.
Volume encadernado com 250 fls. utilizadas com o débito e o crédito dos empregados. Livro n. 11. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 21). — BORRADOR LIMPO. 1915-1918.
Volume encadernado com 250 fls. utilizadas com o débito e o crédito dos empregados. (35 x 23).
F. S. G. — 1963.

CAFÉ.

- 22). — COLHEITAS DE CAFÉ. 1901-1909.
Brochura com 50 fls., sendo 48 utilizadas, com as seguintes discriminações: colheita do ano, nome da colônia, talhão, número de ordem, nomes, quantidade de alqueires, meses de abril-outubro, preço, total de alqueires, importância recebida. Mau estado de conservação. (37 x 25).
F. S. G. — 1963.
- 23). — REGISTRO DE CAFÉ ENTREGUE AOS COLONOS DA FAZENDA DE SANTA GERTRUDES. 1909-1919.
Volume encadernado, com 100 fls., sendo 96 fls. utilizadas, com as seguintes discriminações: registro de colonos, nº de pés de café de que tratam por ano, nome da colônia, nº de ordem, fls. do conta corrente, nome do chefe da família, pessoas que trabalham, nº de pés de que tratam, pessoas da família, por trimestre, por ano e observações. (32 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 24). — REGISTRO DE CAFÉ. BORRADOR. 1919-1936.
Volume encadernado com 400 fls. numeradas e 336 utilizadas, nome do chefe da família, nº de pessoas que trabalham, da família, nº de pés de café de que trata, importância que ganha por ano, importância que lhe é creditada bimensalmente, importância da última prestação, nº de pés de algodão, observações. (32 x 43).
F. S. G. — 1963.

CAIXA.

- 25). — CAIXA. 1894-1897.
Volume encadernado com 177 fls. numeradas, rubricadas e utilizadas, com o Deve-Haver de 14 de agosto de 1895 a 30 de abril de 1897. (21 x 32).
F. S. G. — 1963.
- 26). — CAIXA. 1897-1899.
Volume com 100 fls. numeradas, rubricadas e utilizadas, com o Deve-Haver de 1º de maio de 1897 a 9 de abril de 1899. (23 x 33).
F. S. G. — 1963.
- 27). — CAIXA. 1899-1901.
Volume encadernado com 199 fls. numeradas, rubricadas e utilizadas, com o Deve-Haver de 14 de abril de 1899 a 5 de abril de 1901. (23 x 36).
F. S. G. — 1963.
- 28). — CAIXA. 1901-1902.
Volume encadernado com 151 fls. numeradas, rubricadas e utilizadas, com o Deve-Haver de 5 de abril de 1901 a 10 de abril de 1902. (23 x 36).
F. S. G. — 1963.

- 29). — CAIXA. 1902-1905.
Volume encadernado com 300 fls., numeradas, rubricadas e utilizadas, com Deve-Haver de 12 de dezembro de 1902 a 9 de outubro de 1905. (24 x 33).
F. S. G. — 1963.
- 30). — CAIXA. 1903-1904.
Volume encadernado com 100 fls., e 99 utilizadas, com Deve-Haver de 1-1-1903 a 30-11-1904. Livro nº 1. (40 x 27).
F. S. G. — 1963.
- 31). — CAIXA. 1905-1907.
Volume encadernado com 201 fls. numeradas, rubricadas e utilizadas, com o Deve-Haver de 9 de outubro de 1905 a 1º de agosto de 1907. (22 x 33).
F. S. G. — 1963.
- 32). — CAIXA. 1907-1909.
Volume encadernado com 200 fls. numeradas e utilizadas com o Deve-Haver de 21 de agosto de 1904 a 14 de abril de 1909. Livro nº 4. (23 x 32).
F. S. G. — 1963.
- 33). — CAIXA. 1908-1909.
Volume encadernado com 100 fls. utilizadas, com o Deve-Haver de 17-3-1908 a 21-7-1909. Livro nº 4. (40 x 27).
F. S. G. — 1963.
- 34). — CAIXA. 1909-1910.
Volume encadernado com 200 fls. numeradas, utilizadas, com o Deve-Haver de abril de 1909 a setembro de 1910. Livro nº 15. (23 x 33).
F. S. G. — 1963.
- 35). — CAIXA. 1910-1911.
Volume encadernado com 200 fls. numeradas e utilizadas com o Deve-Haver de 21 de setembro de 1910 a 4 de dezembro de 1911. Livro nº 16. (22 x 33).
F. S. G. — 1963.
- 36). — CAIXA. 1911-1913.
Volume encadernado com 210 fls. numeradas e utilizadas com o Deve-Haver de 4 de dezembro de 1911 a 20 de abril de 1913. Livro nº 17. (22 x 33).
F. S. G. — 1963.
- 37). — CAIXA. 1913-1914.
Volume encadernado com 200 fls. numeradas e utilizadas com o Deve-Haver de 20 de abril de 1913 a 2 de novembro de 1914. Livro nº 16. (24 x 33).
F. S. G. — 1963.

- 38). — CAIXA. 1914-1918.
Volume encadernado com 200 fls. numeradas e utilizadas com o Deve-Haver de 6 de novembro de 1914 a 13 de janeiro de 1918. Livro nº 19. (23 x 33).
F. S. G. — 1963.
- 39). — CAIXA. 1918-1921.
Volume encadernado com 200 fls. numeradas e utilizadas com o Deve-Haver de 13 de janeiro de 1918 a 21 de abril de 1921. Livro nº 18. (22 x 33).
F. S. G. — 1963.
- 40). — CAIXA. 1921-1925.
Volume encadernado com 250 fls. numeradas e 148 fls. utilizadas, com o Deve-Haver de 24 de abril de 1921 a 20 de julho de 1925. Livro nº 20. (39 x 26).
F. S. G. — 1963.
- 41). — CAIXA. 1925-1933.
Volume encadernado, com 250 fls. numeradas e 220 utilizadas, com o Deve-Haver de 29 de julho de 1925 a 1º de janeiro de 1933. Livro nº 21. (29 x 44).
F. S. G. — 1963.
- 42). — CAIXA. 1934-1935.
Volume encadernado com 100 fls. numeradas e 99 utilizadas, com o Deve-Haver de 1º de janeiro de 1934 a 10 de setembro de 1935. Livro nº 22. (23 x 32).
F. S. G. — 1963.
- 43). — CAIXA. 1938-1941.
Volume encadernado com 200 fls. numeradas e utilizadas, com o Deve-Haver de 31 de julho de 1938 a 28 de abril de 1941. Livro nº 1. (23 x 32).
F. S. G. — 1963.
- 44). — CAIXA. 1941-1943.
Volume encadernado com 100 fls. numeradas e utilizadas com o Deve-Haver de 1º de maio de 1941 a 7 de abril de 1943. (23 x 32).
F. S. G. — 1963.
- 45). — CAIXA. 1943-1947.
Volume encadernado com 203 fls. numeradas e utilizadas com o Débito-Crédito de 22 de abril de 1943 a 30 de abril de 1947. (22 x 32).
F. S. G. — 1963.
- 46). — CAIXA. 1947-1950.
Volume encadernado com 150 fls. numeradas e utilizadas com o Deve-Haver de 1º de maio de 1947 a 30 de abril de 1950. (22 x 32).
F. S. G. — 1963.

CARRETOS.

- 47). — CARRETOS. 1949-1952.
Brochura com 50 fls, tendo 40 utilizadas, com o contrôlo dos carretos dos colonos. (23 x 16).
F. S. G. — 1963.

CONTAS CORRENTES.

- 48). — CONTAS CORRENTES. 1894.
Volume encadernado com 300 fls., 137 fls. utilizadas com Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 3. (32 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 49). — CONTAS CORRENTES. 1895-1896.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 4. (35 x 24).
F. S. G. — 1963.
- 50). — CONTAS CORRENTES. 1896.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 5. (34 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 51). — CONTAS CORRENTES. 1896-1897.
Volume encadernado com 496 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 6. (45 x 31).
F. S. G. — 1963.
- 52). — CONTAS CORRENTES. 1897-1898.
Volume encadernado com 250 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 7. (45 x 31).
F. S. G. — 1963.
- 53). — CONTAS CORRENTES. 1898-1899.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 8. (47 x 27).
F. S. G. — 1963.
- 54). — CONTAS CORRENTES. 1899-1900.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 9. (47 x 27).
F. S. G. — 1963.
- 55). — CONTAS CORRENTES. 1900-1901.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Sem índice. Livro n. 10. (47 x 27).
F. S. G. — 1963.
- 56). — CONTAS CORRENTES. 1901-1902.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Sem índice. Livro n. 11. (47 x 27).
F. S. G. — 1963.

- 57). — CONTAS CORRENTES. 1902-1904.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Sem índice. Livro n. 12. (47 x 27).
F. S. G. — 1963.
- 58). — CONTAS CORRENTES. 1904-1905.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Sem índice. Livro n. 13. (40 x 26).
F. S. G. — 1963.
- 59). — CONTAS CORRENTES. 1905-1907.
Volume encadernado com 250 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 14. (45 x 32).
F. S. G. — 1963.
- 60). — CONTAS CORRENTES. 1907-1908.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 15. (45 x 32).
F. S. G. — 1963.
- 61). — CONTAS CORRENTES. 1908-1909.
Volume encadernado com 200 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 16. (45 x 30).
F. S. G. — 1963.
- 62). — CONTAS CORRENTES. 1909-1911.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas como o Deve-Haver dos empregados. Sem índice. Livro n. 17. (45 x 32).
F. S. G. — 1963.
- 63). — CONTAS CORRENTES. 1911.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas como o Deve-Haver dos empregados. Sem índice. Livro n. 18. (45 x 30).
F. S. G. — 1963.
- 63a). — CONTAS CORRENTES. 1911-1912.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas até a página 560 com o Deve-Haver dos empregados. Sem índice. Livro n. 19. (45 x 31).
F. S. G. — 1963.
- 64). — CONTAS CORRENTES. 1912-1913.
Volume encadernado com 300 fls., 241 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Sem índice. Livro n. 20. (45 x 31).
F. S. G. — 1963.
- 65). — CONTAS CORRENTES. 1914.
Volume encadernado com 300 fls., 230 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Sem índice. Livro n. 21. (45 x 31).
F. S. G. — 1963.
- 66). — CONTAS CORRENTES. 1915-1916.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 22. (45 x 31).
F. S. G. — 1963.

- 67). — CONTAS CORRENTES. 1916-1918.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados, sem a capa de trás. Sem índice. Livro n. 23. (49 x 38).
F. S. G. — 1963.
- 68). — CONTAS CORRENTES. 1918-1920.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 24. (44 x 29).
F. S. G. — 1963.
- 69). — CONTAS CORRENTES. 1920-1921.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 25. (44 x 29).
F. S. G. — 1963.
- 70). — CONTAS CORRENTES. 1921-1923.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 26. (44 x 29).
F. S. G. — 1963.
- 71). — CONTAS CORRENTES. 1923-1924.
Volume encadernado com 300 fls., 286 fls utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 27. (44 x 32).
F. S. G. — 1963.
- 72). — CONTAS CORRENTES. 1924-1925.
Volume encadernado com 300 fls., 267 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Sem índice. Livro n. 28. (44 x 31).
F. S. G. — 1963.
- 73). — CONTAS CORRENTES. 1925-1926.
Volume encadernado com 300 fls., 284 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 29. (45 x 31).
F. S. G. — 1963.
- 74). — CONTAS CORRENTES. 1926-1927.
Volume encadernado com 250 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 30. (44 x 31).
F. S. G. — 1963.
- 75). — CONTAS CORRENTES. 1927-1928.
Volume encadernado com 250 fls., 239 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 31. (44 x 31).
F. S. G. — 1963.
- 76). — CONTAS CORRENTES. 1929-1931.
Volume encadernado com 500 fls., 484 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Sem índice. Livro n. 32. (45 x 31).
F. S. G. — 1963.
- 77). — CONTAS CORRENTES. 1931-1934.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 33. (44 x 31).
F. S. G. — 1963.

- 78). — CONTAS CORRENTES. 1934-1936.
Volume encadernado com 250 fls., 183 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. Livro n. 34. (44 x 32).
F. S. G. — 1963.
- 79). — CONTAS CORRENTES. 1938-1941.
Volume encadernado, com 100 fls. utilizadas com anotações contábeis. Sem índice. Livro n. 1. (23 x 16).
F. S. G. — 1963.
- 80). — CONTAS CORRENTES. 1941-1946.
Volume encadernado com 200 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Sem índice. Livro n. 2. (31 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 81). — CONTAS CORRENTES. 1949-1950.
Brochura, capa dura com 50 fls. com o Deve-Haver dos empregados. (22 x 15).
F. S. G. — 1963.
- 82). — CONTAS CORRENTES. SERVIÇOS POR CONTA. 1951-1953.
Brochura, capa dura, com 150 fls. com o Deve-Haver dos empregados. (22 x 15).
F. S. G. — 1963.
- 83). — CONTAS CORRENTES. 1957-1958.
Volume encadernado, com 100 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Com índice. (23 x 16).
F. S. G. — 1963.
- 84). — CONTAS CORRENTES. DESPENSA DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DOS EMPREGADOS. 1944-1946.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. Sem índice. Livro n. 1. (30 x 20).
F. S. G. — 1963.
- 85). — CONTAS CORRENTES. POSTO DE ABASTECIMENTO DOS EMPREGADOS. DESPENSA. GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. 1941-1946.
Volume encadernado com 175 fls. utilizadas com o Deve-Haver dos empregados. (44 x 25).
F. S. G. — 1963.

COPIADOR.

- 86). — COPIADOR. 1895-1896.
Volume encadernado com 496 fls. utilizadas, de 16-8-1895 a 16-7-1896.
Miscelânea. MS. Livro n. 1. (27 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 87). — COPIADOR. 1898-1899.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 21-11-1898 a 28-8-1899.
Miscelânea. MS. Livro n. 5. (27 x 21).
F. S. G. — 1963.

- 88). — COPIADOR. 1899.
Volume encadernado com 200 fls. utilizadas, de 29-8-1899 a 22-12-1899.
Miscelânea. MS. Livro. n. 6 (27 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 89). — COPIADOR. 1900-1901.
Volume encadernado com 401 fls. utilizadas, de 26-12-1900 a 1-10-1901.
Miscelânea. MS. Livro n. 7. (26 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 90). — COPIADOR. 1900.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas, 58 utilizadas de 2-10 a 3-10-1900. Miscelânea. MS. Livro n. 8. (27 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 91). — COPIADOR. 1900-1901.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas, de 6-11-1900 a 3-5-1901.
Miscelânea. MS. Livro n. 9. (29 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 92). — COPIADOR. 1901-1902.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 4-5-1901 a 23-2-1902.
Miscelânea. MS. Livro n. 10. Péssimo estado de conservação. (29 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 93). — COPIADOR. 1901-1902.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 10-6-1901 a 26-3-1902.
Miscelânea. MS. Livro n. 10. Péssimo estado de conservação. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 94). — COPIADOR. 1902.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas de 6-2-1902 a 31-10-1902.
Miscelânea. MS. Livro n. 11. (31 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 95). — COPIADOR. 1902-1903.
Volume encadernado com 501 fls. utilizadas, de 4-11-1902 a 30-6-1903.
Miscelânea. MS. Livro n. 12. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 96). — COPIADOR. 1903-1904.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 2-6-1903 a 16-4-1904.
Miscelânea. MS. Livro n. 13. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 97). — COPIADOR. 1904-1905.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 18-4-1904 a 4-1-1905.
Miscelânea. MS. Livro n. 14. (28 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 98). — COPIADOR. 1902.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 4-1-1902 a 18-8-1902.
Miscelânea. MS. Livro n. 15. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.

- 99). — COPIADOR. 1905-1906.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 19-8-1905 a 2-4-1906.
Miscelânea. MS. Livro n. 16. (29 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 100). — COPIADOR. 1906.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 3-4-1906 a 25-11-1906.
Miscelânea. MS. Livro n. 17. (28 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 101). — COPIADOR. 1906-1907.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 11-11-1906 a 17-7-1907.
Miscelânea. MS. Livro n. 18. (28 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 102). — COPIADOR. 1907-1908.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 21-7-1907 a 23-2-1908.
Miscelânea. MS. Livro n. 19. (28 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 103). — COPIADOR. 1908.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 24-2-1908 a 16-9-1908.
Miscelânea. MS. Livro n. 20 (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 104). — COPIADOR. 1908-1909.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 17-9-1908 a 25-4-1909.
Miscelânea. MS. Livro n. 21. (28 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 105). — COPIADOR. 1909.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 26-4-1909 a 2-11-1909.
Miscelânea. MS. Livro n. 22. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 106). — COPIADOR. 1909-1910.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 2-11-1909 a 11-6-1910.
Miscelânea. MS. Livro n. 23. (28 (x 22)).
F. S. G. — 1963.
- 107). — COPIADOR. 1910-1911.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 12-6-1910 a 11-1-1911.
Miscelânea. MS. Livro n. 24. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 108). — COPIADOR. 1911.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 12-1-1911 a 14-8-1911.
Miscelânea. MS. Livro n. 25. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 109). — COPIADOR. 1911-1912.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 13-8-1911 a 25-2-1912.
Miscelânea. MS. Livro n. 26. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.

- 110). — COPIADOR. 1912.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 26-2-1912 a 5-10-1912.
Miscelânea. MS. Livro n. 27. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 111). — COPIADOR. 1912-1913.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 6-10-1912 a 2-5-1913.
Miscelânea. D. Livro n. 28. (29 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 112). — COPIADOR. 1913.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 2-5-1913 a 12-12-1913.
Miscelânea. D. Livro n. 29. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 113). — COPIADOR. 1913-1914.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 13-12-1913 a 19-7-1914.
Miscelânea. D. Livro n. 30. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 114). — COPIADOR. 1914-1915.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 20-7-1914 a 4-3-1915.
Miscelânea. D. Livro n. 31. (28 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 115). — COPIADOR. 1915.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 4-3-1915 a 29-10-1915.
Miscelânea. D. Livro n. 32. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 116). — COPIADOR. 1915-1916.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 31-10-1915 a 26-4-1916.
Miscelânea. D. Livro n. 33. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 117). — COPIADOR. 1916.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 27-5-1916 a 23-12-1916.
Miscelânea. D. Livro n. 34. (28 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 118). — COPIADOR. 1916-1917.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 24-12-1916 a 28-7-1917.
Miscelânea. D. Livro n. 35. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 119). — COPIADOR. 1917-1918.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 26-7-1917 a 14-2-1918.
Miscelânea. D. Livro n. 36. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 120). — COPIADOR. 1918.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 16-2-1918 a 6-10-1918.
Miscelânea. D. Livro n. 37. (28 x 23).
F. S. G. — 1963.

- 121). — COPIADOR. 1918-1919.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 7-10-1918 a 30-5-1919.
Miscelânea. D. Livro n. 38. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 122). — COPIADOR. 1919-1920.
Volume encadernado com 500 fls., utilizadas de 31-5-1919 a 19-1-1920.
Miscelânea. D. Livro n. 39. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 123). — COPIADOR. 1920.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 20-1-1920 a 5-9-1920.
Miscelânea. D. Livro n. 40. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 124). — COPIADOR. 1920-1921.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 6-9-1920 a 25-4-1921.
Miscelânea. D. Livro n. 41. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 125). — COPIADOR. 1921.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas de 26-4-1921 a 14-12-1921.
Miscelânea. D. Livro n. 42. (29 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 126). — COPIADOR. 1921-1922.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 19-4-1921 a 18-2-1922.
Miscelânea. Ms. (35 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 127). — COPIADOR. 1921-1922.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 14-12-1921 a 3-8-1922.
Miscelânea. D. Livro n. 43. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 128). — COPIADOR. 1922-1923.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 4-8-1922 a 31-3-1923.
Miscelânea. D. Livro n. 44. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 129). — COPIADOR. 1923.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 1-4-1923 a 28-11-1923.
Miscelânea. D. Livro n. 45. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 130). — COPIADOR. 1923-1924.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 29-11-1923 a 27-7-1924.
Miscelânea. D. Livro n. 46. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 131). — COPIADOR. 1924.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 28-7-1924 a 26-3-1925.
Miscelânea. D. Livro n. 47. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.

- 132). — COPIADOR. 1925.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 27-3-1925 a 27-11-1925.
Miscelânea. D. Livro n. 48. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 133). — COPIADOR. 1926-1927.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 1-8-1926 a 4-4-1927.
Miscelânea. D. Livro n. 50. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 134). — COPIADOR. 1927.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 5-4-1927 a 9-12-1927.
Miscelânea. D. Livro n. 51. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 135). — COPIADOR. 1929.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 21-4-1929 a 24-12-1929.
Miscelânea. D. Livro n. 54. (28 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 136). — COPIADOR. 1929-1930.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 25-12-1929 a 31-8-1930
Miscelânea. D. Livro n. 55. (29 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 137). — COPIADOR. DIÁRIAS. 1932.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 12-1-1932 a 16-9-1932.
Miscelânea. D. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 138). — COPIADOR. DIÁRIAS. 1935-1936.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 11-6-1935 a 13-2-1936.
Miscelânea. D. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 139). — COPIADOR. DIÁRIAS. 1936.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 14-2-1936 a 17-10-1936.
Miscelânea. D. (28 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 140). — COPIADOR. DIÁRIAS. 1936-1937.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 18-10-1936 a 21-6-1937.
Miscelânea. D. (29 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 141). — COPIADOR. DIÁRIAS. 1937-1938.
Volume encadernado com 500 fls., utilizadas de 22-6-1937 a 23-2-1938.
Miscelânea. D. (28 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 142). — COPIADOR. DIÁRIAS. 1938.
Volume encadernado com 500 fls. utilizadas, de 23-2-1938 a 28-10-1938.
Miscelânea. D. (28 x 21).
F. S. G. — 1963.

COSTANEIRA.

- 143). — COSTANEIRA. 1888-1892.
Volume encadernado com 50 fls. utilizadas, com a seguinte discriminação: contrôlo da remessa de café, com especificação de tipo, número de sacas e o destinatário. (32 x 21).
F. S. G. — 1963.
- 144). — COSTANEIRA. 1892-1908.
Volume encadernado com 145 fls. utilizadas, referente ao “transporte do livro da remessa de café”. Livro em mau estado de conservação. (22 x 33).
F. S. G. — 1963.
- 145). — COSTANEIRA. 1902.
Brochura de 150 fls. utilizadas, com a seguinte discriminação: fornecimento de mercadorias diversas (multas por conserto de porteiros, etc.). Livro n. 1. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 146). — COSTANEIRA. 1902-1903.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com a seguinte discriminação: fornecimento de mercadorias diversas aos colonos. Livro n. 2. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 147). — COSTANEIRA. 1908-1911.
Volume encadernado com 247 fls., faltando as primeiras 30 fls. com a seguinte discriminação: fornecimento de mercadorias diversas aos colonos. Estado regular de conservação. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 148). — COSTANEIRA. 1909-1910.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas e com a seguinte discriminação: fornecimento de mercadorias e pagamento de serviços aos colonos. Fôlha de rosto “Borrador” para início de lançamento. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 149). — COSTANEIRA. 1910-1911.
Volume encadernado com 396 fls. utilizadas com as seguintes discriminações: pagamento de colonos e recebimentos gerais (venda do café, multa por embriaguês, vales, utensílios de trabalho, etc.). (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 150). — COSTANEIRA. 1911.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o Deve-Haver e a seguinte discriminação: fornecimento de mercadorias diversas aos colonos. (23 x 33).
F. S. G. — 1963.

- 151). — COSTANEIRA. 1911-1912.
Brochura de 150 fls. utilizadas, com a seguinte discriminação: fornecimento de mercadorias aos colonos. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 152). — COSTANEIRA. 1912-1914.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com a seguinte discriminação: fornecimento de mercadorias, pagamento de serviços dos colonos e diversos (venda de café, de lenha, multa por briga, etc.). (32 x 23)
F. S. G. — 1963.
- 153). — COSTANEIRA. 1913-1917.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com a seguinte discriminação: fornecimento de mercadorias aos colonos. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 154). — COSTANEIRA. 1951.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o fornecimento de mercadorias diversas aos colonos. Fôlha de rosto "Fornecimento do armazém da Fazenda de Santa Gertrudes em 1915". (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 155). — COSTANEIRA. 1915-1916.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com a seguinte discriminação: fornecimento de mercadorias diversas aos colonos' (22 x 33).
F. S. G. — 1963.
- 156). — COSTANEIRA. 1915-1916.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas, com a seguinte discriminação: fornecimento de mercadorias aos colonos. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 157). — COSTANEIRA. 1917.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas, com o registro do fornecimento de mercadorias. (23 x 32).
F. S. G. — 1963.
- 158). — COSTANEIRA. 1917.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas, com a seguinte discriminação: fornecimento de mercadorias diversas aos colonos. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 159). — COSTANEIRA. 1950-1951.
Brochura de 200 fls. utilizadas, com notas diversas de recebimento. (32 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 160). — COSTANEIRA. 1953-1954.
Brochura com 200 fls. utilizadas, com recebimentos e lançamentos de notas diversas. (32 x 22).
F. S. G. — 1963.

DIÁRIAS.

161). — **DIÁRIAS. 1909.**

Livro sem capa, com 186 fls., faltando as primeiras 29 fls. com a seguinte discriminação: contrôlo do local de trabalho diário dos empregados. Mau estado de conservação, com fls. soltas. (32 x 23).

F. S. G. — 1963.

162). — **[DIÁRIAS]. 1940-1942.**

Brochura com 250 fls., faltando as duas primeiras fls. e a última, com a seguinte discriminação: local de trabalho dos colonos e camaradas. Mau estado de conservação. (32 x 23).

F. S. G. — 1963.

163). — **RESUMO DAS DIÁRIAS. 1924-1925.**

Volume encadernado com 180 fls. utilizadas e com o resumo dos livros de Diárias. (43 x 24).

F. S. G. — 1963.

DIARIO.

164). — **DIÁRIO. 1885-1889.**

Volume encadernado com 250 fls. utilizadas, com o movimento do caixa. Livro n. 1. (40 x 26).

F. S. G. — 1963.

165). — **DIÁRIO. 1895-1896.**

Volume encadernado com 300 fls. utilizadas, com o movimento do caixa. Livro n. 1. (34x23).

F. S. G. — 1963.

166). — **DIÁRIO. 1896.**

Volume encadernado com 200 fls. utilizadas, com o movimento do caixa. Livro n. 2. (32x22).

F. S. G. — 1963.

167). — **DIÁRIO. 1896-1897.**

Volume encadernado com 200 fls. utilizadas com o movimento do caixa e do fornecimento de mercadorias para os empregados, dinheiro, medicamento, etc. Livro n. 3. (35x23).

F. S. G. — 1963.

168). — **DIÁRIO. 1897-1898.**

Volume encadernado com 300 fls. utilizadas, com o movimento do caixa e fornecimento de mercadorias para os empregados, dinheiro, medicamentos, etc. Livro n. 4. (32x22).

F. S. G. — 1963.

- 169). — DIÁRIO. 1898-1899.
Volume encadernado com 250 fls. utilizadas com o movimento do caixa e fornecimento de mercadorias para os empregados, dinheiro, medicamentos, etc. Livro n. 5. (41x26).
F. S. G. — 1963.
- 170). — DIÁRIO. 1899-1900.
Volume encadernado com 200 fls. utilizadas com o movimento do caixa e fornecimento de mercadorias para os empregados, dinheiro, medicamentos, etc. Livro n. 6. (40x25).
F. S. G. — 1963.
- 171). — DIÁRIO. 1900.
Volume encadernado com 200 fls. utilizadas com o movimento do caixa e fornecimento de mercadorias para os empregados, dinheiro, medicamentos, etc. Livro n. 7. (35x24).
F. S. G. — 1963.
- 172). — DIÁRIO. 1900-1901.
Volume encadernado com 200 fls. utilizadas com o movimento do caixa e fornecimento de mercadorias para os empregados, dinheiro, medicamento, etc. Livro n. 8. (35 x 24).
F. S. G. — 1963.
- 173). — DIÁRIO. 1901.
Volume encadernado com 100 fls. utilizadas com o movimento do caixa e fornecimento de mercadorias para os empregados, dinheiro, medicamentos, etc. Mau estado de conservação. Livro n. 9. (45 x 29).
F. S. G. — 1963.
- 174). — DIÁRIO. 1901-1902.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas, com o movimento do caixa e fornecimento de mercadorias para os empregados, dinheiro, medicamentos, etc. Livro n. 10. (35 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 175). — DIÁRIO. 1902-1903.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas, com o movimento do caixa e fornecimento de mercadorias para os empregados, dinheiro, medicamentos, etc. Livro n. 11. (41 x 26).
F. S. G. — 1963.
- 176). — DIÁRIO. 1919-1925.
Volume encadernado com 300 fls., 128 utilizadas com o movimento do caixa. Livro n. 2. (45 x 29).
F. S. G. — 1963.

GADO.

- 176a). — REGISTRO DE REPRODUÇÃO DE GADO BOVINO, MUAR E CAVALAR. 1904-1913.
Volume encadernado com 50 fls. utilizadas com as seguintes discriminações: reprodutores, cobertura, gestação, observações. Livro n. 4. (26 x 36).
F. S. G. — 1963.
- 177). — REGISTRO DE REPRODUÇÃO DE GADO BOVINO, MUAR E CAVALAR. 1907-1911.
Volume encadernado com 50 fls. numeradas e utilizadas, com as seguintes discriminações: espécie de gado, data, discriminação, nascimento, morte, existentes, observações. (33 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 178). — REGISTRO DE REPRODUÇÃO DE GADO BOVINO, MUAR E CAVALAR. 1914-1917.
Volume encadernado com 56 fls., 28 utilizadas com as seguintes discriminações: reprodutores, cobertura, observações. Livro n. 2. (26x36).
F. S. G. — 1963.
- 179). — REGISTRO DE REPRODUÇÃO DE GADO BOVINO, MUAR E CAVALAR. 1917-1923.
Volume encadernado com 100 fls. numeradas e utilizadas, com as seguintes discriminações: tipos de gado, nascimento, morte, existentes, observações. Livro n. 3. (26x36).
F. S. G. — 1963.
- 180). — REGISTRO DE GADO. 1911-1914.
Volume encadernado com 100 fls. numeradas e utilizadas, com as diferentes espécies de gado, data, discriminação, nascimento, morte, existentes, observações. (22x33).
F. S. G. — 1963.
- 181). — REGISTRO DE GADO. 1914-1917.
Volume encadernado com 50 fls. utilizadas, com a seguinte discriminação: espécie, data, nascimento, morte, existentes e observações. (33x23).
F. S. G. — 1963.
- 182). — REGISTRO DE GADO. 1923-1925.
Volume encadernado com 50 fls. numeradas e utilizadas, com as seguintes discriminações: espécies de gado, data, discriminação, nascimento, morte, existentes, observações. (33x23).
F. S. G. — 1963.
- 183). — REGISTRO DE GADO. 1928-1940.
Volume encadernado com 150 fls., 140 utilizadas, com a seguinte discriminação: tipos de gado, nascimento, morte, existentes e observações. (32x22).
F. S. G. — 1963.

- 184). — **REGISTRO DE GADO. LIVRO DOS BEZERROS.** s/d.
Volume encadernado com 50 fls. numeradas e 2 utilizadas, com as seguintes discriminações: nome, data do nascimento, raça, filiação e raça, côr, pêso. (25x33).
F. S. G. — 1963.
- 185). — **REGISTRO DE GADO. REGISTRO DE NASCIMENTO DE GADO.** 1917-1922.
Volume encadernado com 50 fls. numeradas e 6 utilizadas, com a seguinte discriminação: data do nascimento, sexo, filiação, raça, sinais característicos e observações. (24x36).
F. S. G. — 1963.
- 186). — **LIVRO DOS REPRODUTORES.** 1908-1912.
Volume encadernado com 25 fls. numeradas e utilizadas com o nome do reprodutor, data da cobertura, nome dos animais cobertos, raça, côr e sinais particulares, estatura, idade e número, data e sexo do nascimento dos produtos, observações. (49 x 50).
F. S. G. — 1963.
- 187). — **STOCK DE GADO.** 1934-1946.
Volume encadernado com 200 fls. numeradas e utilizadas, com as seguintes discriminações: tipos de gado, com a marca de entrada e saída, histórico, existência e valor. (32 x 22).
F. S. G. — 1963.

GRATIFICAÇÃO.

- 188). — **GRATIFICAÇÃO.** 1924-1937.
Volume encadernado, com 100 fls., tendo 22 fls. utilizadas com a relação das gratificações aos colonos. (32 x 22).
F. S. G. — 1963.

LEITERIA.

- 189). — **[LEITERIA].** 1948-1949.
Brochura com 50 fls. utilizadas, com o contrôle do fornecimento de leite aos colonos e venda na cidade. (23 x 16).
F. S. G. — 1963.
- 190). — **[LEITERIA].** 1950-1951.
Brochura com 50 fls. utilizadas com o contrôle do fornecimento de leite aos colonos e venda na cidade. (23 x 16).
F. S. G. — 1963.
- 191). — **[LEITERIA].** 1951-1952.
Brochura com 50 fls. utilizadas com o contrôle do fornecimento de leite aos colonos e venda na cidade. (23 x 16).
F. S. G. — 1963.

192). — [LEITERIA]. 1953-1954.

Brochura com 50 fls. utilizadas com o controle do fornecimento de leite aos colonos e venda na cidade. (23 x 16).

F. S. G. — 1963.

MEDICAMENTOS.

193). — LIVRO DE MEDICAMENTOS. 1925-1939.

Volume encadernado com 100 fls. utilizadas com a seguinte discriminação nas primeiras 57 fls.: fornecimento de medicamento aos colonos e do fornecimento de feijão, pó de café, arroz, etc. (32 x 23).

F. S. G. — 1963.

PONTO.

194). — PONTO. 1938.

Brochura com 200 fls. utilizadas com o registro de serviço discriminado: diárias, movimento do dia, registro metereológico, controle das tarefas dos empregados. (32 x 22).

F. S. G. — 1963.

195). — PONTO. 1938-1939.

Brochura com 200 fls. utilizadas com o registro de serviço discriminado: diárias, movimento do dia, registro metereológico, controle das tarefas dos empregados. (32 x 21).

F. S. G. — 1963.

196). — LIVRO DO PONTO. 1900.

Brochura com 50 fls. utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. Livro n. 4. (31 x 21).

F. S. G. — 1963.

197). — LIVRO PONTO. 1901-1904.

Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. Livro n. 6. (32 x 23).

F. S. G. — 1963.

198). — LIVRO DO PONTO. 1902-1904.

Volume encadernado com 100 fls. utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. Livro n. 6.

F. S. G. — 1963.

199). — LIVRO DO PONTO. 1905-1906.

Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. Mau estado de conservação. Livro n. 8. (32 x 23).

F. S. G. — 1963.

- 200). — LIVRO DO PONTO. 1909-1910.
Volume encadernado com 50 fls. utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. Livro n. 11. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 201). — LIVRO DO PONTO. 1912.
Volume encadernado com 50 fls. utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. Livro n. 12. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 202). — LIVRO DO PONTO. 1913.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. Livro n. 18. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 203). — LIVRO DO PONTO. 1915.
Volume encadernado com 150 fls., tendo 40 fls. utilizadas, com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. Livro n. 15. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 204). — LIVRO DO PONTO. 1916-1919.
Volume encadernado com 150 fls. tendo 100 fls. utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. Livro n. 16. (31 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 205). — LIVRO DO PONTO. 1920-1923.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. Livro n. 17. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 206). — [LIVRO PONTO]. 1943-1947.
Brochura de 100 fls. tendo 93 utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. (32 x 22).
F. S. G. — 1963.
- 207). — PONTO DE CAMARADAS. 1910.
Volume encadernado com 50 fls. utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. Fôlha de rosto: "Ponto de Empregados". (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 208). — PONTO DE CAMARADAS. 1910-1911.
Volume de 50 fls. utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 209). — PONTO DE CAMARADAS. 1911.
Volume encadernado com 50 fls utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. Livro n. 14. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.

Estudaremos, quando dos distúrbios de 1936-1939, com alguns detalhes, os problemas do choque árabe-judaico. Por enquanto basta, após situar as agitações em meados de 1929, lembrar a grande crise mundial que assolaria o mundo neste período, provocando sérias dificuldades para os colonizadores judeus, logo resolvidas com a vinda de novos imigrantes.

5. — A QUINTA ONDA IMIGRATÓRIA.

O grande motivador da quinta onda imigratória foi o golpe nazista que criaria situação insustentável para os judeus alemães e de outros países sob a influência das idéias hitleristas. Entre 1933 e 1939 trasladaram-se à Palestina cêrca de 240.000 (duzentos e quarenta mil) imigrantes. Dentre êles havia um bom número dos que participavam de organizações sionistas em seus países de origem e iam à Palestina conscientes de seu papel. Havia também um número muito grande de profissionais liberais, além de donos de capitais respeitáveis o que era devido, sem dúvida, ao alto padrão de desenvolvimento que a Alemanha havia alcançado em contraste com os países da Europa Oriental e à sociedade aberta oferecida aos judeus alemães em contraste com o *gueto* da Europa Oriental. Assim, os imigrantes da quinta onda desenvolveram o país de maneira extraordinária, fazendo com que êle depressa ultrapassasse a fase das conseqüências da crise de 29 e alcançasse uma nova era de prosperidade. Nas cidades, as principais conseqüências foram as seguintes: 1) — perda da aparência de *shtetl* (18) para se assemelharem às modernas urbes européias; 2) — aparecimento de emprêsas industriais organizadas segundo os modelos europeus e dirigidas por competentes técnicos; 3) aumento da população urbana, principalmente de Tel-Aviv e Haifa, o que podemos verificar pelos dados abaixo:

	Tel-Aviv	Haifa
1931	46.000	54.000
1935	135.000	70.000
1943	167.000	90.000 (19).

Também nas aldeias a “imigração alemã” trouxe modificações marcantes: 1) — o plantio da laranja, obtendo sucesso, foi aumentado cada vez mais a exportação e consolidando a economia. Os dados estatísticos demonstram-no muito bem:

(18). — O *shtetl* era a cidadezinha da Europa Centro-Oriental, com forte influência judaica.

(19). — Bain (Alexandre), *op. cit.*, p. 37.

- 221). — PONTO DOS COLONOS. 1911.
Volume encadernado com 50 fls. utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. Livro n. 11. (32 x 23).
F. S. G. — 1963.
- 222). — PONTOS DE EMPREGADO. 1925.
Volume encadernado com 100 fls. utilizadas com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. (22 x 32).
F. S. G. — 1963.
- 223). — PONTO DE EMPREGADOS. 1926.
Brochura de 250 fls. utilizadas, com o registro das diárias e o pagamento mensal dos empregados. (32 x 22)
F. S. G. — 1963.

PROPRIETÁRIOS.

- 224). — PROPRIETÁRIOS, FORNECEDORES, EX-EMPREGADOS E CONTAS DIVERSAS. 1920-1922.
Volume encadernado com 200 fls., sendo 38 utilizadas, com contas diversas. (1-11-1920). Péssimo estado de conservação. (45 x 29).
F. S. G. — 1963.

RAZÃO.

- 225). — RAZÃO. 1906-1924.
Volume encadernado com 101 fls. numeradas e 74 utilizadas, com Deve-Haver e o registro de contas diversas com a seguinte discriminação: proprietário, colonos, empregados e fornecedores, conta corrente, etc. (22 x 32).
F. S. G. — 1963.
- 226). — RAZÃO. 1917-1918.
Volume encadernado com 150 fls. numeradas e 68 utilizadas, com Deve-Haver e a seguinte discriminação das contas: colonos e empregados, colonização, criação de carneiros, força e luz, etc. (26 x 38).
F. S. G. — 1963.
- 227). — RAZÃO. 1925-1926.
Volume encadernado com 149 fls. numeradas e 145 utilizadas com o Deve-Haver e o registro de contas diversas com a seguinte discriminação: cultura de alfafa, Matriz de Rio Claro, estradas e pontes, livro ponto, café, etc. (23 x 33).
F. S. G. — 1963.
- 228). — RAZÃO. 1934-1935.
Volume encadernado com 400 fls. numeradas e 116 utilizadas com o Deve-Haver com a seguinte discriminação das contas: pessoal, da fazenda, culto católico, energia elétrica, etc. (22 x 33).
F. S. G. — 1963.

- 229). — RAZÃO. 1935-1937.
Volume encadernado com 200 fls. numeradas e 100 utilizadas com Deve-Haver e com a seguinte discriminação: lucros e perdas, suínos, café vendido, algodão, etc. (23 x 33).
F. S. G. — 1963.
- 230). — RAZÃO AUXILIAR. 1917-1924.
Volume encadernado com 250 fls. numeradas e utilizadas com contas diversas e a seguinte discriminação: benfeitorias de café, colonização, pecuária, cocheiras, criação de carneiros, etc. (25 x 35).
F. S. G. — 1963.
- 231). — RAZÃO PROVISÓRIA. 1924-1926.
Volume encadernado com 200 fls. numeradas e utilizadas com Deve-Haver de contas correntes, cultura de milho, serviços diversos, pecuária, etc. (23 x 32).
F. S. G. — 1963.

SERVIÇOS.

- 232). — CUSTO DE SERVIÇO. 1902-1903.
Volume encadernado com 75 fls. utilizadas, com a seguinte discriminação: data, natureza do serviço, títulos, diárias, salários e observações. (26 x 36).
F. S. G. — 1963.
- 233). — CUSTO DE SERVIÇOS. 1903.
Volume encadernado com 50 fls. utilizadas com a seguinte discriminação: data, natureza do serviço, títulos, diárias, salários e observações. (26 x 36).
F. S. G. — 1963.
- 234). — CUSTO DE SERVIÇOS. 1915-1916.
Volume com 50 fls. utilizadas, com a seguinte discriminação: data e natureza dos serviços, diárias e salários. Péssimo estado de conservação. (30 x 38).
F. S. G. — 1963.
- 235). — DIÁRIO DE SERVIÇOS. 1916-1917.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com a seguinte discriminação: data, natureza do serviço, títulos, diárias, salários e observações. Livro n. 2. (30 x 36).
F. S. G. — 1963.
- 236). — DIÁRIO DE SERVIÇOS. 1917-1918.
Volume encadernado com 300 fls. utilizadas com a seguinte discriminação: data, natureza do serviço, títulos, diárias, salários e observações. Livro n. 3. (29 x 37).
F. S. G. — 1963.

- 237). — DIÁRIO DE SERVIÇOS. 1918-1919.
Volume encadernado com 150 fls. utilizadas com a seguinte discriminação: data, natureza do serviço, títulos, diárias, salários e observações
Livro n. 4. (28 x 37).
F. S. G. — 1963.
- 238). — DIÁRIO DE SERVIÇOS. 1920-1922.
Volume encadernado com 300 fls utilizadas com a seguinte discriminação: data, natureza do serviço, títulos, diárias, salários e observações.
Livro n. 6. (32 x 44).
- 239). — DIÁRIO DE SERVIÇOS. 1922.
Volume encadernado com 300 fls., 92 utilizadas, com a seguinte discriminação: data, natureza do serviço, títulos, diárias, salários e observações. Livro n. 7. (32 x 44).
F. S. G. — 1963.

*
* *
*

APÊNDICE N. 1.

FAZENDA SANTA GERTRUDES

Caixa Postal, 5 — Telefone, 7

SANTA GERTRUDES

Linha Paulista

Santa Gertrudes, 9 de setembro de 1965.

Exma. Sra.

D^ª Jeanne Berrance de Castro

M. D. Diretora do M. H. P. "Amador Bueno da Veiga"

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro

RIO CLARO

Presada Senhora,

Em meu poder a sua carta-consulta datada de 4 do corrente a qual passo a responder:

- 1). — A doação continuará em custódia.
- 2). — Estes Livros continuarão ahí unicamente com fim histórico, não servindo nunca para fins outros.
- 3). — Haverá restrições, pois como já disse no item 2 o fim unico é o enriquecimento do Museu, nunca servindo para fins jurídicos.

Com os meus cumprimentos, sou mui

Atenciosamente,

a). — *Guilherme Prates.*

*
* *

INTERVENÇÕES.

Da Profa. *Célia Freire d'Aquino Fonseca* (FFCL. Universidade Federal de Pernambuco. PE.).

Disse que queria felicitar inicialmente a Professôra e a sua equipe pela importância do trabalho realizado e narrado e a sugestão que constitui para a aplicação na Cadeira de Introdução, pois realmente é inadiável o esforço para a preservação de nossas fontes primárias. Face, sobretudo, ao fato da destruição dessas fontes, pelo abandono e esquecimento em que se encontram, no Brasil. Mas, regendo a Cadeira de Introdução à História, na Faculdade Federal de Filosofia, no Recife, sabe da dificuldade de, em um ano, cuidar não só da parte teórica, como da parte prática. Pois a Cadeira inclui problemas de teoria histórica, princípios de metodologia e, forçosamente há necessidade de certo treinamento ou, pelo menos, algum exercício de pesquisa prática. O problema da conciliação desses objetivos é tão sério que já tem conversado sobre êle com outros professores do Departamento no sentido de um desdobramento da disciplina: Introdução metodológica e prática de pesquisa na 1a. série e Teoria histórica na 3a. ou 4a. série. Mesmo porque, dar teoria a alunos da 1a. série, sem um mínimo de cultura histórica é um tanto inútil — não só porque o estudo é complexo e exige certa base cultural e histórica, como também até quando se ilustra o estudo através de exemplos, que é uma maneira de tornar mais simples e compreensível a teoria. Nessas condições o aproveitamento não pode ser grande na 1a. série, pois os alunos ainda não estudaram mais seriamente nenhuma fase, civilização ou época da História.

A solução de desdobramento que se aventou no Recife, parece-lhe que não está fora de propósito, pois foi adotada pela Universidade de São Paulo, vindo a saber disso quando aqui cheguei, êste ano. E não vejo outra solução para se alcançar os objetivos de Cadeira tão fundamental para os estudos de História, e que inclui metodologia, iniciação à pesquisa e teoria histórica. Evidentemente êstes objetivos básicos e essenciais a um curso de História ficam prejudicados se confinados a um só ano e à 1a. série. Assim, embora reconhecendo a importância e a sugestão para a Cadeira na maneira como a Profa. Jeanne tem salvo os documentos locais e ao mesmo tempo iniciado os alunos na localização e no aproveitamento desses documentos, pergunto como fez em relação às outras partes do curso? Ou, possivelmente, foi feita uma opção, deixando-se de lado os outros objetivos, uma vez que o curso de Introdução aos Estudos Históricos na Faculdade de Rio Claro, ocupa apenas alguns meses?

Das Profas. *Maria da Glória Alves Portal* (FFCL. de Baurú. SP.) .
e *Helga Picolo* (FFCL. da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul. RS.) .

Salientam em primeiro lugar a importância da comunicação da Profa. Jeanne Berrance de Castro, o que aliás foi brilhantemente ressaltado pela intervenção da Profa. Célia Freire d'Aquino Fonseca. Perguntam, entretanto se de fato o inventário foi analisado como o título sugere, pois, que a comunicação parece mais um arrolamento das fontes da Fazenda Santa Gertrudes.

Como estão realizando com outras colegas o levantamento das fontes primárias de Baurú e de Pôrto-Alegre acham-se vivamente interessadas no assunto.

*
* * *

RESPOSTAS DA PROFA. JEANNE BERRANCE DE CASTRO.

À Profa. *Célia Freire d'Aquino Fonseca*.

Deseja agradecer inicialmente à Profa. Célia Freire d'Aquino Fonseca as palavras de estímulo e o interesse demonstrado pelo trabalho da Cadeira de História da FFCL de Rio Claro (SP). Não existindo um Curso de História na Faculdade de Rio Claro, a Cadeira ministra cursos para as Secções de Ciências Sociais e Geografia. No Curso de Ciências Sociais tôdas as matérias tem um curso de Introdução de um semestre a um ano. O seu é dado para o 1.º ano num semestre (o que vem a ser 4 meses), de 3 horas semanais, contando uma hora de curso teórico e duas horas de técnica de pesquisa, complementado por uma pesquisa documental individual de escolha livre. Considera que o curso tem correspondido plenamente às suas finalidades, não só pelo levantamento de acervos documentais do município, como também pelo esclarecimento da população. O interesse dos alunos tem sido grande, e mesmo depois de terminado o curso, continuam trabalhando no arrolamento das fontes primárias. Breve terão início estágios no arquivo do Museu histórico, que está ligado à Cadeira de História da Faculdade.

*

As Profas. *Maria da Glória Alves Portal e Helga Picolo*

Agradece a atenção que as Profs. Maria da Glória e D. Helga dispensaram a sua comunicação e salienta que na introdução faz re-

ferência à imprecisão terminológica que predomina na arquivologia luso-brasileira. O inventário analítico em questão, baseia-se em documentação muito especializada — livros de contabilidade — de campo bem delimitado e restrito. Não considera o mesmo um arrolamento, por não se limitar a simples inventariação de títulos, datas e procedência. Além do mais, não existe regra estabelecida oficialmente para êsses tipo de trabalho, o que pode ser apreciado pela leitura dos numerosos arrolamentos publicados pela *Revista de História* da USP, tendo ela mesmo inclusive, publicado o Arrolamento das fontes primárias de Rio Claro, no n.º 58, onde as professôras poderão estabelecer um confrônto.

VI. — COMUNICAÇÕES.
(Didática da História).

O CURSO DE INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS E AS FONTES PRIMÁRIAS.

(Uma experiência) (*).

MARIA DA CONCEIÇÃO MARTINS RIBEIRO

Instrutora da Cadeira de História da Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (SP).

O Curso de Introdução aos Estudos Históricos da Cadeira de História do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, da Universidade de Campinas (S. P.), vem desenvolvendo, há cinco anos, algumas experiências intimamente ligadas com as fontes primárias que achamos interessante trazer como contribuição a este Simpósio.

Antes da criação do Departamento de Ciências Sociais, a regente de História daquela Faculdade, Profa. Jeanne Berance de Castro, já se interessara pela instalação de um museu na cidade, que pudesse melhor vincular, também, a Faculdade à comunidade. O resultado foi a criação do Museu Histórico “Amador Bueno da Veiga” por decreto estadual número 40.445, de 23 de abril de 1962. Ao mesmo tempo procedia-se à pesquisa de um local, adequado para a instalação do museu. Feito o levantamento dos prédios da cidade, foi encontrado o velho casarão da Baronesa de Dourados, de 1863, que, sendo imóvel da Prefeitura, oferecia maiores possibilidades de aquisição para os fins desejados. O problema foi resolvido satisfatoriamente, com a colaboração dos vereadores e do Prefeito Municipal, pela lei municipal nº 835, de 26 de dezembro de 1962. Em fins de 1963 foi o prédio tombado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando assim garantida a existência e integridade do mesmo. Levou, porém, mais de 2 anos para ser desocupado. Dificuldades diversas pospuseram ainda as obras de restauração que, finalmente, foram iniciadas no presente ano com o auxílio de dez milhões (cruzeiros velhos) propostos à Câmara pelo Exmo. Sr. Dr. Augusto Schmidt, prefeito local, e compreensivamente encaminhada por aquela assembléia como parte do orçamento da Prefeitura para 1967. As obras de restauração já iniciadas estão sob a orientação da 4a. Seção da Diretoria do Patrimônio Histórico e Ar-

(*). — Comunicação apresentada na 7a. sessão de estudos, no dia 7 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

tístico Nacional. Estava assim garantido, também, o local que pudesse abrigar uma série de organizações de interêsse histórico, inclusive a de um Arquivo Local.

No I Simpósio da A.P.U.H. realizado em Marília em 1960, foi aprovada por unanimidade a recomendação sôbre a criação de Arquivos Locais. Reconhecia-se, assim, a necessidade da organização de uma instituição local capaz de receber, conservar e proteger os documentos de indivíduos e instituições que dêles quisessem dispor. Ainda que reconhecendo a necessidade e importância de tal instituição, não foi possível a sua instalação imediatamente em Rio Claro, porque a Cadeira de História fazia parte do Departamento de Geografia e a professora não dispunha de alunos que pudessem auxiliá-la no levantamento da documentação local. Esse trabalho foi, pois, posposto por algum tempo.

Em 1963 foi criado o Departamento de Ciências Sociais, com a obrigatoriedade de cursos introdutórios de tôdas as matérias do curso, sendo alguns anuais e outros semestrais. Entre êstes está o de Introdução aos Estudos Históricos, que é ministrado aos alunos de Ciências Sociais, no primeiro semestre do 1º ano. Havia sido resolvido, também, no mesmo Simpósio de Marília, que, em consequência da pouca experiência dos alunos do 1º ano de História, o referido curso seria desdobrado em dois anos, tratando-se no 1º ano de questões mais práticas e deixando-se para o último ano, principalmente, a interpretação e a filosofia da História. Sendo o Curso na Faculdade de Filosofia de Rio Claro exigido apenas no primeiro semestre do primeiro ano, isto é, realmente quatro meses, a Cadeira de História tem procurado adaptar-se às possibilidades oferecidas, da maneira mais prática possível.

Em 1963 e 1964 a matéria foi ministrada pela Regente da Cadeira em três horas semanais, o que é do regimento do Departamento. O curso foi dividido numa parte teórica e noutra prática, de iniciação à pesquisa. Foi então planejado, junto com os alunos, fazer-se o levantamento da documentação particular da cidade. O mapa da cidade foi dividido em zonas de acôrdo com o número de alunos. Em seguida, foi feito um roteiro de entrevistas bastante amplo para que o aluno pudesse, também, pela prática, ter uma experiência viva do que é documento histórico na sua mais ampla significação.

O trabalho de pesquisa de levantamento da documentação particular local foi exigido de todos os alunos como parte prática do curso de Introdução e Iniciação à Pesquisa. As zonas para pesquisa, porém, foram de livre escôlha dos alunos para facilitar-lhes o trabalho e, portanto, melhor rendimento. Os resultados dessa primeira pesquisa foram bastante auspiciosos e seus efeitos continuam produzindo frutos até o presente. O material doado, em consequência

da campanha assim realizada, é interessante e diversificado. Como exemplo de doações particulares de documentos isolados podemos citar: livro manuscrito de receitas culinárias do princípio do século, passaportes estrangeiros italianos e alemães do século passado, cartas e cartões postais autografados por personalidades políticas importantes, salvo-condutos da Revolução de 1932, patentes da Guarda Nacional do período republicano, um mapa de fazenda do princípio do século, fotografias, discos, etc. Os alunos não só se incumbiram de fazer a descoberta dos documentos, como entregaram também, o relatório das atividades desenvolvidas.

As mais importantes e interessantes doações assim conseguidas, entretanto, foram os Arquivos da Prefeitura, da Câmara Municipal, e da Fazenda Prates. As doações foram devidamente legalizadas através da resolução da Câmara n.º 77 de 6 de dezembro de 1963, e pela Prefeitura através da Lei Municipal nº 885 de 3 de dezembro do mesmo ano. Tôda essa riquíssima documentação constitui hoje os dois fundos importantes, tanto oficial, como particular, do Arquivo do Museu "Amador Bueno da Veiga" de Rio Claro. Estas doações, por sugestão da própria Regente da Cadeira de História, foram feitas sob custódia. Os documentos, porém, como era de se esperar, estavam necessitando de limpeza, desinfecção e muitos, avulsos, de classificação. Esse trabalho também foi realizado por alunos voluntários que continuaram a auxiliar a Regente de História mesmo após terminado o curso.

Os resultados práticos desses trabalhos foram bastante frutíferos. Sob o ponto de vista da documentação, material destinado ao Museu local, continua este a receber contribuição interessante. Em 1965 a diretoria do Instituto de Educação "Joaquim Ribeiro" passou legalmente ao Museu uma série de objetos e documentos doados à Biblioteca daquele estabelecimento em época em que não havia ainda um museu local. Foram ainda recebidos de diversas procedências, um banguê do Barão de Rio Claro, armas antigas, instrumentos de tortura de escravos, uma farda da Guarda Nacional, etc. Em consequência da situação em que se achava o velho casarão do Museu, a maior parte dos documentos, tanto materiais como escritos, encontram-se na sala da Cadeira de História. Em 1966, em sessão solene realizada na mesma sala, membros das sociedades Alemã e Italiana, com a colaboração da banda desta última, fizeram doação oficial de um livro de Atas da Sociedade Italiana, duas bandeiras da Sociedade Alemã, fotografias antigas e outros documentos.

Por outro lado, diversos trabalhos estavam sendo preparados e realizados, tanto pelos professôres como por alguns alunos voluntários. Em 1963 a Regente da Cadeira iniciou, com a colaboração do seu instrutor, o arrolamento das fontes primárias de Rio Claro que

foi publicado no ano seguinte pela *Revista de História* (1). Ao mesmo tempo alunos continuavam o fichário da documentação do primeiro Fundo de Documentação Oficial Administrativa, isto é, documentos da Prefeitura e da Câmara Municipal. Ainda nesse ano dona Jeanne Berance de Castro enviava uma contribuição à *Revista de História*, baseada na sua experiência de organização de arquivos (2). No ano seguinte a mesma professora apresentava um inventário sobre o Fundo de Documentação Oficial Administrativa do Arquivo Local ao III Simpósio da APUH realizado em Franca (3). As alunas que colaboraram voluntariamente e foram responsáveis pelo fichário da documentação, trabalho de datilografia e Índice Remissivo do trabalho, fizeram parte da comissão que compareceu ao III Simpósio representando a Faculdade de Filosofia de Rio Claro. Em 1963, quando do levantamento das fontes primárias do Município, um aluno havia descoberto e fôra o principal agente da doação, sob custódia, do arquivo da Fazenda Prates ao Arquivo. O resultado do trabalho de colaboração de ambos será apresentado ao IV Simpósio da APUH a ser realizado no presente ano (4). Duas alunas, ainda, hoje no quarto ano, fizeram voluntariamente um arrolamento das fontes primárias de Limeira, sob a orientação da Regente de História. O resultado dessa pesquisa encontra-se em fase de redação final e será encaminhado à *Revista de História* para publicação.

Foram, pois, frutíferos os trabalhos realizados pela Regente da Cadeira de História durante os dois anos em que ministrou o curso de Introdução aos Estudos Históricos. O resultado foi o tombamento de uma fonte primária material preciosa, parcela da vida de nosso passado, quem sabe condenado a desaparecer e agora salvaguardada e protegida para a posteridade. O velho casarão garantido, proporcionou e incentivou, mesmo, o trabalho em colaboração com os alunos para a aquisição dos mais diversos tipos de documentos, outras tantas fontes primárias importantes para a reconstituição da vida de uma época. Além disso, essa experiência proporcionou aos alunos uma vivência rica de experiências e emoções, não só como ini-

- (1). — Castro, Jeanne Berrance, e Witter, José Sebastião. *Arrolamento das Fontes Primárias de Rio Claro*, in "Revista de História", nº 58, São Paulo, 1964, págs. 427-453.
- (2). — Castro, Jeanne Berrance de, *Organização de um Arquivo Local: uma experiência*, in "Revista de História", nº 62, São Paulo, 1965, págs. 367 a 377.
- (3). — Castro, Jeanne Berance de, *Inventário da Documentação Administrativa da Câmara e da Prefeitura Municipal de Rio Claro: 1837-1930*, a ser publicado nos Anais do Simpósio de 1965 da APUH.
- (4). — Castro, Jeanne Berance de e Baiocco, Sebastião. *Inventário Analítico da Documentação de uma Fazenda Paulista: Santa Gertrudes, 1885-1964*, a ser apresentado no IV Simpósio da APUH.

ciação à pesquisa, mas, também, como iniciação a essa coisa maravilhosa que é a descoberta do passado mais vivo e emocionante que a fonte primária nos proporciona.

Além dessas atividades, a catedrática de História planejou e realizou diversas excursões com o objetivo de proporcionar aos alunos contacto direto com os mais diversos tipos de documentos históricos. A maior parte das excursões, especialmente as mais longas e para lugares mais distantes, foram financiadas pelos próprios estudantes, o que demonstra o seu interesse pela matéria. No primeiro ano da criação do Departamento de Ciências Sociais, conseguiu ela levar um grupo de alunos ao Rio de Janeiro, onde tiveram a oportunidade de conseguir alojamento na Casa do Estudante. O Rio de Janeiro é uma das nossas cidades mais interessantes e ricas em restos do passado. E' preciso, portanto, planejar-se as visitas de acôrdo com os objetivos que se quer atingir. Dentre as instituições interessantes existentes, foram selecionadas as seguintes: O Museu do Índio; a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e sua importante Secção de Restauração; a Fundação "Castro Maia", que possui importante acervo de Debret sobre o Rio de Janeiro; a Biblioteca Nacional e sua maravilhosa Secção de Livros Raros; as Igrejas de São Francisco, da Glória e o Mosteiro de São Bento; a casa de Rui Barbosa; o Museu Imperial de Petrópolis que possui colecções interessantes dos mais diversos tipos de objetos pessoais e domésticos. As noites eram aproveitadas para outros tipos de atividades culturais como: teatro e concertos.

No mesmo ano foi organizada uma excursão a São Paulo, para a qual conseguiu-se o ônibus da Faculdade. Nessa oportunidade foram visitados os dois arquivos da cidade, estadual e municipal, importantes repositórios de documentos primários para a nossa história. Na mesma ocasião foram feitas visitas à Biblioteca Municipal, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e ao *Sedes Sapientiae*. Outras excursões a São Paulo, custeadas pelos próprios alunos, tiveram como finalidade assistir concertos, peças de teatro e visitar a Bienal.

Nos anos de 1963 a 1964 foram feitas excursões a Parati, que possui importante conjunto arquitetônico do século XVIII. Neste último ano foi realizada uma excursão à Bahia, em avião da FAB, num vôo direto de Rio Claro a Salvador, para um fim de semana. O tempo foi aproveitado ao máximo, para dar aos alunos uma visão geral dessa parcela importante de nosso passado que é Salvador — documento primário vivo de nossa história colonial. Os principais monumentos visitados foram a Catedral, as Igrejas de São Francisco e Santo Antônio, a Santa Casa de Misericórdia e a própria cidade.

O trabalho da Profa. Jeanne Berance de Castro foi, pois, dos mais profícuos, tanto para os alunos que tiveram a oportunidade de experiências ricas e diversificadas, como para a própria cidade que conseguiu, graças ao seu trabalho constante, um monumento que garantirá no futuro a sobrevivência dos documentos do passado.

No primeiro semestre de 1965, passamos a ministrar o curso de Introdução aos Estudos Históricos, como Instrutora da Cadeira de História. A nossa primeira preocupação foi continuar, nas medidas do possível, a orientação imprimida ao curso desde o início. Foi feito um planejamento das atividades a serem desenvolvidas, de acôrdo com os objetivos que seriam desejáveis de serem atingidos. Esse planejamento é, geralmente, reformulado cada ano, de acôrdo com as experiências do ano anterior. Nem sempre tem sido possível levar-se a bom têrmo o desenvolvimento completo do planejamento em consequência da interferência de diversos fatôres. De maneira geral, êle é feito com o objetivo de proporcionar aos alunos o maior número possível de experiências dentro da exigüidade de tempo e das múltiplas interferências que geralmente ocorrem.

Ao lado das atividades curriculares exigidas por lei, procuramos desenvolver algumas extra-curriculares, que não são obrigatórias, visto muitos alunos trabalharem nas horas em que podem ser desenvolvidas. Mesmo assim, quando em horas acessíveis, como à noite, a freqüência tem sido satisfatória. Entre essas atividades estão as visitas, excursões, cursos de extensão universitária, sessões de diversos tipos, etc. O objetivo destas é proporcionar aos alunos as mais diversas experiências com a finalidade de alargar os seus horizontes, não só sôbre documentação, mas, através da riqueza desta, sôbre a própria noção de história como vida.

O trabalho de pesquisa do aluno é, porém, de fato, a atividade mais importante desenvolvida por êle no curso, é obrigatório e fornece a base principal para a nota de aproveitamento requerida pelo regimento da Faculdade. Por isso, logo no primeiro dia de aula, junto com a exposição dos objetivos do curso e das atividades a serem desenvolvidas, o aluno é imediatamente informado da necessidade de escolher uma instituição sôbre a qual deverá realizar pesquisas para a apresentação de um trabalho. O trabalho consta de duas partes, o histórico da instituição e o levantamento da documentação. Em consequência da experiência obtida com os resultados de alguns trabalhos de 1965 a 1966, para o presente ano o histórico passou a valer apenas 30% da nota total, obrigando assim os alunos a darem maior valor ao trabalho de levantamento das fontes da instituição. E' uma maneira prática de colocá-los diretamente em contacto com as fontes primárias. Para a realização dêste trabalho o aluno tem tôda liberdade na escôlha da instituição. E'-lhe concedido, também, um certo

prazo para averiguar as possibilidades reais de levantamento da documentação da mesma, a fim de fazer a escôlha definitiva. Essa fase preparatória, que poderíamos chamar de “sondagem de possibilidades”, é interessante e rica de experiências, tanto para o estudante como para o futuro pesquisador.

Por outro lado, a experiência mostrou-nos a necessidade de orientação aos alunos, não apenas quanto às técnicas de pesquisa de campo, como também quanto à pesquisa bibliográfica, à acumulação de material pesquisado, etc. Aliás, chegamos à conclusão da necessidade de orientação até para a apresentação do trabalho de redação. Assim, achamos que seria interessante aproveitar a oportunidade que o curso de Introdução aos Estudos Históricos oferece, para incluir uma unidade prática no programa das aulas teóricas a que chamamos: “O trabalho do pesquisador”. Nesse capítulo discutimos tôdas as etapas do trabalho de pesquisa, desde a escôlha do objeto desta até sua apresentação final. Aproveitamos a experiência que têm com os diversos tipos de fontes, para comentar com os alunos as funções da capa e das ilustrações e como devem ser apresentadas num trabalho científico. Por outro lado, são dadas informações também quanto à maneira de se fazer transcrições, colocar notas no rodapé, bibliografias, etc. Essas noções, combinadas com as do capítulo sôbre: “A ética do pesquisador”, dão aos alunos as bases para a compreensão da necessidade de se fornecer aos leitores as indicações precisas das fontes de informação, a fim de que aquêles possam comprovar, se o desejarem, o que foi afirmado no texto. Procura-se assim, pôr o estudante a par das informações básicas necessárias, para que o trabalho de redação possa ser apresentado dentro das técnicas modernas do trabalho científico. Em outras palavras, é a tradução em termos práticos de redação, do aproveitamento adequado dos diversos tipos de fontes que os alunos tiverem a oportunidade de compulsar, analisar, assimilar e aproveitar de maneira que também possa ser útil a terceiros.

Para êsse tipo de trabalho de orientação, resolvemos organizar e sistematizar certos princípios já conhecidos e utilizados entre pesquisadores. Resolvemos tomar essa decisão em consequência, também, das experiências. A falta de sistematização por parte dos diversos autores de obras no campo das Ciências Sociais, reflete-se nos trabalhos dos alunos, chegando mesmo, às vêzes, a dificultar o julgamento daqueles pelo professor. A utilização sistemática desses princípios pelos alunos nos seus trabalhos, tem sido uma das condições básicas para a apresentação dos mesmos. Aliás, essa atitude já tem produzido resultados satisfatórios. Logo no 1º ano os alunos têm tido a oportunidade de aplicação da técnica assimilada.

não só em trabalhos para a própria Cadeira de História, como também na redação de trabalhos para outras Cadeiras, como de Economia Política, etc. Para a elaboração dessas “regras”, baseamos-nos em experiências de pesquisas feitas nos Estados Unidos, em bibliografias recentes, em conferências e conversas com o Dr. Rubens Borba de Moraes, assim como no bom senso, na lógica e na ética do pesquisador. Convém acentuar que ainda estamos em período de experimentação, não havendo nada rígido. Como no Brasil não há nada ainda formulado especificamente a respeito, vamos reformulando estas questões de acôrdo com as circunstâncias.

Os resultados dos trabalhos de pesquisa têm sido bastante proveitosos, tanto para o pesquisador como para a instituição pesquisada. Os alunos têm que desenvolver técnicas de aproximação sutis bastante para extrair das pessoas, o mais rapidamente possível, as informações e o material adequado ao campo a que se dedica. Essa experiência só pode enriquecer os alunos, especialmente aqueles que se dedicam às Ciências Sociais. Os trabalhos apresentados têm sido sobre os mais diversos tipos de instituições, tanto oficiais como particulares. Muitas, principalmente as particulares, não estavam conscientes do valor de sua documentação e, em algumas, nem havia arquivos organizados. De maneira geral, porém, a direção ou o diretor mostraram-se desvanecidos com a escolha da sua instituição como objeto de pesquisa. Alguns chegaram mesmo a pedir o auxílio dos estudantes para uma tentativa de organização ou reorganização de sua documentação. Esse trabalho de orientação para a organização de arquivos, aliás, é um dos múltiplos encargos que estarão dentro em breve, esperamos, fazendo parte das atribuições do Museu “Amador Bueno da Veiga”. O fato é que o trabalho de pesquisa dos alunos da Cadeira de História da Faculdade de Filosofia de Rio Claro, já está tendo repercussão, não só no município mas em outros, também, de onde têm vindo alunos para a Faculdade. Além disso, foram descobertos pelos alunos alguns pequenos arquivos particulares de instituições, que são testemunhas de uma fase da vida dessas cidades e municípios. São outras tantas possibilidades de transferência, sob custódia, para o Arquivo Local, num futuro não muito remoto, esperamos, quando forem melhor divulgados os objetivos e a organização dos arquivos.

A melhor contribuição da pesquisa dos alunos, no momento, entretanto, é tornar a população consciente do valor e da importância dos “papéis velhos”, procurando impedir assim que continuem destruindo indevidamente essas pequenas “parcelas” do passado que são os documentos escritos. Sabemos que muitos “papéis velhos” têm sido vendidos para os mais diversos fins, inclusive para fábricas de fogos, quando não são simplesmente queimados nas “arruma-

ções” das donas de casa ordeiras. Rio Claro pode orgulhar-se hoje de possuir documentação que o vizinho município de Limeira simplesmente queimou para fazer limpeza e ordem.

Como exemplos de trabalhos interessantes realizados nos últimos três anos temos: “A Santa Casa de Misericórdia de Descalvado”, “A Sociedade Filarmônica de Rio Claro”, etc. Há diversos trabalhos sobre igrejas, estabelecimentos de ensino, particulares e oficiais, sociedades beneficentes, clubes e outros. Um trabalho de pesquisa, entretanto, que achamos interessante e rico de possibilidades, principalmente para os diversos ramos das ciências do homem, é o cemitério. Por isso todos os anos, temos feito a sugestão para uma pesquisa dessa instituição. O resultado foi o seguinte — “O cemitério de Descalvado” de 1965; “O cemitério dos Americanos” de Americana, 1966; “O cemitério Evangélico de Rio Claro” de 1967. Todos eles são trabalhos de alunos do 1º ano de uma Faculdade, mas muitos demonstram capacidade de observação e reflexão. Alguns chegaram a conclusões muito interessantes tanto para o estudo da sociedade, como sobre o campo específico de Introdução aos Estudos Históricos e demonstram bem como assimilaram as aulas práticas e teóricas do Curso.

Como muitos são os primeiros trabalhos de pesquisa jamais realizados, já passaram a constituir, por sua vez, outras tantas fontes primárias. Os históricos de grande parte das instituições foram feitos pela primeira vez. Os alunos obtiveram os dados necessários através de entrevistas, pois não há nada publicado a respeito, a não ser alguns artigos de jornais locais para certos tipos de instituições. Alguns trabalhos já têm sido pesquisados como fontes de obtenção de dados e esclarecimentos, até por professôres de outras Cadeiras do Departamento de Ciências Sociais. Pensamos mesmo em pedir a alguns alunos para reformularem seus trabalhos, a fim de que possam ser enviados a revistas especializadas, pois podem ser uma contribuição bastante significativa para a História Local.

Ao lado das atividades curriculares, obrigatórias, procuramos desenvolver em Rio Claro, atividades extra-curriculares, como já foi dito acima, com o objetivo de proporcionar aos alunos as mais variadas experiências, a fim de auxiliá-los a conceber novas perspectivas da história. Para isso, todos os anos, planejamos excursões, visitas, reuniões, etc. Em consequência, porém, de diversas dificuldades, às vezes até imprevisíveis, nem sempre se consegue realizar o que foi planejado. O único ano em que não conseguimos realizar nenhuma atividade foi 1966.

O ano mais rico em experiências foi 1965. Nesse ano conseguimos o ônibus da Faculdade para uma excursão de dois dias a São Paulo e o tempo foi aproveitado ao máximo. Naturalmente o

roteiro foi norteado pela lógica da circulação na cidade de São Paulo a fim de se poder ver o máximo com menor perda de tempo. O planejamento da circulação do ônibus foi feito, também, com o objetivo de proporcionar aos alunos uma percepção do próprio desenvolvimento da cidade. Assim, o *sítio* de São Paulo, pôde ser observado de quatro pontos principais que foram: alto da Vila Ipojuca, de onde se domina a confluência dos vales do Tietê e do Pinheiros, alto do Morumbi, tórre do Banco do Estado e morro de São Bento. Os alunos puderam verificar a influência das várzeas e outros fenômenos geográficos no desenvolvimento histórico de uma cidade.

Como exemplo de instituições religiosas, foram visitadas a Catedral, a Sinagoga Israelita de São Paulo e a Mesquita Brasil. Na primeira, foi visitada, também, a cripta onde se encontram os restos mortais de brasileiros ilustres. Na instituição israelita tivemos a oportunidade de visitar todos os departamentos: educacionais, esportivos, de assistência social e outros. O ponto principal, porém, foi a própria Sinagoga, onde foram dadas tôdas as explicações sôbre o ritual religioso. Para terminar, o rabino leu um trecho da *torá* em hebraico e o traduziu para que os alunos pudessem compreendê-lo. O mesmo foi feito na Mesquita Brasil, onde o sacerdote no final da explicação, também se prosternou para orar em árabe, fazendo depois a tradução e explicação da prece. Nas três instituições os alunos foram levados a observar outros elementos importantes, como a arquitetura, os hábitos dos fiéis e inclusive formular questões sôbre as possibilidades de fontes primárias existentes nessas instituições.

Foram visitadas também, o *campus* da Cidade Universitária, o Serviço de Documentação da Reitoria e a Discoteca Municipal. No Serviço de Documentação da Reitoria, os alunos puderam ter uma idéia sôbre os mais variados tipos de documentos, para servir os mais variados campos de pesquisas, assim como dos serviços que aquela instituição pode prestar aos pesquisadores em geral. Na Discoteca Municipal foram visitados o Museu Folclórico, a biblioteca especializada e os alunos puderam compulsar os fichários para verificar a riqueza de documentação ali existente.

Dois instituições que estão todos os anos no roteiro de visitas são: o Departamento do Arquivo do Estado e a Assembléia Legislativa. O Arquivo é a instituição básica, por excelência, para ser observada por um estudante de Introdução aos Estudos Históricos. A visita à instituição foi rica de experiências, pois os estudantes ali tiveram oportunidade de observar muitas coisas sôbre as quais geralmente só liam. Inclusive podem ter uma idéia da divisão administrativa da Província de São Paulo ao procurarem documentos coloniais sôbre suas cidades de origem. Além dos documentos, pode-se ainda apreciar apa-

rêlhos especiais para fotografias, leituras, etc. A visita à Assembléa Legislativa é outra parte importante das experiências para um jovem que se inicia nas ciências do homem. É a oportunidade de vivência numa certa atmosfera de observações interessantes sobre a máquina política da nação, assim como de todo o maquinário moderno que facilita o trabalho de documentação. Foram visitadas diversas secções, principalmente as ligadas diretamente ao trabalho de documentação das atividades do principal órgão legislativo do Estado. Após observar as diversas etapas do trabalho de uma taquígrafa, uma aluna exclamou: “Mas o que é publicado no Diário Oficial não é *tôda a verdade*, já que as taquígrafas interpretam e “melhoram” o português!” Em conseqüência, pois, de certas observações feitas pelas alunas, na carta de agradecimentos ao deputado que nos havia guiado, foram feitas algumas sugestões diretamente ligadas aos problemas das fontes primárias daquela instituição: 1). — que o primeiro rascunho da tradução das notas taquígrafadas fôsse preservado; 2). — que se fizessem gravações especiais para identificação das vozes dos parlamentares; 3). — que a Assembléa se interessasse no sentido de ser nomeada uma comissão para selecionar e arquivar os documentos entregues para obterem o talão da fortuna.

As experiências da excursão a São Paulo foram completadas com um almôço no restaurante da Faculdade de Ciências Econômicas e outro no Centro de Pesquisas Educacionais da Cidade Universitária. À noite os estudantes tiveram a oportunidade de assistir duas peças teatrais, outro tipo de documentação, rico de possibilidades.

Os alunos dêsse ano ainda tiveram a oportunidade de fazer uma visita à Câmara dos Vereadores de Rio Claro e verificar, também, as possibilidades e riqueza de material que essa instituição representa para o pesquisador.

As atividades de 1965 foram complementadas com um curso planejado como parte integrante das aulas teóricas e obrigatório para os alunos. Desejávamos dar aos alunos possibilidades de contacto com pessoas acostumadas ao manuseio dos “papéis velhos”, uma outra espécie de experiência, também interessante. Foi, pois, organizada uma série de palestras subordinadas ao título: “O trabalho do pesquisador”. O primeiro planejamento incluía uma série maior de palestras, englobando pesquisadores com prática desde os Arquivos que se encontram em São Paulo até o de países mais distantes, que oferecem possibilidades de fontes primárias interessantes para nós. Não nos foi possível, porém, encontrar, na ocasião, todos os professôres que desejaríamos levar a Rio Claro. Finalmente, ficou assim programado: 1). — Prof. Manuel Nunes Dias, com experiências em arquivos portugueses e países da América espanhola;

gumas máquinas ligadas ao tratamento de velhos documentos, apa-2) — Profa. Nícia Vilela Luz, que realizou pesquisas em arquivos nacionais e norte-americanos; 3) — Profa. Maria Odila Dias Curly, que teve a oportunidade de experiências interessantes em arquivos particulares britânicos; 4) — Dr. Rubens Borba de Moraes, que deu uma importante contribuição sôbre o tema: “O trabalho para publicação”. O ciclo de palestras foi aberto a estudantes dos diversos Departamentos da Faculdade, assim como a todos os interessados, sendo fornecido um atestado de frequência no final do curso. As conferências foram realizadas sob os auspícios da Cadeira de História da Faculdade, do Museu Histórico “Amador Bueno da Veiga” e com a colaboração do Instituto de Educação “Joaquim Ribeiro”, onde se realizaram as conferências. O objetivo era proporcionar à assistência uma experiência viva, não só das diversas etapas do trabalho de pesquisa, mas também da importância das fontes primárias e estimular, através dos exemplos, a emulação no tratamento dos “papéis velhos”.

Para o ano de 1967 havia sido planejado uma série de excursões (como o fôra em 1965 para as conferências sôbre arquivos) partindo do próximo para o mais distante e que incluiriam o município de Rio Claro e vizinhanças, Campinas e São Paulo. Estavam programadas visitas a instituições técnicas, um jornal, o Museu de Arte, a Biblioteca Municipal, etc. Infelizmente, por razões diversas, só nos foi possível realizar uma excursão a Piracicaba e a uma fazenda do município. O principal objetivo da excursão a Piracicaba foi visitar a Escola Superior de Agronomia “Luís de Queirós”, onde os alunos tiveram a oportunidade de observar e comentar uma série de elementos documentais importantes, tanto para a vida da Instituição, como para a vida da nação. Foi discutido, inclusive, o papel de instituições como essas na vida de uma nação. A outra instituição visitada foi a Escola de Música, onde os estudantes tiveram a oportunidade de pensar em termos de outros setores da vida e portanto de outros tipos de documentos. Lá também puderam observar a influência do progresso através de toda uma série de apetrechos, instrumentos, inclusive na própria construção e mobiliário da sala de audições, de acôrdo com os melhoramentos técnicos mais modernos.

A própria cidade de Piracicaba oferece, como qualquer cidade, aliás, oportunidade para uma série de observações, assim como a fazenda visitada e a própria paisagem. Fotografias e poesias de décadas precedentes, assim como o depoimento de alguns estudantes, foram invocados como testemunhos e pontos de referência para a observação da paisagem que é, ela também, um documento que mar-

ca uma época. O eucalipto presente e o café, completamente desaparecido, marcam hoje a fisionomia da região.

Com as constantes dificuldades surgidas no presente ano, conseguimos, entretanto, realizar pelo menos duas das quatro audições planejadas para o primeiro semestre. A música é outra fonte documental importante para se compreender melhor uma época ou uma região. A música nos projeta com rapidez incrível no tempo e no espaço. O planejamento para o semestre constou de dois “tempos” diferentes: um histórico e outro geográfico. Isso porque a música erudita e ainda desconhecida, é mais difícil de ser apreciada à primeira vista. Como o programa de audição não visa apenas o contacto com a fonte histórica, mas também a apreciação artística, parte importante da formação cultural, principalmente para um historiador, achamos que seria importante dosar para não saturar, e repetir para educar o próprio ouvido. Na primeira parte das duas audições foram ouvidas músicas medievais (sendo um Canto Gregoriano, uma *Messe de Notre Dame, du Sacre de Charles V* do século XIV, e uma *Messe de l'homme armé* do século XV), Renascimento espanhol e inglês, séculos XVIII e XIX, incluindo dois compositores brasileiros. A segunda parte da primeira audição foi dedicada à canção internacional, sendo ouvidas músicas em russo, alemão, holandês, escocês e irlandês. Na segunda audição foram ouvidas músicas brasileiras com documentários de certas regiões do Brasil, de certos problemas geográficos, como a seca, e de certa época (uma canção de crítica da época de Washington Luís). O programa de audição contou também com a presença de estudantes do 1º ano de Geografia (que são também nossos alunos de História do Brasil) e que têm se mostrado muito interessados nessas atividades.

Assim, através de múltiplas atividades, o curso de Introdução aos Estudos Históricos tem procurado proporcionar ao aluno uma série de experiências para que ele possa melhor compreender, não só a história, mas dominar também as suas técnicas e o seu método de trabalho. Por outro lado, através das diversas atividades desenvolvidas, tem-se procurado também atingir as várias esferas da sociedade, numa obra bastante educativa, a fim de que todos se tornem mais conscientes do valor dos documentos e cooperem com todas as organizações especiais, para que se possa salvar ainda o que nos resta de documentos escritos — essas extraordinárias fontes primárias para o historiador!

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Danilo Lazzarotto* (FFCL. de Ijuí. RS.).

Manifestou o desejo de ser informado sôbre modo de catalogação dos documentos do Museu Amador Bueno da Veiga. Pergunta também se são recolhidos sômente documentos ou fotocópias, etc.?

*

Da Profa. *Alice Piffer Canabrava* (Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo).

Inicialmente diz que o trabalho da Profa. Maria Conceição Martins Ribeiro tem um grande mérito: o de servir de guia aos que, na Cadeira de “Introdução aos Estudos Históricos” desejam orientação quanto ao aproveitamento, valorização e conservação do material histórico local. Com sua grande sensibilidade histórica e especializada em pesquisa de campo, a Profa. Maria Conceição Martins Ribeiro coloca seus ouvintes a par de sua experiência em iniciar os alunos no conhecimento do material empírico fundamental ao estudo da História. Diz ter apenas uma ressalva: pena é que a Autora não tenha informado sôbre os cursos teóricos e a bibliografia básica.

*

Da Profa. *Leyda Tubino Abelin* (FFCL. de Passo Fundo. RS.).

Pergunta: como os alunos se lançam à pesquisa? Os professores os acompanham? O tempo é determinado?

*

* *

RESPOSTAS DA PROFA. MARIA CONCEIÇÃO RIBEIRO MARTINS.

Ao Prof. *Danilo Lazzarotto*.

Diz que o processo de catalogação foi apenas iniciado e interrompido por falta de elemento humano. O que foi feito, porém, baseia-se na organização do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

Afirma que o Arquivo do Museu Histórico de Rio Claro, de acôrdo com o planejamento feito contará de diversos tipos de arquivos de acôrdo com o tipo de documento. Já conta com alguns tipos

diferentes de documentos como: impressos, discos, fotografias, etc. Terá inclusive um arquivo de gravações de diversos tipos de testemunhos, como teve a oportunidade de explicar numa comunicação apresentada ao III Simpósio da A.P.U.H. em Franca.

*

À Profa. *Alice Piffer Canabrava*.

Inicialmente agradece as palavras amigas de quem aliás sempre lhe tem dado apoio quando com ela troca idéias a propósito de História. Diz também que, de fato, não se preocupou nesta comunicação com o problema do Curso Teórico, nem com uma bibliografia básica, porque êsse não foi o objetivo que se propuzera fazer. Êste foi de trazer a experiência que tivera a oportunidade de desenvolver numa pequena Faculdade do interior .

*

À Profa. *Leyda Tubino Abelin*.

Diz que logo no primeiro dia de aula os alunos tomam conhecimento do planejamento de atividades do curso. Já ficam sabendo que têm que escolher uma instituição local (os que moram em outros municípios têm liberdade de escolher instituições nas cidades de onde procedem) de qualquer tipo, oficial ou particular, que será o objeto de uma pesquisa para o semestre. Ê-lhes dado um prazo de duas a três semanas para verificarem as possibilidades de pesquisa para obterem os resultados exigidos para o trabalho, isto é, um histórico da instituição e o levantamento da documentação existente. Quanto à segunda parte, deve dizer que acha que o aluno, depois de certa orientação, deve ser deixado a só para resolver seus próprios problemas. Aliás, logo no primeiro dia de aula êle já fica sabendo que tem um prazo certo para a escôlha definitiva da instituição a ser pesquisada e também do tempo para a entrega do trabalho definitivo. Geralmente marca entre os últimos dias do penúltimo mês de aulas e os primeiros do último. Dessa maneira está certa, também, que os trabalhos serão entregues com tempo bastante para que possam ser corrigidos com calma. Os resultados dêsse sistema de trabalho é o que apresenta ao presente Simpósio.

CONSIDERAÇÕES EM TÔRNO DO ENSINO DA HISTÓRIA (*).

O trabalho socializado, suas dificuldades e vantagens:
uma experiência no Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia e em estabelecimentos oficiais do Estado de Pernambuco.

CÉLIA FREIRE D'AQUINO FONSECA

Assistente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Pernambuco (Recife).

I. — *O ensino ativo.*

O que ensinar e como ensinar são problemas fundamentais do professor de História, como bem acentua Marcel Reinhard, em seu livro *L'enseignement de l'Histoire et ses problèmes* (1).

Neste trabalho, tratamos de modo especial de um processo de ensino aplicado à História, o trabalho por equipes ou socializado, sob orientação do professor, a nosso ver um dos melhores processos para o aprendizado da História.

Evidentemente procuramos no ensino ativo a oportunidade de rendimento maior e, sobretudo, de aprendizagem efetiva. A experiência de trabalho socializado ou por grupos-tarefa, no ensino, tem por base a aprendizagem ativa do aluno. Sobretudo na direção de atividades discentes é que o ensino ativo pode dar seus melhores frutos e, sem dúvida, não é alheia a isto a tendência da didática moderna em reservar até 70% do tempo escolar para estas atividades, quando bem planejadas. Podemos mesmo, através de atividades discentes dirigidas, fazer o aluno tomar contato com assuntos novos, embora sua importância seja maior na fixação e ampliação da aprendizagem. Tal se dá, em grande parte, por ser mais fácil o seu emprê-

(*) — Comunicação apresentada na 7a. sessão de estudos, no dia 7 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

(1) — Marcel Reinhard, *L'enseignement de l'Histoire et ses problèmes*. Presses Universitaires de France, 1957, pg. 3.

go nessa fase da aprendizagem; logo, de êxito certo e resultados seguros.

Nêsse sistema de ensino o professor tem mais o papel de orientador que de repetidor, apesar de que, para orientar com proveito, seu trabalho seja maior e necessite maiores conhecimentos, da matéria e dos alunos, embora possa, ao leigo, parecer o contrário. O trabalho de orientação é, aliás, a verdadeira e mais eficiente função do professor e do ensino, de modo geral.

II. — *O trabalho socializado no ensino.*

1 — Papel do professor na direção das atividades discentes.

Baseados em uma experiência proveitosa sôbre o trabalho em equipes, experimentado em várias séries e turmas, é que defendemos êste processo de ensino, como um dos mais vantajosos e de mais fácil aplicação, considerando-se, sobretudo, as possibilidades reais do nosso meio escolar.

Esse tipo de trabalho, bem como o estudo dirigido, apesar de conhecidos e indicados em livros didáticos, são quase totalmente ausentes na prática do ensino, sobretudo no ensino médio, na maioria das escolas do Brasil.

Considerando o hábito, em relação às exposições do professor, consagradas pela prática e que os alunos não dispensam, embora tenham faltado às aulas ou nelas estejam cuidando de outros problemas, mental ou ativamente (2), fizemos uma adaptação, adotando o sistema sômente após a apresentação da matéria. De qualquer modo, a apresentação da matéria pelo professor é útil em tôdas as classes, inclusive pela motivação de saberem os alunos que irão tratar, êles mesmos, do assunto. Também é necessária a exposição do assunto no início da aplicação do processo, e indispensável para os séries mais baixas, pela experiência quase total de iniciativa nos estudos (3).

Após a apresentação dos assuntos, em uma ou mais aulas, os alunos entram em contato com os temas fundamentais, sem ter sido esquecido os objetivos dos mesmos.

As aulas devem ter atendido à técnica motivadora e racional, incluindo, portanto, como condição psicológica, a variação do procedimento didático, em que as exposições tradicionais, vantajosas ao

(2). — Muitas vêzes estão copiando assuntos de outras matérias ou executando outras tarefas, disfarçada ou claramente, como quando pedem autorização, apenas fazendo ato, de presença.

(3). — Nas séries menos adiantadas, aliás, da mesma maneira que o ensino da História, o estudo dirigido alcança objetivos menos amplos.

professor pela economia de tempo e facilidade de execução, têm de obedecer a certos requisitos. As exposições não podem ser feitas no ginásio como o poderiam ser no curso superior em que o auditório é de adultos, de condições psicológicas tão diversas. Infelizmente é um dos pontos bastante esquecido, até por pedagogos que, embora tratem do problema do ensino, na prática só se dirigem a auditório de adultos pois, a Pedagogia como matéria de ensino só é ministrada, como é natural, após o curso médio. Este detalhe, aparentemente secundário, corrigiria pelo teste, na prática, muita discórdância entre professores de curso médio e pedagogos. Pois só a prática pode consagrar uma teoria que trate de prática de ensino, justificando-a e demonstrando suas virtudes e falhas.

Além da necessidade das exposições serem feitas de maneira viva e bem dosada, não devem se alongar além dos 12 minutos que a psicologia recomenda, considerando a idade dos alunos do ginásio, devendo ser intercalada com esquematizações no quadro negro, interpretação de gravuras ou textos, interrogatório dirigido, etc. Variação didática que impeça uma só maneira de transmissão de conhecimentos que, por mais arte com que seja feita, acaba sempre por cansar e ser monótona, perdendo-se considerável parcela do que está sendo apresentado. Esta perda é muito maior do que admitem os que só ensinam a auditório de adultos ou, pelo menos, auditórios post-ginasianos.

Segue-se à apresentação dos assuntos a parte mais importante do processo de aprendizagem, isto é, deve esta ser efetiva, integrar-se ao patrimônio cultural do aluno. Para obter este resultado o essencial deve ser feito pelo professor e, daí, a adequação da expressão "estudo dirigido". Nêsse setor, a atuação do professor é bem mais discreta, em aparência, que nos processos tradicionais, porém muito mais eficaz e de técnica mais difícil pela necessidade de adequação, segurança de conhecimentos, bibliografia adequada, direção e controle dos estudos do aluno ou não obterá o resultado necessário. Na verdadeira aprendizagem o essencial deve ser feito pelo aluno, mas o papel do professor é imprescindível como guia, motivador da iniciação do processo, orientador e incentivador de atividades bem planejadas, provocando o trabalho necessário do aluno, a fim de que técnicas e idéias construtivas e úteis sejam assimiladas; em suma, a aprendizagem se realize.

Inegavelmente, a base de toda metodologia eficaz e de alto rendimento é a que tem por base o ensino ativo e ninguém melhor que Dupanloup expressou esta convicção quando afirmou, em *De l'Education*:

“Na educação, o que faz o professor, por êle mesmo, é pouca coisa; o que faz o aluno fazer, é tudo. Quem não tenha compreendido isso, nada compreende da educação humana ...”

O incentivo dado pelo professor será de um lado motivador e, de outro, capaz de provocar a atividade ordenada e útil dos alunos através de exigências adequadas e bem planejadas. A fim de que sejam fecundas, estas exigências devem se guiar segundo técnicas comprovadamente eficazes e, na escolha destas, têm-se de considerar o rendimento que possa ser realmente alcançado. O rendimento efetivo do ensino estará, às vèzes, menos em relação ao valor intrínseco do método do que na facilidade maior ou menor do professor utilizá-lo, por questões externas ou mesmo pessoais, inclusive a segurança de conhecimentos e da metodologia da matéria que ensina. O valor da formação, pelo menos mínima, que recebe o futuro professor nas Faculdades de Filosofia, sobretudo quando estas apresentam condições satisfatórias, evidencia-se nessas ocasiões. Pois, para um bom rendimento do ensino, é necessário não somente o conhecimento da matéria que se leciona, como também o apoio de matérias correlatas convenientemente selecionadas, bibliografia, métodos de estudo e o indispensável curso de didática geral e especial (4), com sua análise metodológica e prática de ensino, conhecimento dos objetivos da disciplina e responsabilidade profissional.

O professor convenientemente preparado percebe claramente a importância da metodologia no ensino, preocupa-se com o aproveitamento dos alunos, as dificuldades a vencer e a importância de sua missão. É nossa convicção, em face de tôdas essas considerações, que a causa maior do baixo rendimento do ensino e maneira rotineira com que é ministrado, diria mesmo, desinterêsse, é mais a má preparação do professor do que incapacidade de esforço ou desinterêsse real.

2. — Condições para as atividades dirigidas.

Entre os vários processos que temos experimentado, dos que melhores resultados apresentam, está o chamado trabalho socializado, isto é, por grupos de alunos, designados para uma tarefa pré-fixada, obedecendo a certas normas.

Processo de aprendizagem dos melhores, o trabalho por equipe no ensino da História não exige da escola condições excepcionais, sendo vantagem considerável o fato de sua viabilidade em país

(4). — Infelizmente collocado, geralmente, em segundo plano nas Faculdades apesar de sua indiscutível necessidade; o progresso desses cursos está também sintomaticamente relacionado com o nível geral da Faculdade, progredindo com ela a compreensão de sua necessidade, a seleção e importância que se dá ao seu professorado.

como o nosso, de pequenos, escassos meios didáticos. O ensino individualizado, por exemplo, embora hoje tenham as duas escolas convergido, após a inicial orientação divergente, apresenta dificuldades quase insuperáveis no Brasil, pela ausência de condições materiais, a não ser em casos especialíssimos. Mesmo nos Ginásios de Aplicação das Faculdades de Filosofia faltam condições, embora possa haver liberdade de aplicação de métodos mais avançados, certas facilidades maiores quanto a pessoal e serviços especializados, quando as Universidades das quais fazem parte os podem fornecer. Assim mesmo, e essas condições não são freqüentes, o professor em geral não dispõe do tempo necessário à aplicação do ensino individualizado, pois é excepcional o regime de tempo integral, sobretudo para o professor de Didática Especial, no máximo assistente do catedrático de Didática Geral, ou Livre-Docente (5).

Face, portanto, às condições reais para a execução de um ensino de maior eficiência é que só cogitamos de processos possíveis e já experimentados por nós no ambiente brasileiro. Entre estes, ressalta o estudo socializado. É necessário, porém, como já assinalamos, obedecer a certos requisitos, o primeiro deles, após a ação do professor, o apoio da Biblioteca escolar.

3. — Papel da biblioteca no estudo por grupos-tarefa.

Indispensável e primordial, ressalta neste processo, a cooperação da biblioteca. Biblioteca existente, em geral, em toda escola de curso médio, pelo menos quando oficial, embora falem, muitas vezes, livros necessários.

Para utilização proveitosa dos livros existentes, novamente é indispensável o trabalho consciencioso e competente do professor, examinando e selecionando os livros e textos de que disporá para eficiente direção das atividades discentes. Já agora assinalamos, portanto, o primeiro grande passo nesse tipo de trabalho: a seleção, pelo mestre, dos textos e livros que devem ser consultados pelos alunos.

O aluno de ginásio e colégio, assoberbado com o número de matérias, não fará o esforço necessário para um estudo mais apro-

(5). — Já assinalamos (na nota 4) o plano secundário em que é mantido o curso de Didática, apesar da opinião mais ou menos geral sobre sua utilidade e importância, o que é inexplicável ou, pelo menos, muito contraditório. Note-se que esse curso tem poucos catedráticos, ficando em minoria nas Congregações das Faculdades de Filosofia, e isso explica em grande parte a postergação constante de seus interesses pois, os demais professores do curso, embora regentes das cadeiras de Didática Especial e com toda a responsabilidade das mesmas, teórica e prática, alcançam no máximo o cargo de assistentes do catedrático de Didática Geral, não tendo assento nas Congregações.

fundado se as dificuldades não forem atenuadas. É como no curso superior o mestre que não indique algumas das obras essenciais ou, se o aluno foi deixado sozinho para aprender a procurar obras básicas e não as assinalou em sua exposição não tenha recebido do professor reparos e esclarecimento à respeito da importância das obras e sua posição e contribuições à historiografia e, em especial, às questões tratadas.

É também valioso o exemplo de trabalho do mestre e haverá maior compreensão e incentivo pois, podem sentir a tradicional participação do professor, bem como seu interesse e cultura na segurança com que os orienta e esclarece complementando o esforço do aluno, não só dentro dos meios de que este pôde dispor como, no caso do curso superior, assinalando de modo construtivo a importância da bibliografia e do conhecimento das obras básicas em relação às questões tratadas. Acresce a necessidade de orientação mais minuciosa, quando se trata de alunos do curso médio, face à falta do hábito de consulta aos livros que não sejam os manuais didáticos (6), não sendo raro o caso de estudantes que passam todo o período de ginásio e colégio sem jamais terem ido à biblioteca da escola. Fato ainda mais lamentável quando se considera que os alunos refletem, em geral, o ensino que lhes é ministrado.

A fim de que seja real e proveitoso o auxílio da biblioteca é necessário que o professor conheça bem os livros de que a mesma dispõe, peça a aquisição de um ou dois mais modernos, utilize os já existentes, anote os trechos que os alunos deverão consultar, os capítulos e, diante muitas vezes, da reação e espanto dos mesmos, esclareça que são apenas meia dúzia de páginas ou uma dezena a consultar, como acontece freqüentemente no curso médio. É necessário fazer ver a necessidade de consultar livros além do didático, para os assuntos mais complexos, e como as facilidades de compreensão do assunto compensarão o trabalho.

Parecerá tarefa exaustiva para o professor. Esclarecemos que não traz uma sobrecarga excessiva ao professor, a não ser talvez de início pois, além do mestre dever conhecer, evidentemente, os livros básicos sobre os assuntos mais importantes da matéria que ensina, a classe está dividida no máximo em 6 ou 7 grupos de trabalho (7). Terá o professor de indicar, portanto, a bibliografia míni-

(6). — A consulta a outros livros não implica negação à utilidade e às qualidades do livro didático mas desenvolve o espírito crítico e é altamente educativa, dando ao aluno melhor noção da necessidade de maior informação e seriedade antes de emitir ou adotar um julgamento sobre os complexos assuntos que, em qualquer época, envolve a vida social.

(7). — Se classes de 30 alunos, como a didática acertadamente estabelece, seriam apenas 4 ou 5 grupos.

ma de apenas 6 ou 7 assuntos, apesar de bem determinados os capítulos ou páginas.

A biblioteca, no ensino da História, é a base para os trabalhos por grupos de alunos como, aliás, para outro qualquer tipo de aprendizagem. As excursões, se bem que motivadoras e instrutivas, não têm a importância e a necessidade como, por exemplo, no ensino da Geografia. Na última, é a realidade que se apresenta; na primeira, é uma reminiscência material ou o local apenas dos acontecimentos que estudamos. Será sua base geográfica ou espacial, aliás importante e cheia de sugestões mas, no máximo, restará uma sobrevivência material, como uma ruína, perdidas muitas de suas características ou elementos, embora possa o quadro físico, muitas vezes, esclarecer muita coisa. Mas nem sempre o quadro natural explica fatos históricos, uma vez que nesses acontecimentos, além da base geográfica outras influências têm grande importância, e em muitas ocasiões até maior, como as influências sociais, econômicas e outras. Portanto, para o ensino da História, a documentação e a narrativa, o texto, transcrições oportunas de documentos, interpretações, mapas, etc., são em geral de maior importância, salvo casos especiais, tudo fazendo parte da biblioteca.

4. — Constituição dos grupos (problemas e técnica).

Uma das vantagens do trabalho socializado ou por equipes é justamente incluir, com as vantagens educativas do trabalho em grupo, práticas inteligentes de trabalho individualizado. Processos, evidentemente, sob orientação do professor, que presidirá a organização dos vários grupos.

Composição dos grupos:

a). — Inicialmente, o professor estabelecerá o número de equipes e determinará os assuntos a serem tratados por cada uma. Portanto, a classe será dividida em grupos que poderão se estabelecer por associação voluntária, ou através de elementos indicados pelo professor (8).

A formação espontânea de equipes não é fácil, em nosso meio. Quando pedimos à classe para se organizar em grupos voluntários, mesmo após ter designado os chefes das equipes ou alunos coordenadores das atividades no caso de ter falhado o apelo à chefia voluntária, raramente os grupos se organizam. Após uma semana, mais ou menos, pedem os chefes de equipes que o professor escolha, ele mesmo, os elementos dos grupos, tais as dificuldades que encontram.

(8). — Em estabelecimentos onde há o Serviço de Orientação Educacional, como no Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, a organização de Sociogramas facilita a divisão da classe em equipes.

Algumas classes, no entanto, se organizam por grupos espontâneos, sobretudo as de Colégio, mas nem sempre.

Atribuímos êsse problema de composição da equipe, como também, depois, o da coordenação dos trabalhos, ao excessivo individualismo dos nossos hábitos de vida e educação e, por isso, neste ponto não podemos seguir no Brasil as normas dos livros estrangeiros.

Nossos alunos não têm hábito de cooperação e trabalho em comum, sendo assim necessária a intervenção maior do mestre, sem o que a equipe dificilmente se comporá no prazo devido, nem as tarefas ficarão prontas. Essa realidade ao invés de nos desanimar mostra, ao contrário, quanto é necessária uma orientação capaz de corrigir ou pelo menos atenuar essa tendência. Tanto mais somos excessivamente individualista quanto mais devemos insistir na correção, por processos de cooperação, como o que tratamos no presente trabalho.

Quanto as classes não excedem os trinta alunos (9) e existe o apoio de um Serviço de Psicologia e Orientação, que permite conhecer razoavelmente a situação dos estudantes nas classes, seu nível de aproveitamento e ajustamento, não é difícil dosar convenientemente a força e o equilíbrio dos grupos, resultando possibilidades mais ou menos interessantes para cada equipe. Não sendo possível êsse conhecimento em classes de 50 alunos e mais, como em muitos estabelecimentos de ensino, para evitar pelo menos ressentimentos, após a escolha dos chefes dos grupos, designamos seus componentes, de 6 em 6, em último caso por ordem de chamada. Solução primária que muitas vezes não resulta má devido à possibilidade freqüente de haver em cada grupo de 5 ou 6, alunos bons e médios, suficientes para assegurar um bom rendimento dos trabalhos.

Preferimos, no entanto, tentando conciliar condições reais e normas ideais, após a escolha dos chefes, determinar que escolham, em rodízio e um a um, os colegas que queiram integrar o grupo pois, em geral, os alunos conhecem os colegas e resultam grupos com possibilidades mais ou menos idênticas para todos. É também possibilitada a associação por afinidades, facilidades de residências próximas, reuniões de estudo, etc. Os alunos escolhidos são igualmente livres de aceitarem ou não o convite para ingressarem em determinado grupo, segundo os líderes e assuntos, já inicialmente designados.

Quanto ao número de componentes, nossa experiência está de inteiro acôrdo com a literatura especializada estrangeira quando opi-

(9). — Como no Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, onde iniciamos a experimentação de métodos mais modernos de ensino, graças ao incentivo, compreensão e larga visão da Direção do mesmo Ginásio.

na que os grupos ideais estão em torno de 6 alunos. Realmente, menos de 4 é pouco, porém com grupos maiores de 7 é difícil trabalhar, maiores se tornam os problemas do coordenador do grupo, a repartição das tarefas corre o risco de ficar muito fragmentada, difícil é reunir a equipe para estudo e debates. Além disso, é maior a possibilidade de alguns fugirem ao trabalho, justamente os sempre interessados em fazê-lo, em face de não ser realmente indispensáveis a atividade de tantos alunos para a exposição de um assunto, mesmo relativamente complexo. Por tudo isso, o professor deve evitar compor grupos de mais de 7 elementos; se o faz, devido ao número exagerado de alunos em uma classe, sentirá que o trabalho foi realizado apenas por alguns. Estes, em geral se queixam, pois a nota é coletiva e, além disso, mesmo quando a maioria trabalhou, dado o número excessivo de alunos e conseqüente fragmentação das tarefas, nota-se a falta de certa unidade no trabalho. Quando, ao contrário, o grupo é de 4, o rendimento é, em geral, maior, há oportunidade de coordenação e discussões em conjunto, podendo mesmo certos assuntos serem feitos em colaboração integral, sem especial divisão do trabalho. Infelizmente, encarando nossas reais condições, é muito difícil podermos constituir grupos tão pequenos; seria necessário, também um apoio aos alunos que o professor, assoberbado de aulas, em geral não pode dar. Tem o professor de limitar-se à orientação geral, embora seja repetida duas ou três vezes, ocupando aproximadamente o espaço de duas aulas na indicação cuidadosa da bibliografia, orientação das tarefas e esclarecimentos aos alunos que já iniciaram o trabalho. Essas explicações são freqüentes porque, em geral, os assuntos escolhidos atendem à importância do tema ou insuficiência dos esclarecimentos nos livros didáticos ou na aula. Há, também, o problema dos livros de consulta pois, existindo apenas um exemplar de cada livro na biblioteca e sendo os assuntos dados em mais de uma turma, pois há em geral várias classes da mesma série, temos às vezes de indicar livros menos essenciais, que exigem ainda mais assistência aos alunos.

É o professor, neste período, obrigado a descuidar-se momentaneamente do programa, pela certeza da importância de ensinar o aluno a estudar, a experimentar sua capacidade real de trabalho, perceber a verdadeira aprendizagem e a importância do método, enfim, ensinar alguma coisa que possibilite ao educando continuar sozinho, se desejar, mesmo após deixar a escola. O esquema que se segue esclarece melhor a questão da constituição dos grupos.

Constituição dos grupos:

- Chefia — a). — voluntária, de preferência.
b). — escôlha dos chefes pelo professor.

- Grupo — a). — voluntários.
b). — os chefes, em rodízio, escolhem cada elemento do grupo, livres de aceitarem ou não.

Número de componentes —



ideal entre 4 e 6 alunos



além de 7 é prejudicial



menos de 4 não alcança objetivos

5. — Determinação das tarefas gerais e coordenação dos trabalhos.

Constituídos os grupos, com o fim de tratarem de assuntos básicos da matéria, são determinadas as tarefas gerais, exigências que obrigam os alunos a tomarem contato real e mais profundo com os assuntos.

Quando grupos de 6 alunos, poderão ser distribuídas tarefas para cada aluno; quando grupos maiores, tarefas para dois ou três, conforme a importância e dificuldade das mesmas. Todo o trabalho estará sob controle e coordenação do aluno que chefia o grupo. Para esta função, se ninguém atende ao convite de voluntariado, o mais indicado é escolher o aluno e, das outras vezes, se ainda nenhum se oferece, a chefia se fazer em rodízio. O grupo poderá, também, da segunda vez em diante, escolher o chefe, através de eleição.

A ação coordenadora dentro do grupo é essencial, ficando um ou dois alunos responsáveis, até certo ponto, pela marcha dos trabalhos, a fim de que os mesmos sejam apresentados a tempo.

O principal dentro do grupo, uma vez constituído, é o senso de responsabilidade e a motivação que o mestre consiga manter. A constância nas exigências não pode ser dispensada, porque sendo muitas vezes o processo uma novidade, os alunos, quando mais asoberbados de trabalho, procuram fugir às tarefas. Verdade que, se a biblioteca não apoiar convenientemente o trabalho, e aqui incluímos a boa vontade da bibliotecária e número mínimo de exemplares, as dificuldades crescem e as queixas são justas. É preciso animar os alunos, indicar outras bibliotecas (10) e fontes igualmente convenientes e sintéticas mas, face ao número de turmas numa mesma escola, a melhor solução seria mesmo alguns exemplares dos livros básicos ou até cópias mimeografadas dos textos, em quantidade suficiente, para atender a vários alunos. A falta de livros que,

(10). — Mas, mesmo assim, logo os livros são retirados por alunos de outras turmas. Note-se que a época para a realização dos trabalhos em equipe é forçosamente a mesma, pois é quando as condições são adequadas (matéria já apresentada às turmas, época de fixação e revisão da aprendizagem, necessidade de notas para o controle e promoção dos alunos, etc.).

algumas vêzes, a boa vontade de uma Diretoria esclarecida pode sanar, é o maior obstáculo a êste sistema de ensino e pode prejudicar consideravelmente a marcha dos trabalhos. Por esta razão a apresentação dos trabalhos deve ser marcada com antecedência mínima de 15 dias, pronto o professor para transferir a data por uma semana ou mais, sobretudo da primeira vez, quando os alunos ficam receiosos da novidade, ou quando houver maior dificuldade de obtenção dos livros. Têm-se de levar em conta, também, a presença dos alunos mais descuidados e que podem prejudicar a marcha dos trabalhos e a nota do grupo, uma vez que o resultado é coletivo.

Na execução das tarefas dentro do grupo é de grande importância o trabalho individual, necessário e útil. Situação altamente educativa, face à função do homem dentro da sociedade, individual mas contribuindo para os fins comuns.

É necessário que, pelo menos enquanto os alunos não têm prática do processo ou discernimento suficiente para determinar a tarefa de cada membro (11), o professor oriente mais de perto, inclusive pela influência de sua autoridade na exigência de trabalho dos alunos, apesar da conveniência de atender as preferências dos mesmos em relação a certos tipos de tarefa. Será mais fácil seguir essa norma se existir na escola um gabinete de Psicologia e Orientação, apoiando o trabalho docente e atendendo o interesse dos educandos.

Os alunos pouco diligentes serão, em certos casos, um problema para o aluno coordenador, tendo o professor de intervir, indagando freqüentemente, e como por acaso, sôbre a marcha dos trabalhos, o andamento das tarefas e assim sucessivamente, a fim de controlá-las, ao mesmo tempo que observará o desenvolver-se geral das atividades. Esta atitude é necessária, dado o fato, já assinalado, do excessivo individualismo do aluno brasileiro, fruto de uma sociedade demasiadamente personalista, e para o qual tôda a organização, hábitos e exemplos contribuem para ampliar.

Em último caso, diante de alunos mais irresponsáveis, prevenir que as notas serão dadas pelas tarefas dentro do grupo, a fim de não prejudicar os colegas que cuidaram das mesmas. Será o fracasso do processo em alguns de seus objetivos educacionais, mas não como aprendizagem individual, se bem que, feita dentro de um conjunto. Na escola brasileira, pela ausência de trabalho ativo, quer individual quer coletivo, será sempre um resultado de aprendizagem

(11). — No curso de Colégio, em certos casos, já podem os alunos se encarregarem dessa distribuição; no Ginásio falta-lhes, em geral, maturidade e cultura para bem distribuir a matéria.

efetiva e em grande parte pessoal, apesar de falhar, em casos como o assinalado, em outros objetivos. E haverá a possibilidade, não de todo perdida, do aproveitamento por parte dos alunos mais aplicados, da maioria dos objetivos visados e maior aprendizagem geral. O contrôle mais estreito sôbre os alunos menos aplicados é feito, aliás, em seu próprio benefício, pois estão se preparando para as provas necessárias à promoção de série e se beneficiando do estudo, embora o seja por obrigação (12).

6. — Tarefas dentro dos grupos.

Várias podem ser as exigências dentro de um grupo de trabalho. Assim, um resumo, um relatório, mapas e gravuras, organização de perguntas à classe após a apresentação do trabalho, interpretação de fotografias e textos, etc.

Determinamos sempre cinco tarefas básicas: Sinopse que orientará o trabalho, Relatório, Exposição do assunto, Mapas ou gravuras ilustrando o trabalho, Questionário dirigido à classe após a apresentação das demais tarefas, determinado um mínimo e um máximo de perguntas. Tôdas as tarefas acompanhadas de explicações e devendo prestar esclarecimentos aos alunos ou ao professor, quando as solícitem .

A realização destas tarefas comporta consulta à bibliografia indicada, pesquisas sôbre o assunto, anotações, seleção da matéria, redação, exposição, ilustração e interpretação, coordenação dos trabalhos no resumo, relatório, adequação de gravuras, mapas históricos, etc. Além disso, os debates e esclarecimentos que as perguntas organizadas e apresentadas no final motivam entre a classe e o grupo, bem como a intervenção ou crítica e orientação final do professor são muito úteis à educação de muitos dos pontos tratados. Note-se que, na apresentação do trabalho o encarregado da sinopse a escreve no quadro negro e, a pedido do mestre a esclarece, ressaltando que no relatório as explicações maiores serão dadas; o expositor lê o relatório ou discorre sôbre o mesmo; os encarregados de mapas e gravuras as interpretam; os organizadores das perguntas completam as respostas se as mesmas não foram satisfatórias; tudo convergindo

(12). — Em nossa experiência na aplicação de trabalhos dirigidos segundo o processo de que tratamos no presente trabalho, e que foi constante durante 5 anos, em várias classes e séries escolares, só duas vezes sucedeu o caso de, em uma equipe, haver falta total de cooperação. Num dos casos dois alunos, aliás problemáticos em relação a tôdas as matérias; no outro, tratava-se de turma do curso noturno que se caracterizava pela dificuldade de freqüência e aproveitamento, em relação, também, a tôdas as matérias. Note-se que o processo de que tratamos aqui, foi aplicado por nós, sistematicamente, também no curso noturno do Colégio Estadual do Recife e Colégio Estadual de Pernambuco.

e aprofundando assunto básico que dificilmente deixará dúvidas maiores (13).

Como se vê, autêntico e proveitoso ensino ativo, com exercício de relativa iniciativa e liberdade, esforço pessoal do aluno, aprendizagem efetiva, fins coletivos de grande importância educativa. E, ao receio inicial por ocasião da determinação dos grupos e tarefas, sucede o prazer do trabalho realizado, noiando-se, então, o interesse dos alunos dos outros grupos em apresentarem os trabalhos. Chegam a ponto de, quando à aproximação de férias ou interrupção de aulas propunhamos receber os trabalhos escritos e tarefas realizadas dispensando-os da apresentação à classe, sermos surpreendidos com os peidos de aulas suplementares pois, fazem questão, após observarem as equipes anteriores, de apresentarem o trabalho de seu grupo.

Para a primeira apresentação de trabalhos temos por princípio, se nenhum grupo aceitou o convite para iniciá-los e a fim de evitar interpretações tendenciosas, sortear, na ocasião, o grupo que fará a primeira exposição. A classe já está, aliás, avisada sobre isso e, antes de proceder ao sorteio, novamente indagamos se algum grupo não quereria se apresentar. Pode-se, também, proceder a êste sorteio quando por ocasião da constituição dos grupos.

O problema da intervenção do mestre, como já dissemos, no Brasil é maior, quanto às tarefas também, pelas condições gerais já comentadas e, na escola, pela ausência quase absoluta de correção através de processos coletivos de estudo. Nosso ensino é todo êle dirigido na suposição do trabalho isolado e, muitas vezes sem cuidado de assistir sequer o aluno, ausente mesmo a preocupação de contrôle da aprendizagem, as provas mensais sendo mesmo mais uma exigência imposta pela lei (14). Ora, se quase total é a falta de

- (13). — Quando os grupos são maiores ou alunos que dêle fazem parte não participam mais ativamente do trabalho, costumamos indicá-los para responderem o questionário do próprio grupo e, se necessário, fazemos outras perguntas que esclareçam suficientemente o assunto. Quando notamos que um ou dois não contribuíram para o trabalho, damos então notas diferentes, conforme tínhamos avisado antes, após a primeira experiência, a fim de não prejudicar os alunos estudiosos nem permitir que certos elementos oportunistas aproveitem o sistema para tirarem boas notas às custas dos que estudaram. Depois dessa sabatina com o primeiro grupo que apresentou o trabalho e das notas, às vezes bem diversas, dificilmente casos de irresponsabilidade se repetem.
- (14). — Novamente vemos a realidade tendo como conseqüência minúcias de regulamentações escolares de caráter oficial e centralização excessiva. A rotina chega a tal ponto que a lei é mais progressista e, apesar de certas traves que cria, é ainda o que imprime um sôpro didático mínimo para grande parte das regiões e escolas do Brasil. Tal fato é suficiente para se avaliar como antiquado é, de modo geral, o nosso ensino, a

preparação e disposição do aluno para as tarefas em comum, maior que no estrangeiro tem de ser a intervenção do professor. A possibilidade que assinalamos, de falhar alguns objetivos do trabalho coletivo apesar do interesse e advertências do mestre durante a preparação dos trabalhos, bem mostra a dificuldade. Aqui também é a experiência que nos guia, quando assinalamos diferenças entre o meio escolar brasileiro e algumas opiniões de autores estrangeiros que agem em meios, sob certos aspectos, bem diversos do nosso.

Fazemos notar, no entanto, que se falharem alguns dos objetivos visados pelo trabalho em equipe, ficará sempre o êxito do trabalho ativo realizado, a experiência dinâmica experimentada pelo aluno — e há sempre os que aproveitam muito mais — a importância da pesquisa bibliográfica ressaltada, a atividade discente planejada e individualmente realizada mas entrosada num grupo mais amplo, o ensino ativo, enfim. Nêsse caso as atividades individuais, apesar de obtidas dentro de um grupo perseguindo fins comuns, e mesmo quando não atingem tôdas as vantagens do segundo objetivo, de qualquer modo, por estarem enquadradas em objetivo coletivo, já assinalam um progresso. Segue, também, a direção da moderna pedagogia, na convergência crescente dos métodos da escola individualizada com os da escola socializada.

De qualquer modo o sentido de cooperação e os fins gerais não se terão perdido em todos os seus aspectos. Assim, o trabalho por equipes terá sempre o mérito de provocar o trabalho individual ativo, sendo em alguns casos e sob certo aspecto, seu complemento necessário.

Outra dificuldade, face à tendência individualista dos nossos alunos e o tempo escasso do professor, é que alguns alunos se limitarão a realizar uma tarefa menor (cópia do trabalho, ilustração simples, questionário descuidado) deixando a outros o esforço intelectual e coordenador maior (15). Mas, mesmo para tarefas menores, haverá sempre o benefício do trabalho ativo, muita coisa se aprenderá, sendo importante a ação do mestre exigindo explicação e interpretação das gravuras e mapas, esclarecimentos às perguntas, observando se as questões essenciais são ressaltadas e o tema geral

lei procurando suprir o abandono do aluno pela exigência da nota mensal e outros processos semelhantes. Mas, como já opinamos, sendo a causa principal do progresso do ensino e preparação adequada do professor, nulas são as medidas de caráter supletivo, enquanto o principal problema não for encarado, sem sofismas.

- (15). — E, aliás, uma crítica também feita em outros países; ver pg. 118 de F. Mory in *Enseignement individuel et travail par équipes*. Mas a sabbatina que sugerimos na nota 13 e que aplicamos, quando foi necessário, soluciona satisfatoriamente o problema.

melhor esclarecido e aprofundado, beneficiando também a classe a quem o grupo se dirige. E através de breves intervenções, quando necessárias, após a apresentação do trabalho, esclarece o mestre o que ficou obscuro, orienta e completa o que foi insuficiente (16). Note-se, também, que êsses trabalhos são feitos apenas 3 ou 4 vezes por ano, valendo pela aprendizagem de métodos, aprofundamento dos assuntos mais importantes, desembaraço e confiança que possibilita aos alunos, interesse e motivação pela matéria, contato e compreensão da importância da bibliografia, fixação e verificação da aprendizagem.

7. — Ainda a importância da ação do professor.

Assinalamos, ainda, a influência que a competência e o exemplo do mestre exerce no bom êxito dessas realizações pela capacidade de incentivar os alunos, motivá-los, despertar o espírito de iniciativa e auto-confiança, pois se sentem satisfeitos e orgulhosos de se mostrarem capazes e de terem sido solicitados para trabalhos mais sérios.

A justiça com que o professor deve julgar os trabalhos — e para evitar qualquer equívoco deve escolher critérios objetivos e uniformes de julgamento — a apreciação justa e a competência com que julga cada grupo, deverá contribuir para manter o entusiasmo e a curiosidade pelo trabalho das outras equipes e para novos trabalhos durante o ano.

III. — *Adequação do processo a classes diversas.*

Em tôdas as séries êste sistema de trabalho pode ser utilizado, apenas variando os temas e as exigências, que devem ser adequadas ao nível da classe e convenientemente dosadas.

A diferença do estudo por grupos-tarefa no curso médio e os chamados seminários no curso superior é mais em grau de profundidade, além de ser o trabalho realizado por maior número de alunos, visando objetivos mais variados. No curso superior os objetivos são mais de aprofundamento de conhecimentos e dos meios necessários para isso, inclusive bibliográficos, embora muitas vezes sejam uma preparação para o estudo futuro e a avaliação de problemas regionais ou mundiais, com suas implicações em condições históricas anteriores e os condicionamentos resultantes. Contribuição que a História dá à Sociologia, à Economia e outras ciências humanas,

(16). — Nota-se que o assunto já fôra apresentado à classe pelo professor, em aula comum e, após o trabalho dos alunos, além da verificação da aprendizagem, dá oportunidade para completá-lo, se necessário.

sem falar na melhor compreensão de problemas atuais que sua investigação torna mais clara. Esse aprofundamento nos estudos e a compreensão do alcance da História, inclusive na sua inter-relação com outros ramos do conhecimento humano, necessita orientação do professor, sobretudo no plano intelectual, mas é maior a iniciativa do aluno, mesmo se dentro de equipes, pois êle já se prepara para ser um especialista ou técnico competente. O princípio do processo de aprendizagem no entanto, é também o do ensino ativo, como não podia deixar de ser.

No ensino médio, além da orientação intelectual e informações sôbre a matéria que se estuda, visa-se igualmente à formação geral do aluno, através de cada matéria pelos meios que lhe são próprios e segundo suas possibilidades, adequadas ao desenvolvimento de certos aspectos úteis ao indivíduo e à coletividade e não apenas à aquisição de técnicas. Essas são consideradas mas, também a formação geral, intelectual, moral e social do aluno, mais do que no curso superior em que, estas implicações, são mais indiretas que objetivos necessários de cada aula.

IV. — *Resultados e conclusões.*

No ensino da História, sobretudo no curso médio é que as vantagens do sistema de trabalho por equipes oferece amplo campo, e daí interessar o estudo de sua técnica aos cursos de Didática das Faculdades de Filosofia e sua prática aos alunos mestres nos Ginásios Experimentais. Entre outras vantagens que o trabalho por equipes no ensino da História oferece, estão: a ajuda mútua objetiva que falta na classe, em geral; aprofundamento da matéria de forma mais agradável e unitária (17); o caráter social do grupo, desenvolvendo o espírito comunitário e associativo, a solidariedade e o interêsse pelo esforço em tórno de um fim comum e elevado; incentiva os menos interessados, inclusive por influência moral do grupo, levando-os a um esforço que, sòzinhos, difficilmente realizariam; obtém dos alunos muito mais resultados do que se estivessem isolados, devido ao estímulo e responsabilidade do trabalho em comum; a especialização natural que possa se verificar, ao contrário de prejuízo é vantajosa pois, além de reforçar as aptidões individuais desenvolve as possibilidades gerais, dando inclusive oportunidade de se revelarem ao grupo; estimula o trabalho individual dentro de finalidades comuns, pelo interêsse do grupo em apresentar um bom trabalho de

(17). — O tema escolhido constitui um conjunto, de certa maneira uma unidade, ampliando a compreensão do assunto e de questões correlatas, comuns no estudo da História.

conjunto (18); a realização de uma tarefa como parte do trabalho coletivo, dá ao aluno melhor consciência de suas responsabilidades (19); atende à necessidade de auto-confiança, comum aos adolescentes, revelando-lhes muitas vezes qualidades de que não suspeitavam ou das quais duvidavam; a escolha de um chefe capaz, e a cooperação com o mesmo, bem como as dificuldades da prática de liderança e outras situações semelhantes às que no futuro se defrontarão em plano mais amplo, constituem aprendizagem social útil e democrática; as atividades que o sistema suscita criam um ambiente novo e estimulante na classe, favorável à iniciativa e a um esforço maior e geral; e, finalmente, as equipes quando se conservam unidas em vários trabalhos, acabam por tomar consciência de seu grupo e, quando bem orientadas pelo mestre, sentem a sadia solidariedade que liga seus elementos uns aos outros (20).

Esses serão os melhores benefícios do trabalho em equipe, e o professor estará próximo para estimular, orientar, controlar os excessos (21), evitar as injustiças em relação a alunos menos aptos, canalizar para atividades úteis a tendência natural dos adolescentes de se agruparem para atividades comuns e que, quando deixada às soltas, corre algumas vezes o perigo de uma orientação duvidosa ou anti-social.

Quanto à aprendizagem da matéria propriamente, é uma das melhores maneiras de obter um estudo mais profundo; maior consciência do problema estudado, sua importância e necessidade de solução; maior integração da aprendizagem; fixação natural pelo conhecimento mais profundo do assunto; interesse maior pela matéria e esclarecimentos nos debates que se seguem à apresentação dos trabalhos; contato e conhecimento real de métodos eficientes de estudo; melhor verificação, pelo professor, através dos trabalhos objetivos apresentados pelos alunos.

Enfim, é adequado à psicologia dos alunos e, no plano geral, atende a fins coletivos, cooperativistas e sociais, não só no interesse específico da matéria como também no plano educacional, notando-se facilmente seu sentido construtivo geral.

-
- (18). — Há, ainda, a comparação que os interessa em relação ao trabalho dos outros grupos, estabelecendo-se uma emulação natural, sem os inconvenientes da mesma no plano individual.
- (19). — É freqüente o caso de alunos indiferentes que nos surpreendem pela participação e interesse que, nesse sistema de trabalho, revelam.
- (20). — O sistema que sugerimos na composição dos grupos, permitindo os escolhidos aceitarem ou não sua inclusão em determinado grupo, possibilita este objetivo.
- (21). — Comuns aos chefes nas séries menos adiantadas, sobretudo de rapazes que, algumas vezes chegam a exigir cooperação de colegas menos ativos, até pela violência.

É de tal importância a fase de exercícios e trabalhos práticos na aprendizagem, devido a seu caráter ativo que, como já salientamos, a Didática moderna lhe reserva entre 60 a 70% do tempo geral disponível (22). Desta fase, faz parte o sistema de trabalho por equipes, de enormes proveitos na aprendizagem e na formação intelectual e social do aluno.

Temos de salientar a vantagem de sua grande viabilidade nas reais condições da escola brasileira, pois depende muito mais do professor que das condições materiais da escola.

*
* *
*

INTERVENÇÕES E RESPOSTAS DA PROFA. CÉLIA FREIRE D'AQUINO FONSECA.

Do Prof. *Jaime Pinsky* (FFCL. de Assis. SP.).

Aproveita a ocasião para comunicar que na Faculdade de Filosofia de Assis se faz uma experiência de integração do curso no 1.º ano (Antropologia, Sociologia, Bibliografia e Referências e Introdução aos Estudos Históricos) fornecendo subsídios para a História Antiga e no 3.º ano (História Contemporânea, da América e do Brasil, estudando uma época, por exemplo, o século XIX).

*

Resposta: Acha interessantíssima e necessária, inclusive se considerarmos a questão sob o ângulo da Didática Especial e sua relação com o ensino no Curso Médio, essa integração com outras disciplinas. Ainda mais porque elas existem em um mesmo curso para dar subsídios e uma visão mais profunda e ampla em relação ao todo. Sabemos que a fragmentação não é uma separação, mas um recurso didático que nossas limitações nos impõem para bem dominarmos certos ramos e aspectos da Ciência. Mas no fundo a Ciência e o Saber são uma coisa só, nós é que somos forçados a agrupá-los em certos setores para melhor, ou realmente conhecermos alguma coisa da natureza ou da cultura. Em vista, aliás, dessa limitação na nossa capacidade de apreensão do conhecimento geral, que é necessária e útil a cooperação das várias cadeiras em benefício dos alunos, mas também muito difícil de ser bem realizada. Exige planejamento em conjunto, entendimento e cooperação intensa entre os professores para dar resultados, além de não poder ser prejudicada

(22). — Vide Luiz Alves Mattos, pg. 211 in *Sumário de Didática Geral*, Editora Aurora, 1957.

a outra parte do programa da cadeira no sentido de seus pontos básicos e aspectos específicos. Claro que na Faculdade de Assis, de que nos fala o Prof. Pinsky, êsses problemas devem estar sendo considerados e é auspicioso sabermos que essa experiência de integração está sendo feita ou, pelo menos, experimentada.

*

* *

Da Profa. *Helena Pignatari Werner* (PUC. de SP.).

Pergunta à Autora como aplicar tudo que ela preconiza numa classe de 50 alunos?

*

Resposta: êste e outros pontos que oralmente a Profa. Helena Pignatari Werner me dirigiu foi abordado no trabalho que foi mimeografado e distribuído nas pastas aos Simposiastas.

Assim, há um item especial sôbre a questão do grande número de alunos a utilizarem a biblioteca; como indicou, no caso de poucos livros ou biblioteca insuficiente, a solução está nos prazos para os trabalhos e já previstas algumas transferências. Da mesma maneira faltou no hábito dos alunos receberem as exposições e que isso é o costume adquirido devido a um ensino quase exclusivamente verbal: os alunos são frutos dos professores que apenas se valem das exposições, no ensino. É o outro lado da medalha, aliás consequência do ensino que, de modo geral, recebem. Assim é que, tendo de considerar a realidade existente, adaptou o processo, só determinando os trabalhos após exposição do assunto em classe. Falou sôbre isso no trabalho distribuído.

E, finalmente, narra no trabalho uma experiência de vários anos, aplicada sistematicamente em classes, em geral de 50 alunos — tal é a situação dos Colégios oficiais do Estado de Pernambuco, excepto o Ginásio Experimental da Faculdade de Filosofia. Claro que, quanto menos são as condições ideais maiores as dificuldades. Mas pergunta: face a essas condições difíceis, como classes noturnas de 50 alunos, acredita a Profa. Helena Pignatari que as exposições tradicionais, rotineiras e monótonas, dêem mais resultados no sentido da aprendizagem efetiva do aluno? Justamente explicou o processo, inclusive em classes numerosas, devido a não exigir condições excepcionais nas escolas — e as dificuldades foram contornadas de maneira como narrou no trabalho, na medida em que foram surgindo.

*

* *

Da Profa. *Júlia Maria Leonor Scarano* (FFCL. de Rio Claro. SP.).

Diz que pela sua experiência no curso secundário e colegial em São Paulo, verificou que a pesquisa sôbre História do Brasil é muito produtiva, desperta interêsse em relação aos nossos problemas e também é menor a dificuldade em se encontrar a bibliografia necessária.

*

Resposta: Parece-lhe, também, que a pesquisa sôbre História do Brasil é mais proveitosa, inclusive pelos clássicos motivos de estar mais próxima dos alunos e relacionar-se com os interêsse da coletividade em que vivemos, etc. Mas o processo de trabalho em equipes, quando bem aplicado em outros setores como História Geral, Geografia, etc. dá os mesmos resultados. Sôbre isso trata a literatura especializada, inclusive F. Mory que indica e que acha o processo mais proveitoso para outras matérias que não seja a História — no que discorda e atribui a não ter aquêle autor contacto maior com a nossa disciplina e suas técnicas de ensino. A sua experiência, pelo menos, leva-a à certeza da utilidade do processo no ensino da História, face sobretudo a sua viabilidade em nosso meio.

*

* *

Do Prof. *Sebastião Romano Machado* (FFCL. de Franca. SP.).

Congratula-se com a Profa. Célia pelo trabalho apresentado. Diz ser valiosa a sua observação no que diz respeito à realidade brasileira, no tocante ao ensino da História. É imperioso que se acabe com o conceito errôneo e perigoso de que o professor não sendo capaz de lecionar português ou matemática poderá dar satisfatoriamente aulas de História!

*

Respostas Agradece ao Prof. Pe. Romano o apoio ao seu trabalho e a pecepção do que há de mais interêsse nêle, e que é justamente as adaptações feitas e sua viabilidade no ambiente escolar brasileiro.

Sabe das dificuldades que enfrenta o professor na quase totalidade das escolas do Brasil — pois são exceções alguns estabelecimentos modelos e não os podemos tomar como maioria para ministrar um ensino pelo menos regular.

Mas, como ressalta no seu trabalho apresentado, a principal questão é a formação adequada do professor e, enquanto for permitido o exercício aventureiro da profissão ao invés da atração aos cursos universitários da valorização justa das atividades de magistério, muito pouco poderá ser feito pelo ensino no Brasil.

VII. — DISCURSOS E CONFERÊNCIAS.

COLONIZAÇÃO E MIGRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL (*).

JEAN ROCHE.

da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Toulouse (França).

Se o meu primeiro dever a cumprir é de expressar os meus agradecimentos aos prezados amigos e ilustres colegas Professôres *Eurípedes Simões de Paula, Carrion e Ângelo Ricci* que me dirigiram o honroso convite para pronunciar esta conferência perante o plenário do IV Simpósio Nacional dos Professôres Universitários de História — o que é para mim uma subida honra — o meu segundo dever será de pedir desculpas aos distintos ouvintes, porque o conteúdo da conferência não terá tôda a amplitão que o título podia deixar entrever: por falta de tempo e mais ainda de competência, não falarei da colonização senão germânica, omitindo a italiana e a polonesa, entre outras, cujo estudo ofereceria também grande interesse.

Limitada assim à imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, esta exposição tentará estabelecer a correlação, aliás paradoxal, entre as duas palavras-chaves do enunciado. Não será por artifício universitário, mas por imposição dos fatos observados. Definidos os têrmos *colonização* e *migração* neste contexto sul riograndense, lembraremos o papel dos movimentos migratórios na expansão das colônias alemãs, instabilidade que constitui pròpriamente um paradoxo e, numa última parte, tentaremos analisar as causas desta correlação.

*

Nem seria preciso indicar liminarmente que o fenômeno da Colonização foi muito mais extenso e prolongado do que a Imigração. Ninguém ignora como se processou o recrutamento de levas de emigrantes na Alemanha, na Áustria, na Suíça, no início do século XIX, levas trazidas ao Brasil pelos agentes do Govêrno Imperial, único

(*) . — Conferência pronunciada no dia 5 de setembro no Salão Nobre da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (*Nota da Redação*).

capaz, nesta altura, de conceber e realizar um verdadeiro planejamento: convencer emigrantes europeus de escolher o longínquo Brasil, compensar o suplemento de distância e de custo da viagem em relação com a América do Norte (evidentemente mais atrativa para os europeus), fundar estabelecimentos agrícolas e facilitar o desenvolvimento dos primeiros núcleos, até suscitar a emulação das Províncias e das iniciativas particulares. Foi, no fim do primeiro quartel do século XIX, uma como antecipada, mas admiravelmente sucedida tentativa de *aménagement de l'espace*. O observador percebe agora a outra diferença fundamental entre o que aconteceu nos Estados Unidos e no Brasil: nos Estados Unidos tudo parece acabado com a imigração, com a entrada do proletário europeu — que devia, e podia, encontrar na América condições de imediata instalação e muitas vezes de rápida fortuna; no Brasil tudo começa com a imigração, cuja finalidade é a colonização, isto é, o povoamento, o desbravamento e a exploração da terra pela agricultura, obra de fôlego que exigia auxílio do poder público e trabalho coletivo. A corrente imigratória era, pois, dirigida nas colônias fundadas pelo Governo brasileiro e a unidade de trabalho era a família; mesmo assim, a única possibilidade de êxito era a ajuda mútua entre as famílias, porque era impossível e até inconcebível a sobrevivência do indivíduo isolado: as terras devolutas concedidas pelo governo brasileiro eram tôdas de mato, de mata virgem, o que dificultava a instalação e a vida dos imigrantes, quer dizer, dos colonos. Com efeito, e durante os primeiros decênios pelo menos, todos os imigrantes, todos, se tornavam agricultores, e todos os colonos, todos, até hoje foram ou imigrantes ou descendentes de imigrantes. O fato característico e fundamental foi que a unidade de exploração agrícola era a pequena propriedade — como para a colonização açoriana realizada pela corôa portugûesa em Santa Catarina nos meados do século XVIII — mas com um sucesso incomensurável. Evidentemente, não há comparação entre o deslocamento tão rápido das “Fronteiras” norte-americanas, e a expansão das “Colônias” ditas européias, e inicialmente puramente alemãs, a partir dos núcleos oficiais implantados no Sul do Brasil desde 1824. Entretanto, as duas metas do Governo, povoar e cultivar as terras, foram alcançadas até ultrapassar e de longe as esperanças mais otimistas.

A contribuição demográfica dos contingentes de imigrantes ao povoamento do Rio Grande do Sul foi excepcional. Apesar dos esforços das autoridades do Rio de Janeiro ou de Pôrto Alegre (isto é, imperiais e depois federais ou provinciais e depois estaduais), a imigração no Rio Grande do Sul não congregou, nem de longe, um número de imigrantes comparável ao dos que aportaram nos Esta-

dos Unidos, na Argentina ou mesmo no Brasil cafeeiro. Podemos avaliar em 75.000 o total dos imigrantes germânicos entrados no Rio Grande do Sul entre 1824 e 1939, dentro dos quais mais ou menos 50.000 entre 1824 e 1914. Mas, exceto durante a Revolução Farroupilha, não houve ano sem imigração, e a sua regularidade foi uma das causas do êxito da colonização. Uma outra foi a instalação quase sempre definitiva dos imigrantes. A terceira foi a boa aclimação. A última e decisiva, foi a fecundidade das famílias entradas ou constituídas no Brasil pelos colonos.

Nos anos 1826-1826, a média era de 8,5 filhos por família. Nas famílias fundadas a partir de 1846, a média era mais elevada na primeira geração “brasileira” (10,6). Várias monografias indicam que entre 1835 e 1931 as médias foram de 8 filhos na primeira geração, 10 na segunda, isto é, a primeira “brasileira”. Num grupo de “grandes famílias” os números médios foram de 13,1 filhos na primeira geração brasileira, 7,5 na segunda, 3,6 na terceira. Ainda em 1936, 95% das famílias teuto-riograndenses tinham mais de 3 filhos e a sua contribuição ficava mais que proporcional ao crescimento da população riograndense. Assim, podemos calcular que o número de sul riograndenses de pai e mãe de origem germânica comprovada ultrapassava 900.000 em 1950, seja 21,6% da população do Estado, sendo ainda agricultores na proporção de 9/10.

Mas, mais cêdo e mais freqüentemente que sua multiplicação demográfica, talvez por ter sido imediatamente perceptível, foi a expansão geográfica das colônias alemãs que foi considerada como o índice mais expressivo do seu êxito.

Passaremos a examinar tal “verdade” antes de pô-la em evidência. A nomenclatura das zonas de expansão da colonização é bem conhecida e a sua história já mereceu excelentes estudos que podemos nos contentar em lembrar aqui apenas os principais.

Os primeiros núcleos, os dos períodos cruciais sempre foram fundados por entidades oficiais e implantados nas localizações e nas condições das menos favoráveis, isolados pela mata virgem ou pela distância. Até o princípio do século XX, as colônias nasceram como ilhas e os colonos foram comparáveis aos paraquedistas da estratégia moderna, devendo cumprir uma missão difícil, sobreviver por si mesmos, realizar a ligação com as forças amigas, cujas linhas ficam muito atrás. Sem receber sempre os meios necessários, os colonos eram forçados ao sucesso, como à vocação pioneira de desbravadores de matas, menosprezadas no Sul, por não convirem à cultura açucareira como de Santos para cima, nem à criação de gado como os campos gerais.

Surpreendentemente, muitos núcleos alcançaram uma expansão rápida e ampla, a ponto de exigir novas áreas de terras livres, isto

foi ocupada pelas colônias fundadas entre 1850 e 1870 e povoadas em grande parte por filhos ou netos dos pioneiros de São Leopoldo: em 1870 Mulhall enumera 43 colônias como “filhas de São Leopoldo”. E durante os vinte anos seguintes, o mesmo movimento migratório continua a partir de São Leopoldo e começa a partir de núcleos mais recentes, até completar a ocupação da mata entre o Rio dos Sinos e o Jacuí médio. E então foi preciso instalar em outras terras novos contingentes de descendentes dos colonos da zona que passa a ser chamada de “velha”, a partir de 1890 com a abertura de núcleos em Cima da Serra.

As Colônias Novas receberam mais descendentes de colonos do que imigrantes; e quando a grande imigração parou (1914), os núcleos, oficiais como particulares, continuaram a absorver os excedentes de população das colônias mais velhas, o que comprovam não somente referências bibliográficas, mas fontes estatísticas, permitindo umas avaliações numéricas destas migrações internas. A primeira seria baseada na estatística eleitoral, se admitirmos que existe uma semelhança entre a composição das Câmaras de Vereadores e a da população que os elege. Nos municípios de São Leopoldo, Nova Hamburgo, Montenegro, Caí, Estrela, Lajeado e São Lourenço, a repartição dos vereadores eleitos em 1947 era a seguinte: nascidos no próprio município 76%, nos municípios limítrofes 12%, em outro dos municípios supra citados 7,2%. Nos municípios de Ijuí, Carasinho, Erechim, Getúlio Vargas, Santa Rosa e Três Passos: nascidos no próprio município 20,2%, nos municípios limítrofes 1,5%, em outros municípios do Planalto 10,1%, na zona das Colônias Antigas 60,7%. Estas forneceram quase os 2/3 da população “atual” dos estabelecimentos do Planalto, isto é, entre 1945 e 1950.

Uma segunda aproximação será histórica e um pouco melhor, extraída de monografias sobre colônias ou comunidades confessionais. General Osório foi fundada em 1900, e contava em 1925 com 500 famílias evangélicas; Cerro Azul foi fundada em 1902 pelo Riograndense Bauernverein e era essencialmente católica (91% das 1.260 famílias de 1927); a origem dos chefes de famílias de 1925-1927 era a seguinte: Cerro Azul — Alemanha 8%, Colônias velhas 87%; General Osório — Alemanha 0,7%, Colônias velhas 91,8. O papel da imigração estrangeira fica cada vez mais reduzido, enquanto cresce o das migrações internas, a partir das colônias mais antigas.

A terceira, e última aproximação que tentaremos aqui, é baseada sobre a percentagem dos cônjuges nascidos no estrangeiro, nas colônias antigas ou novas, que passaremos a apresentar em tabelas:

grantes, que forneceram no século XIX mais da metade e no século XX a totalidade dos colonizadores das zonas pioneiras. Eis aqui, sem dúvida, outra razão da aceleração do desenvolvimento destas zonas: a instalação de filhos de colonos já acostumados a derrubar a mata e a cultivar a roça. Aliás, êste movimento migratório é muito mais antigo do que se pensa geralmente.

*

Pelo que foi lembrado sôbre a imigração alemã, podemos verificar imediatamente o papel da migração rural interna na expansão territorial da colônia de São Leopoldo. Entre 1824 e 1830, os imigrantes receberam lotes de terras em Feitoria Velha, Passo, Hamburgo Velho, Dois Irmãos, Bom Jardim e São José do Hortêncio. Durante a Revolução Farroupilha prosseguiu-se a ocupação desta zona, embora não houvesse entrada alguma. Quando recomeçou a imigração, abriram-se novas picadas, que entretanto receberam tantos colonos ou filhos de colonos já estabelecidos em São Leopoldo quantos imigrantes recém-chegados: Schneidertal (a partir de 1846), Linha Nova (1847), Bohmental Jammertal e Wallachei (em 1849), Picada Café ao norte de Bom Jardim, Herval ao norte de Dois Irmãos, povoada em maioria por filhos de colonos das mais antigas Linhas. No vale superior do Rio dos Sinos, Mundo Novo (fundada em 1850 por um luso-brasileiro), recebe membros de famílias estabelecidas em São Leopoldo. Para o oeste, já em 1845, a colonização ultrapassava a vertente direita do Rio dos Sinos e penetrava no vale do Caí: Picada Feliz, Caí, Vigia, Escadinhas, Temerária, e Tabaktal na margem esquerda do Caí; e na margem direita Forromeco, Bom Princípio, Bom Fim, Montenegro, São Bento, São Salvador, núcleo povoado por famílias quase tôdas católicas e vindas de São José do Hortêncio. Assim apareceu imediatamente a colonização particular (já em parte promovida por alguns alemães) que favoreceu a constituição de grupos homogêneos até do ponto de vista religioso; assim aparece imediatamente o movimento de uma parte dos filhos de colonos estabelecidos nas primeiras picadas de São Leopoldo para a periferia, fornecendo às vêzes a maioria dos ocupantes do cinturão pioneiro.

Mas o desenvolvimento e a saturação de São Leopoldo tornou necessária a criação de novas colônias, mais longe para o Norte e principalmente para o Oeste. Se as primeiras são oficiais (Nova Petrópolis, Santa Cruz), as particulares se multiplicam a partir de 1854 (São Caetano, São Gabriel, Mariante, Teutônia, Santa Emília, etc.), e tôdas recebem descendentes de colonos de São Leopoldo, assim como as mais longínquas de Rincão del Rey, Rio Pardinho, Santo Ângelo, Silveira Martins e Santa Maria. Tôda a Encosta da Serra

foi ocupada pelas colônias fundadas entre 1850 e 1870 e povoadas em grande parte por filhos ou netos dos pioneiros de São Leopoldo: em 1870 Mulhall enumera 43 colônias como “filhas de São Leopoldo”. E durante os vinte anos seguintes, o mesmo movimento migratório continua a partir de São Leopoldo e começa a partir de núcleos mais recentes, até completar a ocupação da mata entre o Rio dos Sinos e o Jacuí médio. E então foi preciso instalar em outras terras novos contingentes de descendentes dos colonos da zona que passa a ser chamada de “velha”, a partir de 1890 com a abertura de núcleos em Cima da Serra.

As Colônias Novas receberam mais descendentes de colonos do que imigrantes; e quando a grande imigração parou (1914), os núcleos, oficiais como particulares, continuaram a absorver os excedentes de população das colônias mais velhas, o que comprovam não somente referências bibliográficas, mas fontes estatísticas, permitindo umas avaliações numéricas destas migrações internas. A primeira seria baseada na estatística eleitoral, se admitirmos que existe uma semelhança entre a composição das Câmaras de Vereadores e a da população que os elege. Nos municípios de São Leopoldo, Nova Hamburgo, Montenegro, Caí, Estrela, Lajeado e São Lourenço, a repartição dos vereadores eleitos em 1947 era a seguinte: nascidos no próprio município 76%, nos municípios limítrofes 12%, em outro dos municípios supra citados 7,2%. Nos municípios de Ijuí, Carasinho, Erechim, Getúlio Vargas, Santa Rosa e Três Passos: nascidos no próprio município 20,2%, nos municípios limítrofes 1,5%, em outros municípios do Planalto 10,1%, na zona das Colônias Antigas 60,7%. Estas forneceram quase os 2/3 da população “atual” dos estabelecimentos do Planalto, isto é, entre 1945 e 1950.

Uma segunda aproximação será histórica e um pouco melhor, extraída de monografias sobre colônias ou comunidades confessionais. General Osório foi fundada em 1900, e contava em 1925 com 500 famílias evangélicas; Cerro Azul foi fundada em 1902 pelo Riograndense Bauernverein e era essencialmente católica (91% das 1.260 famílias de 1927); a origem dos chefes de famílias de 1925-1927 era a seguinte: Cerro Azul — Alemanha 8%, Colônias velhas 87%; General Osório — Alemanha 0,7%, Colônias velhas 91,8. O papel da imigração estrangeira fica cada vez mais reduzido, enquanto cresce o das migrações internas, a partir das colônias mais antigas.

A terceira, e última aproximação que tentaremos aqui, é baseada sobre a percentagem dos cônjuges nascidos no estrangeiro, nas colônias antigas ou novas, que passaremos a apresentar em tabelas:

Neu Wurttemberg (fund. 1902)	Alemanha.	Col. Al.	Antig.	Col. Planalto.	Próprio Município
1903-1907	53		47	0	0
1917	9		67	23	1
1928	9,2		58	5,2	27,6
1949	1,9		12	21,1	65

Estes Algarismos revelam o que foi a história do povoamento de Neu Wurttemberg (hoje Panambí), que melhor seria batizada Nova Teutônia, porque a maior parte dos cônjuges nascidos na zona das antigas colônias provém de Teutônia (fundada no vale do Taquarí em 1853). Depois da II Guerra os 2/3 dos cônjuges já nascera em Panambí que deixou de ser foco de imigração.

Erechim (fund. 1908)	Alemanha.	Col. Al.	Antig.	Col. Ital.	Antig.	Col. Planalto.	Próprio Município
1919	44		22,6		14,1	6,8	0
1939	14,4		8,0		31,1	13,3	26,1
1949	3,3		3,1		12,7	20,2	54,7

A imigração, que tinha fornecido 55% dos novos habitantes em 1913-1915, decresceu rapidamente. As migrações interiores tornaram-se as mais importantes até 1949 (graças às colônias italianas principalmente) e começaram então a diminuir em relação com os contingentes nascidos no município, e que podemos considerar como a evolução normal.

Sta. Rosa (fund. 1915)	Alemanha.	Col. Al.	Ant.	Col. Ital.	Antig.	Col. Planalto	Próprio Município
1929	19		30,5		19,0	7,0	16,0
1949	3,5		9,3		2,0	30,2	54,0

Nesta colônia, última fundada pelo governo sul-riograndense, já em plena Guerra Mundial, a imigração estrangeira não teve importância igual àquela nas colônias anteriores; as migrações internas tiveram um papel essencial desde as origens, mas a contribuição principal foi logo fornecida pelas colônias do Planalto, fundadas a partir de 1890, e a primazia já passou ao dinamismo demográfico local. Com esta evolução de Santa Rosa e outras colônias do Alto Uruguai, está desaparecendo a última zona pioneira do Rio Grande do Sul.

Em muitos casos, a expansão da colonização foi anterior ao estabelecimento da estrada de ferro e o transporte da produção agrícola sofreu de deficiência e do custo dos transportes entre os núcleos e a estação, mas a rede de caminhos foi melhor cuidada do que na Encosta da Serra e integrada na rede de estradas de roda-

gem estabelecida a partir de 1940. Entretanto, sem negar a importância dos transportes no desenvolvimento das colônias do Alto Uruguai, a rapidez deste desenvolvimento explica-se em grande parte pela influência e pela regularidade das migrações oriundas das colônias mais antigas.

Mas a partir da primeira Guerra Mundial começou a quarta fase destas migrações, para fora do território do Rio Grande do Sul, já que as colônias novas se aproximavam da saturação. Dirigiu-se primeiro para os Estados vizinhos, Santa Catarina e Paraná, mas aumentando regularmente, ela atingiu logo o sul de Goiás e do Mato Grosso. Entre as duas Guerras, colonos sul-riograndenses foram povoar Pôrto Nôvo (fundado pelo católico Baurverein), São Miguel, Bom Retiro, sôbre o Rio Peixe, Rio Bonito (que recebe já colonos de Erechim, Getúlio Vargas e Lagoa Vermelha, colônias fundadas no início deste século), Piratuba, Concórdia, Xapacó e Pôrto Feliz. Depois de 1940 o movimento, mais amplo, abrange Cruz Machado, Xopim, Santa Bárbara, Pato Branco, Toledo (a mais forte aglomeração de sul-riograndenses no Paraná), Maringá, Cidade Medianeira e Clevelândia, e muitos núcleos (Petrovina, Gleba Arinos) abertos no Mato Grosso por sociedades de colonização que cuidam também do transporte dos migrantes, e nas quais os teuto-riograndenses têm interesses. Cada ano, 9 a 10.000 pessoas abandonam o Rio Grande do Sul para outras Unidades da Federação, e os 2/3 dos migrantes são de idade compreendida entre 15 e 50 anos, isto é em pleno período de produtividade.

Eis a gravidade da hemorrhagia de homens e de capitais de que sofre o Rio Grande do Sul. Não será inútil examinar de mais perto o mecanismo das migrações, e determinar as suas causas profundas. Elas não aparecem de imediato, tanto menos que o observador fica admirado ao encontrar tal instabilidade dentro duma classe de pequenos proprietários, recém-estabelecidos, felizes de possuir um lote ou desejosos de adquirir outro para ficarem agricultores, o que representa o maior dos paradoxos.

*

Talvez fôssemos encontrar na própria hereditariedade profissional o primeiro aspecto do mecanismo e a primeira causa das migrações rurais. Se os imigrantes foram na sua quase totalidade obrigados a se tornarem agricultores, e mais exatamente desbravadores de matas, ainda hoje os seus descendentes são agricultores, e muitas vêzes desbravadores de matas. A percentagem média de agricultores entre os filhos de colonos alemães ultrapassa 85%, sem nunca se encontrar inferior a 70% na terceira ou quarta geração "brasileira". Até hoje, e apesar do desenvolvimento (recente) dos

parques industriais nas cidades do vale do Rio dos Sinos, do Caí ou de Santa Cruz, ou de Pôrto Alegre, o que se chama geralmente, e impròpriamente, “exôdo rural” não concerne senão menos de 10% dos descendentes de imigrantes germânicos. Quando obrigados a se afastar das região onde nasceram, onde os pais tem a propriedade, mais de 9/10 procuram uma outra região onde êles querem permanecer e permanecem agricultores.

O segundo aspecto, ou a segunda chave do mecanismo das migrações seria então a fecundidade das famílias; devem migrar os filhos excedentes a um ou dois, se o lote paternal for suficiente para sustentar duas famílias depois de dividido, porque êstes filhos “suplementares” não podem viver com os irmãos, mormente quando casados uns e outros. Como a média de filhos por família ficou sempre superior a 3, e geralmente na vizinhança de 5, entre 1 e 3 filhos deveriam abandonar o lote paternal, a colônia onde nasceram. Mas a observação nas famílias do fenômeno das migrações revela que êle atinge mais os filhos do que as filhas: as filhas muitas vêzes conseguem casar na vizinhança, e passam então a viver na propriedade do marido; as que não encontram esta possibilidade e casam com quem não pôde ficar no lote paternal, realizam geralmente uma migração reduzida (menos de 100 km); os filhos, que não têm esta possibilidade, fornecem maiores contingentes para a migração e para migrações mais amplas, superiores a 100 km, às vêzes a 500 km. Tradicionalmente era o filho mais jovem que ficava com o lote e a casa da família, e o encargo de cuidar dos pais até a morte dêles. Mas de uma geração para outra, a proporção de filhas encarregadas desta missão, e contempladas com a propriedade paternal, aumentou de 10 para 20%, de 20 para 30%, e de 30 para 40% hoje; elas fornecem 60% dos contingentes de migrantes a pequena distância e sòmente 34% a grande distância. Os filhos que não podem ficar na região devem procurar terras onde elas se encontrem livres e baratas, na periferia ou em zona pioneira, mais distantes.

Uma prova complementar da importância desta causa de migração, vamos encontrá-la na duração média do ciclo, que foi exatamente de uma geração durante o primeiro século da colonização, tanto na Encosta da Serra como em Cima. Os relatórios dos Diretores das colônias, de Nova Petrópolis ou Ijuí entre outras, indicam claramente a correlação entre o pedido de concessão de terra nesta colônia recém-aberta e o propósito de casamento ou de estabelecimento de filhos dos colonos radicados numa região explorada há uma ou duas gerações. Êstes relatórios falam até de “fome de terra virgem” nas colônias já inteiramente desenvolvidas. Eis sem dúvida uma causa determinante. Mas estamos verificando agora, de 1925

para cá, uma aceleração do ritmo da migração. No caso das famílias que se estabeleceram em 1900 em General Osório e que existiam em 1925, os filhos ficaram na colônia menos tempo do que os pais, exatamente $1/9$ a menos. E os membros das 311 famílias descendentes do casal-tronco Lohmann, imigrado em 1846 em São Leopoldo, 15% da última geração fizeram 2 migrações. Existe pois uma incompatibilidade entre a fecundidade das famílias e a estrutura agrária.

Esta incompatibilidade vai conduzir a outro paradoxo: os colonos são afetados pelas migrações rurais, não por serem proprietários mas *porque* são proprietários, e mais exatamente pequenos proprietários. A superfície do lote concedido ou vendido foi reduzida de 77 hectares (1824) a 48 hectares (1851) e finalmente 25 hectares (a partir de 1889, isto é, em todas as colônias novas). Esta área de 25 hectares foi adotada também por todas as empresas particulares de colonização e ficou a de "lote colonial" no Brasil. Trata-se, pois, de pequena propriedade. Mas se o lote inicial foi assim reduzido até 25 hectares, a média da propriedade rural fica-lhe inferior, por exigência da lei sobre a igualdade de direitos dos co-herdeiros. A subdivisão foi mais ou menos rápida, mais lenta na Encosta da Serra, onde as concessões iniciais eram de 77 hectares, mais rápida em Clima da Serra, que só conheceu lotes de 25 hectares, mas foi acelerada entre as duas guerras — movimento correlativo das migrações para o Planalto do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e Paraná. Em 1950 as velhas colônias contavam 25% das propriedades inferiores a 10 hectares e 35% entre 10 e 19 hectares; as novas respectivamente 13 e 30%. Os colonos perceberam perfeitamente a ameaça do minifúndio (mais ou menos o limite de 10 hectares) e entre 1940 e 1950 já começaram a realizar um reagrupamento da propriedade ou abandonaram a exploração das parcelas menores, anti-econômicas e absolutamente insuficientes para sustentar uma família. Quando uma colônia "envelhece", a superfície média diminui assim como a exploração direta pelo proprietário, o que representa uma mutação qualitativa da estrutura agrária. Assim entra, ou deve entrar em revisão o problema da pequena propriedade.

Mas a aceleração do ciclo migratório é causada por outra incompatibilidade, a que existe entre a estrutura agrária e a técnica agrícola adotada e conservada em todas as zonas de colonização, a queimada. Foi sem dúvida o processo mais prático e mais racional para desbravar a mata e "fazer a terra", nas colônias "européias" como em qualquer outra região do Brasil. Os imigrantes o aprenderam do "caboclo" para poder sobreviver na conquista das zonas pioneiras. Mas o que surpreende o observador é a conservação, até hoje e em todas as colônias teuto ou ítalo-riograndenses, deste meio

de preparar a roça. É desnecessário lembrar aqui a sua rotina, a sua nocividade para a terra. É o *Raubbau* primitivo e desolador. Tanto mais que a queimada torna periódica pela exigüidade da propriedade. Basta examinar as percentagens da área cultivada anualmente: nas colônias mais antigas elas progrediram de 21 a 28% entre 1920 e 1950 (apesar do reflorestamento iniciado já em grande escala em alguns municípios, porque em outros a percentagem atinge 59%); na mais recentes há dois grupos, o primeiro com 32 a 48% é semelhante com as colônias do vale do Taquarí, o segundo com 15 a 27% lembra o ritmo de cultura em Ijuí há 50 ou em Erechim há 30 anos. Isto quer dizer que só nas colônias mais recentes a terra pode descansar 3 ou 4 anos a seguir e que as outras êste descanso, sempre inferior a 2 anos, nem alcança sempre 1 ano de cultura. A aceleração do ritmo da queimada provoca um esgotamento sempre mais rápido das terras, condenando os habitantes ou à estagnação *in loco* ou à migração para uma zona pioneira onde recomearão o mesmo ciclo, num ritmo ainda mais acelerado. A prova *ao contrário* existe aliás no próprio Rio Grande com a rizicultura irrigada (mas praticada fora das colônias) e a agricultura com uso de adubo, capaz de conservar ou aumentar a fertilidade da terra, nas regiões de São Lourenço (batata inglesa para exportação) e de Santa Cruz (fumo).

À queimada periódica deve ser atribuído o rápido cansaço das terras, flagelo que castiga os colonos, até em zonas exploradas há menos de 30 anos. Expulsando uma parte sempre mais numerosa dos filhos duma zona, ela os conduz para frente pioneira, onde não terão outro meio de desbravar a mata: não será esta migração que, causada pela incompatibilidade entre a natalidade, a estrutura agrária e a técnica agrícola, torna-se por sua vez causa essencial da conservação desta técnica ou da sua introdução numa nova zona pioneira? Assim fica o colono sempre preso num círculo infernal.

No caso do Rio Grande do Sul, há realmente dois tipos de migrações rurais ligadas à colonização européia. O primeiro é disfarçado em expansão pioneira para a periferia dum núcleo, ou mais exatamente êle é dissimulado pela euforia pioneira, mas êle tem já os germes que o tempo fará proliferar até transformá-lo no segundo, fatalmente.

— Há, pois, uma migração de crescimento dos estabelecimentos agrícolas a partir da sede da colônia recém-aberta, num movimento agrícolas a partir da sede da colônia recém-aberta, num movimento mancha de óleo, considerada, aliás com toda a razão, como a manifestação do êxito da colonização, conquistando a terra sobre a mata, implantando a agricultura, integrando uma banda ainda vaga ao espaço real ocupado pela comunidade humana já estabelecida.

Mas sua causa real, profunda, é imediatamente, uma “fome de terra” *sui generis*: incapaz de conservar consigo os seus filhos casados, o colono pai de família procura estabelecer cada um deles sobre um lote de terra suficiente para sustentar um casal, comprando este lote nas proximidades, mas na periferia da zona. Com a pressão demográfica, logo sensível, assim com a incompatibilidade entre por um lado o aumento da densidade e por outro lado o regime da propriedade e da exploração da terra, aparecem na colônia ainda “jovem” os traços que o tempo vai transformar em rugas.

— A segunda migração é de declínio, ou talvez mais frequentemente de recusa da estagnação a que seria condenada a nova geração pelo esgotamento do solo e a queda dos rendimentos agrícolas, pela substituição dos prados às roças, ou pelo reflorestamento, que longe de precisar de tantos braços como a derrubada da mata ou a agricultura, expulsa uma percentagem crescente dos filhos desta região. Antes, pois, de começar a decadência econômica do seu setor ou da sua propriedade, o colono atasta os seus filhos “excedentes”, com inversão das suas economias na compra da terra onde eles poderão viver, o que será o ponto de partida de um novo ciclo.

*

A migração rural propriamente dita aparece agora como indissolúvelmente ligada à colonização agrícola, baseada pelos seus idealizadores sobre o regime da pequena propriedade e pela sua missão pioneira sobre a técnica da queimada. O crescimento demográfico das colônias, causa fundamental do êxito no primeiro povoamento e exploração da terra, torna-se também uma das causas da expulsão dos homens excedentes, porque nem a pequena propriedade, que foi com toda a razão louvada no século XIX como motor duma revolução no Brasil rural, nem a queimada, que foi o único meio de conquistar a terra, mas a esgota rapidamente, permitem a sua permanência na terra dos pais.

Enquanto a queimada periódica não for substituída, na generalidade das colônias, por processos racionais de agricultura não depredativa e enquanto a natalidade ficar elevada, a pequena propriedade, que realizou uma primeira reforma agrária no Brasil, ficará em crise. Do ponto de vista econômico as migrações empobrecem em homens e capitais as regiões exploradas antes do desenvolvimento e do barateamento dos transportes, e hipotecam com o custo de transportes precários a longínqua zona pioneira, onde os filhos ou netos de imigrantes passam a sofrer da marginalização econômica, social, cultural, e até cívica, de que padeceram os seus antepassados, a centenas de quilômetros no Sul, no período heróico da colonização. Não se trata mais de um paradoxo, mas de um problema que se deve resolver sem demora.

DISCURSO PROFERIDO PELO HISTORIADOR
ARTUR FERREIRA FILHO (*).

Exmo. Sr. Governador Walter Peracchi Barcelos,
Exmo. Sr. Prof. Eurípedes Simões de Paula, presidente da APUH.
Senhores Simposiastas,
Minhas senhoras,
Meus senhores.

O eminente Senhor Governador Walter Peracchi Barcelos quis, ao fazer-se intérprete de seu pensamento, entre os que militam no campo dos estudos da História, distinguir um velho amigo, e, ao mesmo tempo, honrar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fazendo de um membro de sua diretoria seu porta-voz neste almôço.

Mas, antes de mais nada, Sua Excelência deseja afirmar seu sincero aprêço pelos vossos trabalhos, de cujo alcance para a cultura brasileira possui nítida e exata compreensão.

Ilustres professôres de diversos Estados da Federação aqui se encontram com seus dignos colegas riograndenses para permutar informações recolhidas nos arquivos, — trocar impressões de estudos realizados, e opiniões sôbre métodos de interpretação e de crítica, que conduzam ao esclarecimento de certos pontos obscuros e a soldagem de certos elos, ainda mal fixados, na longa cadeia da História.

O Rio Grande do Sul, vós o sabeis, ilustres professôres, sendo o último a ser abrangido pela expansão lusitana, é, por isso mesmo, entre os Estados do Brasil, com exceção do Acre, o de História mais recente.

Mas é uma região de fronteira, não apenas política, como geográfica, pois aqui começa o pampa que se estende até muito para o sul do Rio da Prata; de fronteira geológica, onde termina o escu-

(*) . — Discurso proferido por ocasião do churrasco oferecido pelo Govêrno do Estado do Rio Grande do Sul aos Simposiastas no dia 7 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

do brasileiro, êsse maciço de formação basáltica que impõe características ao panorama de cinco Estados do Sul; e fronteira climatérica, na quase confusão de zonas tropicais e temperadas. Nas encostas da serra geral, nos municípios de Tôrres e de Osório, ostenta-se uma floração em tudo semelhante à dos extremos do trópico, e ali se cultivam a cana de açúcar, a banana, o abacaxi e o café. Mas, a poucos quilômetros, galgando os paredões da serra, estaremos no Planalto que se desata para o poente, onde, todos os anos, o termômetro desce a 10º abaixo de zero, e a neve estendida no campo cria a imagem e a semelhança do inverno do sul da Europa.

Região de fronteira, o Rio Grande do Sul não poderia fugir aos imperativos de sua posição geográfica, e sua História, embora menos longa que a de outros Estados, está repleta de episódios marcantes; é viva e colorida.

Desde que os lagunenses, buscando as pegadas inapagáveis dos bandeirantes, penetravam nesta terra, então, apenas povoada por algumas tribos incruadas na idade neolítica, ela se tornou palco de lutas que se prolongaram por cerca de um século e meio. E os nossos antepassados, vindos de São Paulo e de outras capitânias, vindos de Portugal ou dos Açôres, e seus filhos aqui nascidos, dormiram com a arma sob o travesseiro e o ouvido à escuta para os rumores e ameaças que vinham do Sul e do Oeste.

Por isso se tem dito, e com alguma razão, que os gaúchos, ocupados em fazer História, descuidaram-se de seu estudo. Não obstante, ainda no princípio do século passado, o Visconde de São Leopoldo, um vicentista ilustre, conterrâneo de Domingos e Francisco de Brito Peixoto, os fundadores de Laguna, que aqui fêz História porque foi o primeiro Presidente da Província, e que aqui edificou seu solar, ainda hoje de pé, lançou em 1819 a primeira edição dos *Anais da Capitania de São Pedro*, cuja edição definitiva, com o título de *Anais da Província de São Pedro*, foi impressa em Paris, em 1839. Depois dêle outros, seguindo-lhe a trilha, ou abrindo novas veredas, vêm revelando o drama de nossa fixação, nesta terra onde se defrontaram os interesses expansionistas de dois impérios.

E muito houveram os nossos historiadores de repetir e provar, para desfazer equívocos e mal-entendidos, alguns criados pelo simples desconhecimento da verdade histórica, outros pelo sabor leviano de parecer original.

E aquilo que deveria assegurar aos nossos maiores o melhor título de brasilidade, porque outra coisa não fizeram senão prosseguir na herança do bandeirismo glorioso, alargando as fronteiras do Brasil angustiadas pelo iníquo tratado de Tordesilhas, valeu-lhe, muitas vêzes, a pecha de fronteirões acastelhanados.

Embalde os riograndenses, em cujas veias estuava o sangue português, bandeirante e açoriano, repeliram as tentativas de Artigas e as propostas solertes de Rosas. Ainda surgia, vez ou outra, algum escritor, suficientemente desavisado para, sem mais aquela, pôr em dúvida nossos sentimentos de brasileiros, como se em qualquer tempo tivéssemos ligações com outra Pátria.

Mas tudo isso passou. E se alguma dúvida restar no espírito de alguém, de desfazê-la vos encarregais, ilustres professôres, que neste momento visitais o Rio Grande do Sul, e entraís em contacto mais direto com a sua História.

Este vosso Simpósio marcará uma nova e brilhante etapa na historiografia brasileira, completando capítulos incompletos, retificando juízos e desfazendo alguns equívocos.

Bem conhecida a História das diversas regiões, graças ao vosso trabalho, melhor se compreenderá a unidade espiritual que orientou a nossa formação. E mesmo a diversidade de correntes emigratórias que enriqueceram o nosso potencial demográfico, longe de desvirtuar, talvez haja mesmo fortalecido o sentimento cristão de tolerância, de concórdia e de hospitalidade, que penetrou no Brasil, no dia em que, na Baía, se ergueu uma cruz como símbolo da fé que havia de imperar nesta terra.

E concluindo:

Senhores Professôres.

O Govêrno do Estado, a cuja frente se encontra uma das figuras mais expressivas da terra gaúcha, o Governador Walter Peracchi Barcellos, sente-se feliz com a realização dêste Congresso de História, e felicitando seus organizadores e seus participantes, pelo brilhantes resultados já obtidos, declara-vos estar seguro dos grandes benefícios que êle trará à cultura e à unidade de sentimentos que deve cimentar a grandeza da comunhão brasileira.

VIII. — MOÇÕES E PROPOSTAS.

MONÇÃO N.º 1.

Os participantes do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História propõem um voto de agradecimento às seguintes pessoas e entidades:

Coronel Walter Peracchi de Barcellos, Governador do Estado; Dr. Luiz Le-seigneur de Faria, Secretário da Educação e Cultura; dr. Francisco Machado Carrión, Secretário Municipal de Educação e Cultura; General Gastão Dias dos Santos, do Instituto de Carnes; General Plínio de Figueiredo, Diretor Presidente da Companhia Carris Portoalegrense; Professor Dr. José Carlos Fonseca Milano, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Irmão José Otão, Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professor Dr. Angelo Ricci, Diretor da Faculdade de Filosofia da UFRGS; Irmão Faustino João, Diretor da Faculdade de Filosofia da PUC local; Dr. Othelo Laurent, do Grupo de Administração e Planejamento; Centro de Pesquisas Pandiá Calógeras, da Faculdade de Filosofia da PUCRGS; Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, da Faculdade de Filosofia da UFRGS; Instituto Gaúcho de Reforma Agrária; dr. Paulo Xavier, Diretor do Departamento de Ciência e Cultura da Secretaria de Educação e Cultura; Bibliotecária da Faculdade de Filosofia da UFRGS; Editôra do Brasil S.A.; Equipe Gaúcha de Folclore; Professor dr. Mozart Soares, Diretor da Faculdade de Agronomia da UFRGS; Coronel Nabuco Rodrigues Martins, Comandante Geral da Brigada Militar; Sr. Daniel Anzanello; sr. Walter Seabra, Diretor do Setur., dr. Breno Caldas, Diretor do Correio do Povo; dr. Ernesto Correa, Diretor do Diário de Notícias; Jenor Jarros, Diretor do Jornal do Comércio; Ari de Carvalho, Diretor de "Zero Hora", dr. Edilberto Degrazia, Diretor da "Fôlha da Tarde".

Pôrto-Alegre, Sala das sessões, em 7 de setembro de 1967.

a). — Dante de Laytano
Astrogildo Fernandes
Helga Picolo
Leá Caldas Brener
Orlando Sudbrack

*
* *
*

MOÇÃO N.º 2.

Propomos um voto de congratulações À Comissão Organizadora do Simpósio, bem assim aos encarregados de sua execução, ressaltando a participação dos

alunos das Universidades de Pôrto-Alegre, através dos Centros de Pesquisas “Pandiá Calógeras” e “Franklin Delano Roosevelt”.

Pôrto Alegre, Sala das Sessões, em 6 de setembro de 1967.

- a). — Luís César Bittencourt da Silva
Maria Regina Cunha Rodrigues Simões de Paula

*

* *

MOÇÃO N.º 3.

Os participantes do IV Simpósio dos Professôres Universitários de História apresentam os mais sinceros agradecimentos à Direção, corpo docente, discente e administrativo dos estabelecimentos de ensino de Pôrto Alegre; pela colaboração prestada ao conclave.

Pôrto-Alegre, 6 de setembro de 1967.

- a). — Josephina Chaia
José Roberto do Amaral Lapa
Ricardo Mário Gonçalves
Sebastião Romano Machado
Viktória Namestnikov El Murr
Eddy Stols
Carl Laga
Jaciro C. Patrício
Maria Conceição Martins Ribeiro
Alice Piffer Canabrava
Maria Regina Cunha Rodrigues Simões de Paula

*

* *

MOÇÃO N.º 4.

Propomos que o Simpósio indique ao sentido de ser mantido no projeto de reforma da Universidade Federal Fluminense do Instituto de História como integrante do Centro de Ciências Humanas.

Pôrto-Alegre, 7 de setembro de 1967.

Alice Piffer Canabrava

*

* *

MOÇÃO N.º 5.

Apresentamos a sugestão de se introduzir no currículo universitário a cadeira de História Regional, a exemplo de certos países europeus.

Sala das Sessões, em 7 de setembro de 1967.

- a). — José Alves de Figueiredo Filho
Maria Regina Cunha Rodrigues Simões de Paula
Wilma dos Santos Cardoso Monteiro
Maria Conceição Martins Ribeiro
Stella Fontoura Botelho
Josephina Chaia
Maria Yeda Linhares
Alice Piffer Canabrava

*
* *
*

MOÇÃO N.º 6.

Os participantes do IV Simpósio dos Professores Universitários de História louvam a iniciativa da indicação da cidade de Pôrto-Alegre, bem como o interesse e a participação decidida da Professora Dra. Alice Piffer Canabrava e do Professor Eurípedes Simões de Paula, que contribuíram de forma irrestrita para o sucesso dos seus objetivos.

Sala das Sessões, em 7 de setembro de 1967.

- a). — Josephina Chaia
Ricardo Mário Gonçalves
Sebastião Romano Machado
Victória Namestnikov El Murr
Eddy Stols
Carl Laga
Jaciro C. Patrício
Maria Conceição Martins Ribeiro

*
* *
*

MOÇÃO N.º 7.

Os professores universitários de História, reunidos em Pôrto-Alegre, por ocasião do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, manifestam e agradecem ao Professor Eurípedes Simões de Paula e à sua equipe da *Revista de História*, pela publicação dos Anais do III Simpósio dos Professores Universitários de História, bem como do 1.º volume e demais impressos deste Simpósio.

Sala das Sessões, em 7 de setembro de 1967.

- a). — Cecília Maria Westphalen
Sebastião Romano Machado
Altiva Pilatti Balhana
Brasil Pinheiro Machado

*
* *
*

MOÇÃO N.º 8.

Os participantes do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História apresentam seus agradecimentos à Secção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, pela colaboração prestada à realização do conclave, imprimindo em tempo mínimo os Anais deste e do III Simpósio.

Sala das Sessões, em 6 de setembro de 1967.

- a). — Josephina Chaia
Ricardo Mário Gonçalves
Sebastião Romano Machado
Viktória Namestnikov El Murr
Eddy Stols
Carl Laga
Jaciro C. Patrício
Alice Piffer Canabrava
Maria da Conceição Martins Ribeiro.

*
* *
*

MOÇÃO N.º 9.

Os participantes do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História solicitam que os professores promovam um levantamento da situação do ensino da História, em nível médio, com a finalidade de fornecer subsídios à Associação para solicitar a intervenção do Conselho Federal de Educação no sentido de dar maior ênfase ao ensino da História.

Sala das Sessões, em 7 de setembro de 1967.

- a-. — Harry Belomo

*
* *
*

MOÇÃO N.º 10.

Os participantes do IV Simpósio dos Professores Universitários de História solicitam da Direção da Associação dos Professores Universitários de História (APUH) que reivindique perante o Governo Federal e Estaduais um maior atendimento didático, pedagógico e financeiro ao ensino e pesquisa da História.

Sala das Sessões, em 7 de setembro de 1967.

a-. — Deodoro Martins
Harry Bellomo

*
* * *

MOÇÃO N.º 11.

Os participantes do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História fazem veemente apêlo ao Conselho Federal de Educação no sentido de que seja apreciada com relativa urgência o processo que trata da federalização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, único organismo desse gênero naquela cidade, necessitando presentemente da efetivação dessa medida para um melhor desempenho de suas funções.

Sala das Sessões, em 7 de setembro de 1967.

a). — Claudio Augusto Pinto Galvão
Alvamar Furtado de Mendonça
Maria Regina Cunha Rodrigues Simões de Paula
Alice Piffer Canabrava

*
* * *

PROPOSTA N.º 1.

Os professores desta signatários propõem os seguintes temas para consideração do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História:

1. — Demografia histórica.
2. — Levantamento de fontes.

Sala das Sessões, em 7 de setembro de 1967.

a-. — Altiva Pilatti Balhana
Brasil Pinheiro Machado

*
* * *

PROPOSTA N.º 2.

Pôrto Alegre, 6 de setembro de 1967

Ilmo. Sr.
Prof. Eurípedes Simões de Paula
MD. Presidente da
Associação dos Professores Universitários de História
Senhor Professor:

Devendo regressar para Salvador amanhã, dia sete, tomo a licença de sugerir dois temas para o V Simpósio, distribuídos em duas seções:

1. Reformas e Revoluções
2. O ensino universitário da História

Não preciso justificar o primeiro, entre outros motivos, porque compreendi, na conversa de muitos colegas, que há o desejo de trazer às nossas discussões para os temas do nosso tempo. Quanto ao segundo, acredito que uma reunião de professores universitários de História tende, naturalmente, para debater métodos e condições de ensino da História em nossas Universidades. Ademais, permito-me lembrar que são também professores universitários de História os que ensinam História da Arte, História do Pensamento Humano, História do Teatro, matérias que pertencem ao currículo básico das Escolas de Biblioteconomia, Belas Artes e Teatro.

Devo concluir expressando a V.S. a satisfação que tive em participar do IV Simpósio.

Muito grato

Luis Henrique Dias Tavares
Professor de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Bahia.

*
* *
*

PROPOSTA N.º 3.

Os professores signatários desta apresentam e propõem à consideração desta Assembléia o seguinte temário para o V Simpósio:

1. — Portos, rotas e comércio.
2. — Levantamento de fontes primárias.
3. — Didática da História.

Sala das Sessões, em 7 de setembro de 1967.

a). — Cecília Maria Westphalen
Célia Freire d'Aquino Fonseca

*
* *
*

PROPOSTA N.º 4.

Propomos a cidade de Assis (SP), através de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como sede do V Simpósio de Professores Universitários de História.

Sala das Sessões, em 7 de setembro de 1967.

a). — Jaime Pinsky
Sônia A. Siqueira
Luís Palacin

*
* *
*

PROPOSTA N.º 5.

Propomos que a cidade do Recife seja a sede do V Simpósio Nacional dos Professores de História.

Sala das Sessões, em 7 de setembro de 1967.

a). — Célia Freire d'Aquino Fonseca

*
* *
*

PROPOSTA N.º 6.

Pôrto Alegre, 6 de setembro de 1967

Ilmo. Sr.

Prof. Eurípedes Simões de Paula

MD. Presidente da

Associação dos Professores Universitários de História

Senhor Professor:

Atendendo consulta de muitos colegas, desejo esclarecer que a Bahia recbera, com a maior satisfação, a escolha da cidade de Salvador para sede do V Simpósio dos Professores Universitários de História, a realizar-se na Semana da Paraíba de 1969. Meus colegas, e eu próprio, faremos o que for necessário para o sucesso de um Simpósio que é útil e desejado.

Muito grato

Luis Henrique Dias Tavares
Professor de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia.

*
* *
*

PROPOSTA N.º 7.

Em nome do Estado que represento, tenho a honra e o prazer de propor a Paraíba como sede do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Este convite tem por base uma série de condições que passo a enumerar.

1. — A afirmação do nosso Reitor, Dr. Guilardo Martins Alves, sobre as possibilidades da nossa Universidade Federal da Paraíba, através da sua Reitoria, de receber, com a maior alegria possível, os componentes da APUH, proporcionando-lhes condições de trabalho. Não somente a afirmação, mas também a autorização oficial para formular tal convite.

2. — A certeza de que, não somente a Reitoria proporcionará meio de trabalho, mas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, através do seu Departa-

mento de História, no qual me integro, respondendo pela Cadeira de História Antiga e Medieval.

3. — O Núcleo Regional da APUH, sob minha presidência atual e que conta também com professores de Recife e de Campina Grande e já cientes da nossa intenção de convidá-los, enviaram aos senhores, não só as mais cordiais saudações, como também a assertiva de que estarão prontos para o trabalho por ocasião do V Simpósio Nacional.

Verdade é que o problema de hospedagem existe, uma vez que a cidade não é pródiga em hotéis. Lembro porém aos senhores que esta não seria a primeira vez que João Pessoa tomaria tal responsabilidade, mesmo porque já tivemos reuniões de âmbito nacional, em que os universitários e outros particulares colaboraram.

Por último resalto a importância que tal oportunidade teria para a Paraíba assim como para o Nordeste, no seu desejo de participação mais ativa nos estudos históricos que se desenvolvem no Brasil.

Sala das Sessões, em 7 de setembro de 1967.

a). — Vilma Cardoso Monteiro.

*

* * *

PROPOSTA N.º 8.

Propomos que o próximo Simpósio seja na cidade de Nova Friburgo (Rio de Janeiro).

Sala das Sessões, em 6 de setembro de 1967.

a). — Ruy Christóvão Wachowicz

Helga Picolo

Ricardo Mário Gonçalves

Fernando Antônio Novais

Amaro Xisto de Queiroz

INDICE

I. — INTRODUÇÃO	5
O IV Simpósio Nacional dos Professôres Universitários de História (Pôrto-Alegre, 3 a 8 de setembro de 1967) (<i>Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula</i>)	7
II. — PROMOÇÃO DO SIMPÓSIO	21
Promotores	23
Relação dos inscritos no IV Simpósio Nacional dos Professôres Universitários de História	23
Programa do IV Simpósio Nacional dos Professôres Universitários de História	29
Regulamento do IV Simpósio Nacional dos Professôres Universitários de História	35
III. — SESSÃO DE ABERTURA DO SIMPÓSIO	39
Discurso do Prof. Francisco Machado Carrión ...	41
Discurso do Prof. Eurípedes Simões de Paula ...	49
IV. — COMUNICAÇÕES (<i>Colonização e Migração</i>)	55
As origens da colonização romana (<i>Eurípedes Simões de Paula</i>)	57
A colonização romana na Dácia e no Baixo-Danúbio (<i>Maria da Glória Alves Portal</i>)	77
A imigração coreana no Japão, desde as origens até o século VIII e sua influência sôbre a cultura japonesa (<i>Ricardo Mário Gonçalves</i>)	99
Os invasores e sua absorção pelo Império Bizantino (<i>Carl V. F. Laga</i>)	121
As migrações numa conjuntura crítica: a propósito dos movimentos de população no fim da Idade Média (<i>Victor Deodato da Silva</i>)	159
Engenhos, colonização e cristãos-novos na Bahia Colonial (<i>Eduardo d'Oliveira França</i>)	181
Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica (<i>Fernando A. Novais</i>)	243

Natureza e ideologia do colonialismo no século XIX (<i>Francisco Iglésias</i>)	269
Sobrevivência portuguesa no Cariri cearense (<i>José Alves de Figueiredo Filho</i>)	311
Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização (<i>Altiya Pilatti Balhana, Brasil Pã- nheiro Machado e Cecília Maria Westphalen</i>) ..	345
Colonização açoriana no Rio Grande do Sul (<i>Dante de Laytano</i>)	391
A imigração ucraniana no Paraná (<i>Oksana Borus- zenko</i>)	423
Migrações e movimentos migratórios em Santa Ca- tarina (<i>Walter F. Piazza</i>)	441
A imigração e os botocudos (xoklêng) do Taio (<i>Ruy Christovam Wachowicz</i>)	469
Colonização e língua (<i>Heinrich A. W. Bunse</i>)	497
Considerações preliminares sobre uma cidade de imigração teuto-italiana e os efeitos do Segundo Conflito Mundial (<i>Júlia Maria Leonor Scarano</i>)	507
Sistema econômico-social e emigração (Portugal às vésperas de sua expansão ultramarina e movi- mentos migratórios do Nordeste do Brasil) (<i>Cé- lia Freire d'Aquino Fonseca</i>)	533
A colonização judaica moderna na Palestina (<i>Jaimé Pinsky</i>)	569
V. — COMUNICAÇÕES (<i>Fontes primárias</i>)	593
Colonização e imigração (<i>Josefina Chaia</i>)	595
O Centro de Documentação Histórica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (<i>Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula</i>)	605
A filмотeca histórica da Faculdade de Filosofia "Cristo Rei" de São Leopoldo (<i>Pe. Arnaldo Brüxell</i>)	617
As fontes primárias existentes no Arquivo da Sé Metropolitana e Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba (<i>Odah Regina Guimarães Costa</i>)	625
Inventário analítico de uma fazenda paulista: Santa Gertrudes (1885-1961) (<i>Jeanne Berrance de Castro e Sebastião Baiocco</i>)	669
VI. — COMUNICAÇÕES (<i>Didática da História</i>)	703

O Curso de Introdução aos Estudos Históricos e as fontes primárias (<i>Maria da Conceição Martins Ribeiro</i>)	705
Considerações em torno do ensino da História (O trabalho socializado, suas dificuldades e vantagens: uma experiência no Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia do Estado de Pernambuco) (<i>Célia Freire d'Aquino Fonseca</i>) ..	721
VII. — DISCURSOS E CONFERÊNCIAS	743
Colonização e migração no Rio Grande do Sul (<i>Jean Roche</i>)	745
Discurso proferido pelo historiador Artur Ferreira Filho	757
VIII. — MOÇÕES E PROPOSTAS	761
Índice	771

Editor Responsável:
Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula
Caixa Postal 8.105 — São Paulo.



Impresso na Universidade de São Paulo



Impresso na Universidade de São Paulo